

**XXXIII SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
ANAIS DO EVENTO**

***REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS BRASILEIRAS:
DO SEGUNDO REINADO À ERA VARGAS***

Organização

Paulo Henrique Silveira Damião

**16 A 20 DE OUTUBRO DE 2017 – ICH/UFJF – CAMPUS JUIZ DE FORA
JUIZ DE FORA
2017**

XXXIII SEMANA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH/CAMPUS JUIZ DE FORA
FACULDADE DE HISTÓRIA
CENTRO ACADÊMICO DE HISTÓRIA – GESTÕES:
LINHA DE FRENTE (2016-2017)
INTEGRA C.A (2017-2018)

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017. 1333p.
ISSN: 2317-0468.

1: História da Arte. 2: Brasil. 3: Representações artísticas.

Comissão Organizadora do evento:

Alyson José Toledo Alvim. Ana Cecília Pereira Batista. Cristiane de Paula Ribeiro. Driely da Silva Cunha. Edmo Videira Neto. Érica da Cruz Rosa. Estela Maria Gonçalves de Souza. Gabriela Ribeiro Rocha. Gabriella Oliveira Araújo. Geraldo Homero do Couto Neto. Henrique Silveira Gomes. Janaína Di Lourenço Esteves. João Victor Rossetti Brancato. Luan Pedretti de C. Ferreira. Luisa Pereira Vianna. Natália Médice Faria. João Victor de Oliveira Calegari. Naiany de Araújo Santos Costa. Nilciana Alves Martins. Paulo Henrique Silveira Damião. Paula Nathaiane de Jesus da Silva. Pedro de Almeida Freitas Soares.

Diagramação e Normatização:

Paulo Henrique Silveira Damião

SUMÁRIO

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01.....	16
1: O SILENCIAMENTO DA REVOLTA DE CARRANCAS NO MUSEU NACIONAL DO CAVALO MANGALARGA MARCHADOR	
Brígida Caroline de Resende & Geraldo Lorena Neto.....	18
2: A FUNDAÇÃO DO MUSEU IMPERIAL COMO PARTE DE UM PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL	
Bruna Maia Azeved; Diego Gonzalez Ribeiro Justino & Pollyana Gonçalves Nogueira.....	22
3: FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA	
Rodrigo Musto Flores.....	33
4: PELOS TESOUROS DE MONIFA A DESCOBERTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCUTINDO MEMÓRIA E IDENTIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL	
Edylane Eiterer & Raquel Borges Salvador.....	42
5: MEMÓRIAS DIVIDIDAS: O DESMEMBRAMENTO DE IBERTIOGA E BARBACENA, UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE A QUESTÃO	
Gabriela Dolores da Silva Moreira.....	56
6: ENTRE OLHARES E FRAGMENTOS: A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS NA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS	
Beatriz Oliveira; Tamiris Silva & Vinicius Oliveira.....	61
7: ECOS DO PASSADO NAS RUAS DO PRESENTE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA ORAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE	
Edylane Eiterer & Joel dos Santos Pereira.....	73
8: PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: ENFOQUES E REFLEXÕES	
Aimée Schneider Duarte.....	87
9: O LEGADO ANCESTRAL DE RESISTÊNCIA DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ	
Adailton Moreira Costa & Luciane Barbosa de Souza.....	98
10: OS ENCONTROS DE JONGUEIROS: IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DO JONGO	
Maria Luiza Dias Oliveira.....	109

11: A PATRIMONIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM VISCONDE DO RIO BRANCO – MINAS GERAIS (1985-2015)	
Priscila de Oliveira Teixeira.....	120
12: A EXPERIÊNCIA DA RESTAURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ NO RIO DE JANEIRO	
Simoni Magalhães de Macedo.....	132
13: ASSIS HORTA: PIONEIRO FOTÓGRAFO DO IPHAN	
Autor: Cleber Soares da Silva.....	143
SIMPÓSIO TEMÁTICO 02.....	158
1: A CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA A PARTIR DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838)	
Stéfany Sidô Ventura.....	159
2: AS BIOGRAFIAS DE D. PEDRO II E O SÉCULO XX: HISTORIOGRAFIA E PERCEPÇÃO DE TEMPO	
Gueise de Novaes Bergamaschine.....	174
3: UMA REAVALIAÇÃO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO IMPÉRIO DO BRASIL ATRAVÉS DE SUAS INSPIRAÇÕES FRANCESAS (1869-1889)	
Dievani Lopes Vital.....	183
4: OS DISSIDENTES DA REPÚBLICA: O CASO DA FAMÍLIA ARAGUAYA	
Thalita Moreira Barbosa.....	192
5: OS FOLHETINS DA SEMANA LÍRICA: A CONSTRUÇÃO DA ESFERA TEATRAL BRASILEIRA E O FORTALECIMENTO DE SUA AUTONOMIA ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CRÍTICA	
Andréa Sannazzaro.....	209
SIMPÓSIO TEMÁTICO 03.....	220
1: RITUAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL NO MUNDO GRECO-ROMANO: UM ESTUDO DE CASO EM HISTORIOGRAFIA COGNITIVA	
Thales Moreira Maia Silva & Lucas Soares dos Santos.....	221

2: A MORTE ABREVIADA: ANÁLISE DE MONUMENTOS FUNERÁRIOS ROMANOS DEDICADOS A CRIANÇAS	
Jaqueline Souza Veloso.....	237
3: OS CONFLITOS E A POLÍTICA DO RENASCIMENTO CAROLÍNGIO	
Júlio Villaça Carreteiro.....	245
4: OS VÍNCULOS ENTRE A RENOVAÇÃO CAROLÍNGIA E A ANTIGUIDADE	
Marcelo Quintero da Silva.....	252
SIMPÓSIO TEMÁTICO 04.....	263
1: “É POSSÍVEL ENTERRAR O PASSADO? REFLEXÕES ACERCA DO TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS EM JUIZ DE FORA, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX”	
Dayana de Oliveira Silva.....	264
2: NEGÓCIOS DE FAMÍLIAS NA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA DO TANQUE: O CASO DO PADRE FRANCISCO FERREIRA (SÉCULO XIX)	
Edriana Aparecida Nolasco.....	275
3: O BARÃO DO PIRAÍ E OS ARRANJOS FAMILIARES COM A FAMÍLIA LIMA E SILVA: DOTE E CASAMENTO NA FORMAÇÃO DE UNIDADES AGRÍCOLAS NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE (1835-1839)	
Vladimir Honorato de Paula.....	287
SIMPÓSIO TEMÁTICO 05.....	297
1: POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA SOBRE O GOVERNO ARTUR BERNARDES E A LIGA DAS NAÇÕES	
Filipe Queiroz de Campos.....	298
2: “NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA”: A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE LEONEL BRIZOLA	
Guilherme Esteves Galvão Lopes & Michele Esteves Barabani Alves.....	312
SIMPÓSIO TEMÁTICO 06.....	327
1: OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONTURBADO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PCB E CAIO PRADO JÚNIOR	

Pollyana Gonçalves Nogueira.....	328
2: OS SINDICATOS E O DESENVOLVIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL NO BRASIL – O CASO DOS METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Luisa de Mello Correard Pereira.....	339
3: “TRABALHADORES UNI-VOS!” UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DO PCB MINEIRO ENTRE AS CLASSES TRABALHADORAS URBANAS (1945-1964)	
Camila Gonçalves Silva Figueiredo.....	352
4: ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO INÍCIO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (JUIZ DE FORA, 1964)	
Paulo Henrique Silveira Damião.....	365
5: O DIA DO TRABALHADOR PELAS PÁGINAS DO JORNAL TRIBUNA DE MINAS (1982 a 1986): UMA DISCUSSÃO SOBRE O “NOVO SINDICALISMO” E A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL	
Victor Simão Reis.....	374
6: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA ATRAVÉS DE NOSSOS "MENOCCHIOS"	
Gilvan Gaspar de Melo.....	384
SIMPÓSIO TEMÁTICO 07.....	
1: “EL HOGAR DESIERTO”: VIAGEM E EXÍLIO EM UMA NOVELA DE PAUL GROUSSAC	
Daiana Pereira Neto.....	392
2: HAVANA: O PARAÍSO DA MEMÓRIA EM PARADISO (1966), DE JOSÉ LEZAMA LIMA (1910-1976)	
Pedro Henrique Leite.....	401
SIMPÓSIO TEMÁTICO 08.....	
1: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DO SISTEMA PATENTÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE DADOS	
Amanda Gonçalves Marinho.....	412

2: DO BOI SÓ NÃO SE APROVEITA O BERRO! O COMÉRCIO DAS CARNES VERDES E A TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ COM A CONSTRUÇÃO DO MATADOURO INDUSTRIAL (1870-1890)

Edite Moraes da Costa.....429

3: UM PANORAMA DOS NEGÓCIOS DA MAXWELL, WRIGHT & C.O. NO COMÉRCIO DO IMPÉRIO DO BRASIL (C. 1827- C. 1850)

Alan dos Santos Ribeiro.....439

4: AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Thamiris Laure Magalhães.....451

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09.....468

1: OS FATORES SOCIAIS PRESENTES DURANTE A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL

Melquisedeque Castro.....469

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10.....477

1: VÍNCULOS FAMILIARES E DE PODER: ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E INDIVIDUAIS PARA ASCENSÃO (GUARAPIRANGA - SÉCULO XIX)

Débora Cristina Alves.....478

2: ANTIGOS VASSALOS MILITARES: OS POTENTADOS SOCIOECONÔMICOS DA FIDALGUIA DA TERRA DA VILA DE ALCÂNTARA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO IMPÉRIO DO BRASIL (C.1740-1850)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino.....490

3: ENTRE O LOCAL E O PROVINCIAL: OS DEBATES POLÍTICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS EXTRAMUROS EM INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS E PROVINCIAIS DE MINAS GERAIS (1828-1858)

Pâmela Campos Ferreira.....503

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11.....514

1: DA INVISIBILIDADE NA ESTÉTICA DA ANTIGUIDADE. HISTÓRIA DA ARTE COMO EXERCÍCIO?

Antônio Leandro Barros.....	516
2: OS LOUVORES À PINTURA NO TRATADO ARTE DA PINTURA, SYMMETRIA E PERSPECTIVA, LISBOA, 1615	
Renata Nogueira Gomes de Moraes.....	531
3: A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA IMPERIAL BRASILEIRA PELO PINTOR VICTOR MEIRELLES	
Bárbara Ferreira Fernandes.....	549
4: UM ARTISTA DOS SALÕES E LEILÕES: AS OBRAS DE OSCAR PEREIRA DA SILVA ANUNCIADAS NO JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1915 Á 1939	
Paula Nathaiane de Jesus da Silva.....	560
5: A MULTIDÃO DOS INVISÍVEIS	
Luisa Pereira Vianna.....	570
6: O ELO PERDIDO DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA DE SALVADOR: UM ESTUDO SOBRE RETABULÍSTICA	
Renata da Silva Palheiros.....	578
7: A PLACA D. PEDRO II, DE ADALBERTO MATTOS: AS VISÕES REPUBLICANAS E A MEMÓRIA DO MONARCA	
André Luiz Fagundes Claudio.....	588
8: O ESSENCIAL RELIGIOSO NA COLEÇÃO DE ARTES DE MURILO MENDES	
Felipe Andrade da Rocha.....	604
9: A CONTESTAÇÃO DA ORDEM: A NOVA HOLLYWOOD E O CINEMA SUBVERSIVO	
Clarissa Rodrigues Soares.....	613
10: O BRASIL DOS ANOS 1970: QUESTÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E DE GÊNERO EM OBRAS DE VIDEOARTE	
Thamara Venâncio de Almeida.....	623
SIMPÓSIO TEMÁTICO 12.....	
1: A SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DA IMPRENSA MINEIRA (1823-1850)	
Alex Lombello Amaral.....	635

2: A IMPRENSA PERIÓDICA E SUAS PRÁTICAS EM APONTAMENTOS NO SANJOANENSE ASTRO DE MINAS (1827-1828)	
Leonardo Bassoli Angelo.....	642
3: O DIÁRIO DE MINAS E A EPIDEMIA DE VARÍOLA DE 1873-1875 EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-DISCURSIVA DOS MESES MAIS VIOLENTOS	
Robson Aparecido dos Santos Ferraz.....	649
4: ARTHUR BERNARDES E A IMPRENSA LOCAL MINEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA	
Natália Fraga de Oliveira.....	661
5: O PINTOR DOS SERTANEJOS: AS REPRESENTAÇÕES N’O ESTADO DE SÃO PAULO DE CANDIDO PORTINARI E SUAS OBRAS	
Gabriela Freitas Rocha.....	675
6: CARACTERIZAÇÃO DO SANJOANENSE JORNAL CATÓLICO O PILAR EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES (1961-1966)	
Jean Carlos de Rezende Abreu.....	686
SIMPÓSIO TEMÁTICO 13.....	700
1: O OLHAR FEMININO NO IMPRESSIONISMO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO DA FRANÇA NO FINAL DO SÉC. XIX NAS PINTURAS DE BERTHE MORISOT	
Rafaela Taranto Pereira Rodrigues.....	702
2: A SITUAÇÃO FEMININA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: A IMPORTÂNCIA DAS REIVINDICAÇÕES PEDAGÓGICAS DE NÍSIA FLORESTA PARA O NASCIMENTO SOCIAL DA MULHER	
Karlla Rebuli.....	707
3: EM BUSCA DE REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS FEMININAS: A DISCUSSÃO SOBRE SUFRÁGIO NAS PÁGINAS IMPRESSAS DOS OITOCENTOS	
Cristiane Ribeiro.....	717
4: UMA SENHORA MARANHENSE: TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (MARANHÃO, SÉC XIX)	
Natália Lopes de Souza.....	731

5: AS MULHERES E “A MARMOTA”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PERIÓDICO (1849-1864)	
Laura Junqueira de Mello Reis.....	739
6: MULHERES DE ATENAS? O ESTEREÓTIPO DE MODELO IDEAL DE MULHER PROPOSTO PELA IGREJA CATÓLICA E SUAS EFETIVAS REPRESENTAÇÕES EM JUIZ DE FORA/ MG (1930-1945)	
Mônica Euzébio da Costa.....	752
7: LOLITA: UMA LEITURA SOBRE A SEXUALIZAÇÃO DO MENOR (1957-1961)	
Celina Cabral; Clarissa O’Neill; Jéssica Alves & Marina Neumann.....	761
8: LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-81): UM JORNAL “GUEI” SIM SENHOR!	
Geovane B. Costa.....	770
9: DA PROSTITUTA-ESCRITORA À ESCRITORA-PROSTITUTA, UMA LEITURA DE E SE EU FOSSE PUTA?, DE AMARA MOIRA	
Daniel da Silva Moreira.....	785
SIMPÓSIO TEMÁTICO 14.....	793
1: NAIR DE TEFFÉ E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA ILUSTRADA	
Caroline Farias Alves.....	794
2: HERANÇAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PRESENTES NA COLEÇÃO DE POSTAIS DA VISCONDESSA DE CAVALCANTI	
Alyson Toledo & Patrícia Trogo.....	801
3: MULHERES NOS TERREIROS E NA FOTOGRAFIA: REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO FEMININO POR MEIO DAS IMAGENS PRODUZIDAS NA DÉCADA DE 1960 NO CANDOMBLÉ DE PAI TERESINO EM MONTES CLAROS/MG	
José Vinícius Peres Silva.....	815
4: MARACATRUPE: DE RECIFE PARA O INTERIOR MINEIRO	
João Pedro Marcelino Camilo de Souza.....	824
5: RETRATOS DA SOCIEDADE MINEIRA DO SÉCULO XIX POR HIPÓLITO CARON (1862-1892)	
Aline Medeiros de Vasconcellos.....	832

6: O NU NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Driely Cunha.....849

7: NOS TRAÇOS DE PARREIRAS: JUIZ DE FORA E OS INCONFIDENTES

Thiago de Paula Carvalho.....861

8: MODESTO BROCOS E A CRIAÇÃO DOS “TIPOS NACIONAIS”: A REPRESENTAÇÃO DE A MANDINGA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Laíza de Oliveira Rodrigues & Thiago Ernando Leite de Jesus.....875

9: CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO MURALISTA SACRO ANTONIO NARDI NO BRASIL (1949-1965)

Dirceu Ferreira Barbuto.....890

10: A CAPELA DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS E OS SEUS EVANGELISTAS: ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO TETRAMORFO REPRESENTADO EM SEU INTERIOR

Aline Medeiros de Vasconcellos & Maciel Antonio Silveira Fonseca.....901

11: OS AFRESCOS DE REALENGO

Claudius Gomes de Aragão Viana.....915

12: BAPTISTA DA COSTA: ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO

Brenda Martins de Oliveira.....930

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15.....942

1: O VERDE NOS ANOS DOURADOS: ABORDAGENS DA POLÍTICA FLORESTAL JUSCELINISTA (1956-1961)

Filipe Oliveira da Silva.....944

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16.....960

1: LOCALIZAÇÃO, QUALIDADE AMBIENTAL E HABITAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DO “MINHA CASA MINHA VIDA”: ESTUDO DE CASO DE JUIZ DE FORA - MG

Clarice Cassab; Talison Paulo Ferreira; Thais Mendes de Almeida Melo &

Lilian Aparecida de Souza.....961

2: A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE JUIZ DE FORA E A EXPERIÊNCIA DE LUTA POR MORADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS

Lilian Aparecida de Souza.....973

3: A CAPITAL DO TRABALHO: ORDEM, DISCIPLINA E JUÍZOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO E NO COTIDIANO DE BELO HORIZONTE (1894-1930)	
Fábio Luiz Rigueira Simão.....	987
SIMPÓSIO TEMÁTICO 17.....	998
1: O CORONELISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA ATUALIDADE EM MONSENHOR PAULO	
Luciano Vital da Silva.....	999
2: A ESTRADA DE FERRO NOS RELATOS ORAIS DE MORADORES DA CIDADE MINEIRA DE CATAGUASES-MG	
Walter Alves de Paula Neto.....	1009
SIMPÓSIO TEMÁTICO 18.....	1018
1: OS ERUDITOS E A ARTE DE “DAR SENTIDO” AO PASSADO: O PROBLEMA DO TEMPO EM GEORG SIMMEL E ABY WARBURG	
Edmo Videira Neto.....	1020
2: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES PÚBLICOS NO BRASIL HOJE, OU POR QUE DEVEMOS TODOS NOS TORNAR HISTORIADORES PÚBLICOS	
Frederico Zgur.....	1028
3: REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA POTENCIALIDADE PARA A REPARAÇÃO SIMBÓLICA	
Luiza de Oliveira Botelho.....	1040
4: AS EPISTEMOLOGIAS DA HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE E. P. THOMPSON PARA O TRABALHO DO HISTORIADOR	
Kaio César Goulart Alves.....	1048
SIMPÓSIO TEMÁTICO 19.....	1062
1: REPENSANDO A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS ENTRE 1869-1877	
Olga Mattos de Lima e Silva.....	1064

2: AS MEMÓRIAS EM TORNO DE MAGALHÃES PINTO A PARTIR DA BIOGRAFIA “MAGALHÃES: NAVEGANDO CONTRA O VENTO” – UMA BREVE ANÁLISE	
Esther Itaborahy Costa.....	1077
SIMPÓSIO TEMÁTICO 20.....	1089
1: IMPERATRIZ VERSUS TIRADENTES: O PRÓTO-MARTYR DA LIBERDADE DESAFIA A CONTINUIDADE MONÁRQUICA (1888 – 1889)	
Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira.....	1090
2: ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUBSTITUIÇÃO DE PAISAGENS HÍDRICAS EM JUIZ DE FORA/MG	
Pedro José de Oliveira Machado.....	1104
3: ALÉM DA PLACA: A HISTÓRIA DA RUA BERNARDO MASCARENHAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS SOBRE A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO BAIRRO FÁBRICA	
Caroline de Paula Egídio.....	1120
4: A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO	
Marília Villanova Rodrigues.....	1131
5: OS LIBANESES EM JUIZ DE FORA E SUA RELAÇÃO COM GETÚLIO VARGAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	
Dalila Varela Singulane.....	1139
6: À LUZ DA "SCIENCIA": A ATUAÇÃO DO JORNAL "O PHAROL" COMO VEÍCULO DE PROPAGAÇÃO DOS SABERES MÉDICOS DA LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE (JUIZ DE FORA, 1900 - 1924)	
Maciel Antonio Silveira Fonseca.....	1149
7: OS ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: MEMÓRIAS DAS PERSEGUIÇÕES AOS SÚDITOS DO EIXO	
Luiz Antonio Belletti Rodrigues.....	1162
8: A “DOCILIZAÇÃO” DOS CORPOS SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO FOCAULTIANO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM HISTÓRICA – ESTUDO DE CASO DA SIDERÚRGICA MENDES JUNIOR/JF (1984-1995)	
Myrtes Raposo.....	1178

COMUNICAÇÕES LIVRES.....	1188
1: "VOCÊ ACHA QUE UMA DITADURA NÃO SERIA POSSÍVEL HOJE?": O DISCURSO DO FILME “A ONDA” E SUAS POSSIBILIDADES REFLEXIVAS ACERCA DO ENSINO DE MOVIMENTOS DE MASSA	
Renata Rezende Marcon.....	1189
2: ALÔ, AMIGOS! E VOCÊ JÁ FOI À BAHIA? O CINEMA ESTADUNIDENSE NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A DIFUSÃO POLÍTICA DA “BOA VIZINHANÇA”	
Tatiana de Carvalho Castro.....	1197
3: COLEÇÃO JOSÉ PAULO MARTINS: O OLHAR DO FOTÓGRAFO E SUA NARRATIVA	
Laryssa Sampaio Ferreira.....	1210
4: SALVE JORGE! O SANTO GUERREIRO SOBRE A ÓTICA DO SINCRETISMO RELIGIOSO BRASILEIRO	
José Reinaldo Bernardino & Ricardo Lemes.....	1217
5: DO ROMPIMENTO COM A TRANSCENDÊNCIA DIVINA À DESSACRALIZAÇÃO DE SÍMBOLOS SAGRADOS: UMA ANÁLISE AUDIO-VISUAL NA MÚSICA “GOD IS DEAD” DO BLACK SABBATH	
Angélica da Cruz Bernardo.....	1229
6: SAMBA DE EXALTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO SAMBA NO GOVERNO VARGAS	
João Victor de Oliveira Calegari.....	1244
7: A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE ESCRAVOS NA SOCIEDADE MINEIRA SETECENTISTA ATRAVÉS DA OBTENÇÃO DE ALFORRIAS	
Beatriz Sales Dias & Maria Tereza Moreira Guedes.....	1256
8: CIRCUITOS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA NO IMPÉRIO LUSO DO SÉCULO XVIII: DOCUMENTOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DE MINAS GERAIS	
Nilciana Alves Martins.....	1263
9: “SEGUIR OS ESTUDOS PARA MELHOR SERVIR”: FORMAÇÃO E ASCENSÃO SOCIAL ENTRE MILITARES DE BAIXA PATENTE EM MINAS GERAIS (1780 – 1810)	
Lucas dos Santos Silva.....	1275

10: “EM LEGÍTIMA DEFESA: OS ECOS DA VOZ DE UM JUDEU BRASILEIRO QUE NÃO SE CALOU PERANTE O ANTISSEMITISMO DA ERA VARGAS”

Júlia Amaral Amato Moreira.....1289

11: CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O LIVRO “1808: COMO UMA RAINHA LOUCA, UM PRÍNCIPE NERVOSO E UMA CORTE CORRUPTA ENGANARAM NAPOLEÃO E MUDARAM A HISTÓRIA DE PORTUGAL E DO BRASIL”

Ana Paula Stenner & Ricardo Júnior.....1301

12: “PRA QUE ESTUDAR O PASSADO?” APOIO AO APRENDIZADO ESCOLAR DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Brenda Nataly de Paula Castelari & Edna Mara Ferreira da Silva.....1316

MINICURSO.....1325

1: INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE PESQUISA E ORGANIZAÇÃO EM ARQUIVOS E DE CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Andreia de Freitas Rodrigues & Luiz Henrique Souza de Giacomo.....1326

SIMPÓSIO TEMÁTICO 01

História, Memória e Patrimônio: expressões e representações silenciadas.

Coordenadores:

Luciane Barbosa de Souza - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PPGPACS/UFRRJ.

Maria Luiza Dias Oliveira - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense - PPGH/ UFF.

Este simpósio temático visa promover um debate acerca das relações entre história, patrimônio cultural e direito à reparação. Parte da inquietação do tempo presente, em que a historiografia assume um caráter político e um compromisso ético de reparar o silêncio de grupos, manifestações culturais e religiosas que foram silenciados durante a construção de uma suposta identidade nacional, faz parte de uma construção histórica que remonta, como tema desse Encontro, a era Vargas. Pensar no silêncio como submissão ou como estratégia de autopreservação são debates que transcorrem a historiografia brasileira e nossa política cultural.

O Silêncio é uma forma de omissão. A omissão de determinados temas, culturas, movimentos, artistas ou períodos da história. Ele pode calar gêneros, raças, tipos físicos e sociais por tiranias de gosto ou por preconceitos. O silêncio pode apagar memórias e inviabilizar práticas culturais, religiosas e sociais. A tirania e o preconceito silenciaram parte da nossa história de matriz africana e indígena. Esse silêncio, que ainda hoje vivemos, é a demonstração dessa prática perversa que se constitui com a manutenção da hierarquização estruturalizante da sociedade brasileira.

No final do Século XIX e início do século XX, intelectuais brasileiros atribuíram para si a missão de construção de uma identidade nacional, em termos culturais, linguísticos e musicais. Com foco na materialidade e monumentalização de bens culturais, representantes de uma elite cultural, a política de preservação da memória e do patrimônio cultural brasileiro foi instituída sob a ausência de referências às matrizes africanas e indígenas no conjunto do patrimônio cultural.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN (atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN), criado em 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas, tem por finalidade a preservação da identidade e memória nacionais. Desde o início dos anos de 1930 é notório esta lacuna no campo patrimonial e na literatura especializada. Fato explicado pelo caráter eurocêntrico e restrito da prática do poder público no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural no país desde suas origens.

Somente após os anos de 1960 o mito da democracia racial recebeu diversos ataques de historiadores que iniciavam a primeira revisão das teorias interpretativas sobre a escravidão brasileira. Porém, até os anos de 1980, a maior parte das obras historiográficas ainda privilegiava uma análise sistêmica dos aspectos econômicos e sociais, insistindo na violência da dominação escravista,

contribuindo assim, mesmo contra suas intenções, em cristalizar uma leitura da sociedade escravista que privilegiava a ótica senhorial e excluía o ponto de vista dos ex-escravos e seus descendentes.

A política de patrimonialização em curso, para a preservação da cultura, ancestralidade, memória, patrimônio e defesa das identidades dos povos indígenas e de matriz africana, tem se realizado de forma pontual. Provinda do empenho por parte dos movimentos sociais, indígena e negro, que cotidianamente contribuem para a racialização do debate e para a superação da construção da ideia hegemônica de identidade nacional, as disputas e conquistas pelo reconhecimento dessas culturas estão inseridas em um contexto de mudanças históricas, que, sobretudo, incluem o campo da Memória e do Patrimônio; e, são procedentes da emancipação dos povos tradicionais, nos conduzindo à luta contra genocídio cultural.

O novo contexto historiográfico trouxe o interesse de pesquisadores e historiadores pelas práticas culturais, buscando entender como tradições e saberes haviam conseguido se manter e desenvolver mesmo em condições adversas - como o período escravista e o pós-abolição - e, chegando aos dias de hoje em que somos uma sociedade marcada pelo preconceito racial, que se reproduz em perseguições religiosas, culturais, bem como, em ameaças ao Estado Laico.

O objetivo deste simpósio temático é suscitar algumas questões que o campo historiográfico brasileiro tem enfrentado, e, vem travando eticamente uma batalha política de encontro a atual conjuntura do país. Evitando o silêncio e o esquecimento, a proposta deste simpósio tem a finalidade de abordar as narrativas silenciadas nas políticas de patrimônio e memória - integrantes de ações e movimentos que promovem a manutenção das tradições, dos territórios e da vida em comunidade. Consequentemente, busca estabelecer diálogos fundamentados no campo da pesquisa histórica de reparação às memórias silenciadas, tal qual à difusão da preservação dos direitos humanos, da diversidade e do patrimônio cultural brasileiro.

O SILENCIAMENTO DA REVOLTA DE CARRANCAS NO MUSEU NACIONAL DO CAVALO MANGALARGA MARCHADOR

Brígida Caroline de Resende¹

Geraldo Lorena Neto²

Resumo:

Nesse artigo procuramos abordar o silenciamento da história a partir da perspectiva dos negros enquanto escravizado no que tange a Revolta de Carrancas e sua ausência de representatividade nos espaços do Museu Nacional Cavalos Mangalarga Marchador, local que abriga a história da família Junqueira, personagens centrais desta revolta, e que, no entanto, não traz a mínima menção do acontecido. Nosso intuito é o de trazer a possibilidade de uma nova abordagem da história sobre a revolta e de como essa nova perspectiva vai de encontro com a memória local, o que causa certo desconforto e se revela um tanto problemático.

Palavras-chave: Silenciamento, visões controversas, memória, narrativas.

THE SILENCING OF THE CARRANCAS REVOLT IN THE MANGALARGA MARCHADOR HORSE'S NATIONAL MUSEUM

Abstract:

In this article we seek to talk about the silence of the story starting from the view of the black when enslaved about the Carrancas's Revolution and the absence of representativeness at the rooms of the National Museum of Mangalarga Marchador's Horse, place that lodge the story of the Junqueira's family, central characters of this revolution, that however don't show a minimal mention of what happened. Our wish is to bring the possibility of a new approach of the story about the agitation and how this new perspective that goes "against" the local memory cause a little bit of discomfort and it turns out to be a quite problematic issue.

Key words: Silence, controversial views, memory, narratives.

¹ Graduanda no curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG. Email: brigidafacul@gmail.com

² Graduando no curso de licenciatura em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG. Email: geraldo.lorena@hotmail.com

Em maio de 2017, em ocasião da 15ª Semana Nacional de Museus, que teve como temática "Museus e histórias controversas: dizer o indizível em museus", em consequência de uma parceria entre a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Campanha e o Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador, localizado em Cruzília-MG, realizamos, com a orientação do professor Francislei Lima da Silva, atividades educativas, sendo uma delas intitulada "O Silenciamento da Revolta de Carrancas no Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador".

Antes que se desse qualquer atividade, fizemos um contato prévio com a curadora do museu, a diretora e a vice-diretora da Escola Estadual São Sebastião, instituição escolhida devido à proximidade com o museu. Os contatos em primeira instância foram feitos através de e-mails e telefonemas. Posteriormente, fizemos uma visita de forma que pudéssemos conhecer o local para podermos planejar melhor a atividade e expor nossos objetivos a todos os envolvidos.

A atividade se deu nas dependências do museu e, em primeiro momento, realizamos um tour interativo através das salas com os alunos de primeiro e segundo ano do ensino médio provenientes da referida escola. Na medida em que percorríamos os diferentes espaços do local, instigávamos os alunos a observar o acervo a sua volta e dizer em suas próprias palavras quais suas impressões e qual história aqueles objetos contavam a eles.

Durante a rápida dinâmica de observação em movimento, deixamos claro que a atividade proposta não teria cunho tradicional – em que os alunos servem apenas como ouvintes – e que os mesmos teriam lugar de fala o tempo todo, sendo que se esse lugar não fosse preenchido, a atividade não estaria completa. Em um segundo momento, fizemos uma breve introdução sobre o panorama escravo na região e como este contribuiu para a eclosão da Revolta de Carrancas, conhecida por eles como Massacre de Bela Cruz.

A revolta de carrancas se deu no ano de 1833 e se iniciou em uma fazenda da família Junqueira chamada Campo Alegre (hoje em ruínas) localizada na cidade de Cruzília-MG. Seu ápice se deu em outra fazenda também pertencente à família Junqueira, fazenda de nome Bela Cruz, onde houve a maior quantidade de vítimas. A revolta foi debelada nesse mesmo ano, alguns meses depois de seu início na fazenda Campo Alegre e seu saldo final foi de 16 condenações a morte por enforcamento, a maior condenação coletiva a pena de morte na história do país.

No entanto, apesar da relevância histórica do fato, pouco se sabe sobre ele. Na atual cidade de Cruzília – a época do acontecimento distrito de Encruzilhada – percebe-se uma quase que velada

tentativa de silenciar e esconder a história, sobretudo no espaço do museu localizado no município. O museu se encontra na casa que pertenceu a Gabriel Francisco Junqueira (Barão de Alfenas), proprietário da fazenda Campo Alegre e um dos personagens centrais desta história; no entanto, o museu descreve a história da criação da raça Mangalarga marchador e também relata a história da Família Junqueira e suas fazendas, porém nem sequer faz menção a revolta, fato extremamente importante e que teve como palco fazendas tão próximas da comunidade cruziliense atual.

Para tentar quebrar esse silenciamento e dialogar com os alunos da cidade a respeito do fato, a metodologia que aplicamos em uma de nossas atividades no espaço do museu consistia em uma roda informal de conversação, onde nós colocávamos palavras chaves no centro da roda, e a partir dessas palavras chaves, questionávamos sobre sua ligação, de modo que os próprios alunos chegavam à resposta, acontecimento central de nossa proposta: A Revolta de Carrancas. Após se darem conta do que se tratava, o desconforto logo se instalava e era nítido na feição de todos os presentes: alunos, professores, funcionários do museu. Resolvido o “enigma”, nós indagávamos sobre o que eles sabiam sobre o assunto e deixávamos discorrerem o quanto quisessem.

A partir do momento em que já sabíamos do conhecimento prévio com o qual eles chegavam ao museu – a visão memorialista fortemente presente no local – começávamos a apresentar o nosso ponto de vista sobre o acontecimento, perspectiva essa que se mostra totalmente diferente da que eles já tinham aprendido. Em nossa ótica, os negros escravizados participantes do evento, tinham protagonismo na história, e, levando isso em conta questionávamos os alunos com perguntas como: “Seriam os negros escravizados errados de fazer o que fizeram?” “O que vocês acham que os motivaram a isso?” “Vocês acham que foi a melhor decisão tomada?”. Víamos nitidamente que tais perguntas os tocavam profundamente, e a maioria ficou dividida. Alguns foram radicais e ficaram totalmente a favor dos senhores, outros, a favor dos negros escravizados; logo, muitos se manifestaram expondo seus pontos de vista e tentando entender melhor o que passava no pensamento das pessoas da época para que isso fosse acontecer.

Ao final, percebemos todos muito reflexivos sobre o assunto, e soubemos que alcançamos nosso objetivo, que era o de desmistificar a existência de uma só verdade sobre a história e deixar claro que os negros enquanto escravizados tiveram sim uma participação importante no acontecimento, e que a história é mais do que preto no branco e fatos frios; finalmente, todos tem a liberdade de ter seu entendimento e posição sobre o assunto, porém, somente após conhecer todos os elementos causadores da situação. O que percebemos foi que a visão memorialista local é fortemente

enraizada na população, que trata a revolta de Carrancas não como uma revolta planejada e articulada por escravos e que teve repercussão nacional na época, mas sim como uma revolta isolada ocorrida numa fazenda e que resultou na morte do proprietário da mesma e de sua família acontecimento o qual os memorialistas locais chamam de Massacre de Bela Cruz.

Contrapor esses dois pontos de vista foi muito mais problemático e difícil do que imaginávamos a princípio; houve grandes divergências e uma acalorada discussão argumentativa de defesa da visão memorialista local por conta de membros do museu e professores presentes em nossa atividade. Ponderados os pontos de vista, pudemos argumentar que a perspectiva historiográfica que estávamos colocando em pauta não era uma imposição e nem desqualificava em totalidade o ponto de vista memorialista, ela era apenas a exposição de outro lado da história, um modo de mostrar aos alunos e participantes de nossa atividade dois métodos de abordar uma mesma narrativa e como eles podem ser diferentes e conflituosos entre si, contudo, ambos carregam a sua carga de verdade e não devem ser desqualificados em sua totalidade.

Colocadas as nossas considerações, o resultado foi bem além do esperado; os alunos, membros do museu e professores presentes na nossa atividade que no início se mostraram bem reticentes com o ponto de vista que nós colocamos em pauta, posteriormente, comportaram-se de forma muito mais aberta ao diálogo, o que fez com que a nossa roda de conversa fluísse com mais naturalidade e descontração, proporcionando que principalmente os alunos pudessem sair dali com uma visão mais crítica a respeito do assunto proposto e conseguindo entender nosso objetivo central na atividade, de mostrar que toda a história pode ter dois lados e que em certas circunstâncias, um deles pode ser silenciado em detrimento de outrem.

Referências:

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008

_____. **Rebelião escrava no Sudeste do Império do Brasil: a revolta de Carrancas – Minas Gerais (1833)**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 26., 2011, São Paulo. Anais Eletrônicos... São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300544634_ARQUIVO_RebeliaoescravanoSudestedoImperiodoBrasil.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

A FUNDAÇÃO DO MUSEU IMPERIAL COMO PARTE DE UM PROJETO DE IDENTIDADE NACIONAL

Bruna Maia Azevedo¹

Diego Gonzalez Ribeiro Justino²

Pollyana Gonçalves Nogueira³

RESUMO:

Durante o Estado Novo, as instituições culturais estiveram a serviço da legitimação e consolidação do governo Vargas, atuando na criação de um projeto de identidade nacional para o país. Como parte desse plano nacional, vários museus foram criados, dentre eles o Museu Imperial em Petrópolis, local que preservava a memória de um período de progresso no Brasil. Desta forma, o Estado buscava consolidar frente a nação, um modelo de governo forte e centralizador, características que o mesmo buscava resgatar para o presente. Assim, a proposta deste trabalho é compreender o Museu Imperial como um espaço que apresentava uma função pedagógica direcionada e entrelaçada a um projeto político, que buscava associar o passado imperial ao presente, assim como criar um elo de ligação entre duas figuras, o Imperador D. Pedro II e o presidente Vargas.

Palavras-chave: Museu Imperial; Identidade nacional; Getúlio Vargas; D. Pedro II.

THE IMPERIAL MUSEUM FOUNDATION AS PART OF A NATIONAL IDENTITY PROJECT

ABSTRACT:

During the New State, the cultural institutions were at the service of the legitimization and consolidation of the Vargas government, acting in the creation of a project of national identity for the country. As part of this national plan, several museums were created, among them the Imperial Museum in Petrópolis, a place that preserved the memory of a period of progress in Brazil. In this way, the State sought to consolidate before the nation, a model of strong and centralizing government, characteristics that the same sought to redeem for the present. Thus, the purpose of this work is to understand the Imperial Museum as a space that presented a pedagogical function directed and intertwined with a political project that sought to associate the imperial past with the present, as well as to create a link between two figures, Emperor D Pedro II and President Vargas.

Keywords: Imperial Museum; National identity; Getulio Vargas; D. Pedro II.

¹ Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). E-mail: brunamaiaazevedo@gmail.com

² Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). E-mail: diegogonzalezrj@gmail.com

³ Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP). E-mail: pollyana-nogueira@hotmail.com

O projeto cultural e indenitário do Estado Novo:

A fundação do Museu Imperial integrou o projeto político, cultural e identitário do Estado Novo, com o apoio de Getúlio Vargas. Essa instituição foi criada em um momento em que buscava-se reafirmar a importância da centralização administrativa, da unidade nacional e de um projeto desenvolvimentista para o país. Mas para compreender a apropriação dessa instituição cultural pelo Estado, é necessário retomar o processo revolucionário de 1930, que teve como um de seus desdobramentos a implantação do governo varguista e a institucionalização do Estado capitalista no Brasil.

O ano de 1930 representou o deslocamento da tradicional oligarquia do poder, enquanto as demais frações de classe articuladas com o grupo vitorioso não tiveram condições de legitimar o novo regime e solucionar a crise econômica, política e social da década de 1920. Para Sônia Regina de Mendonça, o período de 1930-37 foi de crise política aberta, sem que nenhuma classe ou fração de classe fosse capaz de propor um projeto hegemônico, ficando a cargo do Estado essa função. A partir desse momento ficou à cargo do Estado, através de formas ditatoriais de supremacia, exercer o papel de dirigente do grupo em direção a renovação, solucionando questões que foram explicitadas a partir da Revolução de 1930, como a consolidação do Estado capitalista no Brasil, o desenvolvimento das indústrias nacionais, a criação de um mercado nacional de trabalho e a construção de uma identidade nacional. Além disso, caberia ao Estado não só impulsionar as mudanças, mas mantê-las sob controle, medindo seu ritmo e efeitos.

Com um discurso de modernização das relações de produção no Brasil, o Estado assumiu o papel de mediar a relação entre capital e trabalho, incorporando demandas das organizações populares e possibilitando o desenvolvimento das indústrias nacionais, através da criação de leis e instituições que regulamentassem as relações de trabalho, com essas medidas o Estado atendia demandas populares e ao mesmo tempo proporcionava o desenvolvimento industrial, evitando o choque de interesses entre capital e trabalho. Com o populismo, Getúlio Vargas se aproximou das massas, tornando-se um líder carismático, essa aproximação se deu através da concessão de direitos sociais, representados nas leis de trabalho e, sobretudo pelas instituições culturais, que funcionam como meio de integrar a população com a construção de um ideal nacional.

A consolidação da nação brasileira seria alcançada pelo Estado Novo, via harmonia social, numa vinculação entre Estado e nação. Neste contexto apagavam-se simbolicamente os conflitos

sociais, na medida em que a sociedade em sua totalidade era representada por um conceito unificador e homogeneizante: o nacional. O Estado para prosseguir com esse projeto deveria ser o construtor e intérprete, de uma identidade nacional, em que a população estivesse integrada, garantindo a legitimidade necessária para um Estado autoritário. A construção da identidade nacional veio de encontro com as necessidades de uma nova organização que se consolidaria no país, pós-1930.

No governo Vargas percebeu-se uma complexa relação entre o Estado e cultura, isso pode ser verificado através da criação de instituições culturais ligadas diretamente ao Estado. No período varguista foram criados o Conselho Nacional de Cultura - decreto-lei nº 526 em 1938, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - decreto-lei nº 25 de 30/11/1937, o Serviço Nacional do Teatro - decreto-lei nº 92 de 21/12/1937, o Instituto Nacional do Livro - decreto-lei nº 93 de 21/12/1937, o Serviço de Radiodifusão Educativa e o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1936). Também foram incorporadas ao aparelho de Estado, instituições existentes desde o período do Império, como a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e o Museu Histórico Nacional.

A partir das instituições culturais era possível que o Estado orientasse a construção da identidade brasileira, perpetuada em diversos segmentos culturais, censurando características indesejáveis e cooptando determinados segmentos. Para a construção da identidade nacional, o Estado Varguista se apropriou de manifestações culturais étnicas ou regionais até então renegadas, tendo características que desagradassem ou contradissem a ideologia do Estado Novo censuradas.

No livro *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, Renato Ortiz, demonstra a relação entre Estado autoritário e cultura no governo Vargas, afirmando que no Estado Novo a relação entre Estado e cultura manifestava-se sobretudo através das instituições culturais. Para compreender a relação do governo com as instituições culturais é importante diferenciar memória coletiva e memória nacional. Segundo Ortiz, a memória coletiva é caracterizada por ser parte de um grupo social restrito, ligada diretamente com uma vivência e manifestada ritualmente, diferentemente da memória nacional que se encontrava no âmbito do universal, não integrando um só grupo.

À memória nacional é da ordem da ideologia. A ideologia se define assim como uma concepção de mundo orgânica da sociedade como um todo (ou visando a totalidade) e como tal age como elemento de cimentação da diferenciação social (ORTIZ, 2012, p. 135 – 137).

Para Ortiz, a identidade nacional deve ser entendida como parte da ideologia, ou seja, abstrata que apenas pode ser compreendida como um projeto ligado as formas sociais que a sustentem. Com isto o autor demonstra como o discurso nacional estava vinculado a um determinado grupo social e também demonstra como um discurso nacional é capaz de interferir na cultura popular. Para o autor:

A pluralidade da memória coletiva deriva justamente do fato de ela se encarnar no grupo que a representa. Sua fragmentação não decorre de uma pretensa debilidade imanente ao popular, mas sim da diversidade dos grupos sociais que são portadores de memórias diferenciadas. Nada unifica um candomblé, um reisado, uma folia de reis, uma cavalhada, a não ser um discurso que se sobrepõe à realidade social. Memória nacional e identidade nacional são construções de segunda ordem que dissolvem a heterogeneidade da cultura popular na univocidade do discurso ideológico. [...] A memória nacional opera uma transformação simbólica da realidade social, por isso não pode coincidir com a memória particular dos grupos populares. O discurso nacional pressupõe necessariamente valores populares e nacionais concretos, mas para integrá-los em uma totalidade mais ampla. [...] O Estado é esta totalidade que transcende e integra os elementos concretos da realidade social, ele delimita o quadro de construção da identidade nacional. É através de uma relação política que se constitui assim a identidade; como construção de segunda ordem ela se estrutura no jogo da interação entre o nacional e o popular, tendo como suporte real a sociedade global como um todo (ORTIZ, 2012, p. 138-139).

A compreensão do caráter abstrato e ideológico da identidade nacional e da memória nacional, leva ao entendimento da relação do Estado autoritário com a cultura, pois o Estado é orientador que determina e delimita os parâmetros para a construção de uma identidade nacional.

A instituição museal e seu papel ao longo do processo histórico:

Como já exposto anteriormente, durante o Estado Novo as instituições culturais fizeram parte de um plano de legitimação e consolidação do governo Vargas e, da mesma forma, atuaram na implantação de um projeto de identidade e cultura nacional. Dentre essas instituições estavam os museus, que funcionavam como espaços de construção de uma determinada memória, que deveria ser difundida à nação, servindo aos interesses do Estado.

Comumente os museus são compreendidos como repositórios da verdade e, dessa forma, acabam possuindo um poder de construir, legitimar e disseminar discursos, pois lhes é atribuído um caráter de imparcialidade. Porém, na realidade não são espaços neutros, mas locais que apresentam

uma certa interpretação da história, onde determinados grupos selecionam memórias para serem conservadas, enquanto outras, conseqüentemente são contestadas ou silenciadas. Por trás de cada exposição, existe uma representação do passado e um discurso, que está condicionado por uma intenção do presente. Portanto, como afirma o museólogo Mário de Souza Chagas:

Indicar que as memórias e os esquecimentos podem ser semeados e cultivados corrobora a importância de se trabalhar pela desnaturalização desses conceitos e pelo entendimento de que eles resultam de um processo de construção que também envolve outras forças, como por exemplo: o poder. O poder é semeador e promotor de memórias e esquecimentos (CHAGAS, 2002, p. 44).

Ao longo do processo histórico os museus foram adquirindo características e funções próprias de seu tempo, mas o modelo de instituição museológica como conhecemos atualmente, começou a desenvolver-se na Europa do século XV, através da prática do colecionismo. Sinônimo de poder econômico, político e de prestígio social, consistia na exposição de artefatos, coleções científicas e obras de arte em espaços onde pudessem ser contemplados. O acesso a tais acervos ficava restrito aos proprietários, em geral famílias nobres e ricas, e pessoas próximas a estes.

Porém, no final século XVIII, principalmente em razão dos desdobramentos da Revolução Francesa, esses espaços deixaram de ser privados e passaram a ser abertos ao público, através da criação dos museus nacionais. Na França, os bens da monarquia e da Igreja foram apropriados pelo Estado, que organizou os elementos do acervo para serem expostos ao público, selecionando aquilo que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido. A partir disso, foram criados espaços como, o Museu do Louvre (1793), o Museu de História Natural (1793), o Museu dos Monumentos (1795) e o Museu de Artes e Ofícios (1802), que celebravam a nação e a ideia de um passado glorioso, elementos importantes para o novo Estado que estava se constituindo. Assim:

A Revolução francesa institui marcos de memória (datas, heróis e monumentos) articulados com um novo conceito de nação. A comemoração desses novos marcos está inserida no projeto revolucionário. As festas não são apenas festas, são também lembranças da Revolução vitoriosa. [...] Utilizada para opor-se à antiga classe dominante, a memória agora é usada pela burguesia e vai penetrar com ou sem sutileza nas escolas, nos museus, nas bibliotecas, nos arquivos, na produção artística, religiosa, filosófica e científica (CHAGAS, 2002, p. 47).

O século XIX representou o momento de maior desenvolvimento dos museus, que contribuíram para a consolidação dos Estados-nações. Como estavam em processo de formação, os

Estados modernos precisavam ser legitimados e fortalecidos, e para isso era necessário unificar a população culturalmente fragmentada, através do sentimento nacionalista. Como aponta Eric Hobsbawm, “*o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto.*” (2002, p. 19) Dessa forma, o nacionalismo deveria ser despertado para consolidar esses Estados, e isso ocorreria por meio da composição de uma cultura e um passado comum à população, formando uma identidade nacional. Monumentos, personagens e fatos históricos, tradições e costumes eram utilizados para sustentar esse sentimento nacional, criando um vínculo coletivo. E um dos espaços onde esses elementos estavam presentes eram o museus, que desempenhavam a função de criar uma memória coletiva e disciplinar os indivíduos, de acordo com o projeto de identidade nacional estabelecido pelo Estado, para afirmar e enaltecer a nação.

No Brasil os museus surgiram no momento de maior crescimento dessa instituição, no século XIX, como parte do plano cultural de D. João VI, devido a transferência da corte portuguesa para o país. Um dos primeiros museus fundados foi o Museu Real, em 1818, que reunia uma coleção de história natural, concedidas pelo imperador de seu acervo pessoal. Outros museus também foram sendo criados e tinham um caráter enciclopédico, que teve seu auge mundial no final do XIX e início do XX. Estes lugares dedicavam-se a estudos no campo das ciências naturais, pesquisas e exibição de acervos etnográficos, paleontológicos e arqueológicos, preservando as riquezas naturais do país. Essas instituições baseavam-se nas teorias raciais e no evolucionismo social, que estavam em eminência naquele período, ao mesmo tempo que contribuíam para a divulgação e ampliação de estudos sobre essas questões.

Entretanto, nas primeiras décadas do século XX, tais modelos de museu perderam espaço no Brasil, devido ao declínio mundial das teorias evolucionistas e raciais, nas quais se baseava. Ao longo da década de 1920, ganhava espaço no país o movimento modernista, que discutia a importância da criação de uma identidade e cultura nacional próprias, cortando os laços de dependência cultural com a Europa. Assim, no lugar dessas instituições enciclopédicas, surgiram espaços ligados a exaltação da história e cultura nacional, semelhantes aos museus europeus do século XIX, através da fundação do Museu Histórico Nacional, em 1922.

Esse espaço acabou tornando-se um modelo para outros museus brasileiros e tinha como finalidade autenticar uma história oficial para o país, de caráter factual, que relembresse determinados fatos e personagens do passado. Seu papel era educativo e buscava despertar um sentimento patriótico através do passado, especificamente por meio da exaltação do período do Império brasileiro,

acreditando-se que isso proporcionaria uma harmonia e contribuiria para o desenvolvimento nacional. Segundo Letícia Julião:

O MHN foi organizado com o objetivo de educar o povo. Tratava-se de ensinar a população a conhecer fatos e personagens do passado, de modo a incentivar o culto à tradição e formação cívica, vistos como fatores de coesão e progresso da nação. Mais que espaço de produção de conhecimento, o MHN constituía uma agência destinada a legitimar e veicular a noção de história oficial, fazendo eco, especialmente, à historiografia consolidada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Com um perfil factual, os objetos deveriam documentar a gênese e evolução da nação brasileira, compreendida como obra das elites nacionais, especificamente do Império, período cultuado pelo Museu (JULIÃO, 2001, p. 20).

Com a implantação do Estado Novo, os museus continuariam preservando essas características de exaltação nacional e servindo como espaços de exercício do poder, como verificou-se desde o final do século XVIII. Para estabelecer uma política patrimonial para o país, foi criado em 1937, o SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Dentre as realizações desse órgão esteve a fundação de várias instituições museais, uma delas foi o Museu Imperial em Petrópolis, palácio que tinha servido de residência de veraneio da família imperial. Por essa razão, esse local reunia um conjunto de elementos favoráveis ao objetivo de enaltecer o passado imperial, época considerada gloriosa e de progresso, tempo que buscava-se associar ao presente, ao governo varguista.

A função legitimadora do Museu Imperial no plano cultural de Vargas:

Eis que D. Pedro, pelas mãos de um presidente forte como Getúlio Vargas, volta como um rei popular, um herói nacional, que como tal não tem nem data, nem local, nem condição (SCHWARCZ, 1998, p. 513).

Segundo Myrian Sepúlveda em sua obra *A escrita do passado em museus históricos*, os museus reproduzem algum tipo de discurso direcionado e são produtos de relações sociais, em que a dominação caminha junto com o consentimento. Para fundamentar essa afirmação a autora utilizou Gramsci e o conceito de hegemonia. Segundo Carlos Nelson Coutinho, um dos maiores estudiosos do pensamento gramsciano no Brasil, o conceito de hegemonia pode ser definido como:

Contrato feito no próprio nível da sociedade civil, gerando em consequência sujeitos coletivos (sindicatos, partidos, movimentos sociais, etc.) que tem uma clara dimensão pública, ‘estatal’. Mas implica também, por outro lado, a necessidade de formas de contrato entre governantes e governados (COUTINHO, 2014, p. 250).

A hegemonia seria, portanto, o momento do consenso, que necessita de lugares formais de transmissão, pois se materializa na sociedade, como o resultado de um conflito que agrega aspectos políticos, ideológicos e coercitivos. A invenção do discurso museológico brasileiro nos anos 40, esteve à serviço da exaltação do Estado Novo e direcionado para a legitimação de um passado nobre e de corte para o Brasil. Nesse momento, Getúlio Vargas atuava como criador e criatura de memórias museológicas, à medida que construiu sua imagem através das instituições culturais.

O Palácio que abriga o Museu Imperial assumiu diferentes funções ao longo do século XIX e XX. Primeiramente foi construído com o intuito de abrigar a família imperial brasileira no segundo reinado, posteriormente com a mudança de regime no país, o palácio abrigou duas instituições escolares, o Colégio Notre Dame do Sion e o Colégio São Vicente de Paulo, na virada para o século XX. Em 1940 durante o Estado Novo, Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei nº 2.096, criando no Palácio, o Museu Imperial, uma instituição que abrangeria o período imperial brasileiro, com ênfase no segundo reinado.

O decreto de criação é de 1940, porém a inauguração aconteceu oficialmente em 16 de março de 1943, ano do centenário de Petrópolis:

[...] recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II; colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis; realizar pesquisas, conferencias e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente de Petrópolis (DECRETO-LEI, 1940).

A fundação do Museu Imperial aconteceu num período em que a criação dessas instituições atendia a interesses totalitários, conforme exposto anteriormente, integrando uma ideologia específica, pautada no Estado Novo, de caráter populista e marcada por intervenção estatal. O Museu Imperial foi fundado no carisma do palácio, da coroa e do cetro de D. Pedro II. O Museu celebra a nação brasileira por meio do culto ao período imperial e a Pedro II. No momento de sua criação teve seu valor consagrado pela história que visava o fortalecimento do conceito de nação dirigida por um

governo forte e centralizador. O Museu Imperial funcionou como ferramenta para o fortalecimento da imagem de Vargas. Stuart Hall em seu livro *Identidade e Diferença* escreve sobre a construção de identidades.

É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional (HALL, 2000, p. 109).

Getúlio Vargas apropriou-se do discurso imperial de centralização nacional e buscou estabelecer uma associação de sua imagem com a de Pedro II. Na década de 1930 e 1940, o Império já não era uma ameaça a ser combatida, mas um elemento simbólico a ser incorporado, valorizando as tradições e o continuísmo do passado.

Assim, o Palácio de Verão de Petrópolis como um lugar que serviu de residência do Imperador Dom Pedro II, carregava uma imagem apropriada para ser comparada e associada a Getúlio Vargas. O monarca que foi um grande estadista, com uma imagem pública forte, bem recebida pela sociedade, que esteve à frente de um regime centralizador e garantidor de unidade nacional. Esse conjunto de aspectos que orbitavam em torno do imperador era conveniente e necessário para construção da figura de Vargas, estadista que precisa legitimar um projeto e para isso retornava um passado onde as instituições eram mais estáveis. A retomada do passado imperial buscava criar a ideia que o Brasil seguia um curso de desenvolvimento natural, que teve início no Império e seria retomado por Vargas.

Getúlio Vargas assumiu o Estado brasileiro num momento de choque de interesses de frações de classe da sociedade, onde o Estado assumiu o papel de mediar esses interesses divergentes com o objetivo de promover o desenvolvimento industrial do país. No Museu Imperial, Pedro II é apresentado como o grande monarca, liberal, ilustrado, dono da coroa e o centro da corte, mas que apesar de herói, é retratado como patriarca, chefe de família e ordeiro, valores caros para o Estado Novo, por isso o Museu Imperial pode ser compreendido como um espaço que apresenta uma função pedagógica direcionada e ligada diretamente a um projeto político, que buscava criar um elo de ligação entre duas figuras, o Imperador Pedro II e o presidente Vargas.

Os museus exercem necessariamente algum tipo de discurso direcionado e, portanto, nunca são neutros, possuem a capacidade de estruturar visões de mundo, contribuindo para criar

imaginários. Durante o Estado Novo, o então presidente Getúlio Vargas, consciente do potencial representado pelos museus, passou a estabelecer uma relação importante com eles, introduzindo sua própria representação nesses espaços.

Em pleno Estado Novo, parecia relevante investir na criação de um lugar de exaltação da nação por meio da história de um império próspero e visionário. Tendo este meio para criar um imaginário lúdico de uma nação que estava em pleno progresso, o Museu Imperial deveria, portanto, promover este discurso.

O núcleo central do Museu Imperial, composto pela residência de verão de D. Pedro II e anexo, foi construído de forma a criar uma imagem de suntuosidade da corte. [...]. Além do fascínio que o cetro e a coroa exercem, o MI ainda tem o privilégio de estar localizado numa casa que lhe confere um poder evocativo muito forte. É um museu que fala do passado, a partir do local onde ele realmente aconteceu (SANTOS, 2003, p. 125).

Dessa forma, o Palácio Imperial de Petrópolis, Museu desde a década de 1940, assim como as demais instituições museais foram, e ainda são, um grande palco para a criação e a promoção de uma imagem de heroísmo com relação aos considerados grandes homens da história, indivíduos diretamente associados às formas do poder, podendo ser incorporado como ferramenta para a reverberação de memórias e identidades, verdadeiras e inventadas.

Atualmente, o Complexo do Palácio Imperial compreende o Palácio, o cineteatro projetado por Lúcio Costa, o pavilhão das viaturas, a biblioteca central, a biblioteca Rocambole, o prédio administrativo, os setores técnicos e as subunidades Casa de Cláudio de Souza e Casa Geyer, além dos jardins que circundam o Palácio que foram feitos sob orientação pessoal do imperador, construídos pelo paisagista parisiense Jean Baptiste Binot em 1854.

Referencial Bibliográfico:

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHAGAS, Mário. *Memória e poder: dois movimentos*. In *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa: ULHT, v. 19, p.43-81, 2002.

DECRETO – LEI N° 2.096. *Criação do Museu Imperial*. Rio de Janeiro, 1940.
Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2096-29-marco-1940-412175-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15/09/2017.

HALL, Stuart. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estados Culturais*. Petrópolis, Vozes, 2010.
HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JULIÃO, Letícia. *Apontamentos sobre a história do Museu*. In *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília: Ministério da Cultura / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/ Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

LACOMBE, Lourenço Luiz. *Biografia de um Palácio*. Petrópolis: Museu Imperial, 2007.

MENDONÇA, Sônia Regina de. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

NETO, Alberto Luiz de Andrade. *Legitimações através de espaços culturais: o caso de Getúlio Vargas*. Cadernos NAUI, UFSC, 2013.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e Identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RODRIGUES, Marcia. *Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva*. Porto Alegre: Em questão, 2015.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador: Dom Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SUANO, M. *O que é museu?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA

Rodrigo Musto Flores¹

Resumo:

Entendendo que a memória é fundamental para a tomada de conhecimento do passado e que seus usos e manipulações produzem discursos e estes estão relacionadas ao contexto de formação da identidade. Investigar as formas de utilização coletivas nas quais as memórias dos Ex-Combatentes da Força Expedicionária Brasileira são empregadas e quais são as práticas em torno dessa memória é o objetivo central do projeto, a qual esta comunicação de refere. Dessa forma se faz importante promover uma análise historiográfica da memória contemporânea amplamente difundida pelas instituições e reafirmada pelos monumentos e comemorações, afim de perceber como essa construção social está associada a formação da identidade e a difusão de um ou mais relatos acerca da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chaves: memória, reintegração social, veteranos de guerra.

BRAZILIAN EXPEDITIONARY FORCE: THE CONSTRUCTION OF A MEMORY

Abstract:

Understanding that memory is fundamental to the knowledge acquisition of the past and that its uses and manipulations produce discourses and these are related to the context of identity formation. Investigate the collective forms of use in which the memories of the Ex- Fighters of the Brazilian Expeditionary Force are employed and what are the practices around this memory, is the central objective of this project, to which this article refers. It's very importante promote a historiographical analysis of the contemporary memory widely disseminated by the institutions and reaffirmed by the monuments and celebrations, in order to understand how this social construction is associated with the formation of identity and the diffusion of one or more reports about Brazil's participation in World War II.

Keywords: memory, social reintegration, war veterans.

¹ Mestrando vinculado ao mestrado profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e cidadania (UFV) – Orientador: Luiz Lima Vailati - E-mail: rodrigo.flores@ufv.br.

O historiador que se dedica à análise da memória e sua dinâmica de significação, deve partir como pressuposto de que as memórias são pontos fundamentais da identidade de todo ser humano ou grupo social. Para tanto, uma análise da memória requer um esforço de compreensão não só das suas diferentes perspectivas, mas também das dinâmicas que se situam em torno das relações de poder que arbitra diretamente na relação entre lembranças e esquecimentos.

Este artigo, portanto, é fruto das reflexões iniciais obtidas com a projeto de pesquisa intitulado: “As Associações de Ex-Combatentes e a construção de uma memória sobre a Força Expedicionária Brasileira (1946 – 2017)”. No qual analisando a desmobilização e reintegração social dos ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, buscamos entender como se deu o processo de desmobilização e ressocialização dos civis e militares incorporados à Força Expedicionária Brasileira, de agora em diante FEB, e como esses grupos construíram e administraram e difundiram suas memórias.

Maurice Halbwachs inicia uma reflexão sobre a memória e aponta que o exercício de construção desta é, em suma, um processo que se dá no âmbito coletivo. O autor aponta que: “nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos que só nós vimos” (HALBWACHS, 2003: 26). Esse processo, segundo o autor, ocorre porque mentalmente deslocamos de um grupo para outro e nossa forma de agir perante as experiências que nos são propostas está diretamente ligada as percepções que temos e estas são influenciadas pelos grupos com os quais nos relacionamos.

Ao propor um trabalho no qual o objeto de pesquisa é um grupo formado em meio a um ambiente de conflito, é necessário pressupor que tais episódios geram uma série de feridos, doentes, mutilados e traumatizados que após o término das hostilidades, retornaram como puderam às suas vidas. Estes combatentes uma vez desmobilizados e possuindo seus relatos empíricos sobre os horrores vivenciados em um cenário de guerra, posteriormente, se organizaram em associações e núcleos que possuíam como objetivo principal, segundo Francisco César Alves Ferraz:

Promover a reintegração social entre os veteranos de guerra, representar seus interesses coletivos diante das autoridades, preservar e promover a memória dos feitos dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, oferecer dentro de suas possibilidades, assistência social e jurídica àqueles companheiros em dificuldades e lutar pela valorização da paz nas relações sociais e internacionais (FERRAZ, 2012: 94).

Entendemos, então, que sentimento de grupo concebido no campo de batalha, se consolida posteriormente quando esses indivíduos percebem que compartilham uma série de características comuns que extrapolam, por exemplo, o conceito de nacionalidade e patriotismo. Esses homens e mulheres são agora sobreviventes, e cabe a eles mesmos a divulgação e difusão de suas experiências como uma forma de dar continuidade a suas memórias. Dessa forma, ao atuar juntamente com as associações, entende-se que a presente proposta de pesquisa consiga esclarecer a relação dos ex – combatentes com os locais de memória assim como a participação dos próprios veteranos como agentes que moldaram o discurso ao longo do tempo.

Ferraz aponta que uma série de medidas foram tomadas para diminuir o impacto da chegada dos expedicionários ao Brasil. Tais medidas iam desde a desmobilização da FEB outorgada ainda em solo italiano por meio do Aviso Nº 217-185 de 06 de julho de 1945, até a proibição do uso de: uniformes, distintivos, medalhas, condecorações ou qualquer outro adereço que fizesse referência a campanha da Itália. Outra deliberação do governo brasileiro que recai sobre os expedicionários é a proibição de relatar suas experiências nos campos de batalha na Itália através do Aviso Nº 197-166 emitido em 11 de junho de 1945(FERRAZ, 2012: 213).

Esse arcabouço de medidas outorgadas sobre os veteranos de guerra colabora, segundo Sirlei de Fátima Nass, para uma reversão ao tratamento natural ao veterano de guerra no Brasil. Nass aponta que:

A imagem de Heróis de Guerra foi, de um instante para outro, invertida, pois os mesmos passaram a ser vistos como vilões, turistas, aproveitadores, culpados de algo que não conseguiam entender. Ser um ex integrante da FEB não era motivo de orgulho, mas sim de desprezo (NASS, 2005: 85).

Ao se considerar as implicações políticas em torno da chegada da tropa expedicionária no Brasil, podemos considerar que este processo não era extremamente confortável para o sistema político vigente. Getúlio Vargas, governava o país sob um regime ditatorial e a estreita relação entre o discurso que envolvia o retorno da Força Expedicionária e a redemocratização do país estava em voga. Segundo Ferraz:

Tal Identidade entre a luta da FEB e aquela pela restauração das rotinas democráticas não era nova. Há muito, a FEB já tinha entrado nas cogitações dos atores políticos, seja como símbolo poderoso, seja como aliada, seja como alvo de inquietação. Os debates de expedicionários na Itália, os discursos de exaltação das lutas antifascistas

no Brasil, a corrida dos grupos políticos para identificarem com os “soldados da democracia” estavam na ordem do dia no período de entre julho e outubro de 1945. Mas os expedicionários, quando chegaram não puderam se incorporar ao “cordão” democrático do qual eles teriam sido seu “abre-alas”. Rapidamente foram desmobilizados e dispersos pelo território nacional, a cuidar de sua vida pessoal (FERRAZ, 2012: 107).

Inicia – se então a partir deste contexto as disputas em torno do que seria lembrado sobre a FEB e de como essas memórias seriam utilizadas. Em vista, portanto do conturbado processo de desmobilização a análise dessa memória se faz uma temática produtiva de pesquisa, já que, possibilitaria compreender mais sobre os discursos que estavam em voga durante a construção da memória social descrita, na qual, a formação das associações de ex-combatentes, a instituição de monumentos são pontos extremamente importantes sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Muito em voga no contexto atual, o estudo da memória tem chamado atenção de historiadores e sociólogos devido ao constante apelo a uma cultura de preservação e o fervor patrimonial presente na sociedade contemporânea. Segundo Ulpiano T. Bezerra de Menezes: “o surgimento desses discursos é fundamental para a organização, preservação e conservação de indicadores empíricos preciosos para o conhecimento de fenômenos relevantes e merecedores de análise e apreensão histórica” (MENESES, 1992: 09).

David Lowenthal, considera que as memórias são pontos fundamentais para a tomada de conhecimento do próprio ser, o autor aborda a característica as lembranças sustentam nosso sentido de identidade, dessa maneira o esforço de relembrar é fundamental para saber o que fomos e confirmar o que somos. Lowenthal escreve que: “A necessidade de se utilizar e reutilizar o conhecimento da memória, e de se esquecer assim como recordar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as lembranças às necessidades do presente. ” (LOWENTHAL, 1998: 78). A construção da identidade perpassa a relação do ser com o mundo em que vive, de tal forma, que a memória, estabelecendo relação inerente com esse autodesenvolvimento, estabelece também uma relação intrínseca frente ao momento em que ela é articulada e expressa.

Portanto, o exercício de rememoração do passado, fornece a nós um ponto de partida, já que, é identificando de onde partimos que podemos ter consciência de onde pretendemos chegar, entretanto a construção do ser não deve ser pensada fora de um coletivo e a análise das memórias de um grupo, como é o caso do presente trabalho, está inserida nesse mesmo processo ao passo que “Os grupos também mobilizam lembranças coletivas para sustentar identidades associativas duradouras,

da mesma forma que os instrumentos legais conferem às companhias e às propriedades privadas imortalidades em potencial. ” (HALBWACHS, 2013: 143).

Considerar o momento no qual a memória está sendo analisada constitui um ponto extremamente importante para qualquer análise da memória social seja, esta localizada no âmbito pessoal ou coletivo. Ao se tratar da perspectiva coletiva da memória percebe-se uma constante disputa política em torno do que vai ser lembrado ou esquecido; datas, acontecimentos, indivíduos e representações. Todo esse processo de negociações influencia nas sensações que essa memória irá provocar.

A construção da memória coletiva nacional não perpassa um amálgama de inúmeras memórias individuais heterogêneas, mas sobressai nesse discurso as versões ou impressões de um determinado grupo dominante em detrimento de outros. Novamente neste ponto observamos o exercício da memória diretamente ligado ao esquecimento. Esse processo de suprimir ou evidenciar versões possui um caráter um tanto quanto perverso à medida que a memória social, principalmente aquela engendrada no âmbito nacional, pode apresentar um caráter prejudicial as reminiscências dissidentes quando essa relação entre as memórias (a hegemônica e a das minorias) se torna desigual.

Considerando os jogos de poder relacionados diretamente ao que será lembrado e por sua vez esquecido em relação ao discurso de memória além de sua característica fundamental como construção da identidade apontado pelos autores acima. Buscaremos através das pesquisas que estão sendo realizadas juntamente com as associações de ex-combatentes identificar os meandros desses discursos, as adaptações que são realizadas acompanhando o contexto político-social da época, como essas associações e seus membros atuaram para construir uma memória típica dos ex-combatentes, bem como coletar e analisar alguns meios pelos quais essa memória circulou e circula.

As fontes coletadas até o momento foram obtidas nos arquivos da Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) de Juiz de Fora, nos jornais disponíveis no site da Hemeroteca Nacional e no arquivo digital do CPDOC e referem-se a: atas das reuniões entre os associados, panfletos veiculados pela própria instituição, matérias de jornais sobre a associação e sobre a FEB, além de jornais de campanha produzidos pelos próprios expedicionários no calor dos conflitos e ofícios produzidos pelos veteranos sobre alguma demanda de grupo em relação ao contexto nacional.

As questões colocadas até o presente momento nesta pesquisa visam analisar as articulações entre a política local e a distinta associação, bem como sua atuação e políticas desenvolvidas para a

ressocialização dos veteranos além da conquista do espaço público pelas suas ações e memórias que a princípio tinham um objetivo de alcançar um reconhecimento nacional de seus feitos pela sociedade e governo e obter junto a esse último os benefícios que lhe eram de direito.

Mediante a identificação de qual grupo estava à frente da associação, é possível identificar quais discursos sobressaíam e quais atitudes eram tomadas pelos associados frente as diversas demandas. Portanto, as atas de reunião são fontes fundamentais para a presente pesquisa, pois, auxiliam o pesquisador a compreender qual discurso estava em voga em um determinado contexto e quais grupos atuavam na associação e nas políticas de construção de um discurso de memória sobre a FEB e a participação do Brasil no conflito.

A instrumentalização da memória merece uma atenção especial, já que, é através dela que se identifica algumas características caras a presente análise que são: os meios pelos quais essa memória circulou, a qual público ela se referia, qual era alcance das publicações e qual era o discurso veiculado. A análise deste ponto em específico permitirá compor um quadro de como as deliberações acerca da memória decididas em reuniões e encontros entre os associados chegavam ao público não vinculado à instituição e também entender como se dava a relação entre o núcleo juiz-forano de veteranos as instituições militares e demais associações. Essas publicações juntamente com os jornais escritos no calor dos combates permitirão compor um paralelo de como os indivíduos se viam no momento do conflito e qual a imagem prevaleceu após o término das hostilidades.

Helenice Rodrigues da Silva em seu artigo intitulado “Rememoração”/Comemoração: As utilizações sociais da memória, aponta que: “O uso perverso da seleção da memória coletiva encontra-se, portanto, nesse processo de “rememoração” social, cuja função é justamente a de impedir o próprio esquecimento. Apagam-se da lembrança as situações constrangedoras” (SILVA, 2002: 433). Ainda segundo a mesma autora, comemorar significa reviver de forma coletiva algo que julgamos ser um acontecimento ou ponto importante, mas tal comemoração não passa de uma seleção arbitrária da memória, ou seja, essa seleção é uma imposição de uma versão em detrimento de tantas outras existentes.

Característica inerente à memória, sua fluidez e mutabilidade tornam-na uma das chaves para que lancemos nosso olhar ao passado. A memória coexiste com o presente e, é no presente que se encerra o processo de rememoração. Para tanto recuperá-la em sua totalidade é um exercício impossível, já que, o processo de recordação apresenta uma relação extremamente próxima com o

contexto vivenciado no momento em que ele ocorre, estimulamos as lembranças para dar vida ao passado, mas também para repensa-lo com vistas no presente.

Ulpiano T. B. de Meneses tece uma análise sobre a característica extremamente fluida dos discursos de memória e a sua transformação ao longo do tempo. Segundo o autor: “A elaboração da memória se dá no presente e para responder a solicitações do presente. É do presente, sim, que a rememoração recebe incentivo, tanto quanto as condições para se efetivar” (MENESES, 1992: 11). É essa relação intrínseca entre presente e passado que permeia toda a discussão da pesquisa em andamento.

O conhecimento acerca da memória, sua utilização e reutilização, fazem com que o indivíduo que rememora promova: seleções, recortes, redefinições, distorções e transformações ocasionadas em parte pelas alterações ocorridas ao passar dos anos e em parte frente as necessidades inerentes ao presente de evidenciar alguns pontos em detrimento de outros.

Joël Candau em seu artigo intitulado: “Bases Antropológicas e Expressões Mundanas na Busca Patrimonial: memória, tradição e identidade” e aponta que todo indivíduo possui uma memória e que seu discurso é inteiramente preenchido por ela, assim o autor evidencia que a memória como ponto fundamental é inerente do ser está carregado de um jogo de lembranças e esquecimentos. Essa memória considerada de caráter individual é o ponto fundante de uma “identidade narrativa” (CANDAU, 2009: 48). Esta categoria se faz presente à medida que os indivíduos encontram uma funcionalidade para seu discurso. Funcionalidade essa, que Paul Ricoeur denomina de moldura coletiva. Dessa maneira não basta que a memória individual seja considerada “verdadeira”, “autêntica” no sentido pessoal, ela necessita como característica inerente de uma confirmação social.

Como já exposto promover uma análise da memória social de um grupo significa, em suma, ponderar sobre como o referido grupo lida com o presente e com o contexto atual em que os membros desse grupo se relacionam e produzem a narrativa. A memória é, moldada pelo presente, mas se refere ao passado tornando-o compreensível. A ida às fontes e a relação da pesquisa com as associações permitirá observar como foi o processo de construção da memória coletiva sobre a FEB. Já que devido ao papel importantíssimo das associações de ex-combatentes no imediato processo de desmobilização possibilitará, analisar a participação dessas unidades como os primeiros locais de memória e também como porta-vozes do grupo em questão.

Ao analisar o discurso de memória produzido por esses indivíduos, tomaremos contato com um quadro mais amplo das impressões dos combatentes brasileiros sobre a participação do Brasil

num conflito de tamanha magnitude. Compor esse quadro colabora para a compreensão das análises históricas sobre a FEB. A problemática da relação conceitual entre história e memória está inerente na presente proposta.

Pierre Nora nos atenta para uma caracterização bem definida entre esses conceitos, segundo o autor:

Memória, história: longe de serem sinônimos tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta a dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e repentinas revitalizações (NORA, 1981: 9).

O historiador como produtor de conhecimento científico, não deve abandonar seu posicionamento de criticidade em relação as suas fontes. A história, segundo Nora, como operação intelectual demanda uma análise crítica dos discursos além de ser, nas palavras do autor: “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais.” (NORA, 1991: 9). Conhecemos do passado aquilo que as fontes, carregadas de subjetividade e interpretações pessoais nos legaram. Dessa forma, cabe ao historiador o distanciamento e a problematização de suas fontes tratando-as como um discurso.

Portanto, frente a um processo cada vez mais constante de promoção de uma recordação total, de um fervor em torno da memória e da comercialização do passado como algo dado que vem à tona com a multiplicação de museus, monumentos e locais de memória, o distanciamento do pesquisador em relação as suas fontes permanece essencial, para o processo de produção de conhecimento sobre o passado, já que, assim o trabalho do historiador possa ser o de problematizar e continuar tecendo análises críticas sobre esse passado, em suma, irrecuperável.

É evidente e cada vez mais crescente o apelo constante para a valorização das memórias hora dissidentes e suprimidas, esse resgate vem sempre acompanhado de uma disputa que objetiva dar voz aos que hora foram silenciados ou de encampar uma luta em prol da sobrevivência da memória de um grupo no imaginário coletivo. Se não há como quantificar o quanto de nosso presente é preenchido com o passado, devido à enorme representatividade da memória em nossa vida, é necessário, portanto, que a análise da memória permaneça como um objeto de apreensão historiográfica.

• **Referências Bibliográficas:**

CANDAU, Joel. **Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade.** Revista Memória em Rede, Pelotas (RS), v. 1, n. 1. p. 43 - 58, dez. 2009-mar.2010.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000).** Londrina: eduel, 2012.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado.** Projeto História, São Paulo, no. 17, nov.1998. p.63-201.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais.** In: Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. São Paulo, v. 34, 1992. p. 9 – 23.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: Indagações sobre a reintegração social dos febianos paranaenses (1943-1951),** Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, letras e artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade social.** In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992. p. 200 – 215.

SILVA, Helenice Rodrigues. **Rememoração/Comemoração: as utilizações sociais da memória.** In: Revista Brasileira de História, v. 22, no. 44, São Paulo, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882002000200008 Acesso em: 15/04/2017.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares.** Trad, Yara Aun Khoury. In: Projeto História: Revista do programa de estudos pós-graduados em História e do departamento de história da PUC-SP. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP, 1981. p. 7 - 29.

PELOS TESOUROS DE MONIFA A DESCOBERTA DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DISCUTINDO MEMÓRIA E IDENTIDADE ATRAVÉS DA HISTÓRIA DA LITERATURA INFANTO-JUVENIL

Edylane Eiterer¹

Raquel Borges Salvador²

Resumo:

Através do livro paradidático “Os Tesouros de Monifa”, de Sonia Rosa, foram desenvolvidos trabalhos pedagógicos interdisciplinares para que, pelo viés da leitura, as noções de identidade e memória fossem discutidas com os alunos do Ensino Fundamental. A partir de conversas sobre o Patrimônio Cultural Material e Imaterial os alunos se (re)conheceram como agentes construtores da história e guardiões de peças importantes na sociedade em que vivem. Os exercícios desenvolvidos valeram-se de metodologias de Educação Patrimonial, além de ressaltar conceitos como gênero, cultura africana e afro-brasileira e o exercício da cidadania através do conhecimento e da preservação de seus patrimônios, saberes, fazeres e memórias, fortalecendo suas identidades.

Palavras-Chaves: Educação Patrimonial. Metodologias de Ensino. Memória. Identidade.

BY THE TREASURES OF MONIFA THE DISCOVERY OF CULTURAL PATRIMONY: DISCUSSING MEMORY AND IDENTITY THROUGH THE HISTORY OF INFANT-YOUTH LITERATURE

Abstract:

Through the book "Os Tesouros de Monifa", by Sonia Rosa, interdisciplinary pedagogical works were developed so that, through the reading, the notions of identity and memory were discussed with the elementary school students. From conversations about the Material and Intangible Cultural Heritage the students became known as historical builders and guardians of important pieces in the society in which they live. The exercises developed were based on methodologies of Heritage Education, as well as highlighting concepts such as gender, African and Afro-Brazilian culture and the exercise of citizenship through knowledge and preservation of their heritage, knowledge, actions and memories, strengthening their identities.

Keywords: Heritage Education. Teaching Methodologies. Memory. Identity.

¹ Edylane Eiterer é professora de História na Rede Municipal de Juiz de Fora, com graduação em História com habilitação em Patrimônio Histórico (UFJF), especialista em Gestão do Patrimônio Cultural (PERMEAR/Granbery) e mestra em Educação (UFF). edylaneeiterer@yahoo.com.br

² Raquel Borges Salvador é professora dos anos iniciais da Rede Municipal de Educação de Juiz de Fora, com graduação em Pedagogia pela UFJF e Mestre em Educação pela mesma instituição. kelborgessalvador2@gmail.com

Introdução:

Quando se trata do ensino de História, é fundamental que sejam feitas seleções de temas e/ou conteúdos a serem trabalhados e cuja relevância se encaixe no cotidiano dos alunos, de modo que a relação do ensino-aprendizagem seja contextualizada à realidade na qual se insere.

Dessa forma, o

‘fazer histórico’ é mutável no tempo, seu exercício pedagógico também o é. Ensinar história é uma atividade submetida a duas transformações permanentes: do objeto em si e da ação pedagógica. O objeto em si (o ‘fazer histórico’) é transformado pelas mudanças sociais, pelas novas descobertas arqueológicas, pelo debate metodológico, pelo surgimento de novas documentações e por muitos outros motivos. A ação pedagógica muda porque mudam seus agentes: mudam os professores, mudam os alunos (KARNAL, 2010:8-9).

Diante de um quadro tão passível de mudanças e tão exigente, tomamos como norte os objetivos gerais do Ensino Fundamental, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN):

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres; posicionar-se de maneira crítica e construtiva através do diálogo; conhecer as características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a identidade; conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro e de outros povos (BRASIL, 1997:7)

Ora, uma vez conhecendo esses objetivos, escolher um livro paradidático como o “Tesouros de Monifa”³ é possibilitar aos professores um desenvolvimento de atividades que perpassem pela interdisciplinaridade e, aos alunos, que conheçam outras fontes de estudo, de conhecimento e desenvolvam mais suas relações de identidade e memória com as raízes afro-brasileira, realidade majoritária da escola em questão⁴.

³ “Os Tesouros de Monifa” é um livro de literatura infanto-juvenil cuja personagem principal é uma matriarca africana, escravizada, que resistiu à opressão através de cartas, poemas, receitas e rezas, que foram passadas de geração em geração: ROSA, Sonia. **Os Tesouros de Monifa**. São Paulo: Brinque-Book, 2009

⁴ O trabalho foi desenvolvido em uma escola da rede municipal de ensino, da zona norte, da cidade de Juiz de Fora, MG, ao longo do ano letivo de 2016, envolvendo diretamente as aulas de história e o espaço da Sala de Leitura, mas contando com o apoio de professores de geografia, produção literária, artes e informática.

Os trabalhos foram pensados a partir do viés histórico, mas desenvolvidos de maneira interdisciplinar, contanto com a Sala de Leitura⁵ e valendo-se de metodologias de Educação Patrimonial, buscando abordar os conteúdos escolares a partir da história local, das vivências e memórias dos alunos e do livro paradidático.

Escolhemos partir de um livro porque concordamos que no cenário atual

Surgem novas práticas sociais de leitura e de escrita que precisamos compreender para que possamos nos manter, de forma crítica, no fluxo das produções de conhecimento do nosso tempo. O conceito de leitura, então, deve ser repensado de forma mais adequada, em relação a diferentes linguagens com as quais lidamos diariamente (BELMIRO, 2010:17).

Redescobrir o espaço da Sala de Leitura e valorizar a atividade com livros é um estímulo ao desenvolvimento das habilidades dos alunos e de seus sentidos, já que “o olhar, o ouvir e o escrever são atos cognitivos, uma vez que é com tais atos que logramos construir nosso saber” (OLIVEIRA, 2000:18) e que é através da prática que o hábito se cria.

1. Liberdades: Ouvir, pensar e falar levam à construção dos saberes:

Um dos desafios de nosso tempo está em adequar as relações de ensino e aprendizagem às realidades dos alunos, tornando as aulas mais próximas de suas vivências.

Freire aponta a importância da percepção do sujeito em relação à sua participação no processo de emancipação histórica: “Não sou apenas objeto da história, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.” (FREIRE, 2008:77).

Nesta perspectiva, as atividades foram desenvolvidas através de um diálogo enriquecedor, respeitando a dinâmica sociocultural dos alunos, conjugando os seus saberes próprios com o estímulo ao conhecimento das histórias de seus familiares, incentivando pequenas entrevistas e pesquisas, em casa, de elementos culturais que fossem relevantes aos temas estudados a cada momento.

Acreditamos que estas ações educacionais contribuíram para que esses alunos se sentissem como indivíduos responsáveis pela promoção e valorização de suas memórias e identidades,

⁵A Sala de Leitura é o espaço referente à biblioteca na escola em que as atividades foram desenvolvidas. A professora responsável por esse espaço e pela condução dos projetos que nele ocorrem possuem formação na área de educação, já que não há uma exigência da rede municipal de ensino que tal espaço seja organizado por uma bibliotecária.

especialmente a partir do momento que os (re)conhecem como seus bens culturais e que se apropriam deles, podendo exercer uma “preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania” (HORTA, 1999:06).

É nesse momento que nos valem das metodologias da Educação Patrimonial que,

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado ao Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA, 1999:6).

O trabalho com a Educação Patrimonial, buscando valorizar os saberes dos alunos e as riquezas culturais de suas famílias e comunidades, dá a eles a liberdade essencial para o processo de construção do conhecimento.

Ao estimular que os alunos façam entrevistas com pessoas mais velhas, retomamos a aproximação dos antepassados *griots*, cuja oralidade era predominante, fazendo do exercício de ouvir algo fundamental para a manutenção da identidade e a preservação das tradições.

De fato, “não bastam um olho sincero e uma mão fiel para ver tudo o que há; é preciso, além, disso, uma mente educada” (OLSON, 1997: 246-247), levando-nos a realizar tarefas que levem os alunos não só a ouvirem os seus familiares e pessoas mais velhas, mas adequando-os aos ambientes vários de aprendizagem como a Sala de Leitura, mostrando outras formas de saberes e outras fontes de construção do conhecimento.

É o que Oliveira coloca como a necessidade de se ter um olhar disciplinado para a sociedade e suas demandas comunicacionais:

Enquanto no olhar e no ouvir ‘disciplinados’ – a saber, disciplinados pela disciplina – realiza-se nossa percepção. Será no escrever que nosso pensamento exercitá-se-a da forma mais cabal, como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social (OLIVEIRA, 2000: 18).

O uso do livro paradidático e as atividades se seguiram como a realização de entrevistas, escritas de poesias, construção/distinção de conceitos, oficina de envelhecimento de papel e rodas de

conversas têm, portanto, o objetivo de disciplinar o olhar do aluno enquanto um agente construtor de sua história e também como guardião das memórias de sua comunidade e que, são esses elementos que o caracterizam como membro de um grupo, que definem a sua identidade.

Atrelada ao ouvir, claro, está o falar. O conhecimento só se expande e se mantém vivo quando um sujeito escuta o que o outro fala. E, posteriormente, aquele que ouviu repete a história.

Esse contato entre gerações, entre os membros da família e a exposição das narrativas pelos alunos, na escola, desperta a percepção de que “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo o que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele” (BLOCH, 2001:79), de modo que todo o espaço é propício para se apreender a História, inclusive dentro de casa.

Há uma tentativa de se resgatar as memórias, as tradições orais, os saberes dos antepassados e ressaltar como se constroem as várias faces da história e como esses elementos culturais transformam-se em referências culturais de um grupo.

Destacam-se os seguintes objetivos: perceber que histórias e escritos familiares são possibilidades de acervos históricos; reconhecer as mulheres, principalmente as mulheres negras, como sujeitos históricos; conhecer algumas fontes, escritas e orais de alguma antepassada de sua família; associar a história contada no livro trabalhado com o conteúdo do livro didático de História; compreender que há outras formas de acervos históricos que fogem da ótica hegemônica tradicionalmente trabalhada nos livros didáticos; perceber a cultura dos povos africanos como formadora de nossa história e nossos costumes.

2. A cultura negra é do dia a dia, não apenas de um dia: Práticas pedagógicas sobre africanidades e brasilidades:

Além dos objetivos dos PCN, nossos trabalhos foram pautados na lei nº10639/2003, que trata da inserção de temáticas referentes à História da África e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e médio. Nesse contexto, o livro Tesouros de Monifa, enfatiza a importância dos escritos de uma africana escravizada, Monifa, que, como tesouros, foram passados de geração a geração até chegar em sua tataraneta.

Esses pertences, muito além de tratarem de cenas do cotidiano de Monifa e de suas memórias, ao serem observados por sua tataraneta, ganham ecos muito maiores, funcionando como

porta-vozes de uma época cuja testemunha resistiu à opressão do sistema escravocrata pelo exercício da escrita.

O livro apresenta elementos que corroboram a valorização de acervos familiares, ampliando a noção de fontes históricas, mostrando que a História é uma construção e que muitas vozes deixaram de ser ouvidas, mas estavam presentes no processo. Essas novas fontes ajudam na construção da consciência histórica e crítica dos alunos seja no que diz respeito ao conhecimento de suas memórias ou aos meios de registro, ressaltando que toda manifestação cultural e todo tipo de registro delas podem ser consideradas um patrimônio cultural.

Assim, ao buscar ouvir histórias familiares e locais, observando-as como fontes valiosas, outras vertentes da História são tecidas e desenham um contexto histórico mais abrangente, sendo, nesse prisma, fundamental olhar e questionar a escola e seus currículos como elementos a viabilizar o conhecimento dessas histórias particulares.

O exercício era o de buscar uma metodologia que efetivasse o papel da escola, principalmente no ensino de História, deslocando o foco para além dos conteúdos, pois “está relacionada aos tipos de educação que se promove e aos espaços em que elas devem acontecer”. (EITERER, 2016:149).

Embora tenha sido pensado para alunos do 5º e 6º anos do Ensino Fundamental, o livro Tesouros de Monifa pode ser usado para outros anos, abordando a temática das africanidades e da cultura afro-brasileira.

Romper com a agenda convencional de comemorações foi um dos objetivos principais desse projeto, pensado para ser atemporal, ou seja, desenvolvido ao longo de todo o período letivo, entrecruzando vários temas das disciplinas e enfatizando a presença e importância dos negros em nossa formação cultural e identitária.

Nesse ponto, os trabalhos realizados com os alunos buscaram destacar essas importâncias caladas ao longo do processo histórico.

Como ponto de partida, houve o confronto entre mapa do Brasil e mapa da África, ressaltando, principalmente que este é um continente, permeado de povos culturalmente diferentes e, aquele é o nosso país. Para que os conceitos de continente e país fossem bem aclarados, a Sala de Informática foi bastante utilizada para a realização de pesquisas além da busca em atlas e enciclopédias da Sala de Leitura.

O mapa da África foi o mote para apresentar o livro e sua personagem principal como construtora de um precioso tesouro para suas futuras gerações.

Tomando, então, a personagem Monifa, o projeto propôs uma desconstrução da ótica histórica, dando vozes a personagens pouco comuns ainda hoje: mulheres negras, já que, como discorre Fraga (2016), as narrativas da história e memórias oficiais, locais e nacional, reiteradamente colocaram os homens em posição de destaque, refletindo-se na dificuldade que pesquisadores enfrentam para questionar os silêncios e invisibilidades das mulheres na história.

Ao partirmos do livro, a contextualização do período da escravidão dos povos africanos, marcado com lutas e resistências foi ressaltada, principalmente a fim de mostrar como os escritos de Monifa se enquadram como resistência.

As ilustrações também foram muito relevantes para a ótica eurocêntrica fosse questionada como padrão principal de construção histórica e contribuíram para que as crianças negras se sentissem representadas como sujeitos históricos, dado que a maioria dos alunos é composta por negros.

Uma atividade relevante foi a leitura da carta de Monifa, ponto central do livro e que se coloca como uma ferramenta para se trabalhar o gênero carta, o estímulo à comunicação, o incentivo à escrita e uma oportunidade para se confeccionar uma carta através de técnica de envelhecimento de papel, que despertou maior atenção e curiosidade dos alunos.

Foram realizados debates com os alunos sobre o livro e suas interpretações pessoais, enfatizando a importância de reconhecer a cultura e história africanas, e também uma proposta de resgate das memórias das antepassadas familiares dessas alunas e alunos, cujos escritos, seja por meio de receitas, diários, cartas e/ou poesias, fossem reconhecidos como acervos, elementos que retratam um pedaço da história de cada núcleo familiar, contextualizado a um período histórico.

Os escritos de Monifa, além de acrescentarem novas possibilidades complementares aos livros didáticos, ainda deram margem para um trabalho sobre as heroínas negras,⁶ que tanto lutaram contra um sistema escravocrata.

Comparar a história do livro infanto-juvenil com os conteúdos dos livros de História do Brasil foi um objetivo que possibilitou perceber o quão urgente é que a escola incorpore práticas que valorizem memórias e registros locais que abordem outras faces da história.

É fundamental que se mantenha um exercício para que a história e cultura dos povos africanos deixem de ser invisibilizadas e/ou representando os negros negativamente, reparando a dívida para com a população negra, em séculos de racismo institucionalizado, visto que

⁶Como base para trabalhar as heroínas negras usamos como referência a obra de ARRAES, Jarid. **Heroínas Negras Brasileiras em 15 cordéis**. São Paulo: Pólen, 2017, que traz a história de grandes mulheres invisibilizadas nos materiais didáticos em uma linguagem simples e ritmada, típica dos cordeis.

Numa sociedade como a nossa, na qual predomina uma visão negativamente preconceituosa, historicamente construída, a respeito do negro e, em contrapartida, a identificação positiva do branco, a identidade estruturada durante o processo de socialização terá por base a precariedade de modelos satisfatórios e a abundância de estereótipos negativos sobre negro (CAVALLEIRO, 2006, p.19).

3. Apropriações e recriações: Identidade, gênero, memória e patrimônio cultural:

Ao discorrermos sobre a tomada de acervos familiares como possibilidades de se constituírem fontes da história, peças componentes de patrimônios históricos, cabe ressaltar “que os novos contornos assumidos pela categoria patrimônio necessitam abarcar demandas sociais a ela vinculadas, exigindo a ruptura com os paradigmas clássicos preservacionistas” (PELLEGRINI, 2016:237), exercendo a cidadania na escola.

É relevante salientar também a importância que a temática de gênero refletiu na experiência vivida. O universo feminino é constante não só no contexto do livro e suas personagens, mas também em sua autoria e ilustração que são de duas mulheres.

A partir do tema ligado às memórias e patrimônio cultural, outro objetivo floresceu: reconhecer mulheres e meninas como sujeitos/agentes da história, principalmente as mulheres negras, escravizadas e invisibilizadas em suas culturas, saberes e vivências.

A autora, Sonia Rosa, expõe uma família de mulheres de três gerações, que guardam e cuidam dos escritos de sua matriarca como tesouros, pois tais registros relevam os sentimentos, anseios e conhecimentos dessa antepassada, e expõe a opressão sofrida por ela, bem como sua forma de resistir e deixar seu legado.

Há aqui um envolvimento com a afetividade e com as relações familiares ligadas pelas memórias e as noções de identidade e pertencimento, alocando cada aluno a seu lugar e à sua função dentro de um grupo, escola e a uma comunidade, objetivo fim de se consolidar a identidade, segundo Bauman (2005).

Sob esse prisma, é preciso considerar que a intersecção gênero e etnia foi fator fundamental para desconstruir o conceito da ótica hegemônica como única possibilidade de fonte histórica, e que propôs contribuir para o empoderamento e representatividade das meninas negras, dissociando-as dos estereótipos que o período da escravidão impôs. Pois, segundo Castro (2005), mesmo significando

um avanço a inclusão da história da África nos currículos, é fundamental conhecer de que África se fala, e como as mulheres negras e suas reivindicações são representadas.

Trabalhar com livro de literatura infanto-juvenil, cuja autora e todas as personagens são mulheres, tratando de memórias familiares como acervos de suas identidades, contextualizados com um período da própria História do Brasil, é mote para que os alunos reconheçam que a história tem variadas fontes, inclusive as bem particulares, verdadeiros acervos que compõem um cenário histórico mais amplo e compõem uma série de atividades que

têm sido desenvolvidas para lidar com os temas da diversidade – social, cultural, étnica – e partem do Patrimônio Cultural como referencial para o entendimento tanto da realidade dos alunos quanto dos processos históricos que compõem a grade curricular, o saber histórico escolar (EITERER, 2016:150).

Diante do quadro de silenciamento da história dos povos africanos, destacar a figura de uma mulher negra que expõe suas vivências, também foi de importante para que ao serem identificadas como construtoras do processo de desenvolvimento familiar, local, regional e nacional, empoderassem as meninas negras no ambiente escolar, despertando a percepção de que podem ser protagonistas da história.

Nesse contexto, cabe considerar que mulheres e meninas negras são estereotipadas segundo a ótica escravocrata e patriarcal e, para desconstruir essa concepção é urgente desenvolver ações pedagógicas que combatam práticas racistas e sexistas. Assim, pautando no que aponta Carneiro (2009) é pertinente constatar que

Em síntese, urge que se proponham novas imagens para as mulheres negras brasileiras, que rompam com os paradigmas do passado e com as novas discussões midiáticas em que as imagens das mulheres negras são, à sua revelia, revestidas de vernizes de modernidade, sem alteração na essência dos estereótipos consagrados (CARNEIRO, 2009:54).

Considerando a cultura e história africanas, a partir dos registros de uma matriarca, o projeto partiu para sua próxima etapa: trabalhar com a turma os relatos dos antepassados dos alunos: bisavós e tataravós, reconhecendo tais relatos como acervos familiares.

Nessa fase do projeto, foi solicitado que cada aluno colhesse de sua família alguma informação, de algum antepassado, ensinamentos importantes, assim como Monifa o fez para suas

futuras gerações. Essas informações foram levadas para os encontros semanais na Sala de Leitura, e divididos com os colegas.

A proposta de se trabalhar com esses relatos de antepassados, despertou a curiosidade em pesquisar e entrevistar membros da família, cabendo, assim, destacar as considerações de Luchese (2016), ao salientar que “são acervos familiares ou pessoais, acúmulos que potencializam o ensino-aprendizagem da disciplina e podem corroborar com o campo de pesquisa.” (LUCHESE, 2016:8-9).

Portanto, é plausível reconhecer que ao buscar fontes, ainda que no âmbito familiar, esses alunos estão trilhando o caminho da pesquisa, e se construindo enquanto sujeitos autônomos, ao conhecer suas próprias raízes, fazendo desses acervos tão particulares, componentes de um contexto histórico maior, assim como foram os tesouros de Monifa.

Depois da coleta e pesquisa de informações junto à família, os alunos passaram para a parte artesanal e artística do projeto, para culminar na exposição de seus trabalhos nas dependências da escola: confeccionaram o mapa da África e colocaram o nome de todos os seus países; confeccionaram o mapa do Brasil; e registraram em um pequeno poema a informação sobre a África ser um continente e não um país.

A produção das folhas envelhecidas para a transcrições de relatos e poemas também teve finalidade estética, já que foram afixadas nos mapas da África e do Brasil.

Uma relevante observação sobre o projeto é a predominância das mulheres como agentes de saberes e informações, na maioria das famílias. Não há como desconsiderar a participação das mulheres como fontes de saberes e testemunhas históricas, mesmo em uma sociedade patriarcal e escravocrata.

Perceber o fator gênero imbricado na construção desses acervos foi uma possibilidade para problematizar a invisibilidade das mulheres no ensino de História, visto que, em contrapartida, elas representaram, no contexto do projeto trabalhado, os principais sujeitos colaboradores dos acervos construídos.

Tomar como exemplos tanto a personagem Monifa, quanto as antepassadas dos alunos, foi um mote para a discussão da visibilidade das mulheres e suas intervenções e ações no processo histórico, político e cultural, seja de um núcleo familiar, uma comunidade, ou no âmbito nacional.

Assim como questionar onde estão as mulheres nos livros didáticos de História, quais são as mulheres retratadas nesses materiais e porque as mulheres negras não estão representadas. Sob esse prisma, é urgente, como referenciam Ferreira e Grisolio (2016),

Incorporar a temática das mulheres e dos gêneros nas aulas de História é importante, não só porque legitima a mulher como sujeito histórico, como também a história passa a ser pensada e reescrita por outros temas, outras narrativas, outras visões, contribuindo com o real papel da História. (FERREIRA; GRISOLIO, 2016:83).

Portanto, é necessário desenvolver atividades que possibilitem a crítica e o questionamento sobre as ausências das mulheres, principalmente as negras, para o enfrentamento das discriminações de gênero e raça, arraigadas na nossa formação. Questionar não apenas os alunos, mas as práticas, no que tange as mulheres construtoras de acervos familiares que compõem a história de uma nação.

O projeto também propiciou o trabalho com várias habilidades. Foram observadas as parceiras, as lideranças e os discursos de desconstruções de óticas eurocêtricas e androcêtricas como verdades únicas e absolutas. Tal afirmação deve-se ao fato das observações dos diálogos, debates e discussões entre os alunos durante todo o desenvolvimento desse trabalho de leitura.

As mediações das professoras também foram preponderantes para o desenvolvimento do senso crítico dos alunos, bem como o despertar do interesse por fontes históricas. O ambiente da Sala de Leitura propiciou buscar em demais fontes que complementaram o trabalho, como mapas e enciclopédias para consultas sobre a geografia, a história, as religiões e idiomas falados nos países africanos, destacando os colonizados pelos portugueses.

A exposição dos trabalhos realizados pelos alunos se deu em dois painéis com os mapas e os acervos familiares da personagem título e das crianças que ficaram afixados na escola.

À guisa de considerações finais: Monifa tem muitos tesouros guardados a serem revelados:

Partindo da idéia de que é necessário conhecer para preservar o patrimônio cultural (HORTA,1999), a ação pedagógica proposta neste projeto buscou construir práticas pedagógicas embasadas no patrimônio cultural, nas memórias e saberes familiares de cada aluno. Neste sentido, segundo Magalhães:

deve-se garantir que os patrimônios já consolidados adquiram novos olhares, e que estes sejam respeitados e levados em consideração, além do fato de que novos patrimônios possam ser identificados [...]. Daí a necessidade de uma educação patrimonial que leve não à informação, mas à reflexão, ao questionamento, ao contraditório e que aproxime as comunidades do processo de decisões (MAGALHAES, 2009:47).

Infere-se, assim, que as ações pedagógicas – que tem o patrimônio cultural como eixo condutor no processo de ensino/aprendizagem – potencializam a reflexão acerca da cultura, produto das negociações culturais dos sujeitos históricos.

Pretendemos, então, propor ações educativas almejando uma (re)interpretação do passado auxiliando, assim, em uma melhor compreensão da constituição do espaço vivenciado no presente.

Destacamos que a ênfase maior se deu como patrimônio cultural imaterial, que

compreende um conjunto diverso de expressões e tradições que as comunidades e grupos vão transmitindo de geração em geração, recriando-as ao sabor dos tempos, trata-se de um patrimônio vivo que se vai expressando através da música, da dança, da oralidade, do teatro e dos objetos, fazendo parte de uma complexa teia de valores, sistemas do conhecimento e saberes que estão associados à vida humana, considerado um pilar da diversidade cultural (CARVALHO, 2011:21).

O desafio de trabalhar acervos familiares, alinhavando a temática de gênero e raça, é o início de uma movimentação, a essência da Educação Patrimonial, que se pretende viva, que pressupõe um abandono da zona de conforto, um redirecionamento do olhar para as novas possibilidades interpretativas e construtivas da história.

Foram lançadas sementes para que cada aluno se reconheça como sujeito histórico e como conhecer e preservar memórias de família são fundamentais para imprimir suas identidades e vivências para gerações futuras.

Nesse sentido, tomamos Monifa como um símbolo de resistência, de desconstrução aos estereótipos de gênero e raça, assim como suas descendentes retratadas no livro, bem como mote para a busca de verídicas personagens afro-brasileiras.

Então, a partir da personagem título do livro, com a culminância do projeto, foi proposto pesquisar as reais heroínas negras, como um mecanismo para o deslocamento do local de conforto de práticas e concepções. Também a sugestão de buscar outras e novas configurações de acervos históricos, tomando como ponto de partida o livro.

Quanto ao grupo docente que participou é importante ressaltar que mediarão constantemente as atividades, buscando instigar os alunos em relação às suas histórias familiares, as suas ascendentes e como é importante registrar memórias e valorizar as narrativas.

Nesse contexto, sob a proposição de desestabilizar tudo o que está cristalizado enquanto informações históricas, há que se considerar que Monifa faz repensar o currículo de história na busca

de outros modelos de acervos, e traz à tona várias indagações sobre práticas e reflexões pedagógicas para se trabalhar o conteúdo de história, entre as quais: quem são os sujeitos esquecidos da história? Quem são as mulheres silenciadas? Que outros e desconhecidos acervos podem contribuir para a formação de um patrimônio nacional? Por que a Cultura Africana tanto influenciou e enriqueceu nossa formação?

Assim, é pertinente reiterar que tal projeto, mesmo com a culminância da exposição e apresentação oral pela turma, não representou o término de um questionamento mais amplo sobre nossa formação enquanto povo e nação.

A desestabilização de uma *práxis* estagnada, não movente, é objetivo para que se continue caminhando rumo ao conhecimento e busca das mais diversas e múltiplas vertentes históricas. Sendo plausível considerar, então, que o projeto representa um ciclo de reconfiguração do conhecimento histórico, cujas ações docentes e discentes se comprometem a percorrer outras trilhas, que apontam para as mais variadas percepções.

Referências:

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BELMIRO, Célia Abicalil. Palavras, imagens, discursos na Educação. In: PEREIRA, Júnia Sales. **Produção de Materiais Didáticos para a Diversidades**: Práticas de memória e patrimônio numa perspectiva interdisciplinar. Belo Horizonte/Brasília: Faculdade de Educação e Centro Pedagógico da UFMG: Caed UFMG/ Secad/ MEC, 2010, vol. 1.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p.79

BRASIL, Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Africana” no currículo da Rede de Ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em 05/02/2017

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: História e Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres Negras e Poder: um ensaio sobre a ausência. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2009. 88p.

CARVALHO, Ana Alexandra Rodrigues. **Os Museus e o Patrimônio Cultural Imaterial**: Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas. Évora: Edições Colibri / CIDEHUS – Universidade de Évora, 2011

CASTRO, M.G., Gênero e Raça: desafios à escola. In: SANTANA, M. O. (Org) **Lei 10. 639/03**— educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação fundamental. Pasta de Texto da Professora e do Professor. Salvador: Prefeitura Municipal de Salvador, 2005. Disponível em <www.educacao.salvador.ba.gov/documentos/genero.raca.pdf>. Acesso em 22 nov. de 2015.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo, Contexto, 2006.

EITERER, Edylane. Turista na cidade de nascer: de Portinari a Niemeyer, o patrimônio cultural descoberto na rua Halfeld. In: PELLEGRINI, Sandra; SCHIAVON, Carmem. (Org.). **Patrimônios Plurais**: iniciativas e desafios. Rio Grande: Editora FURGS, 2016, v.1, p. 149-161

FERREIRA, Juliana Kummer Perinazzo; GRISOLIO, Lilian Marta. Os feminismos e a ausência de mulheres nos livros didáticos de História. *Estudos Interdisciplinares em Humanidades e Letras*. 2016. Disponível em openaccess.blucher.com.br/download-pdf/309/20016. Acesso em 04/05/2017

FRAGA, Hilda Jaqueline de. Patrimônio e Gênero na cidade de Jaguarão/RS: um estudo de caso na fronteira Brasil/Uruguai. In: **Patrimônios Plurais**: iniciativas e desafios. PELLEGRINI, Sandra; SCHIAVON, Carmem. (Org.). Editora Rio Grande. Editora FURGS, 2016, v.1, p. 111-127

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Museu Imperial, 1999.

KARNAL, Leandro. Introdução. In: KARNAL, Leandro (org). **História na sala de aula**: conceitos, práticas e propostas. 6ªed. 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2010.

LUCHESE, Terciane Ângela. *Memórias e acervos familiares no ensino de História da Educação*. Anais Anped Sul 2016. www.anpedsul2016.ufpr.br/wp-content. Acesso em 01/08/2017

MAGALHÃES, Leandro Henrique, et. al. Educação Patrimonial: da teoria à prática. Londrina: Ed. da UniFil, 2009.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000

OLSON, Davi R. **O mundo no papel**: as implicações conceituais e cognitivas da leitura e da escrita. São Paulo: Ática, 1997. Coleção Múltiplas Escritas

PELLEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação. São Paulo: Brasiliense, 2009.

ROSA, Sonia. **Os Tesouros de Monifa**. São Paulo: Brinque-Book, 2009.

MEMÓRIAS DIVIDIDAS: O DESMEMBRAMENTO DE IBERTIOGA E BARBACENA, UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE A QUESTÃO

Gabriela Dolores da Silva Moreira¹

RESUMO:

Este trabalho tem por objetivo levantar uma primeira reflexão sobre a questão das políticas de memória e identidade no contexto de municípios que sofreram desmembramento. Pretendo abordar o tema a partir do estudo de caso, que desenvolvo em minha pesquisa de conclusão de curso, da cidade de Ibertioga (MG), desmembrada de Barbacena em 1962. Em casos como esse, como fica resguardada a memória deste lugar? E mais: como essas populações vão se relacionar e identificar com esses lugares modificados, porém não totalmente novos? Minha proposta a partir dessa problemática é pensar o registro documental da história e patrimônio como um instrumento capaz de reequilibrar as relações de pertencimento e identidade dessas populações em relação a seus locais de origem.

Palavras-chave: memória, preservação, patrimônio.

DIVIDED MEMORIES: THE DISMEMBERMENT OF IBERTIOGA AND BARBACENA, A FIRST LOOK AT THE QUESTION

ABSTRACT:

This work aims to raise a first reflection about the issue of memory and identity policies in the context of municipalities that have being dismembered. I intend to approach the subject from the case study, which I develop in my research of completion of course work, of the city of Ibertioga (MG), dismembered from Barbacena in 1962. In cases like this, how is the memory of this place preserved? And more: how will these populations relate and identify with these modified but not entirely new places? My proposal from this problematic is to think about of the documentary record of history and heritage as an instrument capable of rebalancing the relations of belonging and identity of these populations in relation to their places of origin.

Keywords: memory, preservation, heritage

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: gdsmoreira@gmail.com

1 – Introdução:

Esta proposta de trabalho se deu a partir das pesquisas para meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual abordo o município de Ibertioga (MG), traçando um paralelo entre o patrimônio existente no local, como ele é importante para aquela população, como se relaciona com a memória e medidas que possam ser adotadas para sua preservação.

O lugar apresenta um patrimônio significativo (construções realizadas pelos próprios moradores), incorporando o conjunto arquitetônico central e as fazendas da zona rural, a gastronomia, os saberes fazer e as comemorações tradicionais. Trata-se de um município relativamente novo, cerca de 55 anos desde sua emancipação, porém já sofre com o afastamento da população mais jovem, que sai em busca de estudos e oportunidades de trabalho, essa saída faz com que exista uma perda da memória sobre o local, levando à valorização do passado e à emergência da necessidade de uma identidade.

O objetivo da monografia da qual esta comunicação é fruto, é principalmente, promover algo semelhante à ideia de Pierre Nora no capítulo intitulado “Entre memória e história a problemática dos lugares” de seu livro “Os lugares de memória”, “A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si.” (NORA, 1984 p. 17). Desta maneira realizar esta passagem entre memória coletiva e memória histórica, ou seja, registrar não só a história do município, mas também seu patrimônio diverso, fomentando por meio desse registro a preservação e identidade da população do local.

2 – Histórico:

O município de Ibertioga tem sua origem muito antes de ter essa denominação, anteriormente era apenas um distrito de Barbacena, criado com a denominação de Santo Antônio da Ibertioga.

A fundação do local deve-se aos esforços dos irmãos Pedro e Paulo Nunes, que instalaram ali uma fazenda voltada à agricultura e pecuária, eles também estiveram envolvidos na construção da Matriz de Santo Antônio. Os irmãos se utilizaram do fato da região dos campos de Barbacena, imediações de Ibertioga, ser facilmente utilizável para pastagens, além da fertilidade do solo e da

topografia, favorecendo a criação de gado de leite e corte, prosperaram as propriedades agrícolas inicialmente instaladas, motivando a vinda de novos moradores.

As atividades agrícolas e de pecuária representavam o principal meio de subsistência da região e seu desenvolvimento, ainda devido à pecuária houve grande expressão na área de laticínios, sendo a cidade uma das grandes produtoras no fim dos anos de 1800. O Almanach do Município de Barbacena de 1898 apresenta cada um dos seus distritos na época, incluindo Ibertioga, apontando seus principais serviços e negócios.

E' digna de nota a acreditada fabrica de queijos denominados - cavallos - que ha na povoação e a qual produz mil e quinhentos queijos por mez. E' uma industria ainda nascente, mas que promette desenvolver-se, merecendo o distincto Sr. Carlos José Vieira, todos os louvores pela animação que com sua fabrica dá ao logar (ALMANACH, 1898 p. 113).

Devido à produção de laticínios o distrito de Ibertioga atingiu uma posição de grande importância, tornando-se necessária a facilitação da comunicação entre a localidade e as cidades consumidoras de seus produtos. Já existia uma ligação entre o Rio de Janeiro e Barbacena, a Estrada de Ferro Dom Pedro II, construída entre 1878 e 1880, foi necessário então que existisse uma ligação entre Ibertioga e Barbacena. Desta maneira foi realizada uma iniciativa pioneira para a execução da obra, a comunidade econômica da época fundou a companhia particular denominada Companhia Auto-Viação Sudoeste Mineira em 1915, para construir e ter concessão de uso de uma estrada de rodagem.

A partir da construção da estrada foi permitido a Ibertioga obter uma maior independência, até o distrito ser elevado à categoria de município em 1962, permanecendo ainda dependente em alguns serviços de sua antiga sede, a cidade de Barbacena.

3 – Memória:

A memória é um elemento fundamental para as relações identitárias dos indivíduos, ela é por definição de Halbwachs um conjunto de lembranças guardadas que ainda permanecem vivas, é neste ponto para o autor em que ela se difere da história, que é a compilação dos fatos mais significativos na memória e se inicia quando não há mais suporte para que permaneça nela.

Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu

ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque Ihes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1990 p. 80-81).

Neste ponto é importante ressaltar a relação entre o trecho citado e o município de Ibertioga, que sofre com a crescente saída de sua população mais jovem, em busca de estudos e oportunidades de trabalho, e que apesar de estar inserida naquele ambiente há certo tempo, pode acabar perdendo sua identificação ou mesmo o afastamento fazer com que estas memórias morram. A população que permanece na cidade ainda detém os laços e memórias do local, mas é necessário mais que isso para garantir a passagem para gerações futuras.

A memória e a cidade estão intimamente relacionadas, as cidades são espaços em que ocorrem as vivências dos indivíduos, onde são construídas suas memórias, é o local de relações sociais. A capacidade de lembrar do indivíduo também depende da relação que ele possui com o meio - o lugar - podendo ser em maior ou menor escala.

Porque, se é verdade que a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, e bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações (NORA, 1993 p. 22).

Mas é importante ressaltar que os lugares de memória são mutáveis, o fato de preservá-las documentalmente ou materialmente não faz com que elas se mantenham na condição em que foram registrados. A preservação da memória coletiva deve ser feita com as memórias do passado assegurando seu resgate, mas também deve-se preservar e registrar o presente para eternizá-lo, e garantir para as futuras gerações a memória que possivelmente formará sua identidade.

4 – Conclusão:

Esta comunicação trata-se de um primeiro olhar sobre a questão, é uma pesquisa ainda em andamento, é a primeira parte do Trabalho de Conclusão de Curso que é destinado à pesquisa teórico metodológica para oferecer subsídios à uma segunda parte destinada à um projeto.

O tema é muito mais abrangente no que diz respeito à história do município, seu patrimônio e possibilidades de preservação. Nesta primeira fase é necessário apontar algumas diretrizes para serem desenvolvidas posteriormente, algumas que já se fazem claras para auxílio na preservação e compreensão para as gerações futuras e a garantir as relações de memória e identidade, são por exemplo a elaboração de um plano de preservação do município, detectando áreas de interesse, conjuntos arquitetônicos, etc. e um inventário do patrimônio, no qual será feito um registro e catalogação do patrimônio existente. É necessário pensar para além do trabalho acadêmico, pensar na produção de um material que seja utilizado no município, dentro das escolas e que sirva para atividades de educação patrimonial.

5 – Referências:

Almanach do Município de Barbacena: Calendário para 1898 (MG) - 1898

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 1990.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, n. 10. São Paulo, dez. 1993.

ENTRE OLHARES E FRAGMENTOS: A IMPORTÂNCIA DAS MEDIDAS PREVENTIVAS NA CONSERVAÇÃO DE BENS CULTURAIS¹

Beatriz Oliveira²

Tamiris Silva³

Vinicius Oliveira⁴

Resumo:

Este artigo pretende apresentar a correlação existente entre comunidade e patrimônio na importante interação de significação e de reconhecimento da memória e da identidade local, bem como da preservação e conservação de bens culturais. Em detrimento disso, Ibituruna, se encontra em um quadro satisfatório em relação à tomada de iniciativas em busca do tombamento da escultura de Nossa Senhora do Rosário, evidenciando a influência da forte devoção como o principal fator contribuinte para a permanência e disposição da comunidade em participar do campo que envolve ações educativas referentes ao patrimônio, mesmo não possuindo uma secretaria de cultura.

Palavras-Chave: Arte religiosa, Religiosidade, Devoção, Memória e Identidade, Conservação e Preservação de Bens Culturais, Imaterialidade, Educação para o Patrimônio.

BETWEEN EYES AND FRAGMENTS: THE IMPORTANCE OF PREVENTIVE MEASURES IN THE CONSERVATION OF CULTURAL PROPERTY

Abstract:

This article intends to present the correlation between community and heritage in the important interaction of meaning and recognition of memory and local identity, as well as the preservation and conservation of cultural assets. To the detriment of this, Ibituruna is in a satisfactory situation in relation to the taking of initiatives in search of the protection of the sculpture of Our Lady of the Rosary, evidencing the influence of the strong devotion as the main contributing factor for the permanence and willingness of the community to participate of the field that involves educational actions related to the patrimony, even without having a secretary of culture.

Key words: Religious art, Religiosity, Devotion, Memory and Identity, Conservation and Preservation of Cultural property, Immateriality, Heritage Education.

¹Trabalho orientado pelo professor Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha Francislei Lima da Silva, doutorando em História da Arte pela Unicamp. (E-mail: francislei.lima@gmail.com)

²Graduanda do segundo período do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Campanha. (E-mail: beatrizsouzaoliveira47@gmail.com)

³Idem. (E-mail: tamiris.andrada@hotmail.com)

⁴Graduando do segundo período do curso de Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Minas Gerais – Unidade Campanha (E-mail: viniliveira55@gmail.com)

Introdução:

Mediante ao cotidiano e as particularidades dos indivíduos, cada um deles se identifica com algo e assim estabelece uma relação de proximidade com determinado objeto, imagem, escultura e entre outros. Sendo assim, mesmo de maneira simples essa aproximação nos sugere uma grandiosa interação, a qual pode possibilitar inúmeras ações. A exemplo disso temos a questão referente à devoção a Nossa Senhora do Rosário, aspecto que dialoga com a memória e a identidade local e caracteriza a importância da valorização da imaterialidade que também se faz essencial para a tomada de medidas de conservação, expandindo – as além do contexto de bens culturais materiais.

Dessa maneira, se associarmos essa aproximação aos bens culturais, sejam estes materiais ou imateriais, a memória desempenha um papel fundamental para que eles possam denominados com a designação que estes possuem. Logo, o conceito de memória merece ser explanado para que ele não se restrinja apenas a generalização, mas compreenda as especificidades de cada grupo que o adota.

Significação e reconhecimento da memória e da identidade local:

Segundo Pierre Nora (1993) em sua obra, “Entre memória e história: a problemática dos lugares”, a memória é instalada no concreto, no espaço, na imagem, no objeto, no gesto, por isso é carregada por grupos vivos, deste modo, está sujeita a dialética da lembrança e do esquecimento. Por isso, o contato da pessoa com determinado objeto, por exemplo, se faz presente de forma mais efetiva, uma vez que o sentido pertencente ao objeto em questão estabelece uma relação direta de diálogo com aqueles que se identificam com o mesmo.

No entanto, ao mesmo tempo em que essa identificação acontece, outro fator deve ser considerado, já que há a busca da generalização da memória, através da instalação de lugares de memórias, os quais recebem a “contribuição” e a imposição dos sentimentos de pertencimento e do reconhecimento que se dão por meio da cristalização e estagnação dos significados dos vestígios presentes nesses locais. Todavia, a imposição desses atributos torna-os ineficazes, uma vez que a generalização sugere que todos os sujeitos são iguais e idênticos, fenômeno bem distinto ao qual possuímos, pois são evidentes as distinções e disparidades que fundamentam nosso espaço social.

Logo, com a presença dos lugares de memória, a história e a memória, se apresentam como campos opostos, devido à distância que há entre elas, ocasionada pelo fenômeno da aceleração, que

vai destruir a linearidade dos tempos históricos, sugerindo assim a obrigação por recordar em resultado do obscurecimento do futuro e do passado, restando o presente; não como tempo para viver e sentir, mas sim para registrar a fim de que a marca que hoje deixamos possa ser vista pelas próximas gerações.

Sobretudo, mais uma vez retornamos a materialização da memória, porque essa necessidade de possuir um vestígio em busca de deixar uma herança transforma tudo que era memória em história, salientando apenas o conhecimento. Assim, esse trecho evidencia aspectos essenciais para a compreensão dessas problemáticas.

Memória – espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir, e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais (NORA, 1993: 20).

Sendo assim, muitas vezes a “memória – espelho” pode apresentar imagens distintas da verdadeira, podendo apresentar um reflexo distorcido da realidade, e nesta diferença a identidade não se encontra, porque não faz sentido para determinado grupo de pessoas, por isso este não se sente representado, evento frequente em nossa contemporaneidade, o qual pode estar associado ao distanciamento de grande parte da população em relação aquilo que é denominado como cultura devido à influência de seus padrões, bem como do conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu (1970), que apresenta a metáfora da cultura que se transforma em uma espécie de capital, relativo a uma moeda de troca. Contudo, essa relação utiliza da cultura como fator reprodutório do capital da classe dominante que se dá por meio das esferas de reprodução.

Por conseguinte, as minorias não possuem a herança do capital cultural da mesma maneira que os pertencentes às classes mais favoráveis. Logo, esses não compartilham da identidade propagada pelos lugares de memória. Desse modo, se faz necessário, a prevenção das memórias desse grupo de indivíduos, a fim de estabelecerem um contato efetivo com aquilo que está ao seu redor e compreender suas camadas de historicidade, tal como seu itinerário, modificando as narrativas já existentes e aderindo novos significados sobre o mesmo corpo, o qual resiste muito mais tempo que o próprio ser humano.

Assim, uma vez já dito sobre a memória e seu papel, é notório o diálogo da mesma em contato com os bens culturais. Posto isto, além da necessidade do reconhecimento do bem cultural, os órgãos

de preservação do patrimônio cultural, busca os valores e significados da sociedade depositados na natureza material ou nos saberes, costumes e tradições dos indivíduos, a fim de manter a riqueza cultural, histórica e artística do nosso país.

Desta forma o IPHAN⁵, por exemplo, procura atuar de forma efetiva no reconhecimento e tombamento desses bens, os quais são de extrema importância para referenciar a cultura brasileira e suas particularidades. No entanto, mesmo sendo um grande instituto, ele não consegue chegar a todos os municípios do Brasil, como por exemplo, a localidade de Ibituruna, pequena cidade do Sul de Minas, a qual nos apresenta um contexto curioso referente à escultura da Nossa Senhora do Rosário, que se trata de um patrimônio material que merece ter um cuidado especial, bem como ser preservado. Entretanto, a efetivação dessas ações se daria devido a toda devoção e significação atribuída à escultura pelos seus devotos, revelando a grandiosidade da imaterialidade, tornando-a um bem cultural que agrega os dois aspectos que qualificam o tombamento de determinado bem.

Porque Ibituruna?

Mesmo havendo vários bens culturais Sul mineiros, um em específico destaca-se por sua história. Em uma cidade pacata de interior chamada Ibituruna, onde tivemos contato a partir de uma viagem proposta pelo curso de História da Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Campanha, para refazer a rota de Fernão Dias por Minas, tendo como ponto de partida Campanha, passando em várias cidades como Sabará e Vespasiano, para chegar a Ouro Preto, mas nossa primeira parada foi em Ibituruna por ter sido o primeiro povoado de Minas, e também onde ele fincou a Sesmaria.

Ao passar pela cidade visitamos duas Igrejas, a Igreja de São Gonçalo e a Nossa Senhora do Rosário, tendo a oportunidade de sermos acompanhados pelo padre, e nesta primeira introdução ele nos contou sobre as memórias que rodeiam especificamente a Igreja Nossa Senhora do Rosário. O mesmo nos informou que o orago da capela havia sido furtado em um dia de festejo do reinado e o curioso foi dito pelo filho da zeladora da Igreja que nos relatou sobre a ligação existente entre sua mãe e a devoção. O nome de sua mãe é o mesmo da santa e o trabalho exercido por ela foi passado como uma herança, porém essa conexão não acaba por aí. Um dia anterior ao roubo, a Dona Rosário

⁵ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

teve uma “premonição” por meio de sonho, em que ele o pior aconteceria com sua devoção, e a partir disso escondeu as coroas que acompanham o menino Jesus e a Nossa Senhora.

As medidas tomadas pela senhora não impediram que no dia 23 de junho de 1996 fossem roubados o Rosário e a escultura. Quase dois anos após o ocorrido, a filha de Dona Rosário, irmã de Heitor, ao assistir uma reportagem na televisão conseguiu realizar o reconhecimento da peça por algumas características específicas, como arranhões nos dedos da Nossa Senhora e marcas na peanha, e no dia 7 de maio de 1998 a escultura voltou para sua casa.

Esse acontecimento nos faz refletir sobre o contexto histórico particular das devoções e da comunidade como um todo, dos festejos do reinado, dos ternos de congada e da ancestralidade ligada ao relacionamento religioso e a população.

Devoção de Nossa Senhora do Rosário: Irmandade e festejo:

Se analisarmos historicamente essa relação específica de devoção a Nossa Senhora do Rosário teremos que ir antes da diáspora atlântica, exatamente em 1571, quando sua devoção foi compartilhada pelo intermédio dos dominicanos sendo propagada nas viagens marítimas com destino ao Congo e Moçambique. Assim como vários outros símbolos e códigos religiosos, a imagem da Virgem sofreu uma representação e apropriação pelos povos Bantus, dando origem a Irmandade dos Homens Pretos antes da chegada às Américas e fortalecendo essa devoção ao sofrerem a diáspora.

Essa devoção dos pretos por Nossa Senhora do Rosário é uma das coisas mais tocantes de nossa História Social. Levavam eles o rosário ao pescoço e, depois dos terríveis trabalhos do dia, reuniam-se em torno de um ‘tirador de reza’ e ouviam-se então, no interior das senzalas, o sussurrar das preces dos cativos (LIMA JÚNIOR, 2008: 94).

Podemos verificar as diferentes Irmandades que se espalharam, expondo então a divisão racial em uma ótica devocional, uma vez que, percebemos algo curioso sobre a apropriação da imagem da Nossa Senhora do Terço (Devoção muito parecida visualmente quando comparada a Nossa Senhora do Rosário), que foi acoplada em quase todas as Matrizes da Irmandade dos homens brancos na primeira metade do século XVIII⁶. A formação das Irmandades presentes na Comarca do Rio das Mortes, relacionada aos homens pretos iam além das questões religiosas, sendo ligadas também a

⁶ COELHO, 2005, p. 124

relações familiares de ancestralidade Bantu, ligadas aos poderes políticos e sociais também. Esse relacionamento incluía ajuda econômica dos associados, envolvendo perda de emprego, morte do chefe familiar, e entre outros motivos. Essas ligações familiares que envolviam os associados iam muito além dos laços de sangue, envolvendo assim a correlação cultural, entre costumes e práticas comuns dos mesmos.

Um elemento ligado às práticas religiosas, que persistiu até a atualidade e encontra-se muito presente nas comunidades brasileiras, é a celebração dos festejos.

Devoções, festas e ritos têm a função primordial de reatualizar o tempo mítico, reversível e recuperável. Ao participar desses eventos, o fiel evoca e recria o tempo inicial. As manifestações religiosas não significam apenas a comemoração de um acontecimento, mas a sua reatualização, uma forma de reviver o tempo original e promover a purificação (COUTO, 2008: 2).

Os festejos dedicados a Nossa Senhora do Rosário especificamente são datados no calendário litúrgico no dia 7 de Outubro, para celebrar sua memória e devoção, porém alguns ternos de congada que não seguem o calendário realizam em outras datas. Ao se tratar de Ibituruna, por exemplo, o festejo correspondente a santa e também aos santos negros ocorre entre os dias trinta de junho a dois de Julho, envolvendo grande parte da comunidade (como pode ser visto nas figuras 1 e 2) e vários ternos do Congo e Moçambique.



Figura 01 – Dona Maria do Rosário, zeladora da capela, no rito de elevação dos estandartes para a festa do Reinado de N. Sr.^a do Rosário. Foto disponível em:

http://www.ibituruna.mg.gov.br/det_rea.asp?id=7



Figura 02 – Ternos de congadas pelas ruas de Ibituruna|MG. Foto disponível em:
http://www.ibituruna.mg.gov.br/det_rea.asp?id=7

As narrativas e memórias correspondem à essência de uma comunidade, e a maioria de seus elementos imateriais só é acessível na prática da historiografia oral, sendo assim, podem ser entendidos como os conjuntos mais sensíveis e delicados da cultura de uma sociedade. O trabalho de cada indivíduo histórico que compõe aquele grupo é preservar e reproduzir os costumes e práticas que são realizadas por eles. Ao visar essa relação entre cultura, sociedade, patrimônio e preservação, Ibituruna foi palco da 6ª Jornada Mineira do Patrimônio com ações com temáticas envolvendo o preenchimento de inventário realizado a partir de um convite do professor de geografia da Escola Estadual Prof. Júlio Bueno, Heitor Camilo dos Santos, filho de Dona Rosário.

Ações educativas realizadas em Ibituruna:

Para a realização da atividade foi entregue aos discentes um material de estudo contendo textos e reportagens com conteúdo que variavam entre a elaboração de ficha de inventário, análise formal de escultura em madeira policromada e a problemática dos bens culturais furtados. A parte prática aconteceu no dia 23 de agosto de 2017 na Capela do Rosário, que teve suas portas abertas para a ocasião já que a mesma não é utilizada devido ao seu estado de conservação. No início os estudantes revisaram junto ao professor Francislei Lima da Silva e seus monitores questões sobre análise formal, eixo, cânone e também um conteúdo sobre as técnicas usadas para a construção dessas esculturas (figura 3).



Figura 3 – Amostra de conteúdos sobre eixo e cânone. Foto: Jandira Andrade Coelho Costa

Os alunos preencheram uma ficha construída previamente para essa atividade específica de forma simplificada para que os alunos não tivessem dificuldades perante o seu preenchimento. A ficha de inventário assim como foi explicada aos alunos, tem como objetivo principal a documentação dos bens materiais ou imateriais, contendo nela informações que ajudarão em sua identificação e de seu reconhecimento caso por preciso.

O preenchimento teve início com a identificação do objeto, onde foram inseridos dados como coleção, termo, técnicas, materiais e a data atribuída a peça, que é aproximadamente da segunda metade do século XVIII, por exemplo. A partir do preenchimento inicial, foi realizada a medição da peça de vários ângulos, contendo altura, largura, diâmetro e medidas da base. Passamos em seguida para a análise formal, na qual os jovens se mostraram atentos e dispostos, identificado aspectos que foram deixados de fora ou esquecidos até pela equipe da UEMG como o detalhe de pratinamento que compõe a peanha (figura 4) e a descrição da sobancelha. Esses detalhes evidenciam a dedicação e atenção da turma perante a realização da atividade.



Figura 4 – Detalhe do pramento na peanha da escultura. Foto: Francislei Lima da Silva

Após a atividade o inventário continuou a ser preenchido com os alunos, agora via Whatsapp e Facebook, que se mostraram ferramentas eficientes de comunicação, e troca de materiais. Os monitores envolvidos ficaram responsáveis pela análise das características iconográficas, estilísticas e técnicas e o diagnóstico de conservação da peça. Já os estudantes ficaram responsáveis pela análise histórica da imagem, devido à sua proximidade com fontes orais e escritas que contam sobre a história da escultura no município. A tarefa proposta a eles envolve entrevistas e conversas com moradores que possuem maior afinidade referente ao bem móvel, promovendo assim novas experiências com relação aos agentes históricos, suas narrativas e seus locais de memória.

Ainda sobre a mesma temática foi realizada a segunda ação educativa, a qual foi um convite da escola e dos alunos. Sendo assim, a mesma ocorreu e fez parte das demais atividades escolares e apresentações que constituíram a Feira Cultural, no dia 28 de outubro. Desta vez, a ação educativa foi nomeada como “Mostra do Patrimônio”. Nela tivemos oportunidade de ter um contato efetivo com a comunidade local, assim divulgamos os resultados parciais do inventário e apresentamos de maneira mais breve conceitos básicos de manutenção, manuseio, limpeza de ícones sacros. Também promovemos um itinerário contendo várias etapas que incluíram exercícios sobre placas de atrativos turísticos presentes na região, ou que deveriam compor, já que muitos municípios não possuem esse tipo de sinalização do patrimônio de material, inclusive Ibituruna faz parte dessa realidade.

Além disso, o Ministério Público disponibilizou materiais incluindo: cartilhas, manuais e cartazes sobre divulgação de bens roubados em Minas Gerais, a fim de contribuir para a identificação e recuperação dos mesmos, bem como a cerca da preservação de bens religiosos (Figura 5). Para complementar o itinerário houve a exibição de banners introduzindo noções de eixo e cânone, análise

formal de escultura em madeira policromada. Por fim os alunos se disponibilizaram a ajudar na etapa de conscientização para a devida higienização do bem cultural, uma vez que muitos moradores relataram que as esculturas da capela e pessoais/familiares eram higienizadas com óleos e resinas utilizados na limpeza de móveis em madeira, o que reage com a tinta e pode causar perdas da camada de policromia (que acreditamos ser o motivo para a perda de pratinho na peanha, detalhe que pode ser notado na figura 4), relatos que demonstram o quanto é urgente levar esses debates para pequenas localidades que possuem ricas narrativas.



Figura 5 – Representação da última etapa das ações itinerantes na Mostra do Patrimônio. Foto: Francislei Lima da Silva.

Considerações Finais:

Diante da exposição de todas as temáticas abordadas pelo artigo, se torna evidente a necessidade de promover ações educativas envolvendo o patrimônio cultural, na tentativa de conscientizar a população a cerca da importância da documentação e conservação do mesmo, e acima de tudo da memória que sobrevive juntamente às camadas de historicidade do corpo que se movimenta por meio da interação com a comunidade atribuindo sentido a sua existência. É preciso acima de tudo levar os debates sobre o roubo de bens religiosos para pequenas comunidades, que por muitos são esquecidas.

As camadas da materialidade e imaterialidade contidas nas expressões da religiosidade entorna imagem do Rosário nos orientam a olhar a capela e a cidade como uma morada dos sonhos, conforme dito por Walter Benjamin (2006). Esse lugar que associa diferentes manifestações culturais

da comunidade local, permite que a cada festa do reinado se conectem as pessoas através das suas camadas semânticas. Ação criativa que valoriza os saberes e fazeres, bem como permite que o movimento no tempo sugira acréscimos, mudanças, novas perspectivas sobre o celebrar, o rezar, o cantar, o viver em comunidade.

Referenciais teóricos:

BENJAMIM, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Capital Cultural e Comunicação Pedagógica**. In. *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa, 1970. p. 79-81

COELHO, Beatriz (org). **Devoção e Arte: Imaginária Religiosa em Minas Gerais**, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery. **Estudo da escultura devocional em madeira**. 1. ed. Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2014

COUTO, Edilece Souza. **Devoção, Festas e Ritos: Algumas Considerações**. *Revista Brasileira de História das Religiões – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História*.

DELFINO, L. L. . **O Rosário e outras devoções dos homens de cor no celeiro das Minas: Breves apontamentos acerca das irmandades de pretos, pardos e crioulos em duas vilas da Comarca do Rio das Mortes (Séculos XVIII e XIX). Nuances da Fé: Associações religiosas leigas de negros, pardos e brancos nas Minas do Ouro**. 1 ed. Belo Horizonte: Clio gestão cultural e editora, 2014, v. 1, p. 77.

LIMA JÚNIOR, Augusto de. **Nossa Senhora do Rosário**. In: *História de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações*. Belo Horizonte: Autêntica Editora : Editora PUC Minas, 2008. Coleção Historiografia de Minas Gerais. Série Alfarrábios, 1. p. 85 – 95.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. In: *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n.10, dez 1993, p. 22.

NORA, Pierre. **Memória: da liberdade à tirania**. In: *MUSAS - Revista Brasileira de Museus e Museologia*, n. 4. 2009. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2009, p. 6-10.

REGINALDO, Lucilene. **Senhora do Rosário dos pretos em Portugal**. In. **“África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII**. São Paulo - *História*, 28 (1):2009 - p.303 -306

SILVA, Tomaz Tadeu da. Onde a crítica começa: ideologia, reprodução, resistência. In. _____. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 29-36

Site consultado:

http://www.ibituruna.mg.gov.br/det_rea.asp?id=7 – Acesso em 09 de Novembro (14 horas e 44 minutos)

ECOS DO PASSADO NAS RUAS DO PRESENTE: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E HISTÓRIA ORAL NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

EDYLANE EITERER**

JOEL DOS SANTOS PEREIRA***

Resumo:

Ser comunidade estimula os esforços de preservação do passado, das memórias e símbolos que representam essa unidade. O trabalho com o Patrimônio Cultural, através da Educação Patrimonial, possibilita um conhecimento de tradições e do processo de construção dessas imagens e símbolos que fazem parte da paisagem sócio-cultural da comunidade. O uso da história oral como metodologia de trabalho com estudantes promove sua inserção no meio em que vivem, florescendo o respeito entre indivíduos, seus meios, suas memórias e saberes. Aliamos aqui as pedagogias de Paulo Freire e Celestin Freinet, explorando os espaços e experiências dos alunos, que abre novos olhares e novas possibilidades, explorando metodologias e práticas de ensino diferenciadas que proporcionam mais prazer na relação de ensino e aprendizagem.

Palavras-chaves: Memória. Identidade. Educação Patrimonial. Ensino.

ECHO OF THE PAST IN THE STREETS OF THE PRESENT: PATRIMONIAL EDUCATION AND ORAL HISTORY IN THE CONSTRUCTION OF IDENTITY

Abstract:

Being a community encourages efforts to preserve the past, the memories and symbols that represent this unity. Working with Cultural Patrimony through Patrimonial Education makes possible a knowledge of traditions and the process of construction of these images and symbols that are part of the socio-cultural landscape of the community. The use of oral history as a methodology for working with students promotes their insertion in the environment in which they live, blossoming the respect between individuals, their means, their memories and knowledge. We have allied the pedagogies of Paulo Freire and Celestin Freinet, exploring the spaces and experiences of the students, opening new perspectives and new possibilities, exploring different teaching methods and practices that provide more pleasure in the relationship of teaching and learning.

Keywords: Memory. Identity. Patrimonial Education. Teaching.

** Edylane Eiterer é historiadora (UFJF), especialista em Gestão de Patrimônio Cultural (PERMEAR/GRANBERY) e mestra em Educação (UFF), atuando como professora de História na rede municipal de ensino da cidade de Juiz de Fora – MG. edylaneeiterer@yahoo.com.br

*** Joel é geógrafo e mestrando em Patrimônio Cultural, Cidadania e Paisagem (UFV) e professor da rede estadual de ensino de Minas Gerais. joelpereirageo@gmail.com

1. Encaixes do Passado no Presente:

As cidades mineiras de Juiz de Fora, na Zona da Mata, e João Monlevade, no Vale do Aço, apresentam um conjunto de Patrimônio Cultural amplo e significativo, mas todas as vezes que revisitamos esses bens, materiais ou imateriais, vem à tona a questão: significativos para quem?

A discussão entre especialistas das duas cidades diz respeito às significações desse patrimônio e as suas relações diretas com a identidade de seus moradores. Se, por um lado, elas tiveram histórias diferentes no processo de suas fundações, a eleição de seus patrimônios culturais não teve tantos pontos díspares. Pouca (ou nenhuma) coisa faz menção a grupos sociais mais pobres, etnias negra ou indígena ou imigrante ou às mulheres.

Para que essa lacuna entre os Patrimônios Culturais institucionalizados e o sentimento de pertença e/ou identidade fossem compreendidos de modo mais amplo no processo de conscientização histórica e de preservação desses bens, o estudo da história local por meio da história oral, apresentou-se como uma alternativa para as duas cidades.

Trata-se de um projeto de aula que envolveu tanto as atividades em sala de aula quanto os espaços não formais de educação, promovendo visitas a lugares e pessoas, de modo que os alunos percebessem que o conhecimento se faz em todos os lugares e por todas as pessoas.

Ao longo dos trabalhos desenvolvidos, para que a interpretação e a ressignificação dos Patrimônios Culturais, institucionais ou não, porque também lidamos com a memória afetiva das comunidades, fosse melhor entendidos, buscamos os relatos orais com pessoas idosas, representantes comunitários ou de grupos específicos, ou membros das famílias dos alunos, uma vez que os trabalhos partiram de ações em escolas municipais das cidades.

Envolver a terceira idade nesse tipo de trabalho foi, sobretudo, um resgate à memória dos patrimônios culturais e da história local das cidades, seguindo um movimento já assinalado por Eclea Bosi (1994), que lida com a rememoração das histórias a partir das lembranças dos idosos.

Usar entrevistas com idosos é um meio de se exercitar o contato entre as gerações, de desenvolver a proximidade com a história oral e de se envolver a comunidade em práticas de educação patrimonial que possam vir a ser atividades permanentes de educação, pensando não só na revisitação e ressignificação do Patrimônio Cultural, mas em sua preservação e inserção no cotidiano da comunidade no presente e para as gerações futuras. Estamos buscando mostrar os encaixes do passado no tempo presente.

Aproximar os alunos dos idosos é ressaltar, por exemplo, outras formas de se fazer história, a partir das memórias e história oral; de (re)ver as paisagens e as suas alterações ao longo dos anos; de valorizar outras formas de patrimônio cultural, como os saberes e fazeres.

É um trabalho que envolve o contato com a memória histórica, à luz de Jacques Le Goff (1993), defendendo que aquilo que temos como realidade é, na verdade, uma construção cultural e social, em geral, demandada por grupos sociais dominantes e recebidos e consolidados pelos grupos inferiores. Essa construção atinge principalmente os Patrimônios Culturais que podem ser considerados:

uma grande coleção de ‘semióforos monumentais’ [suportes materiais de ideias com valor de troca adquirido], ainda que algumas distinções devam ser feitas entre os objetos móveis, constituintes de coleções de museus, que foram extraídos fisicamente de seu uso diário para serem expostos, e os objetos arquitetônicos imóveis, constituintes da maior parte da coleção formadora do patrimônio histórico e artístico, que permanecem fisicamente em seus lugares de origem, mantendo, inclusive, em muitos casos, o seu valor de uso (CHUVA, 2009: 65).

Com relação à escola e o seu papel de formadora de cidadãos e consolidação de discursos, concordamos, que por muitos anos

para disseminar essa ideia de pertencimento, a escola foi a responsável pela introjeção, nos alunos, de uma língua única, nacional, que aproximava e colocava todos os cidadãos que a frequentavam em pé de igualdade. Uma série de valores e conceitos, posturas e tradições era inculcada nos alunos a fim de que eles desenvolvessem um sentimento de autorreconhecimento. (EITERER, 2013:38)

Para as escolas das cidades de Juiz de Fora e João Monlevade, o quadro era o de uma valorização do Patrimônio Cultural instituído, mas ainda de forma muito dispersa, já que não há, efetivamente, uma linha de trabalho nessa área nas escolas. Dentro das propostas curriculares e de sua flexibilidade, cada professor abordava ou não o tema em suas aulas.

De todo o modo, quando se toca o Patrimônio Cultural das cidades, o que vem à tona é uma ação pedagógica que visa a reprodução do arbitrário cultural já construído, sendo as visitas sem grandes direcionamentos críticos a ferramenta preferida de professores e monitores.

A proposta que apresentamos nesse artigo é justamente o contrário: saímos do lugar comum dos grupos dominantes, de seus limites e regras, rompendo com a violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 2010) estabelecida.

Através de experiências de entrevistas com pessoas mais velhas e significativas nas comunidades, buscamos outros olhares sobre o Patrimônio Cultural. Buscamos enxergar as entrelinhas que foram emudecidas. Buscamos ressaltar, também, a afetividade contida na população pelos seus bens culturais sejam eles institucionalizados ou não.

Por esse movimento, nossos alunos desenvolveram um senso crítico e perceberam-se imersos no processo da imposição “legítima” e encoberta do arbitrário cultural, antes não percebida, e que os coloca em uma posição social inquestionável, aceitável e quase inevitável, evidenciando o exercício da Violência Simbólica nas várias instituições da cidade, inclusive na escola, que a exerce e reproduz, tal como é apontado por Bourdieu e Passeron (2010).

2. Patrimônio Cultural: Poder e Afetividade em Discussão:

Quando lidamos com o Patrimônio Cultural, estamos certos de que a naturalização dessa idéia já pressupõe um exercício de violência simbólica (NAJJAR, 2010), que se desenvolve de maneira quase natural, o que para Bourdieu é o *habitus*, ou seja, a impossibilidade de separar os indivíduos do local que eles ocupam, num ambiente já definido por questões simbólicas (BOURDIEU, 2009; ENCREVÉ, 2005).

Há, aqui, uma questão de poder: institui-se aquilo que segue um projeto político-pedagógico de acordo com os interesses de um determinado grupo, sem considerar as afetividades e as representatividades desses bens culturais para outros grupos sociais que não participam do processo de escolha e legitimação do que será perpetuado como símbolo daquela sociedade.

Ora, se o Patrimônio Cultural, nos séculos XX e XXI, deve contribuir para

revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como que tornado selvagem; lugar de pessoa pública; lugar da história edificante, lugar da identidade cultural (POULOT, 2009:14),

podemos, então, nos certificar que, como aponta Candau (2011), a construção do Patrimônio Cultural deveria ser a construção da identidade de uma comunidade e não apenas refletir as intenções de um grupo determinado.

Para nortear nossos trabalhos a partir do Patrimônio Cultural das cidades, usamos o que diz o Conselho Internacional de Museus – ICOM – no qual “entende-se por Patrimônio Cultural de uma

nação, de uma região ou de uma comunidade aquelas expressões materiais e espirituais que as caracterizam” (Declaração de Caracas, 1992). Cabe, então, tratarmos das afetividades acerca dos bens culturais e cidadãos.

Entender o jogo de poder e as afetividades que permeiam o Patrimônio Cultural foi mais palpável para nossos alunos a partir das entrevistas que realizaram com as pessoas mais velhas de suas comunidades. Estavam lidando com a memória como recurso didático e reconhecendo as pessoas como agentes construtores de saberes.

Quando estruturamos as ações pedagógicas, além de salientarmos a importância das memórias, tratamos de lidar com as ressignificações que os bens teriam a partir da visão de cada entrevistado, as várias possibilidades que surgiriam, mostrando, também como a História, enquanto disciplina é construída.

Outro ponto importante foram as paisagens da cidade e como elas se modificaram ao passar dos anos: “as formas de apreensão sensível da cidade são relegadas a uma função bem específica, que é de demonstrar que uma comunidade está em condições de “viver a cidade” tal como ela se apresenta, tal como se torna” (JEUDY, 2005:83). Observar as transformações da cidade também é um exercício de memória e percepção e valorização da história e suas ações sobre a geografia em que esses alunos habitam.

Mostrando imagens dos Patrimônios Culturais para os alunos em vários períodos diferentes, buscamos levantar os valores atribuídos aos espaços ali identificados e, construindo um roteiro de perguntas para as entrevistas, cada um trouxe novos significados e interpretações para os lugares tidos como de memória para as cidades e descobriram outros imóveis, festas e sabores que marcaram os entrevistados e que fazem parte da memória afetiva deles.

Como bem aponta Oliveira, esse momento de apresentação e/ou identificação dos Patrimônios Culturais oficiais e da seleção das pessoas a serem entrevistadas, fez parte de um processo de disciplina dos sentidos dos alunos, já que

enquanto no olhar e no ouvir “disciplinados” – a saber, disciplinados pela disciplina – realiza-se nossa percepção, será no escrever que nosso pensamento exercita-se-á da forma mais cabal como produtor de um discurso que seja tão criativo como próprio das ciências voltadas à construção da teoria social (OLIVEIRA, 2000:18).

Saber compreender o que está posto nas cidades é dominar o código de significações dos jogos de poderes entre os grupos sociais. As paisagens através de seus bens culturais

patrimonializados, por exemplo, deixam claras as vozes dos grupos que elencaram esses itens, silenciando outras tantas possibilidades.

Sendo os bens culturais uma produção permeada de questões “de ordem emocional, intelectual e material, independentemente de sua origem, época ou aspecto formal, bem como a natureza, que propiciem o conhecimento à consciência do homem sobre si e sobre o mundo que o rodeia” (GODOY, 1985:72), ouvir as pessoas que acompanharam o passado da cidade permite rever esses significados e interpretações construídos pelas apropriações que a comunidade tem dos próprios bens.

O trabalho com a história local surgiu como possibilidade justamente por permitir perceber que as cidades são vivas e possuem a sua história própria, conjugadas com a história nacional, mas que cada indivíduo participa dela e tem visões dos processos que, embora pareça algo individual, têm pontos em comum à coletividade, o que confere a cada lugar de memória a sua especificidade e importância.

A história oral dá força não só aos bens instituídos como Patrimônio Cultural, mas também à conservação e recuperação das memórias, preservando a identidade das localidades. Uma das características dos projetos está no prazer que cada idoso entrevistado teve em apresentar as suas memórias, as suas histórias, contribuindo para algo maior: uma nova visão sobre a sua cidade.

É um trabalho de memória, cuja função, para Bosi (1994), é ser o instrumento decisivamente socializador através da linguagem. Nesse caso, as entrevistas aproximaram as gerações e pelas narrativas apresentadas, trouxeram novas nuances para os bens observados pelos alunos. Um novo olhar sobre o passado, sobre as rupturas e continuidades que movem a história local e modificam as paisagens das cidades.

Lidando com o afetivo dessas memórias, voltamos para Baczko (1982), que destaca as dimensões e funções delas:

Dos acontecimentos: memória ardente, avalanche de manifestações, comemorações, festas e símbolos. Das estruturas: memória mais profunda, manifestação das tendências de longo período. E as funções da memória são: Unificadora: acompanhada por um discurso sobre a origem de um movimento; resgata elementos em comum acerca das diferenças ideológicas, estratégicas etc. Manifesta-se nas relações entre diferentes gerações. Compensadora: acompanhada de representações e de símbolos do passado (BACZKO, 1982:155).

Através das lembranças de nossos entrevistados, pode-se perceber uma história social bem marcada pelas vivências e reforçada pelas imagens que hoje compõem as paisagens com os

Patrimônios Culturais e os usos que se fazem deles no presente. Essa relação memória-história local e passado-presente passou a ser vista com mais clareza pelos alunos a partir das narrativas obtidas nas entrevistas.

Para Jeudy,

quando tentamos voltar a ver os lugares onde vivemos, ficamos desde logo fascinados pela relação estranha imposta pela cidade, entre o que desapareceu e o que foi recentemente construído, e somos cativados por esse movimento de substituição reversível que estimula a memória (2005: 89)

e é por esse estímulo causado nos entrevistados, na observação de imagens das paisagens do passado e do hoje, que nossos alunos compreendem não só que essas paisagens foram se alterando com o tempo, mas que as memórias ainda guardam as impressões mais marcantes para cada indivíduo e que, no entrecruzamento dessas lembranças, os elementos para uma história social se faz forte.

Voltamos a ressaltar que as rupturas e continuidades é que mais marcaram nossos alunos: por um elemento fixo nas paisagens, os Patrimônios Culturais, eles se voltaram para as pessoas comuns em suas vidas como fontes de pesquisa, como elementos importantes na construção da História, e puderam se ver representados naqueles bens, pelas memórias de seus ancestrais.

Outra discussão importante, tangendo a afetividade, tem ligação direta com os bens que são presentes nas memórias dos indivíduos e que remontam as nossas raízes culturais. Para essa afetividade vir à tona as visitas aos locais referenciados nas falas são instrumentos pedagógicos.

Cabe aqui, perceber que a Educação Patrimonial aliada à educação formal, aplicadas seja no espaço formal, a escola, quanto no espaço informal, os diversos locais rememorados pelos entrevistados, são metodologias eficazes na construção de uma observação crítica.

É um exercício de educação não formal que ocorre em ambientes não formais de educação, mas com a intenção última de promover os saberes escolares, com o diferencial dos usos e as aplicabilidades dadas aos espaços que não seriam especificamente educativos. Os espaços não formais podem ser praças, mercados, museus, galerias de arte.

O conceito de educação não formal, assim como outros que têm com ele ligação direta, habita um plano de imanência que não é o mesmo que habita o conceito de educação formal, apesar de poder haver pontes, cruzamentos, entrechoques entre ambos e outros mais, a educação não formal tem um território e uma maneira de se organizar e se relacionar nesse território que lhe é própria (GARCIA, 2005:31).

Considerando-se que a partir das entrevistas tanto Patrimônios Culturais oficializados quanto aqueles que apenas fazem parte das memórias afetivas dos indivíduos, surgem alguns temas da diversidade – social, cultural, étnica – que partem desses bens culturais como referencial para o entendimento tanto da realidade dos alunos quanto dos processos históricos que compõem a grade curricular, o saber histórico escolar.

A proposta, além de explicitar as relações várias de poderes e a afetividade envolvidas nos Patrimônios Culturais,

é aliar elementos da educação formal para a criação de alternativas que resultem na construção do conhecimento da educação não formal em espaços que não eram pensados, especialmente pelos alunos, como ambientes propícios para o ensino de História e Geografia (EITERER, 2016:150).

Uma vez entendidas as essas relações, as metodologias usadas, história oral, história local e visitas guiadas se mostraram eficazes como alternativas enriquecedoras do processo de ensino e aprendizagem.

3. As Vozes do Tempo Passado no Presente:

Somos parte de um grupo social. Todas as construções culturais desse grupo, de certa forma, nos dizem respeito, estão vinculadas ao que ou quem somos, à nossa identidade e, por estarmos imersos nesse cenário,

nossos olhos são treinados por nossas experiências anteriores a reconhecer e “assimilar” novos e inovadores pontos de vista, e acomodá-los entre os familiares. Por isso mesmo, os olhos são induzidos a minimizar ou mesmo a não notar os tipos de fenômenos inovadores que “não se encaixam” na lição da experiência anterior e que, com isso, se recusam a ser incluídos à força nas categorias habituais (BAUMAN, 2010:8)

Uma vez que nos foi apresentada uma seleção de Patrimônios Culturais que são as representações de nossas identidades, o discurso tende a se fixar em nós, sendo pouco questionado, já que, como nos mostrou Bauman, tendemos a não perceber as outras possibilidades a menos que haja um treinamento dos sentidos do indivíduo. Esse treinamento para a percepção das novas possibilidades se dá porque “o olhar, o ouvir e o escrever são atos cognitivos, uma vez que é com

tais atos que logramos construir nosso saber (OLIVEIRA, 2000:18) e que, uma vez treinados para a observação e criticidade, rompem esse paradigma de tácita continuidade.

Desenvolver essa habilidade de compreensão do meio em que vive e promover a capacidade de rompimentos com ela caso seja necessário é assinalado como função do docente, de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), uma vez que cabe ao professor as escolhas curriculares:

o professor, considerando a multiplicidade de conhecimentos em jogo nas diferentes situações, pode tomar decisões a respeito de suas intervenções e da maneira como tratará os temas, de forma a propiciar aos alunos uma abordagem mais significativa e contextualizada. (BRASIL, 1997a:63).

Optamos, então, por estimular nossos alunos a partir de sua própria realidade, usando não só o Patrimônio Cultural como ponto de partida, mas a história oral como metodologia de pesquisa e construção de novos olhares, colocando os discentes em contato direto com as memórias, elementos fundamentais para nossa identidade, já que

[...] é a memória dos habitantes que faz com que eles descrevam suas experiências sociais e lutas cotidianas. A memória é, pois, imprescindível na medida em que se esclarece sobre o vínculo entre a sucessão de gerações e o tempo histórico que as acompanha. Sem isso, a população urbana não tem condições de compreender a história de sua cidade, como seu espaço urbano foi produzido pelos homens através dos tempos, nem a origem do processo que a caracterizou. Enfim, sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois se perde o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeitos da história (ORIÁ, 1997:129).

Trabalhar com as memórias individuais e coletivas, para a construção de novos olhares sobre os Patrimônios Culturais é tocar Halbwachs (1990), que sinaliza que a memória individual não está fechada e isolada em si, mas recorrentemente construída pelas visitas que os indivíduos fazem ao seu passado através de recursos diversos, como o Patrimônio Cultural, por exemplo, mas o que ela traz em si é pessoal, diferente da memória coletiva, cujos pontos-chaves são os pontos de interseção entre os indivíduos.

Halbwachs (2004) sugere memória individual como interior ou interna e a coletiva como memória do exterior. Uma é pessoal, outra, social. A memória coletiva também se diferencia da história por reter do passado aquilo que ainda está vivo na consciência do grupo que a mantém. A

memória histórica caracteriza-se como uma reconstrução de elementos a partir do que o indivíduo disponibilizou a partir de seu presente rememorando o passado.

Sobre a importância de exercícios que usem a memória, temos que

Nuestra memoria, sin duda, retorna, a medida em que avanzamos, buena parte de lo que parecia haberse escurrido, aunque de una forma nueva. Todo sucede como cuando um objeto es visto bajo um ángulo diferente, o cuando es iluminado de manera diferente: la distribución nueva de las sombras y da luz cambian a tal punto los valores de las partes que, reconociéndolas, no podemos decir que hayan permanecido tal como eran (HALBWACHS, 2004:106).

Sendo assim, para acessar as nossas memórias e torná-las disponíveis aos outros, a linguagem é fundamental: eis a oportunidade para se iniciar os trabalhos com a história oral, na qual

o objeto de estudo do historiador é recuperado e recriado por intermédio da memória dos informantes, e a instância da memória passa, necessariamente, a nortear as reflexões históricas, acarretando desdobramentos teóricos e metodológicos importantes para a construção e organização do discurso (FERREIRA, 2012:172).

O objetivo central que estabelecemos para esse trabalho com a história oral é semelhante ao que aponta Sarlo (2007), quando nos voltamos principalmente para a valorização da memória, mas também para a observação e estudos do cotidiano, enfatizando os personagens comuns que são agentes diretos, testemunhas orais.

Justificamos os usos da história oral não apenas como técnica, através das entrevistas, mas como aporte teórico metodológico, uma vez que ela compreende, primeiramente, que as relações de continuidade do passado, no presente, podem ser alcançadas e melhor compreendidas, dando à história um sentido mais social.

Em se tratando de uma atividade pensada para tocar tanto a história quanto a geografia a partir das memórias acerca dos Patrimônios Culturais, a opção pela história oral abre o leque ao evocar as representações e as imagens das paisagens urbanas:

A representação patrimonial das cidades parece nos habituar a uma distinção fundamental dos séculos, das épocas – distinção legitimada visualmente por signos determinados – mas mascara o jogo de superposição e de contágio desses mesmos signos, o que provoca um entrecruzamento sutil e pouco perceptível das temporalidades urbanas (JEUDY, 2005:89).

Pelos Patrimônios Culturais, evocando as memórias dos entrevistados não só se estabelece a prática maior da história oral, através da realização das entrevistas, mas se abre as possibilidades para se pensar na paisagem e nas suas implicações diretas na sociedade, de modo que as afetividades aflorem e deixem claros os valores desses bens:

No âmbito de uma Geografia Cultural, percebemos que ao analisar as paisagens do nosso entorno, é possível estabelecer uma relação entre a paisagem e significados percebendo a paisagem como portadora de crenças, valores e utopias e, portanto, apresentando diversas simbologias (EITERER, PEREIRA, 2016:1070).

Ao empreender as entrevistas tanto o entrevistador quanto o entrevistado podem se perceber imersos no processo histórico, como agentes, compreendendo os acontecimentos não só do passado, mas as suas continuidades no presente.

Thompson aponta que

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados e especialmente os idosos a conquistar dignidade e autoconfiança. Propicia o contato – e, pois a compreensão – entre classes sociais e entre gerações (THOMPSON, 1992:15).

Se há essa contribuição da história oral para o processo de compreensão e construção da história,

É fundamental que os alunos desenvolvam as habilidades de ler o mundo no qual fazem parte e a escola, através de aulas de campo em espaços diversos pode ajudá-los a observar a multiplicidade de linguagens contida no dia a dia que precisam ser decifradas, compreendidas e até questionadas (EITERER, 2016:127).

A esse processo que compreende a leitura do mundo por sua paisagem, a realização de entrevistas e visitas aos Patrimônios Culturais ou a locais importantes para a construção da identidade das cidades, encaixa-se o trabalho com a Educação Patrimonial que, por estar em uma escola, pode ser contínuo e direcionado.

Quando deixamos as vozes do passado que ainda estão entre nós através dos idosos e de suas memórias nos falar, conseguimos encaixar peças nas lacunas que persistem no presente. Torna-se

mais palpável compreender como “buscamos, construímos e mantemos as referências comunitárias de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos” (BAUMAN, 2005: 32).

4. Considerações Finais:

Seja ressaltando a necessidade de questionamento sobre os Patrimônios Culturais oficiais, quer seja buscando referências nas memórias afetivas que pairam sobre as comunidades, o uso da história oral, valorizando a história local e aproximando as gerações, fomenta não só a compreensão de que há permanências e continuidades no presente, mas que somos agentes diretos na construção desses processos.

O trabalho desenvolvido nas duas cidades teve resultados semelhantes em seus alunos: passado um primeiro momento de estranheza com as novas abordagens de trabalho, os Patrimônios Culturais foram compreendidos como parte de um discurso social e político, de modo a atender as demandas vigentes à época e que outras possibilidades existem, como a patrimonialização de outros bens ou a preservação de costumes e tradições sem necessariamente passar pelo processo de registro ou tombamento.

Ficou claro que as memórias não são algo apenas individual, mas que quando alinhavadas no coletivo, permite através de seu estudo organizar e identificar elementos de uma história social e cultural que, talvez, por vias de investigações históricas em documentos dito oficiais não seria possível.

Realizar as entrevistas valorizaram não só os Patrimônios Culturais e chamaram o debate para os espaços públicos, mas também valorizaram as vozes que nos falaram: os idosos e líderes comunitários entrevistados ganharam ainda mais respeito e consideração.

O Patrimônio Cultural como resultado das ações culturais, quando rememorado, transforma-se não só em algo de significado amplo, mas com uma afetividade individual, identitária, convidando-nos à sua preservação/conservação e, ainda que haja questionamento sobre sua legitimidade, só as vozes antes caladas podem dotá-lo dessa aura de pertencimento e valor para a comunidade.

Referências:

BACZKO, B. La Polonia de Solidaridad: una memoria explosiva. In: _____. **Los imaginários sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1982.

BAUMAN, Zygmunt. **Legisladores e Intérpretes**: sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os Arquitetos da Memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2009.

Declaração de Caracas, 1992. In: CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). **Cartas patrimoniais**. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. (Edições do Patrimônio)

EITERER, Edylane. **Educação patrimonial no espaço escolar**: discutindo identidade, diversidade, memória e patrimônio cultural. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2013.

_____. Turista na cidade de nascença: De Portinari a Niemeyer, o patrimônio cultural descoberto na rua Halfeld. In: SCHIAVON, Carmem G. Burgert. PELEGRINI, Sandra de Cássia A. (Orgs) **Patrimônios Plurais**: Iniciativas e Desafios. Rio Grande: Editora da FURG, 2016.

EITERER, Edylane. PEREIRA, Joel dos Santos. A Paisagem em Movimento: Aulas de Campo e a Ressignificação de Conceitos através da Educação Patrimonial. In: Anais da XXXII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “**O papel social do historiador**: desafios contemporâneos para a escrita da História”, Juiz de Fora, 2017. ISSN: 2317-0468. 1554p.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: Velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

GARCIA, V. A. Um sobrevôo: o conceito de educação não-formal. In: PARK, M. B & FERNANDES, R. S. Educação Não-Formal – Contextos, percursos e sujeitos. Campinas: Unicamp/CMU, Editora Setembro. 2005.

GODOY, M. C. Patrimônio cultural: conceituação e subsídios para uma política. In: **Encontro Estadual de História**: História e Historiografia em Minas, 1985.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

_____. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, J. **A história nova**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

_____. **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

NAJJAR, Jorge Nassim Vieira. Educação Patrimonial e Identidade: Algumas Questões em Debate. In: CARNEIRO, Waldeck. et al. (Orgs). **Movimentos Instituintes em Educação:** Políticas e Práticas. Niterói: Intertexto, 2010. p.141-153.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O Trabalho do Antropólogo.** Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000

ORIÁ, Ricardo. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (Org.). **O saber historic na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 1997.

POULOT, Dominique. **Uma Historia do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI:** do Monumento aos Valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado:** Cultura da Memória e Guinada Subjetiva. São Paulo/BeloHorizonte: Companhia das Letras/UFMG, 2007.

THOMPSON, P. **A voz do passado:** história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA: ENFOQUES E REFLEXÕES

Aimée Schneider Duarte¹

Resumo:

Fruto da participação e pressão sociais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (doravante CRFB/88) conseguiu ampliar a noção de direitos, garantindo a promoção e a proteção do patrimônio cultural, que passou a ser registrado de acordo com sua natureza, ou seja, como sendo material e/ou imaterial, deixando de lado a concepção restrita anterior, contida no Decreto-Lei 25/37, e que previa somente aspectos ligados às questões materiais. Neste Teor, o trabalho que ora se apresenta possui a finalidade de entender os artigos 215 e 216 da CRFB/88.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Memória; Constituição Federal de 1988.

CULTURAL PATRIMONY AND MEMORY: APPROACHES AND REFLECTIONS

Abstract:

As a result of pressure and social participation, the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 (hereinafter CRFB / 88) has succeeded in broadening the concept of rights, guaranteeing the promotion and protection of cultural patrimony, which began to be registered according to its nature, that is, as material and/or immaterial, leaving aside the previous narrow conception, contained in Decree-Law 25/37, which provided only material issues-related aspects. Considering all of the above, the purpose of this paper is to understand the articles 215 and 216 of CRFB/88.

Keywords: Cultural Patrimony; Memory; Federal Constitution of 1988.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em História Social também da UFF. E-mail: schneider_aimee@hotmail.com

Considerações Iniciais:

A noção de cultura é historicamente constituída e tem se transformado ao longo do tempo: o seu tratamento constitucional, e mais precisamente do direito cultural, sofreu grande influência dos eventos ocorridos no processo de redemocratização da vida política brasileira. A época foi marcada por um sentimento palpável de mudança, visível através dos debates da Assembleia Nacional Constituinte (ANC) de 1987-88. Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), a cultura passou a ser considerada como direito cultural, exigindo uma atuação positiva do Estado.

Apesar de o tema da cultura ter sido bastante discutido, não há, no texto final da Constituição, uma definição sobre o termo, o que acaba, por consequência, refletindo também em uma definição acerca do direito cultural. Não é tarefa fácil responder a esse questionamento, pois o termo possui conteúdo mais facilmente intuído que definível, em virtude da riqueza e complexidade que encerra. Compreender os sentidos dados à *cultura*, no processo constituinte em pauta, faz-se de suma importância para a composição das políticas culturais, para a delimitação dos direitos culturais e para a orientação dos agentes públicos que aplicam as suas normas, bem como para o entendimento dos movimentos sociais e culturais no Brasil contemporâneo. Isso porque muitas das atuais medidas ligadas ao tema possuem fundamento nas reivindicações daquele período.

Para avançar na análise, adentra-se em especificidades da participação dos indígenas e dos negros: mais que uma simples moldura, são elas elementos componentes das atenções do presente trabalho. É preciso inquirir sobre esse assunto para entender as práticas culturais. Daí, portanto, os movimentos sociais pleitearem uma democracia que começasse por reconhecer – e não negar – o caráter pluralista e multicultural da sociedade brasileira.

Trajetória constitucional sob o viés da cultura:

A cultura não se restringe aos grandes monumentos e aos testemunhos da história oficial, mas inclui as manifestações culturais representativas de grupos que compõem a sociedade brasileira. Não se pretende discutir o conceito de minorias, mas tratar de dois grupos específicos – o índio e o negro – com vistas à compreensão da cultura. A ruptura com a perspectiva integracionista se fez

fundamental para a construção de uma nova mentalidade, na medida em que as Constituições, até então, não eram representativas dos anseios dos diversos segmentos sociais.

Assim é que, por meio dos textos constitucionais, é possível compreender não apenas os diferentes contextos históricos em que foram concebidos como, também, verificar que a presença ou a ausência de certos temas demonstram maior ou menor grau de importância para o poder público. Sob tal enfoque, foram analisadas as Constituições promulgadas após a independência do Brasil, identificando-se quantas vezes foram mencionadas as questões negras, indígenas e a cultura em sentido amplo, e quais interpretações lhes foram aplicadas.

Tabela – Constituições sob o foco da *cultura*, dos *negros* e dos *indígenas*²

Constituição	Cultura	Patrimônio	Negros	Indígenas
Constituição Política do Império do Brasil de 1824	01	X	X	X
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891	X	X	X	X
Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934	02	03	X	02
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937	01	01	X	01
Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946	02	01	X	02
Constituição da República Federativa do Brasil de 1967	03	06	X	03
Constituição da República Federativa do Brasil de 1969 (redação dada pela EC nº 1/69)	02	06	X	05

² A análise foi realizada com base nas respectivas versões originais das Constituições, sem abranger posteriores Emendas. Ademais, as pesquisas realizadas não se valeram somente das palavras destacadas como termos de busca, mas também outras que pudessem ter ligações com o tema, tais como *patrimônio cultural*, *silvícola*, *índio*, *escravo*, *afro*, *quilombo* etc.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (sem emendas)	27	27	03	15
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (até a EC nº 91/2016)	59	31	03	16

1) A *Constituição Política do Império do Brasil de 1824* não fazia menção a qualquer dimensão cultural – a única passagem expressa sobre “cultura” é no sentido de cultivo na agricultura (art. 179, XXIV). Tampouco são citados negros e indígenas.

2) Na *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*, a palavra “cultura” se vê despida até mesmo de suas possíveis ambiguidades, posto que não há nenhuma passagem sobre o tema, nem mesmo referente ao cultivo agrícola. Negros e indígenas são, novamente, ignorados.

3) A *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934*, por sua vez, apresenta duas colocações, muito embora de inegável teor genérico: uma diz que a lei assegurará a representação das atividades culturais do país (art. 23 - § 7º); e a outra assevera caber aos entes da federação favorecer o desenvolvimento da cultura em geral (art. 148). O vocábulo patrimônio aparece três vezes: 1) no próprio artigo 148, dispondo no sentido de que cabe à União, aos Estados e aos Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país; 2) no artigo 157, que assevera a reserva, pelos entes federativos, de uma parte dos seus patrimônios territoriais para fundos de educação; e 3) ao dispor que qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos Municípios (art. 113, item 38).

Novamente, não há menção aos negros. Entretanto, duas passagens tratam sobre os indígenas – aqui, denominados silvícolas – por meio da ideia de incorporação à comunhão nacional (art. 5º), sendo reconhecida a posse das terras por eles ocupadas, vedada a sua alienação (art. 129).

4) A *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937*, também conhecida como Carta “Polaca”, só se referia à cultura por duas vezes: 1) para a nomeação de membros ao Conselho Federal, em conotação notadamente genérica, distinguindo brasileiros natos com conhecimento em algum dos ramos da produção ou da cultura nacional (art. 52, posteriormente suprimido pela Lei Constitucional nº 9 de 1945); e 2) no art. 128, que dispunha ser a arte livre à iniciativa individual e à associações de pessoas públicas e particulares. O termo patrimônio é mencionado uma única vez, no artigo 134, que assim dispõe: “Os monumentos históricos, artísticos e naturais (...) gozam da proteção e dos cuidados

especiais (...). Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional”.

Os negros são novamente excluídos do panorama constitucional, com o Diploma vindo despido de referências. Os índios, apontados como selvícolas (sic), são destinatários de uma única passagem, em que consta, repetindo a Carta de 1934, a obrigatoriedade de se respeitar a posse de suas terras, vedada a alienação (art. 154).

5) A *Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946* traz as expressões *cultura* e *culturais* em duas passagens, atreladas à educação e inseridas no Capítulo II (“Da Educação e da Cultura”). Destaca-se que, pela primeira vez, fora atribuída a responsabilidade pela cultura ao Estado, conforme previsto no artigo 174: “*O amparo à cultura é dever do Estado*”. Tal surge como evidência do paternalismo pós-Estado Novo, que pretendia ocupar-se da cultura enquanto objeto de intervenção estatal. No artigo 49, por sua vez, permite-se aos deputados e senadores participarem, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais. Com relação ao patrimônio, não houve, se comparado o regramento com o previsto na Constituição anterior, mudança significativa. O parágrafo 38 do artigo 141 estabelece que qualquer cidadão poderia pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público; acrescentou-se, ainda, ao rol deste patrimônio o pertencente às entidades autárquicas e às sociedades de economia mista.

Os negros não são citados e os indígenas aparecem em dois artigos, que versam sobre a competência legislativa da União sobre a incorporação dos silvícolas à comunhão nacional (art. 5º, XV, “r”) e sobre a posse das terras onde se achassem, ecoando a proibição de a transferirem (art. 216).

6) A *Constituição da República Federativa do Brasil de 1967*, convém destacar de pronto, foi criada e promulgada com o intuito de dar respaldo ao golpe de 1964 e colocar em termos legais as ações da ditadura. Há, portanto, uma formação ideológica inclinada a enxergar a cultura como algo relacionado à família (Título IV - Da Família, da Educação e da Cultura). O vocábulo *cultura* surge três vezes, evidenciando as atividades culturais ora como dever do Estado (art. 172), ora no sentido de possibilitar ao deputado ou senador desempenhar missões de caráter cultural (art. 38, § 2º), e ainda associadas à noção de conhecimento/instrução e formal/moralidade (art. 118). Este último artigo afirma que os Juízes Federais serão nomeados dentre brasileiros “de cultura e idoneidade moral”, emulando parcialmente referenciais baseados de maneira genérica na noção de cultura, como já se observava, no histórico constitucional, na Constituição “Polaca” de 1937; aqui, de modo tão

conveniente quanto, se não mais, para o *status quo* de então, tem-se que a cultura seria atributo para bem poucos afortunados. O patrimônio, por sua vez, é especificado em seis partes, todas se referindo aos bens físicos e passíveis de valor.³

Continua não havendo disciplina constitucional sobre os negros. Os índios são versados em três excertos: 1) as terras ocupadas pelos silvícolas constam do rol de bens da União (art. 4º, IV); 2) a esta compete, por sua vez, legislar acerca da incorporação dos silvícolas à comunhão nacional (art. 8º, XVII, “o”); e 3) fica assegurada aos silvícolas a posse das terras que habitam, bem como o usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas as utilidades nelas existentes (art. 186).

7) Muitos consideram que a *Constituição da República Federativa do Brasil de 1969*, consolidada através da redação da Emenda Constitucional (EC) nº 01/69, seria uma nova Constituição, pois alterou significativamente as estruturas de governo. No entanto, no que tange à cultura, ao patrimônio e ao negro, não houve mudança significativa. Quanto ao índio, há cinco passagens; porém, sem novidade digna de nota.

8) A *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (sem emendas)* menciona a palavra “cultura” 27 vezes, tendo, pela primeira vez, uma Seção inteira (II – Da Cultura), incluída no Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), voltada para o tema.⁴ O patrimônio também é tratado em 27 excertos. Até a EC nº 91/2016, esses números subiram para 59 (cultura) e 31 (patrimônio).

Fruto da participação e da pressão sociais, a CRFB/88 conseguiu ampliar a noção de direitos, garantindo a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Trouxe interpretações inéditas e, ao alargar o conceito de cultura, houve outra inovação: o patrimônio cultural passou a ser registrado de acordo com sua natureza material e/ou imaterial, deixando de lado a concepção restrita, contida

³ 1) É vedado aos entes federativos a criação de imposto sobre os patrimônios uns dos outros (art. 20, III, “a”); 2) Tal proibição também se aplica ao patrimônio de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social (art. 20, III, “c”); 3) Essas vedações são extensivas ao patrimônio das autarquias (art. 20, § 1º); 4) Veda-se a incidência de imposto sobre a transmissão de bens incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica, salvo expressas exceções (art. 24 § 3º); 5) Qualquer cidadão poderia (...) pleitear anulação de atos lesivos ao patrimônio de entidades públicas – a novidade, aqui, consiste na possibilidade específica de propositura de ação *popular* (art. 150, § 31); e 6) Regula-se a situação do patrimônio dos partidos políticos extintos pelo AI nº 02/65, que deveria ser transferido “a qualquer das organizações políticas devidamente registradas” (art. 184).

⁴ Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. § 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...).

no Decreto-Lei 25/37, referente apenas a aspectos ligados à materialidade. Esta ampliação deflagrou a necessidade de se criar um novo instrumento de preservação dos bens culturais de ordem imaterial. Após doze anos, foi editado o Decreto nº. 3.551/00, regulamentando as criações do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e do Programa do Patrimônio Imaterial.

Outra mudança significativa foi a inclusão, inédita na trajetória constitucional brasileira, de referências aos negros. São apenas três as passagens que os mencionam diretamente (artigos 215, § 1º e 216, § 5º da CRFB/88 e artigo 68 do ADCT da CRFB/88⁵); de forma indireta, outros artigos acabam por abrangê-los, prevendo, por exemplo, a igualdade de raças e a criminalização do racismo. Quanto aos povos indígenas, houve a inserção, no texto constitucional, de um capítulo elaborado especificamente para a disciplina de seus direitos (Capítulo VIII - Dos Índios). Originalmente, na CRFB/88, 15 passagens citam diretamente os índios; tal número aumentou para 16 com a EC nº 06/95, que acrescentou o § 1º ao seu artigo 176.

O atendimento à demanda das minorias acerca do reconhecimento de suas culturas, em que as questões subjetivas do cotidiano saíram do ostracismo, se fez possível graças à ampliação da ideia de cultura, que (re)ascendeu como instrumento forte de luta social. Não obstante o avanço cultural, a separação formal dos temas em Subcomissões e Comissões acarretou um distanciamento, no caso em tela, da Subcomissão VIII-a (Educação, Cultura e Esportes) com a da VII-c (Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias). A consequência principal foi que a cultura e a terra passaram a ser vistas de forma dissociada das práticas culturais de negros e índios – desatrelar o reconhecimento desses dois conceitos fez com que se retirasse um pouco da questão social.

Salienta-se que assim como no caso dos quilombos, as demarcações das terras indígenas foram disciplinadas no ADCT – que fixa regras, por natureza, fugazes –, implicando uma tentativa de esvaziamento desse direito. Nesta situação, abre-se um campo para a subjetividade e discricionariedade do interpretador hermenêutico. Como resultado, o que estava em jogo era o confronto entre duas visões político-econômicas distintas: de um lado, a construção de um país igualitário e culturalmente plural, sendo a terra um patrimônio coletivo; e, do outro, a visão de uma estrutura culturalmente hierarquizada, com a concentração de riquezas e terras na esfera privada.

Articulações atuais acerca da cultura:

⁵ Art. 216, § 5º da CRFB/88: Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Art. 68 do ADCT da CRFB/88: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Conforme verificado por meio das Cartas Constitucionais, a palavra cultura “passou do cultivo da terra para a cultivação do espírito humano” (BOTELHO 2016:07). Ademais, era concebida como sinônimo da produção de saber por meio da dialética entre ter versus não ter educação formal, abrangendo a divisão social entre intelectuais e manuais e, em maior parte, a escolaridade. É dizer: dado indivíduo tem conhecimento; logo, possui cultura, enquanto todos os outros são incultos. Na medida em que um lugar de fala é afirmado pelo saber, os demais são desvalorizados, tidos por incompetentes, posto que fogem ao padrão pré-estabelecido de *ideal* do homem médio branco – ou seja, os trabalhadores, as mulheres, os negros e os índios, entre outros grupos.

Percorrendo as Constituições até então, verifica-se que o tratamento dado à cultura envolvia a escolarização, dando margem à dicotomia de uma pessoa *ter* cultura e *ser*, portanto, competente, o que acabava promovendo a exclusão. Nada é mais sintomático de tal proceder do que a precitada disposição, no âmbito da Constituição de 1967, no sentido de que seriam nomeados, para os cargos de Juízes Federais, brasileiros “de cultura e idoneidade moral”. O significado atribuído à palavra cultura se reporta ao conjunto de conhecimentos de uma única pessoa, ou seja, utilizado para se referir aos indivíduos providos de educação formal e, por isso, considerados aptos à condição de detentores de poder – afinal, restringindo a tais indivíduos o acesso às instâncias poderosas, mantinha-se o próprio poder em um perímetro estreito.

Nota-se, neste diapasão, que os artigos 215 e 216 da CRFB/88 constituem um avanço, na medida em que a cultura passou a ser concebida pelo Estado como um processo criativo que abre caminhos para a construção de uma política plural e democrática. Consequentemente, as discussões acerca da cultura e da atuação política do Estado foram intensificadas, conformando um molde aberto, aplicável a uma gama de realidades espaço-temporais como caminho unificador das vozes dos excluídos.

Cabe, aqui, apontar que a cultura não é algo de que se pode despir para, em seguida, ser novamente vestido através da Constituição. Não é algo a se construir construída no mesmo passo em que é estatuída e disciplinada legalmente. Sua característica é a mutabilidade que se opera diante dos conflitos e cooperações entre os membros de uma mesma comunidade ao longo do tempo. Em outras palavras, não se trata de afirmar que apenas com a CRFB/88 passou a existir uma cultura plural – esta já era uma característica prévia do povo; apenas não estava plasmada no corpo constitucional, o que, muito embora inviabilizasse a promoção de sua totalidade, em momento algum fez com que os seus aspectos carentes de normatização deixassem de surtir efeito de fato. Tem-se, por exemplo, que a

vida cultural durante o período sob o manto autoritário não parou – pelo contrário: muitos trabalhos artísticos foram produzidos, apesar da censura. A despeito de haver uma cultura tida por marginal, a cultura institucional promovida pelo Estado consistia no conservadorismo e na manutenção *da moral e dos bons costumes*. Como resultado, não houve corte da relação entre Estado e sociedade civil, mas uma nova imbricação entre eles. Dizer, então, que não houve cultura é equivocado: houve *culturas*, sujeitas de formas diversas às influências do regime político outrora vigente.

Nesta etapa, é preciso calibrar o olhar e projetar a análise para o tempo atual: compreende-se o presente investigando-se o passado, de modo a promover uma síntese da dinâmica entre estes tempos, que se comunicam em uma via de mão dupla. Considerando os 30 anos da inauguração da ANC de 1987-88, em fevereiro de 2017, e da própria promulgação da Constituição Federal, em outubro de 2018, o tema assume dimensões de destaque, invocado que é por estas datas. Entretanto, tendo em vista os atuais debates, em nível nacional, acerca de questões relativas a reversões e permanências, faz-se importante transcender o teor quase que automaticamente comemorativo das efemérides. Tal se sustenta porque, nos últimos anos, uma série de reivindicações díspares vem se fazendo ouvir com intensidade crescente, muitas delas baseadas em apelos expressamente contrários aos trabalhos e expectativas da Constituinte de 1987-88. Não se trata, portanto, de mero entusiasmo em torno das comemorações, mas de reconhecimento da atualidade do grande diploma vivo do país.

A recente expansão de ideologias antidemocráticas – tais como o clamor pela volta dos militares ao poder – sugere palpável risco de cerceamento dos mesmos direitos promovidos três décadas antes e deixa em evidência o quanto “é preciso estar atento e forte”, como já diziam Caetano Veloso e Gilberto Gil, na música *Divino, Maravilhoso*. Essa afirmação se faz em função do advento, nos últimos anos, de novas medidas normativas voltadas para alterações no panorama da Carta Magna de 1988. Quase trinta anos após a entrada em vigor da CRFB/88 e seguindo os critérios da conveniência e oportunidade, o Estado brasileiro pretendeu eliminar os recursos destinados à cultura. Exemplificando, a perspectiva cultural é vista como *gasto* em vez de *investimento* – e o cenário recente confirma essa falta de prioridade destinada ao setor. O atual Presidente da República, Michel Temer, visando reduzir os gastos ministeriais, chegou a se desfazer do Ministério da Cultura, aglutinando-o à pasta da Educação (Medida Provisória nº 726/16).⁶ Após manifestações e polêmicas, contudo, reverteu sua decisão por meio da Lei nº 13.345/16.

⁶ Vide, ainda, a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos.

Não é a primeira vez que um governo fecha as portas para cultura: em 1964, o então Presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, no exercício interino da Presidência da República e sob o manto do governo civil-militar, extinguiu o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão que agregava ideias desenvolvimentistas e concebia a cultura como elemento impulsionador de transformações sociais e construção da identidade nacional; em 1990, o então Presidente da República Fernando Collor de Mello também extinguiu o Ministério da Cultura, juntamente com diversos de seus órgãos, havendo o seu retorno apenas em 1992, no governo de Itamar Franco.

Dentro deste entrelace do *ontem* com o *hoje*, a importância das imagens nas manifestações políticas se torna cada vez mais nítida. Os acontecimentos do passado constituinte atravessaram os anos e se perpetuam nos dias atuais. Por que, afinal, apesar de registrarem aspectos específicos de cada momento, seus embates e expectativas persistem?

Mesmo com os limites próprios da transição política, produto das relações de força entre elites conservadoras e os focos de mobilização social, a ANC de 1987-88 institucionalizou importantes garantias.⁷ Falar, hoje, na Constituinte de mais de trintas anos atrás, ganhou um tom inesperadamente atual.

Referências Bibliográficas:

ANAIS da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Senado federal. Disponível em <http://www.senado.gov.br/publicacoes/anaais/asp/CT_Abertura.asp>.

BOTELHO, Isaura (2016): *Dimensões da Cultura: políticas públicas e seus desafios* – São Paulo, Edições SESC São Paulo.

CALABRE, Lia (org.) (2005): *Política culturais: diálogo indispensável*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa.

GONZALEZ, Lélia (1982): O movimento negro na última década. In: *Lugar de negro*. _____ e Carlos Hasenbalg (orgs.). Rio de Janeiro: Editora Marcozero, 1982.

LACERDA, Rosane (2008): *Os Povos Indígenas e a Constituinte 1987-1988*. Brasília: CIMI.

⁷ É preciso enfatizar que, para além da inclinação democrática, as batalhas pela nova Constituição também foram travadas por fileiras de verve autoritária. Existia, à época, um *projeto de democracia* em andamento, e não uma democracia propriamente dita; dessa maneira, no contexto da redemocratização, disputas se davam entre atores políticos *democráticos* e *tradicionais*, acarretando um conflito entre *renovação* e *continuidade* no interior do sistema político.

QUADRAT, Samantha Viz (Org.) (2014): *Não foi tempo perdido: os anos 80 em debate*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

PILATTI, Adriano (2008): *Constituinte de 1987-1988*. Progressistas, Conservadores, Ordem Econômica e Regras do Jogo. RJ: Lúmen Júris.

ROCHA, Antônio Sérgio (2013): *Genealogia da Constituinte. Do autoritarismo à Redemocratização*. Lua nova. Revista de Cultura e Política. Dossiê “Constituição e Processo Constituinte”, nº88.

O LEGADO ANCESTRAL DE RESISTÊNCIA DOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ

Adailton Moreira Costa¹

Luciane Barbosa de Souza²

RESUMO:

O presente trabalho se insere no campo de estudos da memória e do patrimônio cultural e tem como objetivo a reflexão acerca da preservação do legado ancestral salvaguardado nos terreiros de candomblé. Busca ressaltar os aspectos políticos e institucionais e o significado cultural da preservação do legado ancestral como ferramenta de resistência político-pedagógica.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural; Terreiro de Candomblé; Ancestralidade; Resistência.

THE ANCESTRAL LEGACY OF CANDOMBLÉ'S HOUSES RESISTANCE

ABSTRACT:

This Article is inserted in the field of study of the memory and the cultural heritage and has the aim to bring a reflection about the conservation of the ancient legacy safeguarded in the Candomblé's Houses. It is worthwhile pointing out the political and institutional aspects and the cultural meaning of the ancestral legacy's preservation as a political-pedagogical resistance appliance.

Key-words: Cultural Heritage; Candomblé's House; Ancestry; Resistance.

¹ Adailton Moreira Costa é sociólogo e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, membro do Grupo de Pesquisa Kekerê (PROPED/ UERJ).
Email: adailtomoreiracosta@gmail.com.

² Luciane Barbosa de Souza é pedagoga e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade da UFRRJ, membro do Grupo de Estudos Patrimônio e Cultura Afro-brasileira (GEPCAFRO); e, do Laboratório de Estudos Afro-brasileiros (LEAFRO).
Email: llucianebarbosa@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS - BREVE HISTÓRICO:

O patrimônio cultural dos terreiros de candomblé está relacionado ao conjunto de valores míticos e singulares que formam a sua identidade diversa. Essa identidade é estabelecida por meio da resistência dos terreiros de candomblé como lugares de preservação da memória, seguindo em discordância aos valores de uma sociedade racista e colonizadora, que invisibiliza as suas identidades e pluralidades.

A partir das reflexões e estudos de Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Marcos Antônio Cardoso, Tânia Tomázia do Nascimento e João Carlos Nogueira, no campo dos estudos do patrimônio cultural afro-brasileiro, este trabalho pretende levantar questões acerca dos significados e valores do legado ancestral - por meio dos pontos relacionados ao conceito de referência cultural e, sobretudo, dos bens culturais patrimonializados pelo Estado brasileiro - que se estabelecem como uma identidade política, posicionando-se em defesa da diversidade cultural, dos direitos humanos e do Estado laico.

No Brasil, a política de proteção do patrimônio cultural foi construída pelo ideário nacionalista dos anos 1930, levando em consideração conceitos como monumentalidade e excepcionalidade, a partir da busca da identidade nacional construída nos valores artísticos e históricos prezando os aspectos coloniais desse patrimônio nacional, na época, compreendido apenas como histórico e artístico. Antônio Gilberto Ramos Nogueira³ nos traz a seguinte reflexão:

Síntese da bandeira democrática que conduziu os movimentos populares, nos anos 80, na luta pela ampliação da noção de patrimônio, cultura e inventário, os artigos 215 e 216 da Constituição de 1988, assim os definem:

Artigo 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifestações culturais.

§ 1. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Artigo 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

³ Antônio Gilberto Ramos Nogueira é professor do Departamento de História da UFC. Doutor em História Social – PUC/SP. O texto é resultado das reflexões e demandas do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória – UFC.

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1. O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação (NOGUEIRA, 2008: 246).

Por meio da luta dos movimentos sociais, na área da educação e da cultura, ocorre uma dilatação e reorientação das políticas públicas no campo dos direitos humanos. Acerca do campo de estudos e políticas públicas do patrimônio cultural - como podemos observar nos artigos da Constituição Federal de 1988, em destaque acima - acontece a ampliação do conceito e dos instrumentos para a preservação. Dessa forma, ampliamos os instrumentos legais para a realização de inventários⁴, da proteção, preservação e salvaguarda.

Em 4 de agosto de 2000 é instituído o Decreto 3.551, instituindo o registro e o inventário dos bens culturais de natureza imaterial, como ferramentas de proteção, trazendo o conceito dos bens culturais intangíveis. Em 2003 é sancionada a Lei 10.639⁵, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), incluindo no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", assim como o dia 20 de novembro como “Dia Nacional da Consciência Negra” no calendário escolar. Seguindo a ampliação dos direitos humanos, no campo da educação e da memória, em 2008 é sancionada a Lei 11.645⁶, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Assim, é possível caminhar para a transformação do quadro conservador de negação da identidade negra e indígena, por meio dos instrumentos legais para garantia do direito à memória e à preservação do patrimônio cultural dos grupos invisibilizados que formam a sociedade brasileira. Isto posto, destacamos em Cardoso:

Nossa herança cultural está diretamente ligada à construção da cidadania, porque a noção de território compreende tanto o espaço particular, o corpo próprio, como o espaço coletivo da casa, do trabalho, da diversão e da devoção. (CARDOSO, 2012: 37)

⁴ “Como a conceituação de patrimônio é dinâmica e passa por transformações ao longo do tempo, os trabalhos de inventário representam estratégias diferentes para atribuição de valor, pressupondo uma base sistemática de registro de informações, mais ou menos complexa, dependendo das diferentes concepções adotadas, de períodos históricos distintos, dos territórios delimitados e da diversidade de tipos de bens estudados.” (MOTTA e REZENDE. IPHAN/DAF/Copedoc: 2016).

⁵ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm Acesso: 10/10/2017.

⁶ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm Acesso: 10/10/2017.

No âmbito da preservação patrimonial por parte do Estado, o reconhecimento das referências culturais afro-brasileiras é recente e exige um olhar diferenciado tanto dos gestores públicos e técnicos, quanto dos intelectuais, estudiosos e pesquisadores do campo de estudos do patrimônio e das políticas públicas. As conquistas sociais ampliaram o conceito de patrimônio cultural, destacando as referências culturais que, até então, não eram oficialmente incluídas nas políticas públicas do patrimônio como a oralidade, os conhecimentos tradicionais, os saberes, os sistemas de valores, as manifestações, expressões artísticas e culturais como componentes fundamentais na identificação cultural dos diferentes grupos:

O Movimento Negro contemporâneo e o conjunto de organizações que desenvolvem ações focadas no campo da cultura negra e da educação são também fortes movimentos de afirmação identitária, responsáveis pela atualização crítica do debate acerca da identidade nacional. De modo que a ideologia, o projeto político cultural e imposição pelo Estado de uma única etnia, de uma única categoria racial sobre as outras, de uma única cultura, como se tratasse de uma condição nacional, vem sendo profundamente questionado. O Brasil é ainda uma identidade inacabada. Por essa razão, nosso desafio é o de estabelecer em que bases críticas o patrimônio cultural negro africano pode ser incorporado ao processo de reconstrução e atualização da identidade nacional, da identidade brasileira. (...) Nessa perspectiva, a descolonização das relações de poder me parece ser o caminho da construção e fortalecimento de identidade histórica autônoma. E isso só será possível se o patrimônio cultural, material e imaterial do povo negro brasileiro for efetivamente reconhecido e incorporado ao Brasil, constituindo de fato parte integrante da nação (CARDOSO, 2012: 34).

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: FERRAMENTAS PARA A VALORIZAÇÃO DAS IDENTIDADES:

Os valores, a memória e a identidade das comunidades de terreiro de candomblé são constituídos por um universo mítico, tangível e intangível⁷, que dialoga para dentro e para fora do seu território, integrando-o à sociedade como um dos grupos formadores da identidade brasileira. Seu pertencimento está assentado em seus diversos patrimônios culturais, intangíveis, naturais, móveis, integrados e edificados. São como pertenças das comunidades de terreiro de candomblé e, sobretudo, integradoras de uma cosmovisão afro-brasileira, expressando por meio do seu corpo coletivo a sua

⁷ “O conceito de patrimônio, na cultura ocidental moderna, de modo geral, se refere a uma gama de coisas, bens de grande valor para pessoas, comunidades ou nações ou para todo o conjunto da humanidade. Patrimônio cultural remete à riqueza simbólica, cosmológica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que é transmitida como herança ou legado. Diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma sociedade ou comunidade que são acumulados ao longo de sua história e lhe conferem os traços de sua identidade em relação às outras sociedades ou comunidades. A proteção deste patrimônio comum à toda a humanidade – a diversidade cultural – é desenvolvida por políticas públicas e instituições específicas em cada Estado-Nação, e por meio de organismos internacionais que promovem convenções, acordos e programas de cooperação internacional para este fim”. (VIANNA. IPHAN/DAF/Copedoc: 2016).

forma singular de viver. Isto posto, é possível compreender o terreiro de candomblé como um núcleo de resistência de um patrimônio/ legado ancestral, que se constitui como um fiel protetor da etnicidade brasileira. Em outras palavras, é importante compreender o conjunto dos bens culturais⁸ que compõem as referências culturais das comunidades tradicionais de terreiro.

O filósofo e mestre em história Marcos Antônio Cardoso⁹ nos traz a seguinte reflexão:

Refletir sobre o patrimônio cultural negro e seus desafios contemporâneos é muito importante porque precisamos imaginar um futuro mais promissor para o povo negro na sociedade brasileira. Abrir uma janela e descortinar o cenário para uma nova prática política no campo da cultura é uma possibilidade real, não apenas do ponto de vista dos estudos acadêmicos, mas, sobretudo, porque é necessário articular a vasta experiência de ações e atividades culturais e educativas espalhadas em vários pontos do território nacional, vivenciadas e produzidas por uma gama de comunidades negras tradicionais, religiosas, quilombolas, grupos e associações culturais, artistas, músicos, poetas, escritores, educadores, pesquisadores, agentes e produtores culturais, movimentos sociopolíticos, intelectuais e pensadores. (...) Patrimônio tem uma profunda relação com a Memória. E, se a memória não pode ser algo vivo, depende dos vivos para estar sempre atualizada (CARDOSO, 2012: 21 e 22).

A memória, identidade e o patrimônio cultural dos povos de terreiro são invisibilizados através da construção predominante e opressora do mundo ocidental judaico-cristão. E, essas identidades diversas - que permeiam os modos de vida dos membros dos terreiros e que se contrapõem à identidade nacional - organizam, constroem e reconstróem o território sagrado, dando valor e significado aos saberes e fazeres.

No fundo, o que atravessa a questão da identidade em uma sociedade tão heterogênea como a sociedade brasileira, me parece, é uma questão de natureza política, isto é, são ainda as relações coloniais entre os descendentes de europeus e os negro-africanos no Brasil, ou seja, a desigualdade no poder em favor dos brancos de origem europeia (CARDOSO, 2012: 33).

Nessa perspectiva, podemos refletir acerca da importância da valorização e difusão do patrimônio cultural negro. “O patrimônio cultural negro é algo para nós fundante da nossa própria

⁸ “No Brasil, a terminologia bem cultural, quando aplicada aos bens protegidos, também apresentou suas variantes, uma vez que o conceito igualmente passou por transformações na área do patrimônio. Até os anos setenta, o termo bem cultural, se utilizado no sentido de bem protegido, estava mais próximo da ideia de patrimônio vinculado às primeiras décadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), de acordo com o qual os bens são vistos como aqueles associados a “fatos memoráveis da história do Brasil, quer pelo seu excepcional valor arqueológico quer pelos valores etnográfico, bibliográfico ou artístico”, incluindo os monumentos naturais, os sítios e as paisagens, delimitação das primeiras décadas de atuação da instituição, citados do Decreto-lei n.25 de 1937. O conceito, portanto, passa a ter sua reelaboração no exercício das práticas de preservação a partir da proposta apresentada por Aloísio Magalhães e sua equipe na década de setenta, que inseriu a cultura no âmbito das políticas sociais (...)”. (GUEDES, IPHAN/DAF/Copedoc: 2016).

⁹ Marcos Antônio Cardoso é filósofo e Mestre em História pela UFMG.

humanidade, na medida em que ele está entretelado com o continente africano (...)” (CARDOSO, 2012: 22). Portanto, precisamos compreender a identidade, memória e o patrimônio cultural para além do reducionismo da ótica judaico-cristã e do significado de religião. Porém, não podemos ignorar a importância do sagrado e do seu legado ancestral na constituição das mesmas.

Os povos de candomblé dão continuidade à sua ancestralidade, por meio da construção e manutenção do seu legado, identidade e preservação da memória, presente na formação do seu território, dos saberes e fazeres e dos seus valores afro-civilizatórios:

O patrimônio cultural negro constitui-se, então, nestes espaços-lugares de vivência da tradição cultural negro-africana, compreendido como memória que articula ao mesmo tempo a relação entre o passado, o presente e o futuro (CARDOSO, 2012: 33).

A diversidade dos terreiros de candomblé, constituída pelas múltiplas identidades negras, dialoga com as transformações sociais, contribuindo para a construção da cidadania brasileira. O Terreiro Casa Branca¹⁰ (Salvador/ Bahia) é o primeiro Terreiro de Candomblé tombado pelo Iphan. O tombamento tem início em 1984 e é consolidado no ano de 1986. Nesse mesmo ano ocorreu o tombamento da Serra da Barriga¹¹ em Alagoas, listado como patrimônio natural e também acautelado como um bem arqueológico. O reconhecimento da Serra da Barriga como Patrimônio Cultural tem início em 1982, em 1986 é consolidado, e, em 2017 o bem é indicado e reconhecido como Patrimônio

¹⁰ Processo nº 1067-T-82. Terreiro da Casa Branca. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. “(...) os tombamentos etnográficos de terreiros de candomblé, como o Casa Branca (Processo nº 1067-T-82. Inscrito em 1986 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), exemplificam essa simbiose quando estruturas e ritos se retroalimentam para nos informar acerca do bem cultural. Os patrimônios etnográficos colocam a necessidade da articulação entre os instrumentos de tombamento e de registro para viabilizar a adequada gestão do bem patrimonializado. Este é um desafio atualmente posto à gestão do patrimônio cultural no IPHAN e especificamente de seu patrimônio etnográfico: conjugar a utilização dos dois principais instrumentos de preservação do patrimônio cultural brasileiro a fim de garantir a proteção eficaz de um mesmo bem, associando planos de salvaguarda e projetos de restauro e conservação”. (GONÇALVES, IPHAN/DAF/Copedoc: 2016).

¹¹ Serra da Barriga - “Localizada no município de União dos Palmares, foi inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico, em 1986. Entre os séculos XVII e XVIII, negros, brancos e índios organizaram a República dos Palmares. Começou a constituir-se em 1630, durante o período de lutas contra os holandeses e da economia canavieira. No século XVIII, estabeleceu-se na Serra da Barriga o Quilombo dos Macacos, sede do Quilombo dos Palmares. O governador eleito e vitalício, Zumbi, e seu comando superior residiam na capital, a Cidade Real dos Macacos, atual União dos Palmares. A população total chegou a 30.000 pessoas, agrupadas em povoados. Em torno de cada um deles existia uma área de agricultura e pecuária onde todos trabalhavam. Não podendo lutar contra o Exército e suas armas bélicas, os quilombolas palmarinos foram exterminados em 14 de maio de 1697. Ainda se conservam, nas proximidades da Serra, as últimas pedras das trincheiras onde se abrigaram durante a luta”. Acesso: 10/10/2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/895/>.

Cultural do Mercosul na XIV Reunión de la Comisión de Patrimonio Cultural/ CPC/ MERCOSUL Cultural que ocorreu em maio do presente ano na Argentina¹².

Segundo Tânia Tomázia do Nascimento¹³ e João Carlos Nogueira¹⁴, diante de um contexto de valorização da herança colonial é que a elite brasileira reforçou o seu lugar de poder, subjugando as minorias (indígenas e afro-brasileiras). Essa política é chamada de “pedra e cal” por muitos pesquisadores do campo do patrimônio cultural e foi a responsável por “acentuar as diferenças e garantir sua dominação” (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012: 71 e 72):

Nesse cenário, foi negado às populações afro-brasileiras o direito oficial de valorização de seus bens patrimoniais, pois, de acordo com as prerrogativas vigentes, seus bens não possuíam valor excepcional. De maneira que terreiros, territórios quilombolas, clubes negros, bairros e vilas operárias, entre outros, nunca foram reconhecidos enquanto tal, embora quando do período de institucionalização dos bens patrimoniais brasileiros, nas primeiras décadas do século XX, já fossem espaços de representatividade religiosa, ação política, resistência cultural e étnica, ou seja, verdadeiros núcleos de sociabilidade (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012: 72).

Podemos afirmar que a cultura afro-brasileira possui, em sua ampla diversidade formadora, núcleos fortalecidos de algumas nações dos povos africanos, especialmente oriundos de diversos reinos africanos, onde suas tradições foram perpetuadas, adaptadas iniciadas e ressignificadas em nome da sobrevivência dos povos em diáspora. Nascimento e Nogueira listam as seguintes nações como principais formadoras da nossa identidade:

Bantos, Jejes, Hauças, Malés e Nagôs portadores de uma tradição rica, derivada das culturas particulares dos diferentes reinos africanos de onde provieram, ganhando novas formas e adaptações estético-culturais ou mesmo se desenvolvendo de forma “original” nas Américas e no Brasil (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012: 69).

O contexto histórico que abarcava (e, ainda abarca) os conflitos raciais, a herança colonial e a subjugação cultural, definiu os mecanismos de preservação dos bens culturais brasileiros (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012: 72). Nascimento e Nogueira também trazem para a reflexão as mudanças conceituais do campo do patrimônio dos últimos trinta anos:

¹² Serra da Barriga torna-se Patrimônio Cultural do MERCOSUL. Acesso: 10/10/2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4145/serra-da-barriga-pode-tornar-se-patrimonio-cultural-do-mercotel>.

¹³ Arqueóloga, doutoranda em Quaternário Materiais e Culturas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Colaboradora do Núcleo de Estudos Negros-NEN.

¹⁴ Sociólogo, doutorando em Quaternário Materiais e Culturas – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Coordenador do Programa Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania do Núcleo de Estudos Negros-NEN.

Bem sabemos que o conceito de patrimônio cultural é dinâmico, e muda no tempo e no espaço, sendo, na atualidade, a concepção tradicional, a “pedra e cal”, teoricamente superada, com a dilatação de conceituação, ação e institucionalização de um novo conceito de patrimônio cultural, que tem no Decreto 3.551, de 4 de agosto de 2000, que estabelece o registro de bens culturais de natureza imaterial no Brasil, sua maior afirmação. (...) As prerrogativas pautadas na Constituição só vinham reforçar uma mudança que no plano prático já se encontrava em andamento, como se pode observar através do relato em 1984, e tombamento pelo IPHAN em 1986 - dois anos antes da promulgação da Constituição de 1988 - do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, considerado um dos mais antigos do Brasil. O tombamento do Terreiro Casa Branca foi um marco, já que pela primeira vez o Estado reconheceu um bem patrimonial afro-brasileiro como digno de preservação, através da sacralização, enquanto um bem tombado. Entretanto, tal processo não foi consensual, uma vez que “o Conselho encontrava-se bastante dividido. Vários de seus membros consideravam desproposital e equivocado tomar um pedaço de terra desprovido de construções que justificassem, por sua monumentalidade ou valor artístico, tal iniciativa” (VELHO, 2006). Segundo VELHO (2006), para a concretização do tombamento foi fundamental a atuação do movimento social, que reunindo artistas, intelectuais, jornalistas, políticos e lideranças religiosas se mobilizaram em uma campanha em prol do reconhecimento do terreiro enquanto bem patrimonial, em um movimento de tensão, onde a oposição era declarada (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2012: 72 e 73).

CONSIDERAÇÕES FINAIS - EDUCAÇÃO, PATRIMÔNIO CULTURAL E CIDADANIA:

Segundo Horta¹⁵ (1999), a educação patrimonial¹⁶ “é um processo sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”.

A educação é ferramenta para construção e defesa da cidadania. É por meio da educação para a cidadania que é possível garantir acesso aos conhecimentos produzidos pelas sociedades. Semelhante a esta reflexão, também é possível pensar acerca da educação para o patrimônio cultural¹⁷, não só como uma conexão para o acesso aos bens culturais patrimonializados, como um

¹⁵ Maria de Lourdes Parreiras Horta é museóloga formada pela Unirio e uma das pioneiras da área intitulada “Educação Patrimonial”.

¹⁶ “Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural” (IPHAN, 2014).

¹⁷ A Educação para o Patrimônio Cultural visa desenvolver um conhecimento crítico que possibilite às comunidades se apropriarem do patrimônio cultural que lhes pertence. Dessa forma, é possível vislumbrar a possibilidade de fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania, assim como a construção de um processo de preservação sustentável desses bens culturais. A educação para o Patrimônio Cultural, se bem implantada, provocará situações de aprendizagem integrando o processo cultural e seus produtos e manifestações, despertando nos alunos interesse pelo ambiente histórico em que vivem e, consequentemente, a valorização da cultura e o aprofundamento no conhecimento da vida de sua comunidade. (INEPAC, 2014: 17)

mecanismo para o conhecimento do campo em questão, como, sobretudo, um meio para a sua transformação. Somos sujeitos-históricos-culturais e produzimos nossas formas e modos de vida.

Os currículos escolares, os livros didáticos e o cotidiano escolar nos trazem pontos precisos e explícitos para tratarmos essa questão da educação no campo do patrimônio, e vice-versa. Podemos pensar em algumas palavras que nos soam tão familiares ao quesito da análise, aliado ao contexto histórico, mencionado acima, ainda não transformado de fato na sociedade brasileira: os enfrentamentos para uma educação antirracista. As palavras são: “silêncio, esquecimento e omissão são explícitos quanto à condição de sujeitos históricos de índios e negros, principalmente quando uma análise mais detida foca currículos escolares, festas cívicas e livros didáticos (...) (NOGUEIRA, 2008: 238).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam para a necessidade de construção de uma educação multicultural: “o conhecimento e a valorização da pluralidade do patrimônio sócio-cultural do país, identidades e memórias da nação” (NOGUEIRA, 2008: 247), são temas transversais nos planos da educação.

É possível, hoje, apropriar-se da “herança cultural e reivindicarmos a valorização e o reconhecimento de qualquer tipo de patrimônio, como um direito à memória e ao pleno exercício da cidadania” (NOGUEIRA, 2008: 252), pois, todas essas conquistas sociais na área do patrimônio cultural e da educação fazem parte do arcabouço legal e das normativas, recomendações e práticas universais¹⁸ de preservação do patrimônio cultural. Porém, ainda estão (e estamos) em transformação, assim como os avanços sociais em busca de uma sociedade livre do racismo e que luta pelo pleno exercício das práticas decoloniais em toda a sua estrutura social. Como nos aponta Nogueira (2008: 252), “a educação patrimonial tem papel fundamental na construção desta nova sensibilidade”.

Não somente no sentido de criar uma consciência preservacionista sustentável, mas sobretudo em garantir às comunidades o direito de intervir diretamente na seleção do seu patrimônio como importante elemento de fortalecimento das identidades e memórias locais (NOGUEIRA, 2008: 252).

Por fim, destacamos duas questões para a síntese da reflexão proposta no presente artigo: (a) - a valorização da cultura dos povos de matriz africana pode também ser efetivada por meio da

¹⁸ 1) Ver UNESCO: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/> Acesso: 03/10/2017.

2) Ver Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso: 03/10/2017.

preservação do patrimônio cultural brasileiro?; (b) - como uma ferramenta político-pedagógica na construção das ações afirmativas; como forma de reparação e garantia dos direitos da população negra e dos povos tradicionais de terreiro. Encerrando o debate, convidamos o leitor para assistir ao vídeo produzido pelo Grupo de Pesquisa Kekerê (PROPED/ UERJ): "Crianças de terreiros, redes educativas e diferenças"¹⁹, lançado durante a Audiência Pública: *Intolerância Religiosa e Ataques a Terreiros* da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), no dia 5/10/2017.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Editora do Senado, 1988.

CARDOSO, Marcos Antônio. Patrimônio Cultural Negro-Africano: Desafios Contemporâneos “A força de lembrar a própria força”. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (orgs). *Patrimônio cultural, territórios e identidades*. Florianópolis: Atilênde, 2012.

Dossiê Decolonialidade e perspectiva negra. *Revista Sociedade e Estado* vol.31 no.1. Brasília Jan./Apr. 2016. Acesso: 13/02/2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-699220160001

GONÇALVES, Ana. Patrimônio etnográfico. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6. Acesso: 13/10/2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/32/patrimonio-etnografico>

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Acesso: 13/10/2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural>

HORTA, Maria de Lourdes Parreira, et ali. *Guia Básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INEPAC. *Patrimônio Cultural: Educação para o Patrimônio Cultural*. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2014. Acesso: 13/10/2017. Disponível em: <http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/acervo/exibir/20/0>

IPHAN. *Educação Patrimonial: Histórico, conceitos e processos*. IPHAN, 2014.

¹⁹ Acesso: 15/10/2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0-PEVAyl8IO>.

_____. Processo nº 1067-T-82. *Terreiro da Casa Branca*. Rio de Janeiro: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

MOTTA, Lia; REZENDE, Maria Beatriz. Inventário. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (termo-chave Inventário). ISBN 978-85- 7334-299-4. Acesso: 13/10/2017. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Invent%C3%A1rio%20pdf.pdf>

NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. Diversidade e sentidos do Patrimônio Cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

NOGUEIRA, João Carlos e NASCIMENTO, Tânia Tomázia do. Patrimônio Cultural e Cultura Afro-Brasileira: Conflitos e Mediações. In: NOGUEIRA, João Carlos; NASCIMENTO, Tânia Tomázia do (orgs.). *Patrimônio cultural, territórios e identidades*. Florianópolis: Atilênde, 2012.

VIANNA, Letícia C. R. Patrimônio Imaterial. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Acesso: 13/10/2017. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/85/patrimonio-imaterial>

OS ENCONTROS DE JONGUEIROS: IDENTIDADE E ARTICULAÇÃO DO JONGO

Maria Luiza Dias Oliveira¹

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo apresentar meu projeto de pesquisa de mestrado, onde pretendo remontar a trajetória dos Encontros de Jongueiros. Minha proposta é pensar os Encontros como um espaço de reconhecimento e valorização de uma identidade jongueira, e de articulação política e social das comunidades participantes. As Comunidades Jongueiras utilizam esse espaço de encontro e compartilhamento para o fortalecimento das demandas comunitárias e para debater questões globais que assolam seus cotidianos. Busco também refletir sobre seu importante papel no processo de patrimonialização do Jongo do Sudeste, demonstrando um modelo de organização e mobilização por parte dos detentores da manifestação cultural junto aos seus diversos parceiros.

Palavras-chave: Jongo, Patrimônio Imaterial.

THE JONGUEIROS ENCOUNTERS: JONGO IDENTITY AND JOINT

Abstract:

This work presents my Master's research project, where I intend to rebuild the history of the "Encontros de Jongueiros". My proposal is to think the "Encontros" as a space for recognizing and valorizing a "jongueira" identity, and for participating communities to articulate, politically and socially. The Communities of Jongo use this meeting and sharing space to strength community demands, to debate global issues that affect their daily lives. I also ponder its major role in the patrimonialization of the Southeast's Jongo, showing an organization and mobilization model by the bearers of the cultural manifestation, together with their partners.

Keywords: "Jongo", intangible heritage.

¹ Maria Luiza Dias Oliveira é cientista social pela Fundação Getúlio Vargas e mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Contato: dias.mluiza@gmail.com

Introdução:

*O Jongo é a palavra tirada, através do Jongo o negro contava. Porque a história do negro ta no Jongo, não é? Aí quando você vai ouvindo os pontos antigos, acaba vendo que o negro nunca aceitou a escravidão.*²

O jongo é uma manifestação cultural de origem africana que tem raízes nos saberes, ritos e crenças do grupo linguístico Banto, advindos da África Centro Ocidental durante o século XIX na condição de escravos para trabalharem nas fazendas de café e cana-de-açúcar do sudeste brasileiro. Expressa uma parte do processo vivido pelos negros escravizados no Brasil, onde cantam sobre a vida no cativeiro, a abolição da escravidão e integração com a cidade. Une a dança coletiva, práticas de magia e percussão de tambores e é uma forma de louvação aos antepassados, tradição, identidade e resistência. Ela recebe diferentes nomes de acordo com o local que acontece: Jongo, Caxambu, Tambor ou Tambu.

Edson Carneiro (1974) classificou o jongo como dança semirreligiosa, pois nela não há invocação visíveis de orixás, nem movimentos frenéticos e nem possessões, mas uma diversão que possui momentos mágicos. Maria de Lourdes Borges Ribeiro (1960) coloca que nele possui uma intenção religiosa fetichista, em que suas práticas fetichistas são feitas em segredo, misteriosamente e que são comuns, mas não essenciais.

A música cantada é chamada de ponto e possui uma linguagem enigmática e metafórica, em que através dele, no tempo do cativeiro os escravizados se comunicavam, não deixando que qualquer um entendesse o que estava sendo dito. Era uma maneira que eles tinham de debochar dos senhores e até combinar fugas, além de falar sobre os de fora.

Stanley Stein (1957), nos conta, a partir de sua participação nas rodas de Jongo durante os anos de 1948 e 1949 no município de Vassouras, que com a não supervisão do fazendeiro e com o uso de palavras africanas, o jongo era o lugar que os proporcionava a oportunidade de expressar seus sentimentos em relação aos senhores e feitores e comentar acerca das fraquezas de seus companheiros. Ele afirma que eram canções de protesto reprimidas, mas de resistência.³

Os escravos não podiam comunicar com ninguém, eles não tinham liberdade. Então, quando eles estavam na senzala é que eles iam participar um com o outro. Então, no

² Depoimento da Liderança Jongueira de Vassouras, Cacalo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ei5x45zBa8. Acessado em 19/01/2017.

meio eles faziam a roda de Jongo e ali cada um cantava o Jongo falando o que queria falar, pela canção⁴.

Os pontos possuem um sentido simbólico, que dá às palavras uma semântica peculiar aos jongueiros, de forma que nela se entendem, e são identificados por “formas”: ponto de louvação: cantado no início, para louvação; ponto de saudação: para saudar ou “saravá” alguém; ponto de visaria ou bizzaria: para alegrar a dança; ponto de despedida: para o final do Jongo; ponto de demanda ou porfia: para desafio; ponto de gurumenta ou gromenta: para briga; e o ponto de encante: para magia.

Outro elemento fundamental do jongo é a presença de tambores: os tipos e números de instrumentos e o modo de combiná-los variam de grupo para grupo. Geralmente o tambor maior é denominado de tambu ou caxambu e o tambor menor é chamado de candongueiro. Exigem um cuidado especial na maneira de guarda-lo e toca-lo. Também preciso pedir a benção aos tambores antes de entrar na roda de jongo, como uma forma de pedir a benção aos antepassados.

Através do jongo a história do negro foi cantada e transmitida entre as gerações. Pela música e a diversão as histórias luta e resistência foram herdadas pelos seus descendentes e hoje é uma manifestação cultural reconhecida como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileira e acionada como forma de reconhecimento social, luta política e identidade coletiva.

Os Encontros de Jongueiros:

Os Encontros de Jongueiros é um espaço de apresentação de rodas de jongs e discussão política sobre o jongo e os jongueiros na sociedade. Tiveram início no ano de 1996 na cidade de Santo Antônio de Pádua, na comunidade do Campelo, a partir da iniciativa do Professor da Universidade Federal Fluminense da cidade, Hélio Machado de Castro em conjunto com os jongueiros da região.

Sempre me identifiquei com o ritmo e dança afro-brasileira, e também com a cultura negra de Santo Antônio de Pádua. Procurei no folclore uma sustentação cultural no intuito de valorizar a cultura negra existente em nossa cidade, esquecida pela própria sociedade local por preconceito ou inércia histórica (...) O Caxambu de Pádua persiste devido à resistência de Dona Sebastiana II, neta de escrava africana minanagô, que preservou até a sua morte no interior de uma sociedade que não o aceitava por ser “coisa de negro” (...) Lembrando de Dona Sebastiana a vi como heroína, percebi que seria interessante criar um Encontro para manter vivo os aspectos

⁴ Maria José Martins de Oliveira, a Dona Zé, Jongueira do bairro Tamandaré, em Guaratinguetá, em registro do folheto de divulgação do 8º Encontro de Jongueiros, realizado em Guaratinguetá, disponível no acervo do CNFCP.

culturais do interior fluminense. (...). Há tantos Encontros específicos de cada classe social! Por que não um de Jongueiros para análise de problemas próprios?⁵.

Após o falecimento da Mestra Jongueira de Santo Antônio de Pádua, Sebastiana II, o professor Hélio sentiu a necessidade de fortalecer os jongueiros da região, com medo que a tradição se perdesse. A partir dessa vontade de unir os grupos negros do noroeste fluminense, ele encaminhou à UFF o projeto “Encontro de Jongueiros”. O projeto foi aprovado e o primeiro Encontro aconteceu na Vila Campelo, lugar onde o professor registrou ter a cultura enraizada no povo, em que os grupos de predominância negra praticavam o Jongo/Caxambu, o Mineiro Pau e a Folia de Reis, sendo assim um espaço de encontro entre os artistas populares da região.

A possibilidade dos Encontros fez com que as lideranças Jongueiras se olhassem e se reconhecessem. Incluir os jovens foi importante para que eles deem continuidade no trabalho que estamos fazendo, mas principalmente para que eles se reconhecessem⁶.

Atualmente já aconteceram treze Encontros em dez cidades diferentes: I- Santo Antônio de Pádua (1996), II- Miracema (1997), III- Santo Antônio de Pádua (1998), IV- Rio de Janeiro (1999), V- Quilombo Santa Rita do Bracuí/Angra dos Reis (2000), VI- Quilombo São José da Serra/Valença (2001), VII- Pinheiral (2002), VIII- Guaratinguetá (2003), IX- Rio de Janeiro (2004), X- Santo Antônio de Pádua (2005), XI- Quilombo São José da Serra/Valença (2006), XII- Piquete (2008) e o XIII- São José dos Campos (2014).

A cada ano novas comunidades eram inseridas nos Encontros. Se no primeiro Encontro apenas as comunidades de Santo Antônio de Pádua e Miracema participaram, no décimo doze comunidades participaram: Bracuí (Angra dos Reis), Santo Antônio de Pádua, Miracema, Barra do Piraí, Campinas, Guaratinguetá, Pinheiral, Piquete, Porciúncula, Quilombo São José da Serra (Valença), Quissamã e Serrinha (Rio de Janeiro). Nesse sentido, é preciso destacar a importância dos animadores culturais, pesquisadores, poder público e da rede de contatos que cada jongueiro possuía, construindo uma rede de divulgação dos Encontros e trazendo novos participantes.

⁵ Depoimento do Professor Hélio Machado de Castro, em registro escrito na cartilha de divulgação do 8º Encontro de Jongueiros

⁶ Depoimento da liderança Jongueira da comunidade Jongo Dito Ribeiro de Campinas, Alessandra Ribeiro, em disponível no filme “Saravá, Jongueiro novo”.

A cada ano tem uma mudança, né, surge um grupo diferente. Quando começou, em Campelo foram dois grupos, em Miracema foram os três, aí quando foi aqui em Pádua voltou os três. Então, o senhor Hélio começou a pensar, que ele que teve a ideia de fazer o Encontro, e quando ele viu que tinha necessidade de crescer, vieram pessoas de outros lugares, mas que não tinham grupo. E ele teve a ideia de ampliar, de convidar outros Jongueiros. Foi quando ele levou para o Rio o 4º Encontro, na Lapa⁷.

No último Encontro, realizado em 2014 na cidade de São José dos Campos, vinte comunidades participaram e mais de oitocentas pessoas, sendo elas: Jongo Mistura da Raça (São José dos Campos), Jongo de Quilombolas (Guaratinguetá), Jongo do Tamandaré (Guaratinguetá), Jongo de Pinheiral, Jongo de Porciúncula, Jongo de Dito Ribeiro (Campinas), Caxambu de Carangola, Caxambu da Velha Rita (Cachoeira do Itapemirim), Jongo de Barra do Piraí, Jongo de Campos, Jongo de Arrozal, Jongo do Quilombo São José da Serra (Valença), Caxambu de Miracema, Jongo de Piquete, Jongo do Bracuí (Angra dos Reis), Jongo da Machadinha (Quissamã), Jongo do São Benedito (São Mateus), Caxambu de Pádua, Jongo da Serrinha e Caxambu de Vassouras.

Os Encontros tinham como intenção dar visibilidade aos grupos em suas cidades e fortalecer politicamente as comunidades jongueiras, principalmente aquelas das cidades sedes, através de articulações na busca de apoios com poder municipal, de novos parceiros e junto a sociedade local. Ao longo dos anos, se transformou em um evento de gigantescas proporções, unindo comunidades dos quatro cantos do sudeste, parceiros, admiradores e pesquisadores em momentos de festejo e reivindicações políticas. Sejam essas, pela questão da terra, do território, dos problemas sociais, do racismo ou da intolerância religiosa.

Na ocasião do V Encontro de Jongueiros, foi criada a Rede de Memória do Jongo com o objetivo de gerar espaços e tempos para a troca de experiência e saberes entre jovens e velhos das comunidades jongueiras, a reflexão sobre a cultura do jongo e o desenvolvimento local comunitário, a Rede de Memória do Jongo, também tinha como propósito permitir encontros mais frequentes.

Nesse período que a gente trouxe o Jongo para Angra, o Encontro, a gente percebeu que era legal você estar formando uma comissão para que você estivesse discutindo uma outra pauta para o Encontro (...). Você ia, você saía de Guaratinguetá, de Santo Antônio de Pádua e ia ao Rio, apresentava e voltava. Então, você não tinha um contato dos grupos, não tinha um bate-papo, não tinha uma troca, era só mais dançar e voltava. É lógico que isso foi extremamente importante. A partir do momento que você cria esse Encontro, você está dando oportunidade do pessoal ver um outro

⁷ Depoimento da liderança Jongueira de Miracema, Paulo Rogério da Silva, gravado no vídeo produzido durante o 10º Encontro de Jongueiros. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=faxQ5_S-vrI. Acessado em: 19/01/2017

Jongo. E quando a gente veio para Angra, nós montamos, eu, Carrano, Marisco e Hélio, nós formamos um grupo para... Eu estava a frente do departamento histórico de Angra na época e nos concentramos as nossas reuniões, nossos papos, no espaço que era do departamento e aí a gente pensou nisso, porque não trazer as pessoas um dia antes, fazer na sexta-feira um bate papo com as pessoas que pesquisam o Jongo, das comunidades e que você não fale só do Jongo, mas que você também fale de outras relações que você tem (...) o Jongueiro não é uma figura fora da sociedade, ele sofre toda a questão do preconceito racial (...) e as próprias mulheres jongueiras com questões de desemprego. E aí a gente observou aqui em Angra o não acontecimento maior do Jongo (...) que a gente pensou nisso: por que não compartilhar nesse espaço do encontro de Jongueiros também essas relações nossas, as relações raciais e aí a gente achou legal e fez em Angra o primeiro momento.⁸

A Rede de Memória do Jongo /Caxambu esteve em atividade até 2007, sendo em seguida inserido ao Programa de Extensão da Universidade Federal Fluminense “Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu”, que herdou os professores e as comunidades envolvidas. Essa rede de jongueiros e seus parceiros vem construindo e ocupando diversos espaços para falarem sobre si e sobre suas histórias, reivindicar direitos e preservar suas tradições, sejam nos espaços dos Encontros, nas Universidades, nas praças, câmaras e gabinetes das suas cidades.

As redes ultrapassaram o limite dos Encontros de Jongueiros, e por mais que desarticulações e desmotivações tenham ocorrido após os hiatos entre um Encontro e outro, diferentes estratégias e redes foram assumidas na busca do mesmo objetivo: estar junto, compartilhar experiências e jogar.

Nesse sentido, entendendo a grandiosidade que os Encontros de Jongueiros assumiram e o alto custo que é exigido para realiza-lo, surgiram alternativas regionais, mais viáveis de serem realizadas e que retomam o modelo inicial de organização dos Encontros, buscando parcerias e apoios locais. Como por exemplo, os Encontros Paulistas de Jongueiros que nesse realizou sua oitava edição, os Encontros Capixabas, que até hoje foram realizadas duas edições ou as diversas iniciativas realizadas em diversos municípios do Rio de Janeiro, como os Encontros do Vale do Paraíba e do Noroeste Fluminense.

Apesar de suas individualidades na forma de tocar o tambor, de dançar e de cantar, constituem entre si uma rede que compartilha de uma memória coletiva sobre sua herança afro-brasileira, e que através dos Encontros de Jongueiros e da possibilidade de se conhecerem e reconhecerem, foram compondo sua identidade cultural coletiva de jongueiros.

⁸ Entrevista concedida à equipe de pesquisadores do CNFCP, realizada em Angra dos Reis no ano de 2003. Disponível no arquivo sonoro-visual do CNFCP: CD1165/V.6

O Jongo como Patrimônio:

Em paralelo a realização dos Encontros de Jongueiros, uma importante mudança da política de patrimônio no Brasil também estava em trânsito, com a elaboração do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial.

Segundo as autoras Hebe Mattos e Martha Abreu, no texto “A história como performance: jongs, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos”, com essa nova legislação, as novas formas de se conceber a condição de patrimônio cultural nacional tem permitido que diferentes grupos sociais possam decidir sobre o que querem guardar e definir como próprio e identitário.

Ser detentor de patrimônios culturais relativos à experiência da escravidão e à memória da África transformava-se, assim, em signos da resistência cultural, capazes de fortalecer as reivindicações territoriais, sociais e fortalecimento da autoestima coletiva dos grupos e a luta contra o racismo. Reconhecer e valorizar as práticas culturais negras reforçam seus elos com a cultura diaspórica e com a autoestima dos grupos na luta contra o racismo, pois através delas os grupos produzem uma contra narrativa do passado escravista e da cultura negra que sempre foi marcada pela negação e violência.

Atualmente podemos pensar que as escolhas feitas no sentido de patrimonializar as diferenças, além de demonstrar a diversidade cultural existente em nosso país e possuir um sentido político de direito a reparação histórica em relação as práticas afro-brasileiras e indígenas, que durante tanto tempo foi silenciada e excluída da história nacional.

Estas ações partem da ideia de que há um acervo de "conhecimentos tradicionais" que se encontra em vias de extinção devido às forças homogeneizadoras do capitalismo transnacional. A solução encontrada tem sido o estímulo ao que estou chamando aqui de "patrimonialização das diferenças", que consiste em utilizar a força consagradora dos instrumentos legais de proteção por parte dos Estados-nações para valorizar os chamados "conhecimentos tradicionais" (...) De "coisas do folclore" ou "simples curiosidades do passado", tanto os "conhecimentos tradicionais" quanto as "manifestações culturais" das chamadas "populações tradicionais" adquiriram novo *status*, tornando-se objetos de políticas de preservação na condição de patrimônios locais, nacionais e até mesmo universais. Estes patrimônios de pequenas comunidades, etnias ou grupos locais passaram a dar o tom não apenas no campo do patrimônio, mas, também, no campo de acordos internacionais. Preservar o diverso, o diferente, o singular passou a ser um exercício

de proteção à diversidade das culturas em um mundo com tendência crescente à homogeneização (ABREU, 2010, pg. 65-66).

No início de 2001 teve início no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular em parceria como o Iphan, um projeto para pôr em prática algumas ações dentro desta linha de trabalho conhecido como “Celebrações e Saberes da Cultura Popular”, e em setembro daquele ano foi iniciado as pesquisas para o INRC do Jongo - Inventário Nacional de Referências Culturais.

Através do inventário foram identificadas as particularidades de cada grupo inventariado. No estado do Rio de Janeiro foram sete: Serrinha, Quilombo São José da Serra, Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Santo Antônio de Pádua, Bracuí e Marambaia junto a Angra dos Reis; em São Paulo foram cinco: Guaratinguetá, Cunha, Piquete, São Luís do Paraitinga e Lagoinha; no Espírito Santo as comunidades Jongueiras de São Mateus e Conceição da Barra participaram do inventário.

Estas pesquisas ocorreram em três momentos até 2004, em que inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico e audiovisual e deu-se início a produção da documentação sobre as comunidades jongueiras da Serrinha, em Madureira, no município do Rio de Janeiro e da Fazenda São José da Serra, no município de Valença. O que em seguida foi ampliado para outras cinco localidades do Estado do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Pádua, Miracema, Angra dos Reis, Pinheiral e Barra do Piraí.

Durante o INRC, além de registrar o histórico de cada grupo, também foi possível que eles descrevessem as tensões sociais que viviam de desigualdade econômica, exclusão social, invisibilidade da tradição cultural junto aos demais seguimentos da sociedade, o preconceito que afastou diversas pessoas dos grupos, intolerância religiosa, os processos de organização, as migrações e etc. Dificuldades que se apresentavam e que ainda fazem parte da vida dos Jongueiros. O Registro do Patrimônio Imaterial tem no seu entendimento de que o patrimônio cultural é uma construção social que diz respeito a todos.

Em 2003, durante o VIII Encontro de Jongueiros, realizado na cidade paulista de Guaratinguetá, foi dado início a ampliação no recolhimento das assinaturas para formulação do pedido de registro, com os abaixo assinados ratificados pelos jongueiros residentes em localidades e municípios da região sudeste contatados durante o inventário que fundamentou a elaboração do material, chamado dossiê, para apresentação do processo de pedido para sua patrimonialização, que a saber foram: Morro do Cruzeiro (Município de Miracema); Morro da Serrinha (Rio de Janeiro); Município de Pinheiral; Bracuí, Mambucada e Morro do Carmo (Município de Angra dos Reis);

Município de Barra do Piraí, Município de Santo Antônio de Pádua, e Fazenda São José da Serra (Município de Valença), todos no Estado do Rio de Janeiro. Municípios de Capivari, Cunha, Guaratinguetá, Lagoinha, Piquete, Piracicaba, São Luís do Paraitinga e Tietê, no Estado de São Paulo; São Mateus, no Estado do Espírito Santo, e Belo Horizonte, em Minas Gerais

Em 2005 o Jongo/Caxambu foi registrado como Patrimônio Cultural Imaterial brasileiro pelo conselho consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN no livro das Formas de Expressão. O X Encontro foi o lugar escolhido para a cerimônia em que as lideranças dos grupos receberam o título e a certidão de registro do Jongo como Patrimônio Cultural. Marcando assim o reconhecimento dos Encontros como importante espaço de articulação e representatividade do jongo nos dias atuais.

Podemos entender os Encontros de Jongueiro como um referencial contemporâneo do jongo, pois ele é acionado em diversos momentos para representa-lo e demonstrar a existência de mobilização entre seus praticantes. Como por exemplo, nas imagens selecionadas na publicação do Dossiê do Jongo, nas imagens representativas do jongo exibidas na exposição permanente do Museu Histórico Nacional e nas diversas filmagens presentes em documentários produzidos sobre o jongo e os jongueiros disponíveis na internet.

No texto final produzido pela equipe responsável pelo Inventário do jongo, continham suas recomendações de Salvaguarda, em que estava incluída a manutenção dos Encontros de Jongueiros e da Rede de Memória do Jongo/Caxambu. Por entenderem que esses processos de mobilização e organização eram uma prova de que as comunidades jongueiras têm a consciência que possuem um bem cultural de grande valor e um conjunto de saberes ancestrais. Porém na publicação do Dossiê do Jongo, material que reúne textos produzidos sobre o processo de patrimonialização da manifestação cultural, essa recomendação foi suprimida.

Nesse sentido concluímos que, os Encontros de Jongueiros possuem uma importante representatividade no processo contemporâneo de organização e mobilização do jongo nos últimos vinte anos. Se estabelecendo como um espaço que possibilitou o encontro de diversos praticantes do jongo no sudeste brasileiro que não se conheciam a se reconhecerem, transpondo uma identidade jongueira com sentido de comunidade e local para sua realidade de intercomunidades e interestaduais. Inaugurando também um lugar de debate e articulação política na busca por melhores condições sociais para seus detentores. A sua patrimonialização chegou quando todos já estavam organizados,

demonstrando à lógica de institucionalização do patrimônio, uma conscientização de possuir um bem simbólico de valor e a preocupação de preservá-la.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Martha. **Cultura imaterial e patrimônio nacional: uma nova leitura sobre o passado cultural brasileiros. Alguns comentários sobre o decreto 3551 de 2000.**

ABREU, Regina. **A patrimonialização das diferenças: usos da categoria conhecimento tradicional no contexto de uma nova ordem discursiva.** In: Barrio, Ángel Espina; Motta, Antônio; Gomes, Mário Hélio. (Org.). Inovação Cultural, Patrimônio e Educação, 1ed. Recife: Massangana, 2010, v. 1, p. 65-79.

ARAÚJO, Alceu Maynar. **Jongo.** Separata da Revista do Arquivo nº CXXVIII. São Paulo, Departamento de Cultura, 1949.

BERNARDO, Délcio José. **Jongo, espaço de construção de identidade: afinando os pontos com a escola.** In: História social da língua nacional 2: diáspora africana/ Organização Ivana Stolze Lima, Laura do Carmo – 1.ed – Rio de Janeiro: NAU, 2014.

CARMO, Ione Maria. **Entre o discurso e a prática: o debate em torno da relação jongo e religiosidades e a performance no Encontro de Jongueiros.** Trabalho apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. **A juventude do Quilombo São José da Serra – entre tradições e culturas juvenis.** Trabalho apresentado no VII RAM – UFRGS, GT 25 – cidadania, exclusión y diversidade sociocultural: niños y jovens em contexto de socializacion. Porto Alegre, 2007.

FALCÃO, Andréia Rizzoto. **Rituais e práticas de consagração – o registro de bens culturais como patrimônio imaterial no Brasil.** Trabalho apresentado na 26ª reunião de Antropologia, no Seminário Temático GT 47 – coleções, museus e patrimônios. Bahia, 2008.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **“O patrimônio como categoria de pensamento”.** Disponível: gestaocompartilhada.pbh.gov.br/.../patrimonio_como_categoria_de_pensamento.pdf

JONGO NO SUDESTE. Brasília, DF: Iphan, 92 p.: il. color. ; 25 cm. + CD ROM. – (Dossiê Iphan; 5), 2007.

LARA, Silvia H.; Pacheco, Gustavo. (Org.) **Memória do Jongo: as gravações históricas de Stanley J. Stein.** Vassouras, 1949. Rio de Janeiro: Folha Seca; Campinas SP: CECULT, 2007.

Mattos, Hebe & Abreu, Martha (org.). **Pelos caminhos do Jongo/Caxambu: História, Memória e Patrimônio.** Niterói: UFF. NEAMI, 2008

Mattos, Hebe & Abreu, Martha. **A história como performance: jongs, quilombos e a memória do tráfico ilegal de escravizados africanos.** In: História pública no Brasil: sentidos e itinerários: Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida, Ricardo Santhiago (organizador). São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MONTEIRO, Elaine. **Bate tambor grande, repinica candongueiro, Rio de Janeiro ainda é terra de Jongueiro! Registro e a salvaguarda do patrimônio imaterial.** Caderno do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro. N.7, pp 125-148, jan./jun. 2015.

RIBEIRO, Alessandra “Comunidades e Instituições: O Jongo, sua história e suas representações no sudoeste do Brasil no século XXI”. Monografia apresentada como exigência para obtenção do Título de Licenciatura e Bacharelado, ao Curso de graduação na área de História, da Pontifícia Católica de Campinas, 2008.

RIBEIRO, Maria de Lourdes B. **O Jongo:** cadernos de folclore nº 34. Rio de Janeiro: Funarte, 1984.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduos e sociedade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SLENES, Robert W. **Na senzala uma flor – esperança e recordação na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX.** Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2011.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Contribuição do Inventário do Jongo.** Celebrações e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, crítica e perspectiva/ Cecília Londres [et.al] - Rio de Janeiro: Funarte, IPHAN, CNFCP, 2004.

A PATRIMONIALIZAÇÃO E A GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM VISCONDE DO RIO BRANCO – MINAS GERAIS (1985-2015)

Priscila de Oliveira Teixeira¹

RESUMO:

As práticas de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural ganharam novos cenários ao longo do século XX. No Brasil, a gestão de políticas de proteção que buscava uma ampla participação democrática e que incluísse a diversidade de grupos sociais existentes em seu território, começou a se intensificar a partir das décadas de 70 e 80 do mesmo período, especialmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Este aspecto não se restringiu apenas ao âmbito federal, mas também auxiliou estados e municípios a reverem as práticas adotadas e as transformarem em um processo mais democrático e que levasse em conta os aspectos culturais e sociais de suas comunidades. Desta forma, o artigo traz para a discussão o recorte do processo de democratização das políticas patrimoniais que ocorreram em Visconde do Rio Branco – Minas Gerais.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio cultural; Políticas públicas; Ferrovia.

PATRIMONIALIZATION AND MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE IN VISCONDE DO RIO BRANCO - MINAS GERAIS (1985-2015)

ABSTRACT:

The preservation practices of historical, artistic and cultural heritage gained new scenarios throughout century XX. In Brazil, the management of protection policies that longed for wide democratic participation and the inclusion of diversity in social groups in its territory began to intensify in the 1970s and 1980s, especially after the promulgation of the Federal Constitution of 1988. In addition, it helped states and municipalities to review the adopted practices and transform them into a more democratic process that takes into account the cultural and social aspects of their communities. In this way, the article brings to the discussion the cut in the process of democratization of the patrimonial policies that took place in Visconde do Rio Branco - Minas Gerais.

KEY WORDS: Cultural heritage; Public policy; Railway; Memory.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: priscilaoteixeira1712@gmail.com

Introdução:

O presente trabalho faz parte da elaboração da pesquisa iniciada em 2016 no Mestrado em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, no âmbito da gestão do patrimônio cultural local e a efetividade de sua preservação. Tal análise se desenvolve na cidade de Visconde do Rio Branco, interior do estado de Minas Gerais, onde procuramos compreender os processos de construção de uma política de proteção do patrimônio municipal desde meados dos anos 1980 e como ocorreram os mecanismos de seleção dos primeiros bens que foram protegidos através do ato do tombamento em 1991.

A pesquisa se encontra diante da necessidade de se compreender quais os grupos envolvidos com a patrimonialização dos bens tombados em Visconde do Rio Branco e como eles interferiram na escolha e seleção daqueles que representariam a história da cidade. Com isso, propomos uma análise sobre o processo de patrimonialização do conjunto histórico e arquitetônico tombado a nível municipal e os caminhos tomados para sua preservação.

Para isso, foram realizadas análises de documentos da administração municipal do período, como leis, decretos, portarias, projetos de leis, atas das reuniões do legislativo, entre outros, que nos auxiliaram na compreensão de como tais mecanismos de proteção foram se estabelecendo, quais os debates realizados e os atores envolvidos no processo. Além disso, nossa pesquisa se detém sobre a utilização da História Oral como um instrumento teórico e metodológico que possibilitou a realização de entrevistas com outros membros da comunidade que não se viam representados pelas políticas implementadas, gerando novas discussões e novos caminhos a serem pensados.

A proteção do patrimônio cultural no município de Visconde do Rio Branco:

A primeira manifestação em prol da preservação do patrimônio em Visconde do Rio Branco aconteceu ainda na década de 1980, no âmbito do poder legislativo municipal. No dia 23 de agosto de 1985, a Câmara Municipal da cidade decretou, por meio de seus vereadores, e o Prefeito sancionou a Lei nº 26/85, que “tomba como patrimônio histórico a área da Serra da Piedade de Cima, onde estão situadas as cavernas naturais, onde estão relíquias antropológicas e arqueológicas de civilização

primitiva, encontradas naquele local”². Assim, a localidade estava resguardada e, para os efeitos da lei, foi declarada de utilidade pública. Além disso, caberia ao Poder Executivo a missão de desapropriá-la ou aliená-la, caso fosse preciso, ficando sua custódia a cargo do Departamento de Cultura do Município.

Thais Helena de Almeida Slaibi, em sua tese sobre o estudo do patrimônio histórico-ambiental em Visconde do Rio Branco, compreende que as decisões de proteção do patrimônio ambiental na cidade foram realizadas apenas por técnicos especializados, sem a participação da população local, o que dificultou o reconhecimento patrimonial naquele momento (SLAIBI, 2005).

A memória coletiva estabelecida pelos indivíduos das comunidades locais auxiliou na seleção de bens considerados símbolos dessa coletividade, construída de forma independente das ações de preservação realizadas externamente. Como veremos posteriormente, o trabalho da autora orienta nossa análise nos processos de identificação do que foi considerado patrimônio histórico da cidade, levando-nos a constatar que as ações de proteção não consideraram o que indivíduos de diferentes grupos apresentam como representativos de sua história.

Na defesa da proteção do patrimônio municipal na cidade, a promulgação da primeira Lei Orgânica do Município de Visconde do Rio Branco, elaborada no ano de 1990, consistiu em um importante passo nesse processo. Segundo Francisco Etelvino Biondo e Paulo Henrique Soares, nos *Apontamentos sobre o poder público municipal: a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal*, o advento de leis orgânicas, possibilitadas pela Constituição Federal de 1988 no que tange a uma tendência de autonomia política e administrativa municipal, trouxe novos desafios para a realidade dos municípios, já que a elas cabia o papel de se consolidar enquanto um instrumento de fortalecimento dos poderes locais, adaptando-se às realidades políticas, econômicas e sociais de cada um (BIONDO; SOARES, 2008).

Neste sentido, implicava admitir que o município poderia elaborar e executar suas próprias leis, seguindo os parâmetros estabelecidos em sua lei maior, ou seja, a Lei Orgânica, observando-se sua competência em atuar em níveis locais. Como afirmam os autores:

A legislação municipal não é inferior à federal ou à estadual. Apenas a sua aplicação se limita ao âmbito local. Lei federal ou estadual não tem o poder de revogar ou se

² VISCONDE DO RIO BRANCO. Lei nº 26, de 23 de agosto de 1985. *Tomba como Patrimônio Histórico a área da Serra da Piedade de Cima, onde estão situadas as cavernas naturais, onde estão relíquias antropológicas e arqueológicas de civilização primitiva, encontradas naquele local, e dá outras providências*. Prefeitura Municipal, Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. p. 01.

sobrepôr à legislação municipal se a competência para tratar do assunto for do Município³.

Na Lei Orgânica Municipal, portanto, são organizadas as atribuições, obrigações e competências que dizem respeito ao poder municipal, cabendo a ele estabelecer todas as normas de assuntos que sejam de interesse local. Com isso, a LOM de Visconde do Rio Branco contribuiu de forma decisiva para que, na década de 1990, fossem criadas na cidade leis e instrumentos jurídicos que possibilitassem a proteção do patrimônio municipal, observados como se encaminhavam os projetos que realizavam tais ações em nível federal e estadual.

Segundo Fany Davidovich, a formulação de uma lei orgânica e de um plano diretor pelo município garante um relacionamento mais direto e estreito com a população, contribuindo, assim, para o processo de descentralização verificado nos anos 1990 e apresentados anteriormente. Assim, a Lei Orgânica Municipal de Visconde do Rio Branco contribuiu para formular novos ideais de valorização do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico e paisagístico do município, tendo em vista os princípios de participação democrática que regem seus princípios (DAVIDOVICH, 2003).

Após a promulgação da LOM, o Poder Executivo, na figura do Prefeito Municipal, apresentou o projeto de lei nº 69, de 1990, enviando para a Câmara Municipal a prévia de um projeto de tombamento da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Nele, o antigo prédio da estação ferroviária e a praça da estação, que antes pertenciam à administração da empresa Leopoldina Railway Company e naquele momento faziam parte da Rede Ferroviária Federal S. A., eram considerados como patrimônios históricos do município, devendo o ato do tombamento garantir sua preservação.

Segundo o Prefeito Municipal do período, em ofício encaminhado à Câmara de Vereadores, o município deveria preservar o que:

Constitui importância para perpetuar na lembrança de sua gente e que se constitui motivo de orgulho, uma vez que o prédio a ser tombado, assistiu a um surto de progresso do nosso município, na década de 20, 30 e 40, quando era embarcado na plataforma da Estação, gêneros de 1ª necessidade tais como: café, açúcar e aves, para abastecer os grandes centros⁴.

³ Ibid. p. 5.

⁴ VISCONDE DO RIO BRANCO. Ofício Sec. nº 353, de 04 de dezembro de 1990. *Prefeitura Municipal, Visconde do Rio Branco, Minas Gerais, 1990.*

Com essa proposta, o representante do poder executivo da cidade esperava a aprovação pelos membros que compunham o legislativo, considerando sua importância para o desenvolvimento econômico e social promovido pela estrada de ferro. No entanto, apesar de contar com o apoio de alguns vereadores, o projeto foi retirado de pauta, pois um deles alegou a impossibilidade de se tomar tais bens propostos no projeto, já que, em contato com um dos consultores jurídicos do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, houve a impossibilidade de tombamento no âmbito municipal, pois não caberia ao município tomar como patrimônio histórico os bens pertencentes à União ou ao Estado.

Neste caso, segundo o consultor, a proposta de tombamento inscrita no projeto fazia referência a bens pertencentes ao governo federal, através da Rede Ferroviária Federal S. A. Assim, apesar do interesse da administração local em promover o reconhecimento da história e a valorização da memória local, tal projeto não seguiu adiante, sendo retirado de pauta duas semanas após sua indicação.

Durante a realização de algumas entrevistas para a pesquisa, em se tratando da questão da preservação do prédio da Estação Ferroviária através do tombamento naquele momento, todos desconhecem tal processo, visto que, como será analisado posteriormente, no decreto publicado em 1993 no município, tal prédio será considerado patrimônio histórico municipal e terá sua preservação bem sucedida pelo instituto do seu tombamento. Segundo Cléver Cardoso, membro da casa legislativa em 1990:

Eu me lembro que houve muita discussão em cima disso. Esses... o mesmo caso tem o aeroporto do Aeroclube lá no Floresta, ele também tava dentro dessa questão de patrimônio histórico, porque Rio Branco já teve um aeroclube, inclusive o prédio é ali em cima do TBoninho ali, ali que funcionava a sede do Aeroclube. Então houve essa discussão, porque o campo de pouso também tava dentro da... e é bem federal, ele pertence à União. E hoje o município tem a cessão desse prédio, desse... do campo de pouso lá do Floresta. Mas a questão do prédio da estação tem... era, não podia ser tombado, mas era de interesse do município manter ele da forma que tava. Hoje funciona lá a Secretaria de Saúde, é... eles lançaram ele, foi passado para o município. É, foi passado (...)

É tipo de uma... foi doado, foi uma cessão de uso, cessão de uso indeterminado, desde que, assim, deixando um ressalvo se caso a Leopoldina, a linha que... a Rede Ferroviária, Princesa Leopoldina, eu acho que é esse o nome. Se for reativada, aí tem que voltar a ter a função de estação ferroviária.⁵

⁵ CARDOSO, Cléver. Visconde do Rio Branco, MG. 06/09/2017. Entrevista concedida a Priscila de Oliveira Teixeira. p. 3-4.

O que percebemos, nesse sentido, é que tal projeto foi arquivado naquele momento, mas sem saber quais os reais interesses para isso. A justificativa para a impossibilidade de tombamento em decorrência do bem ser de propriedade da União não se aplica, visto que, no ano seguinte, a Estação Ferroviária estará entre os bens levados ao projeto de tombamento sem nenhuma inviabilidade, o que nos obriga a deixar essa questão em aberto, pois os outros entrevistados também relataram o desconhecimento da questão.

Contudo, essa proposta apresenta a continuação da gestão do patrimônio cultural local, voltada, sobretudo para os que viam o tombamento como o único meio de proteção dos bens selecionados, demonstrando a clara articulação do projeto com o Decreto-Lei 25/37, que instituiu o ato de tombamento dos bens considerados de valor histórico, artístico, arqueológico e paisagístico de uma sociedade. De acordo com diversos autores, apesar de ser o mais conhecido instrumento de proteção, o tombamento não é a única forma de preservação de bens culturais ⁶.

Com isso, as articulações para a proteção do patrimônio na cidade de Visconde do Rio Branco ganharam novos contornos na Câmara dos Vereadores, a partir de 1991, em decorrência, especialmente, da atuação de Theresinha de Almeida Pinto no processo de elaboração e inauguração do Museu Municipal. Em entrevista, Dona Theresinha, como é conhecida por todos na cidade, relatou sua atuação em prol da preservação da história e da memória de Visconde do Rio Branco a partir da sua ideia de construir um espaço onde pudessem ser expostos os objetos que ela guardava em sua própria casa. Segundo ela:

A Câmara aprovou tudo e o prefeito com a sua boa vontade, né? Então, até de oferecer o prédio e tudo. Porque quando tava pronto, eu fui à prefeitura e eu falei: “- Eu tenho um museu com... já pode instalar”. Não era tão grande como é agora, mas já podia instalar. Já não cabia mais na minha casa. Então eu preciso de um lugar pra botar eles. Aí o prefeito veio, que é o Doutor João, na época, ele virou pra mim e falou: “-Se a senhora esperar um pouco, aquela casa ali da Força e Luz serve pra senhora?” Eu falei: “-Serve, ótima”. Central, uma coisa, um bem tombado também, faz parte da história da luz elétrica na cidade. Então calhou tudo. Aí eu esperei.

(...)

Porque quando a gente mexe com a memória, a gente lembra logo do tombamento. Então, mexendo com a memória, repanhando as coisas para formar o museu... então,

⁶ Destes autores, podemos citar, entre outros: Sônia Rabello de Castro, em *O Estado na preservação de bens culturais*; Marcos Paulo de Souza Miranda, em *Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro*; Maria Coeli Simões Pires, em *Da proteção ao patrimônio cultural*; Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, em *O tombamento como instrumento de proteção ao patrimônio cultural*; Thaís Helena de Almeida Slaibi, em *Área de proteção ambiental da Serra da Piedade: um estudo sobre patrimônio histórico-ambiental e participação social em Visconde do Rio Branco – MG*.

formar museu e deixar os prédios todos cair, não podia. Então pensou-se nisso por causa disso ⁷.

Neste sentido, Dona Theresinha atribuiu a criação de uma política de preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico em Visconde do Rio Branco em decorrência de sua atuação enquanto cidadã da sociedade civil interessada na defesa da memória e na história de seu município e da população desse local. Ela ainda acrescentou que “não foi nada que mandou... ninguém mandou não. Foi nascido disso. Foi nascido. E bem pensado, foi bem pensado, né. Aí felizmente deu certo” ⁸. Em 1990, foi criada a Associação dos Amigos do Museu possibilitou a realização de palestras, conferências, exibição de filmes que incentivaram a população a buscar atividades ligadas à cultura. Em 1991, o Museu foi inaugurado, contribuindo para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural.

Outros entrevistados também apontaram a participação de Dona Theresinha nesse processo de construção e valorização de uma política de proteção do patrimônio local. Esse é o caso de Laíse Pinto, arquiteta e membro efetivo da primeira fase do Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Visconde do Rio Branco. Em seus relatos, Laíse retrata que:

Isso vem muito também da atuação da mãe (*Dona Theresinha de Almeida Pinto*) nessa história. Pelo fato da existência do Museu e pela militância que a gente fazia. E a gente tinha a Sociedade dos Amigos do Museu, que era um fator, um grupo de pressão, isso na Sociologia você vai ver conceitos disso, que um grupo de pressão, ele, ele... qualquer coisinha ele vai lá e fala, então ele luta, ele milita, ele põe a boca no trombone e tal. Então a gente fazia muito fórum e tal, a gente fazia... ah a gente fazia muita coisa ⁹.

Dando sequência aos debates sobre o tema, na segunda reunião de 1991, realizada em 1º de março, os vereadores apresentaram o texto-base do projeto, que:

Estabelece a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Visconde do Rio Branco, atendendo ao disposto no art. 216 da Constituição Federal. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Visc. Do Rio Branco e dá outras providências ¹⁰.

⁷ PINTO, Theresinha de Almeida. Visconde do Rio Branco, MG. 11/09/2017. Entrevista concedida a Priscila de Oliveira Teixeira. p. 10.

⁸ Ibid. p. 12.

⁹ PINTO, Laíse. Visconde do Rio Branco, MG. 12/09/2017. Entrevista concedida a Priscila de Oliveira Teixeira. p. 07.

¹⁰ VISCONDE DO RIO BRANCO. Projeto de Lei nº 02/91. *Estabelece a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Visconde do Rio Branco, atendendo ao disposto no art. 216 da Constituição Federal. Autoriza o Poder Executivo a*

No projeto, ficariam sob a responsabilidade do poder público municipal os bens móveis e imóveis que, dotados de valor histórico e artístico, justificasse o interesse público na sua preservação, através do tombamento. Além disso, o Poder Executivo recebia autorização para o estabelecimento de um Conselho Consultivo, com a atribuição de zelar pela preservação dos bens que, após selecionados, deveriam ser inscritos no Livro do Tombo disponível na Prefeitura.

Ao analisar a redação do projeto de lei, percebemos que ele tomou como modelo o Decreto 25/37. Segundo o projeto municipal:

Art. 1º - Ficam sob a proteção do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes no Município, que dotados de excepcional valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico, justifiquem o interesse público na sua preservação;

(...)

Art. 3º - A Prefeitura terá um Livro do Tombo, para inscrição dos bens a que se refere o art. 1º, cujo tombamento será homologado por Decreto, após proposta do Conselho Consultivo, ouvido o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico ¹¹.

Já o Decreto 25/37 apresentava que:

Art. 1º - Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei ¹².

O decreto de 1937 apresentava, ainda, o modo como os bens culturais considerados como patrimônio deveriam ser tratados, onde:

Art. 17 - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio

instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Visc. do Rio Branco e dá outras providências. Câmara Municipal, Visconde do Rio Branco, Minas Gerais. 1991.

¹¹ Ibid. p. 1.

¹² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto-Lei nº25. Decreto-Lei nº25. *Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.* Rio de Janeiro, 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 13 de julho de 2017.

Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinquenta por cento do dano causado ¹³.

No mesmo sentido, no projeto 02/91, em seu Artigo 4º ficou estabelecido que:

Art. 4º - As coisas tombadas não poderão ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia e expressa autorização especial da Prefeitura Municipal, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de 50% (cinquenta por cento) do valor da obra executada ¹⁴.

Os trechos analisados acima nos revelam que, no âmbito da proteção do patrimônio municipal, a atuação da política no município de Visconde do Rio Branco esteve voltada exclusivamente para o ato do tombamento enquanto instrumento de preservação. Como nos fragmentos citados, todo o projeto de lei se refere exclusivamente aos artigos, parágrafos e incisos presentes no Decreto 25/37, mudando apenas o domínio de atuação dos mesmos, transpondo-se do nível nacional/ federal para o local/ municipal.

Após a elaboração do material e dos processos de tombamento pelo Conselho Consultivo Municipal do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Visconde do Rio Branco, os bens foram homologados através da inscrição no Livro do Tombo e divulgados no Informativo Municipal para tornar público para toda a comunidade rio-branquense. Para conhecimento da comunidade, o Decreto nº 27/93 também foi publicado no Jornal *Voz de Rio Branco*, na edição de 05 a 11 de setembro de 1993. Tornaram-se, assim, bens tombados como patrimônio a nível municipal:

- Prédio onde hoje está instalada a Escola Estadual Dr. Celso Machado;
- Conjunto Arquitetônico constituído pelo adro da Igreja Matriz de São João Batista, com seus canteiros e balaustrada, sede da Prefeitura Municipal, sede da Igreja Matriz, sede da Casa Paroquial e sede da Banda 13 de Maio;
- Parque Municipal Dr. Carlos Peixoto Filho;
- Sede do antigo Cinema Brasil;
- Sede do Museu Municipal, cujo prédio foi residência do antigo gerente da Companhia Força e Luz Cataguases-Leopoldina;
- Sede da Escola Municipal Dr. Carlos Soares;

¹³ Ibid. p. 04.

¹⁴ VISCONDE DO RIO BRANCO. Projeto de Lei nº 02/91. *Op. Cit.* p. 02.

- EX-SEDE DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DA LEOPOLDINA RAILWAY COMPANY;
- Conservatório Estadual de Música Prof. Theodolindo José Soares.

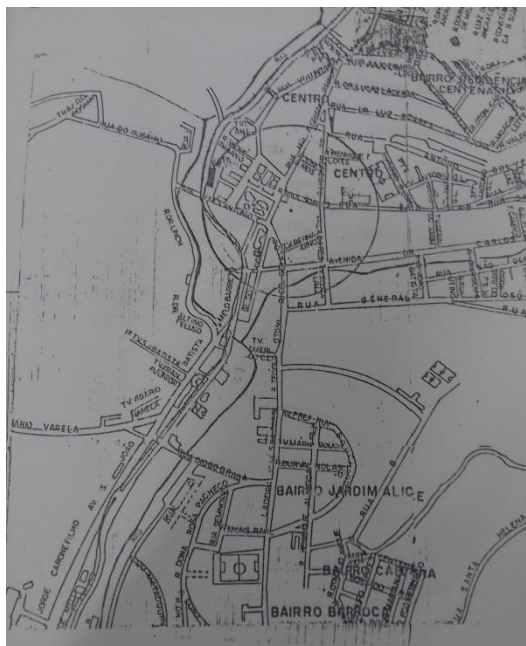


Imagem 01: Região da cidade onde se encontravam os prédios e áreas a serem tombados.

Fonte: Dossiê de Tombamento, 1991.

A imagem está presente no dossiê de tombamento do município elaborado pelo Conselho e representa a região da cidade onde se encontravam os prédios e áreas a serem tombados. Percebemos que a maioria dos bens selecionados era de propriedade pública, sob o domínio federal, estadual ou municipal, como é o caso da escola e do grupo escolar, o conservatório, a sede da banda, a estação ferroviária. Apenas dois prédios eram de competência privada, que são os casos do Cinema Brasil e a igreja matriz juntamente com a casa paroquial, mas, naquele momento, seu tombamento não foi impossibilitado, transcorrendo o processo de forma pacífica. Percebe-se que utilizamos a expressão “naquele momento”, porque, como veremos no próximo tópico deste capítulo, esses bens voltarão aos debates públicos por conflitos de interesses sobre a sua proteção.

As pessoas ouvidas nesta etapa da pesquisa narraram que o tombamento na região específica se deu, sobretudo, por sua característica central na cidade e porque abrangia bens, em sua maioria, de propriedade pública. Como afirmaram, eram prédios “oficiais”, o que facilitaria o andamento do processo. Indagada sobre a escolha recair sobre a região central da cidade, Dona Theresinha apontou

que “é porque justamente é o que sobrou do centro histórico” ¹⁵. Laíse também complementa essa ideia ao afirmar que:

Na verdade, na época, era um assunto muito novo, né. E as pessoas tinham muito medo de lidar com o tombamento, principalmente em bens particulares, coisa que é muito rara, até atualmente é rara. Então se estabeleceu que eram os imóveis mais representativos do centro da cidade, como o adro da igreja, aquela parte do conjunto da igreja, né, que viria a prefeitura, o grupo escolar, então bens que pertenciam ao Estado, ao município, então são prédios oficiais, né ¹⁶.

Ou seja, o fato de a preservação ter se concentrado especificamente nessa área nos primeiros anos de proteção do patrimônio se justificam pela ideia de que, naquele momento, poucas pessoas conheciam o tema e se interessavam por ele e a região central seria o início de uma política de proteção que teria destaque a partir daquele local.

Considerações finais:

Assim como em outros processos e momentos da História, na pesquisa realizada ficou claro que a escolha dos bens indicados e sua proteção por meio do tombamento, através de lei específica, no município de Visconde do Rio Branco, não ocorreu tranquilamente e com a aprovação de todos os membros da comunidade. Através da documentação e das entrevistas realizadas é perceptível que as manifestações a favor da preservação do patrimônio histórico de Visconde do Rio Branco não ocorreram de forma pacífica e evidenciaram as diferentes posições dos grupos locais que se moveram por seus interesses.

Evidenciamos que três momentos representaram as tensões que existiram durante a primeira fase de proteção no município, considerando o antagonismo dessas posições locais em relação ao patrimônio material, edificado, que são os casos do antigo Cinema Brasil e da Igreja Matriz de São João Batista/ Sede da Paróquia (bens tombados) e a antiga Casa Telles. Cabe ressaltar que todos esses bens eram de propriedade privada ou da igreja, pois, como vimos anteriormente, os bens públicos receberam as notificações de tombamento de forma pacífica e autorizando o ato.

¹⁵ PINTO, Theresinha de Almeida. *Op. Cit.* p. 07.

¹⁶ PINTO, Laíse. *Op. Cit.* p. 01.

Neste trabalho, não nos cumpre apresentar e detalhar o que cada um desses bens representou e relatar os conflitos que ocorreram para sua proteção, mas expusemos tais casos no intuito de identificar tais posições diferentes no sentido da preservação do patrimônio cultural que são marcadas por interesses antagônicos, onde percebemos que a proteção do patrimônio local se deu, quase que exclusivamente, sob os bens públicos, que enfatizavam as características histórias, arquitetônicas e culturais como forma de representar a população nesses aspectos.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

Lei nº 26, de 23 de agosto de 1985

Lei nº 26, de 23 de agosto de 1985.

Entrevista de Cléver Cardoso.

Entrevista de Theresinha de Almeida Pinto

Entrevista de Laíse Pinto

Projeto de Lei nº 02/91.

Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937

Bibliografia:

BIONDO, Francisco Etelvino; SOARES, Paulo Henrique. *Apontamentos sobre o poder público municipal: a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal*. Disponível em: <file:///C:/Users/Priscila/Desktop/cartilha-interlegis-lom-e-ri.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

DAVIDOVICH, Fany. *Poder local e município, algumas considerações*. In: Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, número 27, volume 01, 1993. Disponível em: < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8677/7409>>. Acesso em: 15 de agosto de 2017.

SLAIBI, Thais Helena de Almeida. *Área de Proteção Ambiental da Serra da Piedade: um Estudo sobre Patrimônio Histórico-Ambiental e Participação Social em Visconde do Rio Branco – MG*. Tese (Doutorado em Extensão Rural). Viçosa: UFV, 2005. Disponível em: <http://www.novoscursos.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Thais-Helena-de-Almeida-Slaibi.pdf>. Acesso em: 13 de julho de 2017.

A EXPERIÊNCIA DA RESTAURAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTEGRADOS: IGREJA DE NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ NO RIO DE JANEIRO

Simoni Magalhães de Macedo¹

Resumo:

Muitos estudos já foram realizados sobre as restaurações das igrejas do Rio de Janeiro, sendo que grande parte desses estudos contribuíram significativamente para o fortalecimento das práticas de preservação e conservação do patrimônio cultural da cidade e sua relação com o restante do País. A exemplo disso podemos mencionar a Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, localizada na área central do Rio de Janeiro, entre as ruas Sete de Setembro, do Carmo e Primeiro de Março. Por se tratar de um bem tombado pelos órgãos federal e municipal, vale destacar que esse monumento religioso é bastante conhecido entre os cariocas, mas sobretudo entre os estudiosos dedicados à preservação do patrimônio no âmbito nacional e local. Por se tratar de um bem tombado, uma das primeiras iniciativas investigativas para a compreensão do processo de valoração deste monumento, bem como das intervenções que foram realizadas ao longo do tempo, foi um levantamento prévio da documentação sobre o processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN, nos arquivos documentais e iconográficos dessa instituição, localizados no Arquivo Central do IPHAN, Seção Rio de Janeiro. Exposto isso, verificamos que a pesquisa documental no arquivo do IPHAN possibilitou a compreensão dos valores históricos e artísticos que justificaram a preservação desse monumento religioso pelo órgão. Essa igreja se confunde com a fundação de nossa cidade, mas pouco se sabe sobre sua história antes do século XIX. Isto posto, farei uma abordagem temática da fachada e do interior da igreja e dos seus bens móveis e integrados que compõem essa arquitetura religiosa, como forma de compreender a arte e o sagrado. A igreja foi tombada pelo IPHAN e registrada nos livros do Tombo Histórico e de Belas Artes em 29 de dezembro de 1941, assinado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN (hoje IPHAN) e Judith Martins, perita em Belas Artes.

Palavras-chave: Restauração; Bens Móveis e Integrados; Patrimônio Cultural.

THE EXPERIENCE OF THE RESTORATION OF MOBILE AND INTEGRATED PROPERTY: CHURCH OF NOSSA SENHORA DO CARMO DA ANTIGA SÉ IN RIO DE JANEIRO

Abstract:

Many studies have already been done on restorations of the churches of Rio de Janeiro and a large part of these studies contribute significantly to the strengthening of preservation and conservation practices of the city's cultural heritage and its relationship with the rest of the country. For example we can mention the church our Lady of Carmo of the old Sé, located in the central area of Rio de Janeiro, between the streets September 7, Carmo and March 1st. Because it is a property listed by federal and municipal bodies, it is worth noting that this religious monument is well known among cariocas, but specially among scholar dedicated to the preservation of national and local heritage. Because it is a listed asset one of the first investigative initiatives to understand the process of valuing this monument, as well as the interventions that have been carried out over time, was a preliminar survey of documentation on the process of tipping by the national historical and artistic heritage institute, IPHAN, in the documentary and iconographic archieves of this institution, located in the central archive of Iphan, section Rio de Janeiro. We have verified that the documentar research in the Iphan archieve made it possible to understand the historical and artistic values that justified the preservation of religious monuments by the organ. This church is confused with the history of our city, but litte is known about its history

¹ Macedo, Simoni Magalhães de – Arquiteta e especialista em História da Arte Sacra- ST1

before the nineteenth century. That said, I will make a thematic approach to facade and interior of the church and its movable and intangible goods that make up this religious architecture, such as understanding art and the sacred. The church was registered by the Iphan and recorded in the books of the historic and fine art on december 29,1941, signed by Rodrigo de Melo Franco de Andrade, then director of the national historical and artistic heritage service, SPHAN (now IPHAN) and Judith Martins, expert in fine arts.

Key words: Movable and Integrated Goods, Cultural Heritage, Restoration.

1. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé: *questões históricas e o processo de valoração*:

É amplamente conhecida a afirmação de que a história de um país também pode se manter viva através do seu patrimônio cultural, sendo que a sua preservação determina, certamente, a maneira como lidamos com o nosso passado e a memória de uma cidade. Portanto, desde o início, a igreja de Nossa Senhora do Carmo da antiga Sé esteve ligada ao Estado, símbolo da união entre o poder temporal e secular. Associado a essa igreja, podemos ressaltar que inúmeras transformações urbanísticas ocorreram naquela região, tais como na rua Primeiro de Março, na praça XV—que já teve vários nomes, a saber: Várzea, Terreno do Ó, Terreno da Polé, Largo do Carmo, Terreno do Paço, Largo do Paço, Praça Dom Pedro II e, por fim, Praça XV. O entorno da igreja é ainda composto pelo “Beco dos Barbeiros”, pela rua do Carmo, rua Sete de Setembro e rua Primeiro de Março e a atual praça XV.

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os passadiços foram retirados e o Paço, que foi transformado em Correio, ficou isolado da igreja. Por sua vez, o Estado se afastou da Igreja. Com o início de um novo século, a igreja passou a ser a nova Catedral Metropolitana, sendo a diocese daquele período presidida por Joaquim Arcoverde, entre 1897 e 1930.



Figura 1 e 2: Antiga Catedral, fotos do Arquivo do IPHAN (1905)

Esta época foi marcada por grandes reformas na cidade, tais como as realizadas pelo prefeito Pereira Passos e do sanitarista Oswaldo Cruz. Em 1905 foi erguida uma nova torre sineira, com 52 metros de altura, para que finalmente a igreja pudesse se tornar a maior de todas naquele local. O presidente Rodrigues Alves e o habilidoso diplomata Barão do Rio Branco trouxeram, assim, o primeiro chapéu cardinalício para a América do Sul e para a cidade do Rio de Janeiro. O Cardeal Arcoverde, durante o longo período que esteve à frente da Catedral do Rio de Janeiro, trabalhou para embelezá-la, deixando-a com as características atuais. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, por toda a sua beleza e representatividade em momentos importantes da cidade do Rio de Janeiro e especialmente do País, foi tombada em 29 de dezembro de 1941 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Já seu nome de antiga Sé, deve-se ao fato de que em 1976 a Arquidiocese do Rio de Janeiro construiu uma nova Catedral e essa Igreja passou, então, a ser conhecida como a Antiga Sé.

2. A Restauração da Antiga Sé:

A obra de restauração, objeto de nossa investigação para a elaboração da monografia de conclusão da Especialização em História da Arte Sacra da Faculdade de São Bento, ocorreu ao longo de 18 meses, e teve seu início em setembro de 2006. Foi concluída em março de 2008 para as comemorações do bicentenário da chegada da Família Real na cidade.

Com a expedição do Decreto 26.239 de 06 de março de 2006 da prefeitura do Rio de Janeiro, foi criada a *Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural da Cidade* (SEDREPAHC), que passou a tratar da política pública de proteção e conservação do Patrimônio Cultural, se tornando responsável por todo o planejamento, coordenação, desenvolvimento, aprovação e fiscalização do patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Através deste órgão a prefeitura firmou contrato com a Fundação Roberto Marinho para a restauração da Antiga Sé, sendo que dentro das exigências feitas pela prefeitura estavam a inauguração prevista para o dia 08 de março de 2008, em virtude das comemorações do bicentenário, e a realização de ações educativas ao longo das obras. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) juntamente com a Fundação Roberto Marinho dividiram a responsabilidade técnica das obras, coordenando equipes. O IPHAN foi o responsável pela articulação com o poder público, a Mitra Arquidiocesana do Rio de Janeiro, a Sociedade de Amigos da Antiga Sé (SAMAS)

e o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB). Por esses motivos de cooperação, divisão de responsabilidades e trabalho multidisciplinar, já podemos brevemente concluir que esta obra, além da complexidade, também nos aponta questões contemporâneas importantes no campo do patrimônio relativas ao compartilhamento de interesses e responsabilidades, conservação e restauração de uma arquitetura religiosa tombada. Todos os serviços propostos foram previamente analisados com os demais envolvidos para que, em conjunto, fossem tomadas as medidas adequadas e se chegassem a um consenso no que tange à definição de normas e critérios. O IPHAN juntamente com a Fundação Roberto Marinho dividiu a responsabilidade técnica da obra, coordenando as equipes.

No que tange às etapas da restauração, identificamos em nossos estudos que elas foram divididas da seguinte forma:

1. Pesquisa histórica e elaboração de projetos técnicos: essa etapa correspondeu a pesquisa que foi realizada em importantes instituições brasileiras, tais como, o Arquivo Nacional, a Biblioteca Nacional, o IHGB, o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e o Arquivo da Cúria metropolitana do Rio de Janeiro, pelos contratados para essa atividade. Consta que não foram encontradas muitas fontes dos tempos coloniais, já ao contrário disso, o século XIX correspondeu ao período com maior abundância de dados e documentos.
2. Restauração das fachadas laterais, localizadas na rua Sete de Setembro, do Carmo e laterais da Igreja da Ordem Terceira do Carmo e empenas internas: para elaboração do projeto nessa etapa foram utilizados um cadastramento feito pelos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Gama Filho, coordenados pelo prof.º Willian Bittar, e os registros fotográficos dos danos. Nesta obra optou-se por várias demãos de pigmentos e adesivos que deixou transparecer o fundo, de cimento e pó de pedra (velatura). Já a fachada lateral da rua Sete de Setembro e a posterior, rua do Carmo, passaram por prospecções estratigráficas para a descoberta da técnica original em pintura empregada, que era uma pintura que imitava granito, sendo que a mesma foi refeita. A fachada que dá para a igreja vizinha é uma construção colonial do século XVIII, com arquitetura simples e paredes caiadas.
3. Restauro artístico dos elementos decorativos: os ornatos e outros detalhes foram refeitos e reproduzidos em um ateliê no canteiro de obras. Cada peça faltante foi moldada em fôrmas de silicone e receberam o mesmo tipo de pintura dos originais.
4. Restauração arquitetônica: As paredes internas receberam tinta esmalte a base de água na cor bege claro. A tonalidade foi escolhida depois de serem feitas mais de cem prospecções

estratigráficas. A talha dourada estava coberta por várias camadas de sujeira, crosta-negra provocadas pela fuligem dos veículos. Durante a obra, medidas de segurança foram adotadas com bastante rigor devido ao intenso movimento no canteiro de obras, já que eram várias atividades ocorrendo de forma simultânea, se fazendo necessário um cuidado ainda mais criterioso para evitar acidentes.

5. Serviços de arqueologia: os trabalhos de arqueologia foram dirigidos pelo prof.º Ondemar Dias do IAB. Neles foram realizadas escavações e onde foram encontrados vestígios de cinco construções diferentes da igreja. Essas descobertas foram tão importantes que justificaram a criação do Museu do Sítio Arqueológico da Antiga Sé
6. Conservação dos bens móveis, mobiliário, imagens e lustres: Nesses bens foram feitos procedimentos de limpeza química, limpeza mecânica e lixamento com cartas abrasivas de baixa granulometria no mobiliário. Foram restauradas 12 telas com pintura óleo que decoram o interior da igreja, além da pintura de teto da capela mor e a tela retrátil do altar mor. Os lustres que ficavam em frente as capelas laterais foram removidos e o cadeiral que ficava no altar mor foi retirado e levado para a capela Senhor do Passos.
7. Implantação de novas instalações hidros sanitárias, elétricas, prevenção contra incêndio e sistema de proteção contra descarga atmosférica e descida de águas pluviais: nessa etapa os banheiros foram reformados e ganharam instalações modernas e mais adequadas ao novo fluxo de visitantes. O novo sistema elétrico foi todo camuflado, e o mesmo foi feito com os equipamentos de preservação a incêndio e intrusão. O projeto de iluminação externa permitiu destacar a fachada, sendo que na parte interior foram feitas várias composições diferentes que vão do espetáculo de Som e Luz a ambientações especiais para missas e casamentos. A atualização dos sistemas das instalações foi uma tarefa de fundamental importância para a igreja.
8. Ações educativas, exposição e visitas guiadas: no âmbito dessa atividade, verificou-se que mais de três mil visitantes conheceram os trabalhos de restauro – o canteiro de obra – a arqueologia – as escavações -, por meio de visitas guiadas nesses locais. Alunos entre 9 e 15 anos, por exemplo, participaram de oficinas de colagem e pintura e brincaram com elementos relacionados à igreja.
9. Espetáculo permanente de Som e Luz: essa atividade refere-se ao espetáculo que foi escrito pelo jornalista José Roberto Torero e dirigido por Marcelo Dantas, e teve o objetivo de reviver

um tempo na qual a Sé era o principal local de encontro da população. Para a realização deste evento de som e luz foi utilizado muita tecnologia, lâmpadas, projetores que criam sombra e estruturas camufladas que movimentam as cortinas e vedam a entrada de luz.

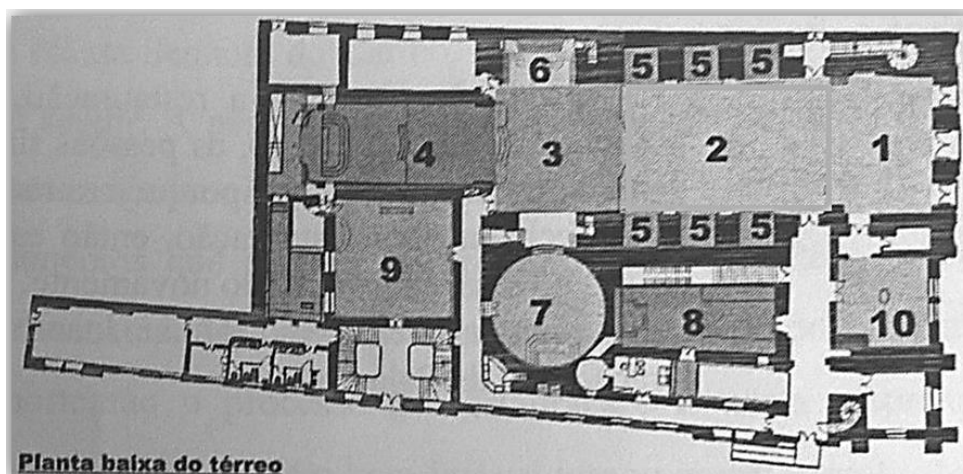


Figura 3: Planta baixa do térreo da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Imagem disponível em CASTRO, Mariângela (org.). “História e Restauração”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

LEGENDA: 1) Nártex; 2) Nave; 3) Transepto; 4) Capela-mor; 5) Capelas laterais; 6) Capela São Pedro Alcântara; 7) Capela Santíssimo Sacramento; 8) Capela Senhor dos Passos; 9) Capela do Cristo Crucificado; 10) Batistério. Capelas laterais à direita: São João Batista; Nossa Senhora das Dores; Nossa Senhora da Cabeça. Capelas laterais à esquerda: São João Nepomuceno; Sagrada Família; Sagrado Coração de Jesus.

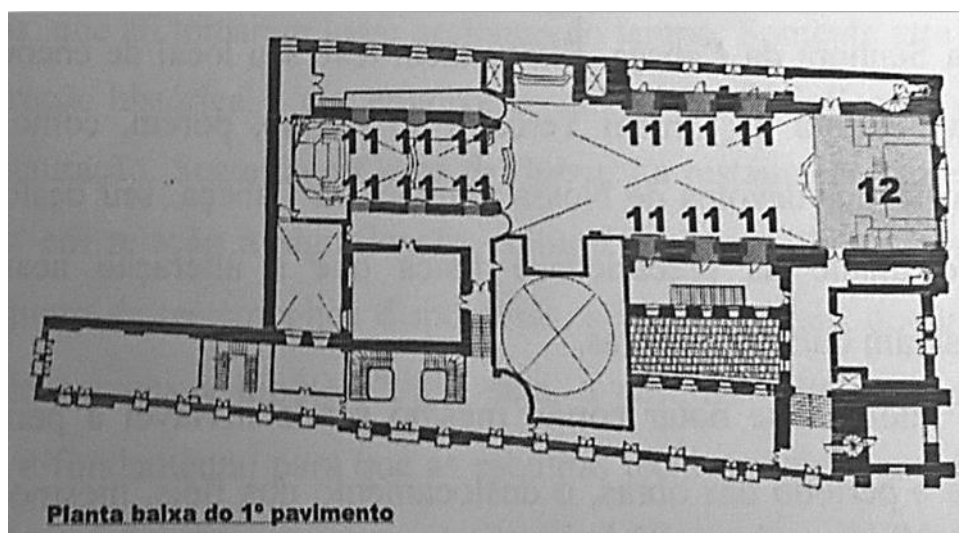


Figura 4: Planta baixa do primeiro pavimento da Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. Imagem disponível em CASTRO, Mariângela (org.). “História e Restauração”. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

LEGENDA: 11) Tribunas; 12) Coro.



Figuras 5 a 6: Aspectos atuais dos bens móveis e integrados da Igreja da Antiga Sé, dez anos após a restauração. Imagens de Simoni de Macedo, 2016.

O restauro ocorreu em todo o andar térreo, nas tribunas e no coro, sendo entregue com as novas atrações à visitação a igreja tais como o Espetáculo Som e Luz e o Museu Arqueológico. Já no que se refere especificamente aos processos de douramento na restauração da Antiga Sé, identificamos na bibliografia que as coordenadoras técnicas Daniela Sergipense e Leila Santos, desenvolveram o trabalho com uma equipe multidisciplinar de restauradores e auxiliares, sendo estagiários, pintores, marceneiros e lustradores. Todo o conjunto encontrava-se ainda em bom estado de conservação, exceto a área superior que tinha um desgaste causado pela infiltração das águas da chuva e do incêndio ocorrido em 2005. Os grandes problemas da igreja eram a sujeira, causada pela poluição do local e a ausência de um projeto dedicado à conservação preventiva. Foram encontradas áreas com ataque de insetos xilófagos e de microorganismos que resultou na perda de parte dos ornatos, como, por exemplo, em alguns casos em que só restou a capa do douramento.

O trabalho de restauro do douramento foi dividido em três etapas: higienização, consolidação e reintegração do douramento. Na fase de higienização fez-se a limpeza da sujidade com produtos químicos e a prefixação com adesivo por injeção, percolação e ativação térmica. Inúmeros testes foram efetuados sob a orientação do IPHAN e de especialistas recuperando assim a beleza dos áureos tempos. A consolidação dos elementos que estavam ocultos foi feita através de preenchimentos de consolidantes acrescidos de carga inerte aplicados a sondas, injeções e espátulas odontológicas. Já as pequenas perdas e lacunas dos ornatos foram recuperadas com moldagem no local a partir do uso de resina epóxi com carga. Para as grandes perdas foram confeccionadas formas e foram fundidas peças. Os frisos boleados e as forrações foram feitas de cedro e a reintegração do douramento foi feita após a obturação e nivelamento das lacunas. A madeira foi lixada e após a preparação final da base, os ornatos receberam a folha de 22 quilates e posteriormente o brunimento. A finalização do processo se deu por meio do uso de um verniz protetor.



Figura 7 e 8: Interior da Igreja (direita, vista do altar mor, esquerda vista do coro)

Créditos das imagens: De Macedo, Simoni, 2016.

3. Considerações finais:

Considerando que o tema de pesquisa se trata de um bem tombado pelos órgãos federal e municipal, uma das primeiras iniciativas investigativas para compreensão do processo de valoração desse monumento e das intervenções realizadas ao longo do tempo foi realizada uma pesquisa documental nos arquivos de um desses órgãos, no caso o arquivo Central do IPHAN, seção Rio de Janeiro.

Com isso, conseguimos delimitar que os interesses desta pesquisa, dada a existência de inúmeros estudos sobre a referida igreja, é produzir uma monografia teórica e reflexiva que possibilite descrever e analisar os diversos procedimentos relativos às restaurações dos elementos artísticos que ela contém, em especial o douramento. Um dos pontos altos da pesquisa, a relação entre a arte sacra e o douramento, justifica-se pelo fato de que desde

2300 a.C. o ouro é utilizado no Egito para embelezar as máscaras das múmias, os sarcófagos e outros objetos funerários, uma vez que o ouro possui um grande valor místico e grande beleza. A arte do douramento é uma das mais antigas e requintadas técnicas que vai desde a produção artística no Egito ao esplendor do Barroco, possibilitando no acabamento das peças artísticas uma linguagem extremamente delicada e rica de efeitos visuais e estéticos. O campo da arte sacra nos possibilita

explorar o ponto comum entre religião e arte, também fomenta as reflexões simbólicas e iconográficas da religião através da produção artística para este fim.

Exposto isso, verificamos que a pesquisa documental do Arquivo do IPHAN tem nos possibilitado a compreensão dos valores históricos e artísticos que justificaram a preservação desse monumento religioso pelo órgão. Em meio ao trabalho da pesquisa no arquivo identificamos vários conteúdos de jornais e textos publicados em periódicos, destacando a importância histórico e artística da igreja. Há um conjunto de imagens (fotos em sua maioria) datadas dos anos 50, registrando os elementos internos e o programa arquitetônico da mesma.

A primeira reflexão há que chegamos sobre a pesquisa documental e as práticas de preservação desse patrimônio é que ele está alinhado aos propósitos institucionais relativos à proteção, por meio do tombamento, dos bens representativos da história do Brasil. Conforme previsto no próprio instrumento normativo que regulamenta essa ação, o Decreto-Lei número 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, em especial o artigo 1 que define que constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, e coeso aos primeiros anos de atuação do órgão e dos propósitos políticos e culturais do programa de preservação que se fazia no Brasil, nos anos 40.

Passados dez anos do início das obras de restauração efetuadas na Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé, observamos na literatura a importância e o cuidado quanto a montagem de uma equipe multidisciplinar e do estabelecimento de critérios e do compartilhamento de responsabilidades entre os entes envolvidos. Espera-se que ao final dessa pesquisa possamos apresentar de forma clara e didática uma narrativa que descreva os procedimentos técnicos adotados e as relações com a importância de se preservar o acervo arquitetônico e artístico, especialmente os elementos integrados artísticos da Igreja da Antiga Sé, no Centro do Rio de Janeiro, por se tratar de um importante exemplar do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

4. Referências Bibliográficas:

ACERVO. Arquivo Central do IPHAN. Seção Rio de Janeiro – ACI/RJ/IPHAN
Processo de Tombamento da Igreja da Antiga Sé do Rio de Janeiro.

BRAGA, Márcia (org.). **Conservação e Restauro:** Madeira, pintura sobre Madeira, douramento, estuque, azulejo, mosaico. Rio de Janeiro, 2008

CASTRO, Mariângela. **Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé:** História e restauração. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. **Rio de Centro Histórico Colonial (1567-2015).** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson. Estúdio, 2016.

LODI, Cristina (org.). **Ornatos em Madeira:** restauração e conservação. Rio de Janeiro: In - Fólio, 2009.

SARINHO, Juliana Lages. **Olhares sobre a Restauração da Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé.** Dissertação de mestrado. Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais e Projetos Sociais - CPDOC/FGV, 2010.

RIBEIRO, Marcus Tadeu Daniel. **História da Arte Brasileira:** Arte no Período Colonial (Primeira Fase). *Mimeo.* s /d.

VALLADARES, Clerival do Prado. **Rio Barroco Análise Iconográfica e Neoclássico Remanescente no Rio de Janeiro.** Vol 1. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

ASSIS HORTA: PIONEIRO FOTÓGRAFO DO IPHAN

Cleber Soares da Silva¹

Resumo:

Assis Horta foi um dos primeiros fotógrafos a prestar serviços ao SPHAN, atual IPHAN, na chamada fase heroica da instituição, quando esta foi dirigida por Rodrigo Melo Franco de Andrade e contava em seu quadro de funcionários com grandes intelectuais ligados ao movimento modernista brasileiro. Os registros fotográficos feitos por Horta contribuíram para o tombamento de Diamantina em 1938 e, mais tarde, em 1999, para o reconhecimento da cidade como Patrimônio da Humanidade, pela Unesco. Esse artigo se concentra na relação do fotógrafo com o SPHAN e como essa experiência forjou seu olhar. Horta seguia as regras impostas pela narrativa da política de preservação cultural no Brasil daquele período e seu trabalho foi controlado pelos padrões estéticos que orientavam o olhar dos chamados “fotógrafos do Patrimônio”.

Palavras-chave: Fotografia; Patrimônio; IPHAN; Assis Horta.

ASSIS HORTA: PIONEER PHOTOGRAPHER OF IPHAN

Abstract:

Assis Horta, one of the most important photographers of Minas Gerais worked for SPHAN, current IPHAN, in the so-called heroic phase of the institution, when it was directed by Rodrigo Melo Franco de Andrade and had as part of its staff great intellectuals linked to the Brazilian modernist movement. Horta's photographic records contributed for the listing of Diamantina in 1938 and later, in 1999, for the recognition of the city as Unesco World Cultural Heritage Site. This article will focus on the relationship between the photographer and the SPHAN and how this experience modelled his view. Horta followed rules imposed by the narrative of the cultural preservation's policies in Brazil of that period and his work was directed by the aesthetic patterns that limited and guided the view of the so called “photographers of the Patrimony”.

Key-words: Photography; Patrimony; IPHAN; Assis Horta.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: cleberdsoares@dotzdesign.com.br

Assis Alves Horta nasceu em 28 de janeiro de 1918, em Diamantina, filho de José Alves Horta e Maria das Dores Moreira Horta (conhecida pelo apelido de Dona Dorinha). Órfão de pai aos cinco anos, morou no Grande Hotel, administrado pela sua mãe, até se casar, aos 24 anos, com Maria da Conceição Monteiro com quem teve dez filhos. O primeiro emprego foi na casa comercial Dinis Filho, como auxiliar de balcão, de 1933 a 1936. Desde os 9 anos Horta tinha relação de amizade e de trabalho – como ajudante e aprendiz –, com o fotógrafo Celso Tavares Werneck Machado, estabelecido no centro da cidade de Diamantina. Autodidata e muito curioso logo aprendeu o básico da profissão de fotógrafo e em 1936, recebeu a proposta de Machado para que comprasse o antigo *Estúdio Werneck*, rebatizando-o como *Photo Assis*. Comprou o estúdio “de porteira fechada” o que significava que ficou com o equipamento e também com o arquivo de fotos de Machado que incluía, além das fotos dele próprio, fotos e negativos antigos datados da virada do século e das primeiras duas décadas do século XX e ainda algumas fotografias de Chichico Alkmim².

Assis Horta trabalhou desde 1937 sob a orientação de Rodrigo Melo Franco de Andrade³ – primeiramente como *freelancer* e, a partir de 1945, como funcionário do Patrimônio, até a aposentadoria de Rodrigo, em 1967. Após o desligamento de Rodrigo, Horta continuou a trabalhar para o SPHAN até se aposentar definitivamente na década de 1980. O trabalho de Horta consistia em fazer levantamentos fotográficos e além disso, fazer medições, pesquisas na documentação das ordens religiosas de Diamantina e desenvolver os croquis necessários aos processos de tombamentos⁴.

² Chichico Alkmim foi o mais importante fotógrafo de Diamantina nas primeiras três décadas do século XX e seu trabalho teve grande importância para a formação de Assis Horta. Sobre o fotógrafo e sua obra falaremos detalhadamente na segunda seção dessa dissertação.

³ Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969) foi advogado e jornalista. Mineiro de Belo Horizonte, Minas Gerais, era o filho primogênito do professor de Direito Criminal e procurador seccional da República Rodrigo Bretas de Andrade e de sua esposa Dália Melo Franco de Andrade. Seus ascendentes paternos originam-se da região de Ouro Preto e seu bisavô paterno, Rodrigo José Ferreira Bretas, foi o primeiro biógrafo de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho. Sua mãe pertenceu à família Melo Franco, de Paracatu (MG), da qual descenderam também Francisco de Melo Franco e Afonso Arinos de Melo Franco. Era pai do cineasta Joaquim Pedro de Andrade, diretor de *Macunaíma*, dentre outros filmes, e um dos grandes nomes do Cinema Novo. Sob o comando de Rodrigo M. F. de Andrade foram publicados dez números da **Revista do Brasil**, que foi um importante instrumento de manifestação dos ideais modernistas. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481>>. Acessado em 15/09/2016.

Rodrigo M. F. de Andrade foi designado pelo ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, em 1936, para organizar e dirigir o SPHAN onde trabalhou até 1967, data da sua aposentadoria. Sob sua direção foram tombados cerca de 176 monumentos e obras de arte, 28 conjuntos arquitetônicos parciais e 12 conjuntos arquitetônicos em cidades. Rodrigo foi o criador da **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, cuja primeiro número circulou em 1937 e é editada até os dias atuais, além de outras publicações do IPHAN. *Verbetes*. (GRIECO, 2013).

⁴ Nos processos de levantamento de bens para avaliação e tombamento pelo SPHAN, Assis Horta fazia plantas baixas das edificações, quando solicitado. Também fazia isso quando compunha o processo para solicitação ao SPHAN de reforma de imóveis já tombados. Esse material era enviado ao escritório regional de Belo Horizonte ou à Sede no Rio de Janeiro. Segundo Isnard Horta, Assis “aprendeu a fazer plantas com Celso Werneck, que além de fotógrafo era projetista,

Paralelamente a esse trabalho, Horta fazia retratos em seu estúdio no centro da cidade e, a partir de 1932, em função do Decreto n. 21.175, que exigia um retrato funcional nos documentos de contratação de funcionários, passou a atender as demandas dos industriais e comerciantes locais que se adaptavam às novas normas trabalhistas⁵. Poucas pessoas na região, excetuando os garimpeiros, conheciam tão bem o território diamantino⁶ (HORTA, 2015).

As fotografias solicitadas aos “fotógrafos do Patrimônio”, tinham basicamente as mesmas recomendações⁷. Os profissionais recebiam a orientação, muitas das vezes do próprio Rodrigo M. F. de Andrade, de como deveriam fazer os registros fotográficos e para quais finalidades elas serviriam. Devido à falta de verba para manter uma equipe fixa de fotógrafos, a contratação tipo *freelancer* foi muito utilizada pelo órgão público naquela época (GRIECO, 2013).

Rodrigo M. F. de Andrade assumiu a direção do SPHAN oficialmente ainda em 1937. Ele e seus colaboradores (equipe de profissionais formada por pesquisadores, historiadores, juristas, arquitetos, engenheiros, conservadores, restauradores, técnicos e mestres de obra) se uniram para a realização de inventários, estudos e pesquisas, para a execução de obras de conservação e restauração de monumentos, assim como para a organização de arquivos de documentos públicos e particulares, que juntos se tornaram o valioso acervo do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Foram resultados do trabalho de Rodrigo e de sua dedicada equipe a criação de museus regionais e nacionais como o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); das Missões,

construtor e bom desenhista. Segundo Isnard, o pai fazia plantas que davam “pro gasto” do seu ofício e “pro seu próprio gosto” (Depoimento de Isnard Horta concedido ao autor em 22/12/2016).

⁵ As primeiras normas trabalhistas surgiram no Brasil a partir da última década do século XIX. Em 1891 foi instituído o Decreto nº 1.313, que regulamentava o trabalho de menores entre 12 e 18 anos em fábricas da Capital Federal afim de “impedir que, com prejuízo próprio e da prosperidade futura da pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1313-17-janeiro-1891-498588-publicacaooriginal-1-pe.html>> (acessado em 27/01/2017). Foi, no entanto, o Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932, que instituiu “carteira profissional para as pessoas maiores de 16 anos de idade, sem distinção de sexo, que exerçam emprego ou prestem serviços remunerados no comércio ou na indústria”. O decreto definia também que no registro deveria constar uma fotografia, com a menção da data em que tiver sido tirada. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D21175.htm> (acessado em 27/01/2017).

⁶ Assis Horta é importante também como grande retratista. O fotógrafo registrou em fotos 3x4 e em estúdio o trabalhador no norte de Minas Gerais entre as décadas de 1930/1940, justamente quando os brasileiros conseguiram suas históricas conquistas trabalhistas. Seguindo a sequência iniciada anteriormente por Chichico Alkmim, na década de 1920, Horta fotografou, com talento e sem preconceitos, a população do norte de Minas Gerais. Pela diversidade de personagens retratados e pelas décadas cobertas fotograficamente, os acervos desses dois profissionais, comporão obrigatoriamente o material de referência para estudos das áreas sociais e artísticas que tenham a região do Vale do Jequitinhonha, sua população e suas tradições como tema.

⁷ Os “fotógrafos do Patrimônio” são aqueles profissionais que participaram da fase pioneira e formadora do atualmente denominado IPHAN, compreendida entre os anos de 1937 a 1987, listados no **Mapeamento Preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN**, editado em 2008 (FONSECA; CERQUEIRA in GRIECO, 2013).

em Santo Ângelo (1940); do Ouro, em Sabará (1945); do Diamante, em Diamantina (1954); da Abolição, em Recife (1957); o Regional de São João Del Rei, (1963) entre outros⁸.

Rodrigo conheceu Assis Horta quando este era ainda rapaz, com 19 anos, em 1937, e o convidou para ser prestador de serviço para o escritório do SPHAN regional de Minas Gerais. A história desse encontro foi narrada pela jornalista Dorrit Harazim:

Pelo Grande Hotel costumavam transitar desde forasteiros com grandes negócios nas minas de diamante da região, sempre à procura de mais mão de obra, até hóspedes locais. Assizinho teve sorte: ainda adolescente, foi empurrado pela mãe para as asas do advogado, jornalista e escritor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que procurava um prestador de serviços gerais com noções de fotografia para ajudá-lo a fazer o levantamento fotográfico de Diamantina (HARAZIM, 2014: 50).

Um fotógrafo da “fase heroica” do SPHAN:

A chamada “fase heroica” do SPHAN, compreendida entre 1937-1967, foi marcada pela direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, pela atenção especial dada ao “barroco mineiro” e pela determinação dos intelectuais identificados com o modernismo e com as políticas do Estado Novo. Esse grupo de intelectuais se autoproclamavam a “elite cultural que tinha a missão de modernizar e civilizar o Brasil” (BRAGA, 2010: 71). Outra característica marcante desse período foi a qualidade dos fotógrafos que prestaram serviço à instituição.

O acervo do Arquivo Central do IPHAN (ACI-RJ)⁹, no Rio de Janeiro, conta com cerca de 200 mil imagens que incluem fotografias, negativos em vidro, acetato, nitrato e slides que retratam a atividade da instituição nesse primeiro meio século de existência. De acordo com o *Mapeamento Preliminar das atividades dos fotógrafos do IPHAN (1937-1987)*, feito a partir das fotografias que compõem a *Série Inventário e os Processos de Tombamentos*, realizado em 2006 e publicado em

⁸ Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/481>>. Acessado em 15/09/2016.

⁹ O Arquivo Central do IPHAN (ACI/RJ), no Rio de Janeiro, é composto por documentação sobre bens culturais preservados, sejam estes protegidos legalmente ou não, e também por documentos sobre pessoas ligadas à história da preservação do patrimônio cultural brasileiro. O acervo estrutura-se a partir de séries documentais assim distribuídas: Série Inventário; Série Obras; Série Processo de Tombamento; Série Técnico-Administrativo; Série Personalidades; Série Etnografia; Série Assuntos Internacionais; Centro de Restauração de Bens Móveis e Integrados; Conselho Consultivo; Legislação; Arqueologia; Mapas e Plantas. Entre as fontes documentais, têm destaque as fotografias, negativos e slides das diferentes expressões da cultura brasileira. A Série Obras é formada por documentos como propostas e/ou intervenções feitas em imóveis cujas especificidades exigiram a ação regulatória do IPHAN. Fazem parte dessa série os orçamentos de mão-de-obra especializada, notas de cálculos, fotos e plantas (GRIECO, 2013, *Verbetes*, p. 131).

2013, desse total, 60.086 imagens são fotografias dos chamados “fotógrafos do patrimônio”¹⁰. No entanto, apenas 25.973 fotografias tiveram sua autoria confirmada, o restante ficou sem identificação de autor. De um total de 353 fotógrafos mapeados até aquele momento pelas pesquisadoras, 41 profissionais destacaram-se pelo critério quantitativo (maior produção). Assis Horta foi catalogado entre os 41 fotógrafos principais, com 207 fotografias identificadas (FONSECA; CERQUEIRA, 2013: 31).

Baseando-se na correspondência trocada entre Mário de Andrade e Rodrigo M. F. de Andrade, Turazzi chama a atenção para o interesse dos dois intelectuais na fotografia como “instrumento imprescindível para o tombamento e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e, por extensão, para a própria criação do SPHAN” (TURAZZI, 1998, p. 14). Turazzi nos mostra ainda que o uso da fotografia como meio de documentação de bens a serem preservados motivou a formulação de

uma “política de documentação fotográfica” das manifestações culturais, históricas e artísticas, populares e eruditas, edificadas e não edificadas que constituiriam a identidade do Brasil e, por conseguinte, formariam através da iconografia uma visão do seu patrimônio (TURAZZI, 1998: 14).

Inicialmente, pinturas, desenhos, gravuras e plantas arquitetônicas eram os principais documentos iconográficos utilizados nos processos de restauro. Já em 1937, o SPHAN, sob a orientação de Rodrigo M. F. de Andrade, a fotografia passa a ser usada como comprovação de determinada característica de um bem e para a validação das atividades de restauro a serem executadas pelos arquitetos e técnicos. Eduardo Costa (2015) observou que os inventários fotográficos eram fundamentais para os processos de reconstrução e restauro efetivados pelo SPHAN. Além das plantas e desenhos, as fotografias serviriam de documento comprobatório de determinadas características do bem e validavam determinadas opções tomadas. Segundo o pesquisador, para Rodrigo M. F. de Andrade era de suma importância o “inventário e catalogação” para a satisfatória conservação de bens e sítios urbanos, deixando claro que o inventário fotográfico, reunido como “*documentação oficial*, deveria dar conta de apresentar o bem em sua complexidade, dentro de

¹⁰ Segundo Brenda Coelho Fonseca, o mapeamento foi feito a partir das fotografias que compõem a *Série Inventário e os Processos de Tombamentos*. Ficaram de fora as fotografias da *Série Obras* que, de acordo com a pesquisadora, possui grande quantidade de fotografias sem identificação, muitas delas podendo ser de autoria de Assis Horta (entrevista concedida ao autor em 05/12/2016).

protocolos legíveis, podendo-lhe ser requisitado a fim de se restituir toda e qualquer característica arquivada através dessa documentação” (COSTA, 2015: 256).

Costa (2015) afirma que o uso de documentos fotográficos, não só dos bens a serem catalogados, mas também dos próprios canteiros de obras em processo de restauro, contribuíram para a própria lógica do Instituto¹¹. Para justificar sua afirmação, o pesquisador cita o texto *Conservação de conjuntos urbanos* escrito por Rodrigo M. F. de Andrade em 1987 e publicado em 1970 no *Jornal do Comércio* em que o diretor do IPHAN apresenta sua defesa do uso da fotografia no processo de inventário e de catalogação de bens e sítios urbanos (ANDRADE, 1987).

Regras e normas definidas pelo SPHAN: educando o olhar do fotógrafo:

A importância dos registros fotográficos para o IPHAN e a preocupação dos dirigentes do instituto em criar regras que norteassem o trabalho dos fotógrafos são percebidos na emissão da *Portaria nº 3 – Fotografias de obras de valor artístico e histórico*, assinada por Rodrigo M. F. de Andrade, em 8 de janeiro de 1948, e pelo *Plano de trabalho para a divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN*, desenvolvido e assinado por Lúcio Costa no ano seguinte¹².

Na *Portaria nº 3*, Rodrigo elenca instruções a serem seguidas pelos técnicos e seus auxiliares incumbidos de “colher fotografias de monumentos e obras de arquitetura, pintura, escultura e arte aplicada, de valor histórico e artístico, existentes no país para o fim do respectivo inventário pela Seção de Arte da Divisão de Estudos e Tombamento”. Como as instruções são básicas e a palavra “fotógrafo” não foi usada por Rodrigo para descrever os “auxiliares” deduz-se que nem sempre era utilizada mão de obra especializada para a função (MEC, 1948).

A *Portaria nº 3*, um documento de apenas duas páginas, descreve minuciosamente como deveriam ser feitas as fotografias de exterior, focalizando aspectos das fachadas e pormenores de edifícios, tanto civis quanto religiosos. Os fotógrafos deveriam fazer vistas do exterior e fotografias do interior das construções, em ambos os casos; registrar também detalhes como escadas, janelas, azulejos, sacadas, forros etc. Com a observação de que “não devem figurar nas fotografias pessoas,

¹¹ As fotografias que compõem a *Série Obras*, muitas sem autoria identificada até o momento, é onde, provavelmente, Assis Horta poderá se destacar graças ao cruzamento de recibos de pagamentos e pedidos e solicitações de serviços. (Entrevista da pesquisadora Brenda Coelho Cerqueira concedida ao autor em 05/12/2016).

¹² Portaria n.3, de 8 de janeiro de 1948, *Fotografias de Obras de valor Artístico e Histórico*. Arquivo da Superintendência do IPHAN na Bahia.

animais ou quaisquer objetos pitorescos”. Na documentação de imagens, mobiliário, prataria e afins, a recomendação era de que se deveria “assegurar a boa apresentação da peça vista em projeção vertical e nos seus vários ângulos, conforme a natureza o objetos considerado, procurando-se ainda obter um fundo de aparência uniforme – branco ou escuro –, conforme o caso”. Ainda sobre os objetos, a portaria recomendava assinalar sempre, pelo menos a maior dimensão da peça” e finalmente pedia especial atenção para que não se mutilasse os objetos fotografados nas extremidades e para que tomassem cuidado com relação as “deformações decorrentes da perspectiva forçada” (MEC, 1948: 2). Para a fotos de quadros e painéis as recomendações eram para que fosse fotografados “a prumo e bem de frente, evitando-se os reflexos e demais efeitos perturbadores”. E, finalmente, sugeria ao profissional que recorresse a “filtros apropriados a fim de garantir, no preto e branco, o fiel registro do valor relativos das cores” (MEC, 1948: 2).

Já o *Plano de trabalho* de Lúcio Costa constitui-se em um documento de oito páginas em que são feitas várias recomendações de medidas de ordem geral que tinham o intuito de aparelhar a sede no Rio de Janeiro e os Distritos espalhados pelo Brasil, de corpos de técnicos especializados, além de formar equipes que “pela sua natural disposição se mostrem capazes de, em condições propícias e pelo próprio esforço, tornarem-se, com o tempo, especialistas na matéria” (COSTA, 1949).

Devido aos problemas e deficiências da documentação recolhida naquele momento, tanto de ordem técnico-artística, constantes nos inventários fotográficos – que deveriam ser “completos e acompanhados de plantas” –, quanto às informações de natureza histórico-elucidativas – que deveriam ser uma “compilação de dados, tanto quanto possível precisos, sobre a história da construção desses monumentos e da execução dessas obras” –, Lúcio Costa recomendava a “paralisação quase completa” dos projetos em andamento e o cancelamento de novos serviços até que as ações propostas por ele fossem postas em prática. Mesmo reconhecendo que as medidas eram extremas, o arquiteto recomendava que as providências fossem tomadas “a fim de que, no menor prazo, a Divisão de Estudos e Tombamento possa dispor de material de trabalho adequado” (COSTA, 1949: 2).

As recomendações do segundo item do *Plano* referiam-se especificamente às equipes a serem formadas para a coleta de material que comporia os inventários fotográficos. Lúcio Costa sugeria:

[...] A criação, na sede e em cada um dos distritos, de pequenas “equipes” incumbidas unicamente de batidas sistemáticas para colheita de material de inventário, não somente nas regiões acessíveis, como também principalmente nas zonas de acesso

difícil servidas de caminhos antigos. Equipes constituídas de um fotógrafo e um técnico habilitado – possivelmente a mesma pessoa – ambos com gosto por essa espécie de aventura que deverá ser levada a cabo sem pressa, com o espírito esportivo próprio dos caçadores e com o mesmo zelo e determinação de que dão mostra os viajantes catadores de antiguidades (COSTA, 1949: 4).

Lúcio Costa ainda recomendava que essa tarefa não deveria ficar sob a responsabilidade dos chefes dos distritos que, geralmente absorvidos pelos problemas corriqueiros, tinham a tendência de “adiar indefinidamente esse gênero de providência”. Complementava ainda que as equipes (ou o indivíduo que agrupasse as duas habilidades) tivessem certa autonomia “a fim de se garantir a eficiência e o bom êxito do empreendimento” (COSTA, 1949: 4).

Além disso, o arquiteto recomendava que cada distrito deveria possuir:

[...] um aparelho ‘Leica’, ou similar, completo, e contratar com fotógrafo competente um curso prático de fotografia com o propósito de fazer de cada um dos funcionários técnicos da repartição um fotógrafo habilitado, capaz de fazer a sua própria documentação nas viagens de reconhecimento, pesquisa e inspeção (COSTA, 1949: 4-5).

A descrição da equipe sugerida por Lúcio Costa, com um fotógrafo que tivesse gosto para aventura, espírito esportivo e determinação, parece a descrição baseada no perfil do jovem Assis Horta, contratado por Rodrigo M. F. de Andrade dez anos antes daquele plano de trabalho.

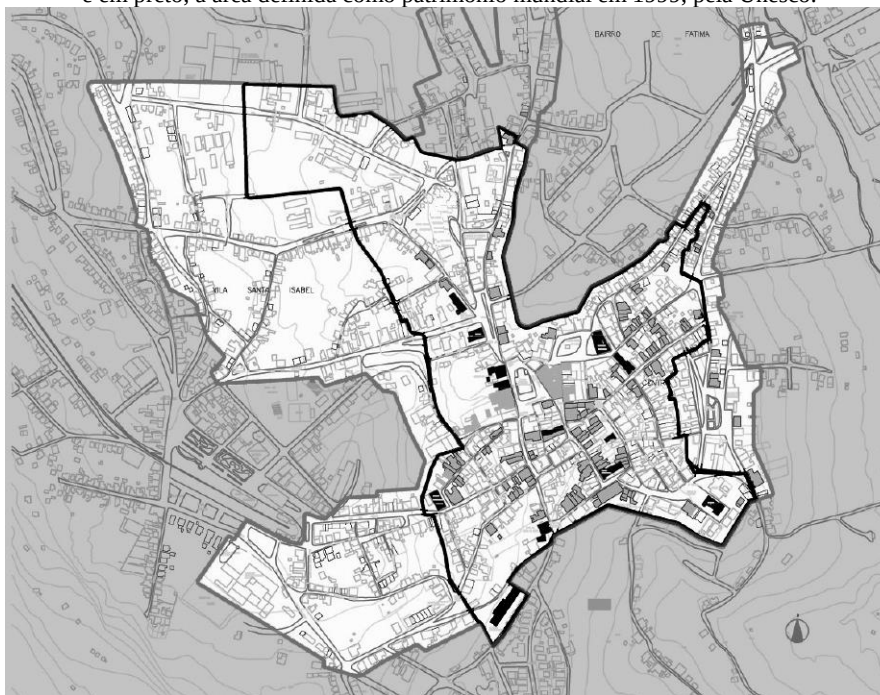
Foram, portanto, a *Portaria nº 3*, de 1948, e o *Plano de trabalho para a divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN*, de 1949, que orientaram o olhar dos fotógrafos do Patrimônio, determinando assim escolhas como ângulos, enquadramentos e o uso correto da luz.

Como fotógrafo “freelancer”, Horta foi o responsável pelo levantamento fotográfico do sítio histórico tombado pelo SPHAN em 1938. Mais tarde, em 1999, uma parte dessa área, recebeu o título de Patrimônio Mundial pela Unesco. Como aludido, desde 1937, Horta prestava serviços ao SPHAN. Sob orientações recebidas diretamente da sede do Patrimônio no Rio de Janeiro ou do escritório dirigido por Sylvio de Vasconcellos em Belo Horizonte, fez o primeiro levantamento fotográfico do acervo arquitetônico e paisagístico do centro histórico de Diamantina, que em 1938, serviu de base para o tombamento da cidade. Nesse período não havia ainda um escritório do Patrimônio na cidade e o único colaborador era Assis Horta.

A área demarcada no Processo nº 64-T-38, inscrição nº 66, Livro Belas-Artes, fls. 12, data: 16.V.1938, inclui construções datadas dos séculos XVIII e XIX. Além dos aspectos peculiares da

cidade, como as ruas pavimentadas com pedra irregulares, do tipo “pé-de-moleque”, construções em taipa e madeira, com variado tipo de janelas, balcões e telhados, o tombamento dos bens incluiu os principais monumentos históricos: igrejas, residências, o Museu do Diamante e a Biblioteca (SOUZA, 1984).

Figura 1: Mapa de Diamantina com delimitação do sítio histórico tombado em 1938 pelo IPHAN (linha cinza) e em preto, a área definida como patrimônio mundial em 1999, pela Unesco.



Fonte: GONÇALVES (2010) apud IPHAN/MG, INBIS/Domínio público.

O mapa (figura 1) realizado por ocasião da realização do inventário INBI-SU, que embasaria a candidatura de Diamantina à Patrimônio da Humanidade, ilustra o documento feito pelos técnicos do SPHAN, usando como base o levantamento fotográfico feito por Horta, em 1938¹³. No mapa fica demonstrada a extensão do trabalho feito por Horta, que acabou sendo efetivamente tombado pela

¹³ Criado em 1994, o Inventário Nacional de Bens Imóveis de Sítios Urbanos Tombados (INBI-SU) é uma metodologia desenvolvida pelo IPHAN que se aplica em três abordagens distintas e inter-relacionadas: a pesquisa histórica, os levantamentos físico-arquitetônicos e o levantamento de dados sócio-econômicos, que visam criar uma base segura de informações técnicas para agir e legitimar as ações do IPHAN. A metodologia visa também a diminuição de atritos com a população local valorizando as características específicas de cada região e da natureza dos bens culturais. (KISHIMOTO, Deborah Padula. **A gestão do patrimônio: estratégias da preservação do patrimônio cultural na cidade de Parnaíba – Piauí.** Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. p. 29 Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Deborah%20Padula%20Kishimoto.pdf>>. Acessado em 15/11/2016).

Unesco em 1999. O trabalho pioneiro de Horta contribui efetivamente para o reconhecimento de Diamantina como Patrimônio Cultural da Humanidade¹⁴.

O interesse de Rodrigo M. F. de Andrade pela cidade o levou a conhecer Assis Horta. A relação profissional entre Rodrigo e Horta transformou-se em amizade, daí as referências emocionadas do fotógrafo sobre o amigo até os dias de hoje. Não é raro Horta contar “causos” ilustrativos da sua convivência com o “Dr. Rodrigo” como ainda chama o antigo chefe.

A primeira equipe do SPHAN sediada em Diamantina era constituída pelo fotógrafo Assis Horta, responsável pelo trabalho de campo e pelo advogado João Brandão Costa, responsável pela atividade jurídica, burocrática e pela correspondência do escritório do SPHAN na cidade. No final dos anos 1960, Brandão foi designado diretor do Museu do Diamante. Os dois funcionários do escritório se reportavam diretamente à Sylvio de Vasconcellos, chefe do 3º Distrito e da Coordenadoria Regional do SPHAN, em Belo Horizonte, e, eventualmente, à Rodrigo M. F. de Andrade, no Rio de Janeiro¹⁵. Uma outra função de Horta, extraoficialmente, era recepcionar os funcionários do Patrimônio e intelectuais que chegassem em Diamantina. Essa função muito agradava o fotógrafo e muitos desses visitantes se tornaram seus grandes amigos. Foi o caso de Judith Martins, que esteve algumas vezes na cidade¹⁶. Em uma dessas viagens, quando estava trabalhando na inventariação dos bens que fariam parte do acervo do Museu do Diamante – Horta tinha ficado responsável por fazer a primeira seleção e organização dos bens a serem adquiridos para o museu –, Judith ficou tão amiga do diamantinense que se tornou madrinha de um de seus filhos¹⁷.

A partir de outubro de 1945, a repartição passou a contar também com o auxílio do fotógrafo diamantino Celso Werneck, que foi contratado como técnico de engenheiro. Werneck, no entanto, trabalhou poucos meses para o SPHAN e mudou-se definitivamente para Belo Horizonte no ano seguinte¹⁸.

¹⁴ Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-brazil/historic-centre-of-diamantina/>>. Acessado em 14/05/2016.

¹⁵ Sylvio Carvalho de Vasconcellos (1916-1979) foi arquiteto e historiador, autor de inúmeros estudos, artigos e livros sobre o Barroco Mineiro e suas cidades históricas. Foi chefe do 3º Distrito da DPHAN, em Belo Horizonte, de 1939 a 1969. Foi um dos precursores da arquitetura modernista brasileira em Minas Gerais. *Verbetes*. (GRIECO, 2013).

¹⁶ Judith Schmitz Martins (1903-2000) nasceu em Juiz de Fora. Historiadora formada pela Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), começou a trabalhar para o SPHAN em 1936 como secretária de Rodrigo M. F. de Andrade. Mais tarde passou a integrar o quadro de pesquisadores da instituição. Dona Judith, como era chamada por Assis Horta, manteve contatos profissionais e de amizade com o fotógrafo.

¹⁷ Entrevista de Isnard Horta concedida ao autor em 29/07/2016.

¹⁸ Celso Werneck Machado foi projetista, construtor e fotógrafo diamantinense com quem Assis Horta trabalhou de 1936 a 1939. Werneck chegou a prestar serviços como fotógrafo, eventualmente, ao SPHAN e quando se mudou de Diamantina para Belo Horizonte (entrevista de Isnard Horta concedida ao autor em 29/07/2016).

Com o fim do Estado Novo e com a redemocratização que ocorreu a partir de 1945, o SPHAN passou a ser denominado Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). As representações estaduais foram oficializadas com a criação de quatro distritos além da sede no Rio de Janeiro¹⁹. Dentro dessa nova estrutura, a Divisão de Estudos e Tombamentos, por meio da sua Seção de Arte, passou a ser responsável pelos inventários que precediam os estudos técnicos que comporiam os processos (BRASIL, 1946 *apud* THOMPSON; GRIECO, 2016)²⁰.

Os pedidos de fotografias partiam da sede da DPHAN no Rio de Janeiro via cartas e telegramas. Rodrigo M. F. de Andrade ou D. Judith, sua secretária na época, solicitavam fotos e informações sobre o andamento de obras e trocavam com João Brandão e também com Horta, impressões sobre o trabalho que estava sendo desenvolvido na época. Na correspondência entre a Sede e o 3º Distrito, em Diamantina, hoje boa parte arquivada no Arquivo Central da instituição, podemos constatar que além de fotografias, também falavam sobre os prestadores de serviços como carpinteiros e pedreiros, sobre as solicitações de proprietários – tanto para autorizarem obras como também solicitando ajuda financeira para a manutenção do imóvel tombado –, assuntos ligados ao cotidiano trabalhista (salários, férias e abonos), assim como trocavam notícias sobre familiares e sobre a vida política da região. Da mesma forma, Costa e Horta se comunicavam com o chefe e sua secretária no Rio de Janeiro. Nas oportunidades em que Horta vinha à capital para comprar equipamento e material fotográfico, não perdia a oportunidade de visitar Dr. Rodrigo e D. Judith.

Pelo temperamento amistoso e com facilidade para transitar entre os políticos e autoridades da Igreja local, Horta recebia, além de encomendas de fotografias, também a incumbência de interferir, em nome do Patrimônio, na medida do possível, em situações em que deveriam ser feitos pedidos e até mesmo no gerenciamento de conflitos, e assim chegar às autorizações e resoluções que beneficiassem o SPHAN²¹.

¹⁹ Além da Sede no Rio, o DPHAN possuía escritórios regionais distribuídos em quatro Distritos Regionais responsáveis pelo patrimônio cultural localizado em suas respectivas regiões. O primeiro Distrito, com sede em Recife, deveria cuidar da Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas; o segundo abrangia Bahia e Sergipe, com sede em Salvador; o terceiro, Minas Gerais; e o quarto, São Paulo.

²⁰ Decreto nº. 20,303, de 2 de janeiro de 1946. Aprova o regimento da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro/DF. 1946. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20303-2-janeiro-1946-327737-publica_caooriginal-1-pe.html>. Acessado em 29/01/2017.

²¹ O fotógrafo Assis Horta era um cidadão respeitado na comunidade diamantinense. Além dos círculos religiosos e políticos, foi também membro da diretoria do Clube de Acaiaca, respeitada instituição social frequentada pelas famílias locais, onde foi eleito como “diretor sportivo” em 18/12/1944, na chapa que tinha Dr. João Brandão Costa como presidente e o futuro prefeito da cidade, Dr. José Machado Freire, como conselheiro fiscal. (Jornal **A Estrela Polar**, edição de 01/01/1945, p. 4). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=851760>>.

Um exemplo desta abordagem é descrito na carta de 12 de novembro de 1946, em que Horta relata a Rodrigo que

[...] Conforme o seu pedido, logo que cheguei, entreguei as cartas que trouxe aos reverendos senhores Arcebispo Monsenhor Gabriel e Pe. Walter. Adianto ao senhor que as mesmas tiveram ótima acolhida, prontificando os reverendos a ceder as peças de valor artístico e religioso. A prataria da Catedral o senhor Arcebispo disse-me que iria consultar o Cabido Metropolitano, de acordo com o regulamento deles.

[...] Quanto à biblioteca, não podemos tratar, pois o prefeito não tomou posse do cargo. É de lamentar que o prefeito atual seja o senhor José Machado Freire, que já embarcou para Belo Horizonte, onde irá tomar posse. Comunico que o novo promotor de justiça, que substituiu o Dr. Chalita, deu hoje denúncia ao juiz do Dr. José Machado, dando assim início ao processo. (ACI/RJ. Série *Arquivo Técnico Administrativo/HORTA*, Assis. Caixa 031, pasta 152. Doc. 6 e 7)²².

Na mesma carta, Horta comenta com o chefe sobre um pedido de material para obras e sobre o comportamento de um carpinteiro contratado pelo SPHAN:

Estamos à espera do material, máquinas etc. para passarmos para a sede do serviço na casa do Padre Rolim. O José Lopes vai bem, parece mais interessado pelo serviço (talvez resultado da carta que o senhor lhe mandou). (ACI/RJ. Série *Arquivo Técnico Administrativo/HORTA*, Assis. Caixa 031, pasta 152. Doc. 7)²³.

Segundo Gonçalves (2010) o tombamento do acervo arquitetônico e paisagístico de Diamantina, em 1938, e as três décadas seguintes, são fundamentais para compreensão dos “pressupostos teóricos e das questões pragmáticas enfrentadas na intricada tarefa à qual se lançou, pioneiramente, o corpo técnico do recém criado órgão” (GONÇALVES, 2010: 7). A partir do resgate de documentos e correspondências, nos arquivos do IPHAN, no Rio, em Belo Horizonte e em

&pasta=ano%20194&pesq=Sr.%20Jos%C3%A9%20Machado%20Freire>. Acessado em 29/01/2017. Horta foi eleito 2º Tesoureiro do Aero Clube de Diamantina em 10/02/1946, na mesma chapa em que José Machado Freire atuava como Conselheiro Fiscal. (Jornal **A Estrela Polar**, edição de 03/02/1945, n. 5, p. 1). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=851760&PagFis=144&Pesq=Jos%C3%A9%20Machado%20Freire>>. Acessado em 29/01/2017.

²² José Machado Freire foi nomeado prefeito de Diamantina em 25/11/1946, em substituição à Luiz Kubitschek de Figueiredo, irmão de Juscelino Kubitschek, que naquele período exercia o cargo de Deputado Federal pelo PSD. (Jornal **A Estrela Polar**, edição de 01/12/1946, n. 47, p. 1). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=851760&PagFis=144&Pesq=Jos%C3%A9%20Machado%20Freire>>. Acessado em 29/01/2017.

²³ A antiga residência do padre José da Silva e Oliveira Rolim, atualmente Museu do Diamante, está localizada na rua Direita, na área central de Diamantina e possui especial importância por se integrar, de forma singular, ao aglomerado construtivo, pois trata-se de importante área livre, permitindo assim, que se destaque o ritmo escalonado dos telhados e torres das igrejas na paisagem urbana. Assis Horta trabalhou tanto no projeto de restauro do prédio como na captação de obras que mais tarde comporiam o museu. Disponível em: <<http://museudodiamante.museus.gov.br/museu-do-diamante/sobrado/>>. Acessado em 29/01/2017.

Diamantina, a pesquisadora pôde avaliar as relações entre a população da cidade candidata a ter seus bens tombados, a prefeitura local e o órgão federal, representado à época por Rodrigo. M. F. de Andrade.

Para a pesquisadora, documentos que integram os arquivos do IPHAN (ACI-RJ) deixam evidente o pioneirismo da ação de tombar conjuntos urbanos no Brasil, ao mesmo tempo que, mostram a preocupação do diretor do Instituto em estabelecer parâmetros que pudessem nortear ações futuras. Fica evidente também que o órgão federal esperava a cooperação das prefeituras municipais “em prol de um objetivo comum” que só deveriam autorizar obras na área demarcada após prévia autorização do SPHAN (GONÇALVES, 2010: 125).

Devido a pressões políticas, escassez de verbas e falta de mão de obra capacitada, a delimitação da região onde haveria a proteção do SPHAN em Diamantina só foi definitivamente demarcada na década de 1940. Gonçalves (2010) atesta o ocorrido usando como exemplo o ofício encaminhado pelo prefeito de Diamantina, Edson Lago Pinheiro, em 1945. No documento endereçado à Rodrigo M. F. de Andrade, o prefeito relata “certo descontentamento” devido à crise de habitações que estaria afetando, principalmente a classe operária e solicita a visita do diretor de SPHAN, ou de um técnico de urbanismo indicado por ele, à Diamantina para que, em conjunto com a sociedade local, estudassem a possibilidade de ser feito um novo estudo para o tombamento da zona urbana²⁴.

Assis Horta não somente foi o fotógrafo que registrou Diamantina mas também aquele que fez registros em boa parte de Minas Gerais, de norte a sul do estado. Entre 1937 e 1945, fez levantamentos fotográficos, plantas de imóveis e pesquisas históricas para tombamentos, além de Diamantina, no Serro, Minas Novas, Berilo, Chapada, Virgem da Lapa, etc. De 1945 a 1967, já como servidor público, sob o comando de Sylvio de Vasconcellos, trabalhou para o registro, preservação e restauração de bens tombados e na organização do Museu do Diamante e da Biblioteca Antônio Torres, em Diamantina, e do museu da Casa dos Ottoni, no Serro. Paralelamente, desde 1973 até 1978, o fotógrafo desenvolveu atividades para o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico do Estado de Minas Gerais (IEPHA) onde pôde registrar monumentos e casarios em cidades de todas as regiões do estado (LIMA *et al*, 2008).

Conclusão:

²⁴ PINHEIRO, Edson Lago *apud* GONÇALVES, 2010. Ofício ao diretor Rodrigo M. F. de Andrade, encaminhado em 07/05/1945. ACI/RJ-SO. Cx. 106, pasta 481/481.3.

Os pesquisadores do IPHAN têm se esforçado para destacar nomes e obras relegados a certo esquecimento. No entanto, a dimensão do arquivo, o acesso restrito a verbas específicas e o número pequeno de pesquisadores torna o trabalho lento, embora indispensável. A *Série Obras*, parte do acervo do Arquivo Central do IPHAN (ACI/RJ), com milhares de fotografias que registraram as restaurações em edificações tombadas pelo Instituto, promete ser o universo em que Assis Horta se destacará pela quantidade, e possivelmente, também pela qualidade dos registros feitos. O cruzamento de recibos de pagamentos, correspondências entre o escritório regional de Diamantina e a sede no Rio de Janeiro, e a quantidade de restaurações feitas em prédios importantes em Diamantina entre 1937 e 1967, dão ideia do tamanho do material a ser creditado em nome de Assis Horta. O arquivo pessoal de Horta, atualmente em sua residência em Belo Horizonte, é outra fonte de pesquisa de grande importância – atualmente com acesso restrito apenas a familiares e pessoas próximas – e também guarda informações e imagens relevantes. Certamente, com o aumento do interesse a respeito da obra de Assis Horta e consequente aumento no número de pesquisas nos arquivos citados acima, novos e importantes dados poderão ser acrescentados à biografia desse grande retratista brasileiro e pioneiro fotógrafo do Patrimônio.

Bibliografia:

ANDRADE, Mário de. “*Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional*”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 271-287, 2002.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. **Conservação de conjuntos urbanos**. In: _____ *Rodrigo e o SPHAN*. Ministério da Cultura; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro, 1987: 86.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Viagens ao passado: os intelectuais e a sacralização de Ouro Preto**. Revista *Mosaico*. Vol. 2, n.3. Rio de Janeiro: PPHPBC – FGV, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/62788/61923>>. Acessado em 08/11/2016.

BRASIL. **Decreto nº 21.175**, de 21 de março de 1932. Institui a carteira profissional. Rio de Janeiro/DF, 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 09/02/2017.

COSTA, Eduardo Augusto. **Arquivo, poder, memória**: Herman Hugo Graeser e o Arquivo Fotográfico do IPHAN. (Tese de Doutorado). IFCH Unicamp. 2015.

COSTA, Lúcio. “*Plano de Trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento – DET da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN, 1949*”. In: PESSÔA, José (Org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004: 86-89.

FONSECA, Brenda Coelho; CERQUEIRA, Telma Soares. “*Mapeamento preliminar das atividades dos fotógrafos no IPHAN (1937-1987)*”. In: GRIECO, Bettina Zellner (Org.). **Entrevista com Erich Joachim Hess**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2013: 9-38. (Memórias do Patrimônio, 3).

GRIECO, Bettina Zellner (Org.). **Entrevista com Erich Joachim Hess**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2013. (Memórias do Patrimônio, 3).

HARAZIM, Dorrit. “*O clique único de Assis Horta*”. In: **Revista Zum**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n.7, 2014: 32-55.

HORTA, Isnard Monteiro. **Cartas de viagem**: Assis Alves Horta, 1954. Belo Horizonte: Edição do autor, 2015.

LIMA, Francisca Helena B; MELHEM. Mônica M; CUNHA, Oscar Henrique de Brito e. “*A fotografia na preservação do patrimônio cultural: uma abordagem preliminar*”. In: **Cadernos de pesquisa e documentação IPHAN**. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

MEC. **Portaria n. 3**, de 8 de janeiro de 1948. Fotografias de obras de valor artístico e histórico. Rio de Janeiro/DF, 1948.

SOUZA, Wladimir Alves de. (coordenação e pesquisa). **Guia dos bens tombados**: Minas Gerais. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1984.

THOMPSON, Analucia; GRIECO, Bettina. “*Um fotógrafo do Patrimônio: Erich Hess*”. In: **Museografia e arquitetura de museus**: Fotografia e memória. Rio de Janeiro: Rio Books, 2016.

TURAZZI. Maria Inez. “*Introdução – uma cultura fotográfica*”. In: **Revista do Patrimônio** (Fotografia). Rio de Janeiro, n. 27, 1998: 7-15.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 02

A pluralidade das formas de pensar e agir na segunda metade do século XIX.

Coordenadores:

Gueise de Novaes Bergamaschine - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Thalita Moreira Barbosa - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

A proposta do presente simpósio temático é, mais que mapear, demonstrar a pluralidade da sociedade da segunda metade do século XIX em suas mais diversas formas do ser, seja individualmente ou coletivamente, as particularidades ou os lugares comuns, as trajetórias de grupos ou indivíduos, famosos ou não, suas redes de sociabilidade, as estratégias para angariar prestígio ou posição na sociedade oitocentista e as diversas formas de viver, para uns, e de sobreviver, para outros, na segunda metade do século XIX.

Meros desconhecidos ou grandes heróis, solitários ou defensores de uma causa, grupos ou indivíduos, esquecidos ou fenômenos midiáticos, criticados ou aclamados, o objetivo do simpósio é abordar a multiplicidade de vidas e modos de pensar e agir, seja através da prática biográfica ou prosopográfica, seja com enfoque cultural, político ou social.

Dada a diversidade de cenários ao longo do século XIX, privilegia-se na presente proposta a segunda metade do século, principalmente o período do segundo reinado, podendo estender-se até o início do século XX, para os casos em que a relevância do estudo ajude na compreensão das mudanças sentidas pela sociedade com o fim do regime monárquico e começo do regime republicano.

Espera-se construir-se assim um espaço privilegiado de interlocução entre pesquisadores da sociedade oitocentista, em suas mais diversas formas e campos, para a troca de experiências, informações e conhecimentos acerca dos diversos perfis sociais que só são percebidos ao darmos voz a multiplicidade que cada tempo histórico comporta em si.

Para tanto, tais narrativas devem ser percebidas enquanto modo de apreensão de uma experiência pessoal ou da experiência de um grupo social a partir de suas relações entre indivíduo, grupo e sociedade, para que as dimensões e condicionantes culturais e políticos também sejam considerados na análise da sociedade em questão, colaborando para o enriquecimento dos saberes relacionados ao contexto estudado.

A CONSTRUÇÃO DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA A PARTIR DA CRIAÇÃO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (1838)

Stéfany Sidô Ventura¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é mapear e analisar grandes lastros do pensamento histórico e político-social brasileiro. Neste sentido, o passado colonial, a presença indígena, as mestiçagens tornam-se centrais na narrativa histórica brasileira. Compreender como se dava os diálogos e a construção argumentativa, de autores ligados ao IHGB, na produção da História Nacional é fundamental para perceber os polos de convergência e divergência na criação de uma memória nacional.

Palavras chave: Historiografia; Brasil; nação.

THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN HISTORIOGRAPHY FROM THE CREATION OF THE BRAZILIAN HISTORICAL AND GEOGRAPHICAL INSTITUTE (1838)

Abstract:

The objective of this work is to map the analysis of Brazilian historical and social-political thinking. In this sense, the colonial past, the indigenous presence, the miscegenation becomes central in the Brazilian historical narrative. Understanding how the dialogues and the argumentative construction of authors related to the IHGB were produced in the production of National History is fundamental to understand the poles of convergence and divergence in the creation of a national memory.

Key words: Historiography; Brazil; nation.

¹ Mestranda em História – Universidade Federal de Minas Gerais.

- A produção de uma história do Brasil:

O fenômeno das academias literárias brasileiras, ou academias brasílicas, no século XVIII, estimulou a produção intelectual sobre geografia e história. Fundada em 1759, a Academia Brasílica dos Renascidos propunha “escrever a História Universal Secular, Eclesiástica e Geográfica da América Portuguesa com o objetivo comum de construir de um ponto de vista americanista da história do continente.” (KANTOR, 2003, p.53). Isso se deveu a um processo de secularização do Ocidente. Pensar o Império Português em uma perspectiva global implicava colocar a América como objeto histórico e resultava na integração de povos não cristãos à história da humanidade. Dessa forma, marcava um novo momento na concepção entre a história sagrada e profana, e também uma nova concepção de tempo.

A produção histórica brasileira, até este momento (século XVIII), baseava-se numa tradição clássica de história, marcada pela circularidade do tempo, permanência da condição humana e pelo pedagogismo do exemplo. A história do Brasil era marcada, principalmente, pela descrição de seu território e de sua natureza e pela indicação de nomes e momentos ilustres².

François Hartog (2004), ao trabalhar o conceito de Regimes de Historicidade, propõe a hipótese de que cada época produziria, em seus sujeitos, distintas formas de apreensão do tempo histórico. Logo, passado, presente e futuro seriam compreendidos em acordo com as mudanças sociais – de modo que, cada tempo, partindo de uma abordagem histórica, produziria sua própria interpretação e esta variaria conforme a passagem do tempo histórico.

O “antigo regime de historicidade” concebido sob história *magistra vitae* (história como mestra da vida) compreendia que, a partir de uma construção retrospectiva da história, o presente se apoiaria num processo de imitação em que os exemplos do passado serviriam de orientação para os gestos e atitudes dos sujeitos no tempo presente. Assim se justificaria a importância dada às narrativas míticas, fabulosas e de viagem³.

² Marc Bloch, em “Apologia da História ou O Ofício de Historiador” (2001, p.56-57) aponta para a extrema importância dada aos fatos originários na construção da narrativa histórica. “O ídolo das origens” sempre evoca as formas embrionárias de quem somos herdeiros e devedores.

³ Os relatos de viagem valem-se das quatro operações descritas por Hartog (2004, p. 24), em sua retórica da alteridade. Ver, ouvir, dizer e escrever configuram a chave para percepção da diferenciação e da autoafirmação. A partir do momento em que o viajante e/ou narrador produz sua história, cria para si e para quem o ouve/lê sujeitos definidos e identificados como “nós” e os “outros”. A marcação da diferença produz a autêntica singularidade da identidade.

Desde a criação da Academia Real da História Portuguesa (em 1720), os historiadores régios propunham uma clara distinção entre a história sagrada e profana; diferenciando os planos da investigação heurística do trabalho hermenêutico, propriamente dito. O uso do método crítico era condição para validação das interpretações. De modo que, as narrativas fundadas em tradições orais, fábulas ou descrição de milagres só adquiriam alguma plausibilidade somente quando fundadas nas regras da boa crítica, ou seja, na comprovação documental dos acontecimentos descritos. (KANTOR, 2002, p. 57)

Faz-se necessário ressaltar as reflexões a partir de uma moderna concepção de história em que há uma função pragmática do conhecimento. Essa nova formulação da história exprime uma reorganização do tempo, que Catroga (2009/2010) indica como o “alargamento do método histórico-filológico.” (2009, p. 67). Com isso, há importantes contribuições para a formulação de uma historiografia capaz de organizar as narrativas, no sentido de dar forma e substância às representações totalizadoras, com intuito de forjar a própria história.

No século XIX, principalmente após a instauração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), acadêmicos e literatos, estimulados pela busca da verdade e do sentido da história, amparados pelo valor do documento⁴, pelo recolhimento e verificação de fontes, se ocupavam de pensar em estratégias de apreensão, compreensão e construção de uma história nacional. Como indica Januário da Cunha Barbosa, no *Discurso no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1839, “nossa história, dividindo-se em antiga e moderna, deve ser ainda subdividida em vários ramos e épocas, cujo conhecimento se torne de maior interesse aos sábios investigadores da marcha da nossa civilização.” (BARBOSA, 2010, p.22).

Também membro da elite ilustrada brasileira, Raimundo José da Cunha Matos, em 1839, escreve *Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil*. Neste, entende a história como uma “ciência de narrar ou descrever os acontecimentos presentes e os passados” (MATOS, 2010, p.123), evidenciando distinções entre seções principais (história geral) e subdivisões (história particular). Indicava também que a história do Brasil deveria ser escrita a partir de três distintas épocas: a primeira seria a dos aborígenes ou autóctones; a segunda

⁴Maria da Glória de Oliveira (2006, p.72) indica como o trabalho profissional do historiador, sofreu variações. De tarefas oficiosas à produção de credibilidade, o historiador incorpora “regramentos específicos da investigação histórica” (OLIVEIRA, 2006, p.72). A indicação de fontes, citações, a incorporação de textos e documentos aos estudos indicam e garantem, de forma persuasiva, o leitor sobre a quantidade de leitura e qualidade de seus estudos. Neste sentido, o passado colonial brasileiro seria compreendido, por historiadores brasileiros do séc. XIX, através de crônicas e relatos de viagens. Estas fontes históricas seriam centrais para reconstituir e compreender a história colonial. Oliveira (2006, p. 90) afirma a existência de um “aparato crítico moderno”, presente na operação histórica que estaria focado pela lógica, coerência entre os relatos e testemunhos, cunhado pela perspectiva quantitativa e ocular para validação.

referia-se às áreas do descobrimento e administração colonial e por último à soberania do povo brasileiro.

Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, Von Martius (1843) faz algumas observações a respeito do percurso da história brasileira, e aponta que, apesar de inestimáveis, as obras que tratavam de forma particular as províncias, os fatos e os acontecimentos, não satisfaziam “as exigências da verdadeira historiografia”. (VON MARTIUS, 2010, p. 82). Para o autor, a história se cerca de crônicas, fatos insignificantes e monotonia, e tais características prejudicam sua narração. A história nacional seria “a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças Ethiopica e Índia.” (VON MARTIUS, 2010, p. 82).

Francisco Adolfo de Varnhagen publicou dois volumes da obra intitulada *História Geral do Brasil* (1854 e 1857) e propôs uma construção histórica capaz de articular um passado uno e a existência de uma nação brasileira. Por meio do levantamento de dados e documentos históricos, pôde-se dizer que houve a verificação de uma coerência na unidade nacional e a partir disso foi possível entender os elementos modelares para o futuro. O passado colonial foi tomado como constitutivo do processo de criação da experiência nacional.

A proclamação da República em 1889 implicou uma nova fase da produção intelectual brasileira. O ambicioso plano de instauração da República abarcava, não somente a ordem política, mas também a social e cultural, a fim de construir e legitimar a nação brasileira.

A grande produção historiográfica nacional, bem como o desenvolvimento do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), contribuiu para a construção da história da recém independente nação. Construindo uma memória e uma narrativa histórica nacionais, identificando limites, fronteiras, fauna e flora brasileiras, a expectativa era reunir e expor elementos nacionais comuns, a fim de estimular a identidade brasileira, resultando na formulação do patriotismo e amor ao país.

O projeto de República que se pretendia construir no Brasil tinha suas limitações estruturais, ideológicas e práticas. A República continha em sua gênese pressupostos de ordem sectária, produtores de diferenciações que ditavam, em última instância, quais seriam os cidadãos da nova ordem política que se colocava. A história, nesse sentido, ficou incumbida de um diagnóstico capaz de apontar e conduzir a nação por caminhos de superação de seus entraves (do passado e do presente), direcionando-a para a civilidade e a modernização no futuro.

Com a existência de uma população heterogênea, a questão da raça tornou-se palco de discussões nos meios intelectual e científico, a fim de compreender, entre outros aspectos, a formulação, a existência e o futuro do povo brasileiro.

Desafios americanos: dos tipos mesológicos e suas formas de presença na Nação:

- Para entender as leituras:

Em 1859, o evolucionista Charles Darwin publica e divulga a obra *A origem das espécies*. As ideias expressas no livro de Darwin tornaram-se paradigmáticas na Antropologia, Sociologia, História, nas Ciências em geral e na Política. Nas palavras de Schwarcz (1993) “as máximas darwinistas transformavam-se, aos poucos, em referência obrigatória, significando uma reorientação teórica consensual.” (SCHWARCZ, 1993, p. 55).

Apoderando-se, subvertendo e profanando os conceitos presentes na publicação de Darwin, pensadores da época - darwinistas sociais e etnólogos culturais - valeram-se destes para produzir uma leitura escalonada das sociedades, atribuindo-lhes estágios de civilidade e barbárie mensurados por padrões de evolução. O “outro”, atrasado e incivilizado, encaixava-se nas descrições do exótico, do selvagem, do que precisava ser vencido frente a uma sociedade que pulsava pelo progresso e desenvolvimento⁵.

Tão logo, essas ideias possibilitaram e influenciaram a produção de conceitos universalizantes que distanciavam as questões da liberdade, livre arbítrio e capacidades dos sujeitos. As patologias, a anormalidade e as tendências à degeneração eram predisposições presentes na raça. Nas palavras de Todorov (1993) “toda diferença é sentida como falha” (TODOROV, 1993, p. 124).

Serge Gruzinski (2015), no livro *A águia e o dragão: ambições européias e mundialização no século XVI* faz uma interessante colocação:

Desde a Antiguidade, nós, isto é, os gregos, os romanos, os cristãos, os europeus, e depois os ocidentais, criamos o hábito de chamar os outros de ‘bárbaros’. A distância entre as linguagens e os modos de vida para os gregos, a diferença religiosa para os cristãos, a

⁵A reorganização mundial pós a estruturação das Repúblicas na América Latina e pós-primeira guerra colocam novos elementos. A construção da identidade nacional, o povo, os princípios da nacionalidade, o tipo nacional, a nação, e a raça se articulam no discurso construtor e formulador, de acomodação dessa “nova” realidade. O conceito de raça, que anteriormente era uma categoria tipológica, aproxima-se da perspectiva de nação. Fontes das mais diversas vozes, discursos e representações, a raça torna-se palco de disputa na constituição e fortalecimento de estados nacionais.

inferioridade técnica, militar e cultural para os europeus do Renascimento e das Luzes e, no sec. XIX, a raça, reavivaram incansavelmente essa distinção. O termo ‘bárbaro’ tornou-se chave mestra a tal ponto que se aplica até a europeus quando se trata, em Maquiavel, de denunciar a intrusão de estrangeiros no solo da pátria. (GRUZINSKI, p.175, 2015)

O que se apresenta aqui, de forma geral, é um processo de longa duração da “barbarização” das diferenças. Assim, como apontado por Todorov (1993), a não aceitação da diversidade humana sob uma concepção universalista - a existência de valores universais - encarnou por diversas vezes um teor etnocêntrico que buscava provar que valores particulares deveriam ser parâmetro para generalizações e julgamentos universais.

Civilização e progresso, termos privilegiados da época, eram entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas como modelos universais. Segundo os evolucionistas sociais, em todas as partes do mundo a cultura teria se desenvolvido em estados sucessivos, caracterizados por organizações econômicas e sociais específicas. Esses estágios, entendidos como únicos e obrigatórios – já que toda a humanidade deveria passar por eles – seguiam determinada direção, que ia sempre do mais simples ao mais complexo e diferenciado. (SCHWARCZ, 1993, p.58)

O Iluminismo inaugura um padrão civilizatório essencialmente marcado pela superioridade europeia. A demarcação de civilizado e bárbaro atravessa a pretensa unidade, que forja uma Europa dirimida de particularismos e regionalismos, a fim de que haja uma única cultura e identidade. Nas palavras de Todorov “grande parte do pensamento dessa época se dedica a representar o homem em ‘geral’, para além de suas variantes” (TODOROV, p. 22, 1993).

Essa formulação do modelo “hegemônico” e etnocêntrico tomou forma do discurso colonizador e se interpôs em discussões a respeito das disputas de poder, político, econômico e intelectual entre europeus, asiáticos, africanos e americanos. Nesse sentido, “o ‘bárbaro exterior’, representado por meio de estereótipo pelo negro africano, pelo índio americano ou pelo mongol asiático, encontrava-se assim satisfatoriamente explicado e localizado nos estágios primitivos de evolução” (FERLA, p.35, 2009).

A “missão civilizatória” europeia seria parte do “fardo do homem branco”, disseminando aos colonos a vontade de ascender os “estágios de evolução”. A civilização, como indica Elias (1994), vinculava-se à domesticação das paixões, ao controle dos instintos, ao refinamento, às artes, às ciências e às letras⁶.

⁶ Francis Wolff, na obra “Quem é bárbaro?” (2004) formula uma interessante problematização acerca dos paradigmas contidos nas análises dos conceitos de civilização e barbárie. O autor argumenta que diferente da dicotomia estanque,

- Contexto brasileiro:

No caminho da formulação historiográfica brasileira- bem como da nação - intelectuais e letrados buscavam construir uma história nacional capaz de abranger a realidade do país. Compreender as possíveis particularidades (físicas, morais e intelectuais) da sociedade brasileira era crucial para se pensar o desenvolvimento histórico, os trânsitos e mesclas instauradas aqui.

Para Von Martius (2010), havia elementos fundamentais e distintivos da nossa formação, caracterizados pelo encontro e mescla das três raças: “a de cor de cobre ou americana, a branca ou caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica.” (VON MARTIUS, 2010, p. 64). O autor acredita que cada uma destas raças, que compunham a formação do povo brasileiro, possuía uma índole particular, bem como um movimento histórico característico. O português seria aquele que “poderosamente influiria”, enquanto “descobridor, conquistador e senhor”, porém, dentro da perspectiva de uma histografia-pragmática, não se podiam desprezar as influências físicas, intelectuais e morais de indígenas e negros no total da população.

O autor Silvio Romero (1979), ao analisar a formação da nacionalidade brasileira, aponta incisivamente para a robusta influência lusitana e para o fator transformador que seria o processo de integração e miscigenação com negros e índios:

Assim, se estudarmos nossas origens, desde que foram lançadas as bases da nossa nacionalidade, encontramos o nosso genuíno ascendente europeu: a gente de Camões e não outra qualquer... Quem somos nós? Um prolongamento da civilização lusitana, um povo luso-americano, o que importa dizer que este povo, que não exterminou o indígena, encontrado por ele nessa terra e ao qual se associou, ensinando-lhe a sua civilização, que não repeliu o negro, a quem comunicou os seus costumes e a sua cultura, predominou, entretanto, pelo justo e poderoso influxo da religião, do direito, da lida, da moral, da política, da indústria, das tradições, das crenças, por todos aqueles invencíveis impulsos e inapagáveis laços que movimentam almas e ajuntam homens. (ROMERO, 1979, p. 211)

Romero (1953), afirma que o Brasil seria, por essência, um país mestiço, “os brancos puros e os negros puros que existem no país, e ainda não estão mesclados pelo sangue, já estão mestiçados pelas ideias e costumes, e o estudo dos hábitos populares e da língua fornece a prova dessa verdade” (ROMERO, 1953, p. 60-61). Desse modo, compreendia que o Brasil era um país diverso e em

concernentes aos conceitos, na prática um e outro podem se entrecruzar. Sociedades civilizadas não estão eximidas de cometer atitudes bárbaras. Apesar das críticas e releituras produzidas pelas Ciências Sociais e História aos conceitos tratados, Wolff os aceita e os toma como operativos de análise para se pensar a realidade. Indica que a necessidade de utilização dessas categorias se dá no limite do retrospecto histórico, pois foram noções utilizadas politicamente.

formação, pois não tinha um tipo étnico definido e determinado originalmente. Afirmava, contudo, que por meio de um extenso e longo processo, as raças indígena e negra, dadas como inferiores, se fundiriam, dando, assim, origem ao mestiço: uma figura genuína na formação da nação. Essa figura avançaria rumo ao progresso e à evolução, a partir do processo de regeneração à raça branca.

Para Manoel Bomfim (1940/1993) Portugal é, inicialmente, o fator decisivo e dominante na formação nacional, mas após o momento original, demais valores são agregados à concepção do povo brasileiro, valores estes advindos de índios e negros. A partir de tipos raciais distintos temos a formação das gentes brasileiras e suas “formas sociais particulares”.

Fora tolíce supor que sejam somente essas influências hereditárias, recebidas dos povos ibéricos, que pesam sobre o caráter das populações latino-americanas; estas são as predominantes, dir-se-ia, mesmo, as determinantes; mas é inegável que as raças indígenas, no geral, e os negros africanos, nos países onde esta emigração foi grande – que tais elementos influíram também na fisionomia moral e intelectual das novas sociedades, se bem que numa proporção muito mais reduzida do que se pensa. Há duas razões para que esta influência não fosse muito sensível. Em primeiro lugar, os indígenas e negros, sendo povos ainda muito atrasados, não possuíam, nem qualidades, nem defeitos, nem virtudes, que se impusessem aos outros e provocassem a imitação. Almas rudimentares, naturezas quase virgens, eram eles que, nesse encontro e entrecruzamento de raças, sofriam a influência dos mais cultos e os imitavam. (BOMFIM, 1993, p. 237)

Bomfim compreendia o contato inicial com os índios como a possibilidade da exploração e da prosperidade. Porém, com a moral “parasitária” portuguesa o índio foi escravizado, gerando assim a exploração dos “instintos inferiores dos gentios” (BOMFIM, 1993, p. 11) e da mesma forma se fez com os negros. Portanto, na perspectiva do autor, é inviável a confecção de uma história nacional sem levar em consideração o português, o índio e o negro. Ainda que índios e negros tenham uma influência diminuta - em relação aos portugueses - são agentes de transformação e produção do povo brasileiro.

Outro autor dedicado a compreender a formação e organização nacionais foi Oliveira Vianna. Ele entendia que a formação do caráter nacional sofreu influência de “homens de raça branca, homens de raça vermelha, homens de raça negra, homens mestiços” (VIANNA, 1991, p. 15), resultando nas mais variadas combinações das três raças. O problema étnico nacional só se traduz de forma antropológica e etnológica, pois há igualdade política e de oportunidades sociais para todos.

Essa complexidade de tipos antropológicos é acrescida pela complexidade dos tipos psicológicos. Cada uma das três raças formadoras tem a sua mentalidade própria; de modo que o psique nacional resulta do conjunto de três mentalidades inconfundíveis, extremamente diferentes na sua estrutura íntima. Os tipos cruzados, diversíssimos no ponto de vista

antropológico, são por isso, também diversíssimos no ponto de vista psicológico – e a sua mentalidade é a mistura incoerente e heterogênea dessas três mentalidades irredutíveis: a de um selvagem, a de um bárbaro e a de um civilizado. (VIANNA, 1991, p.27)

O “largo e extenso caldeamento” (VIANNA, 1991, p.27) resultante no povo brasileiro deve ser considerado para se compreender o futuro irreversível da apuração genética, na qual mestiços seriam um benefício eugênico, sendo esse um fator de arianização da população brasileira ao longo de algumas décadas. Para o autor, índios e negros eram subdivididos em grupos, não podendo ser tratados como uma massa uniforme na conformação nacional. Dessa forma, eram escalonados, internamente, por Vianna, em superiores e inferiores, relativamente próximos e suscetíveis à civilização.

O corpo teórico preocupado com a formação e conformação nacionais, entre o final do século XIX e décadas iniciais do século XX, aponta a impossibilidade de se compreender o Brasil sem a interação e a integração das três raças.

O português, menos refractario á fusão do que outros povos, juntou-se francamente, em sangue e costumes, aos indígenas. Aproveitou-os, tentou escravizá-los, e cruzou com eles, o que não fizeram outros, principalmente franceses. O português foi o mais humano dos colonizadores, porque foi o que mais cruzou. Essa observação tem de ser fixada para achar a definição do tipo racial e das formas sociais peculiares às gentes brasileiras. O índio é para a Nação Brasileira um fator essencialmente importante, quase decisivo. A nossa nacionalidade foi o que primeiro se pronunciou na America, por ter sido o Brasil o território onde melhor misturaram em feliz combinação os indígenas com os colonizadores. (BOMFIM, 1940, p.09)

As mestiçagens não se dão somente em âmbito biológico. O que se constituiu no Brasil, diferentemente da América Hispânica, e ainda mais distinto do processo histórico europeu, foi a larga mistura de portugueses, negros e - um fator novo - indígenas, produtores de diferenciações e consensos de múltiplas realidades negociadas. O que se tem agora é a necessidade de pensar as particularidades e originalidades da formação brasileira, bem como as distinções entre portugueses e espanhóis, sobre os negros trazidos para cá e as paradigmáticas singularidades dos indígenas brasileiros.

Nesse contexto, o índio, o negro e, do mesmo modo, uma prolífica matriz mestiça são analisados, não somente como elementos constitutivos do Brasil nação, mas também como a apresentação de uma história/ciência/análise produzida no país, por brasileiros que não simplesmente importavam teorias americanas e europeias, mas que tinham seus próprios preceitos. Assim se deu a análise acerca das raças, da nossa capacidade de progresso e civilização frente ao escopo externo.

Para se fazer nação e estar dentre o *hall* das sociedades civilizadas, os intelectuais brasileiros tiveram como tarefa demonstrar como nossas peculiaridades não eram limitadoras⁷. Buscaram assim evidenciar que por meio da capacidade de mistura, da incorporação do negro e do indígena ao *corpus* social do Brasil, seria possível demonstrar nossa capacidade de evolução – moral, cívica e política – rumo ao progresso e à civilização.

Nesse contexto, a história – com ênfase na presença e contribuição indígena – foi refreada, pois na perspectiva de grande parte dos intelectuais que se dedicaram à produção da história do Brasil, havia grandes dificuldades de se encontrar provas testemunhais, documentais ou monumentais que pudessem rememorar a herança da história indígena⁸. Diferentemente de diversos territórios da América Hispânica, como Chile, México, Peru e Equador, a produção de vestígios materiais e documentais das populações indígenas era limitada, ou não estava de acordo com os preceitos de ciência e história que se pretendia fazer na época.

Raimundo José da Cunha Matos (2010) indicava a dificuldade de constituir a história da primeira época dos aborígenes ou autóctones por “falta de monumentos bíblicos ou lapidares que sirvam ao menos para dar uma certa cor de probabilidade às nossas conjecturas” (MATOS, 2010, p. 127). Segundo o autor, quando os portugueses chegaram na terra de Santa Cruz encontraram certa diversidade de idiomas e tribos com quem estabeleceram relações amigáveis e também hostis.

Os jesuítas encontraram a maior parte das tribos brasileiras em estado perfeitamente selvagem; antropófagos e ferozes em uns lugares, pacíficos e mais industriais em outros, e em tudo mui distantes do estado policial das nações que dominavam as planícies do Cusco, os chapadões do Quito, os montes de Popoyan, e os vales de Guatemala e do México ou de Anahuac. (MATOS, 2010, p. 128)

⁷O diplomata, escritor e filósofo francês Conde de Gobineau (século XIX) pesquisou, dentre as diferentes raças, algum apontamento científico que explicasse suas diferenças. Em seus estudos, analisou e avaliou cérebros humanos de diversas raças e concluiu que o tamanho apresentado por cada um estaria ligado à capacidade, e/ou estágio, de civilização e progresso em que cada uma delas se encontrava. A raça ariana (branca) estaria no maior patamar de “humanização” e as variações e combinações das demais causariam a degeneração. Gobineau indicou em seus estudos a impossibilidade de classificar e escalonar os de sangue não puro (mestiços), pois eram ambivalentes e não havia como criar critérios para se classificar, nomear e ordenar com cientificidade e em acordo com o pensamento moderno (SOUZA, 2006, p. 6). Ele acreditava que as sucessivas misturas no sangue faziam com que o homem perdesse seu valor e produzisse indivíduos degenerados. Tal ideia é expressa em seu livro *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1853).

⁸É importante frisar que alguns intelectuais (PITA, 1730; MATOS, 2010; BARBOSA, 2010) se valem da suposta vinda de São Thomé ao Brasil para justificar o anterior contato indígena com a fé cristã e a possibilidade de conversão indígena, mostrando sua capacidade da aceitação de Deus e os preceitos da cristandade. Atribuíam alguns registros e vestígios orais e materiais como ligados à presença de São Thomé, às chagas e à cruz de Cristo.

Segundo o autor, essa raça “perfeitamente selvagem” não lhes dava substâncias para averiguar os fatos memoráveis de seu povo, pois estavam “pouco acima dos irracionais”. Aponta ainda que “sempre foram tão bárbaros que nunca se encontrou, na vasta extensão do império, uma pedra colocada por eles sobre outra para servir de monumento religioso ou histórico.” (MATOS, 2010, p. 131). Como aponta Todorov (2010):

A língua comum e um conjunto de referências compartilhadas constituem o que veio a ser designado por ‘cultura essencial’, ou seja, o domínio de códigos comuns que permitem compreender o mundo e dirige-se a outrem – cultura de base na qual se implantam os saberes próprios das diferentes áreas do conhecimento, arte ou ciência, religião ou filosofia; tais códigos são todos dados previamente e não escolhidos livremente por cada um. (TODOROV, p. 69, 2010)

Von Martius (2010), apesar de considerar os aborígenes do Brasil a prova cabal da possibilidade do desenvolvimento humano – por meio do contato e apuração do estado moral e psíquico com os portugueses –, aponta as dificuldades de se estudar a “história dos habitantes primitivos do Brasil, história que por ora não dividida em épocas distintas, nem oferecendo monumentos visíveis, ainda está envolta em obscuridade” (VON MARTIUS, 2010: p. 67).

A circunstância, porém, de não terem achado ainda semelhantes construções no Brasil certamente não basta para duvidar que também neste país reinava em tempos muito remotos uma civilização superior, semelhante a dos países que acabo de mencionar (México, Bolívia e Equador). Na verdade, mostra a experiência que, mormente, países elevados se encontram vestígios de uma tal civilização dos autóctones americanos, mas apesar disso não somos autorizados por argumento algum a duvidar da sua possibilidade no Brasil. (VON MARTIUS, 2010: p.71)

Dessa forma, Von Martius (2010) aponta que a falta de registros indica a não história e o não passado indígena, mas indica uma fonte de acesso a tipos de documentos históricos manifestos: a língua e a gramática e suas coincidências e dissidências entre os povos indígenas.

Conclusão:

Para se compreender o processo formativo da história brasileira é necessário analisar as formulações gerais do pensamento de época. A produção de uma história nacional tinha, irremediavelmente, que lidar com alguns aspectos ásperos e caros à nossa formação. Na esteira da

história do Brasil havia alguns fatos incontornáveis e constitutivos, não somente da memória, mas do próprio caráter da nação.

A independência brasileira, que ocorreu no século XIX, desencadeou um longo processo de construção da Nação e da busca pela identidade nacional. Ao longo dos séculos XIX e XX, segundo Odália (1997: p. 33-34), há um movimento de (re) constituição da nacionalidade de velhas nações e, também, o processo de independência e de construção da individualidade de antigas colônias.

A produção histórica brasileira, datada entre as décadas finais do século XIX e os anos iniciais do século XX, buscou estruturar a síntese nacional. Cada intelectual, a seu modo, buscou conceber a história brasileira perpassando por elementos centrais. O que se tem é a construção de uma narrativa histórica interessada em compreender e tratar a realidade que se apresentava. Neste processo não há uma mera importação e replicação de teorias europeias e estadunidenses, mas a elaboração de algo novo.

Cabia à História uma dimensão pragmática de constituição e salvaguarda da nação e da identidade nacional. Compreender os fatores e estruturas passados, balizares de um determinado contexto histórico, seria chave para interpretações e para ações práticas de âmbito político, social e econômico. Neste sentido, o historiador tem a função de “guia e controlador das idas e vindas em direção ao passado e ao futuro; ele conduz em suas mãos a luz do reconhecimento do caminho percorrido e do que se deve ainda percorrer; ele o organiza e o demarca; cria e constata argumentos.” (ODÁLIA, 1997, p.45).

Ao estudarmos autores que se dedicaram a interpretar a história e a cultura do Brasil, devemos ser conscientes da necessidade de entendê-los a partir de um sistema histórico/contextual específico. Assim, é relevante analisá-los a partir de suas concepções de mundo, seus trânsitos, suas relações com grupos sociais e políticos. Dessa forma “é preciso refletir mais demoradamente nos elementos e nos fatores que condicionavam sua ação e seu pensamento, e que eles acreditavam ser o cerne para a constituição e a preservação da nacionalidade.” (ODÁLIA, 1997, p. 34)

Esses intérpretes são estudiosos que desenvolveram construções teóricas e analíticas particulares, de maneira singular e original, de forma a ressaltar um ou outro elemento de nossa formulação histórica, colaborando na (re) invenção do Brasil. Assim, esses estudiosos são exemplares para se compreender o processo de formação da historiografia e da identidade nacionais.

Bibliografia:

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Editora Zahar. 2002.
- BOMFIM, Manoel. *A América Latina males de origem*. Rio de Janeiro. Topbooks. 1993.
- BOMFIM, Manoel. *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1940.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A ascensão da insignificância*. Lisboa, Editorial Bizâncio. 2012.
- CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Almeidina, 2009.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária. 1982.
- CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e os modernos. In: NEVES, L. M. B. P. das; GONÇALVES, M. de A.; GONTIJO, R.; GUIMARÃES, L. M. P. (Org.). *Estudos de Historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: FGV, 2011, p. 93-124.
- CHARTIER, Roger. Figuras retóricas e representações históricas. In: *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- DUTRA, Eliana de Freitas (orgs). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte, Autêntica Editora. 2013.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: Alameda, 2009.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo. Global. 2006.
- GOBINEAU, Arthur de. *Essai sur l'inégalité des races humaines*. Paris: Librairie de Firmin Didit Frères, 1853.
- GOMES, Angela de Castro. República, educação e história pátria no Brasil e em Portugal. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009, p. 85-120.
- GRUZINSKI, Serge. *A águia e o dragão: Ambições europeias e mundialização no século XVI*. Editora Companhia das Letras, 2015.
- IGLÉSIAS, Francisco. Prefácio à terceira edição. In: *A organização nacional*. São Paulo. Editora Nacional. 1978.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Editora PUC Rio. 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Editora da Unicamp. 2013.

LIMA, Augusto Sabóia. Apresentação. In: *O problema nacional brasileiro*. São Paulo. Editora Nacional. 1978.

MADEIRA, Marcos Almir. Prefácio. In: *Ensaio inédito*. Campinas. Editora UNICAMP. 1991.

MARTINS, Estevão de Resende. O conceito de história universal (1831). In: *A História pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX*. São Paulo, Editora Contexto. 2010.

MATOS, Raimundo José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de se escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2010.

MAUL, Carlos. Nota Explicativa. In: *O Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre. Companhia Editora Nacional. 1940.

MITRE, Antonio. *O Dilema do Centauro: ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Editora UFMG, 2003.

ODÁLIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. Unesp, 1997.

PAIVA, Eduardo França. "Dar o Nome ao Novo." *Uma História Lexical da Ibero-América entre os Séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o Mundo do Trabalho)*. Belo Horizonte, Autêntica Editores. 2015.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Vol. 5. Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França; FERNÁNDEZ CHAVES, Manuel F.; PÉREZ GARCÍA, Rafael M. (orgs). *Do que estamos falando? Antigos conceitos e modernos anacronismos: escravidão e mestiçagens*. Rio de Janeiro, Garamond. 2016.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. Editora Contexto, 2006.

RAMA, Ángel. *Literatura, cultura, sociedad en América Latina*. Ediciones Trilce, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *As Coletividades Anormais*. Brasília. Edições do Senado, 2006. Federal.

ROIZ, Diogo e SANTOS, Jonas. *As Transferências Culturais na historiografia brasileira*. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. Cap. 5 e 6.

ROMERO, Silvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1953.

ROMERO, Silvio. *Realidades e ilusões no Brasil: parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios*. Petrópolis. Vozes. 1979.

SANTOS, Analice Alves Marinho. *A formação da nação brasileira segundo Manoel Bomfim e silvio romero: debates acerca dos meios e caminhos para a civilização*. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-ANALICE.pdf>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. "O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil." *São paulo: companhia das Letras* (1993): 99-133.

SCHWARTZ, Stuart B. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Laura de Mello e. *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. Parte II: Feitiçaria, práticas mágicas e vida cotidiana.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América: a questão do outro*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TORRES, Alberto. *A organização nacional*. São Paulo. Editora Nacional. 1978.

TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo. Editora Nacional. 1978.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 50, p. 217-235, jan./jun. 2009.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo. História Geral do Brasil. In: ODÁLIA, Nilo. *Varnhagen*. São Paulo: Ática, 1979, p. 33-108.

VIANA, Larrisa. *O idioma da mestiçagem: as irmandades de pardos na América portuguesa*. Vol. 26. Editora Unicamp, 2007.

VIANNA, Oliveira. *Ensaio inédito*. Campinas. Editora UNICAMP. 1991.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro. Nova Aguilar. 2002.

VON MARTIUS, Karl Friederich P. Como se deve escrever a história do Brasil. In: GUIMARÃES, Manoel Salgado (Orgs.). *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 1991.

AS BIOGRAFIAS DE D. PEDRO II E O SÉCULO XX: HISTORIOGRAFIA E PERCEPÇÃO DE TEMPO

Gueise de Novaes Bergamaschine¹

RESUMO:

Este artigo é parte de um estudo sobre as biografias de D. Pedro II escritas por Pedro Calmon. Seu objetivo é tratar do ambiente intelectual das primeiras décadas do século XX analisando dois aspectos de grande influência em sua configuração: a “epidemia biográfica” e a ampliação e renovação do mercado editorial brasileiro através do surgimento das coleções.

PALAVRAS-CHAVE: Biografias, Pedro Calmon, Coleções.

THE BIOGRAPHIES OF D. PEDRO II AND THE TWENTIETH CENTURY: HISTORIOGRAPHY AND PERCEPTION OF TIME

ABSTRACT:

This article is part of a major research about the biographs written by Pedro Calmon about D. Pedro II in the 20th century. The objective here is very clear, to address the issue of the intellectual atmosphere of the first decades of the 20th century dealing with two main aspects: the “biograph epidemic” and the raising of the collections in the Brazilian editorial market.

KEY-WORDS: Biographs, Pedro Calmon, Collections.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGHIS/UFJF). Pesquisa desenvolvida com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). gueise@uol.com.br

Esse artigo é parte de um trabalho que analisa as duas biografias de D. Pedro II escritas por Pedro Calmon. Embora Pedro Calmon seja autor de uma vasta obra historiográfica que perpassa quase todo o século XX, para José Carlos Reis ele seria hoje “pouco conhecido na universidade, pouco estudado e analisado” (2006: 33). Sua forte vinculação ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro – instituição da qual foi presidente por quase duas décadas – pode ter colaborado para que seu trabalho fosse associado a uma forma ultrapassada e conservadora de se escrever a História. Também seu estilo retórico e sua mobilidade – ou mesmo a indefinição – entre o romance e a história parecem ter marcado sua obra.

Além disso, os anos 60 trariam o predomínio de uma visão das Ciências Sociais no Brasil que não favoreceria em nada a recepção da obra de Calmon. Segundo essa visão, toda a produção anterior ao surgimento das Faculdades de Ciências Sociais no Brasil seria considerada pré-científica. Isso colaborou para que alguns autores tivessem suas obras relegadas ao esquecimento, ou pelo menos, ignoradas pelo mundo acadêmico durante vários anos (VENANCIO, 2015: 232).

As duas biografias de D. Pedro II escritas por Pedro Calmon foram publicadas nas décadas de 1930 e 1970. Apesar da evidente relevância que o contexto autoritário vivido no Brasil nessas duas décadas representa para o estudo dessas biografias, e das possibilidades de análise que esse fato representa, o que se busca nesse artigo é um recorte bem mais limitado e específico, mas ainda assim bastante relevante: a caracterização do cenário intelectual que se desenhava quando da publicação da primeira biografia, ou seja, nas primeiras décadas do século XX.

Justifica-se com alguma facilidade a importância de tal recorte. A diversidade que parece ter caracterizado a intelectualidade nas primeiras décadas do século XX talvez possa ser um indicador do ambiente profícuo que se configurou ali. Para Ângela de Castro Gomes

O desafio de pensar a cultura brasileira entre a primeira e a segunda metade do século XX será inútil se desconsiderarmos a existência e a convivência entre as muitas culturas do país – a escrita, a impressa, a oral, a de origem erudita, a de tradição popular -, bem como os diferentes entendimentos, naquele momento, sobre o que deveria ser considerado e definido como cultura brasileira (DUTRA, 2013a: 229).

Além da “convivência entre as muitas culturas”, a diversidade também parece ter marcado o que seria, ainda segundo a autora, o princípio organizador dos diversos discursos, diagnósticos e estratégias dos intelectuais da época: a reivindicação de uma identidade nacional (DUTRA, 2013a: 229).

A análise desse ambiente cultural profícuo onde o Brasil foi tratado de forma tão plural, pode ser de interesse para pesquisadores cujo âmbito de estudo vai muito além da obra de Pedro Calmon. A análise que propomos aqui se mostra interessante sobretudo para os estudiosos do gênero biográfico, uma vez que pretendemos tratar o ambiente intelectual das primeiras décadas do século XX através de dois aspectos que o caracterizaram, quais sejam: a popularidade das biografias e a importância do papel das coleções para a popularização dos livros em geral, e das biografias especificamente.

1.1 Epidemia Biográfica:

Em fins da década de 1920, Alceu Amoroso Lima diagnosticava no Brasil uma “verdadeira epidemia biográfica” (GONÇALVES, 2009: 198). O maior interesse pelos relatos de trajetórias individuais como as memórias, autobiografias e biografias parece estar associado a uma “crise de valores éticos e políticos” desencadeada após a Primeira Guerra Mundial (SCHMIDT, 2013: 209). Para Benito Bisso Schmidt o conflito abalava a crença nos modelos estruturais e nos princípios de racionalidade científica. Surgia então, em contrapartida, um movimento de valorização do ser humano e um redimensionamento do seu poder de ação frente aos condicionamentos históricos e culturais.

No entanto, as transformações não eram somente éticas, eram também estéticas. No momento imediatamente posterior à I Guerra Mundial, surgiram polêmicas que “reivindicaram e fizeram valer o *moderno* na criação artística e literária brasileira, pugnando, ao fim, pelo desmonte do que passou a ser lido como *tradição*” (GONÇALVES, 2009: 194, grifo do autor). No Brasil, essa tendência fica bastante evidente com o modernismo da década de 1920.

O cenário tornou-se então, terreno fértil para uma discussão que brotara na Europa e daria frutos aqui: a renovação dos padrões da narrativa biográfica e o surgimento da biografia moderna e/ou romanceada, em que os biografados apareceriam mais humanizados, capazes de personificar os aspectos grandiosos, mas também os aspectos miseráveis da condição humana. O gênero biográfico se renovava.

Desde então, escrever biografias seria, segundo a concepção de André Maurois, “fazer da escrita da vida de outro um romance verossímil e cativante” (GONÇALVES, 2009: 201). Claro que isso implicava também em uma mudança na forma do texto. Não só o tratamento dado aos

biografados se alterava, mas também a narrativa, que deveria ser envolvente, cativar e prender o leitor até o final da trama.

Os fundamentos da biografia moderna teriam sido descritos na obra *Aspectos da biografia* (1929) de André Maurois (GONÇALVES, 2009: 200). De fato, coube a Maurois (1885-1967), Lytton Strachey (1880-1932) e Emil Ludwig (1881-1948), considerados os precursores da biografia moderna, não só a criação da metodologia para se chegar a uma nova escrita biográfica, como também as obras que se tornaram paradigmáticas do novo modelo. Em 1921, Strachey publicou a obra que o consagraria, uma biografia da rainha Vitória em que “Vitória é mais mulher que rainha” (LORIGA, 2011: 24).

No Brasil, os intelectuais repercutiram e dialogaram com os intelectuais europeus. Aqui a discussão sobre o processo de renovação da escrita biográfica envolveu nomes como os de Alceu Amoroso Lima, Lúcia Miguel Pereira, Humberto de Campos, Edgard Cavalheiro, Luiz Viana Filho, entre outros. Intelectuais de formação diversa repercutiam e davam sua colaboração em um debate que alteraria nossa produção intelectual alterando ética e esteticamente a escrita biográfica.

Para Tito Tolentino, toda essa discussão demonstra que havia, nas primeiras décadas do século XX no Brasil, “um debate consolidado e crítico acerca do fazer biográfico” (2009: 20). No entanto, para o autor, esse debate

foi esquecido pela história da historiografia pós-1945 que, talvez por estar ajustada aos ‘moldes convencionais da ciência histórica’, não pôde voltar seu olhar para estes intelectuais que se precipitavam nas questões sobre a relatividade do conhecimento histórico, de sua relação com a literatura, com a arte, assim como, da possibilidade de superação destes impasses mediante o diálogo ou o afastamento entre história e literatura (TOLENTINO, 2009: 20).

1.1.1 Bem longe da epidemia, no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro:

No século XIX, dentro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro “os trabalhos biográficos estiveram longe de desempenhar um papel secundário ou mesmo de terem contestado o seu valor historiográfico” (OLIVEIRA, 2009: 20). Através das biografias dos “brasileiros ilustres” se representava “a excelência do homem comum, letrado, benfeitor da humanidade e, sobretudo, um exemplar servidor do Estado” (OLIVEIRA, 2009: 16). Como destaca Schmidt, embora essas histórias não guardassem interesse em si, interessavam na medida em que compunham um “panteão de papel” onde o que se constituía, sob uma perspectiva de longa duração, era a história da nação (2013: 208)

No entanto, o fim do século XIX e o início do século XX trouxeram mudanças das mais significativas para a instituição. Ao mesmo tempo em que se nota uma perda da importância dada à vida dos “brasileiros ilustres” dentro do Instituto, pode-se notar ainda o uso dos panegíricos e elogios fúnebres, por ocasião de alguns eventos e datas comemorativas. Podia-se notar um afastamento entre o movimento de renovação da escrita biográfica e o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.

Há ainda que se notar outra tendência que se desenvolvia no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro: seu esforço diante da necessidade de tirar o estado imperial do que havia sido denominado “deserto do esquecimento”. A expressão era de Joaquim Nabuco que, em seu discurso de posse no IHGB denunciou o estado pelo qual passava a escrita da história do Brasil. Para ele, a República tentava se afirmar passando uma borracha no passado recente do país e apagando sobretudo a figura central desse período, o Imperador. “A ideia é que entre Tiradentes e José Bonifácio de um lado e Benjamim Constant de outro, isto é, entre a Independência e a República, estende-se um longo deserto de quase setenta anos, a que posso dar o nome de deserto do esquecimento” (NABUCO, 1896 *apud* GUIMARÃES, 2007: 79).

A despeito dos conhecidos vínculos de Nabuco com a Monarquia, e a despeito mesmo da evidente aproximação do Instituto com as autoridades da República, o IHGB parece ter considerado apropriado o diagnóstico de Joaquim Nabuco. Algumas iniciativas foram propostas para reverter o quadro, entre elas a realização de um congresso de história nacional que abrangesse o período de 1500 a 1871. Note-se que o recorte temporal privilegia duas tendências do IHGB, uma mais recente, de suscitar a produção de estudos históricos sobre o período imperial, e outra presente desde os primeiros anos do IHGB de se excluir os acontecimentos contemporâneos da operação historiográfica promovida pela instituição (GUIMARAES, 2007: 82). Com isso se reafirmava a necessidade do distanciamento como condição *sine qua non* para a isenção na escrita da história.

Além do congresso, se iniciou em 1905 um movimento no Instituto – mais precisamente nas pessoas de Max Fleiuss e Afonso Celso – que visava a revogação do banimento imposto aos membros da família Bragança e o traslado dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz Teresa Cristina para o solo brasileiro. Lúcia Paschoal Guimarães destaca como, ao longo das negociações e pronunciamentos, se buscava desvincular D. Pedro II do regime que ele representava. Além disso, todos os cuidados eram tomados para “não melindrar as alas republicanas mais radicais” (GUIMARÃES, 2007: 169). Afinal de contas, no início do século XX os restos mortais do Imperador ainda poderiam ser considerados uma “ameaça sentimental às conquistas positivas do sistema político

republicano, [...] tão dilatada era a idolatria popular pela figura veneranda do monarca” (LACERDA, 1912, *apud* GUIMARÃES, 2007: 166).

Fato é que o movimento do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e os acontecimentos que mergulharam a República na crise que culminou com a Revolução de 1930 colaboraram para a reabilitação da imagem do Imperador e abriram caminho para a conciliação entre República e Império. Desatado da condição de Imperador, sua figura se fortalecia como um “governante exemplar”, “cidadão nacionalista e símbolo de patriotismo”, uma espécie de antítese “de todos os vícios que abalavam a credibilidade do regime republicano” (GUIMARÃES, 2007: 174). Importante destacar que tudo isso acontecia com a aquiescência e até a participação mais ou menos direta dos governos republicanos que, para além da ameaça, reconheciam na figura do Imperador também um manancial de credibilidade do qual era mister se aproximar.

1.2 Coleções Brasileira e Documentos Brasileiros:

Os anos de 1930 são reconhecidamente um período de enormes alterações no mercado editorial brasileiro. Se os anos de 1920 no Brasil nos apresentam um cenário de livros caros, com circulação restrita, edições pouco atraentes e consequentemente poucos leitores, esse quadro se alteraria drasticamente a partir dos anos de 1930 com tiragens maiores, edições mais bem-acabadas, melhor remuneração dos autores e principalmente, novas estratégias de distribuição que incluíam a venda de livros em açougues, lojas de ferramentas e farmácias (DUTRA, 2004: 4).

As mudanças faziam parte de um projeto de setores da intelectualidade republicana que pretendiam “civilizar a nação, através do poder pedagógico e transformador dos livros” (DUTRA, 2004: 6). Mas também eram fruto dos avanços do capitalismo no mercado editorial do Brasil nos anos de 1930. A nova postura comercial é sintetizada por Monteiro Lobato, figura de proa no processo de renovação do mercado editorial: “faço livros e vendo-os, exatamente o negócio do que faz vassouras e vende-as, do que faz chouriço e vende-os” (DUTRA, 2004: 5).

O processo de popularização do livro contou com uma importante fórmula editorial que marcaria o século XIX na França e que se expandiria pelo mundo: as coleções. No Brasil houve o surgimento de importantes coleções, dirigidas por grandes figuras do meio intelectual brasileiro, que através de sua curadoria “estabeleciam o que era fundamental ser lido para se conhecer o Brasil” (VENANCIO, 2015: 253). Inserir um autor e um livro em uma coleção significava “torná-lo parte de

uma produção editorial coletiva, na qual cada um dos volumes deve, de alguma forma representar a ideia totalizadora” (VENANCIO, 2015: 253).

Em 1931 a Companhia Editora Nacional criou a *Brasileira*. Ela era uma subsérie de um projeto editorial maior chamado Biblioteca Pedagógica Brasileira que se subdividia em cinco subséries: Literatura Infantil, Atualidades Pedagógicas, Livros Didáticos, Iniciação Científica e *Brasileira*. A *Brasileira* teria sido “um dos maiores empreendimentos editoriais da Nacional, destinado a reunir um conhecimento sistemático sobre o Brasil, ainda hoje sem equivalente na história da edição do país” (DUTRA, 2004: 7).

Um texto assinado por Edgard Cavalheiro e publicado em 1957 nas comemorações do 30º aniversário da Editora Nacional, celebra o fato de que o escritor brasileiro houvesse encontrado “editor que se aventurava a tiragens de 20 a 30 mil exemplares” (CAVALHEIRO, 1957 *apud* DUTRA, 2004: 3). Nessas comemorações alguns artigos de imprensa falariam de 70 milhões de volumes publicados pela editora. Esse número, fornecido pela própria editora, tentava demonstrar que ela de fato havia “fundado uma nova realidade para o mercado de livros no Brasil” (DUTRA, 2004: 6).

A Coleção Documentos Brasileiros é um projeto editorial com objetivos similares que, ao lado da *Brasileira*, foi “igualmente fundamental para os rumos da vida intelectual do país e o destino dos estudos históricos e o futuro da historiografia” (DUTRA, 2013b: 52). Publicada pela José Olympio, ela surge em 1936 dirigida por Gilberto Freyre. A partir de 1939 passa para a direção de Octávio Tarquínio de Sousa sob a qual permanece por vinte anos. Autor de importantes biografias, Octávio Tarquínio foi um aliado do gênero biográfico dentro da coleção. Sob sua direção, em um intervalo de cinco anos, dos vinte e nove volumes publicados pela Documentos Brasileiros, treze teriam caráter biográfico ou memorialístico. Para Franzini, Tarquínio estaria alinhado com os princípios de renovação do gênero biográfico e teria dado um passo a mais nesse sentido. Tarquínio teria estabelecido “um vínculo indissociável entre biografia e história” e teria feito da biografia um instrumento de modernização da historiografia brasileira (FRANZINI, 2006: 123).

1.3 Considerações Finais:

Uma aproximação com o mercado editorial das primeiras décadas do século XX, através da análise de alguns de seus aspectos - como sua renovação, ampliação e surgimento das coleções - nos

dá importantes indícios sobre a circulação e alcance dos livros. Para Eliana de Freitas Dutra, eles teriam sido “instrumento fundamental da cultura, seu destino se identificaria com o da civilização brasileira, como índice, produto e objeto de cultura” (2013a: 229).

Além disso, acompanhar os acontecimentos desse período nos permite perceber como intelectuais brasileiros participaram e contribuíram para o movimento de renovação que alteraria ética e esteticamente os padrões da escrita biográfica. Se o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro se mostrava afastado do movimento de renovação, de certa forma influenciava na escolha dos temas a medida que se esforçava para lançar luzes novamente à história do império resgatando-a do “deserto do esquecimento”.

Os dois aspectos tratados nesse artigo permitem entrever, mesmo através de uma análise de escopo bastante limitado, o cenário cultural de grande vitalidade e complexidade que se configurou nas primeiras décadas do século XX no Brasil.

Referências Bibliográficas:

DUTRA, Eliana de Freitas. E no começo era o livro... In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Olhando para Dentro (1930 – 1964)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013a.

DUTRA, Eliana de Freitas. Companhia Editora Nacional: Tradição editorial e cultura nacional do Brasil dos anos 30. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: < <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e historiadores na Coleção Brasileira: o presentismo como perspectiva? In: _____ (Org.). *O Brasil em Dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013b.

FRANZINI, Fábio. *À Sombra das Palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da Historiografia Nacional (1936-1959)*. São Paulo: USP, 2006. Tese de Doutorado.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. Mestiço, pobre, nevropata: biografia e modernidade no Machado de Assis de Lúcia Miguel Pereira. In: GOMES, Ângela C.; SCHMIDT, Benito B. (Orgs.). *Memórias e narrativas autobiográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola palatina ao Silogeu*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

LORIGA, Sabina. *O pequeno X: da biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Calmon a Bonfim*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SCHMIDT, Benito B. Escrever biografias no Brasil hoje: entre inovações e modelos tradicionais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (Org.). *O Brasil em Dois Tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

TOLENTINO, Thiago Lenine Tito. *Monumentos de Tinta e Papel: Cultura e política na produção biográfica da Coleção brasileira (1935-1940)*. Belo Horizonte: UFMG, 2009. Dissertação de Mestrado.

VENANCIO, Giselle Martins. *Oliveira Viana entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

UMA REAVALIAÇÃO DA HISTÓRIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO NO IMPÉRIO DO BRASIL ATRAVÉS DE SUAS INSPIRAÇÕES FRANCESAS (1869-1889)

Dievani Lopes Vital¹

Resumo:

Constitui objetivo geral da pesquisa de Doutorado a ser apresentada perscrutar as inspirações francesas que orientaram a propaganda da parcela republicana do movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império, em seu contexto de emergência, no Brasil das décadas de 1870-1880. Para isso, tomamos as práticas discursivas dos seus agentes mais destacados, empregando jornais, discursos em conferências, obras bibliográficas. Sustentamos que à medida em que se aproximaram as Comemorações do Centenário da Queda da Bastilha (1889), no Império do Brasil, a “proposta revolucionária” cresceu em meio as opções disponíveis aos nossos republicanos para solucionar a ‘questão do regime’. Acreditamos que da tradição republicana secular da França veio boa parte da inspiração para essa saída alternativa.

Palavras-Chave: Republicanismo brasileiro; Repúblicas Francesas; Revolução.

UNE RÉÉVALUATION DE L'HISTOIRE DU MOUVEMENT RÉPUBLICAIN DANS L'EMPIRE DU BRÉSIL À TRAVERS DE SES INSPIRATIONS FRANÇAISES (1869-1889)

Résumé:

L'objectif général de la recherche de Doctorat présentée consiste en investiguer les inspirations française de la propagande de la portion republicaine du mouvement politique-intelectuel contestataire des structures de L' Empire, dans les décades de 1870 et 1880. Pour ça, nous choisissons les pratiques discursives des leurs agents plus détachés. Nous employons journaux, discours en conférence, oeuvres bibliographiques. Nous affirmons que dans la mesure où se sont approchées les commémorations du Centenaire de la Chute de la Bastille (1889), dans l' Empire du Brésil, la « proposition révolutionnaire » ont crû parmi les options disponible aux républicains brésiliens pour résoudre la « question du régime ». Nous croyons que de la tradition républicaine seculaire française est venue une partie de l' inspiration pour cette sortie alternative.

Mots-clés: Republicanisme brésilien; Républiques françaises; Révolution.

¹ Mestre e Doutorando pelo Programa de pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes. E-mail de contato: dievanilopesvital@yahoo.com.br.

Jucá- (...) Tem que resolver essa porra.... Tem que mudar o governo pra estancar essa sangria.

Machado- Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].

(...)

Machado- É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.

Jucá- Com o Supremo, com tudo

(...).

Jucá- [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem ‘ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma] (VALENTE, 2016).

O diálogo transcrito acima é fruto de uma conversa gravada em março de 2016, divulgada pelo Jornal *Folha de São Paulo* em maio daquele mesmo ano, uma conversa entre o ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o senador Romero Jucá do PMDB. Nela ambos discutem um pacto para retirar do poder a presidente eleita Dilma Rousseff (PT), de modo a paralisar as investigações da Operação Lava-Jato, a fim de “estancar a sangria” da classe política brasileira, investigada pela operação num esquema bilionário de corrupção na Petrobrás.

A conversa é reveladora no sentido em que aponta uma saída “à brasileira” para a crise política no âmbito de uma verdadeira negociação, envolvendo membros das elites políticas dirigentes da nação, dos poderes do Legislativo e do Judiciário. A referida saída inconstitucional para a crise política e econômica, a que se abateu sobre o país desde o término do segundo turno das eleições de 2014, encontra paralelos com outros momentos dramáticos de transição política na história republicana do país, como os episódios relacionados com as datas de 1889, 1930, 1937, 1964.

A ausência do elemento popular e da radicalidade disruptiva, nesses processos de transição política, são pontos recorrentes em seus estudos pela historiografia brasileira consolidada no assunto. Referenciados trabalhos do campo enfatizam o caráter conservador da “mudança dentro da ordem” operada através de “transições pactuadas”, feitas “por cima”, numa atmosfera deliberativa reservada e restrita à ação das elites dirigentes, muitas vezes os principais atores levados em consideração no cenário político da história do país².

² A esse respeito ver: CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados**: O Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. SP: Cia das Letras, 1987; CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992, p. 86-96; SCHULZ, John. **O Exército na Política**: Origens da Intervenção militar – 1850-1894. SP: Editora da USP, 1994, cap. 3; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, cap. 11; FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. Ed. São Paulo: Editora Globo, 2001, cap. XII; VIANA, Oliveira. **O Ocaso do Império**: Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p 81-110; FAUSTO, Boris; HOLANDA, Sérgio Buarque (org.) **Do Império à República**. Introdução Sérgio Buarque de Holanda. Ed. 7. RJ: Bertrand Brasil, 2005, p. 316-328. v. 7. Sobre o processo

Constitui objetivo da pesquisa descrita no artigo que se lê investigar as inspirações francesas que orientaram a propaganda da parcela republicana do movimento político-intelectual de contestação às estruturas do Império, em seu contexto de emergência, no Brasil das décadas de 1870-1880. Em outros termos, busca-se investigar o significado da França republicana de 1792, 1848 e, principalmente, a de 1870 para o incremento da propaganda do movimento republicano no país, através das práticas discursivas dos seus agentes mais destacados, empregando para isso jornais, discursos, obras bibliográficas.

Parte-se da hipótese de que à medida em que aproximaram as comemorações do Centenário da Tomada da Bastilha, no Império do Brasil, houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista, por parte de membros da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida em amplitude no país. Nessa conjectura, acreditamos que da tradição secular republicana da França veio boa parte do ideal que inspirou os agentes brasileiros na concepção dessa segunda via.

Observando criticamente alguns dos mais destacados trabalhos da historiografia especializada na história republicana brasileira, percebemos que dos anos de 1889, 1930, 1937, 1964, 1985 se enfatiza, sobretudo, o caráter conservador da “mudança dentro da ordem” que assume os processos de transição política no país³. No período dos anos 30, por exemplo, em abordagens recentes, observa-se a ruptura da ordem anterior mediante um rearranjo intra-elites envolvendo apenas a alta cúpula política do país, a classe política, o empresariado, as oligarquias regionais, o Exército, não problematizando acerca da participação dos demais atores no cenário nacional⁴. A pesquisa em andamento procura mostrar que a ênfase excessiva dada à “mudança dentro da ordem”, baseada em concessões e conciliações, muitas vezes nos impede de vislumbrar uma maior dinamicidade em

de modernização conservadora, de transição “pelo alto”, ver: FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. 13 ed. SP: Editora Brasiliense, 1991, cap. 11; VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicalismo no Brasil**. 4. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, cap. 3. Sobre a discussão em torno da participação popular no processo de reabertura política no contexto da redemocratização (1985) do país ver: LACERDA, Gislene. A militância possível: Entre brechas conquistadas e concedidas, sociedade civil pressionou por abertura. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 10, n 114, p. 26-28, março 2015.

³ Acreditamos que esse ponto de vista pode ser empregado para reavaliar interpretações que tratam da história brasileira antes mesmo da data do advento da República, podendo ser estendido a 1822. Sobre a visão conservadora da história brasileira, a qual procuramos repensar, ver: MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O Contexto da Independência. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem Incompleta**: a experiência brasileira (1500-2000). SP: Editora SENAC, 2000; MERCADANTE, Paulo. **A consciência Conservadora no Brasil**: Contribuição ao Estudo da Formação Brasileira. 4 ed. Rio de Janeiro: editora Universidade: Topbooks, 2003.

⁴ Cf. nota 1. Ver também: PRESTES, Anita Leocádia. **Os militares e a reação republicana**: as origens do Tenentismo. Petrópolis: Vozes, 1994, cap. 3; VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O Teatro das Oligarquias**: uma revisão “política do café com leite”. Belo Horizonte: Editora C/ Arte, 2001.

movimentos operados dentro do tecido social brasileiro, principalmente em meio àqueles segmentos que se apresentaram defensores da mudança, como é o caso dos agentes envolvidos com a propaganda republicana no Brasil, iniciada nos anos de 1870.

No que diz respeito ao período de decisivas mudanças estruturais iniciadas no Império a partir de meados do século XIX⁵, e ao movimento republicano ensejado no contexto, em oposição ao regime monárquico assentado economicamente na escravidão africana, a pesquisa em curso deseja se contrapor a essa visão conservadora presente na historiografia tradicional e em trabalhos recentes. Pretende-se confrontar essa visão conservadora do processo de mudança com os discursos dos agentes selecionados do movimento republicano, nos momentos em que discutem a via pela qual se pretendia instaurar a república no país, em substituição à monarquia bragantina.

Acredita-se ainda que procurar compreender o ponto de partida da propaganda republicana no Império do Brasil levando em consideração o seu ponto de chegada, qual seja, o desfecho dos acontecimentos ocorridos entre os idos de 1888-1889, a república militarista, aristocrática e excludente, não apenas cria uma interpretação conservadora do processo mudancista ocorrido em fins do XIX no nosso país, como também marginaliza os agentes que tiveram suas propostas de república, e de como concretizá-las, derrotadas na prática, como é o caso exemplar de Silva Jardim.

Aos nossos olhos, esse modo de interpretar o processo de concatenação dos fatos gera o silenciamento dos vencidos, impede-nos de darmos voz a esses agentes que acabam relegados à marginalidade, quando não menos ao esquecimento histórico⁶. Lopes Trovão e, mormente, Silva Jardim ilustram casos máximos do limite que podia alcançar o teor radical da nossa propaganda

⁵ Sobre o conjunto dessas transformações de natureza sociopolítico-econômica, as quais envolvem a abolição do tráfico de escravos, a Lei de Terras, a Reforma da Guarda Nacional, criação do Código Comercial, os surtos de industrialização, o crescimento urbano e populacional, o processo imigrantista, a crise política do meio liberal dos anos 1860, ver: CASALECCHI, José Ênio. **A proclamação da República**. 5 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992; HAHNER, June E. **Pobreza e política**: os pobres urbanos no Brasil 1870-1970. Traduzido por Cecy Ramíres Maduro. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993; COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 6 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 463-8, 479; CARVALHO, José Murilo. **Pontos e Bordados**: escritos de história e política. BH: editora UFMG, 1998, p. 107, 108-127; SCHWARCZ, Lília K. M. Um debate com Richard Graham ou “Com Estado, mas sem nação: o modelo imperial brasileiro de fazer política”. **Dialogos**, DHI/UEM, v. 5, n. 1, p. 53-74, 2001; ALONSO, Ângela. **Ideias em Movimento**: a Geração de 1870 na crise do Brasil Império. SP: Paz e Terra, 2002, p. 77-78; MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**: Cultura democrática e científica no final do Império. RJ: Editora FGV: Editora EDUR, 2007, p. 61; JESUS, Ronaldo Pereira de. **Visões da Monarquia**: escravos, operários na Corte. BH: Argvmentvm, 2009, p. 177; GOMES, Amanda Muzzi. **Fragilidade Monarquista**: das dissidências políticas de fins do Império às reações nas primeiras décadas republicanas (1860-1900). 2012. 373f. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2012.

⁶ Para uma análise de como é produzida a memória histórica, ver: DE DECCA, Edgar Salvadori. **O silêncio dos vencidos**: memória, história e revolução. SP: Brasiliense, 2004, p. 15-28.

republicana. Ambos constituem personagens cujas participações pouca relevância foi dada em nossa história, no processo de passagem do Império à República no Brasil.

Dessa forma, considera-se que a instauração e a formação de uma república de natureza elitista e autoritária em 1891, como um resultado ligado à propaganda, não apenas a ela, como também à intervenção política do Exército, era algo inimaginável, imprevisível por parte dos agentes que aderiram ao movimento a partir dos anos de 1870 no país. Exemplo da imprevisibilidade com a qual se deparavam os republicanos brasileiros que protagonizaram a empreitada da divulgação do ideal republicano pelo país, a partir de 1870, pode ser expresso na famosa frase de uma de suas mais notórias lideranças, o pernambucano Saldanha Marinho. Em um momento de desilusão com o regime republicano instaurado no país em 1891, Saldanha chegou a confessar: “Não era essa a república dos meus sonhos” (MARINHO, 1869: 5).

Não que estejamos querendo demonstrar que em algum momento de nossa história houve uma revolução, de forte viés popular, tendo sido capaz de provocar uma ruptura significativa, e que isso fora negligenciado pelos estudos que tratam de momentos de transição política no Brasil. Mesmo porque os fatos atrelados à nossa história nacional não nos permitem em hipótese alguma sustentar uma tese com esse nível de proporção argumentativa. O que queremos salientar, segundo nosso ponto de vista, é que a ênfase conservadora dada à transição do Império para a República sufoca a possibilidade de observarmos propostas de uma transição não-convencional, concebida e pregada pelos agentes letrados do movimento em mobilização política, por mais de elite que ele próprio fosse, num país maculado pelo analfabetismo das massas, segundo o senso de 1872.

Na análise do percurso trilhado pelo movimento republicano brasileiro desde sua inauguração nos anos de 1870, o enfoque tão-somente no produto do desfecho da crise que se abate sobre a Monarquia no período subsequente à decretação da Lei Áurea (1888), isto é, a República aristocrática e autoritária dos anos de 1890, força uma interpretação teleológica, linear, determinista, fatalista e, não menos, de viés conservador do processo, suprimindo arbitrariamente a possibilidade de observarmos a opção por uma saída que não fosse a convencional para pôr fim à chamada ‘questão do regime’, por parte dos agentes envolvidos.

O que se quer dizer é que, no âmbito da investigação sobre a propaganda republicana, o enfoque retido apenas no regime inaugurado no país em 1889, ou seja, para o resultado final do processo, leva a dispensarmos e até mesmo negligenciarmos a revolução como uma das opções presentes no horizonte de expectativas dos próprios agentes republicanos, no contexto de seus

discursos, como se opção pela reforma, apregoada pelo manifesto de 1870, fosse e ficasse ao longo do desenrolar do processo, como a única vitoriosa e concebível. Na nossa opinião, esse tipo de esforço interpretativo não dá margem à construção de uma abordagem que leva em consideração a natureza contingencial do processo histórico que está sendo investigado.

É esperado demonstrar que os agentes da propaganda republicana brasileira vislumbravam um campo de possibilidades no seu horizonte de expectativas pessoal, e que a opção pela “mudança dentro da ordem” política, sem rupturas traumáticas, era apenas uma entre as alternativas possíveis. Pretende-se demonstrar através da análise dos discursos dos agentes envolvidos que a transição política rumo à república por uma via não convencional, não pacífica, não conciliatória com os poderes instituídos, portanto com emprego da violência, foi cogitada e apregoada, estando presente no universo do discurso dos agentes.

Não se contentará em apenas comprovar a existência dessa via alternativa através dos discursos dos agentes selecionados, mas também em cogitar os motivos pelos quais não se permitiu que ela fosse levada adiante. Considera-se que a inspiração francesa esteve entre aquelas que perpassaram e animaram as estratégias do discurso, que ela orientou sobremaneira a escolha por essa via alternativa, de maneira aceitável ou refratária, se apresentando nitidamente no caso dos radicais da república, como os são Lopes Trovão e Silva Jardim. Pode se dizer que os propósitos não se resumem apenas em sustentar que a revolução foi suscitada, mas sim qual a modalidade de revolução, quais meios a empregar para viabilizá-la na prática.

Uma leitura preliminar de documentos históricos produzidos no contexto permite verificar que a opção pela “reforma”, pretendida por liberais históricos, entre os quais, Nabuco de Araújo, Zacarias Góis, Teófilo Otoni, Sousa Franco, no *Manifesto do Centro Liberal* de 31 de março de 1869, não põe um ponto final decisório na opção por uma saída não convencional para a crise política vivida no período. Nem muito menos consideramos assim, a solução reformista reivindicada pelos republicanos históricos, signatários do *Manifesto de dezembro* de 1870. Ademais, temos no *Manifesto de Quintino Bocaiúva ao Partido Republicano Brasileiro* de 1889 um documento que nos capacita argumentar que nem mesmo o líder do grupo “evolucionista”, vitorioso na escolha da direção do Partido na reunião do Congresso Republicano Federal ocorrida em São Paulo, em maio daquele ano, excluiu totalmente o processo de tomada do poder pelas armas como recurso para instaurar um governo republicano no Brasil (PESSOA, 1973: 146).

Sustentamos que a retórica da revolução extrapola o limite cronológico dos anos de 1870 e se perpetua, como uma possibilidade, até o desfecho da crise que se abateu sobre o regime da monarquia parlamentar constitucional no Brasil, entre os anos de 1888 e 1889. Concebe-se assim que essa retórica se apresenta para além das diretrizes do programa de um dos partidos parlamentares, o Liberal, e do partido extraparlamentar recém fundado no ano de 1870, o Republicano. Ela esteve presente no discurso dos agentes em meio à mobilização política no decorrer dos anos, mesmo que apenas como um artifício para acirrar os ânimos em prol da derrubada da Monarquia e sua consequente substituição pela República.

A proposta de pesquisa histórica descrita nesse artigo surge como extensão de alguns resultados conclusivos, porém ainda muito abrangentes, aos quais chegou o primeiro capítulo da dissertação de mestrado intitulada *Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da “Ilustração” brasileira* (VITAL, 2015)

No trabalho citado, buscou-se investigar a apropriação e a ressignificação do ideário iluminista e revolucionário da França, sobretudo através do conceito de secularização, por parte das ideias e das práticas políticas do movimento político-intelectual dos letrados que emergiram nos anos 1870 no Brasil, em contestação à ordem conservadora do Estado imperial.

A partir de análise historiográfica e empírica, chegamos à constatação de que a inspiração proveniente da Primeira República Francesa se sobressaiu em meio às estratégias das práticas de ação adotadas pelos membros do movimento político-intelectual brasileiro visto que comícios, grandes manifestações populares, formação de clubes republicanos, todas essas formas de mobilização da opinião tiveram na República de 1792, em França, o seu primeiro grande exemplo na história.

Diante dessa constatação, foi tomada a consideração de que uma pesquisa, cuja intenção pretenda investigar a contribuição francesa para as ideias e práticas de ação política dos agentes ligados ao movimento político-intelectual de 1870, obteria maiores resultados se, a partir de então, enfocasse na parcela republicana do movimento, salvo em casos excepcionais como o de Joaquim Nabuco e o de Rui Barbosa, agentes que podem contribuir para uma pesquisa que pretenda aprofundar nessa temática, através de seus relatos de época⁷.

⁷ Foram analisados os bancos de tese de algumas importantes universidades. No Banco de Teses da UFRJ foi encontrado um trabalho de mestrado próximo à temática que exploramos. Trata-se da dissertação intitulada *Imagens Opostas: a nova linguagem política republicana e a queda do Brasil-Império (1870-1891)*, a qual traz uma abordagem histórica das diferentes propostas republicanas surgidas no Brasil a partir de 1870, e investiga a construção de uma nova linguagem política, por parte dos positivistas, jacobinos e liberais, a fim de deslegitimar o status imperial e legitimar a propaganda republicana. No banco de teses da UFRGS, foi encontrada a tese intitulada *A República e seus símbolos: a imprensa*

Decorrente disso, a pesquisa aqui descrita se propõe a investigar as inspirações francesas que orientaram a propaganda republicana no país através das produções intelectuais de alguns dos mais notórios agentes da parcela republicana do movimento político-intelectual dos letrados brasileiros, que surgiram no cenário da política, da imprensa e da cultura nos anos de 1870 e 1880 do Império, sendo eles: Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lauro Sodré, Assis Brasil, Júlio de Castilhos, Lopes Trovão e Silva Jardim. Entende-se que perscrutar as inspirações francesas da parcela republicana da genericamente chamada “Geração 1870” significa investigar uma característica do processo formativo do próprio movimento republicano brasileiro em si.

Pretende-se investigar as inspirações francesas que teriam orientado o ascendente movimento republicano brasileiro no decorrer dos anos de 1870 a partir da Corte imperial. Outros dois lócus que estão sendo tomados como referencial são as províncias do Grão-Pará e do Rio Grande-Sul a partir dos anos de 1880, isso no que diz respeito tão somente à atuação de Lauro Sodré enquanto uma das lideranças do movimento, no caso da primeira província citada, e à atuação de Assis Brasil e Júlio de Castilhos enquanto republicanos provenientes da segunda.

Vários questionamentos são levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de república que os agentes brasileiros ansiavam: O movimento e a propaganda republicana despontam no Brasil no mesmo ano em que ocorre a instauração da Terceira República na França. Atestado factualmente isso, é possível observar relações entre os dois movimentos a partir das produções discursivas dos agentes brasileiros do contexto? Uma vez existentes e identificadas, em que sentido as inspirações francesas puderam orientar o movimento republicano surgido no Brasil, através dos seus mais ilustres agentes, no âmbito de suas produções intelectuais, de suas práticas discursivas? Quais foram seus conceitos centrais? Que concepções de República puderam formular os agentes mais destacados do movimento e de que modo afetaram o seu espaço de experiência?

Qual a contribuição dos movimentos republicanos ocorridos ao longo da história francesa, desde a data de 1792, para o debate encerrado pelos republicanos brasileiros a partir da década de 70 do dezenove, quanto à adoção da forma republicana de governo? Uma vez deparados com o quadro conjuntural brasileiro das duas décadas finais do Império, quais noções de tempo e de história tinham

ilustrada e o ideário republicano. Rio de Janeiro 1868-1903, na qual há uma ênfase dada à simbologia republicana difundida a partir da Revolução Francesa e da República instituída em 1792, isso no que diz respeito à adaptação dessa simbologia por parte dos periódicos brasileiros do período de investigação da pesquisa. No mais, não foi encontrado registro de trabalhos que investiguem, de modo particular e sistematizado, as inspirações francesas do movimento republicano brasileiro, a partir da problemática aqui apresentada.

os agentes do movimento republicano pátrio que voltaram sua atenção para os elementos da tradição republicana francesa? Esses são alguns dos questionamentos iniciais traçados.

Considerações finais:

Indo à contracorrente de trabalhos historiográficos sobre o movimento republicano no Brasil, que enfatizam unicamente o caráter conservador do processo que levou à transição do Império para a República no Brasil, a pesquisa descrita nesse artigo trabalha com a hipótese de que houve sim o crescimento da opção por uma saída alternativa, que não foi a reformista, por parte da parcela republicana dos letrados de 1870, a fim de dirimir a “questão do regime” discutida no país, no âmbito de uma situação configurada à medida em que nessas terras avançou a penúltima década do dezenove. Conjecturamos que a escolha por uma saída não convencional para o impasse passou a ser manifesta na linguagem, no debate e na intenção dos agentes, se necessário fosse recorrer a ela. Para essa escolha por parte dos agentes que assim se posicionaram, considera-se que a herança secular do ideário republicano francês assumira uma conotação referencial, seja em sua aceitação ou em sua negação.

Fontes:

MARINHO, Saldanha. **O Rei e o Partido Liberal**. (Fonte digital/ Digitalização de edição em papel Typographia e Litographia Franco-Americana, 1869). [S. I.]: ebook Brasil, 1999-2006.

Referências bibliográficas:

Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/orei.pdf>

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **A Ideia republicana no Brasil através de documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1873, 176 p.

VALENTE, Rubens. Em diálogos gravados, Jucá fala de pacto para deter avanço da Lava-Jato. **Folha de São Paulo**. Brasília, 23. Maio. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1774018-em-dialogos-gravados-juca-fala-em-pacto-para-deter-avanco-da-lava-jato.shtml>.

VITAL, Dievani L. **Iluminismo e Revolução nas ideias e nas práticas políticas da ‘Ilustração’ brasileira**. Dissertação (Mestrado acadêmico) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, programa de Pós-Graduação em História, 2015, 219 p.

OS DISSIDENTES DA REPÚBLICA: O CASO DA FAMÍLIA ARAGUAYA

Thalita Moreira Barbosa¹

RESUMO:

O ano de 1889 foi um ano decisivo para o futuro de muitas famílias oitocentistas. O fim da monarquia implicou em uma reconfiguração do cenário político e no banimento da Família Imperial. Muitas famílias que possuíam domicílio no ultramar optaram em não retornar ao Brasil, assim como tantas outras decidiram deixar o país junto com o Imperador. O objetivo deste trabalho é analisar a sociabilidade de colônia brasileira estabelecida em Paris no entre séculos, com pormenores baseados no estudo de caso da família Araguaya. Para tanto, o estudo será baseado em três aspectos específicos, as estratégias e a estrutura familiar do conde de Araguaya, o local de residência da família em Paris e seus deslocamentos geográficos.

Palavras-Chave: Elite oitocentista; Colônia brasileira; Paris; Sociabilidade; Família Araguaya.

LES DISSIDENTS DE LA RÉPUBLIQUE: LE CAS DE LA FAMILLE ARAGUAYA

RESUMÉ:

L'an de 1889 a été une année décisive pour l'avenir de nombreuses familles du XIX^e siècle. La fin de la monarchie impliquait une reconfiguration de la scène politique et le bannissement de la famille impériale. Beaucoup de familles qui avaient un domicile à l'étranger ont choisi de ne pas retourner au Brésil, au même temps que d'autres ont décidé de quitter le pays avec l'empereur. L'objectif de ce travail est d'analyser la sociabilité de la colonie brésilienne établie à Paris à la fin du XIX^e, avec des détails basés sur l'étude de cas de la famille Araguaya. Par conséquent, l'étude sera basée sur trois aspects, les stratégies et la structure familiale du comte Araguaya, le lieu de résidence familiale à Paris et ses déplacements géographique.

Mots clés: Élite brésilienne du XIX^e ; Colonie brésilienne ; Paris ; Sociabilité ; Famille Araguaya.

¹ Mestranda Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: thalitabarbosa@hotmail.com

Sem dúvida o século XIX representa o ápice da relação franco-brasileira. Embora nos primeiros anos da Corte instalada no Brasil, a Inglaterra tenha tido vantagens nítidas e uma maior influência sobre, não só a Coroa mas todo o comércio e tratados estabelecidos entre o Império português e outras nações, com a derrota de Napoleão na Europa, o cenário transforma-se novamente e os dois países, França e Brasil, voltam a intensificar suas trocas.

Sendo como um objetivo a alcançar, um ídolo a seguir, a França, e não Portugal ou a Inglaterra, é o principal referencial de todo o processo civilizatório que ocorre na colônia. O estabelecimento de instituições, novas tradições, costumes, bases culturais, tudo fora importado da França e adaptado à realidade brasileira e, muitas vezes, mal adaptado, dada a incompatibilidade prática existente em vários aspectos, como clima, geografia, hábitos, composição social, entre outros.

Para Delphine Diaz (2013), após a proclamação da Independência, em 1822, a circulação entre os dois lados do Atlântico intensifica-se, Diaz cita que em 1827, havia 200 brasileiros vivendo exilados na França². Aponta ainda como característica dos primeiros movimentos migratórios do século XIX entre França e Brasil, a seguinte forma:

les déplacements entre les deux rives de l'Atlantique ont avant tout trouvé leur origine dans les circulations savantes et étudiantes, bien plus importantes numériquement. Pour d'autres Brésiliens, le séjour en France était également synonyme de pur loisir, aussi bien dans la capitale qu'en province, où les aristocrates s'adonnaient aux joies des bains de mer et du "tourisme", pour emprunter un vocabulaire qui a précisément fait son apparition dans la langue française à cette époque (DIAZ, 2013, p. 1).³

Ilustrando bem o perfil do afluxo brasileiro em direção à Paris no início do século XIX, tem-se o caso de Manoel de Cerqueira Lima, o qual as autoridades francesas não conseguiam identificar seu status no país, ou seja, se ele seria um exilado, um estudante ou até mesmo um espião a serviço da embaixada de Portugal, salientando que o sujeito se entrega por completo aos prazeres que a capital lhe oferece (DIAZ, 2013, p.1). Portanto,

² O editor de *Histoire de Jean VI*, faz essa estimativa segundo cita Delphine Diaz (2013, p. 1).

³ Tradução livre da autora: "os deslocamentos entre as duas margens do Atlântico encontraram, antes de tudo, suas origens na circulação dos acadêmicos e estudantes, muito mais numerosos. Para outros brasileiros, a estadia na França era igualmente sinônimo de puro lazer, tanto na capital quanto nas províncias, onde os aristocratas se entregavam às alegrias dos banhos de mar e do "turismo", para empregar um vocabulário que surgia na língua francesa precisamente naquela época".

Du théâtre à l'opéra, du café au cabinet de lecture, en passant par les réunions au domicile de certaines notabilités brésiliennes ou même par la maison close, il est vrai que multiples sont les espaces publics et privés fréquentés dans la capitale par ces « touristes » avant la lettre⁴. D'ailleurs, la géographie des lieux de loisir des Brésiliens va bien au-delà du seul cadre parisien, puisque ceux qui sont accueillis dans la France de la Restauration n'hésitent pas à y circuler, parfois sans avoir obtenu de passeports pour l'intérieur, pourtant théoriquement nécessaires à ces voyages en province (DIAZ, 2013).⁵

Seguindo essa mesma lógica e perfil, no segundo Reinado, o Brasil volta-se ainda mais para a França. Com D. Pedro II à frente do governo, o intercambio cultural acentua-se. Além do perfil intelectual do Imperador, seu gosto pessoal pelos assuntos da cultura no campo das letras e das ciências e de sua formação basicamente francesa, as viagens, iniciativas e contatos que ele estabelece com grandes figuras representativas no cenário francês e com instituições científicas e literárias, vão coadunar essa intensificação (TAVRES, 1999).

De acordo com Mariana Muaze (MUAZE, 2003, p. 60), a segunda metade do século XIX fora marcada por mudanças, em sua maioria influenciadas por ideais franceses, que atravessariam a própria concepção de infância e educação do que ela chamou de a “Boa Sociedade” no Brasil Imperial. A educação da elite era literária e francesa. A tradição francófila no Rio de Janeiro só aumentaria ao longo do século XIX. Em 1900, a elite da capital incorporara o uso do francês no dia-a-dia e tinha grande familiaridade com a produção cultural francesa. Tal familiaridade passava pela leitura de clássicos, pela reprodução dos modelos em moda em Paris, pela incorporação de hábitos de vida e era acentuada pelas constantes viagens a Europa (NEEDEL, 1993, p. 175).

Definitivamente, na virada do século, as elites brasileiras consideravam-se como tendo duas pátrias, a sua e a França. Sentiam-se de tal forma ao corrente do cotidiano francês que sua atualidade política e cultural os influenciava diretamente, fazendo parte de suas discussões do dia-a-dia. E, uma vez em solo europeu, Paris era o lugar, segundo Oswald de Andrade, onde os brasileiros encontravam os amigos que realmente contavam (CARELLI, 1994, p. 200).

⁴ Aqui a autora utiliza a idéia de *avant la lettre*, pois foi somente após a Monarquia de Julho que o termo “turista” se propagou e seu uso torna-se popular em 1838 com a publicação de *Mémoires d'un touriste*, de Stendhal.

⁵ Tradução livre da autora: “Do teatro à opera, do café aos gabinetes de leitura, passando pelas reuniões nos domicílios de certas notabilidades brasileiras ou mesmo nas casas de prostituição, é verdade que múltiplos são os espaços públicos e privados frequentados na capital por estes “turistas” vanguardistas. Além disso, a geografia dos lugares de lazer dos brasileiros vai muito além do recorte especial de Paris, pois os que são acolhidos pela França da restauração não hesitam em circular, algumas vezes sem ter obtido um passaporte para os deslocamentos internos, teoricamente necessário a essas viagens pelas províncias”.

Analisada sob a ótica das trocas culturais e da influência exercida pela França sobre o cotidiano das elites econômicas, políticas e culturais brasileiras, a partida da Família Imperial em 1889, seguida em simultâneo e imediatamente depois pela partida de muitas famílias da elite oitocentista para Paris, traz um novo tipo de relação entre os dois países, uma vez que, na virada do século, os deslocamentos ultramarinos tornaram-se mais comuns e muitas famílias brasileiras estabeleceram-se em solos franceses, enquanto tantas outras que já habitavam no além mar, optaram em não retornar. Delphine Diaz (2013) ressalta que “des elites brésiliennes tendait à faire de la France un modele tout à la fois politique et culturel et, par conséquent, une terre d’asile privilégiée”⁶ (DIAZ, 2013, p. 1).

Maria de Lourdes Janotti, em seu livro *Os subversivos da República* (1986) descreve o grupo monarquista como sendo composto por antigos políticos de expressão, obscuros políticos de província, funcionários vinculados à burocracia, portadores de títulos nobiliárquicos e jornalistas militantes. A autora ressalta que como pontos em comum havia o profundo respeito pela tradição, sentimentos antimilitaristas, a idealização do Império como modelo de virtudes cívicas e o conservadorismo religioso. Muitos com raízes na lavoura tradicional e nas finanças, a maioria tendo pertencido ao estamento burocrático da Coroa.

Tendo em vista uma definição de elite mais ampla, que transcende a observação somente do poder e do prestígio político, como é comum nas abordagens da elite oitocentista, a consideração das redes de relacionamento e status social predispõe ao dimensionamento de uma categoria de análise mais abrangente do que excludente.

É dentre essas pessoas que está a maioria dos que deixaram o país com o fim da monarquia. Carlos Lyra chama a atenção para o fato de que uma grande comitiva de famílias deixou o país no ano de 1889 (LYRA, 1977, p. 207). Para este período, como hipótese geral, entende-se que a presença da Família Real atuaria como elemento central e catalizador na configuração das expressões políticas e culturais das famílias da elite brasileira então radicadas em Paris.

De toda forma, cabe ressaltar que no presente estudo, um recorte mais preciso e identificável do objeto fez-se necessário para tornar a pesquisa passível de levantamento de dados e análise, para tanto, escolheu-se a família Araguaya como centro de um estudo de caso que ajude a entender parte da dinâmica da vida da elite brasileira exilada em Paris no entre séculos.

⁶ Tradução livre da autora: “as elites brasileiras tendiam a fazer da França um modelo político e cultural e, por consequência, uma terra de asilo privilegiada”.

A noção de sociabilidade, aqui abordada para aludir essa comunidade brasileira radicada, pode ser entendida como o faz Sirinelli ao dizer que se interpenetram o afetivo e o ideológico numa dupla acepção, sendo ao mesmo tempo redes que estruturam e microclimas que caracterizam diferentes microcosmos intelectuais particulares (SIRINELLI, 2003, p. 253).

A primeira menção a existência de uma comunidade brasileira radicada em Paris feita pela imprensa foi na revista *Nitheroy* em 1836 (QUINTELA, 2013, p. 60). Tal evidência, considerando-se o histórico da relação entre França e Brasil ao longo do século XIX, acentua a preferência do destino pelas famílias que deixaram o país, comprovando que já existia ali um polo de atração migratória.

Paris, enquanto lugar de encontro, é a principal cidade francesa na qual se dá o que será chamado de “espaços de sociabilidade” da família analisada. Paris abrangeu o espaço geográfico que refletiu as atitudes e os comportamentos coletivos e afetivos envolvidos nas relações que serão estudadas. Segundo Sirinelli (1986, p. 103-106), os espaços de sociabilidade referem-se a um domínio intermediário entre a família e a comunidade de pertencimento civil.

Ainsi, l'historien qui prend l'exil pour objet d'étude, indépendamment de son temps et lieu, aura tout à gagner d'un recours à la psychanalyse, à l'individu, non pas pour s'en tenir là, mais pour revenir à l'histoire après avoir incorporé les réflexions de ce champ de connaissance. Connaître les histoires, les trajectoires de vie pour mieux connaître l'histoire.⁷ (ROLLEMBERG, 2008, p. 17).

Amadeu José Gonçalves de Magalhaes de Araguaia, esse é o nome do conde de Araguaia (Dicionário das Famílias Brasileiras, p. 233). O seu pai Domingos José Gonçalves de Magalhães, o visconde de Araguaia, nasceu no Rio de Janeiro em 1811, graduou-se em medicina em 1832 e já em 1834 viajava a Europa como adido à legação brasileira em Paris. Dedicou-se a partir de 1847 à carreira diplomática, sendo encarregado de negócios nas cortes de Turim e de Nápoles, depois foi ministro residente em Viena e plenipotenciário nos Estados Unidos, em 1867. Realizou missões pelo Brasil e pela América do Sul, finalmente servindo como ministro junto a Santa Sé por ocasião da Questão Religiosa. Faleceu em Roma em julho de 1882⁸.

⁷ Tradução livre da autora: “Assim, o historiador que utiliza o exílio como objeto de estudo, independentemente do seu tempo e lugar, terá tudo a ganhar recorrendo a psicanálise, ao indivíduo, não para se prender aí, mas para retornar à história depois de ter incorporado as reflexões desse campo de conhecimento. Conhecer as histórias, as trajetórias de vida para melhor conhecer a história.”

⁸ Informações retiradas do site do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, no qual o visconde foi eleito sócio efetivo em 1838.

Ao delinear brevemente os passos do pai do conde na vida pública, política e, sobretudo, diplomática, entende-se como o conde conquistou sua posição social em meio a elite brasileira do oitocentos. Sem dúvida ter um pai com tal histórico colaborava para a manutenção do status familiar através das gerações, bem como angariava posições de poder junto ao estamento da Coroa. Por isso é bem provável que os laços de proximidade com a Família Imperial vinham já sendo traçados através de gerações.

Além disso, o visconde, seu pai, foi também comendador, deputado, filósofo e poeta, segundo notícia dedicada a sua reverência, o visconde teria sido o iniciador da poesia romântica no Brasil com seu livro *Suspiros poéticos e saudades* (1836), seus dons de poeta foram homenageados por duas vezes em artigos distintos do *Le Figaro*, um de 1892 e outro de 1897 (*Le Figaro*, 15/10/1892, p. 2 e *Le Figaro*, 01/10/1897, p. 2), além de constar em um artigo da *La Revue des revues: un recueil des articles paraissant dans les revues françaises et étrangères*⁹ de outubro de 1897, sobre a literatura brasileira, escrito por Leopoldo de Freitas, como pode ser visto na figura a seguir:

Figura 1 – Visconde de Araguaya e a literatura brasileira¹⁰

En politique le romantisme nous valut la « Constitution impériale » et dans les lettres, les œuvres d'Odorico Mendes, l'éminent traducteur de l'*Enéide* ; Maciel Monteiro, poète d'une exquise finesse et habile diplomate ; Muniz Baneto, admirable improvisateur ; Domingos José Gonçalves de Magalhães (depuis vicomte de Araguaya), poète, philosophe, initiateur de notre poésie romantique à laquelle il donna l'élan avec ses « Soupirs Poétiques » (*Suspiros Poeticos*) qui parurent en 1836. Se rapprochant du sentimentalisme de Chateaubriand et de Lamartine, il eut une grande influence sur les esprits de son temps. Il inaugura aussi le théâtre national avec ses drames *Olgiato* et *Antonio José*, ce dernier entièrement inspiré par l'histoire de la patrie. Il écrivit en outre la *Confédération de Tamayos*, *Faits de l'Esprit humain*, *l'Ame et le Cerveau* et la fameuse pièce de vers *Napoléon à Waterloo*.

Fonte: *La Revue des revues*, 01/10/1897

⁹ Tradução livre da autora: “A revista das revistas: uma coletânea de artigos publicados em revistas francesas e estrangeiras”.

¹⁰ Tradução livre da autora: Na política o romantismo nos valeu a Constituição Imperial e na literatura as obras de Odocico mendes, eminente tradutor da *Eneida*; Maciel Monteiro, poeta de uma requintada finesa e hábil diplomata; Muniz Barreto, admirável improvisador; Domingos José Gonçalves de Magalhães (depois visconde de Araguaya), poeta, filósofo e iniciador da nossa poesia romantica, à quale le deu o impulse inicial com seu *Suspiros Poéticos*, que aparecem em 1836. Se aproximando do sentimentalismo de Chateaubriand e de Lamartine, ele teve uma grande influência nos espíritos de seu tempo. Ele inaugural também o teatro nacional com os seus dramas *Olgiato* e *Antonio José*, esse ultimo inteiramente inspirado na história da patria. Ele escreveu entre outras, a *Confederação de Tamoios*, *Coisas do espírito humano*, *Alma e Cérebro* e o famoso *Napoléon em Waterloo*”.

A irmã do visconde, tia, portanto, do conde, Januária Heloise de Magalhães Araguaya, provavelmente fora, provavelmente, a primeira da família a firmar um casamento entre elites internacionais. Januária casou-se com Boson Doublet de Persan, o marquês de Persan tornando-se marquesa de Persan.

Esse curto panorama familiar proporciona o entendimento da projeção dessa família no âmbito internacional.

O conde casou-se com Maria Eugênia Breves Cornélio dos Santos, filha do comendador João Martins Cornélio dos Santos e de sua esposa Cecília de Souza Breves, filha do “rei do café”. A família Breves, foi uma das mais poderosas do início do século XIX, “estudos memorialísticos e historiográficos que se dedicaram a pesquisar o século XIX, apontam que os Breves compunham uma das famílias mais opulentas do Brasil Imperial, somando inúmeras propriedades com cerca de 6 mil escravos.” (PESSOA, 2009, p. 2). O comendador, por sua vez, fora um dos homens mais ricos do seu tempo, diversificando seus haveres, conseguiu escapar da crise que assolou a família Breves com o arrojar das leis contra o tráfico escravista.

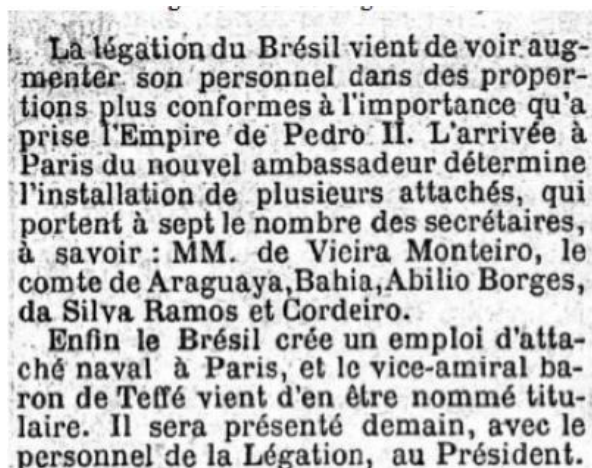
Portanto o casamento do conde com uma descendente dessa rica família do oitocentos fora, sem dúvida, uma união patrimonial e de influência bem sucedida. Como aponta Amanda Hot:

os casamentos [...] foram usados como estratégias de ligar importantes núcleos familiares, objetivando a manutenção e aumento da riqueza deste grupo. [...] Os casamentos realizados entre as classes abastadas visavam à criação ou estreitamento de vínculos familiares proveitosos a ambos os núcleos, enquanto que a obtenção de títulos de nobreza funcionava como um forte atrativo para que a família que os possuísem tivessem noivos mais facilmente elegíveis por outras famílias da classe senhorial. (HOT, 2010, p. 24).

A chegada do conde à Paris com fins profissionais é noticiada pelo *Le Figaro*, em abril de 1889. Anteriormente a essa data não tem-se registros nos jornais quanto a uma estadia mais consolidada na cidade. Portanto, acredita-se que foi nesse momento que o conde mudou-se para Paris. A notícia não é dedicada exclusivamente ao conde mas sim ao aumento da legação brasileira:

Através das notícias identificamos que o casal teve três filhos, Olga, Odette e Armand. O

Figura 2: Conde chega à Paris



Fonte: *Le Figaro*, 10/04/1889

único filho homem, faleceu aos 15 anos em Ouchy, na Suíça, em 1910. Seus obséquios foram celebrados na Igreja de Saint-Philippe du Roule, uma igreja do século XVIII, situada na rue du Faubourg-Saint-Honoré, no 8^e *arrondissement* de Paris. A escolha da igreja provavelmente justifica-se pela proximidade entre ela e a residência do conde, cerca de 400m

O endereço residencial parisiense do conde consta em documentos distintos, no *Annuaire du grand monde parisien et de la colonie étrangère*¹¹, do ano de 1908, no *Annuaire de la curiosité et des beaux-arts*¹², nos anos de 1912 e 1920, no *Annuaire des grandes cercles*¹³, dos anos de 1899 até 1906, 1908 à 1910 e em 1914. Ou seja, durante a maioria dos anos em que o conde viveu em Paris ele manteve o mesmo endereço fixo: Boulevard Haussmann, 127, VIII^e *arrondissement*.

O endereço do conde é muito bem localizado em relação à elite francesa do entre séculos. Segundo Adeline Daumard (1989), a maioria da nobreza parisiense residia em torno do faubourg Saint-Germain, onde podia-se encontrar a sociedade mais nobre, mais autêntica da França. Até 1862 o faubourg localizava-se no X^e *arrondissement* de Paris, com as obras de Haussmann passou a ser

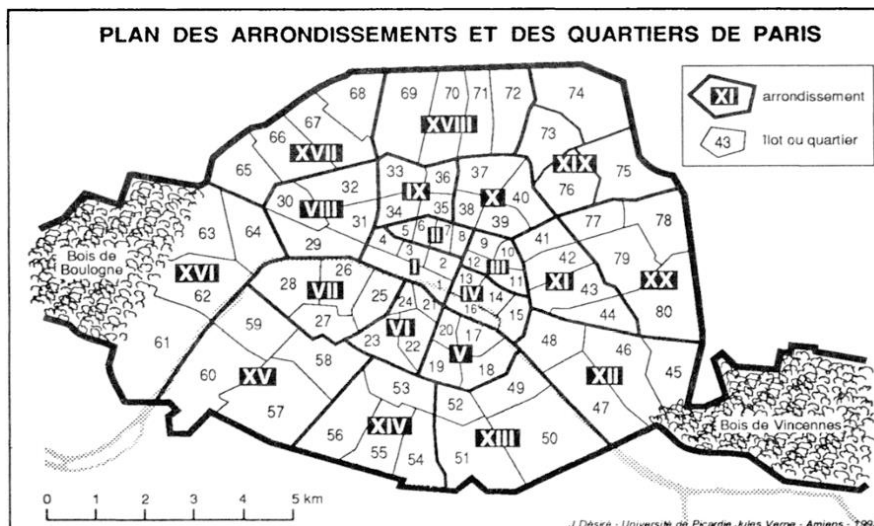
¹¹ Tradução livre da autora: “Anuário do grande mundo parisiense e da colônia estrangeira”.

¹² Tradução livre da autora: “Anuário de curiosidades e de belas-arts”.

¹³ Tradução livre da autora: “Anuário dos grandes círculos”.

considerado como pertencente a região do VII^e. A divisão dos *arrondissements* pode ser vista segundo figura abaixo:

Figura 3 – Divisão dos *arrondissements* de Paris



Fonte: Cyril Grange. Les classes privilégiées dans l'espace parisien (1903-1987)

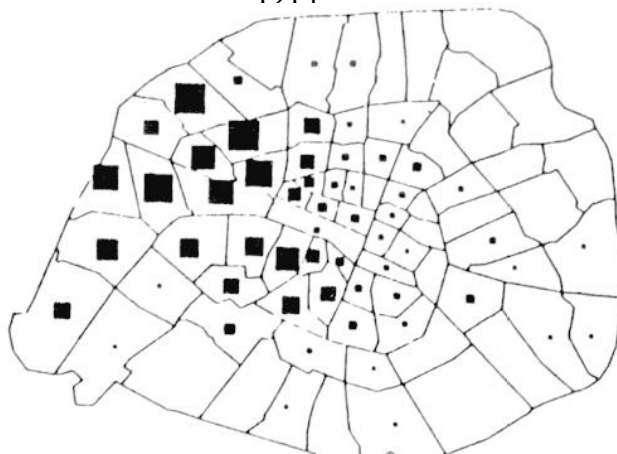
Cyril Grange (1993) aponta que a Paris mundana da Belle Epoque se concentrava essencialmente em quatro *arrondissements*, no VII^e (onde estavam localizados 15% do total dos endereços publicados pelo *Bottin Mondain*¹⁴), no VIII^e. (24%), no XVI^e (22%) e no XVII^e (13%). Embora o VIII^e fosse o primeiro *arrondissement* mundano do início do século XX, seu sucesso é antigo e remete aos anos de Luís XIV e Luís XV, por sua proximidade com o Palácio do Louvre e o Palácio da Tuileries. Mas, sem dúvida, é o século XIX que coroará o VIII^e *arrondissement*: “l’aristocratie de la fortune, des fonctions, de la naissance, les personnalités de la vie littéraire et artistique s’installèrent dans le quadrilatère aéré et ensoleillé”¹⁵ (GRANGE, 1993, p. 13).

De acordo com o levantamento de Grange (1993) no *Bottin Mondain*, a proporção das residências conforme os *arrondissements* e *quartiers* entre 1903 e 1914 pode ser representada da seguinte forma:

¹⁴ Criado em 1903, o *Bottin Mondain* é o anuário da elite social francesa, ao contrario do *Who's who* que divulga uma elite ligada ao poder profissional ou financeiro, o *Bottin Mondain* é baseado nas famílias que possuem um status ligado ao social, com base em um meio que comunga dos mesmos valores culturais e familiares, desenvolvidos e fortalecidos através de uma sociabilidade específica, envolta por símbolos e modelos próprios que objetivam ditar costumes e modelos a seguir no que concerne o bom gosto e o bem viver (GRANGE, 1993, p. 11).

¹⁵ Tradução livre da autora: “A aristocracia das fortunas, das funções e de nascimento, as personalidades da vida literária e artística se instalam nos quadriláteros aerados e ensolarados”.

Figura 4: Concentração por *quartier* dos endereços do *Bottin Mondain* entre os anos de 1903 e 1914



Fonte: Cyril Grange. Les classes privilégiées dans l'espace parisien (1903-1987)

Há uma relação diretamente proporcional entre a concentração das residências das famílias do Bottin Mondain com o VIII^e arrondissement, onde mora o conde. Afinal, como ressalt Alice Bernard (2004): “Mais si la résidence à Paris est un critère d’appartenance à la couche la plus fine des aristocraties, on ne peut pas, même provisoirement, s’installer n’importe où dans la capitale. Le mondain doit avoir une résidence appropriée au style de vie qu’il mènera durant la saison parisienne.”¹⁶.

Quanto as filhas do conde, ambas residem em Paris e estão presentes em vários momentos com eles, em celebrações diversas, como casamentos, chás, atividade beneficentes etc. Olga casa-se em 1908. A primeira notícia que anuncia o seu casamento é de dezembro do ano anterior e as notícias sucedem-se até a data do casamento. O casamento acontece no final de janeiro, na mesma Igreja do funeral de seu irmão, Saint-Philippe du Roule. Olga casa-se com Georges de Marande, os testemunhos por parte do marido foram o seu irmão Max de Marande e o visconde de La Rupelle, seu cunhado; por parte da esposa foram seu tio, o marquês de Persan (casado com a marquesa “nascida Araguaya”, provavelmente irmã do conde) e o barão de Nioac, seu primo. O casamento foi realizado ao meio dia e “após longo desfile tradicional, a condessa Araguaya deu em seus salões do Boulevard Haussmann um *lunch* brilhante, durante o qual pôde ser admirado os numerosos presentes que foram endereçados aos novos esposos.”¹⁷.

¹⁶ Tradução livre da autora: “Mas se a residência em Paris é um critério de pertencimento à camada mais refinada da aristocracia, não se pode, mesmo provisoriamente, instalar-se em um lugar qualquer da capital. Os mundanos devem ter uma residência apropriada ao estilo de vida que será levado durante a temporada parisiense”.

¹⁷ *Gil Blas*, 24/01/1908.

O periódico *Gil Blas* foi o responsável pela notícia mais detalhada e é através dela que se pode ter um descritivo do nível de vida da família em questão e do seu círculo social, de acordo com os presentes oferecidos aos noivos. A lista que o jornal expõe como sendo a de “principais doadores é a seguinte:

Quadro 1: Lista de presentes de casamento da Olga de Araguaya

TRATAMENTO	NOME DE FAMÍLIA	PRESENTE
CONDESSA	D'EU	BROCHE EM DIAMANTES
SENHORA	MORAES DE BARROS	CANDELABRO EM PRATA
CONDESSA	MONTEIRO DE BARROS	SERVIÇO DE CAFÉ OU CHÁ PARA DUAS PESSOAS EM PRATA
SENHOR E SENHORA	RESENDE	BANDEJA EM PRATA
MARQUES E MARQUESA	DE PERSAN	COMODA ANTIGA
BARAO E BARONESA	ECHASSERIAUX	VASOS LUIS XVI
BARAO E BARONESA	NIOAC	JARDINEIRA EM PRATA
VISCONDE E VISCONDESSA	MONTBRON	RELÓGIO DE VIAGEM
SENHOR E SENHORA	PORTELLA	DECANTER DE CHAMPAGNE
CONDE E CONDESSA	NISAC ¹⁸	VASO DE AGUA EM PRATA
SENHORITA	NISAC	LEQUE EMPIRE
CONDE E CONDESSA	DE LEGGE	AÇUCAREIRO EM PRATA
VISCNDE	DE LA TOUR	COPOS DE LICOR
SENHOR	HALLAME	PIANO DE CALDA
BARAO E BARONESA	SAINT-JACQUES	BRACELETE
SENHOR E SENHORA	MELLO	TINTEIRO
VISCONDESSA	SANTA VITORIA	BACIA EM PRATA
SENHOR E SENHORA	MARANDE	LAMPADA ELETRICA
DUQUESA	D'ESTISSAC	TERMÔMETRO
SENHORITA	DAVAL-MONFERIOT	CESTA DE PÃES EM PRATA
MARQUESA	SILVA RAMOS	JOGO DE CHÁ

Fonte: Gil Blas, 24/01/1908

Embora fosse aqui necessário um levantamento mais minucioso de outras listas de presentes de casamento para se fazer uma análise comparativa dos tipos de presente, a menção aos objetos de

¹⁸ Considerando a rede de sociabilidade analisada, tudo faz crer que há um erro de grafia por parte do periódico e que o conde e condesa em questão são os Nioac, no entanto, a grafia foi respeitada pois o nome da “senhorita” que vinha em seguida também estava escrito dessa forma, dando margem para desacreditar na grafia como sendo fruto de um erro.

prata, de diamante, mobiliário e objetos “extravagantes” (como uma lâmpada elétrica por parte dos sogros) indicam um nível econômico confortável dos convidados.

Ainda que não tenha sido divulgada uma lista propriamente da *assistance* no evento, alguns dos que constam nessa relação como tendo presenteado os noivos são parentes da família Araguaya e da família de Marande.

No ano de 1912 é publicada a notícia de que o casal teve um filho chamado Jean (*Le Gaulois*, 29/12/1912) e em 1920, no *Annuaire des châteaux et des départements : 40.000 noms & adresses de l'aristocratie, du high life, de la colonie étrangère, du monde politique, de la magistrature, de l'armée, du clergé, des sciences, lettres et beaux-arts, de tous les propriétaires des châteaux de France, etc.*¹⁹, aparece o nome do casal ligado ao endereço de *chateaux* na Champs Elysées, número 114. Isso indica que Olga conseguiu, ao longo dos anos, manter o status quo de seu nascimento.

Quanto as notícias relacionados ao deslocamento geográfico da família, elas fornecem o destino, localização ou chegada do casal em determinadas cidades. Notícias do tipo “conde chega em Paris” (*Le Gaulois*, 26/02/1890) ou “condessa em Fontainebleau” (*Le Figaro*, 29/06/1917) são recorrentes. Através de um esforço analítico é possível estabelecer algumas hipóteses ligadas ao hábito familiar que dialogam com um estilo de vida próprio do grupo estudado. As notícias encontradas relativas aos deslocamentos, seja do conde ou condessa, em ordem cronológica são:

Quadro 2: Viagens do conde e condessa

DIA	MÊS	ANO	FAMILIAR	PARTIDA	CHEGADA	DURAÇÃO
3	1	1890	CONDE	NICE		
26	2	1890	CONDE		PARIS	
19	7	1890	CONDE	FONTAINEBLEAU		
16	2	1891	CONDE	NICE		
24	6	1896	CONDE	SPA		3 MESES E MEIO
3	10	1896	CONDE		PARIS	
21	6	1897	CONDE	HOULGATE		
3	7	1898	CONDE	BEUZEVAL-HOULGATE		
12	2	1898	CONDE	MONTE CARLO		
28	4	1899	CONDE		PARIS	
19	7	1899	CONDE	BEUZEVAL-HOULGATE		

¹⁹ Tradução livre da autora: “Anuário dos castelos e departamentos: 40 mil nomes e endereços da aristocracia, do high life, da colônia estrangeira, do mundo político, da magistratura, do exército, do clero, das ciências, letras e belas-artes, de todos os proprietários de castelos da França.

30	9	1899	CONDE		PARIS	2 MESES E MEIO
5	8	1900	CONDE	BURGENSTOCK		
29	8	1900	CONDE	LUCERNE		
5	7	1901	CONDE	BEUZEVAL-HOULGATE		
7	10	1904	CONDE		PARIS	
22	7	1908	CONDESSA	KISSINGEN		
14	9	1911	CONDESSA	VICHY		
5	10	1911	CONDE		PARIS	
5	4	1912	CONDESSA	LOURDES		
28	8	1912	CONDESSA	HOMBURG		
1	8	1914	CONDESSA	VILLIERS-SUR-MER		4 MESES E MEIO
14	12	1914	CONDESSA		PARIS	
22	6	1915	CONDESSA	FONTAINEBLEAU		4 MESES
22	10	1915	CONDESSA		PARIS	
12	7	1916	CONDESSA	FONTAINEBLEAU		3 MESES
13	10	1916	CONDESSA		PARIS	
29	6	1917	CONDE	FONTAINEBLEAU		3 MESES E MEIO
7	10	1917	CONDESSA		PARIS	
3	9	1930	CONDESSA	HOSPEDADA NO SPLENDIDE		

Fonte: Elaborado pela própria autora

Foi colocado em destaque alguns pares de datas que se acredita que dialogam entre si, como sendo um mesmo evento, ou seja, a ida e volta de uma viagem. Nesse caso seriam as “férias” do casal, com duração entre dois e quatro meses. Conforme aponta Bernard em seu artigo, *Le mode de vie du grand monde Parisien: modalités et persistance d'un modele culturel attractif (1900-1939)*²⁰,

Le calendrier mondain est en effet organisé en trois saisons majeures : de février à juin a lieu la saison parisienne, la plus active du point de vue de la sociabilité mondaine ; puis vient l'été, de juillet à septembre, propice aux voyages ou aux séjours dans les stations balnéaires à la mode ; enfin, l'automne, de septembre à la fin décembre, est le moment du retour à la propriété familiale, période durant laquelle on chasse et où on fréquente ses voisins, également châtelains de province. La saison parisienne est donc courte, mais intense.²¹ (BERNARD, 2004, p. 129-144).

²⁰ Tradução livre da autora: “O modo de vida do grande mundo parisiense: modalidades e persistências de um modelo cultural atrativo (1900-1939)”.

²¹ Tradução livre da autora: “O calendário mundano é, de fato, organizado em três temporadas principais: de fevereiro à junho tem lugar a temporada parisiense, a mais atrativa do ponto de vista da sociabilidade mundana; depois vem o verão de julho à setembro, propício às viagens e às temporadas nas estações balneárias da moda; enfim o outono, de setembro

Portanto a hipótese levantada corresponde muito aos argumentos da autora. As datas de partida concentram-se entre a segunda metade de junho e o início de julho (algumas sendo agosto), e o retorno concentra-se sobre tudo em outubro, o que seria a estação de verameio, propicia às viagens ou estadias nas estacoes balneárias em mode. Inclusive os destinos do casal também correspondem aos apontamentos de Bernard uma vez que Belzeval-Houlgate, destino escolhido pelo casal durante os anos que vão de 1897 à 1901 (com excessao do ano de 1900, no qual o casal parte tendo como destino a Suíça).

Belzeval-Hougate, localiza-se no norte da França e embora sua história remonte ao século XI, foi no século XIX, com a moda dos banhos de mar, que sua fama como estação balneária surgiu. Turistas de Caen e em seguida de Paris começam a frequentar a cidade durante as férias. “Dès 1850 le petit village de Beuzeval vit son quotidien bouleversé quando les premiers “étrangers” (nom que les autochtones donnaient aux visiteurs), vinrent profiter de la mer. Le village s’adapta à cette nouvelle activité”²². Em 1859 é construído o primeiro grande hotel da cidade, o *Grand Hôtel* com 120 quartos luxuosos e com domésticos privados, em seguida é construído o primeiro cassino da cidade, face ao hotel. A ferrovia chega à Houlgate em 1882 com ligações ainda bem restritas e em 1884 é expandida até Villiers-sur-Mer (local onde a condessa está em 1914, com um deslocamento temporal semelhante aos anteriores), que a liga até Paris, durante em média quatro horas o deslocamento total entre as estações de Paris e Houlgate.

Nesse mesmo período assiste-se a uma acelerada urbanização com a instalação de *villas*, abertura de comércios, de escolas e de hotéis vezes mais vezes menos luxuosos, afim de acolher os visitantes. Muitos dentre os quais preferem construir suas próprias residências de veraneio. A cidade torna-se referencia balneária graças aos proprietários

qui rivalisent d’ingéniosité pour embellier leurs maisons [...]. Mais il n’y a pas de belles villas sans beaux jardins! Les jardins sont très importants dans l’art de vivre sa villégiature: certains jardins sont réalisés pour que le propriétaire fasse société, ainsi les allées sont dessinées de sorte que le propriétaire soit vu durant ses promenades.²³

ao fim de dezembro, é normalmente o momento de rotornar à propriedade familiar, período durante o qual se caça e visita seus vizinhos, igualmente proprietários da província. A temporada parisiense é, portanto, curta, mas intensa”.

²² Tradução livre da autora: Desde 1850 a pequena vila de Beuzeval vira seu cotidiano mudado quando os primeiros estrangeiros (nome que os nativos davam aos visitantes), vieram aproveitar do mar. A vila se adaptou a esta nova atividade”. Informação tirada do site de turismo da cidade de Houlgate.

²³ Tradução livre da autora: “que rivalizam e engenhosidades para embelezar suas casas [...]. Mas não há belas casas sem belos jardins! Os jardins são muito importantes na arte de viver da comunidade: certos jardins são realizados de forma

Todo esse descritivo justifica a escolha da cidade por parte da família, dado a cidade encaixar-se perfeitamente ao apontamento que faz Bernard “propice aux voyages ou aux séjours dans les stations balnéaires à la mode”²⁴.

O segundo lugar que destaca-se entre as destinações dos condes, seria Fontainebleau, que o casal frequenta durante os anos de 1915, 1916 e 1917. As informações encontradas em relação a Fontainebleau se relacionam exclusivamente ao castelo e à floresta, como locais que justifiquem a alta demanda por esse destino para passar as temporadas mundanas.

No entanto, o castelo é muito antigo e possui uma fama que o precede, tendo servido para vários reis que deixaram nele suas marcas, tanto arquitetônicas quanto históricas. A maioria dos reis, que tinham em Paris o centro de seu poder, refugiavam-se em Fontainebleau como uma segunda residência. Além disso, o castelo está próximo a uma vasta floresta que fez com que a região fosse muito famosa pela caça e o castelo tenha sido muito requisitado pelas dinastias francesas justamente por esse motivo.

Já no ano de 1839 surge o primeiro guia do viajante na floresta de Fontainebleau e em 1844 surgem outras três guias que são uma mistura de informações culturais, geográficas e notas práticas, esses contituem de fato os primeiros “guias turísticos” da região.

Além disso, a floresta fica conhecida por ser frequentada pelos artistas da escola de Barbizon²⁵, o que faz com que o guia de viagem, já em sua quinta edição seja dedicado também a esse público tendo o seguinte título “Guide du voyageur et de l’artiste à Fontainebleau”²⁶ cheio de informações sobre os lugares da floresta onde podem ser encontrados artistas com seus cavaletes.

As propagandas acerca de Fontainebleau enquanto um pólo de atração turística e de temporadas, continua ao longo de toda a segunda metade do século XIX. Sem dúvida toda essa movimentação ajuda a entender e a justificar a escolha da família pelo destino. Pierre-Pascal Perraud²⁷ diz que “Durant le Second Empire, le chemin de fer réanime l’industrie du bois et le tourisme se

que o proprietário se socialize, as vias são desenhadas de modo que o proprietário seja visto durante seus passeios”. Informação tirada do site de turismo da cidade de Houlgate.

²⁴ Tradução livre da autora: “propício às viagens ou às estadias nas estações balneárias da moda”.

²⁵ Designa os pintores paisagistas ao redor da cidade de Barbizon, nos limites da floresta, entre 1825 e 1875.

²⁶ Tradução livre da autora: “guia do viajante e do artista em Fontainebleau”.

²⁷ Conferência proferida por Pierre-Pascal Perraud, técnico florestal responsável pelas informações do Escritório Nacional de Florestas, em 16 de janeiro de 2007 no auditório dos Arquivos departamentais de Seine-et-Marne. Disponível em: <http://archives.seine-et-marne.fr/revolution-techniques-forestieres>.

développe en forêt de Fontainebleau”²⁸ e o encarte publicitário de 1891 reforça essa idéia, dando continuidade a ele, ressaltando a proximidade e facilidade de acesso entre Paris e Fontainebleau, os pontos turísticos e as atividades possíveis de serem realizadas pelos visitantes. Percebe-se no panfleto a importância tanto do castelo quanto da floresta.

No ano de 1910, o destino da família é a Suíça. A cidade de Lucerne é um local turístico desdeo final dos anos de 1830, mas o setor hoteleiro desenvolve-se somente nos anos de 1860 com a abertura das linhas ferroviárias. A região se especializa no turismo receptivo criando diversas atrações para seu publico internacional, como o cassino (1882), regatas no lago dos *Quatre-Cantons* (1884), festas noturnas no lago (1885), concursos hípicas (1898), concursos de tennis e golfe (1901/1902), todas as modalidades visando um turismo de qualidade, de luxo (SCHNEIDER, 2006).

Já Bürgenstock, que faz parte da cidade de Lucerne, teve seu *Grand Hôtel*, construído entre 1872 e 1873, por Franz Josef Bucher. Bürgenstock é uma conhecida estação turística, que consiste em um conjunto de montanhas circundado pelo lago *Quatre-Cantons*. Bürgenstock foi uma estação de férias mundialmente celebre entre 1873 e a primeira guerra mundial (ACHERMANN, 2006).

Portanto, os locais e períodos escolhidos pela família para passar suas temporadas fora de Paris, dialogam diretamente com as observações dos costumes aristocráticos feitas por Bernard (2004) e com a dinâmica turística do período, uma vez que todos os destinos estão em voga e fazem parte dos pontos turísticos da virada do século.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

ACHERMANN, Hansjakob. *Bürgenstock*, in Dictionnaire historique de la Suisse (DHS), Fev,2006.

BERNARD, Alice. Le mode de vie du grand monde Parisien: modalités et persistance d’un modele culturel attractif (1900-1939). In: *La ville et l’esprit de société*. Tours: Presses universitaires François-Rabelais, 2004. p. 129-144.

CARELLI, Mario. *Culturas cruzadas: intercâmbios culturais entre França e Brasil*. Campinas: Papirus, 1994.

DAUMARD, Adeline. Une enquête sur la noblesse à paris au XIXe siècle. *Les Cahiers du Centre de Recherches Historiques*. N. 3, 1989.

DIAZ, Delphine. Des Brésiliens dans la France des années 1820. Contribution à une histoire des mobilités transatlantiques au xixe siècle. *Amnis*. N. 12, 2013.

²⁸ Tradução livre da autora: “durante o Segundo Império, a linha férrea reanima a indústria da madeira e o turismo se desenvolve na floresta de Fontainebleau”.

GRANGE, Cyril. Les classes privilégiées dans l'espace parisien (1903-1987). In: *Espace, populations, sociétés*, V. 1, 1993. p. 11-21.

HOT, A. D. *Cartas à viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império*. Ouro Preto, 1850-1902. 2010. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. *Os subversivos da República*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

LYRA, Heitor. *Historia de Dom Pedro II (1825-1891): Declínio (1880-1891)*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977.

MUAZE, Mariana de A. F. Garantindo hierarquias: educação e instrução infantil na boa sociedade imperial (1840-1889). *Dimensões*. Universidade Federal do Espírito Santo, n. 15, p. 59-84, 2003.

NEEDEL, Jeffrey D. *Belle Époque Tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PESSOA, Thiago C. O universo escravista no Império dos Souza Breves: A família Breves e o tráfico ilegal de africanos. In: XXV Simpósio Nacional de História. ANPUH. Fortaleza. *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza, 2009.

QUINTELA, Raphael. *Les périodiques brésiliens en France au XIXe siècle*. 2013. 126f. Dissertação (Mestrado em História Cultural e Social) – Institut d'Études Culturelles, Université de Versailles, Saint-Quentin en Yvelines, 2013.

ROLLEMBERG, Denise. Mémoire en exil, mémoires d'exil. In: SANTOS, Idelette Muzart-Fonseca dos; ROLLAND, Denis. *L'exil brésilien en France: Histoire et imaginaire*. L'Harmattan, 2008, p. 17-20.

SCHNIDER, Peter. *Lucerne*, in Dictionnaire historique de la Suisse (DHS), version du 17.2.2006.

SIRINELLI, Jean-François. Le hasard ou la nécessité? Une histoire en chantier: l'histoire des intellectuels. *Vingtième Siècle*. n.9, p. 97-108, Janeiro-Março, 1986.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

OS FOLHETINS DA SEMANA LÍRICA: A CONSTRUÇÃO DA ESFERA TEATRAL BRASILEIRA E O FORTALECIMENTO DE SUA AUTONOMIA ATRAVÉS DO EXERCÍCIO DA CRÍTICA

Andréa Sannazzaro¹

Resumo:

No período após a independência brasileira, vemos um movimento intelectual em prol da criação de autonomia de esferas sociais que possibilitassem legitimar o país enquanto estado soberano. Para isso, escritos, periódicos, fabricação de discursos, e elaboração de uma linguagem especializada serviram de instrumento. É o que veremos com a *Nitheroy*, *Revista Brasiliense* e com maior profundidade nas décadas posteriores já no Segundo Reinado, o exercício crítico do fluminense Luís Carlos Martins Pena nos “*Folhetins A Semana Lírica*” nos anos de 1846 de à 1847. Nossa hipótese é que com esses escritos foi possível criar maior autonomia e delimitação da esfera pública em suas diversas vertentes no qual o meio teatral deveria compor. Esse esforço empreendido pelo autor aqui analisado foi examinado dentro de três aspectos: a elaboração da crítica técnica, a linguagem por ele utilizado e por fim os aspectos políticos que nos folhetins são revelados.

Palavras-chave: Impressos, Esfera – pública, Crítica.

THE LYRIC WEEK’S FOLHETINS: THE CONSTRUCTION OF BRAZILIAN THEATRICAL SPHERE AND THE STRENGTHENING OF THEIR AUTONOMY THROUGH THE EXERCISE OF CRITICISM

Abstract:

In the period after Brazilian independence, we see an intellectual movement for the creation of autonomy of social spheres that would make it possible to legitimize the country as a sovereign state. For this, writing, periodicals, speech making, and elaboration of a specialized language served as an instrument. This is what we will see with *Nitheroy*, *Revista Brasiliense* and in greater depth in the later decades already in the Second Reign, the critical exercise of Luís Carlos Martins Pena in the “*Folhas*” The Lyrical Week in the years 1846 to 1847. Our hypothesis is that with these writings it was possible to create greater autonomy and delimitation of the public sphere in its various aspects in which the theatrical medium should compose. This effort undertaken by the author analyzed here was examined in three aspects: the elaboration of technical criticism, the language used by it and finally the political aspects that are revealed in the serials.

Keywords: Printed, Sphere - public, Critical.

¹ Doutoranda no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.
Contato:deasannazzaro@gmail.com

Introdução:

Após a independência Brasileira em 1822, alguns sujeitos se ocuparam em pensar, sistematizar conceitualmente e socialmente o novo momento histórico, isto através de seus escritos, peças teatrais e periódicos. É o que ocorre com autores como Gonçalves de Magalhães e seus companheiros junto ao projeto da *Nitheroy, Revista Brasiliense*, nitidamente expresso em seu *Ensaio Sobre a história da Literatura no Brasil* em 1836 e Luís Carlos Martins Pena, que além de seu trabalho como dramaturgo se ocupou da escrita da crítica nos *Folhetins: a Semana Lírica* entre os anos de 1846 e 1847. Este último foco do trabalho aqui desenvolvido.

Levantamos aqui a hipótese de que estes sujeitos estão presentes naquilo que o autor uruguaio Angel Rama (1985) em sua obra “*A cidade das Letras*”, aponta como sendo a missão civilizadora no qual alguns sujeitos na América Latina especializados desde a colonização foram imbuídos. Para isso a formação destes sujeitos considerados letrados na Europa foi sem dúvida fator essencial, para que um determinado grupo social compusesse o que o autor chama de “*Cidade das Letras*”. No recorte temporal aqui trabalhado podemos compreender que esses sujeitos se encontram no que Rama define como fase escriturária da *cidade das letras*, onde determinado imaginário social adquire substância e passa a interagir com as formas sociais e espaciais existentes nas cidades latino-americanas, modificando-as, e transformando as para atender às necessidades da época. Esses ambientes sociais e espaciais podem ser entendidos como o teatro e a própria circulação dos periódicos.

Outro meio que nos possibilita a compreensão da atitude destes sujeitos é segundo a compreensão do teórico Habermas (1962) sobre o desenvolvimento da categoria esfera pública e as mudanças estruturais que nela ocorrem até a sua consolidação. Lugares os quais precisam ter sua autonomia fortalecida e para isso as estratégias por eles utilizadas tais como elaboração de uma determinada linguagem e o desenvolvimento de uma crítica podem ser compreendidas como uma tentativa de fortalecimento da esfera pública por vias da autonomia do campo teatral, importante esfera para que um Estado autônomo e independente pudesse ser efetivado.

Nossa proposta é ver através destes escritos um desempenho para o fortalecimento desta categoria de esfera pública no Brasil, bem como o desenvolvimento daquilo que Angel Rama (1985) define como *cidade escriturária*, já que o modelo proposto por Habermas (1962) se baseia em uma conjuntura europeia e Rama tenta pensar as peculiaridades da América Latina. A categoria esfera pública pode ser entendida segundo propõe Habermas (1962) como um ambiente, onde em

determinado momento vários sujeitos se colocaram a discutir sobre literatura, política e alguns assuntos específicos, exercendo assim uma opinião de modo público, fortalecendo determinada soberania social. A categoria, contudo, segundo o autor passa por diversas mudanças estruturais com o desenvolvimento do capitalismo e das próprias atitudes da classe burguesa. Foi, porém, um instrumento utilizado pela burguesia para que pudesse afirmar seus direitos civis e antes disso se definir enquanto tal. Nos interessa aqui o momento em que essa esfera precisa ser consolidada enquanto pública, antes mesmo do desenvolvimento de uma classe, e para isso o exercício da opinião se tornou uma estratégia efetiva.

Através dos *Folhetins* de autoria do fluminense Martins Penas aqui analisados veremos como a difusão da opinião sobre aspectos teatrais o que se torna de caráter público é construída sobre três perspectivas: sua crítica estética no que tange ao gênero e seus conhecimentos musicais e teatrais, sua discussão acerca das burocracias e políticas que envolvem as companhias teatrais, as relações com os atores e sua linguagem persuasiva sendo compreendida como uma meio de atrair outros grupos sociais para dentro desta esfera, marcando suas características que o definem como um campo singular, construindo assim sua autonomia em um cidade que visa o desenvolvimento de uma metrópole, a saber o Rio de Janeiro, centro do Império brasileiro.

Sobre esse intenso desejo de autonomia do campo intelectual que acontece no período podemos entendê-los como parte do que observa o autor Valdei Lopes de Araujo (2015):

O que as pesquisas mais recentes parecem demonstrar é que o IHGB e a escrita da história no século XIX não eram apenas, nem o principalmente, fábricas de ideologias. Um olhar mais detido sobre o processo de formação do discurso histórico moderno revela movimentos intencionais e não intencionais de autonomização da prática historiadora e intelectual. Esse movimento em direção a padrões modernos de autonomia não é capaz de esgotar a complexa diversidade da vida intelectual oitocentista, mas certamente foi um traço estruturante da maior relevância. (ARAUJO,2015:367)

Por este modo, conforme coloca o autor, esse movimento de autonomização por parte não apenas da disciplina história, como igualmente do trabalho de alguns intelectuais, nasce de um intenso desejo de história e nação, o que revela uma emergência por novos modelos de autonomia intelectual e autoral no Brasil (IDEM,2015). A linguagem explorada nos exemplos aqui analisados será, portanto, vista como reflexo de um desejo de autonomização. Contendo nela mesma, algumas vezes

além da produção de uma crítica técnica, a construção erudita, ou mesmo aspectos de cunho nacionalista.

1- Gonçalves de Magalhães e o *Ensaio Sobre a história da Literatura no Brasil*:

“Cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto” (MAGALHÃES, 1836, p. 03).

Gonçalves de Magalhães durante sua estadia em Paris escreve o *Ensaio Sobre a História da Literatura no Brasil* onde reflete anseios românticos, e nele se pretende lançar sementes para a constituição de uma História da Literatura Brasileira. Como vemos Gonçalves de Magalhães tem sua formação especializada para o que se chamava de “homens das letras” na Europa, o que lhe garantia certo dever para determinada missão civilizadora neste novo projeto de nação podendo compor grupo responsável pelos contornos e consolidação de uma “cidade das letras”.

Em 1836 a *Niteroy, Revista Brasiliense* publica o ensaio preocupado com os rumos da Literatura Brasileira, mas mais do que isso na busca por sua própria autonomia. Isto porque o engajamento por uma História da Literatura era fruto de um desejo de buscar as raízes históricas do Brasil, já que cada nação era digna de uma literatura própria, essencialmente, do que há de mais peculiar. O que se defendia na *Niteroy, Revista Brasiliense* era uma literatura própria ao Brasil, sem se basear em modelos, buscando, assim, sua própria identidade nacional: “o que dá realce e nomeada a alguns dos nossos poetas não é certamente o uso destas ficções; mas sim outro gênero de belezas naturais, não colhidas nos livros, mas que só a pátria lhes inspirara.” (MAGALHÃES, 1836, p. 12). Magalhães parece fazer convite para criação de uma literatura que em conteúdo e forma pudesse ser nitidamente Brasileira, fator essencial este para a realização plena da independência consolidada em todas esferas da vida social.

Esse desejo por uma nação autônoma necessitava de esferas que afirmassem sua autonomia, como o da própria História da Literatura firmemente constituída. O que é nitidamente expresso no *Ensaio* ao enfatizar a separação da cultura de Portugal, apontando como início desse processo o ano de 1808, quando o Brasil se eleva à condição de Reino Unido. Para Magalhães, a literatura do Brasil se inicia ali: “De duas distintas partes consta a História do Brasil, compreendendo a primeira os séculos XVI, XVII e XVIII; a segunda o curto espaço que de 1808 até os dias de hoje decorre.” (MAGALHÃES, 1836, p. 14).

O *Ensaio da História da Literatura*, considerado espécie de percussor do movimento romântico no Brasil ao se empenhar no engajamento da construção de um discurso nacionalista. Abre espaço assim para a constituição de uma esfera pública, onde determinados grupos pudessem expor suas vozes, através dos seus escritos, automatizando assim um campo que fosse próprio do Estado recém – independente.

2 – Os Folhetins da Semana Lírica:

Algumas décadas mais tarde, o fluminense Luís Carlos Martins Pena entre tantas funções que compreendem próprias dos chamados homens das letras do período², escreve como folhetinista no *Jornal do Comércio* sobre os espetáculos líricos da Cômte entre os anos de 1846 à 1847.

Nos *Folhetins* o autor discute não apenas acerca da composição estética das peças, como também parece se preocupar com a organização política em um determinado meio, a saber, o teatral, discutindo algumas vezes até mesmo sobre algumas burocracias.

O desejo por história é notado, uma vez que parece preocupado em relatar minuciosamente o desencadeamento do evento no qual ele mesmo analisa. Martins Pena produz determinada crítica de maneira consciente, mas sem dúvida, bastante engajado em delimitar e autonomizar a esfera sobre a qual ele mesmo escreve. A seguir iremos brevemente analisar alguns aspectos destes escritos

3 - A Crítica:

É sobre este assunto que Romani escrevera o libreto que Bellini embelezara com sua admirável música. De todos os maestros é sem dúvida este o que mais simpatias nos merece. Abandonando êle essa pompa de harmonia que Rossini e seus seguidores puseram em moda, teve a coragem de simplificar o canto, que se ia tornando difuso, e como que retrogradar para as melodias primitivas. O gênio o ajudou nessa reforma e seus trabalhos encontram admiradores por toda a parte, principalmente entre nós, cujo caráter de música nacional mais se aproxima de suas tão suaves inspirações (PENA, 1846.P.11)

A perspectiva foi bem tomada; a colunata do pano está em perfeita harmonia com a dos bastidores, predicado a que nunca atendem os nossos pintores de teatro, que quebram sempre a linha de perspectiva na passagem dos bastidores para o pano de fundo (IDEM, P 13)

² Escreveu peças teatrais do período de 1833 à 1847, exerceu a função de encenador em muitas delas. Foi membro censor do conservatório dramático e ao fim da vida diplomata em Londres.

Não sabemos alguém tem reparado que ainda não falamos dos coros. E como havemos de falar neles, se estiveram tão miseráveis?! Deus do céu, que desafinação! Como estropiaram essa bonita música homens e mulheres. Na verdade, é isto indesculpável depois de tantos ensaios. (IDEM)

Verá então o que é cantar: e viva na certeza que nunca se foi a Europa é esta a primeira vez que saberá o que é canto italiano porque até agora não se tem feito no nosso teatro senão arremedar o que há de bom e suportável no mundo nesses gêneros (IDEM, p.22)

O primeiro ponto no qual examinamos em parte dos Folhetins da Semana Lírica é aquele no qual Martins Pena exerce sua análise crítica em torno dos espetáculos apresentados. Como vemos, em sua estreia no jornal, o autor se volta para análise da representação de *Beatrice di tenda* encenada e executada pela Companhia Italiana, no qual segundo o próprio autor estavam a estudar a ópera em torno de quatro a cinco meses. Martins Pena se ocupa em um primeiro momento em relatar o assunto tema da ópera depois seguiu para uma análise mais minuciosa dos detalhes mais técnicos tanto da execução como de suas qualidades e o que o autor julgará como sendo questões problemáticas dada algumas falhas.

Não perde de vista o autor os pontos que permeiam a execução musical da ópera, tampouco a dramaturgia. Ele comenta sobre a voz de alguns cantores como também na encenação do dia 4 de setembro de 1846 sobre atuação da atriz Beatrice Candiani, reconhecendo exatamente os detalhes aonde a atriz cometeu ligeiros erros de canto.

Mais adiante o autor irá refinar cada vez mais suas críticas, já quando escreve em 25 de setembro sobre a segunda apresentação da mesma ópera. Em determinado momento é minucioso quanto a análise da voz da atriz Candiani. Embora o autor domine os elementos que permeiam a execução da ópera, canto, cenário, a organização do coro, estrutura da dramaturgia, conhecimento e análise do texto, ele não deixa de lado sua posição de crítico especializado que diante disso tem expectativas criadas em torno do conhecimento que possui sobre a arte no qual analisa.

A todo momento parece o autor querer reivindicar a existência destas particularidades. Reforçando assim um campo próprio no qual ele se torna um sujeito apto a exercer suas funções de crítico analítico da arte em questão, o conhecimento da ópera é transmitido de acordo com sua análise. O que nos permite ver a diversidade da vida intelectual e os modos dela se expressarem no período. Essa crítica especializada na qual ele é portador garante as especificidades técnica dessa arte teatral, a ópera, criando assim espécie de campo exclusivo no qual apenas alguns poderiam falar caso

dominassem as suas peculiaridades que, uma vez muito bem divulgadas suas especificidades, não poderia ser confundida com outros campos sejam eles sociais, artísticos, políticos, etc.

4 – Linguagem:

Grande alvoroço havia entre os diletantes. Correndo de um para outro lado, davam aos amigos e conhecidos que encontravam a grata notícia que os enchia de júbilo. – Então, o que é? Perguntávamos nós. O que aconteceu?...Chegou a Grisi, a Pasta, ou a defunta Malibran?..- Nada, não senhor...- Quem foi pois que chegou?- Um tenor, meu amigo, um tenor de pulso, como cá nunca apareceu!...- Bravíssimo!... – E quem é êle, como se chama?...- Filippo Tati...- Tati? ... – Sim, Tati, artista de primeira ordem... – Não duvido, até porque o não conheço. -... E que muitas êzes cantou nos teatros de Londres e Paris em substituição de Rubini. – Olá!... a cousa é séria. E que bom vento o trouxe às nossas praias?... A que feliz acaso devemos tanto ventura?..

Aqui o sujeito com quem falávamos respondeu entre dentes, assim em ar de quem não sabe o que há de dizer(...) (PENA,1846,21)

A proposito lembramos às pessoas que frequentam o teatro que presentemente a amizade mais proveitosa é a dos cambistas. Preem- nos os donos da casa: senão vejam o desgarr e importância com que dispõem dela. Havemos de procurar uma carta de recomendação ou um bom empenho para alguns deles. É bom ter amigos até no inferno quero dizer até no saguão do teatro. (IDEM, 24)

Na costa da Arcádia, no mar Jônio, defronte de Celafônia, está situada a ilha de Leucate; em uma das suas extremidades levanta-se a altíssima montanha do mesmo nome. Escava pelo impetuoso e contínuo bater das vagas, como que se debruça sobre as ondas que a seus pés se quebram com incessante fragor, e que a todo o momento parece recebê-la em seus profundos abismos. É de cima desta famosa montanha que os amantes desgraçados e traídos lançavam-se ao mar, buscando alívio às penas de amor. Conta-se que Àpolo consagrara este lugar, comunicando-lhe tão singular virtude em lembrança do desgraçado fim do mancebo Leucate, qual, sendo por êle perseguido, ao chegar ao cimo desta montanha, se lançara ao mar, onde para sempre desaparecera. Dêse mancebo tomou toda a ilha o nome; e seus moradores ergueram no próprio lugar donde o infeliz se precipitara u templo dedicado ao deus, que, para sanar uma única desdita, dotara aos demais homens com tão precioso dom.(IDEM,29)

Depois que entre nós chegou a companhia italiana, o gôsto pela música o diletantismo tem se exaltado e feito grande progresso. Todos falam e todos são juízes na matéria com mais ou menos pretensões, e desta sorte tem-se tornado a cantoria como objeto de modo e bom tom. Não há aí pessoa, por mais ignorante que seja a respeito de música, que não dê seu parecer decidido acerca desta ou daquela ópera, dos cantores, da orquestra, e até das harmonias e melodias que as mais das vezes não sabem discriminar. (PENA,1846.33)

Neste ponto analisado voltamos para a linguagem elaborada. Martins Pena produz em seus escritos um misto de relato cronista, erudição, certo deboche e ironia. Todos eles, segundo nossa hipótese, estrategicamente construídos para seduzir o leitor para a realidade no qual o autor escreve, o que torna possível trazê-lo para dentro de uma esfera pela qual ele pretende expandir e torná-la pública, sem com isso deixar de delimitar quem estaria legitimado de falar acerca dela.

O primeiro artifício explorado por ele que vemos é o aspecto cronista da linguagem. O autor se ocupa em relatar os acontecimentos sem perder de vista seu caráter reflexivo, próprio do exercício da crítica que pretende elaborar, mas sendo fiel em relatar os detalhes do evento, que foram as óperas líricas sobre o qual escreve. Muitas vezes, elabora o texto de forma minuciosa com os próprios diálogos, que não sabemos ser fictícios ou não, mas sem dúvida tornam possível o envolvimento do leitor para aquilo que realmente o autor pretende relatar sobre o fato. Nessa constante tentativa de trazer o leitor para dentro da esfera sobre a qual ele escreve, muitas vezes o autor escreve em terceira pessoa, o uso do “nós” permite assim essa maior agregação.

A erudição, presente em seus textos fica muitas vezes evidente, não apenas quando escreve sobre os autores, cantores, como Bellini constantemente remetido como grande mestre da música lírica, bem como alguns dos clássicos no qual demonstra ter profundo conhecimento. A erudição é revelada também como quando escreve a respeito de todo um mito grego. Podemos ver nesta atitude do autor fluminense uma atitude própria daqueles que Angel Rama aponta como pertencentes a *cidade escrituária* onde o uso da língua é um traço não só daqueles que anteriormente pertenciam a *cidade das letras* com uma missão civilizadora, mas daqueles que ocupam com ela determinados espaços e buscam também a ampliação destes espaços. Mas, mais do que isso para Rama, cada espaço tem um modo específico de ser sistematizado, e Martins Pena ao usar esses artifícios revela esse desejo de sistematização de um campo próprio, ordenando assim a própria cidade através do conhecimento erudito.

A ironia, por sua vez, é constantemente utilizada pelo autor. Como vemos em um dos casos quando se refere ao diletantismo, bastante criticado no período por ser uma prática que causa um excesso de idolatria para com os artistas, especialmente os músicos³. Ou ainda quando pretende fazer críticas as próprias ações que ocorrem no meio teatral. Como sabemos o autor dos *Folhetins* da

³ Martins Pena escreve em 1844 o *Dilettante* a peça, no qual não apenas tem como pano de fundo o contexto presente nos Folhetins, mas satiriza a figura do Dilettante.

Semana Lírca se consagrou enquanto produtor de comédias. Este artifício por ele utilizado permite espécie de descontração, mas, além disso, revela, certo distanciamento crítico em face dos fatos.

5 – Política:

Abriu-se o novo Teatro de S. Francisco em 19 do corrente, dia de S. Januário. Condenado esse teatro pelas autoridades a ser fechado por começa a ruína, entenderam os seus proprietários que o devim reconstruir para utilizar um capital que assim estava morto, deviam reconstruir para utilizar um capital que assim estava morto, alugando- o depois a alguma companhia que nêles quisesse dar representações. Era a segunda vez que o Teatro de S. Francisco se reedificava. No seu princípio, destinado para uma companhia de particulares não se deu a construção devida atenção. Com incômoda plateia, uma única varanda corrida para as senhoras e acanhado cenário, só se fazia suportável aos curiosos que nêles se reuniam, os quais mais atendiam à presença das pessoas que haviam convidado do que às exigências cênicas de um teatro público. Assim esteve alguns. Arruinando-se com o tempo, e tendo –se em vista torna – lo teatro público, desmancharam a sua forma interna, e, reconstruindo –a, aproveitaram todos os espaços desprezados ao princípio. De uma só varanda que tinha, fizeram –se duas ordens de camarotes, e como facilmente se presume, não mui cômodos. (PENA,1846,26)

O teatro é uma mina que querem explorar sem atenderem a cousa alguma, e o mais galante é que o público lhe serve de cavadeira para abrirem essa mina. (PENA, 1847,149)

Digamos por fim com toda a seriedade que papel representou a diretoria nessa comédia dos *contratos – gêmeos*. É incontestável que a atual diretoria, durante o tempo de sua administração, tem procurado tornar o teatro digno do público da capital. Algumas vezes tem errado, ou por falta de conhecimentos profissionais, ou porque as circunstâncias a impeliram. Censuras se lhe tem feito, e nós mesmos, há bem pouco tempo, desaprovamos o seu procedimento. (PENA,1847,151)

Neste último tópico vemos como Martins Pena trabalha a ordenação da esfera teatral no espaço público. Isto como tentativa de intervir na cidade que é a capital do Império onde o teatro que uma vez bem estruturado como esfera também organiza a cidade para compor sistematicamente as várias nuances que a compõe. Por este modo o autor expõe reflexões não apenas acerca da necessidade de organização do espaço físico no qual o teatro se faz enquanto convenção social, mas também de suas próprias políticas internas, no que tange a recepção de companhias estrangeiras e nacionais, contrato de atores, etc. Temos assim mais de uma dimensão política pelo autor desenvolvida nos seus escritos.

Ao pensar na ordenação do espaço físico vemos seu esforço para tal quando discute acerca da reabertura do Teatro São Francisco após pequena reforma, exigida pelo seu estado precário e onde o ator e empresário João Caetano no qual abrigou temporariamente sua companhia. A reforma para Martins Pena ainda sim ficará defeituosa, deixando de cumprir as necessidades que obedeciam a adequação do espaço para o público. Ao longo do escrito o autor analisa os aspectos do espaço teatral sem perder sua postura crítica, ponderando os aspectos positivos e os negativos. Segue, contudo, o relato, mencionando a postura de João Caetano, que na reabertura do teatro se comprometeu com a questão nacionalista, ao escolher encenações de atores nacionais sem deixar de consultar o Conservatório Dramático, órgão este responsável por regular a censura daquilo que era posto em cena. Observamos, contudo, que embora os *Folhetins* fosse em maior espaço dedicados a Semana Lírica o autor não deixa de lado os movimentos da produção teatral no geral em suas diversas companhias e gêneros executados, como quando comenta das encenações de João Caetano, na maioria das vezes referido em tom amigável e elogioso.

No que tange as relações entre diretoria de teatro, cantores, músicos, coros (este que o autor considera quase uma classe à parte) nosso crítico fluminense é bastante atento sem deixar de se posicionar. Em determinado momento em 24 de fevereiro de 1847 o autor em tom bastante carregado de censura moral, questiona a postura dos cantores estrangeiros, como se lhes faltasse talento e sobrasse pretensão. Sugere, que quando estes profissionais aqui chegam se beneficiam com alguma má fé pois não eram valorizados na Europa.

Em 3 de maio de 1847, um fato curioso é relatado de maneira indignada: a presença da polícia no teatro. No qual o autor menciona em tom bastante sarcástico, detalhando como isto causou terror e confusão. Segundo o autor a polícia dentro do teatro para uma tentativa de conter confusões e alvoroços oriundos da disputa de partidários de alguns cantores. O fato terminou com a invasão a polícia na plateia seguida de três ou quatro prisões (PENA, 1847, 219).

Em 6 de julho de 1847 a crise teatral é o tema central dos escritos de Martins Pena. Conforme é transposto em seus escritos ela teria causado grande tensão para o meio teatral. De um lado um medo de uma bancarrota no teatro, de outro os profissionais insatisfeitos com a falta de pagamento. É relatado ainda a organização dos artistas na exigência de pagamentos devidos, o que seria alegado pela diretoria do Teatro São Pedro ⁴ não seria possível dada a falta de dinheiro, o que é posto como

⁴Data de sua inauguração com o nome —Real Teatro São João!, em 1831, o Teatro Constitucional Fluminense, na maioria de D. Pedro II, torna-se —Teatro São Pedro de Alcântara!.

sendo uma decadência do teatro em questão, onde nosso autor não se abstém em fazer duras críticas a administração do teatro no qual chama de fraca e sem poder para exercer o cargo de dirigente da casa. Uma semana após, vemos parte do desfecho com uma espécie de greve dos artistas do Teatro São Pedro que só retornaram ao trabalho após o devido pagamento. Os dezenove dias no qual o teatro ficara fechado, foram para Martins Pena lamentáveis, isso porque isso se deu pela falta de dinheiro de um teatro que segundo ele é público e sua miséria seria patente (PENA, 1847, 285).

Compreendemos assim que ao debater a respeito das relações sociais, burocráticas e econômicas do teatro, Martins Pena também cumpre uma função política com seus escritos. Se posicionando desta maneira em prol da construção da esfera pública no qual o meio teatral possibilita ser uma via, onde cada aspecto pelo autor elaborado permite sua autonomização.

Referências bibliográficas:

Nitheroy: revista brasiliense, ciencias, letras e artes, t. 1, n. 01, 1836. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/03512810> >

PENA, Martins. *Folhetins: A Semana Lírica*. Rio de Janeiro, 1965. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro.

ARAUJO, Valdei Lopes. *Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil*. Varia História. Belo Horizonte, 2015 vol. 31, n. 56. p. 365-400

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. Trad. Emir Sade. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984 [1ª edição de 1962].

SIMPÓSIO TEMÁTICO 03

Entre a Antiguidade e a Idade Média: perspectivas acadêmicas em discussão.

Coordenadores:

Fábio de Souza Duque – Mestrando em História Social / USP.

Luiz Henrique Souza de Giacomo – Doutorando em História Social / USP.

Entre o surgimento da civilização grega, o nascimento de Roma e o declínio da Idade Média as sociedades que se desenvolveram ao longo do Mediterrâneo compartilham aspectos comuns ao longo de séculos. Da arte aos tratados políticos, das instituições às leis, das religiões às estruturas econômicas, a história da Europa não pode ser pensada apenas do ponto de vista das rupturas. A História, enquanto disciplina acadêmica, segue a mesma lógica. Portanto, o presente simpósio temático visa congrega trabalhos sobre História Antiga e História Medieval, nas diversas áreas de atuação dos historiadores, arte, economia, política, sociedade e demais temáticas relacionadas a esse longo recorte cronológico. Buscamos, dessa forma, dotar a área de mais um ambiente para a apresentação das pesquisas e o intercâmbio de conhecimento entre pesquisadores da Antiguidade e da Idade Média.

RITUAL, MEMÓRIA E IDENTIDADE SOCIAL NO MUNDO GRECO-ROMANO: UM ESTUDO DE CASO EM HISTORIOGRAFIA COGNITIVA

Thales Moreira Maia Silva¹

Lucas Soares dos Santos²

Resumo:

Uma vez que as evidências históricas representam produtos das mentes humanas, as teorizações empiricamente testáveis propostas por cientistas cognitivos fornecem insights que podem auxiliar historiadores a “conectar os pontos” dos registros materiais e textuais, com os quais trabalham, com uma convicção maior do que aquela, comumente, observada em sua disciplina. Intuições advindas da Ciência Cognitivas a respeito da dinâmica do sistema ritual greco-romano, por exemplo, proporcionam uma instrutiva ilustração desse novo campo de empreitada historiográfica. Sob uma perspectiva cognitivista, as raras, porém intensas, práticas dos grupos iniciatórios antigos complementavam os costumes rotineiros das sociedades em larga escala nas quais estavam inseridas e produziam um equilibrado sistema ritual que pode ter dado fisionomia à diversidade de mentalidades que povoou o mundo greco-romano.

Palavras-chave: Cultos de Mistério; História Antiga; Historiografia Cognitiva; História das Religiões; Simbolismo e Ritual.

RITUAL, MEMORY AND SOCIAL IDENTITY IN THE GRECO-ROMAN WORLD: A CASE STUDY IN COGNITIVE HISTORIOGRAPHY

Abstract:

Since historical evidence represents products of human minds, the empirically testable theories proposed by cognitive scientists promise insights that may help historians connect the dots of their material and textual data with greater confidence than has previously been the case. Insights from cognitive science into the dynamics of the Roman ritual system provide an instructive example. Cognitivists argue that the one-off but high arousal ritual practices of initiatory groups complemented the routinized practices of large-scale societies in which they were embedded to produce a balanced ritual system that might have given expression to the diversity of minds that populated the classical world.

Keywords: Mystery Cults; Ancient History; Cognitive Historiography; History of Religions; Ritual and Symbolism.

¹ Bacharel em História e Especialista em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Mestrando em Ciência da Religião pela UFJF com financiamento da CAPES (2017/2019). Contato: thalesmms@gmail.com.

² Mestre em Teologia pela Faculdade de Teologia da PUC-Rio. Mestrando em Ciência da Religião pela UFJF. Contato: lucas_stbrl@hotmail.com.

A característica mais comumente atribuída ao ritual, se o entendemos como um ato pragmático ou uma prática social, é a repetição (BELL, 1992: 91-92). Consequentemente, muitas considerações acerca dos rituais já questionaram as possíveis diferenças entre essa forma interativa de comportamento e algumas patologias, tais quais o Transtorno Obsessivo-compulsivo (FREUD, 1907: 25-35) assim como configurações mais benignas do comportamento humano rotineiro e habitual (Cf. BOYER, LIENARD, 2006). No entanto, partindo da perspectiva da Ciência Cognitiva da Religião, muito da qual tem se focado especificamente nas condutas ritualizadas (CF. WHITEHOUSE, 1995; 2000; 2004; LAWSON, MCCAULEY, 1990; 2002), mais similaridades do que diferenças foram observadas entre tais hábitos, com alegações legitimadoras da autoridade da agência sobre-humana, muitas vezes, dadas como a propriedade constitutiva da conduta ritual *religiosa* (LAWSON, MCCAULEY, 1990: 89; SMITH, 1995: 930).³ Nesse artigo, no entanto, gostaríamos de considerar uma característica de diversas condutas rituais que geralmente permanece despercebida, especificamente, sua performance infrequente ou irregular, pelo menos para o sujeito do procedimento ritualizado que participa de tais práticas apenas uma vez ou, no máximo, ocasionalmente – funerais, por exemplo, ou cerimônias de matrimônio. Até mesmo aqueles presidindo tais ritos infrequentemente executados, assim como expectadores presentes, possuem menos ocasiões para comparecer aos tais do que a protocolos ritualizados regularmente repetidos, como, por exemplo, aqueles inseridos em observâncias religiosas mensais, semanais ou, até mesmo, diárias. Um exemplo de ritual executado apenas uma vez ou de forma infrequente, para o sujeito ao rito, assim como para sua autoridade e para os participantes atendentes, são as práticas de iniciação que foram documentadas por todas as sociedades humanas. No que se segue, gostaríamos de sugerir a utilidade da aplicação de uma teorização cognitivamente fundamentada do comportamento ritualizado para o entendimento desses dois modelos rituais e para sua interação, a teoria dos modos divergentes de religiosidade proposta por Harvey Whitehouse (CF. WHITEHOUSE, 1995; 2000; 2004), justificando tal emprego com respeito ao apelo popular das religiões de mistério durante o período imperial romano.

Whitehouse, um antropólogo cognitivo, identificou dois modos divergentes de religiosidade, nomeados, por ele, como “doutrinal” e “imagístico”, formulados, assim como sua divergência, de

³ Embora alegações de agência sobre-humana representem uma condição necessária para a distinção entre sistemas “religiosos” e “não-religiosos” (tais quais o Freudianismo e o Marxismo), elas não são o suficiente para uma definição de religião – como, por exemplo, na explicação da preferência por certas formas de agência sobre-humana em detrimento de outras (ATRAN, 2002: 114-146) – um cálculo de valor para o qual mais atenção necessita ser direcionada.

acordo com preceitos cognitivos. A modalidade doutrinal, em sua análise, não deve ser confundida com religiões que mantêm crenças ou ensinamentos, uma característica de muitas, senão todas as tradições religiosas. Da mesma forma, o modo imagístico não há de ser igualado com sistemas religiosos nos quais imagens são encontradas, novamente, traço marcante da grande maioria, talvez todas as religiões. Na realidade, esses modos divergentes de religiosidade são caracterizados pelo inter-relacionamento entre, e a interdependência sobre, múltiplas variáveis, que incluem as alternativas formas pelas quais o conhecimento religioso é processado e codificado e as variedades de restrição da recordação e transmissão dessa informação por diferentes sistemas de memória (WHITEHOUSE, 1995: 197; 2002: 309). Uma vez que recordações não são representações precisas de ocorrências reais, mas reconstruções baseadas na maneira como essas foram codificadas (LEDOUX, 2002: 97), elas são influenciadas e, por sua vez, influenciam os modos como seus padrões de distribuição são definidos com o passar do tempo.

Para Whitehouse, está evidente que a função cognitiva fundamental que estrutura a divergência entre modalidades religiosas é a memória. O modo doutrinal se refere às tradições nas quais o conhecimento é expresso sob forma sintática ou sequencial, como um conjunto coerente de práticas, sendo essas condutas ideacionais – como via de exemplificação, doutrinas – ou não-ideacionais – observâncias, por exemplo – nas quais a significância é, entretanto, instrumentalizada por um sentido ideacional. Essas práticas doutrinárias são codificadas na memória semântica⁴ de seus praticantes por meio de incontáveis interações e reiteraões e, com o passar do tempo, atingem certa estabilidade histórica. Se uma liderança hierárquica e estrutura centralizada se desenvolve como forma de controlar e manter tais doutrinas e/ou práticas, esses conjuntos padronizados de esquemas (ortodoxia) e roteiros (ortopraxia), oficialmente sancionados e transmitidos, ela pode se tornar a base para o surgimento de comunidades em larga-escala, nas quais a afinidade grupal é, em sua maior parte, anônima – nesse contexto, por exemplo, o Judaísmo durante o período do Segundo Templo, a religião oficial latina ou, progressivamente, o Cristianismo pós-Constantino (MARTIN, 2004: 81-99).⁵

⁴ Refere-se ao conhecimento geral acumulado pelo indivíduo no decorrer de sua vida (MCRAE, JONES, 2013, p. 206-216).

⁵ “Esquema” é um termo genérico para modelos cognitivos, algumas vezes utilizado para designar moldes conceituais, em contraste com os performáticos. “Roteiro” é uma expressão geralmente utilizada por cientistas cognitivos na caracterização de modelos cognitivos para sequências de ação – performáticas (BREWER, 1999: 720).

Embora essa modalidade doutrinária possa ser encontrada em contextos não-letrados, é mais comumente característica de sociedades literatas ou daquelas por elas influenciadas. Logo, esse processo reiterativo de codificação parece se aplicar bem aos ritos sacrificiais, centrais a todo o sistema religioso romano (Cf. GRIFFITH, 2009).⁶ Deste modo, já no primeiro século A.D., Plínio, o Velho, pode se referir a essas práticas rituais oficiais romanas como “fixas e formais” (Plinius, *Naturalis Historia*, 28.11) e o historiador romano Valério Máximo foi capaz de observar que essas práticas eram estritamente controladas pelos *pontífices*⁷ (Valerius Maximus, 1.1.1a-b). Tais condutas, historicamente roteirizadas e oficialmente regidas, são prontamente replicáveis e, conseqüentemente, estavam facilmente dispostas à serem amplamente difundidas, não apenas com o decorrer do tempo, mas por toda a extensão do Império Romano.

Em contraste com as recorrências rotineiras da ortopraxia sacrificial romana, aquilo que sabemos das religiões de mistério helenísticas adequa-se às variáveis do modo imagístico de religiosidade (MARTIN, 2005a: 349-369; 2005b: 187-217). Essa modalidade se refere a representações de conhecimento paratáticas ou analógicas (ao invés de sintáticas ou sequenciais), que podem ser evocadas e transmitidas por meio de opulentos rituais, realizados infreqüentemente, mas de forma emocionalmente saliente (por exemplo, os “ritos iniciatórios de terror”).⁸ Tal informação, sentimentalmente carregada, é tipicamente codificada no sistema de memória episódica, para, então, ser recuperada e interpretada na estrutura autobiográfica⁹ dos sujeitos ao evento ritual como “experiências” pessoais particularmente memoráveis (TULVING, 1999: 278-280; MARTIN, 2005a). Os dramáticos, embora infreqüentes, ritos de iniciação, característicos dos mistérios, proviam uma alternativa compensatória para a forma ritual rotineira das tradicionais práticas ritualizadas romanas (GRAGG, 2004: 69-86) e contribuíram para a propagação de tais religiões de mistério por todo o Império Romano, a partir do primeiro século A.D. – precisamente o período durante o qual as condutas rituais latinas foram oficialmente estabilizadas sob controle pontifical.

⁶ Douglas Gragg, no entanto, argumenta que a religião oficial romana é melhor caracterizada como “cognitivamente otimizada”, ao invés de “doutrinal” (GRAGG, 2004: 69-86).

⁷ Na antiguidade clássica, membros do mais ilustre corpo de sacerdotes da religião romana, o Colégio de Pontífices (SCHMITZ, 1875).

⁸ Tal caracterização de ritos iniciatórios em tradições imagísticas enquadra-se nas previsões da “hipótese das formas rituais”, de Robert N. McCauley e E. Thomas Lawson (MCCAULEY, LAWSON, 2002: 26-33) no que se concerne aos “ritos de agência especial” – condutas ritualizadas realizadas pelas próprias divindades ou por seus representantes. Tratam-se de predições fundamentadas nas possibilidades representacionais cognitivas que constroem todas as ações humanas.

⁹ Sistema de memória que consiste na recordação de episódios da vida de um indivíduo, baseado numa combinação de memórias episódicas – experiências pessoais e objetos específicos, pessoas e eventos vivenciados em um local e momento distintivo – e semânticas (WILLIAMS, CONWAY, COHEN, 2008: 21-90).

Apesar da categoria *iniciação* ter se provado problemática para o estudo histórico das religiões (GRAFF, 2003: 3-24; LINCOLN, 2003: 241-254), existe certo consenso entre os pesquisadores de que a característica central dos cultos de mistério greco-romanos está em seus ritos iniciáticos. De fato, já na antiguidade, os termos gregos *μυστήρια*, *μύειν* e *μύησις* foram traduzidos para o latim como *initia*, *initiare* e *initiatio* (BURKERT, 1987: 7). Historicamente, seguindo, talvez, a notória exortação para que os iniciados mantivessem o segredo dos mistérios, por exemplo, de acordo com o relatado pelo *Hino Homérico a Deméter* (*Homeri Hymnus in Cererem*, 476) ou por Apuleio (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.23), o estudo desses ritos foi, amplamente, caracterizado por frustradas tentativas de recuperar, de algum modo, tal sigilo – supostamente um corpus exotérico de conhecimento que era transmitido aos novos iniciantes. Dessa forma, as experiências dos praticantes nesses ritos foram, então, em grande medida, negligenciadas.

A vivência induzida pelos rituais iniciatórios dos mistérios greco-romanos pode ser caracterizada, de maneira geral, como um senso de desorientação e vulnerabilidade emocionalmente carregado. Atuando no século IV A.D., o filósofo Temístio descreveu os ritos iniciáticos que ocorriam em Elêusis, por exemplo, como um vagar “pela escuridão”. “Então”, ele continua, “ocorrem todos os terrores antes da iniciação final, calafrios, tremores, transpiração, espanto” (Plutarchus, *Moralia*, Fragmento 178).

Com base no material ainda existente e em testemunhos literários, podemos concluir que a iniciação nos Mistérios de Elêusis era precedida por um período preparatório de jejum (MYLONAS, 1961: 258-259), uma privação somática que teria intensificado os efeitos sensoriais dos ritos e contribuído para a formatação de seu caráter saliente. Esse jejuar era interrompido com o consumo ritualizado do *κυκεών*, possivelmente uma bebida fermentada ou, até mesmo, alucinógena (SCARBOROUGH, 1991: 138-174).¹⁰ Ao cair da noite, os iniciados, mentalmente inseguros, eram guiados pela luz de tochas através de uma caverna apresentada, a eles, como a pavorosa entrada para o próprio submundo (CLINTON, 1992: 84-86). Uma vez dentro do Telestérion, a câmara de iniciação, eles eram vendados (BIANCHI, 1976: 47-50), o que teria contribuído adicionalmente para a desorientação noturna e desorganização psicológica dos, já assustados, iniciantes (HERON, 1967: 178-182). Sua confusão cognitiva seria, ainda, realçada pela anomalia acústica de um gongo soando inesperadamente, em meio à escuridão, conforme o hierofante eleusínio invocava a deusa Core, desde as profundezas do mundo subterrâneo (CLINTON, 1992: 86, n. 128). A “noite dos mistérios” em

¹⁰ Confira, também, WASSON, RUCK, HOFMANN, 1978.

Elêusis culminava, de acordo com Plutarco, em uma rajada abrupta de luz brilhante que acompanhava a repentina aparição do sacerdote a partir das trevas, e que aditivamente impressionava e desorientava os iniciados (Plutarchus, *Moralia*, 81E; Hyppolitus, *Refutatio Omnium Haeresium*, 5.8.40). Finalmente, quando os iniciantes emergiam da escuridão de suas ordenações iniciatórias para o clarão revelador, Temístio conclui, eles eram “recebidos em campinas e regiões puras, com vozes e danças e a majestade de formas e sons santos” (Plutarchus, *Moralia*, Fragmento 178).

Muitos desses elementos rituais iniciáticos eram, também, característicos dos Mistérios de Isis, que, de fato, podem ter sido modelados de acordo com os ritos eleusinos (BURKERT, 1987: 9; HEYOB, 1975: 57). Assim como em Elêusis, a iniciação isíaca ocorria após um período preparatório de purificação e jejum (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.21), o que fazia com que iniciados em potencial sofressem com sonhos e visões de Isis (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.22), para os quais eles já haviam sido predispostos. Embora iniciações isíacas normalmente não ocorressem em câmaras obscuras (TURCAN, 1996: 206), elas eram realizadas durante a noite e acompanhadas por sons exóticos – nesse caso, os de um sistro egípcio, um tipo de guizo ou chocalho rítmico (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.4). Os símbolos do culto eram vibrantemente coloridos e visualmente impressionantes (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.3). Os iniciados isíacos, ritualmente, encenavam a “paixão de Osíris e a angústia de Isis [...] proferindo penetrantes exclamações de pesar, agredindo seus peitos com cones de pinho até que o sangue corresse pelas feridas de sua pele” (TURCAN, 1996: 118). Após terem caminhado pelo terrível “extremo de Proserpina” e retornado dessa “fronteira da morte”, eles presenciavam “em meio à noite [...] o sol flamejante em brilhante luz” conforme “se encontravam, pessoalmente, com os deuses sob a terra e as divindades sobre os céus” (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11.23).

De forma similar, as cenas de iniciação vividamente pintadas nas paredes do mitreu¹¹ de Capua Vetere, no sul da Itália, nos dão certa ideia das dramáticas provações às quais os iniciados eram submetidos no interior das obscuras profundezas da “caverna cósmica”, replicada em cada um dos mitreus espalhados por todo o Império Romano (Porphyrius, *De Antro Nympharum*, 6; VERMASEREN, 1971: 24-42). Na primeira cena, um iniciante vendado é representado como estando despido e amarrado, ameaçado pelo fogo e por espadas e se submetendo a uma morte simbólica (VERMASEREN, 1963: 132; CLAUSS, 2001: 103). Da mesma forma, em uma cena iniciatória presente em um cálice descoberto no mitreu de Mainz (HORN, 1994: 21-66) o sacerdote iniciador

¹¹ No período clássico, templo subterrâneo erguido pelos adoradores do deus Mitra (BECK, 2000).

aponta uma flecha de seu arco armado diretamente para a cabeça de um iniciado que é ilustrado como menor, nu e vulnerável (BECK, 2000: 145-180). Tais cenas se assemelham à descrição da iniciação nos Mistérios de Mitra, segundo as palavras de Tertuliano, como uma “mímica do martírio” (Tertullianus, *De Corona Militis*, 15.4). Em Capua Vetre, o terceiro e o quarto painel do conjunto de representações da iniciação estão danificados e as passagens neles retratadas foram destruídas (VERMASEREN, 1971: 34), mas a última cena dessa representação mostra o iniciado com sua venda removida (VERMASEREN, 1971: Chapa XXV), agora, provavelmente, prestes a se erguer na deslumbrante presença de sua divindade Mitra, o Sol Invicto.

Também nos restam sinais de traços similares para os mistérios dionisíacos, apesar de sua datação ser menos clara e suas interpretações serem contestadas. Assim como nos outros cultos de mistério, as iniciações de Dioniso ocorriam durante a noite após um período de jejum (Livius, 39.9.4; TURCAN, 1996: 308). E, certamente, o consumo do vinho era uma característica persistente do culto dionisíaco, incluindo seus mistérios. Similarmente, os iniciados de Dioniso são, comumente, representados como vendados (NILSSON, 1975: 79; BIANCHI, 1976: Chapa 86) e nus (NILSSON, 1975: 80-81). E independentemente da interpretação que se escolha dar para a representação da aterrorizada mulher retratada na parede oeste do conjunto de afrescos dionisíacos da Vila dos Mistérios, em Pompéia – apavorada, talvez, por uma cena disposta de maneira oposta, de um ser feminino alado prestes a açoitá-lo (ou ameaçando açoitá-lo) uma jovem – os Mistérios de Dioniso também incluíam, segundo as palavras de Celso, uma indução de “espíritos e terrores” (Origenes, *Contra Celsum*, 4.10), ou seja, “provações psicológicas, como as ocorridas nos Mistérios de Mitra” (TURCAN, 1996: 309). A iniciação dionisíaca era concluída com a euforia libertadora de frenéticas danças e da embriaguez, acompanhadas de flautas, gaitas e címbalos, ao ritmo de castanholas e tamborins (TURCAN, 1996: 311).

Podemos observar que todos esses cultos de mistério se valiam do uso de ricas manifestações sensoriais, empregando cores vívidas e simbólicas, imagética exotérica, além de máscaras e trajes exóticos que teriam contribuído para a desorientação cognitiva dos iniciados. Os efeitos desorientadores dessas exposições, exacerbados pelas privações semânticas das preparações rituais, teriam sido adicionalmente realçados ao serem reveladas em câmaras obscuras pelo intermitente iluminar de tochas ou pela luz de lampiões a óleo (TURCAN, 1996: 108, 238), e acompanhadas por sons estranhos e ritmos desconhecidos. Embora a capacidade para a transmissão de informação de imagéticas dramáticas e manifestações sensoriais – como as empregadas nos ritos iniciáticos dos

mistérios greco-romanos – seja limitada por sua semântica ambígua, tais imagens e exibições são capazes de, eficazmente, provocar experiências e evocar uma variedade de emoções, com elas associadas (LEWIS-WILLIAMS, 2002: 67).¹²

Não obstante se o processo de iniciação nos mistérios greco-romanos, de fato, envolvia a infligência de qualquer tipo de violência física sobre os iniciados, ou não (BESKOW, 1979: 487-501), as evidências disponíveis coletivamente associam esses rituais a experiências cognitivamente desorientadoras de estresse e medo, que teriam contribuído para que seus iniciados se tornassem psicologicamente suscetíveis aos seus objetivos iniciatórios (MITHEN, 1988: 297-327; TURCAN, 1996: 22, 309) e que teriam produzido poderosas memórias associadas com tais metas. Diante disso, as dramáticas e, até mesmo, traumáticas práticas empregadas na formulação de tais afetos experienciais (ou *πάθη*) pelos cultos de mistério da antiguidade greco-romana (Aristotelis, *Fragmenta Selecta*, 15; Synesius, *Dio, sive de suo ipsius instituto*, 10)¹³ poderiam, perfeitamente, ser descritas como “ritos de terror” (WHITEHOUSE, 2000: 21-33).

Alguns estudiosos da antiguidade clássica já admitem que as iniciações nas religiões de mistério helenísticas, “não envolviam [nenhuma] instrução de natureza dogmática, mas, mais provavelmente, um processo de transformação interna, forjado a partir da experiência de [o que era representado como] um encontro direto com o divino” (ZAIDMAN, PANTEL, 1992: 139). De modo geral, para o iniciado, tais rituais ocorriam apenas uma vez a cada grau iniciatório, três, por exemplo, nos Mistérios de Elêusis (Plutarchus, *Demetrius*, 25), duas nos de Isis (Apuleius, *Metamorphoseon libri*, 11) e até sete no culto romano de Mitras (Cf. Hieronymus, *Epistulae* 107 *ad Laetam*). As, já mencionadas, provações enigmáticas e aterrorizantes características dessas iniciações teriam provocado desorientações cognitivas entre os indivíduos iniciados, o que teria mitigado contra o aprendizado de qualquer conjunto coerente de ensinamentos compartilhados. Tal perplexidade cognitiva pode, no entanto, ter resultado na construção pessoal de analogias, especialmente se considerarmos a atuação da, anteriormente discutida, variedade de antecipações iniciatórias que teriam sido pré-ativadas durante os preparatórios para o ritual – a prática do jejum, da purificação, o uso de entorpecentes, etc. (Cf. MARTIN, 2005a)¹⁴. Embora os mistérios nunca tenham desenvolvido

¹² Confira, também, GOMBRICH, 1982.

¹³ Confira BURKERT, 1987: 69; TURCAN, 1996: 236-239.

¹⁴ “Pré-ativação” é um termo empregado por cientistas cognitivos para se referir “à habilidade [mnemônica] de identificação ou produção de um item [...] como resultado de um encontro específico anterior com esse item” (BUCKNER, 2000: 822; SCHACTER, CURRAN, 2000: 830). Tais itens se tornam, então, prontos para serem acessados (HOGAN, 2003: 18).

qualquer tipo de coerência doutrinária ou escrita canônica, o comparecimento de iniciados durante subsequentes iniciações de novos membros teria propiciado alguma forma de consolidação de um conhecimento religioso interno à cada célula de mistério. Apesar desse tipo de informação poder ter sido estruturado por certos temas gerais ou normas associadas com uma identidade de culto e características de sua deidade patrona, esse conhecimento parece ter se restringido substancialmente ao contexto local, uma vez que, entre as religiões de mistério, nenhuma forma centralizada de administração se desenvolveu para organizar, estabilizar e controlar seu possível conteúdo (BECK, 2000: 172), nem mesmo, até onde sabemos, chegou a existir uma proposta para tal. Conforme Robert McCauley e Thomas Lawson observaram, “quando representações [...] não-linguísticas [por exemplo, analogias] desempenham [...] um papel central na transmissão de conhecimento cultural”, qualquer “representação fiel desse conhecimento” pode ser questionada (LAWSON, MCCAULEY, 2002: 38). No entanto, o antropólogo Fredrik Barth sugeriu que, embora tais informações não-linguísticas não possam ser reduzidas à “uma forma propositiva unívoca”, elas são passíveis de transmissão como “temas gerais” (LAWSON, MCCAULEY, 2002: 67; BARTH, 1975: 21; 1987: 66-67), precisamente o caso apontado por Roger Beck para o Mitraísmo (BECK, 2000: 172).

Apesar de, muito provavelmente, qualquer conhecimento conclusivamente formulado entre membros iniciados tenha permanecido intangível, uma forte noção de solidariedade grupal teria sido internamente produzida, uma vez que recordações episódicas tendem a enfatizar detalhes do cenário espaço-temporal que cerceia aqueles que, juntos, vivenciaram determinados eventos dramáticos (TULVING, 1999: 278). Um senso ficcional de “parentesco e identidade”, comum à organização social romana, em geral (Cf. GAGER 1996), pode, desse modo, ter se formado precisamente a partir da ausência de qualquer sistema extrínseco de instrução e resultado em uma perseverança dos mistérios como associações diminutas, autônomas e pessoais (MARTIN, 1997: 147-159).

De fato, um tipo peculiarmente saliente de memória episódica, algumas vezes denominado de memória “lampejante”, frequentemente é resultado da participação em eventos especialmente traumáticos ou consequenciais. Esse efeito é nomeadamente característico de experiências abruptas e emocionalmente contundentes, tais quais as associadas com as iniciações nos mistérios helenísticos. Essa espécie de acontecimento tende a forjar memórias particularmente potentes (e precisas), cujas particularidades só são recordadas por seus participantes quando esses são submetidos a estímulos associados com seu envolvimento em tal episódio ou ritual. Tipicamente, tais rememorações “pré-ativadas” fornecem, dessa forma, o suporte para a formação de uma poderosa e duradoura coesão

social entre os constituintes de tal evento, assim como para sua aglomeração em associações e comunidades pessoais e de pequena escala.

Notoriamente, o objetivo primário de participantes em qualquer grupo é a continuidade daquela população, de outro modo, eles não seriam capazes de continuar a realizar o propósito objetivado pelo coletivo. No caso dos mistérios helenísticos, a manutenção grupal era delineada por uma orquestração ritual de experiências emocionalmente salientes que tacitamente exploravam os processos cognitivos humanos de modo que, primeiramente, promoviam a solidariedade intersubjetiva da comunidade e, em segundo lugar, garantiam a contiguidade transgeracional daquela associação. É importante salientar, porém, que, embora reivindicações da autoridade iniciatória de sua deidade patrona legitimassem a cooperação entre membros de tais grupos e as transmissões realizadas por suas associações religiosas, semelhantes ritos iniciáticos de terror, também, são característicos de “sociedades secretas” não-religiosas, ordens fraternais e corporações militares – antigas e contemporâneas.

Com esse breve resumo de algumas análises preliminares das práticas rituais entre as religiões greco-romanas, esperamos estimular o interesse em adicionais explorações a respeito do possível uso de teorizações cognitivas para o estudo histórico das condutas religiosas. Apesar dos particulares explanatórios do paradigma cognitivo ainda serem contestados, na história do conhecimento, a utilidade muitas vezes foi descoberta e proveitosamente explorada antes mesmo do surgimento de confirmações conclusivas. É claro, o aproveitamento de toda teoria geral para a explanação e interpretação de qualquer situação histórica determinada deve ser ajustado para considerar as variáveis previstas por tal teorização, mas que podem estar ausentes ou serem peculiares àquela circunstância. Por exemplo, a hipótese dos modos divergentes de religiosidade, de Whitehouse, prediz que a disseminação de organizações sociais em pequena escala, características da modalidade imagística, ocorre de forma “lenta” e “ineficiente” (WHITEHOUSE, 2000: 309), entretanto, as associações mitráicas, ao que tudo indica, parecem ter se estendido rápida e eficazmente por todo o Império Romano. Esse aparente contraexemplo fez com que alguns estudiosos concluíssem que, pelo menos, esse aspecto do Mitraísmo fosse característico do modelo doutrinal de religiosidade (BECK, 2004: 97).¹⁵ Todavia, tal disseminação parece não ter sido consequência de qualquer dinâmica religiosa do culto mitráico, mas, sim, da considerável mobilidade peculiar à sociedade romana, de forma geral – particularmente das missões governamentais de servos civis e destacamentos de pessoal

¹⁵ Compare, no entanto, com BECK 2004: 99

militar, que constituíam a maior parte daqueles que compunham essas associações. Similarmente, os cultos de Isis não parecem terem se propagado como consequência de processos religiosos associados com seus ritos, mas por mercadores egípcios sob as condições do expansionismo comercial romano. Tal mobilidade social, no entanto, não era uma característica das culturas tradicionais da Nova Guiné¹⁶, em termos das quais Whitehouse inicialmente formulou sua teoria (Cf. WHITEHOUSE, 1995).¹⁷ Consequentemente, as variáveis sobre as quais sua teorização é predicada devem ser, de acordo, ajustadas, se quisermos que se tornem úteis para o nosso entendimento da situação religiosa vigente durante o período imperial romano.

Não pretendemos sugerir que uma abordagem cognitiva para a história das religiões deva substituir os métodos historiográficos e comparativos tradicionais, ou que esses sejam, de alguma forma, reduzidos à primeira. Ao invés, acreditamos que uma aproximação cognitiva – um programa de pesquisa interessado na maneira pela qual as mentes humanas funcionam, como elas produzem os tipos de artefatos culturais que fabricam, como elas transmitem (ou ignoram) esses produtos – deve, se bem-sucedida, ser de interesse preeminente aos historiadores. Teorizações cognitivas podem, em outras palavras, prover um suplemento para os métodos tradicionais de historiadores e comparatistas e, quando possível, um corretivo para suas suposições e interpretações das “mentes” históricas e etnográficas. O amplo espectro intercultural de conhecimento controlado por historiadores e estudiosos de religiões comparadas pode, por outro lado, não apenas acessar os prognósticos de teorias cognitivas com exemplos e contraexemplos, mas, também, prover uma verificação das hipóteses fornecidas pelas interpretações de “religião”, muitas vezes ingênuas e paroquiais, realizadas por cientistas cognitivos em seus modelos de pesquisa. O resultado de tal trabalho colaborativo pode, então, resultar em um estudo compreensivo e verdadeiramente acadêmico-científico para a crença e o comportamento religioso.

Bibliografia:

¹⁶ Apesar de Whitehouse ter desenvolvido sua teoria para explicar o Pomio Kivung – um movimento milenarista interno ao povo Mali Baining de Papua Nova Guiné – e os grupos que, periodicamente, se cindiam desse agrupamento, já em seu estudo original ele concluiu, baseado na dinâmica e nos alicerces universais da cognição humana, que sua explanação talvez pudesse ser generalizável.

¹⁷ Não obstante, a formulação inicial de Whitehouse para a variável associada com a disseminação da modalidade imagística – “apenas por meio das ações do grupo”, ao invés do “proselitismo” (WHITEHOUSE, 1995: 197) – se aproxima muito daquilo que sabemos a respeito das formas pelas quais os cultos mitráicos vieram a se disseminar (CLAUSS, 2001: 34-37).

Apuleius, *Metamorphoseon libri* – APULEIUS. **Metamorphoses**: Books 7-11. Tradução de J. Arthur Hanson. Cambridge: Harvard University Press, 1989.

ATRAN, Scott. **In Gods We Trust**: the Evolutionary Landscape of Religion. New York: Oxford University Press, 2002.

Aristotelis, *Fragmenta Selecta* – ARISTOTLE. **Fragmenta Selecta**. Edição de Sir David Ross. Oxford: Oxford University Press, 1955.

BARTH, Fredrik. **Ritual and Knowledge among the Baktaman of New Guinea**. New Haven: Yale University Press, 1975.

_____. **Cosmologies in the Making**: A Generative Approach to Cultural Variation in Inner NewGuinea. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BECK, Roger. Ritual, Myth Doctrine, and Initiation in the Mysteries of Mithras: New Evidence from a Cult Vessel. **Journal of Roman Studies**, v. 90, p. 145-180, 2000.

_____. Four Men, Two Sticks, and a Whip: Image and Doctrine in a Mithraic Ritual. In: Whitehouse, H, MARTIN, L. H. (Org.). **Theorizing Religions Past**: Archaeology, History, and Cognition. Walnut Creek: AltaMira Press, p. 87-103, 2004.

BELL, Catherine. **Ritual Theory, Ritual Practice**. New York: Oxford University Press, 1992.

BESKOW, Per. Branding in the Mysteries of Mithra? In: BIANCHI, U. (Org.). **Mysteria Mithrae**. Leiden: Brill, p. 487–501, 1979.

BIANCHI, Ugo. **The Greek Mysteries**. Leiden: Brill, 1976.

BREWER, William F. ‘Schemata.’ In: WILSON, R. A., KEIL, F. C. (Org.). **The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 729–730, 1999.

BUCKNER, Randy L. ‘Neuroimaging of Memory.’ In: GASSANIGA, M. S. (Org.). **The New Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 817–828, 2000.

BURKERT, Walter. **Ancient Mystery Cults**. Cambridge: Harvard University Press, 1987.

CLAUSS, Manfred. **The Roman Cult of Mithras: The God and His Mysteries**. London: Routledge, 2001.

CLINTON, Kevin. **Myth and Cult**: The Iconography of the Eleusinian Mysteries. Stockholm: Svenska Institutet i Athen, 1992.

FREUD, Sigmund. Obsessive Acts and Religious Practices. In: **Sigmund Freud**: Collected Papers, Vol. 2. New York: Basic Books, p. 25–35, 1907.

GOMBRICH, Ernst H. **The Image and the Eye**. Oxford: Phaidon, 1982.

GRAGG, Douglas L. Old and New in Roman Religion: A Cognitive Account. In: WHITEHOUSE, H., MARTIN, L. H. (Org.). **Theorizing Religions Past: Archaeology, History, and Cognition**. Walnut Creek: AltaMira Press, p. 69–86, 2004.

GRAFF, Fritz. Initiation: A Concept with a Troubled History. In: DODD, D. B., FARAONE, C. A. (Org.). **Initiation in Ancient Greek Rituals and Narratives: New Critical Perspectives**. London: Routledge, p. 3–24, 2003.

GRIFFITH, Alison B. The Imagistic Modes in Roman Religion: National Catastrophe and Religious Response in the Second Punic War. In: MARTIN, L., PACHIS, P. (Org.). **Imagistic Traditions in the Graeco-Roman World**. Thessaloniki: Vantias, p. 153–178, 2009.

HERON, Woodburn. The Pathology of Boredom. In: MCGAUGH, J. L., WEINBERGER, N., WHALEN, R. (Org.). **Psychobiology: Readings from Scientific American**. San Francisco: W. H. Freeman, p. 178–82, 1967.

Hieronymus, *Epistulae 107 ad Laetam* – JEROME. **Select Letters**. Tradução de F. A. Wright. Cambridge: Harvard University Press, 1933.

HOGAN, Patrick Colm. **Cognitive Science, Literature, and the Arts**. London: Routledge, 2003.

HORN, H. G. Das Mainzer Mithrasgefäss. **Mainzer Archäologische Zeitschrift**, v. 1, p. 21–66, 1994.

Hyppolitus, *Refutatio Omnium Haeresium* – HIPPOLYTUS. **Refutation of All Heresies**. Tradução de M. David Litwa. Atlanta: SBL Press, 2016.

Homeri Hymnus in Cererem – HOMER. **Homeric Hymns, Homeric Apocrypha, Lives of Homer**. Tradução de Martin L. West. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

LAWSON, E. Thomas, MCCAULEY, Robert N. **Rethinking Religion: Connecting Cognition and Culture**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Bringing Ritual to Mind: Psychological Foundations of Cultural Forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002

LEDOUX, Joseph. **Synaptic Self: How Our Brains Become What We Are**. New York: Viking Penguin, 2002

LEWIS-WILLIAMS, David. **The Mind in the Cave: Consciousness and the Origins of Art**. London: Thames & Hudson, 2002.

LINCOLN, Bruce. The Initiatory Paradigm in Anthropology, Folklore, and History of Religions. In: DODD, D. B. Dodd, FARONE, C. A. (Org.). **Initiation in Ancient Greek Rituals and Narratives: New Critical Perspectives**. London: Routledge, p. 241–54, 2003.

Livius – LIVY. **History of Rome: Books 38-39**. Tradução de Evan T. Sage. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

MARTIN, Luther H. Akin to the Gods or Simply One to Another? Comparison with Respect to Religions in Antiquity. In: KLIMKEIT, H. J. (Org.). **Vergleichen und Verstehen in der Religionswissenschaft**. Wiesbaden: Harrossowitz, p. 147–159, 1997.

MARTIN, Luther H. History, Cognitive Science, and the Problematic Study of Folk Religions: The Case of the Eleusinian Mysteries of Demeter **Temenos**, v. 39–40, p. 91-99, 2004.

_____. Aspects of “Religious Experience” among the Hellenistic Mystery Religions. **Religion & Theology**, v. 12, n. 3, p. 349-369, 2005a.

_____. Performativity, Discourse and Cognition: “Demythologizing” the Roman Cult of Mithras. In: BRAUNN, Willi (Org.). **Rhetoric and Reality in Early Christianity**. Waterloo: Wilfrid Laurier University Press, p. 187–217, 2005b.

MCCAULEY, Robert N., LAWSON, E. Thomas. **Bringing Ritual to Mind: Psychological Foundations of Cultural Forms**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

MCRAE, Ken, MICHAEL, Jones. Semantic Memory. In: REISBERG, Daniel (Org.). **The Oxford Handbook of Cognitive Psychology**. New York: Oxford University Press. p. 206–216, 2013.

MITHEN, Steven. Looking and Learning: Upper Palaeolithic Art and Information Gathering. **World Archaeology**, v.19, p. 297-327, 1988.

MYLONAS, George E. **Eleusis and the Eleusinian Mysteries**. Princeton: Princeton University Press, 1961.

NILSSON, Martin P. **The Dionysiac Mysteries of the Hellenistic and Roman Age**. New York: Arno Press, 1975.

Origenes, *Contra Celsum* – ORIGEN. **Contra Celsum**. Tradução de Henry Chadwick. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

Plinius, *Naturalis Historia* – PLINY. **Natural History: Books 28-32**. Tradução de W. H. S. Jones. Cambridge: Harvard University Press, 1963.

Plutarchus, *Demetrius* – PLUTARCH. **Lives: Demetrius and Antony, Pyrrhus and Gaius Marius**. Tradução de Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1920.

_____. *Moralia*, 81E - _____. **Moralia: Volume I**. Tradução de Franck Cole Babbitt. Cambridge: Harvard University Press, 1927.

_____. *Moralia*, Fragmento 178 - _____. **Moralia: Volume XV**. Tradução de F. H. Sandbach. Cambridge: Harvard University Press, 1969.

Porphyrus, *De Antro Nympharum* – PORPHYRY. **On the Cave of the Nymphs**. Tradução de Robert Lamberton. Barretts: Station Hill Press, 1983.

SCARBOROUGH, John. The Pharmacology of Sacred Plants, Herbs, and Roots. In: FARAONE, C. A., OBBINK, D. (Org.). **Magika Hiera: Ancient Greek Magic and Religion**. New York: Oxford University Press, p. 138-74, 1991.

SCHACTER, Daniel L., CURRAN, Tim. Memory with Remembering and Remembering without Memory: Implicit and False Memories. In: GASSANIGA, M. S. (Org.). **The New Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 829–844, 2000.

SCHMITZ, Leonhard. Pontifex. In: SMITH, William (Org.). **A Dictionary of Greek and Roman Antiquities**. Londres: John Murray, p. 939-942, 1875

SMITH, Jonathan Z. ‘Ritual.’. In: SMITH, Jonathan Z. (Org.). **The HarperCollins Dictionary of Religion**. San Francisco: HarperCollins, p. 930–932, 1995.

Synesius, *Dio, sive de suo ipsius instituto* – SYNESIUS. **The Letters of Synesius of Cyrene**. Tradução de Augustine Fitzgerald. Oxford: Oxford University Press, 1926.

Tertullianus, *De Corona Militis* – TERTULLIAN. **Disciplinary, Moral and Ascetical Works**. Tradução de R. A. Arbesmann, E. J. Daly, E. A. Quain. New York: FATHERS OF THE CHURCH, INC., 1959.

TULVING, Endel. ‘Episodic vs. Semantic Memory.’ In: WILSON, R. A., KEIL, F. C. (Org.). **The MIT Encyclopedia of the Cognitive Sciences**. Cambridge: MIT Press, p. 278-280, 1999.

TURCAN, Robert. **The Cults of the Roman Empire**. Oxford: Blackwell, 1996.

ULLMAN, M. T. Contributions of memory circuits to language: the declarative/procedural model. **Cognition**, v. 92, n. 1-2, p. 231-270, 2004.

Valerius Maximus – MAXIMUS, Valerius. **Memorable Doings and Sayings: Books 1-5**. Tradução de D. R. Shackleton Bailey. Cambridge: Harvard University Press, 2000.

VERMASEREN, Maarten J. **Mithras: The Secret God**. New York: Barnes & Noble, 1963.

_____. **Mithriaca I: The Mithraeum at S. Maria Capua Vetere**. Leiden: Brill, 1971.

ZAIDMAN, Luise Bruit, PANTEL, Pauline Schmitte. **Religion in the Ancient Greek City**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

WASSON, R., RUCK, A. P., HOFMANN, Albert. **The Road to Eleusis: Unveiling the Secret of the Mysteries**. New York: Harcourt Brace Javonovich, 1978.

WHITEHOUSE, Harvey. **Inside the Cult: Religious Innovation and Transmission in Papua New Guinea**. New York: Oxford University Press, 1995.

_____. **Arguments and Icons: Divergent Modes of Religiosity**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. Modes of Religiosity: Towards a Cognitive Explanation of the Sociopolitical Dynamics of Religion. **Method & Theory in the Study of Religion**, v. 14, p. 293–315, 2002.

_____. **Modes of Religiosity: A Cognitive Theory of Religious Transmission**. Walnut Creek: AltaMira Press, 2004.

WILLIAMS, H. L., CONWAY, M. A., COHEN, G. Autobiographical Memory. In COHEN, G., CONWAY, M. A. (Org.). **Memory in the Real World**. London: Psychology Press, p. 21-90, 2008.

A MORTE ABREVIADA: ANÁLISE DE MONUMENTOS FUNERÁRIOS ROMANOS DEDICADOS A CRIANÇAS

Jaqueline Souza Veloso¹

Resumo:

A presente comunicação versa acerca de monumentos funerários romanos da família Servilii, de Sulpicius Maximus e de Iunia Procula. Todos eles possuem em comum a representação de crianças com maior ou menor grau de destaque e individualização. Nesse estudo tenciono analisar de que maneira os dispositivos imagéticos foram utilizados para veicular mensagens de status social e econômico além de questões de gênero. As imagens que demonstram expectativas frustradas pela morte e a dor da ausência serão utilizadas como material para compreender a maneira como crianças eram retratadas no contexto funerário e compreendidas no Império.

Palavras-chave: Monumentos funerários romanos; Família Servelii; Crianças.

THE SHORT DEATH: ANALYSIS OF ROMANIAN FUNERAL MONUMENTS DEDICATED TO CHILDREN

Abstract:

This communication deals with Roman funerary monuments of the Servilii family, Sulpicius Maximus and Iunia Procula. All of them have in common the representation of children with greater or lesser degree of prominence and individualization. In this study I intend to analyze how the imaging devices were used to convey messages of social and economic status in addition to gender issues. Images that demonstrate frustrated expectations for death and the pain of absence will be used as material for understanding how children were portrayed in the funerary context and understood in the Empire.

Keywords: Romanian funeral monuments; Family Servelii; Children.

¹ Mestranda em Arte e Cultura Contemporânea pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: jaqueveloso@yahoo.com.br

Esse estudo procura compreender como os mecanismos de individualização se desenvolveram nas representações mortuárias de crianças desde os relevos dos libertos até os altares funerários. Em outras palavras, ele se serve à proposta de entender como os romanos passaram a ver as crianças como indivíduos imagetivamente na esfera mortuária e a representa-las.

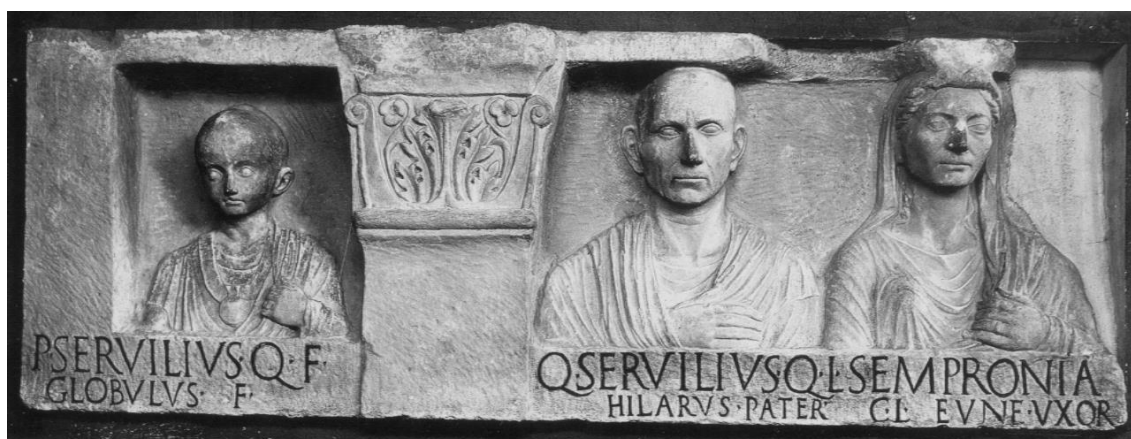
Os relevos feitos por libertos com a presença de crianças foram uma forma de presentificar seus status sociais familiares recém-adquiridos e precederam o costume de representar crianças em monumentos fúnebres individuais. Eles surgiram um pouco antes da representação do Ara Pacis.

O Ara Pacis, como obra encomendada pelo Senado após a vitória de Augusto sobre a Gália e a Espanha inaugurou na esfera pública a representação de crianças e possivelmente influenciou o boom desse tipo de representação após si juntamente com a lei *Papia Poppaea* (9 d.C) que simplifadamente encorajava o matrimônio e fazia parte do conjunto das Leis Julianas criadas por Augusto (KLEINER, 1992: 92).

O aparecimento de crianças nos painéis dos libertos é atribuído ao resultado da influência das políticas de Augusto de promoção de valores familiares.

O relevo funerário da família Servilii (ou Seruilli²), que precedeu o Ara Pacis, pode ser incluído nessa tendência da representação dos filhos ainda na infância. Ele data de aproximadamente 30 a.C e tem representado um casal num grupo que contem figuras adultas e uma criança.

Fig. 1³: Relevo da família Servilii



² O monumento que é lido por Rawson em *Children and Childhood in Roman Italy* como pertencente à família Serulli é o mesmo que V. Kockel (1993) chama de em homenagem aos Servilii.

³ Relevo da família Servilii. Proveniente do Conservatorio dei Mendicanti – Via del Colosseo (século XVIII), Museu Laterano (1963). Data: 30 – 20 a.C. Retirado de V. Kockel (1993), H 6 (Plate 51)

O menino possui olhos e orelhas grandes e uma cabeça arredondada que indicam que se trata de uma criança tenra e é representado de frente como todos os demais e como eles tem uma expressão facial neutra. Ele carrega sua toga praetexta na mão esquerda e há uma inscrição embaixo de cada retrato. Embaixo do retrato do menino lê-se: *P(ublius) · Servilius · Q(uinti) · f(ilius) · | Globulus · f(ilius)*.

O status de nascido livre de Publio Servilius Globulus é demarcado pela *tria nomina* (*praenomen, nomen, cognomen*) e reforçado pela sua filiação que é indicada com a letra F.

Na inscrição colocada abaixo da cabeça do seu pai lê-se: *Q(uintus) · Servilius · Q(uinti) · l(ibertus) · | Hilarus · pater*.

O status de liberto de Quintus Servilius Hilarus é indicado pela *tria nomina* e pela presença da letra L, abreviação de libertus.

Na inscrição abaixo da cabeça da mulher se lê: *Sempronia | C(aii) · l(iberta) · Eune · uxor*. A presença da abreviação L também indica que ela é uma liberta.

Mesmo que esse painel tenha um contexto funerário ele não indica quais da família estavam mortos. Além disso, ele não possui as inscrições características de dedicação aos Manes ou *Hic Situs Est*, frases comuns em epitáfios. Entretanto, como os relevos de libertos com crianças são apontados (SCARFO, 2012: 62) como os influenciadores dos monumentos funerários individuais de crianças podemos conjecturar, que em muitos casos esses relevos de libertos, mesmo os que não continham indicação dos falecidos, referiam-se as crianças ainda mais se considerarmos que elas eram um grupo com mais altas taxas de mortalidade do que os adultos.

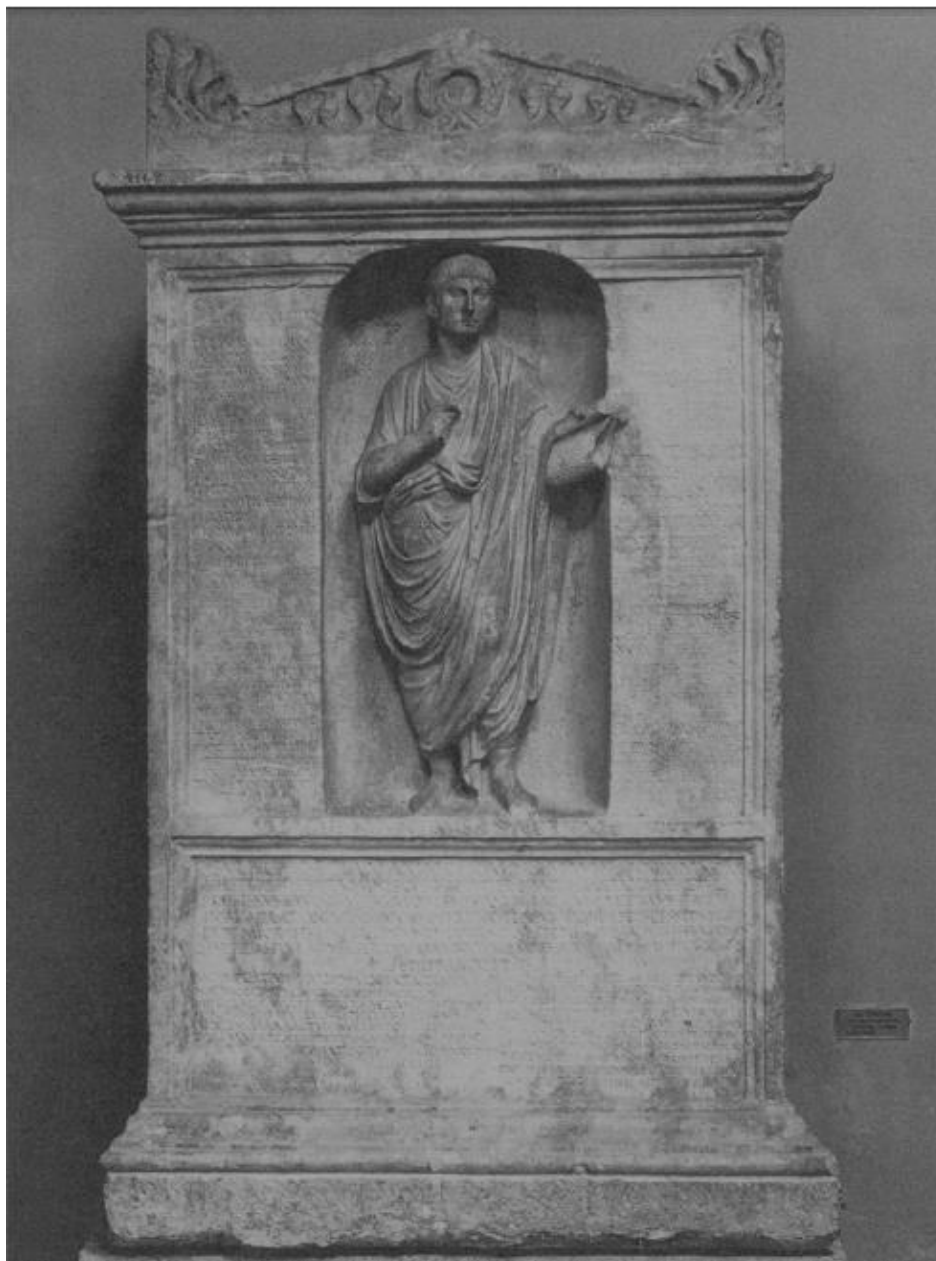
Esse relevo foi escolhido para estar na comunicação porque ele enfatiza a relação familiar entre as figuras e é um dos primeiros nos quais foi representado uma criança. A posição em separado dos seus pais é importante porque também assinala, segundo Rawson (RAWSON, 2003: 31) o status diferenciado do menino e o claro desejo de sua família demonstrar sua elevação social tanto pelo nome assinalado abaixo quanto pela sua posição separada por uma coluna, uma espécie de formação arquitetural, dos seus pais na imagem.

Os relevos de libertos foram o primeiro gênero funerário a representar crianças. Eles deixaram de ser populares no fim do século I quando os altares funerários ficaram na moda.

No caso dos Servilii o painel ajuda a legitimar sua linhagem. Como escravos libertos eles não tinham nenhuma ancestralidade da qual falar, entretanto o filho assinalava uma esperança de inserção

na sociedade num status superior. O retrato não serve apenas à memória, mas nesse caso é um meio de demarcar uma posição social.

O altar dedicado a Sulpicius Maximus é referente a uma criança, morta com onze anos, mas que foi representada como um jovem adulto. Ele encontrava-se na Via Salaria e atualmente localiza-se no Museu Capitolino datando de aproximadamente 94 d.C. O epitáfio está abaixo da estátua em latim e, embaixo dele em grego há mais detalhes, dentre eles, que seu filho morreu de exaustão após estudar muito. No epitáfio em latim lê-se que o menino venceu uma competição de poesia e que deixou a todos maravilhados com sua inteligência e sensibilidade.

Fig. 2⁴: Altar de Sulpicius Maximus

Na parte em Latim há a identificação:

Q(uinto) · Sulpicio · Q(uinti) · f(ilio) · Cla(udia tribu) · Maximo (...) | Q · Sulpicio · Eugramus · et · Licinia · Ianuaria · parent(es) (...).

Segundo Rawson o nome de seus pais demonstra que ele é a primeira geração da família nascido livre porque seus cognomina são nomes que parecem ser de ex-escravos. Na representação

⁴ Altar de Q. Sulpicius Maximus. Proveniente de Roma Via Salaria. Data: 94-100 d.C. Retirado de: D. E. E. Kleiner (1987), Cat. No. 45 (Plate 28)

do menino não há características infantis em seu rosto. Ele não veste a bulla, um adereço que segundo Palmer, possuía funções apotropaicas (PALMER, 1989: 1) e que por ser caro, conferia aos meninos que o utilizavam status financeiro⁵. Não está nitido se ele veste uma toga *praetexta*, a veste tradicional das crianças, ou uma toga *virilis*, que elas recebiam assim que se tornavam adultas porque a única diferença entre elas se dá na cor da borda púrpura da toga *praetexta* (SEBESTA, 2005: 115). É possível que seus pais Eugramus e Iaunuarua escolheram representa-lo numa toga *virilis* para elevar seu status, uma interpretação lógica uma vez que complementa a representação prospectiva de Maximus. Entretanto, esses dois tipos de vestes eram utilizados por cidadãos romanos e, em ambos os casos representariam um destaque ao seu status.

Outro ponto a ser salientado é a valorização de sua intelectualidade e promessa de sucesso profissional que se insinua pela sua pose de orador, pelo pergaminho em sua mão esquerda e por estar vestido como um cidadão romano. O texto em latim e sua tradução em grego também corroboram para a construção do entendimento de que, se não estivesse morto ele se tornaria um homem admirável e bem-sucedido.

A educação era um aspecto muito valorizado para crianças e adolescentes nesse período, especialmente tratando-se de meninos (RAWSON, 2003: 19). Representado como uma promessa intelectual Maximus é também mostrado como o objeto das esperanças, do amor, orgulho e agora sofrimento dos pais.

Em comparação com o relevo anterior podemos notar que há um grande salto em direção à individualização da criança: antes representada em conjunto e agora sozinha, num monumento só seu. Além disso, demarca com mais clareza as esperanças de ascensão familiar depositadas nela. Os meninos eram mais comemorados do que meninas (RAWSON, 2003: 20), o que faz muito sentido numa sociedade em que as maiores oportunidades de destaque social eram legadas aos homens. Entretanto ainda havia lugar para o lamento delas.

⁵ A narrativa de Suetônio em *Divus Julius* 84.4. conta que no funeral de César foi jogado sobre a pira funerária além de jóias, armas e outros objetos também a bulla. Fica nítido que a bulla possuía um valor simbólico, mas também material, porque figurava ao lado de objetos caros.

e pôs uma maldição sangrenta inscrita atrás contra Acte, o adúltero Zosimum e aqueles que fugiram com eles.

O altar de Iulia Procula caminha em direção a um avanço na questão da individualização da criança por sua imagem, mas por outro lado, na parte da escrita perde um pouco a individualidade uma vez que seu monumento é palco de disputas familiares. Imageticamente ele dá mais um passo na direção da individualização da criança, é um altar não tão frontal (é feito para ser visto de todos os lados). Ele não possui, nenhuma esperança clara de ascensão social como no anterior de Maximus, talvez apenas de um casamento afortunado uma vez que o espaço para a ascensão social de mulheres estava em muito vinculado a um casamento de sucesso. Entretanto, sua individualização como pessoa, desvinculada dos interesses da família sobre o sucesso financeiro de sua vida, eleva ainda mais a individualidade de sua representação e consequentemente a sua visão como indivíduo.

Bibliografia:

KLEINER, D. E. E. *Roman Imperial Funerary Altars with Portraits*. Roma : G. Bretschneider, 1987.

KOCKEL, V. *Porträtreliefs stadtrömischer Grabbauten: Ein Beitrag zur Geschichte und zum Verständnis des spätrepublikanisch-frühkaiserzeitlichen Privatporträts*. Mainz am Rhein : P. von Zabern, 1993.

PALMER, R. E. A. 'Bullae Insignia Ingenuitatis', 1989. *AJAH* 14: 1-69.

RAWSON. B. *Children and Childhood in Roman Italy*. Inglaterra: Oxford University Press, 2003.

SCARFO, B. N. *A life unlived: the roman funerary commemoration of children from the first century B.C to the mid-second century A.D.* 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Artes) pela McMaster University, 2012.

SEBESTA, J. L. , 'The *toga praetexta* of Roman Children and Praetextate Garments', in L. Cleland, M. Harlow, and L. Llewellyn-Jones (eds.), *The Clothed Body in the Ancient World*. Oxford, 2005, p. 113-120.

Fontes:

KLEINER, D. E. E., *Roman Group Portraiture: The Funerary Reliefs of the Late Republic and Early Empire*. Nova York: Garland Publishers, 1977.

SALLER, R. P. e B. D. Shaw 'Tombstones and Roman Family Relations in the Principate: Civilians, Soldiers and Slaves' (1984), *JRS* 74: 124-156.

OS CONFLITOS E A POLÍTICA DO RENASCIMENTO CAROLÍNGIO

Júlio Villaça Carreteiro¹

Resumo:

A pesquisa da qual este trabalho resulta busca revisitar um significativo momento da idade média de suma importância para os movimentos modernos do humanismo e renascimento e também para a preservação do pensamento clássico no ocidente. Visitas, releituras, questionamentos e considerações são levantadas em torno da motivação da reforma educacional promovida por Carlos Magno durante o século VIII e IX e o papel da Igreja de Roma neste processo, assim como os percalços enfrentados na sua implementação, que ficou conhecido como o Renascimento Carolíngio (SULLIVAN, 1995: 25). A reforma educacional é abordada pela participação dos filósofos que influenciaram diretamente sua formulação e implementação.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma Educacional, História Medieval, Império Carolíngio, Igreja Cristã.

THE CONFLICTS AND POLITICS OF CAROLINGIAN RENAISSANCE

Abstract:

The research from which this work results seeks to revisit a significant moment of the middle age of extreme importance for the modern movements of humanism and rebirth and also for the preservation of classical thinking in the West. Visits, re-readings, questionings and considerations are raised around the motivation of the educational reform promoted by Charlemagne during the 8th and 9th century and the role of the Church of Rome in this process, as well as the mishaps faced in its implementation, which became known as part of the Carolingian Renaissance (SULLIVAN, 1995: 25). Educational reform is approached by the participation of philosophers who directly influenced its formulation and implementation.

KEYWORDS: Educational Reform, Medieval History, Carolingian Empire, Christian Church.

¹ Graduando do curso de História da Universidade Veiga de Almeida – RJ. E-mail: juliovlct@gmail.com

Introdução:

Abordagens conclusivas e com seu estudo geralmente direcionado na limitada ótica de transição entre a queda do Império Romano e o modelo capitalista suscitaram a dúvida; O período medieval foi apenas transitório? O objetivo deste artigo é uma proposta de releitura e alguns questionamentos quanto aos conflitos políticos durante a era do Carlos Magno e a herança deixada pelo seu governo através da ótica educacional e eclesiástica.

Falaremos sobre a reforma educacional promovida durante o Renascimento Carolíngio (SULLIVAN, 1995: 1), a influência da igreja neste processo e sua herança para o ocidente.

Primeiro devemos entender o cenário em que se encontrava o reino franco: Em 777, pouco após a incrível vitória sobre os Lombardos, rechaçar a revanche lombardo-bizantina e exterminar grande parte dos rivais saxões, Carlos Magno se deixou seduzir pela possibilidade de marchar contra a península ibérica e trazer a “glória de nosso senhor para a terra dos infiéis” (LEWIS, 2010: 154) graças ao pertinente pedido de auxílio de Suleiman ibn al-A’rabi, o emir abássida de Barcelona e Girona, acompanhado de seus coconspiradores, al-Hussein ibn Sa’d ibn Ubada, wali de Zaragoza, e o não identificado wali de Huesca. Os três adentraram a dieta de Paderborn de 777 buscando auxílio para resolver pejejas e ameaças regionais. Prometeram ao Rei Franco apoio militar em troca de resoluções mútuas. O desenrolar foi a grande derrota de Carlos Magno, traído pelo medo dos conspiradores sarracenos, que recusaram manter suas promessas. O saldo final da maior empreitada internacional já feita até aquele momento foi a perda de todo o saque, a morte de alguns dos principais membros do seu exercito e uma possível desmoralização. Perante o frágil sistema que era baseado apenas na confiança dos vassalos, esta derrota poderia ter tido graves consequências. Não cabe aqui entrar nos pormenores dessa campanha, mas sim entender o que estava em jogo. Carlos Magno obteve posteriormente influência direta em toda a margem leste do Ebro e conseguiu habilmente driblar os impactos negativos de sua derrota, mas algo havia mudado.

A mudança:

Alguns anos antes, após a vitória sobre os Lombardos em 776, o rei franco iniciou contato com Pedro de Pisa – o primeiro a letrar Carlos Magno no Latim; e Paulo, o Diacono – historiador lombardo que adquiriu grande admiração real. Talvez, o contato com os dois intelectuais tenha

chamado a atenção do rei franco tanto para a necessidade de validação histórica do seu reinado, como para a importância dos assuntos relacionados à cultura clássica. Uma das figuras que vem a ser fundamental para as resoluções políticas que viriam a acontecer é Alcuíno. Este passa a integrar a corte franca nos primeiros anos da década de 780 e logo ascende a Mestre da Escola do Palácio de Aquisgrana. Einhard, especialista em latim e, posteriormente, autor da biografia de Carlos Magno também passa a integrar a corte na mesma época. A influência de importantes pensadores pode ter feito do temível conquistador um hábil estadista? É uma questão para reflexão.

Carlos Magno, ao cercar sua corte de pensadores articulados, torna clara sua intenção. Era necessário recorrer a recursos além dos bélicos para a manutenção do seu vasto território. Indo além, não seria através das armas que finalmente os francos iriam adquirir o protagonismo como defensores e propagadores dos princípios cristãos e romanos no mundo. Esse objetivo teria sido alcançado pelo mérito franco e pela desqualificação dos seus rivais.

Para obter tal mérito era necessário o que a propagação da fé fosse verdadeira e única nos domínios francos. A coroa não possuía recursos logísticos para abranger sua imensa extensão territorial. Era necessário contar com a igreja para conceber tal tarefa. Coube então a Carlos Magno ordenar os mosteiros e catedrais, impondo regras a serem seguidas por todo representante eclesiástico em seu território. Para isso foram organizados em 789 dois documentos considerados como os manifestos da reforma educacional carolíngia: A *Admonitio Generalis* e a *Epistola De Litteris Colendis*, frutos da inquieta e afiada mente de Alcuíno de York.

A *Epistola De Litteris Colendis* era uma correspondência direcionada para todos os mosteiros do reino carolíngio. A motivação foi o teor das cartas enviadas à corte pelos monges que demonstravam uma prosa limitada e pouco conhecimento do latim. A coroa estava convencida de que era necessário o aprofundamento no estudo do latim para que fossem capazes de transmitir os escritos sagrados com seu verdadeiro significado espiritual ao povo.

A *Admonitio Generalis* era destinada a todos os representantes da cristandade. Com várias citações a Josias, foram escritos oitenta e dois artigos com a intenção de “corrigir o que está errado, encerrar o que é inadmissível e fortalecer o que é certo.” (CONTRENI, 1995: 245) Cinquenta e nove dos oitenta e dois artigos derivam diretamente da *Dionysio-Hadriana*, uma coleção modular de cânones oferecida por Adriano I em 774 para orientar a política da Igreja franca (DUFFY, 1998: 57). Cabe lembrar que no mesmo episódio, o Rei recebeu de presente do papa uma série de livros litúrgicos romanos para que servissem de modelo ao culto franco. Os artigos da *Admonitio Generalis* tratavam

da conduta do clero, a valorização do dia do descanso, da importância da preservação dos livros, investidas contra os abusos e pecados de qualquer tipo e, principalmente, obrigando monges e sacerdotes a uma conduta louvável e a instalação de escolas em todos os mosteiros e catedrais para a educação de todos os filhos dos homens livres.

Esses dois documentos revelam os princípios da reforma educacional: Era a leitura e estudo dos escritos sagrados através das artes liberais, que deveriam ocorrer de forma homogênea em todo o território franco através da estrutura eclesiástica e sob a tutela da corte Carolíngia. Através dessa manobra o reino se tornaria então o mais fiel propagador da fé cristã.

Outra alteração partindo da corte foi a instituição da minúscula carolíngia como tipografia padrão a ser utilizada nos domínios francos. Não cabe o fundamento da gênese da tipografia em si, confiando assim a relevância no ato da instituição do padrão e não da autoria do tipo. A mudança faria com que a leitura se tornasse mais fácil, pois a minúscula carolíngia instituía a separação entre as palavras além de letras maiúsculas e minúsculas, além disso, contava com o uso tradicional de iluminuras nessas obras, facilitando assim a compreensão do escrito. O costume perdurou por longos cinco séculos e se estima mais de 7.000 escritos no estilo.

Esse conjunto de medidas pode ser interpretado como um conflito de poderes entre a igreja de Roma e a corte franca devido a interferência direta dos Carolíngios, mas devemos lembrar que as principais regências dos documentos instituídos eram baseadas nas instruções papais, bem como a literatura, mesmo quando de origem do período clássico pagão. Não havia outro monarca que exaltasse tanto a figura do Papa e a relevância da igreja quanto Carlos Magno o fazia. Podemos assim considerar uma parceria entre os Carolíngios e os Romanos na empreitada de valorizar e unificar o ensino e a propagação dos escritos sagrados.

A posição do clero não foi passiva. Tiveram também protagonismo no processo através dos mosteiros e catedrais como centros da reforma educacional e nelas bibliotecas foram construídas, tomos foram copiados e novos manuais de ensino eram desenvolvidos para novos estudantes, onde mestres eram recrutados para acompanhar de perto a educação desses jovens. Dois textos sobre a conduta educacional foram referência do modelo e do objetivo dessa reforma.

O tratado de Hrabanus Maurus, *On Clerical Training*, escrito quando este era professor na catedral de Fulda por requisição de sacerdotes que precisavam de orientação. Assim ele o fez e organizou suas anotações em volumes. O primeiro tratava de uma introdução para os estudantes à igreja, as classes eclesiásticas, as vestimentas, os sacramentos e a Missa. O segundo volume fornece

um resumo sobre o ofício divino, hinos, heresias e a bíblia e termina com a abordagem do que os sacerdotes deveriam saber sobre as artes liberais e os livros de filosofia. Por fim, o terceiro volume trata basicamente de um pastiche de reflexões sobre educação de Agostinho, Gregoryo, Cassiodoro e Isidoro que recebem uma nova função depois de reunidos nos textos de Hrabanus, servindo como instrução para diferentes situações.

O segundo texto é organizado por Notker, o Gago, que reuniu os principais estudiosos da escrita sagrada em um índice, para orientar seu ex pupilo bispo Salomon de Constance. Ele apresenta um programa de leitura baseados nos pais da igreja, Agostinho, Jerônimo e Gregório e recomenda leituras de Isidoro, Hrabanus e Alcuíno.

Todo o programa de reforma foi centrado no estudo dos escritos bíblicos e demonstrou considerável maturidade, principalmente a partir da indicação de leitura de Notker com um elaborado programa de leitura. Porém, limitar a leitura sob a ótica macro omite a realidade. Com tanta diversidade de origens e pensamento dentro do território Carolíngio é fácil concluir que nem tudo foram flores. Apesar de um princípio comum de pressupostos, muitos conflitos sobre particularidades literárias e práticas menores eram comuns e geravam grande tensão no meio eclesiástico. Contreni conclui que muitos riachos diferentes fluíram para o rio da sabedoria cristã, criando de fato escolas filosóficas diferentes. Além dos conflitos filosóficos, a discrepância de estrutura de uma catedral em Mainz e uma capela nos confins da saxônia, bem como os talentos e interesses individuais de cada uma dessas unidades nos faz crer que o programa sistemático desenvolvido pela coroa não obteve a aplicação homogênea como foi idealizada, mas estruturaram o Império Carolíngio para o mérito de povo cristão ideal.

Apesar dos percalsos, o caminho para o reconhecimento do povo franco como o mais cristão dentre os cristãos estava traçado, faltava agora desbancar a seus concorrentes, e foi através do segundo concílio de Niceia de 787 que a corte franca vislubrou o pretexto perfeito para anunciar toda a sua virtude e denunciar os desmandos e herezias bizantinas. A Libri Carolini foi um documento preparado, provavelmente por Theodulfo de Orleans sob a orientação de Alcuíno, para refutar politicamente cada detalhe do concílio celebrado pela Imperatriz Irene, o Patriarca Ortodoxo Tarasios e representantes do Papa Adriano I no concílio que pretendia resolver a iconoclastia endêmica no Imperio Romano do Oriente.

Chamado de Opus Carolini Contra Synodum, a Libri Carolini foi apresentada no Sinodo de Frankfurt e era composta por quatro livros de trinta capítulos cada em que refutava a conclusão

bíblica, eclesiástica, papal e cristã imperial do 2º Concílio de Niceia. Com constantes comparações de Carlos Magno aos reis do antigo testamento, promovendo-o como o digno protetor do cristianismo, a *Libri Carolini* buscava demonstrar a incapacidade dos bizantinos em interpretar os escritos sagrados, ressaltar a incongruência litúrgica entre a doutrina ortodoxa e a igreja de Roma, exemplificar a incompetência de Constantinopla em defender o Papado e a igreja e a ilegitimidade da posição da imperatriz, acusando-a de omissa na fé por distanciamento do Papa e por tentar se impôr acima da igreja, convocando um Concílio Ecumênico para a resolução de um assunto regional.

Algumas curiosidades envolvem esse capítulo, como por exemplo o embasamento para criticar a decisão sobre a interpretação da iconoclastia do 2º concílio de Niceia ter sido fruto de um equívoco na tradução da ata do concílio do grego para o latim. Outro ponto foi a ordem de que todas as correspondências trocadas entre a coroa carolíngia e Roma deveriam ser documentadas e reunidas, para comprovar a proximidade entre os francos e o Papa, originando o *Codex Carolinus*.

Historiadores indicavam a *Libri Carolini* como uma tentativa de polemizar e envergonhar o Papa e ter gerado uma cisão entre Aquisgrana e Roma, mas é uma interpretação errônea, visto a proximidade de Carlos Magno e Adriano I, comprovada no testemunho de Einhard da tristeza profunda de Carlos ao ser informado da morte do Papa. Obviamente a *Libri Carolini* gerou grande polêmica, mas afrontar o papado não era seu objetivo, já que mesmo após esse sínodo, Carlos Magno foi coroado como imperador romano do ocidente.

Sendo assim, o documento pode ser entendido como polêmico e político. Porém “As duas caracterizações são precisas, mas incompletas, pois o *Libri Carolini* foi além da política e da polêmica para se tornar um trabalho de valorização histórica que continha nada menos que a união mais completa de todo o programa ideológico da corte de Carlos Magno durante os anos mais criativos de seu longo reinado” (NOBLE, 1995: 249).

Conclusão:

A interação da Corte e da Igreja acerca da reforma educacional carolíngia se configurou como um processo de formação ideológica através de uma mudança de parâmetros políticos devido a inclusão de mentes brilhantes na corte franca, oferecendo uma solução além da guerra para a manutenção territorial e para o protagonismo no mundo cristão. Suas raízes penetraram de forma

profunda no ocidente e forneceu base para os maiores movimentos intelectuais do ocidente nos séculos seguintes.

Houveram heranças relevantes para o ocidente, como a preservação e disseminação de livros clássicos e das artes liberais, que serviram de base para o pensamento humanista dos séculos seguintes. Mais de setenta catedrais e monastérios preservam até hoje resquícios dos tempos da reforma, como bibliotecas e estruturas para ensino. Muitos pensadores foram oriundos desse movimento, até mesmo o Papa Silvestre II foi um órfão instruído em uma das escolas carolíngias, confirmando também a importância da estrutura física fomentada pela reforma.

Bibliografia:

CONTRENI, John J. The Pursuit of Knowledge. In: SULLIVAN, Richard E, **The gentle voices of teachers: aspects of learning in the Carolingian age**. Ohio: Ohio State University Press, 1995.

DUFFY, Eamon. **Santos e pecadores: a história dos papas** – São Paulo: Cosac & Naify, 1998.

LEWIS, David Levering. **O Islã e a formação da Europa de 570 a 1215**. Tradução de Ana Ban. Barueri: Amarelly, 2010.

NOBLE, Thomas F. X. Tradition and Learning. In: SULLIVAN, Richard E, **The gentle voices of teachers: aspects of learning in the Carolingian age**. Ohio: Ohio State University Press, 1995.

SULLIVAN, Richard E, **The gentle voices of teachers: aspects of learning in the Carolingian age**. Ohio: Ohio State University Press, 1995.

OS VÍNCULOS ENTRE A RENOVAÇÃO CAROLÍNGIA E A ANTIGUIDADE

Marcelo Quintero da Silva¹

Resumo:

Pesquisando sobre o Alcuíno, a quem é atribuído em grande parte a autoria da Renovação Carolíngia, é possível observar elos entre alguns intelectuais de destaque que, separados pelo tempo e pela geografia construíram um legado para as gerações futuras. E, comum a todos, se encontra o conhecimento clássico. Em função disto, procurou-se estabelecer uma cronologia regressiva expondo suas contribuições, mostrando que o espírito de valorização do saber clássico, não foi uma iniciativa inaugurada por um monarca do século VIII, mas sim, fruto das ambições pessoais de alguns homens de séculos anteriores.

Palavras-chave: Conhecimento clássico, Renovação Carolíngia, Pensadores.

THE LINKS BETWEEN CAROLINGIA RENEWAL AND ANTIQUITY

Abstract:

Researching on Alcuinus, to which the authorship of the Carolingian Renewal is largely attributed, it is possible to observe links between some prominent intellectuals who, separated by time and geography, have built a legacy for future generations. And, common to all, is classical knowledge. As a result of this, a regressive chronology was set out, showing the contributions of the spirit of valorization of classical knowledge, not an initiative inaugurated by a monarch of the 8th century, but a result of the personal ambitions of some men of previous centuries.

Keywords: Classical knowledge, Carolingian Renewal, Thinkers.

¹ Marcelo Quintero da Silva – Graduando de Licenciatura em História – UVA – Universidade Veiga de Almeida.
marceloquintero1976@gmail.com.

Introdução:

A afirmação de Jean Delumeau no livro “A Civilização do Renascimento”, de que “o renascimento carolíngio teve, o mérito de conservar e recopiar numerosos manuscritos de autores antigos” (DELUMEAU, 1984: 87), pode ser considerado o ponto de partida deste artigo. A escolha deve-se ao fato de que há muito já é sabido que a Idade Média não se constituiu verdadeiramente na expressão forjada por Petrarca, como “a Idade da Trevas”. Ela não perdeu o contato com a antiguidade. Contudo, fazia-se necessário personificar o vínculo entre os períodos históricos.

Conceber que a Igreja desempenhou tal papel parece uma simplificação da questão, haja vista que instituições não agem por si só, elas necessitam da representação e da ação de homens, influenciados por pressupostos e motivações diversas. Não é pretensão abarcar todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a manutenção do saber clássico. O foco da pesquisa da qual resultou esta comunicação não está propriamente na chamada renovação carolíngia², mas nos homens que alguns séculos antes, permitiram de alguma forma que tal projeto fosse posto em prática entre os anos finais do século VIII.

Pesquisando sobre o Alcuíno, a quem é atribuído em grande parte a autoria da Renovação Carolíngia, é possível observar elos entre alguns intelectuais de destaque que, separados pelo tempo e pela geografia construíram um legado para as gerações futuras. E, comum a todos, se encontra o conhecimento clássico. Em função disto, procurou-se estabelecer uma cronologia regressiva expondo suas contribuições, mostrando que o espírito de valorização do saber clássico, não foi uma iniciativa inaugurada por um monarca do século VIII, mas sim, fruto das ambições pessoais de alguns homens de séculos anteriores.

Antes, porém, faz-se necessário situar o que a historiografia tradicional chamou de “renovação carolíngia”. Tratou-se de um movimento de reforma intelectual e eclesiástica, ocorrido na corte do rei franco Carlos Magno entre os séculos VIII e IX. Destacam-se neste movimento a fundação de escolas monásticas, da escola palatina em Aix-la-Chapelle (residência oficial de Carlos Magno), a unificação litúrgica e a adoção da regra beneditina e a difusão da minúscula carolíngia. O movimento também tinha como objetivo aumentar a eficiência administrativa do reino. Muitos personagens participaram desta empreitada, homens como os Ibéricos Bento, Teodulfo e Agobardo, Paulino,

² Movimento de valorização do saber clássico.

nascido no Nordeste da atual Itália e Pedro de Pisa. Porém é atribuída à Alcuíno a fundação e a direção da Escola do Palácio, esta, por sua vez é o principal centro educacional da reforma carolíngia e é considerado “o motor da vida intelectual para o mundo ocidental” (LOYN, 1990: 158).

Alcuíno – ★ 735, York, Reino Unido / † 804, Tours, atual França

Esta “linha do tempo” se inicia no próprio Alcuíno, natural de York, cidade localizada na Nortúmbria, atual Reino Unido, Alcuíno é descrito por Einhard na *Vita Caroli Magni*, biografia de Carlos Magno, como “O homem mais instruído de seu tempo”.

Decerto, podemos entendê-lo como um erudito em seu tempo. Seus estudos se desenvolveram na escola da catedral de York, e ao que tudo indica, neste local, além das escrituras, eram ensinadas a cultura clássica e as artes liberais compostas pelo trivium e quadrivium. É possível imaginar tal situação por alguns motivos, mencionaremos três:

Primeiro porque o estudo do trivium e quadrivium foram postos em prática por Alcuíno na ocasião da reforma carolíngia. Provavelmente tal fato se deu porque Alcuíno recebeu este tipo de educação; segundo porque percebemos nos ensinamentos de Alcuíno, o domínio de certos conceitos intimamente ligados à Antiguidade. Na forma de diálogo, ele instrui Carlos Magno da importância de o governante dominar a arte da retórica para que este mantenha-se no poder, ele ainda ressaltava que esta arte não era natural do homem, portanto devia ser aprendida. Em outra lição na forma de diálogo, desta vez ministrada à Pepino, filho de Carlos Magno, Alcuíno apresentava reflexões acerca da natureza humana como a escrita e a linguagem; sobre a natureza, demonstrando a importância dos quatro elementos ar, água, fogo e terra; sobre o ciclo da vida e a morte; noções de espaço; anatomia; sobre os órgãos humanos, suas funções e a importância do bom funcionamento de cada um para o todo.

Finalmente o terceiro motivo, em um poema escrito por Alcuíno, no qual é enaltecida a grandiosidade da biblioteca de York, ele mencionou os autores clássicos romanos Cícero, Virgílio, Lucano, Ovídio, Plínio, Boécio entre outros. O historiador inglês Peter Blair corrobora a descrição de Alcuíno, classificando a biblioteca de York como “uma biblioteca cujo conteúdo era inigualável na Europa Ocidental de seus dias” (BLAIR, 2003: 144).

A escola de York além de educar os clérigos, também educava os filhos da nobreza local. Até o momento em nossa pesquisa, persiste uma dúvida sobre o homem que instruiu Alcuíno, alguns autores atribuem ao próprio arcebispo Egbert, outros ao seu discípulo Elberto. Porém o fato que aqui se destaca, é o elo entre Egbert e Beda, pois o primeiro foi aluno e correspondia-se com Beda, que

além de ter contribuído para formação da escola de York, é considerado um dos maiores intelectuais da Inglaterra.

Beda – ★ 672, desconhecido / † 735, Jarrow, atual Reino Unido

Beda foi entregue por seus pais ao abade Bento Biscop ainda muito pequeno, para que fosse educado por ele. Biscop, um religioso beneditino se dividia entre a fundação de mosteiros e as viagens ao continente, invariavelmente tendo como destino principal Roma. Dessa maneira, através de doações de terras do rei Egfrid da Nortumbria, são fundados os mosteiros de São Pedro (Monkwearmouth / 674) e São Paulo (Jarrow / 682).

Em Jarrow, Beda recebeu a educação de Ceolfrido, discípulo de Bento Biscop. É neste local que se encontra a famosa e opulenta biblioteca criada por Biscop ao longo de suas cinco viagens à Roma.

Apesar de ter passado praticamente toda sua vida em Jarrow, Beda não possuía responsabilidades litúrgicas, o que lhe permitiu dedicar-se às atividades que mais lhe encantavam “meu prazer sempre foi ou aprender, ou ensinar, ou escrever” (GILSON, 2001: 220). Diácono aos 19 anos e padre aos 30, Beda formou gerações de alunos, muitos abades e bispos, dentre os quais o já citado Egbert. A produção de Beda foi intensa, e dela, destacam-se alguns aspectos importantes: sua inspiração em Isidoro de Sevilha ao escrever sobre o calendário, a geografia, física e a cronologia; ao escrever a obra “Sobre as Figuras e os Tropos”, utilizou o método de Agostinho de Hipona e a organização de Cassiodoro para explicar os procedimentos literários das sagradas escrituras; Em “História dos Abades de Monkwearmouth e de Jarrow”, Beda demonstrou ceno crítico ao suprimir qualquer relato acerca de milagres, o que destoa dos textos da época. Provavelmente também presente naquela que é considerada sua principal obra, “História Eclesiástica da Bretanha”. Esta obra revelou-se um resultado de um exame detalhado e metódico das fontes escritas e de entrevistas com contemporâneos e tornou-se um modelo por seu estilo simples, direto e despojado. O impacto de tal obra acabou por tornar Beda o padroeiro dos historiados. Beda ainda escreveu obras que tratavam de forma simples temas como teologia, filosofia, aritmética, gramática, astronomia, música e até medicina.

Pelo corpo e pela forma, suas obras:

São notáveis por seu caráter realista e claro, pelo domínio do saber desenvolvido, pelo equilíbrio dos julgamentos feitos: eles fazem do autor um mediador vital entre

o extremo final da Antiguidade tardia e os preâmbulos do renascimento carolíngio (GOFF, 2013: 71).

Isidoro de Sevilha – ★ 560, Cartagena, atual Espanha / † 636, Sevilha, atual Espanha

Pouco se sabe sobre Isidoro até se tornar bispo de Sevilha, aproximadamente no ano de 600, após suceder a Leandro, seu irmão falecido. Não existem consenso sobre sua formação intelectual, sabe-se apenas que era filho de uma família católica com alguma influência e que por ocasião do falecimento de seus pais, ainda muito jovem, Isidoro teve como tutor o seu irmão Leandro. Amigo do Papa Gregório I e correspondente de Cassiodoro, Leandro demonstrava ter intimidade com a formação clerical e com a cultura clássica. Em 584 viria a ser tornar bispo de Sevilha.

A falta de consenso sobre a educação de Isidoro, reside no fato de imaginar-se que os primeiros contatos de Isidoro com o conhecimento clássico tenham sido por intermédio de seu irmão ou então na escola da catedral de Sevilha. “O que quer que tenha ocorrido, a obra do sevilhano revela uma frequência assídua dos textos sagrados e patrísticos, além de um amplo conhecimento das fontes antigas” (GOFF, 2013: 64).

Isidoro é considerado o maior expoente intelectual da Espanha de sua época, e desempenhando papel semelhante ao de Alcuíno em relação à Carlos Magno, atuou como um assessor do rei visigodo Sisebuto para assuntos eclesiásticos e intelectuais. Em função desta relação, Isidoro escreve para o rei a obra “Da Natureza das Coisas”, dividida em aproximadamente 48 capítulos, serve como um manual para explicação do mundo de forma esquematizada e sintética. A obra aborda a astronomia, meteorologia, o cálculo do tempo e os elementos da natureza.

Etimologias, o mais importante legado de Isidoro e considerada “obra central da mediação da cultura antiga” (GOFF, 2013: 64), “fundou” um gênero ao propor a primeira enciclopédia do mundo medieval. Esta obra deve ser compreendida como uma obra científica, pois apresenta o conhecimento de forma sistemática, obedecendo regras de organização rigorosas e bem definidas. Aborda assuntos sobre o mundo, a natureza e os conhecimentos humanos, englobando as artes liberais, medicina, direito, Deus e a Bíblia, a filosofia, a linguagem entre outros temas. Isidoro e sua obra eram extremamente populares ao longo de toda Idade Média, sendo muito influentes durante a renascença carolíngia. Etimologias conheceu ao menos dez edições entre os anos de 1470 e 1530. Ainda fazem parte de sua obra Das Diferenças e do Significado de Palavras; Lamentações de uma Alma Pecadora; Dos Homens Famosos e Da Fé Cristã, contra os Judeus.

Cassiodoro – ★ entre 480 490, Squillace, atual Itália / † 583, Squillace, atual Itália

Nascido entre 480 e 490, o romano Cassiodoro, oriundo de uma família aristocrata, recebeu uma educação clássica. Sendo seu pai prefeito de Pretória na ocasião do reinado do Ostrogodo Teodorico. Desde cedo ascendeu às magistraturas, o que lhe permitiu construir um patrimônio tamanho, que ao término de suas funções políticas de chanceler, adotou uma vida de intensa atividade intelectual. Durante o papado de Agapito, teve como projeto, a criação de uma universidade cristã em Roma, porém o mesmo não se concretizou.

Voltando para suas terras no sul da Itália, construiu um monastério com a finalidade de elevar o nível intelectual de sua comunidade. Influenciado pela teoria de *Agostinho de Hipona*, Cassiodoro entende que é impossível compreender os textos sagrados sem a utilização do conhecimento profano (clássico). O monastério de Vivarium, funcionava principalmente como uma escola. “Em Vivarium, Cassiodoro e seus colaboradores, além de resgatar para a latinidade medieval obras gregas, através da tradução, criaram novas obras latinas cristãs” (CIPA, 2017: 49). Pouco a pouco foi se construindo uma biblioteca composta por escritos sagrados, profanos, latinos e gregos. Havia escrituras sagradas, atas conciliares, escritos de história, tratados de gramática, aritmética geometria, música, astronomia e manuais escolares.

Cassiodoro tinha grande preocupação em se fazer entender por públicos diversos. Organizou sua escrita, hora de forma a direcioná-la aos mais eruditos, hora viabilizando seu entendimento por aqueles menos intelectualizados. Tal preocupação pode ser observada na obra *Varie*:

Como título desses livros, para designar o caráter e os assuntos e sintetizar em uma palavra o conteúdo, escolhi o de *Variae*, pois foi forçado a não usar um único estilo, precisando me endereçar a pessoas diversas. Diversamente, de fato, deve-se falar para pessoas preenchidas por muitas leituras, ou para pessoas de cultura medíocre, ou para quem é totalmente alheio às letras, querendo persuadi-lo, tanto que, às vezes, e uma forma de perícia literária evitar aquilo que os doutos gostam. Não à toa, de fato, a sábia Antiguidade separou três gêneros de eloquência: a humilde, que para seu próprio caráter de linguagem comum parece se arrastar no chão, o médio, que não se eleva à grandiosidade nem decai no desleixo, mas se mantém dentro dos próprios limites, entre um e outro extremos, dotado, porém, duma sua graça, e um terceiro gênero, que, pela altura dos conceitos e das formas se eleva aos cumes mais excelentes do dissertar; certamente, para que toda variedade de pessoas pudesse dispor de uma linguagem própria, e essa, mesmo surgindo de um único peito, corresse, todavia, por caminhos diversos, pois não pode ser chamado de eloquente aquele que não esteja armado dessa tríplice virtude, pronto para enfrentar vigorosamente as situações que se apresentam (IDEM, Liber I, p: 500).

Esta característica pode ser percebida em outras obras de Cassiodoro, como aquela composta já no final de sua vida, o tratado *Da Ortografia*, na qual aborda de forma básica as correções para copistas e leitores, explicando o uso dos sinais de pontuação e a importância de sua boa utilização oral e escrita. Na obra *Comentários Sobre os Salmos*, para demonstrar o fundamento e a importância da salmodia, Cassiodoro se utilizou dos ensinamentos de Agostinho, e para não demandar um esforço de exegese que seus jovens monges não poderiam corresponder, simplificou e sistematizou os conceitos de Agostinho e complementou demonstrando estar presente nos salmos, uma retórica embasada na cultura clássica.

Sua principal obra, *Instituição das Letras Divinas e Humanas*, trata da leitura dos textos sagrados e das artes liberais. No prefácio da obra, novamente invocou o pensamento de Agostinho para legitimar a utilização da cultura clássica para o bom entendimento dos textos sagrados. Para Cassiodoro, além da retórica para entender as figuras e os tropos das escrituras, a gramática era fundamental para quem intencionava copiar corretamente. Clara e bem organizada, a obra serviu de referência para os intelectuais dos séculos seguintes, porém Cassiodoro também é lembrado por ter erigido “um mosteiro que, de fato, antecipa a estrutura organizativa e a função cultural que as instituições monásticas assumirão de modo mais acentuado ao longo dos séculos seguintes” (CRIPPA, 2017: 49).

Boécio – ★ 480, Roma, atual Itália / † 524, Pavia, atual Itália

Por serem contemporâneos, Boécio e Cassiodoro “disputam o título” de “o último dos antigos e o primeiro dos medievais”. Boécio descendia de uma das mais poderosas e tradicionais famílias aristocráticas romanas, os Anicii e assim como Cassiodoro, prestou serviços ao rei Teodorico, chegando a cônsul de Roma em 510, e posteriormente “magister palatii”, até ser acusado de traição, preso e executado em 524.

Boécio recebeu educação clássica em Roma e posteriormente em Atenas, tornando-se especialista em latim e grego, sendo possuidor de um bilinguismo perfeito, segundo relatos de seu contemporâneo Cassiodoro. Tal condição permitiu-lhe almejar algo grandioso: seu objetivo principal era traduzir toda a obra de Aristóteles e Platão, demonstrando através de comentários a sinergia entre as doutrinas dos dois pensadores. Boécio justificava suas pretensões, “por sua paixão pela filosofia à antiga e por seu desejo de garantir no Ocidente a perenidade desse saber” (GOFF, 2013: 41). Apesar de não ter concluído seu intento, sua obra é impressionante, tendo influenciado a Idade Média sob

diversos aspectos, contudo, podemos destacar que suas maiores contribuições são concernentes à lógica e à filosofia.

Boécio foi muito cedo aluno e leitor dos últimos filósofos do helenismo pagão. Não se contentou com a distinção que esses estudos superiores de filosofia grega conferiam aos herdeiros romanos de uma aristocracia cristianizada. Sentiu a falta da tradição propriamente latina, brilhante no campo do direito, da moral, da história, da eloquência e da poesia, mas pouco dada à especulação metafísica e à sutileza dialética. Ele se empenhou, portanto, em prover a língua latina de tratados que aclimassem a metafísica platônico pitagórica, a lógica de Aristóteles e dos estoicos gregos. Com o tempo, tornou-se dessa forma um mediador entre as escolas gregas da antiguidade tardia, herdeiras de um helenismo milenar, e a Idade Média Latina” (FUMAROLI, 2016: 12).

Sua obra é composta por opúsculos sobre matemática, música, geometria, astronomia (8 livros foram dedicados somente a este tema), debruçando-se sobre Aristóteles, traduziu os Primeiros e Segundos Analíticos, acessando-o por intermédio de Porfírio ao comentar o tratado Da Interpretação e A Introdução às Categorias de Aristóteles, escreveu manuais de lógica, dois livros sobre o silogismo categórico e dois livros sobre silogismo hipotético. Sua obra ainda é composta por quatro livros sobre as diferenças tópicas, nos quais são tratados temas da dialética e da retórica.

Porém, ao que tudo indica, sua produção mais impactante é o livro A Consolação da Filosofia, escrito no período de seu cárcere, enquanto era acossado e privado de seus livros, Boécio expressou de maneira sublime suas reflexões e sentimentos na forma de diálogo entre ele e a filosofia, encarnada em uma mulher, que veio em seu socorro.

E dessa forma foram dissipadas as nuvens da tristeza; fui iluminado pela luz celeste e recebi o discernimento para contemplar aquela face. E, mal dirigi o olhar a ela, reconheci minha antiga nutriz, que desde a adolescência frequentava a minha mente: era a Filosofia. E eu lhe perguntei: “Mas que fazes aqui, na solidão de meu exílio, ó mestra de todas as virtudes, tendo descido do alto do céu? Ou também tu, culpada, queres partilhar as acusações caluniosas?” E ela disse: “Haveria eu de abandonar meu discípulo e não tomar também do fardo que suporta e da calúnia que te impuseram? (BOÉCIO, 2016: 34).

Gilson define de maneira singular o papel que coube à Consolação e à Boécio na história:

Não só legou à Idade Média a imagem alegórica da filosofia que vemos, ainda hoje, esculpida nas fachadas de certas catedrais, como deixou dela uma definição, ao mesmo tempo que uma classificação das ciências que ela domina. A filosofia é o

amor à Sabedoria, pelo que não devemos entender a simples habilidade prática, nem mesmo o conhecimento especulativo abstrato, mas uma realidade. A Sabedoria é esse pensamento vivo, causa de todas as coisas, que subsiste em si mesma e só necessita de si para subsistir. Iluminando o pensamento do homem, a Sabedoria esclarece-o e atrai-o a si pelo amor. Assim, a filosofia, ou amor à Sabedoria, pode ser indiferentemente considerada como a busca da Sabedoria, a busca de Deus ou o amor a Deus (GILSON, 2001: 161).

Agostinho – ★ 354, Tagaste, atual Argélia / † 430, Hipona, atual Argélia

Agostinho se mostra um pouco diferente dos homens citados até aqui. Nascido em Tagaste, uma província romana da Numídia, região da atual Argélia, filho de pai pagão e mãe cristã, Agostinho recebeu uma educação clássica em sua cidade natal e mais tarde em Cartago, e durante aproximadamente 33 anos de sua vida se manteve distante da fé Cristã, apesar das influências exercidas por sua mãe.

Ainda jovem, Agostinho mostrava-se avesso à leitura sagrada e identificava-se com os escritos profanos:

E foi um diálogo, hoje perdido, do clássico Cícero que lhe abriria as portas do saber. Chamava-se Hortensius e era um elogio da filosofia. Encantado com a elegância do estilo ciceroniano, recusava-se a ler a Bíblia, oferecida insistentemente pela mãe. As escrituras sagradas pareciam-lhe vulgares e indignas de um homem culto (PESSANHA, 1980: 8).

Apesar de não dominar o grego, teve acesso a algum conteúdo de Aristóteles em língua latina. Sua estada na Itália para lecionar como professor de retórica além de aproximá-lo do neoplatonismo de Plotino, o conduziu ao batizado em 387. De volta à África, em 391 foi elevado ao sacerdócio. Seus primeiros escritos datam do período de seu batismo e são impregnados por especulações filosóficas. Uma vez padre, busca concentrar-se mais nos temas teológicos, porém tais questionamentos estão presentes na maior parte de sua obra que inclui textos pastorais, morais, dogmáticos e exegéticos.

Agostinho é considerado um dos maiores pensadores cristãos de todos os tempos, e ao longo de sua vida, escreveu mais de 100 obras, das quais podemos destacar como as mais relevantes:

Confissões – biografia dividida em 13 livros, narrando sua vida antes e depois da conversão. Cada livro representa uma fase de sua vida, A Infância; os pecados da adolescência; os Estudos; o Professor; em Roma e em Milão; entre amigos; a caminho de Deus; a conversão; o batismo; o encontro com Deus; o homem e o tempo; a criação e por último a paz.

Cidade de Deus – Obra pela qual Agostinho pretende justificar a queda do Império Romano, de acordo com o plano desejado e previsto por Deus, dentro de uma perspectiva histórica teológica. Assim, refuta a declaração pagã de que a invasão visigoda à Roma em 410, foi causada pela ascensão do cristianismo. Cidade de Deus exerceu enorme influência durante a Idade Média, segundo relatos de Einhard, amigo e biógrafo de Carlos Magno, o Imperador adorava que a lessem durante suas refeições.

A obra de Agostinho é tão vasta, que “dizia Isidoro de Sevilha, aquele que dissesse tê-la lido inteiramente estava mentindo” (GOFF, 2013: 25).

Entendimentos:

Sem a pretensão de apresentar uma conclusão final ou uma verdade acabada, mas sim uma perspectiva de análise, as impressões produzidas por esta pesquisa até aqui, dão conta de que ao longo dos séculos, homens dispersos pelo ocidente europeu, motivados mais por fatores internos do que externos, ou seja, suas próprias ambições, em alguns casos com emprego de recursos próprios e de forma abnegada, dedicaram-se à leitura, a tradução, a cópia, a produção de textos, a organização e à transmissão de conhecimento. A dedicação desses e o resultado de seus esforços foi tamanho, que de certa forma estes homens passaram a integrar o panteão dos pensadores antigos e se tornaram também, uma referência para gerações futuras, inspirando-as, assim como Aristóteles, Platão dentre outros, estabelecendo um fio condutor que os une, permitindo a circulação de seus pensamentos, ideias e ideais. Tal perspectiva desconstrói a ideia de uma Idade Média cristalizada e fechada, na qual as pessoas viviam isoladas do mundo exterior ao feudo. Ao longo de sua história, o homem demonstrou seu dinamismo ao se relacionar intensamente como seus contemporâneos de outras cidades, aldeias e sociedades. Por que haveria de ser tão diferente na Idade Média? Imaginar que esta perspectiva aqui exposta é tangível, e que poderia ser tão somente um pequeno extrato dessa realidade, considerando ainda a possibilidade da existência de muitos outros nomes que não foram citados nesta pesquisa, nos conduz a reflexão do quão grande essa rede pode ter sido.

Ao que tudo indica suas motivações variavam tanto quanto sua localização no tempo e no espaço. Alguns buscando entender questões que os afligiam a alma, outros pretendendo tornar perene uma forma de pensamento e de visão de mundo, motivados por questões políticas, em busca de Deus ou talvez simplesmente por uma questão de prazer, uma questão de amor.

Iluminando o pensamento do homem, a Sabedoria esclarece-o e atrai-o a si pelo amor. Assim, a filosofia, ou amor à Sabedoria, pode ser indiferentemente considerada como a busca da Sabedoria, a busca de Deus ou o amor a Deus (BOÉCIO, 2016: 34).

Referências:

- BLAIR, P. H. (2003). *An Introduction to Anglo-Saxon England*. Cambridge: Cambridge - Print On.
- BOÉCIO, A. M. (2016). *A Consolação da Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes.
- CRIPPA, G. (13 de 10 de 2017). *Um bibliotecário e sua biblioteca: Cassiodoro e os leitores ideais na Idade Média*. Fonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: <http://www.fafich.ufmg.br/~memorandum/artigos07/artigo04.pdf>, acessado em 14 de nov de 2017.
- EINHARD. (s.d.). *VITA KAROLI – VIDA DE CARLOS MAGNO*.
- FUMAROLI, M. (2016). Prefácio. Em *Boécio, A Consolação da Filosofia* (p. 12). São Paulo: Martins Fontes.
- GILSON, E. (2001). *A Filosofia da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes.
- GOFF, J. L. (2013). *Homens e Mulheres da Idade Média*. São Paulo: Estação Liberdade.
- LOYN, H. R. (1990). Carlos Magno. Em H. R. Loyn, *Dicionário da Idade Média* (p. 158). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.
- MICHELET, J. (2013). *História da França - Tomo Primeiro - Livros I e II*. (L. F. Correia, Trad.) Rio de Janeiro: Luiz Fernando Serra Moura Correia.
- PESSANHA, J. A. (1980). *Santo Agostinho - Vida e Obra*. São Paulo: Abril Cultural.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

Terra, família e trabalho no sudeste brasileiro

Coordenadores:

Ana Paula Dutra Bôscarro – Doutoranda em História pela UFJF.

Caio da Silva Batista – Doutorando em História pela UFJF.

Thiago Firmino de Souza – Mestre em História pela UFJF.

A diversidade produtiva, econômica e social do Sudeste brasileiro é notoriamente reconhecida, seja no meio urbano, ou nas áreas mais rurais que compunham esse espaço. Ao longo dos anos, muitos foram os estudos que se dedicaram a analisar esse ambiente, englobando não apenas as áreas mais centrais e dinâmicas da região, mas também as localidades mais distantes e periféricas que se encontravam presentes nas capitanias/províncias ao longo dos séculos. Os enfoques e temas de estudo são inesgotáveis. A região abre espaço para investigações diversas e bastante complexas. Nesse sentido, um Simpósio Temático que abarque a temática “Terra, família e trabalho no Sudeste brasileiro”, ganha importância sumária, e, além de enriquecer e estimular futuras análises e abordagens, permite-nos integrar aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e demográficos. As discussões levantadas muito poderão contribuir com os debates historiográficos alusivos ao tema, viabilizando um melhor entendimento acerca da pluralidade e heterogeneidade dos agentes históricos, trabalho, produção, ou seja, das sociedades que se formaram no Centro Sul do país.

O presente simpósio pretende possibilitar o diálogo e a troca de experiências entre pesquisadores com trabalhos acadêmicos finalizados, em andamento ou em processo de construção que tratem da temática das diversas faces do tema “Terra, família e trabalho no sudeste brasileiro”. Nesse sentido, este simpósio busca reunir pesquisadores que abordem as experiências vividas por indivíduos ou grupos sociais no âmbito econômico, social e cultural em contextos históricos envolvendo a terra, a família e o trabalho no sudeste brasileiro dos séculos XVI ao XIX.

“É POSSÍVEL ENTERRAR O PASSADO? REFLEXÕES ACERCA DO TRÁFICO INTERNO DE ESCRAVOS EM JUIZ DE FORA, SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX”

Dayana de Oliveira Silva¹

Resumo:

O século XIX é marcado notoriamente por grandes transformações no Brasil. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz modificou as estratégias de atuação dos traficantes de escravos no país. No entanto, devido à alta lucratividade que esse comércio gerava uma nova modalidade desse negócio se intensificou, sendo ele o tráfico interno. A partir dessas considerações, essa proposta tem por objetivo trazer algumas ponderações acerca do tráfico interno de escravos na cidade de Juiz de Fora, região esta que se encontra no auge da produção cafeeira, sendo um polo econômico agroexportador. Para promover tal reflexão, será analisada nesse trabalho a bibliografia de referência no que tange ao tráfico interno, tanto em esfera nacional quanto aos trabalhos de caráter específico sobre esse comércio em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Escravidão, tráfico interno; Juiz de Fora.

"IS IT POSSIBLE TO BURST THE PAST? REFLECTIONS ON THE INTERNAL TRAFFIC OF SLAVES IN JUIZ DE FORA, SECOND HALF OF XIX CENTURY"

Abstract:

The nineteenth century is marked notoriously by major transformations in Brazil. In 1850, the Law Eusébio de Queiroz modified the strategies of action of the slave traffickers in the country. However, due to the high profitability that this trade generated, a new modality of this business intensified, being it the internal traffic. Based on these considerations, this proposal aims to bring some considerations about the internal slave trade in the city of Juiz de Fora, which is at the height of the peak of coffee production, being an agroexport economic pole. In order to promote such a reflection, will be analyzed in this paper the bibliography that references the internal trafficking, both in the national sphere and the specific work on this trade in Juiz de Fora.

Keywords: Slavery, internal traffic; Juiz de Fora.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail. dayana.oliveira84@hotmail.com

Introdução:

Este trabalho ora apresentado faz parte de uma pesquisa de mestrado em andamento, onde tem por designo averiguar e compreender as estratégias usadas para adquirir mão de obra escrava via tráfico interno, na região de Juiz de Fora, esta localizada na Zona da Mata Sul de Minas Gerais. O período escolhido para este trabalho corresponde à década de 1870, precisamente por compreender a consolidação da cafeicultura em Juiz de Fora e ainda por ser marcada por transformações urbanas importantes que terão o braço escravo como seu principal pilar de funcionamento.

Em específico esse artigo buscar se atentar para os efeitos provocados no pós Lei Eusébio de Queiroz em 1850, lei que fechou o comércio com o maior fornecedor de mão de obra cativa para o Brasil, à África. A segunda metade do século XIX é marcada por transformações na conjuntura que se encontra inserida a escravidão. A proibição do comércio transcontinental fez com que os senhores escravocratas brasileiros buscassem caminhos alternativos para sanar a crescente demanda por escravizados, principalmente os senhores do sudeste que procuravam cativos para alocar diretamente na cafeicultura.

É de consonância que a historiografia sobre a escravidão há muito tempo vem se dedicando aos mais diversos aspectos e possibilidades de análises envolvendo o tráfico de cativos, além, é claro, da busca pela compreensão do funcionamento desse sistema, como funcionou a reposição e ampliação da mão de obra escrava nas províncias brasileiras. Isso não significa de forma alguma que o assunto está encerrado, pelo contrário. A cada dia surgem trabalhos que buscam se dedicar em observar as particularidades do sistema escravista. Como é de conhecimento geral, Minas Gerais foi à província que alocou o maior número de escravos no país², sejam eles primeiramente designados para o trabalho na mineração e posteriormente com o fim dessa atividade, foram utilizados principalmente para os trabalhos no eito.

Como destaca Robert Conrad desde sua implantação no século XVI, até a marcha inevitável do treze de maio³, a escravidão no Brasil foi uma instituição fundamental e profundamente enraizada em solo brasileiro. Tão grande foi a dimensão que ela alcançou que mesmos os movimentos contrários, esses principalmente emergidos na década de 1860, foram pequenos e esporádicos. No entanto, a

² Ver: CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. *A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese*. Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, SP, (10): 1-14, out. 1983.

³ Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou e logo depois seu pai Dom Pedro II sancionou a Lei Áurea, colocando ponto final há vários séculos de escravidão no Brasil.

supressão do tráfico de almas africanas em 1850 não surtiu efeito imediato. Porém, tanto a lei de 1850, quanto a de 1871⁴, foram medidas jurídicas que levariam o Brasil a um inevitável extermínio do sistema escravocrata (CONRAD, 1978: 15).

Porquanto, mesmo com essas medidas a escravidão no país perdurou até 1888. Muito disso em função do apego que os senhores principalmente do Sudeste tinham ao sistema servil. Nesse sentido, João Fragoso destaca que a montagem da cafeicultura e da agroexportação preservaram as estruturas internas da sociedade escravista. Todavia a mão de obra designada para o trabalho nas lavouras no pós 1850 viria atrás do tráfico interno (FRAGOSO, 1990: 133).

Autores como Robert Conrad, Robert Slenes e Emília Viotti⁵, foram os primeiros a chamarem atenção para o tema em questão, contribuindo para a historiografia sobre o tráfico interno e sobre os anos finais da escravatura. Esses trabalhos constituem-se em pesquisas de cunho mais geral.

O tráfico interno de cativos vem sendo objeto de novas pesquisas. A importância ao qual esse comércio alcançou, vem sendo alvo das indagações dos novos pesquisadores. Entre as novas pesquisas temos, para o caso de Minas Gerais, o trabalho de Camila Flausino. Ao analisar o município de Mariana entre os anos de 1850-1888 constata que essa modalidade de transações se intensificou depois de 1850 por conta da proibição do tráfico de africanos. Para a autora, os escravos que anteriormente foram usados nas atividades mineradoras, e passaram, a ocupar outras funções na segunda metade do século XIX. Esses cativos foram de acordo com Flausino adquiridos através do tráfico interno (FLAUSINO, 2006: 64).

A partir dessa breve exposição, tendo em vista, o grau de importância que a província de Minas Gerais alcançou em relação à escravidão, pretende-se nesse artigo contribuir para a historiografia de Minas Gerais e do município de Juiz de Fora. Atentando principalmente para a necessidade de estudos que se dedicam em investigar em âmbitos regionais. Há uma grande ânsia em investir em pesquisas que abordem pontos mais específicos, pois elas serão capazes de trazer luz e consequentemente o melhor entendimento sobre a escravidão e seus diversos aspectos na segunda metade do século XIX.

⁴ A lei Eusébio de Queirós de 1850 foi uma modificação na legislação escravista brasileira. Ela tinha como designo a proibição do tráfico de escravos para o Brasil. A lei não surtiu o efeito desejado e ficou conhecida como “Lei para inglês ver”. Como consequência, houve o aumento do tráfico ilegal e também do tráfico interno que ganhou dimensões consideráveis. A Lei Rio Branco. Lei Nº 2.040 – de 28 de setembro de 1871. “Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei”.

⁵ VER CONRAD (1978), SLENES (1976) e COSTA (1989).

Juiz de Fora: origens e escravidão:

Tendo em vista a importância do período compreendido como o Segundo Reinado (1840-1889) no Brasil, a opção pelo recorte espacial ao qual a Zona da Mata mineira, mais especificamente, visando pesquisar e entender a história da cidade de Juiz de Fora e os caminhos da escravidão a ela subsequente. O município de Juiz de Fora se encontra situada dentro da província mineira, região que foi estimulada economicamente pelo crescimento da cafeicultura e por uma infraestrutura urbana diferenciada, onde o contexto local encontra-se diretamente relacionado ao nacional.

Conforme as palavras de Domingos Giroletti (1987: 35), a história de Juiz de Fora apresenta um papel singular e significativo no contexto nacional. Significativo, pois, suas origens não remontam a mineração e segundo porque essa região ficou conhecida como *Áreas Proibidas* pela Coroa portuguesa. A Zona da Mata mineira era considerada extremamente perigosa, localidade repleta, de tribos indígenas e segundo pela sua geografia. Área composta por Mata Atlântica virgem. E significativo devido à expansão do sistema viário que estimulará o crescimento e desenvolvimento da cafeicultura em Juiz de Fora (MG). A cidade cresceu as margens do rio Paraibuna, descrito por Pedro Nava em suas memórias da seguinte forma: “o rio era tortuoso, barrento, águas propícias ao afogamento de meninos, (...) das escravas judiadas do Visconde de Monte Mário”. (Nava, 1984: 215).

Durante o período Colonial, com a descoberta das minas auríferas e dos diamantes, observou-se um crescimento nas cidades no Brasil do século XVIII. Devido o medo dos extravios dos metais preciosos, a Coroa decidiu construir uma rota que interligasse a região das Minas Gerais a capital da Coroa Portuguesa no Rio de Janeiro localizado no litoral do país. Devido à ameaça do contrabando e da sonegação dos impostos reais, Garcia Rodrigues Paes nomeado guarda-mor propõe a Corte a abertura de uma picada onde ficaria conhecida como o *Caminho Novo*. Caminho que manava na Borda do Campo atravessava a Mantiqueira, Juiz de Fora, Matias Barbosa até o Rio de Janeiro. Essa empreitada ousada iria consumir do bandeirante muitos recursos, inclusive sua escravaria. Agradecida, Vossa Majestade concede ao bandeirante e seus filhos sesmarias na região (OLIVEIRA, 1966: 9).

Ao longo do Caminho Novo, floresceu estabelecimentos que forneciam alimentos e gêneros de primeira necessidade aos tropeiros que ali trafegavam, dos produtos fornecidos encontravam-se (milho, feijão, queijo, cachaça). No decorrer dos anos, nas bordas do caminho foram desenvolvendo

povoados que posteriormente deram origem a cidades. Nesse contexto, a Vila de Santo Antônio Paraibuna foi criada em 1850. No ano de 1865, a então vila é elevada a cidade de Juiz de Fora.

Entre os séculos XIX e XX, a cidade de Juiz de Fora se torna economicamente dinâmica, tendo a produção de café o carro chefe da economia. A produção e consolidação da lavoura cafeeira coincidem com a crise do sistema escravocrata nos anos de 1850-1870, com o fim do tráfico Atlântico, contra as leis abolicionistas. Conforme Elione Guimaraes destaca “a produção da rubiácea, em Juiz de Fora, teve sustentáculo no elemento servil até os últimos momentos do sistema escravista”. (GUIMARÃES, 2006: 51).

Em termos mais específicos, esse período enfrentou uma nova conjuntura. A Lei Eusébio de Queiroz, ao determinar a proibição do comércio de almas advindas do continente africano, desarticulou uma imensa rede de abastecimento de escravos em território nacional. A dificuldade de repor mão de obra escrava para as províncias gerou uma nova modalidade de comércio, sendo esse a realocação de cativos via tráfico interno.

A pesar da nova conjuntura, Minas Gerais aparece como a maior detentora de cativos considerando o ano de 1886. A Zona da Mata mineira, no que se refere aos municípios da chamada parte “sul” da província aparecem com os maiores plantéis de escravos do estado de acordo com Anderson Pires. Esse contexto foi favorecido devido às melhorias no sistema ferroviário. Primeiro pela construção da estrada União & Indústria em 1861, e, mais tarde, com o sistema ferroviário já consolidado em 1870, onde a produção da rubiácea da Mata vai encontrar seu destino final, a cidade do Rio de Janeiro. A melhoria dos transportes e estradas vai dar impulso à cafeicultura em Juiz de Fora e consequentemente vai mobilizar um grande contingente de braço escravo para as lavouras da cidade (PIRES, 1993: 102).

Seguindo essa linha de análise, sobre o sistema agrário da região, é verificado um maior percentual de cativos jovens, com idade inferior a 35 anos, em plena idade produtiva sexo masculino assim como em outras regiões de grandes lavouras (ANDRADE, 1995: 90). Essa afirmação sugere que a dinâmica do sistema cafeeicultor era muito seletiva, ou seja, investia em mão de obra composta por homens, em idade produtiva, aptos aos trabalhos do eito. Outra questão, que merece destaque diz respeito à origem da escravaria de Juiz de Fora.

De acordo com Mônica Oliveira, em análise dos inventários *post-mortem* é percebido nos plantéis um número maior de escravos crioulos se comparados aos de origem africana, a porcentagem de escravos brasileiros é de 57,91% se comparada a de escravos africanos que somam 42,09%. A

autora chama a atenção em sua tese de doutorada para diferença em relação ao sexo dos escravos. Segundo os dados levantados dos inventários, foram encontradas uma porcentagem de 61,84% de cativos homens e 38, 16% e 29, 19% de mulheres e crianças. (OLIVEIRA, 2005: 123).

Conforme as análises de Jonis Freire sobre o tráfico interno em Juiz de Fora, ao verificar duas importantes famílias senhoriais da região, composta pelos Dias Tostes e pelos Paula Lima o autor constata que apesar da lei proibindo o tráfico africano, essas famílias possuíam indivíduos provenientes do continente africano, ou seja, apesar da impedição oficial são encontrados escravos provenientes de várias regiões africanas. A análise das respectivas escravarias dessas famílias nos mostra que além de serem escravos estrangeiros em grande parte, os escravizados eram do sexo masculino em idade produtiva, características dos trabalhadores das *platações*. Esse estudo aponta para uma importante realidade no Brasil, onde a presença africana se fez sentir na vida cotidiana dos escravos, seja através das atitudes nas fazendas e nas áreas urbanas, nas relações de solidariedade e conflito. Esses elementos estiveram presentes em toda vida do cativo (FREIRE, 2010: 20).

Os dados do censo de 1872 apontam uma cifra numérica bastante expressiva de mancípios no município cafeeiro de Juiz de Fora. Essa fonte assinalada deixa de computar uma importante freguesia de Juiz de Fora - Simão Pereira como observado por Elione Guimarães, o que a autora acredita ter sido deixado de fora um grande percentual de escravos, pois essa freguesia apresentava uma significativa produção de café, e isto posto um grande número de cativos (GUIMARÃES, 2006: 55).

O desenvolvimento da cidade atraiu um grande contingente de homens, tanto livres como escravos. Antônio Henrique Lacerda salienta que “o crescimento anual médio do período (1853-72) foi de 19, 76%, [...]. Na mesma época (1853-72), o crescimento da população escrava foi de 78,16%”⁶. Assim, percebemos que a história da cidade esteve atrelada ao trabalho servil e que esses indivíduos foram responsáveis pela dinamização desse centro urbano.

Juiz de Fora e a década de 1870:

Os primeiros povoados do então arraial que daria origem a cidade de Juiz de Fora em grande maioria vieram dos distritos mineradores em busca de novas alternativas de vida. Esses pioneiros da

⁶ Ver: LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução da população escrava e manumissões em Juiz de Fora, 1844/88*. São Paulo: Núcleo em História Demográfica. FEA-USP.

região obtiveram sesmarias para povoar essa nova localidade. O então arraial, em 31 de maio de 1850 é elevado a categoria de vila “Vila Santo Antônio do Paraybuna”. Alguns anos depois, em 2 de maio de 1856, a vila é elevada a categoria de cidade, onde passa a ser chamada de “Cidade do Paraibuna”, entretanto, esse nome durou até 1865, quando o município passa a ser chamado de cidade do Juiz de Fora.

Devido à proximidade entre Juiz de Fora e a Corte no estado do Rio de Janeiro, a cidade se tornara mais próspera e com o passar do tempo passa a respirar ares de modernidade. Essa mudança e preocupação com a infraestrutura começará na década de 1860. De acordo com Raquel Francisco nesse ano começa a surgir preocupação dos moradores da então cidade com o desenvolvimento. As ruas começam a receber calçamento, a busca pela captação de água e esgoto. Também em 1860 é inaugurada a Estrada de Rodagem União & Indústria, ligando assim a cidade à Petrópolis no Rio de Janeiro, cujo objetivo é escoar a produção cafeeira para a Corte. Essa importante ferrovia só foi superada com a inauguração da Estrada de Ferro Dom Pedro II em 1875 (FRANCISCO, 2007: 61).

A cidade nesse período vive um intenso desenvolvimento urbano. Passa a contar com diversas especialidades de serviços como ferreiros, sapateiros, oficinais e etc. Em conformidade com essa informação Caio Batista ressalta que a década de 1870 ainda ganhou melhorias na estação telegráfica em 1872, além da abertura e fortalecimento da imprensa, tendo como importante veículo de comunicação o jornal *O Pharol* em 1870. Nesse sentido, as mudanças na cidade refletiram tanto nos aspectos econômicos quanto nos políticos, fazendo com que Juiz de Fora tivesse destaque no circuito político da Zona da Mata (BATISTA, 2015: 66-67).

Esse intenso desenvolvimento é percebido também com a instalação de redes bancárias, como o caso do Banco territorial Mercantil de Minas Gerais no final do século XIX. Mas nem tudo são flores. A cidade progrediu tendo o elemento escravo como seu principal suporte de sustentação. Os cativos eram utilizados para os mais diversos serviços, tanto nas grandes fazendas, quanto nas áreas urbanas. A expansão da cafeicultura na cidade coincidiu com o fim do tráfico Atlântico.

Assim, a cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX se destacou como agroexportadora cafeeira tendo elemento servil como principal mão de obra, no entanto, conforme destaca Luís Eduardo de Oliveira a cidade foi composta por um hibridismo no que se refere à mão de obra, para o autor;

Cabe ressaltar que na conformação desse mercado de mão de obra “híbrido”, pois era composto por diversas modalidades de escravizados e de trabalhadores

juridicamente livres, nacionais e estrangeiros, a presença do Estado foi marcante notadamente nas décadas de 1870 e 1880. (OLIVEIRA, 2010:53)

Apesar de ter contando com mão de obra livre e liberta no que se refere aos trabalhadores como sugere o autor acima, foi o braço escravo foi quem sustentou o sistema na cidade. Passado esse período, o que foi percebido em termos de tráfico foi à intensa transferência forçada de cativos através do tráfico interno. Autores como Rômulo Andrade e Claudio Heleno Machado apontam que essa modalidade de comércio foi à resposta usada na segunda metade do século XIX em Juiz de Fora.

Por meio de análise dos Livros de Notas, escrituras de compra e venda Rômulo Andrade (1995:146) chega à conclusão que os escravos comercializados em Juiz de Fora eram oriundos do tráfico intermunicipal, ou seja, tráfico praticado com outras regiões de Minas Gerais. Opinião diferente é apresentada por Claudio Heleno Machado (1998: 52-53). Segundo o autor, na segunda metade dos oitocentos na cidade em questão houve o predomínio de cativos provenientes do próprio município de Juiz de Fora. Essas denominadas intramunicipais.

O tráfico interno em Juiz de Fora apresentou particularidades, todavia, esse comércio se assemelhou com outras regiões do país, assim como descreve José Flávio Motta para o caso da província de São Paulo, mais especificamente em investigação sobre a cidade de Constituição atual Piracicaba. Nas pesquisas sobre o tráfico interno nessa região, Mota afirma que a localidade que foi uma grande produtora de café e abasteceu as lavouras com mancipios oriundos do tráfico interno (MOTTA, 2006: 15-47).

Após serem levantadas essas questões, entender a dinâmica do escravismo no século XIX sem mergulhar nas formas e ações desses indivíduos fica impossível entender a realidade vivenciada pelos escravos. Nesse sentido, ao se debruçar sobre uma rica documentação do escravismo no Rio de Janeiro, Sidney Chalhoub aponta momentos limites vividos pelos cativos, principalmente quando são levados para serem vendidos. O autor mostra, através dos vários personagens que o momento da comercialização passa a ser entendido mais que um simples ato de compra e venda, pois trata-se na maioria das vezes, de escravos que atravessam o território nacional e que deixam para trás toda uma vida. O medo toma conta desses sujeitos. Para os senhores essa situação representa somente mais um negócio. Perceber essas nuances do sistema escravista é importante e ajuda a compreender o processo histórico pelo qual o Brasil passou (CHALHOUB, 1990: 64-65).

Considerações Finais:

Dentro desta perspectiva, o presente artigo buscou apresentar a bibliografia referente ao tráfico interno em Juiz de Fora e outras regiões. As informações que foram apresentadas fazem parte de uma pesquisa de mestrado em andamento. O objetivo aqui foi expor um tema de grande relevância para a historiografia nacional e regional. A escravidão enquanto instituição durou mais de 300 anos no Brasil e guarda peculiaridades que devem ser investigadas mais detidamente.

Desde sua implantação nas Américas, esta instituição foi de extrema importância e vital para o funcionamento das diversas regiões brasileiras em crescimento. Mais é importante ressaltar que esse comércio envolveu várias nações e foi o responsável por gerar riquezas, ele foi estimulado pela crescente demanda por força de trabalho barata tirada da África. Nesse sentido, como esquecer o nosso passado? É possível enterrar o passado? A resposta é óbvia! De forma nenhuma. Foram muitas décadas alimentando um comércio extremamente lucrativo, alimentado pela ambição dos escravagistas. Foram décadas de injustiças e exploração desenfreada dos escravos. Indivíduos transportados em negreiros e obrigados a cumprir jornadas de trabalho por várias horas seguidas. No Brasil, a estrutura econômica formada pelas *platación* funcionou na organização da economia escravagista. Esse sistema requeria constante abastecimento de escravos. Foram gerações de africanos e de afrodescendentes atrelados ao trabalho compulsório no país, deixando sua marca e experiências na história do Brasil (LEWKOWICZS, 2008:13). Marcas percebidas até os dias atuais.

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX.** São Paulo: Universidade de São Paulo. 1995. (Tese de Doutorado em História).

BATISTA, Caio da Silva. **Cotidiano e escravidão urbana na Paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850-1888.** - Juiz de Fora (MG): Funalfa, 2015.

CANO, “Wilson e LUNA, Francisco Vidal.” **A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese.** Cadernos IFCH-UNICAMP. Campinas, SP, (10): 1-14, out. 1983.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade;** uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888**; tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; 2ª edição. 1978.

COSTA, E.V. **Da senzala à colônia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FLAUSINO, C.C. **Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana, 1850-1888**. Dissertação (Mestrado em História). Juiz de Fora, MG; UFJF, 2006.

FRANCISCO, Raquel Pereira. **Laços da Senzala, Arranjos da Flor de Maio**: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta - Juiz de Fora (1870-1900). 2007.

FREIRE, Jonis. A inserção dos Africanos na Zona da Mata- Minas Gerais, Século XIX.

SANKOFA. **Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**. Ano III. Nº 6, Dezembro, 2010.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização em Juiz de Fora (1850 a 1930)**. Juiz de Fora: EDUFJF, 1987.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro**: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Fapep/ Annablume, 2006.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. **A evolução da população escrava e manumissões em Juiz de Fora, 1844/88**. São Paulo: Núcleo em História Demográfica. FEA-USP.

LEWKOWICZS, Ida. **Trabalho compulsório e trabalho livre na história do Brasil**./ Ida Lowkowicz, Horacio Gutiérrez, Manolo Florentino. - São Paulo: Editora UNESP, 2008.

MACHADO, Cláudio Heleno. **Tráfico interno de escravos estabelecido na direção de um município da região cafeeira de Minas Gerais**: Juiz de Fora, Zona da Mata (Segunda metade do século XIX). Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora 1998. (Monografia de especialização em História).

MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. **Rev. Brasileira de História**. [online]. 2006, vol.26, n.52, pp.15-47.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos**. São Paulo: Ateliê Editorial, Giordano, 2002.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. **Os trabalhadores e a Cidade**: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920) Funalfa; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de Famílias**: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 17780-1870. Bauru, SP: Edusc: Juiz de Fora, MG: Funalfa, 2005.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Dias Cardoso, 1966.

PIRES, Anderson. **Capital Agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. 1993. Dissertação (Mestrado)- UFF, Niterói, 1993.

SLENES, R.W. **The demography and economics of brasilian slavery: 1850-1888**. Tese (doutorado em História). Stanford University, Stanford, 1976.

NEGÓCIOS DE FAMÍLIAS NA ADMINISTRAÇÃO DA FAZENDA DO TANQUE: O CASO DO PADRE FRANCISCO FERREIRA (SÉCULO XIX)

Edriana Aparecida Nolasco¹

RESUMO:

O trabalho desenvolvido por membros de uma mesma família foi um traço das famílias tradicionais mineiras e tinha como objetivo principal, em alguns casos, a ampliação do patrimônio familiar e a manutenção da riqueza. Neste sentido, era necessário o engajamento de herdeiros e coerdeiros como chave deste processo. Realizar este projeto econômico demandava algumas estratégias que promoviam a ocorrência de bons casamentos ou acordos no sentido de formar ou consolidar alianças. Neste sentido, este trabalho tem como escopo, demonstrar a agência do padre Francisco Ferreira da Silva no tratamento de seus bens por meio da inclusão dos diversos membros de sua família. Busca-se analisar as atividades econômicas desenvolvidas nesta família e perceber como estas contribuíram para o rumo dos negócios e o destino da Fazenda do Tanque no século XIX.

Palavras-chave: Trabalho. Família. Fazenda do Tanque.

BUSINESS OF FAMILIES IN THE ADMINISTRATION OF THE TANQUE FARM: THE CASE OF FRANCISCO FERREIRA (XIX CENTURY)

ABSTRACT:

The work developed by members of the same family was one trace of traditional mineiras families and had as principal objective, in some cases, the enlargement of familiar patrimony and the maintenance of wealth. In this sense, was necessary the engage of heirs and co-heirs as key of this process. Accomplish this economic project sued some strategies that advanced the occurrence of good marriages or accords in meaning of to form or consolidate alliances. In this meaning, this work has as scope, to demonstrate the agency of priest Francisco Ferreira da Silva at the treatment of his goods by means of the inclusion of divers members of his family. Seeks out to analyze the economic activities developed in this family and perceive as this contributed for course of trades and the destiny of the Farm of Tank in nineteenth century.

Keywords: Work. Family. Farm of Tank.

¹ Doutoranda pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: drinasco2013@gmail.com

A análise do trabalho desenvolvido pela família do Padre Francisco Ferreira da Silva no século XIX, considera o conceito de família e seus distintos modelos admitidos pela historiografia recente². A partir destes, o significado de família corresponde a uma pluralidade. As famílias formadas pelos padres podem representar um destes modelos que caracterizavam as famílias mineiras, especificamente, na Comarca do Rio das Mortes.

A constituição de famílias clericais, não é novidade no cenário acadêmico, diversos padres reconheceram filhos e os criaram como se fossem de legítimo matrimônio. Em trabalho desenvolvido anteriormente (NOLASCO, 2014) já havia sido identificado casos que corroboram com esta afirmativa. Do mesmo modo, Gouveia (2011) e Moreira (2010) fizeram a mesma observação. Nestes trabalhos, embora com enfoques diferenciados, os padres viveram relações amorosas para além da mera fornicção³, e tais experiências expressaram “valores” como àqueles encontrados em famílias tradicionalmente constituídas⁴.

Estas famílias tradicionais e as demais, desenvolvidas de outra forma, se comportavam de modo semelhante no que diz respeito às práticas de sobrevivência material, preservação do nome e ampliação das redes de sociabilidade. No aspecto econômico, o trabalho coletivo desenvolvido por pais, filhos e genros promoviam o sucesso e ampliação dos negócios familiares, tornando-se imprescindível para o funcionamento das unidades produtivas que envolviam produções destinadas à subsistência ou comércio (FARIA, 1998; ANDRADE, 2008). O engajamento dos herdeiros nas atividades econômicas era fundamental para o desenvolvimento dos negócios familiares, desta forma, os filhos e genros eram responsáveis pelo enriquecimento do grupo e/ou manutenção do patrimônio material.

No entanto, realizar este projeto econômico demandava algumas estratégias que promoviam a ocorrência de bons casamentos ou acordos no sentido de formar ou consolidar alianças. Como exemplo tem-se os contratos matrimoniais, exogâmicos ou endogâmicos, a formação de sociedades

² O avanço conceitual de família sofreu influência da demografia que constatou uma variedade de modelos familiares distintos da perspectiva patriarcal. Os estudos pautados na área demográfica difundiram estruturas e organizações de domicílios bastante diversificados no Brasil. Daí foram ressaltados outros tipos de formação familiar e debates sobre questões que dizem respeito ao papel feminino, aos tipos de matrimônio, às relações de concubinato, à filiação ilegítima e os laços de compadrio. Nos processos sociais era possível perceber a existência de arranjos familiares alternativos, concubinatos e participação das mulheres na formação da sociedade (SAMARA, 1989; BRUGGER, 2007; MUAZE, 2008; FARIA, 2011). Desse modo, a existência dessas múltiplas formas familiares possibilitou a concepção de que as famílias se organizavam de acordo com os mais variados contextos brasileiros.

³ O termo fornicção se refere às relações passageiras baseadas em “cópula carnal” pecaminosa (SILVA, 1813).

⁴ Por famílias tradicionalmente constituídas entende-se as famílias formadas pelo sacramento do matrimônio e, por consequência, os filhos gerados desta relação.

e a distribuição de funções entre os elementos de uma mesma família. Conforme já assinalado, estas práticas caracterizavam as famílias formadas pelo sacramento do matrimônio bem como aquelas uniões firmadas pelo concubinato, ou seja, casais que viviam juntos sem as normas instituídas pela Igreja e o Estado. Da mesma forma, tais atitudes também puderam ser visualizadas em lares chefiados por mães e/ou pais solteiros. Neste caso, o projeto econômico familiar se inscreve na família constituída pelo Padre Francisco Ferreira da Silva, que viveu no século XIX. Para observar a recorrência destas práticas no interior da família do sacerdote supra citado, foi pesquisado documentos pessoais, como testamento e inventário, e outras fontes similares dos herdeiros.

O Padre Francisco Ferreira da Silva, nasceu em 1772 em Conceição da Barra de Minas, foi morador no mesmo arraial, pertencente à Comarca do Rio das Mortes e faleceu aos 71 anos em 1843.

Aos 12 de agosto de 1772 na Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra filial desta Matriz de Nossa Senhora do Pilar da Vila de São João del Rei o Padre Manoel Ferreira Godinho batizou e pôs os santos óleos a Francisco filho legítimo de José Ferreira da Silva, natural da Freguesia de Santa Cruz de Albergaria a Velha Bispado de Coimbra e de Maria Cleofa Buena, natural e batizada nesta Freguesia de Nossa Senhora do Pilar. Foram padrinhos o Padre Francisco Xavier de Moura e dona Francisca Maria de Paula. Avós paternos Rafael Fernandes da Silva natural da Freguesia de Albergaria a Velha e Mariana Marques da Silva natural da Freguesia da Ribeira de Fragoas Bispado de Coimbra. Avós maternos: João Gonçalves de Mello natural da Freguesia de Santo Estevão do Arcebispado de Braga Termo de Chaves e Maria Cleofa Buena do Bispado de Mariana, de que fiz este assento. Coadjutor Luis Pereira Gonzaga⁵.

Este sacerdote teve e reconheceu quatro filhos e, de acordo, com as disposições de seu testamento e inventário, foi proprietário de uma grande Fazenda na região – denominada Fazenda do Tanque - na qual trabalhava com a sua família. Seus filhos e genros tomaram parte nos negócios com anuência do próprio padre, cuidaram de sua terra, animais e escravaria, tratando de sua produção demandada pelas atividades agropecuárias.

Entre os anos de 1833 e 1840, foi pároco no arraial de Conceição da Barra de Minas (GAIO, 1990). Neste sentido, exerceu naquele local, funções relacionadas ao sacerdócio, à paternidade e a ocupação de fazendeiro. Sua trajetória de vida revelou uma pluralidade de funções e o consórcio destas atividades. Padre Francisco viveu como sacerdote por, aproximadamente, quarenta e seis anos, e na eminência de sua morte, declarou ter tido quatro filhos.

⁵ Processo *De Genere Vita et Moribus* de Francisco Ferreira da Silva. AEAM, MARIANA, MG. 1797. Armário 04, pasta 545, fl. 34.

Reconheço meus filhos pela minha fragilidade a Joaquim Ferreira que algum tempo existiu em minha companhia, e se ausentou para o sertão onde me consta estar casado, e a Paschoa Xavier Ferreira casada com Simão Antônio de Siqueira, e a Joaquina da Silva Xavier casada com Eugenio Martins Ferreira, e a Maria Madalena que foi da família de Domingas Leme todos de mulheres solteiras, e a todos estes quatro instituo meus herdeiros das duas partes de meus bens⁶.

Ao reconhecer seus filhos, percebe-se que Padre Francisco prestou conta da vida de cada um deles, do primogênito Joaquim que havia se ausentado, bem como de Paschoa e Joaquina que eram casadas e a última, Maria Madalena, que possivelmente havia sido criada por outra família, por algum tempo. Ao consultar a lista nominativa de 1840, foi encontrado em seu domicílio a presença dos seguintes herdeiros: Joaquina Maria Ferreira com seu marido Eugênio Martins Ferreira, ambos pardos, com 35 e 46 anos, respectivamente; Páscoa Maria Ferreira, com 36 anos, porém seu marido Simão Antônio Siqueira não foi arrolado; e Maria Madalena de Siqueira, com 14 anos, e seu neto João Nepomuceno de Siqueira, com 24 anos (NOLASCO, 2014). Isto indica a coabitação do Padre Francisco com seus herdeiros neste período.

Na análise do inventário desse padre, percebe-se que o padre Francisco, sendo um grande fazendeiro, contou com parte de sua família para cuidar de seus negócios. Além de ser sócio de seu genro Eugênio, com o qual lavrou escritura de sociedade em 1839. Desta Escritura tem-se os termos que a regulam, conforme transcrito abaixo:

Os mencionados (...) Padre Francisco Ferreira da Silva, Eugenio Martins Ferreira e sua mulher Joaquina Maria Ferreira tem tratado entre si fazerem sociedade de agricultura, engenho de cana e negociações e o mais que ocorrer para o futuro a bem da mesma sociedade, desde o dia 27 de julho de 1839;

O sócio Reverendo Francisco Ferreira da Silva entrou pra sociedade com bens dos quais consta da Fazenda do Tanque, matos, capoeiras, campos de criar, engenho de cana, de águas de bois e de pilões, e todas as casas do terreiro, canaviais, mantimentos, escravos, bois de carro, gados de criar e tudo o mais como se acha declarado acima (...) no valor de 37:719\$400;

O segundo sócio Eugenio entrou com fundo para esta sociedade com a Fazenda de Santa Rosa e suas casas, engenho de cana, moinho e mais pertences no terreiro, assim como as partes que tem na Fazenda da Lagoa Verde, assim mais 9 escravos, éguas, gados de criar, prata velha e dinheiro que deve seu sócio o Padre Francisco no valor de 8:006\$497;

⁶ Testamento do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1837/1850. Caixa 151, fl. 6.

O Reverendo tem a metade dos lucros da sociedade e a outra metade pertencerá ao segundo sócio que entra com a sua administração e trabalho por entrar com menos fundo e fica obrigado a entregar ao primeiro sócio todos os dinheiros que render a fábrica e quaisquer negócios por ser o caixa;

Nenhum dos sócios poderá utilizar dos bens da sociedade para suprir encargos que não pertençam a sociedade – as despesas da sociedade serão as custas da mesma; tudo quanto for vantajoso para a sociedade o administrador pode efetivar; se o segundo sócio dever ao primeiro o pagamento será feito com o lucro da metade dos bens; o primeiro sócio não pode fazer nenhuma mudança sem a autorização do segundo salvo se estiver ausente; todos os negócios serão fechados e acertados com o segundo sócio com a firma Eugenio Martins Ferreira e Companhia; o segundo sócio entra com todos os bens que possui exceto com dois animais de sela e não poderá adquirir nenhum bem fora da sociedade; o segundo sócio reservou alguns escravos que são: Romana, conga; Miguel, benguela; Jerônimo, pardo; Fortunato, crioulo e Felipa, conga, que ficam trabalhando na mesma Fazenda do Tanque pertencente a sociedade, sem que em tempo algum seu proprietário o primeiro sócio e herdeiros possam exigir seus jornais; nem mandar fazer serviços particulares; o primeiro sócio pode dispor muito bem do dinheiro e quantia que o segundo sócio lhe deve; a sociedade terá a duração até o falecimento de alguns dos sócios ou por acordo de ambos; no caso da dissolução o sócio que ficar deverá pagar as dívidas até o seu final; a sociedade é obrigada a conservar a João Nepomuceno de Siqueira para trabalhar em toda e qualquer ocupação que se oferecer e desde já fica ganhando sessenta mil réis por cada um ano, assim como Francisco Simões de Siqueira será empregado da mesma forma e fica ganhando desde já cinquenta mil réis enquanto convier aos sócios e lhes ficam obrigados a prestar os seus bons serviços e tudo quanto for *mister* a sociedade;

Paschoa Maria Ferreira enquanto quiser morar na Fazenda do Tanque vencerá a porção de sessenta mil réis por cada um ano e que principiam desde hoje entrando no serviço sua escrava Isabel crioula, com ela enquanto convier aos sócios e fica obrigado a prestar seus bons serviços tudo quanto for *mister* a sociedade;

Haverá um livro mestre para anotar os rendimentos e despesas da sociedade particular ou de ambos. (...) ⁷.

Neste contrato assinaram como testemunhas, Paschoa Maria Ferreira e Maria Madalena, Manoel Teixeira Maciel, Marcos Severino dos Prazeres, Padre João Pedro dos Santos e os sócios. Percebe-se que na efetivação da sociedade, além dos sócios, as filhas estiveram presentes. Considera-se, portanto, a presença da família que se mostrava interessada e comprometida com os rumos do patrimônio material do Padre Francisco Ferreira.

Na mesma ocasião, foi dito pelo Reverendo ter sido ele o responsável pela proposta da sociedade com Eugenio Martins Ferreira e sua mulher Joaquina Maria Ferreira. E estes já se achavam

⁷ Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1843. Caixa 452, fl. 16.

na posse e administração de todos os bens. Verifica-se a partir disto, que ambos, o genro e filha do padre já administravam estes bens antes mesmo da formação da sociedade. E isto pode ser ratificado no processo de Habilitação de outro clérigo, o Padre João Pedro dos Santos.

Por meio do cruzamento das fontes, observou-se que em 1825, Eugênio já era administrador dos bens do Padre Francisco. Conforme consta no processo de Habilitação do Padre João Pedro dos Santos, do qual foi testemunha o próprio Eugênio, este afirmou ser pardo, casado, natural e morador na Freguesia de São João del-Rei. Disse que vivia de ser administrador da Fazenda do Padre Francisco Ferreira da Silva e que na época tinha 31 (trinta e um) anos⁸.

Entende-se então que Eugênio, o genro do padre, administrava a Fazenda do Tanque desde a década de 20. Sendo assim, Eugênio há muito havia assumido a administração deste patrimônio, e somente no final da década de 30 houve a proposta de sociedade pelo seu sogro, o Padre Francisco. Teria o sacerdote pensado neste contrato para ampliar os bens de seu patrimônio? Afinal, Eugênio também possuía alguns bens, conforme atestado no contrato de sociedade, “o segundo sócio Eugenio entrou com fundo para esta sociedade com a Fazenda de Santa Rosa e suas casas, engenho de cana, moinho e mais pertences no terreiro, assim como as partes que tem na Fazenda da Lagoa Verde, (...)”. Além disto, possuía alguns escravizados, animais, prata e dinheiro (mais de oito contos de réis), que devia ao Padre Francisco. A Fazenda Santa Rosa era fronteira à dita Fazenda do Tanque, conforme a descrição desta última.

(...), divide principiando da porteira que vai para o Arraial da Conceição da Barra voltando para o Rio das Mortes Grande divisa até o Rio com as terras denominadas o Canjica pertencendo ao Corgo Fino, e do outro lado do Rio divide com a Fazenda do Corgo Fino até o Rio do Peixe, e por este acima a divisa com terras de José Pedro de Oliveira por um muro, e por valor até o valo que divisa com o Patrimônio do Padre José Mendes dos Santos, e depois com as terras do Sítio da Palmeira e divisa da Fazenda do Ribeirão por valo até ao Rio em rumo direito a um valo que está do lado de cá **divisando com a Fazenda de Santa Rosa** por valos e muros por cima da Serra denominada do Caburú até o açude que vem a água esta mesma Fazenda do Tanque, e por um valo **sempre divisando com as terras de Santa Rosa** até um muro que desce a divisar as terras de Manoel Gomes Carneiro com Santa Rosa **segue em rumo divisando com o dito Gomes até um valo que divide com a dita Santa Rosa** águas vertentes até topar um valo e muro que fica por cima da Serra defronte a ponta da Fazenda e por muros e valos divisando com terras do Padre João Pedro dos Santos até a porteira aonde se principiou (...).⁹

⁸ Processo *De Genere Vita et Moribus* de João Pedro dos Santos. 1825. Armário 13, pasta 721.

⁹ Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1843. Caixa 452, fl. 20ss.

Conforme já mencionado, o projeto econômico familiar era exigia algumas estratégias no sentido da formação e consolidação de alianças. Possivelmente, Padre Francisco achou vantajoso firmar sociedade com seu genro a fim de conservar sua fortuna por meio da sua administração e ainda ampliar o patrimônio familiar. Sendo vizinhas, a união destas terras que pertenciam às fazendas do Tanque e Santa Rosa, favoreceriam o aumento e ampliação da riqueza por permitir a exploração das terras no seu conjunto.

A Fazenda do Tanque possuía diversos elementos que apontam para a produção de alimentos, além de conter terras para a atividade pecuária. Na sua descrição percebe-se a opulência da propriedade.

Uma Fazenda denominada do Tanque sita na Aplicação de Nossa Senhora da Conceição da Barra do Termo da cidade de São João del Rei que se compõem de terras de cultura, campos de criar, casas de vivenda, dois engenhos de cana, um de moer com bois e outro com água, moinho, paiol e senzalas, tudo coberto de telhas, com rego de água, currais, quintal, com cafés e outros muitos arvoredos de diversas qualidades tudo cercado de muros de pedra (...) ¹⁰.

Estas informações descrevem a Fazenda do Tanque e tudo aquilo que a compõem, o que indica a pujança no que se refere à criação de gado, agricultura e produtos relativos ao cultivo de cana de açúcar. Não foi encontrada informações acerca desta Fazenda em outras fontes, daí a impossibilidade de saber como o Padre Francisco a adquiriu. A informação mais antiga sobre a mesma se relaciona ao senso do Barão de Eschwege, em 1814, o padre Francisco já era proprietário da mesma trabalhando nela com 38 escravos e minerando lavras nas margens do Rio das Mortes. Foi considerado o último grande minerador da época, em vista do esgotamento o ouro na região de São João del Rei. Além da atividade de mineração, haviam dois engenhos de cana na referida Fazenda um movido à água e outro de bois, estes foram considerados a principal fonte de renda daquela propriedade ¹¹.

Outra referência à Fazenda do Tanque diz respeito à uma visita realizada por Saint Hilaire. O viajante disse ter sido informado em Conceição da Barra que ali residia a autoridade local e se dirigiu para a mesma. A hipótese é que o Padre Francisco, pela função sacerdotal, era considerado autoridade, tendo em vista, que ser padre naquela sociedade, era possuir *status*. Saint Hilaire descreveu ser a

¹⁰ Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1843. Caixa 452, fl. 20ss.

¹¹ PROJETO COMPARTILHAR. Aportes à Genealogia Paulistana. Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Família de João Gonçalves de Mello. Disponível em: <www.projetocompartilhar.org.>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

Fazenda situada num vale coberto de matas e ao chegar na mesma fora acolhido por um moço. Afirmou que a Fazenda lhe pareceu ter sido importante no passado, mas que “era propriedade de alguns mulatos que lhes parecem pobres e a Fazenda está em ruínas” (SAINT HILAIRE, 1822:36-37). No contexto da passagem de Saint Hilaire, a família do padre já estava residindo na Fazenda e, possivelmente, acolheu o viajante.

Considera-se que, vendo-se sem condições de trabalhar na sua propriedade sozinho, o Padre Francisco, tenha optado por efetivar a sociedade a fim de garantir a manutenção e ampliação deste negócio que envolvia uma série de atividades. Por isto em 1839, lavrou a sociedade com seu genro e filha para garantir o futuro dos bens, conforme consta no contrato já referendado. Com base neste contrato ainda pode-se aventar que o Padre entrou com a maioria dos bens e seu genro, além de também adir bens à sociedade, ficou responsável pela administração da Fazenda junto com sua esposa, herdeira do sacerdote. Além disso, o contrato menciona os netos do padre, João Nepomuceno de Siqueira e Francisco Simões de Siqueira que trabalhavam na mesma Fazenda, e que segundo o contrato, deveriam ser conservados nesta ocupação. No que diz respeito ao trabalho destes, o padre Francisco faz doação para os mesmos em seu testamento alegando ser em remuneração ao trabalho que ambos desenvolviam no grupo familiar.

Tenho doado a meu afilhado João Nepomuceno filho de minha herdeira Paschoa o moleque Sebastião, e a seu irmão Francisco também tenho doado o moleque Leopoldino, e para ambos também deixo a crioula Custódia, e mais também para cada um, um cavalo arreado e isso em remuneração dos serviços que me estão prestando e não como dádiva graciosa¹².

É importante assinalar que a doação acima expressa o reconhecimento do padre testador no que se refere às atividades de trabalho desenvolvidas por estes netos herdeiros. Não se enquadra num legado gratuito, conforme disposição do próprio padre, “em remuneração dos serviços que me estão prestando e não como dádiva graciosa”. Percebe-se que o padre tinha consciência da importância do trabalho desenvolvido por estes elementos da família nos rumos dos negócios. Da mesma forma, valorizou o envolvimento das filhas e genros ao transmitir-lhes legados em testamento.

A minha filha e herdeira Pascoa deixo a crioulinha Isabel, filha da minha crioula Severina, e a crioula Aurelia e a negra Damiana com seu marido Francisco Rebolo

¹² Testamento do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1837/1850. Caixa 151, fl. 6.

em remuneração dos serviços que me está prestando, no governo e administração das escravas, [...].

A minha filha e herdeira Joaquina e a seu marido Eugenio deixo o moleque Felipe e sua mulher Severina crioula, e sua filha Pudenciana crioulinha **em remuneração dos serviços que me estão prestando, na administração dos escravos e escravas, e também se pague do salário que eu lhe estiver devendo, [...].**

A minha filha e herdeira Maria Madalena deixo a negrinha Bárbara **também em remuneração dos serviços que me está prestando**¹³.

Embora tenha instituído seus filhos reconhecidos como herdeiros dos seus bens, Padre Francisco tinha plena consciência da importância do trabalho desenvolvido por cada um deles na administração da Fazenda do Tanque, e isto se exprime nas disposições referidas acima. Nestas fica claro, que além dos legados, estes herdeiros recebiam salário para trabalhar nas atividades da Fazenda.

Estas atividades eram diversas e plurais, envolvendo a produção para a subsistência e comércio. Consta no inventário, que na Fazenda continha “lavoura da cana e fabrico de açúcar aguardente e semelhantes são todos destinados para a venda e reserva dos necessários para o consumo diário da casa comum”. Pela descrição da Fazenda, havia “terras de cultura, campos de criar, casas de vivenda, dois engenhos de cana, um de moer com bois e outro com água, moinho, paiol e senzalas, tudo coberto de telhas, com rego de água, currais, quintal, com cafés (...)”¹⁴.

Assim, de acordo com estes dados, na Fazenda do Tanque era cultivado, milho, arroz, feijão, mamona, café e cana de açúcar, nas terras de cultura. A existência de moinhos de moer indica a fabricação de açúcar, aguardente, e, possivelmente, melaço ou rapadura. Na lista de bens encontrase, lambique, capelo de estilar aguardente, tachos de fazer açúcar; funis de folha; tachos; bacias de arame, pipa grande; bangues de azedar velhos; coxos de garapa doce e espumadeira; vários barris e duzentas e sete formas de apurar açúcar, além de caixão grande na casa de formas. Estes bens apontam para um investimento nos derivados da cana. Certamente esta produção envolvia atividades comerciais, daí a presença de carros ferrados com diversos bois de carro e numerosas bestas. A presença de elementos de tropas também se confirma pela descrição da existência de dinheiro destinado a comprar toucinho para a tropa. A existência de 150 queijos listados no inventário aponta para a comercialização deste produto que era produzido graças às centenas de vacas leiteiras presentes no inventário. Entre os animais se afiguram também dezenas de suínos que apontam para a criação e comercialização de toucinho.

¹³ Testamento do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1837/1850. Caixa 151, fl. 6.

¹⁴ Inventário do padre Francisco Ferreira da Silva. AHETII/IPHAN/SJDR. 1843. Caixa 452, fl. 20.

Para que as atividades desta Fazenda fossem desenvolvidas era necessário, além da mão de obra familiar, a presença de escravizados, e estes somavam aproximadamente um conjunto de quase 100 pessoas. Estes, além de trabalhar na lavoura ainda possuíam ofício. Na descrição dos mesmos encontra-se alguns com profissão de pedreiro, ferreiro etc. Isto pode ser comprovado ao analisar as dívidas ativas. Além de trabalharem na Fazenda estes escravizados ainda eram alugados para outras pessoas que pagavam por seus jornais. Como exemplo, no inventário encontra-se um ativo de Joaquim José da Matta de jornais dos cativos pedreiros. Pela quantidade de cativos, houve a necessidade das herdeiras filhas do padre atuarem para governar e administrar estes escravizados.

Para além dos serviços executados pelos elementos desta família, havia ainda uma relação no desenvolvimento destas atividades a partir da análise das dívidas. Ao analisar os passivos, foi possível perceber que algumas dívidas estavam relacionadas diretamente à sociedade. Como exemplo, a sociedade devia a João Nepomuceno e Francisco Simões – netos do padre Francisco – o primeiro de dinheiro que emprestou a prêmio e de jornais, o último também de ajuste de jornais. Percebe-se então que estes herdeiros netos possuíam escravizados e alugavam o trabalho destes em prol dos negócios da família. Na mesma lista também havia outra dívida referente à herdeira Paschoa Maria Ferreira e uma cativa chamada Isabel. Percebe-se então que todos os elementos desta família estavam implicados no projeto econômico que envolvia a administração da Fazenda do Tanque.

Entende-se que o padre Francisco Ferreira da Silva, ocupado em suas funções sacerdotais, não conseguiu conduzir os negócios sem a ajuda de seus familiares. Por isso, precisou trabalhar em conjunto com sua família e firmar esta atividade com o contrato da sociedade entre seu genro e filha.

Verifica-se, a partir disto, a importância da família nos termos econômicos. “[...] o sucesso e a ampliação dos negócios exigiam o envolvimento de pais, filhos e genros, tanto na produção, quanto na comercialização dos gêneros voltados para o abastecimento interno” (ANDRADE, 2008:212).

No caso do Padre Francisco Ferreira da Silva, o sucesso dos negócios, como fora visto, contou com o engajamento de toda a família. Seus filhos, genros e netos estiveram imbricados neste projeto e buscaram consolidar esta fortuna. Nisto reside a agência do Padre Francisco. Este sacerdote após sua ordenação se envolveu com mineração, possivelmente fundou esta Fazenda e, tendo filhos, resolveu engajá-los na administração e conservação desta propriedade. A inclusão destes herdeiros na administração de seus bens, permitiu ao Padre exercer sua função sacerdotal com mais tranquilidade ao saber que podia contar com aliados na condução de seus negócios e tratamento de seus bens. A trajetória do Padre Francisco Ferreira da Silva revela a importância do trabalho coletivo

familiar e demonstra que os negócios entre famílias são fundamentais e, neste caso, foram estes negócios que asseguraram e mantiveram a sobrevivência da Fazenda do Tanque.

REFERÊNCIAS:

FONTES MANUSCRITAS/VIRTUAIS:

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Minas Gerais. *Processo De Genere Vita et Moribus* de João Pedro dos Santos. 1825. Armário 13, pasta 721.

AEAM – Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Minas Gerais. *Processo De Genere Vita et Moribus* de Francisco Ferreira da Silva. 1797. Armário 04, pasta 545.

POPLIN.CEDEPLAR. <http://www.poplin.cedeplar.ufmg.br/>. *Lista Nominativa*. 1840. Conceição da Barra. Quarteirão 01. Fogo 01. Domicílio do padre Francisco Ferreira da Silva.

AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. *Inventário* do padre Francisco Ferreira da Silva. 1843. Caixa 452.

AHETII/IPHAN/SJDR – Arquivo Histórico do Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del-Rei. *Testamento* do padre Francisco Ferreira da Silva. 1837-1850. Caixa 151.

PROJETO COMPARTILHAR. Aportes à Genealogia Paulistana. Coordenação: Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira. Família de João Gonçalves de Mello. Disponível em: <www.projetocompartilhar.org>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Marcos F. *Elites regionais e a formação do Estado imperial brasileiro: Minas Gerais* Campanha da princesa (1799-1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BRUGGER, Sílvia M. J. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João del-Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GAIO SOBRINHO, Antônio. *Memórias de Conceição da Barra de Minas*. São João del-Rei: Edição do autor, 1990.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas famílias: conjugidades clericais no Bispado do Maranhão no século XVIII*. 2007. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

MOREIRA, Wellington Coelho. *Historicidade e representações: celibato, conjugidades e paternidades sacrílegas em Goiás, 1824-1896*. 2010. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

MUAZE, Mariana. *As memórias da Viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

NOLASCO, Edriana A. “Por fragilidade humana”- constituição familiar do clero: em nome dos padres e filhos – São João del-Rei, (século XIX). *Dissertação de Mestrado*. UFSJ: São João del-Rei, 2014.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem ao Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo, 1822*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família: São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Tomo II. Lisboa: Tipografia de Joaquim Germano de Souza Neves, 1878.

O BARÃO DO PIRAÍ E OS ARRANJOS FAMILIARES COM A FAMÍLIA LIMA E SILVA: DOTE E CASAMENTO NA FORMAÇÃO DE UNIDADES AGRÍCOLAS NO VALE DO PARAÍBA FLUMINENSE (1835-1839)

Vladimir Honorato de Paula¹

Resumo:

O presente artigo visa apresentar um conjunto de considerações levantadas nesta fase preliminar de minha pesquisa onde desenvolvo uma análise sobre a prática social do dote permeando as relações matrimoniais estabelecidas por representantes da classe senhorial proveniente da Vila de Piraí. Pretendemos com esse texto demonstrar a relação existente entre a prática do dote e os arranjos matrimoniais tecidos entre membros da classe senhorial para o desenvolvimento da economia cafeeira na Vila de Piraí. Nesse contexto, investigaremos o matrimônio de Emiliania Umbelina de Moraes, filha do Barão do Piraí, com um proeminente membro da família Lima e Silva, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho.

Palavras-chave: Classe senhorial, casamento, dote, fazendas e Vale do Paraíba

THE PIRAÍ' BARON AND THE FAMILY ARRANGEMENTS WITH THE LIMA AND SILVA FAMILY: DOTS AND MARRIAGE IN THE FORMATION OF AGRICULTURAL UNITS IN THE PARAÍBA FLUMINENSE VALLEY (1835- 1839)

Abstract

The present article aims to present a set of considerations raised in this preliminary phase of my research where I develop an analysis of the social practice of the dowry permeating the marriage relationships established by representatives of the seigniorial class from Vila de Piraí. We intend with this text to demonstrate the relationship between the practice of dowry and matrimonial arrangements woven between members of the seigniorial class for the development of the coffee economy in Vila de Piraí. In this context, we will investigate the marriage of Emiliania Umbelina de Moraes, daughter of Barão do Piraí, with a prominent member of the Lima e Silva family, José Joaquim de Lima and Silva Sobrinho.

Keywords: Manor class, marriage, dowry, farms and Vale do Paraíba

¹ Doutorando em História Social – PPGH da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Email historiavladimir@gmail.com

Considerações iniciais:

Num dia do mês de agosto do ano de 1835, e instantes após a celebração do ato religioso que definitivamente o unia em matrimônio a sua noiva, cujo nome de batismo era Emiliana Umbelina de Moraes, o noivo, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, acabava de se tornar senhor e possuidor de um conjunto de bens materiais que o habilitavam a ocupar o pomposo título de senhor de homens e terras. Corria o ano de 1835, época não muito distante dos anos conturbados que precederam a separação política do Brasil de sua antiga metrópole, o Reino de Portugal, e logo após a abdicação formal do primeiro Imperador, e um membro da importante família Lima e Silva tomava as então estradas de terra que conduziam do local onde este habitava, a cidade do Rio de Janeiro, até a casa em que morava sua futura noiva, a fazenda dos Três Saltos, localizada num ponto da imensa zona rural da Freguesia de Pirai². Levantamos a hipótese que a cerimônia tenha sido realizada no altar-mor da Capela da importante fazenda dos Três Saltos, então dedicada a São Pedro, e a época considerada a principal unidade produtora e residência da família Gonçalves de Moraes, sua proprietária desde as décadas finais do século XVIII.

Apesar de até o momento não termos encontrado o assento de casamento e os processos de habilitação matrimonial, as informações disponíveis acerca desse casamento entre duas famílias situadas em pontos distintos da Província do Rio de Janeiro provem até o momento de informações contidas num antigo documento a muito elaborado pelo pai da noiva, o Barão do Pirai, e sua esposa, D. Cecília Pimenta de Almeida Frazao de Souza Breves Moraes, no ano de 1839. Neste ano, o Barão do Pirai, cujo nome de batismo era José Gonçalves de Moraes, e sua esposa, relataram ao escrivão do Juízo de Paz da Freguesia de São João Batista do Arrozal os bens materiais que foram concedidos na forma de dote a sua filha D. Emiliana Umbelina de Moraes, para que esta tomasse estado de casada com o ilustre José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. O relato proferido pelo Barão do Pirai ao competente escrivão foi lançado no Terceiro Livro do Juízo de Notas do Juízo de Paz da Freguesia do Arrozal, demonstrando com uma impressionante riqueza de detalhes as condições em que foram acordados e transferidos em dote um conjunto de bens, do qual José Joaquim de Lima e Silva

² Destacamos que até o ano de 1837 a Vila de Pirai ainda não fazia parte do conjunto de Vilas criadas na Vale do Paraíba fluminense. Existia somente a Freguesia de Pirai, que fora criada em 1816, então subordinada a Vila de São João do Príncipe. Somente no ano de 1837 e que a Freguesia de Pirai será desmembrada do termo da Vila de São João do Príncipe, dando início a formação da Vila de Pirai.

Sobrinho somente poderia administrar ao término da cerimônia de casamento com as bênçãos do pároco encarregado de officiar o ato. Dentro desse contexto, devemos destacar que esta escritura de ratificação e doação de bens mandada elaborar pelo Barão do Pirai foi produzida dentro de um momento familiar conturbado, uma vez que este ato se fez realizar algumas semanas após o falecimento de D. Emiliana Umbelina de Moraes, ocorrido no local onde morava com seu esposo, a fazenda das Minhocas, e onde estes mantinham sua unidade produtiva constituída após o matrimônio. Partindo dos dados contidos no processo de escritura de ratificação e doação de bens em análise, e tendo em perspectiva que estas transferências se fizeram no período de desenvolvimento da economia agrícola na Freguesia de Pirai, se torna possível elaborar um conjunto de conclusões sobre as possibilidades que a transmissão antecipada de patrimônio material poderia proporcionar, sobretudo quando cruzamos estas informações com outras fontes de pesquisa, entre eles os inventários, como o elaborado quando do falecimento de D. Emiliana Umbelina de Moraes. Entre elas as possibilidades que a transferência de patrimônio material de forma antecipada por meio do dote estabelece no processo de montagem de unidades agrícolas numa época em que o Vale do Paraíba fluminense se transformava numa região por excelência para a produção cafeeira. Assim, nossa proposta de trabalho para esse artigo se baseia na necessidade de tecer considerações preliminares sobre a relação existente entre arranjos matrimoniais envolvendo membros da classe senhorial do Vale do Paraíba com núcleos familiares específicos situados fora dessa região, com as possibilidades que tais arranjos matrimoniais representavam na formação de novas unidades agrícolas a partir da concessão de dotes. As fontes de pesquisa utilizadas para a composição do texto serão basicamente os processos de escritura de ratificação e doação de bens e o inventário aberto quando do falecimento de D. Emiliana Umbelina de Moraes.

José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, senhor de terras e homens: um estudo sobre a composição do dote de D. Emiliana Umbelina de Moraes:

Analisar o uso do dote no Vale do Paraíba requer antes de tudo um estudo sobre o conceito do dote enquanto uma prática social. Nesse sentido, estamos diante de um ato, o dote, com fundamento simbólico e cultural envolvendo um hábito incorporado a sociedade brasileira dentro das premissas da colonização portuguesa sobre o território americano. Sendo que os portugueses foram os responsáveis por transplantar para a Colônia lusitana no continente americano a prática social do

dote. Além de serem os responsáveis pela transposição dessa prática, foram eles que sedimentaram este ato de forma sólida na sociedade que então passaram a constituir. Como uma prática social firmemente arraigada na sociedade colonial, o dote, ou o ato de bem dotar os filhos, e em especial as filhas para que estas contraíssem bons casamentos, sobreviveu a Colônia e adentrou o Império do Brasil. De acordo com Elizabeth Souza Abrantes, dotar bem os filhos era uma obrigação social e essencial das famílias, especialmente daquelas consideradas ricas, ou em condições de dispor de recursos econômicos e materiais em favor destes (ABRANTES, 2010:35-40). O dote pode ser observado na Vila de Pirai quando da análise de um conjunto de fontes primárias remanescentes da primeira metade do século XIX, onde personagens históricos de diferentes condições sociais e níveis de riqueza material e simbólica concorrem com suas doações para a manutenção desse ato. Na opinião do historiador Muirakytan Kennedy de Macedo, adotar a prática do dote como um conceito familiar e social em relação aos filhos, sobretudo quando estes se encontravam aptos a contraírem matrimônio, se transformava num ato essencial, principalmente quando a intenção era a de casar as filhas mulheres (MACEDO, 2007:151). Com toda certeza, casar bem sua filha era o objetivo almejado pelo Barão do Pirai ao contratar o casamento de D. Emiliania Umbelina de Moraes com um membro da família Lima e Silva. Com esse objetivo, o Barão do Pirai concedeu para a época um dote apreciável formado por um conjunto de itens que passamos a descrever em parte abaixo, dando ao leitor uma noção dos bens adiantados:

*(...) foi dito que quando casaram sua filha (...) eles outorgantes levando muito a bem esse consórcio, por muito ao seu gosto e vontade, e da dita sua filha, lhe doarão uma das Fazendas que possuem denominada das Minhocas com meia légua de terra medida e demarcada judicialmente com todas as casas e benfeitorias que nela havia (...) e igualmente lhe doaram os escravos que naquele tempo existião na dita Fazenda e outros que levaram desta Fazenda dos 3 Saltos; assim como também outros bens moveis e semoventes, como gados e porcos (...) e tudo assim dito lhe doaram pelo preço e quantia de 40:000\$000 (...).*³

A partir de uma análise sobre os itens transferidos por conta do arranjo matrimonial e declarados pelo Barão do Pirai, duas questões se sobressaem no ato da concessão do dote no casamento aqui analisado. Em primeiro lugar, se torna possível perceber que o dote concedido se compunha essencialmente de um conjunto de bens composto por itens do universo agrícola. Nessa

³ AMP Processo de Escritura de Ratificação e doação de bens. Livro Terceiro de Notas do Juízo de Paz da Freguesia de Arrozal. Doadores Coronel José Gonçalves de Moraes e sua mulher – Beneficiário Joaquim José de Lima e Silva Sobrinho e sua mulher-1839

transferência de bens para o novo casal que iniciava uma vida conjugal em comum os itens que se sobressaem a essa transferência são a meia légua de terras e os escravos. Em segundo lugar, a fazenda doada em dote denominada das Minhocas se encontrava em estágio produtivo, conforme atesta o próprio autor do processo de Escritura de Ratificação e doação de bens. Conforme indica o autor da doação, a fazenda se encontrava em atividade produtiva, dispondo inclusive de um conjunto de escravos não determinados no documento, atestando seu uso na prática agrícola. A presença dos escravos indica o uso permanente dessa área na produção de algum artigo agrícola, o que para a época poderia comportar desde gêneros de subsistência até culturas voltadas para o envio a mercados mais distantes, como a cana de açúcar após o seu beneficiamento e o próprio café, item já plantado nesta propriedade antes de sua transferência para os novos proprietários. Além dos escravos presentes na fazenda das Minhocas, outros foram deslocados da grande propriedade agrícola que a família Gonçalves de Moraes mantinha na Freguesia de Pirai, a fazenda dos Três Saltos, para atender necessidades futuras de trabalho na fazenda das Minhocas. Cujo cultivo agrícola foi dinamizado a partir da administração do genro do Barão do Pirai, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, logo após seu casamento em agosto de 1835⁴. Conforme demonstraremos no próximo tópico desse artigo, uma vez a frente da administração da fazenda das Minhocas, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho encontrou condições de ampliar o cultivo agrícola em sua propriedade, com destaque especial para o aumento no número de cafeeiros que a dita fazenda passou a comportar. Nesse contexto, uma análise no inventário aberto por falecimento de D. Emiliania Umbeliana de Moraes, ocorrido no ano de 1839, fornece meios no sentido de identificar o desenvolvimento das atividades rurais relacionadas a fazenda das Minhocas no processo de doação e de transferência de bens para novos proprietários.

O inventário de D. Emiliania Umbelina de Moraes: dote e cafeicultura:

D. Emiliania Umbelina de Moraes nasceu em 30 de dezembro de 1819 na casa paterna dos pais, a fazenda dos Três Saltos. Por estar em perigo de morte, seu batizado se realizou em casa momentos após o parto e sob os cuidados do Reverendo Padre Joaquim Gonçalves de Moraes, irmão

⁴ AMP Processo de Escritura de Ratificação e doação de bens. Livro Terceiro de Notas do Juízo de Paz da Freguesia de Arrozal. Doadores Coronel José Gonçalves de Moraes e sua mulher – Beneficiário Joaquim José de Lima e Silva Sobrinho e sua mulher-1839.

de seu pai, o Barão do Pirai⁵. Tendo sobrevivido a uma morte prematura, a que todos davam como certo, e por isso o batismo momentos após vir ao mundo, foi ela batizada de modo solene em 13 de fevereiro de 1819 na Capela mantida na fazenda de residência de seus pais e dedicada a São Pedro. Dispomos de poucas informações relativas à sua vida até a data do matrimônio que fora celebrado em 31 de agosto de 1835, quando possuía incompletos quinze anos de idade. Do seu consórcio com José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho nasceram três crianças, sendo uma menina, cujo nome era Mariana, que nasceu em 19 de fevereiro de 1837⁶, e dois garotos, Luiz, nascido em 01 de maio de 1838⁷ e Emiliano, que veio ao mundo em 19 de março de 1839⁸.

Seus pais eram abastados fazendeiros situados nas imediações dos rios Pirai e Paraíba do Sul numa época em que as áreas banhadas por esses rios se convertiam em áreas promissoras para o desenvolvimento da cafeicultura (SALLES, 2008:135). Enquanto seus pais eram naturais da região do Vale do Paraíba fluminense, seus avós maternos e paternos haviam nascido em diferentes partes do Império português, migrando em períodos distintos do século XVIII em direção ao Vale do Paraíba atraídos pelas concessões de terras que as autoridades coloniais promoviam nessa região⁹. D. Emiliana Umbelina de Moraes veio a falecer em maio de 1839. Seu inventário foi aberto somente em setembro desse ano, quando já constava no Livro Terceiro de Notas da Freguesia de Arrozal a escritura de ratificação e doação de bens que o Barão do Pirai fez redigir em 10 de junho de 1839. Portanto, meses após o falecimento de D. Emiliana Umbelina de Moraes, o Barão do Pirai procurou formalizar a transferência dos bens dados em dotes quando do casamento do casal celebrado em 31 de agosto de 1835. A morte precoce de D. Emiliana obrigou seu pai, o Barão do Pirai, a formalizar a transferência do conjunto de bens que anteriormente ficara restrito unicamente ao plano do ambiente familiar, prevalecendo até então o acerto verbal efetuado entre a família Gonçalves de Moraes e a família Lima e Silva quando do acerto dos preparativos do matrimônio.

A morte prematura de D. Emiliana obrigou a abertura do inventário e a conseqüente avaliação dos bens mantidos em posse do casal desde a celebração do matrimônio. Além de permitir a

⁵ Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ) Livro Segundo de Batizados de brancos e livres da Paróquia de Santana do Pirai (1816-1830) – fl. 47 -13 de fevereiro de 1819.

⁶ ACMRJ Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 22 - 12 de março de 1837.

⁷ ACMRJ Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 34 - 09 de maio de 1838,

⁸ ACMRJ Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 34 - 12 de abril de 1839.

⁹ A avó paterna, D. Rita Clara de Souza, havia nascido na Vila de Itu, Bispado de São Paulo, enquanto seu avô paterno, o Capitão Antônio Gonçalves de Moraes era natural de um povoado pertencente ao Bispado de Miranda d'Oiro, no Reino de Portugal. Enquanto o avô materno, o Capitão-Mor José de Souza Breves nasceu na Ilha Terceira Bispado de Angra, e sua avó materna, D. Maria Pimenta de Almeida havia nascido na Freguesia de São José, cidade do Rio de Janeiro.

identificação dos bens em posse do casal se torna possível por meio das informações contidas no inventário identificar as condições de produção da fazenda das Minhocas. Nesse contexto, nosso objetivo será o de avaliar o desenvolvimento agrícola experimentado pela fazenda das Minhocas sob a administração de José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. Portanto, procuramos compreender de que forma o cultivo agrícola, e de modo especial do café nessa propriedade, se desenvolveu no período posterior ao casamento. Assim, nossa análise procura relacionar o incremento das atividades agrícolas nesta propriedade com os mecanismos fornecidos pela transferência de recursos efetuados pela prática do dote no arranjo matrimonial. A fim de acompanhar essa relação passamos a analisar o desenvolvimento da produção de café tendo por base as informações do inventário de D. Emiliana Umbelina de Moraes. As informações disponíveis sobre os cafeeiros cultivados serviram de base para a elaboração da tabela 01 onde registramos a quantidade desse arbusto encontrado pelos avaliadores a partir de setembro de 1839.

Cafeeiros plantados	Idade dos cafeeiros	Característica do cafezal	Valor por cafeeiro na avaliação	Valor dos cafeeiros
30 mil	Indefinida	Velho	\$120 reis	3:600\$000
10 mil	De 10 a 12 anos	Não informado	\$160 reis	1:600\$000
20 mil	De 5 a 9 anos	Novos	\$200 reis	4:000\$000
18 mil	2 anos	Novos	\$120 reis	1:800\$000
3 mil	3 anos	Novos	\$120 reis	360\$000
30 mil	4 anos	Novos	\$160 reis	4:800\$000
19 mil	1 ano	Novos	\$80 reis	1:520\$000

Tabela 01: cafeeiros encontrados na avaliação dos bens da fazenda das Minhocas. **Fonte:** Inventário de D. Emiliana Umbelina de Moraes - (1849) nº do processo 0040111432

De acordo com os dados da tabela 01, a fazenda das Minhocas mantinha em produção um total de 130 mil pés de café, apresentando no ato da avaliação forte distorção com relação a idade produtiva e condições de produção. Esses dados demonstram que a propriedade mantinha a época um perfil produtivo muito semelhante a de outras unidades agrícolas, onde predominava uma agricultura intensiva assentada no cultivo do café em combinação com outros artigos agrícolas voltados para a subsistência. Além de plantar café em quantidade apreciável para o período e a região, a unidade mantinha ainda roças de subsistência que deveriam garantir em parte a alimentação da população livre e escrava. Levando em consideração a data do casamento de D. Emiliana Umbelina de Moraes, agosto de 1835, com a idade produtiva dos cafeeiros arrolados na tabela 01, podemos indicar que partes dos 130 mil pés de café foram sendo plantados sob a administração de José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. Considerando os cafeeiros com até três anos de vida, e observando que a época do plantio das mudas do café no Vale do Paraíba fluminense se dava após o preparo da área, o que

compreendia antes de tudo a derrubada e a queima das matas, e isto se dava nos meses de inverno (Stein, 1990:135), é possível supor que depois do matrimônio cerca de 40 mil cafeeiros foram plantados. A presença de cafeeiros considerados “velhos” pelos avaliadores demonstra que a fazenda das Minhocas deveria produzir café a quase vinte anos, isto levando em consideração que na região do Vale do Paraíba fluminense o cafeeiro com idade superior a quinze anos era considerado antigo (SILVA, 1999: 88). A produção de café na fazenda se fazia anterior ao casamento e quando seu controlador era o próprio Barão do Pirai. Portanto, ao se casar em 1835, José de Lima e Silva Sobrinho recebeu em dote uma fazenda onde ocorria o plantio do café, bem como condições para manter e ampliar a área de cultivo. Conforme relata o próprio Barão do Pirai em sua declaração de bens de 1839, uma força de trabalho formada pelos escravos que já se encontravam na fazenda das Minhocas, além de outro contingente levado da fazenda dos Três Saltos, deveria assegurar os trabalhos de rotina. Apesar de não especificar a quantidade de escravos transferidos por meio do dote, o seu conjunto deveria assegurar o cultivo dos cafezais existentes e mesmo propor condições para uma possível ampliação da área cultivada através da ocupação de reservas de matas nativas nos limites da propriedade. Essa mão de obra disponível, em combinação com outros fatores, possibilitaram o plantio dos cafeeiros descritos no inventário como tendo respectivamente um, dois e três anos de idade. Além de lidar com cafezais já formados e escravos cedidos mediante o dote, José de Lima e Silva Sobrinho pode ainda dispor de uma herança imaterial transmitida no processo de contratação e celebração do matrimônio pela família Gonçalves de Moraes. Fazer parte dessa família deveria representar um conjunto de oportunidades de âmbito social e material a ser acessado pelo jovem noivo ao fazer parte da extensa rede social do qual uma das partes era integrada pelo Barão do Pirai e sua extensa parentela.

Considerações finais:

Fazer parte da extensa rede familiar do qual o Barão do Pirai era parte integrante de modo conjunto com sua rede de parentes certamente representou um eficiente mecanismo no qual José de Lima e Silva Sobrinho se integrou e retirou benefícios que o habilitaram a inserir em condições favoráveis para se transformar num proprietário rural. O arranjo matrimonial analisado nesse artigo criou condições ideais para o Barão do Pirai se beneficiar de contatos próximos e íntimos tecidos com a prestigiosa família Lima e Silva. Portanto, o casamento de D. Emília Umbelina de Moraes e José

de Lima e Silva Sobrinho funcionou, sobretudo, para aproximar duas importantes famílias da Província do Rio de Janeiro e reunir, numa extensa rede familiar, indivíduos situados nos extremos de uma enorme parentela situada no Vale do Paraíba e na Cidade do Rio de Janeiro dentro de uma sociedade cuja formulação se pautava em arranjos de solidariedade.

Fontes Manuscritas pertencentes ao Arquivo Municipal de Pirai (AMP):

Inventário de D. Emiliania Umbelina de Moraes - (1849) nº do processo 0040111432.
Processo de Escritura de Ratificação e doação de bens. Livro Terceiro de Notas do Juízo de Paz da Freguesia de Arrozal. Doadores Coronel José Gonçalves de Moraes e sua mulher – Beneficiário Joaquim José de Lima e Silva Sobrinho e sua mulher-1839

Fontes Manuscritas pertencentes ao Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMRJ):

Livro Segundo de Batizados de brancos e livres da Paróquia de Santana do Pirai (1816-1830) – fl. 47 -13 de fevereiro de 1819.

Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 22 - 12 de março de 1837.

Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 34 - 09 de maio de 1838.

Livro Segundo de Batizados de Dores do Pirai (1835-1837) – fl. 34 - 12 de abril de 1839.

Livros, Artigos, Dissertações e Teses:

ABRANTES, Elizabeth Souza. **“O DOTE E A MOÇA EDUCADA”: mulher, dote e instrução em São Luis na Primeira República**. 2010, Niterói, UFF, Tese de Doutorado em História.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os Senhores da Terra: Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista (1765-1855)**. Campinas, 1997.

MACEDO, Muirakytan Kennedy de. **Rústicos Cabedais: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (sec. XVIII)**. 2007, Natal. UFRN, Tese de Doutorado em História.

MARQUESE, Rafael e TOMICH, Dalle. **O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial do café no século XIX**. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial. Vol II – 1831-1870**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2009.

PAIVA, Lucas Gesta Palmares Munhoz de. **Lembranças da saudade: estratégias para a manutenção do poder de uma família cafeicultora no século XIX**. Rio de Janeiro, 2013. UNIRIO, Dissertação de Mestrado em História.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

SANTOS, Adelci Silva dos. **À Sombra da Fazenda: A Pequena Propriedade Agrícola na Economia de Vassouras Oitocentista**. Vassouras: 1999, USS. Dissertação de Mestrado.

STEIN, Stanley J. **Vassouras: um município brasileiro do café. 1850-1890**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1990.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Políticas públicas no Brasil Republicano

Coordenador:

Nittina Bianchi – Doutoranda PPGHIS UFJF.

A interdisciplinaridade é um recurso cada vez mais utilizado no meio acadêmico. O diálogo entre a Sociologia, Ciências políticas e História garantem um arsenal mais amplo de recursos para a pesquisa e para o entendimento nas conjunturas passadas e presentes.

Neste Simpósio Temático propomos reunir trabalhos que dialoguem com a temática republicana, no que diz respeito às políticas públicas. Fará parte de nossas discussões temáticas de políticas públicas e seus desdobramentos em saúde, educação, desenvolvimento industrial a partir da Primeira República até ao Governo Dilma.

Assim, os coordenadores do ST se dispõem a aceitar propostas de trabalho em larga dimensão cronológica e espacial, interessando-se em quaisquer tratamentos dos fenômenos do Brasil República e Políticas Públicas.

Objetivos:

- 1) abrir espaço para o diálogo entre as áreas das ciências sociais para o debate sobre políticas públicas no Brasil republicano. Priorizando temas como: Brasil República, Brasil República e Políticas Públicas, Brasil República e Saúde, Brasil República e Educação, Brasil República e Desenvolvimento Industrial.
- 2) promover a oportunidade de discussão de estudos de caso e/ou novos enquadramentos teóricos propostos por alunos de graduação e pós-graduação cujas pesquisas, concluídas ou que estejam em andamento, procurem examinar o fenômeno no Brasil República e Políticas Públicas.

POLÍTICA EXTERNA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA A PESQUISA SOBRE O GOVERNO ARTUR BERNARDES E A LIGA DAS NAÇÕES

Filipe Queiroz de Campos¹

Resumo:

O objetivo desse trabalho é apresentar as razões que levaram o governo de Artur Bernardes a transformar a conquista de um assento permanente no Conselho da Liga das Nações ao Brasil no principal projeto de política externa de seu governo e em um de seus principais projetos de política interna. Analisaremos, também, os motivos que levaram esse mesmo governo a retirar-se da Liga por conta própria. A atual produção historiográfica a respeito do assunto detém-se aos estudos das Relações Internacionais em narrativas ainda muito factuais e pouco problematizadoras a respeito do universo social e conceitual do objeto em questão. Nossa pesquisa vem contribuir com novas perspectivas metodológicas e analíticas, propondo, por exemplo, a aplicação da História dos Conceitos como importante metodologia para a pesquisa da Análise de Política Externa.

Palavras-chave: Liga das Nações, Artur Bernardes, Política Pública, Política Externa.

FOREIGN POLICY AS PUBLIC POLICY: A METHODOLOGICAL PROPOSAL FOR RESEARCH ON THE ARTUR BERNARDES GOVERNMENT AND THE LEAGUE OF NATIONS

Abstract:

The aim of this paper is to present the political nature of the reasons which brought Artur Bernardes to transform the conquer of a permanent place in the Council of the League of Nations as the main goal of his foreign policy and also into one of the main objectives of his domestic policy. We are going also to analyze the reasons that led Bernardes to take Brazil out from the League as an end of this episode of diplomatic crises. The historiography henceforth has been concentrated in the perspective of International Relations and due to it presenting a study more based in the facts than in the analysis of the social and political problems entailed in the reality and historicity of that time. Our research will contribute with new perspectives of methodology through History of Concepts and Analysis of Foreign Policy.

Keywords: League of Nations, Artur Bernardes, Foreign Policy, Public Policy and Foreign Policy.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: filipeqc@hotmail.com

Breve histórico sobre Políticas Públicas:

Nas últimas décadas registraram o ressurgimento da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas. Na Europa, a área de política pública vai surgir como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas. Nos EUA, ao contrário, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (MEAD, 1994) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (LYNN, 1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (PETERS, 1995) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (DYE, 1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer” (LASWALL, 1958: 110). A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente).

Das diversas definições e modelos sobre políticas públicas, podemos extrair e sintetizar seus elementos principais: A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz. A política pública envolve vários atores e níveis de decisão, embora seja materializada através dos governos, e não necessariamente se restringe a participantes formais, já que os informais são também importantes. A política pública é abrangente e não se limita a leis e regras. A política pública é uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados. A política pública, embora tenha impactos no curto prazo, é uma política de longo prazo.

O campo de estudos de políticas públicas é amplo em variabilidades teóricas, mas, para nossa pesquisa, adotamos a Política Pública e maneira mais generalista, não nos prendendo a nenhuma teoria específica, mas, sim, à perspectiva da política externa como uma política pública. Artur Bernardes, transformou a conquista de um lugar permanente na Liga das Nações em verdadeira

Política Pública, ou seja, um objetivo de seu governo para que se alcançasse resultados que afetam todo o país. Considerar a política externa como política pública, porém significa afirmar que a política externa é, também, uma política de governo, e não apenas uma política de Estado, como a historiografia majoritária nas Relações Internacionais aponta. Buscando esclarecer como as Relações Internacionais vem delineando a política externa como política de Estado, veremos mais sobre a questão política de Estado versus política de governo.

A política externa como Política Pública:

A política doméstica não era tão importante para os analistas de Política Externa até que se emergiu a disciplina Análise de Política Externa (APE), uma subdisciplina nas Relações Internacionais que se preocupa com a relevância dos indivíduos na tomada de decisões internacionais, principalmente a partir dos estudos de Rosenau em *Domestic Sources of Foreign Policy* (ROSEUNEU, 1974), em que é dito que fatores domésticos não são menos relevantes para a formulação da política externa do que o próprio contexto internacional.

Antigas análises concentravam-se em explicar as decisões internacionais pelos conceitos de interesse nacional e de política de Estado: Interesse nacional seria um aporte histórico de conceitos como universalismo, pacifismo ou autonomia, e a política de Estado seria o modo imparcial e independente de governos de se alcançar esse interesse nacional, assim a política externa estaria imune a interesses pessoais e sociais de cada governo, por isso dificilmente era entendida como uma política pública. Essa perspectiva evitou, por muito tempo, os estudos sobre a participação de indivíduos e da imprensa na formulação da política externa. Ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizões, barganhas, disputas que expressam a própria dinâmica da política. Em Relações Internacionais, a subdisciplina que mais se vale da abordagem da Política Externa como mais uma política pública é a Análise de Política Externa. Essa disciplina data da década de 1950, mas, no Brasil, é uma novidade que vem se consolidando em grande parte dos cursos de graduação e pós-graduação em Relações Internacionais.

A Análise de Política Externa iniciou-se, principalmente, a partir do trabalho de Richard Snyder, Henry Buck e Burton Sapain, *Decision Making as a Approach to the Study of International Politics* (SNYDER, 1954), trazendo a necessidade de valorização da subjetividade individual,

cognitiva e psicológica na tomada de decisões que envolve a política externa. Esse estudo desenvolveu-se a partir do princípio de que a política externa é constituída por tomada de decisões e, portanto, o modo como essas decisões são tomadas afeta o conteúdo da política externa.

Apesar dos esforços no sentido analítico da subjetividade, houve duas vertentes dos estudos de Sknyder, a Comparative Foreign Policy com liderança intelectual de Rosenau, que visava alcançar uma grande teoria da política externa capaz de explicar qualquer política externa, e isso seria feito ao analisar o comportamento típico de uma nação e suas relações costumeiras com as outras; essa teoria chegou até mesmo a aventar prever a política externa. A partir da década de 70, porém, já estava claro que os estudos comparativos não poderiam chegar a lugar algum visto a clara impossibilidade de tratar estudos das Ciências Humanas com métodos das Ciências Naturais. Na esteira dessa crítica, iniciam-se estudos sobre Psicologia Social e Psicologia Cognitiva na formulação da política externa, as perspectivas dos indivíduos e dos políticos, como buscou fazer Graham Allison, em 1971, ao analisar a Crise dos Mísseis em Cuba, verificando a importância da estrutura burocrática na formulação da política externa.

Na construção da Análise de Política Externa, todas as teorias que buscaram explicar as relações internacionais tiveram contribuições importantes. O realismo, com o neorealismo de Kenneth Waltz, foi repensado pelo realismo neoclássico. O neorealismo de Waltz, desenvolvido a partir de 1979, não admitia a importância da política interna e dos problemas domésticos ou ideológicos da confecção da política internacional, pois essa seria balizada pela balança de poder e o equilíbrio de forças internacionais; esse neorealismo de Waltz fugiu, inclusive, das propostas originais de Hans Morgenthau, pai da sistematização do pensamento realista que escreveu em 1948, que, na verdade, admitia até mesmo a importância do governante e da participação individual, pois também o indivíduo governante pensaria em termos da busca pelo poder e da supremacia da política sob as ideias. As ideias de Morgenthau foram retomadas na década de 1990, com Zakaria em 1998, por exemplo, a partir do realismo neoclássico que seria mesmo um complemento teórico ao modelo macro de interpretação de Waltz.

O liberalismo teve grande contribuição na aceitação da importância da política interna para as Relações Internacionais, como ocorreu com a teoria da Interdependência Complexa de Keohane. Autores do liberalismo como Levy, em 1989, buscaram até mesmo convencer que a importância da política interna, para compreender a externa deveria ser uma espécie de lei das Relações Internacionais.

O próprio Construtivismo, apesar de ser muito mais uma teoria social aplicada ao *Foreign Affairs* que uma própria teoria das Relações Internacionais, contribui muito com a perspectiva de que a maneira como as ideias são construídas e utilizadas é tão importante quanto a própria realidade material. A APE e o Construtivismo, portanto, se apõem às teorias determinantes de explicação da política internacional ambos colocando-se como estudiosos e analistas dessas relações, além disso tanto Construtivismo quanto a APE dão forte enfoque da psicologia, percepções individuais e construções de ideias por meio dos indivíduos, áreas até então não abordadas pelas teorias anteriores.

No Brasil, a APE desenvolveu-se conjuntamente com os próprios cursos de Relações Internacionais principalmente a partir da década de 1970. Há trabalhos que buscam analisar a questão cognitiva e psicológica por meio do paradigma da influência das ideias, no modelo convencional das Ciências Sociais sobre o Pensamento Político como fez Silva (SILVA, 1995: 135) ao analisar as influências de ideias na conformação da política externa brasileira durante a participação do Brasil na Liga das Nações. Há também aqueles que buscam mais incisivamente trabalhar com o Construtivismo, como Saraiva e Briceño Ruiz (RUIZ, 1999), que analisaram as percepções de atores políticos domésticos no interior dos maiores países membros do Mercosul a respeito do processo de integração, assim como as ideias presentes na esfera pública de apoio ou de rejeição ao bloco. A partir do conceito de estruturas domésticas, de Risse-Kapen, 1995, autores brasileiros passaram a estudar a papel da relação entre o Poder Executivo e o Legislativo no desenvolvimento da Política Externa.

Ao considerarmos a política de governo e ações do Executivo como uma Política de Estado, estamos desresponsabilizando as efêmeras vontades dos indivíduos sempre dotadas de razões circunstanciais e históricas, para construir a sensação de que os atores da política externa são imparciais por seguirem uma herança da tradição diplomática que os estaria sempre forçando seguir o interesse geral da nação, e não o interesse dos indivíduos e dos governos passageiros. Buscar entender a formação da política externa como política pública significa considerar que as políticas de governo, e não uma incólume política de Estado seja o que realmente constrói a diplomacia ao longo do tempo.

Mônica Salomón (SOLOMÓN, 2013: 59) aponta que há, no Brasil grandes lacunas de trabalho na busca de avaliar a Política Externa pela lógica da Análise de Política Externa: a questão da opinião pública como influência na formulação da política externa, os estudos do líder e do indivíduo como um dos principais atores na formulação da Política Externa. Um dos trabalhos mais recentes na historiografia que visa analisar a formação da política externa por meio do estudo do indivíduo é o

estudo de Paula Vedoveli (VEDOVELI, 2010). A autora analisa importância dos conceitos na formulação da tradição do Itamaraty e como a tradição tornou-se uma espécie de herança histórica que serve de referência para legitimar políticas de governo como imparciais e atemporais. A seguir, veremos como Vedoveli fez isso.

Buscando demonstrar mais a respeito das teorias das Relações Internacionais e como buscar uma abordagem mais problematizadora e menos factual, analisaremos a importância de conectar o Construtivismo à História dos Conceitos.

Principais teorias das Relações Internacionais e um novo olhar sobre a historiografia:

O positivista da historiografia acredita que ao se distanciar da realidade dos fatos, poderá enxergá-los de maneira científica, entendendo leis e forças que legitimam o comportamento dos homens, e que os “agentes” históricos representaram o verdadeiro espírito do povo, *folkgeist*, pois foram, sozinhos, capazes de mudar o curso do destino; esses positivistas acreditam que os fatos sobre o passado são exatos e objetivos de maneira fatalista e teleológica. Homens como Herder, Michellet, Hegel ou Rank foram criticados pela historiografia da revista dos *Annales* como positivistas. Fundada por Lucien Febvre e Marc Bloc, a tradição dos *Annales* demonstrou que o processo histórico não apresenta leis rígidas e que a realidade humana é uma construção do próprio homem, a partir de uma visão problematizadora das relações humanas.

Já os positivistas das Relações Internacionais são aqueles que, após a Primeira Guerra Mundial, começaram a tentar entender o comportamento da realidade internacional por meio de características que seriam imutáveis e intrínsecas a essa realidade. Em contraste com os positivistas, os realistas acreditam que a realidade internacional é centrada no Estado, anárquica, e que a busca pelo poder superpõe todas as ambições por cooperações e direitos comuns. Por sua vez, os liberais, compreendem que a realidade das relações interacionais tornar-se-ia, cada vez mais, cooperativa, democrática e interdependente por meio do comércio, por isso a busca pura pelo poder seria progressivamente limitada pelo direito e pelos valores compartilhados. Após a Teoria Crítica das Relações Internacionais, porém, surge a teoria construtivista, questionando a abordagem positivista, ao apontar que a realidade internacional é uma construção social, e que as leis mais aparentemente sólidas, como a da anarquia interacional, a balança de poder ou a securitização, são conceitos

subjetivos e compreensões coletivas inventadas e determinadas exatamente por aquilo que decidimos fazer delas.

Conquanto haja diferenças conceituais, os positivistas da historiografia e aqueles das Relações Internacionais têm algo em comum: a crença de que a realidade humana tem leis profundas e tendências naturais, porquanto os pós-positivistas de ambas áreas demonstram, também, uma posição semelhante: a realidade humana é uma construção que depende dos processos históricos e da formação coletiva de conceitos que influenciam as visões de mundo. A realidade é, parafraseando Alexander Wendt, o que fazemos dela.

A função da linguagem na produção da política e da realidade também é um ponto comum àqueles que passaram a criticar os positivistas tanto na historiografia quanto na teoria de Relações Internacionais. Principalmente, após o fim da Segunda Guerra Mundial, as ciências humanas passaram a, progressivamente, preocuparem-se com a chamada tridimensionalidade da linguagem: o fato de que a língua não apenas transmite e demonstra, como, também, cria a própria realidade uma vez que certos fatos nunca poderiam ter existido sem ela. Essa nova preocupação com a linguagem ficou conhecida como *Linguistic Turn* ou Virada Linguística.

A partir da Virada Linguística, todas as ciências humanas foram afetadas pela perspectiva de que o real não depende exclusivamente das heranças culturais como se essas fossem leis. O construtivismo, conhecido como terceira corrente na Teoria das Relações Internacionais, também passou a entender que a realidade humana é uma construção, logo as relações internacionais não são naturais, nem dotadas de leis insuperáveis. O Construtivismo não admite a antecedência ontológica como um problema, ou seja, quem determina o outro, se o agente histórico ou se a estrutura histórica. Essa vertente entende que agentes e estruturas são mutuamente constituídos, por isso não é a busca pelo poder que determina o comportamento dos Estados, nem os Estados que decidem, exclusivamente, a busca pelo poder como objetivo primordial, pois, na verdade, Estados e as normas se constroem reciprocamente.

Dando continuidade ao processo histórico-linguístico de entender a realidade humana, Reinhart Koselleck, na escola-metodológica alemã conhecida como *Begriffsgeschichte*, adotou, assim como Skinner, a crítica à Escola de Cambridge Na busca de combater a simples transposição para o passado de conceitos do presente, e o tratamento do pensamento como desconectado do contexto sociolinguístico, Koselleck argumenta que a busca pelos significados de um significante revela os conflitos políticos e sociais encobertos que podem ser revelados, por meio do horizonte conceitual e

pelo estudo dos usos linguísticos. A proposição leva-nos a perguntar: qualquer palavra pode ser um conceito social e político? Para Koselleck, não. Os conceitos são aquelas palavras que provocam no interlocutor um entendimento reflexivo, isso significa que essa palavra, assim que anunciada, provocará associações com outras palavras do mesmo campo semântico (KOSSEECK, 2006: 135). São palavras que possuem uma história de variações semânticas, como se fossem microteorias de si mesmas. As palavras podem ser polissêmicas, mas conceitos são polissêmicos por definição.

Por conseguinte, está clara a importância da História dos Conceitos para a teoria das Relações Internacionais. Skinner e Koselleck propõem um método condizente com a teoria do Construtivismo, com as propostas da Escola de Copenhague e com a maioria dos trabalhos acadêmicos atuais no campo das Relações Internacionais e da História. O Construtivismo é como uma filosofia, um estudo ontológico ou uma meta-teoria, pois não oferece um método, mas uma discussão sobre a natureza da realidade internacional. Enquanto o Construtivismo contribui com uma visão historicista da realidade instigando-nos a descamar os conceitos e a própria política como construções humanas não necessárias, a História dos Conceitos fornece-nos um método autônomo de pesquisa a partir da mesma perspectiva. A História dos Conceitos, porém, não deve ser aplicada em partes. Muito pouco se tem, ainda, referenciado os trabalhos de Koselleck na teoria das Relações Internacionais, mas vários dos trabalhos que aplicam seu método de compreensão do mundo por meio dos conceitos, não estão aplicando a História dos Conceitos em sua completude e, portanto, não atingem o que a *Begriffsgeschichte* tem de mais importante: a compreensão da historicidade nas decisões humanas e a revelação da visão de mundo dos agentes que produziram os conceitos.

Dessa maneira, podemos analisar, a seguir, a política externa de Bernardes como pública eivada de desejos e ambições individuais e governamentais muito menos direcionadas para o bem perene e coletivo do Estado, e muito mais direcionada ao sucesso de seu governo, uma política que foi efetivada inicialmente da linguagem e é a análise da linguagem e dos conceitos que os oferece pistas para investigar as verdadeiras intenções de Bernardes com tal política externa.

A política externa do governo Artur Bernardes na Liga das Nações:

A Liga das Nações foi, até o momento de sua criação, a mais elaborada tentativa de organizar pacificamente as relações internacionais a partir da perspectiva multilateral. Como assinala o historiador Eric Hobsbawm (HOBSBAWN, 1995: 90), se a Primeira Guerra Mundial demarca o

colapso de conceitos políticos próprios do século XIX, a Liga das Nações foi a tentativa de desenvolver uma nova ordem internacional para o século XX. A Liga representou a primeira organização internacional a oficialmente substituir as dinâmicas de poder tradicionais da geopolítica, fundadas desde o Congresso de Viena, em 1815. Nesse Congresso, as potências monarquistas organizaram um equilíbrio de forças baseado nos princípios do Antigo Regime; esse equilíbrio ficou conhecido como Concerto Europeu. Ao final da Grande Guerra, porém, o “equilíbrio de poder” passou a ser identificado como parte das políticas que levaram à Guerra. O presidente dos EUA, Woodrow Wilson, apresentou à Conferência de Paz de Paris, em 1919, o projeto de uma nova ordem mundial, guiada pela transposição dos valores e princípios do liberalismo político para o sistema internacional. Essa nova ordem seria materializada por meio da Liga.

Com a Liga das Nações, o direito deveria prevalecer sobre o poder e a força, e os processos democráticos sobre os aristocráticos, na condução das relações internacionais. O “equilíbrio de poder” seria substituído por uma “comunidade de poder compartilhado” (SARAIVA, 2006: 245). A diplomacia secreta foi considerada um dos elementos que mais contribuíra para a generalização da guerra de 1914. A partir da década de 1920, portanto, de acordo com Mônica Herz (HERZ, 2004: 13), o conceito de multilateralismo foi um dos elementos políticos mais representativos da nova realidade geopolítica engendrada pela Conferência de Paris, favorecendo uma ordem baseada na publicidade dos atos internacionais.

Na década de 1920, se a sociedade internacional passava por mudanças estruturais, a sociedade brasileira vivia o que Helena Lorenzo (LORENZO, 1997: 196) chamou de “aceleração da história”, com a emergência da classe operária, da militar e de camadas médias urbanas, bem como os efeitos da Segunda Revolução Industrial. O fortalecimento do papel do Estado na solução da crise política e econômica, tanto a internacional quanto a brasileira foram uma constante nesse período. É neste momento que o governo Arthur Bernardes desenvolve o plano de assegurar ao Brasil um assento permanente no conselho da Liga das Nações como estratégia de política externa e interna. Durante o governo de Epitácio Pessoa, o Brasil defendeu assento permanente no Conselho como uma “demanda justa”, mas sem grandes pretensões. O governo Bernardes, porém, transformou a campanha em verdadeira missão, usando o conceito de “direito natural”, para legitimar a candidatura do Brasil.

Nos Acordos de Locarno, feitos entre os membros permanentes da Liga, Grã-Bretanha, França, Itália e Japão, a Alemanha ganhou prioridade como candidata a membro permanente, sinalizando um perigo para a campanha de Bernardes. Diante da aprovação da Alemanha em

detrimento da do Brasil como membro permanente, este último retira-se voluntariamente do Conselho, repudiando a atitude europeia e provocando uma crise diplomática, em 1926. A candidatura brasileira iniciou-se em 1921, recebendo tratamento político nitidamente diferente no governo Epiácio Pessoa (1919-1922), se comparada ao governo Bernardes (1922-1926). O veto brasileiro à entrada da Alemanha na Liga ocorre em 7 de março de 1926, e esse ano também é o último do governo Bernardes.

Entre os estudos mais recentes sobre o assunto, encontra-se o de Eugênio Vargas Garcia (GARCIA, 2000). Utilizando a troca de correspondência entre Mello Franco, Félix Pacheco e Arthur Bernardes, Garcia busca compreender a percepção desses tomadores de decisão. O autor considera que:

o excesso de confiança e o voluntarismo que caracterizam toda a campanha [brasileira] desde 1923 remetem a um caso típico de misperception [má interpretação] do governo de Artur Bernardes, que superestimou as possibilidades de sucesso de sua aspiração, provavelmente iludido com as mensagens formais de apoio cordial que recebia e confundindo ainda certas particularidades do protocolo diplomático de uma organização multilateral com sinais de reconhecimento da importância do país na comunidade de nações. (GARCIA, 2000: 45)

Stanley Hilton (HILTON, 1996: 15) e Clodoaldo Bueno apontam, reiterando com a tese de Vargas, que o principal motivo para a insistência de Bernardes em sua ousada política externa era de alcançar grande apoio da opinião pública entorno da questão, pois assim poderia alçar mais legitimidade interna diante da crise política que se vivia.

Ao estudarmos os jornais cariocas que se posicionaram a respeito da presença brasileira na Liga, porém, não identificamos nenhuma pressão, nem satisfação interna diante da possibilidade de o Brasil tornar-se membro permanente. Analisamos *O Brasil*, *Correio da Manhã*; *A Folha*; *Gazeta de Notícias*; *O Globo*, *O Imparcial*; *O Jornal*; *Jornal do Comercio*; *O Paiz* e *A Pátria*, entre 1919 e 1926, presentes na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Na verdade, a pesquisa nos jornais evidenciou-nos uma outra realidade: a opinião pública era contra a presença brasileira na Liga em sua grande maioria e, inclusive, valia-se do assunto para criticar ainda mais o governo Bernardes. A crítica à presença brasileira na Liga foi constante desde o governo de Epiácio Pessoa. Houve contundente produção de opiniões contra os projetos dos dois governos quando o Brasil esteve na Liga. Houve, inclusive a produção de dois livros, um de Assis Chateaubriand e outro de Macedo Soares, *Terra Desumana* e *O Brasil e a Sociedade das Nações*, respectivamente. Ambos livros publicados em 1927,

logo após o governo Bernardes trazendo como uma de suas principais críticas ao governo todo o projeto insistente de alcançar o assento permanente na Liga. Sendo assim, em busca encontrarmos uma explicação e estudo alternativo para as decisões de Bernardes, bem como entendermos melhor o processo de decisão dos atores que coadunam política interna e externa, procuramos estudar mais atentamente os discursos de Bernardes, por meio do contextualismo linguístico de Skinner e da História dos Conceitos de Kosselleck, acreditando no Construtivismo, ou seja, as Relações Internacionais é o que os atores fazem dela. Descreveremos de forma muito breve o caminho que estamos seguindo na busca por essa nova alternativa de pesquisa para a crise diplomática de 1926. Em uma entrevista dada por Artur Bernardes em 1945 ele comenta o que pensa sobre as revoltas que ocorreram no seu mandato e faz seu próprio julgamento sobre as alterações no plano político-social:

A vida coletiva de uma nação representa, entretanto, uma continuidade no tempo, e a história ensina que são sempre temerárias, fadadas a fracassos desastrosos, as iniciativas tendentes a bruscas mutações, a alterações radicais, no plano político ou social. [...] Destas só podem advir prejuízos ou retrocessos²

Bernardes demonstra sempre entender a defesa das permanências sociais como melhor forma de fazer política. Seus discursos muito se assemelham ao argumento típico das elites da retórica da intransigência de que qualquer mudança de nada adiantará para a evolução e benefício da sociedade. Na verdade, Bernardes apresentou desgosto pessoal para os “excessos de liberdade”, e o presidente considerava a própria constituição de 1891 um excessivo documento de liberdade que não condizia com a realidade brasileira. Pelas palavras do próprio presidente em sua mensagem presidencial em 1925:

(...) a mais imperial de nossas necessidade é de revisão de nossas leis orgânicas, a começar pela Constituição (...) elaboradas foram quase todas essas leis em uma phase de idealismo entusiastico. (...) era natural que o desejo de realçar a superioridade do regime republicano sob o monarchico corresponder para a votação de leis excessivamente adeantadas, pouco adequadas a nosso paiz, à nossa raça, à nosso índole. (...) a ordem que é o supremo bem. Colocou-se os interesses dos indivídos acima dos da collectividade, impedindo o emprego de medidas salutarees à existência comum, como acontece com o inquietador problema da carestia e da desarrazoada elevação de preços, e entregando-lhes riquezas que a Nação devia conservar para a sua defesa, como as minas de ferro, petróleo e outras; concedeu aos estrangeiro todos os direitos do cidadão brasileiro. (...) a Constituição reservou a pena de morte para

² APM. Belo Horizonte, 1945. p. 8. (Cx. 01, AB-F, doc. 11).

os tempos de guerras os interpretes entendem que tal disposição não se aplica à guerra civil³.

Como poderia então, o mesmo presidente desses discursos ser o homem que defendia o Brasil na Liga em nome da democracia e do direito dos mais fracos ou mesmo da importância dos indivíduos na política. Bernardes, desde o início de sua carreira política desgostava profundamente da constituição de 1891 bem como de todo o símbolo daquilo que acreditava ser excessivamente liberal. Ao mesmo tempo não podemos afirmar que a insistência pessoal do presidente para um assento permanente ao Brasil tenha sido para angariar apoio interno, pois pesquisamos largamente sobre a opinião pública da época, revelando-nos essa sempre muito contra a política externa de Bernardes para a Liga. Isso então gera-nos uma importante questão: não seria a perspectiva do homem Artur Bernardes sobre o que é fazer política e o que certo e erro para se defender que teria realmente levado o presidente a tamanha insistência? Tanto Bernardes como Félix Pacheco eram homens que acreditavam na importância iminente de provocar o ufanismo e amor pela nação nos mais jovens como forma de combater o que acreditavam ser o maior perigo ao futuro da nação: as excessivas liberdades.

Bernardes e Pacheco desenvolveram um projeto para divulgar a grandeza do Brasil nas escolas e pedir apoio dos mais jovens à causa brasileira na Liga. Bernardes via a falta de nacionalismo como um enorme problema para o Brasil e mostrar o Brasil como país forte e líderes entre as mais poderosas das nações poderia ser um enorme símbolo para que se unisse os jovens brasileiros em torno de uma causa comum: a grandeza do Brasil. Bernardes não estava então preocupado com a opinião pública de seu governo e por isso usaria a Liga para aliviar a pressão, parece-nos que, na verdade, a presença do Brasil na Liga significava algo muito mais grandioso e importante que apenas uma tentativa de melhorar o prestígio do governo. Para o presidente e o ministro das relações exteriores, a presença do Brasil na Liga fazia parte de seu próprio projeto pessoal para a política no Brasil: provocar um novo nacionalismo em torno da coletividade, do conservadorismo e da obediência, pois o Brasil seria uma grande e poderosa nação firmada em torno de um líder firme e forte. Veja como Bernardes lidou com a questão da educação:

Separados que foram o Estado e a Igreja, não foram cogitados serem substituídos no ensino, de modo eficaz e obrigatório, a instrução religiosa pela educação moral,

³ APM. Belo Horizonte, 1945. p. 8. (Cx. 01, AB-F, doc. 11).

elemento de felicidade, de progresso, de espírito de civismo para qualquer povo, impõe-se, pois a necessidade de criação da educação moral das novas gerações⁴

Bernardes e Pacheco demonstraram tanta preocupação com as novas gerações que direcionaram a propaganda do Brasil na Liga, não aos jornais, em às elites, mas às escolas. Foram criados, de acordo com Vargas Garcia, panfletos explicando a grandeza e importância do Brasil na Liga aos mais jovens e distribuídos nas escolas.

Veja-se então que surge aqui uma nova possibilidade de pesquisa para explicarmos os processos de formação da política externa e mais especificamente da política de Bernardes: os desejos e crenças pessoais dos atores modificando os rumos e as decisões do que ficou entendido como decisões do Brasil na Liga. Vemos que a força dos desejos de Bernardes na construção de uma cultura política conservadora legitimada pela grandeza, pela força e pela violência. Tanto para Bernardes quanto para Pacheco, o Brasil na Liga seria uma forma não necessariamente de fazer valer os projetos da nova diplomacia de Wilson, mas, também ou principalmente, de provocar um inédito sentimento cívico de obediência aos líderes e dotar seu governo de poder e força para esmagar tudo que ele acreditava haver de pior na política: as excessivas liberdades.

Referências:

AMARAL, Arthur Bernardes do Amaral. *A Guerra ao Terror e a Tríplice Fronteira na Agenda de Segurança dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais. PUC-Rio.

BRASIL. (1890 a 1993). *Mensagem Presidencial*, publicado em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000006.html>. Disponibilidade: 16/10/2017.

BRASIL. (1890 a 1993). **Mensagem Presidencial**, publicado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000005.html>. Disponibilidade: 16/10/2017.

BURNS, E. M. et alli - *História da Civilização Ocidental*, Vol. 1 e 2, Ed. Globo, 39ª Edição, São Paulo, 1999.

CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília: FUNAG, 2012.

⁴ BRASIL. (1890 a 1993). **Mensagem Presidencial**, publicado em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1317/000005.html>. Disponibilidade: 16/10/2017.

FRANCISCO, Paula Elena Vedoveli. *Continuidade e Mudança na História Intelectual Diplomática Brasileira: Uma Análise da Construção da Tradição*. Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais - Instituto de Relações Internacionais). PUC-Rio.

HOBSBAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição a semântica dos tempos históricos*: Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. Vol. 5, n. 10, 1992, p.134-146. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br/revistas/index.php/revista/article/view/ARTICLE1945.pdf. Acesso em junho de 2011.

NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar, 2005, *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

“NENHUMA CRIANÇA SEM ESCOLA”: A INFLUÊNCIA DO PROTESTANTISMO NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE LEONEL BRIZOLA

Guilherme Esteves Galvão Lopes¹

Michele Esteves Barabani Alves²

RESUMO:

Leonel de Moura Brizola foi uma das principais figuras da política brasileira do século XX, destacando-se como governador por três vezes dos estados do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, por suas ambiciosas políticas educacionais. Neste sentido, pretendemos analisar a influência de sua formação protestante, mais especificamente a metodista, na formulação e realização de políticas públicas para o segmento em seus mandatos como governador. Para tanto, utilizaremos como referência os textos de Max Weber, Darcy Ribeiro – aliado e vice-governador de Brizola, formulador do programa dos CIEPs –, e o próprio John Wesley, religioso de origem anglicana que se tornou conhecido por seus métodos de ensino, tornando-se assim o precursor do *metodismo*.

Palavras chaves: Protestantismo; Igreja Metodista; Leonel Brizola.

"NO CHILD WITHOUT SCHOOL": THE INFLUENCE OF PROTESTANTISM IN LEONEL BRIZOLA'S EDUCATIONAL POLICIES

ABSTRACT:

Leonel de Moura Brizola was one of the main figures of Brazilian politics of the twentieth century, standing out as governor for three times the states of Rio Grande do Sul and Rio de Janeiro, for his ambitious educational policies. In this sense, we intend to analyze the influence of its Protestant formation, more specifically the Methodist, in the formulation and realization of public policies for the segment in its mandates as governor. To do so, we will use as a reference the texts of Max Weber, Darcy Ribeiro - ally and vice governor of Brizola, formulator of the program of the CIEPs -, and John Wesley himself, a religious of Anglican origin who became known for his teaching methods, thus becoming the forerunner of Methodism.

Keywords: Protestantism; Methodist Church; Leonel Brizola.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH/UERJ).

2 Bacharel em Pedagogia pela Centro Universitário Abeu (UNIABEU) e pós-graduanda em Gestão Escolar pelo Instituto Souza/FACEL. Professora da rede municipal do Rio de Janeiro (SME/Rio).

Introdução:

Nascido em 1922, Leonel de Moura Brizola tornou-se um dos mais expressivos e populares políticos brasileiros do período republicano, tendo exercido importantes cargos, como o de prefeito de Porto Alegre, governador do Rio Grande do Sul e duas vezes governador do Rio de Janeiro. Ingressou na política em 1945, quando participou da fundação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) de Getúlio Vargas, sendo eleito deputado estadual com 3.839 votos. Juntamente com Alberto Pasqualini e João Goulart, que se tornaria seu cunhado, fez parte de um importante grupo político no Rio Grande do Sul, que deu suporte à recondução de Vargas ao poder em 1950. Naquele ano, além de ter sido o deputado estadual mais votado, com 16.691 votos, casou-se com Neusa, a irmã de Goulart, tendo o próprio Vargas como padrinho de casamento.

Com o suicídio de Getúlio em 1954, Brizola passou a dividir com seu cunhado o protagonismo no PTB gaúcho, tornando-se o deputado federal mais votado do Rio Grande do Sul até então, com 103.003 votos. No ano seguinte, João Goulart foi eleito vice-presidente da República na chapa de Juscelino Kubitschek, do Partido Social Democrático (PSD), e Brizola foi eleito prefeito de Porto Alegre, derrotando a aliança UDN/PL/PSD, tendo como principal mote de campanha a educação: “nenhuma criança sem escola”, um de seus principais *slogans*.

Em 1958, Leonel Brizola foi eleito, com apenas 36 anos de idade, governador do Rio Grande do Sul, derrotando novamente a aliança UDN/PL/PSD com expressivos 670 mil votos. Dentre os principais temas levantados em sua campanha eleitoral estavam a educação popular e o desenvolvimento econômico, extremamente importantes em um estado industrialmente atrasado e com forte desequilíbrio fiscal. Atendo-se ao aspecto educacional, Brizola terminou o seu mandato com 6.302 escolas construídas em todo o estado.

Em 1961, liderou um movimento político que garantiu a posse de João Goulart na presidência da República: com a repentina renúncia de Jânio Quadros, os ministros militares anunciaram que impediriam a posse de Jango, acusado de ligações com os comunistas. O vice-presidente, que estava justamente em missão oficial na China, aguardou quase duas semanas para o desfecho da situação, sendo empossado na presidência em 7 de setembro. No entanto, para a resolução do impasse, o Congresso propôs a emenda parlamentarista, retirando assim muitos dos poderes de Goulart. O movimento liderado por Brizola, que mobilizou lideranças civis e militares na defesa da Constituição, foi conhecido como *Rede* ou *Cadeia da Legalidade*.

Nas eleições de 1962, Brizola foi eleito deputado federal pelo extinto estado da Guanabara, sendo até hoje o deputado federal mais votado do Brasil proporcionalmente: 269.384 votos, equivalente a 26,35% do eleitorado carioca. No mandato, destacou-se pela defesa das Reformas de Base do governo Jango, em um período de extrema polarização no campo político. Foi um dos defensores do presidencialismo, novamente instituído através de plebiscito em janeiro de 1963, com 82% dos votos. Em abril de 1964, Goulart foi deposto por um golpe militar, patrocinado por líderes civis e religiosos. Brizola partiu para o exílio, revezando-se entre Uruguai e Estados Unidos, retornando em 1979, após a anistia política.

Após o imbróglio envolvendo o domínio da sigla PTB, no qual o grupo partidário de Ivete Vargas, sobrinha de Getúlio, saiu-se vitorioso. O grupo próximo a Brizola organizou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 1982, nas primeiras eleições diretas para governador desde 1965, marcadas por denúncias de fraude, Brizola derrotou por pequena margem (34,17% a 30,60%) o candidato do PDS, Moreira Franco. Faziam parte da chapa do PDT o intelectual Darcy Ribeiro, eleito vice-governador, e o engenheiro Saturnino Braga, reeleito para o Senado Federal.

Sob influência de Darcy Ribeiro, antropólogo, ex-chefe da Casa Civil de João Goulart e criador da Universidade de Brasília (UnB), foi iniciado um dos mais ambiciosos projetos de educação pública da história brasileira: o Programa Especial de Educação (PEE), responsável pela implantação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPs), popularmente chamados de “*Brizolões*“. O primeiro foi inaugurado em 1985, o CIEP 001 Presidente Tancredo Neves, a poucos metros do Palácio do Catete.

Mesmo com ampla popularidade, Brizola não conseguiu eleger Darcy Ribeiro como seu sucessor nas eleições de 1986. O fato de ter sido ferrenho opositor do *Plano Cruzado*, lançado pelo governo José Sarney poucos meses antes das eleições e que tinha como meta o fim da inflação, pesou para que Brizola não conseguisse eleger Darcy. . Dias depois das eleições, nas quais o PMDB obteve avassaladora vitória, o governo voltou atrás em relação ao *Cruzado*, provando a tese de Brizola, que acusava o plano econômico de ser um grande golpe eleitoral.

Em 1989, nas primeiras eleições presidências diretas depois de quase 30 anos, Brizola despontava entre os favoritos para vencer o pleito. No entanto, nos últimos dias de campanha foi ultrapassado pelo candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva, que disputou o 2º turno com o candidato do PRN, Fernando Collor de Melo. A diferença entre Lula e Brizola foi de apenas 0,5% dos votos. Collor, apoiado por candidatos expressivos como Paulo Maluf, foi o vencedor das eleições.

Consagrado pelos 11 milhões de votos recebidos nas eleições presidenciais, Brizola retornou ao governo do Rio de Janeiro no ano seguinte, eleito em 1º turno com mais de 60% dos votos. Retomou o programa dos CIEPs, tendo inclusive iniciado uma política de cooperação com o governo Collor no sentido de incentivar programas semelhantes, sendo o Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente (PRONAICA), responsável pelos Centros Integrados de Atenção à Criança e ao Adolescente (CIACs), rebatizados de Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs) no governo Itamar Franco, que assumiu a presidência após o *impeachment* de Collor em 1992.

Ao renunciar ao governo do Rio para concorrer à presidência da República, no início de 1994, Brizola deixou prontos mais de 500 CIEPs, além da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF). O governo estadual, no entanto, seria o último mandato de Leonel Brizola: candidato derrotado a presidente em 1994, compôs a chapa de Lula quatro anos depois, como candidato a vice-presidente, sendo novamente derrotado. Concorreu ainda à prefeitura do Rio de Janeiro em 2000 e ao Senado em 2002, amargando duras derrotas. Faleceu em 2004, aos 82 anos, de infarto.

Diante de sua biografia e sua carreira política, marcadas principalmente pelos grandes investimentos em educação pública, procuramos investigar: quais foram as motivações de Brizola? Que influências ele teria recebido, ao longo de sua formação, que o orientaram neste sentido? Como Brizola enxergava o papel da educação, principalmente nos primeiros anos de vida, na formação de um cidadão pleno? Estes questionamentos motivaram o desenvolvimento do presente artigo, aos quais buscamos analisar e responder, tendo como ponto de partida sua trajetória familiar, passando pela formação religiosa, culminando com a chegada de Brizola ao Executivo de dois importantes estados da federação.

A educação do menino Itagiba: de Carazinho a Porto Alegre:

Brizola nasceu em 22 de janeiro de 1922, em Cruzinha, então pertencente ao município de Passo Fundo, hoje pertencente a Carazinho. Seus pais, Oniva e José, eram agricultores pobres. Seu pai havia se envolvido no conflito federalista, sendo partidário dos Maragatos. Meses após o nascimento do filho caçula, José foi assassinado em uma emboscada, mesmo com o fim do conflito.

O menino que não possuía nome, passou a ser chamado de Itagiba. Porém, nas brincadeiras de crianças denominava-se Leonel, em alusão a Leonel Rocha, revolucionário maragato, passando a

adotar de fato este nome. Sua mãe casou-se novamente com um vizinho viúvo e o menino Leonel passou a fazer serviços de rua como entregador e engraxate para ajudar no orçamento familiar.

Foi então que conheceu Isidoro Pereira, pastor metodista, que juntamente com sua esposa assumiram sua criação e educação. Como é costume no meio evangélico *tradicional*,³os pastores ocupam casas paroquiais ou pastorais, geralmente em anexo aos templos, o que possibilita o trabalho dos religiosos junto à membresia e à comunidade onde estão presentes. Assim, Leonel foi morar, literalmente, dentro de uma Igreja Metodista:

Dona Oniva achou que ele deveria estudar em Carazinho. Leonel tinha apenas 10 anos de idade, mas não se intimidou com o novo desafio. Foi morar sozinho, no sótão de um hotel, onde lavava pratos em troca de comida e carregava malas dos hóspedes até a estação ferroviária. Preocupada com as dificuldades enfrentadas pelo filho, dona Oniva conseguiu aproximá-lo do reverendo Isidoro Pereira e sua esposa Elvira, valendo-se dos contatos que fizera na Igreja Metodista de Carazinho, que frequentava como integrante da Sociedade das Senhoras. Leonel Itagiba, o Lelo, foi matriculado na escola da paróquia, nos fundos da casa dos seus protetores, e se tornou ajudante nos cultos e serviços da igreja (BRAGA, 2004: 20).

Em 1934, com apoio do pastor Isidoro, foi encaminhado para o Instituto Ginásial da Igreja Metodista, onde deveria prestar exame admissional. Foi aprovado em primeiro lugar, mas devido às condições financeiras, não pode estudar no Instituto. O próximo passo seria o Ginásio Agrícola Senador Pinheiro Machado, em Porto Alegre. Brizola conseguiu indicação do delegado de polícia da cidade, além da ajuda financeira do prefeito para comprar uma passagem de trem de segunda classe para a capital. Nesta tentativa, a igreja novamente ganhou importância:

Antes da viagem, dona Oniva arrecadou mais algum dinheiro para auxiliar o filho, junto à Sociedade de Senhoras da Igreja Metodista. Do prefeito, conseguiu, além da passagem, uma carta de recomendação, que o filho juntou a algumas roupas arrumadas para a viagem. A mudança seria decisiva para o futuro de Leonel Itagiba, porque a Capital, Porto Alegre, significava a busca de perspectivas, de oportunidades, que ele soube aproveitar com notável tenacidade (BRAGA, 2006: 21).

O menino Leonel passou, em Porto Alegre, inúmeras adversidades: foi para a cidade fora do período dos exames de admissão, não tendo como se manter sozinho, nem como voltar para Carazinho. Daí até a aprovação no Ginásio Pinheiro Machado, trabalhou como engraxate, trocador

3 Como são popularmente chamadas as igrejas evangélicas *históricas* ou *reformadas*.

de balança, ascensorista, morando de hotel em hotel, contando com a ajuda de pessoas simples que se dispuseram a ajudá-lo:

O compromisso com o trabalho não desviou o adolescente do seu destino: o Ginásio Agrícola Senador Pinheiro Machado, onde teria que fazer um exame para ser admitido no curso de Técnico Rural, com internato. Para não correr risco, largou o emprego e dedicou-se integralmente ao estudo.

Passou em primeiro lugar, mas as aulas só começariam três meses mais tarde e ele já não tinha condições para se manter, porque saíra do emprego e não tinha como voltar. Foi procurar o diretor do educandário, Raul Cauduro. Explicou sua situação, mostrou o resultado nos exames, e pediu para antecipar sua entrada no internado, naquele período de três meses que separavam o início das aulas. Assim, resolveria os problemas de sobrevivência (BRAGA, 2004: 22).

Os problemas, entretanto, não terminaram: Brizola não possuía certidão de nascimento, nem o enxoval necessário para matricular-se no Ginásio. O diretor deu a ele 50 mil réis para que pudesse comprar as roupas e iniciar seus estudos. Logo depois, foi transferido do Ginásio Agrícola Pinheiro Machado para Escola Técnica de Agricultura, na cidade de Viamão. Iniciou o curso em 1936, formando-se três anos depois.

Trabalhou em uma refinaria, depois passou em um concurso para técnico do Ministério da Agricultura, onde fiscalizava moinhos de trigo em Passo Fundo. Aconselhado pelo irmão Paraguassu, abandonou o emprego e voltou para Porto Alegre, com a intenção de prosseguir os estudos. Na capital, trabalhou como jardineiro da prefeitura, dividindo o tempo com o serviço militar e os estudos nos colégios Nossa Senhora do Rosário e Júlio de Castilhos, até que em 1945, passou no vestibular da Escola de Engenharia.

Foi na faculdade que Brizola teve contato com recém-fundado PTB, onde ajudou a fundar a Ala Moça. Em 1947, seu nome foi indicado para concorrer à Assembleia Legislativa, e sua campanha teve ajuda de colegas de faculdade e de sindicalistas membros do partido:

A minha mensagem era a seguinte: não se pode entender como um estudante militar tem tudo – livros, fardamento, pensão e até um ordenado – e nós não temos nada. Foi o meu grito de revolta”. Aquela campanha empolgou tanto que Brizola se elegeu deputado estadual aos 24 anos de idade, com 3.839 votos. Iniciava, então, a carreira política de Leonel Brizola, para quem Getúlio Vargas previu um grande futuro, ouvindo-o discursar num comício do PTB, defronte à Prefeitura de Porto Alegre: “Esse guri vai muito longe”, vaticinou corretamente o estadista (BRAGA, 2004: 27).

A carreira política de Brizola foi meteórica: em pouco mais de 10 anos, foi reeleito deputado estadual, eleito deputado federal, secretário de estado, prefeito de Porto Alegre e governador do Rio Grande do Sul, com apenas 36 anos. Foi eleito deputado federal pela Guanabara, aos 40 anos, com a maior votação proporcional da história, com 26% dos votos do estado. Com o golpe de 1964 veio o exílio, e em 1979, quando retornou ao Brasil, Brizola decidiu retomar sua trajetória onde ela havia sido interrompida: no Rio de Janeiro, onde foi eleito governador em 1982.

Semelhanças entre a educação integral e a educação protestante:

Foi na Alemanha do século XVI, durante a Reforma Protestante, que Martinho Lutero apresentou, nos anos de 1524 e 1530, dois manifestos propondo novas reformas à Igreja e ao Estado, que diziam respeito à educação de orientação protestante e à educação pública: “Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas” e “Uma prédica para que se mandem os filhos à escola”. Em seus escritos, Lutero levantou questões relativas aos conceitos e princípios do sistema escolar da época, orientando para a transformação e organização de um sistema de ensino para todos:

(...) Em *À Nobreza Cristã da Nação Alemã, acerca da melhoria do Estamento Cristão*, de 1520, ele propõe a reforma das universidades como parte de um programa de reforma geral da sociedade política. As Escrituras Sagradas, escreve ele, devem constituir o principal objeto de estudo, tanto nas escolas superiores, como nas inferiores. Para entendê-las, é preciso estudar as línguas e as artes liberais. (...) A publicação do Novo Testamento de 1522 em língua alemã reflete a preocupação didática de oferecer ao povo, na própria língua, os textos que fundamentavam as exigências e medidas da Reforma. (...)

Ao traduzir e renovar a Ordem da Missa em 1526, Lutero propôs um sistema de serviços religiosos e leituras bíblicas para promover a formação cristã tanto do povo, como dos acadêmicos. Os cristãos, argumentava ele, precisam conhecer as Escrituras e as línguas, para poderem anunciar o Evangelho a todas as nações.

Nas *Instruções aos Visitadores*, de 1529, Lutero juntamente com a equipe de supervisores propôs ações concretas para a reforma do ensino nas escolas inferiores, como parte de um projeto de renovação da vida comunitária. Enfatiza, mais uma vez, o estudo das Escrituras e da doutrina cristã, juntamente com a leitura, a gramática, a dialética e a retórica.

Lutero atuou como professor universitário a vida toda. Nessa condição, liderou e apoiou projetos de reforma dos estudos superiores tanto na Universidade de Wittenberg, como em outras universidades criadas sob a inspiração da *alma mater* da Reforma (LUTERO, 1995:299-300).

Outros reformadores, além de Lutero, apresentaram propostas para a educação, entre eles Ulrico Zuínglio e João Calvino, que se dedicaram especificamente às suas regiões, nos cantões suíços. No entanto, suas iniciativas cooperaram para o largo avanço da educação protestante naquela época. Sua intenção era incentivar a sociedade ao comprometimento com uma educação formal e de qualidade, ideias que, ainda hoje, ecoam resultados nas nações que a aplicaram.

No caso específico do metodismo, inserido em um contexto histórico posterior ao da Reforma Protestante, o compreendemos como uma das visões mais elaboradas e dinâmicas do ponto de vista prático no campo da educação, avançando nas proposições elaboradas por reformadores como Lutero e Calvino:

A educação formal das classes pobres sempre foi uma das principais preocupações de Wesley. Os pobres não tinham acesso à educação na Inglaterra no início do século XVIII. Ser pobre significava permanecer analfabeto. As poucas instituições existentes possuíam baixo nível moral e corrompiam mais que instruíam as crianças. Por outro lado a Igreja vivia um tempo de total inércia, enclausurada em seus próprios templos, mera cumpridora de seus rituais vazios, ignorando por completo a realidade em seu entorno: a pobreza, a exploração dos trabalhadores nas minas de carvão, a fome, o alcoolismo, o êxodo rural, o desemprego, o analfabetismo, a imoralidade, a falta de esperança e perspectiva diante das mudanças, tendo como pano de fundo a Revolução Industrial. (...)Vê-se essa autêntica preocupação de John Wesley com os pobres durante toda a sua vida. Esse aspecto pode ser facilmente verificado em seus escritos e traços biográficos. A composição dos grupos metodistas era predominantemente de pessoas pobres. Assim pode-se afirmar que o metodismo primitivo era composto por pobres e que seu principal líder, John Wesley, possuía uma preocupação especial com as crianças. (SILVESTRE, 2014: 51-52).

O próprio *metodismo* é autoexplicativo neste sentido: preocupado com a educação religiosa e popular, Wesley organizou métodos de ensino para estudos em grupo, de forma a facilitar a compreensão das escrituras, e possibilitar o exercício de interpretação e aplicação constante das doutrinas bíblicas. Neste sentido, o metodismo possuía um caráter mais intimista, aproximando-se mais dos fieis, além do aspecto didático e pedagógico, mais simples e racional, afastando-se da rigidez litúrgica que até então vigorava.

Em geral, a educação protestante tem o ensino das línguas, das Ciências, das Artes, da Matemática e da doutrina cristã, com ênfase maior no ensino da História, por entender que para o aluno é importante compreendê-la, ampliando sua visão de mundo e suas experiências. O

entendimento era de que o bom conhecedor dos fatos históricos tornava-se alguém “prudente e sábio”, com capacidade de fazer escolhas corretas, de orientar e até mesmo governar os outros.

A leitura e a busca incessante pelo conhecimento são princípios básicos da educação cristã. Por isso, salas de leitura e bibliotecas compõem lugar de destaque nas escolas. Livros com assuntos variados devem ser apresentados aos educandos. Línguas, gramática, poesia, Artes, História, Filosofia, Matemática, entre outros, dividem lugar e prestígio com a Bíblia, sendo seus ensinamentos os mais importantes.

Assim como a *educação integral* da modernidade, a educação protestante recebida por Brizola tem como característica principal a proposta de currículos, métodos e a formação de profissionais voltados para a construção do homem com um todo, com uma estrutura de ensino que visa “de modo claro e definido à formação integral do homem, o seu desenvolvimento intelectual, moral e físico” (NUNES, 1980: 41).

Seguindo a metodologia da *educação universal* desenvolvida por Comenius no século XVI, estas propostas reconhecem que tudo deve ser ensinado a todos, sem que haja a separação ou distinção de qualquer tipo, utilizando métodos apropriados, sistematizados e organizados, visando competências e habilidades necessárias aos estudantes para que estes se tornem sujeitos atuantes e transformadores da sociedade.

Tendo por princípio a igualdade de direitos, a *educação protestante* se iguala à *integral*, quando leva em consideração a criança, a mulher, as minorias e os cidadãos oriundos das classes mais pobres, acreditando que não deve haver distinção entre seus educandos. Ambas combatem explicitamente a afirmação do *status quo*. São escolas aptas a receber os “filhos dos patrões e os filhos de gente pobre” (LUTERO, 1995: 342). Sendo assim, sustentam objetivos e valores que compreendem a formação voltada para o exercício pleno da cidadania.

Ao compararmos a *educação integral* com a *protestante*, seja metodista, luterana, presbiteriana ou ainda outra formação cristã, é possível identificarmos muitas semelhanças: a percepção de que a aprendizagem deve acontecer de maneira prazerosa e significativa; a clareza de que a alfabetização é um direito de todos; a presença de profissionais bem preparados, capacitados e valorizados e a crença de que a escola prepara o homem para a sociedade são algumas das convicções desses métodos educativos.

Brizola e sua relação com a Educação no Brasil:

É relevante afirmarmos que pelo menos duas das maiores contribuições feitas para a educação deste país partiram de Leonel Brizola. Quando ainda prefeito de Porto Alegre, fez questão de desenvolver projetos importantes na capital. Criou escolas de turno tradicional e promoveu a ampliação do projeto para o nível estadual ao tornar-se governador do Rio Grande do Sul, com a preocupação de alfabetizar as crianças e formar mão-de-obra para os setores agrário e industrial:

Ao fim de seu mandato – registrou Luis Alberto Muniz Bandeira (Brizola e o Trabalhismo, 1979) tinham sido construídos 6.302 estabelecimentos de ensino, sendo 5.902 escolas primárias, 278 escolas técnicas e 122 ginásios e escolas normais, proporcionando a abertura de 688.209 matrículas e de 42.153 vagas para professores. Seu compromisso com a educação colocou o Rio Grande do Sul, à época, como o Estado com a mais alta taxa de escolarização (BRAGA, 2004: 59)

Mas, foi no Rio de Janeiro, a partir de 1983, com o apoio de Darcy Ribeiro, que Brizola deu início a uma revolução educacional: o ensino integral foi sua principal contribuição para a sociedade brasileira. Brizola e Darcy retornaram ao país em 1979, após o exílio, e se depararam com uma realidade obscura. O crescimento acelerado das cidades e das favelas devido ao movimento de emigração das regiões norte e nordeste, a falta de estrutura familiar e a organização do tráfico de drogas eram as preocupações do momento vivido pelo estado do Rio no processo de redemocratização. Sendo assim, a concepção e execução de um novo programa educacional que preparasse as crianças e os jovens para o futuro e os afastasse do crime parecia indispensável.

Nasceriam assim os Centros Integrados de Educação Pública, os CIEPs:

Brizola contava que a idéia dos CIEPs nasceu do que sentiu ao ouvir Darcy Ribeiro, num comício, relatar que não se encontravam nas ruas, cabras, nem vacas, nem cavalos abandonados, mas que havia, aos milhares, crianças ao abandono. Aliás, dizia Darcy, abandonados, mesmo, só crianças e cachorros. “Será que vamos dar às nossas crianças a mesma condição dos vira-latas?”, perguntava ele. “Compreendi que não bastava mais fazer escolas, como fiz no Rio Grande”, refletia o governador. “Porque as ruas tornaram-se escolas de violência e de criminalidade, e não podemos deixar nossas crianças na rua”. A idéia de somar à escola a alimentação, já povoava a cabeça de Brizola desde a eleição. Na sua linguagem de camponês, para desespero dos intelectuais que o apoiavam, ele dizia que queria ver as crianças “gordas como leitõesinhos” (BRAGA, 2004: 139).

Os CIEPs, logo apelidados de *Brizolões*, foram construídos durante as duas gestões estaduais de Brizola no Rio de Janeiro, nos períodos de 1983 a 1987 e de 1991 a 1994. Para a concretização

desse programa, ele contou com Darcy Ribeiro, que elaborou, entre outros aspectos, a visão pedagógica do projeto, e o arquiteto Oscar Niemeyer, que concebeu o formato estético e funcional dos prédios.

O objetivo do ensino promovido pelos CIEPs era a educação em tempo integral, o que parecia uma solução para os problemas sociais da época. As escolas atendiam das 8h às 17h, oferecendo alimentação, assistência médica e odontológica, alojamentos para os alunos cujos pais trabalhassem fora, atendendo ainda o jovem trabalhador no turno da noite.

Os CIEPs não foram idealizados como escolas comuns, sendo ainda hoje o símbolo da renovação educacional introduzida no Brasil nos anos de 1980 e 1990. Eram instituições que traziam a experiência da aprendizagem integral, bem sucedida em nações desenvolvidas, com o propósito de atender às necessidades e interesses de seus educandos. Uma nova pedagogia, com um programa de ensino dedicado às classes populares, acabara de surgir. Era a possibilidade de o nosso país construir seu futuro, buscando a autonomia por meio da transformação do seu povo e da formação de uma sociedade mais justa.

A pedagogia integral idealizada por Brizola e Darcy:

A pedagogia dos CIEPs recebeu forte influência de Anísio Teixeira, célebre jurista, educador e escritor brasileiro, e de Darcy Ribeiro. Recebeu o nome de *educação integral* por entendê-la como a garantia do desenvolvimento da pessoa em todos os aspectos, em um processo de formação que aproxima alunos, educadores, responsáveis, gestores e a sociedade em geral.

O principal objetivo do método é a construção plena do sujeito, sendo a cognição, a afetividade, o sistema físico-motor, a parte psicológica e a vida social, dimensões de grande importância para o seu progresso, e tendo por base o desenvolvimento de competências intelectuais, pessoais e culturais.

Por ser uma pedagogia recente no Brasil, a *educação integral* se equipara às demandas deste século e tem por princípio a formação para a cidadania. A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, e o Plano Nacional da Educação (PNE), trazem a *educação integral* como meta a ser alcançada de forma progressiva em todo território nacional, tendo a educação formal, a prática esportiva, o ensino das artes e das tecnologias, a língua estrangeira, o atendimento das especificidades do aluno e a alimentação apropriada como mote para o seu desenvolvimento.

A *educação integral* tem a preocupação de educar o ser em todas as dimensões, considerando suas singularidades. Deve ser pensada como uma proposta multidimensional e intercultural, por entender que a temática da diversidade é composta por múltiplas identidades e se apoia num processo global. Compreende o ensino democrático, de valor universal, com base na livre expressão do indivíduo, capaz de estruturar e assegurar a plena participação de todos. O sujeito pleno é aquele que possui formação crítica e construtiva, que reconhece seus direitos e assume seus deveres consigo mesmo e com a sociedade, sendo capaz de intervir em diferentes campos, sejam eles econômicos, políticos, sociais e culturais.

A escola integral se empenha para que o ensino seja contextualizado, sempre relacionando a aprendizagem com a prática. É comprometida com a igualdade, criando possibilidades diversificadas e distintas, por meio do diálogo entre os alunos, educadores e familiares, fazendo uso de diferentes linguagens e estratégias. Ela cria condições para o embate da desigualdade na educação: alunos de todas as classes sociais recebem a mesma formação, pois as ações pedagógicas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e decente. Neste sentido, a escola assume a função de articuladora ao proporcionar aos seus alunos experiências significativas que favorecem as aprendizagens relevantes para o seu desenvolvimento pleno.

Miguel Arroyo, professor da UFMG, diferencia a *educação integral* da *educação em tempo integral*, ao declarar que a primeira é derivada de uma concepção que reconhece o ser humano como um sujeito total, constituído por valores, conhecimento, cultura, ética, identidade, memória e imaginação. Além disso, o indivíduo também se compõe por pensamentos, crenças, opiniões e emoções, cabendo à metodologia integral a formação do sujeito pleno. Segundo Arroyo, a *educação em tempo integral* se ocupa, pelo menos em parte, com essa formação, por entender que para contemplar todas as dimensões do ser humano, há a necessidade de que este permaneça mais tempo no ambiente escolar.

Os CIEPs são, para o Brasil, sinônimo de inovação. Foi por sua influência que o ensino integral, estabelecido na década de 1980, entrou permanentemente na agenda das políticas educacionais do país, principalmente por sua importância para a formação social do sujeito pleno, amenizando desigualdades sociais, apoiando em diversos aspectos as comunidades nas quais estavam inseridos, e participando de um contexto mais amplo de segurança social, inserido nas políticas de direitos humanos e de segurança pública dos governos de Leonel Brizola.

A Constituição Federal de 1888, no artigo 205, apresenta a educação como “direito de todos”, tendo por objetivo “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. A LDB, por sua vez, reitera a afirmativa e a complementa admitindo que a educação deve ser “inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana”.

Em seu artigo 1º, prevê uma educação abrangente e inclusiva. Esta engloba os “processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ela contempla ainda, em seus artigos 34 e 87, junto ao PNE (2011-2020, Meta 6), a ampliação progressiva da carga horária de ensino para o tempo integral.

Em 2011, o Censo Escolar registrou um aumento de 45,2% de matrículas na *educação integral*. Atualmente, o MEC – Ministério da Educação – possui programas de incentivo nas instâncias federal, estadual e municipal que estimulam a oferta do Ensino Integral. META

Para Brizola e Darcy, a escola pública integral seria um espaço primordial, responsável por mudar a perspectiva de uma educação preestabelecida para a elite. Seria a extensão ao povo mais pobre dos benefícios até então restritos a apenas uma classe social. A escola pública, aberta a todos, e o ensino integral, seriam a receita para iniciar os filhos dos trabalhadores nos códigos de sociabilidade, tratamento, relacionamento e preparo para a vida em sociedade (BOMENY, 2009).

Conclusão:

Diante do exposto, não restam dúvidas de que o ensino e a formação de cunho protestante, especificamente a metodista, influenciaram a visão política de Leonel Brizola, em especial no campo da educação. O movimento protestante, desde os seus primórdios, preocupou-se com o tema: as mudanças litúrgicas, com o uso do idioma local em substituição ao latim; a tradução da Bíblia para o vernáculo, tendo como principal consequência a popularização das Escrituras, em conjunto com o ensino religioso, tinham como principal objetivo atrair a população, até então afastadas de uma vida religiosa plena em função dos obstáculos impostos por parte do clero romano.

Neste contexto, é importante frisarmos a importância da leitura bíblica. As traduções para idiomas locais contribuíram diretamente para a padronização de diversos idiomas, como o alemão de Martinho Lutero, o inglês de John Wycliffe e o húngaro de Gáspár AKárolyi, além de outras importantes versões como a King James e a Reina-Valera. No entanto, tais iniciativas não eram

suficientes: o povo continuava analfabeto. A necessidade de acesso direto à Bíblia, um dos motivadores da Reforma, aliou-se aos sentimentos nacionalistas e anti-romanos, contribuindo para a concepção de modelos educacionais baseados no pressuposto de que a população precisava ser alfabetizada não apenas para ler a Bíblia e participar dos ofícios religiosos, mas para ter o mínimo de conhecimento dentro um contexto socioeconômico que contribuiria, futuramente, para o desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo.

As grandes correntes históricas do protestantismo preocuparam-se, desde seus primórdios, com a educação das sociedades nas quais se encontravam inseridas, com destaque para Lutero, Calvino, Zuínglio e, posteriormente, Wesley. Instituições brasileiras como a Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Instituto Metodista Bennett, a Universidade Luterana do Brasil e o Colégio Batista Shepard são diretamente vinculadas às igrejas *tradicionais*, enquanto outras instituições de prestígio internacional, como as universidades norte-americanas de Princeton, Harvard, Columbia, atualmente laicas, constituíram-se dentro das correntes presbiteriana, congregacional e anglicana, respectivamente.

Criado dentro da tradição metodista, tanto por sua mãe, quanto no período em que sua educação foi assumida pelo pastor Isidoro e sua esposa, Brizola sofreu influência direta do pensamento protestante. Em sua vida adulta, embora não fosse praticante, denominando-se genericamente como cristão, em diversas oportunidades fez questão de enfatizar a contribuição do protestantismo em sua formação. Não restam dúvidas de que sua preocupação com a educação integral, sobretudo para as camadas mais pobres da sociedade, possuía origem na tradição reformada, e em todas as suas experiências pessoais neste sentido.

E foi com Darcy Ribeiro, de formação católica e posteriormente marxista, profundo conhecedor das mazelas sociais do Brasil e das experiências educacionais bem-sucedidas nos países desenvolvidos, que Brizola pôde contribuir para a mudança de paradigmas neste campo, elaborando e executando um dos maiores programas educacionais que a sociedade brasileira já experimentou.

Referências bibliográficas:

ARROYO, Miguel. *Conceito de Educação Integral*. Minas Gerais, Centro de Referências em Educação Integral, 2013.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. *As concepções Educacionais de Martinho Lutero*. São Paulo: Faculdade Montessori de Educação e Cultura, 2007.

BOMENY, Helena. *A escola no Brasil de Darcy Ribeiro*. Brasília: Em Aberto, 2009.

BRAGA, Kenny (Coord.) et alii. *Leonel Brizola: perfil, discursos e depoimentos (1922-2004)*. 1ª edição. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2004.

BRASIL: *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal, gráfica, 1988.

_____. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria de Educação Fundamental, Plano Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2011.

_____. LEI nº. 9.394/96 – Das Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: dezembro de 1996.

NUNES, R. A. da C. *História da Educação no Renascimento*. São Paulo: EPU, 1980.

RIBEIRO, Darcy. *O livro dos CIEPs*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1986.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

As esquerdas no Brasil Republicano: partidos políticos, movimentos sociais e mundo do trabalho

Coordenadores:

Camila Gonçalves Silva Figueiredo – Doutoranda em História pela UFJF.

Luisa de Mello Correard Pereira – Mestra em História pela UFJF.

Este simpósio temático visa conglomerar pesquisadores cujas pesquisas estão relacionadas aos movimentos sociais, trabalhadores e partidos políticos de esquerda em suas múltiplas experiências, no eixo espacial brasileiro no Período Republicano. Serão aceitos trabalhos com perspectivas macro e micro, com enfoque em experiências urbanas ou rurais, individuais ou coletivas, de movimentos políticos, partidários, sindicais, mutualistas; ou de quaisquer históricos pertinentes aos mundos do trabalho e/ ou partidos políticos, que destacam o papel ativo de atores antes marginalizados, como os trabalhadores de modo geral, os negros, as mulheres etc.

OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O CONTURBADO PROCESSO POLÍTICO BRASILEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PCB E CAIO PRADO JÚNIOR

Pollyana Gonçalves Nogueira¹

RESUMO:

Durante o período que se entende como Primeira República (1889 – 1930), o modelo econômico dominante no país era baseado na agricultura de exportação. Na década de 1920, esse sistema político demonstrava suas contradições e uma imensa necessidade de superação. Na mesma década foi fundado o Partido Comunista Brasileiro, com programa revolucionário pautado pelas análises da III Internacional Comunista. A Revolução de 1930 também produziu uma guinada intelectual, surgindo uma geração de intelectuais dedicados à produção de correntes explicativas da sociedade brasileira, um desses expoentes foi Caio Prado Jr., militante do PCB, enunciador de análises autênticas e autônomas. Prado Júnior foi o responsável por levar o debate sobre a formação do país para os movimentos políticos e sociais, fomentando o debate sobre as estruturas econômicas e sociais no Brasil entre as décadas de 1930 e 1950.

Palavras-chave: Revolução de 1930; PCB; Caio Prado Júnior.

THE SOCIAL MOVEMENTS AND THE TROUBLED BRAZILIAN POLITIC PROCESS IN THE FIRST HALF OF THE XX CENTURY: THE PCB AND CAIO PRADO JÚNIOR

ABSTRACT:

During the period understood as First Republic (1889 - 1930), the dominant economic model in the country was based on export agriculture. In the 1920s, this political system demonstrated its contradictions and an immense need for overcoming. In the same decade the Brazilian Communist Party was founded, with a revolutionary program based on the analysis of the Third Communist International. The Revolution of 1930 also produced an intellectual turn, with a generation of intellectuals dedicated to the production of explanatory currents of Brazilian society, one of these exponents was Caio Prado Jr., a militant of the PCB, enunciator of authentic and autonomous analyzes. Prado Júnior was responsible for bringing the debate on the formation of the country to the political and social movements, fomenting the debate on the economic and social structures in Brazil between the decades of 1930 and 1950.

Keywords: 1930 Revolution; PCB; Caio Prado Júnior.

¹ Graduada em História pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP)
E-mail: pollyana-nogueira@hotmail.com

A República Velha foi um período da história nacional, marcado pelo domínio político e econômico das elites agrárias. Sob a hegemonia do grupo cafeicultor de São Paulo, o governo federal criou políticas de valorização para o café, principal produto de exportação do país, como por exemplo a contenção artificial da oferta para elevar os preços no mercado internacional, em que o Estado compraria os excedentes de produção. Esse mecanismo de defesa dos preços foi denominado por Celso Furtado de “*socialização das perdas*”, que induziu o governo a desvalorizar a moeda brasileira, utilizando empréstimos externos. Dessa forma a queda drástica dos preços nas moedas internacionais, foi compensada para os produtores de café por uma queda menor em sua arrecadação, e o excedente das perdas seriam repassadas para o mercado interno nos preços dos produtos importados. Portanto, as perdas com a produção e a venda do café seriam repassadas para toda a sociedade e não apenas para a burguesia cafeeira.

A economia brasileira desse período era predominantemente agrícola, com produção de gêneros voltada para o abastecimento do mercado internacional, tornando-a dependente das oscilações deste mercado e de práticas imperialistas, em que as vendas de café seguiam as razões políticas e econômicas dos países compradores e, funcionavam sob seu controle e de acordo com seus interesses. Esse quadro de dependência econômica contribuía para que os efeitos de qualquer crise mundial fossem percebidos de imediato nos países produtores com a queda nas taxas de exportação.

Essas crises provocavam a diminuição no preço e na venda dos produtos, mas não enfraqueciam a atividade agrícola. A política de câmbio baixo foi incentivada como política de Estado por parte do grupo exportador, o que em contrapartida significava moeda fraca para a importação, gerando um encarecimento no custo de vida para os grupos médios urbanos, para o operariado e também para aqueles grupos agrários que abasteciam o mercado interno.

As demais oligarquias agrárias, que também produziam gêneros para exportação e para o abastecimento do mercado interno tinham demandas e interesses que deveriam ser atendidos. Sua insatisfação com a política de desvalorização cambial e de endividamento externo, devia-se ao fato desta política destinar-se à proteção da elite cafeeira e perpetuação daquele arranjo político. Apesar de algumas oligarquias de segunda classe alcançarem o domínio político, isso não foi suficiente para inibir os conflitos intraoligárquicos, que mais tarde serviria de apoio para a elite gaúcha que derrubaria o regime vigente às vésperas da Revolução de 1930.

Edgard Carone alinhado a uma historiografia clássica afirma que diferentemente das outras oligarquias agrárias, o grupo cafeeiro era mais dinâmico e flexível no sentido de mudanças

econômicas. Sua localização predominante nas regiões do Vale do Paraíba e Oeste Paulista fez com que fossem estabelecidas ligações com o processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos, especialmente São Paulo.

Conjuntura brasileira na primeira metade do século XX: crise, contestação e mudança política:

Ao longo da República Velha, o empresariado industrial apareceu no cenário político como uma fração de classe com interesses específicos, inicialmente ligada às oligarquias, em sua origem e formação, e com sua ação restrita aos centros urbanos onde se iniciava o desenvolvimento fabril em larga escala. É importante ressaltar que nesse período novas forças sociais surgiram, como os grupos médios e o operariado, num momento em que cidades e indústrias passaram por um processo de expansão e crescimento. Entretanto o desenvolvimento industrial viria acompanhado de desestabilizações econômicas e crises de abastecimento nos centros urbanos.

Na década de 1920 o sistema começava a apresentar suas primeiras contradições internas, iniciando-se uma grave crise social, política e econômica, cujos indícios se apresentavam no inconformismo das classes médias urbanas e principalmente nas revoltas tenentistas. Na obra *História Geral do Brasil*, organizada por Maria Yedda Linhares, a historiadora Sônia Regina de Mendonça escreve artigo em que demonstra a especificidade das relações sociais brasileiras na década de 1920:

No campo político, a crise dos anos 1920 tratou-se de uma crise de hegemonia, que pode ser explicada em dois momentos: o primeiro reúne a contestação a predominância da burguesia cafeeira que culminou com a Revolução de 1930; o segundo momento, compreenderia o período de 1930 a 1937, que representa uma crise de hegemonia em sentido estrito, na medida em que nenhuma classe ou fração de classe lograra o controle incontestado do aparelho de Estado. (MENDONÇA *apud* LINHARES, 1990, p. 319)

Uma outra contradição que se instalou no aparelho estatal e contribuiu para o agravamento da crise dos anos 20 foi a ação dos tenentes. Indignados com os dirigentes civis da Primeira República e com um modelo político que não apresentava renovação, o movimento tenentista tinha a favor de seu projeto a conjuntura desfavorável do café e a necessidade de mudanças na estrutura econômica do Brasil. Para Mendonça, o tenentismo foi um movimento de caráter elitista que buscava reformular as forças armadas e a sociedade. Os tenentes tinham um programa político autoritário e nacionalista, no qual defendiam a centralização do Estado e atacavam a oligarquia paulista, atraindo as oligarquias

de segunda classe para o seu movimento. As camadas urbanas viam o movimento como porta-voz de suas demandas e como uma forma de romper com a ordem vigente.

A década de 1920 foi marcada também pela fundação do Partido Comunista Brasileiro em 1922, no contexto do impacto mundial causado pela Revolução Russa, que possibilitou a difusão planetária do marxismo de influência leninista e revelou uma nova forma de poder com base no *soviet*². Assim, a fundação do Partido resultou da convergência de esforços de um grupo de militantes oriundos do anarcosindicalismo que adotou a concepção leninista do marxismo para formar uma organização centralizada com linha política definida e fundamentada, que apresentava como objetivo a transformação revolucionária da sociedade brasileira. Segundo Nelson Werneck Sodré, o nascimento do PCB foi:

Consequência necessária do processo de formação da classe operária brasileira e do desenvolvimento de suas lutas. Sua fundação respondeu a exigência do movimento operário, que já mostrava, nas primeiras décadas do século XX, a carência de um partido operário revolucionário. (SODRÉ *apud* SEGATTO, 1989, p. 17)

A implantação das indústrias no Brasil começou na segunda metade do século XIX, como um setor agregado e dependente da produção agrícola. No início do século XX a produção industrial começou a se sofisticar, o número de operários cresceu e as formas de organização operária se desenvolveram, dando origem aos primeiros sindicatos. Nesse momento a direção do movimento operário era influenciada pelo anarquismo, porém os anos de 1917 e 1920 foram de intensas greves que ganharam proporções importantes. Em 1917 foi organizada a primeira greve geral que atingiu toda a cidade de São Paulo e outras regiões do país, em busca de melhoria salarial e nas condições de trabalho.

Logo após a fundação, quando do estado de sítio decretado pelo governo federal, por conta do Levante do Forte de Copacabana, o PCB foi posto na ilegalidade. Apesar de sua atuação clandestina, os comunistas intensificaram suas atuações nos sindicatos e a militância dos operários foi tão intensa, que foi criado o jornal *A Classe Operária* em 1925, trazendo informações sobre as articulações do Partido e a luta operária. Nesse momento, a grande luta política e ideológica era sustentada pelo anarquismo, que tinha grande inserção no movimento operário paulista e apresentando divergências com o Partido Comunista em relação a organização política e sindical.

² Literalmente "conselho" em inglês eram organizações políticas e órgãos governamentais, principalmente associados às revoluções russas e à história da União Soviética, e que deu o nome ao último estado.

A inscrição do PCB como Seção Brasileira da IC só aconteceria em 1924. Apesar da filiação a relação com a Seção de Moscou, seria inconsistente até 1928, quando internamente o Partido já apresentava uma estrutura minimamente consolidada, com influência no movimento operário e algum reconhecimento internacional. De sua fundação até esse momento o Partido apresentava uma atuação política e linha teórica independente. Como afirma Segatto:

Nesse período de formação (1922 - 1928), o PCB apesar de suas debilidades políticas, teóricas e ideológicas, tornou-se um partido atuante, vivo, capaz de intervir de forma ativa em, praticamente, todos os níveis e de elaborar uma linha política nacional e popular (SEGATTO, 1989, p. 33).

Na década de 1920, enquanto os intelectuais de vanguarda e o operariado consolidavam o PCB, os grupos médios urbanos lutavam contra a corrupção do regime político e por uma maior participação na política. Em contrapartida, em 1926 surgia nesse cenário o Partido Democrático, última dissidência do Partido Republicano Paulista. Sua plataforma foi bem aceita nos meios burgueses e pequeno-burgueses paulistas, rapidamente conquistando adeptos, com um projeto de nação que deveria ser dirigido por uma elite “ilustrada” e garantidora de liberdade, pautado na ordem social e com múltiplas ações. Os nacionalistas liberais paulistas defendiam propostas homogeneizantes e disciplinadoras para a educação, além de reformas sanitárias com apoio de uma ampla rede institucional para a construção do “novo cidadão paulista”, e posteriormente para os cidadãos brasileiros. Portanto, o projeto nacional liderado pelo Partido Democrático consistia em reformas políticas, econômicas, sanitárias e educacionais com o objetivo de garantir e manter a ordem social.

A conjuntura internacional nas primeiras décadas do século XX foi de guerra, destruição, miséria e crise. O ano de 1929 marcou a institucionalização da crise com o *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, resultante da superprodução e que levou a falência do *american way of life* difundido no início da mesma década. Segundo Hobsbawm, “*foi o período em que as economias capitalistas atravessaram sua crise mais profunda e terrível*”, o historiador britânico ao mencionar os efeitos da crise para além do mundo-europeu, afirma o seguinte:

A queda dos preços dos produtos primários simplesmente demonstrou que a demanda deles não conseguia acompanhar a capacidade de produção. Para os agricultores dependentes do mercado, sobretudo do mercado de exportação, isso significou a ruína, a menos que pudessem recuar para o tradicional último reduto do

camponês, a produção de subsistência. Isso de fato ainda era impossível em grande parte do mundo dependente [...]. O Brasil tornou-se um símbolo do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas (HOBSBAWM, 2012, p. 96).

O ano de 1930 representou o deslocamento da tradicional oligarquia do poder, enquanto as demais frações de classe articuladas com o grupo vitorioso não tiveram condições de legitimar o novo regime e solucionar a crise econômica. Para Mendonça, o período de 1930-37 foi de crise política aberta, sem que nenhuma classe ou fração de classe fosse capaz de propor um projeto hegemônico, ficando a cargo do Estado essa função. A Revolução de 1930 é geradora de uma vasta produção historiográfica, que apresenta posicionamentos diferentes sobre o caráter da revolução, o marco revolucionário e o destino da economia brasileira. Apesar do debate historiográfico que suscita, a Revolução de 1930 representou uma etapa decisiva no processo de constituição do Estado capitalista e burguês no país. O objetivo maior que orientou o Brasil de 1930 em diante foi a ideia do desenvolvimento baseado na industrialização, medida alinhada com os países do capitalismo central.

Ainda na década de 1920 ocorreu a Semana de Arte Moderna em São Paulo e a primeira revolta dos tenentes. Para além desses acontecimentos foi um momento em que no rastro do centenário da Independência, os vários segmentos da intelectualidade procuravam conhecer melhor o Brasil, expor suas críticas e demonstrar as falácias de nossa nacionalidade forjada. Na década de 1930, o novo regime político, marcado pela centralização e por um projeto modernizante apontavam para novas reflexões. O nacionalismo não estava presente apenas nos debates políticos e econômicos, para a *intelligentsia* brasileira era o momento de buscar entender, reinterpretar e explicar o passado nacional. Em comum, seus representantes tem o espírito de renovação e de propostas de ação política. Foi o momento de uma guinada intelectual, uma tentativa de superação da história nacional difundida pelo positivismo do século XIX. Como demonstra Maria Arruda:

A formação do pensamento brasileiro acaba por coincidir com a constituição de uma intelectualidade de corte modernista, identificada com as questões do país e dedicada à construção da sociedade moderna neste lado do mundo. A temática da formação refere-se, em suma, à própria consolidação do campo intelectual no Brasil. Daí a identificação dos ensaístas dos anos de 1930 como ‘intérpretes do Brasil’, em claro obscurecimento dos intelectuais precedentes, elucida-se quando os inserimos na tradição modernista, assumida como expressão mais genuína da nossa cultura, introdutora de verdadeira ruptura do tecido cultural, representante dos cânones mais avançados nos centros hegemônicos (ARRUDA, 2004, p. 111).

Caio Prado Júnior: um intelectual militante do PCB:

As décadas de 1930 e 1940 foi um período marcado pela produção de correntes explicativas da sociedade brasileira, Gilberto Freyre publicou *Casa Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, lançou *Raízes do Brasil* e Caio Prado Júnior publicou *Formação do Brasil Contemporâneo*, uma tentativa de romper com uma tradição e iluminar nossa realidade com a antropologia de Franz Boas, com o historicismo alemão e com a teoria de Marx, respectivamente. Esses nomes e obras sobressaem tanto pelos novos paradigmas de pesquisa aplicados, quanto pelo impacto que suas interpretações causaram para além da Academia.

Caio Prado Júnior foi o responsável por realizar a primeira análise do passado brasileiro utilizando o materialismo histórico. A inovação historiográfica representada pelo historiador paulista, teve início com a publicação em 1933 de *Evolução política do Brasil*, em que o autor faz seu primeiro grande ensaio sobre a história do país, analisando o desenvolvimento político da colônia ao império. *Formação do Brasil Contemporâneo* publicado na década seguinte será uma obra clássica para a historiografia brasileira e para o pensamento social, capaz de propor uma visão mais ampliada das origens coloniais e seus desdobramentos para a nação. Na análise pradiana o país estava inserido no processo de expansão ultramarina europeu. A tese fulcral da publicação da década de 1940 é o “*sentido da colonização*”, em que a grande propriedade era a base da exploração comercial em larga escala utilizando o braço escravo e com produção voltada para abastecer o mercado externo, por isso sua tríade: monocultura, latifúndio e escravidão.

Na década de 1930, Caio Prado Júnior inaugurou uma corrente de interpretação marxista no Brasil, diferente, original e distante da linha oficial pecebista, inovação que possibilitaria análises inéditas da história social brasileira. Buscando uma vertente mais estrutural e totalizante, nessa interpretação a obra de Prado Jr. apresenta duas dimensões importantes, uma ligada à aplicabilidade da teoria marxista e outra ligada a realidade brasileira. A publicação de *Evolução Política do Brasil*, seu primeiro grande ensaio, coincide com a filiação de Prado Jr. ao PCB. Apesar da filiação partidária escreveu sem ser dominado pela interpretação oficial sendo um intelectual marxista desvinculado do modelo interpretativo democrático-burguês, rejeitando as análises da III Internacional para os “*países coloniais, semicoloniais e dependentes*” e apresentando um pensamento heterodoxo frente os esquemas teóricos do Partido. Devido a sua interpretação autêntica e autônoma e por conta de suas análises dissidentes, Prado Jr. foi um intelectual marginalizado pelo Comitê Central do PCB.

Ao longo dos anos de sua militância comunista, Prado Jr. não exerceu cargos de destaque dentro do Partido, com exceção do período de ação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), quando foi vice-presidente da seção paulista e quando eleito deputado estadual e líder da bancada comunista na Assembleia Legislativa de São Paulo nos anos de 1945 e 1947, curto período de legalidade do PCB após o Estado Novo. O auge da produção caiopradiana ocorreu na década de 1940, com a publicação de *Formação do Brasil Contemporâneo*. Para Bernardo Ricupero, essa publicação especificamente representou uma tentativa exitosa de “*nacionalização do marxismo no Brasil*”, através da aplicação do materialismo histórico para as condições específicas da experiência histórica brasileira.

O livro *Formação do Brasil Contemporâneo* tornou-se uma obra clássica para a historiografia e para o pensamento social, reunindo boa parte do entendimento do historiador paulista sobre o Brasil. Utilizando-se do materialismo histórico para explicar a colônia e a grande exploração, como uma totalidade, tomando o passado colonial para a discussão da questão nacional, no século XX, utilizou-se do materialismo histórico com uma leitura própria.

Caio Prado Jr. realizou uma reflexão pioneira sobre a história e a sociedade nacional, ao atentar para o “*sentido*” que a colonização teve para o país, pois “*todo povo tem na sua evolução, vista à distância um certo ‘sentido’. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo*” (PRADO JÚNIOR, 2014, p. 28). Ao propor uma visão mais ampliada das origens coloniais e seus desdobramentos para a formação da nação, sua análise partia da compreensão do processo de expansão ultramarina europeu, no qual inseria o nosso sistema colonial.

Dessa forma, a América Portuguesa foi caracterizada como um grande empreendimento comercial, responsável por abastecer o mercado externo, utilizando grandes unidades produtivas em que eram cultivados produtos tropicais com uso da mão-de-obra escrava, por isso a tríade de sua tese: monocultura, latifúndio e escravidão. O peso do passado colonial do país explicava a dificuldade de superação de alguns traços da formação social e econômica, além das ligações entre o Brasil e a economia mundial.

O processo de modernização brasileira ocorreu sem grandes rupturas com o passado. Ao contrário das “*vias clássicas*” de revolução burguesa, classificadas como modelo universal pela III Internacional, Caio Prado Jr. compreendia o marxismo como um método de interpretação e

transformação da realidade, por isso sempre rejeitou a transposição mecânica das teses *kominterianas* para o Brasil, pois o passado a ser superado era colonial e não feudal.

A dissidência intelectual de Caio Prado Jr. ao afirmar teses contrárias à orientação do Partido, promoveu seu isolamento e marginalização partidária. Seu questionamento do passado feudal na colônia ao analisar a montagem do sistema colonial na América Portuguesa, e seu funcionamento foi pioneira no Brasil e na América Latina. Adequando o marxismo às especificidades do caso brasileiro, através do “*sentido da colonização*” questionou a tese do feudalismo brasileiro, defendida pelo Partido Comunista e difundida entre a esquerda brasileira nas décadas de 1930 e 1940.

A relação de Caio Prado com o Partido foi marcada pela tensão, suas discordâncias foram apresentadas ao Comitê Central do Partido em 1947 no debate preparatório para IV Congresso do PCB, em que Prado Jr. apresentou o artigo *Fundamentos Econômicos da Revolução Brasileira*, publicado pela *A Classe Operária*, jornal e órgão de imprensa oficial do Partido. O Congresso foi adiado pois, o registro legal do PCB foi cassado e o Partido voltou a ilegalidade, entretanto as críticas mais impactantes de Prado Jr. seriam publicadas em seu livro *A Revolução Brasileira*.

Jacob Gorender, intelectual e militante do Partido resumiu a relação conflituosa entre este e Prado Jr.. Acreditava tratar-se de uma via de duplos interesses, Caio Prado como militante disciplinado acreditava que as mudanças que o Brasil carecia seriam possíveis com a ação do Partido Comunista e ao PC interessava o prestígio que podia trazer a presença de um dos maiores intelectuais brasileiros, em suas primeiras fileiras, em uma conjuntura que a intelectualidade não podia ser indiferente à União Soviética visto que o debate revolucionário estava internacionalizado. Em tempos stalinistas errar com o Partido era mais importante que acertar sozinho. Segundo Gorender:

O fato de nunca ter sido punido por uma direção stalinista não deixa de ser singular. Por muito menos, outros militantes foram postos à margem ou mesmo expulsos do partido e estigmatizados como renegados. Prado Jr era um dos poucos intelectuais marxistas pertencentes ao alto escalão da cultura brasileira. Ademais disso, Caio jamais tentou aliciar alguém para suas ideias ou organizar uma fração – pecado mortal para o stalinista. Penso que tudo isso o protegeu contra punições e excomunhões (GORENDER *apud* D’INCAO, 1989, p. 268).

Apesar de não integrar o meio acadêmico, Caio Prado estava nos quadros de uma instituição que exigia fidelidade em relação a suas diretrizes, assim a interpretação caiopradiana representou um marco em relação as formulações comunistas do Brasil, preconizadas pelo PCB. Assim, possibilitou

a construção de novas análises, mais ajustadas com a realidade nacional, numa tentativa de resolver os problemas reais e orientar as discussões no campo político e cultural.

Considerações Finais:

No campo da historiografia, se a obra de Caio Prado Jr. é historicamente datada, como toda produção historiográfica e foi objeto de intensa polêmica em diversos momentos da historiografia brasileira, insere-se, entretanto, no patamar daquelas obras fundantes do pensamento brasileiro. Neste sentido, pertence ao estatuto de obra matriz que, seja qual for a linha teórica abraçada é orientadora de toda uma produção histórica que lhe é posterior seja para ampliar suas teses ou para nega-las.

Nos quadros da militância, Prado Jr. não podia ser indiferente à União Soviética, num momento em que o debate revolucionário estava internacionalizado. Apesar da independência teórica não estava alheio à cultura comunista de seu tempo, pois partilhava com sua geração, um sentimento de fidelidade ao Brasil e apesar das críticas nunca abandonou o Partido, pois acreditava que se tratava de uma organização comprometida com a transformação social.

Dessa forma, escrever sobre a obra de Caio Prado Júnior é escrever sobre um clássico, que permanece atual, apesar do desaparecimento de boa parte dos contextos em que foram escritos os ensaios, pois mesmo sem a URSS, a Internacional Comunista, o PCB dos anos 1930 e 1940 e dos debates sobre o nacionalismo, a necessidade de transformação ainda é atual. Dentro de certa abordagem o Brasil ainda está inserido na lei formulada por Trotsky do *desenvolvimento desigual e combinado* que caracteriza o capitalismo periférico. O país ainda convive com um passado de permanente atualidade, dada a dificuldade de rupturas e de superações definitivas, portanto Prado Jr. só será desatualizado quando os contextos e as condições que produziram suas obras estiverem totalmente suplantadas.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO:

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Pensamento brasileiro e sociologia da cultura*. São Paulo: Revista Tempo Social, junho de 2004.

CARONE, Edgard. *A república velha I: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1975.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo (1922 – 1938)*. São Paulo: Difel, 1977.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MENDONÇA, Sônia Regina de. In: LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

SEGATTO, José Antônio. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

D'INCAO, Maria Ângela. *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Resoluções do III Congresso do PCB*, 1929. Disponível: http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=127:resolucoes-do-3o-congresso-do-pcb&catid=1:historia-do-pcb > Acesso em 14/09/2017.

PROGRAMA DA INTERNACIONAL COMUNISTA. *Resoluções do VI Congresso Mundial*, 1928. Disponível: <http://www.hist-socialismo.com/docs/ProgramaIC1928.pdf> > Acesso em 14/09/2017.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

OS SINDICATOS E O DESENVOLVIMENTO DA LEGISLAÇÃO SOCIAL NO BRASIL – O CASO DOS METALÚRGICOS DE JUIZ DE FORA/MG NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Luisa de Mello Correard Pereira¹

Resumo:

Esse artigo tem por objetivo analisar o impacto das leis trabalhistas sobre as ações sindicais, bem como a participação do movimento sindical na construção e reconstrução da questão social no Brasil, através do estudo de caso dos metalúrgicos de Juiz de Fora na primeira metade do século XX. Para tanto, são utilizadas fontes do Arquivo Histórico dos Sindicatos Metalúrgicos de Juiz de Fora (STIM/JF) em consonância com bibliografia pertinente.

Palavras-chave: legislação trabalhista, movimento sindical, trabalhadores metalúrgicos.

THE TRADE UNIONS AND THE DEVELOPMENT OF SOCIAL LEGISLATION IN BRAZIL - THE CASE OF JUIZ DE FORA / MG METALURGICS IN THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

Abstract:

This article intends to analyze the impact of the labor laws in the union's actions, and the part of workers movement in the development and reconstruction of the social legislation in Brazil, by using a case study of metal workers in Juiz de Fora-MG-Brazil in the first half of XX century. For that, we use sources from the Historic archive of the metal workers union from Juiz de Fora, along with the bibliography.

Keywords: Brazilian social legislation, labor movement, metal workers.

¹ Mestra em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015). Bacharela e Licenciada em História pela mesma instituição (2011). Atualmente, é professora de História designada pela Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais. Contato: luisap.historia@hotmail.com

O grande escopo da legislação social e trabalhista no Brasil surgiu na primeira metade do século XX, culminando na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943. Porém, ao contrário do que foi defendido por muitas décadas, não foi um processo vertical, de cima para baixo, ou uma “outorga” do Estado para os trabalhadores em troca de apoio político (VIANNA, 1978:31). Foi um processo marcado por interações e conflitos entre o Estado e a classe trabalhadora – o próprio surgimento de uma legislação social veio de uma demanda dos operários, a maioria deles organizada em sindicatos.

Seria, então, uma relação recíproca: ao mesmo tempo em que a institucionalização das leis trabalhistas e a legalização dos sindicatos representavam o reconhecimento pelo Estado da força de organização e contestação dos trabalhadores, também se constituía em uma estratégia de controle dos mesmos (SILVA, 1999:80). Porém, a classe trabalhadora não estava passiva diante desse processo.

Nesse sentido, a proposta do trabalho é analisar o caso da formação e consolidação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora no contexto de desenvolvimento da legislação trabalhista brasileira. O objetivo é entender a participação do movimento operário e sindical na construção das leis trabalhistas, a partir de um estudo de caso. Pretende-se demonstrar a participação dos trabalhadores e seus sindicatos no processo de implantação dessas leis, antes vistas como uma tentativa vertical de controle da classe trabalhadora, e não um processo recíproco. Para tanto, serão analisadas fontes do Arquivo Histórico do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, juntamente com a análise de bibliografia pertinente.

Assim, é reconhecido o papel ativo dos trabalhadores, com todas as suas ambiguidades, inclusive reconhecendo o diálogo desses com outros atores sociais e com os recursos de poder presentes em cada contexto (GOMES, 2008:180).

O estudo do caso de Juiz de Fora - uma cidade de grande importância industrial em Minas Gerais e no Brasil – pode ajudar a elucidar sobre o papel da classe operária no período, de seus representantes classistas, e a relação destas com o Estado e suas instituições e legislações.

A formação da legislação trabalhista e sindical brasileira:

Na primeira Constituição republicana de 1891, não havia ainda a regulamentação do trabalho no Brasil (SANTOS, 1994:16). Foi um período marcado pela ortodoxia liberal, que ignorava qualquer

tentativa nesse sentido. Não obstante, foi uma época de movimento operário ativo, que pressionava a sociedade para romper com essa ortodoxia que não reconhecia seus direitos (VIANNA, 1978:50).

Isso só começou a mudar a partir do século XX. Em 1903, iniciaram-se as medidas de reconhecimento e regulamentação das categorias profissionais (e não apenas os direitos individuais da ideologia liberal). O ano de 1903 também foi marcado pelo reconhecimento, por parte do Estado, do direito de organização sindical para os trabalhadores rurais e industriais (SANTOS, 1994:18). Em 5 de fevereiro de 1907, instaurou-se o Decreto no 1.673, que garantia aos trabalhadores o direito a associação independente. Em janeiro de 1924, entrou em vigor o Decreto-Lei 4.682 (que ficaria conhecido pelo nome de seu autor, “Lei Eloy Chaves”), que criou a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos Ferroviários. Por meio de contribuição tripartite (dos empregados, dos empregadores e do Estado), assegurava-se o fluxo de renda para trabalhadores que se desligassem do processo de produção por invalidez, velhice ou tempo de serviço, ou para seus dependentes em caso de morte (SANTOS, 1994:21-22).

Entre os anos de 1931 e 1934, no governo Vargas, efetivou-se uma legislação social que atingia diretamente o processo acumulativo. A garantia dessas leis pelo governo se deu através de duas medidas: a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, para execução e fiscalização; e a institucionalização da carteira de trabalho, em 1932, que tornou obrigatória a execução de um contrato de trabalho, com salários, jornadas e direitos estabelecidos (SANTOS, 1994:22).

Em 1931, foi decretada a Lei do sindicato único (Decreto nº 19.770 de 19 de março de 1931), que regularizava os sindicatos, desde que aprovados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Ou seja: reconhecia-se o direito de associação, mas limitando-o à regulamentação do Ministério do Trabalho.

Ainda na década de 1930, foram decretadas: oito horas diárias de trabalho para os comerciários, o que se estendeu aos industriários; instauração das Comissões Mistas de Conciliação e Julgamento; regulamentação do trabalho feminino e dos menores; direito de férias aos bancários, o que, um ano mais tarde, estendeu-se aos industriários (VIANNA, 1978:148).

Em 1937, deu-se o golpe do Estado Novo. O novo governo ditatorial teria criado uma dupla tradição na criação das leis trabalhistas: o caráter de outorga dessa concepção – ou seja, a ideia de que as leis sociais eram uma concessão do Estado, independente da participação das outras classes; e a ideia do Estado Novo como inovador, ao trazer à tona a questão social (VIANNA, 1978:35). Porém,

no entanto, cumpre reiterar que os direitos essenciais do trabalho – os que concernem a jornada, descanso semanal, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, as caixas de seguro, acidentes de trabalho e direito a sindicalização – foram direitos conquistados pelos trabalhadores em décadas de luta.

Nesse contexto, surgiu a Lei Sindical de 1939 (O Decreto-Lei n° 1.402 de 5 de junho de 1939), uma revisão da lei de 1931. Ao mesmo tempo em que regulamentava os sindicatos, a lei interferia nas ações das entidades (SANTOS, 1994:223-224). Porém, ao contrário das expectativas do governo, houve uma queda do número de sindicalizados. Exemplo disso é que, no Distrito Federal, houve queda de 189.619, em 1936, para 127.871 sindicalizados em 1941.

Em julho de 1940, o governo instaurou o Decreto-Lei n° 2.377, que criou o imposto sindical. Todos os empregados, sindicalizados ou não, pagavam compulsoriamente o valor de um dia de trabalho por ano para os seus sindicatos. Isso deu ao Estado mais um poder sobre estas entidades, pois o imposto se tornaria grande parte de seus orçamentos, tornando-as dependentes financeiramente. Ademais, também inibia as ações políticas, ao proibir o uso desse financiamento para política (VIANNA, 1978: 232-233).

Em 1943, foi instituída a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pelo Decreto-lei n° 5.452 de 1° de maio, compreendendo a sistematização e a coesão das leis trabalhistas antes produzidas. A CLT, junto à Previdência Social e a Justiça do Trabalho, foram as três importantes balizas do complexo institucional corporativo construído pelo Estado Novo. (VIANNA, 1978: 240).

Desse modo, o Estado deixou de ser um centro exclusivamente político para ser também o principal órgão de agência econômica do país. Forjou-se uma estrutura político-econômica, na qual a representação dos trabalhadores, isto é, os sindicatos, tornar-se-iam órgãos de cooperação do poder, de forma a equilibrar o conflito capital-trabalho e propulsar as matrizes econômicas de crescimento industrial.

Portanto, a principal mudança foi no padrão de relacionamento entre o Estado e a sociedade, principalmente os trabalhadores, onde o Estado aumentou seu poder interventor sobre as associações classistas através da rede de organização de suas representações. Isso significou que esses atores foram incorporados à política, mas dentro da tutela do governo. A base dessa tutela foi a organização das representações através de categorias ocupacionais específicas, oficializadas pelo Estado, e uma série de leis sociais (DINIZ, 1999:26).

Este modelo de relação de classes caracterizou-se como um programa institucional “vertical e hierarquizado, diretamente subordinado ao Estado” (DINIZ, 1999:27). Houve a introdução do sistema de representação direta dos atores dentro do seio do próprio Estado. E à ele caberia a mediação dos conflitos, dentro da Justiça do Trabalho – e não mais aos sindicatos ou os partidos. Assim, intentou-se eliminar qualquer autonomia na representação e na luta de interesses.

Parece clara para a Historiografia a intenção de Vargas ao institucionalizar uma legislação social ampla e detalhada (as Consolidação das Leis do Trabalho, CLT); uma instância para mediar os conflitos entre capital e trabalho (a Justiça do Trabalho); e um ministério para regular essas relações (o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio). O intuito era arrefecer o conflito social e controlar a organização dos trabalhadores. Mas ainda há muito o que se discutir sobre os resultados efetivos dessa tentativa de controle – como ela foi aceita, se foi aceita? Como foi assimilada? Qual o papel do movimento sindical nesse processo? O impacto sobre a classe trabalhadora e o movimento sindical? Elucidar essas questões é um dos objetivos desse artigo.

Formação e consolidação do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora no escopo do desenvolvimento da legislação social brasileira:

Na década de 1930, Juiz de Fora sofreu com uma forte crise econômica. Souza Paula argumenta que a região da Zona da Mata mineira sofreu uma estagnação de sua atividade econômica, perdendo espaço para os setores dinâmicos em outras regiões do país, tornando-se um “baú de ossos”. Por outro lado, Affonso de Paula aponta que não houve exatamente uma estagnação da indústria local, mas esta se tornou uma economia periférica no Estado, perdendo espaço para as indústrias modernas da região central (DE PAULA, 2006:251-259).

De fato, a situação dos trabalhadores juiz-foranos não era muito diferente do resto do país: não havia salário mínimo, de modo que a base de pagamento variava entre os setores e os empregadores; as jornadas de trabalho variavam entre 10 e 14 horas diárias; havia uma pesada hierarquia, com multas e suspensões arbitrárias, e até castigos corporais a trabalhadores menores de idade (LOYOLA, 1980:47). Assim como a tendência do país, eram péssimas condições de trabalho e de vida na cidade.

Foi nesse contexto que o Governo Provisório lançou a Lei de Sindicalização, em 1931, conhecida como a “lei do sindicato único”, que regulamentou os sindicatos das classes operárias e patronais. Segundo Luís Eduardo Oliveira, a recepção da lei pelos trabalhadores juiz-foranos não foi

um processo simétrico, como pretendia o governo. O momento fora marcado por “resistências, contradições e mediações”, no qual predominou a experiência dos líderes sindicais; e, nesse sentido, não foi atípico em relação aos grandes centros urbanos brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo (OLIVEIRA, 2011:89).

Ainda segundo Oliveira, os trabalhadores juiz-foranos tinham uma tradição de organização em associações de categorias múltiplas. Em 1º de maio de 1932, operários de doze categorias – entre elas a metalúrgica, têxtil e construção civil – formaram em Juiz de Fora a União Trabalhista Sindical Mineira (UTSM). O intuito da instituição era de lutar conjuntamente pelos interesses dos trabalhadores da cidade, dentro da lei e das bases jurídicas. Esse apreço pela legalidade era visto como a forma mais concreta de levar suas reclamações à agenda dos poderes públicos regionais (OLIVEIRA, 2011:91). Mas, apesar disso, as demandas levadas a cabo pela instituição demonstravam um conteúdo reivindicativo amplo e conectado com a situação dos operários da cidade.

A partir da União, os trabalhadores ganharam incentivos no sentido de fundarem seus sindicatos próprios, reconhecidos dentro da lei de 1931, de modo a alcançarem mais benefícios e participação política. Estas instituições mantiveram a tradição de lutar pelos interesses da classe trabalhadora dentro do limite da lei, reivindicando diretamente com o patronato ou, mais tarde, utilizando-se da Justiça do Trabalho.

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas de Juiz de Fora (STIM) teve sua cerimônia oficial de inauguração em 29 de novembro de 1932, com reunião realizada na sede social da UTSM. Então denominado “Syndicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora”, a entidade já contava com 232 associados e se encontrava oficializada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio desde setembro do mesmo ano.

A cerimônia foi a primeira reunião oficial da entidade. Presidida pelo Secretário Geral da UTSM, José Soares, e pelo metalúrgico Marcilho Dias, a reunião contou com “número regular de sócios” e a participação de operários de outras categorias, como a construção civil e a de transportes. Apesar de se caracterizar como uma “reunião preparatória”, e não uma assembleia propriamente dita, a partir daquele momento, o sindicato “entra na sua vida normal dentro da lei”, nas palavras de Marcilho.

A seguir, apresento a fala de José Soares, que, para além de apenas exaltar a regularização do Sindicato, enumerou os problemas enfrentados pelos trabalhadores, que seriam as principais reivindicações da entidade.

[...] que se congregasse no seu sindicato, depois analisou longamente sobre a lei de férias, sobre o salário mínimo, terminando sobre a higiene das casas de aluguel. presisavão para água luz, esgotos acabar com casebres, que só serve para matar mais rápido o operário que já por natureza não tem conforto nenhum assim então teríamos uma cidade modelo. mais para conseguirmos isto precisamos estar todos unidos dentro dos Sindicatos [...]².

José Soares – que assumiu a liderança da reunião e, mais tarde, não por acaso, tornou-se o presidente do Sindicato em seu primeiro ano de legalidade – abriu a mesa da reunião já registrando as condições de vida dos trabalhadores juiz-foranos. Em seguida, convocou seus companheiros a aderirem ao sindicato como forma de criar “uma cidade modelo”, a partir da união da luta dos trabalhadores.

Então, o mesário da reunião, Marcilho Dias, pediu a palavra à mesa para falar sobre a lei de acidente de trabalho, reivindicação antiga dos operários e que seria uma das prioridades na luta do Sindicato.

[...] analisou qual será o dever do Sindicato e da mesa Executiva e também na assembléa disse que as discursões deve ser dentro da ordem e falou também sobre a lei do acidente do trabalho, essa lei entereça muito a operários especialmente aos metalúrgicos.³

No fim da reunião, o metalúrgico Hélio se manifestou sobre os “desordeiros”.

[...]Jeste grupo redusido de dessordeiro, frisou que os chamava de desordeiros por que viram provocando desordens, tera que desaparecer por que estamos dentro da lei e, portanto, somos garantidos pela mesma, [...] e disse que em breve elle prophetisava, que o operário brasileiro teria dias melhores [...]⁴.

Ao falar sobre “desordeiros”, Hélio muito provavelmente se referia aos comunistas e anarquistas. Estes militantes em particular eram evitados pelos operários da UTSM, por ameaçarem a proposta de agir dentro da lei para obter os benefícios garantidos pelo Estado (OLIVEIRA, 2011:91) – e assim alcançarem “dias melhores” para os operários.

² Acta de instalação do Sindicato de Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 29 Novembro 1932. p. 1.

³ Idem, p.2.

⁴ Idem, p. 3.

Eduardo Stotz estuda o processo de burocratização do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, cuja legitimação se deu de forma semelhante ao de Juiz de Fora. Antes, os metalúrgicos cariocas estavam organizados na União dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas (a nível nacional, posto que RJ era o Distrito Federal então), uma instituição de viés comunista e anarquista. Em 1932, passaram por uma reorganização sindical e decidiram assumir o caráter governista, a fim de garantirem os direitos sociais intrínsecos e evitarem conflitos. Em 21 de junho de 1933, a União dos Operários Metalúrgicos do Rio de Janeiro foi oficializada (STOTZ, 2001:134-1965).

Stotz notou como os trabalhadores não ficaram alheios ao processo de oficialização do movimento sindical. Eles convergiram com esse processo, mas não de forma acrítica. Assim, esses atores assumiam os limites e responsabilidades do processo, mas também recriaram suas possibilidades e arenas – o que teria contribuído para a construção da identidade trabalhadora e metalúrgica.

Alexandre Fortes percebe situação semelhante quando estuda a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre. A entidade, oficializada em 1932, buscou na interação com as leis sociais uma fonte de reivindicação e atendimento de demandas, mas não foi um simples processo de assimilação, e sim de apropriação e ressignificação (FORTES, 2011:38-39).

Os dois casos citados se assemelham com o STIM no que se refere à relação com o seu processo de burocratização. As palavras de Marcilho sobre a vida “dentro da lei” e a questão da lei de acidentes, bem como a fala de Hélio contra os “desordeiros”, pois estavam “dentro da lei” e “garantidos pela mesma”, remetem ao apreço desses operários pela legalidade. Como antes citado, os operários metalúrgicos, antes associados na União, criaram sindicato próprio – no escopo da Lei da Sindicalização de 1931 – para que, uma vez dentro da lei, pudessem gozar dos direitos sociais intrínsecos ao reconhecimento da entidade pelo Governo.

Porém, José Soares e a segunda fala de Marcilho destacam como, de fato, não valeria apenas o reconhecimento em face da grande carestia de vida enfrentada pelos trabalhadores; era preciso que estes se unissem dentro do sindicato e não perdessem de vista os reais problemas a serem enfrentados. Parece claro que, ao mesmo tempo em que os operários buscavam estar dentro da lei e garantir os direitos dela, sabiam que tinham de se unir e lutar por novos direitos para alcançar os “dias melhores”.

Em 1934, o Sindicato teve decretado seu primeiro Estatuto⁵. No mesmo ano, a entidade se filiou à Federação Nacional dos Metalúrgicos do Brasil e elegeu seu delegado-eleitor⁶. Em 1935, novamente tem um delegado-eleitor representando sua categoria na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais⁷. Aos poucos, o Sindicato foi tomando corpo e aumentando sua legitimidade no contexto das leis sindicais e na política mineira.

Em 1940, em Assembleia⁸, o presidente Thiago Alves dos Santos anunciou que o Sindicato fora regularizado pelo decreto-lei n.º 1402 de 05 de julho de 1939 como legítimo representante de sua classe, e, portanto, mudou o nome para Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Juiz de Fora.

O Decreto-Lei a que se referiu o presidente do sindicato colocava em prática as leis sociais instituídas anos antes, na Carta de 1937. Os sindicatos, divididos por categorias e por espaços geográficos específicos, estavam oficialmente sob tutela do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que ganhou ainda mais legitimidade a partir desta lei. Assim, o decreto também instaurou uma série de obrigações para o processo eleitoral que os sindicatos deveriam respeitar. A isso, uniu-se o controle da gestão financeira, dos estatutos e das atividades sindicais: todas deveriam ser justificadas em relatórios anuais enviados ao Ministério.

Segundo Werneck Vianna, este contexto deixava mais do que claro a intenção do Estado de transformar os sindicatos e os trabalhadores em força motriz de sua política e do desenvolvimento industrial (VIANNA, 1978:223-224).

Na referida Assembleia, o Estatuto de 1940 foi aprovado. A influência da lei acima descrita aparecia claramente nas linhas do Estatuto, que passou a normatizar todas as instâncias do Sindicato, principalmente as eleições e os orçamentos. Reafirmou-se a obrigação de enviar os relatórios de atividades e gastos anuais, bem como a necessidade de aprovação da Delegacia Regional do Trabalho, e outros artigos que asseguravam a submissão do Sindicato ao Ministério do Trabalho. Porém, por se tratar de um documento oficial, que deveria ele mesmo passar por aprovação, poderia não conter em suas linhas a realidade do cotidiano sindical.

⁵ Acta da assembleia geral extraordinária para aprovação dos estatutos do Syndicado dos Operarios Metalurgicos de Juiz de Fora, realizada em 4 de setembro de 1934. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, 1p.

⁶ Acta da assembleia geral extraordinária do Syndicado dos Operários Metalúrgicos de Juiz de Fora. 6 de junho de 1934. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, p.2.

⁷ Acta de assembleia geral extraordinária realizada em 30 de agosto de 1935. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 04, 1p.

⁸ Cópia autêntica da Ata da Sessão da Assembléia. 28 de dezembro de 1940. Arquivo do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas. Departamento Administrativo, Caixa 01, 1p.

As leis sindicais permitiam ao Ministério do Trabalho interferir no processo de eleição dos líderes sindicais, ditando as condições de elegibilidade e de votos dos associados. A intenção era afastar os líderes mais ativos, ao permitir a eleição apenas de candidatos dentro de certas características (VIANNA, 1978:223-224). No Estatuto de 1940 do STIM, as regras de eleição são exaustivamente cobertas – os procedimentos, garantia da idoneidade do processo, e também sobre como todo o pleito era subordinado às regras do Ministério. Ademais, demonstra as principais características que os candidatos deveriam apresentar para serem considerados “elegíveis”. No Artigo 4, “Das condições para votar e ser votado”, o Parágrafo 1 (“Não podem se candidatar”) apresenta prontamente a principal regra imposta: “a) os que professarem ideologias incompatíveis com as instituições ou com os interesses da Nação”⁹.

O trecho acima citado demonstra bem a tentativa da legislação sindical em evitar uma militância politicamente ativa ao proibir “ideologias incompatíveis” nas entidades. Por ideologias incompatíveis, entendem-se comunistas e anarquistas – as correntes mais radicais que dominaram o sindicalismo brasileiro no início do século XX e que apresentavam características mais combativas, por fora do sistema (FERREIRA, 2010:62-63).

A questão da proibição de ideologias e militância direta aparece muito claramente, por exemplo, entre os deveres dos associados: “respeitar, em tudo, a lei e acatar as autoridades constituídas” (Artigo 11 do Capítulo III)¹⁰. No Artigo 12, parágrafo 2, que dita sobre as questões que levaria um associado a ser excluído do quadro social: [...] “os que, por sua má conduta profissional, espírito da discórdia, ou falta cometida contra o patrimônio moral ou material do sindicato se constituírem elementos nocivos à entidade”¹¹.

Em síntese, a leitura do Estatutos deixa bastante clara a tentativa das regras sindicais impostas pelo Ministério do Trabalho – reproduzidas em um documento oficial que passava por sua inspeção – em inibir o uso da entidade como unidade política, e, assim, inibir também a luta direta de seus associados. As associações classistas apareceriam, portanto, como órgãos de contribuição de classe, entre seus associados, o Estado e os sindicatos patronais; e de assistência para seus membros.

Mas isso não significou a passividade dos trabalhadores em relação à política corporativa do governo. A partir de 1945, houve uma grande efervescência política no Brasil depois de um longo regime fechado. Era um momento de carestia, com aumento excessivo do preço dos alimentos e

⁹ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Juiz de Fora. 1940, p. 3.

¹⁰ Idem, p. 3.

¹¹ Idem.

defasagem dos salários, e os trabalhadores respondiam a isso, contando com grande apoio popular. O Brasil todo explodiu em greves ainda no fim de 1945 até o começo de 1946 (COSTA, 1999:96).

Não por acaso, foi um período também de grande procura dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. A historiadora Valéria Lobo faz uma pesquisa sobre a Justiça do Trabalho em Juiz de Fora entre 1945 e 1964, no período de experiência democrática. A autora opta pela escolha das categorias têxtil e metalúrgicas, sob a hipótese de que as peculiaridades de cada categoria e os diferentes momentos dentro de um mesmo contexto político refletem na procura dos trabalhadores à Justiça do Trabalho. Em sua pesquisa, Lobo logo percebe que as reclamações mais comuns, são as relacionadas à questão salarial (47% dos processos) chegam a ser objeto de 47% dos processos, maioria delas entre os têxteis. Já a maior demanda dos metalúrgicos era em relação à maior exploração do trabalho. Ações do tipo: descanso semanal, feriados, férias, redução da carga horária, horas extras e insalubridade alcançam, em conjunto, 49,31% das reclamações dos trabalhadores (LOBO, 2010:02-05). Assim, é possível afirmar que a mão de obra metalúrgica era super-explorada e não recebiam os descansos, horas extras, feriados etc., que lhe eram de direito, por causa do intenso ritmo de trabalho, o que levou um grande número de trabalhadores à Corte Trabalhista.

Considerações finais:

As situações descritas neste capítulo sobre a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora demonstram a característica da direção da entidade em se aproximar das autoridades e buscar por meios legais as resoluções dos conflitos e aquisições de novos direitos. Mas isto não significou que fosse um sindicato cooptado pelo Estado. Os sindicalistas buscavam no contexto político as oportunidades de melhoria das condições de trabalho e para o atendimento de suas demandas. Por isso, buscavam as soluções dentro das instituições do governo – como as campanhas salariais, os dissídios e, como veremos no próximo capítulo, a Justiça do Trabalho. Entretanto, quando os meios pacíficos não atendiam os seus anseios, os trabalhadores não hesitavam em ganhar as ruas, paralisar as atividades, mobilizar a comunidade etc. Nesse sentido, o Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora se assemelhava, em suas práticas, aos sindicatos de regiões economicamente mais avançadas industrialmente, como os casos citados no Rio de Janeiro e Santos.

Apesar da tendência do Sindicato dos Metalúrgicos em tentar manter relações estáveis com as autoridades, os operários não tinham medo do enfrentamento. Em todos os casos citados (Rio de

Janeiro, Santos e Juiz de Fora), as campanhas salariais eram muitas, intensas e seguidas de greves e manifestações nas ruas quando necessário.

REFERÊNCIAS:

Fontes primárias:

ARQUIVO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE JUIZ DE FORA. Documentos de 1932 a 1950.

Bibliografia:

DE PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso. *...E do Caminho Novo das Minas dos Matos Gerais emerge a 'Manchester Mineira' que se transformou num "Baú de ossos"*. História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais à "industrialização periférica". Tese (Doutorado em Economia). Campinas: UNICAMP, 2006.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: DULCE, Pandolfi (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999

FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira; COSTA, Hélio; FONTES, Paulo. (Orgs). *Na Luta por Direitos: Estudos Recentes em História Social do Trabalho*. Campinas, Editora da Unicamp, 1999.

GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 2008.

LOBO, Valéria. A Justiça do Trabalho como vetor da Justiça Social. In: *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH*. Natal, 2010. 12p.

LOYOLA, Maria Andréa. *Os sindicatos e o PTB: estudo de um caso em Minas Gerais*. Petrópolis: Editora Vozes em co-edição com CEBRAP, 1980.

OLIVEIRA, Luís Eduardo. Movimentações classistas e lutas por direitos na Era Vargas: As experiências sócio-políticas dos trabalhadores de Juiz de Fora entre 1930 e 1954. In: LOBO, Valéria; DELGADO, Ignacio Godinho; VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro (Orgs). *Trabalho, proteção e direitos: O Brasil além da Era Vargas*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011. p. 85-103.

SANTOS, Wanderlei Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira*. 3ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

STOTZ, Eduardo. Sindicato dos Metalúrgicos e a construção da identidade coletiva do grupo operário (1917-1945). In: RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Editora DP&A, 2001. p. 134-165.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

“TRABALHADORES UNI-VOS!” UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES DO PCB MINEIRO ENTRE AS CLASSES TRABALHADORAS URBANAS (1945-1964)

Camila Gonçalves Silva Figueiredo¹

Resumo:

Esta comunicação apresenta de modo sintético, alguns dos principais resultados da pesquisa de doutorado defendida em 2017. A pesquisa analisou as estratégias utilizadas pelo Partido Comunista Brasileiro/PCB no estado de Minas Gerais para estabelecer suas ações junto às classes trabalhadoras urbanas, entre os anos de 1945 a 1964. A hipótese desta pesquisa está na concepção de que, apesar da clandestinidade e da repressão, os comunistas não deixaram de exercer suas ações na política e entre os movimentos dos trabalhadores. Para isso, constituíram estratégias, confirmadas a partir do estudo do caso mineiro. Esta pesquisa subsidia a difusão dos estudos sobre os trabalhadores e sobre a trajetória de resistência do PCB. Partido, cujo histórico de clandestinidade se confunde com o percurso de superação aos condicionantes desfavoráveis. Para a composição deste estudo recorreremos a documentos partidários, materiais elaborados pelos agentes de organizações voltadas a repressão, além de jornais e entrevistas.

Palavras chave: Trabalhadores, comunistas, articulação.

"WORKERS UNITE": A STUDY OF THE MINAS GERAIS'S PCB ACTION INTO THE URBAN WORKER CLASS (1945-1964)

Abstract:

This paper presents, in a synthetic way, some of the main results of the doctoral research defended in 2017. The research analyzed the strategies used by the Brazilian Communist Party / PCB in the state of Minas Gerais to establish their actions among the urban working classes, among the years from 1945 to 1964. The hypothesis of this research is the conception that, despite clandestine and repression, the communists did not stop exercising their actions in politics and among the workers' movements. For this, they were strategies, confirmed from the study of the mining case. This research subsidizes the diffusion of studies on workers and on the trajectory of PCB resistance. Party, whose history of clandestinity is confused with the path of overcoming the unfavorable constraints. The thesis is based on partisan documents, materials prepared by agents of repression organizations, as well as newspapers and interviews.

Keywords: Workers, communists, articulation.

¹Doutora em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: cgoncalvesfigueiredo@gmail.com

Esta comunicação pode ser considerada como um ensaio, em que apresentamos de maneira sintética, algumas das principais conclusões da tese de doutoramento intitulada “Proletários, vivos!” Estratégias do PCB junto aos trabalhadores urbanos em Minas Gerais (1945-1960), vinculada ao programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Juiz de Fora e defendida em 2017. Na tese analisamos as estratégias utilizadas pelo Partido Comunista Brasileiro/PCB no estado de Minas Gerais para estabelecer suas ações junto às classes trabalhadoras urbanas, entre os anos de 1945 a 1960. A escolha do recorte temporal se deve a dois fatores. O primeiro, em razão de este ter sido o momento em que o PCB realizou o processo de reestruturação e expansão das atividades em todo o estado e, por conseguinte, ampliou sua influência entre diversas categorias profissionais. Segundo, devido ao interesse em compreender como se deu o processo de expansão atuação da agremiação no decurso da experiência republicana democrática.

A opção pelo estado de Minas Gerais contribuiu para aprofundar em temáticas relacionadas aos movimentos dos trabalhadores e sobre a trajetória do PCB para além do eixo comumente apreciado pelos estudos historiográficos. Em âmbito estadual são poucas, porém importantes as produções que se dedicaram ao exame do PCB, à exemplo dos estudos produzidos pelas historiadoras Raquel Aparecida Pereira, (PEREIRA, 2007) Idalice Ribeiro Silva Lima (LIMA, 2000) e Rosângela Aparecida Abreu (abreu, 2006). A existência de rarefeitos trabalhos sobre o PCB mineiro nos impôs um importante desafio. Para compreender quais e como foram constituídas as estratégias para promover a articulação junto aos trabalhadores urbanos foi necessário examinar como estava disposta a estrutura organizacional do partido e quais eram as concepções teóricas que determinavam a condução das suas práticas.

Em maior medida, pesquisadores têm se voltado para análises de âmbito nacional ou se concentram no exame das experiências da agremiação em cidades do interior, em localidades situadas na região sul e sudeste do país, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo. Algumas dessas pesquisas são referências para esta tese, dentre as quais os trabalhos dos historiadores Marco Aurélio Santana (SANTANA, 2002) e Ricardo Maranhão (MARANHÃO, 1979), para o estado do Rio de Janeiro e âmbito nacional, além das produções de Dulce Pandolfi (PANDOLFI, 1995), Ronald Chilcote (CHICOLTE, 1982), Eliezer Pacheco (PACHECO, 1986) abordam a trajetória e a história do PCB e, ainda Anita Leocádia Prestes, que desenvolveu importantes pesquisas sobre a trajetória do líder pecebista Luís Carlos Prestes. (PRESTES, 2010).

De modo geral, a principal hipótese desta pesquisa esteve na concepção de que, apesar da clandestinidade e da repressão, os comunistas não deixaram de exercer suas ações na política e entre os movimentos dos trabalhadores. Para isso, constituíram estratégias, confirmadas a partir do estudo do caso mineiro. A partir dessas análises foi possível compreender que, mesmo estando na ilegalidade na maior parte da sua trajetória, o partido não deixou de atuar. No recorte temporal selecionado para esta pesquisa (1945 a 1960), em apenas dois deles os comunistas gozaram da legalidade (1945 a 1947). A clandestinidade não tirou o partido de cena. A história e a trajetória do PCB vão além do interesse de eleger representantes nas instâncias liberais. Muito embora atue constantemente com o desígnio de conquistar a legalidade, este não foi o único objetivo da agremiação.

Este estudo segue uma perspectiva revisionista ao entender o partido para além da sua participação no jogo eleitoral e ao valorizar como foco de investigação os espaços de sociabilidade e o cotidiano dos militantes, em suas dificuldades e avanços, para compreender o caso mineiro. Nosso enfoque consistiu em examinar o PCB na dinâmica das relações junto às massas trabalhadoras urbanas. Na seara eleitoral, estando ou não na legalidade, a agremiação encontrou alternativas para entrar nas disputas eleitorais, a partir do uso de outras legendas, a exemplo da opção pelo PTB. No entanto, historicamente, é por meio da interação e integração entre as massas trabalhadoras que o partido exerceu papel de destaque.

Esta é a gênese da constituição da agremiação, ou seja, ideologicamente defendem a tese de que a transformação da sociedade capitalista para a socialista se dará a partir da união da classe trabalhadora, sendo o PCB o representante desse segmento. Contudo, para isso, precisavam estar integrados na dinâmica das massas. Nas relações de trabalho, das quais os pecebistas também fazem parte, é que ocorria boa parte do contato tendo em vista a cooptação de pessoas interessadas em se tornar um militante do partido. Além disso, criadas estratégias criadas com a finalidade de mobilizar a classe trabalhadora – que não possuía vínculo com o partido e nem possui interesse em ter – quanto à importância da participação ativa na conquista dos seus direitos e melhorias das suas condições. Foi nesta dinâmica de conquistar novos militantes e defender a transformação das condições da classe trabalhadora que o PCB se manteve “vivo” apesar da clandestinidade.

Dentre as alterações que foram implementadas e que interferiram na estrutura orgânica do PCB entre os anos de 1945 a 1960, podemos citar o retorno à ilegalidade política, as mudanças na linha política adotada, tais como a adoção do centralismo democrático, e a definição de táticas que os comunistas consideraram serem mais eficazes para o estabelecimento da interação junto aos

trabalhadores. As chamadas estratégias para promover a articulação junto aos demais trabalhadores consistiu em buscar manter o contato e participação nas dinâmicas dos movimentos e no interior dos sindicatos apesar da clandestinidade. Dessa forma, examinamos as ações realizadas com a finalidade de concretizar o objetivo maior do PCB, que é tornar-se um partido das grandes massas trabalhadoras. Para isso, a atenção do partido concentrou-se, principalmente, na absorção das demandas dos movimentos dos trabalhadores como causa própria do partido. No intuito de compreender como se deu essa prática avaliamos a participação dos pecebistas nas greves encabeçadas pelos ferroviários e mineiros no estado, em 1950 na luta pelo abono de natal. A reivindicação pelo abono de natal, isto é, o recebimento pelo 13º salário foi uma demanda comum a diversas categorias profissionais no país. Em Minas Gerais a agremiação absorveu essa demanda para como causa própria do partido a fim de atrair o maior número possível de simpatizantes que por ventura, poderiam se tornar militantes.

No período analisado, os anos de 1945 a 1960 se caracterizam pela expansão das atividades feitas através das células, bem como a reorganização das atividades do partido, no estado. O objetivo dos dirigentes era ampliar o raio de atuação e ao mesmo tempo tornar as atividades da militância mais efetivas e organizadas. Ademais, não podemos deixar de fazer menção do processo de intervenção externa que a agremiação mineira sofreu em razão dos dirigentes nacionais considerarem que o andamento das atividades do partido até meados de 1940 não estava satisfatório. Essa intervenção consistiu no envio de lideranças de outros estados para conduzir as decisões dos comitês regionais mineiros.

Mediante o uso de fontes orais, documentos produzidos pela polícia política e materiais apreendidos em sedes dos partidos e, em residências dos comunistas, conseguimos traçar, mesmo que com algumas lacunas, como estava disposta a estrutura orgânica do PCB, entre os anos de 1945 a 1960. À título de exemplo, podemos citar o as informações contidas no relatório "Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais", em que um dos agentes do Serviço de Segurança Pública do estado de Minas Gerais informa que a partir de 1945 foram definidas sedes do PCB em nove regiões do estado. De acordo com o referido documento, as regiões mineiras selecionadas para desenvolvimento das ações do partido foram denominadas como "Zonas" essenciais para o estabelecimento da hierarquia da agremiação e das estratégias de propaganda e orientação política. A escolha de cada cidade teve como mote dois fatores basilares: o primeiro, relativo às condições estratégicas, como a seleção por municípios que já possuíam maior número de simpatizantes e adeptos, e, em segundo, pela projeção econômica e industrial. Cidades cujo

desenvolvimento industrial era mais intenso, tiveram prioridade na instalação de Zonas, haja vista o interesse em agregar seus filados às ações realizadas junto à massa trabalhadora. Nesse sentido, localidades com maior número de indústrias e empreendimentos comerciais eram priorizadas pelos pecebistas. A organização em Zonas e a indicação de suas respectivas sedes deu-se conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 Zonas do Partido Comunista em Minas Gerais (1945)

Zona por região	Sede
Zona do Triângulo Mineiro	Uberlândia
Zona do Noroeste ou Mucuri	Teófilo Otoni
Zona do Vale do Rio Doce	Aimorés
Zona do Sul de Minas	Três Corações
Zona do Rio Paraíba	Porto Nova da Cunha
Zona Oeste	Divinópolis
Zona Central do Brasil	Conselheiro Lafaiete
Zona do Minério	Nova Lima
Zona Central	Belo Horizonte

Fonte: Dados compilados. “Considerações sobre o surgimento do Partido Comunista em Minas Gerais”. Pasta: BRANRIOX90ESIACL303. Coleção Informante do Regime Militar. Arquivo Nacional.

Mediante o cruzamento das informações disponíveis nas fontes, foi possível compreender como era a dinâmica do partido, suas dificuldades e, sobretudo, como era desenvolvido o trabalho na capital do estado. De acordo com a análise feita pelos dirigentes do partido, o “sectarismo” era um dos principais entraves às ações junto aos trabalhadores. Assim, esforços no sentido de instruir as bases a aperfeiçoarem o trato com os trabalhadores e a eliminarem os entraves causados pelo “sectarismo”, estiveram presentes no processo de reestruturação das ações do PCB. Desta forma, entre os anos de 1945 até a década de 1960, o PCB esteve em vias de consolidação no estado ao mesmo tempo em que expandia suas ações. Também avaliamos o papel de eventos importantes, tais como o IV e V Congressos realizados pelo PCB nos anos de 1954 e 1960, respectivamente, para o processo de reestruturação e organização das ações do partido no estado. Durante a realização destes eventos foi discutido os principais problemas vivenciados no processo de articulação e expansão do partido e, a partir desse diagnóstico os dirigentes estaduais estabeleceram orientações com vistas a buscar a realização de um trabalho mais efetivo.

A partir de então, várias foram as ações que permitiram ao partido aprofundar o envolvimento com as camadas trabalhadoras no estado, com destaque para o estímulo à criação de

células. Embora as células historicamente já fizessem parte da constituição da estrutura do partido, de acordo com os dirigentes, a expansão desse trabalho devia ser estimulada para além dos espaços de atuação oficial (como as sedes de comitês regionais e municipais). Ou seja, novas células foram criadas nos espaços de sociabilidade dos trabalhadores, como nos bairros, nas empresas e indústrias. Além disso, os trabalhadores comunistas foram orientados a promover as reuniões das células nas residências dos operários no intuito de tornar as ocasiões de socialização momentos mais próximos da realidade vivida e estabelecer laços de confiança e amizade. Outra orientação importante consistiu na criação de comissões paralelas aos sindicatos oficiais. Esta estratégia foi importante quando o sindicato não era liderado por algum trabalhador considerado de confiança pelo partido, ou quando a instituição contata com a presença de interventor ou era constantemente monitorado ou, ainda, quando havia desavenças entre as lideranças.

À medida que destacamos as alterações na estrutura orgânica e na linha política adotada, aferimos quais foram as regiões e categorias profissionais a que os comunistas destinaram maior ênfase no desenvolvimento do trabalho de articulação. Farta parcela dos exemplos de participação dos comunistas nas ações da classe trabalhadora urbana em Minas Gerais esteve relacionada à reivindicações de aumento salarial, apoio e estímulo à realização de greves e na mobilização para que os trabalhadores se organizassem através da criação de sindicatos.

Dessa forma, em cidades que contavam com maior desenvolvimento econômico e industrial, e, em vista disso já possuíam sindicatos, a orientação das lideranças da divisão estadual era para que fosse efetiva a participação nas ações destas instâncias. Os trabalhadores comunistas foram instruídos quanto à necessidade de participar ativamente das assembleias nos sindicatos correspondentes a sua categoria, criar células e difundir material de propaganda do partido. Por meio da compilação dos dados extraídos do DOPS/MG, identificamos as principais regiões de atuação do PCB em Minas Gerais, na década de 1950: as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões Sul e Zona da Mata. Não por acaso, tratam-se das regiões importantes economicamente no estado e com o maior número de trabalhadores urbanos. Cabe pontuar que não consideramos apenas o viés econômico como critério para escolha das localidades de atuação. Apesar das fontes terem apontado principalmente para este fator, sobretudo, manuscritos de membros do partido nesse período, foi possível averiguar que tais regiões também foram as pioneiras na criação de sedes partidárias. Daí terem melhor estrutura e experiência no processo de consolidação das ações no estado.

Ademais, o desenvolvimento das estratégias que marcaram o processo de articulação entre trabalhadores comunistas e indivíduos sem qualquer ligação com o partido não ficou restrito a um único segmento profissional. Muito pelo contrário, a partir da análise das fontes, podemos afirmar que os setores escolhidos pela agremiação foram múltiplos, como os profissionais ligados ao serviço público, comércio, ramo mineração e transportes, tais como os ferroviários.

As reflexões reforçam a concepção de que, para compreender o papel do PCB, é necessário de ir além do interesse do partido em participar das disputas eleitorais. Ao longo da década de 1950 e começo dos anos 1960, a agremiação realizou congressos, publicou resoluções, constituiu planos de ação e traçou estratégias para que as atividades junto aos movimentos dos trabalhadores prosseguissem, a despeito da clandestinidade. O objetivo da atuação dos comunistas vai além da disputa por cargos representativos. Dada a importância das concepções ideológicas, sobretudo, do objetivo de transformar o sistema capitalista em socialista, o trabalho das bases, entre as massas trabalhadoras de variadas categorias profissionais, é destaque. Para que a agremiação pudesse conquistar condições que permitissem no futuro a realização da “revolução”, seria preciso formar um grande número de adeptos aos seus desígnios. Quando o partido se auto intitulou com o único capaz de guiar as grandes massas, de se tornar a “vanguarda revolucionária”, estabeleceu que o seu papel social estava além da representação política nas instâncias liberais.

O PCB almejava realizar a revolução, romper com o sistema econômico vigente, para isso independentemente da clandestinidade ou monitoramento da polícia política, elaborou planos e estratégias para se manter “vivo”, apesar da conjuntura desfavorável. Parafraseando alguns trechos de discursos dos dirigentes, “um partido de poucos e bons não faz uma revolução”, é necessário, pois formar um partido de muitos e bons. Dessa forma, vimos que aperfeiçoar a formação dos militantes e selecionar quais as regiões que deveriam receber maior atenção, foram as principais estratégias adotadas ao longo do processo de reestruturação do partido no período analisado.

Uma das táticas utilizadas consistiu na orientação para que membros do partido buscassem empregos nas indústrias e empresas onde houvesse maiores chances de organizar, estimular e participar dos movimentos dos trabalhadores. A partir das relações cotidianas, os pecebistas deveriam igualmente contribuir para a criação de instâncias de representação, tais como sindicatos e associações ou, participar das decisões nestes espaços. Esta estratégia era fundamental para o objetivo dos pecebistas de orientar e participar da condução das ações dos trabalhadores em prol da transformação social. Ainda, por meio da relação contígua, deveriam estimular os trabalhadores a

reivindicarem o cumprimento dos seus direitos e a pressionarem os patrões a satisfazerem suas demandas. Para estabelecer essa relação, o uso de impressos, como jornais e panfletos, foi fundamental para o contato e orientação dos trabalhos. Estas estratégias, que foram aplicadas pelos comunistas com vistas à articulação das suas ações junto às classes trabalhadoras, tinham como objetivo central a ampliação do número de filiados ao partido. A meta era ampliar a relevância e projeção estadual e, por conseguinte nacional, entre as massas trabalhadoras urbanas de variadas categorias, no intuito de se fortalecer e engrossar as lutas pela conquista da legalidade política. Ao mesmo tempo, os pecebistas consideravam que era o PCB o único partido que tinha condições de promover a transformação social a partir da orientação e condução das massas.

Como dissemos, as regiões cuja articulação entre as camadas trabalhadoras urbanas foi mais intensa no caso mineiro, nas décadas de 1950 a 1960 foram as localidades situadas no centro do estado, incluindo a capital, e as regiões sul e zona da mata. Não por acaso, tratam-se de regiões com forte desempenho econômico no estado e relevantes em setores relativos à siderurgia, mineração, metalurgias e indústrias diversificadas. Por também concentrar maior número de trabalhadores no estado, esses segmentos econômicos igualmente foram de destaque na introdução de trabalhadores comunistas. O processo de interação teve como mote não apenas a mera interação entre membro do partido e trabalhadores, mas, como já foi dito, deveria resultar na consequente transformação do trabalhador em membro filiado ao PCB. Dessa forma, a integração de novos militantes também deveria ser resultado dessa articulação.

Nesse sentido, a fim de investigar como a interação entre comunistas e trabalhadores foi realizada e quais os reflexos desta ação, analisamos a ocorrências de greves nas cidades de Belo Horizonte, Nova Lima, Sete Lagoas, Cristiano Ottoni, Corinto, Raposos e Conselheiro Lafaiete. A interferência dos comunistas no interior do estado foi examinada a partir do exemplo da participação destes nas diligências sindicais dos trabalhadores metalúrgicos na cidade de João Monlevade e, por meio de algumas experiências dos pecebistas entre os trabalhadores das cidades de Ouro Preto e Mariana.

Trabalhadores comunistas enquanto funcionários de indústrias e empresas, idealizaram, estimularam e concretizaram greves e, através dessas ações motivaram trabalhadores de distintos segmentos a reivindicarem melhorias nas condições de trabalho e salário. Para os comunistas, a interação realizada com os demais trabalhadores tinha como finalidade promover o fortalecimento da consciência de classe por meio do estímulo e prática da luta coletiva. A aliança entre comunistas e

trabalhadores era considerada como ação indispensável não apenas para que o PCB pudesse se tornar um partido de grandes massas, mas, sobretudo, para que o partido realizasse a revolução social no país. Para que a revolução se concretizasse, era necessário que as classes trabalhadoras estivessem organizadas e bem orientadas. Para o PCB, estar “bem orientado” significava que os trabalhadores deveriam ser guiados pelas concepções da agremiação.

Por meio dos exemplos selecionados, foi possível verificar que a demanda cardinal da década de 1950, esteve relacionada à conquista do abono de natal e ao aumento de salário. A articulação entre os proletários comunistas e demais trabalhadores que não tinham vínculo com o partido foi feita a partir da adesão dessas demandas como demandas próprias do PCB. Foi assim que os trabalhadores corroboraram e compactuaram com o discurso e as práticas do partido e, dessa forma, permitiram a participação dos membros do PCB na organização e realização de greves e paralisações. Por outro lado, a interação foi proveitosa para ambos os lados. Os pecebistas tinham a oportunidade de ampliar suas fileiras e angariar ao menos novos simpatizantes e, os trabalhadores que não tinham interesse em se relacionar com o partido encontravam apoio para reivindicar suas demandas.

Não obstante, o processo foi paulatino e enfrentou uma série de dificuldades. Mediante as fontes consultadas, sobretudo documentos partidários, verificamos que os dirigentes estaduais realizaram uma autocrítica em torno dos trabalhos efetuados no transcorrer da década de 1950. Nesses documentos entendemos a visão que os comunistas tinham em torno dos empecilhos que prejudicavam a realização da articulação. Os obstáculos para a articulação estiveram relacionados ao “sectarismo” e também aos problemas relacionais dos membros do partido com os trabalhadores comuns. A identificação dos entraves foi fundamental para que os dirigentes pudessem elaborar orientações estratégicas a respeito da maneira pela qual os filiados deveriam exercer suas funções no intuito de rescindir os empecilhos para a articulação.

Um dos entraves vivenciados pelos comunistas era a resistência do trabalhador em compreender a necessidade de formação ideológica para vir a se tornar um membro do partido e até mesmo para participar de maneira ativa nas reuniões e assembleias nos sindicatos. As fontes analisadas revelaram que, muito embora, os trabalhadores tivessem significativo interesse em lutar pelos seus direitos, paradoxalmente não tinham a mesma estima em realizar as leituras indicadas pelos preceptores comunistas.

Além disso, alguns trabalhadores meramente não estavam interessados em participar da militância e apenas frequentavam os espaços de representação a fim de conseguir algum benefício

assistencial, sem quaisquer interesses em se envolverem com as lutas. Eram apenas trabalhadores desejosos de se manter vinculados a um labor. Em contrapartida, alguns membros do partido, na ânsia pelo aumento do número de militantes, davam maior enfoque as atividades assistenciais do sindicato, relegando para segundo plano as demandas reivindicativas. Tal postura foi condenada pelos dirigentes.

Cumprе destacar que, em muitos casos houveram resistência dos trabalhadores quanto participação de indivíduos ligados ao PCB nos sindicatos. O processo de participação dos pecebistas nas dinâmicas de luta entre os demais trabalhadores não foi homogêneo. Durante a pesquisa identificamos situações em que o forte discurso e práticas anticomunistas estiveram presentes e foram um entrave significativo para alcançar o objetivo de unir a classe trabalhadora. Embora o período de 1945 a 1960 o país estivesse em meio a experiência democrática, este é o contexto da Guerra Fria, a polarização ideológica, bem como o receio da proliferação das esquerdas no país como algo que pudesse ser um problema para o país foi um discurso bastante difundido. Além disso, o fato da agremiação estar em grande parte da sua história na clandestinidade foi muitas vezes utilizado como justificativa para o desinteresse em fazer parte da militância.

De modo geral, acreditamos que a pesquisa realizada contribui para o alargamento não apenas dos estudos acerca da história e atuação do PCB mineiro, mas também para a própria história de lutas classe trabalhadora, à medida em que identificamos a natureza das suas reivindicações, suas estratégias e práticas.

Referências:

ABREU, Alzira Alves. Partido Comunista Brasileiro. In: **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.1-31. Disponível em: <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%ABlica.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2016.

ABREU, Rosângela Pereira. **DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)** 2006. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2006, p.30.

BUONICORE, Augusto César. **Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 a 1952**. Dissertação (Mestrado em Ciências Política). Programa de Pós-graduação em Ciências Políticas, Universidade de Campinas, Campinas, 1996.

CARONE, Edgar (Org). **Movimento operário no Brasil** (1877-1944). São Paulo: Difel, 1984, p.130-135.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista: conflito e integração** (1922-1972). Rio de Janeiro, 1982.

FAUSTO, Boris. **Trabalho urbano e conflito social**. 3 ed. São Paulo: Difel, 1983.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília Almeida Neves (Orgs). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003.

FUCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros: organização e função política**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

GOMES, Ângela de Castro (Org). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GOMES, Ângela de Castro. Política: história, ciência, cultura etc. **Revista Estudos Históricos**. v.9, n.17, p.59-84. 1996.

GROSSI, Yonne de Souza. **Mina de Morro Velho: a extração do homem**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, Eric. História Operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história operária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LIMA, Idalice Ribeiro Silva. **"Flores do Mal" na "Cidade Jardim": comunismo e anticomunismo em Uberlândia**. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2000.

LINHARES, Hermínio. **Contribuição à História das Lutas Sociais no Brasil**. São Paulo: Edgalit, 1962. LINHARES, Hermínio. **Memórias de um exilado**. São Paulo: s.n, 1977.

MARANHÃO, Ricardo. As greves de 1948 a 1950. In: **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**: Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1998.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira. **Trabalhadores, sindicatos e política** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro** (1922-1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1986.

PANDOLFI, Dulci. **Camaradas e companheiros**: história e memória do PCB. Rio de Janeiro, 1995, p.51.

PEREIRA, Raquel Aparecida. **Bandeiras Vermelhas nas ruas da cidade!** Comunismo e espaço público em Belo Horizonte (1945-1951). 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luís Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, Anita Leocádia. **Os comunistas e a constituinte de 1946**. Fundação Dinardo dos Reis, 2016. Disponível em <
https://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=article&id=125:os-comunistas-e-a-constituinte > acesso em outubro de 2017.

PRESTES, Luís Carlos. **Manifesto de Agosto de 1950**. Disponível em:
<https://drive.google.com/file/d/0B8_gvWjrwU3ZQ1hkU2VNZUdfTGc/view >. Acesso em: maio de 2015.

PRESTES, Luís Carlos. O nosso partido. **Revista Problemas**, n.9, junho-julho, p.65-72, 1949.

RAMALHO, José Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio (Orgs). **Trabalho e Tradição sindical no Rio de Janeiro**: a trajetória dos metalúrgicos. Rio de Janeiro: FAPERJ. 2001.

REIS, Daniel Aarão. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. São Paulo: Companhia das letras, 2014, p. 248.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

REZENDE, Antônio Paulo. **História do Movimento Operário no Brasil**. São Paulo: Ática, 1986.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Classe operária e sociedade industrial no Brasil: Introdução. In: **Trabalhadores, sindicatos e industrialização**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p, 88.

SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil (1945-1964). São Paulo: Ática, 1994, p.27.

SANTANA, Marco Aurélio. **Bravos Companheiros**: comunistas e metalúrgicos no Rio de Janeiro (1945/1964). Rio de Janeiro: Sete Letras, 2012, p.70-74.

SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo, 2001.

THOMPSON, Edward Paul. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v.1.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. (Estudos Brasileiros).

ATUAÇÃO DOS SINDICATOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO NO INÍCIO DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA (JUIZ DE FORA, 1964)

Paulo Henrique Silveira Damião¹

Resumo:

O presente artigo tem por objetivo demonstrar que, a partir do caso da cidade de Juiz de Fora, os sindicatos, entidades que representam a classe trabalhadora, estiveram atuantes nos anos iniciais da ditadura militar, sobretudo, no contexto do golpe de 1964, contrapondo-se, assim, a uma historiografia pautada na inação dos movimentos operário e sindical durante a primeira década do regime militar. Percebemos tal atuação dentro das instâncias da Justiça do Trabalho, principalmente, na busca por melhores salários e condições de trabalho para classe operária. Desse modo, utilizamos como fontes os dissídios coletivos impetrados no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais, em 1964, por sindicatos da dita cidade.

Palavras-Chave: Movimento Operário e Sindical. Sindicatos. Ditadura Militar. Justiça do Trabalho.

ACTING OF THE UNIONS IN THE LABOR COURT AT THE BEGINNING OF THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP (JUIZ DE FORA, 1964)

Abstract:

The purpose of this article is to demonstrate that, in the case of the city of Juiz de Fora, the unions representing the working class were active in the early years of the military dictatorship, especially in the context of the 1964 coup, thus opposing a historiography based on the inaction of the labor and union movements during the first decade of the military regime. We perceive such action within the instances of Labor Justice, mainly in the search for better wages and working conditions for the working class. Thus, we used as sources the collective bargaining lawsuits filed in the Regional Labor Court of Minas Gerais in 1964 by trade unions in that city.

Keywords: Labor and Trade Union Movement. Unions. Military dictatorship. Work Justice.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
paulohenriquesd@hotmail.com

Breve descrição sobre a Justiça do Trabalho brasileira:

Criada, em 1934, sob o governo Vargas (1930-1945), a Justiça do Trabalho integrava a estrutura do Ministério do Trabalho, dentro do Poder Executivo. Maria Celina D'Araújo descreve que a Justiça do Trabalho “visava criar um fórum especial para que patrões e empregados resolvessem suas disputas na presença mediadora do poder público. Através de uma justiça especial, procurava-se atender aos interesses de trabalhadores e patrões de forma a evitar conflitos e greves” (D'ARAUJO: 2003, p. 233). Em outras palavras, a criação de tal instituição pretendia assegurar aos trabalhadores os direitos trabalhistas a que faziam jus, sempre que os empregadores deixassem de cumprir as leis vigentes (LOBO: 2013, p. 1), tendo em vista que os defensores da Justiça do Trabalho alegavam que o trabalhador brasileiro sempre foi desprotegido e que, assim, conseguiriam manter seus direitos (D'ARAUJO: 2003, p. 233). No mesmo período, temos avanços significativos no que diz respeito à legislação trabalhista, a exemplo da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, decreto-lei de 1943.

Na conjuntura de criação da legislação trabalhista brasileira no Governo Vargas, muito se discutiu na historiografia a postura manipuladora do Estado, a qual a classe trabalhadora teria sido submetida. Porém, tem-se rediscutido essa interpretação. Propõe-se a construção de um pacto político com a participação desses dois atores: Estado e classe trabalhadora. Nesse sentido, Angela de Castro Gomes argumenta que:

Afastar essa abordagem implicava discutir seus postulados e, em particular, considerar que os **trabalhadores também tinham uma posição política ativa**, ainda que sem recusar a força do Estado que sobre eles se abatia [...]. Dessa forma, considerar os trabalhadores interlocutores do Estado era reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro (GOMES: 2011, p. 59-61, grifo nosso).

Deixando de lado o contexto da Era Vargas e do período de criação da Justiça do Trabalho e seus contornos, foi apenas na Constituição de 1946 que a instituição deixou de fazer parte do Poder Executivo, tornando-se do Judiciário, com competência específica, poder normativo e Ministério Público correspondente junto ao Ministério Público da União. Assim, a questão social, antes relativa ao Estado, transferiu-se para o âmbito do Judiciário. “Inserida no âmbito da Justiça Federal e, portanto, menos atrelada a interesses locais, a Justiça do Trabalho surge marcada pela natureza intervencionista e protecionista do Estado e, para isso, pretendia tutelar o **trabalhador**, definido como ‘**economicamente mais fraco**’” (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 91, grifo nosso).

O poder normativo, conferido pela Constituição de 1946 à Justiça do Trabalho, passou a ser, a partir de então, característica fundamental de sua estrutura. De acordo com Claudiane Torres da Silva:

O poder normativo é a competência constitucional dos tribunais do trabalho para proferir decisões nos processos de dissídios criando condições de trabalho com força obrigatória. Constitui o instrumento de que se vale o Estado para intervir no conflito capital versus trabalho no plano coletivo. [...] O poder normativo conceitua-se como poder 'constitucionalmente conferido aos Tribunais Trabalhistas de dirimirem os conflitos coletivos de trabalho mediante o estabelecimento de novas e mais benéficas condições de trabalho, respeitadas as garantias mínimas já previstas em lei (SILVA: 2010, p. 43-44).

Apesar do golpe de Estado de 1964, a instauração do regime militar, do autoritarismo de Estado e das políticas de repressão, que ocasionaram a desmobilização dos direitos sociais e trabalhistas na sociedade, há de se destacar, no que confere à Justiça do Trabalho, que suas principais características, principalmente a sua forte marca antiliberal de tutela do elo mais frágil da relação Estado-Capital-Trabalho, permaneceram e mostraram-se capazes de sobreviver à inúmeras mudanças político-institucionais. Sua estrutura permaneceu a mesma tanto na Constituição de 1967, quanto na Emenda Constitucional de 1969 (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 91).

A Justiça do Trabalho foi, então, um dos poucos espaços de defesa dos direitos sociais e trabalhistas para a classe trabalhadora, tornando-se, até mesmo, um espaço de resistência durante o regime autoritário. O uso da Justiça do Trabalho durante o regime civil-militar pode ser compreendido como mais uma possibilidade na estratégia dos movimentos operário e sindical na busca pela manutenção dos direitos trabalhistas e, também, na conquista de novos.

O movimento sindical no Brasil:

O movimento sindical foi muito importante no período da Primeira República, como demonstrado pelos estudos que enfatizaram as múltiplas experiências e as pluralidades de expressões da classe trabalhadora, que, naquele momento, estava em formação (VIANA: 1999; BATALHA: 2000, p. 8; MATTOS: 2009). Marcelo Mattos aponta para a experiência associativa vivenciada pelos operários nos anos iniciais da República, experiência caracterizada, por exemplo, pela formação de

associações beneficentes e de ajuda mútua, que, mais tarde, contribuíram para a formação dos primeiros sindicatos (MATTOS: 2009, p. 21-24).

Porém, com a outorga da constituição de 1937 e a implantação do Estado Novo, introduziram-se mecanismos de enrijecimento da estrutura sindical e de seu controle, como o sindicato único por categoria e o imposto compulsório (MOREL & PESSANHA: 2007, p. 90). O modelo varguista acreditava que precisava existir um órgão para mediar as relações de trabalho, ou seja, deveria haver a intervenção do Estado.

Construir uma sociedade coesa, com colaboração entre as classes sociais, e promover a “paz social” eram objetivos centrais para o governo de Getúlio Vargas, objetivos importantes para o desenvolvimento urbano e industrial do país. Dessa forma, desenvolveram-se no Estado a estrutura corporativista e a forte atuação nas questões sociais. Esses fatores seriam alcançados, principalmente, pela criação da legislação trabalhista, sindical e previdenciária, incorporando todos os setores urbanos num projeto comum de governo. Com o desenvolvimento e a consolidação do projeto de governo de Getúlio Vargas, criaram-se, de acordo com Valéria Lobo, dois mitos sobre a “Era Vargas”: o mito do Estado protetor e o mito da outorga da legislação trabalhista. Lobo argumenta que a legislação social, criada sobre a égide do Estado varguista, foi difundida pelo governo como uma dívida de um Estado benevolente aos trabalhadores indefesos, propagando, assim, o mito do Estado protetor. Lobo vai mais longe, ao afirmar que a ideia da outorga da legislação foi disseminada para facilitar a adesão dos trabalhadores à estrutura sindical, pela qual se atingiria a tão visada colaboração entre as classes, fator essencial para o Estado fomentar a industrialização via substituição de importações (LOBO: 2015).

A Constituição de 1946 alterou pouca coisa no que diz respeito à Legislação Trabalhista consolidada na “Era Vargas”, mas há de se destacar uma outra alteração importante no Direito do Trabalho, além da passagem da Justiça do Trabalho ao Poder Judiciário: a partir de 1946 o direito a greve, até então ilegal e tido como desnecessário dentro do projeto da Justiça do Trabalho da década de 1930, passou a ser reconhecido constitucionalmente (SILVA: 2015, p. 47).

No período de 1951 a 1964 o movimento sindical se expandiu, aumentando o número de sindicatos e de trabalhadores filiados. Nesses anos, o sindicalismo usou de dois instrumentos de luta – que naquele momento passaram a ser legítimos – para ampliação dos direitos trabalhistas: a greve e o recurso à Justiça do Trabalho.

Contudo, com o golpe de Estado e a implantação do regime civil-militar em 1964, o movimento sindical passou a ser criminalizado, tendo em vista o autoritarismo e as políticas

repressivas instauradas com o regime (SILVA: 2010, p. 48). Nota-se, nos governos autoritários da ditadura militar, uma desmobilização dos direitos na sociedade brasileira. O regime instaurou, por exemplo, intervenções nos sindicatos e passou a ir contra a estabilidade de emprego e a indenização por tempo de serviço. Além disso, o regime reforçou o uso de aspectos repressivos, vigentes na legislação desde a Era Vargas. De acordo com Fernando Perlatto:

Seria possível pensar a história do Brasil em uma chave explicativa de longa duração, que se estende desde o processo da Independência do país até os dias atuais, tomando como base a construção, no âmbito do Estado, de diferentes instrumentos repressivos que procuraram assegurar a ordem e combater grupos considerados como “subversivos”. Se no século XIX, o alvo da repressão se direcionou, por exemplo, contra as revoltas regenciais e a resistência escrava, nas primeiras décadas do século XX, os aparelhos de repressão – a exemplo dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), criados nos anos 1920 e 1930 – voltaram suas cargas contra as greves operárias, protagonizadas pelos sindicatos, e as tentativas de organização e de mobilização do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Um momento fundamental na história brasileira para a construção de um sistema repressivo se deu com a instauração da ditadura do Estado Novo, entre 1937 e 1945, sob a liderança de Getúlio Vargas. Esse período foi marcado pela prática constante de prisões arbitrárias da polícia política, comandada por Filinto Müller, sob o discurso da manutenção da ordem política e social. Tal sistema repressivo, voltado contra opositoristas de diferentes posições políticas, comunistas e integralistas, ancorado em mecanismos amplos e complexos de troca de informações, espionagem e propaganda, ainda que modificado no período democrático de 1946 a 1964, serviu de sustentação e ancoragem para os aparelhos de repressão que foram expandidos no Brasil a partir do golpe civil-militar de 1964 (PERLATTO: 2015, p. 44-45).

A partir da mudança de ordem política ocorrida com a deposição do presidente João Goulart, em 1964, na qual se derrubou um governo eleito constitucionalmente e respaldado por setores sociais significativos, como os trabalhadores, sindicatos, partidos políticos e movimentos no campo e na cidade, para se erigir um governo que não passou pelo crivo das urnas, optou-se, para sustentação do regime ora implantado, por um discurso legitimador, que se apoiou em outros segmentos expressivos da sociedade, como o empresariado, oligarquias rurais, setores da classe média, imprensa e instituições religiosas, segmentos esses que se sentiam ameaçados por um suposto “avanço” do comunismo, do sindicalismo e da corrupção (RIDENTI: 2014, p. 31). Junto a esse discurso contra o “comunismo”, os militares utilizaram, como dissertado acima, mecanismos autoritários e repressivos, com o intuito de minar possíveis reações contrárias ao novo regime.

Por esses e outros motivos, a historiografia se pautou na inação e na desarticulação dos movimentos operário e sindical durante os primeiros anos da ditadura militar (1964-1974), que foram

reacendidos, apenas, nos anos finais da década de 1970, com o surgimento do “novo sindicalismo”, as articulações grevistas e os primeiros passos rumo à restituição da ordem democrática, em 1985 (CORREA & FONTES: 2016). Contudo, novos estudos, sobretudo em âmbito local, têm procurado demonstrar que tais movimentos não estiveram alheios ao regime imposto, tampouco inativos, e que procuraram se articular de diferentes formas, como, por exemplo, em atividades de chão fábrica, através das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, panfletagem e/ou circulação de jornais operários (CHALHOUB E SILVA: 2009; CORREA: 2014; MATTOS: 2004).

Contribuindo com esses novos estudos que refletem sobre a atuação dos movimentos operário e sindical, percebemos, em Juiz de Fora, a atuação do movimento sindical, nos anos iniciais do regime militar, dentro das instâncias da Justiça do Trabalho, através, especialmente, dos dissídios coletivos. Os dissídios são, de forma resumida, ações ajuizadas no Tribunal – para o nosso caso no Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais – com intuito de solucionar conflitos entre as partes coletivas – sindicatos e federações – que compõem a relação de trabalho. Na maioria dos casos, a natureza dos dissídios é econômica, evidenciada pela busca por melhores salários e condições de trabalho. Os dissídios coletivos são fontes riquíssimas que podem proporcionar uma maior compreensão acerca da relação entre Estado, capital e trabalho, três esferas sociais que podem nos dizer muito sobre o período da ditadura militar.

Percebemos que as políticas autoritárias, empregadas pelo governo militar, em conjunto com a instabilidade econômica, arrocho salarial e inflação, intensificados a partir de 1964, infligiram nas relações de trabalho e na subsistência dos trabalhadores (LUNA & KLEIN: 2014a; LUNA & KLEIN: 2014b).

A seguir, utilizaremos três dissídios coletivos que foram impetrados, a partir de março de 1964, no TRT-MG, com intuito de identificar a atuação dos sindicatos, demonstrando o que foi argumentado nos parágrafos acima. Os mesmos refletem as mudanças ocorridas nas ordens econômicas e sociais após o golpe de 1964, e que impactaram as relações de trabalho. Através do objeto das ações movidas pelos sindicatos dos trabalhadores, conseguimos caracterizar esses impactos.

No processo trabalhista aberto, em agosto de 1964, pelo Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Juiz de Fora, representado pelo seu presidente, José Justiniano de Toledo, o argumento apresentado para a correção salarial da classe foi:

Os índices do custo de vida, segundo informações oficiais do S.E.P.T, conforme documento anexo, subiram, de junho de 1963 a março deste ano [1964], em 61,75%, e somente de março deste ano, digo de janeiro a março deste ano, o custo de vida subiu em 25,60% [...] (Processos TRT-MG n. 3857/64).

Lembramos que a deposição de João Goulart ocorreu no dia 01 de março de 1964. Sendo assim, os dados apresentados pelo sindicato reforçam o aumento do custo de vida no contexto do golpe de 1964 e da implantação do regime militar, índices que representam um momento de instabilidade para a classe trabalhadora.

Em setembro de 1964, percebemos, através de processo impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora, que os índices do custo de vida continuaram se elevando. No argumento desta ação temos:

Tendo em vista que a prestação pecuniária recebida, atualmente, pelo trabalhador, já não corresponde ao equilíbrio ou equivalência econômica existente no momento da decretação do vigente salário mínimo, que se encontra largamente superado pelo aumento crescente do custo de vida (doc. anexa), aumento que gera, por sua vez, considerável diminuição do poder aquisitivos destes salários (Processo TRT-MG n. 4338/64).

Em outubro do mesmo ano, a instabilidade econômica, evidenciada pela alta dos custos de vida, continuou se agravando. Na ação movida pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Calçados de Juiz de Fora, através de seu presidente, Agostinho Circunsisão, o aumento salarial se justificaria, pois:

O último decreto de salário mínimo regional, que fixou o salário em Juiz de Fora em Cr.\$42.000,00 entrou em vigor em 24 de fevereiro de 1964. Entretanto, de lá para cá, o país tem sido acometido de uma alta vertiginosa, provocando a inflação um descontrole nos preços dos gêneros de primeira necessidade já mais vista, o que reflete, diretamente, sob os componentes da categoria profissional (Processo TRT-MG n. 4627/64).

A partir desses três processos apresentados, podemos perceber a atuação do movimento sindical, dentro da Justiça do Trabalho, na busca por melhores salários para a classe trabalhadora. Dessa forma, a assertiva que os sindicatos estavam inativos e desmobilizados nos anos que sucederam o golpe de 1964 não se sustenta.

Este artigo representa alguns apontamentos de uma pesquisa de mestrado que se propõe a perceber a atuação do movimento sindical dentro das instâncias da Justiça do Trabalho, nos primeiros dez anos da ditadura civil-militar, utilizando os dissídios coletivos impetrados por sindicatos de Juiz de Fora, entre 1964 e 1974, como fonte de pesquisa. Como apresentado no artigo, temos a premissa de que a Justiça do Trabalho foi utilizada como um mecanismo de resistência ao regime militar, sendo o local no qual os trabalhadores, representados pelos seus sindicatos, buscaram a manutenção e a expansão de seus direitos, especialmente, os de ordem econômica, fundamentais para a sobrevivência da classe em um momento de crise econômica, evidenciada pelo aumento da inflação e do arrocho salarial, que geraram a elevação do custo de vida no período.

Referências:

1) Fontes Primárias:

Processo Trabalhista – TRT/MG n. 3857/64, data da ação: 13 de agosto de 1964.

Processo Trabalhista – TRT/MG n. 4338/64, data da ação: 18 de setembro de 1964.

Processo Trabalhista – TRT/MG n. 4627/64, data da ação: 01 de outubro de 1964.

2) Bibliografia:

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. *Cad. AEL*, v. 14, n. 26, 2009.

CORREA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo R. Ribeiro. As falas de Jerônimo: sindicatos e historiografia da ditadura militar brasileira. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 129-151, jul. 2016.

_____. Os “inimigos da pátria”: repressão e luta dos sindicatos dos trabalhadores do sindicato dos Químicos de São Paulo (1964-1979). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 67, p. 13-37, 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do Nacional-Estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 213-239.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

GOMES, Angela M. Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha V. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.

LOBO, Valéria Marques. Estado e sociedade na gênese da Legislação Trabalhista Brasileira. In: *Livro de atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 2015, p. 993-1005.

_____. A justiça do Trabalho como vetor da Justiça Social. In: *XXVII simpósio Nacional de História*: Natal, 2013, p. 1-12.

LUNA, Francisco Vidal & KLEIN, Herbert S. Mudanças sociais no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014a, p. 66-91.

_____. Transformações econômicas no período militar (1964-1985). In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b, p. 92-111.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Perspectivas e dilemas da produção historiográfica recente sobre trabalhadores, sindicatos e Estado no Brasil. *Tempos Históricos*, v. 05/06, p. 11-34, 2003/2004.

MOREL, Regina Lucia M. & PESSANHA, Elina G. da Fonte. A Justiça do Trabalho. *Tempo Social*. São Paulo, v. 19, n. 2, novembro 2007, p. 87-109.

PERLATTO, Fernando. Contextualização histórica do sistema repressivo. In: JUIZ DE FORA. Comissão Municipal da Verdade: Memórias da Repressão. Juiz de Fora: MAMM, 2015.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

SILVA, Claudiane Torres da. *A Justiça do Trabalho e a Ditadura Civil-Militar no Brasil (1964-1985): atuação e memória*. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

O DIA DO TRABALHADOR PELAS PÁGINAS DO JORNAL *TRIBUNA DE MINAS* (1982 a 1986): UMA DISCUSSÃO SOBRE O “NOVO SINDICALISMO” E A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

Victor Simão Reis¹

RESUMO:

O artigo tem como objetivo analisar as reportagens do jornal *Tribuna de Minas* no dia 1º de maio dos anos de 1982 a 1986, numa tentativa de depreender como o impresso noticiou os acontecimentos tanto no âmbito local, quanto nacional. Esses envolvem os movimentos operários e a emergência do chamado “novo sindicalismo”, elemento fundamental da transição democrática no país.

Palavras-chave: redemocratização; novo sindicalismo; primeiro de maio.

THE WORKER DAY AT THE PAGES OF THE NEWSPAPER *TRIBUNA DE MINAS* (1982 TO 1986): A DISCUSSION ON "NEW SYNDICALISM" AND REDEMOCRATIZATION IN BRAZIL

ABSTRATIC:

The purpose of the article is to analyze the reports of the newspaper *Tribuna de Minas* on May 1st in the years 1982 to 1986. It's a try to understand how the press reported the events both locally and nationally. These involve the workers' movements and the emergence of the so-called "new syndicalism", a fundamental element of the democratic transition in the country.

Keywords: redemocratization; new syndicalism; may first.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Novos personagens e a redemocratização:

A década de 1980 no Brasil foi um período extremamente conturbado tanto no âmbito econômico quanto político. Nos anos de 1983 e 1984 as ruas do país foram tomadas por um movimento civil que reivindicava eleições diretas, tendo suas expectativas frustradas com a recusa da Emenda Constitucional proposta pelo Deputado Federal Dante de Oliveira devido à ausência de 113 deputados. Porém, em janeiro do ano de 1985 Tancredo Neves é eleito de forma indireta – pela última vez até então – presidente do Brasil, marcando o fim do período ditatorial que durou 21 anos.

Os fatos citados anteriormente são amplamente conhecidos; o movimento pelas Diretas Já ainda hoje é lembrado quando se discute a falta de participação política da população; Tancredo Neves, o presidente eleito que nunca tomou posse, ainda pode ser símbolo de esperança e democracia no imaginário de pessoas que viveram no período. Contudo, o processo de redemocratização do Brasil congênera a todos os grandes acontecimentos históricos, é muito mais complexo do que aparenta à primeira vista. A eleição de 1985 e a queda do regime é resultado de disputa entre forças governamentais que mantinham o poder e uma oposição heterogênea, que abriu espaço para o surgimento de novos personagens com diferentes reivindicações e projetos políticos e que foram fundamentais para a consolidação do processo de transição, entre tais, cabe destacar o chamado “Novo Sindicalismo”, nascido nas greves no final da década de 1970 no ABC paulista, que iria ser responsável direto pela criação do Partido dos Trabalhadores² (PT), pouco tempo depois a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Coordenação Geral da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Segundo José Alvaro Moisés (1982):

É preciso observar que se trata de protagonistas novos: não são mais os contingentes de certas empresas controlados pelo Estado, como os ferroviários e os portuários, no passado. A espinha dorsal do “novo sindicalismo” são os trabalhadores do setor de ponta do capitalismo brasileiro: e eles têm plena consciência de pertencerem a um setor estratégico da economia do país. Em segundo lugar, é preciso olhar para a evolução das reivindicações desse “novo sindicalismo”: tendo emergido no bojo de uma série de lutas por incrementos salariais que eram superiores aos índices oficiais, negando o arrocho salarial, os sindicatos de metalúrgicos do ABC introduziram um critério de “igualitarismo” na luta sindical brasileira (p.178).

² Apesar da proposta de um partido dos trabalhadores remontar a 1978, e ter tomado corpo em articulações e movimentos ao longo de todo o ano de 1979, foi em 1980 que o PT foi fundado oficialmente (SANTANA, 1998). Mais informações sobre este processo podem ser conseguidas em OLIVEIRA (1988), MENEGUELLO (1989) e BERBEL (1991). (apud SANTANA, 1998, p. 19).

A oposição entre velho e novo se fundamenta a partir de uma crítica aos sindicatos passados, acusados de cometerem erros que levaram a derrota dos setores populares no período pré-1964, como uma falta de aproximação com as bases e um atrelamento ao Estado entendido restritamente como *populismo*. Esse que se diz um sindicalismo autêntico se coloca como o novo, numa tentativa de se legitimar enquanto verdadeiro representante da classe trabalhadora. Porém, assim como as demais oposições desse sentido na nossa história como Estado Novo, República Nova, essa também não deixa de ser um equívoco de interpretação: o novo sindicalismo carrega em suas raízes o gene das lutas que percorrem o século XX e que permitiram que as esquerdas se consolidassem enquanto forças importantes no cenário político. É preciso, portanto, analisar não a partir da ótica de uma ruptura, mas sim de um processo longo de construção da classe operária, deixando de lado o conceito de *populismo* e seu caráter pejorativo, muito bem questionado por nomes consolidados da nossa nova historiografia como Ângela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis.

O período da virada da década de 1970 para 1980 abriu portas para o surgimento de outros atores. Nesse sentido, é extremamente válido lembrar das diversas associações de profissionais assalariados de classe média que vão surgir no período, consideravelmente autônomos ao controle do Estado, com um papel de protagonismo na mobilização de diversas categorias, não restritas somente a reivindicações de um determinado setor, mas engajados na necessidade de uma luta política mais ampla com o foco na redemocratização. É um período onde novos movimentos estão surgindo nos mais variados âmbitos da sociedade, buscando representação num contexto autoritário em que a relação com as estruturas tradicionais é pouco representativa. É graças a existência de uma sociedade mobilizada, simultânea ao processo de abertura política que permite a transição para a democracia. Apesar da tentativa de escapar do controle do Estado, as associações em seu padrão de ação reproduziam processos clientelísticos e muitas vezes estavam submetidas às limitações da estrutura oficial dominante, por isso tal análise precisa ser empreendida com cuidado para não acabar em uma romanização desses movimentos, atribuindo a eles um papel superestimado (BOSCHI, 1987).

O dia do trabalhador pelo jornal *Tribuna de Minas*:

Sendo assim, o presente artigo busca contribuir aos debates a respeito do processo de redemocratização no Brasil, focando principalmente no movimento operário e sindical que no período pós 1978 se assume como um “novo sindicalismo”. Vai ser a partir das páginas do jornal *Tribuna de*

Minas da cidade de Juiz de Fora que tentaremos entender a relação desse veículo de imprensa com esses novos atores sociais. O recorde temporal vai de 1982 a 1986, com o foco nos dias 1 de maio desses anos, num esforço de mostrar como a abordagem do jornal se modifica com o passar dos anos a forma de tratar o Dia dos Trabalhadores.

Feriado nacional desde 1925, o Dia do Trabalhador assumiu uma conotação diferente em cada momento histórico específico do nosso país. No âmbito dos movimentos anarquistas e comunistas na Primeira República, o 1 de maio era entendido como um dia de luta, protestos e reivindicações por melhores condições para a classe trabalhadora, uma homenagem aos oito líderes sindicais norte-americanos mortos enforcados em Chicago em 1886. No entanto, no Estado Novo essa lógica se alterou, passando a ser o Dia do Trabalho, marcado por festas e comemorações oficiais.

Era sempre uma comemoração de massas, na qual o Presidente em pessoa se encontrava e falava com os trabalhadores. Mais do que isto, era uma data que passou a ser aguardada pelos trabalhadores, já que era a ocasião em que se anunciava mais uma iniciativa governamental de peso no campo do direito social: o presente da festa (GOMES, 1994, p. 201).

Em 1980, essa lógica de festividade seria deixada em segundo plano. No dia primeiro de maio os trabalhadores do ABC, que já estavam em greve por mais de um mês se reuniram na praça da Igreja Matriz de São Bernardo do Campo, com cerca de 60 mil pessoas e o medo do confronto direto com a polícia. Confronto esse que não aconteceu, as ruas foram tomadas por outros milhares de trabalhadores em um número que iria superar a casa dos 100 mil. As forças repressivas se viram obrigadas a recuar, permitindo que os manifestantes tomassem o estádio de futebol de Vila Euclides, palco de assembleias das greves dos metalúrgicos desde 1979, num desafio as leis do regime que suprimiam direitos, como por exemplo o direito a greve. “Pela segunda vez, após 1968, o movimento operário e sindical brasileiro conseguia comemorar o “Dia Internacional do Trabalho” segundo o seu desejo e conforme a sua própria determinação” (MOISÉS, 1982, p. 162).

O Jornal *Tribuna de Minas* surgiu no dia 1 de setembro de 1981, criado por Juracy de Azevedo Neves, se apresentando como um jornal apolítico focado nos principais problemas e acontecimentos da cidade de Juiz de Fora, se tornando em 1983 com o fechamento do jornal *Diário Mercantil* a principal mídia impressa da cidade e região. Porém, apesar do foco na cidade de Juiz de Fora devido a sua circulação local, o jornal também aborda em suas páginas os principais acontecimentos no país, trazendo notícias e reportagens que tratam da política nacional.

A imprensa como fonte histórica não é uma em nenhuma medida uma abordagem inovadora, todavia, continua sendo um ótimo objeto de análise para se entender um determinado período. No entanto, apesar do caráter factual como as notícias normalmente são expressas em jornais diários de grande circulação, é importante perceber que por trás de toda escrita existem ideias. Ao se analisar um jornal como é o caso da proposta desse trabalho, não podemos trata-los como uma fonte imparcial que conta o que realmente aconteceu. O valor de verdade na perspectiva de um trabalho histórico precisa sempre ser relativizado e as fontes nada mais são do que um vestígio de um passado que não pode ser alcançado em sua totalidade. É válido lembrar também que o artigo trabalha a partir de um recorte temporal, e apenas as edições dos dias 1 e 2 de maio dos anos de 1982 a 1986 foram analisadas, portanto algumas questões vão ser deixadas de lado e outras receberão um foco maior, tudo isso para que o objetivo proposto possa ser concluído e a análise não fique defasada de nenhuma forma. Dito isso, o primeiro ponto que podemos levantar é sobre a quantidade e o caráter das notícias envolvendo os trabalhadores, que vão variar com o passar dos anos de forma significativa, acompanhando o desenrolar dos acontecimentos no país.

No ano de 1982, a capa do jornal do dia 1 de maio não teve um grande destaque para o Dia dos Trabalhadores, apenas com uma pequena chamada para uma reportagem que viria mais à frente no jornal. A principal notícia³ estava associada ao aumento dos preços na cidade e a denúncia da DIEESE sobre a defasagem do salário mínimo, um problema que vinha sendo pauta de mobilizações por parte dos trabalhadores em todo o país desde 1978. Somente nas páginas 3 e 7 dessa mesma edição é que o Dia do Trabalhador recebe alguma atenção, na página 3 menção a nota⁴ do Partido dos Trabalhadores, lembrando aos trabalhadores que não é um dia de conciliação entre patrões e empregados, mas sim um dia de luta contra a miséria, pedindo por uma unidade da classe trabalhadora como ocorreu em 1980 no ABC. Na página 7, uma reportagem sobre o 1º de maio: “Trabalhadores comemoram dia pedindo estabilidade”, chamando atenção para a queda do poder de compra do salário mínimo de 256% nos últimos dois anos segundo estudo da Faculdade de Economia da UFJF além da falta de estabilidade nos empregos.

Contudo, talvez o maior destaque nessa edição de 1982 fica por conta do apoio do arcebispo de Juiz de Fora, Dom Juvenal Roriz, a luta dos trabalhadores, mostrando solidariedade as

³ Cidade já paga mais pela luz, táxis e ônibus. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 1, 1 Maio 1982.

⁴ PT divulga nota sobre o 1º de maio e propõe luta contra a miséria. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 3, 1 de maio de 1982.

reinvidicações por melhores condições de vida⁵. A relação entre as forças da igreja e o movimento operário nos remete ao final da década de 1970, em que as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) adquirem notoriedade por contribuir para a rearticulação do movimento operário, além de prover a base do Partido dos Trabalhadores (BOSCHI, 1987). Entretanto, a lógica é diferente quando se trata do apoio da alta hierarquia da igreja católica, porém os trabalhadores a partir de 1980 também o tiveram:

No auge da crise do ABC, o presidente João Baptista de Figueiredo acusou D. Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, de “incitar os trabalhadores à greve”. No seu entendimento, essa atitude não corresponderia à orientação majoritária do episcopado brasileiro. No dia seguinte, D. Paulo respondeu desafiando o presidente da República a nomear bispos que, segundo o seu conhecimento, discordariam da orientação de franco apoio ao movimento grevista. Nos dias seguintes, o episcopado, através da CNBB, expressou o seu apoio a D. Paulo. Cf. “Folha de S. Paulo”, 24.04.80 (MOISÉS, 1982, p.167).

No ano de 1983, podemos ver a evolução do quadro da instabilidade. Na capa do 1º de Maio desse ano, destaque para a reportagem: “Na festa dos trabalhadores, o desemprego”. Novamente tocando no assunto da instabilidade, o jornal agora dá uma importância muito maior para a situação enfrentada pelos trabalhadores; o desemprego é cada vez maior no país, a economia que anos atrás vivia o que o governo chamava de “milagre econômico” agora caminhava para uma crise generalizada. Na página 3, destinada a tratar assuntos relacionados a política, um manifesto⁶ do Partido dos Trabalhadores pedindo por mobilização contra o decreto-lei 2012, responsável por modificar o sistema de reajuste salarial. É um período extremamente conturbado para o operariado e a realidade econômica do país não deixa de refletir nos jornais, com diversas reportagens tratando do assunto.

As páginas 6 e 7 trazem a chamada sobre o dia dos Trabalhadores, que tenta resume o contexto da data daquele ano: “Trabalhador vive de luta e de luto e continua sobrevivendo na corda bamba”. Luto pelo salário mínimo que seguia uma constante baixa enquanto o desemprego não parava de crescer. Todavia, apenas a indignação não era o suficiente para mudar esse quadro, era preciso lutar, como anos antes fizeram os trabalhadores no ABC, e pelo que demonstram as notícias desses jornais, os trabalhadores de Juiz de Fora sabiam muito bem disso. Com uma coluna dedicada a visão dos sindicatos⁷, o jornal dá a palavra a Márcio Candido, diretor da Sindicato dos Trabalhadores em

⁵ Dom Juvenal defende justiça e melhores condições de vida. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 7, 1 de maio de 1982.

⁶ PT pede mobilização contra decreto-lei, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 3, 1 de maio de 1983.

⁷ Visão dos sindicatos, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 5, 1 de maio de 1983.

Telecomunicações, João Maximiano, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Carlos Luiz Afonso, candidato pela chapa de oposição ao Sindicato dos Bancários e José Roque, do sindicato dos Têxteis. Nesse sentido, os sindicalistas lembram das conquistas, como o fato de não haver demissões em massa na área de telecomunicações graças a um acordo com os patrões feito pela Sinttel, mas também lamentam a realidade que a classe trabalhadora enfrenta: na maioria das áreas, como foi o caso dos metalúrgicos, os patrões não aceitam os acordos propostos, mas para Maximiano isso acaba unindo ainda mais a categoria. A lembrança do passado desse dia tão importante para os trabalhadores, – com uma menção ao ocorrido em Chicago que deu origem a data – segundo Carlos Luiz Afonso é um estímulo para a luta continuar.

A edição de 1984 segue na mesma direção do ano anterior. Mesmo com o destaque ficando por conta da notícia de que Tancredo Neves não seria candidato a presidência⁸ – realidade que iria se alterar nos meses seguintes –, logo na capa o dia do trabalhador ganha visibilidade: “primeiro de maio se transforma em dia de luto e protestos”, com um chamado para diversas reportagens sobre o 1º de Maio, que ocupam as páginas 6, 7, 8 e o 2º caderno. Cabe destacar novamente a fala de dois líderes sindicais da cidade: Jair Macedo pelo sindicato dos comerciários e João Maximiano, presidente do sindicato dos metalúrgicos, ambos pedindo por uma maior união dos trabalhadores e uma maior combatividade: “ninguém pode ficar passivamente à espera que o presidente tome a iniciativa”⁹. É um ano fundamental na luta dos trabalhadores, com o regime extremamente enfraquecido, uma economia em colapso, já estão dados os sinais do que estava por vir, e a necessidade da organização do operariado era evidente. É o último Dia do Trabalhador do governo de Figueiredo, e como bem mostram as reportagens, para os trabalhadores não eram tempos de festas, eram mais do que nunca, tempos de luta.

O ano de 1985 marca o final do período militar com a eleição de Tancredo Neves. Devido ao seu falecimento, José Sarney assume o cargo já enfrentando no mês de maio, greves por todo o país. Com o fim do regime, novos caminhos se abrem para a classe trabalhadora. O retorno da democracia trouxe consigo esperança de maior possibilidade de uma luta democrática por direitos, porém com a ausência de uma nova constituição, a legislação vigente ainda é a mesma dos anos anteriores, cabendo aos tribunais julgarem a legalidade das greves.

⁸ Tancredo nega candidatura à Presidência, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 1, 1 de maio de 1984.

⁹ Sindicatos, alguma coisa poderá mudar. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 7, 1 de maio de 1984.

Nas páginas do *Tribuna de Minas* do 1º de maio a capa do jornal anunciava: “Greves marcam o dia do Trabalho. Sarney anuncia o novo salário mínimo e o País protesta e enfrenta mais de quarenta greves”, 43 para ser mais exato, é o número apurado pelo governo federal segundo notícia dessa mesma edição do jornal¹⁰. Em declaração¹¹, o ministro da Indústria e do Comércio José Hugo, o governo não se utilizaria de nenhuma forma de violência contra os grevistas, mas que deveriam ser seguidos “os estritos limites da lei”. O ministro da Justiça Fernando Lyra também faz apelos, criticando as pressões que o governo recebe para oprimir as manifestações, defendendo o direito de greve dos trabalhadores como um exercício pleno de democracia¹². É uma fala interessante ao se pensar o contexto em que ela se encaixa, com o governo apesar de medidas que desagradam os trabalhadores do ponto de vista econômico, busca se legitimar, tentando se afastar dos seus antecessores: “greves – isso tem que ser bem dito – só existem em regimes democráticos”. Em Juiz de Fora, o jornal destaca greves dos metalúrgicos, professores estaduais, ferroviários e professores de nível superior, com duras críticas ao plano de inflação zero, e a falta de resposta as demandas da classe trabalhadora, como por exemplo, a redução de jornada de trabalho para 40 horas semanais, estabilidade e fim do arrocho salarial.

No ano seguinte, as críticas continuam: dois meses após a implementação do pacote do governo Sarney, enquanto o presidente aproveita o Dia do Trabalhador para fazer discursos e buscar uma aproximação com garantia de dias melhores, seu programa econômico é duramente atacado por sindicalistas, economistas e sociólogos por não trazer resultados e manter, segundo Paulo Delgado “os mesmos níveis de miséria da época da inflação”¹³. Para George Rocke, presidente da CGT em Juiz de Fora e do Sindicato dos Bancários “O 1º de maio de 86 se transforma num importante fórum de protesto contra as medidas governamentais”¹⁴. Paralelo a isso, os ferroviários começam uma greve que afeta o transporte que passa por Matias Barbosa e o bairro Benfica, em Juiz de Fora. Caberia então, julgamento do TST pela legalidade da greve, com pressão imposta aos sindicatos dos ferroviários para retomar imediatamente as atividades.

Na página 7 do jornal desse mesmo ano, destinada a assuntos relacionados a Economia, um especial com depoimento de Joaquim Andrade, presidente da CGT e do Sindicato dos Trabalhadores

¹⁰ São 43 greves contadas nos dedos. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 11, 1 de Maio de 1985.

¹¹ Governo se preocupa com radicalização. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 12, 1 de Maio de 1985.

¹² Pressão em busca de repressão. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 10, 1 de Maio de 1985.

¹³ Pacote sofre críticas no Dia do Trabalhador, *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 1, 1 de maio de 1986.

¹⁴ *Idem*.

Metalúrgicos de São Paulo e Jair Meneguelli, presidente da CUT, ambos chamando atenção para a importância do 1º de maio, com lembranças a chacina de Chicago e pedindo por mudanças: melhores salários, reforma agrária, redução da jornada de trabalho, estabilidade no emprego, mas principalmente, mudança na constituição que ainda permanece a mesma do período militar. Nas palavras de Joaquim Andrade: “a democracia só será concretizada nesse país quando os trabalhadores forem atendidos em suas reivindicações”¹⁵.

A partir da análise dos jornais alguns pontos ficam mais claros a respeito do contexto da cidade de Juiz de Fora no período da redemocratização. O enfoque da pesquisa foi, como dito anteriormente, demonstrar como não só os sindicatos, mas todas as representações da classe trabalhadora são vistas pelo *Tribuna de Minas*, o que justifica a escolha do Dia do Trabalhador. Apesar de não conseguir aprofundar tanto em cada uma das reportagens e até mesmo não ter sido essa a proposta, mas sim a análise de uma forma mais geral do que foi tratado nos jornais, é possível trazer para o trabalho informações importantes que nos ajudam a entender o contexto de transição que o país enfrentava. Apesar de não ser um grande centro industrial como é o caso do ABC paulista, palco do surgimento do “Novo Sindicalismo”, Juiz de Fora é uma cidade economicamente importante no contexto estadual e principalmente para a região da Zona da Mata. Com isso, entender como era tratada a classe trabalhadora local pelo principal jornal em circulação da cidade na época é um exercício importante, buscando acrescentar aos estudos das esquerdas no país.

Considerações finais:

O primeiro ponto que pode ser destacado é o fato de que em todos os jornais analisados, o 1º de maio recebe espaço, com reportagens que ocupam páginas inteiras trazendo desde reivindicações dos sindicatos até notícias sobre greves e discursos, não ficando preso apenas aos casos de Juiz de Fora, mas tratando de todo o contexto nacional. É importante nesse sentido, destacar o espaço que os sindicatos possuem dentro do jornal, com falas de sindicalistas centralizadas, não apenas notas de canto de páginas, possibilitando a divulgação das reivindicações e críticas ao governo, mesmo antes de 1985. Por último, as notícias das greves também é algo que merece destaque, principalmente pela sua escassez, limitadas apenas aos anos de 1985 e 1986. De qualquer forma, a abordagem do jornal não tenta em nenhum momento desqualificar as greves nem as lutas dos trabalhadores, e apesar de

¹⁵ Movimento sindical rompe limites impostos. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, p. 7, 1 de maio de 1986.

não aprofundar muito, consegue noticiar de maneira clara além de possibilitar uma justificativa por parte dos sindicatos dos motivos que levaram a tal atitude, indo de acordo com as demais notícias desses anos que atacam diretamente a política governamental e alertam para problemas econômicos causados na região.

Portanto, é possível concluir que o jornal *Tribuna de Minas* de um modo geral abordou de maneira significativa o Dia do Trabalhador. É possível perceber uma clara diferença nas edições se compararmos a primeira a ser analisada, de 1982, com a última, em 1986, com uma crescente na quantidade de notícias sobre os trabalhadores e a data comemorativa, não apenas no termo quantitativo. Porém, essa diferença é algo natural se pensada a partir do contexto político do período, e mesmo nas primeiras edições, o Dia do Trabalhador não deixa de ser lembrado com reportagens críticas que remetem os desafios cotidianos dos trabalhadores.

Referências:

BOSCHI, Renato Raul. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vertice; Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do estado do Rio de Janeiro, 1987. 199 p.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 2ªed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 300 p.

MOISÉS, José Álvaro. *Lições de liberdade e de opressão: os trabalhadores e a luta pela democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 245 p.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 341 p.

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA ATRAVÉS DE NOSSOS "MENOCCHIOS"

Gilvan Gaspar de Melo¹

Resumo:

Pensemos como foram os acontecimentos pós-golpe militar no interior do Brasil. Nossa historiografia, do período referente ao regime militar no Brasil, produz fartos trabalhos acerca de grupos como estudantes, luta armada operários e mesmo dos movimentos nas grandes cidades como se este movimento fosse homogêneo em todo o Brasil. Este trabalho busca resgatar as repercussões deste momento histórico num microcosmo no interior de Minas Gerais e, também, através de personagens anônimos de nossa história, nossos "Menocchios".

Palavras-chave: regime militar; micro-historia; DOPS, comunista, Menocchio.

THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP THROUGH OUR "MENOCCHIOS"

Abstract:

Think how were the events after the military coup in the interior of Brazil. Our historiography, of the period referring to the military regime in Brazil, produces ample works on groups such as students, armed struggle of the workers and even of the movements in the big cities as if this movement were homogeneous throughout Brazil. This work seeks to rescue the repercussions of this historical moment in a microcosm, in a country town of Minas Gerais and, also, through anonymous personages of our history, our "Menocchios".

Keywords: military regime; micro-history; DOPS; Communist, Menocchio.

¹ Licenciado em História pela FAFICH/UFMG e Bacharel em Biblioteconomia pela Escola da Ciência da Informação da UFMG, Bacharelado em História pela FAFICH/UFMG. gilvangmelo@yahoo.com.br.

A expectativa, geral, no dia seguinte ao golpe era de uma convulsão social e até mesmo manifestações, batalhas nas ruas, ou seja, formas populares de revolta com o acontecido. Mas como relata José Murilo de Carvalho, que era aluno da Sociologia na antiga Universidade de Minas Gerais e militante na Ação Popular, grupo de esquerda, não foi o que aconteceu:

No dia seguinte, 1 de abril, já não havia dúvidas sobre a vitória do golpe. Saí em companhia de colegas a vagar pelas ruas de Belo Horizonte, todos nós perdidos, sem entender bem o que se passava (...) como fora possível uma vitória tão fácil? Onde estavam os sindicatos, os estudantes, o movimento popular, os generais do povo, o dispositivo militar?... (CARVALHO, 2005: 118/119).

E como foram as repercussões do golpe civil-militar em localidades distante dos grandes centros, o seu impacto no cotidiano dos cidadãos através de personagens pontuais, os "Menocchios", a trajetória dos mesmos, nos leva a uma reflexão histórica distanciada da historiografia atual.

O foco tradicional de estudos deste movimento contempla uma visão de Macro-História e, dentro deste contexto, abordam principalmente os Militares, os Políticos, os Trabalhadores, luta armada, Araguaia; todos com personagens, quase que exclusivamente, das capitais ou de grandes centros urbanos.

Este momento histórico, que afetou milhares de brasileiros, aconteceu em diversos rincões do Brasil, mas estes outros personagens são "esquecidos", ou relegados a um segundo plano, e pouco considerados dentro deste universo que se intitula "Ditadura Militar no Brasil".

No transcorrer do período da Ditadura, inúmeras pessoas da cidade de Nanuque, a 605 km de Belo Horizonte, foram presas e transferidas para outras cidades, notadamente Belo Horizonte, para apuração de sua militância junto a grupos sociais e/ou partidários que confrontavam o regime imposto, os ditos "comunistas", os "subversivos".

Ora, esta nova situação levanta a perspectiva do desconhecimento da situação, mesmo junto a classe estudantil:

...e o que seria subversivo? (...) qualquer coisa que vá contra o regime, qualquer coisa que eles não aprovem e considerem perigoso. O negócio é a gente juntar tudo, colocar num saco ou numa mala, fazer pilha e botar fogo, como nos tempos da Inquisição (...) Alfredinho colocou em julgamento seus discos favoritos, incluindo Villa-Lobos, Stravinsky, Janis Joplin e Joan Baez... (SAFFIOTI FILHO, 1999: 2).

E neste nosso rincão tão longínquo? O que seria subversivo?

Sobre a micronarrativa histórica encontramos uma definição: "*É a narração de uma história sobre as pessoas comuns no local em que estão instaladas*" (BURKE, 1992: 341). Assim a Micro-História, com a ampliação dos estudos de caso para contar-se a história a partir de rostos individuais, para as histórias individuais e a partir deste, ou destes, microcosmo(s) abordar a repercussão dos fatos gerais, vistos como mentalidade coletiva, dentro de universos mais estreitos, mas igualmente afetados por ele.

Assim, pretende-se, a partir do acervo pesquisado e dentro de uma visão de Micro-História, inserir uma visão de respostas locais para um outro entendimento das perguntas gerais sobre este momento histórico.

Os arquivos do DOPS/MG - Delegacia de Ordem e Política Social, disponíveis no APM - Arquivo Público Mineiro, que foi criado em 1956 (Lei 1435/56) dentro da estrutura pública de repressão política e durante o regime militar, de acordo com a Lei 5406/69, sua função contemplava a atuação como polícia de informações, política preventiva, judiciária bem como atuar em consonância com os órgãos federais de combate aos "crimes políticos", permitem-nos avançar no entendimento deste momento junto aos, até então, anônimos personagens de nossa história.

Seu arquivo, com documentos datados, a partir de 1954, e constituído de pastas de processos, e dentro das mesmas informações sobre pessoas, processos abertos, testemunhos, sentenças, correspondências, inclusive oficiais, foi microfilmado para preservação. A informação que estava em suporte microfilme foi digitalizada e tornada disponível na internet através do site do APM. Dos documentos disponibilizados, cerca de 3% sofrem restrições de acesso, sendo que se estima que a maior parte dos documentos anteriormente existentes foi expurgada, não sendo possível sua recuperação.

Cabe-nos trabalhar nesta documentação restante sempre lembrando das recomendações historiográficas que dizem:

O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor o futuro - voluntaria ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo", ou seja, a verdade que extrairemos destes documentos é apenas uma parte da verdade talvez a parte da verdade que não se quisesse que viesse à tona, já foi destruída (LE GOFF, 1984: 548).

A escolha desta tipologia documental alicerça-se no fato de ser documentação tornada disponível há pouco tempo, devido à censura de seu conteúdo, bem como poder se acessar a informações diretamente de uma cidade e de seus personagens presos ou objetos de processo.

Além disto, a riqueza de informações contidas nos processos possibilita análises políticas, partidárias e sociais até mesmo pelos testemunhos expostos nos processos.

Em 03.03.1962, encontramos relatório reservado da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais que relata uma investigação acerca dos movimentos político/sociais na cidade de Nanuque, inclusive uma visita recente do Sr General Amauri Kruehl, na época comandante do II Exército (SP), onde observa ser o prefeito Miguel Viana uma pessoa não ligada ao comunismo apesar de cercado por pessoas desta ideologia e conclui que:

"aparentemente não há anormalidades no município, todavia, observa-se que os dois grupos se digladiam, possivelmente em razão da política municipal", levando-nos a crer que mais do que brigas ideológicas sobre o novo regime, temo sim é picuinhas políticas regionais" (APM, pasta 4780, 18-20).

Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época. Poder este assim visto como "O poder é o poder concreto que cada indivíduo detém e que cederia, total ou parcialmente, para constituir um poder político, uma soberania política" (FOUCAULT, 1979: 99) e é esta disputa pela soberania política local que enseja explicações dentro do contexto do golpe

Os teóricos da micro-política indicam o caminho para o estudo das lideranças e de seus efeitos sobre a sociedade, as articulações dos elementos que a constituem como os líderes e os grupos atuam no propósito de conquistar o poder e conduzir os demais membros político-sociais.

Deve se estar atento à existência de uma rede de micro poderes articulados levando-nos a análise dos níveis mais baixos da estrutura social e sua confluência, de forma ascendente, com o Estado, conforme explicita:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos (FOUCAULT, 1979: 182).

Através da atuação dos personagens desta nossa história, dos nossos Menocchios, podemos delinear a atuação dos mesmos.

Ora, até mesmo rasgar o estado democrático de direito foi aceito nesta localidade, em consonância com o "novo tempo", onde, na Câmara Municipal, é pedida a cassação dos vereadores Adonel Almeida Silva, Antonio Pereira Santos, Josman Bastos dos Santos e Nicodemos Araújo, com o seguinte discurso: "Se nos prendermos aos formalismos jurídicos, estaríamos aos meandros e aos labirintos de uma legislação que não permitiria o saneamento necessário (...) das ideias da Revolução vitoriosa" (APM, Pasta 3863: 9).

Outro personagem desta história, em depoimento junto a autoridade policial, evoca a atuação do vigário local, padre Salésio que retira-se de um comício onde um dito "conhecido" comunista Sr. Ubirajara Pereira de Brito, sobrinho do prefeito, discursava "concitando os operários à remodelação de seus estatutos (...) implantar as ideias trazidas da Rússia (...) seguir o povo russo nas suas ideias, tecendo elogios à Rússia, a Cuba (...)" (APM, Pasta 3863: 24), bem como encontramos uma relação da criação da Liga Anti Comunismo onde figura o nome do Frei Salésio Heskes como vinculado ao partido político PSD, levando-nos a querer entender a atuação da Igreja neste momento nesta localidade.

Estudar a estrutura, e a disputa, de poder político local é importante para o entendimento da situação da época, afinal, os movimentos que antecederam o Regime Militar bem como os desdobramentos durante sua vigência não podem ser considerados como homogêneos em um país como o Brasil, o que nos leva a:

Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista, (...) O golpe foi o resultado de uma profunda divisão na sociedade brasileira... (NAPOLITANO, 2014: 11)

Mas que "sociedade brasileira" é esta? a sociedade dos grandes centros urbanos.

Num contexto de "perigo vermelho", um dos motivos justificadores do golpe, a "criação" de comunistas, seria uma forma de conquistar a hegemonia política local por aqueles que conseguiram se atrelar à estrutura de poder advinda com o golpe civil-militar de 1964. E muitos foram criados nesta luta pelo poder local, "criação" esta cujo maior intento seria o de alijar do cenário político, pelos que conseguiram atrelar-se aos detentores do poder no novo regime, os adversários locais com as denúncias e o rótulo de "comunistas".

Através, principalmente, da análise documental, podemos perceber o engajamento de personagens anônimos da história deste período, seu envolvimento com os movimentos sociais, suas ideias políticas, em suma, descobrir quem são estes ditos comunistas, este ditos subversores, estes ditos agentes de desestabilização e a entender uma história deste Brasil desconhecido.

A micro-história nos leva a um entendimento:

A História é a ciência das perguntas gerais, mas das respostas locais. Não podemos imaginar uma generalização em História que seja válida. Ou seja, podemos perguntar o que é o fascismo, mas há fascismos diferentes na Itália, na Espanha ou em Portugal. Por isso, devemos preservar, nos trabalhos dos historiadores, as particularidades, reservar o local - aqui entendido como uma situação específica. esse é o grande problema da História. Trabalhar sobre o geral, mas um geral que sempre se configura como perguntas, não como respostas. (LEVI, 2014: 11).

Nos dias que se seguiram ao 31 de março, muitos habitantes desta cidade foram presos por serem taxados de comunistas, campanha esta que já vinha desde antes do golpe. Curiosamente a pecha de comunistas atingia, de forma geral, os integrantes da UDN (.....) local como se pode verificar em entrevista no jornal local "Folha de Nanuque", de 28 de fevereiro de 1964, onde o prefeito municipal, Miguel Viana, exprime sua revolta e indaga "Porque só a UDN tem comunista?, sendo bastante sintomático que o Governador do Estado, de então, Magalhães Pinto era da UDN sendo seu Presidente Nacional mas como era típico nos nossos sertões, onde a filiação partidária era "para inglês ver", foi apoiado localmente pelo PSD que agora comandava as hostes anticomunistas.

A Liga anticomunista criada na cidade teve sua diretoria majoritária constituída de integrantes do PSD mas, o fato de ser um dos fundadores da Liga, não impediu José Salgado Filho de ser preso pela "Operação Limpeza" e levado de camburão a Governador Valadares, um dos centros de triagem, conforme o mesmo narra na "Folha de Nanuque", em 4 edições entre Abril e maio de 1964, atingido que foi pela "criação" de comunistas nesta disputa local.

Assim, caminha-se na direção de obter respostas sobre a parte "esquecida" da sociedade brasileira, durante o regime militar, no sentido de um conhecimento de um Brasil de forma a que os anônimos de nossa história sejam contemplados e deixem de "não existir" e, através deles, consigamos entender de forma mais clara, inclusive, a existência de uma resistência no interior deste imenso Brasil.

Referências bibliográficas:

APM - Arquivo Público Mineiro. *Arquivos da polícia política*. disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops/search.php>. último acesso em 23.06.2017 às 1545.

BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2005.

FOUCAULT, Michel. “*Soberania e Disciplina*”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

SAFFIOTI FILHO, José. *O quintal dos guerrilheiros*. Revista Olhar, Ano 1, N. 2, Dez/999 p. 1-6.

NAPOLITANO, Marcos 1964: *História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar*. Revista Tempo. vol. 20 - 2014. p. 1-20.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

América Latina e seu pluralismo: História, Literatura e Sociedade

Coordenadores:

Daiana Pereira Neto – Doutoranda em História pela UFJF.

Pedro Henrique Leite – Doutorando em História pela UFJF.

Tendo em vista o crescimento constante do número de pesquisadores que se dedicam ao estudo da história cultural latino-americana, e levando em consideração a importância destes trabalhos para uma compreensão mais abrangente do continente, este simpósio se dedicará a discutir a pluralidade de problematizações acerca da relação entre história, literatura e sociedade na América Latina e no Caribe.

Serão bem-vindos trabalhos que partam da literatura como fonte para pensar os processos históricos americanos, compreendendo-a a partir de seus mais diversificados gêneros: romances, literatura de viagem, crônicas, autobiografias, epístolas, dentre outros. Bem como trabalhos que problematizem a relação entre a história e a literatura como documento.

A baliza temporal é, portanto, ampla, sendo bem-vindos trabalhos que abordem desde a história colonial americana até os dias atuais.

Alguns dos eixos temáticos possíveis:

- Obras literárias e a visão sobre as cidades na América Latina.
- A apropriação dos processos históricos pela literatura.
- Obras literárias como documentos históricos.
- O papel dos intelectuais na consolidação do campo literário na América Latina e no Caribe.
- A literatura de viagem e a sua importância na consolidação de identidades na América latina.

“EL HOGAR DESIERTO”: VIAGEM E EXÍLIO EM UMA NOVELA DE PAUL GROUSSAC

Daiana Pereira Neto¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho é analisar a novela “El Hogar Desierto” do autor franco- argentino Paul Groussac, que foi um importante intelectual na Argentina em finais do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880. Empreendeu durante sua vida longas viagens que somadas à experiência do exílio foram fundamentais para a sua formação como intelectual, o que transparece em suas obras. Neste trabalho busco analisar como o exílio e a experiência da viagem aparecem em sua novela “El Hogar Desierto”, texto escrito em 1897 e republicado pelo autor em uma coletânea chamada *Relatos Argentinos* (1922), na qual um Groussac já idoso justifica suas escolhas e apresenta as conjunturas nas quais os textos foram escritos.

Palavras-chave: Paul Groussac, literatura de viagem, Argentina.

“EL HOGAR DESIERTO”: TRAVEL AND EXILE IN A NOVEL OF PAUL GROUSSAC

Abstract:

This paper analyzes the novel "El Hogar Desierto" by French-Argentinean author Paul Groussac, who was an important intellectual in Argentina in the late nineteenth century, especially from the 1880s. During his life he undertook long journeys which, combined with his experience in the exile, were fundamental for his formation as an intellectual, features that emerges in his works. In the paper I intend to analyze how the exile and the trip's experiences appear in his novel "El Hogar Desierto", written in 1897 and republished by the author in a collection called *Relatos Argentinos* (1922). In this particular work, an elderly Groussac justify his choices and introduce the conjunctures in which the texts were written.

Keywords: Paul Groussac, travel literature, Argentina.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: daianapneto@gmail.com

O autor: Paul Groussac:

As novelas de Paul Groussac, principalmente as reunidas em *Relatos Argentinos* (1922), agrupam um número de escritos fortemente marcados pela experiência do exílio e da viagem. Nestas histórias o personagem principal é geralmente um homem que ousou aventurar-se e construir sua vida no estrangeiro, a maior parte deles adota a Argentina, e quando do retorno à Europa, em especial a França, já não se reconhecem naquele universo. Tais questões fazem com que irremediavelmente nos acerquemos da biografia do autor, de suas experiências para melhor compreender a de seus personagens. Nesse sentido, a metodologia de Peter Gay se torna valiosa para melhor analisarmos as obras ficcionais de Groussac. Gay trabalha com romances realistas, como em *Represálias Selvagens*, no qual aborda obras de Gustave Flaubert, Charles Dickens e Thomas Mann, neste trabalho o historiador norte-americano defende que existem:

[...]três fontes principais de motivação: a sociedade, a arte e a psicologia individual. Não são compartimentos estanques; ao contrário, fluem um para dentro do outro, tornando o ato da criação literária um processo intrincado. É apenas em conjunto, em proporções únicas, não de todo previsíveis, que eles produzem um retrato, uma estátua, uma tragédia – um romance (GAY, 2010: 25).

Tendo em mente tal abordagem inicio com uma breve biografia do autor. Paul Groussac nasceu em Toulouse, França, em 15 de fevereiro de 1848, aos 17 anos partiu para a Argentina, país onde viveu o restante de sua vida. O autor chegou ao país sem dominar a língua espanhola, sem conhecidos e sem dinheiro, mesmo assim, alcançou no decorrer de sua vida uma posição de prestígio dentre a intelectualidade do país adotivo.

Groussac desembarcou em solo argentino em fevereiro de 1866, aos 18 anos, passou quase um ano trabalhando em uma estância, experiência que se mostrou fundamental para sua formação e que transparece em alguns de seus escritos. Somente em 1867, negando um pedido do pai que desejava o regresso à França, retornou a Buenos Aires, tendo como desculpa para adiar a volta ao lar paterno, aprender adequadamente o espanhol, pois este mesmo na Europa poderia se mostrar de grande valia. Uma série de oportunidades adiaram seu retorno, que em definitivo nunca ocorreu. No mesmo ano de 1867, conseguiu um cargo de professor no Colegio Modelo Del Sur, ao qual renunciou rapidamente por não se adaptar ao trabalho letivo exigido pela instituição. Lecionar, no entanto, também foi uma oportunidade de aperfeiçoar seus próprios conhecimentos, uma vez que o autor se

dedicou a numerosas leituras, o que continuou mesmo após abandonar a posição de professor na escola e se empregar como tutor de uma abastada família.

Em 1871 escreveu seu primeiro trabalho em espanhol, publicado na *Revista Argentina*, tratava da obra de Espronceda², o texto chegou às mãos do então ministro Nicolás Avellaneda³, que o encaminhou ao Ministério de Instrução Pública, que convidou Groussac a conhecer Tucumán. Groussac acabou por assumir um cargo de professor no Colégio Nacional, permanecendo na província por 11 anos, neste período assumiu o cargo de inspetor de educação, casou-se e iniciou sua família.

Regressou à França apenas em 1883, permanecendo em Paris por quase um ano. Em 1884 já de volta a Argentina, estabeleceu-se em Buenos Aires, onde fundou junto a amigos influentes o periódico *Sud-América*. Em 1885 foi nomeado para o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, no qual permaneceu até sua morte em 1929. Este cargo ofereceu uma série de oportunidades, a primeira delas, e talvez a mais importante, foi a possibilidade de se dedicar quase por completo as atividades intelectuais, o que era muito difícil para seus contemporâneos, os quais Groussac classificou como literatos de ocasião.⁴ Também editou duas revistas de prestígio no país, *La Biblioteca* (1896-1898) e os *Anales de la Biblioteca* (1900-1916), publicações que deram ao franco-argentino a possibilidade de atuar como um articulador cultural, selecionando alguns autores e tendências literárias e rejeitando outros (BRUNO, 2005).

Suas experiências de vida aparecem em grande medida nos personagens que povoaram seus escritos ficcionais, sobretudo em *El número 9090* e em *El Hogar Desierto*, texto ao qual dedico minha atenção neste trabalho.

“O lar deserto”:

“El Hogar desierto” consiste em uma novela de Groussac escrita em 1897, a história é contada do ponto de vista de quem a escuta, uma terceira pessoa: um jovem francês que se aventura a trabalhar

² Foi um poeta espanhol, viveu entre os anos de 1808-1842, sendo considerado o poeta mais representativo do primeiro romantismo de seu país.

³ Foi ministro no governo de Domingo Faustino Sarmiento (1868-1874), sucedendo-o como presidente da República Argentina.

⁴ Groussac também se insere dentre estes literatos.

nos campos argentinos, conduzindo junto com um gaúcho seus animais, acaba por se hospedar em uma bela estância para descansar e seguir viagem.

Ao chegar na casa, mesmo que o jovem francês se dirija ao espaço no qual os outros gaúchos foram autorizados a descansar, é surpreendido pelo convite de uma empregada que lhe convida a tratar com o patrão. Surpreendido, mas não intimidado o personagem se dirige a grande construção, que para sua surpresa encontra-se visivelmente vazia, poucos móveis ocupam a sala de jantar, na qual o rico estancieiro come sozinho.

Ao saber da presença do jovem hóspede e de sua procedência, Dom Martín o convida a cear com ele, mais que isso ao saber que o jovem já havia viajado pela região onde nasceu, don Martín se emociona, mostra-lhe fotos dos filhos com a esperança de que o homem tenha conhecido em suas andanças sua bela família, que não permaneceram com ele na bela estância argentina. A indagação dos motivos que fizeram com que o rico estancieiro se separasse da família inicia o relato do velho homem, que emocionado relembra os desgostos do passado e dos motivos de ter ficado só em uma casa maravilhosa, que outrora tinha sido repleta de mobiliário e alegria e que naquele momento encontrava-se deserta e triste.

Don Martín conta que nasceu em Guéthary, na fronteira com a Espanha, efetivamente a língua francesa jamais foi sua língua nativa, nem mesmo se considerava um puro francês. A presença daquele jovem, porém, lhe fez recordar sua terra e seus costumes, mas do que isso fez com que o personagem adentrasse um turbilhão de memórias:

Me contestó con cierta tristeza —Soy de Guétary. ¿Conoce usted esos parajes? — Por supuesto—dije con satisfacción—; he pasado algunos meses en Biarritz, y visitado uno por uno todos los puntos de la costa, desde el Adour hasta el Bidasoa. Guétary, aldea encantadora! Veo todavía la iglesia rodeada de casitas blancas que resbalan hasta la playa, en medio de los bosquecitos y trigales. ¡Vaya si conozco su tierra!...

Un rayo de alegría iluminó la cara de don Martín, que me agarró del brazo y, sacudiéndome como ciruelo, repitió alborozado; — Con que, ¿conoce la tierra ? ¡Y bien, usted es un buen muchacho. ¡Ah! ¡No hay más un buen muchacho! (GROUSSAC, 1922: 181).

Ao ser questionado sobre a ausência da família e dos motivos para os tão amados filhos não estarem presentes, Groussac imerge seu personagem em memórias passadas, que tem como epicentro o exílio, a distância entre os costumes europeus e o dos pampas, e o estranhamento diante da diferença. Quando chegou da França e comprou um pedaço de terra don Martín não tinha a ideia da

riqueza que iria conquistar, se empenhou no campo, construiu uma fortuna, casou-se com um jovem de família rica, Teresa, e com ela teve dois filhos Graciana e Manuel. Atendendo caprichos da mãe das crianças, que era uma mulher nascida em família de posses e muito educada, Martín havia contratado uma tutora, porém tal medida mostrou-se insuficiente. Teresa desejava que os filhos se educassem nas principais escolas, e implorava ao marido que os enviasse para estudar em Buenos Aires. A perspectiva da separação familiar não consistia em uma opção viável para o jovem pai que desejava estar sempre presente na criação dos filhos.

Diante dos constantes pedidos e de uma boa condição financeira, don Martín não só aceitou a oportunidade da viagem, bem como decidiu ir mais longe resolvendo regressar a pátria natal, a qual não visitava a vinte anos. A viagem foi para a família um sopro de alegria.

Pero también crecían a la par mis dos chiquillos: Manuelito llegaba a los doce años y Graciana pasaba de las trece. Ahora tenían en casa a una pobre maestra española que les enseñaba a leer, escribir y no sé qué otras cosas, además de ayudar a Teresa en sus costuras. Todo eso me parecía suficiente, nunca quería oír hablar de ponerlos en el colegio, lejos de mí. Pero entonces también era una moda o estribillo en todas partes esa historia de la educación! En todo se metía la dichosa palabra, lo mismo en religión que en política. Se repetía que la escuela enseña a ganar batallas, que se acababa de descubrir recientemente el verdadero método de educar a los hijos, que el Presidente era un maestro de escuela⁵ y también el que vendría después... Teresa, gran lectora de diarios, me esperaba todas las tardes con un nuevo sermón en que volvía siempre este San Agustín: “Tus hijos se crían como salvajes! Graciana no sabe geografía ni apenas la tabla de multiplicar. Manuelito no hace caso; se lo pasa a caballo por el campo y el monte todo el santo día...” (GROUSSAC, 1922: 189).

Na metade do século XIX com a queda de Juan Manuel de Rosas e o retorno dos exilados da famosa geração de 1937, que contava com homens como Domingo Faustino Sarmiento, a questão da educação pública tornou-se um dos pontos fundamentais para a consolidação da nação, não surpreende, portanto, que Groussac insira tal questão em sua novela. Mas do que isso a educação ideal se torna a de Buenos Aires, a cidade grande, mais europeizada. De toda forma, a ida a Europa para se educar permanece como elemento de distinção:

[...]Contaba ya veinte años de América, entre los cuales diez de trabajo personal y sacrificios; nunca había podido pensar en volver a la tierra, donde no me quedaba más que una hermana menor. Mientras estuve sepultado en la estancia, no queriendo siquiera establecerme en la ciudad vecina, parecióme un sueño irrealizable la vuelta a mi pobre aldea montañesa. Pero ya que se trataba de desarraigarnos por un tiempo bastante largo y vivir en una sociedad tan desconocida para nosotros como era

⁵ Provavelmente se refere a Domingo Faustino Sarmiento.

Buenos Aires, ¿no parecía mejor para los niños y nosotros mismos alargar el paseo hasta Europa? Amigo mío, ¡qué sabroso es eso de dar una sorpresa agradable a los seres queridos! Cuando me abrí con Teresa sobre mi nuevo proyecto juntó las manos, dando un grito de alegría, y luego me saltó al cuello con tan franco arrebató que no hubo necesidad de más explicación (GROUSSAC, 1922: 190).

A chegada, porém, a terra natal foi marcada pelo estranhamento mútuo, tanto por parte de don Martín quando pelo lado da irmã que o recebia. Após alguns meses de estadia, Martín se viu obrigado a regressar à Argentina para tratar de assuntos financeiros, que só poderiam ser sanados pessoalmente. O que lhe surpreendeu, porém, foi a recusa da família em acompanhá-lo, sua irmã e sua esposa fizeram com que o personagem aceitasse como uma melhor opção a permanência dos filhos na França, para que sua educação se tornasse mais definitiva no caráter dos pequenos.

Permaneceu distante da família por dois anos, um deles gasto negociando com o governo peruano as dívidas que colocavam em risco a fortuna que havia feito para os filhos. Findado este tempo, ao regressar a sua estância na Argentina se deparou com a terrível notícia da morte da esposa Teresa, na França. Junto com sua cunhada Justina, Teresa havia enfrentado uma tempestade de neve, que a deixou doente e acabou por matá-la em oito dias. Martín sofreu profundamente com a perda, ficando meses convalescente. Um dia, porém, deu-se conta que os filhos permaneciam abandonados aos cuidados da tia, Justina, do outro lado do Atlântico. Colocou-se em marcha para a Europa, de onde pretendia regressar prontamente com os filhos.

Don Martín encontrou, todavia, dois filhos que se tornaram para ele praticamente estranhos. A filha, embora amável, já estava apaixonada por um jovem de boa família, que a cortejava, o filho pianista desejava seguir a carreira de músico. Sendo assim, o plano de forçá-los a regressar a terra que era para ambos apenas uma lembrança distante se mostrou impraticável. Martín acabou por ceder aos caprichos da filha e concedeu sua mão a Gabriel, de boa família, mesmo que falida. O filho Manuel continuou seus estudos de piano.

O casamento de Graciana, que pareceu a princípio algo positivo, afastou mais ainda o pai de sua filha. Foi interessante para Gabriel e sua mãe que Martín aceitasse a união, devido em grande parte ao dote generoso que concedeu. Tal dinheiro permitiu a família do genro se colocar novamente no cenário da alta sociedade francesa, promovendo bailes e circulando pelos demais espaços de sociabilidade da classe abastada. À custa do dinheiro do sogro, foi alugada uma casa para passarem o verão em Paris, uma mansão nem um pouco modestas com diversas repartições, Martín junto com a irmã Justina foi colocado em um anexo a parte, longe da agitação do lugar.

Tornava-se evidente que o velho franco-argentino se encontrava deslocado naquele ambiente e mais do que isso que era uma presença indesejada. Após vários desentendimentos Martín se viu sozinho com a irmã Justina, que embora, tendo criado os sobrinhos, também não era bem vinda naquele novo mundo de sofisticação, bailes e cafés. Justina retornou para sua casa em Guétary, Manuel permaneceu ainda por um tempo ao lado do pai, que alugou uma pequena casa próxima a que Graciana se hospedava com a família do marido.

Após uma grave discussão com o filho que desejava seguir a carreira de músico e que saía derrotado de um concurso que poderia oferecer-lhe uma bolsa de estudos, ambos se separaram. Manuel optou por ir viver com a irmã, enxergando no pai um estranho que desejava que ele regressasse a um mundo ao qual não desejava pertencer. Graciana deu a luz a um menino, neto que don Martín por pouco tempo pensou que permaneceria ao seu lado, foi a gota d'água a decepção de não ser escolhido como padrinho do bebê.

Don Martín se viu assim completamente desolado, comprou uma passagem para Buenos Aires, escreveu aos filhos comunicando sua decisão, e foi despedir-se da irmã, para a qual deixou meios de subsistência. Despediu-se dos filhos na data marcada no porto, despediram-se praticamente como estranhos, o amargo da ausência do neto coroa aquela despedida que se mostrava como um alívio.

O rico estancieiro retornou à Argentina onde permanecia sozinho em um lar que antes fora tão repleto de felicidade. Os filhos, embora, escrevessem regularmente jamais se prestaram a regressar ao local onde nasceram. Martín termina assim sua narrativa:

“Sabe usted que cuando se viaja en caravana, no habiendo baqueanos del camino, los primeros que dan en un mal paso lanzan el grito de advertencia a los que vienen detrás: me parece⁶ que así debe suceder también en el viaje de la vida” (GROUSSAC, 1922: 265).

Groussac em diversas passagens deixa transparecer aspectos de sua própria vida. Existia no autor um carinho pelos pampas que o acolheram ainda adolescente e onde permaneceu como peão, cuidando de gado, por seis meses aos dezoito anos. A experiência da vida no campo foi fundamental para a formação de Groussac e para sua opção em permanecer em definitivo na Argentina. Após uma breve estadia em Buenos Aires em 1871, viveu por longos 11 anos em Tucumán, província interiorana, onde também construiu uma família e criou seus filhos. Os filhos de Groussac, porém,

⁶ Correção de “pare” para “parece”.

nunca foram enviados para a Europa, para onde Groussac retornou brevemente em 1883, 1894, 1898, 1911 e 1925.

Assim como don Martín, nada prendia Groussac ao país natal: o pai havia se casado novamente e construído outra família, no seio da qual Groussac não se encontrou. Em Paris após circular pela esfera intelectual estrelada ainda por personalidades como Ernest Renan e Vitor Hugo, Groussac não conseguiu adentrar aquele mundo, após já possuir uma carreira consolidada na Argentina. O estranhamento do personagem em relação ao país natal também estava presente em Groussac, que experimentou durante a vida uma condição de duplo pertencimento, ao mesmo tempo que se reconhecia como francês, também se sentia mais a vontade no país adotivo.

Considerações finais:

A experiência relatada por Groussac em sua novela discute a condição do exilado europeu na Argentina. Mesmo que tenha enriquecido no país adotivo, o dinheiro não foi suficiente para que don Martín regressasse a França como um homem de posses, bem aceito no mundo da alta sociedade. Martín não dominava os códigos daquele ambiente, que se mostrava hostil a sua presença.

A viagem a Europa funcionava ainda como um elemento de distinção em relação a quem permanecia na Argentina e mesmo que Buenos Aires fosse uma grande cidade, não estava ainda à altura da educação das grandes capitais europeias, como Paris. A Cidade Luz se consolida nesta discussão como berço do refinamento, da intelectualidade europeia e da civilização.

O choque entre duas culturas se coloca de forma clara: por um lado o pai, que construiu sua fortuna nos pampas argentinos e, que mais do que isso amava a terra que o adotou, de outro os filhos que cresceram na França e que incorporaram os códigos daquela sociedade e que, por sua vez, se recusavam a regressar a um ambiente que se colocava com bárbaro diante de todo o refinamento da vida que estavam acostumados.

Groussac trabalha assim com a experiência pessoal do conflito que experienciou: do regresso ou não ao país natal após a consolidação de uma vida de sucesso no país adotivo. Muitos outros aspectos poderiam continuar sendo discutidos: a questão da língua, da educação, dos monumentos públicos, dos códigos sociais, dado a riqueza dos textos de Groussac.

Referências Bibliográficas:

BRUNO, Paula. *Paul Groussac. Un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica/UdeSA, 2005.

GAY, Peter. *Represálias Selvagens: Realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. São Paulo: Cia das Letras: 2010.

GROUSSAC, Paul. *Relatos argentinos*. Segunda edição. Madrid: Talleres Poligráficos, 1922.

HAVANA: O PARAÍSO DA MEMÓRIA EM *PARADISO* (1966), DE JOSÉ LEZAMA LIMA (1910-1976)

Pedro Henrique Leite*

Resumo:

Este artigo tem por objetivo oferecer uma análise da novela *Paradiso* (1966), do escritor cubano José Lezama Lima, destacando a íntima relação estabelecida entre o texto literário e a memória na construção de uma representação do espaço urbano havanês. A intenção é verificar em que medida a memória se estabelece como uma das principais ferramentas utilizadas por Lezama para a construção de uma representação de Havana ambientada nos anos 1950, bem como sua relação com aspectos intra e extratextuais. Para isso, parto da concepção de memória defendida pelo psicólogo Daniel L. Schacter, que a entende como um tipo de mecanismo, ao mesmo tempo, “poderoso e frágil”, capaz de estabelecer conexões constantes com o presente, tentando averiguar as possíveis conexões entre o processo de memória evocado por Lezama e a construção de seu romance.

Palavras-Chave: *Paradiso*; Memória; José Lezama Lima.

HAVANA: THE PARADISE OF THE MEMORY IN *PARADISO* (1966), BY JOSÉ LEZAMA LIMA (1910-1976)

Abstract:

This paper aims to provide an analysis of the novel *Paradiso* (1966), by the Cuban writer José Lezama Lima, highlighting the intimate relationship established between the literary text and memory in the construction of a representation of the urban space in Havana. The intention is to verify to what extent memory establishes itself as one of the main tools used by Lezama for the construction of a representation of Havana set in the 1950s, as well as its relation with intra and extratextual aspects. For this, I start from the conception of memory defended by the American psychologist, Daniel L. Schacter, who understands it as a type of mechanism, at the same time, "powerful and fragile", capable of establishing constant connections with the present, trying to ascertain the possible connections between the memory process evoked by Lezama and the writing of his novel.

Keywords: *Paradiso*; Memory; José Lezama Lima.

* Doutorando em História - UFJF. E-mail: pedrohenriqueleite@mail.com

Introdução:

Inspirados pela recente Revolução, em 1959, e influenciados pelos desdobramentos políticos da mesma a partir dos anos 1960, distintos escritores cubanos tiveram como atitude comum retratar Havana em suas principais novelas. A cidade e, conseqüentemente, a memória sobre a mesma registrada nessas obras, tornou-se então objeto de disputa intelectual, relacionando-se direta ou indiretamente com as posições político-culturais tomadas por esses escritores, bem como, com as trajetórias de vida de cada um após a Revolução. Tendo em vista esse movimento mais amplo, este artigo tem como objetivo a realização de uma análise sobre a novela *Paradiso* (1966), do escritor cubano José Lezama Lima (1910-1976), enfocando especialmente a questão dos usos da memória na construção de uma representação sobre Havana presente na obra.

Nas páginas de *Paradiso* a capital se apresenta ao leitor através de dois caminhos que se entrecruzam: a partir do resgate das memórias pessoais da infância e adolescência de Lezama Lima e, igualmente, a partir da evocação de um tipo de memória coletiva sobre o espaço urbano havanês – nesse último caso elencando seus principais referentes, como as ruas mais conhecidas, prédios, monumentos, etc. Entrelaçados, esses dois processos compõem um quadro bastante dinâmico sobre a cidade, ao mesmo tempo que deixam transparecer as fragilidades inerentes ao processo de memória evocado por Lezama, transformando a Havana representada numa cidade de fragmentos: uma sucessão de imagens que se sobrepõem e que refletem, em última instância, um dos projetos intelectuais do autor, o resgate de uma visão barroca de mundo.

A investigação a seguir parte de duas concepções centrais para o entendimento do texto de Lezama: a primeira, relaciona-se com a questão da representação de Havana feita na obra, e é emprestada do historiador norte-americano Richard M. Morse. Este, ao estudar as cidades latino-americanas, compreendia-as a partir da ideia de “Arenas Culturais”, ou seja, como espaços em que seus habitantes, munidos dos recursos intelectuais e psíquicos disponíveis, seriam capazes de fornecer leituras complexas, e ao mesmo tempo originais, desses mesmos locais (MORSE, 1995: 205). A segunda, vincula-se à questão da memória, e parte da formulação do psicólogo Daniel L. Schacter, que a defende como um ato “poderoso e, ao mesmo tempo, frágil” de olhar sobre o passado, carregado de significado, sentidos e emoções e, ao mesmo tempo, altamente conectada com as experiências do presente (SCHACTER, 1996: 5-7). Juntas, essas definições formam as bases para o entendimento das páginas a seguir, em que recupero alguns aspectos que considero importantes em *Paradiso*, em

especial a relação entre texto, imagem e memória, que são pontos importantes ligados a narrativa de Lezama Lima.

***Paradiso* – Espaço de memórias que confluem e se projetam:**

Considerada obra prima de José Lezama Lima, *Paradiso* (1966) aparece como expressão máxima de toda uma vida dedicada à poesia. Em sua narrativa neobarroca, amplamente influenciada por Góngora,¹ o escritor cubano realizou aquela que se tornou a maior empreitada de sua carreira literária, incorporando em sua prosa muito da linguagem poética desenvolvida durante a vida. Essa linguagem, por sua vez, aparecia como expressão daquilo que o autor definiu em seus ensaios como um “sistema poético do universo”,² ou seja, a tentativa de criar uma cosmogonia em que a poesia pudesse substituir a religião: “un sistema poético más teológico que lógico, para que el hombre encuentre el mundo del prodigio, la *terateia* griega, y la seguridad de la *palingenesia*, la resurrección.” (LIMA, 2012: 31). Disso resulta afirmar que *Paradiso* advém de uma profunda fé no poético depositada por seu autor, carregado de intensidade, profuso em linguagem, tensionado entre o sagrado e o profano, obscuro. Trata-se, antes de tudo de um “poema novelado” (LIMA, 2012: 13), ou como bem definiu o escritor cubano Guillermo Cabrera Infante: “uma confissão e uma memória” (INFANTE, 1996: 78).

Paradiso é confessional no sentido religioso, trata-se da profissão de fé de Lezama na poesia e, ao mesmo tempo, se estabelece como memória através de seus vínculos com o passado vivido pelo autor e pela projeção de uma memória sobre a cidade. A novela remete a uma Havana anterior à Revolução, construída barrocamente a partir da recorrência às memórias familiares do escritor, da perpetuação da memória de espaços públicos, e das analogias feitas por Lezama que relacionam a cidade e seus habitantes às *eras imaginárias* que constituem a base de seu sistema poético.³

¹ Luis de Góngora y Argote (1561-1627), um dos expoentes da poesia barroca do chamado “Siglo de Oro” castelhano.

² Uma boa síntese sobre o Sistema poético do Universo desenvolvido pelo autor em seus ensaios encontra-se na introdução da recente edição em castelhano de *Paradiso*, de 2012. Cf. Em: LIMA, José Lezama. “Un sistema poético del universo”. In.: *Paradiso*. Madrid: Catedra Letras Hispánicas, 2012, pp. 31-46. Esta é inclusive a edição que utilizo para a realização deste artigo.

³ Dentro de sua sistematização poética do universo, Lezama afirmava que cabe ao poeta recorrer sempre a imagens para explicar o sobrenatural, para fazer visível o mundo invisível (“La imagen es la realidad del mundo visible y tiene una poderosa fuerza regressiva. La imagen pretende reducir lo sobrenatural a los sentidos del hombre, pero ya transfigurados.”). Assim, para acessar essas imagens, o poeta precisa entrar em contato com as chamadas *eras imaginárias* – um conjunto de momentos elencados por Lezama em que metáforas viventes desembocariam em imagens. São elas: a *era filogeneratriz*; o *tanático de la cultura egípcia*; a *era del orfismo*; *La biblioteca como dragón*; *Los*

Não só a linguagem fundada na poesia chama a atenção, mas também a relação entre o enredo e a própria biografia do escritor. Não se trata aqui de definir o livro como uma biografia novelada, mas sim entende-lo como uma narrativa “semiautobiográfica”, o que implica em dizer que Lezama incorpora aspectos da própria vida no enredo, sem necessariamente tentar reconstruir uma biografia de si. Ao contrário, seus personagens e ações têm vida própria na obra, e as relações com o biográfico se dão através da semelhança e não da mimese pura e simples. Em retrospectiva, analisando sua criação, o poeta justificava a proximidade com o real da seguinte forma:

Yo creo que *Paradiso* parte de su circunstancia, de su realidad inmediata. Ofrece las dos cosas: lo muy inmediato, lo más cercano – la familia – y lo que se encuentra en la lejanía, lo arquetípico – el mito –. Toda novela es siempre algo biográfica; todo novelista emplea recursos idiomáticos, recuerdos de su infancia, entrevisiones, momentáneas fulguraciones, una visión, una totalidad. (LIMA, 2012: 49-50)

Lezama torna *Paradiso* uma recordação geral da própria vida. Ele recria em sua novela-poema a trajetória de infância e juventude do personagem José Cemí, que é uma espécie de “alegada transcrição de sua personalidade” (LIMA, 2012: 16), descrevendo a jornada de descoberta de sua paixão pela literatura e de sua iniciação no mundo da poesia, até chegar em sua maturidade, momento em que Cemí escreve seus primeiros versos.

O jovem poeta, que assim como Lezama sofria de ataques constantes de asma, aparece desde o início como uma criança frágil e carente de cuidados, mas ao mesmo tempo curiosa em relação às coisas do mundo. Cercado pelos familiares e vivendo no acampamento militar de Forth Barrancas, em Pensacola, vê sua vida mudar radicalmente com a morte de seu pai, o Coronel José Eugenio Cemí. Esse fato, que contribui de forma intensa para a formação da personalidade do garoto, resulta em sua mudança para Havana, junto com a mãe e as irmãs, onde passa a viver na casa da avó materna: Augusta. A partir daí a novela aborda suas descobertas na capital cubana, e seu crescimento durante os anos 1930, junto dos amigos Foción e Fronesis, e de seu mentor intelectual Oppiano Licario, que o inicia na poesia, numa narrativa repleta de sexualidade e religiosidade e que emana a erudição densa de Lezama Lima. O desfecho se dá no momento de maturidade de Cemí, quando este descobre sua

Reyes como metáfora; El culto de la sangre; Las piedras incaicas; Conceptos católicos de Gracia, Caridad y Resurrección; e por último, La posibilidad infinita. Cf. Em: LIMA, José Lezama. “Un sistema poético del universo”. In.: *Paradiso*. Madrid: Catedra Letras Hispánicas, 2012, pp. 31-46. Em *Paradiso* o autor recorre a essas eras para, por exemplo, fazer analogias entre seus personagens e figuras da mitologia grega e egípcia, numa sobreposição de imagens que aguça a imaginação do leitor. (Vide, por exemplo, o capítulo III, em que o personagem José Cemí relembra da relação que sua avó fazia entre Jacksonville – local em que se desenvolve o início da novela – e Atlântida.)

vocação como poeta, mesmo instante em que seu guru, Licario, morre. O duplo fato resulta num ciclo: a morte de um poeta, representa o nascimento de outro. Agora Cemí “[...]. Volvía a oír de nuevo: ritmo hesicástico, podemos empezar.” (LIMA, 2012: 653).

A Havana de memórias recriada por Lezama em *Paradiso* funda-se, ao mesmo tempo, a partir do núcleo familiar de Cemí e através das descobertas do personagem junto aos seus amigos em andanças pela cidade. Trata-se, antes de mais nada, da reprodução do espaço urbano em sua complexidade, através de níveis de vivência na cidade que reproduzem uma amálgama da relação entre o indivíduo, o espaço público e o âmbito privado. A cidade desponta como o lugar das reuniões e discussões em família ao redor da mesa, dos cheiros e sabores da cozinha, da vivência entre patrões e empregados domésticos, da música no rádio, das brincadeiras infantis e das conversas entre vizinhos. Ao mesmo tempo, surge como a cidade do Paseo del Prado, do Vedado, das caminhadas pelo Malecón – onde se sente a brisa do mar –, das bancas de fruta, do pátio da escola; locais de ampla sociabilidade que remetem a uma memória coletiva do espaço urbano.

A paradisíaca capital descrita por Lezama respira um tempo e um ritmo próprios: “de pasos lentos, de estoica despreocupación ante las horas, de sueño con ritmo marino, de elegante aceptación trágica de su descomposición portuaria porque conoce su trágica perdurabilidad” (MACHOVER, 1995: 63). Trata-se de uma cidade desenvolvida a partir de tradições, de experimentações, de sobreposições de memórias, de convivências e conflitos, mas, em especial, é uma cidade criada pelo olhar de seus habitantes e de seus artistas:

Siente el artista su ciudad, su contorno, la historia de sus casas, sus chismes, las familias en sus uniones de sangre, sus emigraciones, los secretos que se inician, las leyendas que se van extinguiendo por el cansacio de sus fantasmas. (MACHOVER, 1995: 61-62)

Segundo a pesquisadora Ana Casado Fernández, em sua análise sobre a novela, há em *Paradiso*: “una influencia bidireccional entre hombre y ciudad por la que ambos forman un todo: espacio corporal humano y espacio monumental urbano se funden constituyendo al hombre-ciudad o a la ciudad-hombre” (FERNÁNDEZ, 2011: 68). Na novela, homem e cidade tornam-se um só organismo, um único corpo.

É nesse sentido que podemos entender alguns exemplos extraídos da novela, como, por exemplo, a descrição da Universidade de Upsalón⁴ feita por Lezama Lima: “La escalera de piedra es el rostro de Upsalón, es también su cola y su tronco” (LIMA, 2012: 370). A escadaria é a conexão entre o espaço corporal humano e o espaço monumental, a simbiose entre as duas esferas só ocorre porque uma depende da outra. A escada é um espaço de sociabilidade, é a alma da Universidade:

Tiene algo de mercado árabe, de plaza tolosana, de feria de Bagdad; es la entrada de un horno, a una transmutación, em donde ya no permanece em su fiel la indecisión voluptuosa adolescentaria. Se conoce a un amigo, se hace el amor, adquiere su perfil el hastío, la vaciedad. (LIMA, 2012: 370-371)

A Universidade é um dos espaços mais felizes para Lezama, trata-se de uma de suas mais agradáveis memórias. Ela aparece aqui como espaço de sublimação, homem e monumento tornam-se um só. Como a serpente emplumada da mitologia asteca, a escada toma forma: rosto, cauda e tronco. Ela é o acesso ao sublime, e o sublime para Lezama é a cultura.

Outra imagem presente na obra, e que representa igualmente a relação de simbiose entre homem e cidade, irrompe no capítulo IX. Aqui um espaço tão importante para o autor quanto a Universidade se revela: a rua.

A rua adquire na concepção lezamiana um valor e uma dimensão semelhantes à rua de São Petersburgo analisada por Marshall Berman em *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar* (1982). É o espaço de sociabilidade por excelência que se converte nas veias pulsantes da cidade. Todavia, diferente da solitária Nevski abordada por Berman, em Lezama a rua ganha contornos plurais através das representações das *calles* Obispo e O'Reilly, famosos caminhos da Havana Velha.

Em uma das cenas descritas, José Cemí, após a sesta do almoço, sente um ímpeto em sair de casa para caminhar pelas mencionadas ruas, com o intuito de visitar uma livraria. O narrador descreve:

Esas dos calles fueron siempre sus preferidas, en realidad, son una sola en dos tiempos: una para ir a la bahía, y otra para volver a internar-se en la ciudad. Por una de esas calles parece que se sigue la luz hasta el mar, después al regreso por una

⁴ Em *Paradiso* os nomes tendem a se desdobrar em múltiplas referências, característica do barroco lezamesco. Upsalón, como o poeta nomeia a Universidade de Havana na novela, é uma referência à Universidade de Uppsala, a mais antiga universidade escandinava, fundada em 1477. Aqui o jogo de imagens denota a antiguidade partilhada entre as duas Universidades, uma vez que a Universidade de Havana também foi uma das primeiras instituições de ensino fundadas na América.

especie de prolongación de la luz, va desde la claridad de la bahía hasta el misterio de la médula de saúco. (LIMA, 2012: 386)

Obispo e O'Reilly são apresentadas já de início como as ruas preferidas de Cemí; o vínculo entre o homem e a cidade é estabelecido imediatamente. Ambas são espaços de passagem e levam a direções opostas: uma em direção ao mar e outra de volta à cidade. A iluminação se dá em perspectivas reversas: uma se faz naturalmente intensa levando o caminhante à amplitude da baía, e a outra se apresenta como uma prolongação da luz natural, saindo da claridade absoluta e seguindo em direção ao interior, como se fosse atraída pelo magnetismo da cidade, por um eletroscópio de largas dimensões (ou como Lezama prefere: pelo “misterio de la médula de saúco”).

A narrativa continua:

El obispo baja por una de esas calles, bajo palio, rodeado de farolas. Va a llevarle a la extremaunción a un alférez que se muere en un galerón. Sube por la otra calle un general de origen irlandés, rubio muy tostado por largas estancias en el Líbano, porta un bastos florecido, adquirió la costumbre de usar aretes en las camapañas de Nápoles. Esas dos calles tienen algo de barajas. Constituyen una de las maravillas del mundo. Raro era el día que Cemí no las transcurría, extendiéndose por sus prolongaciones, la plaza de la Catedral, la plaza de los Gobernadores generales, la plaza de San Francisco, el templete, el embarcadero para la Cabaña, Casa blanca o Regla. (LIMA, 2012: 386)

Aqui ocorre a metamorfose. As ruas passam a ser dotadas de características humanas numa operação transhistórica de resgate da imagem de seus patronos: Obispo – homenagem a Pedro Agustín Morel de Santa Cruz, bispo de Havana da segunda metade do século XVIII – ressurgem no tempo, vestindo seu manto e seu pálio adornado, e iluminado pela luz dos postes segue a levar a extrema-unção a um alferes que morre numa festa. Trata-se aqui de uma sobreposição de imagens, Lezama mistura propositadamente as referências – a rua Obispo também foi palco de uma tragédia ocorrida um século antes da chegada do famigerado clérigo: a morte de Maria de Cepero, filha do Governador Diego Rivera y Cepero, durante uma festa que ela mesma promovia no palácio de governo, vítima de um tiro de arcabuz.⁵ Assim, a rua Obispo torna-se palco de um encontro improvável, entre personagens separados por um século de distância. É como se os fantasmas do bispo de Santa Cruz e de Maria Cepero dividissem espaço com José Cemí a cada vez que o jovem

⁵ Sobre a origem do nome da rua Obispo e da morte de Maria de Cepero, cf. Em: TORRE, José M. de La. **Lo que fuimos y lo que somos ó La Habana Antigua y Moderna**. Havana: Librería Cervantes, 1913, p.52.

personagem frequentasse aquela rua. O efeito é intencional, Lezama projeta sobre o espaço urbano sua visão imagética de mundo: a história para o autor, assim como a vida, não é mais que mera sucessão de imagens que se inscrevem no tempo, anunciada, sobretudo, pela poesia. A rua transforma-se então numa tela de sucessivas imagens poéticas possíveis.

O mesmo processo ocorre ao descrever o movimento na rua O'Reilly, onde sobe pela rua “un general de origen irlandés”. Trata-se do General Alejandro O'Reilly, que chegou à Havana em 1763 para inspecionar as tropas no período da restauração da cidade. O movimento inverso das ruas (o Bispo desce a rua, e o General sobe) descrito por Lezama não é ao acaso: converte-se em mais uma sobreposição de imagens históricas. Conta-se que, ao chegar em Havana, o General O'Reilly: “hizo su entrada por esta calle, saliendo el conde de Albermale por la del Obispo” (TORRE, 1913: 52). Esse movimento oposto das ruas funciona como um espelho, como uma carta de baralho – “essas dos calles tienen algo de barajas” (LIMA, 2012: 386) –, é a *dobra* barroca⁶ lezamesca circunscrita no espaço urbano através de imagens sobrepostas.

A Havana de *Paradiso* é a fuga poética de Lezama ao passado de uma cidade acolhedora, capaz de incorporar as mais diversas culturas (egípcia, grego-romana, hindu, ameríndia) e conjugá-las com a realidade crioula de Cuba. Ela é ao mesmo tempo a cidade contrapontística: religiosa e de descobertas sexuais de seus personagens. Mas se inscreve sobretudo como uma cidade inocente, é o paraíso bíblico livre de qualquer pecado. *Paradiso* é a Havana de seus sonhos.

Bibliografia:

BERMAN, Marshall. *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade*. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FERNÁNDEZ, Ana Casado. “El espacio urbano de La Habana como discurso: entre la historia y la memoria”. *Ángulo Recto*. Madrid. v.3, n.1, 2011.

INFANTE, Guillermo Cabrera. *Mea Cuba*. Trad. Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIMA, José Lezama. *Paradiso*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2012.

⁶ Sobre a ideia de dobra barroca cf. Em: DELEUZE, Gilles. *A Dobra: Leibniz e o Barroco*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1991.

MACHOVER, Jacobo (org.). *La Habana 1952-1961: El final de un mundo, el principio de una ilusión*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

MORSE, Richard M. “As cidades ‘periféricas’ como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

História Econômico-Social, Quantitativa e serial do Brasil e Geral: Uma visão de conjunto - séculos XIX, XX e XXI

Coordenadores:

Thiago Alvarenga de Oliveira – Doutorando PPGHIS UFF.

Thiago Vinícius Mantuano da Fonseca – Doutorando História Social UFF.

Desde a grande de Crise Econômica Internacional de 2008 e, especialmente no Brasil, após o fim da bonança propiciada pelos altos preços das *commodities*, o campo da História Econômico-Social têm ganho cada vez mais visibilidade e interesse. Este novo impulso se deu de fora para dentro da academia, possibilitado pela nova centralidade de temas econômicos, financeiros, trabalhistas, previdenciários, etc. num momento de transformações acentuadas nas relações de produção e trabalho brasileiras.

Os expressivos avanços por parte dos trabalhadores no acesso à educação e trabalho, mais especificamente no mundo do consumo, conquistados nestes anos contrastam com as ameaças de retrocessos que o capital tenta impor contra os mais pobres neste momento de crise. Por conta desta conjuntura mutante, que já se arrasta há quase dez anos, os estudos de História Econômico-Social têm se intensificado como forma de oferecer uma reflexão crítica e comparada com relação ao nosso passado, além da percepção de algumas questões que se perpetuam e desenrolam nos problemas que vivemos em nosso presente.

O elevado custo para salvação do sistema financeiro e a promessa de aprofundamento da extração de mais valia no setor produtivo, com profundo impacto sobre toda a sociedade, impõe não apenas novas perspectivas, mas também novas pesquisas e debates para a História Econômico-Social.

Historiadores, economistas, sociólogos e demais cientistas das humanidades são inquiridos, cotidianamente, dentro e fora da academia, a oferecerem interpretações sobre processos e fenômenos que parecem pouco compreensíveis para os cidadãos comuns, mesmo que estejam envolvidos com aspectos triviais da vida da maioria da população. Nessas ocasiões, os profissionais de História têm por hábito embasarem suas opiniões e interpretações, sempre e necessariamente, a partir do conhecimento do passado. Aqueles que se envolvem com temáticas econômicas, em especial, tendem a privilegiar a longa duração e a explicação estrutural, demonstrada a partir de métodos quantitativos e seriais.

Este Simpósio é proposto para servir a uma amplitude temática e cronológica tão diversa, quanto necessária para uma reflexão associada entre História, Economia e Sociedade. O nosso objetivo geral é inserir um espaço para discussão sobre economia numa perspectiva histórica e social na XXXIII SEMANA DE HISTÓRIA DA UFJF.

O Simpósio Temático *História Econômico-Social, Quantitativa e Serial do Brasil e Geral: Uma Visão de Conjunto - Séculos XIX, XX e XXI* busca reunir estudos e pesquisas que dialoguem com os seguintes eixos temáticos: Teoria e Metodologia em História Econômico-Social, Quantitativa e Serial; História e Trajetória de Instituições, Empresas, Agências, Agentes Econômicos e Classes Sociais; Estado, Política Econômica e Desenvolvimento Econômico-Social; Economia Política Internacional; História das Relações Econômicas Internacionais, Divisão Internacional do Trabalho e Mercado Mundial; História do Pensamento Econômico; História Econômica Regional; História Urbana; História Agrária; História Econômico-Social do Trabalho e dos Trabalhadores; Escravidão, Liberdade e Imigração.

Entendemos que é possível criar um ambiente crítico e fraterno, rico em diálogo e contato entre diferentes áreas do saber. Pesquisadores de formações diversas poderão apresentar, discutir e refletir coletivamente, convergindo em sua relação com a História Econômico-Social.

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO A PARTIR DO SISTEMA PATENTÁRIO BRASILEIRO: UM ESTUDO DE DADOS

Amanda Gonçalves Marinho¹

RESUMO:

Esse trabalho visa entender como ocorreu o processo de registro de patentes após a lei de 1882, para tal, confeccionamos um banco de dados com um relatório de patentes fornecido pelo Arquivo Nacional entre os anos de 1882 e 1910. Tendo em vista que a lei de 1882 é a mais importante e detalhada do século XIX, buscamos entender o impacto que a legislação trouxe para o processo patentário e consequentemente para a industrialização do país. Restringimos o foco da pesquisa às patentes inglesas registradas no Brasil para entender se este país, que foi onde a Revolução Industrial teve origem contribuiu significativamente através das patentes para a modernização das indústrias brasileiras.

Palavras-chave: patente, industrialização, invenção, registro, desenvolvimento.

THE INDUSTRIALIZATION PROCESS FROM THE BRAZILIAN PATENTARY SYSTEM: A DATA STUDY

ABSTRACT:

This work aims to understand how the patent registration process has occurred after the 1882 law, which we made a database with a patent report provided by the National Archives between the years of 1882 and 1910 for. Considering that the 1882 law is the most important and detailed of the 19th century, we seek to understand the impact that legislation brought to the patenting process and consequently to the industrialization of the country. We restricted the research to focus British patents registered in Brazil in order to understand whether this country, cradle of the Industrial Revolution, significantly contributed through patents for the modernization of Brazilian industries.

Keywords: patent, industrialization, invention, registration, development.

¹ Mestranda em História Econômica pela Universidade de São Paulo. amandamarinho@id.uff.br

As patentes de invenção são fundamentais para a industrialização e modernização de um país. As inovações e melhoramentos delas são responsáveis por colaborar com o desenvolvimento da produção, e consequentemente obter aumento de lucro em menor tempo. O século XIX foi bastante significativo para o Brasil nesse sentido, visto que houve um verdadeiro avanço nas leis que se referem às invenções, priorizando a proteção do invento e do seu inventor, e a garantia de privilégios a ele.

Jared Diamond aborda no capítulo treze de seu livro “Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades” que esse desenvolvimento tecnológico da produção, através da inovação, pode se dar de duas formas: intenção de inventar determinado produto para atender a uma determinada necessidade, ou a invenção de um novo produto (ou processo) para depois descobrir a sua aplicabilidade. Ele diz: “A necessidade é a mãe da invenção”, ou seja, as invenções supostamente surgem quando uma sociedade tem uma necessidade não atendida: certa tecnologia é vista como insatisfatória ou limitada (DIAMOND, 2013:238), e dessa forma explica a invenção vindo da necessidade. Em contrapartida, o mesmo autor diz que “a invenção é a mãe da necessidade” pois motivado por questões financeiras e/ou sucesso, o inventor cria um produto novo, e diante da condição de explicar a sua aplicabilidade para o registro, ele precisa demonstrar sua serventia com a inovação.

Esses dois tipos de inovação (invenção), quando registrados, chamamos inicialmente de Privilégios Industriais, e mais modernamente de Patentes ou Propriedade Industrial.

No século XIX, diversos países já possuíam sua própria legislação patentária, tendo regras específicas. O Brasil criou leis sobre patentes, no século XIX, nos anos 1809, 1830 e 1882. Em 1880 a Convenção de Paris veio para tentar unificar a legislação patentária em nível mundial, reforçando o direito de cada país regulamentar alguns detalhes da concessão como conviesse, mas determinando ao mesmo tempo princípios gerais que todos os países signatários deveriam obedecer: impossibilidade de discernimento entre nacionais e estrangeiros no método de concessão dos privilégios, tornando equitativo o tratamento aos habitantes ou não; e, estipulava a prioridade de depósito para qualquer pessoa ou empresa em outros países signatários, defendendo por estipulado período a inovação (MALAVOTA, 2011: 240). Ou seja, a Convenção estabeleceu regras gerais que deveriam ser aplicadas em todos os países, mas algumas particularidades da lei ficariam a cargo de cada país decidir como executar. Essa Convenção, onde a maioria dos países capitalistas e de maior poder na época, participaram é a prova de que as patentes cresceram de tal forma que era necessária uma lei

internacional para a regulamentação, algo que fosse um princípio internacional para controlar o registro de patentes no mundo.

Apesar de o Brasil fosse um país jovem, e ainda em processo de organização político-econômica, já havia conquistado certo espaço no cenário mundial, junto a potências que, industrialmente estavam muito à sua frente. É possível perceber esse fato, por exemplo, a partir de 1880, em Paris. Faziam parte da Convenção, 11 países signatários, dos quais o Brasil foi incluído no ano seguinte, demonstrando seu espaço no cenário internacional em relação às propriedades industriais, e dando início a uma nova era em sua legislação nacional, já que a partir daquele momento pertencia a um grupo de países interessados em garantir a propriedade de suas criações mundialmente.

A proteção da propriedade industrial tem por objeto as patentes de invenção, os modelos de utilidade, os desenhos ou modelos industriais, as marcas de fábrica ou de comércio, as marcas de serviço, o nome comercial e as indicações de proveniência ou denominações de origem, bem como a repressão da concorrência desleal.”²

A lei de 14 de outubro de 1882 é a mais importante legislação sobre patentes do século XIX, pois aborda detalhadamente alguns pontos necessários para a concessão dos privilégios e a regularização do sistema. A legislação, avançada para o Brasil de 1882, também demonstra o interesse do país em desenvolver sua indústria, investindo em tecnologia – através do incentivo aos inventores, aperfeiçoadores e introdutores de inovações – e também com uma visão capitalista de aumentar a produção e o lucro. Tudo caminhava para que o Brasil deixasse de ser escravocrata; a população do país aumentava, seja por meios naturais ou pela imigração; o sistema político estava em mutação; os investimentos começavam a se voltar não somente para a agricultura “manual”, mas também para equipamentos que facilitassem o serviço. O Brasil precisava acompanhar o desenvolvimento tecnológico mundial, mesmo tendo iniciado sua industrialização tardiamente em comparação com outros países.

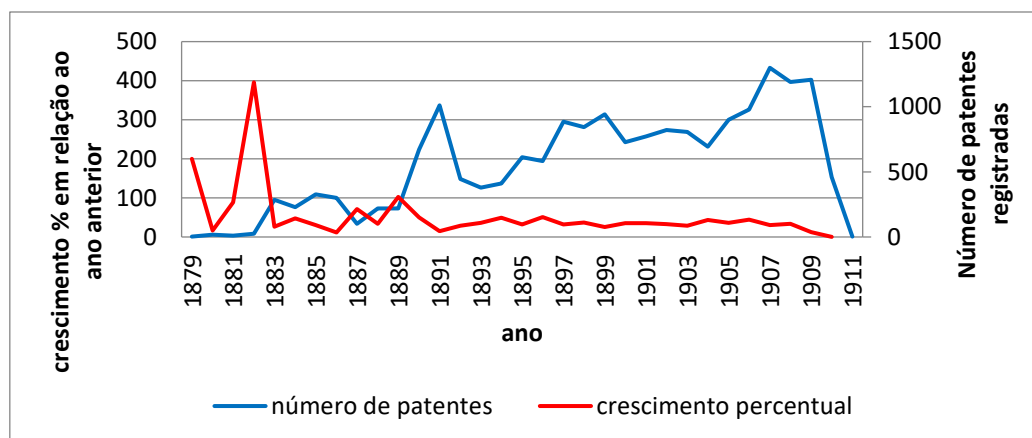
O atual objeto de pesquisa iniciou-se em fevereiro de 2013, a ideia inicial tratava-se de transcrever um documento disponibilizado pelo Arquivo Nacional, onde é possível encontrar nove mil registros de patentes, com informações como notação, autor(es), data, requerente(s), descrição da invenção, domicílio, apresentação e anexo, número da patente e assunto. Com a transcrição do arquivo, começamos a fazer algumas pesquisas para entender melhor como era o processo de

² Convenção de Paris, 20/03/1883. Cf. em referência bibliográfica

requerimento e obtenção do direito de patente. Com dados incompletos de informações em certos casos de patentes, reduzimos a tabela para que nossa pesquisa se desse apenas com as informações integrais. Dessa maneira, a tabela perdeu 2.859 registros (casos de patentes sem seu número de registro, o que nos leva a entender que as mesmas não foram finalizadas), e a partir de então, trabalhamos com 6.141 casos de patentes, que haviam tido suas informações plenas, e seus processos de requerimento finalizados.

A partir desse banco de dados produzido, pudemos realizar algumas observações, gerando gráficos para um melhor entendimento. Possuímos no banco de dados as datas em que 6.141 as patentes foram registradas, com exceção de dezoito ocorrências, que ou estavam com as datas incompletas. A partir dessas datas, elaboramos o gráfico abaixo para melhor demonstrar como foi a evolução em números de registros no Brasil.

Gráfico 1: Distribuição temporal das patentes registradas no Brasil (1879-1911)



Através do gráfico acima podemos perceber que na primeira década após a lei de 1882 o registro de invenções ocorreu de forma muito significativa, talvez pela facilidade sugerida pela lei, ou pelo interesse de inventores estrangeiros. Embora em número de patentes, não seja algo significativo (em comparação com períodos posteriores), em termos percentuais entre os anos de 1880 e 1883 podemos ver o maior pico do período estudado, se comparado com anos anteriores, visto que a produção cresce substancialmente nesses anos. Percebemos outros momentos de alta, mas nenhum tão significativo quanto os primeiros anos após a lei, segundo uma análise da percentagem. Podemos formular hipóteses que justifiquem essa quantidade de registros nos primeiros anos com a popularização da lei ou o aproveitamento da legislação que englobasse inventores estrangeiros para

que viessem registrar no Brasil. Entre 1879 e 1883 temos 113 registros, sendo 47 de brasileiros e/ou residentes e 66 de estrangeiros, dado que demonstra como os estrangeiros se valeram das leis da Convenção de 1880 para registrarem seus inventos no Brasil. Além disso, podemos perceber também como a ação dos procuradores foi fundamental para o requerimento dessas patentes, visto que dentre as 66 ocorrências de patentes estrangeiras no Brasil no período, somente 27 foram requeridas pelo próprio inventor/autor, as outras 39 tiveram participação de procuradores. Em termos numéricos, podemos observar que a partir de 1889 há um grande pico e depois um ainda maior em 1907, já nesses mesmos anos em termos percentuais, o índice não possui a mesma magnitude. A quantidade de patentes registradas no período está em ascensão (número de patentes), sendo de quantidade expressiva até 1910. Isso significa que em termos percentuais não teremos grandes picos, ou grandes declínios, dada a constância numérica dos registros.

Não é possível afirmar de maneira evidente a que se refere essa queda ou aos picos já relatados. Haveria necessidade de uma classificação nos tipos de patentes e de estudos mais aprofundados para entender esse período, pesquisando a que setores de invenções se referem, se são inventores estrangeiros ou nacionais, etc.

Apesar dos estudos inconclusivos, o banco de dados já nos demonstra em termos temporais como se manifesta a atividade inventiva nos anos estudados, e como a lei de 1882 repercutiu no campo inventivo. E a partir daí, dando continuidade às pesquisas, podemos obter diversos outros dados.

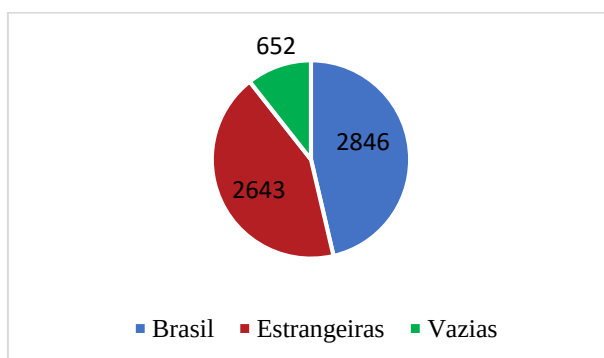
Pensemos a princípio nos países que patentearam no Brasil. Num total de 6.141 registros, excluímos 652 casos, em que não é possível encontrar domicílio da patente e/ou do patenteador. Sobram 5.489 registros que podemos saber o seu local. Desses 5.489 casos, 2.846 são do Brasil. Não necessariamente todas essas patentes são de brasileiros, visto que temos conhecimento de muitos estrangeiros que vieram morar no Brasil, e aqui registraram suas descobertas, e constituíram família, sendo dessa maneira considerados na tabela como também brasileiros. O que pode nos ajudar a diferenciá-los é o seu nome, no entanto, não faremos esse estudo aqui no momento. Nos limitaremos a entender quais países foram mais determinantes na atividade inventiva brasileira, nas últimas décadas do século XIX e início do século XX.

A tabela e gráfico abaixo são capazes de nos demonstrar um pouco melhor sobre a quantidade geral de patentes que dispomos no banco de dados e a que locais elas se referem, incluindo as patentes com campo “domicílio” vazias.

Tabela 1: Local e quantidade das patentes apresentadas no banco de dados

Local	Qtde Patentes
Brasil	2846
Estrangeiras	2643
Vazias	652

Gráfico 2: Local e quantidade das patentes apresentadas no banco de dados

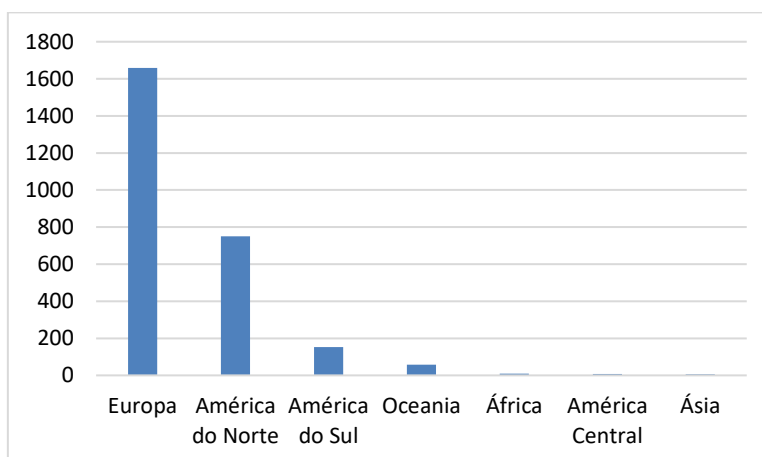


Como pode ser observado, o número de patentes brasileiras quase alcança a metade dos registros, dado que nos ajuda a perceber a presença brasileira nesse âmbito. A quantidade de patentes que não possuem domicílio corresponde a 10,6% da totalidade de registros, ou seja, um número substancial para a nossa análise, porém não dispomos desses dados para uma análise mais precisa.

Se pegarmos os países estrangeiros que patentearam no Brasil, excluindo o próprio Brasil, poderemos ver uma distribuição global desses registros encontrados no Arquivo Nacional.

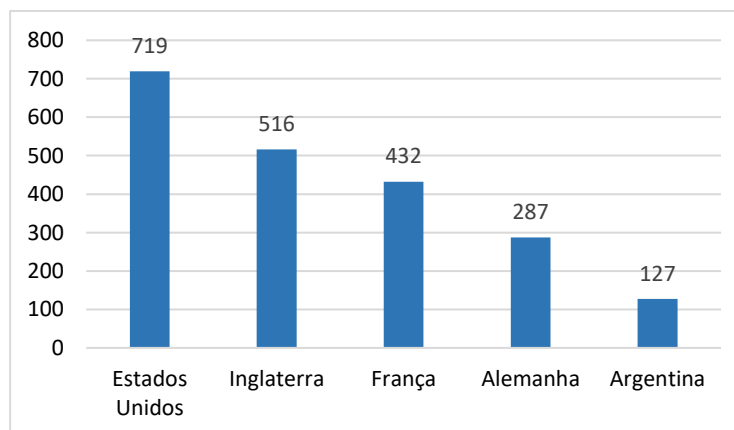
Tabela 2: Distribuição internacional das patentes

Continente	Nº patentes	Percentual
África	10	0,28
América Central	8	0,23
América do Norte	750	21,1
América do Sul	153	4,3
Ásia	6	0,17
Europa	1658	46,64
Oceania	58	0,62

Gráfico 3: Distribuição internacional (por continente) das patentes³

De acordo com a tabela acima, podemos confirmar como o a forte presença do velho continente se manifesta desses registros, pois embora os Estados Unidos sejam o país que mais patenteou, quando voltamos nossos olhos para os continentes, a Europa corresponde a 62,73% da totalidade das patentes estudadas, enquanto a América do Norte é responsável por somente 28,38%, mas somente os Estados Unidos carregam consigo 27,20%.

Gráfico 4: Os 5 países estrangeiros que mais patentearam no Brasil

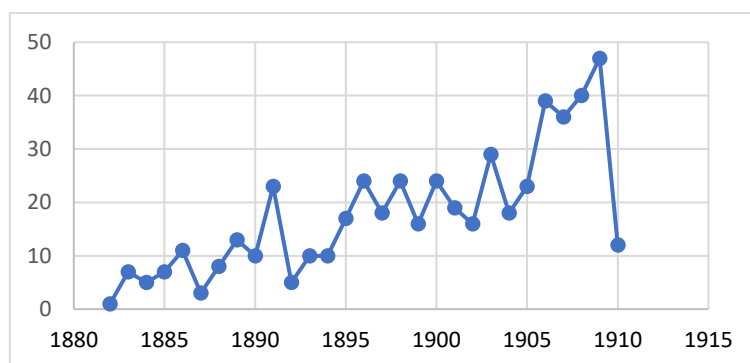


O Gráfico 4 demonstra que já em fins do século XIX, os Estados Unidos conseguiram superar a Inglaterra - local de origem da Revolução Industrial, e com estreitos laços políticos e econômicos

³ Excluído o Brasil

com o Brasil, desde o período colonial - e já despontavam como potência em termos industriais. Vale destacar que essa diferença entre esses dois países é de pouco mais de duzentos registros, ou seja, número relevante. Por outro lado, a Argentina, que se localiza na América do Sul assim como o Brasil foi responsável por somente 127 ocorrências; talvez porque muitos inventores de países mais próximos se domiciliaram no Brasil, ou mesmo por não terem um desenvolvimento tecnológico tão significativo quanto os países da Europa centro-ocidental e os Estados Unidos, no ramo inventivo.

Gráfico 5: Distribuição temporal das patentes inglesas (1882-1910)

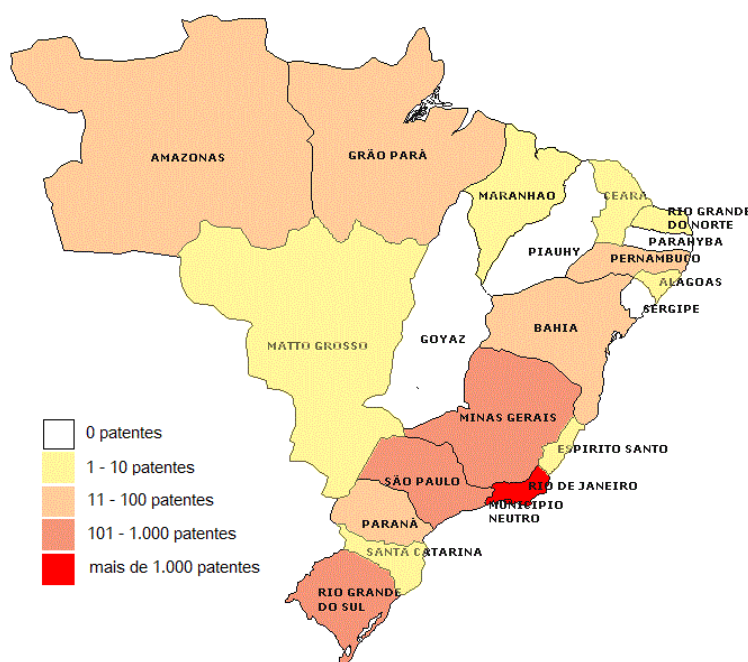


O segundo país que mais patenteou no Brasil foi a Inglaterra, o que de início nos causou espanto, já que é a “mãe” da Revolução Industrial e por isso deveria estar em primeiro lugar nesse ranking. Contudo, a tabela é capaz de nos apresentar um momento onde os Estados Unidos estão se sobressaindo no ramo industrial (ou já estavam bem estabelecidos nesse lugar), demonstrando a sua importância já nas décadas estudadas.

Dá mesma forma que o gráfico sobre as patentes estadunidenses, o gráfico acima demonstra a crescente atividade produtividade inventiva inglesa no Brasil, porém, com algumas variações. É possível notar também momentos de pico em 1906 e 1909.

Vimos com a ajuda de algumas tabelas e gráficos como se deu a distribuição do banco de dados através dos continentes e países. A partir de agora apresentaremos alguns dados a respeito das 2.847 patentes brasileiras para tentar entender se houve uma concentração das mesmas ou se a distribuição foi mais equânime que no caso anterior.

Gráfico 6: Distribuição nacional das patentes



4

O mapa acima nos apresenta similar centralidade vista no caso dos países na Europa, no entanto desta vez se apresentam nas províncias/estados do Rio de Janeiro, seguidas por São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Em contraposição, as províncias de Goiás, Piauí e Paraíba não registraram nenhuma patente no dito período.

A concentração de registro no Rio de Janeiro tem claras motivações. Além de ser o Distrito Federal à época, a província também era o principal lugar de comércio do Brasil com os outros países, sendo economicamente a mais desenvolvida. A indústria carioca refletia todo o dinamismo presente na província. A Capital Federal constituía um grande mercado de consumo, a cidade portuária através do seu comércio fornecia aos setores industriais fácil acesso a matérias-primas e maquinário importados dos principais centros industriais “os quais passaram a exercer sua supremacia não mais como exportadores de bens de consumo, e sim de bens de capital e tecnologia” (BENCHIMOL, 1992: 173). Em 1907 a preponderância econômica do Rio de Janeiro sobre os demais estados do país era nítida, dado que sozinho respondia por 37,8% do valor da produção industrial do país (GALVÃO, 1991: 143-181). Como critério de comparação, o estado de São Paulo nesse momento detinha 15,9% da produção industrial nacional. Esse dado facilmente é comprovado através da tabela acima, onde o

⁴ Elaboração própria

Rio de Janeiro tem 64,91% das patentes nacionais do período, enquanto São Paulo detém 21,85%, no período estudado.

Pelos motivos anteriormente citados a capital possuía a hegemonia econômica do país e um grande volume de exportações interregionais, e as fábricas têxteis constituíam o setor de ponta da indústria carioca. Aproximadamente metade dessas empresas foram criadas na época do Encilhamento se aproveitando do incentivo a industrialização e da política alfandegária protecionista daquele momento.

Dada a proximidade da Inglaterra com o Brasil, principalmente durante o século XIX, optamos por pesquisar especificamente as patentes inglesas registradas no Brasil no período.

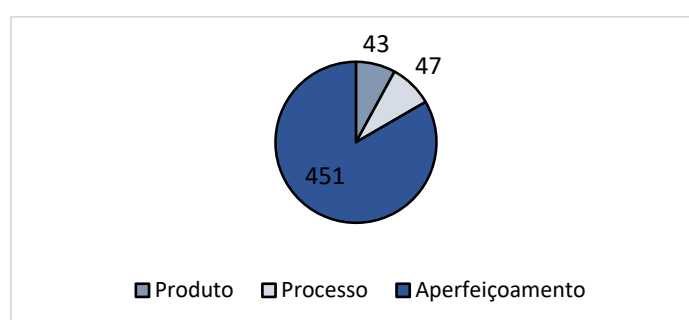
Dessa maneira, nos baseando nos 6.141 casos de patentes registradas no Brasil nesse período, optamos por selecionar os casos ingleses, que somam 541 ocorrências, incluindo a Escócia e a Irlanda, para fazermos uma análise um pouco mais detalhada.

A partir desse número e da revisão dos dados de transcrição, iniciamos o processo de classificação dessas patentes. Optamos por fazer três tipos de classificações diferentes, de forma a delimitar os dados e proporcionar uma maior combinação de informações. A classificação 1 engloba as seguintes características: rural/urbano/não se aplica. A rural foi usada somente para invenções no meio rural, que não podem ser usadas nos centros urbanos, como por exemplo: “Métodos e aparelhos aperfeiçoados aplicáveis à dessecação do café.” Em urbano, pretendíamos incluir àquelas patentes que só podem ser usadas no meio urbano, no entanto, não foi possível usar esse metadado, visto que não conseguimos localizar patentes que não podem ser usadas no rural, uma vez que todas se aplicam aos dois meios ou somente ao rural, principalmente ao se tratar de agricultura. Dessa forma, descartamos a classificação “urbano”, e optamos por usar somente “rural e não se aplica”. Nos casos em que não se pode classificar somente como urbano ou como rural, optamos por usar a classificação “não se aplica”, e dessa forma englobar os dois setores, como por exemplo casos de construção, comunicação, transporte, etc. Seguindo esse pensamento, incluímos 516 patentes como “não se aplica” e 25 em “rural”, o que nos apresenta como a grande maioria dessas patentes poderia ser usada nos meios urbano e rural. Encontramos, por exemplo, diversos casos referentes a iluminação, o que pode ser usando tanto nas cidades quanto nos campos, dessa forma, entram na classificação “não se aplica”. É importante pensarmos que em uma economia fortemente agroexportadora como era o Brasil no século XIX, as invenções que se aplicassem as várias atividades agrícolas teriam grande importância para a economia do país. É importante ter em mente que essa classificação é totalmente

pessoal, e que uma outra pessoa ao olhar os mesmos dados, pode classificar de maneira diferente ou criar novas especificações para as informações.

A segunda classificação é feita através da divisão da patente entre aperfeiçoamento/processo/produto. Como aperfeiçoamento, temos qualquer invento que foi melhorado posteriormente, seja pelo próprio inventor ou não, por exemplo “Aperfeiçoamento em fornos de padeiro”; já havia sido criada o forno de padeira em outro momento, então essa patente trata-se de um melhoramento da anterior. No processo encontramos novas formas de fazer determinada coisa, um novo procedimento de executar uma tarefa já conhecida; por exemplo “Novo sistema de produção de vapor nas máquinas de vapor”. Por produto, temos máquinas e aparelhos com uma nova função, ou um novo equipamento de fazer algo já inventado, mas com maneira diferente. Essa classificação é importante para entendermos que muitos inventos, foram na verdade desenvolvimentos de criações anteriores. Esses aperfeiçoamentos muitas vezes foram provenientes do uso da invenção inicial, quando o usuário pensava em alguma modificação no invento que poderia facilitar o manuseio, ou agilizar a produtividade. Também podemos perceber, quando o mesmo inventor faz aperfeiçoamentos no invento em data próxima a do registro de patente, que ele não estaria satisfeito com o resultado do seu trabalho, e já no momento da criação imaginava melhores maneiras de desenvolver o invento, mas muitas vezes patenteava para garantir o privilégio da invenção para si. Pouco tempo depois, registrava o melhoramento do invento já patenteadado. No gráfico abaixo podemos comparar as três especificações da classificação dois.

Gráfico 7: Tipologia da classificação 1



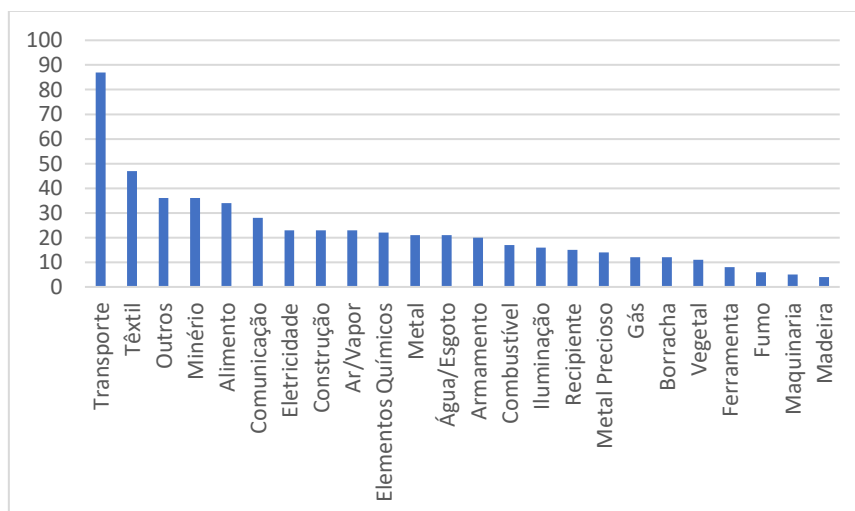
Podemos observar como há muito mais registro de aperfeiçoamentos do que de produtos ou processos. Por aperfeiçoamentos temos incluso processos ou produtos aperfeiçoados, o que justifica a disparidade entre essas especificações. Também podemos observar muitos casos de invenções já

conhecidas e já utilizadas por todos, em que se descobre uma nova maneira de fazer o mesmo procedimento. Por exemplo: "Sistema aperfeiçoado de arrolhar garrafas. " Já se tinha conhecimento de uma determinada forma de colocar rolhas em garrafas, era usual. Porém, descobriu-se um novo sistema de fazer o mesmo serviço, então trata-se de um aperfeiçoamento. Da mesma forma, podemos encontrar produtos aperfeiçoados: "Melhoramentos na construção e no manejo de freios vácuos". Já havia essa invenção, mas foi descoberto um aprimoramento e este foi patenteado.

A terceira classificação objetivava extrair a palavra chave do invento, para melhorar a sua localização e pesquisa. Por exemplo, na descrição da patente temos: "Lâmpada de incandescência a petróleo", a palavra-chave é lâmpada, e através dela conseguimos ter uma maior clareza para realizar dados quantitativos. Nesse momento da classificação encontramos palavras-chave que se repetem diversas vezes como arma, engate, freio, lâmpada, mineral, e outras que são ocorrência única, como adubo, chá, farol e moeda.

A quarta classificação padroniza a classificação 3 para que encontremos números mais coerentes e mais fáceis de serem trabalhados. Se na terceira classificação temos os seguintes componentes: açúcar, café, cereal, leite e noz, na quarta classificação todos esses termos se tornam somente "alimentos". Dessa forma, resumimos a classificação aos seguintes setores: água/esgoto, alimento, ar/vapor, armamento, borracha, combustível, comunicação, construção, elementos químicos, eletricidade, ferramenta, fumo, gás, iluminação, madeira, maquinaria, metal precioso, minério, outros (casos isolados ou que não se encaixam em nenhuma das outras categorias), recipiente, têxtil, transporte e vegetal.

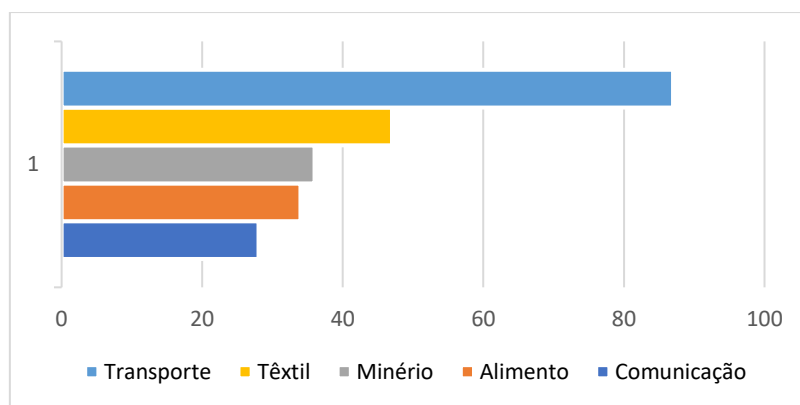
Gráfico 8: Tipos de produtos (classificação 4)



A partir dessa classificação, foi possível analisarmos os dados e entendermos um pouco mais do processo de patenteamento dos ingleses no Brasil. No gráfico 8 podemos ver todas as grandes classes de patentes registradas entre 1882-1910 no Brasil pelos ingleses. Podemos perceber que entre todas as categorias, o “transporte” tem uma maior importância, sinal da presença inglesa no Brasil nesse quesito. Porém, para além dos transportes, há diversos outros grupos que receberam investimentos, e através deles podemos perceber a que se dedicavam os inventores da época. Por água/esgoto, comunicação, construção, eletricidade, iluminação e transporte, vemos o interesse em desenvolvimento de setores básicos para a sociedade, uma tentativa de urbanização e modernização, provavelmente sob a influência da *Belle Époque* francesa. Podemos nos lembrar do prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, que na época sob a presidência de Rodrigues Alves, instalou uma política pública de remoções de moradias populares, entre 1902 e 1906, com o objetivo de construir grandes avenidas como a Central (atualmente Avenida Rio Branco) para melhorar a circulação de veículos na cidade e facilitar o acesso ao porto.

Por “Outros”, encontramos casos que não se encaixam em nenhuma das outras categorias, e somente há um ou dois registros, como por exemplo ocorrências relativas a moeda, balança, assoalho, detergente, etc.

Gráfico 9: Os cinco principais tipos de produtos



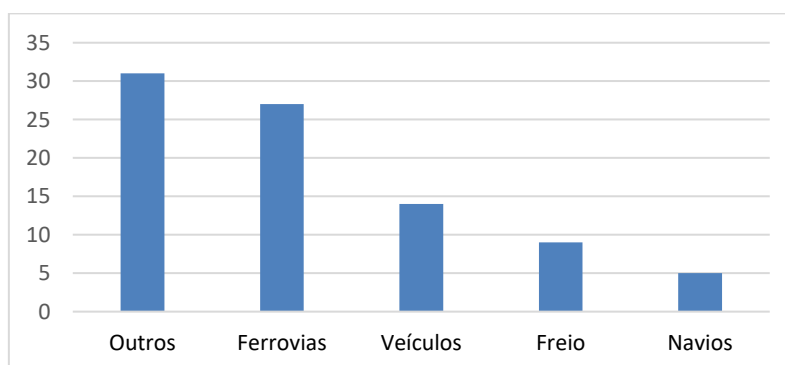
Se selecionarmos os cinco tipos de produtos que mais tiveram relevância, encontraremos com o auxílio do gráfico 9, como o setor de transporte estava aproximadamente com o dobro do número de patentes do segundo principal setor, o têxtil. Os outros três setores não possuem tão significativa diferença entre si, quanto os dois primeiros lugares do ranking. Pode-se concluir então, que o grande investimento da época se dava na questão do transporte, provavelmente numa busca de integrar o

Brasil, principalmente através das ferrovias, no entanto, não se pode descartar os veículos de circulação dentro das cidades e os navios, responsáveis pela entrada e saída de produtos do Brasil.

Quando a Família Real veio para o Brasil – com a ajuda da Inglaterra – diversas medidas a fim de modernizar o país foram tomadas. Em seu livro, Nícia Vilela Luz (1975) comenta sobre as primeiras determinações de D. João VI para promover esse desenvolvimento, através de alvarás e cartas-régias de incentivos fiscais e privilégios. O Brasil já passava por um processo de modernização durante todo o século XIX, que se intensificou a partir de 1850, quando a ainda pequena indústria brasileira sofreu transformações. Essas transformações tanto da sociedade quanto da indústria podem ser vistas no banco de dados, onde setores básicos foram mais afetados que outros. Durante o século XIX é possível observar o capitalismo se firmando ainda mais nos países, principalmente os industriais; e o Brasil como agroexportador teve atenção do mercado externo, já que dispunha de matéria prima barata e mercado consumidor. Isso é explicado pelo grande número de países que vieram registrar seus inventos aqui. Para tal, setores de comunicação e transporte se tornam imprescindíveis, como podemos ver no gráfico acima.

Por outro lado, os ramos de minério, alimentação e têxtil refletem o que havia no Brasil para que fosse explorado. A região Centro-Sul, que concentrava a maior parte da população, também concentrava a produção cafeeira, e embora não tenhamos muitos produtos alimentícios como patentes, outros setores estavam diretamente ligados a ele. Em alimento, podemos encontrar patentes de tratamento (secamento, descaroçamento) dos grãos de café; mas também ocorrências relativas aos grãos, açúcar, leite, noz e chá. Em minério, formas de extração e tratamento dos minérios. E em têxtil, registros de formas de costurar roupas, tratamento dos caroços de algodão e muitas ocorrências no fabrico de chapéus. Essas áreas nos demonstram as necessidades à época do Brasil.

Gráfico 10: Tipologia dos transportes



Se o setor de transporte foi o que mais sofreu investimento, cabe buscar entender qual foi a motivação. Recordando do Barão de Mauá e dos créditos ingleses trazidos por ele para a implantação de ferrovias no Brasil, faz sentido pensarmos numa tentativa de integrar o país. Conforme Richard Graham fala em seu livro (GRAHAM, Op. Cip. p. 131), fazia parte do plano britânico auxiliar na instalação de ferrovias pelo país, pois as mesmas contribuiriam para levar matérias primas até o litoral para de lá serem exportadas, e para que o mercado consumidor brasileiro no interior do país tivesse acesso aos produtos industrializados importados. O gráfico 10 nos confirma que entre o setor de transportes, o que sofreu maiores investimentos foi o de ferrovias, no entanto, essas ferrovias não estão somente relacionadas às estradas de ferro dos trens, elas também se referem aos trilhos dos bondes. Nos registros de patentes só há termos relacionados às “estradas de ferro”, o que nos leva a crer que incluem os trens e bondes também. “Outros” constitui categorias sem muitos registros, como caixas de marcha, por exemplo. Nota-se que os veículos, provavelmente carros, vêm em terceiro lugar como maior número de patentes, provavelmente relacionados aos transportes urbanos. Os freios – há uma categoria separadamente para isso por conterem nove registros no total de 88 casos relacionados a transporte – podem ser para qualquer tipo de veículo. E quanto aos navios, para transporte em maiores distâncias, principalmente para outros países.

CONCLUSÃO:

Como vimos anteriormente, as patentes são de extrema importância para entendermos o processo de modernização e industrialização do Brasil, visto que refletem pesquisas e avanços tecnológicos obtidos, a fim de melhorar e agilizar a produção de toda sorte de itens.

O fato de o Brasil ter sido convidado a participar da Convenção de Paris de 1880 juntamente com outras potências muito mais industrializadas, demonstrou sua importância no cenário mundial. Havia a necessidade de padronizar a maneira como o registro de invenções em outros países seria feito, e o Brasil estava inserido nesse contexto, mesmo com seu processo de industrialização ainda sendo bastante incipiente.

Realizamos neste trabalho, uma análise de dados referente ao banco de dados produzido. A partir deste, é possível analisar as patentes sob diversos “ângulos”. No entanto, até o momento, somente as patentes inglesas foram classificadas, o que nos permite uma exploração maior das possibilidades, algumas destas, apontadas nesse trabalho.

Apresentamos detalhes de como o bando de dados foi elaborado, bem como algumas análises gráficas. Percebemos o impacto da lei de 1882 no registro de patentes brasileiras, bem como os períodos de inclinação e declinação até o 1910, fim do período estudado. Observamos em termos quantitativos a presença estrangeira no país, analisando numericamente por continentes e países. Optamos por restringir nossa pesquisa às patentes inglesas pela importância que o país teve na História do Brasil, e por ser a “mãe” da Revolução Industrial. Dessa forma, selecionamos as patentes inglesas registradas no Brasil e elaboramos um sistema de classificação das mesmas, que gerou a possibilidade de um maior entendimento das áreas com maior registro. Notamos que o setor de transportes teve significativa relevância, visto que corresponde a 16% da totalidade de patentes inglesas no Brasil. Em um estudo menor, percebemos que entre as 87 patentes relacionadas a transportes, 27 eram de ferrovias, o que corresponde a 31%, e a isso associamos o auxílio inglês na construção de ferrovias no Brasil (participação do Barão de Mauá nesse momento, e da expansão da lavoura cafeeira para o “novo oeste” paulista).

Conforme a escrita desse trabalho foi se desenvolvendo, surgiram diversas outras questões que percebemos serem possíveis de trabalhar, talvez em uma pesquisa futura. Fato é que neste momento não dispomos de tempo hábil suficiente para fazer todas as pesquisas desejadas, mas através desse trabalho, podemos dizer que muitas coisas foram iniciadas, e esperamos a partir deste, incentivemos outros estudos e pesquisas mais específicas para cada vez mais uma maior compreensão do tema.

BIBLIOGRAFIA:

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, 1992. p. 173.

CANALLI, Waldemar Menezes, SILVA, Rildo Pereira da. *Uma breve história das patentes: analogias entre ciência/tecnologia e trabalho intelectual/trabalho operacional*. Disponível em <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Waldemar%20Canalli.pdf>> Consulta em 17 maio 2016

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979

DIAMOND, Jared M., *Armas, Germes e Aço: os destinos das sociedades*. 15ª ed. Humanas/Jared Diamond: tradução de Nota Acessoria, Silva de Souza Costa.-15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

GALVÃO, Olímpio J. de Arrouxelas. Concentração Industrial no Brasil segundo os Censos, 1907-1980. In: Revista Análise Econômica. N° 15. Rio Grande do Sul: UFRGS, 1991. p. 143-181.

GÉRAUD, Jules, LECLERC. Conselho aos inventores. Rio de Janeiro, *s.n.t.* p. 2

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil: 1850-1914*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973

LUZ, Nícia Vilela. *A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2. Ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

MACEDO, Maria Fernanda Gonçalves, e BARBOSA, A. L. Figueira. *Patentes, Pesquisa & Desenvolvimento: um manual de propriedade industrial*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

MALAVOTA, Leandro Miranda,. *Inovar, modernizar, civilizar: considerações sobre o sistema de patentes no Brasil (1809-1882)*. 2011. Tese (doutorado em História) — Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011. 388f.

_____. *A Construção do Sistema de Patentes no Brasil: um olhar histórico*. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011.

MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.

MARINHO, Amanda Gonçalves. A invenção como parte do processo de industrialização: patentes inglesas no Brasil (1882-1910). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. *A Invenção como Ofício: as máquinas de preparo e benefício do café no século XIX*. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v. 14. n. 1. P. 121-165. Jan-jun. 2006.

FONTES CONSULTADAS:

COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

ESTOCOLMO. Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, 14 de julho de 1967. Modificada em 02 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.marcasepatentes.pt/files/collections/pt_PT/1/2/10/Conven%C3%A7%C3%A3o%20da%20OMPI.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PARIS. Convenção de Paris para a propriedade intelectual, 20 de março de 1883. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/anexo/and1263-94.pdf>. Acesso em: 18 maio 2016.

DO BOI SÓ NÃO SE APROVEITA O BERRO! O COMÉRCIO DAS CARNES VERDES E A TRANSFORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA FAZENDA IMPERIAL DE SANTA CRUZ COM A CONSTRUÇÃO DO MATADOURO INDUSTRIAL (1870-1890)

Edite Moraes da Costa¹

Resumo:

A proposta de se construir um Matadouro na Fazenda de Santa Cruz surgiu com o processo de deterioração do primeiro Matadouro do Rio de Janeiro, construído em 1774 na Praia de Santa Luzia, funcionou até 1853 quando foi transferido para o Aterrado de São Cristóvão. Devido o acelerado crescimento urbano, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele. Dessa forma, após vários debates sobre a necessidade de uma nova praça para abrigar o novo Matadouro, o Campo de São José, na Fazenda Imperial de Santa Cruz, foi definitivamente escolhido para sediar. Inaugurado em 30 de dezembro de 1881, o Matadouro prometia ser uma solução modernizadora para a capital do Império, e grandes transformações socioeconômicas, para a Fazenda.

Palavras-Chaves: História Econômico-Social; Propriedade; Fazenda de Santa Cruz; Comércio de carnes verdes.

FROM THE OX, IT ONLY NOT TAKE ADVANTAGE OF THEIR SHOUT! THE GREEN MEAT TRADE AND THE SOCIOECONOMIC TRANSFORMATION OF THE IMPERIAL FARM OF SANTA CRUZ WITH THE CONSTRUCTION OF THE INDUSTRIAL SLAUGHTER (1870-1890)

Abstract:

The proposal to build a Slaughterhouse on the Imperial Farm of Santa Cruz came up with the deterioration of the first Slaughterhouse in Rio de Janeiro, built in 1774 on Santa Luzia Beach. It worked until 1853 when it was transferred to the São Cristóvão Landfill. Due to the accelerated urban growth, in addition to the growing complaints of residents about the lack of hygiene coming from it. Thus, after several debates about the need for a new square to house the new Slaughterhouse, Campo de São José, in the Imperial Farm of Santa Cruz, was definitively chosen to host. Opened on December 30, 1881, the Slaughterhouse promised to be a modernizing solution for the capital of the Empire, and great socioeconomic transformations, for the Farm.

Keywords: Economic-Social History; Property; Imperial Farm of Santa Cruz; Trade in green meats.

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História - PPHR - da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. E-mail: mcedite@gmail.com

Denomina-se carne verde à carne bovina recém-abatida, também chamada de carne fresca, "quando não tendo sofrido processo de conservação, e vendida dentro das trinta horas de seu abate" (TAVARES, 2012: 17). Seu comércio e abastecimento era dominado pelos marchantes ou negociantes dos séculos XVIII e XIX, que se envolviam diretamente com os criadores de gado, os atravessadores, os intermediários e os donos de açougues. Eram organizados em associação, e reconhecidos como os mais fortes e competentes, devido à movimentação de grande capital gerado por tal comércio. Ao longo do período colonial, as carnes verdes eram adquiridas nos Matadouros públicos, local de abate dos animais para o consumo, que até a elevação do Brasil a Reino, eram controlados pelas Câmaras Municipais. "Era a Câmara Municipal, de uma forma geral, o órgão regulador e fiscalizador do abastecimento da cidade e deveria trabalhar para que a população não passasse por privações no fornecimento de alimentos" (TAVARES, 2012: 17).

Dessa forma, as Câmaras Municipais formulavam e fiscalizavam os contratos para o seu funcionamento e, através dele, se estabelecia o valor máximo para a compra da rés bovina, o mínimo de cabeças de gado a ser abatido por semana, determinando-se a distribuição e o preço da carne para os açougues e a arrecadação de impostos.

As causas da escassez são quase sempre as mesmas (LINHARES, s/d: 58): as distâncias, pois o gado abatido no Matadouro Municipal eram oriundo das regiões dos atuais estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; a longa e penosa travessia feita pelos animais, que eram trazidos pelas comitivas dos boiadeiros do interior até a cidade do Rio de Janeiro; as estradas, que eram muito precárias e escassas; altos impostos eram cobrados das carnes verdes que por ser um produto de grande necessidade na dieta alimentar da população rendia altos lucros aos cofres públicos; os açambarcadores, também chamados de atravessadores, eram os que negociavam a venda do gado dos pequenos produtores para o abate na cidade; os marchantes, os negociantes das carnes verdes que controlavam sua produção e distribuição aos açougues para a venda à população; o monopólio, gerado pelos marchantes que dominavam tal comércio e ditava o seu preço; a indiferença ou conivência do poder público que nada faziam para acabar com as atividades dos marchantes.

Desse modo, observa-se que o comércio das carnes verdes no decorrer do século XIX foi marcado por irregularidades, proporcionando constantes reclamações por parte da população urbana e polêmicas entre o governo e os marchantes. A mudança do status político do Brasil, de Colônia a Reino, com a chegada da Corte portuguesa ao Rio de Janeiro, acenava como uma solução para o problema do abastecimento. Entretanto, a Coroa não tinha nenhum projeto para solucionar o problema

do abastecimento. E, ao contrário do que se esperava, o problema se agravou com o aumento populacional, fazendo-se necessária a adoção de uma política comercial organizada e articulada que desse conta dos novos problemas que se apresentavam na cidade.

Dom João VI, em 1821, acabou com o sistema de contrato; e, em 1823, deu-se o fim do tabelamento do preço da carne nos açougues. Segundo Lenharo, o fim do tabelamento ocorreu porque havia uma intensa disputa na Câmara Municipal entre os comerciantes portugueses e os marchantes, o que fez com que Dom Pedro I decretasse o livre comércio da carne verde (LENHARO, 1979: 22). Na teoria, a oferta de carne verde seria ampliada com o fim do monopólio e do tabelamento, o que provocaria a queda dos preços. Aconteceu o contrário: eles subiram.

A carne verde passou a ser vendida por mais que o dobro dos quarenta réis, valor do preço do tabelamento para a libra (CAMPOS, 2010: 55). Assim, a carne continuou um produto de luxo: antes, porque era escasso; depois, porque a forte especulação produzia a elevação do preço (AMANTINO; ENGEMANN, 2013: 321).

Deste modo, as ações dos marchantes, as deliberações da Câmara Municipal e a ineficiência do Matadouro de igualar oferta e procura, se fez necessário a construção de um novo prédio para o Matadouro, amplo e moderno, e que também abrigasse toda a praça do comércio das carnes verdes.

Nosso recorte temporal começa na década de 1870, quando retorna², na Câmara Municipal, o debate sobre a necessidade de uma nova praça para o comércio das carnes verdes, os quesitos que as terras deveriam ter para proporcionar tal mudança e a decisão definitiva de ser o Campo de São José, nas terras da Fazenda de Santa Cruz, e termina na década de 1890, com o funcionamento do novo Matadouro.

A proposta de se construir um Matadouro na Fazenda de Santa Cruz surgiu com o processo de deterioração do primeiro Matadouro do Rio de Janeiro, construído em 1774, pelo vice-rei Marquez do Lavradio, na Praia de Santa Luzia, onde atualmente se encontra o Passeio Público. Antes de sua construção, como citado em Freitas,³ o grande historiador Vieira Fazenda, memorável autor das preciosas 'Antiquilhas', afirma que funcionou um Matadouro nos terrenos da antiga Cadeia Velha, onde esteve preso Tiradentes, e hoje local do belo edifício da Câmara dos Deputados" (FREITAS, 1950: 24).

² Tal debate se iniciou no final da primeira metade do século XIX, devido a grande demanda pela carne verde, resultado do aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro. O Matadouro da Praia de Santa Luzia não tinha capacidade para atender a essa demanda. Assim, surgiu a necessidade de se construir um novo prédio para o Matadouro, para aumentar a produção e solucionar a relação oferta e procura.

O Matadouro de Santa Luzia funcionou até 1853, quando foi totalmente transferida a produção das carnes verdes para o Matadouro do Aterrado de São Cristóvão, na atual Praça da Bandeira, construído pelos marchantes e arrendado a Câmara Municipal, para atender a demanda. Durante o governo de D. João, iniciou-se em 1820 a construção de um Matadouro nas mediações do campo de Santana, no local mais tarde conhecido como São Diogo, onde em 1812, havia um pequeno abatedouro, tão rústico e impreciso, que a Intendência de Polícia, na época responsável pela urbanização da cidade, demoliu a bem da higiene e estética urbana (FREITAS, 1950: 25).

Devido o acelerado crescimento urbano, a falta de espaço para o gado ser alojado se tornou um dos problemas para a manutenção do Matadouro nesta região, além das crescentes reclamações dos moradores a respeito da falta de higiene oriunda dele. Dessa forma, após vários debates sobre a necessidade de uma nova praça para abrigar o novo Matadouro, o Campo de São José, na Fazenda de Santa Cruz, foi definitivamente escolhido para sediar o empreendimento³.

A Fazenda de Santa Cruz perpassou por variadas ideias de propriedade ao longo do seu processo de constituição e desenvolvimento, que ora favoreceu o seu crescimento econômico, ora levou a sua decadência, e por fim, ao seu total desmembramento. De tal forma, as mudanças nas legislações portuguesas para se transmitir uma propriedade de terra, teve grande interferência ao longo do período de existência da Fazenda de Santa Cruz, que de uma sesmaria se tornou a maior propriedade dos Jesuítas no Brasil, e terminou como propriedade da família imperial.

Ao esbarrarmos na determinação do Imperador, após longos anos de debates na Câmara Municipal, por ser a Fazenda de Santa Cruz o local da construção do novo Matadouro, nos fez obrigados a procurar entender a questão de propriedade nesta fazenda. E, principalmente, a quem atenderia essa instalação, já que a fazenda estava a 55 quilômetros de distância da cidade do Rio de Janeiro, a principal praça de consumo das carnes frescas.

Desde a sua constituição que a Fazenda de Santa Cruz servia como pasto para, descanso e engorda, do gado, oriundo do interior da Colônia para abastecer a Cidade do Rio de Janeiro. As estradas construídas pelos Jesuítas eram as únicas na região. Não somente o gado, mas todos os gêneros alimentícios passavam ou eram fornecidos pela Fazenda.

Em 1759, por Decreto do Marquês de Pombal, os Jesuítas foram expulsos das colônias portuguesas, e todas as suas propriedades sofreram seqüestro, e passaram a pertencer à Coroa

³ Alguns estudos foram desenvolvidos sobre o comércio de carnes verdes no Rio de Janeiro. Entre eles destacam-se as pesquisas mais recentes de Pedro Campos e de Georgina Tavares (CAMPOS, 2010); (TAVARES, 2012).

portuguesa. A Fazenda de Santa Cruz, ao contrário das demais propriedades, passou a pertencer, não a Coroa portuguesa, mas a família real, sendo renomeada de Fazenda Real de Santa Cruz e sob os cuidados de administradores indicados pela Coroa portuguesa. Com a chegada da família Real, em 1808, e o Rio de Janeiro transformando-se em sede do governo português, D. João VI doou alguns dos melhores "campos" da Fazenda Real de Santa Cruz aos membros da Corte e seus parentes para se estabelecerem, ou a amigos e funcionários do governo, e deixou a administração da Fazenda aos cuidados de superintendentes.

A gênese do território do Rio de Janeiro dependeu da usurpação das terras (dos nativos, dos religiosos e das propriedades públicas), da escravidão (de índios e de negros africanos), da exploração de trabalhadores livres e de uma política de colonização implementada pela metrópole portuguesa e assimilada posteriormente pelas elites nacionais nos oitocentos (FRIDMAN, 2005).

O sequestro dos bens da Companhia de Jesus possibilitou aos antigos arrendatários solicitarem a posse efetiva da terra que eles cultivavam e que eram fronteiriças as novas terras doadas, o que gerou muitos litígios. Segundo nos aponta Motta, "dois importantes pilares de sustentação do direito à posse estavam em confronto: posse mansa e pacífica (o que remete a antiguidade da ocupação) versus cultura efetiva e moradia habitual." (MOTTA, 1998: 51)

Segundo dados fornecidos por Benedicto Freitas, durante séculos os moradores da Fazenda foram assolados pelas três questões mais devastadoras de sua existência: o brejo, precedido das catastróficas inundações, a malária ceifando milhares de vidas e a enfiteuse que, talvez por eterna e invencível, a mais ruínosa e na dianteira dos três terríveis males (FREITAS, 1987: 199). Com estas palavras Freitas inicia o capítulo intitulado "Enfiteuse: espectro de todos os tempos", para analisar o atraso no crescimento econômico da Fazenda pós jesuítico. As análises de Freitas foram feitas sobre a parte que restou da Fazenda, após o seu fatiamento. Parte essa, que pelos motivos citados, era destinada, desde a administração jesuítica, a criação de gados, e usada pelas comitivas de boiadeiros, oriundos de Minas Gerais e Goiás, para descanso e engorda do gado antes do abate.

A Fazenda Real de Santa Cruz, ou o que restou da era jesuítica, se resumia ao que na atualidade é o bairro de Santa Cruz, na zona oeste do município do Rio de Janeiro. Constituída com a sede da Fazenda, antigo convento dos Jesuítas, e os campos ao seu entorno. Conforme afirma Freitas, o foro criou tão péssima fama para as terras de Santa Cruz, que o seu crescimento econômico-material não só ficou praticamente estagnado, como experimentou atraso jamais verificado na atividade imobiliária e raras construções em um longo espaço de tempo, e as terras não acompanharam o ritmo

acelerado das localidades vizinhas. Permanecendo assim, por longas décadas, no mesmo estágio deixado pelos Jesuítas, principalmente, após o decreto da enfiteuse perpétua.

Após a independência política do Brasil em relação a Portugal, a Fazenda transpôs a ser de propriedade da Família Imperial, e a adaptar de Fazenda Imperial de Santa Cruz. Os superintendentes nomeados pelo governo português, concediam arrendamentos e aforamentos a parentes e amigos, promovendo uma maior partilha da Fazenda. A Lei de 20 de outubro de 1823 estabelecia a continuidade, mesmo com a emancipação política do Brasil, das fontes do direito português, entre elas as Ordenações e Alvarás ibéricos.

Claro está que uma outra medição em 1830 definiu como limites da Fazenda "(...) os terrenos em cuja efectiva e legítima posse se achava o Senhor Dom Pedro I no dia 25 de março de 1824." Os terrenos anexados "ficam pertencendo àqueles que no referido dia 25 de março legitimamente os possuíam, ou a eles tinham direito, e a quaisquer de seus legítimos sucessores, em favor dos quais a nação renuncia qualquer direito (...)". (FRIDMAN, 2005: 58) Assim, as áreas ocupadas pelos arrendatários dos Jesuítas, as doadas por Dom João VI e as arrendadas pelos superintendentes da fazenda, passaram a pertencer a quem realmente as ocupavam, produziam e pagavam o foro.

Os Autos de Medição desse Decreto, imediatamente foram contestados pelos vizinhos da Fazenda, aqueles que foram beneficiados após a expulsão dos Jesuítas, alegando que somente o Tombo, o mais citado, guardado e procurado documento da Imperial Fazenda de Santa Cruz, dado como roubado em plena Estrada Real, na altura de Santíssimo quando era conduzido para a cidade por um escravo, refletia o verdadeiro levantamento da Fazenda, com seus exatos limites, trabalho este que os Jesuítas levaram quinze anos para completar. Tal livro, após a farsa do roubo, foi encontrado nos porões do Palácio de São Cristóvão, recolhido ao Tesouro Nacional, e dali foi retirado em 1834, as reais medições ora contestadas.

Em 1874, quando o governo central decretou a Fazenda de Santa Cruz como sede para a construção do novo Matadouro, a Fazenda estava em propriedade da família imperial, e suas terras em enfiteuse perpétuo. A Fazenda já havia sofrido o seu fatiamento, restando apenas as terras, que atualmente, correspondem aos bairros de Santa Cruz, Sepetiba e Paciência, na zona oeste do município do Rio de Janeiro.

Nesse período, não existia uma representação política local que arquitetasse progresso para a Fazenda, já que os que aqui habitavam ou tinham negócios, eram arrendatários das terras enfiteuticas,

concedidas a amigos e familiares dos superintendentes ou da família imperial. E como já citado, a Imperial Fazenda de Santa Cruz era propriedade da família imperial, e não do Tesouro Nacional.

Por estarem as terras, do que restou após as doações, em enfiteuse perpétuo decretado por D. Pedro I, tanto a Lei de Terras de 1850, quanto a Lei Hipotecária de 1864, como foram analisadas, não surtiram efeitos nas terras que restaram da Imperial Fazenda de Santa Cruz, permanecendo como bem particular da família imperial e decretada em enfiteuse perpétuo. Portanto, os arrendatários que nela haviam se estabelecidos, jamais obtiveram o título de proprietário.

Foram estudados por Georgia da Costa Tavares (2012) em seu trabalho intitulado “A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)”. Os marchantes dividiam entre si os talhos de carnes para que negociassem aos açougues, sendo que muitos deles, também eram invernistas e criadores, o que os levavam a terem os monopólios de todas as etapas do processo de fornecimento das carnes verdes no comércio da cidade do Rio de Janeiro.

Se por um lado temos o contentamento de um grupo de negociantes que dominavam esse mercado, do outro lado temos as queixas da população que residia ao redor do Matadouro no centro do Rio de Janeiro. Benedicto de Freitas (1950) aponta, no seu livro “História do Matadouro Municipal de Santa Cruz”, que as questões de higiene e insalubridade apareciam constantemente nas reclamações, seja nos jornais ou nas Sessões da Câmara Municipal, e tantos os vereadores, quanta a população, pediam pela retirada do Matadouro do centro da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, corroboramos com a concepção de Benedicto Freitas de que a transferência do Matadouro para a Fazenda de Santa Cruz foi uma forma de responder as queixas da população que chegavam a Câmara Municipal. No entanto, trazemos de inédito a hipótese de que poderia ter havido também uma tentativa da Câmara Municipal, ou parte dos vereadores, de retirar dos marchantes o poder sobre o comércio das carnes verdes, já que a carestia e o ágio sob esse produto era uma constância nesse período, fazendo com que essa fração de classe obtivesse cada vez mais poder social e econômico, além de receberem o valor do arrendamento do prédio do Matadouro da Câmara Municipal.

O debate acerca da construção de um novo Matadouro e sua localização durou dez anos e foi cercado de disputas de interesses. Alguns poderosos ofereceram suas terras por enxergarem um excelente negócio em vê-las valorizadas. Esse foi o caso do Marquês de Quixeramobim que ofereceu sua fazenda em Itaguaí, e também o do comendador Tavares Guerra, que ofereceu sua Fazenda da

Pavuna (FREITAS, 1950: 32). Quem tivesse suas terras escolhidas pela Câmara Municipal, teria garantido por longos anos o pagamento pelo arrendamento das terras, o que seria muito vantajoso.

O argumento utilizado pelos vereadores que colocaram em pauta a transferência do Matadouro foi a insalubre condição de higiene da Cidade, somando-se ainda a má qualidade dos alimentos oferecidos nas casas de comércio no Rio de Janeiro e em todas as cidades do Brasil. Outro problema identificado era a péssima qualidade do gado, que devido as longas distâncias que percorriam, a precária alimentação e a dificuldade em beber água, acabavam chegando aos Matadouros muitas vezes doentes. Estes inconvenientes constituíam um grave perigo a saúde, sobretudo, para o povo consumidor.

Este risco levou a crer que "só pode ser removido estabelecendo-se o Matadouro no centro das pastagens e das aguadas, de modo que a rés entre para o corte descansada e farta d'água e de alimento, tranquila e sadia"⁴. Prontamente, a bancada de vereadores que defendiam os marchantes, reagiu alegando não ser competência da Câmara Municipal a construção de um novo Matadouro.

Se nos debates anteriores, a Câmara procurando no Município um lugar que tivesse as necessárias condições para Matadouro, só achou dois, Pavuna e Santa Cruz, e que preferiu Pavuna, por nada lhe custar, apresentar melhores condições e pagariam apenas o valor do arrendamento, ao passo que Santa Cruz, além de não lhe ter sido oferecido, custar-lhe-iam alguns mil contos de réis.

Nessa mesma Sessão as condições mudaram, em vez de ser Santa Cruz que não foi oferecido, a Pavuna foi retirada da concorrência. Pois, em vez de custar Santa Cruz alguns mil contos de réis, nada lhe virá a custar a Câmara, pois as obras seriam feitas pelo Cofre Geral. Portanto, a conclusão da Câmara, em 1873, não pode deixar de ser senão em favor de Santa Cruz. Pois, a aprovação da Lei Orçamentária nº 2.348, de 25 de agosto de 1873, autorizava o Governo Imperial, e não mais a Câmara Municipal, despende até dois mil contos de reis, com a aquisição de um novo Matadouro.

E sendo a verba do Cofre Geral, a Câmara Municipal não mais podia discutir e decidir a sua aplicação, pois só ao Governo Central competia resolver o assunto, como dono do dinheiro. O Ministério do Império, se apressou em comunicar à Câmara Municipal, sua exclusiva competência nas providências necessárias para uma perfeita colaboração com o Governo, apenas financiador e fiscalizador da grande obra, cuja execução dependeria assim, do projeto que mais de perto interessasse à cidade, sob a tutela direta daquela casa legislativa.

⁴ Ata da Câmara Municipal, 1873. Página 11, Pauta 6ª.

Os debates na Câmara Municipal sobre a construção e o local a se construir o novo Matadouro se estenderam por longas Sessões até se bater o martelo, decidindo pela Imperial Fazenda de Santa Cruz. Durante a 31ª Sessão, no dia 24 de outubro de 1873, ocorreu a eleição do Dr. Saldanha da Gama a comissão do Matadouro, para analisar o requerimento de Roberto Armênio e Companhia, apresentando bases para o projeto de construção de um novo Matadouro⁵. Na mesma Sessão, foi decidido que se deveria guardar o requerimento para oportunamente ser tomada em consideração. Esse mesmo requerimento seria publicado, posteriormente, no Jornal do Comércio do dia 16 de janeiro de 1874, no edital de concorrência a licitação das obras do novo Matadouro, sendo contemplada a empreiteira Coimbra e Farani (FREITAS, 1950).

Referências Bibliográficas e Fontes:

AMANTINO, Marcia e ENGEMANN, Carlos. *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. *Nos caminhos da acumulação: Negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835)*. São Paulo: Alameda, 2010.

FREITAS, Benedicto de. *História do Matadouro Municipal de Santa Cruz*. Irmãos Pongetti Editores, Rio de Janeiro, 1950.

_____. *Santa Cruz Fazenda Jesuítica, Real, Imperial. Volume III*. Edições do Autor. Rio de Janeiro, 1987.

FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Artigo apresentado no XI Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - ANPUR. Salvador, 2005.

LINHARES, Maria Yeda. *História do abastecimento; uma problemática em questão (1530-1918)*. Ministério da Agricultura, Brasília, s/d.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

⁵ *Ibidem*.

TAVARES, Georgia da Costa. *A atuação dos Marchantes no Rio de Janeiro colonial. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde (1763-1808)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura: Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2012.

UM PANORAMA DOS NEGÓCIOS DA MAXWELL, WRIGHT & C.O. NO COMÉRCIO DO IMPÉRIO DO BRASIL (C. 1827- C. 1850)

Alan dos Santos Ribeiro¹

Resumo:

O presente trabalho visa apresentar um panorama geral das atividades mercantis da firma Maxwell Wright e Co., ou seja, analisar a inserção desta empresa estrangeira na economia brasileira das três primeiras décadas do Brasil independente. O estudo segue a linha da História Econômica, mais precisamente de História Empresarial, no qual articula-se a ação da firma aos processos históricos gerais da formação do mercado mundial de café, desenvolvimento do capitalismo e construção do Estado Imperial brasileiro. Acima de tudo, este agente atuou no comércio cafeeiro desde a corte até, principalmente, os portos dos Estados Unidos da América. Nos anos 1840, a firma era provavelmente a principal exportadora de café da praça carioca e do Império.

Palavras-chave:

comércio – empresa – economia do café – Império do Brasil.

A OVERVIEW OF MAXWELL, WRIGHT & C.O.'S BUSINESSES IN THE TRADE OF THE EMPIRE OF BRAZIL (C. 1827- C. 1850)

Abstract:

This paper aims to present an overview of the Maxwell Wright and Co.'s activities, that is, to analyze the insertion of this foreign company in the Brazilian economy of the first three decades of independent Brazil. It is an Economic History work, more precisely Business History, in which the firm's action is articulated to the general historical processes: the world coffee market's formation, the development of capitalism and the Brazilian State Building process. Above all, this agent has traded coffee from Rio de Janeiro to, mainly, the USA's ports. In the 1840s, the firm was probably the main coffee exporter in the city/Empire.

Key-words:

trade – company – coffee economy – Brazilian Empire.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF) – alandossantosribeiro@gmail.com.

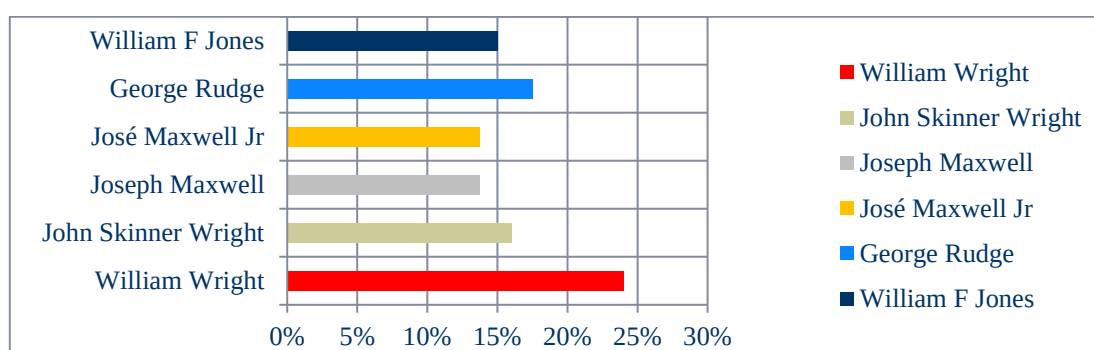
1) a composição da firma:

Formada pelo inglês Joseph Maxwell (1772-1854) e pelo norte-americano William DeCourcy Wright (1795-1864), a firma Maxwell, Wright & C.o. se destacou nas rotas atlânticas de comércio a partir da corte do Rio de Janeiro em meados dos oitocentos. Nos anos 1840, ela era provavelmente a maior empresa de importação-exportação da praça carioca. Seus ramos de atividade eram os mais variados e incluíam o comércio de carnes e couros, a exportação do café, a pesca, etc. O presente texto tem como objetivo apresentar em linhas gerais esse ator social e seus principais negócios desempenhados nas três primeiras décadas do Brasil independente.

Apesar das variações de composição ao longo dos anos estudados, pode-se afirmar que a Maxwell, Wright & C.o. é uma junção de dois núcleos familiares de negociantes. O primeiro deles é a família inglesa Maxwell. Seu patriarca, nascido em Gibraltar (colônia inglesa à época), emigrara ao Brasil por volta de 1809, logo após da Abertura dos Portos. Já em 1811, casa-se com Maria Rosa de Souza, oriunda de uma importante família portuguesa. O outro ramo remete à família Wright, mercadores e donos de terras e escravos da região de Maryland, EUA. William Wright chega ao Rio inicialmente em 1823, para exercer o cargo de cônsul dos EUA no Brasil entre 1825 e 1834² (JARNAGIN: 2008, 120) (HORNE: 2010, 48).

O diagrama 1 sistematiza as participações das famílias na empresa durante um certo período dos anos 1840. William Jones e George Rudge eram casados com duas das filhas de Joseph Maxwell, enquanto John Wright era sobrinho de William.

Diagrama 1: Composição da empresa entre 1844 e 1849



Fonte: (JARNAGIN, 2008: 111)

² *Diário do Governo* 29/7/1823, p. 144. Maryland Society Institute, Wright-May-Thom Family Papers (1727), 1802-1965. Site: <<http://archive.mdhs.org/Library/Mss/ms002416.html>>. Acesso em 18 maio de 2017. Todos os periódicos consultados para este texto estão disponíveis na Biblioteca Nacional e/ou na hemeroteca digital da BN; conferir o site: <www.hemerotecadigital.bn.br>.

O endereço inicial da firma era na rua detrás do Hospício (atual Buenos Aires, centro do Rio de Janeiro). Após passar por três números diferentes nessa mesma via³, a partir de 1838, a firma muda-se para a rua da Praia. Em 1842, localizava-se na Praia do Peixe⁴ e o último registro indica a residência comercial na rua do Mercado nº 14, em 1850⁵. Na verdade, ambos os endereços indicam uma mesma localização, isto é, de 1838 até os anos 1850 a empresa estava instalada rente ao porto da cidade. Vale ressaltar que eram proprietários do principal cais do porto do Rio à época, o Trapiche da Cidade, depois chamado de Trapiche Maxwell⁶.

2) A empresa e o seu tempo:

Antes de enveredar pelos meandros dos negócios da empresa, é preciso analisar minimamente os processos históricos gerais que condicionam as atividades desse agente social. Este estudo segue a trilha da História Econômica, mais precisamente de História Empresarial, na qual as empresas são apreendidas em *perspectiva ampla*, isto é, como partes integrantes de processos gerais e do tempo em que estão inseridos (LEVY, 1994: 27) (KULA, 1975: 139,140).

O recorte temporal do texto corresponde ao período de formação do Estado Imperial brasileiro, da Independência até meados do século XIX. Se o ponto de chegada deste processo coroa a constituição de um estado centralizado, eliminadas as ameaças de fragmentação territorial, coroa também a constituição de uma *classe senhorial* escravista, cujo grupo dirigente, os saquaremas, logram imprimir uma direção política centralizadora deste mesmo estado (MATTOS, 2004). Contudo, esse processo não se dá sem rugas. As lutas em torno da cidadania e dos direitos, da construção de instituições estatais, da representação política e da aplicação dos dispositivos legais, marcantes do Primeiro Reinado se prolongam pela década de 1830 adentro (RIBEIRO, 2008: 141).

³ De 1826 a 1833, localizou-se no número 32 desta rua; de 1833 até o início de 1837 no número 38; e até 1842 no número 26. “Leilões”, *Diário do Rio de Janeiro* 26/03/1833, p. 33; “Leilões”, *Diário do Rio de Janeiro* 25/11/36, p. 3; “Leilões”, *Diário do Rio de Janeiro* 02/03/37, p. 3.

⁴ A rua já se chamou Praia e Rua do Peixe, e leva o nome de Mercado porque ao seu lado havia um mercado popular, que situava-se ao lado do chafariz da Praça XV, onde posteriormente foi construído um grande edifício para abrigar um mercado demolido em 1906. Disponível em: <<http://www.riodejaneiroaqui.com/portugues/rua-do-mercado.html>>

⁵ “Leilões”, *Diário do Rio de Janeiro* 02/03/1838, p. 4; *Pequeno Almanak* 1842, p. 97; *Almanaque Laemmaert para o anno de 1850*, p. 318.

⁶ Pode ser visualizado em (imagem de 1865): <http://www.djweb.com.br/historia/seculo19/vedani2.htm>. Acesso em 13/11/2017.

As revoltas do Período Regencial, especialmente a Farroupilha, também compõem esse momento político conturbado da formação estatal.

Como ensina Ricardo Salles,

a construção do Estado nacional no Brasil se deu como parte do grande contexto de desenvolvimento do mercado mundial capitalista, acirramento das contradições e conflitos sociais, formação dos Estados nacionais e recrudescimento da escravidão, assim como das resistências escravas, em determinadas áreas das Américas. Essa construção foi resultado e resultou na formação de uma classe senhorial escravista que estendeu sua dominação sobre todo o território da nova nação. (SALLES, 2008: 46)

Ao mesmo tempo, a construção do Estado brasileiro está relacionada, via economia do café, ao processo de formação de um mercado internacional de “consumo e insumos, inclusive de mão-de-obra, em escala atlântica, propiciados pelo desenvolvimento do capitalismo industrial” (SALLES, 2012: 17) (TOMICH, 2011: 84-86). Isto é, a produção cafeeira do Vale do Paraíba, um dos pilares da constituição da classe senhorial e do Estado Imperial, se constitui enquanto uma *economia mercantil-escravista* (MELLO, 1998: 49).

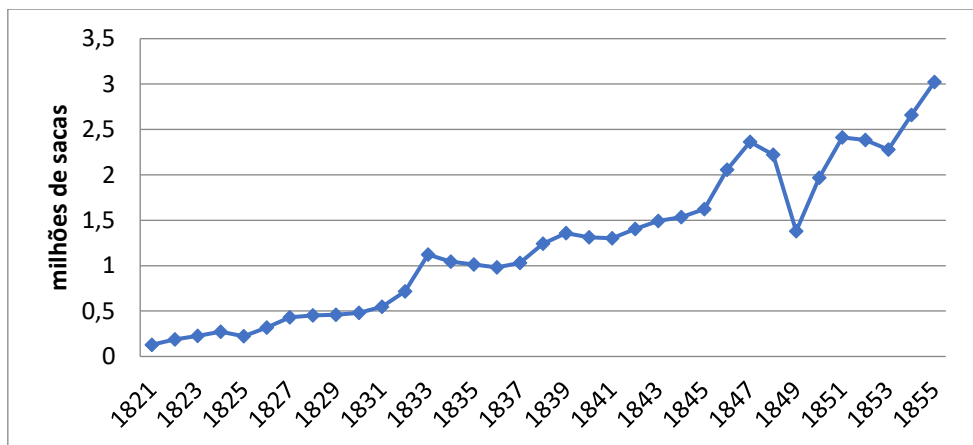
É exatamente o crescimento da economia cafeeira conectada ao desenvolvimento do mercado internacional de café que possibilita o deslanchar das atividades mercantis da Maxwell, Wright & C.o. Em outras palavras, a conjuntura política instável e incerta não impediu os bons negócios. Por isso, é mister conhecer alguns aspectos fundamentais da economia do café à época.

Primeiramente, a produção brasileira de café cresce de maneira notável desde os anos 1810. Nos anos 1830, o Brasil já assume a liderança mundial no ranking dos produtores, mesmo momento em o café supera o açúcar no 1º lugar da pauta das exportações brasileiras. Em meados do século, o Brasil, alavancado especialmente pelo Vale do Paraíba, chega a concentrar mais de 50% da produção mundial. (PRADO JR: 1971, 162) (MARQUESE & TOMICH: 2011, 356).

Na outra ponta deste circuito econômico em formação, a demanda de café cresce na medida em que o item se integra ao consumo da classe trabalhadora e classes médias da Europa, e principalmente dos EUA. Não mais um produto de circulação restrita, mas sim generalizado, num “mercado de massa industrial do século XIX” (MARQUESE & TOMICH: 2011, 361). É sempre importante lembrar que a população dos EUA cresce vertiginosamente durante o período em questão e, com ela, a demanda do produto. (TOPIK & SAMPER: 2006,135).

Um resultado desse movimento histórico pode ser descrito pelo gráfico 1, que demonstra uma face do expressivo desenvolvimento da economia cafeeira brasileira.

Gráfico 1: Exportações brasileiras de café



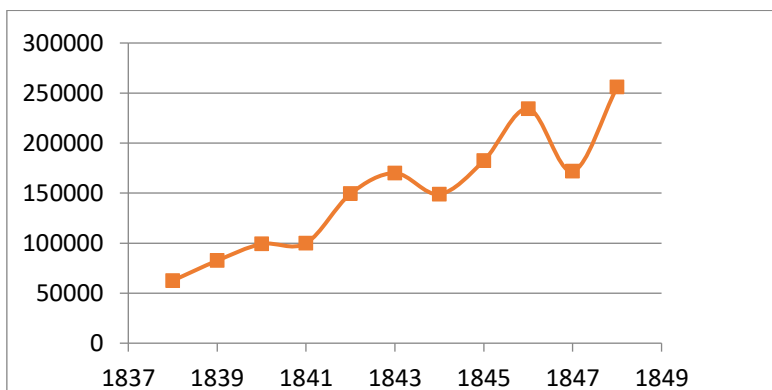
Fonte: (BACHA, 1992: 324-326).

Por fim, o incremento das exportações de café e o desenvolvimento das rotas comerciais em geral, a partir do porto do Rio de Janeiro, conectam a atuação da firma aos processos históricos mais gerais daquele tempo. Em outros termos, as atividades da empresa constituem e, ao mesmo tempo, são constituídas por essas rotas mercantis em expansão.

3) **um panorama geral dos negócios:**

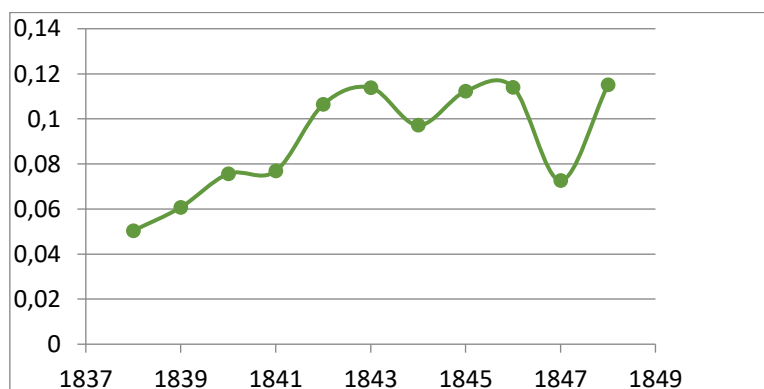
As viagens dos navios sob bandeiras da Maxwell Wright & Co. foram sistematizadas a partir dos periódicos da época, especialmente o Diário do Rio de Janeiro e do Jornal do Commercio. O gráfico 2 expõe a evolução da exportação de café pela empresa. O destino desse fluxo era quase que exclusivamente norte-americano: 96% das exportações de café da empresa, sendo quase 80% somente para Baltimore, Nova Iorque, Filadélfia e Nova Orleans.

Gráfico 2: Exportações de café da Maxwell Wright (em sacas)⁷



Já o gráfico 3 revela a importância desta empresa para o comércio cafeeiro do Império. Segundo os dados pesquisados, uma média de quase 10% de todas as sacas brasileiras foram exportadas somente por esta firma.

Gráfico 3: Relação das Exportações da firma sobre as Exportações do Império⁸



O estudo da cadeia de comércio cafeeiro revela outros aspectos interessantes. Uma parcela significativa das importações gerais da empresa para o porto do Rio e especialmente as embarcações oriundas dos EUA traziam farinha de trigo. Sua origem era Richmond, na Virgínia, e Baltimore, Maryland (VILLA: 2012, 2). Em torno de 62% das importações gerais da firma era composta da farinha. Dinâmicas integradas: café e farinha de trigo.

⁷ *Diário do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio*, 1838-1848.

⁸ Em sacas de café.

Os circuitos do bergantim *Indus* demonstram esses (e outros) movimentos. Depois de seis dias no mar vindo da Bahia, primeira paragem de um percurso que começara em Baltimore, a embarcação trazia 1.721 barricas de farinha, mais 348 caixas de chá e 16 caixas de tabaco. Poucos dias depois, o navio voltava ao porto norte-americano com 2.456 sacas de café⁹. No movimento subsequente, em finais de 1847, o veleiro aportava no Rio, após passagem pela Bahia, com 1.646 barricas de farinha, 489 libras de cera e 16 caixas de fumo. Em menos de dois dias, o navio seguia “com parte da carga” para Montevideu¹⁰. No despertar de 1848, esse bergantim entrava do referido porto platino e, em menos de duas semanas depois, já estava em mares atlânticos novamente com destino à Baltimore carregando 1.886 sacas de café e 3.049 couros reexportados “do Rio Grande”¹¹. Provavelmente há um equívoco aqui na região de origem dos couros. Essa mesma embarcação voltará a executar por duas vezes mais o movimento inicial (Baltimore – um porto – Rio de Janeiro – Baltimore) ainda em 1848, o primeiro a passar pela Bahia e o segundo por Pernambuco. O mais salutar nessa *espacialidade* comercial é a constatação da existência de uma rede de distribuição de farinha de trigo, integrada às linhas de comércio de outros produtos e portos, para regiões ao norte e ao sul da Corte imperial.

As exportações de couros ficam melhor organizadas no quadro 1 abaixo. Ressaltam-se os destinos norte-americanos também deste comércio.

Quadro 1: Exportações de couros

	1827	1838	1839	1840	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	TOTAL
New York			6.455				6.594		707	1.489	30.396	45.641
Baltimore	284	50	2.306	143			11.124	153	12.961	4.925	10.449	42.395
Boston							2.246	14.042				16.288
Filadélfia							7.793				489	8.282
Gotemburgo								1.500	1.500		600	3.600
Estocolmo				500		2.073						2.573
New Orleans					21			536		88		645
Havana											150	150
TOTAL	284	50	8.761	643	21	2.073	27.757	16.231	15.168	6.502	42.084	119.574

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, várias edições.

⁹ “Movimento do Porto”, *Diário do Rio de Janeiro* 6/7/1847, p. 4; “Parte Comercial”, *Diário do Rio de Janeiro* 13/7/1847, p. 3.

¹⁰ “Manifesto”, *Diário do Rio de Janeiro* 26/11/1847, p. 3, 4; “Parte Comercial”, *Diário do Rio de Janeiro* 27/11/1847, p. 3.

¹¹ “Movimento do Porto”, *Diário do Rio de Janeiro* 2/1/1848, p. 4; “Parte Comercial”, *Diário do Rio de Janeiro* 15/1/1848, p. 3.

É importante mencionar também os negócios de outros itens relacionados à pecuária e seus derivados. A empresa comercializou tanto o charque desde a região do Prata (Montevidéu e Buenos Aires) para a Corte quanto importou sal desde Cádiz, Lisboa e Cabo Verde, item fundamental à produção da carne. O quadro 2 delinea os circuitos do sal.

Quadro 2: Importações de sal pela empresa (em número de viagens)

Porto	1829	1834	1839	1841	1842	1843	1844	1845	1846	1847	1848	Total Geral
Cadiz				1		1		3	5	1	1	12
Ilha Maio	1	1	1			1			1			5
Lisboa							1		2		1	4
Cabo Verde			1	1								2
New York	1											1
Madeira							1					1
Setubal							1					1
Ilha Boa Vista	1											1
Montevideu									1			1
Ilha do Sal							1					1
Portsmouth					1							1
Bahia						1						1
Buenos Aires						1						1
Baltimore				1								1
Total Geral	3	1	1	2	1	4	4	3	9	1	2	33

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, várias edições.

Como se vê até aqui, e que também vale para o resto do texto, trata-se de um *mosaico de atividades mercantis*, complementar ao circuito café-farinha de trigo, eixo central de seus negócios.

As atividades pesqueiras e a comercialização de seus derivados não deixaram de consumir uma significativa parte dos investimentos da Maxwell Wright e Co. Pouco comentado nos periódicos da época e quase esquecido da historiografia do Império, esses empreendimentos formavam uma média de 16% (ou 290) das viagens realizadas pela firma em todo o período estudado. Se eliminarmos os anos de oscilação, temos uma média ainda maior, 17,7%, de 1835 a 1848. O maior índice do período se dá em 1835 (31,6%) e 1844 (27,2%).

Basicamente, existiam duas dinâmicas: 1) importações ou exportações de azeite de peixe, molhos de barbatanas e outros derivados das baleias, oriundos de portos do Atlântico Sul, Patagônia, Malvinas ou do Pacífico, principalmente Nova Zelândia; 2) saídas e entradas dos navios pesqueiros (baleeiras) para o “Mar do Pacífico Sul”, Malvinas ou simplesmente indicando “Pesca”.¹²

¹² Encontramos ainda um despacho de “baleeira americana” para “Maurícia” - Ilhas Maurício – no Oceano Índico. “Parte Comercial”, *Diário do Rio de Janeiro* 11/03/1838, p. 2.

Se um periódico da época estiver correto¹³, pode-se imaginar a magnitude desses gastos. Sem almejar a precisão real do cálculo como dado de realidade, seriam 31 contos (custo estimados para cada expedição) multiplicados pelas 48 viagens computadas, o que levaria a um montante significativo de 1488 contos de réis.

Além disso, é quase certo que a Maxwell, Wright e Co. desenvolvesse algum empreendimento de construção naval no seu trapiche. Como se pode inferir dos intensos e variados fluxos de comércio, a empresa precisava de uma estrutura eficiente de reparo, equipagem e abastecimento das embarcações. Em paralelo, detectamos, ao longo de toda a década de 1830 e 1840 o recebimento de significativos carregamentos dos mais variados tipos de madeiras, desde Portland e Portsmouth, regiões portuárias ao sul de Boston, mas principalmente da Filadélfia. Muitas vezes os anúncios indicam, por exemplo, “tábuas de pinho” ou madeiras “para mastros”. Em 5 de dezembro de 1834 a empresa recebia além dos “20 barris com pregos”, cerca de “3.525 taboas de pinho”¹⁴. Eram muito comuns também os leilões de “algodões americanos” vindos de Boston ou Baltimore, que incluíam tecidos dos mais variados tipos, mas também matérias-primas para velas como a entrada de “fio de vella”, ou de “huma porção de velame de navio”¹⁵.

Vale ressaltar que o arrendamento e a venda de embarcações representavam uma atividade importantíssima da empresa ao menos em finais dos anos 1820, momento inicial de constituição desta sociedade comercial. Só durante o ano de 1828, a Maxwell, Wright e Co. apresentou à venda catorze embarcações. O ano seguinte reuniu mais seis vendas o que ainda constitui um número muito significativo¹⁶.

¹³ “Ordinariamente embarca-se provisão para 18 mezes, que importa, mais ou menos, em 6 contos de réis”, sem falar que do “armamento do navio, com todos os arranjos para a pesca, em 25 contos de réis aproximadamente”, num total de 31 contos. “Suplemento”, *Almanak Laemmert para o anno de 1846*, p. 43.

¹⁴ “Telegrapho”, *Jornal do Commercio* 10/10/1827, p. 4; *Jornal do Commercio* 01/12/1834, p. 3; “Telegrapho”, *Diário do Rio de Janeiro* 27/01/1835, p. 4. Além disso, a empresa constantemente recebia as baleeiras para reparos. Outro recebimento de madeira nesses termos: “Parte Comercial”, *Diário do Rio de Janeiro* 29/01/1839, p. 2; caso do bergantim *Navarre* vindo da Filadélfia.

¹⁵ “Leilões”, *Diário do Rio de Janeiro* 02/03/1837, p. 3; “Leilões”, *Jornal do Commercio* 30/08/1828, p. 3. Outros leilões ou entradas destes produtos em “Telegrapho”, *Diário do Rio de Janeiro* 15/01/1837, p. 4.

¹⁶ A título de exemplo, temos a “muito boa e veleira Galera Americana Maro, de lote de 315 toneladas” que foi leiloada por Carlos Cannel e a Maxwell Wright “com todos os seus pertences a bordo, incluindo os utensílios para a pesca de baleia, e que se hade vender infallivelmente por conta dos signadores”. A dita embarcação esperava os interessados na sua compra atrás da Ilha das Cobras. “Leilões”, *Jornal do Commercio* 21/01/1829, p. 3.

Por último, não podemos esquecer do comércio de dinheiro nas suas mais variadas formas: carregamentos, empréstimos, etc. A tabela 1 expressa uma face dessas movimentações, difíceis de detectar a partir das fontes eleitas neste estudo¹⁷.

Tabela 1: Valores monetários exportados por ano (em réis)

ano	valor
1840	10:560\$000
1841	52\$080
1842	68:804\$000
1843	1:795\$200
1844	22:224\$000
1845	16:660\$000
total	120:095\$280

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, várias edições.

Já o quadro 3 sistematiza os devedores da empresa e/ou do “Sr. Maxwell” como também era conhecido a “cabeça inglesa” da firma.

Quadro 3: Dívidas com a Maxwell, Wright & Comp.

Credor	Início da dívida	Valor	Observação	Inventariado	Monte Mor	Data abertura
MAXWELL		700\$000	UMA LETRA	Claudianna Maria do Espírito Santo	14:529\$555	09/01/1850
MAXWELL	01/04/1850	135\$000	ARRENDAMENTO DE TERRENO	Claudianna Maria do Espírito Santo	14:529\$555	09/01/1850
MAXWELL WRIGHT		11:600\$000		José de Sousa Pinto	48:079\$470	30/04/1850
MAXWELL WRIGHT	08/05/1850	1:500\$000	POR TITULO	Francisco Luiz Morey	14:238\$424	15/02/1851
MAXWELL WRIGHT	18/03/1850	1:525\$000	POR TITULO	Francisco Luiz Morey	14:238\$424	15/02/1851
MAXWELL WRIGHT	28/02/1850	1:828\$000	POR TITULO	Francisco Luiz Morey	14:238\$424	15/02/1851

Fonte: Inventários *post-mortem* Arquivo Nacional do Rio de Janeiro¹⁸.

¹⁷ Só consultamos as fontes disponíveis sobre a empresa desde o Brasil. Há arquivos nos EUA que abrigam cartas e outras fontes da Maxwell Wright, infelizmente não acessadas até o momento de feitura deste texto.

¹⁸ *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* - Órfãos e Ausentes 1ª vara, n. 812, caixa 4065, inventário de Claudiana Maria do Espírito Santo; *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* - Juizado de Órfãos e Ausentes 1ª vara, n. 2057, caixa 4179, inventário de José de Sousa Pinto; *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro* - Juizado de Órfãos e Ausentes 1ª vara, n. 1160, caixa 41269, inventário de Francisco Luiz Morey. Agradeço imensamente ao Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF) por essas informações inéditas para mim.

4) conclusão:

O estudo das atividades da empresa estrangeira Maxwell, Wright & Comp. entre c. 1827 e c. 1850 permite a constatação de que ela atuava na esfera da circulação das mercadorias (*capital mercantil e usuário*) (MELLO, 1998:56), especialmente no grande comércio atacadista.

Em segundo lugar, ela se organizava como “propriedade familiar, inserida em uma densa rede de intercâmbio comercial” de circuitos atlânticos traçados entre regiões dos EUA, Europa e dentre outras áreas produtivas daquela economia atlântica. Esta forma *empresarial familiar*, tal como se entende a Maxwell Wright e Co., tendia para uma estrutura *descentralizada*, ou seja, não se tratava de uma filial submetida a uma sede norte-americana ou inglesa (ARRIGHI, 2001: 135-7), podendo utilizar de uma rede de sociabilidade ligada a ela para construir seus negócios e relações (GUIMARÃES, 2012: 251).

Bibliografia:

ARRIGHI, Giovanni, BARR, Kenneth e HISAEDA, Shuji.. “A transformação da empresa capitalista”. In: ARRIGHI, Giovanni e Silver, Beverly J. (org.). *Caos e Governabilidade no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UFRJ, 2001, p. 107-159.

BACHA, Edmar e GREENHILL, R. *Marcelino Martins & Edward Johnston, 150 anos de café*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Salamandra Ed., 1992.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: Os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2012.

HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: os Estados Unidos, o Brasil e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JARNAGIN, Laura. *A Confluence of Transatlantic Networks. Elites, Capitalism, and Confederate Migration to Brazil*. The University of Alabama Press Tuscaloosa, Alabama: 2008.

KULA, W. “Da Tipologia dos Sistemas Econômicos”. In: FOURASTIE, J. (et al). *Economia*. Rio de Janeiro, FGV, 1975.

LEVY, Maria Bárbara. *A Indústria do Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1994.

MARQUESE, Rafael & TOMICH, Dale. “O Vale do Paraíba escravista e a formação do mercado mundial de café”. In: GRINBERG, Keila & SALLES, Ricardo (orgs.). *Coleção Brasil Imperial*. 3 volumes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2011. p. 339 – 383.

MATTOS, Ilmar R. *O Tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à Revisão Crítica da Formação e do Desenvolvimento da Economia Brasileira*. 10 ed. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 14ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1971.

RIBEIRO, Gladys S. & PEREIRA, Vantuil. “O Primeiro Reinado em revisão”. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume 1: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 137-173.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “O Império do Brasil no contexto do século XIX. Escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. *Almanack*. Guarulhos, n.04, 2º semestre de 2012. p. 5-45.

TOMICH, Dale W. *Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial*. São Paulo: Edusp, 2011.

TOPIK, Steven, and SAMPER, Mario. “The Latin American Coffee Commodity Chain: Brazil and Costa Rica”. In: FRANK, Zephyr. MARICHAL, Carlos & TOPIK, Steven. *From Silver to Cocaine: Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500–2000*. Duke University Press, 2006. p. 118-146.

VILLA, Carlos Valencia. “Café negro com pan: vínculos comerciais entre Virginia y Rio de Janeiro em El siglo XIX”. Texto apresentado no CLADHE III. 2012.

AS EMPRESAS MULTINACIONAIS E A FRAGILIZAÇÃO DO ESTADO NACIONAL BRASILEIRO

Thamiris Laure Magalhães¹

Resumo:

O presente artigo busca compreender como as empresas multinacionais evoluíram e se orientaram para os países subdesenvolvidos, particularmente o Brasil. A partir disso, o texto mostra que as grandes empresas ao internacionalizarem suas estruturas produtivas no período do pós-Segunda Guerra nas áreas periféricas retiraram o poder de decisão, autonomia e controle das mãos dos Estados nacionais das áreas atrasadas, no qual esse período foi denominado por Furtado de Pós-nacional. Além disso, o artigo mostra a crise do Estado nacional a partir do avanço do processo de internacionalização na década de 1980.

Palavras-chave: Multinacionais, Internacionalização produtiva; Pós-nacional; Estado nacional.

THE MULTINATIONAL COMPANIES AND THE FRAGILIZATION OF THE BRAZILIAN NATIONAL STATE

Abstract:

This article tries to understand how the multinational companies were evolving and targeting the underdeveloped countries, particularly Brazil. From this, the text shows that large companies, when they internationalized their productive structures in the post-Second World War in the peripheral areas, removed the power of decision, autonomy and control from the national states of the backward areas, in which this period was denominated by Post-national Furtado. In addition, the article shows the national state crisis from the internationalization process in the 1980.

Keywords: Multinational, Productive Internationalization; Post-national; National state.

¹Possui graduação em Ciências Econômicas pela UFVJM. Atualmente é mestranda e bolsista CAPES pelo programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: tha223@hotmail.com

1- Introdução:

As empresas multinacionais consistem no deslocamento de suas estruturas produtivas para outros países. Geralmente pertencem a um grupo de empresas oligopolistas e constituem numa importante arma no cenário de rivalidade oligopolista. Estas empresas buscam realizar investimentos no exterior com o intuito de aumentar sua competitividade, reduzir custos por meio da economia de escala ou estabelecimento de plataformas de exportação (SOBEET, 2012). Contudo, as multinacionais não são um fenômeno novo no comércio internacional, sua origem está na manufatura e são consequências dos processos de concentração e centralização de capital.

A moderna empresa multinacional caracteriza-se pelo seu alto grau de flexibilidade e isso se deve a sua estrutura descentralizada. Cumpre destacar que as grandes empresas, primeiramente as norte-americanas depois as europeias, começaram a descentralizar a sua estrutura produtiva para os países da América Latina entre as décadas de 1950-1960.

As grandes empresas que se instalaram nos países periféricos trataram apenas de ampliar o seu comércio, garantir sua autonomia e seu espaço de acumulação nos países atrasados e com isso, retiraram das mãos dos Estados nacionais periféricos seu poder de decisão e controle. As transformações provocadas na economia brasileira no período que corresponde à segunda metade dos anos 1950 foram feitas por meio da ação do capital internacional que modificou a substituição de importações no Brasil, pois a acumulação, ao se orientar através de rápida e concentrada internacionalização produtiva, modificou a estrutura da oferta de bens de consumo do país, isto é, esta cresceu acima da capacidade do mercado consumidor. As grandes empresas com capacidade de ação global significaram para a periferia um capitalismo cosmopolita pelo fato dessas empresas não terem como objetivo a unificação dos mercados da periferia com os do centro, mas ampliar seu comércio, garantir sua autonomia e seu espaço de acumulação nos países atrasados e, portanto, retirar das mãos dos Estados nacionais periféricos seu poder de decisão e controle. Contudo, no discurso das transnacionais e dos que defendiam a transnacionalização, tratava-se de uma tentativa de unificar os países periféricos com os do centro. Este período do pós-guerra Furtado denominará de pós-nacional, justamente pelas transformações no papel do Estado Nacional.

Na década de 1980 o capitalismo é marcado por um crescente movimento de internacionalização acompanhado de reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial. Além disso, durante esse período há um avanço da internacionalização da produção que atinge a América

Latina. O avanço das transnacionais por meio do progresso técnico serviu para aprofundar ainda mais a dependência nesses países, pois a imitação do padrão cultural e estilos de vida do centro se intensificaram ainda mais. Devido a isso, a concentração da renda e a desigualdade social tenderam a se agravar. Nesse sentido, o progresso tecnológico com base na vinda das transnacionais serviu para comprometer o poder de coordenação e controle dos Estados nacionais frente ao capital estrangeiro.

2- As empresas multinacionais: aspectos teóricos e históricos

A moderna empresa multinacional consiste no deslocamento de suas estruturas produtivas para outras áreas do globo. Ao se deslocar para países estrangeiros, “o investimento direto se converteu em uma nova arma em seu arsenal de rivalidade oligopolista” (HYMER, 1983: 47). As grandes empresas que realizam investimentos estrangeiros, geralmente pertencem a grupos oligopolistas no qual a instalação de uma empresa em outro país pode se tornar um obstáculo por conta de riscos de mudanças, dificuldades em se obter informações e por conta de problemas na coordenação de decisões a grandes distâncias. Nesse sentido, o investimento direto² também é analisado em termos de oligopólio, no qual para superar esses obstáculos, são necessários, segundo (HYMER, 1983: 20):

[...] vantagens especiais, dificilmente encontradas nos setores concorrenciais, nos quais é difícil ingressar. Em ramos que não apresentam obstáculos ao ingresso, o que depende das possibilidades de se recolher economias de escala, das diferenças nas curvas de custo ou da natureza dos produtos fabricados, as empresas nacionais estarão em vantagem e conquistarão o mercado. Mas quando uma empresa estrangeira possui algum tipo de privilégio, sob a forma de patentes, de produtos específicos, de melhores conhecimentos técnicos ou de maiores facilidades de financiamento, encontra-se em condições de compensar o inconveniente de ser estrangeira e competir eficazmente com as empresas locais. Sua possibilidade de superar a desvantagem que implica sua condição de estrangeira será tanto maior [...] quanto mais rigorosas sejam as condições impostas ao ingresso de outras empresas, quanto mais alto o grau de concentração e maior o privilégio.

² “[...] quando não existe diferença entre as técnicas ou na capacidade dos empresários, os obstáculos para o ingresso no mercado levantados para recolher economias de escala podem incitar ao investimento direto: é condição suficiente uma grande concentração nos mercados internacionais. A empresa de um país pode, mediante a realização de investimentos diretos, fundir-se com seu competidor para reduzir a concorrência, ou ainda criar uma filial estrangeira com vistas a obter vantagem estratégica. O comprador de uma matéria-prima pode empregar o investimento direto para utilizar um mercado imperfeito e obter seu fornecimento a menor preço” (HYMER, 1983: 20).

A transferência de tecnologia³ e a capacidade empresarial são um importante elemento do investimento direto. Na literatura antitruste, é considerado que o melhor meio para promover o progresso tecnológico e aumentar a produtividade da empresa encontra-se relacionado ao fato de que a vantagem que tem uma empresa levanta uma barreira ao ingresso de outras. Quanto mais importante é a vantagem, mais alta é a barreira e mais débil o grau de concorrência (HYMER, 1983).

As empresas multinacionais, no entanto, não são um fenômeno novo no comércio internacional, pois elas são da era do período mercantilista e se caracterizam pelo comércio realizado a grandes distâncias com as áreas coloniais por grandes companhias por ações. Segundo (DEAN, s/d: 10):

A invenção do capitalismo, no século XVI, coincidiu com a descoberta do Novo Mundo pelos europeus e o estabelecimento de entrepostos comerciais na África e no Oceano Índico. A Europa era, na época, mais pobre que os impérios que encontrou nas Américas Central e do Sul e no Oriente, mas o poderio marítimo e militar permitiu aos europeus capturar enormes riquezas e trazê-las, primeiro para a Espanha e Portugal e depois para a França, Holanda e Inglaterra. O capitalismo europeu esteve associado, desde o início, ao imperialismo, e o capital acumulado na Europa era o resultado, em grande parte, da extorsão realizada sobre os habitantes do resto do mundo.

É preciso destacar que a firma multinacional é consequência dos processos de concentração e centralização do capital⁴ no qual a pré-condição para que estes apareçam está relacionada ao desenvolvimento de um sistema de crédito. As atividades comerciais internacionais estabeleceram as bases para a Revolução Industrial, porém, a origem da empresa multinacional está na manufatura. Segundo (HYMER, 1983: 39):

As atividades destes comerciantes internacionais, agricultores e mineiros estabeleceram as bases da revolução industrial, ao concentrar o capital no centro metropolitano, se bem que a força propulsora tenha vindo das pequenas empresas manufatureiras capitalistas, que, em seus primórdios, operavam nos resquícios da estrutura econômica feudal e que, gradualmente, ascenderam a um predomínio aberto e finalmente triunfante. Os precursores da empresa moderna devem ser encontrados nas pequenas oficinas, organizados pela nova classe capitalista em ascensão.

³ “A habilidade, a eficiência do pessoal e os recursos diferem muito de uma empresa para outra, e o investimento direto permite uma empresa dispor de um meio para utilizar sua superioridade em um país estrangeiro” (HYMER, 1983: 23).

⁴Ver Marx (2013), cap. XXIII.

A evolução⁵ da pequena oficina até a empresa multinacional passou por um processo de desenvolvimento da organização empresarial. A medida que o capital vai se acumulando, o tamanho das concentrações individuais que o constituem crescem e a divisão vertical do trabalho cresce de modo paralelo. Até meados do século XX com o rápido crescimento da economia e o grande movimento de fusões várias empresas pequenas foram reunidas. Nesse sentido, uma nova estrutura administrativa foi se desenvolvendo para se ajustar a esta nova forma de produção e comercialização e assim surgiu uma pirâmide administrativa da corporação (HYMER, 1983).

Na empresa multinacional moderna a organização da empresa tem grande flexibilidade por conta da sua estrutura descentralizada, que pode ser concebida como um processo de centralização e aperfeiçoamento do processo de acumulação de capital, no qual uma empresa multidivisional⁶ segundo Hymer (1983) consegue penetrar em novo mercado, fazendo uma nova divisão deixando inalteradas as antigas divisões, pode criar novas linhas de produtos rivais na mesma indústria e pode ainda planejar em escala mais ampla e distribuir seu capital com maior precisão.

O desenvolvimento da empresa pode então ser concebido como um processo de centralização e aperfeiçoamento do processo de acumulação de capital. O empresário marshalliano era um homem-orquestra. Na moderna empresa multidivisional, há um poderoso escritório central para planejar e organizar conscientemente o crescimento do capital da empresa. É aqui que estão situados os homens-chaves que realmente distribuem os recursos disponíveis da empresa (não tomam como dado os recursos que lhes são alocados, como o fazem os executivos dos níveis inferiores. Seu poder reside, em última instância, em seu controle sobre os *homens* e sobre o *dinheiro*, e, se não se deve superestimar sua capacidade para controlar um vasto império, não há porque subestimá-la (HYMER, 1983: 50).

As grandes empresas dos Estados Unidos começaram a se orientar por volta das décadas de 1950-1960⁷ para outras áreas do globo quando completaram sua integração em escala continental. Isso foi possível porque a sua nova estrutura administrativa e seu poder financeiro lhe permitiu isso. Segundo Hymer (1983): A onda de investimentos diretos estrangeiros que atingiu a América Latina

⁵Sobre esse processo de evolução, observar o estudo que (HYMER, 1983) fez acerca da evolução da forma de organização da empresa nos Estados Unidos na década de 1870, em que o autor supõe que essas empresas eram de tipo marshalliano.

⁶Para uma análise mais detalhada acerca da estrutura da firma multidivisional ver (CHANDLER, 1998).

⁷ Há vários fatores importantes que explicam esta onda de investimentos externos nas décadas de 50 e 60. Primeiro, o grande porte das empresas norte-americanas e sua nova estrutura multidivisional que lhes deram horizontes mais amplos e uma perspectiva global. Segundo, o desenvolvimento tecnológico nas comunicações, que criou uma nova consciência do desafio global e ameaçou as instituições estabelecidas com a abertura de novas fontes de concorrência. Um terceiro fator para a imigração do capital norte-americano para o estrangeiro foi o rápido crescimento da Europa e do Japão (HYMER, 1983: 48).

por volta da segunda metade dos anos 1950 foi realizada por meio da transferência da estrutura produtiva norte-americana e, posteriormente, após a recuperação das economias devastadas pela guerra, a Europa também passou a realizar investimentos diretos estrangeiros para as áreas subdesenvolvidas. Portanto, os investimentos diretos estrangeiros que buscaram a América Latina no pós-Segunda Guerra foram realizados por meio da transferência da estrutura produtiva norte-americana e, posteriormente, a europeia para os países periféricos.

3- A internacionalização das grandes empresas em países subdesenvolvidos entre as décadas de 1950 e 1960:

Os investimentos diretos estrangeiros que buscaram a América Latina no pós-Segunda Guerra⁸ foram realizados através da transferência da estrutura produtiva norte-americana e europeia para os países subdesenvolvidos. A motivação para a instalação dos IDEs⁹ na América Latina, principalmente Argentina, Brasil e México, esteve atrelada a alguns fatores que são resumidos por (CAMPOS, 2009: 21):

1)- As empresas multinacionais no setor de matérias-primas que procuravam o Oriente Médio sofreram um recuo com a queda dos preços internacionais das *commodities*, não sendo substituídas pelas do setor de manufaturados, visto que estas não encontravam nessas regiões uma infraestrutura mínima e um mercado consumidor potencial capazes de sustentar suas atividades, como havia na América Latina. 2)- Outra razão da preferência pelos mercados latino-americanos foi a posição de hostilidade ao IDE por parte do socialismo no leste europeu e na Ásia – além do processo de descolonização na Ásia e na África, haviam também as fortes restrições ao ingresso de capital internacional no Japão; 3)- Do ponto de vista das organizações oligopolistas, o deslocamento de suas estruturas industriais para a América Latina tornava-se mais compatível à defesa de posições estratégicas e à consolidação de mercados que já eram explorados comercialmente. Com exceção da Venezuela, que liderava os estoques de recursos externos no continente em virtude da exploração de petróleo pelos EUA, Argentina, Brasil e México foram os mais atraentes [...].

⁸ Acerca das transformações no capitalismo no pós-Segunda Guerra ler: (BLOCK, 1980); (MOFFITT, 1984); (WACHTEL, 1988).

⁹ As empresas multinacionais que se orientam para os países periféricos também tinham outros motivos para sua expansão em outras áreas, a saber: 1) ver um rápido crescimento nos mercados de bens em que estavam; 2) ver uma *mão-de-obra mais barata* (produtividade dividida pelo salário) que tornaria lucrativo produzir no estrangeiro; 3) ver que os *concorrentes estrangeiros* cresciam mais rápido que elas próprias, apropriando-se de uma parcela cada vez maior do mercado mundial (HYMER, 1983).

O fato de a Argentina, Brasil e México se tornarem polos de atração para o investimento direto em suas economias esteve atrelado também ao motivo de que esses países permitiram que as indústrias conseguissem obter no longo prazo elevadas taxas de retorno. Esse processo foi possível porque esses países forneceram um planejamento público dotado de certa infraestrutura e alguns recursos financeiros ligados ao processo de internacionalização produtiva. No Brasil, por exemplo, os setores em que os IDEs trataram de se fixar foram os de transporte, química, setor elétrico e mecânico. Além disso, outros fatores também contribuíram para atuação do capital internacional na periferia. Estes estiveram relacionados com o fechamento dos mercados internos pela proteção tarifária e pelo câmbio desvalorizado para importação de bens com similar nacional.

O fechamento dos mercados internos pela proteção tarifária, e o câmbio desvalorizado para importação de bens com similar nacional, constituíram outro arranjo institucional que ia ao encontro das ambições do capital internacional. Isso porque, à medida que se reforçava a proteção interna, as empresas tomavam suas decisões de investimento com o objetivo de manter um mercado que ia se tornando inacessível às importações e que oferecia boas perspectivas, justamente depois de experimentarem a comercialização de seus produtos. A preservação da posição comercial das filiais foi mais forte até mesmo que os cálculos de lucratividade de curto prazo, pois serviriam como antecipação oligopolística a um ponto de apoio para um mercado relevante e imerso numa zona de crescente competição. Esses determinantes locais que favoreceram o avanço da internacionalização do mercado interno devem ser compreendidos também à luz do Plano de Metas, que, ao orientar a industrialização de maneira planejada, dirimia pontos de incerteza na economia, proporcionando aos oligopólios internacionais a garantia de rentabilidade futura (CAMPOS, 2009: 55).

As transformações provocadas na economia brasileira no período que corresponde à segunda metade dos anos 1950 foram feitas por meio da ação do capital internacional que modificou a substituição de importações no Brasil, pois a acumulação, ao se orientar através de rápida e concentrada internacionalização produtiva, modificou a estrutura da oferta de bens de consumo do país, isto é, esta cresceu acima da capacidade do mercado consumidor. Portanto, as transformações estiveram assentadas numa industrialização¹⁰ com base na vinda para o país de empresas transnacionais. A internacionalização produtiva esteve comprometida com o mercado interno por meio do seu direcionamento aos setores de bens de capital e de consumo duráveis no qual este

¹⁰ De acordo com (FURTADO, 1983: 122): “essa industrialização dirigida exclusivamente ao mercado interno teve o concurso crescente das empresas transnacionais”. “[...] Essas empresas utilizavam tecnologia e, em muitos casos, equipamentos já amortizados, de forma que puderam contornar as dificuldades criadas pela estreiteza dos mercados, que começava a se apresentar”.

processo deveu-se às empresas europeias, particularmente as alemãs que trataram de descentralizar sua estrutura produtiva para a América Latina.

Do ponto de vista da origem do IDE, a internalização de estrutura produtiva nova para o primeiro ciclo de expansão (1956-61) foi estimulada por empresas européias, sobretudo alemãs. Antes, embora predominasse a comercialização de bens de consumo duráveis estrangeiros dominados em grande medida pelo capital norte-americano, estes não eram fabricados aqui, mas somente montados. Foi a descentralização produtiva do capital europeu em direção à América Latina, ante a intensificação da concorrência intercapitalista em seu território, que conduziu à internacionalização dos mercados internos. Posteriormente, o capital norte-americano reafirmou sua hegemonia, conquistada desde o limiar do século XX no continente, desenvolvendo ou adquirindo estruturas produtivas em confronto com a congênere (CAMPOS, 2009: 57-58).

A realização da internacionalização produtiva na economia brasileira encontrava-se relacionada às estratégias que as empresas transnacionais tinham para se instalar e das relações mantidas com o Estado brasileiro. Dessa forma o investimento direto estrangeiro no Brasil caracteriza-se pelo fato de que sua vinda para o país estava relacionada à chance de exploração dos recursos naturais já que os produtos das empresas americanas eram apenas montados no país. Assim, segundo Campos (2009) a maioria da penetração dos investimentos diretos estrangeiros estava ligado aos setores de recursos naturais, visto que muitos dos produtos manufaturados americanos eram apenas montados e comercializados na América Latina, sem serem produzidos internamente. Dessa forma, a vinda dos capitais europeus, sobretudo alemães, ao criar plataformas de produção, teria um papel importante para estimular os oligopólios americanos a reafirmarem sua hegemonia na região.

As filiais ao se instalarem na periferia buscam obter lucros através do desenvolvimento de uma estrutura produtiva. Contudo, a formação de lucros das filiais instaladas na periferia encontra-se ligadas à economia em que ela se direciona, e é por isso que há um nexos, visto que a internacionalização produtiva impõe uma relação entre a acumulação das filiais e o crescimento do produto nacional e a formação bruta de capital fixo (CAMPOS, 2009). Mas é preciso destacar que o capital internacional tende a permanecer na periferia conforme o mercado interno remunere os lucros das empresas multinacionais. Contudo, o fato de os países subdesenvolvidos serem sujeitos a flutuações, as remessas de lucros acabam sendo feitas por meio de exportações, ou empréstimos externos, deixando essas economias expostas ao caráter especulativo.

O processo de industrialização ocorrido nos países periféricos por meio das empresas multinacionais é visto, como uma terceira fase da evolução do capitalismo industrial.

A rápida industrialização da periferia do mundo capitalista, sob a direção de empresas dos países cênicos, que se observou a partir do segundo conflito mundial, corresponde a uma terceira fase na evolução do capitalismo industrial. Essa fase se iniciou com um processo de integração das economias nacionais que formam o centro do sistema. Da formulação da Carta de Havana e criação do GATT ao Kennedy Round, passando pela formação do Mercado Comum Europeu, foram dados ao passos consideráveis no sentido de estruturar um espaço econômico unificado no centro do sistema capitalista. O movimento de capitais, dentro desse espaço em vias de unificação, alcançou volume considerável (principalmente dos Estados Unidos para a Europa Ocidental, mas também, em fase mais recente, em sentido inverso), o que permitiu que grandes empresas se implantassem em todos os subsistemas nacionais e também que as estruturas oligopolistas viessem a abranger o conjunto desses subsistemas. A formação, a partir da segunda metade dos anos 1960, de um importante mercado internacional de capitais constitui o coroamento desse processo, pois permite às grandes empresas liberarem-se de muitas das limitações criadas pelos sistemas monetários e financeiros nacionais (FURTADO, 1996: 25-26).

As grandes empresas com capacidade de ação global significaram para a periferia um capitalismo cosmopolita pelo fato dessas empresas não terem como objetivo a unificação dos mercados da periferia com os do centro, mas ampliar seu comércio, garantir sua autonomia e seu espaço de acumulação nos países atrasados e, portanto, retirar das mãos dos Estados nacionais periféricos seu poder de decisão e controle. Este período do pós-guerra Furtado denominará de pós-nacional, justamente pelas transformações no papel do Estado Nacional. Nesse momento histórico, fica claro que o poder de coordenação passa às mãos das grandes empresas e o poder do governo dos países em que as multinacionais se instalam não se sobrepõe à empresa oligopólica e financeira.

As grandes empresas, que reúnem um crescente poder dentro das novas estruturas, todavia não possuem um estatuto definido. Os recursos líquidos ou semilíquidos de que dispõe essas grandes empresas, chamadas multinacionais, são na atualidade muito superiores a das reservas de todos os bancos comerciais do mundo capitalista, particularmente se se tem em conta que não pode disponibilizar as reservas em ouro. Os recursos que transitam pelo mercado financeiro internacional e que escapam do controle de qualquer autoridade monetária somam centenas de milhares de milhões de dólares. Desta maneira existe uma esfera de decisões que não se confunde com os quadros institucionais, controlados pelos estados nacionais. Tudo sucede como se houvesse surgido uma nova dimensão em que o sistema de decisões econômicas que escapa dos mecanismos programados de ação dos governos, quer sobre o plano nacional ou internacional. Em síntese, os governos não têm, dentro do quadro institucional atual, possibilidade de *coordenar* a ação que pode exercer todo um conjunto de poderosos agentes do sistema capitalista. Se existe coordenação é realizada pelos oligopólios e pelos consórcios financeiros, em que se manifesta a

presença dos governos pela pressão que exercem sobre um ou outro agente (FURTADO, 1980: 118-119, tradução nossa).

A modificação importante na economia internacional com a constituição do pós-nacional não é só o campo de ação das empresas transnacionais, mas um desajuste estrutural global da crise financeira internacional e o aumento da dívida por parte dos países subdesenvolvidos. É nesse sentido que a tentativa de unificar os mercados nacionais no pós-Segunda Guerra Mundial não se tornou realidade.

O processo de integração dos mercados nacionais – processo que operou como principal motor do forte crescimento do período 1948-73 – não conduziu propriamente à formação de um sistema econômico global e, sim, a um conjunto de grandes subsistemas, cujas relações mútuas estão longe de ser simétricas. A amplitude da integração pode ser aferida pelo fato de que o intercâmbio comercial entre as economias capitalistas desenvolvidas cresceu com intensidade duas vezes maior do que o produto agregado dessas economias (FURTADO, 1992: 14).

O processo de integração dos mercados ao não formar um sistema econômico nacional fez com que os Estados nacionais não conseguissem se dotar de um aparelho institucional capaz de coordenar e controlar sua economia. As grandes empresas têm grande peso nos países emergentes, pois toda a informação é trabalhada e manipulada no plano transnacional, por conta disso, a ação dos Estados nacionais restringe-se à esfera de prestação de serviços sociais.

Não existe base para afirmar que a economia mundial assumirá a forma de uma constelação de grandes empresas atuando com crescente autonomia *vis-à-vis* dos governos nacionais. Mas não se pode desconhecer que tais empresas têm peso considerável no sistema emergente. A informação é trabalhada e manipulada no plano transnacional, o que possibilita aos mercados de dinheiro e capital, de múltiplos serviços e mesmo de muitas mercadorias, operar fora de controles nacionais. A ação dos Estados nacionais tende a circunscrever-se à esfera de prestação de serviços sociais, cuja demanda cresce e se torna mais exigente na medida em que surgem novas formas de instabilidade causadas pelo declínio da ação reguladora dos Estados. Na ausência de regulação macroeconômica eficaz – as forças que atuam no plano transnacional desencadeiam processos desestabilizadores das economias nacionais –, torna-se mais difícil o tratamento dos problemas sociais, particularmente o do desemprego (FURTADO, 1989: 26).

A constituição do período pós-nacional é marcado, portanto, pela instalação das empresas transnacionais nas economias periféricas que retiram das mãos do governo desses países seu poder autonomia, isto é, colocam os Estados nacionais numa posição subordinada aos seus interesses.

4- Internacionalização produtiva, globalização e crise do Estado nacional:

A crescente internacionalização da produção avançou consideravelmente a partir dos anos 1980 e nesse período ocorreu também a integração internacional da indústria brasileira que apresentou graus de integração ao resto do mundo que se aproximam dos padrões internacionais. Estes graus podem estar relacionados tanto com a abertura externa que é medida pelo coeficiente de exportação e importação¹¹ quanto com a globalização produtiva que é medida pelos coeficientes de comércio intra-industrial, pela presença de capitais estrangeiros, e pela existência de outros canais de acesso aos fluxos de informações gerenciais e tecnológicas (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996).

Quanto à abertura externa é possível destacar:

Primeiro, durante os anos 80, ela se deu através de marcada elevação no coeficiente exportado (medido pela razão entre exportações e valor bruto de produção). Nesse período, a preservação do fechamento a importações, motivada pela crise da dívida externa, conservou as importações no patamar muito reduzido da era do que se convencionou chamar de “industrialização substitutiva”. Segundo, na primeira metade da década de 90, a abertura econômica levou a rápido crescimento no coeficiente importado (razão entre importações e valor bruto de produção). Simultaneamente, prosseguiu a elevação do coeficiente exportado (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996: 168).

A globalização produtiva¹², contudo, estaria relacionada com a participação de um país nas redes mundiais de cadeias de produção de bens, simultaneamente importando e exportando insumos, peças, etc., e com a capacidade de um país acessar e absorver o “estado da arte” mundial da tecnologia de organização e produção.

Por *globalização produtiva* de um país entendem-se aqui, essencialmente, duas coisas: - a participação de um país nas redes mundiais de cadeias de produção de bens, simultaneamente importando e exportando insumos, partes, peças, componentes e produtos finais internos ao âmbito de uma mesma cadeia produtiva. Essa forma de integração pressupõe competitividade disseminada ao longo dos principais segmentos da produção manufatureira. E essa especialização “intra-industrial” depende tanto de vantagens comparativas absolutas como de vantagens comparativas construídas, e envolve elementos tais como formas de organização industrial, estratégias regionais e mundiais de firmas multinacionais, diferenciação de produtos, acordos de comércio regional, etc.; - a capacidade que tem um país de

¹¹Para uma análise acerca do que ocorreu com os coeficientes de exportação e importação a partir da década de 1980 consultar Tabela: *Brasil, Japão, EUA e Espanha – Coeficientes de Exportação e Importação da Indústria Manufatureira (total e grupos de setores, em anos selecionados)* dos autores (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996).

¹²Sobre os indicadores da globalização produtiva ver: (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996: 171-177).

acessar e absorver o “estado da arte” mundial em termos de tecnologias de organização e de produção (BIELSCHOWSKY & STUMPO, 1996: 171).

O processo de internacionalização da produção¹³ que avançou por volta da década de 1980 foi impulsionado por conta da crescente desregulamentação das economias, a sofisticação dos mercados financeiros e os novos recursos das telecomunicações e da informática, ampliando consequentemente a intangibilidade da riqueza.

O movimento de internacionalização, impulsionado pela crescente desregulamentação das economias, pela sofisticação dos mercados financeiros e pelos novos recursos da telemática, criou o fator da intangibilidade da riqueza, fazendo com que os instrumentos tradicionais da política econômica se tornassem insuficientes para influenciar, significativamente, a dinâmica do processo (LACERDA, 2003: 24-25).

A crise do dólar no fim dos anos 60 e início dos anos 70 foi acompanhada de crescente desregulamentação financeira, provocando a expansão do euromercado. Esse mercado-livre de crédito internacional ganhou forte impulso e passou a caracterizar uma nova fase de integração da economia mundial em que Brasil se conectou a esse novo mercado de crédito por meio da política de endividamento externo.

No fim dos anos 60 e início dos anos 70, a crise do dólar enquanto moeda-pivô do sistema internacional (provocada pela emergência de grandes déficits externos americanos) foi acompanhada por crescente desregulamentação financeira, o que ensejou a notável “expansão do euromercado”. Este mercado-livre de crédito internacional – alimentado pela maciça oferta de petrodólares após 1973 – ganhou forte poder de gravitação, caracterizando uma nova fase de integração da economia mundial. O Brasil conectou-se intensamente a este novo mercado de crédito, através da contratação de empréstimos em grande escala, para sustentar o último ciclo de substituição de importações (i.e. II PND: insumos básicos, não-ferrosos, papel-celulose, bens de capital), sob o governo do Presidente Geisel. Esta política de endividamento externo foi posteriormente durante atingida pela alta da taxa de juros flutuantes externos pós 1979 e pela significativa deterioração da relação de trocas entre 1980-1983 (COUTINHO, 1996, p. 226).

¹³O investimento direto estrangeiro atingiu não somente a América Latina, mas também alguns países asiáticos. De acordo com (FURTADO, 1992: 20-21) “As chamadas zonas de processamento de exportações, instaladas na Coreia do Sul, em Taiwan, nas Filipinas e em outros países do Sudeste asiático são um conjunto de facilidades destinadas a atrair empresas multinacionais. Pelas concessões que oferecem em todos os planos, inclusive no jurídico e no que respeita à política salarial, essas zonas podem ser assimiladas aos sistemas de ‘capitulações’ do passado. Bom exemplo da dispersão dos investimentos é o automóvel produzido pela empresa japonesa Mitsubishi, com partes manufaturadas em Cingapura, na Malásia e nas Filipinas, e com motor proveniente do Japão. Os produtos dessa diáspora industrial se dirigem em grande medida a terceiros países, entre os quais aparece, em primeiro lugar, o mercado norte-americano.

A partir dos anos 70 e principalmente dos anos 80, a mudança tecnológica acelerou-se e transformou as estruturas industriais, com a difusão das tecnologias de informação, baseadas na microeletrônica. Além disso, a desregulamentação financeira e o desenvolvimento de redes telemáticas mundiais integraram os mercados financeiros e de capitais diminuindo as fronteiras entre os sistemas financeiros nacionais e o euromercado. Nesse sentido, esses são traços marcantes da evolução do capitalismo nesse período.

[...] A partir de meados dos anos 70 e com força crescente na década de 80, a mudança tecnológica acelerou-se e transformou as estruturas industriais, sob o impacto da veloz difusão das tecnologias de informação, baseadas na microeletrônica. A desregulamentação financeira e o simultâneo desenvolvimento de redes telemáticas mundiais integraram os mercados financeiros e de capitais – diluindo crescentemente as fronteiras entre os diversos sistemas financeiros nacionais e o euromercado, na direção de uma verdadeira *globalização das finanças*. Como vimos, a emergência de um novo paradigma organizacional tecnológico e a globalização financeira são os traços marcantes da evolução do capitalismo nos últimos 20 anos (COUTINHO, 1996: 226).

O capitalismo é marcado na década de 80 por um crescente movimento de internacionalização acompanhado por sua vez de reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial. Esse processo se deve à terceira revolução industrial que deu novo sentido aos fluxos de investimento direto, ao comércio internacional e ao movimento de capitais (crédito, mercados financeiros e de capitais) intra e entre as economias centrais industrializadas. Com exceção da China e de outras economias em desenvolvimento no leste asiático (Coréia do Sul e Taiwan) que se articularam à reestruturação do sistema industrial japonês nos anos 70 e 80, a dinâmica da economia mundial foi inóspita, particularmente, para os países da América Latina (COUTINHO, 1996).

As transformações tecnológicas e organizacionais dos anos 80, bem como a integração restrita da economia mundial afetaram, contudo, o Brasil e a América Latina de forma desfavorável, por exemplo, na capacidade de política econômica do Estado. Vale destacar dois exemplos: a crise da dívida deflagrada por conta da alta taxa de juros pelo FED entre 1979 e 1982, marginalizou o país do mercado financeiro internacional, segregando a economia brasileira do mercado financeiro mundial até o início dos anos 90. Outro ponto importante a salientar foi que a grave desorganização das finanças públicas, decorrente da crise da dívida, minou a capacidade ordenadora do Estado abrindo o caminho para uma violenta instabilidade inflacionária, que afastou os investimentos externos de risco (COUTINHO, 1996).

O fato dos países latino-americanos, particularmente o Brasil, ficarem expostos à globalização estas sociedades ficaram sujeitas a mecanismos de neocolonização, em que é criada uma nova dependência, no qual isso pode ser percebido por meio de três processos. Nas palavras de Sampaio Júnior (2007):

Primeiro, a difusão desigual do progresso técnico aumentou a defasagem tecnológica das economias atrasadas. A incapacidade estrutural de suportar a concorrência internacional deixou a periferia extremamente vulnerável a processos catastróficos de desestruturação produtiva. Encontra-se aí, em última instância, a origem das forças disruptivas que, desde os anos oitenta, comprometeram a continuidade dos processos de industrialização e estabilidade dos sistemas monetários. Segundo, a transnacionalização do capitalismo reforçou a dependência financeira, o que se evidencia pelo caráter estrutural dos desequilíbrios no balanço de pagamentos. Depois da conclusão do Plano Brady, no início dos anos noventa, quando os bancos privados finalmente digeriram a crise de sobreendividamento da década anterior, as economias latino-americanas foram pressionadas a adotar políticas de estabilização monetária e programas de liberalização destinados a impulsionar a inserção especializada das economias periféricas no sistema capitalista mundial e a fomentar uma nova rodada de modernização dos padrões de consumo. Por fim, as transformações no padrão de desenvolvimento capitalista intensificaram a dependência cultural, comprometendo a premissa elementar de um Estado nacional: sua existência como entidade dotada de “vontade política” própria. (SAMPAIO JÚNIOR, 2007: 148).

Sobre o terceiro processo em que permite criar uma nova dependência é possível destacar que os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes aumentaram ainda mais o mimetismo cultural, pois a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento dos países centrais aumentou. A consequência disso foi maior concentração da renda e aumento da exclusão social. Por outro lado, como as regiões periféricas tornaram-se subordinadas ao capital internacional, estas acabaram negando a vontade política como meio de construção da Nação, abrindo mão do Estado Nacional.

De um lado, os progressos tecnológicos nas áreas de comunicações e transportes exacerbaram o mimetismo cultural, levando ao paroxismo a propensão das classes médias e altas de copiar os padrões de consumo e comportamento difundidos do centro hegemônico. Os efeitos perversos desta forma de incorporação de progresso técnico sobre as sociedades periféricas são conhecidos: maior concentração de renda e crescente exclusão social. Quanto maior o hiato entre desenvolvidos e subdesenvolvidos tanto maior a desigualdade social necessária. De outro lado, a sacralização do “mercado” como princípio organizador da vida social deixou as regiões periféricas totalmente indefesas diante do grande capital internacional. Negando a “vontade política” como meio de construção da Nação, elas abriram mão de seu principal instrumento de ação coletiva: o Estado nacional (SAMPAIO JÚNIOR, 2007: 148).

Portanto, a partir das transformações tecnológicas ocorridas na década de 1980 surge um novo padrão de desenvolvimento capitalista que corresponde a um avanço da internacionalização no período da internacionalização para os países da América Latina, particularmente o Brasil. Dessa forma, é possível perceber que esse processo não se dá sem um maior aprofundamento da dependência, pois por conta do progresso tecnológico que é internalizado pelas empresas transnacionais, o mimetismo cultural e, portanto, a imitação dos padrões de consumo e vida do centro comprometeram ainda mais o poder de coordenação e autonomia do Estado nacional que deveria ter vontade política própria frente ao capital internacional.

5- Considerações finais:

Ao longo da década de 1950 e 1960 a industrialização no Brasil foi impulsionada pela transnacionalização de grandes empresas no país. Tratava-se, no discurso das transnacionais e dos que defendiam a transnacionalização, de uma tentativa de unificar os países periféricos com os do centro. No entanto, como observado neste artigo, essa unificação não ocorreu, pois os países centrais apenas buscaram garantir sua autonomia, comércio e seu espaço de acumulação nas áreas atrasadas.

Na década de 1980 o capitalismo é marcado por um crescente movimento de internacionalização acompanhado de reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial. Além disso, nesse período há um avanço da internacionalização da produção que abrange a América Latina. Contudo, nota-se que o avanço das transnacionais correspondem a um aprofundamento da dependência, pois a tecnologia que vem é de fora e, portanto, os produtos que são criados são de acordo com os padrões do centro. Assim, a tecnologia ao ser internalizada por essas grandes empresas que descentralizam suas estruturas produtivas nesses países criam produtos que apenas parte da população, isto é, uma elite consegue consumir e, portanto, imitar os estilos de vida do centro. Esse processo por sua vez tendeu a agravar ainda mais a renda e a desigualdade social também. Dessa maneira é possível dizer que as transformações ocorridas na economia capitalista aprofundaram ainda mais o caráter de dependência das economias periféricas como a brasileira e serviram para fragilizar as bases do Estado nacional.

Referências:

BIELSCHOWSKY, R; STUMPO, G. **A internacionalização da indústria brasileira:** números e reflexões depois de alguns anos de abertura. In: BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

BLOCK, F. **Las Orígenes Del Desorden Económico Internacional**. México: Fondo de Cultura, 1980.

CAMPOS, F. A. **A arte da conquista:** o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Campinas, SP: [s.n.], 2009.

CHANDLER, A. **Ensaio para uma teoria histórica da grande empresa**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LACERDA, Antônio Correa de. **Globalização e inserção externa da economia brasileira:** política econômica, investimentos diretos estrangeiros e comércio exterior, na década de 1990. Campinas, SP: [s.n], 2003.

COUTINHO, L. G. **A fragilidade do Brasil em face da Globalização**. In: BAUMANN, Renato (Org). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

SAMPAIO JR., P. A. **Globalização e reversão neocolonial:** o impasse brasileiro. *Enpublicación: Filosofía y teorías políticas entre la crítica y La utopía*. Hoyos Vásquez, Guillermo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2007. ISBN: 978-987-1183-75-3.

DEAN, W. **As multinacionais do mercantilismo ao capital internacional**. São Paulo: Brasiliense, s/d.

FURTADO, C. **A fantasia desfeita**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **A nova dependência:** dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Brasil:** a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. **Industrialización e internacionalización em la América Latina**. IN: FAJNZYLBER, F. México, Fondo de Cultura Económica, 1980.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HYMER, S. **Empresas Multinacionais: a internacionalização do capital**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Editora: Boitempo, 1983.

MOFFITT, M. **O dinheiro do mundo:** de Bretton Woods à beira da insolvência. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

SOBEET. **Internacionalização das empresas brasileiras: motivações, barreiras e demandas de políticas públicas**. Brasília, 2012.

WACHTEL, H. M. **Os mandarins do dinheiro**: as origens da nova ordem econômica supranacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

A Inquisição na Sociedade Lusitana (séculos XV-XIX)

Coordenadores:

Denise da Silva Menezes do Nascimento – Profª de História Medieval da UFJF.

Aieska Pandolfi Monfardini – Mestranda da UFJF.

As reflexões sobre o poderio e influência da Igreja através da Inquisição tem sido feita desde o início dos trabalhos do Santo Tribunal, entretanto, importantes questões sobre a temática ainda se fazem necessárias para que possamos entender o contexto histórico de consolidação e expansão do império português. Se por um lado podemos pensar o Tribunal em unicidade com o poder régio, já que ambos comungavam de semelhantes interpretações referentes a vários delitos, por outro lado, também é possível compreendê-lo como um “Estado dentro do Estado”, como uma instituição com crescentes poderes nas regiões onde o poder régio não atuava tão diretamente. Pensar a atuação dos poderes régio e eclesiástico no processo de normatização da sociedade torna premente o estudo do aparelho inquisitorial a fim de apreendermos as implicações no cotidiano dos súditos portugueses. Assim, o simpósio objetiva reunir pesquisadores que se debruçam sobre o Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e sua atuação na sociedade portuguesa, tanto na metrópole quanto em suas colônias, entre os séculos XIV e XIX.

OS FATORES SOCIAIS PRESENTES DURANTE A INQUISIÇÃO EM PORTUGAL

Melquisedeque Castro¹

RESUMO:

O presente artigo visa analisar, dentro da linha da sociopsicologia, as bases institucionais do movimento religioso que ficou conhecido historicamente como a "Inquisição Católica". O objetivo é analisar, dentro dos referenciais teóricos utilizados, os principais fatores sociais e institucionais que favoreceram a manutenção deste sistema político-religioso que durou por aproximadamente três séculos. Para isto, utilizou-se da teoria do "Efeito Lúcifer", de Philip Zimbardo, de alguns textos e livros históricos sobre a Inquisição além das reflexões propostas por Bauman e Hannah Arendt a fim de realizarmos uma análise bibliográfica, deste movimento Católico. Concluiu-se que alguns dos fatores da teoria Zimbardiana puderam ser encontrados na bibliografia histórica, analisada, ainda que com algumas limitações.

Palavras Chave: Inquisição; Efeito Lúcifer; fatores institucionais; tortura.

THE SOCIAL FACTORS PRESENT DURING THE INQUISITION IN PORTUGAL

ABSTRACT:

The present article aims to analyze, within the line of sociopsychology, the institutional bases of the religious movement that became known historically as the "Catholic Inquisition". The objective is to analyze, within the theoretical references used, the main social and institutional factors that favored the maintenance of this political-religious system that lasted for approximately three centuries. For this was used the Philip Zimbardo's theory of the "Lucifer Effect", some historical texts and books on the Inquisition, besides the reflections proposed by Bauman and Hannah Arendt in order to carry out a bibliographical analysis of this Catholic movement. It was concluded that some of the factors of the Zimbardian theory could be found in the historical bibliography analyzed, although with some limitations.

Key words: Inquisition, Lucifer Effect, torture.

¹ estudante de graduação em Psicologia – email: melquisedeque_psique@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO:

Esta trabalho faz parte dos resultados parciais de uma pesquisa bibliográfica mais extensa, que tem como objetivo buscar um referencial teórico e acadêmico, que vise responder a seguinte questão: como foi possível que a Igreja Católica, mesmo pregando as boas ações, a moral e a bondade, criar um movimento tão destrutivo, que gerou a tortura degradante de pelo menos 60.000 pessoas sendo eles, tanto seus próprios fiéis quanto de membros de outras religiões.

Sabe-se que atualmente, podemos contar com uma boa produção acadêmica dentro do que concerne ao tema da maldade humana. Portanto, o principal referencial teórico desta pesquisa, será a Psicologia Social a partir da linha sociopsicológica. Dentro desta linha, a principal referência será o livro do psicólogo norte-americano Philip Zimbardo denominado “O Efeito Lúcifer nas religiões”. Nele, o autor se baseia em seu próprio experimento na Universidade de Stanford além de outros referenciais teóricos da Psicologia Social para tentar explicar como é possível pessoas boas, morais e éticas virem a fazerem atos maldosos, cruéis e criminosos. Outras obras, como a da filósofa Hanna Arendt, que discute a banalidade do mal, a teoria de Alfred Bandura a respeito do desengajamento moral e as ideias de Steven Pinker, fornecidas no livro "Os bons anjos de nossa natureza" fornecerão o complemento teórico necessário dentro desta abordagem. As razões para a escolha desta bibliografia está ampla abrangência teórica que estes autores trazem para as suas respectivas áreas e que permitem dialogar com a teoria do Efeito Lúcifer de Philip Zimbardo.

Como referencias bibliográficas para a esta teorização do movimento católico da Inquisição, por hora, temos dois livros: o primeiro, é o "Malleus Maleficarum" de tradução para o português "Martelo das Feiticeiras". É um livro, escrito no ano de 1474, por Heinrich Kramer e James Sprenger, destinado aos juizes inquisidores da época e que viria a se tornar um manual para estes sobre como reconhecer, capturar, interrogar, torturar e condenar as mulheres, que eram consideradas bruxas naquela época. O segundo, se refere ao livro do importante historiador Toby Green, denominado "Inquisição; o reinado do medo" um texto onde ele se propõe a retomar os acontecimentos históricos da época da inquisição, desde o seu começo na Espanha e Portugal no século XVI, sua extensão para a África e América, bem como a perseguição, tortura e condenação dos principais inimigos da Igreja, na época.

Como bibliografia complementar, serão consultados artigos referente ao tema, dentro de algumas bases de dados como a Scielo, a Web of Science e o SciVerse Corpus.

2. A TEORIA DO "EFEITO LÚCIFER":

A teoria do Efeito Lúcifer é uma proposta teórica do renomado psicólogo social, Philip Zimbardo onde, através dela, ele busca uma proposta teórica sobre o porquê de pessoas consideradas moralmente boa e mentalmente sãs, podem, por vezes, cometerem atrocidades e atos criminosos.

Em sua teoria, recorrendo à linha sócio psicológica da análise da violência social, Zimbardo propõe que a principal razão está nos fatores sociais, presentes no meio externo, os quais, quando encontrados em conjunto, exercem grande pressão sobre o indivíduo tornando-o mais vulnerável à prática de tais atos criminosos (ZIMBARDO, 2012: 24).

Estes fatores de risco, estão também e conseqüentemente, relacionados com as instituições sociais e políticas, as quais o indivíduo serve, de forma que elas, ao criarem estas situações que contenham estes fatores, apresentam uma grande probabilidade de vencerem as barreiras morais de seus agentes e deixá-los vulneráveis à cometerem tais práticas (ZIMBARDO, 2012: 345).

Estes fatores de risco, de acordo com a teoria são: a desumanização (tendências da atribuição de características não humanas à indivíduos humanos); a desindividuação / anonimato (tendência em dar uma característica de anonimato ao agente agressor, de forma que normalmente ele tem a sensação de que não será punido por seus atos); a obediência às normas grupais e aos líderes de grupos ou instituições; a transferência da responsabilidade pessoal para as outras pessoas do mesmo grupo ou para o líder do mesmo; a dissonância Cognitiva (tendência da mente humana em justificar atos e ações dissonantes da própria pessoa); a justificação moral (tendência em tornar moral ações e atos considerados socialmente e culturalmente imorais); a banalidade do mal (conceito arendtiano de naturalização da violência e não questionamento dos próprios atos) e mal da inação (tendência dos demais sujeitos neutros e observadores em não interferir nas ações violentas e criminosas dos outros)

Portanto, de acordo com esta perspectiva Zimbardiana, se uma instituição (neste contexto, a Igreja Católica) reunir estes nove fatores de risco em um ambiente já projetado para a aniquilação de rivais e inimigos, terá, conseqüentemente, uma chance maior não apenas de convencer seus funcionários a cometer atos consideravelmente imorais, mas também, de levá-lo a acreditarem que eles estão, de fato, agindo com a máxima da moral e garantindo assim, uma suposta propagação do "bem".

3. A INQUISIÇÃO CATÓLICA:

Considerada a maior de todas as igrejas, a Igreja Católica é sempre lembrada nos livros de história por sua participação em Movimentos Religiosos de grande impacto para a história da civilização ocidental. Um desses movimentos ficou conhecido como a Inquisição Católica, ocorrida em grande parte da Europa e nas colônias da América e África (GREEN, 2011: 39). De acordo com alguns historiadores, ela foi iniciada por motivações políticas (e não apenas religiosas), durou por quase trezentos anos e propiciou a morte de aproximadamente 40.000 pessoas (GREEN, 2011: 40).

A fim de conseguir as confissões de seus réus, o método mais conhecido tanto popularmente, quanto academicamente foi a tortura. Quando conseguiam as informações, em geral, o prisioneiro que antes era considerado como um "suspeito grave" passava a ser culpado de suas acusações e, como mandava o protocolo, eram entregues às autoridades seculares para serem executados (GREEN, 2011: 88)

Fazendo uma análise mais apurada do modelos sistemático em que a Inquisição estava institucionalizada, podemos perceber o quão tendencioso eram suas estruturas rigidamente montadas.

Tudo começava com os Papas, que lideravam a igreja e como tal, utilizavam-se da Inquisição como poder político. Eles nomeavam seus inquisidores, que tinham o dever não apenas de administrar as suas paróquias locais, mas também de manter os bons costumes e padrões da fé católica da época, além de erradicar todas as formas de heresia, bruxarias ou práticas religiosas/sociais que não eram aprovadas por suas doutrinas católicas. Aos seus comandos estavam os "oficiais" que recebiam suas ordens e auxiliavam nas torturas. Além destes, haviam também os chamados "familiares" que eram os cidadãos "de boa reputação" encarregados de espionar a população e denunciar todos aqueles que estivessem em alguma atividade suspeita (GREEN, 2011: 211-213).

Ainda em uma análise sistemática, em um dos manuais burocráticos mais conhecidos de hoje em dia e muito utilizado na época da inquisição, Krammer em "O Martelo das Feiticeiras" deixa ordens claras sobre como os inquisidores deveriam proceder com a vítima em uma sessão de interrogatório. Em geral, a acusada (já que a maioria das prisioneiras eram mulheres e acusadas de bruxarias) era despida com o pretexto da procura de sinais visíveis de bruxaria, seus cabelos e demais pelos corporais eram removidos pelo mesmo motivo e então, caso não concordasse em confessar a sua culpa de bom grado ao juiz, era submetida a vários aparelhos de tortura, com a intenção de que ela assim, finalmente confessaria suas supostas práticas de bruxaria. (KRAMER, 1484: 383). Cabe aqui ressaltar que todo este aparato judicial, tinha pouca preocupação em buscar as evidências dos

fatos e denúncias à acusada, mas sim, a de conseguir sua confissão (PIRES, 2013: 7). A confissão imediata era a prova da culpa da acusada; em contrapartida, a recusa desta, nem sempre era considerada uma prova da inocência (na realidade, nunca era. Em geral, a crença mais comum entre os inquisidores era apenas a de que os juízes não haviam utilizado o aparelho de tortura correta ou que era apenas o Diabo, que devido à ausência de alguma ação do juiz eclesiástico durante o seu tratamento para com a acusada, ou por qualquer outro motivo, a fez suportar o processo da tortura (KRAMER, 1484: 388).

Além do mais, os funcionários eram submetidos à treinamentos para se manter imparciais frente ao apelo de suas vítimas (GREEN, 2011: 109). Curiosamente, esta foi uma prática muito comum em outros sistemas políticos que se utilizavam da tortura em eventos posteriores, pensando por exemplo, nas reflexões que Hannah Arendt traz em "Eichmann em Jerusalem".

Isto sem mencionar o enorme poder político que a Igreja Católica e a Inquisição detinham nesta época, capazes de estabelecer quem eram as pessoas respeitáveis, quem eram os réus, e aqueles que questionassem suas ideias, poderiam ser condenados à morte por crime de heresia, fato este que a permitia governar através do medo (GREEN, 2011: 21).

4. DISCUSSÃO:

Uma vez agora expostas a teoria do “Efeito Lúcifer” de Philip Zimbardo e traçado este breve percurso histórico sobre a Inquisição e sua organização sistêmica de perpetuação da tortura, podemos começar a elaborar alguns possíveis paralelos entre o referencial histórico e a teoria Zimbardiana com o intuito de buscar a compreensão sobre como foi possível a institucionalização e razoável aceitação da Inquisição.

Inicialmente é digno de nota ressaltar que o método de tortura da Inquisição não foi uma inovação para réus naquela época e nem estava isolada de seu contexto histórico. Em oposição à tendência de alguns autores de falarem que os métodos de tortura inquisitórios foram exagerados, podemos pensar no fato de que as torturas já eram empregadas nas cortes criminais na cidade de Castela, na Espanha, e em Portugal (GREEN, 2011: 97). Não havia a noção humanitária de direitos humanos que temos hoje, naquela época e a política sistêmica das punições públicas como um meio de dissuasão da criminalidade era amplamente empregada em boa parte dos países europeus. Elas só viriam a ser abolidas no século XVIII. (PINKER, 2013: 415) Portanto, não era nenhuma novidade

para a população europeia desta época assistir à execuções públicas. Ao contrário, neste contexto, as condenações dos réus à morte na fogueira por heresia e bruxaria, além dos métodos de tortura, não foram questionados por um longo tempo (GREEN, 2011: 98). Isto fica claro nas artes pintadas nesta época. A naturalização com que a população via tais métodos inquisitivo fica evidente principalmente em quadros que retratavam os autos de fé católicos. Não é difícil perceber a naturalização, o olhar sereno dos oficiais e um ar de justiça e contemplação da população espectadora, o que nos dá entender que estas práticas eram consideradas tão cotidianas, quanto hoje ao depararmos com a notícia de que algum criminoso foi preso. Hanna Arendt, chamaria todo este clima de naturalização e não questionamento das torturas e execuções de ‘banalidade do mal’.

Com a leitura de “Martelo das Feiticeiras”, pode-se perceber a partir da terceira parte do livro, que havia toda uma estrutura sistêmica que instrua de que modo os inquisidores deveriam proceder em todos os tipos de condenações de heresias e bruxarias. Para as consideradas mais leves, havia a chance de absolvição mediante a purgação do ato. No entanto, para os/as reincidentes e para os/as que tinham sido flagrados(as) no ato ou haviam graves suspeitas para deste crime, eram reservadas as celas das prisões e as torturas com a finalidade de se chegar a “obtenção da verdade”. Esta “obtenção da verdade”, na prática, era um meio de se transformar um réu considerado como suspeito em um culpado pela própria confissão e merecedor da pena capital.

Como dito acima, toda esta institucionalização era mantida e perpetuada em uma rígida hierarquia, montada de cima para baixo, onde basicamente papas, inquisidores e oficiais de justiça compunham toda a ordem deste sistema, cabendo aos primeiros a estruturação básica desta política inquisitória e a manutenção do controle e governo da população, institucionalizando suas doutrinas. Aos oficiais e auxiliares, a missão era apenas seguir as ordens do Inquisidor e auxiliá-lo nesta busca desenfreada pela confissão. Toby Green ressalta ainda que estes oficiais eram treinados para não se envolverem empaticamente diante dos apelos das vítimas torturadas, um meio este que também seria utilizado mais tarde, de acordo com autores como Bauman e Hanna Arendt, em oficiais do partido Nazista, dentro dos campos de concentração judeus

Dentro da teoria do Efeito Lúcifer, o principal fator com um extremo poder de cometer e manter a perpetuação de atos violentos e no caso específico desta pesquisa, de convencer pessoas mentalmente saldáveis e moralmente boas a torturarem os/as reus/rés condenados/as através de aparelhos e métodos horrendos de suplicios, está na estruturação sistemática das instituições. No caso desta pesquisa bibliográfica, o treinamento dado aos oficiais, juntamente com esta hierarquia

sistematizada, a qual não permitia o questionamento de nenhum dos membros de denominações mais baixas em relação aos seus superiores contribuía de forma significativa para que eles pudessem cometer tais atos. Hanna Arendt descreveu este mesmo problema ao analisar Adolf Eichman, ao relatar que uma vez inserido em um sistema como este, não tinha como haver a tal "voz da consciência" dizendo para que ele não matasse os judeus, uma vez que o sistema tornou o inaceitável em aceitável. O mandamento "não matarás" passou a ser "matarás". Logo não havia culpa em seu julgamento pessoal. O próprio Eichman, mais tarde, viria a se defender durante o julgamento dizendo que "só estava cumprindo ordens". Todo este processo Arendt virá chamar de "banalidade do mal"

Voltando à leitura de Toby Green "(...) se o prisioneiro morrer, quebrar algum membro ou perder algum sentido, a culpa será sua, e não dos ministros do Santo Ofício, pois ele voluntariamente se expõe ao perigo que pode evitar, confessando suas culpas (...)".

Estas palavras, faziam parte de uma oração que os oficiais de justiça, eram instruídos a fazerem antes do início de uma sessão de tortura aos condenados. Desta forma, a instituição também contribuía para formar e tornar evidente um dos mecanismos clássicos de toda teoria sociopsicológica que aborda a questão da maldade humana. A "justificação moral." Com este jogo, além de retirar dos oficiais, toda a responsabilidade pelas ações danosas de seus atos, ela irá instruir também, de acordo com Green, que os oficiais torturadores usem um capuz em seus rostos antes de começarem a prática. O ato de cobrir o rosto com um capuz, Zimbardo irá identificar como o mecanismo da desindividuação, uma vez que passa uma maior noção de anonimato ao torturador.

Além desta citação, ainda há outra passagem onde a justificação moral aparece. Logo em uma outra parte do seu livro, Green descreve algumas das palavras de um Inquisidor nomeado em Solibera, em 1484. No meio de seu discurso inaugural de posse, segundo o historiador, ele disse estas palavras:

Nosso objetivo, é cuidar da vinha da Igreja, como sentinelas atentas, separando as heresias do trigo da religião (...) caso se considere atentamente, ver-se que tudo isto, que a primeira vista parece horrível, não passa de misericórdia (...) Quem duvida que aquilo que neste tribunal parece severidade da justiça não passa de remédio, ministrado pela misericórdia, para a saúde dos delinquentes?

Além da clara justificativa moral dos atos horríveis da Inquisição que o líder inicialmente pareceu admitir, encontra-se também outro fator social da teoria; a Dissonância cognitiva, uma vez que ele justifica um ato moralmente inaceitável, tornando-o aceitável através das palavras eufêmicas como "misericórdia" e "remédios" ao se referir as práticas do sistema. Eufemismo, que por sinal, são

uma parte vital para a manipulação do sistema para tornar suas atitudes moralmente inaceitáveis e toleráveis.

Há ainda, dentro da teoria de Zimbardo, outros fatores de riscos que auxiliam neste processo, tais como a desumanização, a transferência de responsabilidade pessoal, a obediência grupal e o "mal da inação". Até o presente momento, não foram encontrados ainda evidências destes fatores nas nossas bibliografias consultadas.

5. CONCLUSÃO:

Até o momento da presente pesquisa, foram verificadas algumas das variáveis sistêmicas, proposta pela teoria Zimbardiana na literatura de Toby Green e no *Malleus Maleficarum*. No entanto, devido esta ser uma pesquisa ainda em andamento, há algumas limitações claras até o presente momento deste artigo, como por exemplo, definir em que país serão analisados os processos institucionais da Inquisição. Até o presente momento, foi feita uma leitura mais generalizada do tema, mas estas por si só, não servirão de uma base confiável para poder analisar bibliograficamente a teoria.

6. BIBLIOGRAFIA:

ARENDT, Hanna. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1998

GREEN, Toby. *Inquisição O reinado do medo*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011

KRAMER, Heinrich.; Sprenger, James. *Malleus Maleficarum*. Rio de Janeiro: BestBolso. 2015

PINKER, Steven. *Os Bons Anjos da nossa natureza: Porque a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PIRES, João Davi Avelar. A inquisição e a feitiçaria: A ritualização do interrogatório e da tortura. *Revista História e Cultura*, p 560-573, 2013

ZIMBARDO, Phillip. *O Efeito Lúcifer: Como pessoas boas se tornam más*. Rio de Janeiro: Record. 2012.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

Por outras dimensões do Brasil Oitocentista: instituições, poder e elites locais

Coordenadores:

Luiza Coutinho Ottero – mestranda pela UFJF.

Raissa Gabrielle Vieira Cirino – Doutoranda pela UFJF.

Devido às recentes crises de representação política e de desvalorização das suas instituições, falar acerca da estruturação do Estado, de seus agentes e da formação de uma cultura política nunca esteve tão em voga. A partir de problematizações relacionadas ao Brasil do século XIX, que incluam temáticas que abordem poder, política, instituições e atores do período, procuraremos demonstrar o papel do historiador do XIX neste contexto, alimentando o debate sobre o contexto e salientando que a reelaboração da Historiografia, bem como sua participação nas discussões sobre a atual crise política, são ações profícuas para contribuir com a superação e solução desse quadro tão crítico. Nessa perspectiva, além de ser um espaço para troca de idéias e conhecimento, o simpósio busca fomentar pesquisas voltadas para a atuação de atores individuais ou coletivos, que intentaram participar da vida sociopolítica de suas vilas e províncias, fosse para defender seus interesses particulares, fosse para auxiliar o mais novo e importante corpo social que chamaram de Império do Brasil.

Em consonância com as novas propostas de revisitação da Historiografia atual para problematizar temáticas relacionadas à construção do Estado e nação brasileiros, esse simpósio procura reunir trabalhos sobre o poder no Brasil do XIX, de forma a indicar suas diversas dimensões dentro da dinâmica imperial. A proposta perpassa a construção do Estado, especialmente através da atuação de seus diversos agentes nos âmbitos de poder que se delineavam (municipal, provincial e nacional), bem como pelas múltiplas vias sociopolíticas que passaram a despontar após a disseminação das doutrinas liberal e constitucional, da circulação de impressos, da criação de novos códigos de lei, do surgimento de novos espaços de sociabilidade, da reformulação de estratégias políticas, da criação de novas instituições, da explosão de revoltas, entre outros acontecimentos.

VÍNCULOS FAMILIARES E DE PODER: ESTRATÉGIAS MATRIMONIAIS E INDIVIDUAIS PARA ASCENSÃO (GUARAPIRANGA - SÉCULO XIX)

Débora Cristina Alves¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como intuito analisar as relações de poder que circundavam as principais famílias da região de Guarapiranga (MG) entre o fim do século XVIII e início do XIX. Com base em inventários *post-mortem*, processos matrimoniais e registros paroquiais, a pesquisa se atém a identificar as diferentes possibilidades empregadas pelos indivíduos e suas famílias no objetivo central de se destacarem e se inserirem no rol dos eminentes grupos da região. Famílias que ao longo de anos constituíram um cabedal de estratégias com propósito eminente de se estruturar em teias de ligações que lhes pudessem assegurar benefícios econômicos, sociais e políticos por intermédio de matrimônios promissores, alianças familiares e redes de poder. Projetos estes que se iniciam em um contexto marcadamente hierarquizado e excludente de uma sociedade pautada nos preceitos de Antigo Regime e que se estendem para além do período, com indivíduos, ainda no século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de poder, estratégias familiares, alianças sociais.

RELATIVES AND POWER LINKS: INDIVIDUAL AND MATRIMONIAL STRATEGIES TO ASCENT (GUARAPIRANGA - XIX CENTURY)

ABSTRACT:

The present work aims to analyze the relations of power that surrounded the main families of the region of Guarapiranga (MG) between the end of the eighteenth century and the beginning of the nineteenth century. Based on post-mortem inventories, matrimonial processes and parochial registers, the research focuses on identifying the different possibilities employed by individuals and their families in the central objective of highlighting and integrating into the role of the eminent groups in the region. Families that over the years have been a body of strategies with an eminent purpose to structure themselves into webs of connections that could assure them economic, social and political benefits through promising marriages, family alliances and networks of power. These projects begin in a context markedly hierarchical and exclusive of a society based on the precepts of the Old Regime and that extend beyond the period, with individuals, still in the nineteenth century.

KEY WORDS: Power relations, family strategies, social alliances.

¹ Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: dediliber@yahoo.com.br.

INTRODUÇÃO

Durante muitos anos a historiografia tem se preocupado a compreender como os súditos portugueses se portavam nas possessões ultramarinas e os meios que empregaram para relacionarem-se com o rei e com seu poder de mando. Recentes pesquisas têm asseverado que o poder do monarca não fora absoluto, já que, por vezes, sua autoridade e decisões decorriam de negociações com os vassalos. A distância entre a colônia e o reino, por vezes, impossibilitava a efetivação legítima do poder real e alimentava poderes locais altaneiros. Entre a lei e sua efetivação havia um espaço de negociação, como afirmou Russel-Wood:

(...)forças centrífugas ligadas a múltiplos pontos de tomada de decisão e a falta de coordenação entre administradores individuais e entre as agências administrativas enfraqueciam a efetividade da ação do governo. Isto abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa (RUSSEL-WOOD, 1998: 10).

Por esta ótica, a ideia clássica de uma monarquia centralizada e rígida legitimada por um rei que possuía controle total de suas possessões e de seus súditos, por muito é revista. As monarquias, notadamente a portuguesa, seriam contempladas por uma ótica pluricontinental, no qual o poder central, considerado fraco, não se estabeleceria pela coerção, no entanto, seria forte o suficiente para negociar seus interesses com múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas (FRAGOSO e GÔUVEA, 2009: 42).

A liberalidade régia criava, portanto, uma cadeia de obrigações recíprocas em que o súdito disponibilizava seu serviço ao monarca e este retribuía com mercês e ofícios. Estas atribuições conferiam aos indivíduos status, honra, privilégios e posição elevada na hierarquia social da comunidade, e por sua vez, eram restituídas com profundo reconhecimento e gratidão, com perspectivas de renovação e disponibilidade de prestar mais serviços ao monarca (BICALHO, 2005: 92).

Em busca de constante distinção, hierarquização e nobreza perante os demais habitantes do Ultramar, os indivíduos instituíram diferentes estratégias para serem reconhecidos entre os “grandes”, que se alternavam entre prestação de serviço ao rei, matrimônio com membros de uma elite já constituída até a formação de redes clientelares que os pudessem conduzi-los ao topo da hierarquia da comunidade. Esses ideais aristocráticos e de ascensão perduraram durante o início do século XIX

na conjuntura familiar e na projeção individual de muitos indivíduos, que empregaram, ainda, estratégias e métodos semelhantes dos pais e avós no intuito de obter a tão ambicionada posição social que lhes pudessem conferir prestígio social, político e econômico.

Para tal compreender esse ideal investigamos especificamente a freguesia de Guarapiranga em fins do século do XVIII e início do XIX, observando inventários *post-mortem*, processos matrimoniais, testamentos e documentos avulsos do Conselho Ultramarino. A princípio empregamos o método de reconstituição de paróquias através de indicações nominativas, desenvolvido pelo NEPS da Universidade do Minho (AMORIM, DURÃES e FERREIRA, 1993), no qual se define como unidade de análise o indivíduo e seus encadeamentos genealógicos, permitindo iluminar os ciclos familiares e servindo, assim, não apenas a fins de análise demográfica, mas também de história social (ROWLAND, 1997).

Com um amplo número de inventários e reduzido montante de dispensas e documentos definimos como mecanismo acessível analisar a família dos Pinto Alves e seus descendentes, examinando como os matrimônios realizados, as mercês concedidas, os títulos e ofícios obtidos e os padrões hereditários auxiliaram os sujeitos na corrida por ascensão, prestígio e fortuna.

Ascensão Social: Estratégias e recursos individuais e familiares:

Ao observar os matrimônios realizados pela família dos Pinto Alves estes nos indicam o quão determinante as escolhas dos cônjuges ampliaram as possibilidades de ascensão nobiliárquica e de preservação e expansão dos bens econômicos. Os primeiros indivíduos do tronco que temos acesso são provenientes do consórcio entre João Pinto Alves – português, do Minho – e Maria Corrêa de Oliveira – nativa do Rio de Janeiro. Habitual para o período, os homens portugueses ao se deslocarem para o Ultramar uniam-se a mulheres provenientes de famílias fixas na região, no intuito efetivo de inserção na comunidade local.

Os dez filhos do casal apresentaram tendências semelhantes de outros grupos no projeto de reconhecimento nobiliárquico, inerentes de uma sociedade hierarquizada e excludente: dois deles se tornaram padres – Manoel Oliveira Pinto e Fernando Oliveira Pinto –, também dois, ao que se sabe, foram estudar em Coimbra – João Oliveira Pinto e Antônio Oliveira Pinto –, duas filhas estudaram em instituições católicas em Portugal para se tornarem freiras – Jerônima de Oliveira Pinto e Anna de Oliveira Pinto –, uma das filhas, Francisca Pinto de Oliveira realizou um promissor enlace com

Antônio Duarte e a filha mais nova Angélica Thereza se manteve solteira, possivelmente para amparar os pais na velhice. As escolhas matrimoniais não foram aleatórias, como observaremos com detalhes ao longo da análise, cada cônjuge fora devidamente escolhido de acordo com os benefícios que oferecia. Antônio Duarte que se casou com a filha mais velha de João, Francisca Pinta, contribuiria em muito para a ampliação de bens e privilégios da família. Português da Província da Beira, Bispo de Coimbra foi licenciado em medicina no reino e no ultramar², sargento-mor e grande minerador, citado na lista dos homens mais ricos de Minas feita em 1756 pelo Conselho de Marinha e Ultramar, assim como seu sogro e seu genro, João Ferreira Almada³. Antônio, ao que parece constituiu uma longa trajetória de conquistas pessoais tanto em sua pátria quanto na colônia e no local que escolheu viver com sua família, no Morro da Passagem, termo de Mariana (MG). Filho legítimo de Pedro Duarte e Maria Castanheira, Antônio viera para as terras brasileiras em 1726, já licenciado nas práticas medicinais, assim como o pai e o avô paterno⁴, adquirindo ao longo da vida ofícios, cargos e comendas que o transformaram em um dos homens mais importantes e poderosos da região. Conquanto, deixe sua terra natal com poucos bens, como indica em sua solicitação para receber o hábito da Ordem de Cristo, era proveniente de uma família em que o pai “pouco abastado de bens por sempre viver com honra na arte de cirurgia”⁵, Antônio por intermédio de suas relações e alianças sociais em Portugal e no Brasil obtém riqueza, títulos e honrarias que se perpetuam ao longo de sua descendência, tornando-se um dos homens mais ricos e poderosos da região⁶.

Antônio, ao que se observa, se beneficiava e induzia vantagens de diferentes matizes à família a qual se incluía. Em uma sociedade marcadamente excludente e hierarquizada pautada por uma enorme diferenciação econômica e de concentração de renda, como foi à sociedade colonial na América Lusa, era imprescindível que os que estivessem no topo dessa hierarquia se diferenciassem economicamente, socialmente e politicamente. O simples feito de estarem listados entre os homens mais ricos da região os inseriam no rol de gente nobre; acrescidos de suas fazendas, lavras de mineração e escravos, esses indivíduos angariavam o prestígio, poder e distinção tão necessários a uma sociedade definida pelos preceitos do Antigo Regime.

² ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, maço 48, nº 67, Antônio Duarte.

³ De acordo com Carla Almeida em 1756 o Conselho de Marinha e Ultramar manda fazer uma lista com o nome dos “mais ricos moradores” de Minas, e em 25 de julho de 1756, a carta de Domingos Pinheiro listava os nomes de 1061 homens de negócios, mineiros e roceiros que vivem nestas Minas mais abastados. Vinham separados por comarcas e trazia indicado o local da residência e a ocupação de cada um deles. (In: ALMEIDA, 2006, p. 74).

⁴ ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, maço 48, nº 67, Antônio Duarte.

⁵ ANTT, Habilitações da Ordem de Cristo, maço 48, nº 67, Antônio Duarte.

⁶ AEAM, Processo Matrimonial de João Duarte Pinto, Registro 3583, armário 3, pasta 359,1764.

O Licenciado Antônio Duarte teve com sua esposa Francisca Pinta sete filhos, duas se casaram com distintos indivíduos também listados entre os homens mais ricos das Minas: Mariana Rosa Clara de Oliveira se une a João Ferreira Almada e Feliciano Izabel Maria Oliveira a Domingos Coelho, os dois portugueses. A filha Genoveva Thereza de Jesus se casa com o Alferes Manoel Fernandes Quintão, o filho João Duarte Pinto se casa com Sebastiana Maria de Jesus, Antônio Duarte Pinto se tornou clérigo e os dois filhos mais novos Manoel Duarte Pinto e Felipe Benício Duarte ao que sabemos se mantiveram solteiros. Essa estrutura foi habitual entre as principais famílias do período: com filhas direcionadas a matrimônios promissores, um ou mais filhos seguindo a carreira eclesiástica e os outros filhos casando-se com mulheres de outras regiões, que com o dote e a posição social, pudessem agregar notoriedade e influência ao indivíduo e ao grupo familiar.

O genro de Antônio, João Ferreira Almada era natural da Freguesia de São Tiago da Vila de Almada, Patriarcado de Lisboa, e viera para a colônia com 14 anos diretamente para Mariana, onde sempre fora residente. Muitos anos depois, em 1759 se casa com Mariana Rosa Clara de Oliveira, ele com 44 anos e ela com 18⁷; condição característica da região e período, em que os noivos tinham, em sua maioria, idade superior às noivas. João ao longo de sua permanência nas Minas obteve prestígio e os ofícios necessários para ser reconhecidamente gente nobre da terra: foi Guarda Mor, escrivão da Irmandade do Santíssimo Sacramento (ALMEIDA, 2010: 93), procurador da Câmara de Mariana em 1745, vereador em 1750 e novamente procurador em 1752 (CHAVES, PIRES e MAGALHÃES, 2012), estes últimos cargos todos executados anteriormente ao seu casamento com Mariana.

Esses cargos tiveram durante o Antigo Regime o intuito de engradecer as famílias e de conservar os indivíduos nos serviços da Coroa, como ressalta Nuno Monteiro:

Tais princípios, que se associavam à “justiça distributiva” na remuneração dos serviços, foram inúmeras vezes invocados em toda a prática institucional da última fase da monarquia de Antigo Regime. A espantosa difusão que tiveram em Portugal estendia-se, aliás, muito para além da “primeira grandeza”, a quase todos os potenciais produtores de serviços e candidatos a uma remuneração: fossem eles um capitão-mor da província, ou um financeiro que pensava poder incluir a renovação dos contratos públicos entre as mercês que legitimamente lhe cabiam (MONTEIRO, 2003: 93).

Em busca de crescimento e notoriedade, esses indivíduos buscaram a todo custo servir à monarquia, como uma necessidade evidente e confessada. Os serviços prestados, como acentua

⁷ AEAM, Processo Matrimonial nº 03, registro 3623, armário 03, pasta 363, 1759.

Monteiro, eram “minuciosamente descritos, contabilizando-se os anos, meses e dias, quando, se pedia a sua remuneração” (MONTEIRO, 2003: 95), facilmente encontrados em diversos requerimentos e nos autos de pedido para a concessão do hábito da Ordem de Cristo. Diversos cargos, ofícios e serviços à Coroa foram regularmente remunerados, com regras de transmissibilidade e concessões. Para Monteiro:

[...] não foi apenas o peso da ideologia dos serviços, mas ainda o facto de a monarquia poder dispor até tarde de imensos recursos para distribuir que permitiu que até a revolução liberal de 1832 – 1834 pudesse prosseguir sem interrupções uma prática que noutras paragens de há muito se tinha esgotado, ou se restringia a tenças ou honorários de duração limitado do tempo (MONTEIRO, 2003: 96).

Sua posição privilegiada e seus ofícios na câmara possibilitaram a João, ao lado de suas redes clientelares e alianças políticas e sociais, realizar um promissor matrimônio com a filha de um dos seus colegas de vereança. Mediante os casamentos, ofícios e dotes os indivíduos desenvolveram importantes redes de alianças econômicas, políticas e clientelísticas no intuito constante de se tornarem e serem reconhecidos como nobres da terra (FRAGOSO: 2000).

Acompanhando a trajetória desses indivíduos já no século XIX nos deparamos com as mesmas estratégias de alianças matrimoniais e redes familiares empregadas pelos descendentes da parentela dos Alves Pinto no século XVIII. Joaquim Coelho Oliveira Duarte, filho de Feliciano Isabel e Domingos Coelho e bisneto de João Pinto Alves, emprega diferentes métodos no intuito de perpetuar o reconhecimento social, político e econômico que seus antecedentes dispuseram ao longo do século XVIII. Joaquim, embora herdeiro direto da fortuna dos Pinto Alves, descreve em seu inventário *post-mortem* em 1833 poucos bens, com um monte-mor reduzido de 5:468\$732 réis e 09 de escravos. O que teria sucedido a Joaquim para que seus bens não fossem tão proeminentes quanto dos progenitores? Muitas respostas são plausíveis: como a distribuição desigual entre descendentes, a má administração dos bens recebidos entre outras tantas possibilidades. No entanto, o que percebemos, de fato, é que mesmo com um montante inferior aos seus antecedentes, Joaquim continua a privilegiar redes clientelares, estratégias matrimoniais e vínculos políticos determinantes para sua manutenção em seu cargo de capitão-mor, licenciado e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. O bisneto de João, foi inventariante e testamentário de indivíduos poderosos da região, como Antônio Gomes Sande e Antônio Carvalho da Mota, o que o distingue perante os demais membros da sociedade e fornece elementos que caracterizam uma ligação íntima entre os indivíduos.

Joaquim, ao que observamos, mesmo em período marcado pelos ideais constitucionais e liberais, em que os indivíduos procuravam romper, a princípio, com os modelos absolutistas e os ideais de Antigo Regime (MARTINS, 2007) procurou manter a mesma distinção, honrarias e privilégios que sua família obtivera nas Minas e no Reino. Suas redes clientelares foram estruturadas de forma a preservar a hegemonia social e política que sua parentela sempre desfrutou, ainda que seus bens não fossem tão proeminentes. O poder político e os recursos de um indivíduo não se relacionavam apenas ao seu status, mas também à sua capacidade de conceder e restituir benefícios, em um sistema complexo de trocas cuja função confirmava-se nos níveis mais básico e cotidiano das relações de poder (MARTINS, 2007: 169).

Embora sem grande fortuna, Joaquim é reconhecidamente um indivíduo de poder e prestígio na região, assim como o avô e o bisavô: foi vereador da câmara de Mariana em 1813, 1817, 1825 e 1828 e oficial de barrete em 1818 (CHAVES, PIRES e MAGALHÃES, 2012). Os cargos camarários e outras funções político administrativas exigiam a participação de homens de importância e renome e que dispusessem de determinadas “qualidades e condições” para exercer o ofício. No Reino, apenas os indivíduos com ascendentes de gente nobre da governança e que possuísem fazendas poderiam se candidatar e eram eleitos apenas pelos votos dos “homens bons” da região (MAGALHÃES, 1988: 326). No ultramar, não foi diferente, somente homens de prestígio se candidatavam e eram eleitos.

Fazer parte das câmaras municipais conferia ao indivíduo concessão de honras e privilégios imprescindíveis para o processo de nobilitação dos seus componentes. Aos partícipes da Câmara cabiam:

[...] garantir o bem-estar da República e isto, entre outras coisas, significava fiscalizar o abastecimento da cidade (preços e qualidades dos gêneros), intervir na fixação dos preços, administrar impostos etc. Em suma, cabia ele, em nome dos interesses da República, intervir no mercado (FRAGOSO, 2000: 63).

Tais atribuições proporcionavam poder e prestígio a esses indivíduos, que por inúmeras vezes, faziam parte de uma mesma parentela que há muito já liderava os principais cargos político-administrativos da colônia. Em sua vereação em 1818 seu nome precede ao título de Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, qualificação que conferia algumas honrarias como foro privilegiado, ascensão social, proventos e insígnias que diferenciava o lugar social do indivíduo (OLIVAL, 1997: 97-108). Não temos acesso ao processo que lhe conferiu tal comenda, no entanto, pressupomos que o mesmo a tenha angariado por título de hereditariedade, já que seu avô e bisavô foram portadores da

mesma mercê. Determinante, ainda nos primórdios do século XIX, a comenda da Ordem conferia diferentes benefícios aos seus portadores, desde status social, obtenção de tenças (valor pago pela Coroa Portuguesa), prerrogativas em missas, procissões e outros compromissos sociais. Essas e outras benesses, ainda, eram relevantes, como acima referido, já que estabelecia entre os indivíduos uma necessidade frequente de processos para obtenção do título. De acordo com Antônio Manuel Hespanha existiram na tradição Ibérica algumas diferentes formas de qualificar um indivíduo nobre ou não, que procedia desde a posse de coisas inanimadas (como ouro, pedras preciosas, animais, etc), quanto em virtudes e posse de certas qualidades espirituais, até na nobreza mais exterior e aleatória, ganha por obras, correspondente ao exercício de certas funções ou ofícios. Dentre elas qualificações, as Ordens ou Ofícios militares estavam, segundo Hespanha, diretamente ligados “a vontade de promoção” expressas em obras adequadas (HESPANHA, 2006: 137). Conforme o autor:

Neste mundo social indisponível, ossificado e de mudanças lentas e prefixadas, a mobilidade social não podia resultar nem da vontade, nem de mudanças instantâneas. Só o tempo, a vontade traduzida em obras adequadas e a riqueza honestamente adquirida podiam modificar a ordem social estabelecida e prescrita, quando podiam (HESPANHA, 2006: 138).

Assim como as demais estratégias empregadas por Joaquim, seu matrimônio não foi escolha aleatória e constituiu-se por mecanismo de preservação e ampliação do seu status social, econômico e político. Em 1792 consorcia-se com Maria Hermelinda Duarte Purificação, descendente de uma das famílias mais importantes da freguesia, os Freitas Guimarães. Maria era filha do capitão-mor Manoel Pereira Duarte e Joana Jacinta Claudia Freitas, que por sua vez, era filha de Martinho Freitas Guimarães e Francisca Thereza de Jesus, família de muitas posses territoriais, escravos e possivelmente descendentes dos primeiros desbravadores paulistas da região. Os casamentos no fim do século XVIII e XIX não foram causais e possuíam lógicas específicas para angariar privilégios, concessões, status e posses à família ou mesmo ao indivíduo que se inseria no novo seio familiar. Como afirma Tarcísio R. Botelho:

O matrimônio é um momento crucial dentro das estratégias de reprodução social. Ao estabelecer laços entre grupos familiares, ele torna-se o garantidor da perpetuidade de tais frutos ao mesmo tempo em que amplia as redes sociais dos indivíduos escolhidos. Em razão dessa sua enorme importância, as decisões em torno da escolha dos nubentes sempre recaíram sobre o grupo familiar mais amplo. Definir o cônjuge de um filho ou uma filha era uma tarefa decisiva para a família, e não podia ser deixado sob responsabilidade dos jovens. No cálculo matrimonial entravam diversas variáveis,

ligadas sobretudo às possibilidades de manutenção do *status quo* ou de ascensão social do grupo (BOTELHO, 2004: 2).

O matrimônio, desta forma, não foi um assunto particular e sim familiar, em que a escolha dos pretendentes e futuros nubentes eram sistematicamente debatidos, a fim de favorecer a família e seus pares por diferentes prismas.

Prosseguindo a análise dos matrimônios realizados na família Pinto Alves ao longo das gerações – século XIX –, observamos que as estratégias de escolha dos cônjuges não foram diferentes das realizadas no período antecedente; por diferentes ocorrências, os casamentos entre consanguíneos foram privilegiados na parentela. Os bisnetos de Feliciano Isabel Maria de Oliveira e Domingos Coelho casaram entre si, formando o que Carlos Bacellar intitulou de trocas unilaterais (BACELLAR, 1997: 94), em que dois ou mais irmãos casavam-se com duas ou mais irmãs de outra família. Nesse caso as trocas foram feitas na mesma família, entre primos de 2º grau: as filhas de Francisca Cândida Duarte Badaró e Francisco Coelho Duarte Badaró (neto de Francisca e Domingos) se casam respectivamente com os filhos de Francisca Cândida Oliveira Sande (neta de Francisca e Domingos) e sua irmã Teresa Altina Sande Barros com Antônio Pedro Vidigal de Barros. A estratégia de realizar matrimônios entre os parentes foi habitual entre os indivíduos, já que garantia que os bens patrimoniais – a terra, principalmente –, permanecessem na mesma família e não fossem desmembrados ao longo das divisões sucessórias.

As alianças entre famílias importantes permanecem ao longo das gerações, os filhos de Antônio Pedro Vidigal e Teresa Sande se unem aos tataranetos de Antônio Alves Ferreira e Ana Cabral Borba Câmara – outro importante grupo familiar da freguesia –, selando e perpetuando a ligação entre famílias de posses e prestígio, imprescindível em uma sociedade pautada pela hierarquização e distinção. Reconhecer e serem reconhecidos como as principais famílias da região e as mais ricas, fizeram com que esses indivíduos privilegiassem os casamentos entre pares e consanguíneos, estreitando a admissão de novos membros, com permissão apenas aos que de fato pudessem ampliar os benefícios políticos, sociais e econômicos.

As estratégias foram muitas e perpassavam por lógicas clientelísticas e matrimoniais determinantes para a manutenção e expansão da força política, econômica e de mando desses indivíduos e famílias. Se no século XVIII encontramos vereadores e procuradores da Câmara de Mariana na família dos Pinto Alves, o século XIX não foi diferente, como ressaltado anteriormente, o poder político dessa família se perpetua na figura de Joaquim Coelho Oliveira Duarte e Antônio

Pedro Vidigal, este também fizera parte da Câmara de Mariana como procurador em 1816 (CHAVES, PIRES e MAGALHÃES, 2012). Poucos foram os “homens bons” elegíveis nos processos camarários e integrar esse grupo conferia ao indivíduo o reconhecimento como elite social e política local.

Antônio Pedro Vidigal de Barros, também português, proveniente de Coimbra ao chegar nas terras lusitanas, possivelmente na segunda metade do século XVIII, implementa as mesmas estratégias de seus predecessores e se casa com uma nativa descendente de uma das famílias mais importantes da região. Antônio assim como cunhado obteve o cargo camarário, foi cirurgião-mor e reconhecidamente homem de posses e escravos. Ao falecer, em 1839, sua fortuna total foi avaliada em 45:424\$315 réis, montante de uma imensa riqueza adquirida ao longo de sua vida e através de suas alianças familiares, sociais, políticas e econômicas.

CONCLUSÃO:

Com base nos dados analisados o que se procurou compreender foi de que as famílias da região tanto no século XVIII quanto no XIX procuraram estabelecer por diferentes vias a ascensão social, econômica e política imprescindível ao período. O *status quo* de senhor de posses, escravos, ofícios e comendas foi determinante para a manutenção e enriquecimento desses indivíduos e para perpetuação do “título” familiar ao longo dos anos. Joaquim Oliveira, Antônio Vidigal e outros persistiram nesse locus mandatário que perdurou por várias gerações em sua parentela. Joaquim além de membro da câmara municipal durante vários mandatos foi também Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, o que lhe conferiu cabedal e honrarias imprescindíveis.

Esses homens, embora em outro século, próximos de uma estrutura social, econômica e política que se modificava rapidamente, permanecem, ainda, reproduzindo estratégias sociais e políticas que os predecessores realizavam no princípio do século XVIII. Presumir que embora a conjuntura política e econômica do país sofre em larga escala alterações no século XIX e que essas mudanças tenham revolucionado o proceder e o arranjo social celeremente é por demais simplório. Esses indivíduos, em princípios do novo século, ainda estão condicionando suas conquistas pessoais, econômicas e políticas nas relações que estabelecem, nas alianças que formam, nas estratégias que empregam, nos matrimônios que realizam e nas redes que formam. As mudanças efetivas na conjuntura social e basilar dessas famílias e indivíduos ocorreram paulatinamente em torno das alterações políticas e econômicas do século XIX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (orgs). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

AMORIM, Maria Noberta; DURÃES, Margarida & FERREIRA, Antero. Bases de dados genealógicos e História da Família em Portugal – Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade), La História de la Família em la Península Ibérica (ss. XVI – XIX), Balance y Perspectivas. Homenage a Peter Laslett, **UCLM**, Albacete, 2003.

BACELLAR, Carlos Almeida Prado. *Os senhores da terra*. Famílias e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765- 1885. Campinas: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BICALHO, Maria Fernanda. Pacto Colonial, autoridades negociadas e Império Ultramarino Português. In: SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda e GÔUVEA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre das Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815 – 1850. Trabalho apresentado no *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP*, Caxambu – MG, Setembro de 2004.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças; PIRES, Maria do Carmo; MAGALHÃES, Sônia de Maria de. (orgs). *Casa de Vereança de Mariana: 300 anos de História da Câmara Municipal*. Ouro Preto: Edufop/PPGHIS, 2012.

FRAGOSO, João. A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*, Rio de Janeiro, 2000, nº 01, pp. 45-122.

FRAGOSO, João e GÔUVEA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI – XVIII. *Tempo*, vol 14, n. 27, Niterói, jul/dez, 2009.

HESPANHA, António Manuel. A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime. *Tempo*, v.11, n. 21, 2006.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. *O Algarve Económico: 1600 – 1773*. Lisboa: Estampa, 1988.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de Governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *Elites e Poder: Entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

OLIVAL, Fernanda. As Ordens militares na historiografia portuguesa (séculos XVI – XVIII). *Penélope*, 17, 1997, pp. 97-108.

ROWLAND, Robert. População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX. Oeiras: Celta, 1997.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500- 1808. Trad. de Maria de Fátima Silva Gouvêa (UFF). *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998.

FONTES HISTÓRICAS:

Arquivo Casa Setecentista de Mariana (ACSM) - Inventários *post-mortem* entre 1715 a 1850.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana (AEAM) – Processos Matrimoniais em 1700 a 1830.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – Habilitações da Ordem de Cristo de 1700 a 1890

ANTIGOS VASSALOS MILITARES: OS POTENTADOS SOCIOECONÔMICOS DA FIDALGUIA DA TERRA DA VILA DE ALCÂNTARA E SEUS DESDOBRAMENTOS NO IMPÉRIO DO BRASIL (C.1740-1850)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino¹

Resumo:

Em meados do século XIX, a antiga vila de Alcântara já perdera importância econômica referente à produção agroexportadora desenvolvida no Maranhão ao longo dos últimos anos. No entanto, aquela localidade ainda mantinha em seu seio importantes famílias que, através do acúmulo de diferentes cabedais, e outras heranças imateriais, impulsionaram seus descendentes no alto círculo da política imperial. Nessa perspectiva, investigaremos as trajetórias políticas de alguns desses atores que, além de notabilizarem suas estirpes como uma nobreza da terra, auxiliaram-nas a cruzar o horizonte de incertezas após o processo de Independência do Maranhão, transformando-as em “distintas” famílias de “honrados” cidadãos.

Palavras-chave: província do Maranhão; nobreza da terra; famílias; vila de Alcântara; trajetórias políticas.

FORMER MILITARY VASSALS: THE SOCIOECONOMIC POTENTATES OF LOCAL ELITE OF THE VILLAGE OF ALCÂNTARA (MA) AND ITS DEVELOPMENTS IN THE BRAZILIAN EMPIRE (C. 1740-1850)

Abstract:

By the middle of the 19th century, the old village of Alcântara had already lost economic importance regarding the agro-exporting production developed in Maranhão over the last years. Nevertheless, that locality still maintained in its bosom important families that, through the accumulation of different leather, and other intangible inheritances, impelled their descendants in the high circle of the imperial policy. From this perspective, we will investigate the political trajectories of some of these actors who, in addition to distinguishing their strains as a local nobility, helped them to cross the horizon of uncertainties after the Maranhão Independence process, transforming them into "distinct" families of "honored" citizens.

Keywords: province of Maranhão; local nobility; families; village of Alcântara; political trajectories.

¹ Mestre em História Social (UFMA) e doutoranda na Pós-graduação em História (UFJF). Email: raissa_gabrielle@yahoo.com.br.

Considerações iniciais:

Em 1831, forte tensão perpassava o Império do Brasil após a oficialização da Abdicação de D. Pedro I. Não obstante, na Corte, os deputados gerais empenhavam-se para garantir que esse intenso momento na história do Estado brasileiro fosse encaminhado a partir de bases legais, afinal, estava em jogo a manutenção da ordem social e a oportunidade de delinear novos parâmetros políticos em acordo com os ideais do partido moderado². Interessante notar que dentro dessa congregação, alguns deputados de uma recôndita província começaram a ascender ao palanque nacional: Manoel Odorico Mendes, João Bráulio Muniz, Joaquim Vieira da Silva e Sousa e Antônio Pedro da Costa Ferreira debatiam ferozmente dentro e fora das sessões da Assembleia os próximos passos a serem dados pelos deputados e os meandros a serem seguidos pela nova administração.

Após um rápido escrutínio dentro da Assembleia Geral, João Bráulio tomou assento na Regência provisória; pouco tempo depois, Joaquim Vieira foi o primeiro maranhense nomeado presidente de província pelo poder central após os conflitos de 1823-1824³, sendo sucedido por Antônio Pedro; ambos se tornaram senadores, sendo que Sousa ainda angariou algumas pastas no ministério do estado (Império, Guerra e Marinha) e nomeação honrosa como conselheiro do império. Odorico teve ativa participação durante a movimentação anterior à Abdicação e, após sua efetivação, foi nomeado como presidente da recém-instituída Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, que a Assembleia tinha planos de estabelecer oficialmente em nível nacional⁴. Fora desse grupo e seguindo diretrizes mais conservadoras, João Inácio da Cunha, tio de Odorico Mendes, já atuava no Rio de Janeiro como alto magistrado e senador pelo Maranhão. Também participou das

² Segundo Marcelo Basile (2006: 350), os moderados tinham como premissas os postulados clássicos liberais de autores como Locke, Montesquieu, Guizot e Benjamin Constant. A partir do período regencial conseguiram efetivar suas aspirações políticas: reformas institucionais que reduziram o poder imperial, ampliaram as prerrogativas da Câmara dos Deputados, proporcionaram autonomia ao Judiciário e asseveraram a observância dos direitos (sobretudo os civis) de cidadania previstos na Constituição. Destarte, os moderados buscaram uma liberdade *moderna* que não punha em risco a ordem imperial.

³ A primeira presidência da província do Maranhão acabou nas mãos de Miguel Inácio dos Santos Freire e Bruce, protagonista há muito tempo estabelecido lá. Esse advogado e proprietário de terras assumiu o comando do Maranhão ao encabeçar a Junta Provisória de 1823, mantendo-se no poder até 1824, quando foi deposto por Lord Cochrane em sua segunda visita à província. Após vários desmandos e conflitos com a Câmara de vereadores, os comandantes das armas e de monopolizar o poder em suas mãos, Bruce destituiu a Junta e assumiu a presidência da província em acordo com a nomeação imperial de 25 de novembro de 1823, mas essa não o nomeava diretamente. O posto de Bruce somente foi legalizado em julho de 1824.

⁴ A notícia comentada encontra-se em *Farol Maranhense*, n. 325, 12/08/1831. A ata da apuração da eleição para os membros do conselho da Sociedade pode ser conferida em *O Repúblico*, n. 64, 10/05/1831. Essa associação concentrou a nata da facção dos liberais moderados no Rio de Janeiro.

discussões tensas que marcaram a transição do Primeiro Reinado para a Regência, mas a partir do Conselho de Estado, do qual era membro honorário. Um pouco antes, em 1830, foi o primeiro representante do Maranhão a se tornar ministro, assumindo as pastas da Justiça e do Império. Patrício José de Almeida e Silva atuava ao lado de João Inácio no Senado, mas resguardava ascendente trajetória política desde a província. Após as boas recomendações do presidente de província Pedro José da Costa Barros, com quem trabalhou diretamente, foi escolhido na lista tríplice de senadores para representar o Maranhão.

Também vale ressaltar que dois membros desse grupo (Patrício e Antônio Pedro) eram oriundos da vila de Alcântara, importante polo econômico e político; participaram ativamente das movimentações que marcaram o processo de Independência no Maranhão entre 1822 e 1823; eram reconhecidos por serem descendentes de “tradicionais” famílias da região. Antônio Pedro ainda foi mais além ao manter sua proeminência política até meados da década de 1850 e ter tido, em boa parte de sua carreira, o reconhecimento da imprensa liberal como “digno brasileiro”. Destarte, não era mera coincidência a presença desses atores em um momento tão decisivo para a história do Império. Diversas vivências e experiências pregressas marcaram e ajudaram a trilhar seus caminhos ao alto patamar da política nacional, diferenciando-os de seus contemporâneos que, muitas vezes, mesmo acumulando cabedais semelhantes aos seus, não lograram encargos tão distantes de seus potentados de origem. A fim de investigar tais particularidades desse grupo, nos deteremos sobre suas atuações antes de adentrarem a Assembleia Geral do Império, detalhando suas trajetórias individuais e o peso de suas relações familiares em um contexto de transformações que marcou o Maranhão, assim como o Reino do Brasil, entre meados do século XVIII e início do XIX. Para tanto, seguiremos as indicações de José María Imizcoz (1996) no que diz respeito ao estudo de grupos de elites a partir de seu contexto e representação dentro do quadro social, assim como de suas relações de poder. O desafio é ultrapassar os “grupos sociais” homogeneizantes e pré-definidos que a historiografia cristalizou, o que impede uma melhor apreensão das atividades dos atores que os compõe. Nesse sentido, fazemos uso de redes relacionais baseadas nas noções de família, clã e linhagem, assim como de estudo de trajetórias, para complementar a classificação dos “grupos sociais”, deslindando seus diversos atores e suas estratégias ao longo do tempo.

As poderosas famílias de Santo Antônio de Alcântara:

Em meados do século XVIII, a vila de Santo Antônio de Alcântara, ou simplesmente Alcântara, localizada a 30 km de São Luís, capital da então capitania do Maranhão, mantinha consideráveis lavouras assentadas em sesmarias, lotes de terras concedidos oficialmente pela Coroa lusitana em troca dos “bons serviços” efetuados por seus vassalos. Para além do cultivo de arroz, algodão, milho e cana de açúcar, ainda havia a produção de aguardente, de couro e a extração de sal.

A localidade vivenciava uma sociedade hierárquica engendrada a partir do modelo de corporativismo pautado no jurisdicionalismo dos séculos XVI e XVII que era incorporada ao Reino português e às demais monarquias europeias. O sistema de remuneração dos serviços que embasou boa parte da elite social, de cunho majoritariamente militar, do regime bragantino foi ressignificado nas suas possessões ultramarinas (MONTEIRO, 2005: 8-14). Tal economia de mercês foi usada pela Coroa lusitana a fim de agraciar seus vassalos que auxiliavam na conquista e manutenção do território dos trópicos, ao passo em que os vassalos, mesmo sem contarem com uma “qualidade” de pureza de sangue, adquiriam engrandecimento de status e honra que lhes proporcionavam elevadas posições na hierarquia de suas localidades (BICALHO, 2005: 22-23). Nesses moldes, foi engendrada uma *nobreza* ou *fidalgua da terra*⁵ em Alcântara que, a partir de serviços militares e doações à Coroa, angariou terras e participação ativa no Senado da Câmara.

Em algumas solicitações de mercês, falava-se até em “casa” de nobreza. Teodoro Correa de Azevedo Coutinho, importante militar e liderança nascido e estabelecido em Alcântara, cuja a árvore genealógica remontava aos primeiros conquistadores e restauradores do Maranhão, solicitou a vaga de mestre de campo de um dos terços da tropa auxiliar desta vila argumentando que

A sua casa é das mais opulentas daquele estado, pelo que paga grandes dízimos e direitos, chegando a colher por ano a soma de três mil arrobas de algodão, além do mais considerável rendimento das outras culturas e criação de gado [...], dos quais também consta o seu procedimento e conduta, e probidade, e as ofertas que faz a V. Majestade da sua pessoa e bens, para empregos do seu real serviço (AHU_ACL_CU_009, Cx. 69, D. 5979)⁶.

⁵ Expressão usada pelos próprios atores da época para indicar sua elevada posição frente aos demais membros da vila. Tal categoria era justificada a partir de um discurso, embasado na cultura política de Antigo Regime, que valorizava a condição desses nobres como protagonistas da conquista ultramarina e na participação no paço do Conselho camarário. Arlindyane Santos (2010) trabalhou a construção do status da nobreza da terra de São Luís que pode também ser aplicada ao caso de Alcântara.

⁶ Optamos por atualizar a grafia dos documentos.

Para além das suas posses, Teodoro ainda acumulou várias nomeações na vereança e no juizado local, assim como ostentou os títulos de cavaleiro fidalgo da Casa Real e cavaleiro professo na Ordem de Cristo. Casado com Ana de Araújo Cerveira, moça fidalga da terra, sua prole prosseguiu a estirpe: a filha Maria Joaquina desposou um colega de armas de seu pai, o coronel Luís Antônio Sarmiento Maia; o filho Antônio José casou-se com Maria Arcângela da Silva Quintanilha, filha do juiz de fora do Maranhão José Tomás da Silva Quintanilha e de Maria Clara Soeiro. Vale comentar que, devido ao entrelaçamento das famílias de Alcântara e da ribeira do Itapecuru, outra importante região também voltada para a agroexportação, Maria Clara era prima em 2º grau de João Bráulio Muniz (COUTINHO, 2005: 103).

Entrementes, observamos que embora bastante pacata, assim como outras vilas da capitania, Alcântara se sobressaía pela organização de sua força militar. Em 1755, o então governador da capitania Joaquim de Melo e Póvoas atestou ao rei lusitano que os alistados nas tropas dessa vila excediam à da capital São Luís devido a presença de “muitos lavradores abundantes de escravos, e a maior parte deles desempenhados na companhia” (MARQUES, 1870: 4). De fato, buscando pistas entre os ofícios presentes no Arquivo Histórico Ultramarino, encontramos pedidos de mercês, sesmarias e representações das mais variadas que indicam a intensa presença de comandantes militares na região e como estes monopolizavam os principais cargos nessa instância.

Havia uma certa inclinação desses atores para servir às forças auxiliares regidas pelo princípio de milícia (as Ordenanças e as milícias) em detrimento das tropas de primeira linha (ordens regulares do Exército)⁷, provavelmente porque os exercícios daquelas não eram tão frequentes e por pertencerem somente à localidade, não podendo ser dela deslocadas. Apesar de serem reconhecidas as parcas condições dessas legiões, tanto no que concerne a equipamentos quanto à sua distribuição quantitativa, não foram raras as vezes em que os seus comandantes atestaram à Coroa terem contribuído com rendas próprias para armar seus homens. Não obstante suas debilidades, as milícias

⁷ As tropas de primeira linha eram as profissionais: recebiam salários, tinham fardamento, viviam aquarteladas e, em tese, eram treinadas de acordo com a disciplina militar. Seus oficiais superiores eram nomeados pela Coroa, que escolhia representantes entre os principais da terra. Já a baixa oficialidade era composta por homens dos demais setores sociais. As Ordenanças eram as mais antigas forças assentadas no Império português e envolviam toda a população pobre masculina de dezesseis ou dezoito anos a sessenta anos de idade que não fizessem parte das tropas regulares e das milícias. Seus componentes eram listados e convocados eventualmente para cumprir exercícios militares ou outros tipos de serviços, mas sem nenhum vencimento. As milícias eram organizadas como as Ordenanças, mas seguindo critérios étnicos e econômicos e separando tropas de brancos, negros e pardos, de ricos e pobres, que eram armados e fardados às suas próprias custas. A remuneração para esses corpos só ocorria se fossem destacados para serviços fora de sua área. O oficialato era eleito, embora alguns cargos mais altos fossem designados pelo governo a partir dos comandantes das tropas de primeira linha (FARIA, 2007: 43-44).

foram de extrema importância para a manutenção da ordem social e proteção das localidades no imenso território do Brasil.

Desde a década de 1750, os irmãos Ascenço, Manoel e Tomás da Costa Ferreira se instalaram em Alcântara vindos da província da Beira, região meio-norte de Portugal. Filhos do major português Ascenço José da Costa Ferreira e de Maria Lopes da Costa Ferreira, não demoraram para seguir o caminho do pai e assentaram praça no regimento de milícias da vila e, posteriormente, foram agraciados com sesmarias, garantindo-lhes viver de suas lavouras e aproveitando-se do incentivo que a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755) obrara para a agroexportação da província⁸. Outrossim, sabemos que Manoel da Costa Ferreira também investira em negócios, pois tornou-se membro do Corpo de Comércio e Agricultura (1821) e apareceu listado como dono de uma casa de comércio arrombada durante alguns conflitos armados em 1824 (GALVES, 2010: 217).

Ascenço José dedicou mais de 30 anos à sua carreira militar, mantendo suas tropas com seu dinheiro e também auxiliando a Coroa lusitana com doações à Junta da Fazenda. Além disso, tomou assento, junto com seus irmãos, no Senado da Câmara dessa localidade. Pelo matrimônio com a portuguesa Maria Teresa da Costa Ferreira teve sete filhos: Antônio Pedro, João Carlos, José Ascenço, Joaquim Antônio, Estela Francisca e Rita Joaquina. Sabemos que os três primeiros foram enviados à Coimbra, sendo que Antônio e João se formaram em leis, ao passo em que José Ascenço concluiu apenas as disciplinas introdutórias de matemática e filosofia, mas retornou à província para seguir a carreira militar e participar da política local. Na afamada universidade, os moços fidalgos encontraram diversos conterrâneos, como João Inácio da Cunha, Patrício José e seu irmão Inácio Gabriel de Almeida e Silva.

A família Almeida e Silva também tinha fortes vínculos com a vila de Alcântara. O capitão Estevão de Almeida e Silva comandava a nona Companhia do Terço de infantaria auxiliar da vila, além de ser sesmeiro no Maranhão. Embora não tenhamos muitas informações sobre a trajetória de Estevão, sabemos que tinha uma criação de animais e alguns escravos que foram apreendidos pelo diretor da vila de Turiaçu, localizada em uma região limítrofe entre o Maranhão e o Grão-Pará⁹. De todo modo, inferimos que para manter dois filhos estudando no Reino lusitano, Estevão possuía

⁸ A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi criada em 1755 a partir das medidas pombalinas. Vale ressaltar que antes de sua instalação, já haviam relevantes lavradores atuando na região, comercializando seus bens com o Grão-Pará e demais vilas próximas. Mas a partir de financiamentos e a disponibilização de uma frota naval, aquele estabelecimento comercial impulsionou de forma significativa a comercialização via além-mar.

⁹ AHU_ACL_CU_009, Cx. 112, D. 8743, AHU_ACL_CU_009, Cx. 44, D. 4292 e AHU_ACL_CU_009, Cx. 108, D. 8489.

cabedais e suporte econômico suficientes, que foram ampliados quando Patrício e Inácio retornaram, sendo que o primeiro trabalhou vários anos como advogado na capital, alistou-se na cavalaria franca da cidade e também adquiriu sesmaria.

Por sua vez, Estela Francisca, irmã de Antônio Pedro, casou-se com Romualdo Antônio Franco de Sá, consagrando uma aliança com a família Sá, encabeçada por outro capitão do Terço da Infantaria auxiliar da vila, José Roberto de Sá. Após servir como militar e arrecadador dos dízimos da capital e das vilas anexas, José Roberto acumulou dez fazendas de gado *vacum* e cavalar e uma fábrica de sola, propriedades que deixou nas mãos dos filhos Romualdo e Antônio Franco de Sá que, além de fazendeiros, serviram na mesma companhia que o pai. Já as filhas casaram com outros militares e funcionários reais que auxiliaram José Roberto em momentos de conflito com o governador Fernando Pereira Leite de Foyos. No entanto, nem sempre os interesses da extensa família confluíram. Em 1795, o capitão-mor João Bento de Brito, um dos genros de José Roberto, o descreveu como indivíduo “poderoso e intrigante” que engajara o juiz de órfãos à “sua facção” para fazer o levantamento e a partilha do inventário de sua falecida esposa¹⁰. Entrementes, o casamento de Romualdo e Estela Francisca inaugurou uma nova ramificação familiar que estendeu sua influência até as veredas do alto círculo político imperial, como veremos a seguir.

Transformações no reino luso-brasileiro:

Após retornar de Coimbra, Antônio Pedro optou por começar a trabalhar na administração local, conseguindo uma nomeação para fiscal da Junta da vila em 1808. Nesse ano, a Abertura dos portos às nações amigas também deu novo impulso às agroexportações e à consolidação da praça comercial de São Luís, que já contava com poderosos negociantes lusitanos que passaram a concorrer com outros vindos da Grã-Bretanha, ordinariamente chamados de “ingleses”. As rivalidades nos negócios além-mar ainda contavam com a participação direta dos grandes proprietários de terra que, para além dos laços de compadrio que mantinham com os negociantes, dependiam dos empréstimos destes para ampliar sua produção e evitar colapsos em tempos de lavoura escassa ou de baixa nos preços, mas pagando altíssimos juros. Ao mesmo tempo, a cobrança de onerosos impostos por parte da Corte instalada no Rio de Janeiro também se tornou reclamação constante dos atores presentes no

¹⁰ AHU_ACL_CU_009, Cx. 87, D. 7245.

Maranhão, além das variáveis do mercado externo prejudicarem constantemente a arrecadação da Alfândega provincial.

Em meio a esse quadro, a chegada de notícias da Revolução do Porto (1820) e da convocação das Cortes lisboetas (1821) deve ter alterado os planos de todos esses indivíduos. A adesão ao movimento vintista despontou como oportunidade para pressionar por decisões de alta instância que pudessem proporcionar mudanças efetivas no quadro de inconstâncias econômicas que assombrava o comércio agroexportador. Segundo Marcelo Galves (2011), as demandas desses portugueses de “além-mar” do Maranhão eram bem específicas: o regresso da Corte para Lisboa deveria diminuir a cobrança de impostos por parte do Erário do Rio de Janeiro; e a restrição à presença de navios, créditos e produtos “ingleses”, que estavam prejudicando o comércio dos portugueses, especialmente aqueles que não viveram as benesses propiciadas pela Corte, assim como a obtenção de mão de obra escravizada, por conta das limitações feitas pela nação britânica ao tráfico capitaneado por Portugal.

As movimentações que marcaram a província¹¹ envolveram os principais atores que já participavam da política em nível local e de suas instâncias administrativas. Os processos eleitorais para deputados para as Cortes lisboetas incluíram em suas listas Antônio Pedro da Costa Ferreira e Patrício José de Almeida e Silva, mas apenas como suplentes, por isso, não chegaram a embarcar para Portugal. Ao invés disso, os dois – junto com Romualdo Franco de Sá, João Bráulio Muniz, Joaquim Vieira da Silva e Sousa e José Ascenço da Costa Ferreira – compuseram Juntas Provisórias, comissões, conselhos militares e reuniões da Câmara Geral¹² entre a “alta gente” da província, articulando negociações e enveredando por disputas que engendraram os tensos conflitos entre o novo governo da província e seus “opositores”.

Por isso, quando souberam sobre a proposta de independência do Brasil encabeçada por D. Pedro a partir das províncias do centro-sul, esses protagonistas à frente do governo do Maranhão não se mostraram interessados em cortar os laços com Portugal, com quem mantinham estreitas relações econômicas e, como afirmaram, “de sangue”. À despeito dos esforços em reunir forças militares e resguardar suas fronteiras, a ameaça às grandes lavouras pelas tropas enviadas por D. Pedro, a perda

¹¹ Nova unidade administrativa do império luso-brasileiro usado para detalhar a administração regional que passou a despontar entre 1808 e 1821. O Decreto de 1º de outubro de 1821 oficializou o modelo que vigorou por todo o Império, especificando a eleição de Juntas Provisórias de governo através do escrutínio dos eleitores de paróquia. Ulteriormente, outras instituições e instâncias foram criadas especificamente para tratar do espaço de poder regional, como os conselhos de governo, os conselhos gerais, a presidência de província e as Assembleias provinciais (GOUVÊA, 2002: 597-599).

¹² Segundo Mathias Assunção (2015: 318-319), a Câmara Geral aspirava exprimir uma “vontade geral” da província. Tal pretensão, ulteriormente, acabou por fundar uma via alternativa de representação e contestação de poder para grupos insatisfeitos com as conjunturas políticas.

de apoio do coronel José Félix Pereira de Burgos na região do Itapecuru e a retomada dos direitos reais de D. João VI em Portugal, destituindo a tão aclamada Constituição portuguesa, foram cruciais para que a Junta de Governo declarasse a “adesão” da província ao Império do Brasil em 28 de julho de 1823. Portanto, devemos observar que os grupos que se digladiavam na província não tinham interesse em apoiar o projeto independentista até que as ameaças militares se tornaram irrefutáveis. Uma vez isolados, esses mesmo atores cuidaram para que as mudanças em curso, assim como sua repentina “adesão” à independência, pudessem lhes trazer alguns benefícios.

Nesse sentido, é interessante que discursos sobre a identidade “brasileira” de Antônio Pedro sejam constantemente usados por seus aliados a fim de exaltar ele e os demais companheiros do “partido” liberal, mesmo que encontremos todos em disputa por outros interesses que não se adequavam à uma linha de defesa independentista ou ao ser “brasileiro” em meados de 1822-1823. De fato, a antagonização entre “portugueses” e “brasileiros” foi consolidada após a “adesão” ao Império, fomentando o antilusitanismo e acirrando ainda mais as disputas por empregos na administração pública, contratos e outras formas de acesso ao Erário provincial.

Amparado por tal discurso, assim como por seus haveres materiais e imateriais angariados antes dessas movimentações, Antônio Pedro e os demais já destacados conquistaram o pleito para adentrar às novas instituições imperiais. Um dos primeiros postos foi no Conselho de Presidência do Maranhão, instituído pela Carta de 20 de Outubro de 1823. Embora fosse um órgão consultivo, deveria ser composto por seis conselheiros maiores de 25 anos e com mais de dez anos residência na localidade, a fim de que seus conhecimentos auxiliassem o presidente de província, principal autoridade executiva, a lidar com os problemas que surgissem nessa nova esfera de poder, mas também a deliberar sobre assuntos “peculiares” da província, como educação pública, conflitos de jurisdição, controle das Câmaras municipais, entre outros¹³.

Compartilhando a bancada junto com os presidentes de província, Antônio Pedro, Romualdo, Patrício e José Ascenço tiveram a chance de discutir e decidir sobre as principais questões que afligiram o Maranhão naqueles tensos momentos após a recente “adesão”. Outrossim, o Conselho de Presidência tornou-se importante degrau para suas carreiras. Patrício foi o conselheiro mais votado e, como tal, assumiu a vice-presidência da província, chegando até mesmo a comandá-la durante a vacância da presidência em alguns dias de julho de 1825. Após preparar a posse de Pedro José da

¹³ Para um estudo acurado sobre as funções do Conselho de Presidência, seu decreto de criação e atuação na província do Maranhão, consultar Raissa Gabrielle Vieira Cirino (2015).

Costa Barros e trabalhar ao seu lado durante pouco mais de um ano, esse presidente sugeriu ao Imperador que concedesse alguma mercê ao vice em reconhecimento de seus bons serviços. Coincidência ou não, em abril de 1826, Patrício foi nomeado senador pelo Maranhão, mesmo sem ter o maior número de votos¹⁴, cargo que permaneceu até sua morte, em 1848.

Enquanto Romualdo e José Ascenço continuaram a participar das sessões do Conselho de Presidência, inclusive o primeiro assumindo a vice-presidência da província, Antônio Pedro conseguiu angariar votos para compor a bancada do Maranhão na Câmara de Deputados. O irmão e o cunhado prosseguiram sendo eleitos para o Conselho Geral da província, instituído em 1829, mas nunca conseguiram votos para ultrapassar o espaço de poder regional, ao passo em que Antônio Pedro passou a conviver com João Bráulio Muniz e Odorico Mendes na Corte, ambos em seu segundo mandato na Câmara. Sempre em contato com sua província de origem, como apontam as notícias circulando no periódico liberal *Farol Maranhense*, esse grupo passou a negociar em prol de projetos interessantes ao Maranhão, mas também, inserindo-se no contexto de disputas nacionais, como atesta seu protagonismo nas mediações antes e após a Abdicação imperial e o período da Regência.

Todavia, os interesses particulares não foram desconsiderados. Maior prova disso é o caso de Antônio Pedro. Após assumir uma cadeira no Senado pelo Maranhão, posto ansiado por vários políticos por sua vitaliciedade, auxiliou seu sobrinho e genro Joaquim Franco de Sá, filho de Romualdo e Estela Francisca, a eleger-se senador, ao passo em que seu outro sobrinho José Ascenço foi nomeado como ministro do Supremo Tribunal da Justiça. Assim, essa ramificação do clã Costa Ferreira-Franco de Sá conseguiu ascender ao patamar da política nacional a partir de Antônio Pedro e, mesmo sua morte em 1860, não finalizou o prestígio da família, que foi perpetuado pela atuação de José Ascenço na alta magistratura e por Felipe Franco de Sá, filho de Joaquim Mariano que se tornou bacharel em leis, magistrado, deputado geral, senador e ministro até 1889. Nesse sentido, essa tradicional família de Alcântara conseguiu promover sua influência sociopolítica do nível local ao nacional em algumas gerações, à despeito das mudanças políticas que assolaram sua província de origem e o Império do Brasil.

Considerações finais:

¹⁴ *Farol Maranhense*, 27/02/1828.

A partir da rápida observação de uma sociedade marcada pelas interações e articulações engendradas a partir de aspectos de uma cultura de Antigo Regime, especialmente a partir da capitania do Maranhão, observamos o peso dos laços de família, de parentesco e de amizade à constituição de “facções” políticas que atuavam em nível local para manter sua elevada posição na hierarquia social. O redirecionamento governativo pelo qual passou o Brasil não anulou as antigas conquistas e mercês que essas famílias angariaram anteriormente, apenas foram ressignificadas sob nova roupagem “constitucional”, para a qual também foram de grande influência as disputas no Maranhão, relacionadas diretamente a anseios e projetos específicos daqueles atores, que puderam ser observados quando deslindamos o processo de Independência do Maranhão.

Amparados nos antigos potentados socioeconômicos de suas “tradicionais” famílias, que lhes asseguraram educação formal, terras e impulso para o início de carreiras na administração local, os representantes do Maranhão na bancada dos deputados alcançaram novos patamares políticos que, antes do Império, não seriam tão viáveis. Esse grupo também demonstra as modificações e adaptações pelas quais as famílias passaram ao longo dos séculos: outrora amparados pelas conquistas a partir dos serviços militares, esses dedicados vassalos investiram nas alianças locais (envolvendo laços de amizade e matrimônio), sesmarias e participação no Senado da Câmara para se firmar como *fidalgos da terra*, enquanto seus descendentes seguiram os rumos da formação universitária, especialmente em leis, para adentrar aos novos espaços administrativos que necessitavam de pessoal especializado. Não obstante, a obtenção de títulos honoríficos e nobilitantes prosseguiu, sendo que Antônio Pedro tornou-se Barão de Pindaré, seu irmão José Ascenço era cavaleiro da Ordem de Cristo e João Inácio da Cunha, tio de Odorico Mendes, tornou-se Visconde de Alcântara.

Buscamos nos concentrar no núcleo da vila de Santo Antônio de Alcântara, berço do Barão do Pindaré e de tantos outros renomados políticos que ascenderam ao palco nacional a partir da Regência, muitos resguardando laços de parentesco diretos com o clã Costa Ferreira-Franco de Sá. No entanto, vale ressaltar que outros atores, provenientes de diferentes núcleos familiares, sobretudo, da região do Itapecuru, participaram incisivamente desse processo junto, ou em oposição, aos demais. A análise de suas relações pode ser observada em outros trabalhos (CIRINO, 2017), mas ainda devem ser melhores investigadas para que possamos compreender como um Império que abrigava em seu bojo tantos grupos de elites e seus respectivos interesses, respaldados em famílias e “facções” políticas, conseguiu se manter a partir de suas novas instituições e consagrando uma elite dirigente que buscou intermediar aspirações locais (individuais ou de grupo) a projetos de cunho nacional.

Referências:

Fontes:

- Arquivo Histórico Ultramarino:

AHU_ACL_CU_009, Cx. 69, D. 5979.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 112, D. 8743.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 44, D. 4292.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 108, D. 8489.

AHU_ACL_CU_009, Cx. 87, D. 7245.

- Impressos:

(O) *Farol Maranhense* (1827-1831).

O Repúblico (1830-1839).

Bibliografia:

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **De cablocos a bem-te-vis**: formação do campesinato numa sociedade escravista: Maranhão, 1800-1850. São Paulo: Annablume, 2015.

BASILE, Marcello. Sociabilidades e ação políticas na Corte regencial: a Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional. **Dimensões**. Vitória, n. 18, outubro de 2006, P. 349-383. Disponível em:< <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2451/1947>>. Acesso em 18/10/2017.

BICALHO, Maria Fernanda. Conquistas, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack Baziliense**. São Paulo, n. 2, novembro de 2005, P. 21-34. Disponível em:< <http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616/13385>>. Acesso em 18/10/2017.

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. **Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador**: o Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825-1831). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

_____. Império, família e poder: os “ilustres membros” do Conselho de Presidência do Maranhão (1825-1829). **Revista Escrita da História**, n. 6, P. 82-112, jan. 2017. Disponível em:<

<http://www.escritadahistoria.com/revista/index.php/escritadahistoria/article/view/147>>. Acesso em 18/10/2017.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a constituição dos aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”**: Imprensa e Independência do Maranhão (1821-1826). Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. Revolução do Porto e Independência: (des) conexões a partir da Província do Maranhão. In: BORRALHO, José Henrique de Paula; BEZERRA, Nielson Rosa; GALVES, Marcelo Cheche (orgs.). **Pontos, contrapontos não desvendados**: os vários tecidos sociais de um Brasil oitocentista. São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2011, P. 17-31.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Províncias. In: VAINFAS, Ronaldo (org). **Dicionário do Brasil Império**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. P. 597-599.

IMIZCOZ, José María. Comunidad, red social y élites. Un análisis de la vertebración social en el Antiguo Régimen. In: IMIZCOZ, J.M. (dir.) **Elites, poder y red social**. Las élites del País Vasco y Navarra en la Edad Moderna. Bilbao: Universidad del País Vasco, 1996, P.13-50.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico-geográfico da Província do Maranhão 1826-1900**. Maranhão: Tipografia do Frias, 1870. Vol. 1.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 2, novembro, 2005, P. 4-20. Disponível em:< www.almanack.unifesp.br/files/journals/1/articles/76/.../76-17-1-PB.pdf>. Acesso em 18/10/2017.

SANTOS, Arlindyane. “Os senhores do senado”: oficiais camarários e *status* de nobreza no Maranhão Colonial. **Revista Outros Tempos**, v. 7, n. 9, 2010, P. 23-40. Disponível em:< http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/article/view/117/92>. Acesso em 18/10/2017.

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**. São Luís: Alumar, 1977.

ENTRE O LOCAL E O PROVINCIAL: OS DEBATES POLÍTICOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS CEMITÉRIOS EXTRAMUROS EM INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS E PROVINCIAIS DE MINAS GERAIS (1828-1858)

Pâmela Campos Ferreira¹

Resumo:

Procuraremos discutir sobre a patente preocupação com as questões relacionadas à saúde no Império (sobretudo a partir da discussão levada a cabo pelo deputado e médico baiano Lino Coutinho na Câmara dos Deputados), e, portanto, a necessidade da elaboração de projetos de lei ou planos de saúde que tratassem de medidas higiênicas principalmente no meio citadino, visando-se em última instância a preservação da saúde dos corpos. Percebemos o nascimento de uma medicina preocupada em diagnosticar e tratar das doenças surgidas no meio urbano. Como bem salientou Michel Foucault, a medicina urbana tinha como objetivo analisar os lugares de acúmulo e amontoado de coisas que pudessem provocar doenças, e prejuízos à saúde; lugares de difusão de doenças epidêmicas deveriam ser prontamente combatidos, e sem dúvida, as inumações intramuros, tal como ocorriam, se configuravam como prejudiciais à saúde humana.

Palavras-Chave: Saúde Pública, Saúde no Império, Inumações intramuros.

BETWEEN THE LOCAL AND THE PROVINCIAL: POLITICAL DISCUSSIONS ON THE CONSTRUCTION OF EXTRAMIDE CEMETERIES IN MUNICIPAL AND PROVINCE INSTITUTIONS OF MINAS GERAIS (1828-1858)

Abstract:

We will try to discuss the patent concern about issues related to health in the Empire (especially from the discussion carried out by the deputy and doctor from Bahia Lino Coutinho in the Chamber of Deputies), and, therefore, the need for drafting bills or plans Health measures that deal with hygienic measures mainly in the urban environment, aiming ultimately to preserve the health of bodies. We perceive the birth of a medicine that is concerned with diagnosing and treating diseases that have arisen in urban areas. As Michel Foucault pointed out, urban medicine had as its objective to analyze the places of accumulation and accumulation of things that could cause illnesses and damages to health; Places of diffusion of epidemic diseases should be promptly combated, and undoubtedly the intramural burials, as they occurred, were considered to be harmful to human health.

Key-words: Public Health, Health in the Empire, Intramural Inumations.

¹ Pâmela Campos Ferreira mestrandia em História, pelo programa de pós-graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora, email: pamelacamposf@hotmail.com.

A reforma sanitária é a base de todas as reformas e inclui todas as outras. Promovê-la, portanto, é a filantropia mais apurada. Jonh Domslen, 1878.²

Podemos alocar em fins dos anos 70 em plena efervescência da História Social, e do sucesso historiográfico de Edward Thompson, como sendo o período em que os estudos voltados para temas como as políticas de saúde pública, instituições médicas e a organização do espaço público a partir de medidas higienistas tiveram lugar. O primeiro deles foi a *Danação da Norma* (1978) de Roberto Machado, Ângela Loureiro, Rogério Luz e Kátia Muricy, em que os autores consideram que a medicina social aparece aliada às práticas governamentais. Tal medicina tornou-se um instrumento de poder que normatizava as diferentes instituições brasileiras. Especificamente no caso do Rio de Janeiro, o médico agia como uma espécie de agente policial, reconhecendo se as doenças provinham de um comportamento social inadequado.

Outra obra que tratou das questões relativas à higiene e à saúde, foi *Ordem médica e norma familiar* (1979) de Jurandir Freire Costa. O autor buscou analisar a atuação da medicina na normatização e disciplinarização dos corpos no meio urbano, como o controlador do comportamento individual e familiar. Temporalmente sua análise se pauta no período regencial, de modo que o mesmo reconhece e frisa o papel da medicina social ou higienista que tomou conta do espaço urbano. A higiene conseguiria impor seus preceitos sanitários, graças aos altos índices de mortalidade infantil e às condições precárias de saúde dos adultos.

Percebemos que a partir da década de 1830, a medicina torna-se um forte tema político no Império do Brasil. Citamos como um dos vários exemplos,³ as diversas vezes em que a Câmara de Ouro Preto solicitava a compra da lâmina de pus vacínico, por ser muita necessária à Província. Na nova formatação, engendrada pela legislação de 1º de outubro de 1828, caberia às câmaras municipais, além de diversas outras questões a seu encargo, gerir as questões de saúde pública das localidades. Boa parte dos médicos reunidos na Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, envolvidos em questões políticas, criticavam os vereadores e as suas decisões sobre salubridade

² Domslen, John. *Salubridade pública: observações sobre a vital importância da saúde pública em relação à riqueza, poder e prosperidade deste Império*. Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Laemmert, 1878, p. 68.

³ Entre a pauta que abarcava a temática de Saúde Pública, percebemos a constante solicitação pelo estabelecimento de Hospitais próprios para curar a doença de Elefantíase na província de Minas Gerais, bem como a regulamentação do trabalho exercido pelas parteiras e etc. Entre essas temáticas tratadas nas instituições municipais e provinciais de Minas Gerais, sem dúvidas, a discussão sobre a necessidade da construção de cemitérios fora do perímetro urbano, passou a ganhar fôlego, sobretudo na década de 1830, tal tema estava alicerçado à noção de salubridade e higiene, pontos tão caros à uma boa vivência nas localidades (assim entendido pelos políticos).

urbana, argumentando em favor de leis que favorecessem o desenvolvimento de políticas consideradas “civilizatórias”.

Embora as câmaras tenham perdido a tal jurisdição contenciosa, que exerciam no período colonial, às mesmas foram delegadas atribuições “meramente administrativas”, que em seu conjunto, constituíam uma gama respeitável de competências. São elas, nos termos do Título III da referida lei – “posturas policiais” – [...] que assim classificariamos: a) urbanismo em geral e obras públicas; b) saúde pública; c) assistência social; d) polícia “social”; e) proteção ao trabalho e à propriedade.⁴ Como percebemos pelo exposto acima, todas as questões relacionadas à saúde, salubridade e higiene fariam parte dos novos encargos municipais.

Colocadas essas questões iniciais, nos deteremos mais propriamente nas fontes que elencamos que tratam da matéria referente ao plano geral de saúde, que visava à melhoria da saúde dos povos. Os poderes municipais sofreram um processo de “reconfiguração” em suas atribuições, e na maneira pela qual se dariam as discussões. Uma de suas novas atribuições, sem dúvidas, diz respeito ao serviço médico-higienista, que caberia à mesma executar.

Para situarmo-nos empiricamente sobre o início dos debates que tiveram lugar na Câmara dos Deputados, enfatizaremos a sessão de 09 de Maio de 1828. Na referida data, diversas pautas foram discutidas pelos deputados na Casa Baixa, sempre num tom de pensar os rearranjos dos poderes em construção para o novo Império. No final de uma discussão específica sobre o Projeto de Lei que previa a extinção do cargo da Intendência Geral da Polícia, uma vez que as atribuições dos intendentes eram muito próximas do que os juízes almotacés já exerciam nas câmaras,⁵ o deputado José Lino Coutinho ofereceu um Plano Geral de Saúde Pública para o Império, remetendo-o à Comissão de Saúde Pública, a fim de que a mesma interpusesse seu parecer.

É relevante ressaltarmos que José Lino Coutinho, deputado pela Bahia, formou-se médico pela Universidade de Coimbra, partindo por um curto período para Inglaterra e França. Atuou como membro da Junta Provincial da Bahia e foi eleito deputado das Cortes Gerais e Extraordinárias da

⁴ TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte / Brasília: Lemi / INL, vol. 2, 1980, p. 939 e 943.

⁵ No tocante à esta questão, a fala de Bernardo Pereira de Vasconcellos é significativa ao afirmar que: “Não é o ramo da Saúde Pública da inspeção das municipalidades, e não declara a Lei das Justiças de Paz, que elas os executores das outras polícias das câmaras? Nem, Senhores podem ser privadas as municipalidades desta atribuição sem manifesta infração da Constituição. [...]”. Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 09 de Maio de 1828.

Nação Portuguesa, de Lisboa em 1821. Foi eleito deputado geral pela Bahia para as duas primeiras legislaturas 1826-1829, e 1830-1833.

Nomeado lente de patologia externa da Academia Médico-Cirúrgica da Bahia (1825), tornou-se em 1832 diretor da Faculdade de Medicina. Foi conselheiro do imperador, médico honorário da Imperial Câmara, cavaleiro da ordem de Cristo e sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa. Traduziu e escreveu inúmeras obras, entre elas: *Observações sobre as afecções catarrais de Cabanis* (1816), *Projeto reformando as Escolas de Medicina* (1826), *Topografia médica da Bahia* (1832), *Coleção dos principais fatos na história da epidemia do cólera morbus* (1833), *Memória sobre as águas naturais da Bahia*, *Memória sobre a doutrina de Broussais*, *Parecer da comissão da Câmara dos deputados* (1822), *Sustentação das acusações que na sua respectiva câmara fez o deputado José Lino Coutinho ao Marquês de Baependi* (1827), *Cartas sobre a educação de Cora* (1849), além de poemas.⁶

Tomamos nota então, que Lino Coutinho além de atuar na esfera política como deputado, também possuía formação na área da medicina. E foi como médico que ofereceu o Plano Geral de Saúde Pública à Comissão de Saúde, e na sessão de 20 de Junho de 1828, entre outras diversas questões referentes à ordem do dia, entrou em pauta a discussão sobre parte do Projeto de Lei, já discutido no Senado, do Regimento das Câmaras Municipais.

A discussão se deu no que tange especificamente às Posturas Policiais, e, portanto, ao governo econômico dos municípios, ou seja, quais exatamente seriam os encargos dos vereadores no cotidiano citadino e das vilas. Em relação a tal discussão, o termo *polícia*, foi largamente discutido e pensado. A discussão principiou com o Projeto de Lei sobre as Municipalidades remetido pelo Senado à Câmara dos Deputados, com a emenda da Comissão Especial. À época havia entrado em discussão o artigo 54, que no projeto de lei dizia respeito à polícia administrativa que caberia às câmaras exercer. É relevante abrirmos um parêntesis para pontuarmos o que seria a chamada “polícia médica”. Tal termo nos remete ao fim do século XVIII, e se configuraria como sendo um conjunto de teorias e ações no âmbito político e administrativo organizados para manter a segurança da saúde da

⁶ Ver: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. “José Lino Coutinho”. In : Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v. Vol 5. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>; SANTANA, Flávio Carreiro de. Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: O exemplo das ‘Cartas sobre a educação de Cora’. In: VI Simpósio Nacional de História Cultural. Escritas da História: ver, sentir, narrar; VIEIRA, Germano Martins. “Da transmigração à modernização. D. João e a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro”. Disponível em: <www.gnarusrevistadehistoria.com.br> . Vol. IV, n. 4, dezembro de 2014.

população, no momento que as doenças passaram a ser encaradas pelo Estado como um problema econômico e social.⁷ Feitas essas considerações voltemos ao assinalado pela documentação.

Em relação aos debates acerca da polícia das câmaras, é perceptível que em grande parte os deputados entendiam que os vereadores em sua ignorância, não detinham alguns conhecimentos específicos de determinadas áreas. O Senhor Cunha Mattos discordando do Senhor Ferreira de Mello quanto à ideia de que “[...] nas câmaras haviam muitas pessoas com vastos conhecimentos de economia policial”,⁸ exemplificou que na verdade os vereadores não eram tão instruídos como pensava Ferreira e Mello, servindo-se do exemplo de sua Província – Goiás. Em Goiás os ocupantes dos cargos municipais quase nada sabiam acerca de economia policial.

O Senhor Lino Coutinho raciocinava nesse sentido ao defender que a polícia se ramificava em diversas partes, portanto, “Como é que as câmaras podem entender, por exemplo, da polícia médica? Elas podem entender alguma coisa disso?”.⁹ Coutinho ainda defendia o fato de que existiria uma polícia específica das câmaras, e que ela dizia respeito à limpeza das ruas, o cuidado em se evitar pântanos pestilentos e etc.¹⁰

Fazendo referência ao seu Plano Geral de Saúde Pública, Lino Coutinho argumentava que o mesmo previa a maneira pela qual a polícia médica se organizaria, e lembrava que em seu projeto, ele dividia a polícia médica em pequena e alta,¹¹ a alta estaria ao encargo das autoridades responsáveis em promover a saúde pública, e a pequena aos vereadores reunidos nas câmaras.

Lino Coutinho entendia e defendia que os vereadores não estivessem encarregados da execução da chamada *polícia médica*, por entender que esses homens eram em sua maioria ignorantes e desprovidos de maiores instruções. Em seu raciocínio os vereadores não possuíam maiores entendimentos sobre a área da saúde pública para ter autoridade de discutir sobre tal tema, argumentando que “[...] não posso de maneira nenhuma convir que os vereadores das câmaras sejam em geral encarregados de toda a polícia médica, por isso que eles nada entendem de medicina [...]”.¹²

⁷ Tal definição foi feita, tendo por base a exposição de Roberto Machado sobre o assunto (1978), p. 159-168.

⁸ Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de Junho de 1828.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ É relevante ressaltarmos que embora saibamos da existência do Plano Geral de Saúde Pública apresentado por Lino Coutinho à Câmara dos Deputados, não tivemos acesso a ele, exceto pelas referências que encontramos em determinadas sessões da Casa Baixa, portanto, o que temos de informação sobre tal projeto diz respeito às próprias falas enunciadas por esses atores.

¹² Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de Junho de 1828.

A discussão girava em torno das reais competências dos vereadores nas câmaras, e no que tange especificamente à saúde pública para o deputado Lino Coutinho tal atribuição não deveria estar entre os encargos das municipalidades. Uma das questões que norteava o raciocínio e fala dos deputados, era questionar quem de fato compunha os cargos camarários, e nesse sentido, a conclusão que todos compartilharam era que tais cargos (pós Lei de 1º de outubro de 1828, tornaram-se eletivos) eram ocupados por homens da terra, ligados aos negócios de suas fazendas, e na maioria das vezes sem formação acadêmica que lhes imputasse autoridade em discutir determinado assunto.

O Senhor Ferreira de Mello mandou uma emenda em que solicitava a supressão do artigo 54 em todos os seus parágrafos, e que este fosse substituído pelo artigo 59 da comissão, que possuía um teor mais geral em relação ao que as câmaras deveriam fazer. Nesse sentido o Senhor Araújo Bastos discordava da emenda de Ferreira de Mello, por entender ser necessária a discussão sobre as matérias do artigo 54, com seus números, a fim de se esclarecer às municipalidades sobre a polícia que de fato executariam em seus municípios. Posto o artigo 54 à votação, foi aprovado o entender de Araújo Bastos, ficando prejudicada a emenda de Ferreira de Mello.¹³

O artigo 54 que em seus números sofreu discussão fazia referência na forma final da lei de 1º de Outubro de 1828, ao artigo 66 do Título Terceiro (das Posturas Policiais). Cada um dos parágrafos abarcados por esse artigo foram discutidos, mas o que nos interessa especificamente é o parágrafo segundo que tratava sobre os cemitérios. A maneira pela qual foi abordada a temática cemiterial no projeto de lei, concedia às câmaras municipais o arbítrio de escolher o terreno mais adequado para o estabelecimento do Cemitério Geral.¹⁴

Se no Senado o parágrafo que versava sobre a maneira pela qual se estabeleceriam os cemitérios não foi alvo de grandes discussões, na Câmara dos Deputados o mesmo não se deu. O

¹³ Idem.

¹⁴ Nota explicativa: Quando falo em “Cemitério Geral” é preciso ressaltar que as fontes analisadas na pesquisa, as atas da câmara municipal de Ouro Preto, bem como as correspondências recebidas de Irmandades e Ordens, correspondência recebida das instâncias províncias (tanto o Conselho Geral como a Assembleia Legislativa Provincial), resoluções expedidas e recebidas, pareceres de Comissões internas, ofícios, correspondência recebida da Presidência da Província, correspondência recebida do Governo Imperial e da Assembleia Geral Legislativa, e Posturas Municipais; atas das sessões do Conselho de Governo e do Conselho Geral, bem como a documentação enviada pelas câmaras municipais, autoridades eclesiásticas, Ordens e Irmandades à Assembleia Provincial, toda essa gama documental faz referência ao termo “Cemitério Geral”, provavelmente como uma forma de distinguir os cemitérios (extramuros) que a lei previa de outra categoria, que era a dos cemitérios particulares pertencentes às Ordens e Irmandades religiosas. Nesse sentido é preciso lembrar que os cemitérios das confrarias já existiam em Minas desde o setecentos, uma vez que estas organizações fraternais atravessaram o século XVIII como fundamentais pilares de sustentação da fé católica local. Para um aprofundamento sobre o estabelecimento das Confrarias nas Minas Gerais ver: BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

deputado Lino Coutinho, além de argumentar que nem toda a polícia deveria estar a cargo das municipalidades, em grande medida por sua falta de instrução e conhecimentos específicos, se opôs ferrenhamente à maneira como foi tratada a questão da construção dos cemitérios no projeto de lei.

O parágrafo segundo, como já assinalamos nos trechos iniciais do presente capítulo, não tratava apenas sobre o estabelecimento de cemitérios fora do recinto dos templos, mas também sobre o esgotamento de pântanos, estagnação de águas infectas, matadouros públicos e demais questões relativas à manutenção da salubridade nas localidades. Para Lino Coutinho este parágrafo deveria ser suprimido em parte, especificamente na maneira pela qual tratava o estabelecimento dos cemitérios.

Neste sentido o deputado lembrou o projeto de lei que havia apresentado à Câmara dos Deputados na sessão de 09 de Maio de 1828, ou seja, no mês anterior. Em seu Plano Geral de Saúde, Coutinho marcava a maneira pela qual deveriam se estabelecer os cemitérios, e tal atribuição não seria da alçada das câmaras, pois caberia ao inspetor nas províncias e o sub-inspetor nas câmaras estar encarregados da saúde pública na província, e na falta destes o médico do partido tendo a assistência de uma junta de professores, nas localidades onde houvessem professores.

No projeto de saúde pública elaborado por Coutinho, caberia às câmaras apenas pagarem os terrenos escolhidos para a construção dos cemitérios. No seu entender caberia ao corpo de saúde pública examinar e julgar qual o melhor terreno (fora das povoações) para que se construíssem os cemitérios, pois a junta médica sim teria autoridade o suficiente para discorrer sobre tal matéria, afinal “[...] uma câmara não tem conhecimentos para poder marcar semelhante lugar é que me parece se deve suprimir esta segunda parte do número segundo”.¹⁵ Coutinho discordava do previsto no projeto de lei quanto à construção dos cemitérios, pois entendia que as câmaras não deveriam ter por atribuição a escolha do terreno, uma vez que tal escolha implicava em um conhecimento das correntes de ar, da melhor localização para que a putrefação dos corpos não entrasse em contato com o meio urbano, um conhecimento de cunho geográfico, químico e médico que os vereadores não detinham, por serem homens da terra, não possuidores de uma especialização de um saber científico.

Às municipalidades caberia apenas a fatura dos ditos cemitérios, e não a escolha do terreno em que os mesmos seriam construídos. Essa era a ideia formada por Lino Coutinho no que tange ao encargo dos vereadores, sobre a matéria da construção dos cemitérios nas localidades. Após sua fala Coutinho mandou uma emenda á Mesa, em que requeria a supressão da parte relativa aos cemitérios tal como estava disposta no projeto de lei. Teve apoio em sua emenda, mas, o Senhor Paula e Sousa

¹⁵ Ver: ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 20 de Junho de 1828.

entendia que embora tal objeto fosse de extrema importância, por se tratar de uma questão de saúde pública nas províncias, lembrava o fato de que “Nós ainda não sabemos quando essa Lei se fará, portanto, entendo que o artigo deve passar [como estava]”.¹⁶

No mesmo sentido de Paula e Sousa, o deputado Augusto Xavier argumentava que em seu entender, deveriam ser atribuições das câmaras a escolha dos terrenos, e em caso das mesmas necessitarem de maiores esclarecimentos, procurariam os médicos onde os houver mais próximos das localidades. Defendia, ao contrário do raciocínio desenvolvido por Coutinho que, as juntas médicas não deveriam ter ingerência sobre competências próprias das câmaras, de modo, que apenas deveriam informar às municipalidades sobre as possíveis dúvidas que surgissem no processo de escolha. Finalizou votando inteiramente pelo artigo, pois “[...] tudo quanto nele se diz são atribuições próprias das Câmaras, e economia do Município”.¹⁷

Ainda sobre esta temática, o Senhor Duarte Silva alertava para o fato de que as ideias esposadas por Lino Coutinho, não deveriam ser desprezadas em hipótese alguma, no entanto, o parágrafo poderia passar com uma emenda, pois “[...] a Lei há de fazer-se forçosamente”.¹⁸ Como o Plano Geral de Saúde Pública de Coutinho, ainda não fora analisado pela Comissão de Saúde Pública, e o regimento das Câmaras Municipais urgia ser sancionado, a fim de se marcar efetivamente as novas atribuições camarárias, o parágrafo passou como estava previsto inicialmente, ou seja, caberia às municipalidades a escolha do terreno bem como a fatura dos mesmos,¹⁹ e em caso de dúvidas os vereadores poderiam contar com o auxílio de uma junta médica (em caso de haver médicos nas localidades).

Ainda sobre a discussão do regimento das municipalidades, na sessão de 21 de Junho de 1828, Lino Coutinho (o debate versava sobre o poder ou não das câmaras terem ampla liberdade sobre suas deliberações, não consultando as instâncias provinciais) defendia que as câmaras devessem consultar médicos ou cirurgiões nos casos relativos à saúde pública nas localidades, pelo fato das mesmas não terem autoridade de formação para discorrer sobre a pauta. As Comissões, normalmente formadas de

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Em relação à fatura dos cemitérios, é relevante ressaltarmos que as Posturas Municipais, elaboradas pelas câmaras, assinalavam a forma pela qual se daria tal pagamento. Na maioria das vezes, percebemos a partir da leitura de tais Posturas que os cemitérios seriam feitos à custa das Fábricas e Matrizes das Irmandades, e que no caso das mesmas se recusarem a construção estaria ao encargo de uma empresa.

no mínimo 3 e no máximo 5 membros, teriam como objetivo discutir sobre temas específicos sobre o qual, os ditos membros eram versados, e portanto, teriam conhecimento de causa. Além disso, as comissões estavam destinadas ao trabalho em exame, apresentar pareceres que minorassem ou facilitassem os trabalhos das instituições.

Coutinho interpelara o presidente da sessão no seguinte tom “Como há de, um município composto ordinariamente de homens chãos e bons, mas não de grandes talentos fazer tudo sem consultar alguém”.²⁰ No entender de Lino, se as instâncias provinciais e a câmara dos deputados criam comissões externas, “[...] também as municipalidades devem consultar os perigos naquilo que quiserem fazer”.²¹

Como se tratava de pensar os rearranjos de poder no interior das municipalidades, como as mesmas trabalhariam, quais seus encargos e funções frente ao Estado em construção, todas estas questões estavam na ordem do dia na Casa Baixa. Sobre o Projeto de Lei apresentado por Lino Coutinho à Comissão de Saúde Pública em 09 de Maio de 1828, o deputado iria lembrar à Comissão, em sessão de 05 de Junho de 1830, cerca de dois anos após a apresentação do projeto, que a mesma não interpôs seu parecer. Lembrava que seu Plano previa o tratamento dos males que afligiam os povos do imenso Império. Com certa dose irônica dizia *Nós temos visto como estão as ruas das cidades do Brasil, aonde não há limpeza nenhuma, o que me faz dizer, que o país do Brasil é o país mais sadio que há, porque há vista de imundices que há nas ruas, não sei como tudo não morre de peste [...]*.²²

Coutinho cobrava um parecer da Comissão de Saúde Pública quanto à seu projeto, lembrando que nele tratava sobre os expostos, a saúde pública em geral, e a maneira como se dariam as inumações extramuros. Esta foi a última referência que encontramos do Plano Geral de Saúde Pública de Lino, nas discussões da Câmara dos Deputados. Fica patente a preocupação do dito deputado com as condições higiênicas em que o Império do Brasil se encontrava, preocupação esta que se materializou na forma de um projeto de lei (que entre outros pontos abordava a maneira pela qual se

²⁰ ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 21 de Junho de 1828.

²¹ Idem.

²² ANAIS da Câmara dos Deputados. Sessão de 05 de Junho de 1830.

deveria estabelecer os cemitérios extramuros), não levado à cabo efetivamente pelas autoridades centrais, nos anos iniciais da Monarquia Brasileira.

Referências Bibliográficas:

Livros:

BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades Leigas e Política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p. 93.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma familiar*. Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Biblioteca de filosofia e história das ciências. Editora: Graal, 2009.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 375-492.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *História de Minas Gerais*. 3 ed. Belo Horizonte / Brasília: Lemi / INL, vol. 2, 1980, p. 939 e 943.

Coletânea:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. “José Lino Coutinho”. In : *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883-1902. 7 v. Vol 5. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br>.

SANTANA, Flávio Carreiro de. Civilidade, sensibilidade e cotidiano familiar no Brasil Império: O exemplo das ‘Cartas sobre a educação de Cora’. In: *VI Simpósio Nacional de História Cultural*. Escritas da História: ver, sentir, narrar.

VIEIRA, Germano Martins. “Da transmigração à modernização. D. João e a criação das Escolas de Cirurgia da Bahia e do Rio de Janeiro”. Disponível em: <www.gnarusrevistadehistoria.com.br> . Vol. IV, n. 4, dezembro de 2014.

Fontes:

Anais da Assembleia Provincial de Minas Gerais (1835-1889). Disponível no Arquivo Público Mineiro – APM.

Anais da Câmara dos Deputados, disponível em: <http://www.camara.gov.br>

Anais do Senado do Império, disponível em: http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

Arquivo Público Mineiro. *Fundo da Câmara Municipal de Ouro Preto no período imperial (1822-1889)*.

Atas do Conselho Geral da Província -1830-1834. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Vol. XVIII, 1912.

Atas do Conselho de Governo da Província – 1830-1834. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. Vol. XVIII, 1912.

Edições do periódico *O Universal* – 1830-1839. In: Hemeroteca Digital Brasileira.

Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos. Publicação: Rio de Janeiro, na Impressão Régia. Publicado em 1812. Disponível em: <https://archive.org/details>

Lei de 1º de outubro de 1828. Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. In: COLEÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1828. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1878.

VICQ D’AZIR. Essai sur les lieux et les dangers des sepultures. In: *Oevres de Vicq d’Azir*. Paris: L. Duprat-Duverger, 1805. Tome sisième. Trata-se de um tratado de medicina com seis volumes, cujo exemplar encontra-se na Biblioteca Nacional Digital. BNP – Biblioteca Nacional de Portugal

SIMPÓSIO TEMÁTICO 11

História da arte: seus objetos, funções e sua escrita

Coordenadores:

Andreia de Freitas Rodrigues – doutoranda PPGArtes / UERJ.

Clara Habib de Salles Abreu – doutoranda PPGArtes / UERJ.

Na sua segunda edição, o Simpósio Temático História da Arte: seus objetos, funções e sua escrita, dá continuidade à proposta original de reunir trabalhos que abordam o estatuto social da arte e do artista, considerando as funções da arte em um campo ampliado, possibilitando o discurso no qual, épocas variadas evocam o binômio arte/vida para caracterizar e justificar mudanças de significados e renovação de códigos sociais.

Tentando dar lugar à proposta temática da XXXIII Semana de História da UFJF: As representações artísticas brasileiras: do segundo reinado à era Vargas, ampliamos o espaço para discussões nos diversos campos e tempos formados a partir das relações estratégicas nas quais se produz e se dissemina a construção de uma imagem da nação própria dos países onde são construídas, e que não se encerra, permanecendo e refazendo, mesclando influências anteriores diversas, questionamentos atuais, ao mesmo tempo em que aponta caminhos futuros.

Nesse sentido, esperamos contribuições que apontem para a construção de uma perspectiva que considere as manifestações artísticas em seu campo ampliado, principalmente em suas relações com a sociedade, política e religião. Assim, estruturamos a segunda edição de nosso simpósio em alguns eixos temáticos que possam conduzir as reflexões propostas:

- 1) Arte e Sociedade: Neste eixo esperamos contribuições que visem refletir sobre as interações entre arte e sociedade, sobre como as diferentes manifestações artísticas se relacionam com o ser humano em seu aspecto social, inserido na cultura própria de seu tempo e local, porém em diálogo com um contexto global. Lembrando que, ao falarmos de contexto global, não consideramos somente a sociedade supostamente globalizada contemporânea, mas incluímos as diversas estratégias de universalização de conteúdos artísticos e teóricos através da circulação de artistas, de obras de arte e de escritos sobre a arte.
- 2) Arte e Política: Para este eixo esperamos contribuições de pesquisas que visem investigar as manifestações artísticas e suas relações com a política. Pretendemos refletir sobre a arte e a história da arte como instrumento de resistência ou de (re)afirmação diante de determinado discurso político.

Pretendemos refletir também sobre a função do artista e do historiador da arte diante de cenários políticos extremos, tanto no contexto internacional quanto brasileiro em diferentes épocas da história.

3) Arte e Religião: Neste eixo serão bem-vindas propostas sobre as relações das diversas manifestações artísticas com o discurso religioso em suas diferentes vertentes. Pretendemos investigar como a arte e sua escrita podem compactuar ou não com os dogmas e crenças da ortodoxia das diversas religiões.

Esperamos assim poder delinear as estratégias que marcam o aprofundamento das questões propostas, com comunicações que mostrem pluralidade de temas, matérias e perspectivas futuras.

DA INVISIBILIDADE NA ESTÉTICA DA ANTIGUIDADE. HISTÓRIA DA ARTE COMO EXERCÍCIO?

Antônio Leandro Barros¹

Resumo:

Em observação ao tema do simpósio, este artigo se propõe a uma viagem conturbada por meandros das discussões estéticas. Partindo do aforisma mais famoso de Oscar Wilde, “a Vida imita a Arte muito mais do que a Arte imita a Vida”, interessa pensar a ancestralidade reivindicada por ele para sua dita nova estética. Assim, o texto desdobra-se em quatro momentos para algumas reflexões rápidas em sequência: a) no que consistia o projeto de Wilde; b) como sua vinculação com a antiguidade se confronta com uma parte da história da filosofia moderna; c) como identificar os paralelos entre a “velha” e esta “nova” estética; d) os perigos que rondam os dois polos da matéria.

Palavras-chave: Wilde; estética; invisibilidade.

OF INVISIBILITY IN THE AESTHETICS ANTIQUITY. HISTORY OF ART AS EXERCISE?

Abstract:

In observation to the theme of the symposium, this article proposes a trip through meanders of the aesthetic discussions. Starting from Oscar Wilde's most famous aphorism, "Life imitates Art much more than an Art imitates Life", it is interesting to think of an ancestry claimed by him for his new aesthetic. Thus, the text unfolds in four moments for some quick reflections in sequence: a) in what consisted of Wilde's project; b) how its connection with antiquity confronts a part of the history of modern philosophy; c) how to identify the parallels between an "old" and this "new" aesthetic; d) the dangers that surround the two poles of matter.

Key-words: Wilde; aesthetics; invisibility.

¹ Doutorando em História, pela Unicamp. tonileo.artista@gmail.com

Tudo quanto desejo demonstrar é este princípio geral: a Vida imita a Arte muito mais do que a Arte imita a Vida. Estou certo de que o acharás justo, se refletires. (WILDE, 1992: 51)

Entre outras coisas fabulosas, Oscar Wilde é talvez mais célebre por sua proeza em inverter o propalado binômio arte/vida. Com ares de escândalo e zombaria típicos à sua maneira, o fato é que se tornou aforismático o dito “a Vida imita a Arte muito mais do que a Arte imita a Vida”. Menos célebre, no entanto, é que mais do que um lema dândi ou charmosa ironia em ambiente refinado o aforisma era parte do que ele chamou de uma “nova estética”. Ou melhor, e em conformidade com os propósitos dessa mesma estética *selvagem*, mais do que parte era a condensação em si do seu mistério artístico.² Tudo é apresentado formalmente no ensaio *A Decadência da Mentira*, datado de 1889, e que pode ser considerado um marco em direção aos pontos mais altos de sua carreira de escritor. A novidade desenvolve-se em forma de diálogo a transcorrer numa biblioteca enquanto os dois envolvidos esperando pelo banquete – portanto, toda uma orquestração decorativa de cenário em reversão platônica e que será ainda melhor trabalho no ensaio seguinte. Todavia, tal estética se resume a três pontos: a) a arte nunca exprime nada a não ser a própria arte, e nisso dá o traço de sua intimidade com o Pensamento mesmo; b) toda arte falsa provém de um retorno à Vida e à Natureza, e da preocupação em elevarem-se essas duas coisas à altura de ideais; c) a Vida imita muito mais a Arte do que é imitada pela Arte. Por isso mesmo a “Mentira, ou a exposição das coisas falsa, constitui o legítimo intento da Arte” (ibid: 60-61):

A Arte começa com a decoração abstrata, com um trabalho puramente imaginativo e agradável, não se aplicando senão ao irreal, ao não-existente. É o primeiro grau. Em seguida a Vida, que fascina esta nova maravilha, solicita admissão no círculo encantado. A arte apanha a Vida entre os materiais brutos, fá-la de novo, refunde-a sob novas formas e, absolutamente indiferente ao próprio fato, inventa, imagina, sonha, e conserva entre ela e a realidade uma barreira intransponível de belo estilo, de método decorativo ou ideal. A terceira fase começa quando a Vida ganha a frente e faz a Arte recolher-se ao deserto. É então esta verdadeira decadência que hoje experimentamos. (ibid: 39)

² “seu objeto nem sempre será a explicação da obra de arte. Procurará, de preferência, condensar o seu mistério e levantar em torno dela e de seu autor essa cerração de [espanto] igualmente cara aos deuses e aos fiéis. (...) O crítico será certamente um intérprete, mas não tratará a arte como uma esfinge, falando por enigmas, sujeita a que qualquer, de pés feridos, desconhecendo-lhe o nome, possa descobrir e revelar-lhe o fútil segredo; ela a considerará antes como uma divindade, cujo papel é condensar o mistério e tornar mais maravilhosa a majestade.” (ibid: 127-129)

Há, no entanto, grande confusão em geral quanto às interpretações do aforisma. O que engendrou controvérsias sem sentido, ou polêmica estéril. Em tempos de memes digitais e alta circulação imagética, talvez a mais comum dessas interpretações tenha sido a da cópia ou imitação formal, ou seja, quando um fato se apresenta com a mesma aparência de uma obra de arte – de preferência icônica posto que por si só garantiria o “poder artístico” sobre a vida. Caso famoso foi a comparação do estado alcóolico da atriz Lindsay Lohan com o *Êxtase de Santa Teresa*, obra de Bernini. Ou a comparação dos recém-casados Príncipe William e Kate Middleton com o casal da cena final de *Cinderela* (1950), do estúdio Disney. Contudo, considerando as diferenças de cor (que memes ao redor do mundo disfarçavam), esse caso se encaixaria melhor no segundo tipo de interpretação que segue a linha da modelagem: trata-se de reconhecer nos eventos atuais modelos prévios em obras de arte que ajudariam a propriamente enquadrar os mesmo eventos. No âmbito nacional, o exemplo recente mais célebre é a comparação que circulou em redes sociais entre a fotografia do dito “presidente” e seu ministro da Justiça (depois nomeado ministro do STF) e a fotografia de Palpatine/Darth Sidious (imperador Sith) junto ao seu capanga Darth Maul. O caso é interessante porque, tendo em vista que a cena nunca ocorreu nos filmes de *Guerra nas Estrelas*, o que melhor se modela na comparação é própria colagem com se produziu a segunda imagem, isto é, a falsificação com ares de legitimidade. Um terceiro tipo de interpretações passa pela ideia de profetismo artístico, como se acontecimentos muito impressionantes ou grandes catástrofes fossem antes previstas em obras de arte ou ficção. O tipo remonta as semelhanças encontradas entre o trágico acidente do navio RMS Titanic (1912) e o narrado quatorze anos antes por Morgan Robertson em seu *Futilidade ou o Naufrágio de Titan* (1898). Mais recentemente esse tipo ganhou notoriedade com as ditas “profecias” encontradas nos episódios dos desenhos animados *Os Simpsons* com direito, inclusive, a comparações visuais bastante impressionantes; dentre as mais terríveis estariam a lesão de Neymar durante jogo da Copa do Mundo de 2014, bem como a vitória da equipe alemã, e a candidatura de Donald Trump à presidência dos EUA. Já o caso das semelhanças assustadoras que relacionam entre *Da Terra à Lua* (1865), de Julio Verne, e detalhes da missão espacial *Apollo 11* (1969) diferem um pouco do terceiro tipo e ensejam um último tipo bastante estranho: o dos embustes. Assim, as pequenas diferenças dos elementos do livro de Verne e da chegada do homem à Lua serviram talvez mais à teoria da invenção cinematográfica do evento do que como profecia. Conforme o caso célebre da adaptação radiofônica de *Guerra dos Mundos* (1898), de H. G. Wells, pelo jovem Orson Welles (1938) – mais tarde autor do “documentário” *F for Fake* (1975), um ensaio sobre falsificações.

Mas tudo isso pouco nos importa aqui e pouco tem que ver com as reinvidicações estéticas do ensaio de Wilde. O que lhe interessava passava longe de profecias ou embustes tanto quanto da modelagem ou reconhecimento visual, e por um mesmo e simples motivo: seu lema é poderoso porque justamente reverte a relação entre vida e arte, o que significa dizer que faz mais do que apenas mudar as posições dos termos. Na plena reversão é o próprio sentido que se transforma: sai de cena a identificação e a repetição dando lugar à criação e a diferença. Em outras palavras, é menos sobre as figuras dos fatos – segundo ele, sempre vazios, sempre preocupados em tentar reproduzir uma ficção – e muito mais sobre a configurabilidade dos próprios fatos.

Schopenhauer analisou o pessimismo, mas Hamlet já o havia inventado. O universo tornou-se triste porque, outrora, um boneco andou melancólico! O Nihilista, este estranho mártir sem fé que sobe friamente ao cadafalso e morre por qualquer coisa em que não crê, é um produto literário. Foi imaginado por Turgueniev e aperfeiçoado por Dostoievski. Robespierre surgiu das páginas de Rousseau, tão certamente como o Palácio do Povo se construiu sobre as ruínas de um romance. A literatura sempre precede a Vida. Não a arremeda, mas amolda-se a seu exemplo. O século dezenove, tal como o conhecemos, é puramente uma invenção de Balzac. (ibid: 48)

Assim, no ano seguinte a esse quase manifesto, o ensejo estético de Wilde bifurcou em produções, digamos, complementares. De um lado o seu texto mais conhecido, o romance *O Retrato de Dorian Gray*, sobre o qual falaremos mais adiante. De outro lado, culminou em outros ensaios mais tarde reunidos na publicação de *Intentions* (1891), que incluía *Pena, Lápis e Veneno*, além de *A Verdade das Máscaras* e uma versão bastante revisada da *Decadência*, sendo completada com a exposição mais extensa dessa sua novidade, *A Crítica e a Arte*.³ Nele o formato de diálogo é retomado e ampliado para duas partes separadas justamente pela ceia. Avançando nas consequências de sua nova estética o pensamento de Wilde leva até o limite a separação entre crítica e arte, entre crítico e artista, redistribuindo o estado das coisas no círculo estético. Bem entendido o aforismo, o que seria então um crítico de arte? O espírito crítico de uma vida contemplativa. Logo, não se trata de um alguém, de uma pessoa, uma individualidade, nem consiste numa ação qualquer envolvida na crítica. O crítico é então um intérprete, no drama o ator, na música o cantor... “crítico é aquele que nos mostra uma obra de arte sob forma diferente daquela da mesma obra – e o emprego de novos materiais constituiu um elemento de crítica, tanto como de criação”. (ibid: 130) Todavia, como já acima citado, não no sentido de repetição de mensagem ou sabedoria da uma obra sob uma nova forma, não se trata

³ No Brasil publicado como *A Decadência da Mentira e Outros Ensaio*s, com os meus trabalhos reunidos.

disso. A diferença da forma e o emprego de novos materiais consiste na produção da própria personalidade:

A dizer a verdade, não existe o Hamleto de Shakespeare. Se Hamleto possui qualquer coisa do caráter determinado de uma obra de arte, ele guarda também toda a obscuridade da existência. Há tantos Hamletos quanto melancolias. (...) E assim como a arte surge da personalidade, somente à personalidade pode ela ser revelada: deste *recontro*⁴ nasce a verdadeira crítica interpretativa. (...) Ele sempre nos mostrará a obra de arte em [alguma] nova relação com a nossa época; há de sempre lembrarnos que as grandes obras de arte são coisas vivas – e mesmo, na verdade, as únicas coisas que vivem! (ibid: 130-131)

Nesse sentido, a vida contemplativa do espírito crítico nada tem que ver com o exercício de observar os eventos e as mudanças em redor. Afinal, os fatos não são nada em si mesmos, e nem a vida é viva em si. Trata-se de observar-se a si, à produção de si no movimento dos acontecimentos,⁵ “a única fórmula civilizada de autobiografia, pois se ocupa não dos acontecimentos, porém dos pensamentos da vida de alguém, não das contingências da vida física, porém das paixões imaginativas e dos estados superiores da inteligência” (ibid: 119). É a intensificação de uma personalidade, o que obviamente refere-se menos à uma individualidade ou identidade pessoal (vida física) que à uma personagem, um modo de ser e de experimentar (vida transcendental).

Estranhamente, Wilde se viu atraído a reivindicar certa ancestralidade para sua “nova” concepção estética estabelecendo um segundo paradoxo para além do lema: mesmo que jamais tivessem escrito sobre crítica de arte não seria menos verdade que os antigos eram críticos artísticos (ibid: 100), e que teriam nos legado a concepção da vida contemplativa e o método de crítica (ibid: 145). Sua solução é que os antigos teriam exercido uma estranha estética da existência: “os gregos” seriam ou constituiriam uma “nação de críticos de arte” (ibid: 100). “Existir somente constituirá a influência do crítico” (ibid: 159). E ainda: “Amando-se deveras a arte, deve-se amá-la acima de tudo no mundo” (ibid: 151). Dessarte, possivelmente sem saber, Wilde posicionava-se numa severa controvérsia filosófica ao mesmo tempo que antecipava alguns dos seus desdobramentos.

Está claro que a “novidade” de sua estética caracterizava um posicionamento e uma postura em contraponto direto a recém-criada disciplina estética, conforme os trabalhos de A. G. Baumgarten. Em particular, opunha-se aos desenvolvimentos consequentes na esteira da filosofia alemã, vide Kant,

⁴ “Choque, conflito”. Uma brilhante contribuição por efeito de tradução de João do Rio; no original “meeting”.

⁵ “a vida contemplativa, cujo fim é não *agir*, mas *ser*, e não *ser* somente, mas *vir a ser* – o espírito crítico é quem a dá.” (ibid: 142)

Hegel e os demais. De tudo isso ele estava consciente e ainda mais das disputas internas em solo inglês: contra as posições de nomes como Matthew Arnold e em favor total às defesas de Walter Pater – a quem recorre algumas vezes em seus ensaios. Essa questão inglesa é bastante relevante porque é nela que se pode entender a busca por uma ancestralidade para a nova estética. Questão que escapa da história da arte para a história da filosofia.

No seio mesmo da consolidação da filosofia moderna – fundamentalmente alemã – elaborou-se o entendimento de que a Estética, enquanto ciência propriamente dita ou *in stricto sensu*, só teria sido discutida como tal, específica e cientificamente, a partir da própria filosofia moderna. Assim, em 1928, um esteta e historiador erudito da relevância de B. Croce resumia a questão nesses termos:

A contraprova da exata correspondência entre a ausência de uma Estética propriamente dita e o caráter da filosofia antiga é dada pelo nascimento simultâneo da filosofia moderna e da Estética. A origem desta (...) coincide com o nascimento do “subjativismo” moderno, com a filosofia como ciência do espírito, (...) Com respeito à época que assim se inicia, a que se encerra, acima esboçada, não pertence à história, mas, quando muito, à pré-história da Estética, de que somente mostra, aqui e acolá, algum lampejo ou aceno. (...) a filosofia é, verdadeiramente, dos tempos modernos, e que aquilo que se denomina por esse nome desde a Antiguidade até o Renascimento é filosofia somente em sua parte secundária e episódica, mas na parte principal e fundamental continua sendo ora mitologia, ora religião, ora metafísica, ora misticismo, ou como se queira de outro modo chamá-la. (...) [é] impossível construir uma Filosofia do espírito sem construir uma Estética – necessidade essa à qual nenhum filósofo moderno se subtraiu (CROCE, 1997: 110-111).

Somente a partir da década de 1970, Pierre Hadot inauguraria a ressignificação por inteiro daqueles termos crocianos da questão – ainda que sem necessariamente contrapô-la.⁶ Pois, segundo ele, a fundamental diferença entre um momento histórico e outro da filosofia estava no próprio entendimento do que é filosofar.⁷ Argumentou que, nesse sentido, o valor da tradição da antiguidade consistia na noção da própria filosofia enquanto modos de vida validados por “exercícios espirituais”. Em outras palavras, o interesse por uma filosofia não correspondia ao estudo de um sistema de verdades, mas, antes, ao envolvimento direto com um modo de vida (HADOT, 2014: 20-21). Resgatando essa perspectiva e revisitando os conteúdos disponíveis sobre as antigas escolas, Hadot

⁶ A publicação de sua apresentação intitulada “*Exercícios Espirituais*”, em 1977, consolidaria anos de sua pesquisa em história da filosofia em um abrangente artigo que exerceria relevante influência nos futuros trabalhos de história da filosofia. Esse e outros importantes artigos, anteriores e posteriores, foram publicados juntos em 1981. Dois anos depois, em 1995, ele publicou “*O que é a filosofia antiga?*”, sistematizando suas décadas de desenvolvimento do tema e atentando para as particularidades de cada escola em um só grande estudo.

⁷ HADOT, 2016.

pôde não só revalorá-las expressivamente diante do quadro constituído na moderna filosofia ocidental como catalogar vários dos seus “exercícios”. Até resignificando elementos insuspeitos, como o diálogo platônico e a física aristotélica, enquanto exercícios característicos dessas escolas, isto é, dos seus respectivos modos filosóficos de vida (ibid: 40-43, e 49). No entanto, para Hadot, apesar da importância dessa resignificação ela não se dava propriamente naquela questão, mas era consequente de uma remodelagem medieval que havia apenas alterado a ênfase do processo, desvirtuado talvez, porém sem ter nunca apagado-o por inteiro.

“[A] filosofia tornou-se auxiliar da teologia e (...) os exercícios espirituais foram integrados à vida cristã e tornaram-se independentes da vida filosófica” (...) “Penso que Descartes, como Espinosa, continua a se situar na problemática da tradição antiga da filosofia concebida como exercício da sabedoria” (ibid: 280).

Extremamente interessado nessa possível desvirtuação, foi Michel Foucault quem, usando da resignificação, propôs uma radical revisão da questão tal como ela tinha sido formulada: não pura diferença da noção de filosofar, mas decorrência inelutável do subjetivismo como peça chave dessa modernidade filosófica. No começo da década de 1980, já na aula inaugural do seu curso *A Hermenêutica do Sujeito* (1982), Foucault voltara seus investimentos para os antigos com grande interesse justamente por essa questão da história da filosofia, porém, agora, com polaridade inversa: em linhas gerais, não é que a antiguidade não soube fazer filosofia, mas nós é que já não podemos fazer espiritualidade.⁸ Leitor atento dos trabalhos desenvolvidos por Hadot,⁹ e em simetria com os termos encontrados em Croce (“o subjetivismo moderno”, “filosofia como ciência do espírito”), Foucault defendia que “a razão mais séria” pela qual esse princípio foi sendo apagado podia ser chamada de “momento cartesiano” da filosofia. Ele mesmo insiste que a expressão é ruim, e puramente convencional. Pois, ela não traz em si nenhum vínculo direto com Descartes, mas com uma nova requalificação do sujeito, esta sim com exemplares vinculações cartesianas.

Resumindo, acho que podemos dizer o seguinte: para a espiritualidade, um ato de conhecimento, em si mesmo e por si mesmo, jamais conseguiria dar acesso à verdade se não fosse preparado, acompanhado, duplicado, consumado por certa transformação do sujeito, não do indivíduo, mas do próprio sujeito no seu ser de sujeito. (ibid, p. 21) Se definirmos a espiritualidade como o gênero de práticas que

⁸ FOUCAULT, 2006, p.18. Os resultados de maior relevo dessa nova fase dos seus investimentos seriam os dois últimos volumes da sua *História da Sexualidade* (*O uso dos prazeres*, e *O Cuidado de Si*), ambos publicados em 1984, ano de sua morte.

⁹ ibid: 275.

postulam que o sujeito, tal como ele é, não é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, é capaz de transfigurar e salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito. (ibid: 24)

Para Foucault, portanto, a questão residia exatamente no surgimento do “subjativismo moderno”, porém, sem enxergar nisso a positividade de Croce. Posicionando-se na contramão de uma ciência do espírito, Foucault desejava reformular a noção antiga de “cuidado de si”, em que a busca filosófica se concentraria no conhecimento e na alteração da estrutura da própria subjetividade enquanto tal. Não cabe aqui, todavia, nos prolongarmos nessas apreciações. O que é decisivo no nosso contexto é que a revisão proposta por Foucault também rebate a sentença que encontramos em Croce com respeito à Estética. Se não faltava filosofia aos antigos, também não faltava estética? De novo acentuando alegações já encontradas em Hadot, Foucault passa a argumentar em favor de uma “estética da existência”, em que as reflexões estéticas não se dão sobre as obras de arte e sua fundamentação estilística, mas são parte integrante de uma “arte de viver”: quando o “cuidado de si torna-se coextensivo à vida” (ibid: 107). Hadot, mais tarde hesitaria sobre essa definição por entendê-la como “no sentido em que nossa vida é uma obra de arte que temos a fazer” (ibid:278). É compreensível a hesitação, pois isto em quase nada corresponde às práticas e ensinamentos antigos. Contudo, o que Foucault expressava nela era mais uma maneira de assimilar os acontecimentos da vida, sendo assim seria a própria subjetividade que estaria por ser feita como obra.¹⁰ Daí a radicalidade de sua revisão.¹¹

¹⁰ Hadot dá indícios de contrariedade com essa ideia. Para ele as escolas antigas propunham uma “superação de si”, ao invés de uma “cultura de si”. Continua difícil um argumento acerto quanto ao ponto. O que talvez ajude a entender a diferença entre os dois autores podem ser modalidades de concentração diferentes: Hadot ainda interessado fortemente na figura de Sócrates e nas escolas áticas, enquanto Foucault, apesar do forte interesse por Sócrates, se debruçava mais sobre as escolas helenísticas, especialmente o estoicismo. *Podemos encontrar, por vezes, a noção de “superação de si” nos estoicos (...), mas não nesta forma, por assim dizer, da gradação indefinida em direção ao que há de mais difícil encontrado na ascese cristã. Não se trata pois de ultrapassar os outros nem de ultrapassar a si mesmo; trata-se, sempre segundo aquela categoria de que lhes falava há pouco, de ser mais forte, ou de não ser mais fraco do que aquilo que pode acontecer. (...) O atleta estóico, o atleta da espiritualidade antiga, com efeito, também ele tem que lutar. Tem que estar pronto para uma luta, luta na qual tem por adversário tudo o que, advindo do mundo exterior, pode se apresentar: o acontecimento. O atleta antigo é um atleta do acontecimento. Já o cristão é um atleta de si mesmo.* (FOUCAULT, 2006, p. 388-389)

¹¹ Martin Heidegger, por exemplo, na sua célebre revisão da história da filosofia reconhecia já em Platão o início da Estética, porém mais devido à sua própria forma de ler os filósofos do que à essa radicalidade de revisão. Em outras palavras: porque em Platão a questão da arte já estaria em baseada em uma “particular interpretação do Ser” (in: *Nietzsche*. Vol. I. San Francisco: Harper & Row, 1991, p. 167)

Todavia, Foucault por seus próprios investimentos não se dedicou a traçar, como tão habilmente fazia, as questões e discussões propriamente artísticas que essa espiritualidade produzia. Ele já conhece não só os textos mais afamados (Platão, Aristóteles, Horácio, Luciano...) como o recém descoberto conjunto de textos de Filodemo de Gadara, dentre os quais o registro minucioso dos acirradíssimos debates entre as escolas helenísticas de filosofia sobre a questão da arte. E é então que nos voltamos com surpresa para a reivindicação de Wilde pela ancestralidade de sua estética da existência. Em paralelo e fora de todos os esforços de fôlego histórico e filosóficos do tipo de Foucault, Wilde chega a escrever literalmente que “a cultura de si próprio constitui o verdadeiro ideal do homem” (ibid: 145).¹² No entanto, olhando para o solo da questão podemos facilmente entender o atalho pelo qual Wilde traça sua descoberta. Nesse sentido, vale observar um depoimento de Umberto Eco de que somente na Inglaterra ele se depararia com uma cultura artística para a qual ao menos Aristóteles era ainda “tomado a sério”. Na sua Itália natal, graças especialmente a Croce, ele nunca tinha experimentado nem mesmo da *Poética* como referencial. (ECO, 2011: 229-230) Portanto, insular e com alguma resistência às veredas da filosofia continental europeia, na Inglaterra mesmo os críticos de formação, digamos, mais idealista mantinham forte vínculo com as produções antigas sobre a questão. Em especial, há da parte de Pater um enorme esforço de repensar as questões artísticas a partir de interlocuções com a filosofia epicurista – uma das quatro principais escolas da antiguidade – o que terminará sendo decisivo para a “nova estética”. Evidente que, assim como Foucault, Wilde não é um mero intérprete das escolas antigas e por isso suas reformulações não correspondem exatamente à meros reaproveitamentos daquelas – nunca foi esse o seu objetivo, como não o era um “retorno à antiguidade”. Atuou, no entanto, como o intérprete que pintava como o espírito crítico tornando suas releituras extremamente pertinentes ao que encontramos nos textos antigos. E em seus ensaios elencou dentre seus heróis estéticos não só os grandes nomes da filosofia antiga, mas com muito destaque aqueles que em geral são escanteados de todas as discussões conforme os parâmetros da filosofia moderna: Epicuro, é claro, mas também Luciano, Longino, Quintiliano, Dionísio, Frontão, Pausânias, e Plínio, o Velho (ibid: 106). E sobre isso ainda interessava discorrer um pouco a partir das leituras mais modernas dos textos de Filodemo; ainda que necessariamente de forma muito resumida.

¹² O que vale destacar a distinção que Foucault faz entre o “cuidado de si” e a “cultura de si”, mas que neste curto espaço não teremos chance de explorar.

É muito conhecida em geral a controvérsia com que Platão joga sua escola contra a arte tendo como ponto mais emblemático a expulsão dos artistas como conclusão de cidade ideal. Platão baseava-se numa discussão muito refinada da produção de uma obra de arte conforme sua ontologia das Ideias essenciais. O que por um lado limitará muito a área de atuação e de debate crítico de arte por parte dos acadêmicos ao menos até a virada neoplatônica com Plotino e ressignificação de uma vida contemplativa.¹³ Por outro lado, delimitou em grande parte as próprias possibilidades de crítica em geral estabelecendo os ditos critérios técnicos de avaliação (interpretação em acordo com a “lógica” da obra, espécie de gramática artística preocupada basicamente com o significado e a integridade)¹⁴ contra os não-técnicos (qualidades, digamos, propriamente estéticas). O que ele estabelece é o limite de uma análise objetiva que em nada se comprometa pela subjetividade do contemplador. O que em nada contraria as alegações de Wilde, que advoga que Platão assim se comporta justamente por admitir de antemão o poder da arte sobre a vida produzindo “no espectador e no ouvinte uma loucura divina” (ibid:151). Também muito conhecida é o giro aristotélico lançando a discussão da produção para a recepção da obra de arte – o que virá a ser o ponto de concentração dos debates posteriores e onde propriamente começa a se direcionar a ancestralidade reivindicada por Wilde. A diferença principal é que dessa forma entram em questão as próprias obras em lugar da abstração ideativa sobre “arte mimética” em geral. Como é característico do exercício peripatético, na *Poética* Aristóteles se debruça sobre as próprias peças dramáticas para fundar seus pontos de crítica. No entanto, apesar da importante virada, ele segue nas delimitações críticas da ontologia de seu mestre. Como consequência, nos séculos seguintes os peripatéticos desenvolvem uma crítica conhecida como *euphonista* que se concentrava nas composições poéticas para avaliar como elas jogavam com os elementos constitutivos a fim de geral o “bom som”, ou o grande efeito.

Mas mesmo essa visão – que Eco compara com uma biologia da arte¹⁵ – será fortemente criticada pelas duas escolas helenísticas, que configuram o ponto alto do desenvolvimento dessa ancestralidade da estética da existência. Ambas se posicionam fora da delimitação platônica e contra qualquer princípio regulador na arte. Cada qual, e à medida de suas próprias consolidações filosóficas,¹⁶ quer pensar a crítica segundo os critérios não-técnicos ou, nos termos que Wilde nos faz

¹³ Cf. PANOFKY, Erwin. *Idea*. São Paulo: Martins Fontes.

¹⁴ Bem resumidos e exemplificados no diálogo do segundo livro de *As Leis*.

¹⁵ E que Wilde reverencia como “perfeita obrinha” notando, contudo, ser “mal escrita” (ibid: 103).

¹⁶ Seria deveras muito valioso manifestarmos as diferenças brilhantes que constituem as quatro grandes escolas antigas, mas seria aqui um trabalho impossível. Assim, o negligenciamos em favor das conclusões que buscamos.

conhecer, como “ver as coisas como na realidade elas não são” (ibid: 122). Em outras palavras, ambas as escolas estão preocupadas é com o que pensa uma obra de arte e não como ela objetivamente se apresenta, mas sem cair no subjetivismo raso.

Os epicuristas, por exemplo, se opõem à crítica prática e técnica derivada especialmente da composição (sonora no caso dos poemas). Dois pressupostos são decisivos: todas as apreensões sensíveis são reais (em franca contradição à ontologia platônica), e o “prazer” é o único cânone – contudo, não se trata de hedonismo e sim de satisfação plena por estar vivo, de antemão não admitindo a contemplação artística como necessidade básica. Assim, não trata da beleza por regulação, nem se apoia na beleza do arranjo. A isso o próprio Filodemo contrapõe como mérito epicurista a procura por “noções comuns”: não há bem ou beleza inerente à obra, mas naquilo que ela pode oferecer no prazer da vida vivida na máxima satisfação das noções comuns, aquelas que de forma imanente condicionariam a plena realização de um ser. Não haveria, portanto, espaço para a mera avaliação de gosto individual, mas um critério não-técnico muito sério amparado pela ideia mesmo de noções comuns. É nesse sentido que se compreende o caráter do grande poema didático de Lucrécio,¹⁷ e ainda mais na criação da Arcádia nos poemas de Virgílio: uma espécie de paisagem espiritual, que não existe no mapa, mas que é alcançada como a existência mais elevada pela vida simples de pastores, mais preocupados em experimentar o pensamento de suas paixões do que em agir e cuidar de seus rebanhos.¹⁸ O que Wilde, e antes dele Pater, compreendeu muito bem ao associar exatamente como os antigos epicuristas a vida artística como aquela que se confunde com a dos deuses – da mesma maneira como a vida orgânica é esquecida na Arcádia para fazer coabitarem na paisagem homens e deuses em uma interação incrivelmente livre até então. Segundo Wilde, “o fim da arte é simplesmente criar estados de alma” (ibid: 143).

Enfim, é sabido que os estóicos estavam entre os mais afeitos às produções artísticas e em suas validações filosóficas; o que por certo também gerou confusões e alguns abusos. Mas, desde o hino de Cleantes que defendia que a forma de arte poderia trazer uma pessoa mais perto da verdade do que uma prosa filosófica, passando pelos esforços de Crisipo em tornar Homero um ancestral da escola, até as próprias criações dramáticas de Sêneca, e a dita “arte da representação” tão praticada

¹⁷ Como um auto proclamado epicurista contemporâneo como Harold Bloom literalmente precisa fazer questionar diante de uma poema: “*Onde está a sabedoria?*” (BLOOM, 2005).

¹⁸ “nesta Arcádia as coisas não são apreciadas por seu valor prático nem os homens por suas ações ou empreendimentos: o elemento poético dessa poesia é o que comove o ânimo, o que toca o delicado sentir.” (SNELL, 2012: 295)

por Epicteto e Marco Aurélio, fica evidente como essa escola aproximava elementos de sua doutrina ao fazer artístico e reconhecia nele um saber próprio. Sabemos agora pelos comentários de Filodemo sobre a crítica estóica que, como haveria de se esperar, eles também se posicionavam contra a regulação artística. Mas, especialmente na figura de Crates de Mallo, eles formularam sua postura crítica através de uma posição paradoxal entre *euphonistas* e epicuristas. Crates também está absolutamente interessado no pensamento de uma obra de arte, mas alega que isso deve ser avaliado sim pela *euphonia*. O que ele propõe é que há sim uma diferença natural (diga-se, imanente e própria à obra, e não à técnica) entre um bom e um mau poema, e que é o ouvido que discerne essa diferença. O brilhantismo da posição é que: a obra é avaliada na resposta subjetiva do ouvido, mas com base nos princípios que existem objetivamente no próprio poema e que são discernidos pelo ouvido. Conforme Asmis, tais princípios são “teoremas” [θεωρήματα] da construção poética, e constituem assim um verdadeiro e imanente “logos” [λόγος] singular da obra (1992: 155-156). Logo, eles existem naturalmente e suas presenças em poemas é julgada empiricamente pelo ouvido. Não é a composição, mas aquilo que “sobrevêm” à ela que é avaliado e, portanto, não é com audição que se pensa um poema mas com o seu ponto surdo. Em resumo, juízo pela percepção ao invés da razão. E, se uma obra tem logos imanente tal qual todas as coisas, é nesse sentido que toda uma problemática filosófica se apresenta aos estóicos sobre como viver livremente atendo-se apenas ao que está em nosso encargo,¹⁹ e do sábio como ator.²⁰ Conforme Wilde, “a técnica é a personalidade” (ibid: 161).²¹

Com esse quadro posto podemos já responder ao título retórico deste texto em observação aos objetos e funções da história da arte.²² A história da arte na antiguidade é exercício crítico importante, mas igualmente invisível ou, antes, ofício do não-visto. Mesmo de Platão à Plotino, conforme uma estética da existência seu trabalho não é catalogar ou depurar estilos, mas apenas uma cultura da própria personalidade (não confundir com culto do eu), isto é, o desenvolvimento mesmo de uma forma mais elevada de existência que não a vida orgânica e física. Se as escolas filosóficas dessa época da espiritualidade consistiam em exercícios para a transformação da subjetividade, a “história

¹⁹ Conforme a definição grave com que Epicteto abre seu *Manual* (2003: pos. 101).

²⁰ ibid: pos. 230.

²¹ Isto é, a construção poética ou artística em contraste com a “gramática” das regulações técnicas. É de fato curioso que Crates fizesse caso da distinção entre crítico e gramático em um sentido bastante wildeano. E uma passagem de Epicteto ilustra bem o por quê: “se eu me ater ao mero poder expositivo, chegamos ao ponto de que eu me transformo num gramático ao invés de um filósofo; apenas neste caso eu interpreto Crisipo no lugar de Homero. Portanto, quando alguém diz pra mim “leia-me Crisipo”, acaso eu não possa apontar as ações que não estão em harmonia e correspondência com o seu ensinamento, então eu certamente me sentirei envergonhado.” (ibid, 2013: pos. 554-562)

²² Cf. a temática do simpósio em que foi apresentada a comunicação.

da arte” ou “estética antiga” consistia em ser-exercitado por diferentes obras experimentando uma variedade de estados de alma, de pensamentos, para reconfigurar as próprias possibilidades de existência. E daí o seu caráter de não-visível, posto que ao invés de ser dar na erudição intelectual atuava na produção da existência e do real. Mas é aqui que damos a volta em direção à Wilde e aos perigos dessa nova/velha estética em que é a vida que está sempre à serviço da arte e não o contrário. Ou melhor, os perigos da não atenção aos seus limites quando se está à serviço de uma tal arte.

Para tanto, gostaria de relacionar rapidamente dois casos exemplares, um moderno e um antigo, um de matriz epicurista e outro estóico: o de Wilde e o de Nero. Dois casos trágicos, senão mesmo terríveis. O imperador romano teve como tutor ninguém menos que o próprio Sêneca, portanto, orientado por parâmetros estóicos. Mas parece ter compreendido de forma rasteira ou puramente literal o ensinamento. O sábio ator é aquele que sabe que atua, que justamente não se identifica com a personagem, mas que se entrega a sua encarnação. É aquele que se prepara para tudo aquilo que vier porque sabe estar atuando, sem ser o autor da peça. Assim, encontra-se em posição muito semelhante à do ator-intérprete de que falava Wilde: oferecendo sua existência (matéria nova e diferente) ao exercício de refinar a personagem. Nero, ao invés disso, passa a identificar na sua história pessoal os acontecimentos das peças e termina loucamente a se confundir com as personagens. Sabemos tanto por Suetônio quanto por Dion Cássio, que ao se apresentar ele já não vestia as máscaras teatrais, mas a sua própria máscara de cera (elemento tradicional da aristocracia romana), bem como escolhia interpretar passagens que identificava consigo, como a loucura de Orestes depois de ter assassinado a própria mãe. Por fim, a realidade se lhe torna de tal forma artificial que ele decide transformar um de seus vigias em sua mulher morta (e casa-se com ele/ela, depois de castrá-lo e maquia-lo), ou ainda propõe erradicar uma revolta cantando para os amotinados. Em resumo, ao invés do sábio ator que na posição de imperador atua como imperador, ele se torna um ator ocupando a vaga do imperador e atuando como ator. Ao invés de ser ele próprio, ele passa a ser uma mera personagem.²³ É nessas circunstâncias que ele acabará revelando não só que pode ser perfeitamente deposto, mas, conforme bem frisou Tácito, entregando o segredo de que o império é mesmo uma questão de atuação e não de linhagem. Morre vestido de plebeu, em casa de plebeu, agradecendo a punhada de um dos seus e afirmando: “Que grande artista o mundo perde”.

²³ A comparação com o imperador e filósofo estóico Marco Aurélio não poderia ser mais esclarecedora. “O seu próprio lugar, a sua própria matéria, a sua própria arte é o quanto lhe basta.” (2001: 84)

Quanto à Wilde sabemos bem como ele terminará esses anos tão produtivos e brilhantes: condenado por pederastia, preso e submetido a trabalhos forçados, por fim auto exilado e incapaz de produzir nenhuma grande obra apesar de todos os seus esforços. Morre num ambiente humilde, miserável, solitário e coberto de doenças, arrependendo-se de partir com um grito de dor. Todorov faz dele um caso muito interessante. Observa que Wilde já não podia mais escrever um novo romance, porque havia se tornado ele mesmo herói de um romance (2011: 98). Mas o ponto decisivo, diz Todorov, é que ele a despeito de todos os seus esforços e refinamentos não pôde seguir à risca seu próprio projeto estético, e no momento mesmo em que traiu este propósito tudo começou a ruir:

No dia em que tentou fazer sua vida entrar no jugo das normas impostas de fora, Wilde cometeu a única ação verdadeiramente culpada de toda a sua vida: foi quando tentou fazer com que o marquês de Queensberry fosse condenado. (...) para tentar fazer com que a lei fique do seu lado, ele teve de mentir, apresentar-se como modelo de virtude, dissimular e reprimir parte do seu ser – uma traição das exigências individualistas. Seu castigo foi então, de algum modo, bem merecido – ele foi punido por não ter seguido com escrúpulos suficientes seus próprios preceitos. (ibid: 47)

Por uma carta sabemos que Wilde se reconhecia de alguma forma nas três personagens principais do romance: Dorian era quem ele quisera ser, Lord Henry quem o mundo em geral acreditava que ele era, e Basil Hallward era quem ele acreditava de fato ser, o pintor, o artista. Seu mestre, Pater, já havia identificado o desacordo com o seu epicurismo na conclusão de *O Retrato de Dorian Gray*, e nele reconhecemos a imitação que a vida fará: o objeto de arte terminará por matar o artista e a si mesmo ao confundir o seu completo desenvolvimento de si com o corte das partes que não lhe agradavam.

O verdadeiro epicurismo visa a um desabrochar completo e harmonioso do organismo humano em sua totalidade. Por conseguinte, perder o sentido moral, por exemplo, os sentidos do pecado e da virtude, como os heróis do sr. Wilde se apressam a fazer com tanta rapidez e tão integralmente que lhes é possível, é perder ou reduzir toda a organização, é tornar-se menos complexo, é passar de um nível superior a um nível inferior de desenvolvimento. (apud: 36)

De fato, ocorre em meio ao processo um duplo movimento do romancista em um mesmo fato: enquanto ainda tem a oportunidade de exilar-se para escapar à prisão decide não fugir. Então, por um lado ele parece reconhecer a falta para com sua estética epicurista e chega a conclusão de que o castigo lhe é justo, independente do mérito da homossexualidade ser crime ou não. Mas ao mesmo tempo ele

revela o quanto já estava inteiramente dependente da opinião pública, e ao escolher ficar torna-se personagem de sua vida.

Referências bibliográficas:

ASMIS, Elizabeth. *Crates on Poetic Criticism*. in: Phoenix, Vol. 46, No. 2 (Summer, 1992), pp. 138-169.

CROCE, Benedetto. *Breviário de estética / Aesthetica in nuce*. São Paulo: Ática, 1997.

ECO, Umberto. *Ensaio sobre a literatura*. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2011.

EPICETETO. *Manual*. Ebook de Textos para Reflexão, 2013.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do Sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HADOT, Pierre. *Exercícios Espirituais e Filosofia Antiga*. São Paulo: É Realizações, 2014.

MARCO AURÉLIO. *Meditações*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

SNELL, Bruno. *A cultura grega e as origens do pensamento europeu*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

TODOROV, Tzvetan. *A beleza salvará o mundo*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

WILDE, Oscar. *Decadência da Mentira. E outros ensaios*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

OS LOUVORES À PINTURA NO TRATADO ARTE DA PINTURA, SYMMETRIA E PERSPECTIVA, LISBOA, 1615

Renata Nogueira Gomes de Moraes*

RESUMO:

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar como o dominicano Filipe Nunes, autor do tratado *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, publicado em Lisboa, em 1615, defendeu a arte da pintura. Em seu tratado de pintura, Filipe Nunes teve a preocupação em ressaltar a liberalidade e nobreza da pintura e, para isso, recorreu aos exemplos de tratadistas ibéricos e italianos, os quais tiveram a mesma preocupação. Entende-se que o tratado de Nunes foi relevante, visto que este foi escrito em um contexto cultural, no caso o vivenciado na Espanha e em Portugal, no qual os pintores reivindicavam a libertação das tutelas corporativas, que os categorizavam como artesãos.

Palavras-chaves: pintura, tratados, arte liberal, pintores imitação, intelecto.

THE PRAISES TO PAINTING IN ART OF PAINTING, SYMMETRIA AND PERSPECTIVE TREATY, LISBOA, 1615

ABSTRAT:

The present work aims to demonstrate how the Dominican artist Filipe Nunes, author of the treatise *Art of Painting, Perspective and Symmetry*, published in Lisbon in 1615, outlined the art of painting in his treatise. In his treatise on painting, Filipe Nunes was concerned with defending painting as a liberal and noble art and for this he used the examples of Iberian and Italian writers, who had the same concern. It is understood that the treaty of Nunes was relevant, since it was written in a cultural context, in the case of the one experienced in Spain and Portugal, in which the painters claimed the liberation of the corporative tutelas, that categorized them as artisans.

Keywords: painting, treatises, liberal art, imitation painters, intellect.

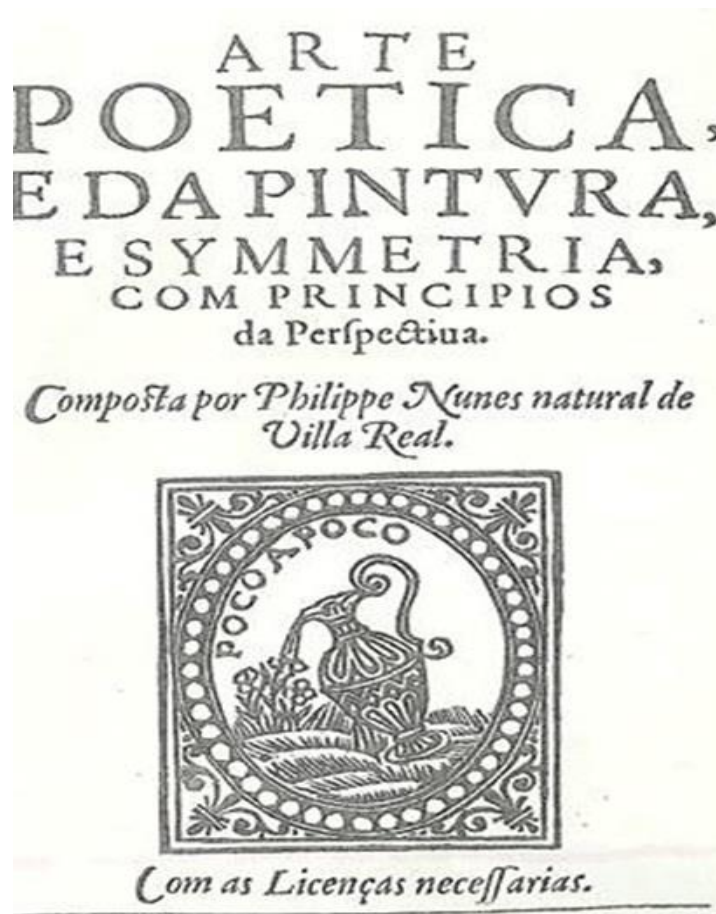
* Mestre pelo Programa de Pós Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha História Social da Cultura. Pesquisadora do grupo *Perspectiva Pictorium*, coordenado pelo Prof^o Dr. Magno Moraes Mello (UFMG). Email: remoraish@gmail.com

Introdução:

O *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*¹, publicado no ano de 1615, em Lisboa, integrou à tradição de tratados de pintura, cujo propósito era o de defender o ofício da pintura. De autoria do dominicano Filipe Nunes, o tratado teve duas edições diferentes: a de 1615 (FIG I), e outra em 1767 (FIG.II) Como ocorria comumente, o tratado *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, de 1615, foi publicado juntamente ao *Arte Poética*, um tratado cujo objetivo foi o de ensinar a métrica. Após essa edição, o texto é publicado novamente, isto é, no ano de 1767, no entanto, excluiu-se a seção *Arte Poética*. Portanto, compreende-se que a omissão desse texto justifica-se por uma questão importante, isto é, enquanto nos séculos XVI e XVII a pintura era defendida pela comparação com a poesia – o que justifica a publicação de um tratado de pintura juntamente a um de poesia, cujo conteúdo era destinado a ensinar a métrica –, no século XVIII os tratadistas portugueses objetivavam em ensinarem a perspectiva pela matemática, como é o caso do *Tractado da Prospectiva*, escrito pelo Pe. Inácio Vieira (1678-1739), no ano de 1715. (MORAIS, 2014, p.20). Dessa forma, nota-se que a preocupação dos setecentos em relação à pintura pode elucidar a reedição do *Arte da Pintura*, em 1767.

¹ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introductório*. Porto: Paisagem, 1982.

Figura 1- Edição de 1615.

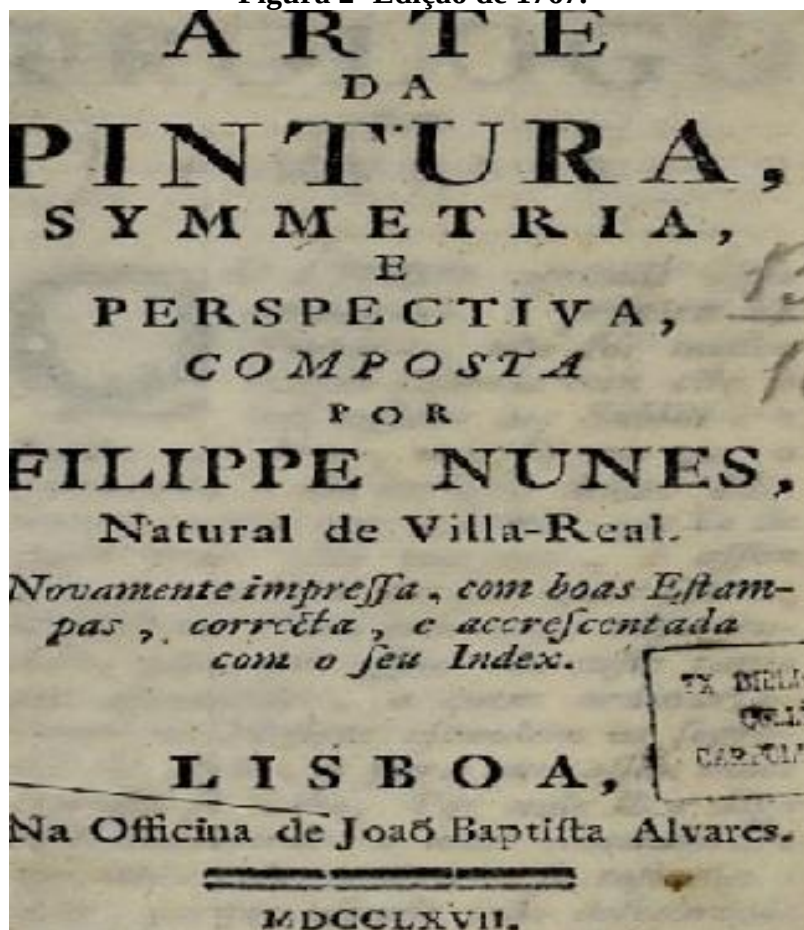


Fonte: NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria e perspectiva*. Lisboa, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982

Em relação ao conteúdo presente no tratado *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, observa-se que o mesmo é dividido em quatro partes. 1) *Prólogo aos Pintores*, 2) *Louvores da Pintura*, 3) *Princípios Necessários a Pintura: perspectiva e simetria* 4) *Arte da Pintura*. Com efeito, na primeira parte, Nunes expõe seus objetivos, isto é, ensinar a arte da pintura a todos àqueles que queriam aprendê-la. Nesse ponto, o tratadista português ressalta ainda que os preceitos sobre a perspectiva e a simetria poderiam servir também aos mestres. Prosseguindo, a segunda parte dedica-se a defender a pintura como uma arte liberal e nobre – contrapondo àquela visão que a via como uma prática artesanal – e, para isso, o religioso sedimenta sua argumentação nos discursos dos tratadistas ibéricos e italianos. Já na terceira parte, Filipe Nunes apresenta a pretensão de ensinar os elementos como a perspectiva e a simetria, os quais concediam intelectualidade à prática pictórica. Na última parte, reservada ao final do texto, o tratadista cuida de demonstrar aos seus leitores a mistura de

pigmentos e das tintas, a aplicação destas em determinadas peças e a maneira pela qual se poderia obter certas tintas e polimentos, orientando aos pintores em um verdadeiro receituário técnico. Dadas essas questões, o objetivo do artigo é trabalhar alguns pontos da segunda parte do tratado *Arte da Pintura*.

Figura 2- Edição de 1767.



Fonte: NUNES, Filippe. *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*. Lisboa: Officina João Baptista Alvares, 1767. Disponível em: <<http://purl.pt/777>>. Acesso em: 14 Dez 2011.

Para compreender as origens dos tratados, gênero que marcou o texto *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, do português Filipe Nunes, é necessário voltar ao século XV italiano, já que nesse lugar surgiu a necessidade de teorizar a prática pictórica. Essa mudança foi muito relevante para os séculos posteriores, visto que, anteriormente, os autores medievais escreveram textos sobre a pintura do ponto de vista teológico e moral. De acordo com o pesquisador BLUNT (2001), a geração de 1420 concebeu a representação do mundo exterior ancorado nos princípios da razão humana. Nota-se que essas ideias se encontravam expressas nos escritos do tratadista italiano Leon Batista Alberti, no entanto, no *Trecento* já ocorreria uma tentativa de teorização sobre a arte, caso do pintor italiano

Cennino Cennini (1370-1440), o qual escreveu o seu *Il libro Dell'Arte* (escrito no final do século XIV).

O texto do arquiteto italiano Alberti, *De Pictura*, escrito em língua vernacular, no ano de 1436, é um tratado importante por dois motivos: em primeiro lugar, porque sua configuração foi seguida em tratados posteriores, como, por exemplo, o do português Filipe Nunes; em segundo, por defender a ideia de que a pintura seria regida pela razão humana e pelo intelecto, o que se corrobora quando Alberti chama a atenção para a relevância da matemática na pintura. Além do arquiteto, o pintor Leonardo Da Vinci (1452-1519) também afirmou a liberalidade da pintura no *Tratado da Pintura*, publicado em 1641. (LICHTENSTEIN, 2004).

Como foi comentado anteriormente, o tratado *Arte da Pintura* (1615) é de autoria do dominicano português Filipe Nunes. Afinal, quem teria sido Filipe Nunes? Um filósofo? Um teórico? Um pintor? Um religioso? Um estudioso da perspectiva? Para uma melhor compreensão sobre quem teria sido Filipe Nunes, principiamos com a discussão sobre as dúvidas e as imprecisões a respeito de seus dados biográficos e seus textos religiosos. Para isso, elencamos dois autores: a historiadora Leontina Ventura (1982) e o pesquisador Paulo Jorge Pedrosa Santos Gomes (1996), cujos trabalhos se dedicaram ao estudo de Nunes. Em relação à biografia de Nunes, permanece um silêncio, constatação que pode ser motivado por duas questões: em primeiro, o fato de o estudo do tratado ser negligenciado por muito tempo e, em segundo lugar, a lacuna justifica-se pela falta de testemunhos escritos que informem sobre a sua vida, formação e seu aprendizado. Com efeito, a pesquisa de Paulo Jorge Pedrosa Santos Gomes comprova o segundo motivo, pois, embora fosse meticoloso e preciso em sua pesquisa, o professor constatou dificuldades em encontrar alguns documentos, tais como o registro de batismo, que poderiam fornecer informações inéditas sobre Filipe Nunes. A respeito da dificuldade que constatou em relação à documentação consultada, Paulo Jorge Pedrosa Santos Gomes esclarece que:

A despeito de termos indagado todos os registros de batismo na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Vila Real, referentes ao período compreendido entre 1561 e 1576, nomeadamente das paróquias do concelho que possuem registros do período em causa, como Andraes (1570-...), Arroios (1574-...), Lordelo (1555-...) e Parada de Cunhos (1563-...), não fizemos qualquer achado. Se F.N pertencia à paróquia de São Dinis, que, tal como a de São Pedro, constituía uma das maiores paróquias de Vila Real, nela nada encontramos, porquanto só existem registros posteriores a 1643. (PEDROSA, 1996, p.7)

Assim, abaixo se pretende abordar os seguintes pontos: Em primeiro, abordar-se-á a tratadística ibérica, pois ela diferenciou-se da italiana em função da defesa da liberalidade da pintura. Em um segundo momento, far-se-á uma breve explanação da situação da pintura e do pintor em Portugal e, por fim, discutir-se-á a forma com que Nunes defendeu a pintura.

2. A tratadística ibérica:

Quando se analisa o tratado *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva* é possível perceber que existiam duas maneiras de defender a pintura: pela demonstração dos princípios da matemática e pela exaltação da nobreza e antiguidade da pintura. Nesse caso, interessa-nos abordar o segundo aspecto, porquanto o tratado de pintura de Filipe Nunes encontrava-se imerso na tratadística Ibérica (Espanha e Portugal), que tinha como principal objetivo defender a pintura do valor mecânico que lhe era atribuída. A respeito desse ponto, o historiador Vitor Serrão (2011) comenta que existiu uma diferença entre a tratadística ibérica e italiana do fim do século XVI, pois, enquanto a primeira constituía-se por um teor mais prático e de caráter social, a italiana foi marcada pela defesa da arte em um sentido mais ideal, teórico e estética.

Em relação ao aspecto mais social dos tratados, Vitor Serrão (1983) define os escritos de arte do fim do século XVI como uma espécie de literatura de protesto, cujo objetivo era valorizar a *liberalité* da pintura e o *status* elevado dos pintores. Por essa razão, “[...] artistas de maior consideração buscaram no tratadismo italiano e castelhano, bons argumentos para sedimentar sua luta junto às autoridades.” (SERRÃO, 2011, p. 74). Em conformidade com Serrão, Nuno Saldanha (1995) também destaca que a defesa da liberalidade da pintura encontrava-se na literatura crítica, constatada nos tratados de Francisco de Holanda, Filipe Nunes, Luís Nunes Tinoco ou Félix da Costa.

Considerando a ideia da literatura de protesto, compreende-se que dois fatores explicam as diferenças existentes entre os tratados ibéricos e italianos: em primeiro lugar, entende-se que a ausência em Portugal, durante os séculos XVI e XVII, de uma academia de arte – que ensinasse a prática pictórica ou que refletisse sobre a teorização da pintura – levaria à produção de manuais práticos, que privilegiassem discussões relativas à defesa da pintura; em segundo lugar, entende-se que as diferenças existentes estavam ligadas às reivindicações de ordem econômica, social e artística dos pintores, os quais tinham em suas pautas três pontos importantes: serem livres dos impostos, terem seu *status* social elevado àquele de artistas e, por fim, terem sua arte reconhecida como liberal,

gerando, consequentemente, a elevação da pintura como uma atividade do intelecto, e não das mãos. Completando essa afirmação, os pesquisadores Magno Mello e Henrique Leitão (2005) comentam que escritos no século XVI e XVII, como os textos de Luís Nunes Tinoco e os de Félix da Costa, não discutiriam os problemas essenciais da pintura, mas apenas a liberalidade e a nobreza dessa arte. A partir das questões apontadas neste parágrafo, inferem-se duas questões que explicam as peculiaridades da tratadística ibérica: a primeira diz respeito ao fato de a defesa da liberalidade e da nobreza da pintura não ser uma preocupação somente dos pintores, mas também dos tratados de pintura, funcionando os textos como um instrumento de reivindicações dos primeiros.

Outra característica que também marcou os escritos de arte ibérica foi a defesa da pintura do ponto de vista teológico, moral e espiritual, fato motivado pela instalação do Concílio de Trento (1545-1563). De fato, compreende-se que a escrita e a publicação do tratado de Filipe Nunes, bem como de outros tratados ibéricos, estão inseridas em um contexto em que vigorava a estética Tridentina, a qual previa: a capacidade de instrução, a propaganda, a clareza e o estímulo à piedade e às emoções. Pela análise do texto de Nunes, conclui-se que Filipe Nunes incorporou em seu texto a ideologia do Trento, tal como o fez o espanhol Francisco Pacheco (1564-1644), em seu tratado *Arte da pintura*², escrito em 1638, mas publicado apenas parcialmente, em 1649. Logo, entende-se que para estabelecerem a relevância da representação pictórica, Francisco Pacheco e Filipe Nunes incorporaram em seus tratados as concepções dos Santos Padres, teóricos conhecidos por participarem das lutas iconoclastas entre os séculos II e VII.

Conforme comentado, o texto de Nunes integrou um rol de tratados ibéricos, os quais “louvaram a pintura”. A exemplo, pode-se citar o tratado do espanhol Gutierrez de Los Rios (1566-1606), *Noticia general para la Estimación de las Artes [...]*³, publicado em 1600. A respeito disso, a historiadora Leontina Ventura (1982) aponta que existiu uma relação entre os textos de Nunes e Los Rios, uma vez que o *Arte da pintura, Symmetria e Perspectiva* apropriou-se do texto de Los Rios, alterando o vocabulário, abreviando ou aumentando os dados retirados. Além de Los Rios, Filipe Nunes recorreu ao escrito do tratadista Juan D’Arfe⁴, cujo tratado defendeu a relevância dos preceitos

²PACHECO, Francisco. *Arte de la pintura*. Sevilla: Simon Faxardo, 1649. Disponível em: <[http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=17&posicion=5&forma=fi cha](http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=17&posicion=5&forma=fi%20cha)>. Acesso: 14 Jun 2011.

³DE LOS RÍOS, Gaspar Gutiérrez. *Noticia general para la Estimación de las Artes, y de la manera en que conocen las iberales de las que son mecánicas y serviles, con una exortación a la honra de la virtud y del trabajo contra los ociosos, y otras particulares para las personas de todos estados*. Madrid: Pedro Madrigal, 1600.

⁴D’ARFE, Juan. *De Varia Commensuración para la Escultura y Architectura*. Sevilla: Andrea Pescioni Y Juan Leon, 1585. Disponível em: <<http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000092891&page=1>>. Acesso: 12 Fev 2012

da matemática na escultura com o propósito de afirmar que esta exigiria o intelecto, ao invés das mãos. Assim, acredita-se que Filipe Nunes tenha usado o tratado de D'Arfe pelo fato de este defender a dimensão intelectual da arte, uma vez que a *Arte da Pintura* também desempenhou a função de ressaltar a importância dos elementos científicos da pintura, tais como a perspectiva e a simetria.

Assim como os textos espanhóis, os tratados de pintura portugueses também integrariam o universo cultural artístico de Filipe Nunes e, por isso, nas linhas que se seguem torna-se necessário elencar alguns deles. Ao pensar em tratados portugueses, é inevitável não se lembrar dos escritos do português Francisco de Holanda (1517-1584), cujo texto pode ter sido uma referência para os tratados posteriores, uma vez que Holanda foi um dos primeiros tratadistas a defenderem a pintura da pecha mecânica. Sobre essa questão, Ventura (1982) aventa uma possível relação entre Nunes e Holanda ao dizer que: “[...] apesar de não ter citado e, de altura, não se ter impresso, persuadimo-nos que Filipe Nunes conhecia o tratado *Da Pintura Antiga* de Francisco de Holanda donde terá tomado ideias [...]”. (VENTURA, 1982, p. 52).

A partir das colocações anteriores, conclui-se que Filipe Nunes esteve imerso em um contexto no qual haveria a produção de dois tipos de tratados: os “científicos” e aqueles que advogaram pela nobreza e liberalidade da pintura. Crê-se que esse segundo aspecto levou o dominicano a escrever o seu tratado, o que pode justificar a aceitação imediata do *Arte da Pintura* no mercado, conforme apontou Vítor Serrão (2011). Portanto, acredita-se que o tratado *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva* está localizado em um lugar relevante, isto é: entre *Da Pintura Antiga* (1548), de Francisco de Holanda e *o Elogio da Pintura* (1687), de Luís Nunes Tinoco.

2. O lugar da pintura e a condição do pintor:

É interessante notar que o tratado *Arte da Pintura* está intimamente relacionado com o ambiente artístico cultural dessa época. Em geral, os tratados ibéricos eram inerentes à situação do pintor, o que fundamenta a defesa da pintura como um ofício que se utiliza do intelecto, ao invés das mãos. Nesse sentido, o historiador Vítor Serrão confirma essa relação ao dizer que: “[...] os tratados incorporaram em si o desejo de libertação dos produtores de imagens, sistematizando os argumentos possíveis para se apoiarem nessa luta, e auferindo na época em que foi publicado por isso mesmo, de um papel relevante”. (SERRÃO, 1983, p.15).

No que tange ao lugar da pintura, Nunes demonstra no *Prólogo* o lugar da pintura e relata como o aprendizado da pintura em Portugal era escasso e burocrático:

O que me moveu a fazer isto foi a falta de quem trate de tal matéria ou tema. Além disso, ele dá a chance àqueles que sabem, de saírem com mais experiências e aos aprendizes (de quem os mestres escondem os segredos das artes) de aprenderem mais depressa e com menos custos.⁵

Em outro trecho, Filipe Nunes demonstra que também estava informado sobre a posição da arte da pintura na Espanha, como é possível perceber a seguir:

Conforme ao costume da Espanha é liberal estar arte, porque estando estabelecido por lei del Rey do João segundo de Castela, que os Cavaleiros armados pera gozar de seus privilégios não uzassem de officios baixos & particularizando todos, não nomea a pintura. E nas premáticas sobre trazer sedas, lib 2.tit.12.li17 torna a contar os officiaes que não podem trazer, e não conta entre eles aos Pintores.⁶

A partir de 1577, surge um interesse dos pintores de afirmarem seu ofício como nobre e liberal. Nesse sentido, dois aspectos caracterizariam o ambiente artístico do século XVI: em primeiro, nota-se que os pintores eram obrigados a pagarem pesados impostos e tinham sua atuação limitada por estarem ligados às corporações de ofício; em segundo, as aprendizagens ocorriam dentro das oficinas e de maneira burocrática. Ademais, não existiria uma diferenciação entre as profissões, porquanto os livreiros encontravam-se categorizados juntamente aos pintores de dourado, óleo, têmpera e fresco. A partir do final do século XVI, essa situação irá se alterar, já que os pintores ressaltariam, em suas petições direcionadas ao rei, o valor da pintura de imaginária a óleo, em detrimento das outras modalidades. Por essa razão, houve conflitos entre os pintores das outras modalidades e aqueles que praticaram a pintura a óleo, considerados na época os legítimos produtores de imagens.

Em relação às aprendizagens, estas se mostravam muito precárias, visto que para aprender um ofício, no caso a pintura, firmava-se um contrato entre os mestres e seus aprendizes, os quais tinham como representante seu pai ou um tutor. Nesse contrato, definia-se a função dos aprendizes e mestres, o período de aprendizagem e o estabelecimento de um exame de aprovação para a ascensão na

⁵NUNES, Philippe Nunes. Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 69.

⁶NUNES, Philippe Nunes. Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 69

profissão ao fim do contrato. O período de aprendizagem duraria em torno de três a nove anos e, nesse tempo, o mestre era responsável por ensinar o ofício e por fornecer alimentação e cama ao seu aprendiz, o qual deveria também ser serviçal do seu professor, além de aprender a profissão ensinada. (SERRAO, 1983, p.190). Embora servisse para orientar a relação entre os mestres e seus aprendizes, os contratos esboçavam as condições precárias para ambos, pois o aprendiz deveria pagar pesados tributos, caso quisesse romper o contrato, por sua vez, o mestre também deveria cobrir as despesas do aluno se o prazo firmado para aprendizagem, estipulado no contrato, fosse estendido. Sendo assim, é perceptível que a situação era limitadora tanto aos mestres quanto aos aprendizes, os quais não tinham o direito de se ascenderem profissionalmente só pelo fato de integrarem uma oficina.

Assim, considera-se que o lugar da pintura e as condições do pintor levariam, de certa forma, à valorização da pintura por meio de tratados que buscaram argumentar que a pintura era um ofício nobre e liberal por ser praticado desde a Antiguidade.

3. Um louvor à pintura por Filipe Nunes:

A música pode ser chamada de irmã da pintura, pois ela é dependente da audição, o sentido que vem em segundo lugar, e sua harmonia é composta da união de suas partes proporcionais. [...] mas a pintura supera e tem um posto mais alto que a música, porque ela não desaparece tão logo nasce como é o destino da música infeliz.⁷

O trecho acima compõe o tratado de Da Vinci, o qual teve por objetivo de elevar a pintura ao *status* de uma arte relevante, tal como a poesia e a música, consideradas nobres e liberais. Como foi dito, Leonardo Da Vinci integrou à tradição tratadística italiana, cuja influência foi inevitável em tratadistas posteriores, como foi o caso de Filipe Nunes. Ao empreender uma análise do *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, é possível notar que o dominicano absorveu a argumentação daquela tradição para defender a pintura como arte liberal. Afinal, o que se entenderia por artes liberais? Quais eram estas?

Como Arte Liberal, de acordo com a concepção imposta desde a Idade Média, entende-se como os sete conhecimentos que se utilizariam do intelecto, sendo aquelas divididas em dois grupos: o *Quadrivium*, composto pela geometria, aritmética, astronomia e a música, e o *Trivium*, que abarcava

⁷ DA VINCI, Leonardo. Anotações de Leonardo de Da Vinci por ele mesmo. Tradução: Marcos Malvezzi Leal e Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Mandras, 2004. p.165.

a gramática, a dialética e a retórica. (BAZIN, 1989, pp5-6). Para entender as discussões que estão expostas no tratado de pintura de Filipe Nunes, é necessário voltar à Antiguidade, uma vez que nesse período encontram-se as origens da atribuição negativa dadas àqueles que exerciam os ofícios manuais. Assim, vê-se que essa discussão esteve presente no século XV e XVI, porquanto a gravura do flamengo Cornelis Cort (1533-1578) esboça a importância da Geometria, considerada uma Arte Liberal. (FIG.3)

Figura 3- As Sete Artes Liberais da Idade Média: Geometria



Fonte: Disponível em: < <https://pedromotasite.wordpress.com/2015/11/26/as-sete-artes-liberais-as-sete-artes-liberais-da-idade-media-segundo-gravuras-de-cornelis-cort-1565/> > Acesso em: 02/11/2017.

Em geral, as artes manuais carregavam um estigma negativo, o que pode ser justificado quando se recorre aos escritos do arquiteto Leon Batista Alberti. Conforme o arquiteto italiano, na Grécia um édito teria sido promulgado proibindo que os escravos praticassem tal arte por conta de se entender que a pintura era digna dos engenhos e da alma livre. (LICHTENSTEIN, 2004, p.94). Já na Roma medieval, é possível notar que, em resposta à queda do Império Romano e ao progresso técnico dos bárbaros, os intelectuais romanos assumiram uma aversão contra qualquer progresso técnico, valorizando o intelecto em face dos ofícios manuais. Portanto, será a partir desse período que todas

as profissões que usavam as mãos serão vistas com descrédito, o que se confirma em relação à prática da pintura e da escultura e de seus cultores. (BAZIN, 1989, p.6)

Com consequência, vê-se que o legado negativo que pesava sobre a pintura e seus praticantes levou Filipe Nunes a persuadir seus leitores pela crença na superioridade do trabalho intelectual sobre o trabalho manual em *Louvres da Pintura*, parte integrante de *Arte da Pintura*. Para cumprir seus objetivos, o Dominicano demonstra a compressão que se tinha por artes mecânicas e artes liberais. Pelas últimas, ele entendeu como as artes que exercitavam o entendimento ou o intelecto (considerado a parte livre e superior do homem), sobretudo por ser uma faculdade que estimula diversas outras operações, como aprender, compor, julgar e discorrer – habilidades necessárias a outras artes e ofícios, como a arquitetura, por exemplo.⁸ Assim, considerando as características apontadas, o exercício das artes liberais era permitido somente aos homens livres. Em contrapartida, as artes mecânicas foram definidas como aquelas que usavam as mãos, sendo proibida tal prática publicamente por parte dos nobres romanos.⁹ Por fim, para endossar sua argumentação, Filipe Nunes relata a posição social dos pintores antigos ao dizer que:

Os professores de pintura, sendo livres e filhos de livres, havemos constituído, que não sejam empadroados por sua cabeça, que nem em nome de suas mulheres e filhos estejam sujeitos aos tributos, que não sejam obrigados a registrar seus escravos bárbaros no registro censual.¹⁰

Em função do espaço limitado, não é possível fazer uma análise profunda da seção *Louvres da Pintura*, entretanto, apresentaremos alguns argumentos usados por Nunes para entender que a pintura era um ofício que se utilizava do entendimento. Assim, abaixo abordar-se-ão dois pontos que fundamentam a defesa da pintura como arte liberal: *A Antiguidade da Pintura* e *a Ut Pictura Poesis*.

3.1 A Antiguidade da Pintura:

Seguindo o discurso dos tratadistas citados, como o de Leon Batista Alberti, Filipe Nunes empreenderá a defesa da pintura usando os elementos da retórica para a construção dos seus

⁸ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura*, Symmetria, e Perspectiva. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 75.

⁹ *Idem. Ibidem. Loc. cit.*

¹⁰ *Idem. Ibidem. Loc. cit.*

argumentos em *Arte da Pintura Symmetria e Perspectiva*. Nesse sentido, um dos artifícios retóricos usadas por Nunes para defender a prática pictórica como um ofício liberal, foi a volta aos exemplos da Antiguidade. A pesquisadora Raquel Quinet (2004) confirma o aspecto persuasivo do texto de Nunes ao dizer que: “Filipe Nunes, não se distinguindo do quadro geral da época, também prescreveu ao pintor o emprego das categorias retóricas.” (QUINET, 2004, p.1). Ainda conforme Justiano Maciel (2011), a prática de evocar os escritos antigos é observada desde Vitruvius, quando o mesmo utilizou as referências gregas em seu tratado de arquitetura.

Para proceder de maneira retórica, Filipe Nunes respalda sua afirmação da autoridade da arte da pintura nos relatos do historiador romano Plínio, o Velho (23.d.C- 79 d.C.). Por conseguinte, o uso das colocações de Plínio comprova-se no tratado de pintura de Filipe Nunes quando se diz que “A autoridade e estima que se teve antigamente esta arte se pode vê do que diz Plinio. Lib 35 à cap. I [...]”¹¹ Além de Nunes, outros tratadistas usaram o texto de Plínio, como é o caso de Alberti. Segundo Cecil Grayson (2000), a falta de uma teoria da arte da pintura, sobre a qual o italiano pudesse modelar-se, fez com que o arquiteto italiano recorresse aos exemplos greco-romanos, baseando-se notadamente nas colocações de Plínio, o qual: “[...] recolheu muitos outros fatos semelhantes pelos quais se pode saber que os pintores gozavam, perante todas as pessoas, grande prestígio [...]”¹² Baseando-se no relato de Plínio, e procedendo da mesma forma que Alberti e outros tratadistas, Filipe Nunes elenca alguns pintores da Antiguidade (Polignoto, Aglaophon, Zeuxis, Parrásio, Nicômano, Apeles, Polycleto, Aristides e Thebano) para demonstrar a importância da pintura na Antiguidade. Por conseguinte, o tratadista português ressalta as qualidades ou a posição de cada um desses pintores, como se vê abaixo:

Tenham os pintores lugar muito honrado (diz Patricio...) porque com a honra deles se animem a procurar maiores honras e assim, também, dá ânimo aos que querem aprender tal Arte, como diz o Poeta... Não se pejou ou envergonhou aquele grande Fabio patrício romano, do qual se dizia que vinha por linha direita do qual se dizia que vinha por linha direita do grande Hércules, não se desprezou de aprender e a usar e tanto que dela tomou o sobrenome, chamando-se Fabio pintor.¹³

¹¹ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 71.

¹² ALBERTI, Leon Battista. *Da Pintura*, 1436. In: GRAYSON, Cecil. *Introdução*. Edição traduzida por Antônio da Silveira Mendonça. Campinas – SP, Unicamp, 2009. p. 98.

¹³ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 75.

Ainda sobre os exemplos referentes à Antiguidade, Filipe Nunes argumenta usando exemplos de homens importantes desse período, os quais tiveram com praxe comum aprender a arte da pintura. Um exemplo é quando Nunes diz que: “Philippe Macedônio, e seu filho Alexandre muitas vezes se achavam na tenda de Apelles pela grande recreação que tinham em ver pintura, e portanto floresceu esta Arte tanto em seus tempos.”¹⁴ Em outro trecho do *Arte da Pintura*, comenta-se que figuras romanas importantes, como Fábio (o pintor) ou o Imperador Alexandre Severo, que exerceram publicamente a pintura, considerada uma Arte Liberal no período.”¹⁵ Por fim, Filipe Nunes traz outros exemplos relevantes que denotam a presença da pintura na Antiguidade.

Nem a desprezou Marco Antônio imperador doutíssimo, pois a aprendeu e exercitou com o Diógenes. Platão, que nela exercitou e foi curiosíssimo dela. Cícero diz dela que sempre foi afeiçoado também teria sido curioso dela, já Alexandre incentivaria que as pessoas a praticassem.¹⁶

Embora breves, os exemplos acima demonstram que Filipe Nunes lançou mão de uma retórica comum a outros tratadistas, isto é, afirmar a importância da pintura e dos pintores na Antiguidade, considerada uma época de ouro para muitos contemporâneos do dominicano. Dessa forma, vê-se que o objetivo da argumentação empreendida foi a de tirar a pintura do estigma mecânico que lhe era atribuída.

3.2 *Ut Pictura Poesis*:

Além da evocação retórica da Antiguidade, é possível apontar que a argumentação de defesa da pintura deu-se de outras formas, como pelo preceito horaciano do *Ut Pictura Poesis*. Usado comumente nos tratados do século XVI, o conceito lança mão das características da poesia para afirmar a liberalidade e a nobreza da pintura. Essa relação pode ser constatada no título da publicação de 1615 (*Arte Poética, Arte da Pintura. Symmetria e Perspectiva*), contudo, Jorge Santos Gomes Pedrosa (1996) afirma, a partir da análise do prólogo ao leitor (presente em *Arte Poética*) e do prólogo ao pintor (presente em *Arte da Pintura*), que se trata de dois tratados independentes. Apesar de

¹⁴ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 74.

¹⁵ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 74.

¹⁶ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Craesbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 74.

autônomos, porquanto no *Arte Poética* objetivou ensinar a métrica, pode-se supor que o Dominicano tenha tido consciência da importância do conceito *Ut Pictura Poesis* para a defesa da pintura.

Embora não tenha esboçado claramente o paralelismo entre pintura e poesia, Filipe Nunes lançou mão dessa relação para elevar o *status* da pintura e essa questão fica evidente já no título do tratado, bem como nos argumentos utilizados. Dessa forma, aventa-se que tratado de Nunes estava inserido no grupo de tratados portugueses, os quais também comparavam a pintura com a poesia ao nível retórico, mas não analisavam suas regras internas do ponto de vista filosófico, como apontou Nuno Saldanha (1995). Nesse sentido, vale lembrar que, apesar do dominicano não discutir a relação entre poesia e pintura do ponto de vista da filosofia, o mesmo apropriou-se das qualidades presentes na poesia para defender a pintura, como, por exemplo, a ideia de imitação e a capacidade de clareza.

Ainda sobre a relação entre pintura e poesia, vê-se que Filipe Nunes em um trecho coloca a pintura acima da poesia, visto que ele diz: “Serve mais a pintura, pois vendo as façanhas e casos pintados, nos excitamos e nos animamos para cometer atos semelhantes do que se as lêssemos em historiadores.”¹⁷ A partir da análise desse excerto, é possível dizer que o dominicano valorizou a visualidade em detrimento da palavra escrita, exaltando, assim, a superioridade da arte da pintura. Em relação a isso, o pesquisador Nuno Saldanha (1995) aponta que a valorização da pintura, em detrimento de outras artes, se daria pelos seguintes pontos: poder da visualidade da pintura, a qual ganhará mais notoriedade em função do contexto científico, e a capacidade das imagens em ensinar e mover afetos. Assim, é possível dizer que:

A teoria desenvolvida em Portugal, salvo a exceção de Francisco de Holanda, pouco teve a ver com as formas literárias mais elaboradas de Paragone, que se desenvolveram pelo resto da Europa analisando mais detalhadamente a natureza específica de cada arte. Deste modo, as correntes, que aqui adquiriram maior divulgação estão diretamente relacionadas com a produção de textos que lutam em favor da consideração da Pintura como arte liberal. (SALDANHA, 1995, p.197.)

Alguns historiadores, como Antony Blunt (2001), consideram que teria sido Leonardo da Vinci o primeiro a colocar a pintura como uma arte superior em relação à poesia, pois, em um trecho das suas anotações, considerou que “[...] se o poeta sabe como descrever e escrever a aparência das formas, o pintor é capaz de fazê-la parecerem vivas, com luzes e sombras que criam a própria expressão dos rostos, pois o poeta não consegue reproduzir com a pena o que o autor obtém com o

¹⁷ NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria e perspectiva*. Lisboa, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982. p. 71.

pincel.”¹⁸ Em um posicionamento semelhante, o tratadista português Francisco de Holanda afirmou a superioridade da pintura em relação à poesia, ao dizer que a “[...] poesia mais muda que a pintura.” (DESWARTE, 1987, p.30). Dessa forma, percebe-se que haveria uma tradição que respaldou a consideração da pintura acima da poesia, a qual foi seguida por Filipe Nunes.

Conclusão:

Este artigo objetivou apresentar ao leitor como o tratado, *Arte da Pintura, Symmetria e Perspectiva*, encontrava-se em um contexto, no qual é possível perceber que a defesa da pintura integrava o cotidiano de pintores e tratadistas espanhóis e portugueses do século XVI e XVII, como foi o caso do dominicano Filipe Nunes. Salientou-se também que a escrita daquele tratado pode ter sido motivada por outra questão, isto é: a pintura era um instrumento importante para a afirmação das verdades da Igreja e, por isso, suas características, como a clareza, deveriam ser ressaltadas.

Acima, apresentamos apenas dois aspectos argumentativos utilizados por Nunes para defender a pintura, ou seja, a ideia da antiguidade da pintura e o conceito do *ut pictura poesis*, porém, em trabalhos posteriores será possível demonstrar como o tratadista português se utilizou de outros pontos importantes para afirmar a relevância da pintura e daqueles que a praticavam.

REFERÊNCIAS:

- BAZIN, Germain. *História da História da Arte*. Tradução Antônio de Pádua Daneis. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- BLUNT, Anthony. *Teoria Artística na Itália*. 1ªed. Tradução: João Moura Jr. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- GOMES, Paulo Jorge Pedrosa Santos. *Arte Poética: um tratado maneirista de métrica*. 1996. 203f. (Dissertação de mestrado em Literatura) – Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra. Coimbra.
- GRAYSON, Cecil. Introdução. In: ALBERTI, Leon Battista. *Da Pintura*. Tradução: Antônio da Silveira Mendonça. São Paulo: UNICAMP, 2009.

¹⁸ DA VINCI, Leonardo. *Anotações de Leonardo de Da Vinci por ele mesmo*. Tradução Marcos Malvezzi Leal e Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Mandras, 2004. p.166.

LEITÃO, Henrique; MELLO, Magno Moraes. A pintura barroca e a cultura matemática dos Jesuítas: “O Tractado de Prospectiva de Inácio Vieira, S.J” (1715). *Revista de História de Arte*, Lisboa, v. 1, 2005. Disponível em: <http://iha.fcsh.unl.pt/uploads/RHA_1_4.pdf>. Acesso em: 3 set. 2011

LICHTENSTEIN, Jaqueline (Org.). *A pintura: O mito da pintura*. Tradução Magnólia Costa. São Paulo: Editora. 34, 2004. v.1.

MELLO, Magno Moraes. O universo científico dos jesuítas no Colégio de Santo Antão em Lisboa- o estudo da Perspectiva e da Cenografia nas aulas de Inácio Vieira S.J. In: MELLO, Magno Moraes; ROMEIRO, Adriana. *Cultura Arte e História: A contribuição dos jesuítas entre os séculos XVI e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

MOREIRA, Rafael; RODRIGUES, Ana Duarte (org.). *Tratados de arte em Portugal*. Lisboa: Scribe, 2011.

PÍFANO. Raquel Quinet. Ut Pictura Poesis no tratado de Philippe Nunes. In: Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte, 24, 2004, Belo Horizonte, MG. *Anais do XXIV Colóquio do CBHA*. Belo Horizonte: [s/n], 2004. p.1 Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2004/textos/89_raquel_pifano.pdf>. Acesso em: 9 jan. 2012.

SALDANHA, Nuno. *Poéticas da imagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1995.

SERRÃO, Vitor. “Acordar as cores...”: os pigmentos nos contratos de pintura portugueses século XVI e XVII. In: AFONSO, Luís Urbano. *The materials of the Image*. As matérias das imagens. 1. ed. Lisboa: Campos da Comunicação, 2011.

SERRAO, Vitor. *O Maneirismo e o Estatuto do Artista dos pintores portugueses*. Lisboa: IN-CM, 1983.

VENTURA, Leontina. Estudo Introdutório. IN: NUNES, Philippe. *Arte da Pintura e Symmetria, e Perspectiva*. Porto: Editorial Paisagem, 1982.

Fontes primárias

ALBERTI, Leon Battista. *Da Pintura*, 1436. In: GRAYSON, Cecil. *Introdução*. Edição traduzida por Antônio da Silveira Mendonça. Campinas – SP, Unicamp, 2009.

D’ARFE, Juan. *De Varia Commensuración para la Escultura y Architectura*. Sevilha: Andrea Pescioni Y Juan Leon, 1585. Disponível em: < <http://bdh-rd.bne.es/viewer.vm?id=0000092891&page=1>>. Acesso: 12 Fev 2012

DA VINCI, Leonardo. *Anotações de Leonardo de Da Vinci por ele mesmo*. Tradução Marcos Malvezzi Leal e Martha Malvezzi Leal. São Paulo: Mandras, 2004

NUNES, Philippe Nunes. *Arte da pintura, Symmetria, e Perspectiva*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1615. In: VENTURA, Leontina. *Estudo Introdutório*. Porto: Paisagem, 1982.

PACHECO, Francisco. *Arte de la pintura*. Sevilha: Simon Faxardo, 1649. Disponível em: <[http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=17&posicion=5&forma=fi cha](http://www.bibliotecavirtualdeandalucia.es/catalogo/consulta/resultados_navegacion.cmd?id=17&posicion=5&forma=fi%20cha)>. Acesso: 14 Jun 2011.

A REPRESENTAÇÃO DA FAMÍLIA IMPERIAL BRASILEIRA PELO PINTOR VICTOR MEIRELLES

Bárbara Ferreira Fernandes¹

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é estabelecer um panorama da produção de Victor Meirelles que tenha como tema a Família Imperial. Iremos analisar suas obras percebendo a imagem que um dos principais artistas do século XIX concebeu da monarquia brasileira. Meirelles possui oito obras representando algum membro da família, seja em retrato ou em importantes eventos imperiais, sendo Isabel a mais pintada. Grande parte dessas telas vêm de encomendas oficiais.

Palavras-Chave: Família Imperial – Victor Meirelles – Representação.

THE REPRESENTATION OF THE BRAZILIAN IMPERIAL FAMILY BY PAINTER VICTOR MEIRELLES

Abstract:

The main purpose of the present article is to establish an overview of the Victor Meirelles's production that has as its theme the Imperial Family. His works will be analyzed perceiving the image that one of the main artists of the nineteenth century conceived of the Brazilian monarchy. Meirelles has eight works representing a member of the family, either in portrait or in important imperial events, Isabel being the most painted. Most of these canvases come from official orders.

Keywords: Imperial Family, Victor Meirelles, Representation.

¹ Mestranda em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com o apoio da FAPEMIG. e-mail: barbarafernandes@outlook.com

Victor Meirelles era o pintor oficial da monarquia brasileira no século XIX próximo a família Imperial, que acompanhou sua formação desde o início. Quando o artista estava no seu pensionato na Europa, enviava seus estudos para Academia e estes eram vistos por Dom Pedro II. Em carta de agosto de 1855, Araújo Porto-Alegre escreve a Meirelles: “Vá mandando todos os seus estudos, porque serão logo vistos por Sua Majestade”². De acordo com Maria de Fátima Argon, Porto-Alegre e Taunay foram importantes para aproximar Victor Meirelles do Imperador (ARGON, 2009:96).

Dom Pedro II frequentava de forma assídua as EGBA, acompanhando os trabalhos expostos por Meirelles. Sobre a exposição de 1862, o monarca escreve em seu diário: “**É pobre e apenas mencionarei os retratos de Vitor Meireles de Lima.** A tão gabada composição do Heck feita a pena, que representa a cena dos Miseráveis de V. Hugo e o convencionalista, não me agradou, [...]”³ Durante uma das viagens do Imperador à Europa, em 1887, Meirelles encontra o monarca em Bruxelas e convida-o a ir à Ostende (Bélgica), para ver o panorama do Rio de Janeiro que ele e o pintor Langerock haviam feito.⁴ Podemos perceber a relação de proximidade do autor da Primeira Missa com o Imperador.

A Princesa Isabel teve uma educação completa, mesclando estudos comumente feitos por homens, com aqueles característicos das mulheres. Dentre estes, a disciplina de desenho era fundamental. Isabel teve como mestre de desenho Victor Meirelles, fato pouco mencionado pelos historiadores, mas demonstra, mais uma vez, a proximidade do artista com a família Imperial (ARGON, 2009:95). Fátima Argon levanta a hipótese de que a escolha do pintor tenha sido influência de Araújo Porto-Alegre, que havia se encontrado com a princesa em viagem à Europa em 1865. Meirelles se torna professor de Isabel quando esta retorna do Velho Continente (ARGON, 2009:104). Pode-se afirmar que a aluna obteve sucesso em sua disciplina de desenho, tendo sido convidada por Victor Meirelles a expor alguns de seus trabalhos na Exposição Geral de Belas Artes de 1867.

Veio cá hoje o Victor Meirelles para nos convidar a ir à Belas Artes e me pedir que expusesse algumas das minhas pinturas, este ano havendo muitas de amadoras. Se Papai não acha isso mau, eu lhe pediria que mandasse pelo portador desta carta os cães de raça, e a paisagem escocesa que lhe fiz. Uma vez que se expõe alguma coisa,

² Carta de Manuel de Araújo Porto-Alegre, 06/08/1855, Academia das Belas Artes. apud ARGON, Maria de Fátima Moraes. 2009. P.96

³ Diário de Dom Pedro II, V.9, 17 de outubro de 1862. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Acervo do Museu Imperial. Apud Ibidem P.98 (grifo nosso)

⁴ Diário de Dom Pedro II, v. 27, 5 de outubro de 1887. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Acervo Museu Imperial. Apud Ibidem P.100.

*é melhor expor uma coisa bem-feita e feita só pela pessoa. O que trará os quadros terá muito cuidado em os não estragar. Mande-os embrulhar num pano.*⁵

Como vimos, Isabel aceita o convite do professor e envia três obras para participar da exposição, o nome da princesa não é identificado, estando seus trabalhos na “Seção Geral” e sem o nome do autor (ARGON, 2009:106).

Victor Meirelles, como pintor oficial da monarquia, representou a família imperial em algumas situações, sendo Isabel a personagem retratada por ele mais vezes.

O quadro *Juramento da Princesa Isabel* (Figura 1), datado de 1875, pertencente, hoje, ao Museu Imperial de Petrópolis (MIP) representa o juramento da princesa na ocasião de sua primeira regência, em 1871. A tela foi encomendada pelo presidente do Senado na época, Visconde de Abaeté. Ao centro da tela, diante de uma mesa posta na frente de um trono vazio à esquerda, está a Princesa Isabel ajoelhada, tendo o Visconde de Abaeté, próximo à ela levemente curvado. De acordo com a Ata do Senado relativa ao Juramento, estavam presentes na Assembleia 35 senadores e 62 deputados, além dos convidados a assistir à cerimônia. Meirelles expande a visão da tela o que nos permite reconhecer os personagens retratados.

⁵ Carta de D. Isabel a Dom Pedro II. Laranjeiras, 14/06/1867. Arquivo Grão Pará (XLI-3-12). Apud Ibidem. P.107.

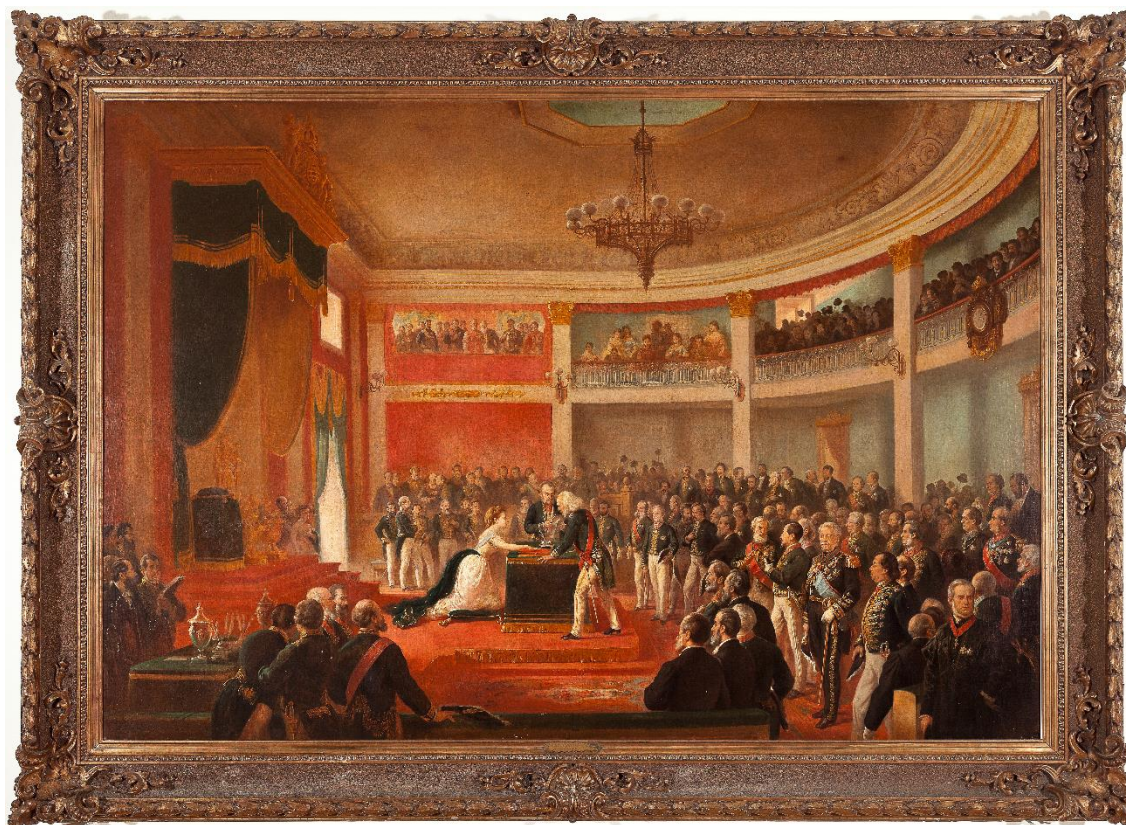


Figura 1: Victor Meirelles. *Juramento da Princesa Isabel*, 1875. Óleo s/ tela. 1,770x2,600m Museu Imperial/Ibram/MinC/nº09/2016

Treze anos mais tarde, Victor Meirelles retrata novamente a princesa Isabel em cerimônia oficial. *Abolição da Escravatura* (Figura 2) estudo de Victor Meirelles, datado de 1888, retratando a assinatura da Lei Áurea por Isabel. A cerimônia ocorre na Sala do Trono do Paço Imperial, e é possível notar claras diferenças de representações feitas pelo artista, quando comparadas com a tela do juramento. Apesar de o pintor também expandir a visão da cena ressaltando importantes figuras políticas do período, na obra de 1888, Isabel está mais destacada em detrimento das outras figuras retratadas. Mesmo a tela sendo expandida, ela tem um caráter um pouco mais intimista. A princesa é representada em pé, mais iluminada que o resto do quadro, e próxima à uma coluna alongando sua silhueta.



Figura 2: Victor Meirelles. *Abolição da Escravatura*, 1888. Óleo s/ tela. 46.00 cm x 55.00 cm.

Acervo Banco Itaú

Victor Meirelles representa Isabel em outra obra “*Estudo para casamento da princesa Isabel*” de 1864 (Figura 3). Nesse momento, o pintor ainda não era professor de desenho da princesa, pois suas aulas iniciam em 1865 e duram pelo menos dois anos (ARGON, 2009:107).

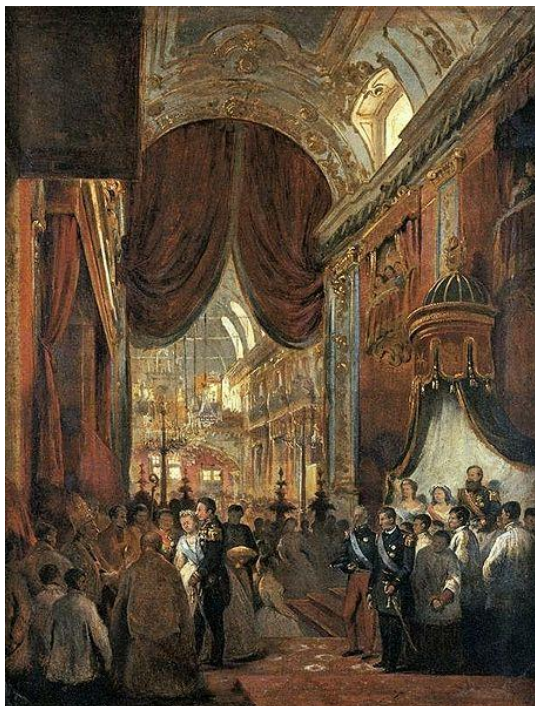


Figura 3: Victor Meirelles. *Estudo para Casamento da Princesa Isabel*, 1864. Óleo sobre cartão colado em madeira, 50,3 x 39,0 cm. MNBA

A cerimônia do casamento acontece no interior da Capela Imperial do Rio de Janeiro no altar-mor, representando o momento em que os noivos se deslocam em direção ao arcebispo, próximo à borda esquerda da tela. Isabel utiliza um vestido branco, transpassado por uma faixa azul e o Conde está trajando uma farda escura, adornada com medalhas e insígnias. A cor predominante da tela é o tradicional tom vermelho e detalhes em dourado constantes na obra de Meirelles, percebe-se também nesse estudo o jogo de cores que dá mobilidade à cena. O pintor ilumina os noivos através da luz advinda da janela no canto superior direito da obra, a família imperial, também iluminada, encontra-se na parede oposta à da princesa e do conde d'Eu. Há um espaço na tela, que separa os noivos dos outros, dando assim destaque à eles. Assim como na obra do Juramento, Victor se preocupa com o seu desenho, mesmo sendo um estudo, é possível reconhecer os personagens presentes no casamento.

O artista Pedro Américo também possui um estudo representando o casamento da Princesa Isabel e do Conde d'Eu (Figura 4). A obra é concebida pelo mesmo ângulo, no entanto, difere de Meirelles em diversos sentidos. A começar pela composição: os noivos estão mais próximos do canto direito da tela, ou seja, do lado oposto, além disso, estão representados ajoelhados, assim como boa parte dos convidados. Essa escolha da composição dá a impressão de estar a capela mais vazia, e mais alta. A tela, como um todo, está bem iluminada, diferindo da obra de Meirelles que é mais escura,

contando com a luz em pontos mais específicos. Assim como no quadro do pintor catarinense, predomina a cor vermelha, no entanto, há maior presença de objetos amarelos e dourados. Os noivos estão ajoelhados cercados por um espaço vazio, o que proporciona um maior enfoque sobre eles, além disso, estão sob um tapete amarelo que liga-os até o bispo, destacando, dessa forma, esses três personagens. Não se sabe ao certo porque os dois artistas teriam realizados obras do casamento da princesa, acredita-se que possa ter sido realizado um concurso pela família Imperial.

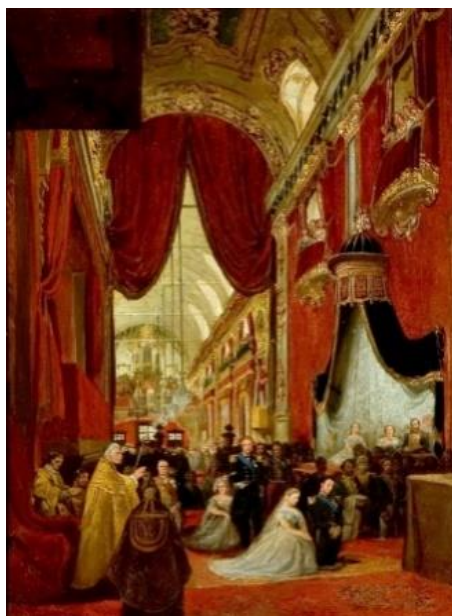


Figura 4: Pedro Américo. *Estudo para casamento da Princesa Isabel*, 1864. Óleo s/ tela. 69 × 51 cm. MIP

O pintor, na década de 1860, recebe a encomenda do Visconde de Condeixa para realizar retratos do Imperador, Imperatriz e das Princesas. Os retratos de Isabel e Leopoldina não possuem localização conhecida, sabemos apenas que foi exposto na EGBA de 1865, recebendo comentário da Princesa Leopoldina: “Papai me disse que o Victor Meirelles tinha exposto dois retratos de nós duas que são dois monos, e de cor terrível”⁶

O retrato de Dom Pedro II e da Imperatriz Teresa Cristina (Figuras 5 e 6) encomendados pelo Visconde de Condeixa, foram expostos na EGBA de 1864 e hoje encontram-se no MASP, em São Paulo.

⁶ Carta de Dona Leopoldina a Dona Isabel, Casa de Avelar, 19/02/1865. Arquivo Grão Pará (XLVIII – 2 – 2). apud Ibidem. P.98.

No retrato do Imperador, Meirelles representa Dom Pedro de fardão com insígnias militares sem portar, no entanto, nenhum elemento “majestático”. Pelo contrário, o pintor acrescenta na obra dados que se identificam com a personalidade do retratado, tais como: pinturas, esculturas, livros e o globo terrestre. Realçando o caráter culto, de amante dos livros e das artes sempre ligados a Dom Pedro. De acordo com o catálogo do MASP, esses elementos são “alusivos aos interesses humanistas e culturais do retratado”.⁷ O mobiliário é bem detalhado, destacando-se o tapete cinza com flores coloridas sob o Imperador, que o liga aos outros elementos representados na tela. O monarca está pintado de corpo inteiro e, a julgar pela dimensão do quadro, provavelmente em tamanho natural. Além disso, o pintor representa Dom Pedro com feições mais joviais do que as que aparecem nos retratos mais lembrados do Imperador.



Figura 5: Victor Meirelles. *Dom Pedro II*, 1864. Óleo s/ tela. 252 x 165 cm. MASP

Ao representar Tereza Cristina, Victor Meirelles utiliza elementos que estão mais ligados à posição de Imperatriz da retratada e não à sua personalidade. A esposa de Dom Pedro usa um vestido

⁷ Catálogo do Museu de Arte de São Paulo, 1998. P.17. apud DIAS, Elaine. Os retratos de Dom Pedro II no Museu Paulista. In: CAVALCANTI, Ana Maria T.; OLIVEIRA, Emerson D. G. de.; COUTO, Maria de Fátima M. e MALTA, Marize. *ANAIS DO XXXII COLÓQUIO CBHA 2012. Direções e sentidos da história da arte*. Comitê brasileiro de história da arte: Universidade de Brasília, 2012. P. 1615

branco de gala e o manto verde bordado com detalhes em dourado semelhante aos utilizados por seu marido e por Isabel em outras representações.

A tela tem predominância da cor vermelha presente na cortina que forma todo o fundo da obra e na cadeira atrás da Imperatriz. Mais uma vez o tapete é importante na composição de Meirelles, seu tom claro contrasta com a cor escura do fundo trazendo uma leveza à pesada cortina vermelha. A mesa e a cadeira que são colocadas na obra pelo pintor estão ali para obedecer a um modo de representação de mulheres monarcas, já estabelecido. Como por exemplo, no retrato de Maria II de Portugal (Figura 7), irmã de Dom Pedro II, de F. Krumholz, datado de 1846. Os dois quadros possuem composição muito semelhante: ambas as mulheres utilizam um vestido branco, com faixas que representam a monarquia transpassadas pelo peito. A cor vermelha também é predominante na obra de Krumholz, sendo o tapete em tom claro utilizado para suavizar a composição.



Figura 6: Victor Meirelles. *Dona Tereza Cristina*, 1864. Óleo s/ tela. 265 x 176,5 cm MASP.



Figura 7: F. Krumholz. *D. Maria II de Portugal*, 1846. Fonte: http://app.parlamento.pt/Constitucionalismo/MonarquiaConstitucional/monarquia_const8.html.

O autor da Primeira Missa realizou outro retrato de Dom Pedro II (Figura 8), datado de 1877. Essa obra não foi apresentada nas EGBA, acreditamos que tenha sido propriedade da Família Imperial. O quadro apresenta uma imagem mais reconhecida de Dom Pedro II: com traços mais velhos, longas barbas e cabelo branco. Meirelles representa o Imperador com o mesmo traje do retrato anterior, no entanto, o monarca é pintado em $\frac{3}{4}$ do corpo fitando o expectador. O artista não insere elementos no quadro externos ao retratado, somente um fundo escuro que ressalta a farda e as insígnias de Dom Pedro.

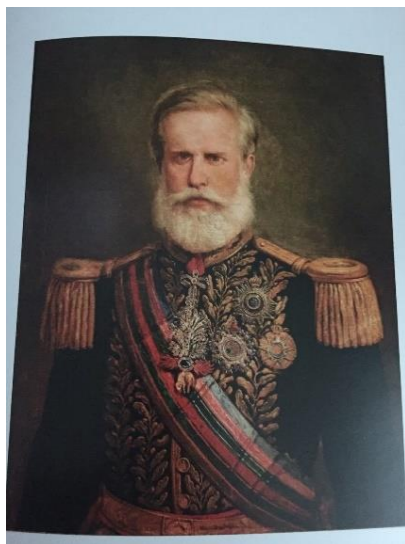


Figura 8: Victor Meirelles. *Retrato de Dom Pedro II*, 1877. Óleo s/ tela, 91,0x72,0 cm. Acervo Museu Imperial. VM 002 Doc 0002

Como pudemos perceber, Meirelles realizou uma boa quantidade de obras que retratam a Família Imperial, concentradas, principalmente, na década de 1860. Nesse momento, o pintor havia acabado de retornar da Europa e colhia os frutos do sucesso da *Primeira Missa*. Acreditamos que a relação do artista com a Família Imperial, de forma mais detida, com a Princesa Isabel, foi fator determinante para que ele fosse o escolhido para realizar o quadro do Juramento da Princesa, bem como da Assinatura da Lei Áurea. Tendo sido seu professor de desenho, e a retratado em outros momentos, nada mais normal do que representar esses importantes acontecimentos em sua vida. Além disso, o sucesso da *Primeira Missa* e o cargo de professor de pintura histórica da Academia Imperial de Belas Artes propiciaram que essas encomendas fossem dirigidas a ele.

Referências Bibliográficas:

ARGON, Maria de Fátima Moraes. O mestre de pintura da princesa regente. In: ____ TURAZZI, Maria Inês (org). *Victor Meirelles. Novas Leituras*. Florianópolis: São Paulo: Museu Victor Meirelles/IBRAM/Minc, Studio Nobel, 2009.

DIAS, Elaine. Os retratos de Dom Pedro II no Museu Paulista. In: CAVALCANTI, Ana Maria T.; OLIVEIRA, Emerson D. G. de.; COUTO, Maria de Fátima M. e MALTA, Marize. *ANAIS DO XXXII COLÓQUIO CBHA 2012. Direções e sentidos da história da arte*. Comitê brasileiro de história da arte: Universidade de Brasília, 2012.

Fontes:

Carta de Manuel de Araújo Porto-Alegre, 06/08/1855, Academia das Belas ArtesDiário de Dom Pedro II, V.9, 17 de outubro de 1862. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Acervo do Museu Imperial.

Diário de Dom Pedro II, v. 27, 5 de outubro de 1887. Arquivo da Casa Imperial do Brasil. Acervo Museu Imperial.

Carta de D. Isabel a Dom Pedro II. Laranjeiras, 14/06/1867. Arquivo Grão Pará (XLI-3-12).

Carta de Dona Leopoldina a Dona Isabel, Casa de Avelar, 19/02/1865. Arquivo Grão Pará (XLVIII – 2 – 2).

UM ARTISTA DOS SALÕES E LEILÕES: AS OBRAS DE OSCAR PEREIRA DA SILVA ANUNCIADAS NO JORNAL DO COMMERCIO DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1915 Á 1939

Paula Nathaiane de Jesus da Silva¹

Resumo:

Este artigo compõe parte de nossa monografia de conclusão do curso de Licenciatura em História, o qual se trata de analisar o valor que uma obra de arte assume enquanto objeto de leilão no Rio de Janeiro no século XIX. Nossa principal fonte de pesquisa é o Jornal do Commercio, o qual analisamos somente as obras do artista paulista Oscar Pereira da Silva, que aparecem nos anúncios deste jornal, o qual possuem catálogos que nos permite ter acesso a qual obra do artista estava presente. Assim, poderemos perceber a posição que um artista assume dentro deste espaço, conhecer mais acerca da vasta produção do mesmo, bem como perceber o gosto cultural que a sociedade carioca tinha neste período com relação as obras de arte.

Palavras-Chave: leilão, arte, Oscar Pereira da Silva, Jornal do Commercio, século XIX.

AN ARTIST OF THE HALLS AND AUCTIONS: THE WORKS OF OSCAR PEREIRA DA SILVA ANNOUNCED IN THE NEWSPAPER OF THE COMMERCE OF RIO DE JANEIRO IN THE PERIOD OF 1915 TO 1939

Abstract:

This article compiles part of ours monograph of conclusion of the course of Degree in History, which is to analyze the value that a work of art assumes as object of auction in Rio de Janeiro in century XIX. Oos main source of research is Jornal do Commercio, which analyzes only the works of the São Paulo artist Oscar Pereira da Silva, which appear in the advertisements of this newspaper, which have catalogs that allow us to have access to which artist's work was present. Thus, we can understand the position that an artist assumes within this space, to know more about the vast production of the same, as well as to perceive the cultural taste that the Carioca society had in this period in relation to the works of art.

Keywords: auction, art, Oscar Pereira da Silva, Jornal do Commercio, 19th century.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF (2017).
Licenciada em Educação Infantil pelo Instituto Estadual de Educação-IEE (2011).
Email: paula_nathaiane@yahoo.com.br

Introdução:

Neste artigo trataremos o valor que uma obra de arte assume enquanto objeto de um leilão no Rio de Janeiro, bem como o artista é visto neste mesmo espaço. Este trabalho é uma síntese de nossa monografia de conclusão de curso, o qual abordamos uma temporalidade maior, tratando de 1898, data em que vemos a primeira obra do Oscar Pereira da Silva sendo anunciada no Jornal do Commercio, acompanhada de um catálogo, até 1939, data da última obra que acompanha um catálogo.

Sentimos a necessidade de aqui, realizar um recorte temporal, pois, como já mencionamos, a temporalidade trabalhada é grande, o qual neste trabalho não daríamos conta de tratar de todas as obras que aparecem no tempo determinado. Assim, trataremos de apenas três obras que aparecem no tempo recortado. Escolhemos aquelas que julgamos serem mais pertinentes ao tema e que, demonstram de forma clara e concisa nosso objetivo.

Em nossa produção foi pertinente trabalhar somente com aqueles anúncios em que acompanham o catálogo, pois assim, temos informação de qual obra é a do artista e como ela aparece descrita neste leilão-o que será fundamental para cumprirmos nosso objetivo.

Cabe ressaltar aqui, que nossa intenção não será de realizar um rastreamento das obras, bem como uma comparação imagética, pois o mesmo, não é alcançável neste tipo de trabalho. Nossa intenção é apontar que as obras de arte ocupavam outros espaços além dos salões de exposição e que seu significado era completamente distinto do mesmo.

Oscar Pereira da Silva: Alguns apontamentos acerca de sua vida e produção:

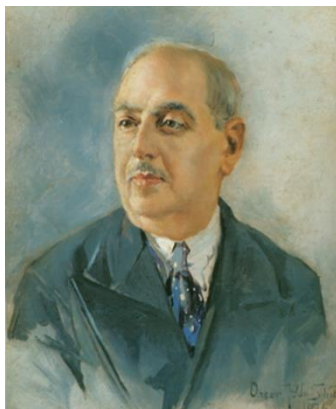


Figura 1-SILVA, Oscar Pereira da. Auto-retrato². 1936. Óleo sobre madeira, 28 x 20 cm.

Oscar Pereira da Silva, nasceu em São Fidelis no Rio de Janeiro a 20 de maio de 1865. Em sua obra (TARASANCHIT, 2006: 186) a autora nos relata que sempre fora muito estudioso e aplicado. Filho de João Pereira da Silva-um farmacêutico e Balbina de Jesus Bueno da Silva, vivia modestamente e com muitos esforços consegue se matricular na Academia Imperial de Belas Artes no ano de 1880³.

Na Academia, Oscar estuda com grandes artistas do nosso cenário brasileiro, como Victor Meirelles, Zeferino da Costa, Manuel Chaves Pinheiro e José Maria de Medeiros. Em 1888, ocorreu o anual concurso da Academia, o qual premiava o vencedor com uma bolsa de estudos na Europa. A autora (CAVALCANTI, 2006) em seu artigo trata deste concurso o qual diz ter sido polemico, pois, acabou sendo cancelado por divergência entre os jurados que na época participavam Rodolpho Bernadelli e Zeferino da Costa, entre outros, mas estes dois especificamente julgavam que a obra de Oscar não tinha originalidade, se assemelhando muito com a obra também intitulada *Flagelação de Cristo* de Victor Meirelles, e julgavam que obra com o mesmo título de Belmiro de Almeida, não fora julgada corretamente.

Mas ao desenrolar desta história, Oscar acaba saindo vencedor e vai em 1890 estudar na França com grandes artistas da época: Gérôme e Bonnat. Durante sua estadia na França, Oscar

² Imagem disponível no Itaú Cultural, sendo possível vê-la em:

< <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra6252/auto-retrato> >

³ Em nossa monografia, sugerimos acerca deste fato que Oscar tenha entrado mais cedo na Academia Imperial de Belas Artes, pois, em nossas pesquisas encontramos uma crítica acerca de uma obra que Oscar faz-uma cópia de *Batalhas dos Guararapes*, o qual recebe muitos elogios e menciona que ele tinha apenas 14 anos e já frequentava a Academia. Esta informação foi colhida no Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, datado em 18 de Janeiro de 1880, p.1. A nota informa que Oscar já frequentava a Academia há seis meses, a julgar pela data do jornal, sugerimos que entrou no ano anterior, e não em 1880.

conhece Julie Saphores, uma moça de Dax-em Bordeaux e casa-se com ela, tendo três filhas: Helena, Judith e Margarida.

Ao seu retorno para o Brasil, Oscar apresenta uma exposição com 33⁴ telas, no qual recebe muitas críticas elogiando-as, no qual destacamos as obras: Infância de Giotto, e um esboço que fizera, como obrigação da viagem, o qual era pedido a todos os alunos que viajavam para fora, abordando a temática religiosa de Sansão e Dalila, no qual obteve muitos elogios.

Oscar Pereira da Silva fora um artista que produziu muito em vida, neste espaço seria pouco para retratarmos diversos acontecimentos sobre sua vida, ressaltamos aqui, que forra um artista muito importante em seu período, sempre pintando com zelo e, fora muito conhecido por pintar diversos gêneros da pintura. Sua produção é muito vasta, com uma amplitude muito grande de temática, não fora somente um artista que se dedicava a pintura, mas dividiu sua carreira com o magistério⁵, dando aulas no Liceu de Artes e Ofícios e na Escola de Belas Artes. Oscar acaba falecendo na cidade de São Paulo no ano de 1939, o qual fixa residência com sua família após a volta dos estudos na França.

Os leilões de arte no Rio de Janeiro:

SILVA (2013)⁶ nos fala que a prática dos leilões de objetos de arte é muito antiga, sendo primeiramente vendidos junto com outros objetos, estes domésticos, podendo ser móveis, utensílios de cozinha, vestuário, tapetes, enfim, providos de algum indivíduo que viera a falecer. Mas, os objetos de arte ganharam um “evento” específico, no século XVI, na França e Londres, onde, não tendo um espaço específico, ocorria nas cafeterias e tavernas. Durante o século XVIII-XIX, os leilões se tornaram populares, alcançado grande números de pessoas o qual já não comportavam nas cafeterias e tavernas, passando assim, a surgir as primeiras salas de leilões, onde a autora nos fala que as mais conhecidas foram Christie’s e Sotheby’s, ambas casas leiloeiras inglesas.

⁴ Acerca desta exposição obtivemos informação na nota do jornal The Rio News do Rio de Janeiro, datado em 21 de Janeiro de 1896, p. 4.

⁵ Segundo o dicionário coordenado por Walmir Ayala o qual traz uma pequena biografia de artistas brasileiros, incluindo Oscar Pereira da Silva, intitulado Dicionário Brasileiro de Artistas Plásticos, publicado em 1980 pelo MEC e Instituto Nacional do Livro

⁶ SILVA, Caroline Fernandes. Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro. IN: XXVII Simpósio Nacional de História-Conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 de Julho de 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/paula/Documents/1371342068_ARQUIVO_ANPUH-1013-Leilao-Arte-Completo.pdf> acesso em 30/06/2017.

No Brasil, a autora nos fala que esta prática se deu no século XIX, com o fim do controle comercial executado por Portugal, advindo da abertura dos portos brasileiros em 1809 e com a vinda da família real para o Brasil em 1808. Assim, começou a circular muitos produtos no Brasil de origem inglesa e francesa, na qual, os leilões era a única forma de serem estes objetos, consumidos pela sociedade o que tornou muito frequente esta prática, fazendo com que regularizassem sua profissão.

Os leilões poderiam ocorrer na própria casa dos leiloeiros ou no próprio lugar onde estava os objetos, por exemplo na casa a que pertenceram. Os objetos variavam muito e, poderiam ser desde um pedaço de tecido a uma carruagem ou um navio e até alimentos, mas poderiam conter apenas uma única espécie de objetos.

No início das publicações destes leilões, eles não continham a descrição dos objetos, o que não permitia se fazer uma identificação do mesmo, mas, com o passar dos anos, é comum vermos a anúncio do leilão e logo abaixo um catálogo descrevendo as peças que irão compor o evento, como é o caso de alguns leilões anunciados no *Jornal do Commercio*, que serão fruto da nossa análise mais à frente. Ela atenta que, no início da prática dos leilões no Rio de Janeiro, estes não se limitavam apenas aos objetos de arte, mas sim se misturavam com objetos de mobília e decoração e somente no século XX é que os objetos de arte ganham leilões exclusivos.

Como um primeiro leilão de arte no Brasil, a autora nos fala que foi realizado no período republicano brasileiro e, por esta questão, os bens da família real foram todos leiloados, contendo grande número de pinturas e esculturas. Durante o século XX, esta prática vai se especializando e aí que temos os catálogos impressos nos anúncios dos jornais, ganhando maior visibilidade, embora estes ainda na sua grande maioria fossem diversificados, ou seja, tendo sua composição por diversos objetos, as obras de arte ganhavam maior visibilidade no mobiliário, pois segundo a autora, agregavam valor a eles.

Os leilões de móveis eram organizados na própria casa de origem, divididos por cômodos e, ela nos revela que as pinturas, na sua grande maioria a óleo, se localizavam na sala de visitas, somente as obras de maior destaque. Em alguns leilões é possível encontra-las por vezes em salas de jantar e pouquíssimas vezes em quartos, onde ela destaca que há grande número de gravuras. Em relação aos catálogos produzidos no século XIX, ela fala que as informações eram poucas, mencionam algumas características das obras e, em obras mais importantes traziam uma informação mais completa, mas ela atenta que, por vezes o destaque era dado às molduras das obras, devido ao material que poderia ser de ouro, pelúcia, madeira e que ganhava mais atenção do que a própria obra.

Um outro fator que a autora fala que dá destaque para as obras de arte nos leilões são os anúncios. Por vezes é anunciado que a obra tal é original, o que aplica uma relação de confiança com o leitor interessado no objeto, além de conter o nome do colecionador, ou seja, por vezes aparecia o nome de quem pertenceu os objetos a serem leiloados, o que dava maior destaque para as peças, devido a figura do colecionador.

SILVA (2016)⁷ nos fala que o público que frequentava os leilões no Brasil não era apenas constituído por colecionadores, críticos ou amantes das artes, mas também por alguns curiosos. Ela relata que ao final do século XIX, nas mostras e concursos de artes, havia a frequência de pessoas que admiravam as Belas-Artes no Rio de Janeiro, e, os artistas ponderavam que suas obras não seriam avaliadas somente pelos jurados, mas também por este público amador-desse fator, podemos notar a importância que este público vai ganhando dentro deste mundo artístico, ou seja, vai saindo de uma esfera particular, obras por artistas para jurados e colecionadores e passa a ser acessível para pessoas comuns, fora desta esfera artística, pessoas que não possuem relação específica alguma com a arte, alcançando essas pessoas populares nos leilões que iam as vezes como já mencionamos apenas por curiosidade.

Na questão dos valores atribuídos aos objetos de arte nos leilões, a autora se apropria de uma nota publicada na Revista Ilustrada de 1882 por Júlio Dast no qual ele fica inconformado com os preços atribuídos a uma pintura original do artista francês Gustavo Doré e uma cópia de a Primeira Missa no Brasil de Victor Meirelles, no qual foi vendida por um preço muito superior ao do artista francês. É e nesta questão que se encontra sua crítica pois, uma cópia teve um valor maior do que um original e sua causa se centra na questão de conhecimento.

Para ele, a autora diz que as pessoas que frequentavam estes leilões não possuíam conhecimento suficiente para julgar um valor para as obras e, a questão da autoria, dada pela assinatura do pintor francês era uma circunstância suficiente para que a mesma possui uma maior valorização perante a uma cópia.

Ainda sobre esta questão do questionamento dos indivíduos que se relacionam com as obras de arte nos leilões, a autora traz um questionamento feito aos ditos 11 especialistas de artes'', compreendem nos indivíduos que avaliavam as obras e qual seriam seu valor, se poderia coloca-la ou

⁷ SILVA, Caroline Fernandes. Comércio de arte e construção do saber artístico em leilões no Brasil (séculos XIX e XX), 66-74p. IN: KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize. (organizadores). Outros objetos do olhar: história e arte. Niterói, LABHOI/UFF, 2016. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/outras-objetos-do-olhar-historia-e-arte>> acesso em 02/07/2017.

não em um leilão, se valeria a pena comprar ou não. Ela traz a crítica feita por R. Manso, publicado no *Gazeta de Notícias* em 1911, no qual o cronista relata sua própria experiência em adquirir um vaso e, levando para esses “especialistas” leva para dois em particular que atribuem origens distintas para o presente objeto. Ele relata que o único artifício, critério para avaliação desses objetos feitos pelos “especialistas” era sua autoconfiança.

A autora nos fala que, nos catálogos de arte, algumas obras vinham na descrição com a informação de participação do mesmo em exposições ou até acompanhado de alguma crítica, com finalidade de agregar valor a este objeto, o que acrescentava mais importância a ele.

O valor de um objeto não depende somente do leiloeiro que estipula um lance mínimo para um determinado objeto, nem tão somente dos compradores que vão estar disputando o objeto, por mais que sejam eles que vão dar o valor dos lances, há outros fatores que contribuem para o tal. Um desses fatores abrange a sociedade, pois é ela quem vai ditar qual artista naquele momento está “valendo mais”, ou seja, naquela determinada época a artista que mais lhe agrada, o gênero de pintura, seja escultura ou qualquer outro tipo de arte que lhe caia no gosto é o que mais irá valer naquele momento. Assim, o valor das obras de artes dentro de um leilão não depende somente da esfera leiloeira, mas também de fatores econômicos e sociais.

Acerca dos catálogos de leilões, a autora fala que, críticas de arte começam a aparecer junto com as obras, no Brasil no século XX, o qual favorecia a venda daquele objeto por um preço elevado. Mas a autora fala que este espaço não servia somente para os leiloeiros, mas sim também para legitimação do conhecimento específico dos críticos de arte, pois ali não temos mais o parecer dos ditos “especialistas” mas sim, de indivíduos dentro da esfera artística, no qual nos catálogos de exposições também acompanhavam as obras suas críticas, no qual os artistas as usavam como uma ferramenta positiva ao seu trabalho.

As obras de Oscar Pereira da Silva anunciadas nos leilões do Rio de Janeiro no *Jornal do Commercio*:

Nossa primeira obra, encontra-se no anúncio de 1915, num leilão organizado por Virgílio Lopes Rodrigues que ocorreu numa quinta-feira, dia 8, deste ano, realizado em seu armazém,

localizado na rua da Assembléia, número 65⁸, o qual não temos a informação de quem pertenceu estes objetos. No anúncio, não aparece o nome de nenhum artista, somente que haverá “esplendidos objetos d’arte”, não dando destaque a nenhum artista. A obra de Oscar aparece no lote número 3, descrita como uma pintura a óleo, denominada Amores Perfeitos. No livro de Ruth Tarasantchi⁹ há a imagem de uma obra do Oscar com esse título, mas no singular, datada de 1909.



Figura 8-SILVA, Oscar Pereira da. Amor-perfeito¹⁰.
1909. Óleo sobre tela, 33 x 23 cm

No livro a autora não menciona a origem da tela, a julgar pela data da obra e pela data do leilão, tendo em vista que não encontramos em nossa pesquisa outra produção de Oscar com este nome, podemos sugerir que a obra do leilão é esta que aparece no livro da autora.

Neste catalogo a obra de Oscar não aparece em destaque, como as outras que mencionamos aqui, os destaques são para as mobílias que fazem parte do leilão. Assim como algumas descrições que fizemos aqui, os objetos não estão divididos por cômodos que pertencem, apenas seguem uma lista numerada de ordem crescente.

A segunda obra, se encontra em um leilão ocorrido em 10 de Junho do mesmo ano anterior, ou seja, 1919, organizado por J. Lages, no escritório e armazém, localizado na rua do Hospício, número 85¹¹. No anúncio não há destaque para nenhum artista, apenas para as mobílias que compõe

⁸ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1915, p. 13.

⁹ TARASANTCHI, Ruth, Sprung. Oscar Pereira da Silva. São Paulo, Empresa das Artes, 2006, p. 141.

¹⁰ Imagem disponível no livro da Ruth Tarasantchi, intitulado Oscar Pereira da Silva.

¹¹ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1919, p. 16.

o leilão, a respeito do dono dos objetos, o anúncio nos traz a informação que pertencem a um “distinto cavalheiro que se retira para a América do Norte.” O que nos sugere que está indo fixar residência em outro país e está se desfazendo de seus pertences e para a época, não era qualquer pessoa que poderia mudar de país nem possuir tantos bens assim, o que nos indica que o dono era alguém que possuía um status social.

A obra de Oscar ocupa o lote número 275, o qual é descrita somente a moldura da obra, que é bronzeada. No lote número 280, há outra obra de Oscar, o qual é descrita, assim como a primeira apenas a moldura da obra, o qual esta, é dourada. Aqui temos um caso do que já foi dito nos capítulos anteriores, onde, em alguns leilões de arte, era comum dar valor para a moldura do que a própria arte. Aqui a moldura é a arte, por ser feita de um material nobre e que possuir um valor monetário, o leiloeiro preferiu destacar a moldura do que a obra em si, acreditando que chamaria mais atenção. Sendo assim, não nos é possível identificar qual a temática da obra nem apontar algumas produções semelhantes de Oscar.

E por fim, temos nossa última obra, anunciada no leilão que ocorreu no dia 21 de novembro de 1939, na rua Santa Clara, número 8B-Copacabana posto 4, organizado pelo Júlio Monteiro Gomes¹². Neste anúncio não é mencionado o nome do dono dos bens, somente temos a informação que o leiloeiro está autorizado a realizar o leilão.

A obra de Oscar ocupa o lote de número 264, denominada representando Estabulo. A obra não vem destacada em sua grafia assim como fora o caso de algumas que mencionamos aqui, ela aparece com grafia comum de todos os objetos dispostos no catálogo. Acerca desta temática, já mencionamos no anúncio do leilão de 9 de Novembro do mesmo ano. Não sabemos se Oscar produziu mais de uma pintura com esta temática, o que podemos apenas sugerir e levantar hipótese e que esta pessoa possa ter adquirido esta tela neste leilão e leiloado novamente.

Podemos assim concluir através desta breve busca das obras de Oscar Pereira da Silva no Jornal do Commercio, no período de 1915 a 1939, que muitas obras circularam entre a nobreza carioca, pois, através da história do jornal, obtivemos a informação que ele fora criado para um tipo específico de sociedade, esta que era composta por comerciantes e grandes homens de negócios, sendo assim, a classe nobre do Rio de Janeiro e os anúncios dos leilões neste jornal específico, visava atrair este tipo de consumidor, aquele que podia pagar um alto preço pelo objeto.

¹² Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1939, p. 23.

Podemos constatar que, o valor que as obras assumiam em um Salão, podendo ganhar premiações, estas que agregavam valor no artista e na obra, o tornando mais importante por ser um artista premiado, julgadas pelo valor estético é bem distinto do valor dos leilões. O valor dos leilões é puramente financeiro, quanto mais conhecido o artista, mais divulgado ele é, ganhando por vezes, espaço diferenciado no cabeçalho do anúncio e sua obra destacada no catalogo, como foi o caso de algumas. Nos deparamos também com situação onde o valor é atribuído a moldura e não a obra. Aqui, a moldura por conter um certo valor financeiro é mais importante do que a própria obra e seu conteúdo, não tendo assim, a obra um valor agregado, uma importância acrescida, pois somente interessa é que a moldura vale dinheiro é merece ser adquirida por este significado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 8 de Abril de 1915, p. 13.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 10 de Junho de 1919, p. 16.

JORNAL do Commercio, Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1939, p. 23.

SILVA, Caroline Fernandes. **Profissionalização e especialização dos leilões de arte no Rio de Janeiro**. IN: XXVII Simpósio Nacional de História-Conhecimento histórico e diálogo social. 22 a 26 de Julho de 2013.

Disponível em: <file:///C:/Users/paula/Documents/1371342068_ARQUIVO_ANPUH-1013-Leilao-Arte-Completo.pdf> acesso em 30/06/2017

SILVA, Caroline Fernandes. **Comércio de arte e construção do saber artístico em leilões no Brasil (séculos XIX e XX)**, 66-74p. IN:

KNAUSS, Paulo; MALTA, Marize. (organizadores). Outros objetos do olhar: história e arte. Niterói, LABHOI/UFF, 2016. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/outros-objetos-do-olhar-historia-e-arte>> acesso em 02/07/2017

TARASANTCHI, Ruth, Sprung. **Oscar Pereira da Silva**. São Paulo, Empresa das Artes, 2006, p. 141

A MULTIDÃO DOS INVISÍVEIS

Luisa Pereira Vianna¹

Resumo:

Esse artigo é uma reflexão sobre diversas representações de multidões, elaboradas por artistas e escritores. O estudo busca compreender como tais artistas conceberam grandes agrupamentos de pessoas. Para isso, iremos comparar os trabalhos de pintores e escritores da modernidade, em sua visão do indivíduo em meio à imensa torrente humana.

Palavras-chave: Multidão; anonimato; representação.

THE CROWD OF INVISIBLES

Abstract:

This article is a reflection over several pictorial and written representations of crowds produced by artists and writers. This essay tries to understand their conception of people groupings. In order to do so, it compares the modern painters and writers' works in their vision of the individual in the midst of the immense human crowd/population group.

Keyword: Crow; anonymity; representation.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
luisa_vianna@yahoo.com.br

Aglomerarção, massa, turba, torrente. Essas palavras, dentre tantas, são sinônimos para expressar algo presente na sociedade moderna: as multidões. Esse tópico despertou inúmeras representações e sentimentos diversos. As massas estavam sempre lá: nas telas do pintor, nas cenas de cinema, nas palavras do escritor... Algumas vezes apenas como um cenário do cotidiano urbano, em outras eram o personagem principal. Muito diversas são as concepções sobre este tema, e também diversos os sentimentos que ele instiga.

O conto de Edgar Allan Poe *O Homem da Multidão* é um exemplo entre as diversas emoções que esta característica populacional pode causar: “Há certos segredos que não se deixam contar.” (POE, 1840: 1). Ele estava mais do que certo, e pelo visto o pintor James Ensor também entendia as multidões por esse mesmo ângulo. Em seus quadros, os personagens compartilham do mesmo mistério que envolve *O Homem da Multidão*: sua essência é oculta aos olhos do observador. As máscaras que cobrem seus rostos não deixam transparecer nada, além da bizarrice e estranheza em que consistem. Perde-se o individualismo do *eu*, para abranger o *todos*.

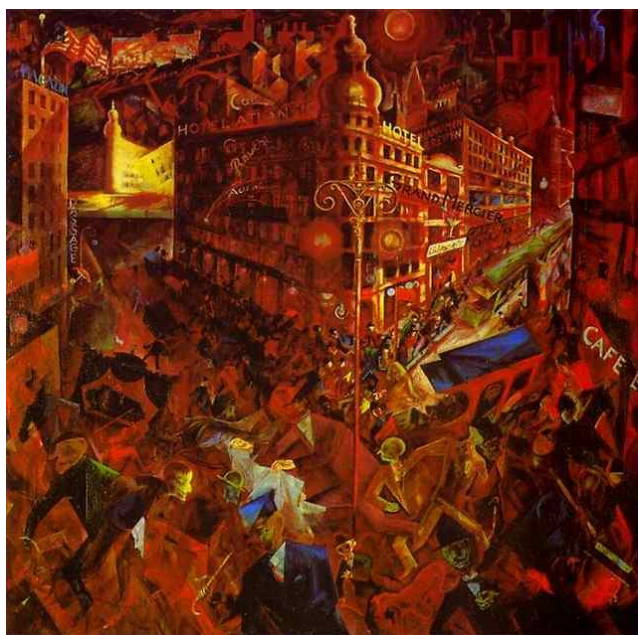


[Fig. 1] James Ensor. *A morte perseguindo o rebanho de humanos*, 1896.

Um pesadelo tenebroso domina *A morte perseguindo o rebanho dos humanos* (1896). Qualquer pessoa com demofobia teria calafrios ao olhar para esta imagem. Aqui a grande massa funde, e cada vez mais passa a transmutar-se em *uno*. Forma um bloco sólido e impenetrável que não deixa um único espaço vazio. O ambiente é tão claustrofóbico e apertado que os olhos do espectador percorrem toda a imagem sem ter uma trégua para descanso. Tudo o que vemos são rostos. Centenas, milhares deles.

Na obra há tantos personagens individuais que essa mesma característica acaba por torná-los anônimos, sujeitos ao protagonismo de um personagem maior que todos nós: a morte. Logo acima das massas lá está ela, preparada com sua foice, visando acertar o máximo possível de indivíduos que conseguir. Mais aterrador que o aglomerado de pessoas, é não ter para onde fugir. As multidões não deixam espaços vazios. Não se pode escapar. Tudo na obra já estava dito: a morte venceria.

A cena de George Grosz se impõe tão desordenada, e até mais caótica, quanto a de Ensor. Suas obras, *The City* (1916-17) e *To Oskar Panizza* (1917-18), também compreendem as aglomerações como algo ameaçador.



[Fig. 2] George Grosz. *The City*, 1916-17



[Fig. 3] George Grosz. *To Oskar Panizza*, 1917-18

Com Grosz o caos reina dentro das massas. Se com o pintor belga (Ensor) nossos olhos pediam uma trégua para descanso, aqui eles imploram. É possível ouvir os gritos de seus personagens saindo de dentro da tela. Os rostos são tão transfigurados quanto os de Ensor, contudo de um jeito mais

animalesco e aterrador. O vermelho a que se submete a cena parece perpassar o inferno particular de cada figura presa ali. Tal imagem assemelha-se às palavras de Garcin, personagem de *Entre quadro paredes* de Sartre: “Então, é isso que é o inferno! Nunca imaginei... O enxofre, a fogueira, a grelha... Que brincadeira! Nada de grelha. O inferno... O inferno são os outros!” (SARTRE, 1944: 23).

O caos se impõe, de modo que não conseguimos destacar figuras nítidas na imagem: “(...) ao integrar a multidão, somos todas pequenas manchas indistintas.” (COLI, 2010: 253). Tudo aqui é confuso, tumultuoso e sanguíneo. Dostoiévski cita em um trecho do seu livro *Crime e Castigo* o desgosto de Raskólnikov ao caminhar pelas ruas de São Petersburgo:

Na rua fazia um calor sufocante, ao qual se juntavam a aridez, os empurrões, a cal por todos os lados, os andaimes, os tijolos, o pó e o mau cheiro peculiar do verão, conhecido de todos os peterburguenses que não possuem uma casa no campo. (DOSTOIÉVSKI, 2011: 13)

Na visão de Dostoiévski tal aglomeração originalmente é constituída por aqueles que não possuem uma condição financeira abastada. Os que tinham dinheiro iam para suas casas de campo. Naturalmente a revolta interna de Raskólnikov contra a sociedade era aparente: “A pobreza o deprimia” (DOSTOIÉVSKI, 2011: 13).

Podemos creditar a Alfred Kubin, em seus desenhos, algumas parcelas do tormento latente em Raskólnikov. De certo modo *Black Mass* (1905) é tudo o que o protagonista não queria para si: ser mais um homem comum, oculto dentre todos os outros da multidão.



[Fig. 4] Alfred Kubin. *Black Mass*, 1905.

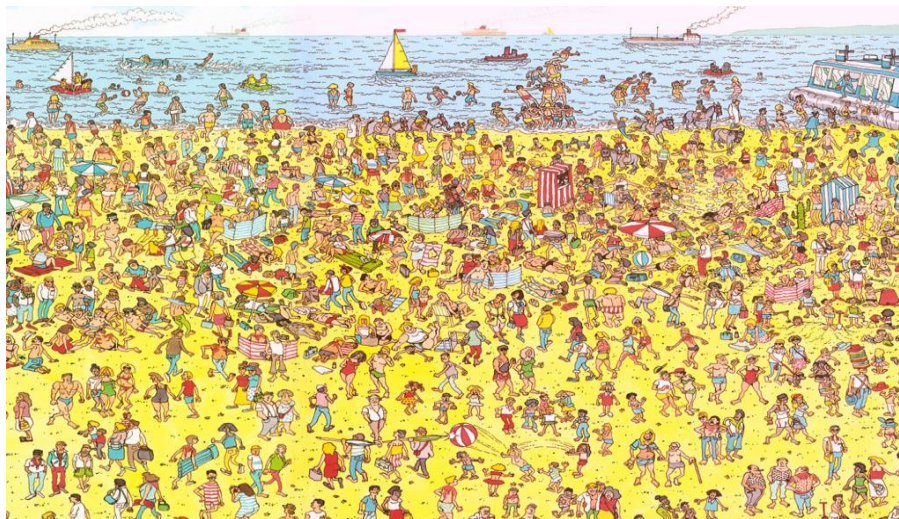
A massa enegrecida está tão aglomerada que passa a ser vista como uma coisa só, tornando-se um vulto negro e único. Diferente de Ensor e Grosz, as máscaras de Kubin são as mesmas que se repetem todos os rostos, o que gera ainda mais esse perfil unificador da cena. Os personagens de *Black Mass* podem se igualar aos terríveis Comensais da Morte presentes no livro de J.K. Rowling².

As multidões modernas trazem para alguns uma percepção de solidão impressa nos indivíduos. No conto *Angústia*, de Anton Tchekhov, Iona passa dia após dia sobrevivendo, e nunca vivendo. Sem espaço para ser ele mesmo, seu desconsolo só aumenta. Ninguém o ouve. Tal sentimento torna-se cada vez mais sufocante, a partir do momento em que o personagem não pode expressar a imensa angústia presa em seu peito pela perda do filho.

Meu filho morreu, e eu continuo vivo... Coisa esquisita, a morte errou de porta... Em vez de vir me buscar, foi procurar o filho... E Iona volta-se, para contar como lhe morreu o filho, mas, nesse momento, o corcunda solta um suspiro de alívio e declara que, graças a Deus, chegaram ao destino. [...] Está novamente só e, de novo, o silêncio desce sobre ele... A angústia que amainara por algum tempo torna a aparecer, inflando-lhe o peito com redobrada força. Os olhos de Iona correm, inquietos e sofrendores, pela multidão que se agita de ambos os lados da rua: não haverá, entre esses milhares de pessoas, uma ao menos que possa ouvi-lo? Mas a multidão corre, sem reparar nele, nem na sua angústia... Uma angústia imensa, que não conhece fronteiras. Dá a impressão de que, se o peito de Iona estourasse e dele fluísse para fora aquela angústia, daria para inundar o mundo e, no entanto, não se pode vê-la. Conseguiu caber numa casca tão insignificante, que não se pode percebê-la mesmo de dia, com muita luz. (TCHEKHOV, 1886)

A compreensão sobre o anonimato de pessoas que constituem as multidões também desenvolveu séries animadas: o jogo do esconde-esconde. Sem dúvida, um dos personagens mais conhecidos do século XX é o de Martin Handford criado em 1987: *Onde está Wally?* O garoto de óculos, gorro e blusa listrada de vermelho e branco já passou por diversas edições, e em cada lugar Wally permanece escondido cabendo ao leitor encontrá-lo.

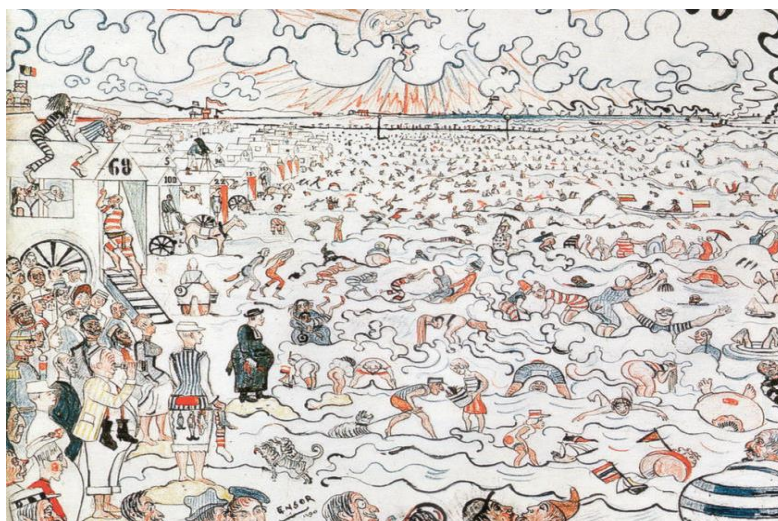
² Esses personagens aparecem na sequência dos livros de *Harry Potter* da autora J.K. Rowling. O interessante é perceber como o anonimato dos personagens de Rowling se aproximam com as figuras de Kubin. Os Comensais da Morte, de forma intencional, ao usarem o manto preto e as máscaras transformam-se em uma grande massa enegrecida. O objetivo é manter-se oculto uma vez que trabalham para o Lorde das Trevas. Além de camuflados, o bloco negro passa a sensação de algo obscuro e sinistro para quem observa. Provavelmente, mesmo que em contextos diferentes, esse era o propósito tanto de J.K. Rowling quanto de Alfred Kubin.



[Fig. 5] Martin Handford. *Where is Wally?*

Parece quase impossível avistar Wally no meio de tantas pessoas. Jorge Coli compreende que “A literatura popular do início do século XX criará obras-primas baseadas na obsessão do disfarce [...]” (COLI, 2010: 252). Desse modo, o disfarce de Wally na série animada também é o ponto crucial para o jogo de esconde-esconde. Aqui, o próprio leitor torna-se uma espécie de Sherlock Holmes ao tentar responder a questão: onde está Wally?

Curioso é notar como a obra de James Ensor, *Os banhos em Ostende* (1890) se aproxima da criação de Handford.



[Fig. 6] James Ensor. *Os banhos em Ostende*, 1890.

A multidão de Ensor em torno da praia puxa algumas tonalidades do vermelho e branco tão presente em *Onde está Wally*. E assim como a série animada, percebe-se que a ideia de aglomeração parte do mesmo princípio: o de confundir quem observa. A diferença é que os personagens de James Ensor vão perdendo a nitidez conforme se afastam do primeiro plano, enquanto em Wally, os detalhes ainda permanecem visíveis mesmo que distantes.

Podemos concluir que os diferentes aspectos das massas, como trabalhadas por pintores e escritores, denotam uma preocupação geral desses artistas com um problema moderno de urbanização. Nos personagens dissimulados de múltiplos rostos de Ensor, nas figuras unificadoras de Kubin, no caos generalizado de Górsz, no calor sufocante das ruas de Dostoiévski, na angústia compassada de Tchekhov, ou no mistério que envolve a busca de Wally... De certa forma, todas essas figuras que se perdem nas aglomerações trazem consigo a visão de *O Homem da Multidão*: “Há certos segredos que não se deixam contar.” (POE, 1840: 1).

Esses segredos tão profundos ocultam o indivíduo, em tal densidade, que a multidão passa a se constituir de pessoas invisíveis. E, como um bloco sólido, temos: *A Multidão dos Invisíveis*.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*, trad. Port. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Editora brasiliense, 1989.

COLI, Jorge. *O corpo e a liberdade*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e Castigo*, trad. Port. Natália Nunes e Oscar Mendes. Porto Alegre, RS: L&PM, 2011.

POE, Edgar Allan. *O Homem da Multidão*, trad. Port. Dorothée de Bruchard, 1840. In: <http://www.bestiario.com.br/12_arquivos/O%20Homem%20da%20Multidao.html> Acesso em: 02 de out. 2017.

SARTRE, Jean Paul. *Entre quatro paredes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TCHEKHOV, Anton. *Angústia*, trad. Port. Boris Schnaidermann, 1886. In: <<http://www.m.vermelho.org.br/noticia/145066-1>> Acesso em: 02 de out. de 2017.

Fontes:

ENSOR, James. *A morte perseguindo o rebanho de humanos*: 1896. 1 grav., água forte sobre papel do Japão, 23,4 x 17,5 cm. Coleção Mira Jacob, Paris.

ENSOR, James. *Os banhos de Ostende*: 1890. 1 original de arte, Giz negro – lápis de cor e olho sobre madeira, 37,5 x 45,5 cm. Coleção particular.

GROSZ, George Grosz. *The City*, 1916-17. 1 original de arte, óleo sobre tela, 100 x 102 cm. Museu Thyssen-Bornemisza, Madrid.

GROSZ, George. *To Oskar Panizza*, 1917-18. 1 original de arte, óleo sobre tela, 114 x 110 cm. Museu Staatsgalerie Stuttgart, Alemanha.

HANDFORD, Martin. *Where is Wally?* In: <http://www.nerdbbox.com.br/wp-content/uploads/2012/03/Play-Wheres-Waldo-Online-Puzzle-Game-Beach1.jpg>

KUBIN, Alfred. *Black Mass*, 1905. Caneta sobre cartão, 26 x 36 cm. Coleção particular, Viena.

O ELO PERDIDO DA IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DE SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA DE SALVADOR: UM ESTUDO SOBRE RETABULÍSTICA¹

Renata da Silva Palheiros²

Resumo:

Exemplar único na arquitetura colonial brasileira, a igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Salvador, Bahia, inspira pesquisadores e artistas em torno de sua expressiva fachada-retábulo, do Mestre Gabriel Ribeiro, desde o século XVIII. Sua talha original barroca, removida no século XIX para se adequar ao estilo Neoclássico vigente no momento, gera igual ou maior interesse pela sua ausência. Este trabalho se propõe a levantar questionamentos e possibilidades em torno do retábulo barroco original, perdido nos oitocentos. Buscaremos construir, tendo como base a tipologia retabular, um possível protótipo do retábulo-mor que possa ter existido naquela igreja, compondo um dos conjuntos arquitetônicos mais significativos da arte sacra brasileira.

Palavras-chave: Arte sacra. Retábulo. Fachada-retábulo. Ordem Terceira Franciscana. Gabriel Ribeiro.

THE MISSING LINK OF THE THIRD ORDER'S CHURCH OF SÃO FRANCISCO DA PENITÊNCIA OF SALVADOR: A STUDY ON RETABULÍSTICA

Abstract:

A unique example from Brazilian colonial architecture, the church of the Third Order of San Francisco of Penitence in Salvador, Bahia, inspires researchers and artists around its expressive façade-altarpiece, by Master Gabriel Ribeiro, since the 18th century. Its original Baroque carving, removed off in the 19th century to suit the current Neoclassical style, generates equal or greater interest in its absence. This work proposes to question the possibilities around the original baroque altarpiece, lost in the eight hundred. We will try to construct, based on the retabular typology, a possible prototype of the main altarpiece that may have existed in that church, composing one of the most significant architectural ensembles of Brazilian sacred art.

Keywords: Sacred art. Altarpiece. Facade-altarpiece. Franciscan Third Order. Gabriel Ribeiro.

¹ Este artigo é uma continuidade de pesquisa iniciada para a minha monografia de pós-graduação: "O uso da fachada-retábulo no Brasil colonial: a Ordem Terceira de São Francisco da Penitência de Salvador", apresentada em 2017 no Programa de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História da Arte Sacra da Faculdade de São Bento do Rio de Janeiro.

² Pós-graduada em História da Arte Sacra - FSB RJ, Graduada em Comunicação Social – UFF. E-mail: repalheiros@yahoo.com.br

Introdução:

Salvador, meados do século XVII, a capital da colônia fervilhava com o aquecimento da economia promovido pelo comércio do ouro e da cana de açúcar. A cidade se desenvolvia como centro político e religioso. A Igreja, como instituição, refletia esse crescimento com a instalação de novas ordens religiosas e a necessidade de se erigir seus templos. A Ordem Terceira de São Francisco, criada aos fiéis que queriam seguir os preceitos da vida religiosa de Francisco de Assis, como a pobreza, castidade e obediência, sem abdicar de sua vida leiga, foi fundada ainda no século XIII, poucos anos antes da morte de Francisco, por ele e Clara, e foi aprovada pelo papa Honório III em 16 de dezembro de 1221 (GARCEZ, 2007: 32). Quatrocentos anos depois, a Venerável Ordem Terceira da Penitência do Seráfico Padre São Francisco da Congregação da Bahia era fundada, mais precisamente no ano de 1635, pelo Frei Cosme de São Damião, então Custódio da Província, num período, segundo Marieta Alves, em que a Ordem Terceira ressurgia na Europa (1946: 13).

Com o crescimento da ordem e de suas necessidades, logo se tornou necessária a construção de um prédio próprio, ao invés de utilizar as dependências dos irmãos primeiros do Convento de São Francisco. Através de um concurso público, diversas propostas foram apresentadas. Infelizmente não se tem registro das plantas e projetos apresentados, apenas o que foi documentado em reunião pelo secretário Manoel Alves Caminha, no dia 18 de dezembro de 1701:

... se presentarão nella varias e differentes plantas feitas pelos Mestres Architectos desta cidade, para que de todas ellas se fizesse escolha da que se mostrou melhor, seguindo o parecer de mais scientes votos e por ella se proseguir na fabrica das obras que esta Vem. Ordem 3^a intenta edificar; e sendo vistos e ponderadas com a maior attenção as ditas plantas se fez escolha de uma feita pelo Mestre Gabriel Ribeiro, por ser ella a que se achou mais bem repartida em melhor proporção e com todas as circunstances conducentes ao magnífico da obra e luzes della (ALVES, 1948: 15-16).

A decisão foi unânime, e Gabriel Ribeiro, carpinteiro português chegado à Bahia há poucos anos, iniciou as obras daquela que se tornaria o exemplar único no Brasil, no que diz respeito à sua estrutura e composição ornamental de sua fachada principal, uma fachada-retábulo barroca ímpar. Tal qual sua fachada, acredita-se que a talha que compunha sua nave principal e altar tenham sido igualmente ricas e bem trabalhadas. Nas primeiras décadas do século XIX, o gosto artístico vigente era o neoclássico, estilo “oficial” que se consagrou com a Missão Francesa ao Brasil, e preponderou nas igrejas da capital baiana:

houve na Bahia uma verdadeira escola de entalhadores neoclássicos, capazes de inventar formas novas e elegantes. A vitalidade dessa escola advém, sem, dúvida, da maneira como as formas neoclássicas, importadas no fim do século precedente, se encaixaram nas formas do estilo rococó, de tal maneira que parecem produto de geração espontânea. Existe continuidade na tradição das oficinas, que conservaram bastante as formas e a habilidade manual da época rococó, quando já se praticava o ornamento recortado em cinzeladura. Enquanto isso, na Metrópole, o neoclassicismo assumia, desde o fim do século XVIII, um caráter de reforma com características reacionárias, que provocou espontaneamente a rejeição do estilo rococó, banindo impiedosamente o jogo de curvas para implantar a rigidez das linhas retas. A distância permitiu portanto à Bahia criar um estilo autóctone (BAZIN, 1956: 310).

Luiz Freire ressalta ainda a influência dos tratados de arquitetura que circulavam no meio:

Cada oficina artística mantinha o seu acervo iconográfico que, certamente, era constituído por tratados e gravuras de várias épocas, dando-se especial atenção às novidades das gravuras mais recentes, aquelas que definiam o gosto mais “moderno” e que serviam de argumento para a substituição dos antigos retábulos por novos (FREIRE *in* MELLO, 2013: 174)

Nesse contexto, a mesa administrativa da ordem decidiu fazer uma grande reforma na igreja, removendo toda a talha original, que:

reconhecendo o estado de deterioração em que se acha o antigo retábulo da Capella mor da nossa Igreja, e a necessidade de se fazer hum novo retábulo, e igualmente os mais ornatos da mesma Capella mor, compreendendo do arco cruzeiro para dentro (ALVES, 1948: 50)

Substituindo-o, assim com as pinturas e demais ornatos, pelo que encontramos hoje na igreja. Não se tem, até hoje, registros visuais de como seria essa talha original, nem seu retábulo-mor.

Em vista disso, este trabalho tem como objetivo, através de indícios deixados ao longo da história e da teoria retabulística, levantar possíveis traças desse retábulo, desse elo perdido na história da arte sacra colonial.

Desenvolvimento:

Ao adentrar a igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência hoje, visiona-se um elegante retábulo-mor, de fundo claro e ornatos em dourado, rígido com suas colunas que levam ao coroamento. Sobre o trono, a imagem de Cristo crucificado. Uma talha de impecável execução, de

linhas limpas e bem definidas. A nave é composta por mais seis retábulos laterais. Toda a talha foi obra de José de Cerqueira Torres. As paredes laterais ao arco cruzeiro trazem pinturas do renomado Antonio Joaquim Franco Velasco, responsável também pelo douramento, assim como as pinturas do teto da nave, em caixotão. Embora de extrema elegância e apuro em sua execução, pois não há como negar o zelo e envolvimento da ordem em não poupar despesas para se ter o que havia de melhor na época, de matéria prima à mão de obra, há que se admitir que existe um contraste de expectativa quando o fiel ou visitante depara-se com a fachada ornamentada e depois adentra a nave da igreja.

Analisando-se o trabalho de Gabriel Ribeiro, é de se cogitar que ele haveria projetado um conjunto uniforme, coerente com seu tempo e com seu estilo artístico. E nesse exercício criaremos uma lacuna momentânea, na qual sai a talha de Cerqueira Torres e permanece apenas uma parede em branco. É nessa parede que irão se projetar os elementos encontrados ao longo da história para se recompor uma possibilidade de talha que teria ocupado aquele vão da capela central.

Para tal é preciso compreender como se compõe a estrutura de um retábulo, elemento fundamental da composição do altar, posicionado atrás da mesa, e que, por ser originalmente composto por uma tábua de madeira pintada, ganhou esse nome³. Com o passar dos anos, sua estrutura foi de uma tábua para estruturas com nichos, colunas, frontões, altares, etc. Suas características alteram de acordo com o período, o estilo artístico e o país de origem. No Brasil Colonial tivemos algumas tipologias específicas, que foram levantadas por Lucio Costa. Elas trazem as características principais de composição comum aos retábulos de determinados estilos artísticos. Basicamente, eles podem ser divididos, para análise, em três partes, sua base (a parte mais rente ao chão) que pode acompanhar a altura da mesa do altar; o corpo, parte central que compreende o nicho ou camarim, onde se encontra a imagem devocional, ladeado por colunas; e o coroamento, que encerra o retábulo. Muitos de seus elementos são arquitetônicos, tal qual o de uma fachada, como colunas, entablamentos, pináculos, frontão, etc.

Para se “recompor” o retábulo proposto, será necessário partir de uma dessas tipologias. Mas para saber como ele era anterior ao segundo reinado, iremos iniciar com um depoimento que se trata do único registro de como a talha da igreja pode ter sido composta, concedido pelo Secretário Luiz

³ A palavra “retábulo”, provém do catalão “retaule” (*retablo* em espanhol), composta do latim “retro” e “tabula”, de referência à sua localização na parte posterior da mesa do altar. Define-se como uma “ancona” de grandes dimensões, incluída em uma cornija arquitetônica e constituída de partes pictóricas e plásticas ligadas entre si por elementos em estuque, mármore, ou madeira pintada quando não dourada (GÓIS, 2005: 30).

Gomes Coelho ao cronista Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão na publicação *Novo Orbe Seráfico Brasília*, em 1760:

He esta Igreja de grandeza sufficiente, e bem ordenada architectura. Occupa de frente sessenta e dous palmos, e de fundo cento e trinta e sinquo. Tem sette altares, seis pelos lados, em que se venerão os Santos da Ordem: a saber; o nosso Santo Patriarcha, S. Izabel Rainha de Portugal, S. Roza de Viterbo, S. Izabel Rainha de Ungria, S. Luiz Rey de França e S. Ivo Doutor. No altar mor se adoro o Christo Crucificado, N. P. S. Domingos, S. Antonio, e a Puríssima Conceição da Senhora. Todos estes altares se achão muito bem ornados, e com todos os parâmetros necessários. Nelles se costumão celebrar anualmente para sima de vinte mil missas, nas quais entrão as que se dizem pelas obrigações, e encargos da ordem, pelas almas dos Irmãos defuntos, que determinarão em seus testamentos se mandem dizer em a nossa Igreja. O tecto, e as paredes della estão cubertas todas de talha dourada, e ricos payneis. Tem hum formozo órgão no meyo do choro, e athe o próprio frontispício he de pedra entalhada toda, com grande custo. Da mesma forma he ornada a Sachristia, consistório, Caza de Noviciado, e santuário, não lhe faltando todas as officinas necessárias, como são cemitério, ou carneyro de abóboda por baixo da capella mor, claustros para Via-Sacra, moradias para os serventes, e Sachristão, caza da fábrica – Alegrete com poço, e nora de agora, e todas as mais accomodações necessárias (COELHO *apud* ALVES, 1948: 18).

Outro elemento fundamental para orientar essa linha de pensamento é o retábulo que se encontra na Sala do Consistório, contemporâneo à fachada, e extremamente bem conservado. Esses dois elementos, tanto o depoimento de Coelho, em que se tem a talha toda dourada e muito ornamentada, tal qual sua fachada; quanto o retábulo remanescente indicam que o ponto de partida é a tipologia barroca. No entanto, no Brasil, tivemos dois modelos de retábulo barroco, o chamado Nacional Português e o Barroco Joanino. Ambos trazem em si a característica do excesso de ornamentação compondo sua estrutura, geralmente dourada, terminando com o coroamento em arco, sendo o joanino ainda mais exuberante e quebrando as linhas do coroamento com frontões interrompidos, além de ganhar um trono sinuoso e ricamente ornado para a imagem central. O estilo Nacional Português é mais contido e com menor profundidade, características não apenas encontradas na fachada da igreja, como é a tipologia em que se enquadra o retábulo da Sala do Consistório, parecendo ser a mais adequada para a escolha da linha de pensamento deste trabalho, como visto na Figura 1.

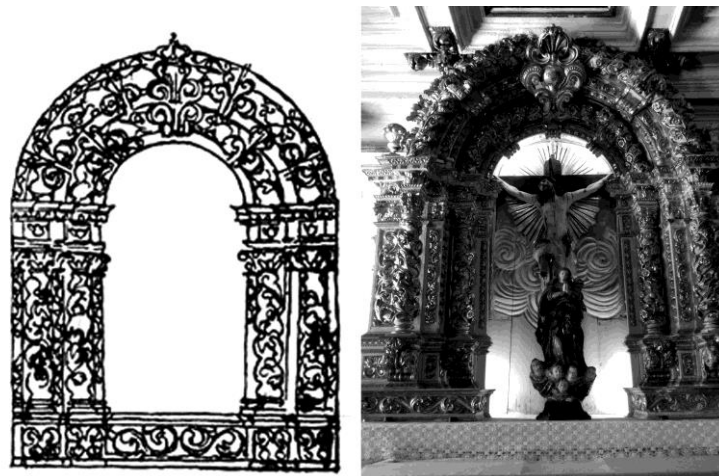


Figura 4 – Tipologia de retábulo Nacional Português, à esquerda (COSTA, 2010: 162), retábulo da Sala do Consistório, à direita (foto da autora, 2016).



Figura 5 – Fachada da igreja (foto da autora, 2016)

O terceiro elemento que compõe a lista de indícios é a própria fachada em si (Figura 2), à qual dedicaremos um detalhamento maior. Descrevendo os componentes iconográficos da fachada, tal qual a leitura de um retábulo, nota-se que a igreja está dividida em dois corpos mais o frontão.

Analisando de baixo para cima, o primeiro corpo, atualmente, possui uma porta central e duas laterais menores, em cor esverdeada, com arcos de volta inteira (ou arco pleno), e almofadas em relevo. A porta central é adornada por um friso e uma cartela com as inscrições “IHS” e “1703 os S.D.P.M”. O primeiro número é referente à data da conclusão da obra, 1703, e as portas laterais são encimadas por óculos elípticos, adornados por coroas de louros nas bases. Separando as portas, há dois pares de quartelões com três mísulas cada um e detalhes fitomórficos, encimadas por cabeçorras esculpidas com olhos semicerrados e finalizadas com capitel jônico. A base das pilastras constitui-se em um dos poucos espaços livres de ornamentos, toda a parede é preenchida com ornamentação fitomórfica, como preza o Barroco, segundo o sentido do *horror vacui* ou medo do vazio. Um entalhamento cujo friso é adornado por volutas entrelaçadas separa o primeiro do segundo corpo. Originalmente, havia apenas uma porta central, as outras duas foram construídas, após a reforma do interior da igreja, para possibilitar maior luminosidade.

O segundo corpo possui um nicho central decorado com folhas de acanto, com imagem de São Francisco Penitente ao centro olhando para uma caveira na sua mão esquerda. Duas pilastras adossadas à parede (em quase sua totalidade) e encimadas por mísulas ressaltam o nicho, folhas de acanto em volutas destacam-se no entorno. Abaixo do nicho, uma imponente mísula (que se repete duas a cada lado) se destaca como um pedestal para a imagem, uma espécie de peanha, adornada por ornamentos florais. Sobre o nicho, duas meias figuras, com parte superior do corpo feminino e inferior em folhas de acanto, lembrando sereias aladas. Ambas seguram uma coroa sobre uma cartela com inscrição *Agite Panitent* (Fazei Penitência) dentro de um livro. Todo esse conjunto é ladeado por videiras.

Dando continuidade às pilastras do primeiro corpo, outras quatro pilastras compartmentam os setores no segundo. Possuem mísulas nas partes superior e inferior, e o fuste é composto por figuras alegóricas espelhadas do lado direito e esquerdo, formando um par de cada lado. Sob as figuras, mascarão solar e querubim. As imagens externas sobre o mascarão são Cariátides, enquanto as internas sobre os querubins são representações de Hermes. Embora não sejam interpretações definitivas, os atributos das imagens, assim como suas posturas e a tendência barroca de retomada do uso desse tipo de imagem, podem levar a essa linha de pensamento.

Entre os pares encontram-se as janelas do coro, simples e discretas, que se destacam pela tintura esverdeada e pela balaustrada. Sobre cada uma das janelas, um grande medalhão do coração coroadado. Nota-se que as imagens não são iguais dos dois lados da igreja, reforçando um conceito de

dualidade presente em outros elementos da fachada (os corações, as figuras das colunas e os mascarões, os anjos do topo do frontão), que aparentam um espelhamento, uma busca por uma polaridade. Arrematando o segundo corpo, repete-se o mesmo entablamento com friso de volutas do andar inferior, com um medalhão marcado pela presença de uma ave, definida como águia por Casimiro, sobre um grande mascarão felino de boca aberta. Ao redor do conjunto, uma fita na boca da ave traz a inscrição *Per Penitentiam Coelo Apropinquamus* (Pela penitência nos aproximamos do céu).

O frontão é demarcado por pináculos nas extremidades, ladeados por duas grandes volutas ricamente ornamentadas, com grandes folhas de acantos. Dois anjos “apresentam” o centro do frontão que traz uma Esfera Armilar como emblema da Coroa Portuguesa. Ao lado da esfera, a corda com os três nós franciscanos e as chagas de São Francisco. Sobre a esfera, o símbolo da Ordem, os braços cruzados de Francisco e Cristo, e acima, uma cruz com a coroa de espinhos culminando numa pequena concavidade em forma de concha vieira, tudo adornado por folhas de acanto. No cume do frontão, o acrotério ladeado por dois anjos, traz a caveira com dois pares de ossos cruzados, acima e abaixo, com a cruz principal no topo.

Essa profusão de ornatos que se vê na fachada da igreja é fruto de um fenômeno do barroco em que os ornamentos já não se comportam mais dentro de limites, ganham as paredes da nave e mesmo as fachadas, a tal ponto que, pode-se dizer que o retábulo foi replicado na fachada. Em algumas igrejas, essa linguagem é realmente atingida, a fachada torna-se um preâmbulo do que será encontrado no retábulo-mor dentro da igreja, tendo se destacado principalmente nos países de influência espanhola.

É com base nessa teoria da transposição que aqui se propõe a transposição reversa, ou seja, tendo como base a fachada, será composto o retábulo, utilizando para isso as informações adquiridas anteriormente sobre a tipologia. Essa é uma informação crucial, pois o mau direcionamento pode levar a um resultado totalmente diverso do esperado. Se a recomposição fosse feita tendo como base apenas a fachada, sem atentar para os indicativos históricos do período e da própria igreja, teríamos um resultado destoante, isso porque a estrutura da fachada de Ribeiro traz em si, traços maneiristas, mas a forma como os ornatos e elementos foram aplicados são do gosto barroco português. O uso profuso de folhas de acanto por toda a fachada demonstra essa influência, assim como a retomada do uso de imagens mitológicas.

Já numa segunda simulação (Figura 3), em que todos os elementos históricos e artísticos foram considerados, obteremos um resultado que se adequa a um retábulo nacional português, onde se manteve a base do estilo, tal qual o retábulo da Sala do Consistório, mas se preencheu com os elementos que compõe a fachada da igreja, levando-se em conta, sobretudo, a fatura do artista Gabriel Ribeiro. Características essas encontradas não apenas na igreja dos terceiros, mas também na portada do Solar do Saldanha, hoje, Liceu de Artes e Ofícios de Salvador.

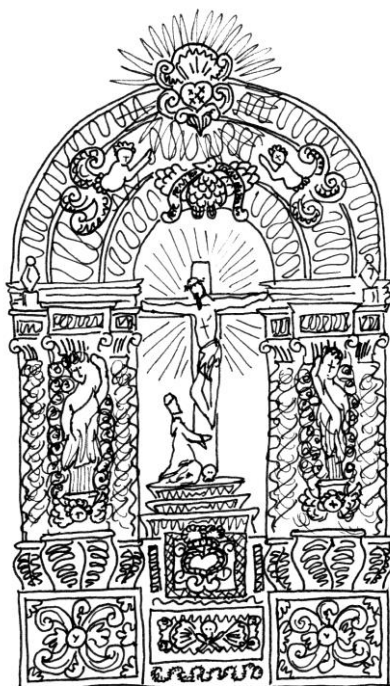


Figura 6 – Resultado da transposição de elementos da fachada para um retábulo Nacional Português.
(desenho da autora, 2017)

Considerações Finais:

A partir da proposta apresentada é possível encontrar infinitos resultados, que, ainda por falta de mais documentos históricos, não é possível atestar uma resposta conclusiva de como realmente foi o retábulo-mor da igreja dos terceiros franciscanos de Salvador. No entanto, podemos levantar essas hipóteses seguindo os vestígios históricos e artísticos, estes principalmente dados pela fatura e estilo do artista Gabriel Ribeiro.

É importante frisar como essas simulações atentam para o cuidado que se deve tomar ao empregar a teoria da transposição retabular, e como os resultados alteram ao se tentar reconstruir um retábulo a partir de uma fachada, e não o contrário. Ao se estudar uma fachada-retábulo é preciso ter em conta que as fachadas cederam os elementos que compõem um retábulo, mas é o retábulo quem inspira a fachada retabular.

Bibliografia:

ALVES, Marieta. *História da Venerável Ordem 3ª. da Penitência do Seráfico Pe. São Francisco da Congregação da Bahia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948.

ALVIM, Sandra. *Arquitetura Religiosa Colonial no Rio de Janeiro – vol. I*. Rio de Janeiro; Ed UFRJ/IPHAN, 1997.

BAZIN, Germain. *A Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil, vol 1*. Rio de Janeiro: Record, 1956.

COSTA, Lucio. *A arquitetura dos jesuítas no Brasil*. São Paulo: Revista ARS vol.8 no.16, 2010

GARCEZ, Angelina. *Ordem Terceira de São Francisco de Assis da Bahia*. Salvador: UFBA, 2007.

GÓIS, Antonio José Sapucaia de Faria. *Fatores Condicionantes na Morfologia do Retábulo*. Tese de Doutorado, FAU – USP. São Paulo, 2005.

LINS, Eugênio de Ávila. O trabalho do Mestre Carpinteiro Gabriel Ribeiro na Ordem Terceira de São Francisco de Salvador. In FERREIRA-ALVES, Natália Marinho (coord). *Os Franciscanos no Mundo Português II – As Veneráveis Ordens Terceiras de São Francisco*. Porto: CEPESE, 2012.

MELLO, Magno Moraes (org.). *A Arquitetura do Engano: perspectiva e percepção visual no tempo do barroco entre a Europa e o Brasil*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013.

SANTOS, Ana Palmira Bittencourt. *Mentalidade e Estética na Bahia Colonial* (dissertação de mestrado). Salvador: UFBA, 1995.

A PLACA D. PEDRO II, DE ADALBERTO MATTOS: AS VISÕES REPUBLICANAS E A MEMÓRIA DO MONARCA

André Luiz Fagundes Claudio¹

Resumo:

A obra *Dom Pedro II*, de Adalberto Mattos, apresenta-se com uma ótima fonte para o estudo da produção iconográfica relativa ao Imperador D. Pedro II durante as primeiras décadas do século XX. Nesse sentido buscamos analisar a obra e seu contexto de produção, relacionando-a com aquele momento vivido pelo país, marcado pelo centenário de independência e os debates relativos às memórias de Pedro II e do antigo regime monárquico.

Palavras-chave: Adalberto Mattos, Dom Pedro II, Iconografia, Primeira República.

THE PLATE D. PEDRO II, BY ADALBERTO MATTOS: THE REPUBLICAN VISIONS AND THE MEMORY OF MONARCH

Abstract:

The work *Dom Pedro II*, by Adalberto Mattos, presents itself as a great source for the study of the iconographic production related to the Emperor D. Pedro II during the first decades of the XX century. In this sense we aim to analyse the work and its context of production, relating it to that moment experienced by the country, marked by the independence centenary and the debates related to the memories of Pedro II and the old monarchic regime.

Keywords: Adalberto Mattos, Dom Pedro II, Iconography, First Republic.

¹ Graduado em Licenciatura em História pela UFJF. Graduando em Bacharelado em História pela UFJF. E-mail: andre_luiz.fc@hotmail.com

1. Introdução:



01. MATTOS, Adalberto. D. Pedro II, 1929. Acervo: Museu Mariano Procópio.

O presente artigo busca estudar a obra de arte *Dom Pedro II*, que atualmente encontra-se no acervo do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. Buscaremos compreender o contexto de sua produção, seu espaço dentro da iconografia relativa a sua temática, assim como apresentar um breve histórico desse objeto.

A obra *Dom Pedro II* (Fig.01) é uma placa em gesso, de autoria de Adalberto Mattos. Possui dimensões de 19 cm de largura, 23 cm de altura e 3 cm de profundidade. Sua produção é datada de 1929.

Na placa podemos observar, ao centro, uma efígie do imperador brasileiro Dom Pedro II, representado já maduro, em trajes civis. Abaixo de sua imagem, o nome do personagem e os anos de seu nascimento e falecimento, respectivamente 1825 e 1891. A figura é acompanhada em suas laterais por duas frases. Na esquerda, lemos: “*A república arrancou-lhe o throno*”, e, em sua lateral direita: “*A pátria deu-lhe a terra em que repousa*”. No transcorrer desse artigo nos aprofundaremos no significado desses escritos e como são tratados nessa obra.

A obra em si encontra-se em uma moldura de madeira, com o fundo em feltro vermelho, onde está alojada, e logo abaixo dela temos uma pequena placa de metal com o nome do artista.

Atualmente encontra-se danificada em dois pontos. Uma rachadura a corta transversalmente no canto superior esquerdo, enquanto uma outra a parte inteiramente na vertical em seu lado direito. Não nos é conhecido o motivo e o momento desses estragos, sendo porém posterior ao ano de sua produção, visto que em uma das imagens encontradas da placa em nossa pesquisa, do ano de 1929, ela aparece intacta.

Esse é então o aspecto da obra que tratamos nesse artigo. Em um primeiro momento, aparenta conter poucos elementos se comparado com outras obras de arte, entretanto, ainda é capaz de suscitar algumas questões a respeito de seu sentido, em especial no relativo ao contexto no qual foi produzida.

Como veremos, a década de 1920 constituiu-se em terreno fértil para representações artísticas do último imperador brasileiro, devido especialmente aos marcos temporais do centenário da independência do país em 1922 e o centenário de nascimento do próprio imperador em 1925. Tais marcos intensificam o interesse popular ao redor da figura de Pedro II, suscitando debates a respeito de seu espaço na memória nacional e produzindo renovadas representações do monarca (FAGUNDES, 2008: 03). A década de 20 é ainda o momento em que os restos mortais de Pedro II e sua esposa Thereza Christina retornam ao Brasil, junto com a revogação do banimento dos membros da família das terras brasileiras.

Nesse sentido a obra de Adalberto Mattos constitui interessante objeto de estudo, sobre o qual buscaremos investigar a influência desse universo iconográfico sobre a forma como o artista representa o personagem da placa, tendo como questionamento: se podemos considerar determinados aspectos em comum, que marcam a forma como esse personagem tem sua imagem revisitada e seu lugar na memória reexaminado durante o período das primeiras décadas do século XX, em que medida podemos constatar tais aspectos na obra em questão?

2. Artista e Histórico da Obra:



02. ADALBERTO Mattos. Rio de Janeiro, 1912. Acervo Digital da Biblioteca Nacional.

Adalberto Pinto de Mattos (Fig.02), foi um artista brasileiro nascido em Vassouras (RJ), em 13 de março de 1888, e falecido em 1966 no Rio de Janeiro (BRANCATO, 2013: 349). Teve uma ampla produção artística nas primeiras décadas do século XX, além de ter atuado como professor em diversas instituições.

Seus estudos em desenho iniciaram-se no Liceu de Artes e Ofícios, onde posteriormente passou a atuar como professor de Desenho, Modelagem e Gravura em metal durante 48 anos, a partir de 1908². Em 1902, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, tendo sido discípulo, entre outros, de Giorgio Girard, com o qual se especializou na gravação de metais e pedras preciosas (BRANCATO, 2013: 349).

Obteve no Salão Nacional de Belas Artes as premiações de *Menção Honrosa de 2º Grau*, em 1907; *Menção Honrosa de 1º Grau*, em 1908; *Prêmio Viagem à Europa*, em 1909, com o qual viaja para a Itália; *Grande Medalha de Prata*, em 1912; *Pequena Medalha de Ouro*, em 1913; e, finalmente, *Grande Medalha de Ouro*, em 1926³, com a obra “*Plaquete da Sociedade Nacional de Agricultura*” (Fig.03), sendo eleito com unanimidade pelo júri⁴.

Exerceu diferentes funções, dentre as quais noticiário e crítico de arte da *Revista Ilustração Brasileira*, trabalhando também no *O Malho* e *A Folha*. Dentre as instituições das quais Adalberto foi membro, podemos citar a *Academia Brasileira*



03. MATTOS, Adalberto. Plaquete da Sociedade Nacional de Agricultura, 1926. *Revista Ilustração Brasileira*, n. 73, set. 1926, p.31



²MATTOS, Adalberto Pinto de. Pasta com documentação diversa sobre o artista. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. 1 pasta (ca. de 50 docs.). Acervo da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes.

³Idem

⁴Idem

de Belas Artes e as Sociedades Brasileira de Belas Artes, Mineira de Belas Artes e Fluminense de Belas Artes⁵.

Além da placa Dom Pedro II, encontramos presentes no acervo do Museu Mariano Procópio outras obras de autoria de Adalberto, sendo elas *Lex et Labor* (Fig.04), placa em bronze, datada de 1911; *Plaquete Coelho Netto* (Fig.05), placa em gesso, de 1928; e a placa em bronze *25º Aniversário da Abolição* (Fig.06), de cerca de 1913 e de autoria atribuída ao autor.



04. MATTOS, Adalberto. *Lex et Labor*, placa em bronze, 1911. Acervo: Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4162#ad-image->



05. MATTOS, Adalberto. *Plaquete Coelho Netto*, placa em gesso, 1928. Acervo: Museu Mariano Procópio. Fotografia por: O Malho; Edição 1336 (1928), pp. 22



06. MATTOS, Adalberto (atribuído). *25º Aniversário da Abolição*, placa em bronze, 1913 (cerca). Acervo: Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=8356#ad-image-0>>

Na ficha presente na Coleção Online do Museu Mariano Procópio, obra *D. Pedro II* aparece datada como de 1929. Em nossa pesquisa, fomos capazes de traçar uma referência à obra, nesse mesmo ano, no jornal carioca *Correio da Manhã*. No periódico em questão, a obra é listada como uma das que foram adquiridas por Alfredo Ferreira Lage no Salão de 1929⁶, junto aos trabalhos *Bandeirante*, de Rodolpho Amoedo; *Meu Pae*, de Quirino Campofiorito; além de uma coleção de medalhas de autoria de João Loubre. Informa-nos o jornal que tais obras foram adquiridas para o Museu Mariano Procópio. Não é de surpreender que Alfredo Ferreira Lage, dotado de inclinações políticas monarquistas (FREESZ, 2015: 45), tenha se interessado pela obra em questão.

⁵Idem

⁶*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro. 7 set. 1929, p. 03.

Além disso, através do mesmo jornal⁷, somos informados que nesse Salão o Sr. Ferreira Lage foi responsável por 25 contos em obras adquiridas na exposição e direcionadas ao seu museu. Quantia bastante significativa frente aos 70 contos totais orçados por aquisição de obras no Salão em questão⁸.

A placa aparece ainda na revista *Ilustração Brasileira*, em edição de novembro de 1929, em uma exposição de imagens relativas ao Salão daquele ano. Podemos observá-la detalhadamente, ainda que em preto e branco, com a placa aparecendo nesse momento sem as rachaduras que atualmente a marcam (Fig.07).

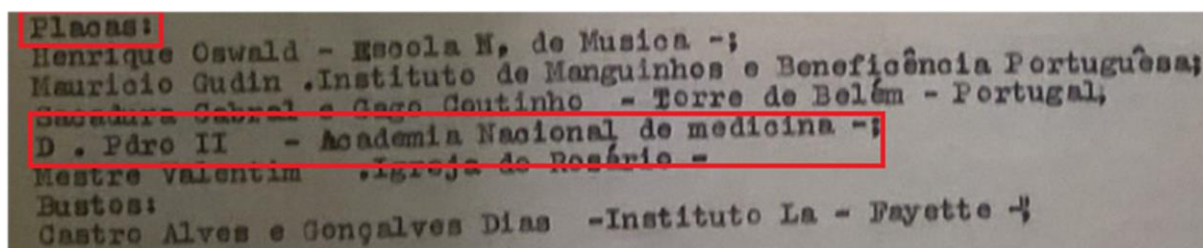


07.Revista Ilustração Brasileira; Edição 111 (Novembro de 1929); Pp. 17

Uma questão, que despertou nossa atenção e para o qual nossa pesquisa ainda não foi capaz de encontrar uma resposta, é a referência à obra nos dados biográficos de Adalberto Mattos, documentação que se encontra na Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes. Em determinado trecho do documento (Fig. 08), a placa *D. Pedro II* aparece como estando localizada na Academia Nacional de Medicina, instituição sediada no Rio de Janeiro.

⁷Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 29 set. 1929, p.02.

⁸Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 29 set. 1929, p.02.



08. Referência à placa D.Pedro II nos dados biográficos de Adalberto Mattos(grifo nosso). MATTOS, Adalberto Pinto de. Pasta com documentação diversa sobre o artista. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. 1 pasta (ca. de 50 docs.).

Sabemos pelas fontes consultadas que a placa foi adquirida para o Museu Mariano Procópio já no ano de 1929, logo após sua exposição no Salão Nacional, de modo que nos parece provável a hipótese da existência de uma reprodução da mesma, que naquele momento estaria localizada na instituição em questão. A Academia Nacional de Medicina conta com um museu, chamado Museu Inaldo de Lyra Neves-Manta, dedicado à história e memória da medicina no Brasil, e que, de acordo com seu site, encontra-se temporariamente fechado no momento de escrita desse artigo. Ainda no site do museu, não há informações detalhadas acerca de seu acervo, de modo a não termos conhecimento sobre a existência ou não de uma placa *D.Pedro II* em sua posse.

Todavia, acerca da placa que se encontra no Museu Mariano Procópio, parece nos seguro afirmar com base em nossa documentação, que tenha sido adquirida pela instituição no ano em questão, como acima mencionado, e desde então lá tenha permanecido.

3. Contexto e Iconografia:

Cabe agora analisar o universo iconográfico em que nossa placa se encontra. Seu objetivo é nitidamente a retratação do imperador D. Pedro II, entretanto, como destacamos inicialmente, é importante aprofundar-nos nessa questão, para assim melhor compreender o trabalho do artista e seu significado no momento em que foi produzida.

A placa de Adalberto não encontra-se isolada dentro de sua temática, ao contrário, o período de sua produção, na década de 1920, testemunhou uma intensa produção iconográfica retratando o falecido imperador. Diversos fatores são responsáveis por esse “redescobrimto” popular de Pedro, tanto aqueles derivados simplesmente de marcos temporais, como destacamos em nossa introdução,

até àqueles menos óbvios e que se relacionam com o ambiente político vivido pela República brasileira naquele momento.

Schwarcz explica que, após a deposição de Pedro II, a imagem do imperador continuou a ser lembrada e homenageada, entretanto, tal fato se deu em meio a círculos bastante restritos, especialmente dentro do IHGB, instituição da qual o imperador era o patrono e assíduo frequentador e para a qual doara parte de sua volumosa coleção de livros e fotografias, quando já encontrava-se exilado, em 1891 (SCHWARCZ, 1998: 496).

Entretanto, após o falecimento do imperador, em fins de 1891, passamos a ter uma penetração maior dos debates acerca da reabilitação de sua imagem:

É justamente em 1892 – quando o IHGB passou a promover uma campanha em favor do traslado dos restos mortais de seu ex-protetor – que a questão atinge um espectro nacional. Em 1906 é apresentado novo projeto à Câmara de Deputados, e em 1916 a campanha chega ao presidente Venceslau Brás, que aprova a proposta e prorroga sua formalização para a ocasião do centenário da Independência. (SCHWARTCZ, 1998: 499).

Tendo em vista então a questão acerca do traslado dos restos mortais, entramos na década de 1920 em meio a intensos debates nos meios político e popular conforme se aproximava o centenário da independência nacional. A questão chamada “Querela do Centenário” envolvia diversas disputas relativas à polêmica de se homenagear o imperador, que a própria República havia deposto (FAGUNDES, 2008: 5), e junto a isso debatiam-se propostas no Congresso Nacional como a criação de um feriado nacional, para o dia 2 de dezembro (data de nascimento de Pedro); a construção de um mausoléu e uma estátua em homenagem ao imperador; a circulação de selos postais com sua efígie e outras atividades de celebração (FAGUNDES, 2008: 5).

Fagundes destaca ainda que tais debates não se resumiam somente ao imperador e à monarquia. Em grande medida, a própria imagem que a República deveria produzir sobre si mesma estava em debate naquele momento. Atravessava o país momentos de grande instabilidade e o governo republicano era muitas vezes visto como decadente e instável, com a monarquia passando a ser retratada frente a isso como momento áureo e de estabilidade (FAGUNDES, 2008: 3).

A postura adotada pelo governo, frente às avaliações feitas sobre o regime nesse momento, é a de referenciar a solidificação da República na nação brasileira e destacar que os “fantasmas da monarquia” não eram mais motivo de preocupação (FAGUNDES, 2008: 5). Desse modo temos o traslado dos restos mortais de Pedro e Thereza sendo realizado em 1921, a tempo para o centenário.

Juntamente chega ao fim outra polêmica, relativa ao banimento da família imperial. Com o decreto número 4120, de dezembro de 1920, passa a ser admitida a presença de todos os seus membros no território brasileiro. O presidente Epitácio Pessoa, nesse momento, aponta que tais eventos serviriam como prova de que as instituições republicanas estavam já radicadas no Brasil (FAGUNDES, 2008: 3).

Percebemos que, a partir daí a postura da República é a de aproximar-se da figura de Pedro:

Nesse momento operava-se uma estranha consagração; criava-se um novo panteão de heróis, ao mesmo tempo, monárquicos e republicanos. Em meio a Tiradentes, Deodoro, Rui Barbosa, e tendo ao centro a pintura que consagrou o ato de independência do Brasil, d. Pedro aparecia reabilitado, como um grande vulto nacional, neste país tão carente de heróis. (SCHWARCZ, 1998: 503-4)

Com a recuperação da memória de Pedro II pelos meios oficiais, passa a ser celebrado o monarca como exemplo de cidadania e honestidade. Paradoxalmente, o ex-monarca figura como modelo de ideais republicanos e é celebrado até mesmo pelos republicanos históricos. Como Schwarcz observa, tal processo visava a separação da imagem de Pedro com o regime que ele representava, exaltando a imagem do “cidadão” Pedro II e separando-o dos signos de realeza: “Festejava-se o rei destronado, mas não o regime abolido” (SCHWARCZ, 1998: 508).

A produção artística retratando o ex-monarca nesse momento vai então retratar preferencialmente um Pedro já maduro, normalmente em traje civil, buscando destacar valores como sua civilidade e erudição. Podemos destacar tais aspectos em duas estátuas erigidas em sua homenagem, localizadas em Petrópolis e no Rio de Janeiro.



09. MAGROU, Jean. *Monumento a Dom Pedro II Imperador do Brasil*. Estátua em metal e pedra. 1911. Foto disponível em: <



10. MAGROU, Jean; COSTA, Heitor da Silva. Dom Pedro II. Estátua em bronze. 1925. Foto por Halley Oliveira. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/halley>

A estátua de Petrópolis (Fig.09), de autoria de Jean Magrou, foi erigida na antiga praça São Pedro de Alcântara, que passou a ser denominada Praça D. Pedro II, em 1920. Data de 1911, momento em que ainda se debatia a questão do traslado dos restos mortais, e teve seu projeto cercado de debates e polêmicas (ARGON, 2012: 147). Os argumentos a favor de sua construção nos remetem ao tom dos posteriores debates a respeito da memória de Pedro II:

A tônica da campanha era afirmar que o projeto não tinha fim político, portanto, não era um atentado contra a República, nem um ato de apoio à restauração da Monarquia. O discurso enaltecia a pessoa de Pedro de Alcântara, enfatizando o seu papel de fundador da cidade de Petrópolis, a fim de que a inserção no contexto de seu nome local sobrepujasse a sua importância no âmbito nacional. (ARGON, 2012: 150).

O monumento carioca (Fig.10), de autoria novamente de Jean Magrou e projeto de Heitor da Silva Costa, foi inaugurado em 1925, em meio às comemorações do centenário de nascimento de Pedro II, erigido na Quinta da Boa Vista, onde outrora residiu o imperador no Palácio de São Cristóvão. Sobre essa obra, Schwarcz destaca as seguintes características: “nela o monarca aparece

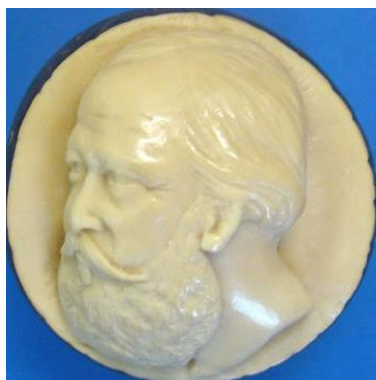
como cidadão, bem no meio da praça. Barba branca, olhar calmo, a calvície de um monarca maduro...nas imagens d. Pedro é de novo o ‘pai da pátria’” (SCHWARCZ, 1998: 511).

No caso do acervo do Museu Mariano Procópio, podemos encontrar três relevos do artista Jorge Soubre, que dialogam com o período em questão.

O medalhão em bronze e mármore, *Centenário de Nascimento de D. Pedro II* (Fig.11), é datado, como pode-se supor, de 1925, e presta homenagem ao centenário natalino do ex-monarca. Nessa obra, em seu canto direito, Pedro aparece em clássica representação com as características já mencionadas de cidadão ilustre. A cabeça, em jarina, denominado *Efígie de Pedro II* (Fig.12), onde temos somente a cabeça do personagem representada, em idade já avançada. Enquanto que no medalhão em bronze *Busto de Pedro II* (Fig.13) observamos uma representação fugindo ao padrão anterior, com Pedro aparecendo mais jovem e em trajes majestáticos. As datas dessas duas últimas obras nos são desconhecidas, mas tendo Jorge Soubre vivido de 1891 a 1934, podemos concluir que sua produção se insere dentro do contexto aqui tratado.



11.SOUBRE, Jorge. Centenário de Nascimento de Pedro II, Medalhão em bronze e mármore, 1925. Acervo: Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4161#ad-image-0>>.



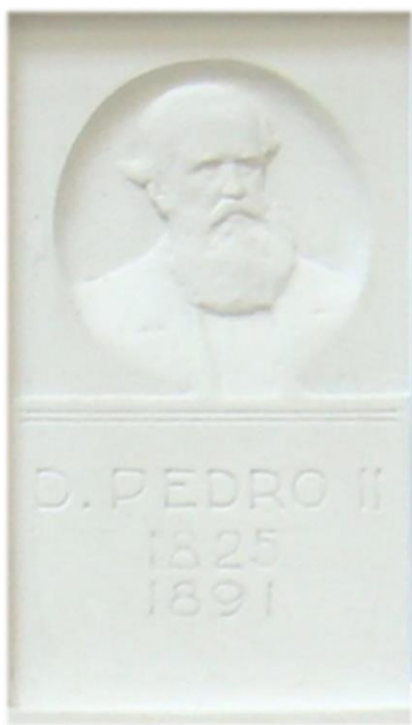
72. SOUBRE, Jorge. Efígie de Pedro II, Busto em jarina, sem data. Acervo: Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4297#ad-image-0>>.



13. SOUBRE, Jorge. Busto de D. Pedro II, Medalhão em bronze, sem data. Acervo: Museu Mariano Procópio. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=4192#ad-image-0>>.

4. A Representação de Pedro II na Placa de Adalberto Mattos:

Tendo em vista o universo de representações sobre esse personagem no contexto em questão, cabe analisarmos de que forma a placa *D. Pedro II* trabalha com a imagem do monarca e como se insere no contexto iconográfico de Pedro II nas primeiras décadas do século XX, dentro da construção de uma nova narrativa acerca do imperador pelo governo republicano e sua renovação junto à memória nacional. Para tanto, dividiremos a obra em dois componentes a serem examinados: a efígie central de Pedro, e os escritos circundantes.



14. Recorte da obra *D. Pedro II*.

A efígie (Fig.14) presente na obra de Adalberto é uma representação feita de acordo com o padrão dos anos finais da monarquia, e que se tornou, como vimos, a maneira comum de retratar Pedro II ao longo do início do século XX. Na obra, vemos um Pedro já maduro, vestido em sua tradicional casaca, com porte sério e calmo, indo, portanto, ao encontro da representação de “monarca-cidadão” ou “monarca-pensador”. Tal forma de retratá-lo compactua com o objetivo presente nas narrativas de renovação da memória do personagem nesse momento, ou seja, celebrando o homem Pedro II, mas não estendendo tal celebração ao regime monárquico. Podemos notar não estar retratada na efígie nenhum símbolo que remeta aos signos da realeza, estando ela restrita a representar unicamente Pedro e relembrar os marcos temporais de seu nascimento e falecimento.

A imagem do monarca na obra de Adalberto Mattos remete à representações de Pedro que passam a figurar a partir das décadas finais do século XIX: “em lugar da coroa o imperador brasileiro segura a cartola; em vez do manto, veste apenas um terno discreto e luvas brancas.” (SCHWARCZ, 1998: 326). Podemos observar essas características em duas fotografias expostas abaixo, a primeira por Pedro Heez (Fig.15); e a segunda (Fig.16), colorida, a qual não constam dados acerca da autoria.

A segunda imagem, em especial, nos remete em grande medida à placa se observamos detalhes como o cabelo do monarca, o contorno de sua barba, e a posição geral na qual a efígie é retratada (Fig.17).



15. HEEZ, Pedro. Pedro II, Imperador do Brasil, fotografia, sem data. Acervo: Biblioteca Nacional. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon852432/icon852432.jpg >



16. Pedro II, Imperador do Brasil, fotografia, sem data. Acervo: Biblioteca Nacional. Disponível em: <
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon854623/icon854623.jpg >

Acerca dos escritos da placa (Fig.18), consideramos que apresentam uma mensagem que podemos interpretar como denúncia relativa a uma injustiça cometida: o trono arrancado de Pedro II.



17. Comparação da efígie na fotografia e na placa.

Tal terminologia

expressa que a atitude perpetrada não é vista como justificada, não se celebra a proclamação da República, ao contrário, ela própria é a acusada de ter cometido tal injúria a Pedro II.

Entretanto, devemos ser cautelosos ao tentar enxergar em tal escrito uma mostra de antirrepublicanismo. Se uma injustiça foi cometida no passado, ela parece agora estar sendo remediada: *A pátria deu-lhe a terra em que repousa*. Podemos assumir, considerando o ano de

produção da obra, que essa passagem se refere ao traslado dos corpos de Pedro II de volta ao Brasil, aonde o monarca passa a repousar.

Entendemos, então, que tais escritos se encaixam dentro do padrão previamente analisado relativo ao contexto do período. Nos escritos em questão, a República comete uma injustiça contra Pedro II, mas não necessariamente defende-se o regime monárquico por conta disso. Ademais, com o corpo do monarca novamente em sua pátria, sua memória estaria redimida e ele poderia enfim repousar em paz.



18. Recortes destacando os escritos presentes na placa D. Pedro II.

5. Conclusão:

Fomos capazes de constatar, ao longo desse estudo, que o complexo e tumultuado contexto relativo ao imaginário do último imperador brasileiro na década de 1920, momento no qual a memória do monarca é renovada frente aos marcos do centenário de independência nacional e de seu nascimento, exerce influência determinante na forma como Pedro II é retratado na placa de Adalberto Mattos.

Podemos compreender a placa D. Pedro II como uma de muitas obras dedicadas a prestar homenagem a esse personagem, com ele aparecendo desvencilhado do regime monárquico sob o qual governara. A placa, através de seus escritos, trata de celebrar o homem Pedro II, que nesse momento é resgatado sobre a ótica de cidadão exemplar, homem erudito e honesto, dotado até mesmo de valores

republicanas. No contexto de crises daquele regime, a imagem de Pedro é renovada quase que como um imperador-presidente idealizado.

Assim sendo, não é coincidência o monarca ser retratado na placa da forma como prezou nos anos finais de seu governo e como foi reutilizada no contexto republicano: um homem maduro, trajado à moda burguesa, distante das vestes e símbolos majestáticos que tradicionalmente acompanham a realeza. A única referência mais direta ao passado monárquico talvez seja a citação ao “throne” que lhe fora arrancado, mas ainda assim essa narrativa mantém-se focada no relativo à vida de Pedro. Ele fora o injustiçado, não a monarquia.

Finalizamos destacando que a obra *D. Pedro II*, de Adalberto Mattos, presente no acervo do Museu Mariano Procópio, é uma fonte que oferece uma bela oportunidade de olhar para esse passado e buscar compreender mais a fundo a forma como a memória e seus personagens são trabalhados e resignificados ao longo do tempo.

Bibliografia e Fontes:

< <http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=3913#ad-image-0> >. Acesso em Junho 2017.

ARGON, Maria de Fátima Moraes. A estátua de d. Pedro II: arte, memória e política: O centenário da primeira estátua de d. Pedro II, inaugurada em Petrópolis, em 5 de fevereiro de 1911. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: abril/junho 2012.

BRANCATO, João Victor Rosseti. Um mestre da arte da gravura: Adalberto Pinto de Mattos. In: *Anais da XXX Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora: As Faces de Clio e os Desafios da História*. UFJF. 2013.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 7 set. 1929, p. 03.

Correio da Manhã. Rio de Janeiro. 29 set. 1929, p.02.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. Memórias da Monarquia: D.Pedro II no cenário político da década de 1920. In: *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. ANPUH/SP. São Paulo. 2008.

FREESZ, Clara Rocha. A Odisseia das Roupas de Pedro II: Dos guarda-roupas imperiais às arcas do Museu Mariano Procópio. 2015. 361 p. Dissertação (mestrado acadêmico em história) – UFJF, Juiz de fora. 2015.

MATTOS, Adalberto Pinto de. Pasta com documentação diversa sobre o artista. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. 1 pasta (ca. de 50 docs.). Acervo da Biblioteca do Museu Nacional de Belas Artes.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZANATTA, Álvaro. *A Praça D. Pedro II*. Disponível em: <
<http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com.br/2015/03/a-praca-d-pedro-ii.html> >. Acesso em Julho de 2017.

O ESSENCIAL RELIGIOSO NA COLEÇÃO DE ARTES DE MURILO MENDES

Felipe Andrade da Rocha¹

Resumo:

Esse estudo parte da construção de uma narrativa sobre Murilo Mendes como colecionador de artes. Murilo Mendes, nascido em Juiz de Fora, foi um poeta de reconhecimento nacional e internacional. Sua obra poética foi tema de estudo de diversos intelectuais, como por exemplo, Giulio Carlo Argan. Todavia, além de poeta, Murilo também foi crítico de arte e um entusiasmado colecionador de artes plásticas. Acreditamos que a coleção de artes do poeta, atualmente parte do acervo do Museu de Arte Murilo Mendes é capaz de fornecer dados sobre a sua trajetória artística, além de refletir e apurar sobre a história da arte do período. Especialmente para este artigo, iremos focar no aspecto religioso do poeta, derivado a partir da sua amizade com o pintor Ismael Nery, e na relação entre palavra e imagem.

Palavras-chave: coleção de arte; Murilo Mendes; Ismael Nery; religião.

THE RELIGIOUS ESSENTIAL IN THE ARTS COLLECTION OF MURILO MENDES

Abstract:

This study begins with the construction of a narrative about Murilo Mendes as an art collector. Murilo Mendes, born in Juiz de Fora, was a poet of national and international recognition. His poetic work was the subject of study of several intellectuals, including important names, such as Giulio Carlo Argan. However, along with being a poet, Murilo was also an art critic and an enthusiastic collector of fine arts. We believe that the poet's collection of arts, currently part of the Murilo Mendes Art Museum, is capable of providing information about his artistic trajectory, as well as reflection on the art history of the period. Especially for this article, we will focus on the poet's religious aspect, derived from his friendship with the painter Ismael Nery, and on the relationship between word and image.

Keywords: art collection, Murilo Mendes, Ismael Nery, religion.

¹ Felipe Andrade da Rocha – Mestrando do Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens do Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGACL-IAD/UFJF). E-mail: felipe.ar@msn.com

Murilo Monteiro Mendes, mais conhecido como poeta, nasceu em Juiz de Fora no ano de 1901. Mendes teve seu primeiro livro publicado apenas em 1930, recebendo neste mesmo ano, o prêmio Graça Aranha pelo espírito inovador e de acordo com o ideal modernista daquele período, que pode ser melhor entendido, quando o aproximamos das primeiras vanguardas do século (que possuíam como características, programas amplos que evitavam uma especialização estética), e que se apresentavam por meio de uma temática popular e com um humor irônico². Todavia, a carreira como escritor de Mendes já havia começado muito antes, quando o mesmo escrevia artigos para jornais em Juiz de Fora e através de publicações de poemas em revistas modernistas entre os anos de 1924 a 1929.

Ao longo de sua trajetória Murilo passou por inúmeras dificuldades. Após mudar de emprego várias vezes e até mesmo ficar um tempo desempregado, Mendes já decidido sobre sua carreira, só foi obter uma aceitação e ajuda familiar em 1930. O exercício de lecionar, foi o que melhor se encaixou junto da sua atividade de escritor. Sua primeira viagem à Europa, em 1952, foi uma prática para divulgar e apresentar a cultura brasileira no exterior, exercício que se consolidou com a sua mudança definitiva para a Itália em 1957, onde Mendes se tornou professor de Cultura Brasileira na Universidade de Roma.

Contudo, Murilo Mendes além de escrever, também cultivou como prática, o hábito de colecionar objetos, ou melhor, colecionar signos. Conforme própria declaração do poeta no livro de memórias *A idade do Serrote*, seu hábito de recortar, colar e, portanto, colecionar, começou ainda cedo, costume que o mesmo chamou de “o olho precoce” (MENDES, 2003: 176). Ele gostava de selecionar fotografias de quadros, estátuas, cidades, homens e mulheres, mas também reunia fotografias de estrelas e planetas, de alguns animais e de muitas plantas. E como o mesmo explica, o seu interesse não partia somente daquilo que era visível, mas também pelo invisível, ou seja, pelo significado que aquelas imagens carregavam para ele:

Cedo começou minha fascinação pelos dois mundos, o visível e o invisível. E não escreveu São Paulo que este mundo é um sistema de coisas invisíveis manifestadas visivelmente? Não vivemos inseridos num contexto de imagens e signos? (MENDES, 2003: 176).

² Para uma melhor compreensão conferir MOURA, Murilo Marcondes de. Murilo Mendes: a poesia como totalidade. São Paulo: Edusp, 1995.

É fundamental o entendimento desse contexto para a análise que trabalharemos ao longo desse artigo. Utilizamos o mesmo princípio da expressão de Horácio “*ut pictura poesis*”³, para demonstrar um dos objetivos da pesquisa, que está em relacionar a produção literária do poeta junto de sua coleção de artes visuais, entendendo a coleção não só como um reflexo do colecionador, mas também afim de comprovar sua utilidade como um laboratório criativo e as similaridades entre imagem e palavra.

Já o autor de *A idade do serrote* reuniu, de modo mais acentuado, obras que indicam suas amizades mais próxima ou artistas que apontam para sua longa estada na Europa, conferindo maior contemporaneidade à sua coleção (...) pensemos ainda que se o ato de colecionar é o ato de eleger, é também querer ser reconhecido pelo fato de reunir objetos únicos. É ainda o de constituir um retrato de si mesmo através do legado que foi coletado. (...). Assim é que as amizades que buscam nas artes suas afinidades eletivas, trocam não só influências intelectuais, mas objetos como forma de admiração. (ELEUTÉRIO, 2001: 34-35).

O exercício de colecionar, que começou com os pequenos recortes e fotografias, se ampliou, indo dos livros até as obras de artes que hoje constituem sua coleção. Foi essa a forma que Murilo Mendes conseguiu para se aproximar de outras realidades, e assim, estabelecer ligações com o restante do mundo. Ao mudar para o Rio de Janeiro, o poeta, em um primeiro momento, começou a colecionar trabalhos dos amigos artistas, e graças a sua rede de sociabilidade, Murilo conseguiu ganhar muitas obras de arte, seja na forma de presentes ou até mesmo na troca de favores artísticos. Mais tarde, ele expandiu esse costume para obras de artistas com quais se reconhecia, estabelecendo dessa maneira, ligações indiretas.

Ao associar imagem e signo, Murilo atribuiu significados, e iremos demonstrar como estes exerceram influência direta naquilo em que ele escrevia. Ao reconhecer a importância da trajetória de Mendes como colecionador, permitimos uma nova visão sobre as obras que fazem parte da coleção, e que atualmente fazem parte do acervo do Museu de Arte Murilo Mendes⁴. A diversidade

³ Expressão usada por Horácio na sua *Arte Poética* (c. 20 a. C.), que significa “como a pintura, é a poesia” e que, apesar de não possuir um significado estrutural, veio a ser interpretada como um princípio de similaridade entre a pintura e poesia.

⁴ O acervo formado por cerca de 200 obras de artistas nacionais e internacionais foi adquirido pela Universidade Federal de Juiz de Fora em 1994, sendo acomodado no recém-criado Centro de Estudos Murilo Mendes. Em 2005 o CEMM foi transformado no Museu de Arte Murilo Mendes. Local que atualmente, além da coleção de artes visuais, abriga também parte da biblioteca do escritor e oferece uma série de atividades de importância dentro do contexto cultural regional, promovendo diversos eventos e serviços como exposições, palestras, seminários, laboratórios de restauro e conservação de papel, dentre outros.

temática da coleção dificulta a sua classificação dentre de uma mesma técnica; ou movimento do modernismo, logo a figura do colecionador, se torna central para uma melhor compreensão do aspecto geral da coleção e também do próprio entendimento individual das obras reunidas pelo poeta. Além das obras de arte visuais, o acervo também reuni porções da biblioteca do escritor, assim como outros objetos sobre o poeta, como correspondências que ele trocou ao longo da vida, dentre outros, sendo uma importante instituição da cultural nacional e de forte influência local.

Este artigo se concentra no estudo do intervalo de 1921 ao final de 1937, período em que Murilo Mendes se estabeleceu na cidade do Rio de Janeiro. Iremos focar no aspecto religioso do poeta, que após a morte do seu melhor amigo e mentor Ismael Nery em 1934, se converte a religião católica, através de uma intensa passagem, descrita de forma detalhada por Pedro Nava⁵.

A amizade entre Ismael e Murilo começou em 1921, enquanto Murilo trabalhava como arquivista na Diretoria do Patrimônio Nacional, Ministério da Fazenda, Ismael atuava como desenhista da Seção de Arquitetura e Topografia da mesma instituição. Nery, de família abastada, pode realizar diversas viagens ao continente europeu. Junto de Murilo Mendes e outros intelectuais, Ismael promovia encontros em que se debatiam os mais diversos assuntos, mas com atenção redobrada as temáticas artísticas. Foi por intermédio de Ismael que Murilo conheceu o surrealismo.

O surrealismo, corrente artística sempre relacionada a ambos os autores, se apresentou de maneira própria, tanto nos escritos de Murilo, como nas pinturas de Ismael. É possível averiguar essas características por meio da análise do sistema filosófico denominado essencialismo, atribuído a Nery por Mendes:

Ismael tinha apenas 25 ou 26 anos de idade, e já os seus próximos sabiam que havia construído um sistema filosófico muito original, apesar de o não escrever. Era o essencialismo, baseado na abstração do tempo e do espaço, na seleção e cultivo dos elementos essenciais à existência, na redução do tempo à unidade, na evolução sobre si mesmo para a descoberta do próprio essencial, na representação das noções permanentes que darão à arte a universalidade. Já se vê que ele não improvisou um tal sistema. Suas raízes vinham de longe: embora muito pouco dado a leituras, era Ismael extremamente curioso de todas as experiências humanas, passando sempre em revista as teorias mais diversas. Sua vida e as poucas notas que deixou provam que Ismael Nery viveu seu sistema, julgando por ele próprio uma introdução ao catolicismo. (MENDES, 1996: 65.).

⁵ Pedro Nava, também natural de Juiz de Fora, descreveu o ocorrido em 6 de abril de 1934 em: NAVA, Pedro. *O círio perfeito*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983: 315-19.

Segundo a filosofia essencialista, o homem detém um fim objetivo para o qual caminha naturalmente:

A vida é essencialmente dinâmica; ao nascer, partimos logo para a morte, na qual devemos chegar tendo adquirido no percurso todos os elementos que nos façam aceita-la tão naturalmente como aceitamos todas as transformações que nos são impostas pelo tempo.

(BRANDÃO, Guadalupe S. L. Bernardo. Essencialismo de Ismael Nery. In: Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos, Juiz de Fora, UFJF/MAMM, 2009: 38-40).

No essencialismo, o espaço e o tempo são os elementos mais significativos e investigados, que coincidem com o surrealismo por serem compreendidos através da abstração. Abstração é uma palavra que vem do verbo latino *abstraho*, que significa retirar, separar. E que também designa um processo empregado na filosofia, na psicologia e na arte, no qual o objeto de reflexão é isolado de uma série de fatores que comumente lhe estão relacionados na realidade concreta.

A abstração do espaço e do tempo aplicados à vida está exemplificada no poema Mapa, de Murilo Mendes:

Estou com meus antepassados, me balanço em arenas espanholas,
é por isso que saio às vezes pra rua combatendo personagens imaginários
depois estou com os meus tios doidos, às gargalhadas,
na fazenda do interior, olhando os girassóis no jardim.
Estou no outro lado do mundo, daqui a cem anos, levantando populações...
Me desespero porque não posso estar presente a todos os atos da vida.
(MENDES, Murilo. In: Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos, Juiz de Fora, UFJF/MAMM, 2009: 42).

Para o essencialismo, tudo o que aconteceu durante a história tem o seu valor e utilidade, nem que seja apenas como experiência. No entanto, devido aos traumas oriundos dos conflitos de escala global; governos ditatoriais; desvalorização do bem-estar social em função do predomínio do capital, dentre outros fatores que a humanidade se encontra no período de Murilo, fez com que o mesmo julgasse necessário selecionar e ordenar essas experiências: “O homem essencialista é, portanto, o homem que, tendo esgotado as experiências que a vida oferece, procura extrair uma filosofia fundada nos resultados de suas seleções”, partindo do princípio humanista, Murilo atribuía as artes, a função de educar o homem.

Ismael Nery acreditava que se suas ideias fossem verdadeiras, haveriam de se transmitir naturalmente nas gerações, não importando que aparecessem com o nome dele ou de outro, logo ele

não se preocupou de deixar nada muito substancial escrito sobre o tema, ficando ao cargo de Mendes registrar sobre o essencialismo. Ainda segundo convicção de Ismael, Murilo esclareceu que “O homem deve representar sempre em seu presente uma soma total de seus momentos passados” (Apud S. L. BRANDÃO, Bernardo Guadalupe. BARBOSA, RODRIGUES, 2009: 42).

Ismael Nery desde muito cedo sofreu influência da religião católica, que acreditou ser indispensável na apreensão do essencialismo. Ainda durante a sua infância, após a morte do pai em 1909, sua mãe tornou-se irmã da Ordem Terceira de São Francisco, influenciando toda a trajetória do filho (BARBOSA, RODRIGUES, 2009: 30). Murilo Mendes ao retratar o catolicismo de Ismael Nery, acabou denunciando características inerentes a ele próprio:

Ismael Nery era o oposto do catolicão, desse tipo antipático e ridículo cujas atividades se reduzem em ir à missa, falar mal do comunismo e se escandalizar com os banhos de mar. Como verdadeiro católico que era, sua inteligência se preocupava com todas as pesquisas do espírito, e pelo contínuo método da abstração, fazia frequentemente “cortes” nos fatos e nas ideias a fim de levá-los a um plano universal. (Apud Jorge de Lima, “A Mística e a Poesia”, em Ismael Nery 50 Anos depois, ed. Cit.: 38.)

Murilo, assim como Ismael, foi um católico de prática pouco ortodoxa, o que Mário de Andrade classificou como: “(...) o catolicismo de Murilo Mendes guarda a seiva de perigosas heresias.” (ANDRADE, 1972: 47), visto que muitos de seus primeiros escritos religiosos apresentavam como característica, um forte erotismo por meio de imagens femininas, o que resultou em um afastamento dos leitores, que Júlio Castañon Guimarães definiu bem em: “Em suma, sua poesia é suspeita para os não-católicos pelo simples fato de ser religiosa; é também suspeita para os próprios católicos porque espicaça o conservadorismo religioso” (GUIMARÃES, 1986: 53). Evidente no poema abaixo:

A igreja toda em curvas avança para mim,
Enlaçando-me com ternura – mas quer me asfixiar.
Com um braço me indica o seio e o paraíso,
Com outro braço me convoca para o inferno.
 (“Igreja mulher”, MENDES, Murilo. In: GUIMARÃES, 1986:53)

Para entender a relação entre as obras colecionados por Mendes e o seu processo de escrita, é fundamental observar três características primordiais na poética de Murilo Mendes: A atitude combinatória de elementos dispares; a ideia de que os elementos combinados precipitam a aparição de algo “novo”, ou um terceiro elemento “diferente”; e a defesa da montagem, que é a recusa ao papel

de simples reprodução da realidade e que pretende, ao contrário, agir sobre ela, transfigurando-a. (MOURA, 1995: 32).

Ainda segundo Murilo Marcondes de Moura (MOURA, 1995: 25), Mendes vai enfatizar o privilégio da imagem, ou da “metáfora com toda a sua carga de força”, representando uma posição do autor em favor de uma poesia de criação, criação intimamente associada a uma atitude combinatória. Dessa maneira, quando Murilo Mendes afirma:

Digo-te que invento o livro de imagens
Para ressuscitar a infância
– Não a verdadeira, mas a que sonhei,
(MENDES, Murilo. “Confidência”⁶).

Ele evidencia a função que talvez seja a mais importante para a sua poesia, a de transfiguração da realidade, outra semelhança compartilhada com o surrealismo:

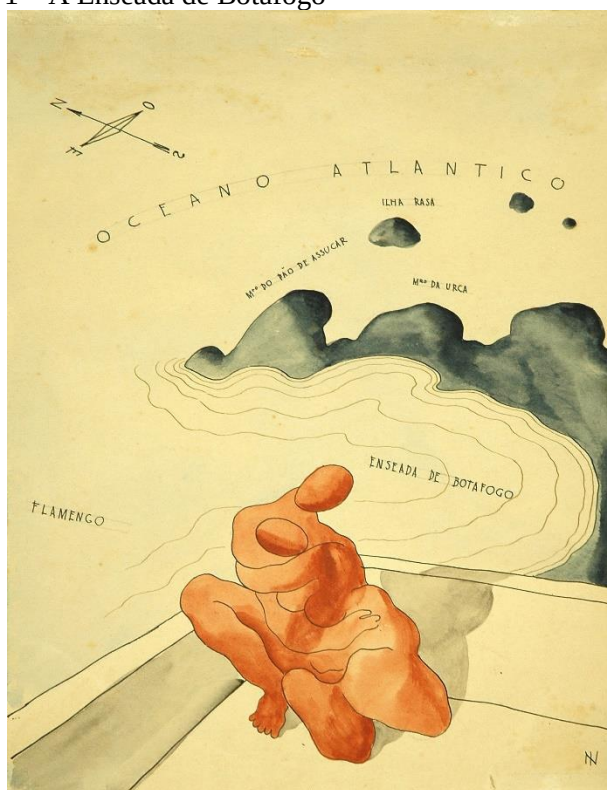
O curioso em Murilo Mendes está em que a sua proposta de conhecimento da “essência”, com tudo o que ela possa conter de conservadorismo, incorporou as técnicas estéticas mais modernas. Pode-se dizer que a fusão de pensamento religioso e vanguarda artística é o aspecto mais distintivo de sua obra. Muitos críticos do poeta expressaram sua perplexidade diante desse paradoxo. A perspectiva do tempo nos ajuda a encará-lo, no entanto, com mais tolerância: a religiosidade do autor – o essencialismo, segundo o próprio Ismael Nery, era uma introdução ao catolicismo – manifestava-se sempre como desejo utópico de totalidade e abrangência, e, com raríssimas exceções, nunca se mostrou de posse de qualquer verdade dogmática, consumindo-se, ao contrário, na exploração, que se sabia aproximativa, de outras possibilidades da experiência humana. (MOURA, 1995: 48).

Apesar de demonstrar de maneira sucinta aspectos da imagem poética de Murilo Mendes, este estudo se propôs a aproximar a coleção de artes visuais do escritor com os textos que o mesmo desenvolveu durante sua vida. O foco desse artigo foi um período muito importante para Mendes e que influenciaria todo o seu percurso. Procuramos não definir Mendes em uma única linha estética, mas sim, oferecer consideráveis possibilidades de reflexão para as obras por ele colecionadas. Essa posição universalista é uma outra vertente importante amadurecida nos anos 20, pois contrariava a pesquisa do “caráter nacional” – hegemônica naquele instante do modernismo no Brasil. Ela é um dos fatores responsáveis pelo lugar diferenciado e algo avulso que Murilo Mendes passou a ocupar a partir de então dentro da poesia brasileira contemporânea e que refletiu nas obras de arte que ele

⁶ Esse poema se encontra em: MENDES, Murilo. Poesias, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959: 254.

adquiriu ao longo de sua vida. Para concluir, selecionamos uma obra de Ismael Nery presente no acervo, *A Enseada de Botafogo*, junto com um poema com o mesmo título de Murilo Mendes:

Figura 1 – A Enseada de Botafogo



Ismael Nery, *A Enseada de Botafogo*, tinta da China e aquarela sobre papel, 35,8 x 27,9 cm, 1928, coleção MAMM, MG.

A Enseada de Botafogo

Há uma mulher na pedra
Que desafia a eternidade
Deus pensa a eternidade
na pedra
A eternidade é mulher
A pedra desafiada pelas
nuvens
E pelo mar que pretende
miná-la pouco a pouco
É consolada pelas
gaivotas.

Murilo Mendes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Mário de. “A poesia em Pânico”. In: **O empalhador de Passarinho**. São Paulo, Martins, 1972, pp. 45-53.

BARBOSA, Leila Maria Fonseca e RODRIGUES, Marisa Timponi Pereira. **Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos**. Juiz de Fora, UFJF/MAMM, 2009.

BAUDRILLARD, Jean. **O Sistema dos Objetos**. Trad. Zulmira Ribeiro Tavares. 5. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Murilo Mendes, colecionador**. Remate de Males, Departamento de Teoria literária IEL/UNICAMP, Campinas: UNICAMP, no. 21, 2001.

GUIMARÃES, Júlio Castañon. **Murilo Mendes**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

MENDES, Murilo. **A idade do serrote**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MENDES, Murilo. **Recordações de Ismael Nery**. São paulo: EDUSP, 1996.

MENDES, Murilo. **Poesia completa e prosa**. Luciana Stegagno Picchio (Org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

MOURA, Murilo Marcondes de. **Murilo Mendes: a poesia como totalidade**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Giordano, 1995.

A CONTESTAÇÃO DA ORDEM: A NOVA HOLLYWOOD E O CINEMA SUBVERSIVO

Clarissa Rodrigues Soares¹

RESUMO:

Na intenção de analisar as relações entre o cinema hollywoodiano com a chamada *contracultura*, esse trabalho objetiva discutir as tensões entre a cultura de massa cinematográfica – geralmente aliada à manutenção do *status quo* e ao consumo capitalista – e a contracultura – intimamente relacionada com a contestação e tentativa de ruptura com o sistema tecnocrático dominante na segunda metade do século XX. A chamada *Nova Hollywood* modificou a forma de se fazer cinema e foi influenciada pelos movimentos culturais de juventude dos anos 1960, assim como os influenciou. Nesse sentido, é possível perceber uma relação simbiótica entre esses dois modelos culturais distintos, onde um provê o outro de legitimidade e ao mesmo tempo o utiliza para propagar sua ideologia.

Palavras-chave: cinema, contracultura, resistência.

THE CONTEST OF THE ORDER: THE NEW HOLLYWOOD AND THE SUBVERSIVE CINEMA

ABSTRACT:

In the intention to analyze the relations between Hollywood cinema and the so - called counterculture, this work has to discuss the tensions between the culture of the cinematographic mass - generally associated with the maintenance of the status quo and capitalist consumption - and the counterculture - closely related to the contestation and attempt to break with the dominant technocratic system in the second half of the twentieth century. The called New Hollywood changed the way the cinema was made and was influenced by the youth cultural movements of the 1960s. In this sense, it is possible to perceive a symbiotic relationship between these two distinct cultural models, where one provides the other with legitimacy and at the same time uses it to propagate its ideology.

Keywords: cinema, counterculture, resistance.

¹ Mestranda em História Social pela Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes; clarissarosares@yahoo.com.br

Introdução:

Nos últimos séculos o mundo modificou-se de maneira acelerada. A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra no final do século XVIII provocou mudanças radicais nos modos de vida e a segunda industrialização, já no século XX, que o sociólogo e filósofo francês Edgar Morin (1997) chamou de “industrialização do espírito”, fez com que a cultura e a vida privada entrassem no circuito comercial e industrial. O início do século XX foi marcado por uma expansão desse poder industrial por todo o globo, produzindo uma cultura fabricada pelos meios de comunicação que cresceu e se desenvolveu paralelamente às culturas clássicas. Após as análises sociológicas e filosóficas sobre esse fenômeno cultural, o que primeiramente foi chamado de terceira cultura, passou a ser conhecido como cultura de massa.

O cinema desde seu início se estabeleceu como cultura de massa. Seu surgimento é marcado por diversas inovações tecnológicas que vão do domínio da fotografia à composição do movimento através do cinematógrafo dos Lumière². Por ser resultado desse desenvolvimento tecnológico advindo da Revolução Industrial, constituiu-se como uma das expressões artísticas pioneiras da reprodução técnica, processo que tornou possível a difusão em larga escala das obras produzidas.

A fase inicial do cinema foi caracterizada pela ressonância causada em virtude da reprodução dos filmes dos Lumière. Segundo Flávia Cesarino Costa (1995), esse *primeiro cinema* pode ser apresentado como: espetáculo, narração e domesticação. Em síntese, o espetáculo seria a utilização dos filmes como novidade nas apresentações espalhadas pelas cidades. A narração faria referência ao período dos filmes em planos, sendo um único plano quando for realizada apenas a filmagem; planos não contínuos, quando além da filmagem é feita a montagem (ressalta-se que nesse caso a primeira não é feita em função da segunda); e por fim, os planos contínuos, nos quais a filmagem é feita em função da montagem. No que tange à domesticação, esta estaria relacionada à tentativa de estatização e delineamento da narrativa fílmica, que extinguiria as possibilidades de criação e exploração dos elementos do cinema, gerando imagens construídas dentro de um padrão estipulado pela cultura dominante.

Durante muito tempo o cinema hollywoodiano serviu de veículo de propagação da cultura capitalista e estabeleceu paradigmas de comportamentos. Segundo Antonio Carlos de Gomes Matos

² Auguste e Luis Lumière, irmãos engenheiros considerados precursores do cinema por terem o difundido através do uso do cinematógrafo.

(2006), o sistema de estúdio difundido na década de 1920 reforçou a forma de vida norte americana e estabeleceu um estilo de filme ligado à família tradicional e aos valores da classe média.

Entretanto, em fins da década de 1960, diante das mudanças de costumes e comportamentos que se estabeleceram na sociedade do pós-guerra, o cinema hollywoodiano entrou em uma profunda crise financeira. Na década de 1960 surgiram diversos movimentos revolucionários protagonizados pelos jovens que tinham a intenção de romper com o modo de vida capitalista e protestar contra os padrões impostos à sociedade. Esses jovens não mais se contentavam com o estilo de vida que a classe média oferecia – e que era amplamente difundido pelo cinema – que apesar de proporcionar uma segurança financeira que agradava aos seus pais, limitava suas ações como indivíduos pensantes e ativos.

A crise do sistema de estúdios que atingiu Hollywood, somada a ausência de identificação desses jovens pelos modelos e representações do cinema clássico, permitiu que uma nova geração de cineastas pudessem produzir/dirigir filmes com uma liberdade jamais antes experimentada. Utilizando-se da própria indústria cultural do cinema, os filmes produzidos pelo movimento que ficou conhecido como a “Nova Hollywood” questionaram tanto o funcionamento da indústria como o da sociedade como um todo, trazendo às telas temáticas que emergiam do contexto da revolução cultural vivida e protagonizada pelos jovens da contracultura.

Em face do exposto, esse trabalho³ propõe pensar essa relação entre a Indústria Cultural do cinema e a contracultura, bem como a produção de filmes como instrumentos e recursos de oposição/resistência aos discursos e modelos tradicionais de sociedade na década de 1960 e 1970.

A juventude e a contracultura:

Os jovens foram os grandes responsáveis pela revolução dos costumes que atingiu a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Por isso, segundo Hobsbawm (2008) “a melhor abordagem dessa revolução cultural é através da família e de casa, isto é, através da estrutura de relações entre os sexos opostos e gerações”. (HOBSEAWM, 2008: 314)

Nos anos 1960, a família atravessou uma crise profunda devido às mudanças drásticas na “conduta sexual, na parceria e na procriação” (HOBSEAWM, 2008: 316). As relações na família mudaram de forma inimaginável e essas modificações puderam ser observadas em todo o mundo

³ Trata-se de um trabalho em fase inicial de desenvolvimento, apresentando aqui resultados parciais da pesquisa.

ocidental, apesar de que com intensidades diferentes em cada região. A partir da década de 1950, a estrutura de família nuclear começou a ser modificada de forma bastante rápida. O número de divórcios, de pessoas vivendo sozinhas ou famílias que contavam apenas com a mulher como provedora, aumentou de forma bastante rápida.

Ademais, a pílula contraceptiva proporcionou às mulheres uma maior liberdade sexual, contribuindo junto à criação de campanhas de controle da natalidade realizadas pelo governo e a legalização do aborto em 1978 para a emancipação feminina. Segundo Hobsbawm, “essa foi a era de extraordinária liberalização tanto para heterossexuais (sobretudo para as mulheres) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual” (HOBBSAWM, 2008: 316).

Com a situação financeira estável no ocidente desenvolvido e não sendo mais necessário que os jovens saíssem cedo de casa para enfrentar o mercado de trabalho e ajudar no sustento da família, os pais investiram na educação prolongada dos filhos mandando-os para as universidades. Além de passarem mais tempo dentro de seus lares, esses adolescentes ainda recebiam de seus pais quantias de dinheiro destinadas ao seu próprio consumo, proporcionando-lhes um poder de compra que era limitado ou inexistente no tempo de seus pais.

Theodore Roszak (1972), famoso historiador e sociólogo americano, denominou alguns fenômenos que ocorreram nesse período, de movimentos “contra culturais”. Fizeram parte desses fenômenos, as revoluções de 1968, a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, a ascensão hippie, a oposição à Guerra do Vietnã, a adoção do uso de drogas psicodélicas como forma de expandir a mente, o “amor livre”, enfim, questões que iam “contra a cultura” dominante. Roszak, apesar de escrever no calor do momento, em 1968, conseguiu captar a essência do movimento jovem que, segundo ele, lutava pela libertação do totalitarismo tecnocrático. Como tecnocracia, Roszak definiu

àquela forma social na qual uma sociedade industrial atinge o ápice de sua integração organizacional. É o ideal que geralmente as pessoas têm em mente quando falam de modernização, atualização, racionalização, planejamento. Com base em imperativos incontestáveis como a procura de eficiência, a segurança social, a coordenação em grande escala de homens e recursos, níveis cada vez maiores de opulência e manifestações crescentes de força humana coletiva, a tecnocracia age no sentido de eliminar as brechas e fissuras anacrônicas da sociedade industrial. (ROSZAK, 1972: 19)

A tecnocracia foi o ápice da engenharia social que disseminou sua influência por todo o comportamento humano. Por não ser considerada como fenômeno político, colocou-se ideologicamente invisível e se espalhou pela sociedade como um todo. Roszak afirma que “quando

qualquer sistema político devora a cultura em que se inscreve temos o totalitarismo, a tentativa de colocar toda a vida sob o controle da autoridade.” (ROSZAK, 1972: 22). Sendo assim, os especialistas, ao tornarem-se responsáveis pelas questões públicas, assumiram um domínio autoritário sobre as dimensões íntimas e pessoais da vida das pessoas.

Uma das características da tecnocracia – bastante auxiliada pelas mídias – é sua capacidade de garantir uma sensação de contentamento e bem-estar, impedindo as manifestações e protestos. A tecnocracia consegue criar “paródias” de liberdade, felicidade e satisfação que atuam como controladoras da sociedade ao substituir as verdadeiras vontades e liberdades humanas. Mas essas paródias e essa falsa livre iniciativa, na verdade, são direcionadas ao “bom cidadão”, aquele que se comporta dentro dos padrões “normais” da sociedade e cumpre seu papel de subalterno.

Diante dessa sociedade controlada pela tecnocracia, os jovens foram os principais contestadores dessa nova ordem social. A juventude atuou contra a indiferença e a inércia da geração adulta. Segundo Roszak, essa atitude de passividade por parte dos adultos talvez possa ser explicada por

A lembrança da derrocada econômica na década dos trinta; a perplexidade e o cansaço causados pela guerra; a patética, posto que compreensível busca de segurança e tranquilidade nos após-guerra; o deslumbramento com a nova prosperidade; um mero torpor defensivo face ao terror termonuclear e o prolongado estado de emergência internacional durante o final da década de quarenta e na de cinquenta; a perseguição aos comunistas; a caça às bruxas e o barbarismo infrene do macartismo... Sem dúvida tudo isso contribuiu em parte. E houve ainda a rapidez e o ímpeto com que o totalitarismo tecnocrático irrompeu do período da guerra enormes investimentos industriais de guerra, a centralização premente do processo decisório e a reverência timorata do público pela ciência. A situação impôs-se com rapidez e vigor. Talvez nenhuma sociedade conseguiria manter a presença de espírito, como a nossa não conseguiu. (ROSZAK, 1972: 34)

A sociedade do pós-guerra não necessitava de um grande número de jovens trabalhadores treinados para funcionar, utilizando-se de apenas uma parcela deles. Por isso, esses jovens de classe média que podiam usufruir do luxo do ócio dentro de suas casas, passaram a ver a existência humana como uma busca pelos prazeres e pela própria liberdade, porém, diferente de seus pais, esses prazeres podiam ser alcançados por esses jovens sem o esforço do trabalho remunerado. É nesse sentido que Roszak afirma que “em lugar de descobrir o inimigo de classes em suas fábricas, a burguesia enfrenta-o na sala de jantar, nas pessoas de seus próprios filhos mimados” (ROSZAK, 1972: 45).

O movimento contra cultural abriu espaço para críticas e reflexões a respeito da sociedade do consumo, individualista e conservadora. A contracultura tentou transformar a sociedade idealizada e projetada pela cultura de massa em realidade. A busca pela felicidade e pelo prazer, que segundo Edgar Morin (1997) é um dos pilares da cultura de massa, também estava presente no ideal hippie que lutava contra a sociedade tecnocrática repressora que através da indústria cultural criou seus sonhos de liberdade. Esses sonhos foram difundidos pelo cinema, causando uma espécie de inversão da lógica capitalista de manutenção da ordem vigente efetuada através do auxílio das mídias.

Segundo Roberto Muggiati (1973), a contracultura que nascera do protesto e da rebelião, tinha a tendência a ser assimilada pela “cultura oficial”. Porém, o autor observa que ao absorver elementos contra culturais, a cultura oficial se deixou modificar (MUGGIATI, 1973: 69). A resistência da década de 1960, refletida nos movimentos contraculturais, é o exemplo claro de como a própria mídia pode gerar instrumentos de oposição à cultura dominante.

A Nova Hollywood e o cinema subversivo:

Sendo o cinema um registro histórico da sociedade que o produz, surgiu em fins da década de 1960, em meio a revolução cultural protagonizada pelos jovens, um novo movimento cinematográfico em contraposição ao cinema clássico que não exercia mais legitimidade, pois boa parte do público consumidor dos filmes – a juventude financeiramente próspera – não se identificava com as películas produzidas pelos antigos diretores consolidados pelos estúdios.

Esse movimento novo de produção fílmica, que ficou conhecido como Nova Hollywood, surgiu com a intenção de desvincular o cinema do comércio⁴. Segundo Marcela Furtado Rodrigues (2010),

Os cineastas, a partir da década de 1960, queriam mostrar a América em seus filmes, apresentando suas diversas faces, não apenas aquela criada por Hollywood. Os personagens dos filmes da nova geração vivem situações com as quais a juventude se identifica, mas que eram pouco representadas, devido à pressão dos estúdios no intuito de criar uma imagem e uma mentalidade que eles queriam divulgar, embora não correspondesse aos anseios daqueles jovens. (RODRIGUES, 2010: 16).

⁴ BASTOS, Gustavo. *A nova Hollywood dos anos 1970*. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/22495/14/a-nova-hollywood-dos-anos-1970-parte-1>>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

Dentro dessa perspectiva, o cinema é entendido como produto da indústria de massa, mas ao mesmo tempo faz-se necessário destacar o seu potencial subversivo capaz de modificar as representações edificadas na nossa cultura ocidental e contestar a ordem estabelecida como dominante. Segundo Roger Chartier (1990), as representações equivalem ao modo em que a realidade social é construída, em diferentes períodos e lugares, através de certas delimitações e classificações. Esses códigos, padrões ou símbolos, fornecem sentido ao presente. Entretanto, sendo estes historicamente construídos e determinados pelas relações de poder e conflitos de interesse, podem ter seus significados alterados. A relação entre representação e cinema é intrínseca, pois os filmes não são meras expressões artísticas, mas representam também a interpretação da realidade de determinado período.

Para o filósofo norte-americano Douglas Kellner (2001), essa cultura midiática tem regulado o cotidiano das pessoas e influenciado as formas de pensamento e comportamento, além de edificar suas próprias identidades. Kellner parte do pressuposto de que apesar da cultura da mídia conseguir produzir meios de conduzir o indivíduo a se identificar com uma determinada ideologia, essa relação não é rígida, existe um equilíbrio de hegemonias. Acontece que as culturas da mídia e do consumo oferecem um entretenimento agradável capaz de seduzir o espectador através de recursos audiovisuais, fazendo com que esses indivíduos se identifiquem com determinadas atitudes e opiniões. Existe uma espécie de sistema de gratificação comercial utilizado para ajustar os comportamentos e pensamentos dos indivíduos ao sistema e as práticas vigentes. Apesar disso, o público é capaz de resistir a essa ideologia dominante, “criar sua própria leitura e seu próprio modo de apropriar-se da cultura de massa, usando a sua cultura como recurso para fortalecer-se e inventar significados, identidade e forma de vida próprios” (KELLNER, 2001: 11). Na perspectiva de Kellner, a cultura que é levada pela mídia pode tanto induzir as pessoas a aceitarem e manterem o *establishment*, quanto oferecer recursos de oposição a ele.

Os Estudos Culturais⁵ que surgiram para contrapor a ideia de que a cultura de massa e a indústria cultural serviam como formas de dominação e alienação, demonstraram que a sociedade na verdade é “um terreno de dominação e resistência” (KELLNER, 2001: 12). Para Kellner,

⁵ Segundo Kellner, “os estudos culturais britânicos surgiram nos anos 1960 como um projeto de abordagem da cultura a partir de perspectivas críticas e multidisciplinares que foi instituído na Inglaterra pelo Birmingham Centre for Contemporary Cultural Studies e outros. Os estudos culturais britânicos situam a cultura no âmbito de uma teoria da produção e reprodução social, especificando os modos como as formas culturais serviam para aumentar a dominação social ou para possibilitar a resistência e a luta contra a dominação.” (KELLNER, 2001: 47-48.)

Esses estudos situam a cultura num contexto sócio-histórico no qual esta promove dominação ou resistência, e critica as formas de cultura que fomentam a subordinação. Desse modo, os estudos culturais podem ser distinguidos dos discursos e das teorias idealistas, textualistas e extremistas que só reconhecem as formas linguísticas como constituintes da cultura e da subjetividade. Os estudos culturais, ao contrário, são materialistas porque se atêm às origens e aos efeitos materiais da cultura e aos modos como a cultura se imbrica no processo de dominação ou resistência (KELLNER, 2001: 49).

Ainda segundo Kellner, a mídia é intrinsecamente relacionada ao poder. Desde as mídias de notícia e informação até as de entretenimento, independente de posição liberal ou conservadora, radical ou defensora do sistema atual, todos desejam possuir o controle do poder cultural. Sendo a mídia profundamente ligada ao poder, ela ajuda a moldar “nossa visão de mundo, a opinião pública, valores e comportamentos, sendo, portanto, um importante fórum do poder e da luta social.” (KELLNER, 2001: 54).

É nesse contexto que o cinema contracultural das décadas de 1960 e 1970 se destaca como motor de transformações e de quebra de estereótipos. A Nova Hollywood apresentou filmes com estéticas, temáticas, enredos, personagens e diversas outras características que fugiam do padrão perpetuado pelo cinema clássico hollywoodiano e questionavam a ordem estabelecida pela tecnocracia. Esses filmes relacionavam-se de maneira muito mais próxima à realidade norte-americana, “abordando temas polêmicos, explorando questões contemporâneas como a contracultura, sexo, guerra e violência.” (SILVA, 2016: 249)

Nesse período, filmes como “Sem destino” (*Easy Rider*, EUA, 1969), trouxeram tramas, temas e estética diferentes do cinema clássico e produziram novas representações da juventude americana, ajudando a difundir a cultura hippie, bem como os ideais de contestação ao capitalismo. “Sem destino”, traz personagens como Wyatt e Billy, dois motociclistas que viajam por estradas com paisagens naturalistas conhecendo a sociedade americana e que ao longo do filme constroem críticas ao modelo tradicional de cultura, casamento e trabalho, subjetivamente representando a contracultura, quebrando o padrão de personagens principais construídos pelo cinema clássico. Além de “Sem destino”, outros filmes como “Um estranho no ninho” (*One Flew Over the Cuckoo's Nest*, EUA, 1975), “Hair” (*Hair*, EUA, 1979) e “Apocalipse Now” (*Apocalypse Now*, EUA, 1979), proporcionaram uma mudança drástica na representação da juventude no cinema, e da própria produção cinematográfica.

De acordo com Tiago Gomes da Silva (2016: 249), “contra uma visão idealizada da realidade, como um modelo a ser propagado, os longas-metragens lidaram com as inquietações do período, explorando a ambiguidade moral das suas personagens e as situações em que elas eram colocadas à prova.” A família – que Hobsbawm apresentou como uma das principais instituições que foram abaladas pela revolução cultural – passou a ser retratada nas telas como um modelo “engessado e disfuncional”. A diferença entre as gerações tornou-se pauta comum nas películas que passaram a representar figuras de pais que não eram capazes de compreender os desejos de liberdade de seus filhos, como nos exemplos dos filmes *Hair* e em *Um estranho no ninho*. O próprio governo e as instituições tecnocráticas começaram a ser desmoralizados ou tratados como piada, bem como os horrores da guerra passaram a ser expostos de maneira violenta e provocativa em filmes como *Apocalypse Now*.

Nesse sentido, é possível afirmar que o cinema da Nova Hollywood, que existiu entre os anos 1960 e 1980, demonstrou ser possível contestar o sistema estabelecido de dentro desse próprio sistema. Em um movimento endógeno, esse novo cinema apresentou novas temáticas que surgiram no seio da juventude da contracultura e auxiliou na construção de novas representações dos jovens, da família, das instituições, da guerra, entre diversas outras. Conquistando o público, batendo recordes de bilheteria e utilizando-se do financiamento da própria indústria cultural, os filmes desse novo cinema hollywoodiano agiram de forma subversiva e singular, desmistificando o estilo de vida norte-americano, desconstruindo discursos e símbolos propagados por tanto tempo na sociedade e no cinema.

Considerações Finais:

Através de uma estética diferente do cinema hollywoodiano clássico e da inserção de novos temas, novos símbolos, novos ícones e heróis (ou anti-heróis), o cinema contracultural da década de 1960 e 1970 agiu de dentro para fora da indústria cinematográfica ao gerar instrumentos de resistência ao totalitarismo tecnocrático, questionando modelos, símbolos, discursos e padrões que dominaram a sociedade do pós-guerra e foram reproduzidos pelo cinema clássico.

O surgimento e sucesso da Nova Hollywood demonstrou como modelos distintos de cultura podem interagir de maneira circular, abandonando a ideia de que a indústria cultural de massa produz

apenas produtos alienadores que manipulam o espectador sem gerar instrumentos capazes de fomentar a resistência ao status quo.

BIBLIOGRAFIA:

BASTOS, Gustavo. *A nova Hollywood dos anos 1970*. Disponível em: <<http://seculodiario.com.br/22495/14/a-nova-hollywood-dos-anos-1970-parte-1>>. Acesso em 28 de outubro de 2015.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990.

COSTA, Flávia Cesarino. *O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação*.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KELLNER, Douglas. *A cultura da Mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MATTOS, A. C. Gomes de. *Do cinetoscópio ao cinema digital: breve história do cinema americano*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

MORIN, Edgar. *Cultura de massa no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

MUGGIATI, Roberto. *Rock: o grito e o mito – a música pop como forma de comunicação e contracultura*. Vozes: Petrópolis, 1973.

RODRIGUES, Marcela Furtado. *A contracultura no cinema segundo Milos Forman - a partir das análises de Procura Insaciável, Um estranho no ninho e Hair*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2010.

ROSZAK, Theodore. *A contracultura*. Petrópolis: Editora Vozes, 1972.

SILVA, Tiago Gomes da. *Do sistema de estúdios à Nova Hollywood (1920-1980)*. Rev. Hist. UEG - Porangatu, v.5, n.2, p. 233-261, ago./dez. 2016.

O BRASIL DOS ANOS 1970: QUESTÕES POLÍTICAS, SOCIAIS E DE GÊNERO EM OBRAS DE VIDEOARTE

Thamara Venâncio de Almeida¹

Resumo:

A videoarte brasileira do período ditatorial (1964-1985) apresentou uma série de espasmos conceituais de vanguarda. Entre eles, a presença de um corpo-artista ante às câmeras que se apresentava num ato performativo, embebido por gestualidade contra-regime. Através da análise e descrição de seis obras de videoarte, pretendemos abordar questões políticas, sociais e de gênero do período a partir do discurso artístico nesse segmento. Muitas obras pioneiras de videoarte, além da reflexão acerca da própria arte e do suporte eleito, tinham como conteúdo em sua maior parte, um teor político, em que os artistas utilizavam de metáforas para compor uma crítica ao conturbado período pelo qual o Brasil passava.

Palavras-chave: Videoarte; Período Ditatorial; Gênero; Arte Política.

THE 1970'S OF BRAZIL: POLITICAL, SOCIAL AND GENDER ISSUES IN VIDEOARTE WORKS

Abstract:

The Brazilian video art of the dictatorial period (1964-1985) presented a series of vanguard conceptual spasms. Among them, the presence of a body-artist before the cameras that appeared in a performative act, imbued by counter-regime gestures. Through the analysis and description of six works of video art, we intend to address political, social and gender issues of the period from the artistic discourse in this segment. Many of the pioneering pieces of video art, as well as the reflection on the art itself and on the chosen support, had as their main content a political content, in which the artists used metaphors to compose a critique of the troubled period through which Brazil passed.

Key Words: Video Art; Dictatorial Period; Gender; Political Art.

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes, Cultura e Linguagens do IAD/UFJF. E-mail: thamaravenancio@live.com

No Brasil, as primeiras experimentações de fins artísticos com o vídeo, surgem em um contexto de ampliação do mundo das artes e das atividades artísticas, ligado ao período de desenvolvimento da arte conceitual. Nesse período, os artistas enfrentaram suas buscas por novas diretrizes para a arte em simultaneidade com o tenso momento político pelo qual o Brasil passava, deixando marcas de seu contexto político-social nas obras. A videoarte no Brasil fecunda na esteira das experimentações dos conceitualismos, em que é prolífica a utilização de outros suportes.

Os movimentos estudantis que culminaram no “maio de 1968” em Paris, que expressavam ideais revolucionários em relação à política e aos valores sociais vigentes, a favor de mais liberdade para os jovens, eclodiram também em países como o Brasil, e em outros latino americanos, que passavam por um contexto político conturbado, sob a vigência de governos ditadores. O Brasil estava sob a regência de um regime autoritário, desde o golpe militar de Estado, que fora implantado em 1964. Com isso, vemos o contraste estabelecido pelas turbulências políticas, sob a pena de regimes totalitários, o que contribuiu fortemente para que tais protestos ganhassem voz, fazendo com que as manifestações expandissem seus princípios iniciais. Em dezembro de 1968, no Brasil, é promulgado o Ato Institucional nº 5, responsável por enrijecer ainda mais as amarras do governo. Artistas e intelectuais de vários meios foram perseguidos e presos. Por conta desse evento na história do Brasil, muitos artistas mudam-se temporariamente para outros países ou, em alguns casos, são exilados pelo governo, por conta de suas críticas contra as atitudes brutais e anti libertárias.

No início da década de 1970, inúmeros artistas brasileiros encontram-se em Nova York, a exemplo de Rubens Gerchman, Cildo Meireles, Hélio Oiticica, Antonio Dias, Regina Vater, entre outros. Em 1969, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ), foi proibida a exposição dos selecionados para participar da VI Bienal de Paris. A onda de protestos contra essa atitude, principalmente pela Associação Brasileira de Críticos de Arte, trouxe como resultado um boicote à Bienal Internacional de São Paulo, organizado por intelectuais e artistas do exterior, em que, como protesto, negaram-se a enviar suas obras, rejeitando a participação na mostra, em atitude contra a ditadura militar. (JAREMTCHUK, 2007)

Esse boicote perdurou até 1981, quando as amarras do governo começaram a se afrouxar. A Bienal desse ano (décima sexta) teve como um de seus organizadores Walter Zanini, responsável pelo retorno de muitos artistas que antes aderiram ao boicote.

No entanto, é no bojo de todo esse período, de perseguições e fechamento de exposições, que iremos passar por um processo de dispersão e diversificação das experiências, somando às práticas

tradicionais, como pintura, escultura e artes gráficas, novas experimentações com outros meios, como a fotografia, o filme, o vídeo, a cenografia, entre outros, ou até pela falta ou não presença de um suporte, pautado em uma ideia ou conceito.

No âmbito geral das artes desse período, houve grandes transformações no modo de fazer artístico, em que artistas buscavam novas diretrizes para a arte, estabelecendo um forte embate contra os perfis autoritários, conservadores e elitistas dos museus, levantando questões como “a integração artista/obra/público e o uso de novos suportes, além de questionarem o próprio conceito de arte, sua fruição e sua função social” (MACIEL; RESENDE, 2013: 7). No entanto, de acordo com Dária Jaremtchuk (2007), “as mesmas obras que tiveram como alvo o museu, contribuíram para a sua reestruturação e o surgimento de um perfil mais condizente com a sociedade contemporânea” (2007: 39). No Brasil, alguns espaços e exposições⁴ funcionaram como porta-vozes e arenas políticas para as novas experiências de artistas em sintonia com as tendências reflexivas e experimentais internacionais. No entanto os artistas dessa geração não combateram as instituições artísticas — como o faziam os norte-americanos e europeus. O foco da crítica de artistas brasileiros contemporâneos estava, naquele momento, mais voltado ao contexto cultural e político, principalmente pelo fato de estar sob um governo ditatorial de direita desde 1964, que limitava as ações dos artistas (JAREMTCHUK, 2007).

Como veremos, os artistas instauraram um paradoxo ao utilizarem de meios reproduutíveis, minando seu valor de mercado e o valor de exibição, sendo que “ao mesmo tempo que o museu é contestado, ele é necessário como lugar de exposição” (FREIRE, 1999: 35).

A videoarte brasileira do período ditatorial (1964-1985) apresentou uma série de espasmos conceituais de vanguarda. Entre eles, a presença de um corpo-artista ante às câmeras que se apresentava num ato performativo, embebido por gestualidade contra-regime. Através da análise e descrição de algumas obras, com a qual obtivemos acesso, pretendemos abordar questões políticas, sociais e de gênero do período a partir do discurso artístico nesse segmento da arte.

No contexto da videoarte no Brasil, iniciado de forma consequente em 1974, a maior parte das obras produzidas pelos pioneiros - a exemplo de Anna Bella Geiger, Leticia Parente, Sônia Andrade, Ivens Machado, entre outros -, se constituíam de ações ou performances, como um registro documental-processual de suas situações de arte. Embora se trate de uma forma de registro, tais artistas não estavam preocupados em apenas documentar um aspecto da arte em via de desaparecimento, uma vez que a maior parte das ações se passavam em um espaço determinado, em

ambientes internos, sem a presença do público. Tais trabalhos são criados especialmente para o meio videográfico e coadunam certas questões estéticas dele (COSTA, 2009). De acordo com Christine Mello:

Essas manifestações artísticas produzidas no Brasil no período dos anos 1970 no âmbito da arte conceitual, não podem ser consideradas meros registros da ação performática. Nessas manifestações, a câmera não meramente registra a ação, ela possui outra função nesses trabalhos. Na medida em que não existe a interatividade com o público, com a audiência, ou com o outro, a interatividade do corpo do artista é produzida no enfrentamento com a própria câmera de vídeo. Desse modo, tais tipos de manifestações são fruto do diálogo contaminado entre a linguagem do corpo e a linguagem do vídeo, gerando uma síntese, ou a chamada videoperformance. (MELLO, 2008: 144)

Muitas obras pioneiras de videoarte, além da reflexão acerca da própria arte e do suporte eleito, tinham como conteúdo em sua maior parte, um teor político, em que os artistas utilizavam de metáforas para compor uma crítica ao conturbado período pelo qual o Brasil passava. Em muitas das obras, os artistas encenavam performances, que tinham como intenção denunciar as atrocidades sofridas pelas mãos do governo ditador, que exercia enorme poder e controle dos grandes meios de comunicação e da sociedade em geral. Aqui o vídeo e o corpo do artista, incorporado pelas artes, serviu de escudo e arma para denunciar muitas dessas censuras e formas de opressão sofridas.

A presença de uma série de mulheres artistas atuando na videoarte brasileira pode ser analisada sob a ótica dos feminismos, angariando em seus atos uma voz até então ausente. Ao clamar por uma horizontalidade entre os gêneros, a política feminista na arte, reconhece as cisões sociais exigidas de seus corpos e revolta-se, na visualidade de artistas como Leticia Parente e Sônia Andrade, contra estas micro-políticas do corpo que atuavam como macro-políticas sociais. Nessas videoperformances, que se enquadram na perspectiva da videoarte, “as ideias plásticas e os problemas conceituais e culturais elaborados se sobressaem justamente porque o contexto é implicado e o tempo, incorporado”, ou seja, “é o processo do pensamento artístico que se desdobra no tempo e não uma obra que se conforma a um meio físico” (COSTA, 2009: 28). Em um único ato heterogêneo, tais trabalhos refletem os meios, os sujeitos e os contextos envolvidos, revelando a presença crítica do corpo, que está vigente na maior parte dos trabalhos dos artistas pioneiros da videoarte no Brasil (MELLO, 2008).

A respeito da censura, Paulo Herkenhoff criou “Estômago embrulhado” em 1975 (Figura 01), em que o artista denuncia as alterações que eram feitas nas notícias de jornais a mando do governo.

Dividido em três partes, “Fartura”, “Jejum” e “Sobremesa”, Herkenhoff, respectivamente, recorta e engole notícias de jornais que foram manipuladas e a retransmite ao público; a seguir entala-se com a censura; e por último come um trabalho artístico feito de jornal. O trabalho artístico que Herkenhoff “deglutiu” na terceira parte do vídeo era do artista Antonio Manuel, que já em 1968 havia criado a destacada obra “Repressão outra vez – Eis o saldo”, em que se constituía de painéis que remetiam a páginas de jornais com imagens de protestos alternadas a palavras, chamando a atenção para a violência acarretada pelo período político do país. De acordo com o site da Fundação Bienal², em 1973, Antonio Manuel alterou uma série de jornais da cidade do Rio de Janeiro e os recolocou para circulação, podendo ter sido essa série utilizada por Paulo Herkenhoff em sua videoperformance.



Figura 01 – “Estômago Embrulhado”, Paulo Herkenhoff, 1975.

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural, link de acesso: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra33685/estomago-embrulhado-jejum>

Já em uma videoperformance de 1978, intitulada “A Situação” (Figura 02), Geraldo Anhaia Mello defronte a câmera de vídeo se propõe a embriagar com dois litros de cachaça enquanto recita exaustivamente a seguinte frase durante 8 minutos e 43 segundos de vídeo: “A situação social, político, econômica, cultural brasileira...”. A frase, com tom de inacabada, abre para o espectador pensar a respeito da situação social, político, econômica, cultural brasileira, a qual o artista brinda a cada gole, em tom de ironia.

² Link de acesso para a informação: <http://www.bienal.org.br/post.php?i=267>



Figura 02 – “A Situação”, Geraldo Anhaia Mello, 1978.

Fonte: Print do vídeo, link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=-wTo99M-gxQ>

Em “Marca Registrada” (1975) (Figura 03), de Letícia Parente, a artista borda com agulha e linha na planta dos pés as palavras “*Made in Brasil*”, com a câmera fixada em um *big close up*. Obra marco da história da videoarte brasileira, aponta muitos fatores ligados ao contexto cultural e político da época. A ação da artista, de sentido simbólico, pode estar intrínseca a uma experiência traumática, aprofundada pelo governo repressor, e pelas mortes promovidas por ele. Parente, em seu vídeo, trata de algumas contradições presentes no período: a tristeza e a esperança, a nacionalidade e o estrangeiro, a mulher e o patriarcalismo, a obra de arte e a mercadoria. A ironia na videoperformance “Marca Registrada” é manifesta, atacando várias noções, conceitos e valores dos anos 1970, lançando mão de objetos (agulha e linha) e práticas (costurar) consideradas tipicamente femininas.

Ao se munir dessa prática e desses objetos, a artista enriquece o discurso político feminista presente na obra. No entanto, podemos entrever, nesse ataque da artista se posicionando a respeito da vergonha de ser brasileira, outras questões ligadas a respeito da sua condição de gênero. A costura, principalmente naquela época, era uma prática típica que era passada pela família de mulher para mulher, que em boa parte viviam reclusas em seus ambientes familiares, sendo muitas vezes impedidas de trabalharem. Era usual, ao exercer essa atividade, brincar com as agulhas costurando a pele das palmas das mãos. Ao eleger a sola dos pés como local para bordar as palavras, o enunciado se torna simbólico e o desprezo evidente, uma vez que o principal discurso presente na obra é a identidade cultural. Somando-se ao ato de cozinhar, lavar roupa, cuidar do lar e das crianças, a atividade de costurar ou remendar roupas fazia parte da vida da maioria das mulheres daquela época. A artista, para compor a obra, não abandona os materiais por serem considerados “femininos” e “inferiores”, segundo as questões de gêneros impostas pela sociedade machista e patriarcal; ao

contrário, ela os utiliza em todo o seu potencial de significados para fazer a sua crítica e se posicionar politicamente como mulher e artista.



Figura 03 – “Marca Registrada”, Letícia Parente, 1975.

Fonte: Print do vídeo, link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=J5RakZ433wA>

Não é por acaso, que esse vídeo se tornou uma das obras marco da historiografia da arte brasileira, por toda sua capacidade de criticar e denunciar valores vigentes, considerados ultrapassados para o período. Nesse momento, muitas mulheres já haviam ganhado espaço no mercado de trabalho, saindo de seus respectivos ambientes domésticos, se posicionando de diferentes formas na sociedade, tomando espaço, inclusive na esfera política. Mesmo que em menor número que os homens, as mulheres participaram ativamente da militância em resistência à ditadura (CNV, 2014).

Percebe-se um eixo comum a estes trabalhos, uma pretensa carnalidade. Não havia em sua concepção poética algo de transcendente, uma autonomia do próprio suporte em que as narrativas imagéticas fossem suficientes na deglutição das problemáticas impostas no alcance do público. Ao contrário, fazia-se necessário inculcar uma poética do corpo dominado, ditado, que sofridamente padecia em suas metáforas visuais nas operações do regime. Aqui, este tema torna-se central, uma vez que, a elaboração de um roteiro imagético puro, sem corporalidades presentes, parecia ingênua. A compilação do corpo filmado assume assim um duplo posicionamento: fere o corpo do artista numa espécie de expurgo da dor do regime, ao mesmo tempo que passa a ser replicado – através do vídeo – para um público massivo. Logo, a carne ferida do artista, é nossa carne; o gesto ali ensaiado, é nosso gesto; a luta representada, é nossa luta.

Anterior a essa obra, Letícia Parente havia criado, em 1974, a videoperformance “Preparação I” (Figura 04), em que traduz habilmente a questão do que significava ser mulher naquele período. A performance se inicia com a artista se arrumando frente ao espelho do banheiro. Ao terminar de arrumar os cabelos, ela recorta um pedaço de esparadrapo e tapa a própria boca, e desenha outra por cima com batom, repete o mesmo gesto com os olhos, primeiro um, depois o outro. Acabando de se “preparar”, arruma os cabelos, dá uma última encarada no espelho e sai do banheiro. O vídeo diz muito de como as mulheres, ou devido ao momento político, de como os cidadãos deveriam se portar no geral, com olhos e bocas fechadas. Naquela época, se dispensava os comentários de tudo que era contraditório às ideologias ditadas, podendo em muitos casos causar problemas a quem ousasse entrar em um embate político contrário. Era o momento da repressão, censura e violência. Muitas mulheres sofriam e ainda sofrem violência cotidianamente, em seus ambientes domésticos ou públicos, o que evidencia a atualidade do vídeo de Letícia Parente, a respeito do silenciamento das mulheres em nossa sociedade, forçando-as a se portarem de maneiras ditadas, sem muita liberdade de expressão.



Figura 04 – “Preparação I”, Letícia Parente, 1975.

Fonte: Print do vídeo, link de acesso: <https://vimeo.com/119148500>

O ato político dessas artistas mulheres, vão muito além do enfrentamento a um governo ditador vigente, elas se posicionam em relação a suas causas pessoais, feministas, que tem por intuito denunciar a dura realidade e a violência de gênero sofridas por uma sociedade patriarcal e machista.

Outra artista que também produziu obras de videoarte denunciando as duras realidades impostas as mulheres, foi a artista Sônia Andrade. Em uma obra “Sem título” de 1977 (Figura 05), a

artista utiliza fios de nylon e confrontando a câmera começa a perpassa-lo por seu rosto até sua total deformação. Com isso, a artista ataca claramente valores de beleza impostos pela sociedade às mulheres. O simples gesto, que metamorfoseia uma mulher em monstro, desfigurando todo o formato do rosto, é uma oposição às regras ditadas, de como as mulheres devem se portar, vestir, e procurarem serem sempre belas como as estrelas das capas de revistas, televisão ou cinema. Aqui ela rompe com essa imposição inculcada no imaginário feminino, de padrões impostos, que dificilmente serão alcançados, o que ocasiona frustrações e severos problemas psicológicos.



Figura 05 – “Sem título” (Fios de nylon), Sônia Andrade, 1977.

Fonte: Blog “Arte brasileira contemporânea anos 1970”, link de acesso:
http://artebrasileira1970.blogspot.com.br/2007_05_01_archive.html

Em outro vídeo do mesmo ano e também não titulado (Figura 06), Sônia Andrade manifesta a ação de cortar os pelos do corpo de forma rápida, rente a pele. A ação frenética da artista causa repulsa e aflição em um primeiro momento, mas nos faz refletir sobre os diferentes atos de higiene e beleza impostos para homens e mulheres. Homens não são hostilizados por manterem os pelos do corpo. As mulheres são ensinadas a mantê-los sempre aparados, e quando não o fazem, são discriminadas. A artista aqui denuncia a dura realidade de regras impostas a só um gênero, o feminino, e a sua falta de liberdade de agir como bem quiser com o próprio corpo. Abre o discurso acerca da libertação dos padrões sobre ser mulher, muito caro às causas feministas.



Figura 06 – “Sem Título” (Pelos), Sônia Andrade, 1977.

Fonte: Artsy, link de acesso: <https://www.artsy.net/artist/sonia-andrade>

De acordo com um relatório da CNV (Comissão Nacional da Verdade) (2014), a violência sexual e de gênero foi prática disseminada e utilizada como forma de poder e dominação durante a ditadura, implantada aqui no Brasil por um golpe militar de governo em 1964. Em um dos trechos do décimo capítulo, dedicado a esse tema, é constatado o seguinte:

[...] a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transparece na violência estatal do período explicitando, por exemplo, o caráter tradicionalmente sexista e homofóbico da formação policial e militar, que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril. (CNV, 2014: 404)

Valendo-nos de Rancière (2005) em sua apreensão do fazer-política como ato estético, as fragmentações do corpo-mulher na videoarte brasileira elucidam um certo gesto, que manifesta-se na desconstrução de uma prática política que atua inquisitorialmente sobre os corpos que lhe são contrários. Assim como o quixotesco Orlando de Virginia Woolf (2014), os traços de gênero são aqui operados no liame que incide entre realce e apagamento, num movimento contínuo e nada prosaico de gerar uma equidade entre o ser-homem/ser-mulher. O teor igualitário como manifestação de revisão necessária, uma atualização da própria cultura como prática social. Dentre as obras apresentadas, pudemos ver na visão desses artistas que utilizaram o vídeo como suporte, amplas críticas ao período político pelo qual passavam, em que apontam e trabalham questões políticas, sociais e de gênero vividas.

Referências Bibliográficas:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

CNV. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade: Volume I*. Brasília: CNV, 2014.

COSTA, Luiz Cláudio da. Uma questão de registro. In: COSTA, Luiz Cláudio (Org.). *Dispositivos de registro na arte contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / FAPERJ, 2009.

FREIRE, Cristina. *Poéticas do Processo: Arte Conceitual no museu*. São Paulo: Editoras Iluminuras, 1999.

JAREMTCHUK, Dária. *Anna Bella Geiger: passagens conceituais*. São Paulo: Edusp / Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

MACIEL, Kátia; REZENDE, Renato. *Poesia e videoarte*. Rio de Janeiro: Editora Circuito: FUNARTE, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. São Paulo: Editora 34, 2005.

WOOLF, Virginia. *Orlando*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

História e Culturas Políticas: a imprensa como locus do debate político do mundo contemporâneo

Coordenadores:

Laiz Perrut Marendino - Mestre em História – UFJF.

Juliana Gomes de Oliveira – Mestranda em História – UFJF.

A historiografia mais recente, particularmente a história política renovada, tem procurado enfatizar as dimensões sociais e culturais do poder, através dos estudos sobre as relações sociais, as práticas cotidianas, os espaços de sociabilidade como formadores de uma cultura política, as linguagens e/ou os conceitos políticos e sobre as diversas formas de legitimação política. Estas novas formas de tratar o objeto de estudo permite observar os processos mais gerais, como a formação do Estado e da Nação, a partir de outra perspectiva, atenta, principalmente, à atuação dos atores históricos e suas relações cotidianas. Dessa forma, este Simpósio dedica-se ao encontro de pesquisadores/as que estudem a imprensa como fonte, assim como sua relação de agente que se modula e modula a Cultura Política de uma sociedade, em especial o período da contemporaneidade.

O contexto histórico abordado compreende, em linhas gerais, a formação e o desenvolvimento dos Estados Nacionais. Assim, estudar o papel da Imprensa como objeto de investigação é também ponderar sua relação com o desenvolvimento dos espaços público e privado. Nesse sentido, este Simpósio Temático tem como objetivo principal reunir pesquisas que analisem a circulação dos impressos e manuscritos no mundo contemporâneo.

A SUSTENTAÇÃO FINANCEIRA DA IMPRENSA MINEIRA (1823-1850)

Alex Lombello Amaral¹

Resumo:

O objetivo dessa comunicação é tratar da sustentação financeira dos periódicos oitocentistas em Minas Gerais. Essa é uma das principais lacunas da historiografia sobre a imprensa brasileira do início do século XIX. Além da bibliografia de referência, foram utilizados como fonte 39 periódicos impressos em Minas Gerais entre 1823 e 1850. Como o estudo de uma só folha não oferece informações suficientes sobre o tema abordado, optou-se por estudar todo um conjunto de folhas, assim como se faz com bibliografias coletivas, obtendo-se resultados positivos. Depois de breve consideração sobre os custos de uma folha, a comunicação debate a possibilidade de sustentação dos periódicos por anúncios, por assinaturas, discute os preços, a sustentação por sociedades políticas, por chefes políticos e por publicações oficiais.

Palavras-chave: Imprensa; Sustentação financeira; anúncios.

THE FINANCIAL SUPPORT OF THE MINAS GERAIS'S PRESS (1823-1850)

Abstract:

The role of this paper is to understand the financial support of the eighteenth-century newspapers in Minas Gerais. This is one of the major gaps in the historiography about the Brazilian press in first half of the 19th Century. Beyond the reference bibliography were used as sources 39 newspapers printed in Minas Gerais between 1823 and 1850. The study of a single newspaper does not provide sufficient information on the subject addressed, so it was decided to study a whole set of newspapers, just it is done with collective biography. After brief considerations about the costs of a newspaper, the paper discusses the possibility of support of newspapers by announcements, by subscriptions, discusses the prices, the support by societies, by political bosses and by official announcements.

Keywords: Press; financial support; announcements.

¹ Mestre em História pela UFJF e doutorando no PPG em História da UFJF.

Conhecer as bases financeiras dos periódicos estudados é necessário porque “questionar os documentos produzidos por determinado período histórico implica em traçar as relações de poder que determinam sua produção e conservação” (NUNES, 2010, p.112). Contudo, uma das principais lacunas no estudo da imprensa brasileira oitocentista é o conhecimento de sua sustentação financeira. Foi possível obter resultados na medida em que não se estudou somente uma folha, mas dezenas delas, como se faz com conjuntos de pessoas sobre as quais as informações são lacunares e escassas.

Os 39 periódicos nos quais colhemos informações foram: *Compilador Mineiro*; *Abelha do Itaculmy*; *Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*; *O Universal*; *Astro de Minas*; *O Amigo da Verdade*; *O Telegrapho*; *O Novo Argos*; *Mentor das Brasileiras*; *Estrella Mariannense*; *Pregoeiro Constitucional*; *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*; *O Vigilante*; *O Constitucional Mineiro*; *Opinião Campanhense*; *O Recopilador Mineiro*; *Legalidade em Triumpho*; *Tareco Militar*; *O Mineiro*; *A Razão*; *O Parahybuna*; *O Popular*; *O Americano*; *O Correio de Minas*; *O Unitário*; *Guarda Nacional Mineiro*; *Echo da Razão*; *O Despertador Mineiro*; *Estafeta*; *Buletim da Legalidade no Serro*; *A Ordem*; *O Itacolomy*; *Athenêu Popular*; *O Publicador Mineiro*; *Recreador Mineiro*; *Selecta Católica*; *O Itamontano*; *O Constitucional*; *O Povo*.

Os redatores do *Abelha do Itaculmy* explicaram que “...a Impressão, em um País como este, não pode ser de custo insignificante: que o papel é caríssimo: que os Redatores são assinantes de todas as Folhas da Corte sujeitas aos portes do Correio.” (ABELHA, 8/11/1824). E “...acrescem a tudo isso as despesas com os agentes, e com as remessas aos Srs. Subscritores...” (Idem). O papel era caríssimo porque seria todo importando até 1889. Em 1822, Luiz da Silva Maria Pinto avaliava que 300 resmas de papel custavam 1 conto de réis (1:000\$000) (VEIGA, 1898, p.186).

Anos depois, *O Parahybuna*, ao fechar as portas, atestou que:

“...enormes dispêndios, que exigem uma publicação periódica, como a do *Parahybuna*, que não se achando apoiado pelo respectivo partido nem pela antiga Sociedade Tipográfica...” (POPULAR, 24/4/1840).

Uma das fontes mais comuns de sustentação da imprensa são os anúncios. Só encontramos anúncios em 27 folhas, em outras 2 só anúncios de livros da própria tipografia e 11 casos em que realmente não existiam anúncios (É possível obter informações de folhas das quais não se tem nenhum exemplar). Em quase todos os casos os anúncios não eram suficientes para sustentar a folha. Muitos periódicos anunciavam de graça para assinantes, e o preço para anunciantes que pagavam

variou de 40 réis por linha em 1824 até 80 réis por linha em 1842, o preço de um exemplar avulso no mesmo período. Os anúncios devem ser a parte desses jornais que mais foram estudados até hoje e a conclusão de que não eram eles a base de sustentação dessas folhas não é uma novidade. Nesse aspecto a origem da imprensa nas Minas Gerais é completamente diferente do que aconteceu nos EUA, onde “*Anúncio e imprensa estiveram sempre intimamente associados quase desde o início*” (EMERY. 1965. P.83.). Existem, porém, exceções, como o *Correio de Minas*, que tinha só publicações oficiais por números inteiros, e o *Constitucional*, do qual metade eram publicações oficiais. Mas a sustentação por publicações oficiais não é bem uma sustentação por anúncios. A diferença é que se uma folha sobrevivesse de uma multiplicidade de anúncios teria independência política, mas publicações oficiais já criavam uma dependência tanto quanto no caso, meramente hipotético, de que todos os anúncios fossem somente de um particular.

Dos 27 periódicos em que encontramos publicidade, em 20 existem anúncios de fuga de escravos. Porém, de 3 periódicos que tinham anúncios, mas não de escravos, os exemplares são pouquíssimos, de forma que não temos certeza de que realmente não os publicavam. Do *Pregoeiro Constitucional*, do qual temos uma série razoável, e que publicava pouquíssimos anúncios, realmente podemos dizer que não publicava anúncios de fuga de escravos. Era uma folha que defendia o fim da escravidão. O *Unitário* também tinha muito poucos anúncios e não foram encontrados de escravos.

Encontra-se também anúncios de venda de escravos, sobretudo moças. Apesar de relativamente poucos, os anúncios são bem variados, dando uma imagem multifacetada daquela sociedade. Pessoas se despedindo dos conhecidos, coisas perdidas, desertores, orações, procissões, imóveis a venda, gente se mudando de cidade, organizações, provocações, espetáculos teatrais e circenses, os anúncios são um mundo. Os anunciantes quase sempre faziam parte de um círculo próximo ao periódico, ou ao redator. Claro que existem exceções, como nos primeiros anos do jornalismo mineiro, quando só existia o *Abelha do Itaculumy* sem entrar em grandes disputas políticas, em que vários anunciantes, do Rio de Janeiro por exemplo, anunciam nitidamente reconhecendo que a publicação circulava bem pelas Minas Gerais. Também em casos de companhias de teatro e de circo, de dentistas ambulantes etc. os anunciantes naturalmente não eram ligados às folhas onde anunciavam. Mas são exceções.

Se os anúncios não mantinham as folhas, observemos a venda dos próprios jornais. Os preços em determinando momento se padronizaram. As assinaturas do *Abelha do Itaculumy* custavam dez mil réis (10\$000) ao ano, para três folhas por semana. A tipografia ficava com 55%, que portanto não

podia estar abaixo do custo. Os redatores confessaram que ficavam com 20% e 25% ia para os correios e a sobra para a Sociedade Literária (ABELHA, 8/7/1825). Mas o preço normal caiu, na maioria das folhas da década de 1820, para dois mil réis o trimestre (2\$000), para dois números por semana. No caso de algumas folhas esse preço ainda caiu mais, e surgiram folhas muito pequenas que cobravam metade do preço normal. Na década de 1840 a assinatura anual mais alta que encontramos foi de dez mil réis, voltando ao preço do *Abelha do Itaculomy*. O preço dos exemplares isolados acabou se padronizando ainda na década de 1820 em 80 rs. para o tamanho do *Astro* e do *Universal*, e 40 rs para folhas de metade do tamanho. No Rio de Janeiro a folha considerada barata era o *Diário do Vintém*, ou *da Manteiga*, que custava 60 rs nos anos 1830, ou seja, na verdade 3 vinténs (MARENDINO, 2016, p.51). Quando surgiram folhas do dobro do tamanho do *Astro* e do *Universal*, já na década de 1840, como *O Itacolomy* e *O Constitucional* o preço subiu para 120 ou 160 rs. Em 1849 *O Povo* ainda custava 40 rs. Apesar de mais de 20 anos de inflação os preços das folhas não subiram!

Esses preços chegavam a custear os exemplares? Parece que sim. Vimos que a tipografia ficava com 55% do preço da *Abelha do Itaculomy*, 10\$000 a.a., ou seja, 5\$500 a.a. para custear três números por semana, com lucros. Também na década de 1840 (ver tabela 1), a *Selecta Católica* custava 320 rs por exemplares com 32 páginas. Como eram páginas pequenas, seriam como 16 do tamanho normal, portanto era como se fossem 4 folhas normais, cada uma ao preço de 80 rs. Em seu último número disponível, o 31, de 1847, os redatores disseram que as sobras ficavam para obras pias, ou seja, existiam sobras.

Esses preços eram caros ou razoáveis? Que não tenham acompanhado a inflação não significa que tenham se tornado baratos. Nos EUA o preço seria proibitivo (EMERY. 1965. P.189.). Na França “Os jornais revolucionários eram ainda caros – uma assinatura anual custava o equivalente a várias semanas de trabalho de um operário comum.” (DARTON; ROCHE (Orgs). 1996. p.206). E no Brasil? O preço de um exemplar não parece proibitivo, era semelhante ao de uma empada que custava 100 rs., ou à aguardente de cana que custava em torno de 80 réis a garrafa (NEVES, p.94) e em Minas 40 rs o “quartilho” que um homem “bebendo de uma só vez o poderia matar” (UNIVERSAL, 28/10/1825). Mas observemos pelo critério do salário. Se aceitarmos que um escravo de ganho ganhava 200 rs. por dia, a assinatura custaria 50 dias de trabalho! Ter uma assinatura não era barato! Um senhor mineiro, contudo, ofereceu somente 150 rs. por diária de escravos a que se propunha alugar (UNIVERSAL, 5/8/1825). No caso de trabalhadores livres, de diárias mais altas, um canoeiro

trabalhando em uma Passagem de rio ganhava uma diária de 560 reis, e uma assinatura custaria pouco menos de três semanas (CORREIO, 8/1/1842).

Como as vendas avulsas não eram normais, tanto que alguns periódicos nem tinham preço de exemplar isolado, a sustentação de uma folha por meio da venda teria que se dar por assinaturas. É fácil observar que muitas folhas tiveram problemas para receberem de seus assinantes. O *Novo Argos*, alegou que um dos motivos de seu desaparecimento foi a falta de pagamento das assinaturas (N.ARGOS. 15/12/1833). Em Janeiro de 1833 a tipografia da Sociedade Pacificadora Sabarense tinha “saldo” (VIGILANTE. 16/1/1833). Já em 1835 estava deficitária, como vimos, e um dos motivos é que poucos assinantes pagavam (VIGILANTE. 4/2/1835). Também no caso do *Parahybuna* em seu final as cobranças aos assinantes se tornaram repetitivas, o que é quase uma regra de todos os periódicos, e em Novembro de 1839 essa folha se tornou semanal. Também o *Astro de Minas* amiudou as cobranças em seus últimos meses (ASTRO. 4/5/1839).

Os responsáveis pelo *Itacolomy* reclamaram, ano e meio depois de terminar essa folha, que “muitos de seus assinantes ainda se acham devedores” (CONSTITUCIONAL. 11/1/1847) e acabaram publicando a lista de seus devedores! Eram 31 de Diamantina (CONSTITUCIONAL. 8/2/1847), 38 de Mariana, 27 de Sabará, 13 de Presídio, 3 de Queluz, 7 de Pitangui, 3 de Caeté, 6 de Caldas e 8 de Curvelo (CONSTITUCIONAL. 11/2/1847). Embora só tenhamos os devedores de 9 municípios, eles somam 136 nomes! Sabe-se que *O Itacolomy* teve 720 assinantes (COMPILADOR. 28/7/1843), e Minas Gerais tinha mais de 40 municípios (136 vezes 4 igual 544), portanto podemos deduzir que só uma minoria pagava as assinaturas.

Os jornais ou as tipografias buscavam ainda outras formas de arrecadar que acabam aparecendo nos anúncios, como a publicação de livros, procurações, cadernos, livretos e folhinhas, mas dificilmente supriam com isso as suas necessidades. As tipografias publicavam livretos e folhinhas, mas reconhecendo limitações do mercado, para publicar um livro maior, que custaria 1\$500, o *Abelha* informou que só o faria se tivesse número suficiente de assinantes, ou seja, de compradores certos, que pagassem antes da impressão (ABELHA, 26/1/1825). Era a regra quando se imprimiam livros.

Se a sustentação não se dava nem pelos anúncios, nem pela venda de exemplares, nem pela venda de artigos de papelaria, o que sobra é o apoio político de sociedades ou de chefes políticos. Como disse Wlamir Silva algumas sociedades criaram seus próprios periódicos, “como o Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública, de Ouro Preto, O Vigilante, órgão da Sociedade

Pacificadora de Sabará, e o União Fraternal, de Mariana.” (2009. P.170) Esse último da Sociedade Patriótica Marianense, como já vimos. O auge da imprensa e das sociedades coincide no início dos anos 1830.

Disse *O Popular* que o *Parahybuna* “...custava ao partido 400\$000 anuais!” (POPULAR. 7/5/1840) e que “...uma Sociedade, sustenta o Parahybuna...” (POPULAR. 14/3/1840). Existe o caso do *Astro de Minas*, em que se sabe que a folha era sustentada por Baptista Caetano d’Almeida (ASTRO, 22/1/1828). Tanto essa folha não se mantinha com anúncios e assinaturas que anunciava de graça para assinantes e anunciava que continuaria remetendo folhas, mesmo sem pagamento, a não ser que recebesse ordens em contrário (ASTRO. 12/2/1828). O *Astro* tinha um distribuidor, que levava as folhas de casa em casa e ainda distribuía folhas de graça (AMIGO, 18/8/1829, 28/6/1829). Existe também o caso do Bispo de Mariana, Frei José de SS. Trindade. que teria dinheiro para “manutenção de Periódicos servis (como dizem)” (ESTRELLA, 18/12/1830). Marinho falou na Câmara dos Deputados de “periódicos do governo, pagos pelo presidente” (UNIVERSAL, 3/6/1840).

Outra forma de apoio político eram as publicações oficiais. O *Abelha do Itaculuny*, por exemplo, fazia anúncios para a Câmara de Ouro Preto, para as Misericórdias e outras irmandades. O *Pregoeiro Constitucional* publicava avisos dos Correios e da Câmara de Campanha. O *Parahybuna* publicava diversos anúncios da Câmara de Barbacena. O *Itamontano* e a *Voz do Povo Oprimido* receberiam da Assembléia Legislativa Provincial 30\$000 réis (trinta mil réis) pela publicação de cada ata (POVO). Já vimos que a publicação das Atas da Assembléia Legislativa rendia 800\$ anuais ao *Correio de Minas* (CORREIO. 23/11/1842), que também publicava o expediente da Tesouraria Provincial, e da Presidência da Província. Metade do espaço d’*O Constitucional* era ocupado por publicações da Presidência e da Tesouraria. Deve-se pensar também do ponto de vista das tipografias, pois é o caso d’*O Universal*, que além de ter publicado em seus próprios números atas, editais etc. publicou em sua tipografia periódicos e avulsos de diferentes governos. O deputado Antão teria reclamado do Presidente “José Cesário por lhe diminuir os lucros, não mandando imprimir no Universal os Atos do Governo, preferindo o Correio de Minas” (PARAHYBUNA, 15/5/1838). É possível afirmar que essa foi uma das formas mais eficientes de sustentação de periódicos. Laiz Perrut considera que as publicações oficiais foram a “principal forma de subsistência” do *Diário do Vintém* (MARENDINO, 2016, p.55).

Concluindo, os recursos dessas folhas, as que conseguiram sobreviver por algum tempo, vinham ou de sociedades, ou de publicações oficiais, ou do mecenato de algum chefe político. Em

todos esses três casos essas folhas conseguiram recursos por meio da política. O que elas conseguiam com assinaturas também se inclui como apoio político. Mas as sociedades não tiveram sucesso por muito tempo, muito menos as assinaturas, configurando um financiamento de cima para baixo, dominado pelos chefes políticos, ou com dinheiro próprio ou conseguindo canalizar o do Estado. É claro, nem todos os recursos provenientes da política eram legais, como se nota na acusação de que “...o Unitário morrerá logo que os dinheiros públicos cessarem de ser desviados de seu fim...” (POPULAR, 15/2/1840). Não é só por parentescos dos redator que essa folha era apelidada de “*Neto da Tesouraria*” (POPULAR, 18/1/1840).

Bibliografia utilizada:

DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel (orgs). *Revolução Impressa: A Imprensa na França (1775-1800)*. São Paulo: EdUSP. 1996.

EMERY, Edwin. *História da Imprensa nos Estados Unidos*. Tradução: Alkimin da Cunha. Rio de Janeiro: Lيدador. 1965.

MARENDINO, Laiz Perrut. *O Diário do Rio de Janeiro e a Imprensa brasileira do início do oitocentos (1808-1837)*. Juiz de Fora: Dissertação de Mestrado em História. UFJF. 2016.

NEVES, Lúcia M. B. Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; Faperj. 2003.

NUNES, Tassia Toffoli. *Liberdade de imprensa no Império brasileiro: Os debates parlamentares (1820-1840)*. São Paulo. Dissertação de Mestrado em História. USP. 2010.

VEIGA, José Pedro Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, ano III, 1898.

A IMPRENSA PERIÓDICA E SUAS PRÁTICAS EM APONTAMENTOS NO SANJOANENSE *ASTRO DE MINAS* (1827-1828)

Leonardo Bassoli Angelo¹

RESUMO:

Nos anos iniciais do Império do Brasil, a imprensa periódica se configurou como um importante espaço de debate, de construção e de divulgação de ideias, em um contexto de pluralidade política nessa nova forma de poder, sob um país soberano. Neste trabalho, pretende-se abordar práticas dessa imprensa analisadas por redatores de artigos publicados no jornal *Astro de Minas*, de São João del-Rei, com o propósito de auxiliar na compreensão da abrangência desse instrumento periódico como ferramenta de exercício político. Essas fontes primárias serão relacionadas a uma bibliografia que trata da imprensa.

Palavras-chave: Imprensa no Império do Brasil. Constitucionalismo no Brasil. Elites políticas.

THE PERIODICAL PRESS AND ITS PRACTICES IN SANJOANENSE *ASTRO* *DE MINAS* 'S NOTES (1827-1828)

ABSTRACT:

In the early years of the Empire of Brazil, the periodical press was configured as an important space for debate, construction and dissemination of ideas, in a context of political plurality in this new form of power, under a sovereign country. This paper intends to approach the practices of this press analyzed by writers of newspaper articles published in the newspaper *Astro de Minas*, in São João del-Rei, with the purpose of helping to understand the scope of this periodic instrument as a tool for political exercise. These primary sources will be related to a bibliography dealing with the press.

Keywords: Press in Empire of Brazil. Constitutionalism in Brazil. Political elites.

¹ Mestre e estudante de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: leobangelo@gmail.com

Na segunda década do século XIX, o Brasil iniciou um processo de construção de um país soberano, não mais atrelado à política de Portugal. Ainda que o Sete de Setembro significasse um definitivo rompimento dos laços com um país que outrora fora Metrópole desse território na América, o processo de emancipação, seguido da formação e desenvolvimento de um país, seria longo (MOTA, 1986).

Após o evento que inaugurara oficialmente o Brasil emancipado, os debates que se desenvolveram trataram, sobretudo, de legitimar o Brasil como um corpo político autônomo e habilitado a desenvolver uma política própria, para o que contribuiriam instituições a confirmarem e desenvolverem essas premissas. Como um primeiro exemplo, destacou-se a Assembleia Constituinte, que, instalada em 1823, empreendeu uma série de debates a respeito da forma, do regime e do sistema de governo que deveriam nortear esse novo Brasil. Nesse espaço político, deputados discutiam valores próprios do ideário liberal e ratificavam a potencialidade de suas atividades e das atividades de seus pares como elementos que influenciavam os rumos do país (BRASIL, 1973).

As Câmaras Municipais, cuja importância remonta aos tempos coloniais, protagonizaram debates que, apesar de muitas vezes restritos à esfera local, se referiam a perspectivas de abrangência nacional e a projeções sobre o que esperavam do novo Estado-nação que se formava (SOUZA, 2012).

Em que pesem as importantes contribuições de instituições variadas, como sociedades presentes na Corte e em diversas vilas/cidades desse período, destaca-se, neste trabalho, a contribuição da imprensa periódica. Ainda durante o I Reinado, a necessidade de discussão política (incluindo-se a defesa de projetos) levou à fundação dos primeiros jornais, na Corte e em variadas localidades do Brasil. Nesses veículos eram tratados, pelas mãos dos redatores, assuntos concernentes à política nas instâncias provinciais e no âmbito central, à economia e aos valores mais caros à construção de um país “civilizado”. O redator desses periódicos muitas vezes recorria a pseudônimos, e era, frequentemente, um homem público que se dedicava ao exercício da política (MOREL apud OLIVEIRA, 2010).

No Rio de Janeiro, um exemplo foi o *Revérbero Constitucional Fluminense* (NEVES, 1999: 3), cujos representantes mais expressivos foram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa; em Ouro Preto, o jornal *O Universal* apresentava – assim como tantos outros nesse período – suas opiniões políticas liberais ao mesmo tempo em que criticava o Antigo Regime.²

² O acervo desse jornal está disponível on line no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 4 out. 2017.

Em São João del-Rei, a imprensa foi inaugurada em 1827 pela iniciativa de Batista Caetano de Almeida,³ através da fundação do jornal *Astro de Minas*. De tendência liberal-moderada, essa publicação foi responsável pela divulgação de leis, pelo desenvolvimento de ideias e pela canalização de tensões locais, provinciais e centrais, sendo uma das primeiras publicações desse gênero na província de Minas Gerais a alcançar abrangência local e regional (DELFIM, 2011: 29).

Em suas críticas ao Antigo Regime, o *Astro de Minas* publicou uma série de ataques a outra publicação, que seus redatores classificavam como tendente a essa orientação política tão contestada nesses tempos imperiais, e que era intitulada *Gazeta do Brasil*:

A gazeta do Brasil tem ja outro Redator; de Carvalho passou a Costa; mas de Diabo a Demônio não hà differença; sentimos esta mudança, porque em fim quando o doente muda de cabeceira, não hà esperanças de vida, e nos julgamos, que aquelle Periodico está nos paroxismos da morte. Seriamos ingratos, senao reconhecessemos os serviços prestados ao Imperio por aquelle Periodico; nos não tínhamos perfeito conhecimento do verdadeiro character dos inimigos do Brasil; os Collaboradores da gazeta o descobrirão, attacando à todos os Brasileiros honrados; Amigos do Trono; e do Altar; hoje sabemos com que cautela devemos tratar os absolutistas, e gazeteiros, e huma das regras, que nunca devem esquecer aos bons Brasileiros, he de entender a gazeta sempre em sentido contrario ao de sua expressão, ao que ella denomina Republicano, devemos dizer que he hum honrado Constitucional Monarchico, ao Ladrao, homem de bem etc. [...].⁴

O redator afirmou ter cuidado em confrontar com os números da *Gazeta* para assegurar o teor do que ali seria publicado, e afirmou que os redatores e correspondentes se esconderiam por suposta vergonha, o que não aconteceria se fossem colaboradores da *Astréa*, pois não teriam vergonha de defender o imperador, a Constituição e a pátria.⁵

Uma correspondência ao redator do *Astro de Minas* versava sobre o Colégio do Caraça, defendendo que nenhuma nação poderia prosperar sem que se aliassem os sistemas político e religioso, pois, pelo seu contraste, houve guerras civis e outros males; continuando, o redator apontou que, se Licurgo (Esparta) e Sólon (Atenas) conseguiram que os espartanos fossem “ferozes e aguerridos”, e os atenienses, “moderados e polidos”, vendo bastante desenvolvidas as artes e as

³ Batista Caetano de Almeida foi um rico negociante de São João del-Rei e da Comarca do Rio das Mortes, e estabeleceu relações políticas e econômicas com diversos agentes de São João del-Rei. Cf: GRAÇA FILHO, 2002: 74; OLIVEIRA, 2014: 43.

⁴ *Astro de Minas*, n. 26, 17 de janeiro de 1828, p. 2.

⁵ *Astro de Minas*, n. 26, 17 de janeiro de 1828, p. 2-3.

ciências, a glória de verem realizados seus planos, não seria tanto um desdobramento de suas instituições, mas de seu sistema de educação.

Esse redator destacou que o Caraça vedava a leitura dos periódicos em vez de imprimir nos ânimos de seus estudantes o germe do sistema Constitucional, impondo a ideia de que ao súdito não é dado conhecer o sistema de governo, e só lhe cumpre obedecer. Tempos assim teriam passado, observava o redator.

Continuando, afirmou que, colocada a procura de pais de família por esse colégio, lamentava que o diretor da instituição, padre Leandro, a quem se suporiam muitos conhecimentos, não organizasse um catecismo político, que, em seu entendimento, deveria ser realizado concomitantemente ao ensino religioso.⁶

Uma correspondência ao redator do *Astro de Minas*, escrita por “Um dos Perneiras de Minas”, parabenizava esse jornal e torcia para que essa publicação não se desvirtuasse. Em relação a outros jornais, fez apontamentos de diversos teores:

O Diario Fluminense he muito interessante, mas não emittindo reflexoes sobre as noticias, que transmite, e omittindo alguns factos, nao he popular. A Astréa quasi merece o epitheto de divina, mas occupa-se mais de correspondencias, que nem sempre contêm interesse geral, e nao procura pôr os seus Leitores ao facto dos negócios do dia. O Constitucional Bahiense, posto que o melhor periódico da Província da Bahia gasta algum incenso mal gasto. O Universal de Minas procura desempenhar o seo titulo, e lhe cabe muito distinto lugar entre os periodicos do Brasil [...]. *O Farol* he escrito por bons patriotas, e muito illuminados, mas falta-lhe a graça, e o estilo de periodista [...].⁷

O redator “Sertanejo” escreveu para o jornal com uma série de colocações a respeito dos teores das publicações; em resposta realizada em edição posterior, após uma discussão conceitual em torno da ideia de “personalidade”, o redator do *Astro de Minas* afirmou que, quando a tipografia foi estabelecida por Batista Caetano de Almeida, houve diversas maledicências. No entendimento do redator, uma correspondência contém “personalidades” quando atinge a honra de alguém e também quando patenteia faltas e omissões particulares que uma simples advertência pode corrigir. Sugeriu que o “Sertanejo” refletisse legalmente sobre as consequências de uma publicação potencialmente invasiva. De acordo com a ideia de que esse redator solicitante escreveu por orientação de outro redator, o missivista do *Astro de Minas* solicitou ao “Sertanejo” que o redator não identificado

⁶ *Astro de Minas*, n. 30, 26 de janeiro de 1828, p. 3-4.

⁷ *Astro de Minas*, n. 36, 9 de janeiro de 1828, p. 2.

escrevesse para o jornal, mas que assinasse suas correspondências, para que assumisse as consequências de seus atos. Se mesmo assim não se sentisse satisfeito, deveria se lembrar que a tipografia era dotada de publicidade, e que as correspondências estariam condicionadas à Lei da Liberdade da Imprensa.⁸

Em resposta a uma contenda com Batista Caetano de Almeida publicada na imprensa, Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque (que demonstrava a existência de tensões passadas com o fundador do *Astro de Minas*) lamentou que a liberdade de imprensa, sendo tão útil à sociedade, servisse para, em suas palavras, saciar o furor de “gênios demagógicos” e “espíritos desaforados”. Na qualidade de ouvidor da Comarca do Rio das Mortes, Albuquerque repreendeu o então juiz por São João del-Rei Batista Caetano de Almeida pelo fato de Batista, ao se ausentar da Vara jurisdicional de juiz de fora, tê-la transmitido ao procurador da Câmara quando havia outras pessoas que, pela lei, teriam direito de assumir, a saber, Francisco José Teixeira e Pedro José Martins; Batista teria se apoderado dessa jurisdição de forma arbitrária pelo fato de ser parente dessas duas pessoas. Ou seja, Albuquerque insinuou que Batista cometera uma irregularidade sobre a qual agira de acordo com impulsos pessoais, e não aceitou ser repreendido por isso. Na continuação da correspondência, defendeu sua conduta como homem público ao prestar contas sobre suas atividades, comparando-se a Batista.⁹

A publicidade dos assuntos políticos se manifestava de forma bastante aflorada nesse contexto, e a ideia de discussão, debate, em esfera pública, era considerada muito importante para o desenvolvimento político brasileiro, para o que muito teriam contribuído os jornais. Um artigo, publicado originalmente na *Aurora*, postulava:

Hum notavel melhoramento se observa entre nos no espírito publico de 1821 a esta parte, e seria ingratidão deixar de attribuir este beneficio aos jornaes politicos. São elles, que existindo em contacto immediato com o povo, lhes transmittem o resultado das profundas meditações dos Publicistas, que nunca se tornarião vulgares, se escriptos de curto alento, de módico preço, e que por assim dizer-mos *chegão a todos*, não tomassem a si essa tarefa [...].¹⁰

Continuando, afirmou que os periódicos estão sempre a par dos acontecimentos, instruindo malversações praticadas pelos agentes do poder, ferindo com pequenos, mas repetidos golpes, a

⁸ *Astro de Minas*, n. 10, 11 de dezembro de 1827, p. 3-4.

⁹ *Astro de Minas*, n. 19, 1 de janeiro de 1828, p. 5.

¹⁰ *Astro de Minas*, n. 49, 11 de março de 1828, p. 3.

“árvore do despotismo”. O redator apontou que, passado o furor das esperanças com a ideia de liberdade advinda na década de 1820, a esperança se esvaneceu, e os jornalistas teriam reavivado esse sentimento, despertando o patriotismo nos brasileiros e propagando a liberdade. Os brasileiros teriam, em seu entendimento, o germe das virtudes patrióticas, que precisaria de cultura para desenvolver-se e enriquecer com seus frutos essa parte do continente americano.¹¹

Nesse princípio de século XIX, a imprensa periódica foi muito importante para que os valores do então recente Império do Brasil fossem trabalhados publicamente. A ideia de se manifestar, de exercer o direito de expressão, tinha suas peculiaridades, tendo em vista os desdobramentos que um suposto excesso desse direito poderia provocar. Os redatores presentes neste trabalho, assim como tantos outros, consideravam a importância e a potencialidade dessa atividade que realizavam, com o propósito de realizar uma transformação social, a formação de opiniões, entre outros elementos. A tomada de posição, o comentário sobre uma lei, o ataque pessoal, compuseram uma efervescência característica desse período de grandes transformações políticas para um recente país.

Compreender a importância da imprensa desse período pelas palavras dos agentes históricos inseridos nesse meio é uma atividade bastante instigante, tendo em vista a multiplicidade de funções políticas, econômicas e sociais atribuídas aos redatores, o posicionamento em diferentes situações e a dinâmica promovida por esse veículo em diversas frentes, na discussão de variadas temáticas que permeavam o Brasil e o mundo nesse princípio do século XIX.

BIBLIOGRAFIA:

BRASIL. *As Câmaras Municipais e a Independência*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973. Volume 2.

DELFIM, Maria Elisa Ribeiro. ‘*Viva a Independência do Brasil!*’: a atuação da elite política sanjoanense no processo de Independência (1808-1822). 2011. 124f. Dissertação (mestrado em História). Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei. 2011. Disponível em: <<http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/pghis/DissertacaoMariaElisa.pdf>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A princesa do oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei, 1831-1888*. São Paulo: Annablume, 2002.

¹¹ *Astro de Minas*, n. 49, 11 de março de 1828, p. 3-4.

MOTA, Carlos Guilherme. *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lúcia. A “guerra de penas”: os impressos políticos e a Independência do Brasil. *Tempo*, n. 8, p. 1-17, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. Tipógrafos, redatores e leitores: aspectos da imprensa periódica no Primeiro Reinado. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, v. 2, n.3, Julho de 2010.

_____. *Construtores do Império, defensores da Província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional (1823-1834)*. 2014. 416f. Tese (doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03102014-180003/pt-br.php>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

SOUZA, Juliana Teixeira. As municipalidades e o Império: o caso do Rio Grande do Norte (1830-1840). *sÆculum - REVISTA DE HISTÓRIA* [27]; João Pessoa, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/viewFile/16440/9426>>. Acesso em: 25 out. 2017.

Fontes:

Jornal *Astro de Minas*, edições 10, 19, 26, 30, 36, 49. Arquivos do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 4 out. 2017.

O *DIÁRIO DE MINAS* E A EPIDEMIA DE VARÍOLA DE 1873-1875 EM MINAS GERAIS: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-DISCURSIVA DOS MESES MAIS VIOLENTOS

Robson Aparecido dos Santos Ferraz¹

Resumo:

Este artigo busca tratar da análise do jornal *Diário de Minas* através de seus discursos sobre a epidemia de varíola ocorrida em boa parte de Minas Gerais entre 1873 e 1875. O periódico circulou entre 1866 e 1878 na província de Minas Gerais e é considerado o primeiro jornal de caráter Informativo da província. Tendo por objetivo identificar características deste periódico, tais como posicionamentos e posturas políticas, foi feita a análise dos discursos dos conteúdos relacionados à epidemia nos três meses em que a mesma se mostra mais violenta. Assim, enquanto o *Diário de Minas* se faz como objeto e também principal fonte deste trabalho, a epidemia de varíola, por ter causado inúmeros problemas e provocado debates, se mostra um bom tema para a análise do jornal.

Palavras-chave: Imprensa mineira; Varíola; Discurso.

THE JOURNAL *O DIÁRIO DE MINAS* AND THE SMALLPOX EPIDEMIC OF 1873-1875 IN MINAS GERAIS: A HISTORICAL-DISCURSIVE ANALYSIS OF THE MOST VIOLENT MONTHS

Abstract:

This article seeks to treat of the analysis of *Diário de Minas* through their discourse about the smallpox epidemic occurred in most of Minas Gerais between 1873 and 1875. The periodic circulated between 1866 and 1878 in the province of Minas Gerais and is considered the first newspaper of Informative character of the province. Having as objective identify characteristics of this periodic, such as political positions and stances, the analysis of the discourses of the contents related to the epidemic was made about the three months in which it is most violent. So, while the *Diário de Minas* is the object and also the main source of this work, the smallpox epidemic, because it has caused many problems and provoked debate, it is a good topic for the newspaper's analysis.

Keywords: Press from Minas Gerais; Smallpox; Discourse.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Viçosa – UFV. Email: robsonferraznome@gmail.com

Introdução:

Este artigo trata da parte inicial de uma pesquisa que se encontra em andamento. Neste começo, tem-se por objetivo analisar o periódico *Diário de Minas*, de Ouro Preto, a partir de seus discursos sobre a epidemia de varíola ocorrida entre 1873 e 1875 em Minas Gerais. Para um recorte mais preciso, esse artigo tratará da análise das edições do jornal circuladas durante os três meses de maior intensidade da epidemia – maio, junho e julho de 1874 ².

Como objetivo, este trabalho visa identificar características do *Diário de Minas*, de Ouro Preto, e que circulou entre 1866 e 1878, no contexto da já referida epidemia, tais como posicionamentos, narrativas e visões passadas ou construídas na e para a sociedade em que ele se fez presente. A escolha desse periódico para iniciar a pesquisa se dá face à sua peculiaridade proposta por Jairo Faria Mendes (2007: 27), em que o autor o classifica como o primeiro jornal mineiro de caráter informativo, sendo que tal fase da imprensa só teria sido consolidada em Minas Gerais na penúltima década do século XIX.

Para isso, a metodologia utilizada é a análise do discurso dos conteúdos referentes à epidemia presentes no periódico em questão. Para que essa análise seja possível, tem-se primeiramente a localização de edições do jornal que trazem esses conteúdos, a partir das quais se atenta para a forma de organização, evidências do grupo responsável e, então, a discursividade presente neles, que deve estar de acordo com seu contexto histórico.

O jornal se faz, desse modo, objeto e fonte principal da pesquisa. A aposta na epidemia de varíola enquanto tema – dentre tantos outros possíveis – para o qual se atenta no intuito de cumprir os mencionados objetivos, se dá face ao medo e aos inúmeros transtornos que o flagelo causou. Onde a varíola se fez presente na segunda metade do século XIX, ela atingiu toda a sociedade, sem distinção alguma de classe, alterou o cotidiano de várias formas, gerou demandas às autoridades – as quais nem sempre puderam ser cumpridas, por vários motivos – e provocou debates entre as mesmas e na sociedade como um todo (SILVEIRA; MARQUES, 2011: 389). Essa trama que gira em torno da doença pode ser visualizada nos jornais impressos, visto que eles eram um dos únicos meios de comunicação em massa existentes. Nesse sentido, a análise dos discursos e posturas do *Diário de Minas* face à situação de caos gerada pela epidemia de varíola pode revelar detalhes sobre este jornal.

² BELEM, Francisco Leite da Costa. Relatório que à assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1874 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, outubro de 1874. P. 31-32

O objeto: O *Diário de Minas*:

Segundo Jairo Faria Mendes, (2007) a imprensa mineira foi tardia em suas fases, se contrastada com o desenvolvimento da imprensa brasileira em geral. Utilizando as classificações feitas por Nelson Werneck Sodré (1999, apud MENDES, 2007: 32) sobre as fases da imprensa nacional, Mendes coloca que a fase chamada por Sodré de Imprensa Colonial, que teria ocorrido entre 1808 e 1822 na ainda colônia de Portugal, não aconteceu em Minas Gerais, pois não existiu jornais mineiros nesta fase. A fase chamada de Imprensa Publicista, que predominou no Brasil de 1822 a 1840, segundo Sodré, durou até 1885 na província mineira, de acordo com Mendes. A fase Informativa e literária aconteceu de 1840 a 1889 nas principais províncias brasileiras, mas em Minas, ela teve início somente em 1885, e durou até quase o fim da Primeira República. E a última fase proposta por Sodré, a Grande Imprensa, que se firmou a partir de 1889 no Brasil, só se consolidou em Minas Gerais em 1927 (MENDES, 2007: 32).

Para Mendes, essa situação não foi coerente com a importância política e econômica que a província teve nos séculos XVIII e XIX, embora se devam considerar as mudanças econômicas e sociais vividas por Minas Gerais neste espaço de tempo (MENDES, 2007: 206). O principal fator responsável pelo atraso da consolidação da imprensa e de suas fases na capitania, depois província, e então estado, segundo o autor, foi a crise da mineração, que gerou a maior parte das mudanças bruscas que Minas Gerais vivenciou, e influenciou o desenvolvimento dos periódicos (MENDES, 2007: 208). Aliado a isso, a localização da região, longe do litoral e cercada por montanhas, dificultou o intercâmbio de informações com outras regiões e trouxe sensação de isolamento (MENDES, 2007: 208). As mudanças de centro da imprensa também atrapalharam o desenvolvimento da mesma interrompendo o processo (MENDES, 2007: 208). Ainda segundo Mendes, a “mineiridade”, definida por ele como um conjunto de características próprias daqueles que viviam em Minas Gerais – conciliação, moderação e autocensura – inibiu e também dificultou o desenvolvimento dos periódicos (MENDES, 2007: 209).

O *Diário de Minas* foi editado e impresso em Ouro Preto, Minas Gerais, e circulou de 1866 a 1878. Mendes (MENDES, 2007: 209) o classificou como sendo o primeiro jornal de característica Informativa a existir na província, embora, como vimos, tenha circulado quando Minas ainda vivia sua fase Publicista. Nesse sentido, o periódico em questão se destaca por ser o pioneiro da fase Informativa (MENDES, 2007: 90). Segundo coloca Mendes, o *Diário de Minas* fugia do Publicismo,

trazendo características que mais tarde se firmariam na imprensa mineira com *O Pharol* em 1885 (MENDES, 2007: 102).

Ainda que fizesse muito precariamente sua tarefa de informar o leitor, o *Diário de Minas* foi um marco importante para a história dos periódicos mineiros, pois foi o primeiro jornal de caráter informativo e empresarial, sendo a fonte de renda de seu proprietário, J. F. de Paula Castro (MENDES, 2007: 102). Paula Castro teve apoio do governo provincial – na época, liberal – devido à necessidade de fazer publicações oficiais. Com o financiamento, o proprietário pôde adquirir equipamentos novos e produzir um jornal em formato maior – o *Diário de Minas* foi também o primeiro jornal em formato *standart* – e com melhor qualidade do que os outros que circulavam na então capital e principal centro da imprensa mineira, Ouro Preto. Segundo Mendes (2007), devido à ligação com o governo provincial, o jornal se restringia a trazer informações, apenas, sem posicionamentos claros, ao contrário do que era usual em outros periódicos da época (MARTINS, 2013). Por causa dessa dependência da receita das publicações oficiais, o jornal sempre seguiu a linha daqueles que estavam no poder (MENDES, 2007: 102-104).

Com a chegada dos conservadores no poder, em 1868, o jornal mudou sua linhagem política, para poder continuar recebendo pelas publicações oficiais. No entanto, quando os liberais retornam em 1878, o governo provincial rescindiu o contrato com a tipografia de J. F. de Paula Castro, obrigando-o a fechar as portas. A tipografia onde funcionava o *Diário de Minas* foi vendida a José Pedro Xavier da Veiga – futuro fundador do Arquivo Público Mineiro –, que fundou *A Província de Minas*, o qual circulou de 1879 a 1889 (MENDES, 2007: 104-105), em outro estilo e melhor qualidade.

A escolha deste periódico para este trabalho se dá, portanto, face às atribuições que Mendes propõe para o *Diário de Minas*, que são, em suma, a grande responsabilidade para a história dos periódicos mineiros por ser classificado como o primeiro jornal de caráter Informativo, embora muito antes dessa fase se consolidar, e também o primeiro de caráter empresarial, além de pioneiro em questões de inovações tecnológicas, sendo que a explicação do autor para isso é a dependência das receitas das publicações oficiais e a consequente ligação com a presidência da província de Minas Gerais.

O tema: A epidemia de varíola de 1873-1875 em Minas Gerais:

Entre 1873 e 1875 ocorreu uma das maiores e mais violentas epidemias de varíola que Minas Gerais viveu (SILVEIRA, 2011: 45). A epidemia teve início com a chegada em Ouro Preto de um soldado do corpo policial infectado pela varíola, vindo de Juiz de Fora, em 14 de setembro de 1873. Ele foi transferido para o lazareto do Jardim Botânico, mas não foi possível evitar o contágio. O flagelo se alastrou em outubro e novembro daquele ano, e foi considerada quase extinta em dezembro. Começou o ano de 1874 com pouca intensidade, mas em março já se mostrou violenta novamente. Em maio, junho e julho, teve seu período de maior intensidade, e continuou fazendo estragos, decrescendo gradualmente. Essas são informações encontradas no relatório que o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem apresentou à assembleia legislativa provincial em outubro de 1874³. Mas a epidemia ainda permaneceria na capital Ouro Preto até março de 1875 (SILVEIRA, 2011: 46).

As estatísticas não são precisas. De acordo com Anny Jackeline Torres Silveira (2011), 31 dos 71 municípios que integravam a província de Minas Gerais presenciaram a epidemia. Segundo a mesma autora, em Ouro Preto, a doença atingiu 789 pessoas, das quais 204 faleceram. Em Juiz de Fora, de 1000 infectados, 135 não sobreviveram. Em Lavras, a varíola vitimou cerca de 200 pessoas. Em Mariana, de 537, 161 dos infectados vieram a óbito, sem contar o número de infectados e falecidos de outros municípios (SILVEIRA, 2011: 46). Já segundo Gurgel, Rosa e Camercini (2011: 63), a epidemia teria atingido 29 municípios e feito um total de 2911 vítimas, das quais 669 faleceram. E ainda, de acordo com o relatório de Francisco Leite⁴, entre setembro de 1873 e setembro de 1874, a capital Ouro Preto teve 563 indivíduos infectados, dos quais 363 foram curados, 101 faleceram e 21 ainda se encontravam em tratamento na data em que o relatório foi escrito.

As epidemias marcam uma noção de crise, pois são eventos que fogem à normalidade e à ordenação cotidiana da sociedade – devido à rapidez com que se instalam – à ausência de respostas e à impossibilidade de controle e de explicar o mal, gerando muitas vezes questionamentos dos saberes e práticas estabelecidas (SILVEIRA, 2011: 42). No caso da epidemia de varíola que estamos falando, não foi diferente. Vemos nas edições do *Diário de Minas* exemplos claros de como a epidemia

³ Ibidem

⁴ Ibidem, p. 32

interferiu no cotidiano, como quando espetáculos teatrais foram cancelados ⁵, a assembleia provincial foi adiada ⁶, e pessoas abandonaram suas casas fugindo da doença ⁷.

Vemos a dúvida perante a ciência na recusa das pessoas em tomar a vacina antivariólica, muitas vezes devido à descrença em seus efeitos. Em muitas outras, a vacina era recusada devido à dor que causava, ao medo de se contrair a varíola de forma mais violenta ou de contrair outras doenças e à necessidade do retorno – tudo devido ao método de aplicação, que se consistia na retirada da linfa vacínica de uma pessoa e aplicada em outra (SILVEIRA; MARQUES, 2011: 393). Havia ainda a questão da distancia que as pessoas teriam de percorrer para obtê-la. Em Ouro Preto, por exemplo, aqueles que desejassem serem vacinados teriam de se deslocar até a casa do comissário vacinador, conforme vemos amplamente anunciado nas edições do *Diário de Minas* ⁸.

A vacinação pode ser considerada uma das poucas medidas preventivas em relação à varíola. A maioria das ações das autoridades, além de pouco eficazes e desarticuladas, eram reativas, ou seja, eram tomadas quando a epidemia já estava em curso (SILVEIRA, 2011: 49).

Além da desarticulação das autoridades, os recursos dispensados ao atendimento dos infectados pela doença eram pouquíssimos. As questões relacionadas à saúde eram vistas, em parte, como problemas de natureza privada, pois as doenças eram uma experiência vivida no âmbito particular, junto à família. Ao Estado, cabiam as doenças de caráter público, como as epidemias. Inicialmente, as medidas quanto às moléstias estavam sob responsabilidade da administração municipal, mas quando elas não davam conta, o governo provincial entrava em ação. No entanto, quando o governo provincial também não podia arcar com os custos, estes eram cobertos pela esfera imperial (SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2011: 6 e 7).

No entanto, nem mesmo a parte que cabia ao Estado era por ele cumprida da forma desejosa. Muitas vezes os socorros à população eram obtidos por meio da caridade e filantropia, e a assistência era promovida pelas Santas Casas. O atendimento profissional também era de cunho caritativo (SILVEIRA; FIGUEIREDO, 2011: 13-15), como vemos em textos encontrados no *Diário de Minas* sobre a Comissão Sanitária da Capital de Ouro Preto.

⁵ EMPRESA dramática. *Diário de Minas*, edição 275. Ouro Preto, 23 de junho de 1874, seção Noticiário, p.3.

⁶ BELEM, Francisco Leite da Costa. Adiamento d' assembleia provincial. *Diário de Minas*, edição 295. Ouro Preto, 31 de julho de 1874, seção Noticiário, p.3.

⁷ BELEM, Francisco Leite da Costa. Op. Cit. p. 32

⁸ GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. Vaccina. *Diário de Minas*, edições 247, 246, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 257, 259, 261, 263, 266, 269, 270, 271, 277, 279, 280, 281, 287, 288, 291, 292, 293 e 294. Ouro Preto, várias datas, seção Anúncios, p.4.

Outro detalhe importante é que os recursos dispensados pelo governo da província e/ou pela coroa eram, na maioria das vezes, por meio de abertura de crédito extra para as câmaras municipais das cidades atingidas. Esses recursos, assim como o tratamento em lazaretos eram destinados principalmente ao tratamento de presos, moradores de rua escravos, os quais jornal classifica como “indigentes”⁹.

O *Diário de Minas* através da epidemia:

Ao longo dos três meses de maior intensidade – maio, junho e julho de 1874 – da epidemia de varíola de 1873-1875, encontramos um total de sete edições em que menções à epidemia e suas consequências são feitas na “Parte Oficial”. Ao longo deste recorte, essa parte do jornal se dedica à transcrição de extratos de expedientes do governo provincial dos meses de janeiro a junho de 1874, e, portanto, não trata apenas do recorte tratado neste artigo. A grande maioria das menções à varíola nessa parte refere-se a pedidos, que o governo provincial fazia à tesouraria da fazenda imperial, de abertura de créditos para pagamento de despesas feitas pelas câmaras municipais com o atendimento de “indigentes”, demonstrando a natureza das ações da presidência da província neste período¹⁰.

Vale lembrar que esta seção era justamente a que dava a sustentação financeira ao *Diário de Minas*, e, embora não possa dizer muito sobre o jornal em si, trás muitas informações importantes para o conhecimento do tema. Outra seção que também fazia parte do sustento do periódico era a seção “Avisos”, na qual, em vinte e seis das edições analisadas, encontramos o aviso sobre a vacinação contra a varíola, que acontecia na casa do Dr. Carlos Thomas de Magalhães Gomes, comissário vacinador e também membro da Comissão Sanitária da Capital, todos os dias às três da tarde¹¹.

Nas seções que se encontra algum conteúdo relacionado à epidemia de varíola, vemos a abordagem de uma variedade de assuntos que circulam em torno do tema central. Vamos a eles.

Quando houve a ideia de se construir um novo lazareto para o atendimento dos variolosos, os doutores Carlos Thomaz de Magalhães e Manoel de Aragão Gesteira, membros da Comissão Sanitária, enviaram um texto assinado por eles para ser publicado no *Diário de Minas*. O texto diz

⁹ GOVERNO Provincial. *Diário de Minas*, edições 249, 254, 255, 256, 261, 265, 284. Ouro Preto, várias datas, seção Parte Oficial, p.1 ou 2.

¹⁰ Ibidem.

¹¹ GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. Op. Cit.

não haver justificativa para a construção de um novo lazareto, visto que o que já existia, no Jardim Botânico, nunca preencheu sua capacidade, mesmo no momento em que a epidemia estava em seu auge. Além disso, era inviável financeiramente a construção de um novo. O lazareto do Jardim Botânico já esteve em situação pior por falta de dinheiro e de profissionais, mas que naquele momento inspirava confiança ¹². Entretanto, apenas sete dias depois, é publicado no jornal que foi escolhido um edifício próximo ao lazareto do Jardim Botânico para o auxílio ao atendimento de pessoas infectadas, visto que o lazareto não está sendo suficiente para o atendimento às vítimas, e que tal edifício foi escolhido, além da proximidade com o lazareto, pelas suas condições higiênicas, ressaltando ainda que toda a cidade de Ouro Preto achava-se invadida pela varíola ¹³.

Como o risco de contaminação era grande, cuidados deveriam ser tomados ao transportar pessoas infectadas pela varíola. Aqueles que falecessem deveriam ser enterradas em caixões fechados, e os enterros dentro de igrejas foram proibidos. Além disso, as covas deveriam ter uma fundura específica ¹⁴. Todas essas recomendações e em larga medida a fiscalização ou até mesmo a concretização delas eram feitas pela Comissão Sanitária. Além disso, tem-se que os membros da Comissão arcavam com sepultamentos de pobres, visto que, segundo a publicação do *Diário de Minas*, eles atendiam a todos os que precisassem, sem distinção de classe ¹⁵, o que os conferia respeito e admiração. Endossando este último argumento, foi publicado um agradecimento no jornal. O texto, escrito pelos pais, relata a morte da filha pela varíola, no qual agradecem àqueles que prestaram apoio e em especial aos médicos Dr. Manoel de Aragão Gesteira e o Dr. Carlos Thomaz de Magalhaes Gomes ¹⁶.

Certa vez, foi publicado no *Diário de Minas* um pequeno texto, na seção “A Pedidos”, em palavras ásperas, dizendo que parecia haver pessoas que queriam impedir o desaparecimento da varíola na capital por puro desejo de mal fazer. Menciona-se o falecimento de dois escravos e o adoecimento de uma senhora causados pela varíola. As lavadeiras desta última lavavam as roupas dela em uma fonte, tendo que, necessariamente, aproveitar a água que já havia passado na roupa da doente para lavar roupas de outras pessoas, ou seja, propagar a doença. Ao final, é cobrado que a

¹² GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. GESTEIRA, Manoel de Aragão. Comissão Sanitária da Capital. *Diário de Minas*, edição 273. Ouro Preto, 19 de junho de 1874, seção Parte Oficial, p. 2.

¹³ GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. GESTEIRA, Manoel de Aragão. Comissão Sanitária da Capital. *Diário de Minas*, edição 276. Ouro Preto, 26 de junho de 1874, seção Parte Oficial, p. 2.

¹⁴ GOMES, Carlos Thomas de Magalhães. GESTEIRA, Manoel de Aragão. Op. Cit.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ PITANGA, Luiz Antonio de Souza. PITANGA, Carolina dos Santos. Agradecimento. *Diário de Minas*, edição 290. Ouro Preto, 21 de julho de 1874, seção A pedido, p. 3.

câmara municipal tome alguma medida ¹⁷. Este fato procura demonstrar que, além de a Comissão não receber nenhuma remuneração pelos serviços que prestava, outras autoridades que também seriam responsáveis pelas recomendações feitas não as cumpriam. Embora o vice-presidente da província tenha aprovado uma resolução contendo artigos relativos ao modo como devem ser enterrados os indivíduos vítimas da varíola após a recomendação da Comissão ¹⁸, a desarticulação entre os órgãos públicos no que diz respeito à varíola era clara.

Conforme um mapa demonstrativo construído pela Comissão Sanitária da Capital e publicado no *Diário de Minas*, existiam 30 pessoas infectadas pela varíola sendo tratadas em Ouro Preto no início de julho de 1874. 116 pessoas foram tratadas ao longo daquele mês, 98 foram curadas e 37 morreram. Ao final de julho, ainda se tinha 33 variolosos sendo tratados medida ¹⁹. De 15 de setembro de 1873 até o primeiro dia de julho de 1874, 337 pessoas haviam contraído varíola ²⁰. Embora não sejam muito precisas, estas estatísticas demonstram o quão grande foram os estragos provocados pela epidemia naquele momento, e justificam o temor e o caos que fizeram com que um diretor de peças teatrais e suas duas filhas, atrizes, cancelassem a peça que fariam em Ouro Preto em junho de 1874 ²¹. Também justifica o adiamento da assembleia provincial de 1874, já que muitos dos membros deixariam de comparecer por medo de contrair a doença ²².

As estatísticas, somadas à falta de remuneração pelos serviços prestados e à falta de profissionais para lidar com a epidemia, além do caos provocado por ela, não surpreende o longo texto que foi publicado no periódico dando instruções para leigos conhecerem, aplicarem e disseminarem a vacina antivariólica. O texto, advindo do Instituto Vacínico do Rio de Janeiro e assinado pelo inspetor geral, o Dr. José Pereira Rego e o secretário, Dr. Pedro Affonso de Carvalho, vem com o título bem explícito: “Breves instruções para as pessoas não profissionais conhecerem e propagarem a vacina, assim como para extraírem e conservarem a linfa vacínica”. Primeiramente, tem-se uma descrição das características gerais da vacina humanizada. Logo após, a descrição da vacina verdadeira e da falsa, visto que, segundo o texto, existia uma falsa que não protegia verdadeiramente contra a varíola, sendo o reconhecimento da verdadeira necessário àqueles que

¹⁷ A’ POLICIA e às lavadeiras. *Diário de Minas*, edição 277. Ouro Preto, 27 de junho de 1874, seção A pedido, p. 3.

¹⁸ BELEM, Francisco Leite da Costa. Sem título. *Diário de Minas*, edição 275. Ouro Preto, 23 de junho de 1874, seção Parte Oficial, p. 2.

¹⁹ COMISSÃO Sanitária. *Diário de Minas*, edição 296. Ouro Preto, 03 de agosto de 1874, seção Noticiário, p. 3.

²⁰ COMISSÃO Sanitária. *Diário de Minas*, edição 280. Ouro Preto, 03 de julho de 1874, seção Noticiário, p. 3.

²¹ EMPRESA dramática. Op. Cit.

²² BELEM, Francisco Leite da Costa. Op. Cit.

pretendiam lidar com ela. Em seguida, é descrito o modo correto de vacinar, passo a passo, e é citado que há pessoas rebeldes à aplicação da mesma. Também há a descrição de como retirar a pústula dos indivíduos já vacinados e conserva-la para aplicação em outras pessoas ²³. O texto ocupa quatro colunas do jornal, três em uma página e uma em outra – praticamente uma página inteira, visto que cada uma das páginas do *Diário de Minas* possuía quatro colunas – e trás muitos termos científicos explicados por meio de linguagem simples e com riqueza de detalhes. O mesmo pode ser interpretado como uma medida drástica perante o contexto em que as cidades em que o jornal circulava apresentavam. Entretanto, não se sabe se teve algum efeito, visto que havia enorme desinteresse pela função de vacinador (SILVEIRA; MARQUES, 2011: 392)

O *Diário de Minas* também trás uma publicação, na seção “Noticiário” a princípio bem enigmática, mas que revela que a negação à vacina também existia na região em que circulava, ou o texto publicado seria sem propósito. Tem-se que, na China, a varíola tem matado centenas de pessoas, e que a introdução da vacina tem sido a esperança daquele povo. O texto conta que em 1805 um negociante português convidou algumas famílias pobres a experimentarem a descoberta, que, sem muita oposição, ao contrario do que havia sido nos países civilizados europeus, logo aceitaram se submeter à vacinação, embora alguns padres tivessem tentado influenciar essas pessoas a não tomar a vacina. O povo teve confiança, e assim que obtiveram resultados felizes da inoculação, foram imitados pelas classes medias e depois pelas altas. Finalizando o texto, foi colocado que, na China, as inovações progredem de baixo para cima, ao contrario da maior parte das nações. E que os negociantes daquele lugar se uniram para propagar a vacina, dando até prêmios às mães que levam seus filhos para vacinar mesmo em dias que segundo a tradição chinesa é perigoso tomar qualquer remédio ²⁴. Não se sabe a veracidade das informações presentes nesta publicação, mas, além de alguma crítica às camadas ricas da sociedade, é bem notória a tentativa de chamar a população a tomar a vacina. Além disso, nota-se o discurso de valorização da ciência em detrimento da religião.

Considerações finais:

²³ INSTITUTO Vacínico do Rio de Janeiro. Breves instruções para as pessoas não profissionais conhecerem e propagarem a vacina, assim como para extraírem e conservarem a linfa vacínica. *Diário de Minas*, edição 277. Ouro Preto, 27 de junho de 1874, seção Transcrição, p. 2 - 3.

²⁴ EXTRACTO – A Vacina na China. *Diário de Minas*, edição 292. Ouro Preto, 21 de julho, seção Noticiário, p. 3.

A predominância de publicações oficiais e transcrições de textos produzidos por pessoas e órgãos que não estavam diretamente vinculados ao jornal, mas que estavam ligados aos assuntos oficiais e ao governo e que, por sua vez, sustentavam a tipografia de J. F. Paula Castro, deixa claro que o *Diário de Minas* se mostrou informativo, ainda que informações, de fato, eram escassas.

A epidemia de varíola, sem dúvidas, fez muitas vítimas e causou muitos estragos e debates. Os gastos, como vimos, eram cobertos pelo governo provincial ou imperial pela abertura de créditos extras para o atendimento àqueles que não tinham com o que se sustentar. Além da falta de profissionais, causada em partes pelo desinteresse, os poucos que existiam praticavam suas ações em cunho caritativo, sem receber nada por seus serviços. As medidas eram reativas em sua maioria, e a atuação das autoridades, desarticulada.

É justamente na desarticulação das autoridades, nos debates sobre os gastos e sobre as ações quanto à epidemia que encontramos o ponto em que o *Diário de Minas* foge, ainda que de uma forma muito velada, à regra que o caracterizou enquanto Informativo. Para chegarmos a alguma conclusão sobre o periódico, teremos de dar continuidade à pesquisa, analisando-o em toda a extensão de tempo em que a epidemia ocorreu para podermos ter uma visão mais ampla de seus discursos, além de pesquisar outros periódicos que existiram em Minas Gerais no mesmo recorte temporal, tanto por eles mesmos quanto para compara-los ao *Diário de Minas*.

Não se pode conceber que exista algo ou alguém totalmente imparcial em nenhum lugar e em nenhum tempo, e por isso desconfiamos da designação de "Informativo" que foi proposta ao *Diário de Minas*, mesmo sabendo da trama que o levou a ser considerado como tal. Nesse sentido, um dos objetivos da continuidade da pesquisa é entender qual seria o discurso deste periódico. O que foi feito até agora e apresentado neste artigo sugere não uma conclusão, mais uma hipótese que guiará a pesquisa sobre o *Diário de Minas*. Tal hipótese é de que, no geral, a postura do jornal pende para o elogio da atuação da comissão sanitária em suas ações quanto à epidemia e para a subjacente crítica à câmara municipal, demonstrando que a característica noticiosa, por mais que prevaleça, não deixa que o jornal se mostre tão neutro quanto aparenta. Entretanto, falta saber quais seriam as explicações para estas posturas percebidas até o momento.

Bibliografia:

Livros, artigos e teses:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

GURGEL, Cristina Brandt F. M.; ROSA, Camila Andrade Pereira da.; CAMERCINI, Taise Fernandes. A varíola nos tempos de Dom Pedro II. *Cadernos de História da Ciência* - Instituto Butantan - Vol. VII (1): 55-69, 2011. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.butantan.gov.br/arquivos/32/PDF/v7n1a03.pdf>>. Acesso em 23/04/2017.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (org). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008

MENDES, Jairo Faria. *O “silêncio” das Gerais: O nascimento tardio e a lenta consolidação dos jornais mineiros*. 2007. 212 f. Tese (doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=115308. Acesso em 15/05/2017

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. Epidemias, estado e sociedade: Minas Gerais na segunda metade do século XIX. *Dynamis*; 31 (1): 41-63, 2011. Disponível em <<http://scielo.isciii.es/pdf/dyn/v31n1/03.pdf>> Acesso em 22/08/2016

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. A saúde em Minas Gerais durante o século XIX. In: MARQUES, Rita de Cássia, SILVEIRA; Anny Jackeline Torres; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves (org.). *História da saúde em Minas Gerais: Instituições e patrimônio arquitetônico (1808 – 1958)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Barueri: Editora Manole; 2011.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres e MARQUES, Rita de Cássia. Sobre a varíola e as práticas de vacinação em Minas Gerais (Brasil) no século XIX. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(2): 387-396, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n2/v16n2a03.pdf>> Acesso em 23/08/2016.

Fontes Primárias:

Diário de Minas. Ouro Preto, 1874. Edições 249 (02 de maio de 1874) a 296 (03 de agosto de 1874). Todas as edições do jornal estão disponíveis em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>.

BELEM, Francisco Leite da Costa. *Relatório que à assembleia legislativa provincial de Minas Gerais apresentou no ato da abertura da sessão ordinária de 1874 o vice-presidente Francisco Leite da Costa Belem*. Ouro Preto: Typ. de J. F. de Paula Castro, outubro de 1874. Todos os relatórios dos presidentes e vice-presidentes da província de Minas Gerais então disponíveis em: http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais.

ARTHUR BERNARDES E A IMPRENSA LOCAL MINEIRA NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ELEMENTOS PARA UMA REFLEXÃO HISTORIOGRÁFICA

Natália Fraga de Oliveira¹

Resumo:

Este artigo procura estudar o início da carreira política de Arthur da Silva Bernardes. Para alcançar este propósito, será considerado o período entre 1905 a 1909 que compreende o regresso de Bernardes a Viçosa como Bacharel em Direito. Ele inicia suas atividades como advogado e o casamento com a filha do senador Carlos Vaz de Mello. O referido senador possuía um semanário denominado *Cidade da Viçosa*, ligado ao Partido Republicano Mineiro, mais tarde chefiado por Arthur Bernardes. Desse modo, pensar a trajetória política de Bernardes é interessante, pois o mineiro conseguiu conquistar a confiança de grupos oligárquicos sem pertencer originariamente ao universo agrário. Portanto, procuraremos investigar como Artur Bernardes conseguiu conquistar a confiança de grupos oligárquicos agrários, mesmo não fazendo originalmente parte dele.

Palavras-chave: Arthur Bernardes, Jornal *Cidade da Viçosa*, Oligarquias.

ARTHUR BERNARDES AND MINAS GERAIS'S LOCAL PRESS IN THE FIRST REPUBLIC: ELEMENTS FOR A HISTORIOGRAPHICAL REFLECTION

Abstract:

This article intends to study the beginning of Arthur da Silva Bernardes's political career. For this purpose, it will be studied the period between 1905 and 1909, in which Bernardes returns to Viçosa as a Law Bachelor. He begins his activities as a lawyer and gets married with senator Carlos Vaz de Mello's daughter. The above mentioned senator owned a weekly newspaper named *Cidade da Viçosa* linked to the Republican Party from Minas Gerais, later headed by Arthur Bernardes. Therefore, it's interesting to think of Bernardes's political trajectory because this man, natural from Minas Gerais, managed to conquer confidence of oligarchic groups without originally belonging to the agrarian universe. Thus, we will seek to indicate how Arthur Bernardes managed to gain the trust of agrarian oligarchic groups, even though he was not originally part of it.

Key-words: Arthur Bernardes, newspaper *Cidade da Viçosa*, Oligarchies.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: nataliafraga84@hotmail.com

1. O início da vida pública de Arthur Bernardes: uma relação direta com a imprensa:

Desde o século XVIII a imprensa possui um papel fundamental na formação dos novos “espaços públicos”. Neste período, ocorreram as criações dos ambientes de leituras como os cafés, os clubes de leituras e a maior abertura de bibliotecas na Europa. O surgimento de novos gêneros literários distantes dos religiosos foi um fator que contribuiu para a modificação do perfil dos leitores, sendo acompanhado pelo crescimento da alfabetização da população nos centros urbanos europeus (DARNTON, 1992, p.213).

Pela grande influência que a Europa ainda possuía no Brasil, os pequenos municípios brasileiros do início do século XX também acompanharam a nova tendência da imprensa. À vista do mencionado, destacamos que a pequena cidade de Viçosa, situada na Zona da Mata mineira, detinha um semanário de pequena circulação denominado *Cidade da Viçosa*, possuindo ligação direta com o Partido Republicano Mineiro (PRM). Desse modo, neste trabalho buscaremos analisar a importância deste veículo de comunicação na conjuntura política local, uma vez que a partir de 1905 o seu redator-chefe passa ser Arthur da Silva Bernardes. Todavia, com a chefia de Bernardes o jornal começou a divulgar as ideias simpáticas as oligarquias viçosenses. Portanto, verificamos que um novo chefe local surgia e, por consequência, conquistaria as eleições municipais para o cargo de vereador (LIMA, 1983, p. 15).

O mineiro Arthur da Silva Bernardes nasceu no dia 8 de agosto de 1875 no município de Viçosa província de Minas Gerais, sendo filho do advogado Antônio da Silva Bernardes e Aniceta Pinto Bernardes. No final do ano de 1887, iniciou seus estudos no mesmo município e mais adiante matriculou-se no tradicional Colégio do Caraça, localizado no atual município de Santa Barbara em Minas Gerais. Porém, após dois anos de ingresso na instituição, por motivos financeiros foi obrigado a abandonar seus estudos para ingressar no mundo do trabalho. Desse modo, Arthur Bernardes empregou-se na firma Pena e Graça, da qual seu cunhado era sócio, sendo que a referida empresa intermediava a compra e venda de café e produtos agrícolas.

O segundo emprego do futuro presidente da república foi na firma Adriano Teles, chegando ao cargo de contador aos 18 anos de idade. Arthur Bernardes regressou aos estudos em 1894, após um decreto do presidente do Estado Minas Gerais, Afonso Pena, permitindo a matrícula avulsa no externato do colégio mineiro. Por este motivo Bernardes abandonou o emprego e mudou-se para Ouro Preto, então capital de Minas, para dar prosseguimento a sua formação escolar e ingressar na

universidade Livre de Direito. Logo no início de sua vida acadêmica participou da direção do jornal estudantil *Academia* (Verbete Arthur Bernardes, cpdoc, 2001, 01).

Em 1899, Arthur Bernardes transferiu-se para a Faculdade de Direito de São Paulo e obteve um cargo de revisor do Correio Paulistano, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Em 1900, recebeu o diploma de bacharel em Direito e retornou a Viçosa, sua terra de origem. Por consequência, no mesmo ano inaugurou seu escritório de advocacia e começou a colaborar no semanário *Cidade da Viçosa*. Em 1903, Bernardes casou-se com Clélia Vaz de Mello, filha do senador Carlos Vaz de Mello (Verbete Arthur Bernardes cpdoc, 2001, 01).

O jornal *Cidade da Viçosa* era de propriedade de Mário Vaz de Mello, seu cunhado e filho do senador supracitado. O senador era natural de Ubá, vislumbrado como influente político da Zona da Mata Mineira, tendo iniciado sua carreira na magistratura como advogado, sendo nomeado juiz em Ponte Nova e, posteriormente, transferido para a cidade de Viçosa quando neste município se instalou a Comarca. Em 1882, foi eleito deputado geral pelo 8º distrito. Por sua vez, o senador também atuava no ramo empresarial, visto que no ano de 1889 fundou duas fábricas de tecido no município de Viçosa, bem como administrava a fazenda Pretória. Já em 1894, elegeu-se deputado pelo 3º distrito, tendo seu mandato renovado na 5ª legislatura, quando foi duplamente eleito senador da República (LIMA, 1983, p.14).

Após o casamento de Arthur Bernardes com Clélia Vaz de Mello, o senador Vaz de Mello procurou estimular a vida pública do seu novo genro procurando fazê-lo deputado federal. Entretanto, Bernardes preferiu iniciar sua trajetória política como vereador, sendo eleito pelo distrito de Teixeiras, pertencente ao município de Viçosa (LIMA, 1983, p. 13). Tal escolha pode ser interpretada pela grande importância política que os municípios possuíam naquele momento. Tendo em vista que o jovem político poderia consolidar uma forte base eleitoral no plano municipal. Portanto, iniciando sua carreira como vereador seria mais fácil conquistar outros cargos eletivos.

Inserido no meio político, ao assumir a chefia do *Cidade da Viçosa*, já na primeira edição de janeiro de 1905, Bernardes assinou um artigo defendendo seus ideais de revisão da Constituição de 1891:

Assumindo hoje a redação da *Cidade da Viçosa*, não poderemos ser acusados de uma veleidade jornalística (...). Persuadido, como estamos, de que a Constituição de 24 de fevereiro, está errada em alguns pontos, e cumprindo que não se perpetuem esses erros como o nosso assentimento dará essa folha o encarniçado e impiedoso combate, à ideia, propugnada por alguns, de nada se alterar nesta lei fundamental, e assumirá, em

consequência, feição francamente revisionista. (...) (JACV, ed. 574, localizada no AHC-UFV, grifo nosso).

Como podemos perceber, Bernardes expôs seu posicionamento político favorável à revisão do texto Constitucional de 1891. Neste sentido, teria ele alguma intenção de aproximar de grupos específicos? Mais adiante, Bernardes procurou garantir que a lavoura, a indústria e o comércio teriam no semanário um destemido “*defensor de seus direitos e um diligente reivindicador de seus privilégios e garantias*”, de acordo com o artigo tais classes mereciam toda a atenção dos poderes públicos. Qual seria o interesse do redator-chefe ao aproximar exclusivamente com esses três grupos? E, ao mesmo tempo, procurou garantir que a “liberdade e o direito” de qualquer indivíduo ou grupo não serão negados e sufocados pela folha por motivos subjetivos de “paixões e rancores”. Para Bernardes, tal posicionamento indica que imprensa busca a “seriedade”, a “verdade”, “o patriotismo” e a “honestidade”. Qual seria sua intenção de passar a imagem de uma redação neutra de interesses particulares e comprometida com a verdade? (JACV, ed 574, AHC-UFV) .

Pelo exposto, o redator do jornal *Cidade da Viçosa* procurou induzir seus leitores para um suposto interesse da folha pela luta do direito de “todos” e traria em suas edições todas as questões relacionadas aos “interesses públicos”. Tendo em vista tal argumento, o que o redator entende por “interesses públicos”? Seriam os interesses dos grupos dominantes de Viçosa? Também é salientada a importância da manutenção da ordem no interior do país, juntamente com as forças produtoras e o ressurgimento de finanças para a formação de um Brasil próspero e rico. Neste sentido, podemos interpretar que Arthur Bernardes a todo o momento dirige seu apoio aos grupos dominantes de Viçosa sendo eles representados pela lavoura, pela indústria e pelo comércio, uma vez que produziam alguns impostos para o município.

Ao final de seu primeiro artigo, Bernardes destacou o seu apoio à política implantada pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) no município de Viçosa. O redator descreveu a política aplicada pelo partido na esfera municipal como liberal, ampla, tolerante e larga. Ainda de acordo com o artigo, o PRM estaria sempre aberto à cooperação daqueles que se interessassem pela vitória de seus ideais que eram ligadas diretamente com os interesses do município. É muito perceptível no início do artigo o posicionamento favorável aos grupos dominantes e aos defensores de seus direitos e regalias. Desse modo, o jovem aspirante à política ao elogiar a gestão do PRM poderia está traçando uma estratégia de aproximar-se mais desses grupos beneficiados pelo partido e solidificar as alianças políticas.

Neste sentido, é interessante ressaltarmos as dimensões do semanário no que se refere a sua organização e sua diagramação, pois possuímos a coleção digitalizada entre os anos de 1892 a 1928, o que nos permite realizar um levantamento de toda a estrutura física do jornal. Sendo assim, verificamos que as primeiras edições do jornal *Cidade da Viçosa* são do final do século XIX, sendo publicado aos domingos. Observamos um total de 1562 edições entre novembro de 1892 a dezembro de 1928, na edição nº 4 do ano de 1892 consta a informação 5000 de tiragem de cada exemplar para o município e 6000 para fora deste. Verificamos que entre os anos de 1892 a 1907 as edições foram publicadas de forma regular com a média de 48 exemplares por ano. Desse modo, podemos perceber que ocorreram algumas falhas nas publicações das edições no período da chefia de Arthur Bernardes, uma vez que a sua liderança ultrapassa o ano de 1907.

O semanário possuía, em média, quatro páginas e algumas seções permanentes: 1ª) *Cidade da Viçosa*: sempre na primeira página eram publicadas notícias sobre a política da época e outros assuntos de maior importância para Viçosa e região. Esta seção não possuía imagens e geralmente era dividida em cinco colunas; 2ª) *A Pedidos*: direcionada à publicação de solicitações da população de Viçosa; 3ª) *Editaes*: publicação dos decretos dos municípios e; 4ª) *Expediente*: sempre na primeira página com informações sobre o jornal como o preço das publicações, dentre outros. Ademais, existiam as seções temporárias que variavam muito os seus conteúdos, sendo notada a seção agrícola, onde o redator procurava dialogar de forma técnica com as oligarquias rurais de Viçosa na tentativa de melhoria da atividade agrícola.

Sob a chefia de Bernardes, o semanário ressurgiu dotado de características políticas, pois desde a sua 314ª edição em seu *layout* aparecia o *slogan* “Órgão do Partido Republicano Mineiro”. Na sua origem o *slogan* era “Órgão do Partido Republicano Constitucional”, sendo seus editores, redatores, colaboradores e gerentes homens ligados a grupos militares, bacharéis em direito, políticos e magistrados. Em razão desta verificação, podemos refletir que o semanário *Cidade da Viçosa* era produzido por elites locais, o que não impedia a ocorrência de divergências de interesses particulares entre os seus colaboradores.

Como podemos perceber, o domínio da escrita possuía uma importante função na formação da sociedade e atraíam os sujeitos com alto *status* social com a finalidade de moldá-las a seu favor. Neste sentido, as letras foram usadas como peça fundamental para a divulgação e consolidação do regime republicano. Ademais, o uso da imprensa ganhou um notório papel neste novo “espaço público” que surgia em meio às disputas de poder pelos grupos oligárquicos existentes.

É importante refletir sobre o conceito de oligarquias na Primeira República, especificando que não são formas representativas de governos e nem tipos de instituições com ordem de importâncias diversas, sendo algumas mais fortes que outras. Ao contrário, são entendidas como constituídas por grupos restritos de pessoas que poderiam estar ligadas por laços de parentescos que usufruíam de privilégios e utilizavam de todos os meios que o poder disponibiliza para mantê-los (BOBBIO, 1986, p.845). Apesar de as oligarquias serem constituídas por grupos restringidos de pessoas ligadas ao mundo rural, nada impedia a existência de conflitos de interesses entre os indivíduos, resultando em grandes disputas pelo poder.

Desse modo, o semanário *Cidade da Viçosa* demonstra ter sido de extrema importância na fase inicial da carreira política de Arthur Bernardes, uma vez que ele mostrou seu apoio aos interesses dos diversos segmentos das oligarquias rurais de Viçosa. Em seus artigos publicados no semanário, a temática era voltada para os conflitos políticos municipais, para os assuntos de interesses da sociedade de Viçosa e região e para os diversos assuntos que envolviam o mundo rural. Observamos que muitos artigos apontavam novos caminhos e a modernização da agricultura como uma forma de geração de receitas para o Estado. Logo, o posicionamento de Bernardes por meio de diálogo com as oligarquias que possuíam interesses, frequentemente divergentes entre si, pode ter sido o canal da conquista para o cargo de vereador pelo distrito de Teixeiras.

2. O início da trajetória política de Arthur Bernardes:

A história política foi muito prestigiada durante o século XIX, entretanto foi acusada pelo materialismo histórico de focar somente no âmbito das elites, não estando com o olhar voltado para o científico. Desse modo, podemos pensar os primeiros passos da inserção política do mineiro Arthur Bernardes, estudando o momento em que assumiu a chefia do jornal *Cidade da Viçosa*, tendo assinado alguns artigos que dialogavam com grupos políticos específicos. Portanto, podemos perceber a manifestação do político na imprensa, pois o redator toca em assuntos peculiares do interesse dos diversos grupos oligárquicos viçosenses. Tal verificação nos permite pensar que Bernardes buscou uma tentativa de aproximação com os grupos dominantes para adquirir sua confiança e apoio para uma futura candidatura.

Neste sentido, a ressignificação do conceito do político é interessante em nosso estudo pelo fato de almejarmos uma nova interpretação para Primeira República brasileira. Sendo assim, há indícios da

manifestação do político no jornal *Cidade da Viçosa* tendo em vista observamos a existência de notícias que mencionam disputas políticas entre as oligarquias rurais de Viçosa. E, ao mesmo tempo, percebemos que Arthur Bernardes procurava direcionar os artigos da seção *Cidade da Viçosa* na tentativa de dialogar com as demandas oligárquicas existentes no município. Acreditamos que uma de suas táticas era chamar a atenção do governo para importância do crédito agrícola, tencionar a luta pela redução de taxa de impostos para lavoura, para indústria e para o comércio, incentivar a mão de obra para a grande lavoura, mencionar a necessidade de mecanização da agricultura, conceder apoio às práticas politécnicas, dentre outras.

Assim sendo, Renato Lessa argumenta que durante a Primeira República, particularmente no governo de Campos Sales, ficou muito perceptível a herança institucional deixada pelo Império. Para o autor, o golpe de 1889 foi marcado pela ausência do povo e de sentido, ou seja, os militares não fizeram um projeto de República, não havia uma ordem para o novo curso do Brasil.

A ruptura com o Império mergulhou o Brasil em um ambiente de incertezas políticas nos primeiros dez anos da Primeira República, que já tinham sido sanadas no período do Império. Na concepção do autor, um dos motivos do sucesso da monarquia na cura das incertezas políticas foi à criação do poder moderador, na qual, tecnicamente, o Imperador teria o controle de “todos” os conflitos políticos (LESSA, 1988, p.14). A partir deste ponto de vista, é possível pensar os conflitos existentes nos diversos segmentos oligárquicos do município de Viçosa.

Uma das primeiras iniciativas de Arthur Bernardes ao assumir a chefia do *Cidade da Viçosa* foi posiciona-se a favor da revisão da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Consta explicitamente no texto o conservadorismo elitista, ressaltando como exemplo a seção referente às *Qualidades do Cidadão Brasileiro*. Todavia, a carta magna faz referência aos cidadãos que não poderiam fazer alistamento eleitoral, entre eles: analfabetos, mendigos, praças de pré, excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior, os religiosos sujeitos às regras de renúncia da liberdade individual, sendo inelegíveis os cidadãos não alistáveis (Cf. BRASIL, 1891, Título IV, Seção I). Os demais artigos da lei concentram-se basicamente na organização do Estado. O modo de elaboração da referida Constituição poderia ser um dos motivos de Arthur Bernardes requerer a sua revisão, caminhando ao desencontro do dogma constitucional de inviolabilidade e intocabilidade da lei. Vale ressaltar que os direitos, os privilégios e os benefícios dos grupos oligárquicos não aparecem assegurados nos artigos de forma detalhada.

Após a promulgação da Constituição de 1891 surge oficialmente a Primeira República brasileira, posteriormente desconstruída e desqualificada por outros projetos de governo. Neste sentido, uma questão relevante é a reflexão acerca da construção da nomenclatura “República Velha”. A partir desta questão, Ângela de Castro Gomes, Martha Abreu e outros autores anteriores da geração de 70² levantaram alguns questionamentos em relação a tal terminologia, relacionando-a com o ato de detenção de poder com a finalidade da delimitação de espaço de tempo. As autoras argumentaram que a construção do termo foi realizada pelos ideólogos autoritários do Estado Novo. Logo, em um regime que por muito tempo a historiografia não considerava haver competição no processo eleitoral. A partir da reflexão das autoras fica perceptível a abertura de espaço para competições políticas, ao ponto de serem projetadas para o campo da memória com o auxílio de projetos intelectuais para a sua produção (GOMES, ABREU, 2009, p. 01).

Ao considerarmos que a abertura para as disputas políticas foram tão intensas que alcançaram o campo da memória, fica evidente que o Estado Novo buscava fortificar-se desqualificando totalmente os primórdios do regime republicano. Observamos que uso de tal recurso foi o meio de legitimação de seus programas de governo na esfera política, econômica e cultural. Até o momento de ruptura através do golpe do Estado Novo, todo o projeto republicano construído é tido como velho, retrógrado e ultrapassado. Por isso, a necessidade de uma revisão historiográfica que questione a cristalização e harmonia entre as elites e, ao mesmo tempo, não negue as ocorrências de fraudes eleitorais e a dificuldade da participação popular no processo eleitoral por diversos fatores, dentre eles a baixa escolaridade.

Sendo assim, é interessante levantar algumas questões dos artigos publicados no jornal *Cidade da Viçosa*, pois é evidente a disputa pela liderança local entre Arthur Bernardes e José Teotônio Pacheco. As eleições são muito destacadas nos artigos na primeira página do jornal, demonstrando um indício de sua importância.

Logo, nosso estudo parte do pressuposto de que a Primeira República brasileira foi um momento de fortes disputas políticas entre as oligarquias existentes. Apesar da predominância de oligarquias rurais no cenário local, há indícios de segmentações entre elas, resultando em fortes disputas de poder no município que poderia extrapolar para os limites da federação.

3. A atuação de Arthur Bernardes no *Cidade da Viçosa*:

² Em meados da década de 1970 os autores Edgar de Decca e Vesentini já realizaram esse apontamento.

Para melhor entendimento das manifestações políticas ocorridas no semanário, selecionamos a leitura da seção denominada *Cidade da Viçosa*. Neste espaço eram publicados os editoriais, alguns deles assinados por Arthur Bernardes. Com frequência os editoriais estavam relacionados a assuntos ligados a política local, estadual e federal. O editor sempre procurava exaltar as ações do Partido Republicano Mineiro (PRM), atribuindo maior ênfase às notícias relacionadas ao município de Viçosa.

Desse modo, encontramos muitas notícias referentes à atuação do Partido Republicano Mineiro. As notícias variavam correspondendo aos nomes dos candidatos para concorrerem às eleições pelo PRM, aos alistamentos dos eleitores e as convocações dos mesmos para a votação. Em vista do verificado, podemos perceber que existia uma grande preocupação do semanário no que se refere às eleições, consequentemente podemos pensar os conflitos políticos locais entre as elites de Viçosa. Todavia, o jornal trazia muitas notícias sobre a grande lavoura e sobre outras atividades agrícolas, além da pequena participação do comércio e da indústria, o que pode sugerir divergências de interesses entre as elites locais.

Em um estudo mais focado nas notícias da seção *Cidade da Viçosa*, percebemos a existência de conflitos políticos entre Teotônio Pacheco e Arthur Bernardes, redatores-chefes dos jornais *A Reação* e *Cidade da Viçosa*, respectivamente. Portanto, Bernardes passou a representar o Partido Republicano Mineiro em Viçosa, tal representação ocorreu após o falecimento de seu sogro o senador Carlos Vaz de Mello. José Teotônio Pacheco era também advogado e foi eleito deputado geral pelo Partido Liberal no ano de 1889 pelo distrito da Província de Minas. O redator foi, em outra época, aliado político da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello. Todavia o rompimento político ocorreu devido à eleição do vereador republicano Arthur Bernardes para o cargo de Presidente da Câmara de Viçosa. Por este fato, o monarquista Teotônio Pacheco, que em 1892 também ocupou o mesmo cargo, organizou uma oposição local resultando em duas correntes dentro do município de Viçosa: uma “pachequista” e outra “bernardista” (LIMA, 1983, 14). Como podemos perceber, o *Cidade da Viçosa* noticiou o rompimento político de José Teotônio Pacheco com Arthur Bernardes.

Respingando. (...) O sr. Araújo Junior sempre fez neste município oposição ao Senador Vaz de Mello e ao dr. Pacheco. Ao senador Vaz de Mello oposição política; ao dr. Pacheco, política e pessoal. Falece, porém, o Senador Vaz de Mello; substituem-lhe na direção da política seu filho e genro; dr. Pacheco, separa-se na política do filho e genro daquele Senador e funda um partido de oposição. O sr.

Araújo Junior mantendo-se, se mentem, contra o dr. Pacheco está em concorrência consigo mesmo, e ligando-se com o partido do dr. Arthur Bernardes e outros contra o dr. Pacheco, continua ainda nessa concorrência que não se quebrou. Desapareceu um chefe a quem fez oposição, mas resta ainda o outro, o dr. Pacheco (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 643. 1906. Digitalizado pelo AHC da UFV).

A oposição política liderada por Pacheco resultou na criação do jornal *A Reação* no ano de 1905. Por consequência, o *Cidade da Viçosa*, de acordo com primeira edição sob a chefia de Arthur Bernardes, afirmava ser um jornal tolerante e com o compromisso com a verdade, noticiava a estreia do referido jornal:

A Reação

Surgiu nesta cidade no dia 14 corrente um novo órgão de publicidade, cujo nome se vê acima do qual é diretor o sr. Antônio F. Galvão, diretor político o sr. Dr. José Teotônio Pacheco e o sr. Major Francisco Eugênio Dias de Carvalho. O novo jornal intitula-se órgão do interesse do povo, e não diz politicamente falando, se apoia ou não o regime republicano... promete não engrossa e assevera que não aspira os bafejos oficiais. Fala também da má direção de antigos chefes políticos davam aos negócios públicos neste município, e que só agora se pretende corrigir. Ao novo colega desejamos vida longa e próspera. (grifos meus). (Jornal *Cidade da Viçosa*. Ed 599. 1905. Digitalizado pelo AHC da UFV).

Percebemos que ao noticiar o aparecimento do periódico *A Reação*, o jornal *Cidade da Viçosa* já questionava a orientação política do mesmo. Neste sentido, seria uma tática do redator republicano Artur Bernardes de semear dúvidas aos seus leitores? Em que implicaria a orientação política do *A Reação*? Assim, o *Cidade da Viçosa* iniciou ataques contra a folha dirigida por Teotônio Pacheco. O semanário justificativa as ofensas como uma forma de defender-se de acusações políticas “infundadas” pelo jornal *A Reação*. Sendo assim, na seção nº 642 de julho de 1906 foi aberta uma coluna, assinada por Dr. Zeb, no interior da seção *Cidade da Viçosa* com a finalidade de discorrer sobre as eleições para o cargo de vereador geral.

Dado o exposto, podemos perceber a relevância política que era projetada no cargo de vereador geral. Tal relevância seria pela grande importância que o município apresentava naquele momento e o vereador geral teria espaço e proximidade para dialogar com grupos oligárquicos existentes? Ser eleito para o referido cargo poderia significar a chave de entrada para outros cargos eletivos de maior magnitude? Essas questões são muito importantes no desenvolvimento do nosso estudo, pois foram encontradas quantidades significativas de artigos sobre as eleições para o cargo de vereador geral. Tais achados sugerem valor, tendo em vista que os momentos de grandes disputas entre os redatores Arthur

Bernardes e Teotônio Pacheco ocorreram na época das eleições. Naquele contexto seguia-se os conflitos políticos e com frequência o *Cidade da Viçosa* procurava desqualificar o jornal *A Reação* colocando-o no patamar de “falsa imprensa”.

Falsa imprensa. “(...) missão primordial de uma imprensa seria, patriótica e honesta, e fomentar o progresso de todos os elementos que rodeiam e compõem o meio que ela se exercita (...) falsos pregoeiros declamar (sic) pelas colunas dos jornais que hão de aconselhar o povo de lançar mão de meios violentos para se obter dos poderes públicos a satisfação de necessidades (...) A essa só pode apelidar de falsa imprensa. Jornal *Cidade da Viçosa* (Ed 602. 1905. Digitalizado pelo AHC da UFV).

É interessante refletirmos o porquê do redator do *Cidade da Viçosa* utilizar repetidas vezes em um mesmo artigo a palavra “falso”. Por que o seu ponto de ataque ao inimigo vai ao sentido do questionamento da “verdade” de seus discursos? Quais seriam os conselhos violentos? Na tentativa de responder algumas questões, após a leitura do jornal *Cidade da Viçosa* foi selecionado alguns trechos que aparentam indícios de disputas entre os dois redatores locais e os “maus conselhos” da *A Reação* ao povo.

Seção: *Cidade da Viçosa*. Título: Aquilo não é imprensa. (...) “*A Reação* é a que há em vão toda a sua vida para justificar o procedimento do seu chefe, aconselhando o povo, de casa em casa, pelas ruas, a revolta contra o imposto”. Jornal *Cidade da Viçosa* (Ed 707. 1905. Digitalizado pelo AHC da UFV).

Dentre as inúmeras interpretações aos ataques, é interessante partirmos do ponto da desqualificação da folha concorrente como “falsa”, uma vez que o ataque da oposição é direto nas receitas do governo municipal, ou seja, nos impostos. Ao aconselhar o povo a não pagar os impostos a administração do PRM tornou-se dificultosa no município, consequentemente atingiu diretamente o jornal *Cidade da Viçosa* que se denomina “Órgão do Partido Republicano Mineiro”, sendo acusada pelo *A Reação* de manter-se com recursos da Câmara, devido as publicações de atas e outras notícias relacionadas ao erário.

(...) O diretor político da *Reação*, como dizíamos, abriu contra a Câmara essa impatriótica propaganda. O seu jornal deveria ser o primeiro a ouvir os conselhos do chefe, como efetivamente sucedeu. A Câmara teve então que iniciar execução contra vários de seus devedores, entre os quais se achava a *Reação*. (...) Eis aí a maior perseguição movida a *Reação*. Jornal *Cidade da Viçosa* (Ed 719. 1908. Digitalizado pelo AHC da UFV).

Como podemos observar a campanha do *A Reação* de incentivo ao não pagamento de impostos perdurou por um longo tempo, resultando em atitudes drásticas por parte da administração pública. Como é mencionado no artigo destacado a Câmara de Viçosa iniciou a execução contra vários contribuintes inadimplentes, dentre eles, *A Reação*. Desse modo, a campanha anti-impostos promovida pela oposição aponta para uma quebra de harmonia entre os diversos grupos do município de Viçosa. Por consequência, os eleitores oposicionistas que não enfrentavam a gestão atual de forma mais agressiva, passaram a sofrer os efeitos das execuções da Câmara, gerando desconforto entre ambos os lados.

Neste sentido, em todo processo eleitoral percebemos a presença de conflitos políticos entre os redatores dos jornais *Cidade da Viçosa* e *A Reação*. Das notícias encontradas, verificamos a importância dada ao cargo de vereador. Logo, podemos refletir acerca da escolha de Arthur Bernardes em optar por iniciar sua carreira política no legislativo municipal, e por não aceitar auxílio do seu sogro Vaz Mello na disputa pelo cargo de deputado. Uma das possíveis interpretações para tal escolha seria o fato de que a função de vereador ajudaria estreitar os laços políticos com seus correligionários e a fazer alianças mais fortes com as elites viçosenses, consolidando a sua base política, para posteriormente projetar-se rumo a outros cargos eletivos em esferas diferentes do Estado.

4. Conclusões:

Os estudos sobre disputas políticas no jornal *Cidade da Viçosa* nos permitem algumas considerações sobre os passos iniciais do político Arthur Bernardes. Foi possível observar na seção *Cidade da Viçosa* os diálogos do seu redator-chefe com alguns grupos dominantes locais, sendo marcante a presença das alianças oligárquicas representadas pelos maiores produtores rurais do município e região.

Sendo assim, uma das possíveis interpretações para a inserção política de Arthur Bernardes deve-se a sua aproximação com os grupos locais, uma vez que na Primeira República o município era fundamental no processo de consolidação do poder, pois havia a existência de chefes locais que eram extremamente influentes na política.

Desse modo, no momento que Arthur Bernardes escolheu iniciar sua carreira política como vereador pelo distrito de Teixeiras, pertencente à Viçosa, e consequentemente pelo seu engajamento no Partido Republicano Mineiro, tornando-se presidente da Câmara de Viçosa, ocasionou divergências

políticas com o antigo chefe-local, antigo aliado da família de Bernardes e do senador Vaz de Mello, José Teotônio Pacheco. Este como forma de propagar seus ideais políticos e combater a consolidação da chefia local de Arthur Bernardes, fundou o jornal *A Reação* com a denominação de “Órgão do interesse do povo”. Por sua vez, o opositor não demonstrou se era favorável ao republicanismo, segundo biografias era um político ligado à monarquia.

Percebemos na leitura da seção *Cidade da Viçosa* que os editoriais estavam constantemente voltados para notícias políticas, por isso ocorreu a abertura de uma coluna especial denominada de “*Respingando*” com o objetivo de combater os ataques do diretor político de *A Reação*, Teotônio Pacheco. Também era objetivo atacar a folha por meio de suas justificativas, sempre denominando o concorrente de “falsa imprensa”.

Os embates entre os dois redatores-chefes ocorreram durante e após todo o processo eleitoral. Verificamos que na eleição para vereador no ano de 1906, ocorreu a vitória do candidato do Partido Republicano Mineiro, apoiado por Arthur Bernardes. Não satisfeito com o resultado, Pacheco entra em cena atacando o candidato vitorioso e colocando em dúvidas toda a eleição, além de constantemente acusar os republicanos de maus gestores. Contudo, o estudo do semanário *Cidade da Viçosa* nos permite entender com profundidade as disputas políticas que ocorriam nos municípios na Primeira República brasileira e por consequência compreender melhor a inserção de Arthur Bernardes na política mineira.

Referências:

Fontes:

Brasil. *Constituição de 1891*. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. Título IV. Dos cidadãos brasileiros. Seção I. Da qualidade do cidadão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acessado: 02 de setembro de 2017.

Jornal Cidade da Viçosa. Digitalizado pelo Arquivo Histórico Central da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível de forma digital no Arquivo Central Histórico da Universidade Federal de Viçosa.

Verbete Arthur Bernardes, *cpdoc*, 2001. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-da-silva-bernardes>>. Acessado em: 10 de setembro de 2017.

Bibliografia:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da primeira república (1889-1930)*. Ed. FGV. 2015.

BOBBIO, Norberto. (1986), “verbete oligárquica”, *In*: BOBBIO, N & MATTEUCCI, G.P. (orgs.), *Dicionário de política*, Brasília, 2ª edição, Editora da UNB.

GOMES, Ângela de Castro. ABREU, Martha. A nova República Velha: Um pouco de história e historiografia, 2009. *Revista Scielo*. Disponível em: *Revista Scielo*. Acessado em: 17 de junho de 2017.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana*. Rio de Janeiro. Vértice. 1988.

LIMA, Alberto de Souza. *Arthur Bernardes perante a história*. Belo Horizonte. I. Oficial. 1983.

REMOND, René. Do político. *In*: REMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro. Editora. FGV, 2010, p. 443.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do Político*. ed. Alameda. São Paulo. 2010.

O PINTOR DOS SERTANEJOS: AS REPRESENTAÇÕES N’O ESTADO DE SÃO PAULO DE CANDIDO PORTINARI E SUAS OBRAS

Gabriela Freitas Rocha¹

Resumo:

O presente artigo apresenta uma prévia da pesquisa em desenvolvimento que contempla a análise das fontes acerca das representações de Candido Portinari na mídia brasileira. Candido Portinari foi um dos artistas plásticos de maior prestígio no Brasil, cuja trajetória intelectual de aproximação com o comunismo pode ser percebida através de suas obras. Este artigo se debruça sobre as menções relacionadas à Candido Portinari no jornal “O Estado de São Paulo” entre 1931 e 1962. A análise parte da adjetivação direcionada à Portinari e à sua produção cultural com o objetivo de compreender as relações entre imprensa e intelectual engajado de orientação comunista considerando também as influências estatais nessa relação. A partir das fontes é possível perceber um sistemático silenciamento do teor crítico das obras de Portinari e uma tentativa de apropriação da fama internacional de Portinari para compor a vitrine do Brasil no exterior, contribuindo também para a construção de uma identidade nacional.

Palavras-chave: Candido Portinari; Produção Cultural; Getulio Vargas.

THE PAINTER OF BUSHMENS: REPRESENTATIONS IN THE ESTADO DE SÃO PAULO BY CANDIDO PORTINARI AND HIS WORKS

Abstract:

Candido Portinari was one of the biggest brazilian artists, his intellectual trajectory of approach communism can be seen though his paintings. This article is about the representations of Candido Portinari in "O Estado de São Paulo" journal between 1931 and 1962. This analysis is based on the adjectives directed to Portinari and his paintings to understand the relation of the press and to a communist intellectual, thinking about the governmental influences in this relation. According to the sources it is possible to notice that the press is silencing about the critical meaning of Portinari's art and there is an attempted appropriation of his international career to make a brazilian showcase in other countries, contributing to build an national identity.

Key-words: Candido Portinari; Cultural Production; Getulio Vargas.

¹ Graduanda em História na Universidade Federal de Minas Gerais.
E-mail: freitas.g@outlook.com

Introdução:

Candido Portinari nasceu em 30 de dezembro de 1903, na cidade de Brodowski, interior de São Paulo. Em 1928, venceu um concurso com o quadro “Retrato de Olegário Mariano”, que lhe rendeu uma viagem à Paris voltada para o aprimoramento de sua técnica. Retornou em 1930 ao Brasil e até 1935 sua principal produção era retratos. A partir de 1934 o aspecto social começa a ganhar mais destaque em suas obras, através de quadros como “Mestiço”, “Lavrador de Café”, “Café”, “Criança morta”, entre outros. Entre 1937 e 1962, Portinari produziu em torno de mil obras de caráter social e voltadas à cultura brasileira.

O objetivo desta pesquisa é compreender a representação de Portinari e sua produção artística, tendo em vista sua orientação política e o consequente engajamento político de suas obras, no jornal “O Estado de São Paulo” e buscar indícios acerca da relação do artista engajado no comunismo, a imprensa, que durante grande parte do período esteve subjugada ao Estado, e o Estado autoritário, que condena a existência do comunismo mas, eventualmente, precisa abrir exceções para conseguir visibilidade através desses artistas. Para tanto, analisei os adjetivos relacionados ao artista e sua produção entre 1930, ano de seu retorno do período de estudos na Europa, e 1962, ano de sua morte por intoxicação, causada pelas tintas. Através destes adjetivos foi possível identificar alguns aspectos gerais da postura do veículo de comunicação massiva em relação aos objetos.

Entender a importância do viés político nas obras de Portinari perpassa a compreensão da cultura política engendrada pelo Partido Comunista Brasileiro que difundia a ideia de que a adesão ao comunismo se dava através de três órgãos: cérebro, estômago e coração. O cérebro representando a adesão intelectual, ou seja, o contato com a liturgia marxista, seguido de uma forte identificação que levava à filiação. O estômago representa a adesão motivada pela desigualdade social, ou seja, a percepção da desigualdade leva os sujeitos à filiação em busca de uma mudança no futuro. Por último, o coração que representa a adesão pela sensibilidade que pode ser personificada através de uma obra artística ou através de um vínculo afetivo que remete ao comunismo.

Partindo dessa perspectiva culturalista e tendo em vista que a existência do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 1922, foi em diversos momentos combatida e proibida, o âmbito cultural foi uma importante estratégia de perpetuação dos ideais comunistas no Brasil e muitos intelectuais utilizaram de sua notoriedade para, através de sua arte, pautar a transformação da realidade social e

política do país como, por exemplo, Jorge Amado² e Carlos Drummond de Andrade³. Esse traço caracteriza a cultura política comunista no país e portanto a escolha por Candido Portinari perpassa o teor crítico ascendente de sua produção e o consequente destaque alcançado por suas obras no Brasil e exterior.

Considerações teórico-metodológicas:

A opção por trabalhar com um jornal independente, de informação geral e periodicidade definida, segue os apontamentos de Hector Borrat no livro “El periódico, actor político”, no qual o autor define que a imprensa livre é um ator político por interagir, através da comunicação, com outros atores sociais. A escolha por um veículo de comunicação massiva se justifica através da maior repercussão que este possui e, consequentemente, seu maior poder de construção e influência da opinião pública.

Inserida na abordagem da “Nova História Política”, esta pesquisa adota como meio de intermediação, interpretação das fontes e chave de análise o conceito de “cultura política”, definido por Rodrigo Patto Sá Motta como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por um determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro”. (MOTTA, 2013, p.18).

O conceito de cultura, nessa abordagem, apresenta-se tanto no sentido antropológico, se relacionando às práticas políticas que delineiam um determinado perfil às estratégias de atuação comunistas, do governo e da mídia, quanto no sentido estético, trabalhado através das características iconográficas presentes na produção de Portinari. O termo produção cultural é, portanto, uma produção que traduz esteticamente os valores, crenças, normas e representações que o artista sustenta.

Edward Said considera que o intelectual é um ser “dotado de uma vocação para representar, dar corpo e articular uma mensagem, um ponto de vista, uma atitude, filosofia ou opinião para (e

² A obra “Capitães da Areia” escrita por Jorge Amado e lançada em 1937 é um dos exemplos de produção literária que expunha a condição de exclusão social à qual os meninos de Salvador estavam submetidos, por conta disso, foi censurada pelo Estado, todavia, o livro se tornou uma obra de destaque na literatura brasileira com mais de 15 reimpressões.

³ A segunda fase da produção de Carlos Drummond de Andrade é conhecida por seu teor social. Em 1940 é publicado “Sentimentos do Mundo”, livro de poesia que trata das desilusões e esperanças humanas do mundo pós-Segunda Guerra Mundial e entre 1943 e 1945 publica “Rosa do Povo” na qual se propõe a enunciar as agonias do povo diante do contexto nacional e internacional.

também por) um público” (SAID, 2000. p. 25). Partindo dessa função social do intelectual, considera-se que esta pode ser desempenhada de diversas maneiras. Trabalharemos com o conceito de “intelectual engajado”, apesar de entendermos que segundo a conceituação de Said esta seria uma redundância, para desvincularmos esta figura do “intelectual militante” conceituado por Marcos Napolitano em seu artigo “A relação entre arte e política, uma introdução teórico-metodológica”, entendendo o engajamento como uso da notoriedade para realizar críticas sociais e a militância como uma produção orientada segundo parâmetros partidários.

Outro marco teórico importante para a interpretação das fontes que nos permite aprofundar a análise se refere às categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa” de Reinhart Koselleck para compreender a partir dos conceitos utilizados nas matérias qual a interpretação do jornal acerca de seu presente e qual os conceitos utilizados que apontam para as perspectivas de futuro compartilhada por este grupo em relação à sociedade. Nos interessa, sobretudo, o horizonte de expectativa por tratar-nos do período em que a identidade nacional está sendo criada e difundida e que, portanto, conforma muitos projetos do que será feito a respeito do país nos anos vindouros.

Apontamentos possíveis:

A leitura das fontes suscitou a percepção de que as discussões acerca da nacionalidade circunscrevem as representações de Candido Portinari, orientando sua relação com a imprensa e o governo, no que nos parece indicar um projeto de apropriação do artista como ícone da identidade brasileira, projeto esse que empreende uma despolitização do artista em sua representação.

Em 1934 foi publicada a primeira matéria⁴ no jornal “O Estado de São Paulo” que se refere à Candido Portinari, essa matéria consiste em uma crítica de caráter elogioso assinada por Arnaldo de Oliveira. Todavia, o que nos chamou a atenção foi o suposto diálogo estabelecido com uma crônica de Mário de Andrade sobre o artista na qual a nacionalidade de Portinari é colocada em xeque devido a sua ascendência italiana. Essa questão é colocada no texto em contraposição à brasilidade⁵ que Portinari procura traduzir em suas obras.

⁴ Jornal O Estado de São Paulo, “Portinari”, p. 3, 27 de dezembro de 1934.

⁵ Entendemos nessa análise “brasilidade” como “caráter ou qualidade peculiar, individualizadora, do que ou de quem é brasileiro”, e apesar de compreendermos que nesse contexto ainda não se havia formado uma identidade do Brasil, sendo possível talvez falar em Brasis, utilizamos o termo por falta de vocábulo mais adequado. No caso da obra de Portinari, essa “brasilidade” aparece nas pinturas dele através do que ele enxerga no país, nos seus retratos é o brasileiro, nas obras de caráter social, são as desigualdades sociais.

A segunda matéria⁶ publicada no jornal, seis anos após a primeira, anunciou um almoço em homenagem à Portinari pouco antes da inauguração de sua exposição no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque. Neste jantar estariam presentes representantes do Governo Federal, o que sugere uma aproximação do aparelho estatal em relação ao artista. A partir desta matéria delineia-se um perfil de publicações que tende a se acentuar, transformando Portinari no legítimo expositor da arte brasileira no exterior, todavia, mudanças são perceptíveis em relação a esse padrão e, muitas vezes, se dão por razões políticas.

Entre 1940 e 1945 a direção do jornal “O Estado de São Paulo” não reconhece o conteúdo publicado nos jornais devido a intervenção estatal na edição. Durante esse período diversas matérias são publicadas em relação às exposições internacionais de Portinari. O interesse em relação ao vínculo Brasil-Estados Unidos estabelecido através do artista parece ser evidenciado, a presença de obras de Portinari em diversos estúdios e coleções particulares na América do Norte parece construir uma ponte imaterial entre as duas nações, ou pelo menos essa é a esperança traduzida nas publicações.

As matérias relacionadas ao Candido Portinari aumentam quantitativamente a partir deste momento. Se durante a década de 1930 apenas uma matéria publicada referia-se à Portinari, na década de 1940 o jornal publicará 34 matérias referentes ao artista, número que ultrapassará 120 menções durante a década de 1950. Devido ao aumento no número de referências à Candido Portinari é perceptível uma valorização das qualidades do pintor e uma apropriação dele enquanto elemento nacional, visto que são comuns os complementos “artista brasileiro” e “pintor paulista” ao seu nome, embora haja um silenciamento em relação à temática de sua produção.

Somente em 1946 uma segunda matéria⁷ veiculada no jornal incorporou alguma descrição semântica da obra de Portinari. Trata-se de um diálogo estabelecido entre a imprensa brasileira com o artigo publicado no jornal “L’Humanité” por Leopold Durant, no qual o jornalista salienta a feição humanista e social das obras de Portinari, inclusive citando “Enterro na rede” obra componente da série “Retirantes”. Ainda em 1946 foi publicada a matéria “O Duque de Windsor e Candido Portinari”⁸, sem autoria, que, supostamente, retrata um diálogo entre o Duque de Windsor e Candido Portinari acerca da temática de suas obras. Segundo o relato, Portinari teria dito ao duque que pinta miséria porque é isso que ele testemunha no Brasil.

⁶ Jornal O Estado de São Paulo, “Almoço ao pintor Candido Portinari”, p. 2, 24 de agosto de 1940.

⁷ Jornal O Estado de São Paulo, “O pintor Portinari”, p. 14, 09 de outubro de 1946.

⁸ Jornal O Estado de São Paulo, “O duque de Windsor e Candido Portinari”, p. 52, 10 de novembro de 1946.

A questão da identidade e representação de Brasil não parece circunscrever apenas o empenho midiático. Ainda segundo a matéria “O Duque de Windsor e Candido Portinari”, o autor teria declarado que se tornou um artista bem-sucedido por não ter, durante seu intercâmbio de estudos, se deixado influenciar pelos reflexos da arte dos movimentos da vanguarda artística francesa da década de 1920. Essa declaração pode ser compreendida como um esforço, por parte do artista, em reafirmar a nacionalidade brasileira nos temas e técnicas que compõem seu repertório artístico.

Deve-se salientar que, apesar da construção dos apontamentos até aqui indicarem um projeto encabeçado pelo Estado e executado pela imprensa, Portinari representava um elemento fundamental para o sucesso da empreitada. O Estado brasileiro recebe agradecimentos do arquiteto americano Wallace Kirkman após a confirmação do uso dos murais de Portinari para a decoração de um dos salões da sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, como reporta a matéria “Murais de Portinari no edifício da ONU”⁹, publicada em maio de 1953 sem autoria identificada, o que indica uma aproximação diplomática entre os governo que rende a Portinari a possibilidade de exibir sua arte em um edifício de uma importante organização mundial.

Da mesma forma, a matéria “Um quadro histórico de Portinari”¹⁰, de agosto de 1953, apresenta situação semelhante na qual o artista produziu um grande mural para a decoração do novo edifício do jornal “O Estado de São Paulo”, representando na tela uma imagem dos jovens fundadores do jornal, clara aproximação entre o artista e o veículo midiático que atuou na construção de sua representação.

O artista, apesar de crítico em relação ao *modus operandi* do governo Vargas, está sistematicamente cerceado por representantes do governo. Em janeiro de 1942 foi publicada matéria de título “O pintor Candido Portinari em visita ao Presidente Vargas”¹¹, de autoria desconhecida, na qual o jornalista revela a ocasião de um encontro entre Portinari e Getúlio Vargas após a conclusão da pintura dos murais da Biblioteca do Congresso em Washington e, segundo o autor da publicação, a relação entre o artista e o presidente era de muita amistosidade devido ao êxito de Portinari em desenvolver boas relações nos Estados Unidos da América.

Uma relação amistosa desenvolvida entre um artista comunista e um governo anti-comunista pode soar estranha ao senso comum, porém a historiografia recente nos dá ferramentas de

⁹ Jornal O Estado de São Paulo, “Murais de Portinari no edifício da ONU”, p. 24, 22 de maio de 1953.

¹⁰ Jornal O Estado de São Paulo, “Um quadro histórico de Portinari”, p. 6, 6 de agosto de 1953.

¹¹ Jornal O Estado de São Paulo, “O pintor Candido Portinari em visita ao Presidente Vargas”, p. 2, 28 de janeiro de 1942.

interpretação valiosas para analisá-las. O conceito de acomodação desenvolvido por Rodrigo Patto Sá Motta em seu livro “As universidades e o regime militar” apresenta essas conciliações entre opositores políticos como parte importante da cultura política brasileira construída historicamente. Objetivando evitar conflitos de maior escala, pequenos acordos e concessões benéficas para ambos os lados são firmados em uma espécie de “uma mão lava a outra”.

A apropriação de Portinari como elemento portador da identidade brasileira propiciou na ocasião de sua morte, no dia 06 de fevereiro de 1962, comoção nacional, como é possível identificar nas doze matérias produzidas pelo jornal entre o dia 07/02/1962 e 15/02/1962. Foi decretado luto oficial de três dias pelo então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O velório de Portinari foi realizado em uma Salão do Ministério da Cultura e seu enterro contou com honrarias das forças armadas brasileira além da presença de diversas autoridades políticas do Brasil e de populares na região em torno do local, além de ter tido repercussão em diversos países da América Latina, América do Norte e Europa.

Todavia, apesar do processo de apropriação de Portinari enquanto porta-voz do Brasil no mundo ter obtido êxito, é perceptível através das fontes que esse não foi um processo contínuo e harmonioso. Isso fica expresso no sistemático silenciamento do jornal em relação ao teor das críticas sociais presentes na obra de Portinari referentes à ausência de políticas públicas de redução da desigualdade social voltadas para essa população periférica que é esquecida pelo Estado. Ao tratar das obras de Portinari, não raro se fala da técnica e das cores utilizadas ou salienta-se suas obras que retratam sua infância e suas memórias do cotidiano na sua cidade natal, Brodowski do interior de São Paulo.

Com a candidatura de Candido Portinari à cadeira do senado pelo estado de São Paulo em 1947, uma tensão na relação do artista com o Estado e a grande mídia parece evidente. Candidato pela Chapa Popular, integrada pelo Partido Comunista Brasileiro ao qual Portinari era afiliado, a candidatura foi alvo de críticas no artigo de Martin Garcia, publicado em 07/01/1947, e intitulado “A encruzilhada do Comunismo”¹². É ilustrativo pois o autor faz alusão ao que em suas palavras são os “monstros” pintados por Portinari, para justificar a pintura que ele fará a seguir de seu próprio monstro, no caso, o comunismo. No decorrer da matéria, o autor faz ainda duras críticas ao acordo realizado para a construção da Chapa Popular, ofendendo principalmente Luiz Carlos Prestes e Ademar de Barros e questionando qual a legitimidade da justiça que legalizou essa chapa em

¹² Jornal O Estado de São Paulo, “A encruzilhada do comunismo”, p. 10, 07 de janeiro de 1947.

contraposição ao discurso das forças armadas brasileiras que condena a existência de um partido comunista no país.

Seguindo essa matéria, houve a publicação de um pedido votos de Luiz Carlos Prestes em 18/01/1947¹³ para os candidatos do Partido Comunista Brasileiro. A partir de então, as menções à Portinari se resumem à divulgação de seu número de votos, insuficientes para sagrá-lo senador, e notas acerca da realização de suas exposições no Brasil e exterior, com pouquíssima generosidade dos jornalistas em relação à adjetivação do autor e de suas obras.

Uma crítica de arte assinada pelo pseudônimo “S. M” publicada em março de 1953 e intitulada “Portinari e a crítica”¹⁴ é mais um elemento importante para demonstrar essa desarmonia entre Portinari e a imprensa especializada em arte. O autor da publicação aponta que a partir do momento em que a crítica de arte passou a criticá-lo, devido ao que, em suas palavras, sua “nova orientação” causou em suas obras, sem esclarecer se essa nova orientação se deve à mudanças técnicas ou tematico-ideológicas. Portinari passou a tratar as críticas com desprezo e, supostamente, chegou a dizer que “a crítica só atrapalha”. Logo, é possível concluir que a relação de Portinari com a imprensa oscila entre uma aproximação e um distanciamento, enquanto a crítica especializada o critica por aspectos presentes em sua obra, a imprensa geral se distancia em relação ao artista influenciada pelo contexto político, e se aproxima dele sempre que há interesse estrangeiro em sua produção cultural.

Desta forma, pode-se depreender que a imprensa, sob influência do Estado, idealiza um futuro para a nação de desenvolvimento voltado ao eixo sudeste, o que explica o silêncio em relação às críticas voltadas à desigualdade e miséria presentes nas outras regiões do país e na escolha desse espaço como ambiente privilegiado para a circulação de ideias e de produções culturais representados no jornal. Além, é claro, do estabelecimento de fortes relações com outras nações, tirando o Brasil de sua condição periférica e demonstrando um fortalecimento de uma identidade nacional que utiliza, entre outros meios, da arte visando a sua afirmação no contexto internacional.

Materialidade das fontes:

Até este momento do desenvolvimento da pesquisa, o suporte narrativo tem sido priorizado na análise das fontes. Todavia, se tratando de um trabalho com a imprensa, muitos outros fatores

¹³ Jornal O Estado de São Paulo, “Votai bem”, p. 15, 18 de janeiro de 1947.

¹⁴ Jornal O Estado de São Paulo, “Portinari e a crítica”, p. 6, 21 de março de 1953.

serão aprofundados no decorrer da pesquisa como, por exemplo, um mapeamento do corpo editorial do jornal durante o período estudado a fim de estabelecer quais são as redes de intelectuais que definem a trajetória do jornal no período, pensando a postura desses intelectuais enquanto figuras que transcrevem a realidade em narrativa e que influenciam o meio através de sua produção.

Aprofundar a análise material do jornal que inclui pensar os espaços destinados a essas matérias no jornal, pensando as seções direcionadas a arte, política, vida social, entre outros, pensando as seções que são criadas e as que desaparecem durante o período analisado, assim como as classificações que o próprio corpo editorial elenca para determinadas publicações, o que, do ponto de vista desses sujeitos é uma notícia de cunho político, ou artístico ou social, tendo em vista que todas essas dimensões estão fortemente imbricadas no nosso objeto de análise.

Pensar os espaços que estas matérias ocupam dentro do periódico, a quantidade de linhas dedicada a cada notícia e o onde elas se encontram nos folhetos, nas primeiras páginas, no meio do caderno, em seu fim, em posição central, no topo ou nas últimas linhas do caderno. Assim como o alcance que esses jornais tinham em termos de tiragem e venda, tentando traçar a circulação das ideias veiculadas em suas páginas, desenhando o perfil do público consumidor do jornal e do público-alvo que o jornal almeja alcançar.

Procurar entender a representação de Brasil trazida por este veículo, entendendo como a partir desta concepção todos os posicionamentos de Portinari serão interpretados como benéficos, indiferentes ou maléficos ao projeto de nação incorporado pela imprensa. Sem esquecer, é claro, da dimensão internacional presente na questão, visto que, a identidade nacional se constituiu em relação às outras, sendo ora através do antagonismo e ora através da aproximação com as demais identidades nacionais que o jornal retrata.

Em relação a iconografia selecionada para compor as matérias, o volume de imagens é bastante reduzido, se dividem entre fotografias de eventos em homenagem à Portinari e reproduções de suas obras em divulgação de suas exposições, cabe uma análise mais aprofundada, todavia o que foi possível diagnosticar foi o uso ilustrativo da imagem e uma seleção de reproduções que por vezes sequer são referenciadas, ou seja, o leitor que não frequenta exposições de arte dificilmente será capaz de identificar, mesmo que nominalmente, a obra.

Conclusões:

Esta pesquisa integra o movimento historiográfico da Nova História Política e acompanha o movimento testemunhado na historiografia nacional que, influenciada pelo revisionismo a respeito da ditadura civil-militar de 1964-1985 tem voltado seus olhos, com as novas ferramentas de análise reunidas durante essa renovação da história política, para o primeiro período em que o Brasil esteve sob o governo de Getúlio Vargas, buscando compreender as nuances do projeto político federal e as relações estabelecidas por esse governo para executar seus projetos.

Especialmente, o papel do intelectual neste governo tem sido estudado para revisar o estabelecido pelo sociólogo Sergio Miceli Pessoa de Barros que atribuiu a participação dos intelectuais nos cargos federais à cooptação motivada por motivos pessoais, de cunho financeiro. Novos estudos apontam cada vez mais para a conscientização desses intelectuais enquanto figuras públicas, munidas de voz que possui ecos políticos e que, portanto, se tornou mais ativo pautando suas crenças acerca do desenvolvimento e da solução dos problemas do país ao lado do governo ao invés de posicionar-se de forma crítica e, por consequência, manter-se na esfera privada.

Desta forma, buscamos com a breve explanação de nossas fontes elucidar algumas possibilidades teóricas que se inscrevem em nossas hipóteses em relação ao objeto e apontar os próximos passos a serem dados em relação à maior compreensão do repertório de atuação da imprensa entre a década de 30 e 60, na qual há a instauração de um Estado de exceção, e as nuances na relação deste Estado com a imprensa e a produção artística, sabendo ser evidente a expressão das problemáticas do presente no passado estudado em nossa pesquisa.

Nos parece essencial demarcar o espaço acadêmico como espaço de resistência em relação aos avanços do conservadorismo anti-científico que tem sido latente nos últimos anos da história do Brasil. É necessário pensar as relações entre Estado, arte e papel da mídia em um contexto em que exposições de arte vem sendo censuradas e artistas e intelectuais vêm sendo agredidos de diversas formas por conta de sua produção e de seus posicionamentos públicos. Seguindo a proposição de Walter Benjamin, nós historiadores articulamos historicamente o passado não para reconstruí-lo ou reconhecê-lo em sua totalidade, porém visando nos apoderar desse passado para que ele nos surja como um clarão no momento do perigo.

Bibliografia:

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito da história*. In: O anjo da história. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 9-20.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

BORRAT, Héctor. *El periódico, actor político*. Barcelona: Gustavo Gili, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá; NAPOLITANO, M. ; CZAJKA, R. *Comunistas: cultura política e produção cultural*. 1. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013. v. 1. 363p.

SAID, Edward. *Representações do intelectual: as Conferências Reith de 1993*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia Iconográfica:

Mestiço. Pintura a óleo (81x65,5cm). Rio de Janeiro, 1934.Fonte: Acervo Portinari.

Lavrador de café. Pintura a óleo. (100x81cm). Rio de Janeiro, 1934.Fonte: Acervo Portinari.

Café. Pintura a óleo (130x195cm). Rio de Janeiro, 1935.Fonte: Acervo Portinari.

Criança Morta. Painel a óleo (180x190cm). Petrópolis, 1944. Fonte: Acervo Portinari.

CARACTERIZAÇÃO DO SANJOANENSE JORNAL CATÓLICO *O PILAR* EM UM CONTEXTO DE TRANSFORMAÇÕES (1961-1966)¹

Jean Carlos de Rezende Abreu²

RESUMO:

O jornal católico *O Pilar* foi lançado em janeiro de 1961, na recém-criada Diocese de São João del-Rei, em Minas Gerais. Concebido como um veículo de comunicação entre o bispo e sua diocese foi além quando se propôs a ser agente catequizador do povo, sobretudo o católico. Insere-se no contexto acirrado entre Estados Unidos e União Soviética e nas profundas transformações suscitadas pelo Concílio Vaticano II, no qual representantes do clero mundial se reuniram para pensar a própria Igreja e sua relação com a sociedade moderna. Nos arquivos da Cúria Diocesana são encontradas 112 edições, que chegaram até janeiro de 1966. A partir delas objetivou-se fazer uma caracterização global do impresso, apresentando dados técnicos como a tiragem, publicidade, valores de assinatura e aspectos da divisão interna como colunas fixas e principais colaboradores. Com as contribuições de Tânia de Luca (2008) sobre o olhar aos periódicos, fez-se a leitura atenta do jornal, analisando manchetes, as disposições das informações, nomes evocados, agências de notícias utilizadas e a forma do português adotado. Foi notada uma profunda ação anticomunista do jornal, também a busca em construir a figura simbólica do bispo e constante formação da população acerca das mudanças litúrgicas promovidas pelo Vaticano II. Assim, concluiu-se que *O Pilar* atuou como catequizador da Diocese, mas por ser pago e seu texto rebuscado teve um alcance seletivo na população diocesana.

Palavras-chave: jornal católico; Concílio Vaticano II; Guerra Fria; São João del-Rei.

CHARACTERIZATION OF SANJOANENSE CATHOLIC NEWSPAPER *O PILAR* IN A CONTEXT OF TRANSFORMATIONS (1961-1966)

ABSTRACT:

The catholic newspaper *O Pilar's* first publication was in January of 1961, in the newly created São João del-Rei's Diocese, in Minas Gerais. Originally conceived as a vehicle of communication between the bishop and his diocese, it went beyond when proposed itself to be a catechizing agent. It is inserted in the fierce scenery between United States of America and the Soviet Union and in the intense transformations provoked by the Second Vatican Council. In the archives of Diocesan Curia are found 112 editions that arrived until January of 1966. Based on such, the focus was to make the general characterization of the print, showing technical data such as circulation, publicity, signature prices as well as aspects of the intern division like the fixed columns and main collaborators. Based on contributions by Tânia de Luca (2008) on viewing periodicals, the methodology consisted of carefully reading the newspaper, analyzing headlines, the disposition of information, wrong names, news agencies used and the form of Portuguese utilized. This allowed noticing a deep anticommunist propaganda in the newspaper, besides its search to construct a symbolical figure of the bishop and to enlighten the population on the liturgical changes promoted by Vatican II. Thus, it was concluded that the *O Pilar* acted as the Diocese's catechist, but since it had to be paid for and because of its use of language, the paper obtained a reduced attention in the diocesan population.

Key words: catholic newspaper; Second Vatican Council; Cold War; São João del Rei.

¹ Artigo derivado do Trabalho de Conclusão de Curso orientado pela profª. Drª. Sílvia Maria Jardim Brügger.

² Graduando em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de São João del-Rei. E-mail: jeancarlosrezende@hotmail.com.

INTRODUÇÃO:

Em 1961, na recém-criada Diocese de São João del-Rei, o jornal *O Pilar* surgiu com a proposta de ser o veículo de comunicação entre o povo e seu bispo. A região até então pertencia a grande Arquidiocese de Mariana com a Sé Episcopal muito distante. Alguns preferiam assim, pois o bispo distante era sinal de uma interferência reduzida. A Igreja de São João del-Rei mantinha, e mantém até hoje, a organização por meio Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras. (SANTOS, 2010) Formas leigas de atuação religiosa surgidas na Idade Média, instaladas no Brasil e que resistiram até a centralização papal/curial promovida pelo movimento Ultramontano no século XIX³.

A principal função do jornal era informar aos fiéis das orientações episcopais, dos acontecimentos na diocese e cuidar da formação moral e política, configurando um trabalho fortemente catequizador. Esta pesquisa teve como principal objetivo caracterizar o periódico *O Pilar* buscando realçar os principais assuntos colocados, os colunistas recorrentes, a publicidade recebida, as disposições gráficas e os desafios enfrentados pelo jornal para sua própria manutenção. Embora seja discutida uma breve colocação a respeito da forma como analisar uma mídia impressa, com foco jornalístico, este trabalho não pretende adentrar em aspectos como a formação do corpo editorial, nem como se organizava o trabalho de escolha de pautas e dos nomes que nele escreveram. É sobretudo um olhar preliminar do comportamento deste periódico católico em São João del-Rei demonstrando o valor e diversidade que o trabalho com periódicos possibilita ao historiador. Assim, este se propõe a ser um epicentro para futuros interesses em pesquisas quem envolvam a religião e religiosidades católicas, bem como a política, economia e cultura na cidade entre 1961 e 1966.

A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA:

A História feita a partir da contribuição da imprensa ganhou notoriedade nos anos de 1970⁴, com a consolidação dos pensamentos da Nova História, tendo como principais expoentes, Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Pierre Nora. Estão inseridos na transformação epistemológica

³ O ultramontanismo foi marcado pelo fortalecimento do poder papal, reafirmação da escolástica, reestabelecimento da Companhia de Jesus. Medidas que buscavam vencer as ações do liberalismo e da vida moderna e combater grupos como a maçonaria. (SANTIROCCHI, 2010)

⁴ Embora 1970, segundo Tânia de Luca (2008), seja um marco na revolução do uso dos periódicos como fonte histórica, anteriormente a esta data já existiam trabalhos com a temática: FREYRE 1940, 1948, 1973; LUZ, 1959; STEIN, 1961; CARDOSO, 1962; COSTA, 1966; RODRIGUES, 1966.

iniciada no início do século XX, por Marc Bloch e Lucien Febvre, com a criação da *Revista Annales: economia, sociedade e civilização*. Neste contexto, relativizou-se a ideia de documento, sobretudo o oficial, como o único detentor da verdade sobre o passado até então considerado como o melhor exemplo de fontes objetivas, neutras e fidedignas. O contato com outras disciplinas, como a Sociologia, Antropologia e Psicologia, permitiu que a História abarcasse novas questões, e por consequência, novas metodologias e abordagens, ampliando as concepções de Bloch e Febvre. (LE GOFF, NORA, 1978: 12) A partir das pesquisas desses autores, surgiram com maior frequência pesquisas que colocaram à luz da História as práticas culinárias, o corpo, as festas, os filmes, as consciências e aspectos do cotidiano. Sendo assim, a História Total, que visava abarcar as transformações numa sociedade de forma ampla, perde força pela tendência ao episódico. Para Michel de Certeau, o historiador passa a atuar nas margens, não visando mais a intenção imperial de fazer uma história global. (CERTEAU, 2002: 87) A História Cultural aumentou seu espaço e passou a observar os fenômenos a partir de uma visão micro, aproximando história e discurso. Se destacam neste movimento Carlo Guizburg, Philippe Ariés, Roger Chartier e Robert Darton. Todas estas transformações epistemológicas, como mencionado, provocaram uma abertura da noção de fonte histórica, promovendo os periódicos⁵ a um lugar nesta categoria, sendo *História da Imprensa no Brasil* de Nelson Werneck Sodré o marco dessa transformação na historiografia brasileira⁶.

A Imprensa, ao ser colocada como centro de uma análise, retrata observações de uma época, mas também aponta para lacunas – ou silêncios – deixados propositalmente ou não. Isto acontece porque ao escolher o conteúdo de cada edição, o corpo editorial acaba deixando certas ações em segundo plano, cabendo assim, questionamentos dos motivos e do que foi exatamente “esquecido”. (BARBOSA, 2004: 4) Na visão de Maria Helena Rolim Capelato, o trabalho com periódicos precisa valorizar a forma como os sujeitos da história tomaram consciência dos fatos e o que falaram dele, entendendo assim como as ideias circularam durante um período. (CAPELATO, 1988: 24-25) Não deve-se buscar na imprensa a confirmação de hipóteses e sim perceber todas as dimensões que esse tipo de fonte requer, pois pode promover contatações importantes a partir de dados como a tiragem e vendagem, que direcionam ao público alcançado pelo jornal (LAPUENTE, 2015: 4). Faz-se portanto,

⁵ A conceituação de termos como jornal, magazine e revista são colocados de diferentes formas, em distintos locais. Superficialmente, jornal é tido como a publicação diária, em folhas separadas e revista, que possui edições com maior periodicidade, encadernadas e de temas diversos. No entanto, esses conceitos não são determinantes, sendo necessária profunda caracterização. (LUCA, 2008: 131).

⁶ O livro *Fontes Históricas* traz no capítulo *História dos, nos e por meio dos periódicos* de Tânia de Luca, uma lista vasta de trabalhos com a imprensa escrita.

a necessidade de historicizar o texto e conhecer todo o processo interno, “desde o funcionamento até a produção do jornal, sua organização editorial, as tecnologias usadas pelos periódicos, passando até mesmo por sua concorrência (...).” (LAPUENTE, 2015: 6)

A materialidade dos impressos é um primeiro aspecto para atentar-se em uma análise, observando os formatos, tipos de papel, qualidade da impressão, cores e imagens, tendo aspectos que se ligam ao uso de publicidade e relações mercadológicas. É de suma importância também, inserir o que se estuda em uma série, visto que não é um objeto isolado em si mesmo, e tem seu lugar na história da imprensa. (LUCA, 2008: 139) Além disso, é importante salientar o papel dos títulos e subtítulos que “funcionam como ‘manchetes’, primeiros enunciados por meio dos quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões editoriais.” (CRUZ, PEIXOTO, 2007: 261)

O advento da ilustração promoveu um alcance maior das informações, pois comunica de forma mais direta e simplificada. Cabe ressaltar que antes de chegar à imprensa periódica o uso de imagens, satíricas ou não, já eram fartamente usadas em panfletos que eram afixados pelas ruas. Não se analisa, na maioria das vezes, apenas a qualidade técnica da imagem, mas também, a mensagem que apresenta, em determinado período e contexto. Esse olhar ao autor se deve porque “em lugar da tela, apreciada por poucos, o papel impresso deflagrava a ampla divulgação da ilustração, dando na mesma proporção visibilidade inusitada ao artista.” (MARTINS, 2003: 73)

A DIOCESE DE SÃO JOÃO DEL-REI:

A Proclamação da República foi um sinal de mudança na ação da Igreja frente a sua organização espacial, pois passou a pensar sua própria estrutura⁷, exemplificado pelo registro de 76 dioceses em 1930, contrastando as 7 que existiam às vésperas de 1889. (ROSENDAHL, 2005: 12937) Durante os anos de 1890 a 1930 a expansão de dioceses pelo Brasil foi direcionada para as capitais do Estados recém-criados, de regiões maiores para menores, para locais mais distantes, e também em áreas de povoação antiga. (ROSENDAHL, CORRÊA, 2001) Constituíram assim uma forma de marcar seu espaço frente ao crescimento populacional promovido pelo desenvolvimento de novas áreas, sobretudo urbanas.

⁷ Sobre o comportamento da Igreja Católica e a criação de Dioceses ver GIL FILHO (2006), ROSENDAHL (1996, 2001, 2005) ROSENDAHL & CORRÊA (2001, 2006), TERRA (2009).

É ainda nestas características que a Diocese de São João del-Rei foi criada em 1960 através da Bula Papal *Quandoquidem novae* (O PILAR, 01/11/1961), tendo como primeiro bispo Dom Delfim Ribeiro Guedes⁸. O território⁹ surgiu de localidades antes pertencentes a Diocese de Campanha e das Arquidioceses de Mariana e Juiz de Fora. Obviamente, o objetivo de se criar novas dioceses foi melhorar a administração, tanto burocrática, quanto pastoral e espiritual, funcionando assim “como centros difusores de ideias, valores e normatizações, configurando uma rede gestora de tais territórios.” (TERRA, 2009: 25) Monsenhor Almir Aquino, então pároco da Catedral do Pilar, destaca outros dois pontos bem específicos:

Um motivo ideal, em vista da tradição religiosa da cidade e região, tida e havida, com razão, uma sementeira fértil em vocações sacerdotais e religiosas. O outro, a riqueza da Fé, Esperança e Caridade, o espírito do apostolado católico conservador no escrínio das Ordens Terceiras, Irmandades, Confrarias, Associações Católicas, etc; faltando porém, um elo elementar e indispensável à **unidade** na Fé, no Amor e na Ação. (AQUINO, [s/d]: p. 13, grifos do autor)

A estrutura física da Igreja – paróquias, dioceses, prelazias, etc. – carregam uma forte identidade simbólica e de poder, e uma lupa sobre suas particularidades ressaltam as práticas e estratégias da Igreja Católica em um determinado tempo e lugar. Rosendahl coloca que a diocese é “o território religioso de controle eclesiástico no qual a gestão religiosa cabe aos bispos, agentes religiosos especializados, com forte poder hierárquico administrativo, de criação e difusão das novas dioceses.” (ROSENDAHL, 2005, p. 12935) É inegável como a presença de um bispo tem um caráter transformador em uma sociedade, sobretudo no momento histórico aqui colocado, no qual seu caráter de autoridade era muito mais forte e a presença da religião muito mais valorizada. É certo também, como a sua presença mais próxima pode ser um ímã que renova a atração do povo com a Igreja, e assim permite que suas organizações/estruturas possam protegê-los de caminhos contrários aos preceitos cristãos católicos. (FREITAS, 2006: 31)

CARACTERIZAÇÃO DO PERIÓDICO O PILAR:

⁸ Nascido em 1908 em Maria da Fé, Minas Gerais, foi ordenado em 1931 depois de tornar-se doutor em Teologia e Filosofia em Roma. Em Leopoldina também foi o primeiro bispo nomeado e ficou na diocese por 17 anos, até que em 1960 é transferido para São João del-Rei. (O PILAR, 01/01/1960)

⁹ Monsenhor Almir de Resende Aquino, em livro sobre a história da Diocese, argumenta que o espaço territorial da Diocese seria, aproximadamente, 13.229 km², com 300.000 habitantes. Atualmente, segundo site da Diocese de São João del-Rei, a dimensão é de 9.661,21 Km² e uma população de 311.670 habitantes. (AQUINO, [s.n])

O jornal *O Pilar* começou a ser publicado em 01 de janeiro de 1961, cerca de dois meses depois da criação da Diocese de São João del-Rei, claramente destacado como o órgão oficial. O nome do impresso pode ter dois significados, que ao mesmo tempo se fundem: primeiro, uma menção a padroeira da Diocese, Nossa Senhora do Pilar; segundo, pode se pensar a importância que davam a imprensa, e consideravam o periódico como um pilar – ou viga – de sustentação para o novo território episcopal. O subtítulo do jornal, em latim, era *Ad Lucem Veritatis et Caritatis*, em tradução livre, *A Luz da Verdade e da Caridade*. Foram observadas as edições encontradas nos arquivos da Paróquia da Catedral Basílica de Nossa Senhora do Pilar no Museu de Arte Sacra e no da Cúria Diocesana no Residência Episcopal. São 112 números, distribuídos entre os anos de 1961 e 1966 (apenas a do dia 1º de janeiro). A proposta inicial era um jornal quinzenal sendo lançado no dia 1º e 15º do mês, com quatro páginas cada, com alterações em edições comemorativas/especiais, que em algumas vezes chegaram a oito páginas. No entanto, a partir de 1963 começaram a acontecer variações, como mudanças nos dias de publicação e meses que era lançada apenas uma edição por mês, estas contando com 6 ou 8 páginas. Os exemplares de *O Pilar* encontrados, em ambos os locais, estão todas encadernadas por ano de publicação, e em ordem crescente e faziam parte da coleção da irmã de D. Delfim, Maria José Ribeiro Guedes. O tamanho e gramatura das páginas é muito semelhante ao padrão atual A4 (21cmx29,7cm) e 75g/m², respectivamente. A maioria das folhas estão amareladas pela ação do tempo, em muitas variações de tonalidade. Pouquíssimas possuem algum dano que impessa a plena leitura.

ESPERANÇA: PRIMEIRAS PALAVRAS:

O editorial de inauguração foi redigido por D. Delfim Ribeiro Guedes intitulado de *Esperança* (O PILAR, 01/01/1961). Nele o bispo chamou o diocesano a olhar o futuro e se coloca como orientador deste pedido, mesmo reconhecendo suas limitações. Para ele, a esperança é a “mola mestra que faz um mundo girar e avançar” e é responsável pelas ações das pessoas na sociedade, como o lavrador, o professor, os jovens, o banqueiro e o sacerdote. O pedido para a criação do jornal ao Pe. Juvenal Vaz Guimarães Filho e ao Monsenhor José Maria Fernandes surgiu para ser uma contraposição a “avalanche de lodo e de heresias que ameaçam a sociedade moderna. Por entre o jôio dos jornais e revistas venenosas, é mister se levante o trigo do jornal católico”. Portanto, *O Pilar*, apareceu como “uma coluna de luz nas noites de dificuldades, esteio de firmeza e amor na missão

de, com serenidade e lealdade eliminar os focos de conflitos sociais, o ódio de classes e partidos até de certos ambientes católicos.” Assim, nota-se que a Igreja estava inserida no contexto de forte apelo assistencialista mas congregada a uma intensa campanha contra as influências dos jornais laicos e do movimento comunista na sociedade.

Continuando, D. Delfim afirmou que o jornal tinha duas finalidades: *conservar* e *conquistar*. A primeira delas subdividia-se na atenção em cuidar do patrimônio cultural da Diocese, sobretudo nas artes plásticas e na música e também, de manter a “estrutura cristã de nossos lares, o conjunto dos valores morais de nossa sociedade profundamente católica e finalmente a soma dos preceitos divinos que dirigiam nossos antepassados nas atividades políticas, econômicas e sociais.” Para o prelado, percebe-se que a Igreja, através do impresso, deveria salvaguardar a sociedade em uma forma completa. A segunda finalidade do jornal era *conquistar*, em outras palavras evangelizar, e no contato com os não-católicos seria “como um relâmpago que alumie e que não fulmine, pois que em muitos deles, pelo menos existe fome da justiça, sede de paz e nostalgia de Deus”.

O bispo reconhecia que o periódico era pequeno, mas mantinha a esperança de um crescimento, mas o maior objetivo era ser influente em toda a sociedade. Chama para si a participação de todos os setores, clero e laicato na construção do projeto nascente, e o entrega nas mãos de Nossa Senhora do Pilar e sua “sagrada causa de orientar tudo e todos para Deus, pacificar os ânimos e congregar todas as forças existentes em nosso meio, para o bem comum, pois que a felicidade começa onde o egoísmo cessa”.

Percebe-se claramente a intenção catequizadora de *O Pilar*, considerado assim um impresso católico apologético¹⁰, com a marca da Igreja Católica como a única dona da verdade. Também nota-se no contexto, uma ação em separar a “boa” da “má” imprensa, promovendo uma negação aos periódicos que questionavam os “preceitos católicos, e [reverenciavam] o espírito moderno de uma maneira geral” (DAMOLIN, 2012: 51). Ainda no sentido apologético, a visão do papel de Maria é evidente na fala do bispo, na qual ela seria uma direção, um exemplo. Por fim, nota-se que o bispo ao chamar a sociedade para participar do jornal, busca promovê-lo como um centro que congregue um sentimento de pertencimento ao novo território diocesano e veja em D. Delfim, o seu líder.

10 Segundo Aline Roes Dalmolin, um periódico apologético é caracterizado pela oposição ao mundo moderno e sua secularização. Essa imprensa baseava-se em três pontos: romanização ou ultramontanismo, catolicismo integrista, e restauração católica. Sua ação visava ditar práticas sociais de moral e costume, utilizando a vida dos santos, religiosos, de Maria e do próprio clero como exemplos desse objetivo. As palavras pecado, punição divina e natureza eram recorrentes em colunas, artigos e em histórias com caráter fortemente pedagógico.

PROJETO GRÁFICO

Nas edições observadas foram utilizados dois tipos de cabeçalho, com alterações na tipologia das fontes e no maior destaque posteriormente dado ao lema do jornal *Ad Lucem Veritatis et Caritatis*.

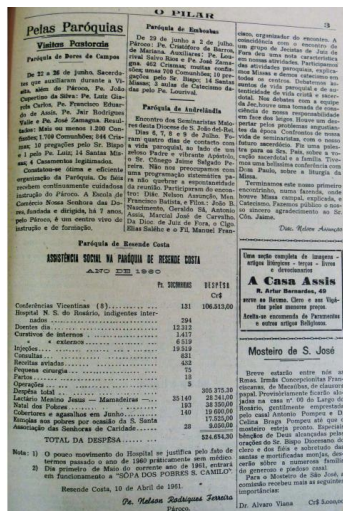


O primeiro cabeçalho de *O Pilar* até a edição 06. (O PILAR, nº 1, 01 jan. 1961)



O segundo cabeçalho de *O Pilar*, da edição 07 a 112. (O PILAR, nº 7, 01 abr. 1961)

A maioria das folhas é dividida em duas ou três colunas, dependendo do tamanho do texto ou da importância que a ele foi dado. Tabelas muito extensas ocupavam por vezes páginas inteiras. Geralmente eram utilizadas em relatórios de atividades de grupos como Cáritas Diocesana, Hospital Nossa Senhora das Mercês, movimento religioso diocesano ou também, a contabilidade de ações missionárias. Nota-se, um grande apreço pela estatística, demonstrando que os êxitos das atividades muitas vezes eram medidos pelo número de comunhões ou confissões, por exemplo



Imagens digitalizadas de algumas edições de *O Pilar*. (O PILAR, 01 jan. 1961; 01 ago. 1961; 01 jun. 1964)

Geralmente eram utilizadas em relatórios de atividades de grupos como Cáritas Diocesana, Hospital Nossa Senhora das Mercês, movimento religioso diocesano ou também, a contabilidade de

ações missionárias. Nota-se, um grande apreço pela estatística, demonstrando que os êxitos das atividades muitas vezes eram medidos pelo número de comunhões ou confissões, por exemplo. O uso de imagens se restringe, quase unicamente, a reprodução de fotografias de sacerdotes em datas festivas, como D. Delfim, dos Papas, dos Núncios, D. Antônio A. Assis, arcebispo de Pouso Alegre, que viveu sua aposentadoria em São João del-Rei. Houve algumas raras exceções: uma fotografia da fachada da Catedral do Pilar, uma Missa sendo realizada, a imagem da padroeira e por fim, objetos litúrgicos que estavam ligados ao título de basílica, bem como, fotocópia da bula papal com a concessão da honraria.

É preciso dar atenção ao caráter pago da publicação. Não foi encontrada nenhuma referência a venda avulsa, sendo apenas via assinatura. Existiam duas formas: a comum, mais barata e a de benfeitor. Começou custando Cr\$ 120,00 e Cr\$ 200,00 (01/01/1961), no entanto, pela alta inflação do período, na última edição encontrada os valores eram de Cr\$ 1000,00 e Cr\$ 1200,00 (01/01/1966), respectivamente. O jornal reflete as condições econômicas do país durante o governo de João Goulart e depois do Regime Militar com a inflação em altas taxas. Os apelos para o pagamento de assinaturas, aquisição de novas e reclamações do aumento das matérias-primas eram constantes. A intenção da Diocese até poderia ser em atingir todos os fiéis, mas por ser o jornal pago limitava enormemente esse alcance. O português ultraformal, o uso costumeiro do latim, a ausência de recursos imagéticos e o analfabetismo ainda forte também acabam restringindo o público que consumia o periódico. Não fica clara a forma como era feita a distribuição dos exemplares aos assinantes e nem a tiragem, mas percebe-se a ligação do jornal como os párocos, e desta forma subentende-se que eles eram os responsáveis pela entrega das edições. Portanto, afirma-se aqui que *O Pilar* era uma publicação que se tornara para uma elite católica atuante na Igreja diocesana. Em vários momentos, certos textos eram assinados com a expressão “Do correspondente”, indicando que existiam pessoas nas comunidades responsáveis por alimentar as notícias no periódico. No entanto, é plausível uma reflexão: se era uma pessoa que apenas enviava as notícias, ou se agia na comunidade angariando novas assinaturas, bem como entregando os volumes e recolhendo os pagamentos.

A publicidade foi adotada apenas nos dois primeiros anos do periódico, começando na edição 03, de janeiro de 1961 e veiculadas até janeiro de 1963, na edição 49. Eram dois anunciantes, *Casa Alves Netto*, direcionada a construção civil e produtos eletrônicos, como máquinas de costura e rádios e também *A Casa Casa Assis*, uma loja de artigos religiosos, sobretudo para religiosos. Pelos produtos anunciados pode-se apreender que a publicidade visava um grupo mais abastado da

sociedade, visto que certos artigos não eram adquiridos pelas classes mais pobres. Conclui-se, mais uma vez, o caráter elitista de *O Pilar*.

DIVISÃO INTERNA DO PERIÓDICO E COLABORADORES:

O jornal não possuía uma forma extremamente padronizada ao inserir suas matérias. As capas receberam assuntos diversos, mas destacaram-se textos sobre acontecimentos de ordenados, comemorações importantes da Diocese, visões sobre a moralidade, a luta contra o comunismo, o influência católica nas eleições e os desdobramentos do Vaticano II, ou seja, assuntos de urgente reflexão ou conhecimento da população. A coluna *Informes do Governo Diocesano* ou *Governo Diocesano*, era a que possuía mais regularidade de localização, sendo geralmente colocada depois da matéria principal da primeira página. Essa seção objetivava ser um espaço para a divulgação das decisões da Cúria Diocesana, sobretudo os decretos e circulares emitidos pelo Bispo, o Chanceler ou o Vigário Episcopal. Também as colunas: *Noticiário*, trazia assuntos eclesiais e da sociedade geral; *Pelas Paróquias*, espaço dedicado a notícias de todos os cantos da Diocese, aqui destacou-se a participação de muitos padres e a presença dos correspondentes nas cidades; *Nosso Seminário*, foi utilizada de diversas formas, seja noticiando acontecimentos, ou na divulgação de doações. *Sociais do Clero*, incluída na edição número 26, trazia as datas de aniversários de ordenações e natalícios do Papa, do Núncio, do Bispo e do clero diocesano.

Muitos eram os artigos assinados, embora o jornal deixasse claro que não se responsabilizava por conceitos emitidos por terceiros. Se destacaram: Frei Cristovão, com profundas reflexões sobre a doutrina e a moral; José Presbítero, com a crítica contundente do comunismo; Theresius, e considerações sobre os rituais da Igreja, Mosenhor Fernandes, deixando sua opinião sobre vastos assuntos, assim como o Padre Jair Vale, que também discutia a doutrina e moral, mas de uma forma mais clara e popular. São alguns nomes, visto que o periódico reproduzia textos de diversos locais do Brasil e do Mundo, necessitando assim grande pesquisa para indicar a procedências de tais discursos. É inegável a influência de Dom Jaime Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro, sendo que seu nome aparecia constantemente nas edições de *O Pilar*, que retransmitia a combativa fala do Cardeal contra o comunismo, aliada a prudência com a recepção e aplicação das conclusões do Vaticano II. O grande apreço ao prelado demonstra um apoio ao perfil conservador do mesmo e um desejo da difusão dele na Diocese. São reproduzidas, na íntegra ou adaptadas, matérias publicadas em diversos veículos de

imprensa católica como *A Voz Diocesana*, *Lar Católico*, *O Lutador*, *o Arquidiocesano* e até de jornais “laicos” como *O Globo*.

CONCLUSÃO:

Este trabalho procurou demonstrar o quão complexa, mas instigante, pode ser a pesquisa histórica a partir *de* e *sobre* os periódicos. Produzidos a partir de um contexto, específico ou não, retratam as profundas relações que ocorrem dentro de uma sociedade. E tão difícil quanto percebê-las, é produzir uma metodologia que consiga abarcá-las e nos proporcionar um contato mais profundo com as fontes. Ainda, o quão valioso pode ser um impresso, pois ao abarcar toda uma sociedade, são possíveis objetos presentes no campo da cultura, da política, da economia, etc. É uma fonte quase inesgotável de diferentes aborgagens.

Sobre *O Pilar* conclui-se que possui grandes possibilidades na construção da disciplina histórica de seu tempo. Ao se inserir em debates amplos, as considerações nele colocadas possibilitam pesquisas que extrapolam o caráter religioso, mas chegam ao político, ao social e ao moral. Embora possam ser analisados de forma isoladas, é indispensável em um trabalho profundo o levantamento do contexto de cada texto escrito. Nesta análise preliminar, mas essencial, se enxerga ainda a força do veículo periódico na sociedade como forma de comunicação, mesmo com a já consolidada participação do rádio na imprensa e os primeiros passos da televisão. No entanto, é notória a limitação do alcance do jornal por ser pago e possuir uma escrita muito rebuscada para a maioria da população ainda levemente alfabetizada. Portanto, *O Pilar*, embora não se colocasse como, foi um impresso fortemente direcionado a uma elite católica, que em maioria, possuía vasta leitura e capacidade de compreender o discurso complexo discutido, como questões sobre dogmas e litúrgicas. É perceptível como a importação de artigos, muitas vezes de forma literal, não considerava o contexto no qual era inserido, não atendo a uma população mais simples e não acostumada com um letramento mais consolidado dos centros urbanos.

Como ponto de partida, essa análise procurou demonstrar como o periódico agiu de maneira intensa no intuito de defender o pensamento da Igreja Católica reproduzindo de forma sistemáticas suas orientações. Após a leitura das edições viu-se que a luta anticomunista propiciou o apoio, pelo menos inicial, a “Revolução Democrática” de 1964. Ainda, a enorme cautela e grande mobilização informativa sobre as decisões do Concílio Vaticano II, sobretudo na questão litúrgica. Essas são duas

áreas, que merecem receber uma atenção profunda da pesquisa histórica, indagando, por exemplo, a relação governo militar e Igreja local, os artifícios adotados na luta contra o comunismo, os discursos existentes na comunidade da época e aprofundar a forma como o Vaticano II foi sendo percebido pela comunidade eclesial e laica. Portanto, este trabalho visou apresentar mais uma possibilidade para a pesquisa histórica que se debruça sobre São João del-Rei na segunda metade do século XX. Afinal, no entendimento que existem múltiplas histórias, um trabalho nunca é ponto final e sim uma nova partida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AQUINO, Almir de Resende. *História da Diocese de São João del-Rei*. Carmópolis: [s.n], 1997.

BARBOSA, Marialva. Como escrever uma história da imprensa? In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais...** . Florianópolis: UFRGS, 2004. p. 1 - 11. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Como escrever uma história da imprensa.doc](http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/2o-encontro-2004-1/Como%20escrever%20uma%20hist%C3%B3ria%20da%20imprensa.doc)>. Acesso em: 12 jun. 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/Edusp, 1988.

CARNIELLI, Pe. **A História da Igreja no Estado do Espírito Santo 1553-2000**. Vitória: Gráfica Jep. [s/d].

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

Cruz, H. & Peixoto, M. “Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa”, in: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007.

DALMOLIN, Aline Roes. **O discurso sobre aborto em revistas católicas brasileiras**: Rainha e Família Cristã. 2012. 221 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

FREITAS, Nainôra Maria Barbosa de. **A Criação da Diocese de Ribeirão Preto e o governo do primeiro bispo, D. Alberto José Gonçalves**. 2006. 256 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2006.

GIL FILHO, S. F. Estruturas da territorialidade católica no Brasil. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de enero de 2006, vol. X, núm. 205. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-205.htm>>.

HISTÓRICO. Diocese de São João del-Rei. 2017. Disponível em: <<http://diocesedesaojoadelrei.com.br/historico/>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10., 2015, Porto Alegre. **Anais....** Porto Alegre: UFRGS, 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/10o-encontro-2015/gt-historia-da-midia-impressa/o-jornal-impresso-como-fonte-de-pesquisa-delineamentos-metodologicos/at_download/file>. Acesso em: 12 jun. 2017.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: Novos Problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAINWARING, S. **A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Ana Luiza. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**, Franca, v. 22, n. 1, p. 59-79, 2003, p. 60. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01010742003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jun. 2017.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa em tempos de Império**. In: LUCA, Tânia Regina de; MARTINS, Ana Luiza. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Mara Regina do. Religiosidade e Cultura Popular: Catolicismo, Irmandades e tradições em movimento. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p.119-130, jul. 2009.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. 2001. **A Territorialidade da Igreja católica no Brasil -1800 e 1930**. Textos NEPEC, Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ, n.1.

ROSENDAHL, Zeny. Território e Territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 12928 - 12942. Disponível em: http://www.gper.com.br/documentos/00110_territorio_territorialidade.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017. S01010742003000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 13 jun. 2017

SOUZA, Daniela dos Santos. **Devoção e Identidade: O culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João del-Rei: séculos XVIII e XIX**. 2010. 187 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010.

TERRA, Ana Carolina Lobo. Descortinando a Lógica Diocesana no Espaço Fluminense. **Rever: Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 2, n. 36, p.21-50, jun. 2009. trimestral. Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2009/t_terra.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

História, gênero e Sexualidade: processos de construção da subjetividade na escrita da História

Coordenadores:

Cristiane de Paula Ribeiro – Mestranda História UFJF.

Geovane Batista da Costa – Mestrando História UFJF.

Stella Ferreira Gontijo – Mestranda UFF.

Esta proposição de Simpósio Temático surgiu da inquietação de nossas pesquisas no âmbito do Mestrado, visando colaborar com outras em andamento, assim como promover uma interdisciplinaridade em áreas como a educação, psicologia, antropologia, sociologia e filosofia, ligadas a estas três ideias (história, gênero e sexualidade). Apesar de serem amplos, tentaremos sintetizá-los para fins de explicitarmos o que entendemos sobre eles e enquadrar as pesquisas que dialoguem com os objetivos deste Simpósio.

Para os estudos de gênero, utilizaremos das reflexões teórico-metodológicas da historiadora americana Joan W. Scott (1990) em seu artigo "*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*", no qual, a autora define o gênero como uma categoria útil de análise histórica, construída através das relações sociais que se fundam nas diferenças presentes entre os sexos, com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, maneiras como as sociedades representam o gênero, e que, para isso devemos nos atentar para a complexa relação entre homens e mulheres. Em sua argumentação, a autora aponta que o gênero no seu uso descritivo é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Neste sentido, tais estudos possibilitaram um novo olhar para a história, crítico à polarização para um sujeito humano universal.

No que tange ao conceito de sexualidade, por ser abrangente e não se encaixar em uma única definição, é alvo de distorções e reducionismos e normalmente acaba sendo associado como sinônimo de genitalidade, ou seja, dentro do campo biológico. Mas, aqui, concordamos com a Organização Mundial de Saúde (OMS) que em 2002 definiu a sexualidade como um aspecto da vida humana influenciada por fatores diversos ligados a diferentes campos, e a entenderemos, dentro de uma perspectiva foucaultiana, como um dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade capitalista, que divide a sociedade em categorias como homossexuais, bissexuais e heterossexuais, só para falarmos das mais conhecidas, na qual a heterossexualidade é a dominante e

tida com normal, sobrepondo às demais. Por outro lado, muitas vezes confunde-se o conceito de sexualidade com o de sexo ou de gênero. Tomando a palavra sexo, por exemplo, só ela em nosso idioma tem muitos significados, podendo designar o gênero masculino ou feminino, referir-se a qualquer atividade que resulte em sensação de prazer ou ainda significar o ato sexual em si (AMARAL, 2007, p.2). Contudo, Butler postula que o gênero pode ser produtor do sexo e cita como exemplo determinadas culturas africanas em que as pessoas que tenham a genitália feminina podem ser pensadas como maridos. Em outras palavras, o sexo não é só um dado biológico, mas sim algo performativo produzido pelos discursos que categorizam o que é homem e o que é mulher. Por fim, temos então o conceito de gênero, que também não é algo muito fácil de definir. No entanto, seguindo os escritos de Butler, pensaremos em gênero como sendo um dado performático e associado a outros vetores de distinção como classe, etnia e geração. Enfim, gênero diz respeito ao que se atribui como características típicas dos sexos masculino e feminino.

Consideramos também que ao aplicarmos as categorias de gênero e sexualidade aos estudos epistemológicos da história, não seja anacronismo pois são categorias analíticas e representativas. Margareth Rago (1995) assim nos explica:

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma (ou seriam várias?) Epistemologia do conhecimento.

Por fim, vale a ressalva, de que ao consideramos todos esses como construções sociais e históricas, portanto datados e de estrita relação com a questão do poder, assim, discordamos, por exemplo, que gênero e sexo sejam unicamente de origem biológica. Por isso é importante desnaturalizarmos estas questões, e este é o objetivo deste Simpósio, que aceitará trabalhos que discutam nas mais variadas perspectivas teóricas e com os mais distintos objetos de pesquisa e recortes temporais, aqueles que dialoguem com as questões de gênero, sexo e sexualidade, particularmente, aqueles que contenham metodologicamente uma análise histórica. Assim, convidamos as pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com os mais diversos objetos (periódicos, revistas, fotografias, biografias, literatura, etc.), a fazerem parte de nosso Simpósio, para podermos discutir e compartilharmos questões referentes ao gênero, sexo e sexualidade na história.

O OLHAR FEMININO NO IMPRESSIONISMO: UM ESTUDO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO DA FRANÇA NO FINAL DO SÉC. XIX NAS PINTURAS DE BERTHE MORISOT

Rafaela Taranto Pereira Rodrigues¹

Resumo:

O Impressionismo foi um dos principais movimentos que marcou a transformação das artes visuais e se opôs à Academia de Arte Francesa, desafiando a arte tradicionalmente clássica em vigência. Os artistas impressionistas representavam através de suas pinturas o momento de mudanças que a França presenciava, utilizando técnicas inovadoras. Berthe Morisot, integrava o grupo de artistas impressionistas que atuavam em Paris, então, por que o seu nome não figura nos livros de história da Arte ao lado de Monet e Companhia? Como o seu olhar feminino se diferenciava das representações masculinas do universo das mulheres da época? Através de suas obras, pretendemos, portanto, analisar as relações de gênero do período pela ótica feminina.

Palavras-chave: Impressionismo, gênero, arte.

THE FEMALE LOOK AT IMPRESSIONISM: A STUDY OF THE GENDER RELATIONS OF FRANCE AT THE END OF THE XIX CENTURY IN PAINTINGS OF BERTHE MORISOT

Abstract:

The Impressionism is one of the main art movements that mark a transformation of the visual arts in opposition to the French Academy of Art, challenging a traditionally classic art in force. Impressionist artists represented, through their paintings the time of changes that France witnessed, using new painting techniques. Berthe Morisot, was part of the group of Impressionist artists in Paris, so why her name does not appear in the History of Art books alongside Monet and Company? How did her feminine vision differ from the male representations of the women universe in the period? Therefore, we intend, to analyze the gender relations of the period from a female perspective, through her paintings.

Keywords: Impressionism, genre, art.

¹ Graduanda em História pela Universidade Veiga de Almeida – UVA/RJ. Possui graduação em Design pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) e especialização em Design Editorial pela IED São Paulo (2016).

O Século XIX e o movimento Impressionista:

O fim do século XIX foi uma época de intensa efervescência cultural na Europa. Entre os anos de 1871 e 1914, o velho continente viveu sua *Belle Époque*, - expressão em francês que significa bela época - um período de profundas transformações culturais que se traduziram em novos modos de pensar e viver o dia-a-dia. Foi considerada uma era de beleza e de inovação. Em retrospecto, começou a ser considerada como a Era de Ouro em contraste com os horrores da Primeira Guerra Mundial.

As novas invenções proporcionadas pela industrialização dos países europeus tornaram a vida mais fácil em diversos níveis sociais. A *Belle Époque* foi caracterizada por uma cultura urbana, incentivada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação e transporte que diminuiu as distâncias entre as principais capitais do planeta. Foi um período marcado pelo otimismo, a prosperidade e pelas inovações culturais, científicas e tecnológicas. Neste contexto, principalmente em Paris, as artes floresceram. A cena cultural se encontrava em plena ebulição, e a arte tomava novas formas com o surgimento de movimentos como o Impressionismo e o *Art Nouveau*. Sendo que, no caso da pesquisa em questão, nos limitaremos a analisar as transformações das artes visuais representada pelo Impressionismo, já que a artista cuja as obras nortearão esse trabalho se inseria especificamente nesse movimento artístico.

O Impressionismo foi um dos principais movimentos que marcou a transformação das artes visuais e se opôs a Academia de Arte Francesa, desafiando a arte tradicionalmente clássica em vigência, rompendo decididamente as pontes com o passado e abrindo caminho para a pesquisa artística moderna (ARGAN, 1992: 75). Os artistas impressionistas representavam através de suas pinturas o momento de mudanças que a França presenciava, utilizando técnicas inovadoras. Em busca de elementos fundamentais da arte, os pintores impressionistas se interessaram em pesquisar a produção pictórica não mais interessados em temáticas nobres ou no retrato fiel da realidade, mas em ver o quadro como obra em si mesma. Um dos motivos dessa nova percepção da arte foi o contexto de industrialização e o surgimento da fotografia, que fez com que a arte realista perdesse o sentido e tivesse que ser repensada como conceito e prática.

Ele [Cézanne] defende que, para definir a essência da operação pictórica, é preciso reexaminar sua história; mas como Monet e os outros aspiram ao mesmo objetivo através das possibilidades técnicas atuais, os dois processos convergem para um mesmo fim: demonstrar que a experiência da realidade que se realiza com a pintura é uma experiência plena e legítima, que não pode ser substituída por experiências

realizadas de outras maneiras. A técnica pictórica é, portanto, uma técnica de conhecimento que não pode ser excluída do sistema cultural do mundo moderno, eminentemente científico. Não sustentam que, numa época científica, a arte não deva fingir ser científica; indagam-se sobre o caráter e a função possíveis da arte em uma época científica, e como deve se transformar para ser uma técnica rigorosa, como a técnica industrial, que depende da ciência. (ARGAN, 1992: 76)

O Impressionismo é o movimento de arte visual, onde a representação do que se vê é o tema central das obras. As cenas pintadas são, em grande parte, as observações do próprio pintor. Neste sentido, o “olhar” do impressionismo assume o sentido de selecionar, recortar, modelar de acordo com o objeto que se observa diretamente. Os artistas do impressionismo, portanto, selecionam a impressão do artista sobre o que observa como uma experiência importante a ser valorizada na arte. O olhar impressionista traduz um objeto real através do olhar diferenciado de cada pintor, e, posteriormente essa forma de olhar se torna uma construção sobre o objeto real.

Os artistas impressionistas mais destacados pelos livros de história da arte são: Monet, Renoir, Degas, Cézanne, Pissarro e Sisley. Todos esses são artistas homens. Porém, o Impressionismo foi um movimento que também teve a participação de mulheres artistas pouco exploradas e divulgadas tanto pelo meio artístico quanto por trabalhos historiográficos. Nesse trabalho, escolhemos compreender o movimento impressionista através do olhar de uma dessas artistas pouco trabalhada pela historiografia: Berthe Morisot.

Berthe Morisot e o Movimento Impressionista:

Berthe Morisot nasceu no seio de uma família influente na França, na qual era comum educar as filhas nas artes. Ela e suas irmãs tiveram aulas com pintores como Chocarne e Guichard, onde aprenderam a observar e copiar as obras dos grandes mestres do Louvre. Enquanto suas irmãs se casaram e abandonaram o estudo das artes, Berthe se afastou do modelo acadêmico e continuou pintando até o fim de sua vida, se aproximando de Manet e sendo convidada a expor nos salões impressionistas ao lado dos artistas homens. Porém essa participação não significava que ela era vista com igual entre os seus colegas, que apesar de considerarem seu trabalho como excepcional, consideravam perturbador o fato dela (e suas irmãs no início) serem mulheres, como o próprio Manet escreveu: “As jovens Morisots são adoráveis. É perturbador que elas não sejam homens. Porém, como mulheres, poderiam servir a causa da pintura, cada um casando com um membro da Academia Francesa e semeando discórdia entre esses senis”. (PHILLIPS, 2002)

Morisot, integrava o grupo de artistas impressionistas que atuavam em Paris, então, por que o seu nome não figura nos livros de história da Arte ao lado de Monet e Companhia? Como o seu olhar feminino se diferenciava das representações masculinas do universo das mulheres da época? Através de suas obras, pretendemos, portanto, analisar as relações de gênero do período pela ótica feminina.

Sendo assim, temos como objetivos, identificar o espaço das mulheres artistas na sociedade francesa no período da Belle Époque, levantando como a artista em questão via e interpretava seu próprio mundo e seu espaço dentro do movimento Impressionista, problematizando a visibilidade das mulheres pintoras na história da arte, ao identificar as relações de Berthe com os homens de seu ciclo, especialmente seus mentores.

As mulheres artistas eram consideradas como amadoras e tinham pouco espaço na sociedade, sendo relegadas aos espaços domésticos mesmo no trabalho como pintoras e se tornaram invisíveis nos livros e estudos sobre história da arte, desaparecendo nas sombras de seus companheiros homens.

Hipóteses e considerações finais:

A pesquisa compreenderá estudos teóricos sobre gênero assim como a análise e investigação do contexto histórico europeu do século XIX¹, mas especificamente a realidade francesa, para entender as mentalidades da época, em relação ao comportamento feminino e ver como essas influências estão representadas nas obras de Berthe Morisot, além da biografia da artista² que servirá para a composição de sua história no que diz respeito as questões de gênero. As imagens de obras de Morisot serão analisadas para entendermos como a sociedade francesa do século XIX influenciou na sua produção artística, entendendo até que ponto a artista rompeu ou reforçou os estereótipos de gênero em suas representações pictóricas.

De maneira geral, o trabalho de Berthe Morisot não foi reconhecido na época, mas mesmo com todas as dificuldades e preconceitos, conseguiu nos deixar um trabalho artístico tão relevante quanto o dos seus contemporâneos homens. É importante, portanto, estudarmos e entendermos as razões pelas quais ela aparece tão pouco nos livros de História da Arte, procurando dar ênfase ao seu trabalho e assim contribuirmos para o campo de estudo da História das mulheres.

BIBLIOGRAFIA:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

ARGAN, Giulio C. **Arte Moderna**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

D'SOUZA, Aruna, McDONOUGH, Tom (editors). **The Invisible Flâneuse? Gender, Public Space and Visual Culture in Nineteenth-Century Paris**. Manchester: Manchester University Press, 2008.

EDELSTEIN, T.J.(org). **Perspectives on Morisot**. New York: Hudson Hills, 1990.

GARB, Tamar. **Berthe Morisot and the Feminizing of Impressionism**. New Jersey: Prentice Hall, 1996.

HIGONNET, Anne. **Berthe Morisot's images of women**. Massachussetts: Harvard University Press; First edition, 1992.

PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada Vol 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PEVSNER, Nikolaus. **Academias de Arte, Passado e Presente**. São Paulo Companhia das Letras, 2005.

PHILLIPS, Ian . ***Berthe Morisot: Capturing something of what goes by***. London: Elsevier Limited, 2002.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, jl./dez.1995.

SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p 63-95.

ZOLA, Emile. **A batalha do Impressionismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

A SITUAÇÃO FEMININA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: A IMPORTÂNCIA DAS REIVINDICAÇÕES PEDAGÓGICAS DE NÍSIA FLORESTA PARA O NASCIMENTO SOCIAL DA MULHER

Karlla Rebuli¹

RESUMO:

Neste artigo pretende-se abordar a situação da mulher na sociedade brasileira do século XIX, analisar os discursos acerca da conceituação de gênero dentro da História das Mulheres e refletir sobre a obra de Nísia Floresta “Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens” na qual ela realiza importantes críticas às relações entre homens e mulheres e ao sistema educacional feminino, o qual era baseado em instruir as mulheres para a vida doméstica, para o matrimônio.

Palavras-Chave: Gênero; Mulher; Brasil; Educação Feminina; Nísia Floresta; Identidade Feminina.

THE FEMALE SITUATION IN BRAZIL OF THE 19TH CENTURY: THE IMPORTANCE OF EDUCATIONAL CLAIMS OF NÍSIA FLORESTA FOR THE BIRTH OF SOCIAL WOMAN

ABSTRACT:

In this article it is intended to approach the woman's situation in the Brazilian society, in XIX century, analyze the speeches about gender in the Women's History and think about the Nísia's book "Women's right and men's injustice", which she makes important critics about the relationship between men and women and the women education which was based to instruct women to housewife and to marriage life.

Keywords: Gender; Woman; Brazil; Woman Education; Nísia Floresta; Woman Identity.

¹ Graduanda do curso de História Licenciatura pela Faculdade Saberes, orientada pelo Me. Jorge Vianna. E-mail: karlla.gaiba15@gmail.com.

A IMPORTÂNCIA DO CONCEITO DE GÊNERO PARA A CONSTRUÇÃO DA HISTÓRIA DA MULHER:

A historiografia possibilita o estudo de acontecimentos, e através desta ferramenta podemos remontar fatos do passado, na qual o principal indivíduo responsável por coletar informações e restaurar os acontecimentos é o historiador. Como já nos disse Marc Bloch em sua obra “Apologia da História ou o Ofício do Historiador”, “O objeto da História são os homens, eles que a História deseja capturar” (BLOCH, 2002: pg. 57). Esta afirmação recorda-nos de que por muitos anos a História tinha como principal objeto de investigação homens, aqueles pertencentes ao sexo masculino, e as mulheres acabam esquecidas, marginalizadas, transformadas em agente passivo. No entanto, o século XX floresce e junto com ele surgem revisões historiográficas que reivindicam a importância das mulheres na historiografia e contrariam as definições de história e de seus agentes já estabelecidos. As mulheres são adicionadas à história e provocam sua reescrita, saem da passividade e ocupam um lugar na historiografia, são inclusas como objetos de estudo, sujeitos da história (SCOTT, 1992: pg. 77).

A história das mulheres [...] partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas [...] partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero (PERROT, 2017: pg. 15-16).

Dentro da História das Mulheres há o conceito de gênero, que permeia muitos debates entre historiadoras das mulheres e sociólogas, que apontam opiniões distintas no que diz respeito a esta temática. Neste artigo serão analisados os conceitos de gênero de duas contribuintes para a História das Mulheres².

Joan Scott analisa o conceito de gênero no artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”³, publicado na Revista *Educação & Realidade* em 1995. Scott afirma que este conceito tem sua genealogia nas ideais do movimento feminista⁴ americano o qual se contrapõe à ideia de sexo

² Serão analisados os trabalhos da historiadora norte-americana Joan Scott e da socióloga brasileira Heleieth Saffioti.

³ Título original: **Gender: a useful category of historical analyses**, New York, Columbia University.

⁴ Scott utiliza o termo movimento para descrever o fenômeno atual dos esforços para reescrever o passado das mulheres. No caso de feministas, são aquelas mulheres que se empenham em reivindicar uma história da mulher em que elas apareçam como heroínas, ou protagonistas de sua história. Scott trata a história das mulheres de maneira

nos estudos das mulheres. Estas queriam enfatizar a distinção social dos binários e rejeitar o determinismo biológico implícito no uso do termo como sexo (SCOTT, 1990: pg. 72). Usado para designar as relações sociais entre homem e mulher, o termo gênero rejeita toda e qualquer explicação biológica, expressa meramente as construções sociais do masculino e do feminino, sendo necessário compreender toda imposição social imposta sobre o corpo sexuado e através dele pode-se distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e homens. Este termo, comumente utilizado pelas feministas, é uma forma de apontar a incapacidade das explicações biológicas acerca da desigualdade entre homens e mulheres.

Scott aponta uma questão pertinente à utilização do termo gênero ao criticar que ele sublinha apenas o fato de que as relações entre os sexos são sociais, falhando em explicar como essas relações – desiguais – são construídas. Para ela, o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, além de dar significado às relações de poder, uma vez que este é articulado por meio do gênero. Para Scott,

As historiadoras precisam [...] examinar as formas pelas quais as identidades generificadas são [...] construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente específicas (SCOTT, 1990: pg. 88).

É possível encontrar semelhanças entre o pensamento da Scott de gênero e o de Saffioti, pois esta afirma que nos debates feministas, é necessário eliminar a utilização exclusiva de gênero, este um termo a-histórico e apolítico. Saffioti acredita que gênero e sexo seja uma unidade, não excluindo a ideia de que gênero seja um constructo social. Ela deixa bem explícita essa ideia ao afirmar que “gênero independe do sexo apenas no sentido de que não se apoia necessariamente no sexo para proceder à formatação do agente social” (SAFFIOTI, 2004: pg. 135). O ser humano, para a Heleith, deve ser visto como uma totalidade, uma vez que é uno e indivisível. É sabido que a utilização do termo gênero foi para recusar o essencialismo biológico e que enquanto sexo é situado na biologia, gênero é social, cultural, mas para a socióloga ambos se interligam e “a postura aqui assumida consiste em considerar sexo e gênero uma unidade, uma vez que não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida” (SAFFIOTI, 2004: pg. 108-109).

associativa com à emergência do feminismo (SCOTT, 1992). Em alguns casos eu utilizei feministas como sinônimo para pesquisadoras das mulheres (sociólogas, filósofas e historiadoras).

O ponto em que observamos uma maior aproximação entre a conceituação de Scott e Saffioti é na questão do poder, este colocado como central na discussão de gênero por ambas. Assim como Scott afirma que as relações de poder são articuladas por meio do gênero, Saffioti pontua que as mulheres não detêm nenhum poder dentro do patriarcalismo, sendo este responsável pelas relações hierarquizadas entre os seres socialmente desiguais.

O conceito de gênero utilizado consensualmente é o de que ele é uma construção social do masculino e do feminino, que diferente do sexo – macho/fêmea – o qual é permeado de determinismos biológicos como a elas está engessado ser mãe, estar no privado, a ele ser o provedor da razão e do lar, as coisas públicas. Seguindo esta linha de pensamento, critica-se a sociabilidade dos binários de acordo com os determinismos do sexo, sendo a mulher sociável para ser dócil, apaziguadora, e ao homem estimulado a desenvolver condutas agressivas, que revelam força e coragem (SAFFIOTI, 2004: pg. 35). Diante disso, ao decorrer deste trabalho, utilizar-se-á gênero como um substituto para sexo, este se remetendo ao corpo sexuado e aquele às condutas sociais dos indivíduos, o modo em que são social e culturalmente moldados.

A MULHER BRASILEIRA NO SÉCULO XIX: A FEMINILIDADE COMO PEÇA DE ADORNO:

Ao observar a sociabilidade da mulher brasileira no século XIX, percebemos um estado de estabilidade – negativa – uma vez que as mulheres estavam restritas ao ambiente privado sem nenhuma interação com o público.

A mentalidade da população brasileira estava se moldando no século XIX, nesse ínterim ocorreram grandes mudanças sociopolíticas que marcaram a construção da mentalidade do povo. Foi nesse período que o Brasil passou de colônia à metrópole, mais especificamente no dia 07 de setembro de 1822.

O Brasil permaneceu na condição de colônia e sob domínio português por três séculos (1500-1822) período marcado por guerras, escravidão e extermínio de indígenas, seja por armas ou doenças. O objetivo de Portugal para com a colônia era comercial, fato que se transmutou em 1808, ano da transmutação da Família Real para sua colônia americana. Este episódio elevou o Brasil do estado de colonizado para reino. Entretanto, ainda houve uma união entre os dois reinos, cenário que permanece apenas por 14 anos.

Em 1822, ocorre a separação entre Portugal e Brasil, uma ruptura pacífica se comparada à de outros países latino-americanos, a qual o povo aparece como mero espectador. Assim como aponta José Murilo de Carvalho, em sua obra “Cidadania no Brasil” (CARVALHO, 2013: pg. 27), a separação foi feita mantendo-se a monarquia, pois era importante que a Independência se fizesse de maneira ordenada e nada melhor do que um rei para garantir uma transição tranquila. Em 1824, outorgou-se uma Constituição, que regeu o país até o fim da Monarquia (CARVALHO, 2013: pg. 29). Esta estabelecia três poderes tradicionais, Executivo, Legislativo e Judiciário, com o aditivo do poder Moderador, expressão do resquício absolutista na administração do país e da força da vontade do imperador como preponderante sobre os demais poderes.

Por menos de 10 anos, o Brasil ficou regido por Dom Pedro enquanto seu pai, D. João VI, regia Portugal. Entretanto, a coroa da metrópole portuguesa fica na vacância quando em 1826 D. João morre sem esclarecer quem iria o suceder. Por ser o único herdeiro legal, D. Pedro assume por algum tempo as duas coroas, mas logo renuncia o trono e deixa-o sob a regência de sua filha: Maria da Glória (MOREL, 2003: pg. 11). Em 1827, D. Pedro recebeu uma carta do político Benjamin Constant em que ele aconselhava à abdicação de D. Pedro, assim como pontua Morel: “Benjamin Constant dizia [...]: D. Pedro deveria abdicar ao trono do Brasil, em nome do príncipe herdeiro, e deixar uma Regência sábia e moderada governando durante sua menoridade” (MOREL, 2003: pg. 12).

Além disso, havia no Brasil um temor de recolonização, o clima era de tensão e insatisfação, grupos começaram a conspirar contra D. Pedro que, cada vez mais, se interiorizava no palácio. E então, no dia 07 de abril de 1831, ele decide abdicar o trono em nome de seu filho e volta para a Europa com parte de sua família. Termina então o Primeiro Reinado brasileiro, que cede lugar ao período regencial caracterizado por Marcello Basile como a “fase mais conturbada da história do Brasil, [...] tradicionalmente visto sob perspectiva negativa, que o caracteriza como época anárquica, [...] como empecilho à formação e à preservação da nação brasileira” (BASILE, 2009: pg. 55).

A era regencial foi marcada pela emergência de novas formas de ação política, o espaço público do país se transformou em arena de luta dos diversos grupos políticos e camadas sociais. Nas principais cidades do Império se desenvolvia a politização das ruas (BASILE, 2009: pg. 62). No decurso deste século, surgiram diversas figuras políticas, representando seu papel através de facções. No entanto, algumas mulheres ainda continuavam restritas ao ambiente doméstico.

O discurso que sustentava essa exclusão feminina do público era o de que a mulher, despreparada para a vida política, deveria permanecer atuando somente no ambiente doméstico, desse

modo, elas deveriam se orientar para o sucesso matrimonial, vivendo uma vida apolítica restrita aos afazeres do lar (PERROT, 2017: pg. 16-17).

A mulher não era considerada uma cidadã, requisito mínimo para a participação na esfera pública, pois não possuíam liberdade e nem eram iguais perante a lei, um dos constituintes dos direitos civis, nem ao menos votavam, critério para o direito político. Diante disso, nega-se a cidadania, uma vez que, como nos aponta José Murilo de Carvalho, um cidadão pleno deve ser detentor dos três direitos, os sociais, os civis e os políticos⁵. São eles [os direitos] que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil [...]. Sua pedra de toque é a liberdade individual (CARVALHO, 2013: pg. 9).

Esse universo feminino foi narrado pelos viajantes, da maneira que nos indica Tania Quintaneiro em sua obra “Retratos de Mulher”, e deixaram diversos vestígios de suas viagens pelo Brasil, homens e mulheres que saíam, geralmente de outros países, para aventurar-se por outras culturas. Estes, recebidos nas casas das pessoas pertencentes às classes mais abastadas, analisavam os diferentes costumes e linguagens, entretanto, no caso feminino, havia impossibilidade de compreensão, consequência do lastro biológico impregnado na índole social (QUINTANEIRO, 1995: pg. 21).

A constituição de uma família foi um objetivo proposto à mulher o qual ela não pode escapar, ser boa esposa e dona-de-casa era um dever fundamental, a elas eram atribuídas atividades como devotar-se aos outros, fortaleza moral, afetividade, delicadeza e sensibilidade. A ideologia reinante era que a mulher, mesmo na condição de esposa, continuava a ser uma criança, incapaz de sobreviver sozinha, precisando sempre de um defensor.

A GÊNESE DE UM MOVIMENTO EM PROL DA CAUSA DAS MULHERES NO SÉCULO XIX DECLARADO NO MANIFESTO DE NÍSIA FLORESTA:

A mulher brasileira excluída da sociedade não via outra saída a não ser o matrimônio, uma vez que sua educação não passava de conhecimentos superficiais que as instruíam para o âmbito

⁵ Direitos civis: direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência. Direitos políticos: direito do voto que se está falando. Direitos sociais: garantem a participação na riqueza coletiva; direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. (CARVALHO, 2013).

doméstico. Eram-lhes permitidas algumas leituras, o acesso à literatura era limitado, não passando dos livros de oração. Controlar as leituras das mulheres era uma das prerrogativas masculinas (QUINTANEIRO, 1995: pg. 174). A posição social da mulher, ou melhor, a identidade feminina que vigorava era enraizada pelo discurso do determinismo biológico que colocava a mulher em passo de inferioridade com o homem. As mulheres são aquilo que os homens não são. Seguindo a ideia de identidade proposta por Kathryn Woodward, o processo de identificação acontece por meio da diferença, ou seja, identidade e diferença são interdependentes. A cultura molda a identidade e o desafio é questionar o determinismo biológico que transforma a identidade como algo natural. A identidade feminina é relacionada à natureza e não com a cultura, associadas às emoções, não à racionalidade (WOODWARD, 2013: pg. 7-53).

O processo de afirmação da identidade, assim como a diferença, é uma relação social, está sujeita a relações de poder, não é apenas definida, mas imposta. A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam as operações de incluir e excluir. “A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder” (SILVA, 2013: pg. 81).

A forma mais importante de classificação da identidade e diferença são as oposições binárias, como por exemplo, homem e mulher. Isto sintetiza a relação social entre homens e mulheres na sociedade brasileira, aqueles que eram identificados como indivíduos que deveriam atuar no espaço público, possuidores de maior força e inteligência, subordinando o “outro” no caso as mulheres, restritas ao ambiente doméstico, de personalidade sensível e menos racional.

Neste contexto de submissão e exclusão social, surge um manifesto acerca da situação em que se encontrava o sexo feminino. Uma mulher nascida no Rio Grande do Norte em 1810 que anos depois se tornou poetisa, escritora e educadora, Dionísia Gonçalves Pinto, ou mais comumente, Nísia Floresta, autora de uma obra que daria a ela o título de precursora do feminismo brasileiro. “Direito das mulheres e injustiça dos homens” é uma tradução livre baseada na obra da inglesa Mary Wollstonecraft, “Vindication of the rights of Woman”, a qual também tratava da submissão e educação feminina.

Nísia criticava a sociedade que tratava a mulher como um ser inferior, enclausurando-a no lar, analisando sua situação segundo o determinismo biológico que colocava as mulheres em inferioridade com os homens. Ela afirmava que para que a sociedade, e principalmente a mulher, pudesse abandonar a ideia de que o gênero feminino estava predestinado ao casamento, era necessário educa-

las não para o lar, mas instruí-las para atividades do saber, como literatura, economia, política, línguas. “A falta do saber e da educação, que arrasta as mulheres às ações que os homens reprovam, as priva das virtudes que poderiam sustentá-las contra os maus tratamentos que imprudentemente lhes fazem sofrer” (FLORESTA, 1989: pg. 90).

Nísia Floresta é considerada até os dias atuais como uma precursora do feminismo no Brasil. Sua obra contribuiu para o esclarecimento de mulheres brasileiras que puderam ver uma conjuntura distinta do matrimônio para suas vidas. A aspiração que inicialmente era marcado pelo desejo de uma educação semelhante à ofertada para o sexo oposto para que desse modo pudessem ter uma participação social, logo se desenvolveu, durante o passar das décadas, na vontade de participação política, presente nos movimentos de sufrágio feminino, o qual pretendia levar às mulheres para as urnas, para que elas adquirissem o direito de votar e ser votadas. O direito ao saber é a gênese das reivindicações das mulheres, pois ele é a base dos direitos civis, com uma educação que prepararia a mulher da mesma maneira que os homens, seria possível uma participação sócio-político, assim como mostra Michele Perrot,

O direito ao saber, não somente à educação, mas à instrução, é certamente a mais antiga, a mais constante, a mais largamente compartilhada das reivindicações. Porque ele comanda tudo: a emancipação, a promoção, o trabalho, a criação, o prazer. Essa reivindicação se acompanha de um imenso esforço de apropriação: leitura, escrita, acesso à instrução (PERROT, 2017: pg. 159).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Desde que a mulher se tornou um tema debatido na História, com o advento da História das Mulheres como área destinada a estudar as relações femininas na história, estratégias de mulheres dentro do poder patriarcal e as tensões entre os papéis masculinos e femininos, gênero tornou-se um termo muito discutido, conceituado por historiadoras e sociólogas para que através dele se compreenda melhor as relações binárias, constituídas baseadas no poder, este pertencendo ao homem, que aparece na história como aquele que domina não só o ambiente privado de seu lar, deixando sua mulher apenas como administradora, mas como detentor do poder na sociedade, deixando a mulher sempre a margem, submissa. No Brasil, a sociedade patriarcal foi criticada pelos viajantes, muitas vezes europeus, que afirmavam ser lastimável o estado em que se encontravam as damas desse país, que ao contrário das mulheres de seus respectivos países, as quais se encarregavam de todas as tarefas

do lar, sendo imprescindível para o andamento da vida de seus filhos e marido, a mulher brasileira, cercada de criadas, geralmente nem do lar se atarefava, tornando-se apenas uma peça de adorno, pois não havia funções no público e nem no privado. Mesmo com todo o estado de imobilidade em que se encontravam as mulheres brasileiras, houve uma figura importante para a construção da identidade feminina, Nísia Floresta que com 22 anos traduziu livremente uma obra da inglesa Mary Wollstonecraft. Ambas as obras tratavam da educação feminina, precária tanto na Inglaterra quanto no Brasil, neste um pouco mais, graças ao projeto português que inviabilizava o desenvolvimento de um sistema educacional de qualidade no Brasil, mas que mesmo assim Nísia Floresta reivindicava para as mulheres uma educação voltada para as questões políticas e sociais, criticando o único caminho percorrido pelas mulheres, o matrimônio. Críticas à Nísia Floresta não faltaram, entretanto ela dedicou parte de sua vida às causas das mulheres, contribuindo para a formação da identidade feminina e da inserção dessas no âmbito público.

BIBLIOGRAFIA:

ARAÚJO, Raquel M. B. Carvalho. Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens: A tradução cultural de Nísia Floresta da obra *Vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft. **Fazendo Gênero** 9, Diáspora, Diversidades, Deslocamentos, 2010. pg. 1-8.

BASILE, Marcello. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil imperial**. (volume II). Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2009

BLOCH, Marc. A história, os homens e o tempo. In: **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. RJ: Jorge Zahar, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 2013.

DEL PRIORE, Mary. **A mulher na história do Brasil**. São Paulo. Ed. Contexto, 1988.

FLORESTA, Nísia. **Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens**. São Paulo. Ed. Cortez, 1989.

MOREL, Marco. **O período das Regências (1831-1840)**. Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo. Ed. Contexto, 2017.

QUINTANEIRO, Tania. **Retratos de mulher: a brasileira vista por viajantes ingleses e norte-americanos durante o século XIX**. Petrópolis, RJ: Vorazes, 1995.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. In: **Gender and the politics of history**. (Tradução de: Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Gênero: uma categoria útil para análise histórica). New York, Columbia University, 1989.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais/Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 11. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

EM BUSCA DE REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS FEMININAS: A DISCUSSÃO SOBRE SUFRÁGIO NAS PÁGINAS IMPRESSAS DOS OITOCENTOS

Cristiane Ribeiro¹

Resumo:

Este trabalho objetiva analisar os discursos acerca da representação e participação da mulher na política através dos impressos que circularam no contexto dos oitocentos, mais propriamente na segunda metade do século (1850-1889). Utilizamos como ponto de partida uma obra impressa em 1868, intitulada: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, escrito por Anna Rosa Termacsics dos Santos, uma mulher letrada que escreveu propostas progressistas relacionados aos direitos das mulheres, inclusive o de voto; concomitante a outros escritos que também circularam no período, trazendo à tona uma discussão que durante um longo tempo permaneceu esquecida nos estudos historiográficos sobre mulheres no século XIX.

Palavras Chave: Representação Política, Impressos, Oitocentos.

LOOKING-FOR A FEMALE POLITICAL REPRESENTATION: THE DISCUSSION ABOUT THE SUFFRAGE PRINTED PAGES OF EIGHT HUNDRED

Abstract:

This paper aims to analyze the discourses about the representation and participation of women in politics through the printed ones that circulated in the context of the eight hundred, more properly in the second half of the century (1850-1889). We use as a starting point a work printed in 1868, entitled: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, written by Anna Rosa Termacsics dos Santos, a literate woman who wrote progressive proposals related to women's rights, including the right to vote; concomitant with other writings that also circulated in the period, bringing to the fore a discussion that for a long time remained forgotten in the historiographic studies on women in the eighties.

Keywords: Political Representation, Printed, Eight hundred.

¹Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: crisdepaularibeiro@hotmail.com

Introdução:

Durante o século XIX os escritos de mulheres começam a ter maior visibilidade devido ao surgimento de uma imprensa estritamente feminina, feita por e para mulheres, que se inicia em 1852 com o *Jornal das Senhoras*². De acordo com Dulcilia Buitoni, pode-se caracterizar a imprensa feminina do período em duas: a imprensa feminina tradicional, que não permitia liberdade de ação fora do lar, reforçava e engrandecia as virtudes domésticas e as qualidades femininas; e a imprensa caracterizada por ela como progressista, que buscava em suas publicações, defender os direitos femininos, principalmente os ligados à educação (BUITONI, 1986). A imprensa caracterizada como "tradicional" buscava sempre reforçar os estereótipos de ser mulher, como buscaremos mostrar, trazendo em seus escritos à construção de mulher digna para o casamento. O que proporcionou que muitas ao lerem tais publicações se indignassem e, logo, escrevessem contrapondo os padrões e formulando argumentações relacionadas com a emancipação feminina.

Em diálogo com as produções que vinham sendo feitas na imprensa, Anna Rosa se insere como mulher que elaborou propostas progressistas pela emancipação feminina ao escrever sua obra: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, divulgando-a para venda nos jornais do período e colocando em circularidade suas ideias no âmbito público do período, em diálogo com muitas outras escritas femininas que vinham sendo feitas na imprensa.

Utilizamos enquanto aportes teóricos as produções de historiadoras como Rachel Soihet, Margareth Rago e Joana Maria Pedro³, todas influenciadas pela americana Joan Scott na escrita de

²Jornal considerado percussor na imprensa estritamente feminina no Brasil (1852-1855). Foi fundado pela argentina Juana Paula Manso de Noronha que se exila no Brasil devido ao governo ditatorial de Manuel Rosas. Traz como principal defesa a emancipação moral da mulher que perpassa por questões religiosas e uma educação voltada para as mulheres se tornarem boas mães e esposas. Pautas como a ocupação de cargos públicos e da política não estiveram presentes nos escritos do *Jornal das Senhoras*.

³Todas as autoras: Rachel Soihet (UFF), Margareth Rago (UNICAMP) e Joana Maria Pedro (UFSC) trouxeram em seus escritos contribuições fundamentais para pensar a escrita da História sob a perspectiva das relações de gênero, tendo ambas escritas diversos. Ver mais em: SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.54, p.281-300, 2007.

_____. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. A "mulher cordial": feminismo e subjetividade. *Verve*, n.06: p. 278-296, 2004.

_____. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, p.89-98, nov. 1998.

seu artigo: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. (SCOTT, 1992) A autora define o gênero como uma categoria útil de análise histórica, construída através das relações sociais que se fundam nas diferenças presentes entre os sexos, com principal atenção para os sistemas de significação, isto é, maneiras como as sociedades representam o gênero, e que, para isso devemos nos atentar para a complexa relação entre homens e mulheres. Scott propõe um afastamento com trabalhos meramente descritivos e a utilização de formulações teóricas, com o objetivo de fazer dos trabalhos não apenas um estudo das coisas relativas as mulheres, mas sim, de dotá-los de uma força analítica suficiente para questionar os paradigmas existentes. Neste sentido, tais estudos possibilitaram um novo olhar para a história, crítico à polarização para um único sujeito humano universal.

Buscaremos traçar inicialmente, um pouco da trajetória intelectual de Anna Rosa, através da publicação de seu tratado em 1868, trabalhando suas formulações acerca do ser mulher no contexto que está inserida, reivindicando direitos relacionados à educação, ao mercado de trabalho, a liberdade de escolha, a participação em questões ligadas à administração pública e a política, sendo esta última nossa discussão prioritária, uma vez que tal pauta foi pouco discutida na historiografia contemporânea. Entender as reivindicações pela representação política feminina no contexto dos oitocentos através dos impressos, partindo principalmente da obra de Anna Rosa Termacsics dos Santos é aqui nosso objetivo central.

Anna Rosa: uma mulher que "ousou" questionar a situação feminina durante o Império brasileiro:

Anna Rosa Termacsics dos Santos foi uma mulher que em sua trajetória trouxe contribuições significativas na história das mulheres que lutaram por direitos no Brasil. Sua produção intelectual, assim como sua inserção no contexto do século XIX são significativas, no qual ela propõe a representação política para mulheres, trazendo à tona pautas tão pouco discutidas na historiografia de mulheres do contexto oitocentista, como liberdade feminina, mercado de trabalho, emancipação artística, científica e intelectual, dentre diversas outras questões. A autora não reivindica apenas o direito ao voto, mas também o de elegibilidade, colocando as mulheres enquanto sujeitos políticos

ativos num período em que tal direito não existia nas grandes civilizações. As conquistas pelo direito ao voto pelo mundo só tiveram início a partir do século XX⁴.

Nossa autora buscou em seus escritos, trabalhar concepções de liberdade feminina, bem como o direito de escolher os papéis que queriam exercer na sociedade, não sendo o casamento e a maternidade à única saída. Reivindicava uma educação que perpassasse à igualdade civil e política entre os sexos, no qual as mulheres depois de educadas estariam tão aptas quanto os homens para a função política (ministras, deputadas e senadoras).

Anna Rosa Termacsics dos Santos foi uma estrangeira, professora de piano, canto e idiomas que ofereceu seus serviços na corte carioca de 1850 a 1886, compreendendo um período de 36 anos. Além do Almanak Laemmert⁵, onde seu nome aparecia anualmente na sessão de profissões (professores de música), eram constantes os anúncios sobre seus serviços nos principais jornais que circulavam naquele período: *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *O Paiz*.

Sua descendência é advinda da Europa, mais propriamente dita da Hungria, região de morada de sua família. A sua vinda para o Brasil se deu a partir de 1828, data que acreditamos que a mesma ainda seja criança ao vir com sua família. A informação noticiada pela imprensa sobre seu possível pai nos responde alguns pontos sobre sua formação intelectual e posição social:

Este colono, natural da Hungria, de uma família distinta, como faz certo pela educação não vulgar que recebeu, e de que dá provas, já pela polidez de suas maneiras, já pela perfeição com que fala a língua Latina, já finalmente pela erudição com que discorre sobre todos os tópicos literários, nada tem de comum com essa turma de estrangeiros imorais, vadios e debochados, que com enormes despesas foram mandados vir pelo governo do Brasil com o título de colonos, mas Deus sabe se fins muito diversos, e talvez criminosíssimos. O perdimento de um processo injusto e ruinoso, que acarretou o de toda a sua não insignificante fortuna; o já antigo desgosto por uma pátria, onde há servos da gleba e senhores que necessitam de esfolá-los para poderem nutrir um fausto imoderado, e toda a sorte de vícios, devassidões [...] ⁶

Antônio Termacsics, além de um homem de uma família distinta do período, como noticiado pela imprensa, era um importante comerciante de vinho, que vem para o Brasil com o intuito de

⁴ O primeiro país a conceder o voto feminino foi a Nova Zelândia em 1893.

⁵ Impresso informativo que circulou na corte carioca no contexto oitocentista. Trazia em seus escritos contribuições significativas acerca do cotidiano e dos serviços que estavam sendo oferecidos anualmente na cidade do Rio de Janeiro.

⁶ *Jornal O Farol paulistano*. São Paulo, terça-feira, 20 out. 1829.

continuar seus negócios. Sobre essa família de estrangeiros que chega ao Brasil em 1828, é possível identificar que a mesma passou por um processo de perdas antes de instalarem-se no país. Segundo os relatos publicados pela imprensa paulista, Antônio era um "[...] homem natural de um país que produz o melhor vinho do mundo, cuja profissão foi com a cultura da vinha e ao depois o comércio do vinho, em que fez uma fortuna rápida, tem a seu favor a presunção da mais sabida inteligência da matéria.⁷" Ou seja, a família apesar dos problemas descritos, vinha de uma condição em que foi possível uma educação ilustrada e uma boa posição social.

Como dito, Anna Rosa Termacsics dos Santos foi uma professora de piano e canto que ofereceu seus serviços na corte carioca. Uma informação publicada na imprensa periódica nos passa um pouco da sua formação enquanto musicista:

LEÇONS DE PIANO ET DE CHANT: Madame Anna Rosa Termacsics de Santos. L'une des meilleures élèves de Pazaick: le célèbre maître de chapelle de l'Empereur d'Autriche, donne des leçons de piano et chant dans les familles et dans les pensionnats de demoiselles, d'après la méthode allemande. – S'adresser rue da Prainha, 91, sobrado.⁸

Percebe-se que Anna Rosa é descrita como uma das melhores alunas do maestro austríaco Pazaick e que ensina um método de aprendizado alemão para meninas, ou seja, informações que refletem em sua formação musicista ainda na Europa e que estava sendo direcionada para públicos distintos de meninas na corte carioca. A informação sobre sua formação possivelmente era um ponto positivo ao conseguir alunas, que se preocupavam mais com o fato dela ter sido aluna de um dos principais maestros da Europa. O fato de seus serviços terem sido anunciados em um periódico francês também é significativo para pensarmos sua sociabilidade em diferentes meios.

Por outro lado, também é sintomático destacarmos que todos seus logradouros eram em pequenos sobrados, ou seja, uma mulher que apesar de toda formação ilustrada e musical, viveu grande parte de sua vida em condições bem modestas e sozinha⁹, características que a colocam ainda mais em uma condição de subalternidade, principalmente pelo fato de não inserir-se em uma elite aristocrática de seu contexto e por levantar um debate que esteve presente nos meios letrados do

⁷ *Jornal O Farol paulistano*. São Paulo, terça-feira, 20 out. 1829.

⁸ *L'écho du Brésil et de l'Amérique du Sud*. Rio de Janeiro. Dimanche, 13 nov 1859.

⁹ No período proposto em nossa pesquisa às informações localizadas sobre tal personagem apenas descrevem que a mesma residiu sozinha em todos os logradouros localizados. Possivelmente ficou viúva muito nova ou até mesmo não se casou.

mundo ocidental, com destaque para os discursos de mulheres de países europeus e dos Estados Unidos.

A pauta da representação política da mulher no contexto dos oitocentos:

A segunda metade do século XIX no Brasil foi um período em que as mulheres vinham escrevendo reivindicando direitos, seja na imprensa ou em obras literárias, incluindo o direito a participação na política. De acordo com Tânia De Lucca: "a relação entre literatura e imprensa constitui-se num testemunho importante na medida em que oferece indícios sobre como os próprios escritores (e as poucas escritoras) percebiam e vivenciavam os impasses da nova condição social" (DE LUCCA, 2014, p.124) nos possibilitando assim, novas formas de compreendermos o contexto, a narração e a subjetividade dos autores e autoras.

A historiografia, no entanto, pouco se atentou para tal discussão, que começa a ser vista apenas com a Proclamação da República e início do século XX, silenciando debates tão importantes que foram travados por mulheres durante o contexto do século XIX. Nesse sentido, os impressos com as publicações de escritos femininos, foi o principal meio de divulgar os anseios e as insatisfações dessas mulheres.

Na imprensa vinha sendo publicados artigos, folhetins, poesias, correspondências, crônicas, etc, várias obras foram impressas e colocadas para venda nas livrarias da corte e anunciadas nos principais jornais, a exemplos do *Jornal do Comércio*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Correio Mercantil*, sendo diversas as pautas: educação, mercado de trabalho, divórcio e participação feminina na política.

Dentre as diversas questões, a reivindicação pela participação feminina na política, foi a que mais nos chamou à atenção, pelo fato de ser uma pauta que durante o período, muitos acreditavam ser inimaginável, mas que, como buscaremos mostrar, vinha reverberando e sendo reivindicada no âmbito público por mulheres. A nossa inquietação partiu principalmente da publicação da obra *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*¹⁰, datada no ano de 1868 e impressa pela Tipografia Paula Brito no Rio de Janeiro. Dentre as inúmeras pautas trabalhadas por sua autora, a participação política é a que inova para nós, no qual em sua primeira página a autora

¹⁰A obra encontra-se no acervo da Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin da Universidade de São Paulo. A descoberta da obra em nossa pesquisa, se deu através de uma publicação pelo blog da biblioteca, disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2015/tratado-sobre-a-emancipacao-da-mulher-uma-feminista-no-brasil-de-1868-2/> Acessado em 15 nov 2015.

assim começa: "Não queremos menosprezar outros methodos de defender a mulher, mas o direito de votar é na minha opinião a pedra angular da empresa desde que não só procuramos proteger a mulher, mas antes pôl-a em uma posição do se proteger ella mesma." (SANTOS, 1868, p. 03)

O contexto de impressão da obra, compreendido na segunda metade do império (1850- 1889), foi um período de transformações significativas no Brasil em diversas questões, como por exemplo, o acesso à cidade, implantação de ferrovias, centros de sociabilidades, além de uma expansão no mundo literário e intelectual. O principal objetivo era modernizar o império baseado principalmente em cidades europeias. As principais transformações relacionadas ao processo de higienização e urbanização são que se segue: 1853 começa-se o calçamento das ruas com paralelepípedos; 1854 iluminação a gás; 1859, circulação de bondes puxados à burro; 1862, construção de rede de esgoto e 1874, abastecimento domiciliar de água. A Rua do Ouvidor foi uma das mais importantes da corte, se tornando o principal local de encontro e de sociabilidade entre homens e mulheres.

A expansão da imprensa no cotidiano da corte carioca e a infinidade de jornais que emergem nesse período, contribuíram principalmente para a formação cada vez maior, de uma sociedade leitora, no qual as mulheres se encaixam e começam também a ocupá-la, inicialmente publicando artigos, e posteriormente, sendo redatoras em seus próprios jornais, tratando de assuntos estritamente femininos. Segundo Verona, os escritos femininos do século XIX ajudam muito a refletir sobre os condicionamentos históricos inerentes à atividade de escrever e sobre os modos de assimilação sócios - culturais de valores e padrões de comportamento, uma vez que muitos dos escritos vinham a corroborar com o discurso masculino, não apenas por parte de homens, mas também das próprias mulheres. Segundo ela: "Os costumes custaram a ceder a novos hábitos e a transição da condição feminina no século XIX foi lenta, sutil e gradual." (VERONA, 2007, p.40)

Por um longo período, a historiografia acreditou que a pauta política não estivesse no debate das mulheres no século XIX, fato que pode ter se dado pelo contexto patriarcal a que estavam inseridas. Entretanto nossa pesquisa objetiva mostrar que a pauta da representação feminina na política não só esteve presente, como circulou em diferentes impressos, a obra central utilizada por nós é apenas um dos diversos escritos que existiram e que mobilizaram mulheres, como buscaremos mostrar.

A *Marmota* foi um periódico que desde sua fundação em 1849, manteve uma preocupação clara em direcionar seus escritos ao público feminino. Segundo Rinaldo Cavalcante Santos, desde sua primeira edição, o periódico deixa bem claro sua preferência pelo público leitor feminino, uma vez

que, houve uma relativa ampliação de mulheres leitoras¹¹ na segunda metade do século XIX, remontando a formação de um novo quadro social e literário. (SANTOS, 2009) Em uma de suas publicações, datada em 31 de janeiro de 1864, uma das colunistas colaboradoras do jornal, Estella, escreve sobre a mulher e a participação na política:

[...] É preciso Zelina, muito preciso de uma vez para sempre mostrarmos aos homens que nós outras criaturas do sexo frágil somos tão boas como os tais nossos senhores do sexo forte. Cá por mim estou muito tentada a começar pela política. Sexo frágil, Sexo forte o que isso nos importa? Não se trata de sexos, trata-se de cabeças; e se formos por esse lado, palavra de honra que não troco a minha cabeça de mulher por 25 cabeças de homens... Quero ser jornalista, quero pugnar pelos nossos direitos atrozmente empalmados por esses prevaricadores. Hei de abrir os olhos dos nossos eleitores, mostrando-lhes que temos os mesmos direitos que têm os homens para sermos eleitas deputadas, senadoras, juízas de paz, etc. Ora, diga-me Zelina; as rainhas não governam? E as rainhas não são mulheres? Pois, se as rainhas governam, se as rainhas são mulheres, porque razão não há de você por exemplo, ser presidente de província, e não heide eu ser senadora? [...]¹²

A publicação do jornal demonstra-nos que mulheres vinham se questionando: por que o sexo feminino não estava à parte das discussões políticas? Fato que nos demonstra que a discussão estava sim sendo travada no âmbito feminino e público da corte. A partir da década de 1860, devido às reverberações da necessidade de reformas no sistema eleitoral vigente, o debate das mulheres e a reivindicação pelo voto começam a estarem mais presente, muitas questões passam a ser incorporadas e a emancipação feminina se torna central nas discussões impressas. No ano de 1864 o Ministério do Império, a cargo de José Bonifácio de Andrada e Silva, publica em seu relatório anual sobre as eleições:

Concluirei as minhas observações acerca, deste assumpto, manifestando que sigo a opinião; dos que. entendem que a justiça; social, exige que o direito de representação seja sempre assegurado, em justa proporção, às minorias numéricas. Se, no (Governo representativo, o voto das maiorias deve a todos os respeitos prevalecer, não se segue daí que lhes compita o direito de privarem as minorias de ser ouvidas no Parlamento, e de exercer, na parte que lhes deva caber, a influência que resulta do direito de representação.¹³

¹¹ Ver mais em: BESSONI, Tania. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero - Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 91-97, dez. 2005.

¹² *A Marmota*. Rio de Janeiro. N. 05, 31 jan 1864.

¹³ Relatório apresentado em 1864 a Assembleia Geral Legislativa pelo Ministro do Império José Bonifácio de Andrada e Silva.

A discussão acerca da necessidade de se reformular o sistema eleitoral foi sendo incorporado por diversos grupos, no qual as mulheres passam a ver uma possibilidade de participação, apesar dos discursos que estavam sendo proferidos não tocarem no voto feminino, muitas mulheres utilizaram-se da reforma para escreverem sobre a injustiça que era excluir as mesmas da política.

O *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar* foi impresso em 1868, como já dito, contexto em meio às discussões sobre reforma eleitoral e eleição direta, um período em que já começam a ser notórias as mudanças políticas que perpassavam o império brasileiro, que se encontrava imerso na Guerra do Paraguai. Percebe-se que a escrita de Anna Rosa nos fala sobre isso: "A mulher nasceu livre; a mulher está em ferros nesta época de hoje, em que tudo respira a liberdade; é tempo de considerar este objecto, e **tratar de uma reforma que se poderia chamar a mais magnífica neste mundo.** [grifo meu]" (SANTOS, 1868, p. 08)

Ao ser impressa e colocada para venda nos principais periódicos daquele contexto, aparecendo o endereço residencial da autora como local de venda para quem quisesse adquirir a obra, percebemos que a autora não tinha o intuito de esconder sua identidade, pelo contrário, buscava leitores específicos para sua obra:

Sahio a luz e acha-se a venda em Casa de Laemmert, 77 rua da quitanda, typographia Paula Brito, 10 rua do Sacramento, B.L. Garnier , 69 rua do ouvidor, e em casa da autora, rua sete de setembro n. 223, 1 andar. TRATADO SOBRE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER E DIREITO DE VOTAR. Esta obra se recomenda a todos os pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo illustrado do Brazil , 1 volume 2\$000.¹⁴

Ao ser destinada para "pais de família, deputados, corpo jurídico e todo mundo ilustrado do Brasil" percebemos também que a autora buscava como leitores os homens, principalmente aqueles em que ela critica no decorrer de sua escrita.

Segundo Anna Rosa a pauta da liberdade da mulher tem sido aclamada por todo mundo: "A maior parte dos nossos leitores hão de ter notícia de uma questão que se tem levantado em todo o mundo civilizado, como illustrado. Esta questão é a liberdade da mulher; sua admissão na lei, a igualdade em todos os direitos políticos, civis e sociais, com os cidadãos masculinos." (SANTOS, 1868, p.51) O que nos comprova que tal discussão vinha circulando naquele contexto e sendo apropriada por diferentes camadas, fato que nos indaga ainda mais a pensar porque isso permaneceu

¹⁴ *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro. N.80, 20 março 1868.

silenciado pela historiografia de mulheres dos oitocentos e porque a obra utilizada por nós não veio a ser trabalhada em pesquisas históricas.

A partir da década de 1870 e início de 1880 o debate sobre a representação da mulher na política e a busca por direitos começa a se acirrar, fato que pode estar relacionado com diversos fatores, inclusive com a publicação do Manifesto Republicano pelos membros dissidentes do Partido Liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e Saldanha Marinho. A ideia propagada em cima da república abriu a possibilidade de uma estrutura política mais coesa, que pudesse dar voz às minorias, fato que possibilitou uma maior visibilidade na atuação das mulheres nesse contexto, principalmente através de seus escritos. Segundo June Hahner:

A proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, ofereceu inicialmente a possibilidade de uma estrutura política mais fluida e aberta. Com a extensão do voto, em teoria, a todos os homens alfabetizados, a questão do sufrágio pôde tornar-se um tópico mais vital para as feministas cultas que experimentavam um sentimento de frustração e privação política. (HAHNER, 1981)

Em meio a isso, os escritos assinalados por mulheres começam a aparecer em maior número nas publicações impressas do contexto oitocentista, abordando as pautas já defendidas por Anna Rosa em sua obra datada em 1868.

O deputado Martim Francisco foi uma das figuras que conseguiu destaque entre as mulheres, por seus discursos no parlamento em defesa da emancipação feminina a partir da década de 1870. Em 29 de março de 1877, uma mulher chamada Francisca de Sant'Anna Pessoa, publica o seguinte escrito no *Jornal do Comércio*, que em 1879 vem a ser transcrito no periódico estritamente feminino *Echo das Damas*:

Direitos! - Salve! Já era tempo. E como não havia apparecer antes de findar o século XIX a grande idéa da emancipação da mulher neste bello paiz de meu natal, tudo nos augurava esperanças sólidas e felizes de **nossos direitos civis e políticos, cosolidados e equiparados aos do homem**, se compujança vai renascendo o colloso político, chamado partido liberal, e desse centro de luz desprende-se uma estrella radiante e luminosa no seio da representação nacional, quero falar no pensamento grandioso, apresentado na câmara dos srs. Deputados pelo excelentíssimo Martim Francisco uma das glórias dessa câmara e deste partido, que levantou sua voz autorizada em favor do sexo proscrito que vegeta na quase condição de escrava, sem autonomia própria, sem importância política e votada ao esquecimento dos direitos sagrados de cidadã, que de nenhum modo quer-se addimitir como corpo social activo.

O deputado Martim Francisco veio com seu discurso avivar nossas convicções amortecidas, veio germinar a fecundia que mais tarde apparecerá brilhante a classe

das senhoras, que desejam fazer parte do grande adiantamento progressivo de nossa sociedade geral sem restricções, e só guiadas pelo merecimento, desenvolvimento e aperfeiçoamento moral e intellectual.

As senhoras illustradas da actualidade nos auxiliarão em nossos escriptos, levando com nossos talentos e recursos a propaganda de nossos direitos, e todos formaremos o edificio de nossa liberdade ha muito almejada.¹⁵ [grifo meu]

A publicação de Francisca em 1877, quase dez anos depois da obra de Anna Rosa, é resultado principalmente, da atuação do deputado do partido liberal, Martim Francisco, ao discursar na câmara dos deputados em defesa das mulheres.

Ao escrever: "veio com seu discurso avivar nossas convicções amortecidas", Francisca nos comprova que a pauta por direitos femininos já havia sido abordada e trabalhada por mulheres em outras situações, mas que não levaram a nenhum avanço em nível parlamentar. A obra de Anna Rosa Termacsics dos Santos ao que tudo indica foi pouco comentada pela imprensa periódica de seu contexto, apesar da grande propaganda nos anúncios de venda, que encontram-se presente até fins do século em liquidações de livrarias.

Anna Rosa para além da publicação de sua obra em 1868, também escreveu outros artigos que veio a serem publicados no *Diário de Notícias* em 1870, dois anos após a publicação do tratado, todos trazendo como defesa a liberdade de direitos para as mulheres, que permaneciam privadas e excluídas de qualquer atuação.

Mais uma vez a inteligente autora do livro *Emancipação das Mulheres*, dá as nossas leitoras o seguinte artiguinho: 'A sujeição da mulher, com sua ignorância é o dragão que corrói nas raízes do Brazil: é o symbolo da corrupção que corrói a felicidade e o progresso do gênero humano. Com a elevada educação nas universidades que se devia dar as mulheres haviam se acabar as guerras, o resto abominável dos séculos bárbaros; porque a força moral hade substituir a força bruta, e os tribunaes e as universidades decidirão as dúvidas das nações como dos indivíduos; acabarão as moléstias e os crimes, porque criarão seus filhos phisicamente, como moralmente melhor. Acabará a pobreza porque aparecerão milhares de novas indústrias e descobertas, porque o espírito não tem sexo. Innumeráveis talentos que gemem fechados em quatro paredes, debaixo de um bruto despotismo, podiam ser ganhos para a sociedade. Se se concedesse as mulheres privilégios políticos, ella, como anjo de paz e de amor, havia de conciliar os partidos e as nações. Na legislação se havia de sentir logo sua doce influencia, porque precisamos tanto de misericórdia como de justiça. quando ela se vê defeituosa em todos os paizes é por a lacuna do segundo elemento que é um desvio da natureza.'¹⁶

¹⁵ *Echo das Damas*, Rio de Janeiro. N.02, 02 maio 1879.

¹⁶ *Diário de Notícias*. Rio de Janeiro. n.69, 21 outubro 1870.

O artigo escrito de Anna, transcrito por nós, é um de uma série de artigos que a autora enviou para publicação no jornal. O *Diário de Notícias* foi um periódico que funcionou como uma gazeta de informações, no qual aparecia notícias diversas e muitas vezes pouco detalhadas, variavam em assuntos que tangiam à família imperial até questões maiores, como por exemplo as notícias advindas da guerra Franco-Prussiana e acontecimentos cotidianos da corte relacionados a higiene e doenças. Não foi um jornal em que se percebe a defesa da emancipação feminina, apenas publicava o que lhe eram enviados à pedidos.

A periodicidade vai de 1870 até 1872 no qual o jornal mantém o mesmo formato até o seu fim. Ao analisarmos as edições e seus conteúdos de publicação, levantamos a hipótese que o envio dos artigos para publicação por parte de Anna Rosa Termacsics dos Santos pode ter se dado posterior a publicação de um FOLHETIM intitulado: *Um casamento em 1970*, no qual seu autor trabalha de forma irônica um acontecimento cem anos após o contexto que estavam inseridos (1870), onde um homem de 35 anos decide se casar e procura uma agência de casamentos, local que o autor descreve como propício para conseguir mulheres de acordo com as escolhas de cada homem.

No decorrer da escrita do autor percebe-se que as escolhas de tal homem como mulher ideal perpassava todas as características de feminilidade do contexto oitocentista: doces, frágeis, ternas, cabelos escuros, pele clara e sem sardas, boas maneiras, advinda de boa família, etc. No que tange a virtude da mulher o empregado da agência diz que apenas essa característica eles não podiam garantir e caso o cliente ficasse insatisfeito havia prazo de validade para reclamar junto com a agência. Assim foi feito, o homem casou e sete meses depois volta a agência para uma reclamação, sua mulher deixou a desejar em seu comportamento de submissa, no qual o seu marido reclama e o empregado da agência responde: "Diga antes liberdade. Não sabe que foi proclamada a EMANCIPAÇÃO DA MULHER?"¹⁷

Posterior a esse folhetim percebe-se que Anna Rosa envia para publicação alguns de seus escritos e cada um vem sendo publicado em edições distintas. Possivelmente ao enviar para o jornal, a autora buscava explicar para o público leitor de que se tratava a emancipação da mulher que o folhetim ironizava e o quanto a situação desigual a que as mulheres eram submetidas era injusta.

Em vias de conclusão:

¹⁷ Ver o *Folhetim* todo na edição número 07 em 09 de agosto de 1870 no *Diário de Notícias*.

Durante todo o correr do século XIX, principalmente a partir da segunda metade (1850), as mulheres já vinham se indignando com a posição subalterna ocupada pelas mesmas na sociedade. Assim como Anna Rosa Termacsics dos Santos ao escrever sua obra: *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*, várias outras vinham publicando nos periódicos que circulavam naquele contexto, à exemplos de Estella e Francisca, como demonstrado por nós. Ao descobrirmos tal obra, comprovamos uma das diversas vozes femininas que estiveram ativas no contexto imperial e que por diversos fatores permaneceram à margem nos estudos literários e históricos.

Reverberações desse âmbito, foram vistas para a historiografia como fatos isolados, uma vez que, acreditou-se por um tempo que as discussões pelo sufrágio feminino só tiveram início no final do século XIX e XX, levando a conquista apenas em 1932. Desde as formulações femininas expostas acima, vários outros questionamentos vinham sendo feitos, a exemplos: Porque se excluía as mulheres de uma educação como a que tinham os homens? Porque o sexo feminino era visto como inferior ao masculino? Porque as mulheres não podiam trabalhar? Porque deviam ser consideradas destinadas apenas para o casamento e à maternidade? Porque não podiam se formarem em medicina ou direito? Porque não podiam votar e serem eleitas para os cargos públicos? Essas e outras tantas questões, foram as que nos inquietaram e nortearam o desenvolvimento de nosso trabalho, e que foram levantadas já em meados do século por Anna Rosa Termacsics do Santo, mulher que está no centro de nossas questões aqui levantadas.

Fontes:

A Marmota na Corte. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Echo das Damas. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

L'échoduBrésilet de L'amériqueduSud. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

SANTOS, Anna Rosa T. *Tratado Sobre a Emancipação Política da Mulher e Direito de Votar*. Rio de Janeiro: Typografia Paula Brito, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/>

O Farol paulistano. São Paulo. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

Referências Bibliográficas:

- BESSONI, Tania. As leitoras no Rio de Janeiro do século XIX: a difusão da literatura. *Gênero - Revista do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG)*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 91-97, dez. 2005.
- BITTONI, Dulcília Schoroeder. *Mulher de papel*. Rio de Janeiro: Loyola, 1981.
- _____. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- DE LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas (1850-1937)*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.
- _____. A "mulher cordial": feminismo e subjetividade. *Verve*, n.06: p. 278-296, 2004.
- _____. Descobrimos historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, p.89-98, nov. 1998.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n. 02, jul./dez. 1995, pp.71-99.
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.27, n.54, p.281-300, 2007.
- VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007.

UMA SENHORA MARANHENSE: TRAJETÓRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (MARANHÃO, SÉC XIX)

Natália Lopes de Souza¹

Resumo:

Este trabalho pretende analisar a trajetória de Maria Firmina dos Reis na sociedade maranhense do século XIX, utilizando como recorte os anos de 1859, quando da publicação de seu romance intitulado *Úrsula*, até 1887, data do conto *A Escrava*, dois textos com discursos anti-escravistas. Esta autora negra que nasceu em 1825, conseguiu, mesmo com uma educação precária, se tornar uma professora concursada e, mais ainda, se inseriu na imprensa maranhense publicando, além do romance, poemas, charadas e contos. Esta autora negra, se inseriu na imprensa maranhense do século XIX, publicando obras de crítica social em uma sociedade patriarcal e escravocrata. Podemos ressaltar que esta autora vem ganhando cada vez mais destaque no Maranhão, mas sua trajetória como mulher de letras ainda caminha a passos lentos.

Palavras chave: Maria Firmina dos Reis, trajetória, imprensa.

A MARANHENSE LADY: MARIA FIRMINA DOS REIS TRAJECTORY (MARANHÃO, 19TH CENTURY)

Abstract:

This work intends to analyze the trajectory of Maria Firmina dos Reis in the Maranhão society of the 19th century, using as a cutback the years of 1859, when the publication of her novel entitled *Úrsula*, until 1887, the date of the story *A Escrava*, two texts with anti-slavers. This black author, who was born in 1825, was able, even with a precarious education, to become a teacher, and even more so, she was inserted in the Maranhão press, publishing poems, charades and short stories. This black author was inserted in the maranhense press of the 19th century, publishing works of social criticism in a patriarchal and enslaved society. We can emphasize that this author has been gaining more and more prominence in Maranhão, but her trajectory as a woman of letters still walks with slow steps.

Keywords: Maria Firmina dos Reis, trajectory, press.

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Introdução:

No que diz respeito às historiadoras e feministas, as mulheres se tornaram sujeitos históricos e objetos de estudo, passando então a ter mais enfoque. Concordamos com Rago quando ela diz que a inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas.²

Pensando nas considerações acima, podemos pesquisar e mostrar a importância de se estudar as mulheres e as minorias marginalizadas, evidenciando as especificidades de direito de diversas classes de mulheres,³ é necessário investigar essas nuances e não mais o sujeito universal. Pensando acerca dessas nuances, nos debruçaremos na trajetória individual de Maria Firmina dos Reis, professora, que contribuiu muito com a literatura, mas para além disso, analisaremos a importância desta autora para a História e a forma que ela impactou a sociedade maranhense de meados do século XIX com seus escritos.

Ainda que a escrita e instrução eram privilégios do homem, sendo relegada à mulher o cuidado do lar, dos filhos e do marido como nos diz Andreta,⁴ havia no período uma crescente na produção feminina no meio literário como nos diz Katiana Souza Santos,⁵ e isto nos permite dialogar que as mulheres vinham ganhando destaque em suas produções fomentando esses espaços da imprensa majoritariamente masculinos, um exemplo disso é a autora em questão, Maria Firmina dos Reis.

Portanto, estudar a trajetória desta mulher é entender como ela estava inserida no sistema patriarcal e as formas como suas produções ajudaram na reflexão da escravidão. O ato de escrever adquire, por parte da autora, uma postura de crítica social, Régia Agostinho da Silva⁶ nos informa que Maria Firmina dos Reis, através dos personagens, construiu uma fala dissonante em relação à

²RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

³DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

⁴ANDRETA, Bárbara Loureiro. *Visões da escravidão na América Latina: Sab e Úrsula*. Dissertação de Mestrado em Letras.UFSM, Santa Maria, 2016. pag. 49

⁵SANTOS, KATIANA SOUZA. *Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula*. Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade UFMA, São Luís, 2015. 135p. p.46.

⁶SILVA, Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009. P.10.

dominação masculina. Assim sendo, a vida de Maria Firmina nos ajuda a traçar aspectos da sociedade maranhense do século XIX no âmbito social e cultural, através de suas publicações temos a noção das discussões de cunho político-social que ela proporcionava aos leitores.

A Mulher de Letras:

Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo.⁷

A citação acima faz parte do prefácio do livro *Úrsula*, um romance escrito por Maria Firmina Reis e publicado no Maranhão em 1859. A autora, modesta, expressava no prefácio e no romance o lugar ocupado pela mulher no contexto dos oitocentos, e mais ainda, ela se colocou em uma postura humilde informando a pouca qualidade das condições educacionais das mulheres neste período. O recorte temporal abarca as produções que continham a temática da escravidão indo contra a ideologia dos escravocratas que faziam acreditar na incapacidade da raça africana⁸.

Se situa desde 1859, data de publicação de *Úrsula*, onde a autora utilizou um discurso contra a escravidão baseado em argumentos religiosos, na ideia de que todos são irmãos perante Deus, até 1887, data de publicação do conto *A Escrava*, neste a autora baseou seu discurso anti-escravista no discurso moderno de que a escravidão impediria o desenvolvimento do país. Devemos ressaltar a importância desse contexto social no qual a preocupação com os escravos e libertos era latente visto que representavam 77,8% da população.⁹

Neste contexto, a trajetória de Maria Firmina dos Reis teve importância, principalmente por ser uma sociedade marcada pelo patriarcado e pela instituição da escravidão. Mesmo com esta sociedade, esta jovem negra se tornou uma "mulher de letras" com uma produção significativa nos periódicos maranhenses e recebendo apoio da imprensa para continuar a sua produção, no trecho a

⁷Grafia atualizada. Ver: REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*, Romance original brasileiro, por Uma Maranhense. São Luís: Typographia Progresso, 1859. 199 p. Ed. fac-similar. Prefácio de Horácio de Almeida. Maranhão: Governo do Estado, 1975.

⁸MENDES. Algemira de Macedo. ***Maria Firmina dos Reis e Amélia Bevilacqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX***. Tese Doutorado em Linguística e Letras PUC/ RS, Porto Alegre, 2006. P.98.

⁹GALVES, Marcelo Cherche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 4, no.1, janeiro-abril 2012, p. 4-38. P.18.

seguir, poderemos vislumbrar um fragmento da recepção da escrita de Reis na sociedade maranhense oitocentista e a forma como ela foi tratada pela sociedade. No jornal *Semanário Maranhense*, de 1867 se lê:

Em outro lugar deste jornal estão publicados alguns versos de uma senhora maranhense, que cultivava as belas letras com assiduidade e muito bom gosto. Não são estes os primeiros versos da autora de *Úrsula* e o *Semanário* sente especial prazer arquivando os trabalhos de tão talentosa colaboradora.¹⁰

Maria Firmina dos Reis nasceu em 11 de outubro de 1825 na ilha de São Luís no Maranhão e faleceu no dia 11 de novembro de 1917. Filha de Leonor Felipe dos Reis e Pedro Esteves, aos cinco anos de idade mudou-se para Vila de Guimarães, onde recebeu uma educação acanhada em casa e permaneceria até sua morte. Em 1847, aos 22 anos de idade, foi aprovada num concurso público para a Cadeira de Instrução Primária em Guimarães, tornando-se professora, função que ocuparia até 1881, ano em que se aposenta.¹¹

Além do magistério, a autora foi escritora e musicista, se inseriu na imprensa e começou a escrever poemas, charadas para vários jornais, incluindo o *Jardim das Maranhenses* e o *Echos da Juventude*, além disso, ela compôs o *Hino à libertação dos escravos*, além do já mencionado romance *Úrsula*. Maria Firmina cresceu num ambiente letrado devido a aproximação com seu primo, Francisco Sotero dos Reis. Destacamos que no Maranhão do século XIX ocorria uma efervescência cultural muito grande e lá residiam importantes literatos como Gonçalves Dias e o próprio Francisco Sotero dos Reis.¹² Sobre este autor, Carla Sampaio em sua dissertação nos fala que ele era redator da tipografia na qual *Úrsula* foi publicado, e deve ter lido e discutido a obra com sua prima, mas, quando o mesmo, em 1868 publicou seu livro *Curso de Literatura portuguesa e brasileira*¹³, deixou sua prima de fora de sua obra, se limitando a analisar outros escritores¹⁴.

Reis, ocupava o lugar de mulher e de negra na sociedade maranhense,¹⁵ mesmo estando em um contexto monárquico e escravocrata, conseguiu adentrar o universo das letras. Esta autora se

¹⁰Grafia atualizada. SEMANÁRIO MARANHENSE Edição 00010(1). Ano 1 número 10. São Luiz. 3 novembro de 1867.

¹¹ ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: Uma trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC. São Paulo. 2016. p.23.

¹²SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, SP, 2016. p.32.

¹³REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e brasileira*. São Luís: Tip. de B. de Mattos. 1866, V. 1.

¹⁴PINHEIRO, THAYARA RODRIGUES. *Vozes femininas em Úrsula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”*. Dissertação de Mestrado em Letras. UFPB, João Pessoa, 2016. P.12.

¹⁵SILVA. Régia Agostinho da. Op. cit., p.2.

tornou conhecida e foi recebida com elogios pela imprensa local no jornal *A Imprensa* se lê: “De há muito que todos conhecem os talentos e a habilidade da autora de *Úrsula*, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso”¹⁶. Deste modo, a trajetória de Reis nos permite discorrer e trazer a luz questões aceca das mulheres e das conexões sociais que elas faziam além da sociedade ao qual elas se inseriam.

O curioso caso do esquecimento de Maria Firmina dos Reis:

Partimos da premissa que outras mulheres produziam no período e em outras localidades, tais como Auta de Souza no Rio Grande do Norte, Luciana de Abreu no Rio Grande do Sul, Ana Luisa de Azevedo Castro em Santa Catarina e Nísia Floresta no Rio de Janeiro, e isso prova que Maria Firmina dos Reis estava inserida em um contexto onde a produção feminina estava crescendo consideravelmente dada a efervescência cultural tanto em São Luís quanto o aumento de publicações de mulheres na Corte.

Contudo, mesmo com o reconhecimento de Maria Firmina em seu próprio tempo, estranhamos a pouca produção que existe sobre esta mulher. A vida de Maria Firmina é permeada por uma trajetória de sucesso no mundo das Letras e silenciamento posterior a sua morte por parte da Literatura e História.

Segundo Luciana Diogo¹⁷ os motivos disso se deram em primeiro lugar pela escrita feminina e, em segundo, pelo olhar sobre a escravidão contido nas obras dela e nos diversos poemas e músicas de sua autoria. Há um silêncio historiográfico e literário em torno da figura de Maria Firmina dos Reis, pois mesmo com sua aparição na obra de Sacramento Blake,¹⁸ depois de sua morte seu nome só foi retomado pelo maranhense José Nascimento Moraes Filho em 1973.

As pesquisas em torno de uma “história das mulheres” que busca dar visibilidade às trajetórias, aos costumes e às lutas de mulheres, retirando-as do silenciamento. A historiadora Rachel Soihet evidencia que os movimentos feministas e as historiadoras preocupadas com essa mesma questão

¹⁶ *A IMPRENSA*. São Luiz. 19 outubro 1861. Ver: Ibidem, p.13

¹⁷ DIOGO, Luciana Martins. ***DA SUJEIÇÃO À SUBJETIVAÇÃO: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis***. USP, São Paulo, 2016, 213p. P.4.

¹⁸ BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Maria Firmina dos Reis*. In: _____. DicionárioBibliographicoBrazileiro. Rio de Janeiro. Vol. 6. 1900. p. 232.

ajudaram a fomentar e a concretizar o espaço da história das mulheres¹⁹, e este campo historiográfico é importante pois ajuda a trazer a luz a trajetória de Maria Firmina dos Reis.

Morais Filho nos diz: “E ela, que durante a vida, foi história e fez história, somente agora entra para a História”²⁰, este realizou uma pesquisa em jornais e entrevistou dois filhos de criação de Reis²¹ e, em 1975, publicou *Maria Firmina: Fragmentos de uma vida*. Na mesma época, Horácio de Almeida encontrou em um sebo no Rio de Janeiro o romance *Úrsula* e produziu uma versão *fac-similar* do mesmo.²² Com o trabalho desses autores acerca de Maria Firmina dos Reis facilitou-se a produção de um imaginário social, deste modo, pelo fato de não se ter documentos fotográficos a respeito dela, as representações de Maria Firmina dos Reis, apareceram embranquecidas.²³

Baseado nas considerações acima, nosso interesse se intensifica ao abordar Maria Firmina dos Reis como autora e mulher de letras num espaço de difícil acesso para as mulheres e sua inserção na imprensa maranhense do século XIX com produções político-social e ainda, o silenciamento e o embranquecimento desta autora após sua morte.

Considerações Finais:

A vida de Maria Firmina dos Reis como mulher de letras negra é permeada por uma trajetória de sucesso na imprensa e na província do Maranhão, considerada uma das mais escravistas,²⁴ e silenciamento posterior a sua morte por parte da Literatura e História, tendo uma retomada lenta, a partir da década de 1970 do século XX.

Deste modo, sua trajetória é importante para entendermos a sociedade maranhense dos oitocentos que convivia com uma mulher que produzia na imprensa textos de cunho social

¹⁹SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, p. 295.

²⁰ MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975. P.12.

²¹ Leude Guimarães e Nhazinha Goulart. Ver mais: ZIN. Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: Uma trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC. São Paulo. 2016. p.28-29.

²² ZIN. Rafael Balseiro. Op. cit; p.28.

²³ Segundo seu biógrafo Moraes Filho, não existem fotografias a respeito de Maria Firmina dos Reis. O que ele encontra é relatos dela dizendo que era negra. A respeito disso, há representações encontradas no Maranhão acerca da mesma, são retratadas embranquecidas, como o quadro que fica na Câmara de vereadores de Guimarães. Ver. SILVA. Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009. p.103.

²⁴OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação de Mestrado. UFMG, p.21.

expressando suas opiniões em relação à escravidão e ao tratamento das mulheres. Para além disso, Firmina dos Reis nos mostra a precariedade do ensino para as mulheres, e em seu romance evidencia as formas de opressão do patriarcado. Portanto, sua trajetória denota nuances e especificidades, como por exemplo seu trabalho como professora, poetiza e romancista.

Cabe ressaltar que o protagonismo que podemos dar a esta autora vem ancorada no arcabouço de lutas por parte de historiadoras e feministas que desde os anos 1970 e 80 lutam por trazer a luz e dar voz as perspectivas, visões e protagonismos das mulheres na História firmando este campo de estudo historiográfico.

Por fim, a trajetória de Reis nos possibilita investigar a crescente produção feminina no período dos oitocentos em várias localidades do Brasil, desde a Corte ao Maranhão se encontram produções femininas em periódicos, e isto, deve ser cada vez mais investigado, pois esta crescente de produção não pode continuar esquecida, ela deve ser retirada do ostracismo e deve ser estudada para se ter novas perspectivas e olhares para o passado.

Referências Bibliográficas:

A IMPRENSA. São Luiz. 19 outubro 1861. Ver: Ibidem, p.13

ANDRETA. Bárbara Loureiro. **Visões da escravatura na América Latina: Sab e Úrsula**. Dissertação de Mestrado em Letras.UFSM, Santa Maria, 2016.

BLAKE, Augusto Vitorino Sacramento. *Maria Firmina dos Reis*. In: _____. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro. Vol. 6. 1900.

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIOGO, Luciana Martins. **DA SUJEIÇÃO À SUBJETIVAÇÃO: a literatura como espaço de construção da subjetividade, os casos das obras Úrsula e A Escrava de Maria Firmina dos Reis**. USP, São Paulo, 2016, 213p.

GALVES, Marcelo Cherche. Política em tempos de Revolução do Porto: constitucionalismo e dissenso no Maranhão. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, Rio de Janeiro: vol. 4, no.1, janeiro-abril 2012, p. 4-38.

MENDES. Algemira de Macedo. **Maria Firmina dos Reis e Amélia Bevilaqua na história da literatura brasileira: representação, imagens e memórias nos séculos XIX e XX**. Tese Doutorado em Linguística e Letras PUC/ RS, Porto Alegre, 2006.

MORAIS FILHO, José Nascimento. *Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida*. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

OLIVEIRA, Adriana Barbosa de. *Gênero e etnicidade no romance Úrsula, de Maria Firmina dos Reis*. Dissertação de Mestrado. UFMG, Belo Horizonte, 2007.

PINHEIRO, THAYARA RODRIGUES. *Vozes femininas em Ursula, de Maria Firmina dos Reis, “uma maranhense”*. Dissertação de Mestrado em Letras. UFPB, João Pessoa, 2016.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, Francisco Sotero dos. *Curso de Literatura Portuguesa e brasileira*. São Luis: Tip. de B. de Mattos. 1866, V. 1.

REIS, Maria Firmina dos. *Ursula*, Romance original brasileiro, por Uma Maranhense. São Luís: Typographia Progresso, 1859. 199 p. Ed. fac-similar. Prefácio de Horácio de Almeida. Maranhão: Governo do Estado, 1975.

SANTOS, Carla Sampaio dos. *A escritora Maria Firmina dos Reis: história e memória de uma professora no Maranhão do século XIX*. Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas, SP, 2016.

SANTOS, KATIANA SOUZA. *Relações de gênero na segunda metade do século XIX na perspectiva de Maria Firmina dos Reis: análise do romance Úrsula..* Dissertação de Mestrado em Cultura e Sociedade UFMA, São Luís, 2015. 135p.

SEMANÁRIO MARANHENSE Edição 00010(1). Ano 1 número 10. São Luiz. 3 novembro de 1867.

SILVA. Régia Agostinho da. A mente, essa ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão. *ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – Fortaleza, 2009.

SOIHET, Raquel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: Uma trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. PUC. São Paulo. 2016.

AS MULHERES E “A MARMOTA”: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO PERIÓDICO (1849-1864)

Laura Junqueira de Mello Reis¹

Resumo:

Considerando a necessidade de entender a representação da figura feminina no século XIX, objetiva-se analisar os escritos de mulheres, bem como os de homens, mas que abordem a figura feminina, nas três fases do jornal de Francisco de Paula Brito, *Marmota* (1849-1864), jornal de modas e costumes que possuía alta circulação, o que o colocava como um importante veículo de formação cultural. Para tanto, procede-se à leitura atenta das edições do periódico em questão, e a análise comparativa dos dados recolhidos. Desse modo, observa-se um desenho preciso do olhar lançado sobre a figura feminina no período.

Palavras chave: Marmota, mulher, representação feminina, século XIX.

WOMENS AND “A MAMORTA”: FEMALE REPRESENTATION IN THE JOURNAL (1849-1864)

Summary:

Considering the necessity of understanding the representation of female figure in the 19th century, the object of present work is to analyze the writing of women, also of men, when those treats the female figure, on the three fases of the Francisco de Paula Brito's newspaper, *Marmota* (1849-1864), newspaper of fashion and behavior with high circulation, factor that puts it as an important cultural formation vehicle. For these purpose, there will be an attent reading of all editions of the mentioned journal, and the comparative analysis of the collected datas. In this way, we'll reach a precise reading of the female figure's representation.

Keywords: Marmota, woman, female representation, XIX century.

¹ Licenciada em História pela UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora). E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

Este artigo propõe analisar e entender como o periódico *A Marmota*, que circulou no Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX (1849-1864)², representou o sexo feminino em suas páginas, seja através de textos escritos por mulheres, seja pelos escritos por homens. Espera-se, assim, discutir a representação feminina na imprensa do período monárquico, num contexto patriarcal e escravocrata. É preciso ter em mente que o presente trabalho se faz em função de questionamentos que ainda não foram possíveis de serem respondidos.

A Marmota foi um periódico de propriedade de Francisco de Paula Brito³, redator, escritor e poeta do século XIX no Rio de Janeiro, era produzido na tipografia Dous de Dezembro. A partir da leitura do trabalho de Rodrigo Camargo Godoi (GODOI, 2016) conclui-se que Paula Brito foi um homem de cor, filho e neto de libertos e alfabetizados, nascido no interior do Rio de Janeiro, que mudou para a capital para ter acesso a uma possibilidade de vida melhor. Seu interesse pelas letras se deu por vir de família letrada, onde fez gosto pela poesia e interesse para aprender as funções de tipógrafo. Quando mudou-se para o Rio de Janeiro, viveu na casa de seu tio, e posteriormente comprou sua livraria, onde instalou um prelo de madeira, transformando-a em um local de impressos, além de compras de livros. E foi a partir daí que Francisco de Paula Brito inaugurou sua tipografia e conquistou lugar na elite do Rio de Janeiro do século XIX. Devido ao sucesso de seu estabelecimento, além de tipógrafo, Paula Brito também tornou-se editor e então lançou escritores como Machado de Assis e Teixeira de Souza, que tornar-se-iam seus grandes amigos. Junto a esses escritores e muitos outros homens de letras do século XIX, que inauguraram a sociedade paleontológica, onde esses homens se reuniram na tipografia Dous de Dezembro para discutir assuntos relacionados a política, fazendo jus a forma como Marco Morel caracterizava as tipografias do século XIX: “As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras.” (MOREL, 2008:38)

Inicialmente o jornal se chamava *Marmota na Corte*, e era uma parceria com o redator Prospero Diniz⁴, foi publicado com este nome entre 1849 a 1852. Na primeira edição do jornal, o

² Ao longo de sua história, o jornal passou por três fases, que podem ser assim divididas: *A Marmota na Corte* (1849-1852); *Marmota Fluminense* (1853-1857) e *A Marmota* (1858-1864).

³ Francisco de Paula Brito (1809-1861) nasceu em Suruí, província do Rio de Janeiro, filho de um carpinteiro; abandonou os estudos, na Corte, para fazer-se tipógrafo, entrando como aprendiz na Tipografia Nacional, de onde passou às oficinas do Jornal do Comercio. Instalou, em 1831, tipografia própria, participando do Sete de Abril. Fundou o periódico *A Mulher do Simplício*, atacando Evaristo da Veiga; mas foi *A Marmota* a sua melhor atividade em jornal. Em sua loja acolheu a maioria dos escritores do tempo. Faleceu em extrema pobreza. Informação retirada de: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

⁴ Prospero Ribeiro Diniz, nascido na Bahia entre 1815 a 1820, falecido também na Bahia em 24 de novembro de 1852.

editor nos narra sua trajetória, concomitante a seu objetivo ao criar o periódico. Ainda nessa edição, Francisco pediu aos seus leitores que enviassem a ele seus escritos, que ele corrigiria os possíveis erros de português e, posteriormente, publicaria em seu jornal. É possível questionar se sendo um periódico novo, essa abertura que Paula Brito deu a novos escritores, poderia ser a razão para que o jornal ganhasse rápida popularidade entre a elite letrada carioca.

A partir de 1853 iniciou-se sua segunda fase, quando o jornal passou a ser editado e redigido somente por Francisco de Paula Brito, e vai até 1857, na qual o periódico chamava-se *Marmota Fluminense*. Nessa fase, o editor optou por publicar um grande número de folhetins. O folhetim, como gênero, era de grande importância para o universo dos periódicos do século XIX, a partir da originalidade dos folhetins publicados, um jornal poderia adquirir mais popularidade e, conseqüentemente, mais assinantes (MEYER, 1996). É possível perceber também, nessa fase, uma carência de escritos femininos. Por outro lado, contudo, os folhetins eram um gênero que atraía homens e mulheres para as letras.

Em sua última fase, de 1858 até 1861, o jornal intitulava-se somente *Marmota*. O periódico passou por muitos problemas que eram gerados a partir de acontecimentos da vida do editor e de sua tipografia. Em 1857, o mesmo declarou falência pessoal, por decorrência de uma tentativa, sem maiores retornos, de expansão dos negócios, que incluía compra de maquinário. O jornal só foi capaz de manter seu funcionamento, em função de uma verba que o editor passara a receber do Ministério para a produção do jornal *Moderado*⁵. No ano de 1861, quando o jornal já se encontrava na sua pior fase, Francisco de Paula Brito morreu de forma repentina. Devido a esse fato, nos anos de 1862 e 1863 *A Marmota* não foi publicada. Em 1864, o jornal voltou editado e redigido por Rufina Rodrigues da Costa, viúva de Paula Brito, sendo apenas uma tentativa da mesma para pagar as dívidas que seu marido deixou antes de falecer. Apesar do periódico acabar em 1864, a tipografia continua em funcionamento até 1875, ainda sob o comando de Rufina. (GODOI, 2016)

Redigiu *A Marmota na Corte* em parceria com Paula Brito, e fundou e redigiu a *Marmota da Bahia* entre 1846 a 1849. Soube introduzir-se na alta sociedade baiana, mas morreu pobre e sem amigos. Informação retirada do Dicionário Bibliográfico Brasileiro (BLAKE).

⁵ “Em fevereiro do ano seguinte, ainda em meio à liquidação da Dous de Dezembro, Paula Brito lançou o Moderador, folha que circulava duas vezes por semana e era inteiramente devotada ao governo. Considerando que tão logo o ministério caiu o jornal também foi à campa sem avançar para além da décima quinta edição, é certo que Paula Brito recebia dinheiro do gabinete para custear a publicação. Deste modo, os louvores ao ministério Caxias eram rasgados” GODOI, Rodrigo Camargo. Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861). São Paulo: EdUSP, 2016, pp. 201-202.

Segundo Rodrigo Godoi (GODOI, 2016), o jornal era publicado toda terça e sexta-feira, e continha quatro páginas; apenas em sua última fase, ele sofreu algumas alterações quanto as publicações periódicas, devido a falência do dono e editor, Paula Brito. O autor, apresenta de maneira aprofundada, a significativa trajetória do editor: ele foi um grande intelectual do século XIX, vindo de uma família de libertos, conquistou um patamar na sociedade através da sua tipografia, que a maioria dos negros do século XIX não atingiam. Sua esposa teve um papel importante em sua vida, sempre ao seu lado e acompanhando o crescimento de sua tipografia. O periódico estudado, teve em todas suas fases, o público feminino como principal alvo, como afirma Rinaldo Santos (GODOI, 2016) em seu trabalho. A fase inicial (1849-1852) foi a que mais se preocupou com publicações com a temática de modas e variedades. No que tange às publicações voltadas para moda, em sua maioria, eram direcionadas para leitoras do sexo feminino, retratando acontecimentos sobre a Europa e as tendências vindas principalmente de Paris. As mulheres da elite carioca do século XIX copiavam o estilo das francesas, a partir do que se colocavam nos periódicos, assim como afirma Dayanny Rodrigues em seu artigo: “Essa estratégia chamava atenção das senhoras da classe média carioca, que buscavam copiar à risca os modelitos estampados nas páginas do periódico. Fazia parte de uma prática social, na qual essa camada emergente se inseriu.” (RODRIGUES, 2017: 69)

A maioria dos escritos que abordavam as mulheres, não demonstravam serem escritos pelas mesmas, uma vez que estavam preocupados em moldar padrões ao sexo feminino, fortalecendo em grande medida valores de virtude voltados para definir os tipos de mulheres "ideal" ao "belo sexo"⁶, ou seja, um modelo que fosse aprovado pelos homens e por toda a sociedade, além de determinar o que se devia ou não fazer. A figura feminina, durante muito tempo no Brasil foi vista de maneira desvalorizada, com ideias de que não deveriam se envolver na política nem em assuntos relacionados à administração pública, ficando as mesmas reclusas ao lar, como boas esposas e mães.

De acordo com Verona (VERONA, 2007) é possível constatar que ao longo de todo o correr do século XIX, o país passou por um processo de transformações significativas no que tange à vida dos brasileiros, principalmente a partir da vinda da família real em 1808. Desde então, o Rio de Janeiro foi se urbanizando e modernizando com o passar das décadas. Em meados do século as transformações já eram visíveis: bondes, calçadas, esgotos, e inclusive no âmbito cultural, com a criação de bibliotecas, teatros, bailes, entre outros programas que foram modificando o lazer da elite

⁶ O termo *bello sexo* era muito utilizado no contexto para se referir as mulheres do tipo "ideal", ou seja, aquelas que se voltavam apenas para serem boas mães e esposas, reclusas em sua maioria apenas no espaço privado.

carioca oitocentista. Além de um avanço do mundo intelectual, aumentando o número de leitores, onde as mulheres começam a participar.

Nesse sentido, é preciso compreender como cada vez mais, a figura da mulher passou por processos de construção, com o intuito de moldá-las de acordo com os padrões pré-estabelecidos e historicamente construídos durante todo o século XIX, como já elencados no trabalho, permanecendo muitos destes ainda hoje. O periódico que busco trabalhar neste artigo e futuramente, *A Marmota*, foi fundamental para formular e reforçar diversas construções acerca do gênero feminino, principalmente à partir de 1850, período em que as contribuições femininas na imprensa começaram a ficar cada vez maiores.

Ao analisar a última fase do jornal, intitulada *Marmota*, percebe-se como os escritos que remetiam ao ‘belo sexo’ estavam mudando sua moldagem. Quando refletido a respeito de todas as fases do periódico, percebe-se como a figura da mulher era colocada em todas as fases e acompanhando as transformações. Além de que no correr de suas fases o jornal não estava apenas escrevendo moldes para o belo sexo, mas começa-se a perceber mais publicações escritas por mulheres e com teor mais emancipatório, inclusive com temáticas de reivindicação política.

Quando observadas as três fases do periódico editado por Francisco de Paula Brito, é possível questionar a representação e o espaço que a mulher tinha no jornal. A partir disso surgiram uma infinidade de perguntas, que busco solucionar posteriormente, como: Qual seria o intuito dos jornais com as primeiras publicações femininas? Como o jornal contribuiu para moldar um imaginário sobre o ser mulher, principalmente em sua primeira fase? Como as mulheres começaram a adentrar e publicar no jornal? Como essa construção da mulher no jornal foi se alterando durante as suas fases? Qual era o intuito dos homens escreverem sobre papeis e lugares que as mulheres deveriam estar? Quão significativo pode ser a aparecimento de mulheres importantes no século XIX, como Beatriz Francisca de Assis Brandão, no periódico? Esse são questionamentos que julgamos como indispensáveis para compreender a relação entre *A Marmota* e as mulheres do século XIX.

Analisando o jornal em sua totalidade, encontram-se apenas algumas escritas de mulheres, em treze anos que circulou pelo Rio de Janeiro. O tema da mulher aparecia com certa frequência, sempre associado a romance, e elaborado por homens⁷. Os textos produzidos por mulheres, em sua maioria, também eram associados ao romantismo, tanto poesias como artigos, o que deixa parecer que mesmo

⁷ As informações aqui postas foram retiradas de uma pesquisa prévia no periódico proposto para pesquisa. Ver a título de exemplo: *A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro, n 042, 5 de fev. 1850. *Marmota Fluminense*. Rio de Janeiro, n404, 27 de set. 1853. *A Marmota*. Rio de Janeiro, n 1126, 17 de jan. 1860.

a mulher tendo espaço na imprensa, ainda era de maneira restrita. Cabe ressaltar, para uma melhor contextualização, que no período era ínfimo o número de mulheres alfabetizadas, e estas eram identificadas, sobretudo, dentre as camadas mais abastadas da sociedade que possuíam, além do ócio garantido pelas suas condições, uma cultura de letramento (SODRÉ, 1978). A importância que os periódicos de cunho feminino no século XIX era vital, como expõe Dulcilia Buitoni (BUITONI, 1990: 71):

Quando o meio impresso era a única forma de divulgar e debater ideias, a imprensa feminina teve um importante papel na luta pelos direitos da mulher, chegando a conseguir a feitura de leis e outras significativas vitórias. Nos séculos XVIII e XIX, tivemos vários periódicos femininos como reais instrumentos de mobilização. (BUITONI, 1990:71)

No dia 11 de janeiro de 1850 em uma edição do jornal⁸ observa-se a primeira publicação assinada por uma identificação que remete a uma mulher, intitulada *A Mulher do Simplício*⁹. Com esse mesmo título anteriormente, no ano de 1832, surgia uma revista direcionada para o público feminino, editada e impressa por Francisco de Paula Brito. De acordo com Constância L. Duarte (DUARTE, 2016), alguns versos dessa revista vinham assinados como "Da Autora" ou "Da editora", o que poderia ser apenas uma estratégia para atrair assinantes mulheres, mas não sabemos se a mesma era editada por uma mulher. Na edição¹⁰ do dia 24 de janeiro e 1851, aparece novamente a publicação assinalada por Mulher do Simplício, na qual, em um poema intitulado *Negrinha- Monstro ou o Phemonemo da Natureza*, é exposta a morte de uma mulher negra e, a partir deste fato, tece críticas à sociedade da época, dizendo “o homem ser desgraçado, quando aos outros não faz bem”¹¹. Além disso, se opõe à falta de liberdade das mulheres no século XIX, ao fazer um paralelo da condição da mulher com a condição de um pássaro preso em sua gaiola.

Ainda no ano de 1850¹² uma leitora do então jornal, Rosa Maxixe, aparece em uma das edições do mesmo. Como leitora, Rosa se viu no direito de responder a um mote e glosa anônimo que falava

⁸ *A Marmota na Corte*. Rio de Janeiro, n 035, 11 de jan.1850.

⁹ *A Mulher do Simplício ou Fluminense* Exaltada foi a primeira revista editada por Paula Brito, assim como todos periódicos editados por ele, era de cunho conservador e tratava de muitas aspectos relacionados a mulheres. Para mais informações ver em: DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

¹⁰ *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n 126, 21 de jan. 1850.

¹¹ *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n.039, 25 de jan. 1850.

¹² *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n094, 20 de set. 1850.

a respeito de moça ‘bandoleira’, no qual dizia que essas ficavam velhas sem casar, dessa maneira, ela ganhou espaço e fez então, um mote e glosa mostrando sua indignação sobre a afirmação do anônimo.

Em 1851¹³, traduziu-se o quarto capítulo do livro “*Tratado de educação das mulheres*” da chinesa PAN-HOEI-PAN. Ela coloca em seu livro como a mulher deve se comportar em relação ao homem, como ela deve ser engraçada, bonita, charmosa e jamais desrespeitar seu marido. Deve lembrar-se que a beleza não é para sempre, e por isso precisa de outras qualidades. Logo depois de terminar o trecho tirado do livro de Pan, o tradutor apresenta seus pensamentos, de acordo as palavras da chinesa, e concorda com tais ‘regras’ da relação marido e mulher. Esse texto demonstra o pensamento de muitos homens e mulheres do século XIX. Há uma nítida contradição de pensamento nas duas publicações citadas anteriormente neste parágrafo, onde é possível analisar e pensar até que ponto o periódico a ser estudado estava abrindo espaço para as reivindicações femininas?

Ainda no ano de 1851, publicou-se um escrito no qual a autoria foi destinada à uma mulher que ‘conhece os homens bem de perto’. É difícil saber se a publicação foi realmente escrita por uma mulher, ou se era um homem escrevendo usando do anonimato feminino para poder atrair, para o jornal, um público que reivindicava por publicações femininas. Tais apontamentos demonstram-nos como as mulheres eram submetidas a uma posição voltada apenas para o casamento, a partir de situações rotineiras, como um exemplo retirado do periódico a ser analisado: “Estão convictos que são os primores da criação. (Bom primores na verdade!). Tudo que faz por eles é pouco. Se todos os dias se lhes der comida quente, ainda assim não ficarão satisfeitos: antes hão de ralhar por nunca se lhes dar carne fria.”¹⁴ É plausível na leitura do texto destacar um certo cansaço em relação aos destratos que as mulheres eram submetidas no casamento, e é possível enxergarmos também, a escrita como um desabafo, e talvez por isso não tenha nome.

Em contrapartida, é possível perceber que a mulher que mais escreveu em todas fases da *Marmota* foi *Beatriz Francisca de Assis Brandão*¹⁵, uma poetisa do século XIX, que foi muito

¹³ *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n132, 14 de fev. 1851.

¹⁴ *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, n146 p 01, 04 de abr. 1851.

¹⁵ Beatriz Francisca de Assis Brandão, filha de Francisco Chances Brandão e de dona Isabel Feliciano Narciza de Seixas, nasceu em Vila Rica, atual cidade de Ouro Preto no dia 29 de julho de 1779 e faleceu depois de 1860. Por desejo de seus pais sua educação foi limitada as noções das primeiras letras e de música, mas Beatriz foi além e aprendeu francês e italiano, e assim dedicou-se ao estudo da literatura. Foi sócia do IHGB e escreveu muitas poesias. Informações retiradas do Dicionário Bibliográfico Brasileiro (Blake).

influenciada¹⁶ por *Violante Atabalipa Bivar*¹⁷, diretora do *Jornal das Senhoras*¹⁸, considerado o primeiro jornal inteiramente feminino brasileiro, o periódico publicava assuntos direcionados inteiramente à mulheres, além de matérias emancipadoras, dirigido inicialmente por *Joana Paula Manso*¹⁹. Beatriz foi uma importante escritora, filha do sargento-mor, Francisco Chances Brandão, e sócia do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro)²⁰. A autora aparece em diversos jornais do século XIX publicando versos, concomitante após sua morte e início do século XX, os jornais abarcam sua importância no universo feminino do contexto oitocentista, como uma grande literata.

Em 1855²¹, na segunda fase do jornal, há uma poesia feita por Deolinda R. E é a única representação feminina desse ano. Em 1858²², houveram duas representações femininas, a partir de dois poemas, um produzido por Umbelina Gertrudes de Escobar Aquino e outro por Anna Flora da Silva Maia.

Já em sua última fase, a partir de 1861²³, o periódico perpassa por mudanças, chamando-se *A Marmota*. Percebe-se em suas edições uma aparição literária produzida por Eufemia Camargo, no qual a mesma coloca a mulher como vigorosa, mostrando-nos como o sexo feminino era forte e pode conseguir o que querem, apesar de alguns homens pensarem o contrário, e para demonstrar isso, a autora expõe trechos de textos escritos por homem que menosprezam as mulheres, colocando-as apenas como suas servas. A autora também reclama da falta de liberdade dada a seu sexo.

Ainda na última fase do jornal, mas em sua última aparição, datada no ano de 1864²⁴, aparece uma sessão voltada para a troca de cartas entre duas mulheres, Zelina e Estela, no qual ambas

¹⁶ Para mais informações ver em: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, n 50, p 26, 18 de nov. 1939.

¹⁷ Filha do conselheiro Diogo Soares da Silva Bivar e dona Violante Lima de Bivar. Nascida na Bahia em 1 de dezembro de 1817 e faleceu no Rio de Janeiro em 25 de maio de 1875. Teve primorosa educação, foi sócia do conservatório brasileiro e escreveu diversas obras. Informações retiradas do Dicionário Bibliográfico Brasileiro (Blake).

¹⁸ O *Jornal das Senhoras* foi um periódico criado pela jornalista argentina Joana Paulo Manso de Noronha em 1852, é considerado o pioneiro da imprensa estritamente feminina no Brasil, foi o primeiro periódico editado por Paula Brito, e assim como outros jornais que levavam sua assinatura, defendia a monarquia e relevava interesse pela condição feminina. Sua folha circulava sempre aos domingos, com o intuito de levar às leitoras "Modas, Literatura, Belas-Artes, Teatro e Crítica". Para mais informações ver em: DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*.

¹⁹ Joana Paula Manso de Noronha nascida em 1819, faleceu no ano de 1875. Foi uma romancista, poetisa, dramaturga e jornalista argentina, que viveu no Brasil por alguns anos. Informação encontrada em: DUARTE, Constância L. *Imprensa feminina e feminista no Brasil século XIX*. 1.ed. dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

²⁰ Informação encontrada no Dicionário Bibliográfico Brasileiro (Blake) associado ao nome de Beatriz Francisca de Assis Brandão.

²¹ *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, n635, 12 de out. 1855.

²² *Marmota Fluminense*, Rio de Janeiro, n930, 02 de mar. 1858 e n945, 23 de abr. 1858.

²³ *A Marmota*, Rio de Janeiro, n1316, 14 de nov. 1861. ³⁴

²⁴ *A Marmota*, Rio de Janeiro, n05, 31 de jan. 1864.

discutem pontos importantes e pouco discutidos naquele período como: representação política feminina, demonstrando a visibilidade que as mulheres vinham ganhando no periódico.

É significativo nesse sentido, ressaltar a participação no periódico *A Marmota*, de mulheres como: Rosa Maxixe, Eufemia Camargo, Estella, e tantas outras, que vinham contribuindo escrevendo textos. Mesmo as mulheres que se apresentavam como anônimas, também eram importantes para a emancipação da figura feminina, uma vez que punham suas ideias em circulação na sociedade. Diante das transformações que o Rio de Janeiro sofreu, já citadas anteriormente, temos também uma mudança na imprensa carioca, que aumentou significativamente o número de jornais em circulação, não somente por homens, mas a partir de 1852 (com o periódico *Jornal das Senhoras*), com um imprensa exclusivamente feminina. A coragem no discurso dessas mulheres auxiliaram nesse movimento e atualmente nas pesquisas a respeito da repercussão feminina oitocentista.

A análise do periódico *A Marmota*, me permite (e ainda permitirá) questionar essas representações femininas a partir dos escritos femininos e escritos feitos por homens que abordem perspectivas femininas, no século XIX. E então perceber como as transformações da sociedade no período eram demonstradas nas transformações do objetivo que Paula Brito tinha ao abrir espaço em seu periódico para essas publicações.

Este artigo justifica-se na necessidade de compreender como a representação feminina era colocada nos periódicos do século XIX, levando em consideração que foi um século de muitas mudanças no Rio de Janeiro. Compreender o porquê dos escritos, em sua maioria, serem produzidos por homens, mesmo em um periódico cujo público principal eram as mulheres (SANTOS, 2009). De que maneira o feminino e a feminilidade eram colocadas nos jornais cariocas oitocentistas.

Além de não ter encontrado nenhum trabalho que busque ressaltar a representação feminina em nenhuma das três fases da *Marmota*, sob edição de Francisco Paula Brito. Há trabalhos que estudam o jornal, mas não colocando as mulheres como foco. Uma dissertação foi encontrada, intitulada *A Marmota na Corte: Recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX (1849-1852)*, de autoria de Rinaldo Cavalcanti dos Santos, na qual o autor coloca um subcapítulo a respeito da participação e retratação das mulheres pelo periódico, mas ainda assim, deixa-nos grande lacuna, visto que, em nenhum momento, ele debate a respeito de textos escritos por mulheres. Ali a representação do ‘belo sexo’ ainda divide espaço com representações folhetinescas (SANTOS, 2009).

Outro trabalho que aborda *A Marmota*, é a dissertação de Juliana Simone Simionato, intitulada *A Marmota e seu Perfil Editorial: Contribuição para edição e estudos dos textos*

machadianos publicados nesse Periódico (1855 – 1861). Através do recorte temporal proposto pela autora, é possível perceber que a mesma não trabalha com todos os anos nos quais *A Marmota* esteve em circulação, além da proposta ser analisar como Paula Brito se mostrou um grande editor do século XIX, através das publicações em seu jornal *A Marmota*, focado principalmente nos escritos de Machado de Assis. É uma dissertação da USP no programa de pós-graduação em comunicação, portanto, o objetivo do trabalho é distinto do presente artigo, já que busco uma análise a partir da perspectiva histórica. (SIMIONATO, 2009)

A preferência na escolha do periódico a ser trabalhado se dá, principalmente, pela importância de seu editor, Francisco de Paula Brito, no período, principalmente no que diz respeito ao âmbito cultural do século XIX, sendo ele reconhecido com uma figura de grande importância no Rio de Janeiro. A longevidade e alta circulação de seu jornal o colocam como uma fonte rica para analisar o universo cultural no período de sua existência. O trabalho de Rodrigo Godoi (GODOI, 2016), já citado anteriormente, é único que toca em questões voltadas para a vida biográfica de seu editor e sua inserção no contexto da imprensa oitocentista, no entanto a preocupação do autor não esteve voltada para questões sobre a aparição das mulheres no periódico.

No que se refere a uma análise mais voltada para a situação da mulher no contexto proposto para análise, podem ser citado o trabalho de Elisa Verona, como fundamental para compreendermos a submissão e a reclusão que era imposto ao sexo feminino. A autora teve grande preocupação em analisar as transformações da condição da figura feminina no Brasil no correr do século XIX, mas sua abordagem diferencia-se da concepção buscada neste projeto, uma vez que seu foco vai além dos periódicos, focando principalmente nos discursos médicos que foram produzidos naquele contexto e, sendo vistos ainda hoje, como os principais responsáveis por reforçar as desigualdades de gênero presentes na sociedade. (VERONA, 2007)

Este artigo é uma tentativa de demonstrar a necessidade de estudar e trazer para o debate os estudos com a temática feminina voltados para uma análise sob a perspectiva do gênero, tem sido fundamental para questionar a produção do conhecimento científico voltado para um sujeito humano universal. Para Maria Odila Leite, a inclusão das mulheres nos estudos históricos, implica num questionamento dos principais paradigmas existentes e estabelecidos na disciplina. (DIAS, 1992)

Para uma reflexão de gênero é essencial estar por dentro do que tem sido feito no campo da história social das mulheres e das relações de gênero, entendendo que é fundamental discutir questões sobre a mulher e a história, buscando refletir sobre os diversos fatores que propiciam a desigualdade

presente entre os gêneros que foram historicamente e hierarquicamente construídos. Corroboro com a historiadora americana Joan W. Scott (SCOTT, 1995) que coloca os estudos de gênero como fundamentais para pensar a complexa rede de relações entre homens e mulheres, bem como os processos de significação que englobam a construção do ser mulher. Também nos ajuda a refletir as proposições de historiadoras brasileiras como Margareth Rago (RAGO, 1995), Rachel Soihet (SOIHET, 1997) e Joana Maria Pedro (PEDRO, 2011), tais autoras demonstram como o movimento das mulheres tem apresentado uma crítica a produção de conhecimento e alerta para a necessidade de se mudar essa interpretação da historiografia, visto que as experiências culturais femininas são diferentes das masculinas.

Em alguns momentos julgo como necessário, também, recuperar, em outros periódicos do período, alguns pontos de reflexão. Desta forma, pretendo investigar também *A Mulher do Simplício*, por ser um periódico destinado ao público feminino e também editado por Paula Brito. Além de dois jornais de grande circulação, que discutiam o universo das letras e da política na Corte: *O Diário do Rio de Janeiro* e o *Correio Mercantil*, para obter um suporte do universo a ser analisado em questão.

Fontes e bibliografia:

Fontes:

Edições de *A Marmota na Corte*. Consultado no mês de março de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *Marmota Fluminense*. Consultado no mês de março de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *A Marmota*. Consultado no mês de março de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *Mulher do Simplício*. Consultado no mês de abril de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *O Diário do Rio de Janeiro*. Consultado no mês de agosto de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *Correio Mercantil*. Consultado no mês de setembro de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Edições de *Revista da Semana*. Consultado no mês de março de 2017. Disponível para acesso na Hemeroteca Digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Bibliografia:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BITTONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990, p. 71.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, p. 39-53. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DUARTE, Constância Lima. *Imprensa Feminina e Feminista no Brasil: Século XIX: Dicionário Ilustrado* – 1 ed. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

GODOI, Rodrigo Camargo. *Um Editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. São Paulo: EdUSP, 2016.

MEYER, Marlise. *Folhetim*. Uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

MOREL, Marco. Os Primeiros passos da palavra impressa. IN: MARTINS, Ana Luiza; DE TUCA, Tania Regina (Orgs.) *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Lúcia Maria. B. P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia M. Bessone da C. (org.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A / FAPERJ, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v.12, n.22, p.270- 283, jan-jun 2011.

RAGO, Margareth. *As mulheres na historiografia brasileira*. In: Silva, Zélia Lopes (orgs.). *Cultura Histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

RODRIGUES, Dayanny. Escritos de e para Mulheres no século XIX: O conceito e emancipação e a representação feminina no *Jornal das Senhoras*. *Revista Outras Fronteiras*, Cuiabá, vol.4, n.1, jan/jul, 2017. Pp.69.

SANTOS, Rinaldo Cavalcanti dos. *A Marmota na Corte: recreação e vereda literária no cenário cultural do século XIX (1849-1852)*. Dissertação (Mestrado em Letras), Assis: UNESP, 2009.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica.” *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, n 2, jul/dez. 1995.

SIMIONATO, Juliana Simone. *A Marmota e seu Perfil Editorial: Contribuição para edição e estudos dos textos machadianos publicados nesse Periódico (1855 – 1861)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs) *Domínios da história*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

VERONA, Elisa Maria. *Da feminilidade oitocentista*. Dissertação (Mestrado em História), São Paulo: UNESP, 2007.

MULHERES DE ATENAS? O ESTEREÓTIPO DE MODELO IDEAL DE MULHER PROPOSTO PELA IGREJA CATÓLICA E SUAS EFETIVAS REPRESENTAÇÕES EM JUIZ DE FORA/ MG (1930-1945)

Mônica Euzébio da Costa¹

Resumo:

O presente artigo tem por escopo fazer uma discussão sobre o discurso da Igreja Católica sobre o papel das mulheres em nossa sociedade, para tal propósito iremos utilizar dois jornais dessa instituição religiosa sendo eles, O Lar Catholico e O Lampadario e também processos de desquite para podermos analisar a efetiva representação da fala dessa instituição religiosa para as famílias e principalmente para as mulheres. Dentro desse debate, também faremos uma breve discussão sobre o conceito de gênero e suas implicações dentro desse discurso do poder eclesiástico.

Palavras-chave: Mulheres, Igreja Católica, Família.

WOMEN OF ATHENS? THE STEREOTYPE OF WOMAN IDEAL MODEL PROPOSED BY THE CATHOLIC CHURCH AND ITS EFFECTIVE REPRESENTATIONS IN JUIZ DE FORA/MG (1930-1945)

Abstract:

The purpose of this article is to discuss the Catholic Church's discourse on the role of women in our society. For this purpose, we will use two newspapers from this religious institution, such as The Catholic Home and The Lampadario, as well as the processes of revenge so that we can analyze the effective representation of the speech of this religious institution for families and especially for women. Within this debate, we will also make a brief discussion about the concept of gender and its implications within this discourse of ecclesiastical power.

Key-words: Woman, Church Catholic, Family.

¹ Graduada em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, especialista em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora e mestranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto.

Introdução:

O presente artigo terá por finalidade, discorrer acerca do discurso da Igreja Católica perante o papel das mulheres em nossa sociedade e também qual seria a efetiva representatividade do referido discurso. Para tal escopo utilizaremos como metodologia, a análise do discurso de dois jornais católicos de Juiz de Fora, denominados de O Lar Catholico e O Lampadario, e também serão utilizados processos de desquite para o referido trabalho para a análise das temáticas supracitadas.

O trabalho será dividido em dois tópicos, no primeiro iremos fazer uma breve discussão sobre o conceito de gênero, pois o mesmo tem por intuito fazer um debate sobre as construções sociais e culturais existentes em nossa sociedade.

Já no segundo tópico a partir da análise dos jornais e dos processos de desquite, faremos uma discussão sobre o discurso pregado pelo poder eclesiástico na sociedade com relação á família e as mulheres principalmente, e em seguida analisaremos os processos de desquite para verificarmos se o discurso da Igreja Católica realmente foi efetivo.

1.1 Gênero, um conceito em debate:

Parafraseando Lucien Febvre – para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o homem” – torna-se inadequado falar-se hoje, em uma “história da mulher”. Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe portanto abordar-se a “história das mulheres” (SOIHET, 1997: 399)

A categoria de gênero surge com o movimento feminista nas décadas de 1960 e 1970, muito associados às questões políticas. Nesse momento a construção do passado era vista como um ato político de suma importância, no qual, se tinha por finalidade demonstrar os movimentos de resistência das mulheres. Assim, como nos informa Joan Scott, “[...] a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação (SCOTT,1992: 64)”. Desse modo, podemos identificar que o conceito de gênero surge na tentativa de se fazer uma construção da história das mulheres, de sua participação ativa tanto a nível social quanto político em nossa sociedade e também desmitificar as divisões existentes entre os sexos que são baseadas em construções sociais e culturais.

A historiadora Rachel Soihet afirma que, a onda do movimento feminista, ocorrido na década de 1960, contribuiu ainda mais para o surgimento da história das mulheres, e que para a mesma a categoria de gênero desde a década de 70 tem sido o termo utilizado para teorizar a questão das diferenças entre homens e mulheres, que a priori foi inicialmente utilizado pelas feministas norte americanas que tinham por escopo definir as distinções baseadas no sexo. Para Soihet, a categoria de gênero é uma maneira de falar sobre as construções sociais em nossa sociedade (SOIHET, 1997: 404). É possível identificar que tanto Joan Scott, quanto Rachel Soihet, entendem que o termo gênero é uma categoria de análise, que amplia os estudos em torno da história das mulheres.

Como observa os pesquisadores Kalina Silva e Henrique Silva, o conceito de gênero esta muito relacionado com a forma que é percebida as relações de poder tanto entre homens e mulheres. Segundo essa perspectiva o ser masculino e o ser feminino estão associados às construções sociais e culturais, que ditam para os sexos uma divisão na qual, cada um tem uma forma de conduta, práticas e espaços de poder. E todo esse discurso de divisão esta baseado nas distinções que a própria sociedade constrói para o homem e para a mulher (SILVA; SILAV, 2005: 166). Dessa forma, o conceito de gênero esta associado às construções sociais de nossa sociedade, que por vezes, colocam as mulheres em uma relação de submissão com relação aos homens, pois, “Historicamente, o conceito de gênero surgiu para se contrapor a uma visão que enfatizava as diferenças biológicas, ou sexuais, entre homens e mulheres que acabava naturalizando a dominação masculina [...] (SILVA; SILAV, 2005: 166).” Desse modo, o conceito de gênero surge na tentativa de desconstruir toda essa simbologia de submissão das mulheres perante aos homens, e demonstrar sua resistência com relação a essas construções sociais e culturais.

Desse modo, em um primeiro momento temos o conceito de gênero imerso em questões de cunho político. Já em um segundo momento no final da década de 1970 e início de 1980, o conceito deixará o campo político e passará para o acampo acadêmico.

Finalmente assim prossegue a trajetória, o desvio para o gênero. Na década de 80 foi um rompimento definitivo com a política e propiciou a este campo conseguir o seu próprio espaço, pois gênero é um termo aparentemente neutro, desprovido de propósito ideológico imediato. A emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero, ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise (SCOTT, 1992: 65).

A pesquisadora Joan Scott, salienta que essa saída do conceito de gênero da política para a academia, gerou certo conflito, pois em um primeiro momento essa alteração foi encarada de uma forma positiva, pois a partir do momento que a categoria de gênero foi para a academia, tivemos a oportunidade de resgatar a história das mulheres, mas em contrapartida também temos uma visão negativa com relação a essa mudança, pois na medida em que o gênero saiu da política para a teoria essa perspectiva identificou um sinal de despolitização (SCOTT, 2005: 65).

As divisões existentes em nossa sociedade acerca, dos papéis relegados a homens e as mulheres, sem dúvida alguma estão condicionadas as construções sociais e culturais de nossa sociedade, que são promovidas por diversos agentes, bem como instituições religiosas e escolas, que são grandes difusores de ideologias, e que em determinado contexto histórico foram agentes de suma importância para a valorização do discurso em torno das divisões referentes aos sexos, pois assim como afirma Bourdieu, “[...] o mundo social e suas arbitrárias divisões, a começar pela divisão socialmente construída entre os sexos, como naturais, evidentes, e adquire, assim, todo um reconhecimento de legitimação (BOURDIEU, 2014: 17)”. Desse modo, a partir da fala de Bourdieu, podemos identificar que esse discurso em torno dos espaços condizentes para homens e dos espaços adequados para as mulheres tinha por escopo ser um discurso naturalizado em nossa sociedade, e partir disso não ser questionado.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça – a estrutura do espaço, o mercado reservado aos homens e a casa reservada as mulheres (BOURDIEU, 2014: 18).

Contudo, podemos observar que a categoria de gênero surge a priori dentro do movimento feminista na década de 1960, e na década de 1980 entra na academia para ser teorizado, mas em ambos os momentos o conceito tem a finalidade de evidenciar que esses discursos de submissão das mulheres perante aos homens são pautados por construções sociais e culturais que devem ser desconstruídos em nossa comunidade.

1.2 Periódicos católicos e processos de desquite em Juiz de Fora: qual o diálogo existente entre ambos?

Assim, como foi falado no tópico anterior gênero é uma construção social e cultural que tem por objetivo fazer uma divisão entre os sexos, essa separação por sua vez, é feita por diversos agentes bem como instituições religiosas. No presente tópico iremos abordar a Igreja Católica como um desses agentes difusores de regras normativas para a sociedade.

O poder eclesiástico sempre teve um discurso muito pautado pela manutenção das mulheres em casa, exercendo sua missão de “Rainha do lar”, na qual, a mesma deveria ser uma esposa dedicada e uma mãe exemplar, logo as mesmas deveriam exercer atividades exclusivamente na esfera privada do lar. Já para os homens, ficava definido que os mesmos deveriam ser os provedores de suas famílias exercendo assim, atividades no espaço público.

Com a Revolução de 1930, podemos identificar um marco significativo para o processo de urbanização do Brasil, com o fortalecimento da chamada classe média. Essa mudança tanto social quanto econômica foi também acompanhada por alterações nos comportamentos e modos de pensar das pessoas. Com o desenvolvimento da vida urbana a mulher começou a ganhar mais espaço, e diminuiu sua dependência com relação ao marido, pois a mesma começou a exercer atividades fora do ambiente doméstico. Contudo, a Igreja Católica via com maus olhos essas mudanças nos “costumes” pois para a mesma essa desestruturação das famílias era uma desordem moral (AZZI, 1993: 101-103).

Como regra geral, a Igreja continuou a defender nesse período uma nítida divisão de funções para o homem e para a mulher. Enquanto ao primeiro competia, fundamentalmente, a sustentação econômica da família, mediante o trabalho profissional fora de casa, à tarefa específica da mulher era a educação dos filhos menores, com atividades restritas ao âmbito do lar (AZZI, 1993: 103).

Logo, podemos observar que mesmo em meio a essa mudança socioeconômica que foi marco do início dos anos de 1930, no qual, as mulheres tiveram mais possibilidade de trabalhar fora do ambiente doméstico, a Igreja Católica continuou a reafirmar que o lugar das mesmas era no ambiente privado do lar. Para a efetivação desse discurso, a mesma se utilizou da imprensa, bem como dos jornais para propagar esse tipo de ideologia.

Prega-se por toda a parte a emancipação das mulheres, como se tratasse da libertação de escravos e o comunismo levou a doutrina aos extremos limites do impudor e da insensatez. Igualdade de direitos políticos e civis, livre exercício do todas as profissões e amor livre! É esta em síntese a doutrina feminista. A natureza feminista, a função social da mulher são incompatíveis com o exercício de muitos cargos e

profissões [...]A mulher não pode ser igual ao homem. As suas vidas, os seus deveres, a sua função correm paralelas, são equivalentes, mas inconfundíveis.A imitação de certos atos e gestos masculinos degrada e desprestigia.Não são, mulheres, as criaturas que deixam a vida do lar e os cuidados dos filhos, para irem para a praça pública [...]Mulheres são as doces companheiras que aceitam o amor do marido e os deveres e encargos da maternidade como uma benção do céu.²

No artigo do jornal O Lar Catholico acima, podemos identificar todo esse discurso normativo da Igreja Católica em nossa sociedade em torno das mulheres. Um discurso pautado por uma construção social e cultural, na qual, relega as mulheres ao espaço privado do lar, onde irão exercer sua missão de “Rainha do lar”, logo aquelas que deixaram de lado esse dever, como podemos observar no trecho acima, foram veementemente criticadas pelo poder eclesiástico.

Na cidade de Juiz de Fora, tanto O Lar Catholico, quanto O Lampadario, foram periódicos que tiveram por intuito orientar a população de acordo com as doutrinas da Igreja Católica, e a família foi um ponto forte no debate do poder eclesiástico nesses jornais. Principalmente no que diz respeito às mulheres, pois a partir da fala dos prelados podemos observar que em grande parte o sucesso dos casamentos e da felicidade conjugal estavam nas mãos das mulheres, e que o divórcio algo muito criticado pela Igreja Católica, pois para a mesma o casamento considerado um sacramento é indissolúvel, e nesse período também temos uma discussão muito grande nesses jornais sobre a possível promulgação do divórcio, só aconteceria se a mulher não cuidasse bem do seu casamento.

A moça, quando se casa, deve estar convencida de que a bôa harmonia do lar depende do accordo mutuo entre os esposos.Para isso é preciso que ambos procurem entender-se, evitando tudo que possa perturbar a felicidade conjugal.Essa depende, em grande parte da mulher.Um lar bem arranjado, onde cada cousa tem o seu lugar, cada pessoa comprehende seus deveres, e os cumpre religiosamente, attraê o marido, prendendo-o nas horas vagas.Toda discussão deve ser evitada como causa próxima de malentendidos prejudiciaes.Uma palavra de carinho, um agrado são armas poderosas para que a mulher conserve sempre um lugar especial no coração de seu esposo.Não contrarial-o, deve ser o seu empenho maximo, mesmo que isso lhe custe, as vezes, a não satisfação de um capricho.Se todos comprehendessem essas cousas, e contrariassem seus ímpetos nervosos, a vida em commum seria facillima.Mas hoje com o feminismo triamphante, cada qual quer gritar mais, esquecendo os fins nobres do casamento.Esse o grande mal.³

² O Lar Catholico, Nº 2, 10/01/1937,p.12.

³ O Lampadario. 22/06/1930,p.1.

Desse modo, como foi mencionado anteriormente, o discurso da Igreja católica como podemos observar no trecho acima do jornal *O Lampadario*, é muito pautado pela submissão da mulher perante o homem em seu casamento, que depende da mesma para que os laços matrimoniais sejam bem sucedidos, ou seja, temos no discurso do poder eclesiástico uma construção social e cultural do papel das mulheres em seus respectivos vínculos conjugais. De acordo com o pesquisador Michel Foucault, o discurso é uma forma de poder, e por vezes constroem regras baseadas em interesses individuais e não coletivos.

[...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 2006: 8-9).

Contudo, analisando processos de desquite na cidade de Juiz de Fora nos anos de 1930 á 1945, foi possível verificar que esse discurso de submissão, no qual, as mulheres deveriam cuidar de seus lares, para impedir uma possível dissolução matrimonial, não aconteceu da forma que o poder eclesiástico queria, pois dos 77 processos analisados o dado mais interessante, é que as mulheres pediram mais a separação do que os próprios homens, demonstrando dessa forma que o mito de mulheres submissas era falho. Assim, temos os seguintes dados, dos 77 processos, 41 foram por mútuo consentimento, ou seja, os cônjuges entraram em acordo e decidiram romper o vínculo matrimonial, 21 processos foram pedidos pelas mulheres e 15 pelos homens, desses em primeiro lugar para o motivo do pedido de separação foi o adultério, em seguida temos abandono do lar, maus tratos e injúria.

Assim, foi possível observar a partir desses processos de desquite, que as mulheres não eram tão submissas quanto o discurso do poder eclesiástico queria, pois em um primeiro momento a historiadora Rachel Soihet, já tinha enfatizado que, “A organização familiar dos populares assumia uma multiplicidade de formas, sendo inúmeras as famílias chefiadas por mulheres sós [...] (SOIHET, 2009: 362)”, desse modo esse discurso normativo da Igreja Católica que tentava colocar as mulheres em atividades relacionadas exclusivamente ao ambiente doméstico, não cabia a realidade de muitas delas, tanto por questões econômicas quanto culturais, muitas mulheres tiveram de trabalhar para sustentar suas respectivas famílias. Em um segundo momento, a partir da análise dos processos de desquite, podemos observar que o número maior de pedidos de separação foi solicitado pelas

mulheres, pois na verdade as mesmas não eram tão submissas aos homens, e quando estamos falando de mulheres independentemente do contexto histórico, estamos falando de uma multiplicidade de uma pluralidade que tem suas respectivas realidades, que por vezes não cabem dentro de normas forjadas através de construções sociais e culturais.

Portanto, não há um efetivo diálogo, entre os periódicos católicos e os processos de desquite na cidade de Juiz de Fora, pois os artigos dos jornais pregam por uma submissão das mulheres em relação aos homens, contudo ao analisarmos os referidos processos é possível observar que essa submissão não acontecia da forma que o poder eclesiástico gostaria.

Considerações finais:

O presente trabalho teve por escopo fazer um breve estudo, tanto no que se refere ao conceito de gênero, quanto no que diz respeito ao discurso da Igreja Católica sobre as relações e divisões entre os sexos.

Foi possível observar que o conceito de gênero foi construído a partir do movimento feminista na década de 1960, e que tinha por escopo demonstrar as construções sociais e culturais com relação aos homens e as mulheres, e que a partir da década de 1980 o mesmo passou do campo político para o acadêmico para ser teorizado.

Com relação ao discurso da Igreja Católica sobre os papéis definidos tanto para as mulheres quanto para os homens, a partir da análise dos periódicos *O Lar Catholico* e *O Lampadario* da cidade de Juiz de Fora, foi possível verificar que os artigos contidos nos mesmos relegavam as mulheres uma condição de inferioridade perante aos homens, e que o “bom casamento” dependia das mesmas. Contudo, a partir da análise dos processos de desquite da referida cidade, observamos que na verdade eram as mulheres que mais pediam a separação matrimonial, que elas que estavam mais insatisfeitas em seus casamentos, e que esse discurso pautado pela submissão das mesmas não fazia parte da realidade de muitas delas. Pois, o discurso que prezava pela manutenção do vínculo conjugal, sua indissolubilidade e o fato das mulheres terem que fazer atividades exclusivamente domésticas, tanto por questões culturais quanto econômicas não fazia parte da realidade de muitas mulheres, que por vezes tinham que trabalhar fora de casa para sustentar suas famílias.

Desse modo, é possível concluir que nossa sociedade é permeada por simbologias, que são constituídas por construções sociais e culturais, que fazem com as mulheres tenham normas

comportamentais muito rígidas, e quando as mesmas não as seguem são questionadas pela sociedade. Contudo, essas regras por vezes não fazem parte da realidade de diversas mulheres.

Referências bibliográficas:

AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). **Família, Mulher, Sexualidade e Igreja na História do Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.p.101-134.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da história. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p.63-95.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2005.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: Ensaio de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus. 1997.p. 399-429.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.p. 362- 400.

LOLITA: UMA LEITURA SOBRE A SEXUALIZAÇÃO DO MENOR (1957-1961)

Celina Cabral¹

Clarissa O'Neill²

Jéssica Alves³

Marina Neumann⁴

Resumo:

A erotização e a pedofilia como problema social estão no centro do debate sobre a criança. A evolução da percepção da sexualidade infantil transformou a criança em um ideal, levando a um fascínio da ideia de inocência. É a partir desta concepção que se pretende pensar, aqui, o livro *Lolita*, de Vladimir Nabokov, de maneira mais historiográfica, mobilizando brevemente a teoria sobre análise de discurso e da perspectiva de gênero, pensando a recepção do livro no Brasil segundo o jornal *O Globo*.

Palavras-chave: *Lolita*, Imprensa, *O Globo*, Pedofilia, Sexualização Infantil, Discurso, Kincaid.

LOLITA: A READING ABOUT THE SEXUALIZATION OF THE MINOR (1957-1961)

Abstract:

The sexualization of children and pedophilia as a social issue are at the center of the debate surrounding the child figure. The evolution of the perception of a "childlike" sexuality transformed the child in an bodily ideal, giving fascination to the idea of innocence. It's from this conception that we intend to think, in this article, the book '*Lolita*' by Vladimir Nabokov, in a more historiographical way, mobilizing briefly theories on discourse analysis and gender performance, thinking and observing the reception of the book in Brazil according to the newspaper *O Globo*.

Key-words: *Lolita*, Press, *O Globo*, Pedophilia, Child Sexualization, Discourse, Kincaid.

¹Cursando ensino superior de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense; celinaccabral@gmail.com;

²Cursando ensino superior de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense; clarissaafoneill@gmail.com;

³Cursando ensino superior de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense; jessica.alves29@yahoo.com.br;

⁴Cursando ensino superior de Licenciatura em História pela Universidade Federal Fluminense; maarinaneumann@gmail.com;

Introdução:

O presente trabalho surgiu como derivação de outro, em uma matéria obrigatória na Universidade Federal Fluminense em que, por questões metodológicas, aprendemos a fazer um projeto de mestrado. Delimitamos as fontes, a bibliografia, fazemos uma pesquisa extensa *a priori* sobre o tema, estabelecemos questões a serem trabalhadas, entre outras questões do longo processo de pensar um projeto de mestrado. Naquele trabalho, decidimos então falar sobre o livro *Lolita*, do Vladimir Nabokov⁵, pensando como a pedofilia surge nele e como ela ecoa socialmente, mas estávamos no terceiro período, e por mais que não tenhamos nos graduado, estando no sexto agora, nossa carga literária dobrou, no mínimo.

Sempre quisemos “reviver” nosso trabalho de calouras, pensar o *Lolita* de forma mais aprofundada, historiograficamente falando. É um tema que tem muito espaço para crescer, o de pensar a sexualização do menor; porém, ao retomar esse trabalho agora, ficamos com algumas questões essenciais. Pela proposta de um projeto de mestrado, olhar todas as fontes que havíamos proposto – em um trabalho de história comparada, pretendíamos olhar jornais franceses, americanos e brasileiros – seria da ordem do impossível. Logo, o primeiro desafio foi delimitar nossa fonte primária, onde decidimos então manter o jornal *O Globo*, proposto no projeto, pois é dessa corporação que será publicado o livro em 2003, analisando o discurso, especificamente, das cartas de leitores, nos dois anos anteriores e subsequentes à publicação em 1959. A segunda questão é referente à coautoria do trabalho, em que todas as quatro graduandas estão imersas em todos os processos de produção, por isso, o recorte das fontes e a base teórico-metodológica foi um debate acalorado quanto aos seus usos.

Uma breve síntese do livro, que não dispensa leitura, é a história de um homem de quarenta anos – contado pelo mesmo em primeira pessoa – e sua trama com Dolores Haze, *Lolita*, de 12 anos, filha de sua inquilina. Humbert alega se apaixonar pela menina e, para manter-se próximo a ela, acaba por casar-se com sua mãe. Em um trágico acidente, sua então esposa morre, e Humbert é deixado como guardião de *Lolita*. Dito isso, nesse trabalho que comporta um corpo documental pequeno, pretendemos fazer um breve apanhado da teoria sobre análise de discurso, fontes jornalísticas e pensar a recepção de um livro que trata sobre pedofilia, usando termos inovadores como “*ninfeta*”, na sociedade dos anos 1960.

⁵ NABOKOV, Vladimir. *Lolita*. Rio de Janeiro: O Globo, 2003;

Sexualização do Menor e Estudos Sexuais/de Gênero em Crescimento no campo Acadêmico de História:

O tema levantado na obra *Lolita* está no centro do debate sobre a criança, a erotização do corpo infantil e a pedofilia como problema social. Destaca-se em debates feministas, no cotidiano policial, assim como no cinema, nos jornais, na literatura e na Igreja, onde aparece principalmente como tema relacionado à sexualidade dos que são castos e que incorrem igualmente em crime.

O historiador Phillipe Ariès, no livro “*História Social da Criança e da Família*”⁶ analisa como a figura infantil, que ao longo do período medieval tinha uma presença superficial, ganhou o destaque que se tem hoje dentro do núcleo familiar. Ao longo do livro passeia com seus leitores pelas obras iconográficas do século XII ao XVI, mostrando como a figura infantil se desenvolve. Traz ainda à luz a representação helenística, talvez a mais próxima à atualidade ideológica infantil, com sua graça e redondeza. Enfatiza: “não se pensava, como normalmente acreditamos hoje, que a criança já contivesse a personalidade de um homem” (Ariès, 1981). Ariès nos descreve como, aos sete anos, todas as brincadeiras corporais do príncipe Luís XVIII consigo e com outros passaram a ser repreendidas: “gestos e contatos físicos que só passavam a ser proibidos quando a criança atingia a puberdade, ou seja, praticamente o mundo dos adultos”.

Podemos ver, claramente, como a criança é sim um ser sexual. O título de um de seus capítulos “*Do Despudor à inocência*” nos indica dois aspectos: o histórico, em que, antigamente uma criança exibir seu lado sexual era aceitável, e hoje, no qual às tratamos sempre como inocentes; e o seu lado pessoal, no sentido que, no medievo, a criação dessa criança vinha de uma área despudora para a inocência. Isto não significa, contudo, que ter uma sexualidade própria a torna um ser sexual.

James R. Kincaid (1998), um linguista americano, vai utilizar a mesma linha de pensamento de Ariès em seu livro “*Erotic Innocence: The Culture of Child Molesting*”⁷. Para eles, a concepção de criança como um ser livre de pecado, puro e inocente começou a ser formulada na Era Vitoriana, a partir de livros e do imaginário comum. Kincaid utiliza-se do termo “*criança romântica*” para descrever o ideal cunhado no fim do século XVIII, que carrega não só uma carga de divindade, mas também um potencial para o futuro.

⁶ ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981;

⁷ KINCAID, James R. *Erotic Innocence: The Culture of Child Molesting*. Durham: Duke University Press, 1998;

Talvez tenha algo na maneira com a qual idealizamos ‘a criança’ que nos faz indiferentes à maioria delas, mesmo aquelas cuja miséria e devastação nos chamam atenção. Ou talvez, tenhamos saturado tanto a ideia de inocência com apelo erótico que idealizamos para não sofrer a consequência de nossos atos⁸. (KINCAID, 1998: p. 54)

Um dos maiores perigos, de acordo com o autor, da transformação da criança em um ideal é a transformação desta em um “*alien*”: na transformação desta criança em um ser completamente diferente e separado do adulto. Enquanto classificamos a criança em um patamar ilusório de diferenças biológicas extremas (como se a criança fosse sua própria categoria), também mantemos esta categoria aberta, livre para implementarmos os ideais que quisermos de acordo com nossos próprios caprichos.

A maior representação, para o autor, da sexualização do menor e, mais especificamente, da ideia de inocência está na virgindade. Embora não seja uma noção que tenha surgido no século XVIII tal como a criança, a aura mística envolvendo a questão da virgindade persiste até os dias de hoje: existe um fascínio com a ideia de tirar a virgindade de alguém, e o desejo de o fazer, também (nossa tradução).

A inocência foi lixada para significar pouco mais do que virgindade somada a ignorância: a criança era, portanto, aquilo que é inocente: a espécie incapaz de praticar ou incitar o sexo. A ironia não é difícil de perder: definir algo como inteiramente negacionista traz consigo irresistivelmente aquilo que estamos tentando banir. (KINCAID, 1998: p. 55)⁹

Gênero e Lolita:

Mobilizamos a perspectiva de gênero da filósofa Judith Butler para pensar o gênero no presente trabalho; partindo do pressuposto de Simone De Beauvoir, que a mulher se tornar mulher, é preciso que, para se adequar a este gênero, se repita normas próprias do mesmo. Esse corpo – que repete tais normas com frequência – passa a então obedecer a norma. Logo, a norma depende da execução obediente e da sua repetição para continuar existindo, dessa forma, deslocando a ideia de “*identidade*” para “*performatividade*” de gênero. Performatividade não como um ato individual de

⁸ Trecho traduzido livremente;

⁹ *Innocence was filed down to mean little more than virginity coupled with ignorance; the child was, therefore, that which was innocent: the species incapable of practicing or inciting sex. The irony is not hard to miss: defining something entirely as a negation brings irresistibly before us that which were trying to banish.*

cada um, mas como um sistema no qual todos nós estamos, de repetição das normas de gênero, em que essas são dependentes do seu ato constante para vigorarem. Porém, se a sua repetição constitui a norma, dentro da própria se inscreve a possibilidade de subversão, enquanto a identidade de gênero, fixa, não se modifica.

Através dessa performatividade que Butler trabalha, é possível pensar que as normas de gênero – que dependem de uma repetição – estão fundamentadas nessa ideia de que o sexo é natural, de que o gênero é cultural e que, culturalmente, as normas de gênero vão sendo repetidas por todos nós. Mas, se elas vão sendo repetidas por todos nós, as normas dependem de todos nós para continuarem existindo e, portanto, tal naturalidade, ou culturalidade – essa divisão – não pode ser tão clara. (Butler, 2016)

Transpondo esses aspectos citados para Lolita, nos deparamos com a fonte com esses conceitos em mente. Escolhemos para esse artigo pensar como tal performatividade do gênero mulher é perpetuada nas cartas de leitores, sobre as mulheres da sociedade brasileira e sobre a própria Lolita nesse breve escopo dos anos 1960. A menina Lolita, como outras meninas que serão aludidas nas fontes, aparecem como performances desse gênero, pois estão incorporando a mulher – usando vestidos, saltos, maquiagens, unhas pintadas – mas tencionam (ou seria subvertem?) a norma no momento em que são meninas, e não mulheres. A sexualidade, como categoria própria do feminino, é retratado nessas meninas, mas com essa subversão clara.

O Discurso e a Análise Metodológica:

Para a análise desse discurso jornalístico, mobilizaremos os marxistas Michel Peucheux e Louis Althusser. O jornal *O Globo* aparece então, nessa perspectiva, sob o contexto de um aparelho ideológico do estado – conceito de Althusser. Em união com o aparelho repressivo do estado, o autor fala de aparelhos que desempenham um papel fundamental para a reprodução material da sociedade, por meios dos quais se constituem sujeitos sociais. Tal sujeito é sempre previamente submetido aos aparelhos ideológicos – igrejas, imprensa, informação, cultura, escola, política, entre outros – com uma carga ideológica que opera no seu subconsciente, que, de forma lacaniana, é responsável por dar sentido e significado aos discursos. Tais sentidos e significados aparecem como “evidentes”, o único possível e livre de condicionantes – por isso não há outra forma de dizê-lo, e com isso, todas as outras formas de falar são esquecidas (SANTIAGO, 2017, No prelo).

Partindo dessa perspectiva, o jornal *O Globo* aparece então, como um aparelho ideológico do estado, em que o mesmo, através de sua forma de produção e distribuição – entre outros aspectos, tal como a tiragem, a forma de venda, o preço e o espaço em que circulam –, acaba por criar inúmeras redes de comunicação entre o próprio jornal e seus leitores (CRUZ; PEIXOTO, 2017, p. 263). Para analisar metodologicamente tais aspectos, utilizaremos dos processos descritos pelas historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário da Cunha Peixoto em seu artigo “*Na oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa*”¹⁰, no qual as mesmas enfatizam a importância de relacionar a problemática do periódico em questão com o campo social e histórico no qual o mesmo foi produzido.

Assim, nossas perguntas iniciais e centrais são relativas à como determinada publicação se constitui com força histórica ativa naquele momento, isto é, como se constitui como sujeito, como se coloca e atua em relação à correlação de forças naquela conjuntura, quem são seus aliados ou amigos? Que grupos ou forças sociais são identificados como inimigos, adversários ou forças de oposição? (CRUZ; PEIXOTO, 2017).

Análise das Fontes:

Encontramos um grande escopo de fontes, e decidimos classificar como “primárias” as cartas de leitores, jornalistas e colegas escritores sobre os livros, e “secundárias” as que aludem a todo outro tipo de informação útil para pensar a repercussão do livro de 1957 a 1961. Neste segundo grupo, podemos encontrar propagandas do livro, menções sobre a “Família Nabokov” e seu percurso na Europa para a venda do mesmo, entre outros. Nos chama atenção os rankings de livros mais vendidos, nos quais *Lolita* permanece em primeiro lugar durante os três primeiros bimestres de 1959, ano de publicação no Brasil, até meados de 1960, em 3º lugar. Além disso, a partir de 5 de junho de 1959 quando os direitos de filmagem da história são vendidos para Stanley Kubrick, começam a aparecer notícias sobre tal processo midiático, preocupações sobre os atores contratados e afins.

Deste segundo grupo é importante chamar atenção para as fontes que aparecem na pesquisa do “Acervo O Globo”, pois o usam da palavra *Lolita*, aludindo ao Livro, mas sem mobilizá-lo

¹⁰ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do Historiador: Conversas Sobre História e Imprensa. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 35, dez. 2009;

propriamente. É o caso, por exemplo, de uma jornalista que, na publicação¹¹ do caderno “globo-feminino” de 12 de Maio de 1960, reúne suas preocupações sobre as meninas que estão na “Idade-Lolita”, dos 12 aos 15 anos. Segundo ela, são “sub-adolescentes” portando-se como mulheres, seduzindo homens – observemos uma clara sexualização dessa criança. Segundo a autora, essas adolescentes são responsáveis por se alçar ao mundo dos adultos, mas estes que devem ser os responsáveis por ampará-las. Vemos nesse caso, muito claro, o problema que foi exposto anteriormente quanto a esse gênero mulher, que se apresenta enquanto menina, mas ainda enquanto mulher.

Ainda nessas fontes “secundárias”, encontramos em uma pequena crônica de 1 de outubro de 1959, na primeira página, onde duas mulheres conversam, falando sobre como suas ações de adolescentes ao dar em cima de homens se equiparavam ao livro Lolita, que “ainda não estava na moda”. Todas essas fontes são de suma importância para entender como o livro impacta essa sociedade de meados do século XX, e como a personagem entra no imaginário brasileiro de forma a tornar-se, por si, uma própria personificação de gênero. Há também o caso de reportagem de 09 de julho de 1960, recebe de título “a influência de Lolita”, que é uma pequena notícia sobre um tradutor de livros que havia sido indiciado por abuso de uma menor, e em sua defesa, estava sob a influência do romance.

Quanto às cartas de leitores, antes da publicação no Brasil (1959) encontramos com frequência o debate sobre a censura no exterior. Aquilo que seria moral, imoral, pornográfico e obsceno, aparece como questões de opinião, para um ministro francês, Raimond Poncaré, entrevistado. O mesmo será responsável por dizer que a “pornografia começa onde a arte termina”. Em diante, a discussão se encontra longe de terminada – arrisco dizer até os dias de hoje.

Pensando a agência feminina na fonte “A Escandalosa Lolita”, de março de 1959, o escritor W. K. Mayo¹² deixa clara a atuação de Lolita em seduzir Humbert. “Espírito de pai sobrepõem o de amante, e não se atreve, ela menina lhe ensina o caminho do amor”, mas pouco depois, o mesmo irá dizer que “depois de correrem de hotel em hotel, separam-se. Humbert ainda apaixonado esforça-se para esquecê-la”. Nesse caso, a ação de Lolita se reduz completamente. Para um leitor atento, Lolita não consegue se separar de Humbert assim tão subitamente, mas através de um longo processo de fuga em que precisou da ajuda de um terceiro homem. Nos deparamos novamente com essa “dupla

¹¹ PAIS e Educadores Devem Cuidar Com Carinho da Formação Das Adolescentes. O Globo. Rio de Janeiro, 12 de maio de 1960. pp.9;

¹² MAYO, W. K. A Escandalosa Lolita. O Globo. Rio de Janeiro, 23 de março de 1959. pp. 2;

moral” entre os gêneros – a mulher seduz e abandona, mas o homem não aparece como o agente que força a sua estadia. Retomaremos a esse debate mais a frente, com outras fontes.

A noção de que a crítica do leitor é um espaço para “quebrar o monólogo” e possibilitar o diálogo, segundo o próprio jornal, é complicada, mesmo as críticas que surgem no jornal são selecionadas, muitas delas ficando de fora. Ainda sim, é importante ressaltar que esses críticos e leitores de *Lolita* se demonstravam de uma classe intelectual muito elevada, diversas vezes citando outras referências literárias, como Shakespeare ou filosóficas como Shoppenhouer.

A única coisa próxima de um diálogo que podemos ver é um leitor que em dezembro decide responder a uma crítica literária de outubro, ambos em 1959. A primeira crítica, de M. N. Oliveira¹³, retoma a discussão da moralidade, mas legitimando essa como desimportante tendo em vista o sentimento humano tratado no livro. O problema seria então a degeneração de um espírito humano por outro, onde as mulheres são responsáveis por corromper os homens.

Mário Horta¹⁴ responde a carta falando da história como um “drama de amor”, e quanto a tal corrupção, o mesmo diz que *Lolita* tornou-se *best-seller* não porque trata de tais corrupções, mas porque é um “especulador de consciência”. Essa crítica se torna ainda mais chocante que o próprio livro a medida que defende que as “Lolitas em potencial” residem mais nos países tropicais que em outros, e a forma de prová-lo é ir à porta de uma escola para observar. Cito:

[Humbert] não é uma fantasia de romancista: ele vive hoje na Rússia, na França, na Inglaterra, na Espanha, na Itália, na Alemanha, no Brasil... E se não se encontra sempre uma Lolita é porque elas não existiam (...). Sabemos que nos países de clima tropical e, generalizando, nas Américas Central e do Sul, uma menina de 12 anos é fisicamente quase uma mulher. (...) Podemos constatar o conceito: ponha-se um observador (que não seja um Humbert) à porta de uma escola e atente na desenvoltura das meninas do último ano primário. Quantas Lolitas em potencial descobrirá! São elas borboletas capazes de desferir voo desde um menino da sua idade ou um adulto rompa o casulo onde domem seu sono cíclico. (HORTA, 1959: p.11)

Lolita e Humbert entraram no jargão desta classe média para designar, respectivamente, meninas sexualizadas e homens pedófilos. Com uma rápida pesquisa, é possível observar a popularização do termo “Lolita” no Brasil durante os anos 1990, mas não nos estenderemos tanto. É necessário retomar mais uma vez a questão quanto a agência dessas meninas que estão, no imaginário

¹³ OLIVEIRA, M. N. *Lolita*. O Globo. Rio de Janeiro, 06 de out. de 1959. pp.9;

¹⁴ HORTA, Mário. O Globo: **Porta de Livraria**. Rio de Janeiro, 01 de dez. de 1959. pp. 11;

dessa população leitora, mobilizando todos os aparatos normativos do gênero mulher, mas se encontram em uma jogada múltipla. O olhar que se joga sobre essas meninas é que por terem dito “domínio” sobre sua erotização, já podem ser consideradas mulheres, sabem o que fazem e são responsáveis pelas suas próprias “desvirtudes” – inclusive à corrupção dos homens que seduzem. Não apenas a categoria de menina, como da mulher, é jogada aqui ao absurdo – são equiparadas se tiver coerência argumentativa, e são desniveladas se pudermos manter a responsabilidade dos atos envolvidos (sedução, sexo) na mão dessas menina-mulheres. Como vimos antes, a conduta de fugir do pedófilo sequestrador, que é Humbert, é diminuída, como se fosse um simples término por parte de Dolores.

Jornais – categorias:

Lolita sempre aparece entre a 7^a e a 10^a página, com bem pouco destaque. Em 1957 encontramos três menções ao livro, duas sendo cartas de leitores que tiveram acesso à obra no exterior; em 1958, apenas uma, e em 1959, 35 menções importantes – de propagandas a cartas de leitores.

Bibliografia:

Althusser, L. (1972). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado* (1a ed.). Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Ariès, P. (1981). Do Despudor a Inocência. In P. Ariès, *História Social da Criança e da Família* (1o ed.). Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Editora Zahar.

Butler, J. (2016). *Problemas de Gênero* (11^a ed.). (J. Butler, Ed.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (5a ed.). Campinas, SP, Brasil: Editora Unicamp.

SANTIAGO, Eduardo. (Universidade Federal Fluminense). *Boudieu e Pêcheux - uma análise discursiva*. Carta para: Clarissa A. F. O'Neill (Universidade Federal Fluminense) , No Prelo. 17 JAN, 2017. P. 6.

LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-81): UM JORNAL “GUEI” SIM SENHOR!

Geovane B. Costa¹

RESUMO:

O objeto deste trabalho, e também a principal fonte, é o jornal *Lampião da Esquina*, que era um periódico feito por homens assumidamente gays e voltado para as minorias, em especial os gays, que surgiu em abril de 1978 e durou até junho de 1981. No período de publicação do jornal houve trinta e oito edições regulares, da edição 00 à edição 37, e três edições extras, portanto 41 edições, que continham entre 16 e 20 páginas. O objetivo deste texto é analisar, de forma geral, o(s) discurso(s) produzido(s) sobre os homossexuais pelo jornal *Lampião da Esquina* nos três anos de sua existência, entre 1978 e 1981, através da linguagem. Para o cumprimento deste objetivo, usaremos como metodologia a Análise de Discurso.

Palavras-chave: jornal *Lampião da Esquina*, imprensa gay, representação gay, Análise de Discurso.

LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-81): A "GUEI" NEWSPAPER YES SIR!

ABSTRACT:

The object of this work, and also the main source, is the *Lampião da Esquina* newspaper, which was a periodical made by gay men and aimed at minorities, especially gay men, which appeared in April 1978 and lasted until June 1981. In the period of publication of the newspaper there were thirty-eight regular editions, from issue 00 to edition 37, and three extra editions, therefore 41 editions, which contained between 16 and 20 pages. No press releases, periodical editions, edition of edition 00 to edition 37, and three extra editions, therefore 41 editions, that continue between 16 and 20 pages have been published. The aim of this text is to analyze, in a general way, the speech (s) produced on homosexuals by *Lampião da Esquina* newspaper in the three years of its existence, between 1978 and 1981, through language. To achieve this goal, we will use Discourse Analysis as a methodology.

KEYWORDS: newspaper *Lampião da Esquina*, gay press, gay representation, Discourse Analysis.

¹ Mestrando em História pela Universidade federal de Juiz de Fora orientado pela professora Dra. Beatriz Helena Rodrigues. Bolsista CAPES. E-mail: geovannecosta2009@hotmail.com

Introdução:

“De todos os círculos, de todos os esplendores do espírito humano, o mais largo é a imprensa; seu diâmetro é o próprio diâmetro da civilização. Nada resiste à imprensa. A imprensa é a força? Por que? Porque é a inteligência. É o charme, toca a alvorada, anuncia em voz alta o reinado do direito, não conta com a noite senão para, ao fim dela, saudar a aurora e iluminar o mundo. Sem imprensa tudo é noite profunda.” Victor Hugo

A imprensa brasileira tem um pouco mais de duzentos anos e esse surgimento tardio envolve empecilhos externos, como os criados pela Coroa Portuguesa para que a imprensa não propagasse a dominação metropolitana em terras ultramarinas; e de ordem interna, já que o Brasil no século XIX ainda tinha uma predominância de uma população rural e analfabeta (SODRÉ, 1999). Contudo, com a chegada da Família Real no Brasil, em 1808, temos a criação da Imprensa Régia, o que resultou no favorecimento da aparição de alguns jornais² e revistas³, que no início eram majoritariamente dedicados ao público masculino tendo surgido uma primeira revista feminina só em 1827: *O espelho Diamantino: Periódico de Política, Literatura, Bellas Artes, Theatro e Modas dedicado as Senhoras Brasilienses* (RODRIGUES, 2007:40). Todavia, a partir do século XX temos mais publicações que dedicaram espaço para as mulheres, e para outros públicos como, por exemplo, para o infanto-juvenil⁴. Assim, ao longo do século XX, teremos o surgimento de mais impressos voltados para outros públicos, como o público homossexual, por exemplo, que lutando por maior visibilidade na sociedade, ganha espaço através do crescimento na década de 1960 do que chamam de imprensa alternativa⁵,

² Dentre os jornais surgidos após 1808 podemos citar: o *Correio Brasiliense*, que era impresso e editado em Londres e considerado um jornal independente da Coroa portuguesa; o *Gazeta do Rio de Janeiro*, que era um jornal oficial feito na Imprensa Oficial do Rio de Janeiro; *Idade de Ouro do Brasil*, feito na Bahia, e que circulava às terças e sextas-feiras, etc. Para saber mais ver SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ªed.

³ O termo revista só é adotado em 1828, entretanto, em 1812 foi lançado na cidade de Salvador um folhetim chamado *As variedades*, que é considerado a primeira revista a circular no Brasil. Ver RODRIGUES, Jorge L. P. **Impressões de identidade: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF. Rio de Janeiro, 2007, p.40.

⁴ Dentre as publicações voltadas para o público feminino podemos citar como exemplo a revista *Cigarra*, criada em 1914, e o *Jornal das Moças*, criado em 1919. Já para o público infanto-juvenil poderíamos citar a revista Tico-Tico, criada em 1905. Ver Ibidem, p.42.

⁵ A imprensa alternativa é também conhecida como “*nanica*”, “*de leitor*”, “*tropicalista*”, “*marginal*”, “*emergente*”, “*independente*” ou ainda “*underground*”. O termo alternativo remete à ideia de “resistência contracultural ao que não está ligado às políticas dominantes e, também, a uma saída para uma situação difícil”. Ver ROSA, Susel Oliveira da. “Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia” Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005, p.2.

A invenção da imprensa alternativa “remonta aos pasquins do período regencial (1831-1840) e também aos jornais anarquistas publicados pelos operários entre os anos de 1880 e 1920”, mas reaparece com maior difusão durante o

que adquire maior força devido à implantação da censura à grande imprensa⁶, repressão e perda de direitos no período da história brasileira que chamamos de ditadura militar⁷. Então, nessa década temos o surgimento da imprensa gay⁸, que tanto no Brasil “como no mundo, surge da necessidade que uma parcela da sociedade teve em procurar seus semelhantes, buscar uma união com os iguais, construir um refúgio coletivo, lutar contra um sistema que os tornava invisíveis” (RODRIGUES, 2007:55).

período da ditadura militar brasileira. Ver KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta Editorial, 1991, p.10.

Apesar das diferenças entre os jornais do período ditatorial que se enquadram como alternativos, eles tinham uma grande questão que os uniam: eram sempre de oposição ao governo e ao discurso oficial, ou seja, tinha um discurso contestador, antigovernista e contra-hegemônico. Ver MENDES, Sérgio Luiz da Silva. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **CONTRAPONTO - Revista Eletrônica de História**, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011. p.27.

⁶ O termo grande imprensa, de forma genérica, é usado para designar o conjunto da mídia que compõe a porção mais significativa em termos de divulgação que pode ser diária, semanal, quinzenal, etc.; de circulação, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. Ver AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999, p.37.

⁷ Após a tirada de Jango da presidência, em 1964, o Brasil foi comandado por uma junta militar formada por oficiais das três armas (Exército, Marinha e Aeronáutica), respectivamente, pelo general Arthur da Costa e Silva, o vice-almirante Augusto H. R. Grunewald e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia e Melo até a eleição via indireta de Humberto Castelo Branco, que irá presidir o Brasil de 1964-1967. Após Castelo Branco, temos respectivamente mais quatro presidentes militares: Artur Costa e Silva (1967-69), Garrastazu Médici (1969-74), Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-85). Para saber mais ver ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Editora Vozes: Petrópolis, 1984, p.53.

⁸ Também chamada de imprensa homossexual ou imprensa homoerótica, a imprensa gay é destinada majoritariamente aos leitores gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em sua grande maioria, produzida por jornalistas gays, sejam eles amadores ou profissionais, era feita inicialmente de modo artesanal, pois eram mimeografados e ou xerocados, com pequenas tiragens e não visavam o lucro. Nos EUA, surge primeiramente na Califórnia, em 1947, com o jornal *Vice-Versa*, e aqui no Brasil, em 1963 no Rio de Janeiro com o jornal *Snob*. Tanto nos EUA quanto no Brasil será a partir destes jornais que teremos o aparecimento e a impressão de vários outros jornais, não só nas regiões em que surgiram, mas em várias regiões de seus países. Ver PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011. É importante destacar que apesar de existirem essas três denominações – imprensa gay, homossexual ou homoerótica -, para a imprensa voltada para o público homossexual, em questão de conteúdo elas não diferem, o que as diferenciam é o posicionamento político frente ao conceito da homossexualidade e do sujeito homossexual assumido pelo autor que as empregam. Sendo assim, aqui usaremos o termo imprensa gay. Para saber mais sobre imprensa gay ver PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011. Para imprensa homossexual ver FERREIRA, Carlos. Imprensa homossexual: surge o Lâmpião da Esquina. São Paulo, **Revista ALTERJÓR**, Ano 01, Volume 01, Edição 01, Janeiro-Dezembro de 2010. E para saber sobre imprensa homoerótica ver ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuadernos.info**, 2016, nº39, p. 101-112.

Nosso objetivo nesse trabalho é o de analisar como o jornal *Lampião da Esquina*, que é a nossa principal fonte e objeto de investigação representou⁹ os homossexuais, desde o seu surgimento em abril de 1978, portanto ainda dentro do contexto da ditadura militar brasileira, especificamente, num período em que se começa a ter uma maior abertura política devido à distensão política “lenta, gradual e segura” posta em prática pelos dois últimos presidentes-generais do Brasil: Ernesto Geisel e João Figueiredo¹⁰.

Para conseguirmos alcançar tal objetivo, utilizaremos como metodologia a Análise de Discurso (AD)¹¹, por meio da qual podemos analisar os discursos escritos. Vale a ressalva de que ao empreender a AD como um método¹² significa que estamos tentando entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com o seu contexto de produção, dando assim um destaque à história e a sociedade que o produziu. Por falar em sentido de texto, será essa a

⁹ Usaremos o conceito conforme os escritos de Chartier (1990) que entende a *representação* como uma realidade dada, constituída, que criam sentidos de fatos que levam sujeitos a pensarem e agirem de alguma forma. Ver CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

¹⁰ Essa redemocratização programada e controlada pelo Estado conduzido pelos presidentes Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) era mal vista tanto pelos setores linha-dura do Exército, que eram contrários à redemocratização do país, quanto pelos civis, que desejavam urgentemente a volta à democracia, o que gerou muita violência no país enquanto durou o processo de abertura. Para saber mais ver: ARAÚJO, Maria Paula N. Lutas democráticas contra a ditadura. Ver CORRÊA, Maria Leticia. As militâncias em oposição à ditadura militar: movimento estudantil e luta armada. Movimentos da sociedade civil na oposição à ditadura militar In: CORRÊA, Maria Leticia. **História do Brasil IV**. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012, p.143.

¹¹ É importante destacar que há vários conceitos de análise de discurso, e que aqui nesse texto usamos a concepção da análise de discurso de linha francesa. Vale ressaltar também que temos no campo das ciências humanas e sociais debates que muitas vezes lhe encarada mais como uma disciplina ou como uma perspectiva teórica do que um método analítico. Para saber mais sobre análise de discurso Ver ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**. 4ed. Campinas: Pontes, 1983

¹² Tomando aqui a Análise de Discurso (AD) como um método, é importante destacar que essa metodologia segue algumas etapas e procedimentos. Conforme Orlandi (2001) num primeiro momento é necessário selecionar um “objeto simbólico” que pode ser um texto verbal ou não verbal para ser analisado. Em seguida, é preciso passar pelo “processo de superficialização” que configura as propriedades discursivas, ou seja, nesse primeiro tratamento da análise do texto fazemos um levantamento de “gestos de interpretação” que servem para observarmos como ocorre o funcionamento da linguagem. Estes gestos da interpretação seriam os elementos linguísticos que constituem o texto e contribuem para a produção de sentidos, como o contexto, por exemplo, que materializa discursos e revela ideologias, como por exemplo, os sujeitos, espaço, tempo, interesses etc. Após, essa fase de análise, em que se percebe e entende os gestos de interpretação (contextos), isto é, em que se compreende o funcionamento da linguagem, é que então entramos no nível da interpretação em que poderemos enxergar o objeto discursivo, e a partir dele, analisarmos o que é dito nesse discurso. Em resumo, a análise do discurso passa então da inteligibilidade do texto através do texto e pelo contexto, por um processo de decodificação, portanto, para a interpretação e compreensão do discurso. Ver ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2001.

abordagem¹³ escolhida a partir da perspectiva da Análise de Discurso, por permitir indagar que sentidos, que representações, *Lampião* construiu sobre os homossexuais.

Os gays na mídia impressa antes de *Lampião da Esquina*:

A figura do homossexual na imprensa escrita é anterior ao aparecimento de uma imprensa especializada ou segmentada para o público homossexual, que normalmente, só apareciam nos boletins ou páginas policiais e relatórios médicos, e, que quando apareciam nos periódicos nacionais, fossem eles jornais ou revistas, eles - os homossexuais-, ou apareciam de forma satirizada por meio de charges e/ou ilustrações, que destacavam o aspecto efeminado desses homens¹⁴, ou através de notícias policiais¹⁵ de morte, estupro ou furto, principalmente, com o envolvimento de travestis (HEEREN, 2011: 41). Contudo, esses periódicos não eram direcionados ao público homossexual, pois é algo que só veio a ocorrer na década de 1960, como já fora mencionado, e especificamente no ano de 1963, com o surgimento do jornal *Snob*, que era editado por Agildo Guimarães. Esse jornal, publicado entre julho de 1963 e junho de 1969, é considerado uma das primeiras publicações voltadas para o público homossexual masculino brasileiro e teve 99 edições regulares e uma edição “retrospectiva” (GREEN, 2006: 155). Distribuído na Cinelândia e em Copacabana, o *Snob* era uma espécie de “columismo social” que tinha uma linguagem sarcástica, irônica e com duplo sentido e que oferecia acesso ao mundo gay das “bichas”, “bonecas” e “bofes” através de colunas de fofocas, matérias sobre moda e beleza, entrevistas e reportagens de jornalistas que faziam uso de pseudônimos para expressar suas ideias no anonimato (Ibidem). *Snob* era distribuído de forma gratuita e motivou

¹³ Existem quatro tipos de abordagens que podem ser feitas sobre o objeto: 1) *análise dos sentidos* (reflete sobre formação discursiva e ideológica do texto); 2) *análise dos sujeitos* (reflete sobre quem fala e para quem fala); 3) *análise do silenciamento* (reflete sobre aquilo que não está sendo dito no texto) e 4) *análise da estruturação do discurso* (reflete sobre como o discurso se organiza no texto). Ver BENETTI, Marcia. Análise de Discurso como método de pesquisa em comunicação. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Pesquisas em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016, p.235-256.

¹⁴ Por exemplo, na revista humorística *O Malho* do volume 2, número 20, de junho de 1903, temos a exibição de uma charge junto de um poema irônico intitulado *Fresca Theoria* em que satirizava os homens que se reuniam na Praça Tiradentes como um local de busca de relações sexuais ou românticas. Ver HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido: comunicação e discurso sob a luz de Lampião**. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011, p.41.

¹⁵ Um caso explorado pela mídia do início do século XX foi o de Febrônio Índio do Brasil que foi condenado por ter matado, tatuado com signos cabalísticos e estuproado dois menores no ano de 1927. A partir desse caso, os jornais brasileiros passaram a vincular a imagem do homossexual ao de um delinquente e perverso. Ver GREEN, Op. Cit, 2006. p.119-122.

a publicação de pelo menos mais uns 30 jornais semelhantes, também datilografados e impressos em mimeógrafos, entre 1963-69, tanto no Rio de Janeiro quanto pelo Brasil afora, como por exemplo, na cidade Rio de Janeiro, temos o *Le Femme* (1968), *O Centauro* (1968), *O Vic* (1968), *O Grupo* (1968), *Darling* (1968); em Niterói temos *O Mito* (1966), *Os Felinos* (1967), *Opinião* (1968); em Campos, no Rio, temos *Le Sophistique* (1966); em Salvador os jornais *Gay* (1967), *Gay Society* (1967), *Baby* (1967), *Zéfiro* (1967); e na cidade de Belo Horizonte temos os jornais *Fatos e Fofocas* (1963) e *Mais* (1966) (GREEN, 2000: 325).

Apesar deste aumento significativo de jornais gays, será a partir da década de 1970, em especial a partir de 1976, é que teremos colunas sociais e jornais com um maior engajamento político e repercussão que seriam voltados para o público homossexual, como é o caso da “Coluna do Meio”, do jornal *Última hora*, e de *Lampião da Esquina*.

A “Coluna do Meio” foi publicada diariamente no jornal *Última Hora*, de São Paulo, desde fevereiro de 1976, até o seu término em 1979. Produzia pelo jornalista Celso Curi, a coluna tinha cunho informativo, social e burlesco, pois divulgava comentários sobre os homossexuais famosos e lugares de sociabilidades, como bares e clubes etc; contava piadas e noticiava acontecimentos sociais. Como mencionado anteriormente, a coluna sobreviveu até 1979, e por iniciativa do próprio jornalista, ela foi encerrada devido a questões judiciais, já que Curi estava sendo acusado de atentado à moral e aos bons costumes pelo Ministério Público de São Paulo de promover “encontros entre anormais” através de sua outra coluna “Correio elegante”, que era uma seção de classificados pessoais (TREVISSAN, 2004, p.347).

Surge enfim *Lampião*...:

Lampião da Esquina surgiu em 1978, após uma visita de Wisnston Leyland ao Brasil que ocorreu em novembro de 1977. Leyland era editor da revista homossexual americana *Gay Sunshine*, e veio ao nosso país à procura de pessoas para reunir textos para uma coletânea sobre literatura homoerótica na América Latina¹⁶, e inspirados por ele, um grupo de pessoas - o cineasta e escritor João Silvério Trevisan; o crítico de cinema e professor Jean-Claudet Bernardet; o jornalista e escritor

¹⁶ O livro não teve nomes de escritoras, porque as mulheres se negaram a participar, mas, contém textos de quatro escritores brasileiros: João Silvério Trevisan, Gasparino Damata, Aguinaldo Silva e Darcy Penteado. Foi lançado com o nome *Now the Volcano: na anthology of latin american gay literature*.

Aguinaldo Silva e o antropólogo Peter Fry - começaram a se reunir no apartamento do artista plástico Darcy Penteado, em São Paulo. A partir destes encontros, outros seis amigos se juntaram ao grupo - o jornalista e escritor Adão Acosta; o jornalista Antônio Chrysóstomo; o jornalista e tradutor Clóvis Marques; o poeta, crítico de artes e jornalista Francisco Bittencourt; o jornalista e escritor Gasparino Damata e o advogado, jornalista e escritor João Antônio Mascarenhas -, somando onze pessoas e daí se teve a ideia de lançar um jornal que tratasse abertamente da questão da homossexualidade. Assim, foi criado *Lampião da Esquina* e ficou decidido que esses onze idealizadores formariam o Conselho Editorial desta publicação (PÉRET, 2011: 46-48).

A redação de *Lampião* estava instalada no Rio de Janeiro, e era nessa cidade que o jornal era editado e impresso. Contudo, como o jornal era composto por pessoas que moravam em São Paulo, também manteve uma equipe editorial nesta cidade, e uma vez por mês, o conselho editorial se reunia para discutir as pautas que constariam nas edições do jornal¹⁷. É importante ressaltar que o papel de coordenador das edições cabia a Aguinaldo Silva, e que o jornal também teria em algumas de suas edições pessoas que iriam colaborar com ele, como por exemplo: José Fernando Bastos, Roberto Piva, Edward MacRae, James Naylor Green, Antônio Carlos Moreira, Dolores Rodrigues, Luiz Mott, entre outros.

Lampião da Esquina no seu número Zero¹⁸, em abril de 1978, surgiu com sete seções: *Opinião* (equivalia ao editorial e era ocupada por opiniões pessoais dos membros do Conselho editorial)¹⁹, *Ensaio* (composto de textos sobre temas gays; eram enviados por colaboradores), *Esquina* (seção com artigos traduzidos, textos opinativos e notas variadas), *Reportagem* (seção com matérias informativas, com assuntos das matérias de capa e com personalidades da época, tanto do meio artístico, quanto

¹⁷ Moravam em São Paulo três dos onze membros do Conselho Editorial: João Silvério Trevisan, Darcy Penteado e Peter Fry; e os demais residiam no Rio de Janeiro. Quanto à responsabilidade de editar o jornal, no Rio de Janeiro ficava ao encargo de Aguinaldo Silva, Francisco Bittencourt e Adão Acosta; e em São Paulo por conta de João Silvério Trevisan e o Darcy Penteado. Ver MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

¹⁸ É importante destacar que na edição de número Zero, *Lampião da Esquina* surge somente com o nome *Lampião*, e que somente na edição de número 1, por um problema de direitos autorais por já haver um jornal com esse nome e também uma editora, é que o conselho editorial acrescentou o *da Esquina*. Ver: COELHO, Vinicius Bernades G. **Lampião da Esquina: Porta voz dos homossexuais (1978-1981)**. Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2014, p.50.

Vale também ressaltar que esta edição de número Zero do jornal não foi comercializada e sim entregue na casa de algumas pessoas selecionadas pelos editores, e tal edição fora, segundo o próprio jornal *Lampião da Esquina*, enviada “a cinco mil pessoas, sem distinção de credo, raça ou preferência sexual”. Ver *Lampião Da Esquina*, Rio de Janeiro, Ano 1, n.1, maio- junho, p.9.

¹⁹ A seção *Opinião* desaparece a partir da edição nº7, volta a aparecer no nº 20 e vai novamente até a edição de nº 29.

figuras dos movimentos das “minorias”²⁰, michês, juízes, advogados, diretores e escritores de peças de teatro e filmes etc.); *Literatura, Tendências* (seções culturais que falavam de Livros, Exposições, Peças teatrais, etc.), e *Cartas na mesa* (nela era publicada cartas de leitores que opinavam, discutiam e debatiam matérias com os respectivos comentários dos jornalistas)²¹.

A partir da edição de nº 5 de *Lampião* é publicada no jornal uma nova seção: *Bixórdia* (marcada pela utilização de palavras típicas do gueto gay e por narrar acontecimentos vinculados diretamente a aspectos da cultura homossexual brasileira, era uma seção de “fofocas” em geral)²², e posteriormente a partir do nº 18 temos a seção *Troca-troca* (era o espaço para paquera onde perfis de leitores eram publicados para eventual correspondência entre os interessados)²³. Outras seções apareciam esporadicamente como: *Ativismo, Festim, Violência e Verão*. *Lampião* também por três edições lançou uma história em quadrinhos gay de nome *Ave Noturna*, que era um super-herói que protegia os gays que andavam pela cidade à noite, que apesar de ter uma dimensão de divertimento e de apelo erótico, servia também para desenvolver no leitor uma visão crítica da sociedade e de si mesmo, ou seja, desempenhava uma conscientização (HEEREN, 2011: 124-129).

Lampião era veiculado em tamanho tabloide (tamanho pequeno), com manchas gráficas pesadas, impresso em cores neutras e com uma “diagramação dura e de pouca inventividade, pois parecia ter uma preocupação maior com o discurso verbal, como se a severidade da forma respaldasse a seriedade do conteúdo” (RODRIGUES, 2010: 80). Os textos eram “longos e comprimidos em letras pequenas, que só não atrapalhavam a leitura porque a vontade de lê-los era maior” (FIDALGO, 2013: 43).

²⁰ O conceito “**minorias**” não trata de um grupo inferior numericamente, mas do sentido de desvantagens sociais se comparados com a grande parte da população, assim, Edward MacRae (1990) afirma que o termo “**minoria**” é adotado por ser essa a prática costumeira no Brasil e por apontar para o fato de que suas lutas se voltam preferencialmente para a melhoria das condições de existência de segmentos específicos da sociedade, mais do que às da população como um todo. Ver: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 25.

²¹ A seção *Cartas Na Mesa*, ao longo dos três anos da publicação de *Lampião da Esquina* reuniu, em média, 300 cartas. Ver HEEREN, Op. Cit., 2011, p.168.

²² A seção *Bixórdia* era uma coluna social que usava uma linguagem cheia de trejeitos para falar e criticar. Essa coluna era assinada por uma personagem mítica, criada pelos editores, Rafaela Mambaba, que poderia ser incorporada por qualquer um dos editores do jornal. Ver Idem, p.176.

²³ Surgida pela insistência de pessoas que enviavam cartas com o intuito de conseguirem namorados (as), a seção *Troca-Troca* funcionava da seguinte maneira: o leitor mandava o anúncio com uma Xerox do RG e mais o dinheiro do selo para jornal e esperava pela publicação de seu anúncio que era feito pela ordem de chegada na redação. Depois, se esperava por uma resposta. Se houvesse e esta fosse interessante, o leitor escrevia uma nova carta e mandava para o endereço do interessado, não mais para o jornal. Ver Idem, p.174.

Lampião da Esquina não foi o primeiro jornal alternativo a voltar-se para os homossexuais, como já foi apontado, mas *Lampião* era em alguns aspectos, muito diferente de tudo o que lhe havia precedido em termos de imprensa gay. Para começar, reunia em seu conselho editorial um conjunto de jornalistas, escritores, intelectuais e artistas do sexo masculino que eram assumidamente homossexuais. Neste contexto, o jornal foi o primeiro da imprensa gay a publicar os nomes verdadeiros dos autores dos textos; não havia mais pseudônimos, para esconderem suas verdadeiras identidades (Idem, Ibidem). Além disso, *Lampião da Esquina* procurou desenvolver uma conscientização política dos homossexuais e discutir abertamente temas como sexualidade, discriminação racial, artes, ecologia e machismo, e tudo isto sem entrelinhas, sem desfaçatez num período em que questões mais culturais não importavam tanto. Poderíamos citar que ao contrário de seus antecessores, *Lampião* se distingue também por ter tido circulação nacional²⁴ por pelos menos quatorze capitais do país; ser lançado mensalmente; produzido de forma industrializada, e comercializado em bancas de jornal, o que o possibilitou atingir um maior número de leitores em relação às publicações artesanais, conseguindo o número de tiragens entre 14 mil e 25 mil exemplares, enquanto que os demais jornais xerocados e mimeografados tinham 50 exemplares (MARIUSSO, 2015: 22).

Por fim, vale citarmos a questão que irá diferenciá-lo não só dos jornais gays, mas também de alguns outros alternativos: *Lampião*, mesmo compartilhando de um conteúdo e discurso mais dentro do pensamento da “esquerda”, não estava ligado pelo menos de modo aberto a nenhum grupo ou partido político, uma vez que a “direita” não falava sobre as questões que envolviam a homossexualidade, e dentro da “esquerda” as pautas específicas sobre homossexuais eram relegadas por serem consideradas de “luta menor” já que a prioridade era a “luta maior”, ou seja, a luta de classes (ROSSI, 2015: 129). Assim, *Lampião* era um jornal que estava duplamente à margem da sociedade: a margem da “direita”, por enfrentar seu pragmatismo, e a margem da “esquerda”, por enfrentar a sua moral conservadora (RODRIGUES, 2010: 67).

Lampião da Esquina e a representação do homossexual através da linguagem:

²⁴ Através da seção *Cartas na Mesa* podemos perceber que as correspondências chegavam dos estados de: São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceara, Rio Grande do Norte, Piauí, Paraíba, Minas Gerais, dentre outros.

O homossexual no início do século XX era chamado pejorativamente de “bicha” ou “boneca”, por reunir “no próprio corpo, expressos na sua gestualidade, vestimentas e acessórios, os signos convencionais do masculino e do feminino” (Idem: 103), mas era muito associado à figura da mulher, já que nas relações sexuais desempenhavam a passividade. Já a partir da década de 60, o homossexual é chamado de “entendido”, que “remetia à ideia de um homem homossexual não efeminado e discreto” (RODRIGUES, 2007: 59). E a partir da década de 70, o homossexual assume mais as palavras “homossexual” e “gay” para se denominarem, apesar de fazerem críticas a elas, já que a primeira se trata de um termo da medicina que taxava a homossexualidade no campo das doenças, e a palavra gay por tentar criar uma imagem de um homossexual que é só feliz. Por isso, no caso de *Lampião*, ele irá usar o termo gay de forma abreviada -“guei”²⁵ (FEITOSA, 2014: 101).

É importante destacar que o jornal *Lampião da Esquina* tinha uma linguagem própria dos jornais alternativos: variava de uma linguagem formal e erudita (de escrita mais densa, mais difícil, mais sisuda)²⁶ a uma linguagem mais coloquial (debochada e mais próxima da forma como se conversava nos espaços de sociabilidade homossexuais, incluindo gírias e expressões como “bichas” e “viados”, por exemplo). (MARIUSSO, 2015: 70). E usar tais palavras populares e pejorativas, era intencional, como fica claro na citação a seguir:

As palavras: para que temê-las?

Muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar, com muita frequência, palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca etc, as quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal. A estes, a explicação que se segue.

²⁵ Conforme Green (2000) a palavra “gay” na década de 1970 era rejeitada pela militância homossexual que estava sendo formada aqui no Brasil, pois para estes, a adoção do termo seria uma imitação do movimento gay americano. Como aqui queriam forjar um movimento único, esses militantes acreditavam que ao tomarem de empréstimo tal termo estrangeiro poderia comprometer tal intenção. Ver GREEN, James Naylor. **Além do carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2000, p.432.

Assim, de acordo com Feitosa (2014) o neologismo “guei” usado em *Lampião* foi um esforço de retradução/recriação de um referencial “externo” que ganhava visibilidade entre as camadas médias do Brasil, sem descartar o seu potencial definidor/classificador, mas tentando fazê-lo a partir de um lugar que o tornasse também “não estrangeiro”. A adoção do termo “guei” era uma tentativa de acabar “mistificando” uma lógica de classificação a ser esvaziada. Ver FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. **Linhas e entrelinhas: homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay Brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p.102.

²⁶ Esta questão da linguagem ser demasiadamente complicada irá gerar críticas ao jornal por parte de alguns leitores, que viam *Lampião* como um jornal de formato elitista com um tom de coluna burguesa, já que ele foi fundado por pessoas de classe média, e direcionado assim, apenas para as pessoas capazes de absorver suas informações. Ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015, p.70.

O uso de tais palavras em *LAMPIÃO da Esquina*, na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgatá-las do vocabulário machista para em seguida desmistificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como meio mais simples para mostrar a “separação” que existe entre o nosso mundo e o mundo dos **outros**. Isso faz com que, temendo o peso de tais palavras, criemos outra igualmente mistificadoras, embora, para quem as adota, sem qualquer tom pejorativo: **entendido**, por exemplo; e até mesmo que empreguemos sutilmente termos de um outro idioma, como é o caso de **gay** (*LAMPIÃO* balançou logo o coreto, traduzindo-a para **guei**, que significa **absolutamente nada**).

A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usá-las: bichas, bonecas etc... (quanto ao veado, ao vê-la escrita – ou ouví-la – deve-se sempre lembrar o belíssimo animal que ela designa: esta palavra designa apenas isso). Classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é, na verdade, o primeiro passo para reprimi-los); não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele – é obrigação desses grupos.²⁷

E duas edições depois se tem no jornal o mesmo discurso por parte dos editores, só que agora é até estimulado em um concurso com a finalidade de dar um coletivo à palavra:

Concurso da Bixórdia

Muita gente ainda tem medo das palavras, de ser chamada de bicha, por exemplo. Pois bem: para provar que o que conta é a cuca das pessoas e que a palavra, seja qual for, pode – e deve – ser encarada como coisa gozosa (!), *Bixórdia* lança um concurso: qual o coletivo da palavra bicha? Já pensaram? Manada, rebanho ou vara não servem, pois já designam o coletivo de outras espécies. Então, imaginações à obra. Vamos inventar um coletivo de bicha, enriquecendo e resgatando o vocabulário *guei*.²⁸

Assim, partindo do pressuposto de que essa linguagem mais “desmunhecada”, cheia de “trejeitos” e popular usada por *Lampião* - que funcionava ao mesmo tempo como um ato de resistência ao mundo heterossexual, já que *Lampião* a usava para retirar a imagem pejorativa de palavras do vocabulário hetero, usadas normalmente para ofenderem ou humilhar - como “bicha”, “boneca”, “sapatão” etc., por exemplo; e também como um elo entre o mundo homossexual e o mundo heterossexual -, acabava, conforme o nosso entendimento, resultando numa forma de se pensar sobre a homossexualidade e sobre os homossexuais.

Quanto a uma representação do homossexual, de forma geral, da edição número Zero até a da edição de número 02 de *Lampião*, temos a preponderância de uma imagem masculinizada do

²⁷ SILVA, Aguinaldo. *Lampião da Esquina*. As palavras: para que teme-las?. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul-ago 1978, p. 5.

²⁸ MAMBABA, Rafaela. *Lampião da Esquina*. O que vem ser a Bixórdia? Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, out 1978, p. 12.

homossexual. Dessas quatro edições, só é possível identificar duas referências a uma homossexualidade que pode ser considerada efeminada. E ambas estão na edição número 01, de mai/jun de 1978: uma reportagem de Peter Fry e Edward MacRae sobre o carnaval baiano, onde os autores falam dos costumes de alguns homens de se travestirem de mulher nesse período festivo e a carta de um travesti à procura de emprego. Na edição de número 03, de jun/jul de 1978, os editores de *Lampião* parecem realizar uma primeira tentativa de aproximação com uma vertente efeminada dos homossexuais ao publicar um artigo assinado por uma personagem fictícia criada pelos editores e que se denominava Rafaela Mambaba, cujo modo de se expressar se caracterizava por um estilo descontraído, irônico e cheio de expressões do vocábulo homossexual.

Contudo, foi a partir então da edição de número 04, de agosto/setembro de 1978, que o jornal passou a dar uma visibilidade maior a uma imagem mais efeminada dos homossexuais. A capa de tal edição chamava atenção para o tema central: “*TRAVESTIS! (Quem atira a primeira pedra?)*”, e na edição continha uma seção de fotos de travestis com um artigo “sobre o visual do travesti brasileiro” e também uma entrevista com o ator Jorge Alves de Souza/Geórgia Bengston. Os editores irão usar estrategicamente de atribuir a personalidades históricas como o escritor Oscar Wilde o ato de se “travestir”, de modo a afirmar que “o travesti tem até fortes trancetes históricos”²⁹. Assim, reportagens, artigos, ilustrações e fotografias de travestis, transexuais, transformistas, etc., passaram a se tornar mais frequentes nas páginas do *Lampião*, como podemos identificar com as chamadas: “*Tudo sobre o carnaval das bichas*” (edição n. 21); “*Carnaval das bichas é o maior do mundo*” (edição n.22); “*A incrível metamorfose de Andrea Gasparelli*” (edição n.27), “*Brasil, campeão mundial de travestis*” (edição n.32); “*A bicha que virou mulher*” (edição n.35) e “*A praça é das bichas*” (edição n.36).

Foi, portanto, a partir da edição 04, que em *Lampião da Esquina* passou a coexistir uma perspectiva de homossexualidade masculinizada e uma com perspectiva efeminada que irá durar até a última edição que é a de número 37, de julho de 1981. Todavia, vale a ressalva que tal coexistência não significou uma relação equilibrada entre as duas perspectivas, pois, a masculinizada acabou sendo ao longo da existência do jornal *Lampião*, majoritária em relação à de uma imagem efeminada.

Enfim, é importante destacar que a representação de que se tem sobre o homossexual é uma invenção da linguagem, e que ela tentou construir a imagem de um sujeito universal, mas não o é

²⁹ MAMBABA, Rafaela. *Lampião da Esquina*, Travestis! (Quem atira a primeira pedra). Rio de Janeiro, ano 1, n.4, ago-set 1978, p.8

(BANDEIRA, 2006: 20-29). Não devemos então temer as palavras, e devemos fazer usos delas de maneira sábia ao nosso favor. Se elas já fazem parte da cultura, porque não tirar a conotação negativa e tentar dar um novo sentido a ele?³⁰ É isto o que *Lampião* se propõe a fazer e acreditamos que conseguiu. No entanto, um conjunto de fatores externos e internos contribuiu para que *Lampião* chegasse ao fim com o seu nº37, em junho de 1981 (ROSA, 2005). Mas, *Lampião* mesmo tendo durado pouco tempo tem sua importância por ter discutido temas que até então era relegados a segundo plano, como a sexualidade, a questão negra e feminina, por exemplo, e ter tirado das margens os personagens que não tinham voz, como os homossexuais, índios, negros e mulheres.

Conclusão:

Comungando aqui da ideia de que a imprensa “registra, comenta e participa da história”³¹, resolvemos neste texto tratar de um jornal que é um dos componentes daquilo que chamam de “imprensa gay”, o *Lampião da Esquina*. Por acreditarmos que tal jornal inovou na questão de se fazer pensar as identidades homossexuais num período de perseguição política, censura, desaparecimentos de pessoas etc., como o que se deu aqui no país no período de vigência da ditadura militar entre os anos 1964-85, *Lampião* foi a nossa principal fonte e o nosso principal objeto de pesquisa neste estudo.

Fazendo uso da Análise de discursos produzidos pelo jornal, pudemos observar que *Lampião* falava de gays (gueis), bichas, bonecas, homossexuais etc. Contudo, o jornal tentava tirar a carga negativa desses termos pejorativos e construir uma imagem mais valorativa dos homossexuais. Apesar de não criar um estereótipo, mas discutir e/ou apresentar outras possibilidades de ser homossexual, podemos concluir que nas páginas de *Lampião* há um discurso maior em torno da homossexualidade masculina e que predomina a imagem de um homossexual mais masculinizado.

E, por tudo isso, consideramos o *Lampião da Esquina* como sendo um marco na história da imprensa gay no Brasil:

Embora não fosse a primeira publicação a se dirigir diretamente ao público homossexual, foi a primeira tentativa bem sucedida de fazer um jornal com reflexões sobre o estilo de vida homossexual que fossem além da superfície, sem contudo, cair

³⁰ Butler nos aponta que a atitude de darmos um novo significado a termos machistas ou de deslocarmos tais termos de seu usos comuns, faz desse ato uma maneira de positivar a estrutura pejorativa de insultar os homossexuais. Ver BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

³¹ CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p.13

numa sisudez atípica do público a que se dirigia. Originalmente se propunha ser mais do que um jornal gay, tentando levantar discussões também sobre a condição dos negros, dos índios e das mulheres, e sobre ecologia. Mas voltado desde o início predominantemente para os interesses dos homossexuais masculinos, passou a se dirigir cada vez mais a este grupo (...) o *Lampião*, mais que qualquer outro órgão da imprensa, abriu e sustentou a discussão sobre o homossexualismo e teve importância ao difundir a ideia de militância homossexual. (MACRAE, 1983: 54-55)

Assim, voltando à epígrafe que iniciamos esse texto, finalizamo-nos destacando que esse jornal tinha uma força dupla - a de resistir às pressões da ditadura e da sociedade heterossexual, e a de ter uma reverberação nesta sociedade, já que chegava a 14 capitais-, e, que também *Lampião da Esquina* também continha em si uma inteligência pela sua criatividade e tratamento de questões complexas como sexualidade, através de suas seções e principalmente através da linguagem irônica, que também tornava mais branda o tratamento dado a um tema que ainda tem sido um tabu.

Referências:

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. **Linhas e entrelinhas:** homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay Brasileira. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p.102.

FIDALGO, Maycon. **A identidade queer no jornal o *Lampião da Esquina*.** Trabalho de Conclusão de Curso de Comunicação Social, Universidade Católica de Brasília, DF, 2013.

GREEN, James N. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

HEEREN, José Augusto de Castro. **O armário invertido:** comunicação e discurso sob a luz de *Lampião*. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2011, p.41.

MACRAE, Edward. Em defesa do gueto. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v.2, n.1, p. 53-60, abr 1983.

MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. **Lampião da Esquina:** homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

RODRIGUES, Jorge L. P. **Impressões de identidade:** Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFF. Rio de Janeiro, 2007.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade:** um olhar sobre a imprensa gay no Brasil. Niterói: EdUFF, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. "*Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia*"- Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – Vol. 01 N. 01 – jul/dez 2005. p.4.

ROSSI, Elvio Antônio. **A luz do Lampião dobrou a esquina**: as múltiplas vozes de um nanico no Brasil da abertura (1978-1981). Revista Senso Comum, nº 3, 2015.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, 4ªed.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Ed. revisada e ampliada – 6ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

Fontes:

Lampião da Esquina. As palavras: para que teme-las?. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul-ago 1978.

_____. Travestis! (Quem atira a primeira pedra). Rio de Janeiro, ano 1, n.4, ago-set 1978.

_____. O que vem ser a Bixórdia? Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, out 1978.

DA PROSTITUTA-ESCRITORA À ESCRITORA-PROSTITUTA, UMA LEITURA DE *E SE EU FOSSE PUTA?*, DE AMARA MOIRA

Daniel da Silva Moreira¹

Resumo:

O objetivo deste texto é realizar uma primeira leitura da obra *E se eu fosse puta?*, de Amara Moira, considerando especialmente a inversão que a autora realiza na lógica que havia guiado a produção autobiográfica de prostitutas até então, em que a escrita ocupava um papel secundário, sendo antes uma maneira de militar e legitimar a prostituição. Para Amara, a escrita torna-se um instrumento central, que antecede a prostituição, fazendo parte de um verdadeiro projeto memorialístico e sendo legitimada e alimentada pela prostituição.

Palavras-chave: Escritas de si. Prostituição. Identidade narrativa.

DU PROSTITUÉE-ÉCRIVAIN AU ÉCRIVAIN-PROSTITUÉE, UNE LECTURE DE ET *E SE EU FOSSE PUTA?*, D'AMARA MOIRA

Résumé:

L'objectif de ce texte est de proposer une lecture initiale du livre *E se eu fosse puta?* [Et si j'étais une prostituée?], de l'écrivaine brésilienne Amara Moira, en considérant spécialement l'inversion qu'elle opère dans la logique qui avait lieu dans la production autobiographique de prostituées jusqu'alors, dans laquelle l'écriture jouait un rôle secondaire, étant surtout une façon de militer et de légitimer la prostitution. Chez Amara, l'écriture devient un outil central, faisant partie d'un vrai projet memorialistique et étant légitimée et nourrie par la prostitution.

Mots-clé: Écritures de soi. Prostitution. Identité narrative.

¹ Doutor em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: moreiradsm@gmail.com

Putas, e se eu fosse, e se fosse eu, a puta, a travesti, a escritora. E com diploma de doutorado. Lidem com mais essa. (MOIRA, 2016: posição 985-986)

O meio editorial brasileiro tem visto surgir, nos últimos anos, diversos textos autobiográficos escritos por prostitutas que dão espaço tanto à construção de uma identidade narrativa para suas autoras, quanto à defesa dos direitos das profissionais do sexo. Nesse filão, destaco obras como *O diário de Marise: a vida real de uma garota de programa* (2006), de Vanessa de Oliveira, *Filha, mãe, avó e puta: a história de uma mulher que decidiu ser prostituta* (2008), de Gabriela Leite, *Alugo o meu corpo* (2008), de Paula Lee, e, bem mais recentemente, *E se eu fosse puta?* (2016), de Amara Moira. Esse último texto, para o qual gostaria de propor uma primeira leitura, se difere dos outros que citei num ponto que, a meu ver, é fundamental. Se para as outras autoras a escrita surge como um meio de legitimar a prostituição, de ganhar para a profissão algum respeito e de requisitar os direitos mais básicos; para Amara Moira, esse processo parece funcionar numa via de mão-dupla, em que a escrita não é colocada num papel meramente secundário, mas sim que também antecede a prostituição, ou seja, numa situação em que a prostituição será um instrumento de legitimação da escrita.

Num primeiro momento, o texto de Amara não vai se furtar a essa questão importantíssima – sobre a qual os textos de suas predecessoras vão se estruturar quase que integralmente – da defesa dos direitos mais básicos para as trabalhadoras da prostituição. Todavia, isso vai aparecer, em muitos trechos de seu livro, como uma reivindicação particular, de conquista pessoal de respeito e direitos. E, ao longo do texto, vai tomar a forma de uma demanda feita num âmbito mais coletivo, realmente reivindicadora de direitos para seus pares:

Sento, lamento e choro, mas prefiro dar voz a nós prostitutas, ouvir nossas próprias histórias e demandas, lutar pra que tenhamos plenas condições de escolher o caminho que quisermos, seguir na prostituição sendo um deles. Ninguém aqui acredita, em sua consciência, que viverá pra ver o fim da prostituição. O mais urgente, portanto, é lutar por melhores condições pra que essas que estão na atividade possam exercê-la em segurança, melhor remuneradas, sem o peso do estigma. (MOIRA, 2016: posição 1132-1136)

A voz coletiva se sobrepõe à voz individual e a narrativa de Amara Moira se torna espaço de luta por melhores condições de trabalho e vida. Para ela, a prostituição é uma realidade e, como tal, deve ser aceita e providências devem ser tomadas no sentido de dar dignidade à prostituta. O discurso de

Amara vai ao encontro do de outras prostitutas que escreveram textos autobiográficos, especialmente Gabriela Leite, numa tentativa de equiparação da prostituição com outros tipos de trabalho, até mais que isso, numa mostra de que prostituir-se seria mesmo uma maneira de desafiar o sistema: “Dar lucro a um patrão, ok, submeter-se a péssimas condições de trabalho, ok, mas vender prazer e ainda ousar saciar esse prazer, ousar fazer disso o seu ganha-pão, isso nunca!” (MOIRA, 2016: posição 1124-1125).

Todavia, o que chama a atenção, o que torna o texto da autora distinto daqueles de seus pares, é que Amara vai criar para si uma identidade narrativa, cuidadosamente trabalhada, que busca ultrapassar representações planas, simplórias, ou seja, ela não deseja se representar como “apenas prostituta” ou “apenas travesti”. Não que isso representasse, em si, qualquer problema, mas a autora parece desejar ser lida em sua complexidade e multiplicidade. De todo modo, a identidade narrativa que Amara cria para si é, antes de qualquer coisa, a de uma escritora, que tem um verdadeiro projeto memorialístico e que direcionaria seu olhar para a prostituição especialmente como uma fonte de narrativas para alimentar sua própria escrita.

Antes de passar, de fato, ao texto literário, creio que seja importante definir o conceito de identidade narrativa, central para o trabalho que proponho. A teoria da “identidade narrativa” postula, em termos gerais, que os indivíduos formam uma identidade integrando suas experiências de vida a uma história internalizada de si, em constante mudança, que fornece ao sujeito um sentido de unidade e um propósito na vida. Para a constituição dessa narrativa, contribuem elementos dos domínios tanto da história quanto da ficção, como afirma Leonor Arfuch, referindo-se especialmente à escrita que se ocupa dessa identidade:

Ao que parece, os gêneros canônicos (biografias, autobiografias, memórias, correspondências) jogarão um jogo duplo, ao mesmo tempo história e ficção, entendida essa última menos como “invenção” do que como *obra literária*, integrando-se assim, com esse estatuto, ao conjunto de uma obra de autor — no caso de escritores — e operando simultaneamente como testemunho, arquivo, documento, tanto para uma história individual quanto de época. (ARFUCH, 2010: 117-118)

Consequentemente, a criação de uma identidade narrativa não seria uma invenção, mas sim o ato de fazer algo (“ficção” vem do latim *fictio*, “fazer”, “formar”, “dar forma”), nesse caso a escrita, que dialoga com o acontecido, com a história. Essa narrativa é, normalmente, uma reconstrução seletiva do passado autobiográfico e de uma narração antecipada de um futuro imaginado que serve a explicar, tanto para si quanto para os outros, como a pessoa se tornou quem é e para onde sua vida pode estar

se direcionando (RHODES, 2016). O filósofo francês Paul Ricœur desenvolveu aquela que provavelmente é a mais corrente e influente interpretação do conceito de identidade narrativa. O autor defende que o sujeito emerge a partir da narrativa, do modo como o ser humano experimenta o tempo, no sentido do modo como são entendidas nossas futuras potencialidades, bem como a forma como é organizado mentalmente nosso sentido do passado (RHODES, 2016). O passado, para Ricœur, reclama a narratividade: o ser humano teria tendência a unir eventos aleatórios do passado num todo cheio de significado, estabelecendo conexões de causalidade entre eles, mas a configuração retrospectiva desses eventos numa unidade coerente ocorre no momento do fim da história (no momento presente, para o indivíduo). Dessa maneira, eventos anteriores e seus significados são encaixados num padrão que apenas é visualizado por uma perspectiva posterior (RHODES, 2016). A importância de se destacar, nesse momento, o conceito de identidade narrativa é que ele chama a atenção para o fato de que as escritas de si não são a mera tradução ou transcrição de uma realidade, de uma verdade referencial sobre a trajetória do sujeito que existe mesmo antes do texto, mas que, de fato, são uma elaboração discursiva em primeira pessoa que buscam a compreensão de si num esforço que privilegia, como meio de atingir esse objetivo, a narrativa, ou nas próprias palavras de Ricœur:

Elaborei então a hipótese segundo a qual a identidade narrativa, seja de uma pessoa, seja de uma comunidade, seria o lugar procurado desse cruzamento entre história e ficção. Segundo a pré-compreensão intuitiva que temos desse estado de coisas, não tomamos as vidas humanas como mais legíveis quando são interpretadas em função das histórias que as pessoas contam a seu respeito? E essas histórias de vida não são tornadas, por sua vez, mais inteligíveis quando lhes são aplicados modelos narrativos – intrigas – obtidas por empréstimo à história propriamente dita ou à ficção (drama ou romance)? Pareceria, portanto, plausível considerar a cadeia seguinte de asserções: a compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, uma mediação privilegiada. (RICŒUR, 1991: 138)

Dessa maneira, basicamente, a imagem de si que Amara Moira elabora em *E se eu fosse puta?* agrega tanto elementos do passado quanto a expectativa da pessoa que ela deseja se tornar, ou seja, há a conjugação de elementos de uma história pessoal com elementos de um futuro almejado. E, desse modo, começo mostrando como a autora insere em sua narrativa a ideia de que aquele texto que o leitor tem em mãos é resultado de um longo e antigo projeto autobiográfico. A afirmação desse passado surge no texto a partir da interação com o próprio diário:

Diário aberto, viajo mais de dez anos no tempo. Uma pena eu ter escrito tão pouco...uma horinha e lá se foram todas as páginas duma história que estava

sepultadérrima na memória. Coisas, quase todas, que eu não me lembrava mais e que sinceramente não consigo nem entender como é que eu poderia esquecer caso as tivesse mesmo vivido! Memória pregando peças ou, talvez, minha propensão pra me entender desde sempre meio personagem, sei que me delíciei flagrando essa percepção precoce de que eu estava perdendo tempo e dinheiro deixando de cobrar por algo que eu fazia tão bem. (MOIRA, 2016: posição 316-320)

O texto diarístico, quando consultado, parece revelar que a Amara do presente está perfeitamente de acordo com a do passado, inclusive em sua capacidade de tornar a si mesma uma personagem. A escrita tinha então, exatamente como tem no presente, os mesmos temas, especialmente as experiências sexuais, a autora vai dizer mais à frente como, nesse diário, “Li os relatos picantes das minhas primeiras experiências de banheiro.” (MOIRA, 2016: posição 321-322). Essa leitura, que desempenha um papel fundamental para a escrita do livro, funciona também como legitimadora do processo de transformação que a obra busca captar: “E foi lendo meus diários e poemas que escrevi na época, que eu percebi que já sou/era desde sempre puta.” (MOIRA, 2016: posição 334-335). Transformação em prostituta, transformação em travesti. Amara afirma mesmo uma vocação para as escritas de si: “(...) tesão por escrever vindo junto (e, gente, eu sou péssima com imaginação, meu negócio é memória: não consigo inventar patavina, mas sei mil maneiras de escrever como um lixo me trata, a vingancinha minha, toma!)” (MOIRA, 2016: posição 981-982). Sua possibilidade como escritora estaria relacionada à investigação da própria existência e à sua representação, em oposição à imaginação, ou seja, à ficção, no sentido de algo completamente inventado.

Legitimação é uma das palavras-chave do texto de Amara Moira, a prostituição é utilizada como uma forma de tornar sua escrita válida, de justificar sua existência. A princípio a autora insiste bastante em destacar seu lugar de fala privilegiado: “Travesti rondando os trinta, mas se dizendo vinte, militante LGBT, feminista, escritora, doutoranda em teoria literária pela Unicamp nas horas vagas: e puta.” (MOIRA, 2016: posição 256-257). A meu ver trechos como esse servem a destacar, além da óbvia conciliação de contrários, ao menos para o senso comum, também o fato de que além de prostituta, Amara nos fala a partir de uma posição que se destaca por uma reflexão teórica sobre a prostituição, ou seja, a militância LGBT, o feminismo, o fato de ser ela doutoranda vão modificar profundamente o sentido do “puta” que ela acrescenta em último lugar.

Contudo, isso não equivale a dizer que sua percepção potencialmente mais acurada da situação faz com que ela esteja em vantagem. Segundo a autora, isso apenas faz com que tenha mais consciência dos abusos e violências a que está sujeita em sua profissão:

Não sei se por estar trabalhando em texto os programas que faço (e com isso forçando uma reflexão), ou se é por a coisa ser violenta mesmo e eu só aos poucos estar me dando conta disso, a questão é que cada vez mais, cada novo cliente que me aparece, a experiência da rua se torna mais parecida com uma experiência de abuso, violência... (MOIRA, 2016: posição 770-773)

Assim, o texto entra em cena até mesmo para a percepção de uma realidade que o antecede, é como se Amara só conseguisse olhar para si realmente através da palavra escrita, é ao colocar o escrito em forma de narrativa que se consegue o distanciamento necessário para a reflexão sobre o mundo que a rodeia.

Em um dado momento, escrita e prostituição se confundem, não é possível saber mais qual delas motiva a outra: “Hoje já nem sei mais se me prostituo pra escrever ou se escrevo pra me prostituir, essa é a verdade.” (MOIRA, 2016: posição 908-909). Mas a versão que predomina, no fim, é a de que se prostituir permite alimentar seu desejo por narrar, é a razão de conseguir continuar, como ela mesma diz: “(...) e aí escrever sobre, poder escrever sobre, começou a ser razão de eu continuar.” (MOIRA, 2016: posição 907-908). A palavra, especialmente a escrita, se sobrepõe ao simples “ser” ou “fazer” algo: “(...) não só me fazer como também dizê-lo, gritar minha condição, escrever sobre a rua ao mesmo tempo que a vivo (...)” (MOIRA, 2016: posição 276-277). Até mesmo o pagamento pelos programas, que mais de uma vez é colocado em questão no livro, geralmente por ser irrisório, acaba sendo feito numa outra moeda, essa sim, inquestionável em seu valor, para Amara, seus clientes “(...) nem se dão conta de o pagamento ser mais a história do que as moedas em si.” (MOIRA, 2016: posição 1588-1589). A relação entre o programa e a escrita torna-se imediata: “Sentada no ônibus a caminho de casa, quase madrugada, noite vazia e fria, celular em mãos, é assim que ganham corpo meus relatos, é assim que ganham cor, ganham vida.” (MOIRA, 2016: posição 137-138). A escrita deve ser feita imediatamente porque as chances de captar o instante e seu essencial serão maiores: “O que acabei de viver, tudo ainda fresco na memória (...)” (MOIRA, 2016: posição 138-138). Quando comparada a outros caminhos profissionais possíveis, a prostituição é tida como mais adequada porque permitiria a escrita: “Antes puta, puta pelo menos me forço a escrever.” (MOIRA, 2016: posição 259-260). A prostituição emprestaria à escrita, ainda, seu caráter transgressor de normas: “(...) o ataque às normas vai se intensificar por aqui: essa língua travesti puta escritora vai ser libertária ou não será.” (MOIRA, 2016: posição 1054-1055). Por fim, escrever sobre essas experiências contribuiria a criar uma espécie de proteção diante da relação, nem sempre pacífica, com os clientes:

O conto me protege da interação com esse outro tão nu, me protege do que ele tão nu é capaz: eu personagem já imaginando as palavras à medida que a cena avança, pensando qual o recorte, o foco, onde botar a vírgula, onde o ponto final. Soubessem disso os clientes, soubessem o que entregavam pra mim, que me vendiam a alma, talvez preferissem me pagar melhor... menos risco de aparecer nessas páginas. (MOIRA, 2016: posição 1589-1591)

A nudez de que Amara fala não é apenas a das roupas, o outro se exhibe intimamente a ela tanto para o melhor quanto para o pior e essa visão é demasiado direta. Pensar em si como personagem, como um outro, o que ela afirma fazer desde seus primeiros escritos, permite lidar mesmo com as situações mais limítrofes que se apresentam. E a escrita, enfim, pode ser uma forma de acerto de contas, quanto pior o outro se porte, pior será sua contraparte narrativa.

Concluindo, gostaria de dizer que, ainda que esta seja apenas uma leitura preliminar do livro de Amara Moira, creio que já seja possível apontar alguns aspectos que tornam a obra singular. A autora faz uma inversão da lógica que tinha guiado, até então, os relatos autobiográficos de prostitutas, ampliando o alcance e o papel da narrativa. Se antes a escrita era um meio de militância para a causa das trabalhadoras do sexo, a partir de *E se eu fosse puta?* ela passa a um papel central, tornando-se mesmo uma das razões para a autora persistir no ofício, ou ao menos uma forma de resistir diante da falta de opções que a sociedade oferece, especialmente às travestis. Ao fim da leitura, Amara contraria a expectativa do leitor de encontrar uma prostituta que escreve sobre sua profissão, ela também faz isso, mas é, antes, uma escritora que faz de cada aspecto de seu trabalho com a prostituição uma forma de conhecer o outro e a si mesma textualmente. A identidade narrativa que Amara constrói em seus escritos é, conseqüentemente, a de uma escritora, nascida para isso e com uma vida em que cada fator converge para que ela seja a mais capaz de concatenar todos os elementos de suas vivências num texto que tire proveito disso.

Referências:

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad. Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

MOIRA, Amara. *E se eu fosse puta?* São Paulo: Hoo, 2016. Edição para Kindle.

RHODES, Paul. Paul Ricœur and Narrative Identity. Why we are our story. *Psychology Today*. 13 abr. 2016. Disponível em: <<http://www.psychologytoday.com/blog/post-clinical/201604/paul-ricoeur-and-narrative-identity>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

RICŒUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papirus, 1991.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Representações e Representatividade: a arte em suas várias formas

Coordenadores:

Álvaro Saluan da Cunha – Mestrando em História UFJF.

Brenda Martins de Oliveira – Mestranda em História UFJF.

Eponina Monteiro – Mestranda em História UFJF.

Franciara Sharon – Mestranda em História UFJF.

O tema da XXXIII SEMANA DE HISTÓRIA DA UFJF – “REPRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS BRASILEIRAS: DO SEGUNDO REINADO À ERA VARGAS” – abre uma janela importante no cenário em que vivemos. Propomos aqui um Simpósio Temático para os excluídos, para os invisíveis, seja como autor de uma obra, ou como um suporte de arte que ainda não possui grande divulgação. Pretendemos abarcar grupos artísticos variados, como escultores, litógrafos, chargistas, compositores, escritores, dançarinos, pintores, fotógrafos, cantores, entre outros, e variados também em sua composição, que compreenda a comunidade negra, as mulheres artistas, o movimento LGBTI, enquanto produtores e produtoras de conteúdo artístico. Temos então dois objetivos: o primeiro, colocar na curva histórica os formatos de arte que permaneceram e ou permanecem no limbo e que não possuem muitos estudos sistemáticos e não são de conhecimento do grande público; o segundo, reconhecer as minorias sociais enquanto produtores artísticos e dando o devido reconhecimento às pessoas que muitas vezes não tiveram crédito por seu trabalho, ou ainda foram ignorados por não serem parte dos grupos dominantes.

NAIR DE TEFFÉ E A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA IMPRENSA ILUSTRADA

Caroline Farias Alves¹

Resumo:

Buscaremos durante o texto apresentar a atuação feminina em diversos aspectos da imprensa ilustrada e do mercado editorial. Tendo em Nair de Teffé uma referência na produção de caricaturas, pretende-se analisar o contexto em que suas publicações conquistam destaque.

Palavras-chave: Nair de Teffé; caricatura; imprensa.

NAIR DE TEFFÉ AND FEMININE PARTICIPATION IN ILLUSTRATED PRESS

Abstract:

This work intends to present the feminine performance in several aspects of the illustrated press and of the publishing market. Having in Nair de Teffé a reference in the production of caricatures, we intend to analyze the context in which his publications gain prominence.

Keywords: Nair de Teffé; caricature; press.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, licenciada em História pela mesma universidade. Email: caroline.zani@hotmail.com

Introdução:

Originária de uma nobre família, Nair de Teffé von Hoonholtz nasceu no final do século XIX, meio à uma sociedade em transformação. Devido as recentes mudanças políticas, a família decide partir para França, local onde Nair estabelece sua formação, estudando em Paris e Nice. Ainda em terras francesas, Nair descobre seu fascínio e inclinação às artes e em 1905, assim como diversos artistas brasileiros, Nair de Teffé estuda na afamada Academia Julian². Em seu retorno para o Brasil, a jovem artista começa a trabalhar na imprensa carioca expondo suas caricaturas.

A imprensa brasileira surge em 1808 quando a Corte portuguesa se estabelece no Rio de Janeiro. A inserção das ilustrações se relaciona aos periódicos ornados de litografias, como as revistas de caricaturas, por exemplo, que geralmente se detinham a crítica social e debate político (LIMA, 1963). Entre os trabalhos de Nair de Teffé, encontram-se diversas representações caricatas de políticos e membros dos novos governos republicanos. Sua sátira política se intensifica após a aproximação amorosa de Hermes da Fonseca. Além das diversas representações de tipos populares da burguesia carioca, a artista também é contratada para retratar personalidades internacionais famosas no período ou recém-chegadas ao Rio de Janeiro, geralmente atores ou músicos.

Esse trabalho pretende brevemente analisar o desenvolvimento da imprensa ilustrada brasileira, partindo do oitocentos e alcançando a modernidade. A partir desse percurso, mapearemos a presença feminina, tendo em Nair Teffé uma referência pioneira entre as mulheres na produção de caricaturas em periódicos. Outras ilustradoras participarão da reflexão com o objetivo de enriquecer o debate e apresentar a atuação feminina no mercado editorial, desde desenhos para livros infantis a ilustrações eróticas.

Imprensa ilustrada:

Foi no Rio de Janeiro, corte do império brasileiro, onde se concentraram as novidades e a chegada de tendências internacionais mediadas por políticos, artistas, literatos e jornalistas. Durante as últimas décadas imperiais, debates acalorados sobre as questões políticas se intensificaram,

² Mais sobre o assunto em: SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. A viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX. *Tempo Soc.* 2005, vol.17, n.1, pp.343-366.

expandindo o controle da imprensa como um suporte fundamental de desestabilização do poder monárquico.

O “novo jornalismo” praticado durante a jovem república, foi um fenômeno basilar no setor cultural que repercutia sobre o comportamento dos intelectuais daquele momento. Segundo Sevcenko, houve o barateamento extremo baseado nas novas técnicas de impressão que, aliados a um novo acabamento e um tratamento literário mais apurado, intensificou o consumo cotidiano da imprensa pelos cidadãos alfabetizados da cidade. Dentre os periódicos, incluíam-se as revistas mundanas recheadas de ilustrações que as transformavam em um produto refinado, considerado a *coqueluche da nova burguesia urbana* (SEVCENKO, 1995: 94).

Segundo o professor Everardo Ramos, pouca atenção é dada aos estudos sobre as origens da imprensa ilustrada, sobretudo as publicações que precedem as revistas de caricaturas litografadas. Os motivos são múltiplos e provavelmente, segundo Ramos, se referem a utilização de imagens produzidas na Europa e importadas ao Brasil, as xilogravuras muito simples com autoria anônima e a própria disposição dessas imagens, geralmente utilizadas no cabeçalho ou nos títulos dos periódicos, associadas a ideia de decoração (RAMOS, 2009).

Com o tempo e o refinamento da produção periódica, identificamos nominalmente alguns ilustradores, que inclusive detinham notoriedade no período, como é o caso de Angelo Agostini, artista gráfico italiano, fundador e colaborador de diversos jornais e revistas do Segundo Reinado. A presença feminina relacionada a ilustração nesse contexto é impassível de localização. Não é tarefa fácil encontrar ilustradoras que assinem seus trabalhos nos periódicos, no entanto, também não podemos ignorar a possibilidade de assinaturas anônimas bem como eram realizadas pelas pintoras que expunham suas obras nas Exposições Gerais de Belas Artes do período imperial.

Nesse mesmo espaço de imprensa, outra forma de presença feminina era notada. A criação dos periódicos femininos, durante o século XIX, acompanha a reivindicação por parte das mulheres, de uma educação não direcionada ao casamento e ao ambiente doméstico, aliada a demanda de ocupação do espaço público através das profissões e, mais tarde, ao direito de voto. Assim, se formavam em território brasileiro mulheres de letras que inventavam seu próprio lugar de atuação dentro da imprensa, segundo Muzart:

No século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de

subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (MUZART, 2003: 267)

Alguns nomes se destacam nesse momento, como o de Joana Paula Manso de Noronha, argentina radicada no Rio de Janeiro e fundadora do *Jornal das Senhoras* em 1855, Francisca Senhorinha da Mota Diniz, do jornal *O Sexo Feminino* (publicado de 1873 a 1896) e Josefina Álvares de Azevedo, fundadora do jornal *A Família*, em 1888.

Atuação feminina:

Enquanto se torna difícil a localização de mulheres artistas com trabalhos em periódicos ilustrados, no mercado editorial podemos mapear com um pouco mais de facilidade a produção de ilustradoras. É durante a metade do século XIX que diversos clássicos da literatura infantil inglesa são publicados. Com a proliferação de livros e leitores infantis, cresce também a preocupação dos autores com as ilustrações que permearão as páginas de suas obras. Os desenhos então, além de descrever, começam a agir como complemento qualitativo para o texto e para a narrativa. No início, os livros com imagens eram compostos por gravuras em preto e branco. Com o século XX aumentam consideravelmente as possibilidades técnicas de reprodução do ilustrador, com o auxílio da serigrafia.

Nesse período é publicado *The Tale of Peter Rabbit*, grande sucesso da autora e ilustradora de origem britânica, Beatrix Potter. Proveniente de uma família burguesa, Beatrix cresceu rodeada de animais e da natureza, seus grandes inspiradores. Os desenhos parecem ocupar uma posição central em seu desenvolvimento criativo uma vez que Beatrix já desenhava durante a infância, temáticas que antecedem a criação de suas histórias. Motivada com o que vivia ao seu redor, seus *sketchbooks* eram repletos de ilustrações em aguarela com detalhes de animais e desenhos de casas do campo, imersas em montanhas e florestas³. As ilustrações e os textos de Beatrix Potter foram enviadas para a gráfica de Edmund Evans e o lançamento de *The Tale of Peter Rabbit* foi seguido de um grande sucesso de vendas.

Edmund Evans foi provavelmente o mais famoso impressor da Era Vitoriana. Além de pioneiro nas tiragens coloridas, foi responsável pela reprodução de grandes clássicos da literatura infanto-juvenil. Dentre seus colaboradores, está Catherine Greenaway, que firmou parceria com Evans na década de 1870. Kate foi introduzida ao mundo das publicações em 1879, com seu primeiro livro

³ Mais sobre a artista em: LEAR, Linda. Beatrix Potter: A Life in Nature. St. Martin's Press, 2008.

“*Under the Window: Pictures & Rhymes for Children*” que foi um grande sucesso de vendas esgotando a primeira edição pouco tempo após a impressão. A popularização de suas ilustrações foi tão intensa, que a *Liberty & Company* de Londres lançou uma linha de roupas infantis inspirada nos desenhos de Greenaway, que geralmente retratavam a inocência em crianças no meio rural. Em 1889 Kate Greenaway é convidada a se tornar membro do *Royal Institute of Painters in Water Colours*⁴, posição que ocupa até a data de sua morte, em 1901.

Podemos localizar uma sólida atuação de mulheres ilustradoras centradas no mercado editorial infantil. Esse dado pode ser problematizado se pensarmos que esse seria um local onde a presença feminina é mais passível de consentimento, já que o produto resultado do trabalho é destinado a família e se relaciona diretamente com os aspectos da infância, da maternidade e da vida doméstica. No entanto, ainda que fora do mercado editorial e das grandes publicações, se ampliarmos esse panorama, encontramos no início do século XX, ilustradoras com temáticas e técnicas distintas, como a artista norte-americana Clara Tice, que se dedicou a representação de assuntos que dialogavam com questões da sexualidade.

Já em território brasileiro, os desenhos de Nair de Teffé descrevem os assuntos retratados pela caricatura de costumes, como o afrancesamento da sociedade, a burguesia emergente e cenas e tipos populares. Dentre os representantes desse estilo podemos destacar a atuação de J. Carlos, K. Lixto e Raul Pederneiras, contemporâneos a Nair e talvez os nomes mais reconhecidos nesse contexto.

A artista inaugurou sua atuação na imprensa com a publicação de uma caricatura da atriz Rejane, em 31 de julho de 1909, na revista Fon-Fon!. A partir da popularização de suas caricaturas, assinadas com o pseudônimo “Rian”, o volume de publicações é intensificado assim como a amplitude, fazendo com que Nair publique em diversos periódicos cariocas e alguns parisienses. Essa intensificação induziu a artista a produzir séries de *portrait-charge* para periódicos da época, como a revista Fon-Fon!, a Careta e o jornal Gazeta de Notícias, sendo as caricaturas separadas respectivamente pelas “Galeria das elegâncias”, “Galeria das Damas Aristocráticas” e “Galeria dos Smarts”.

Laurinda dos Santos Lobo, amiga de Nair, foi uma das retratadas na “Galeria das Elegâncias”. Segundo relatos da própria artista, Laurinda foi a maior incentivadora de sua carreira em terras brasileiras, Herman Lima afirma “na Pensão Central, que era o ponto chique da elegância serrana, a Senhora Laurinda Santos Lobo, já naquele tempo um dos pontos altas da sociedade carioca seria a

⁴ <http://royalinstituteofpaintersinwatercolours.org/archive/>

primeira a figurar na sua galeria” (LIMA, 1963: 1270). A caricatura feita por Nair, enfatiza os contornos realizados por poucas linhas que de forma curvilínea delimitam o perfil da retratada. A legenda da caricatura “a vitória de Mato Grosso sobre Paris” destaca o refinamento e o bom gosto de Laurinda Santos Lobo. Laurinda nasceu no ano de 1878, em uma rica família na cidade de Cuiabá. Dividia seu tempo entre Rio de Janeiro e Paris e se destacava como uma grande mecenas da Belle Époque carioca. Além dessa atuação, ela também presidiu a Federação Brasileira para o Progresso Feminino, fundada por Bertha Lutz com o propósito de reivindicar maiores direitos para as mulheres.

Nos propomos a averiguar o pesado fardo carregado por Rian, considerada pela historiografia tradicional a primeira mulher caricaturista do Brasil e do mundo. De fato, são poucos os nomes femininos que se destacam, em termos nacionais, nesse cenário e geralmente são artistas com atuação posterior a Nair. A alemã Hilde Weber (1913-1994) por exemplo, formada pela Escola de Artes Gráficas de Hamburgo, ilustrou para diversos periódicos nacionais depois de sua vinda para o Brasil. Dentre eles destacam-se a *Tribuna da Imprensa* e *O Estado de S. Paulo* onde, mesmo de estilo variado, representou a charge política sendo considerada precursora do jornalismo ilustrado. Pioneira ou não, a produção caricata de Nair de Teffé merece ser estudada com afinco, já que a artista se destaca como um paradoxo feminino moderno que concilia sua posição aristocrática a um nada conservador gênero artístico.

Bibliografia:

CAMPOS, Maria de Fátima Hanaque. *Nair de Teffé artista do lapis e do riso*. 01. ed. Curitiba: Appris, 2016. v. 01. 175p.

LEAR, Linda. *Beatrix Potter: A Life in Nature*. St. Martin's Press, 2008.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1963.

MOREIRA, Maria Eunice (org.). *História da Literatura, teorias, temas e autores*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2003.

RAMOS, Everardo. Origens da imprensa ilustrada brasileira (1820-1850): imagens esquecidas, imagens desprezadas (republicação). *Escritos: Revista do Centro de Pesquisa da Casa de Rui Barbosa*, Rio de Janeiro, v. 3, pp. 285-309, 2009.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira república*. 4ed, São Paulo: Brasiliense, 1995.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. *A viagem a Paris de artistas brasileiros no final do século XIX*. Tempo Soc. 2005, vol.17, n.1.

HERANÇAS DA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL PRESENTES NA COLEÇÃO DE POSTAIS DA VISCONDESSA DE CAVALCANTI

Alyson Toledo¹

Patrícia Trogo²

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo analisar os cartões-postais que pertencem à coleção de álbuns de postais da Viscondessa de Calvacanti que faz parte do acervo do Museu Mariano Procópio, utilizando como análise uma série de 12 postais do pintor Emile Dupuis referentes à Primeira Guerra Mundial. O artigo fará uma biografia da Viscondessa De Cavalcanti, e em seguida promoverá uma discussão centralizada na importância da arte de colecionar tal item, nas questões históricas representadas nestes cartões e também os aspectos técnicos da obra.

Palavras-chave: Viscondessa De Cavalcanti - cartões-postais – Museu Mariano Procópio – franceses – militar.

HERITAGES OF THE FIRST WORLD WAR PRESENTS IN POSTCARD COLLECTION OF VISCONDESSA DE CAVALCANTI

ABSTRACT:

This article has as goal, to analyze the post cards that belong to Viscondessa de Cavalcanti's albums postcards, what it's part of Museum Mariano Procópio's collection, using as analysis a postcard belonging to a serie of 12 postcards of the painter Emile Dupius, referent to the First World War. The article will make a biography of Viscondessa de Cavalcanti, and thereafter, will propote a discussion concentrated in the importance of the art of collect this item, in the historical questions represented in these postcards, and also in the technical aspects of this work.

Keywords: Viscondessa de Cavalcanti's - post cards - Museum Mariano Procópio's - french – military.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. alyson.alvim14@gmail.com

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. pattrogo@hotmail.com

Introdução:

Os cartões-postais utilizados neste trabalho fazem parte da coleção de álbuns da Viscondessa de Cavalcanti pertencentes ao Museu Mariano Procópio, com isso abordaremos de forma rápida o surgimento do Museu e o seu acervo, além de falar do seu fundador Alfredo Ferreira Lage primo da Viscondessa De Cavalcanti.

O Museu Mariano Procópio está localizado na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, e foi inaugurado em 23 de junho de 1921, por Alfredo Ferreira Lage, filho de Mariano Procópio Ferreira Lage³. Alfredo Ferreira Lage, depois da morte de seu pai viajou para a Europa onde obteve sua formação cultural, depois de um tempo voltou para o Brasil, se formou em direito e passou a se dedicar a formação de um vasto acervo artístico, histórico e de ciências naturais, em 1915 herdou a residência da família, tendo então como planejamento a montagem de um museu particular, que em 23 de junho de 1921 em comemoração ao centenário de nascimento do seu pai foi inaugurado, abrindo em 1922 oficialmente para o público, em 1936 Alfredo doa ao município de Juiz de Fora a propriedade com todo o seu acervo, com uma série de exigências que permite concretizar seu projeto de memória para o Museu.

Em 1944 Alfredo morre e com o seu falecimento é realizado o Arrolamento dos Bens Artísticos, Históricos e Científicos do Museu Mariano Procópio, sendo catalogado cerca 50 mil objetos, entre esculturas, pinturas, desenhos, gravuras, livros raros, fotografias, documentos, prataria, mobiliário, porcelanas, cristais, indumentária, armaria, numismática e peças da História Natural. Muitos desses objetos foram doados por personalidades da época como dos irmãos Bernadelli e da Viscondessa De Cavalcanti prima de Alfredo Ferreira Lage.

Dentre as doações da Viscondessa De Cavalcanti destaca os álbuns de coleções de cartões- postais que iremos trabalhar, estes cartões-postais retrata vários temas: a Família Imperial, paisagens, monumentos de diversas regiões do Brasil e do mundo, catedrais e uma série alusiva à Primeira Guerra Mundial. Focaremos no álbum dos cartões-postais referente à Primeira Guerra Mundial, nestes álbuns totaliza cerca de 5.000 postais tendo como tema a guerra, que é representada por fotografias ou pinturas feitas à mão, neste caso trabalharemos os postais ilustrados pelo artista francês Emile Dupuis.

³ Mariano Procópio importante empreendedor e homem público do Império Brasileiro, responsável pela construção da primeira estrada de rodagem do Brasil, ligando os municípios de Juiz de Fora e Petrópolis, a Estrada “União & Indústria”.

2 AMÉLIA MACHADO: A Viscondessa De Cavalcanti:

Amélia Machado Coelho nasceu no dia 07 de novembro de 1853, na cidade do Rio de Janeiro, seus pais eram Constantino Machado Coelho e Mariana Barbosa de Assis Machado. A Viscondessa era prima-irmã de Alfredo Ferreira Lage, pois sua mãe Mariana, era irmã de Mariano Procópio, e seu pai, irmão de Dona Maria Amália esposa de Mariano, então a Viscondessa era considerada prima-irmã de Alfredo. Amélia foi uma das maiores incentivadoras de Alfredo, para que este criasse o Museu Mariano Procópio, e com a criação do Museu ela doa a maior parte de sua coleção, pois considerava este espaço, um local de conhecimento e devoção a arte e a história.

Amélia não veio de uma família comum, seu avô paterno pertencia a elite portuguesa, sendo economicamente rico e politicamente influente, além disso, a família de sua avó materna era tradicional e antiga no estado do Rio de Janeiro, fazendo com que seus descendentes também se tornassem importantes no Brasil. Com isso ela cresceu rodeada de pessoas que conheciam as Ciências, as Artes, o Mundo e a política do país, o que foi determinante para o seu interesse em praticar o colecionismo.

No ano de 1871, aos 18, casou-se com o Conselheiro Diogo Velho Cavalcanti Albuquerque⁴, um importante político do Império, passando assim a ser chamada de Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque. Eles tiveram dois filhos Stella Cavalcanti de Albuquerque, nascida na França no dia 29 de abril de 1872 e Fernando Velho Cavalcanti de Albuquerque, nascido em 30 de maio de 1873. A vida social de Amélia e Diogo era intensa, ambos colecionavam obras de arte e pertenciam ao meio intelectual. Na Exposição Universal de Paris de 1889, o Visconde De Cavalcanti a pedido do Imperador D. Pedro II, desempenhou o cargo de delegado do Brasil, e isso trouxe uma oportunidade para a Viscondessa e para a família Ferreira Lage adquirir peças para a suas coleções. Quando a família imperial foi exilada, o Visconde De Cavalcanti e sua família viveram em Paris durante alguns anos, integrando a Corte do Imperador, tornando amigos íntimos da família real. Com a morte de D. Pedro II, em 1891, a Viscondessa e seu marido retornam ao Brasil, mas o Visconde já se encontrava doente, e em 14 de junho de 1899 ele falece, foi sepultado no cemitério de Juiz de Fora, e nos dias atuais seus restos mortais se encontram no Ossuário do Cemitério da Glória em Juiz de Fora.

⁴ Diogo Cavalcanti cursou a Faculdade de Direito de Olinda em 1852. No ano de 1854 foi eleito deputado provincial pelo Partido Conservador, após ser deputado geral, senador, presidente de várias províncias e ministro de diversas pastas foi agraciado com o título de Visconde com Honras de Grandeza, em 1888.

Depois da morte de seu marido, Amélia morou em Paris até 1920 quando retorna para o Rio de Janeiro. No ano de 1925 começa a doar suas coleções para diversos locais, sendo o Museu Mariano Procópio o que recebeu a maior parte de suas coleções. A Viscondessa De Cavalcanti faleceu no dia 21 de fevereiro de 1946, aos 94 anos na cidade do Rio de Janeiro. Na sua certidão de óbito consta que deixou bens, mas não filhos, ela está sepultada no Cemitério do Catumbi (Rio de Janeiro) ao lado do pai Constantino.

2.1 Os objetos da Viscondessa De Cavalcanti pertencentes ao Museu Mariano Procópio:

Sabemos que a Viscondessa De Cavalcanti foi uma das maiores incentivadoras para a criação do Museu Mariano Procópio, sendo uma das maiores doadoras do museu. Com isso antes da reforma do museu, havia uma sala que levava seu nome, mas outras peças de sua coleção estava presente em outras salas. Ela deixou para o museu um grande numero de sua coleção como: coleções de minerais, quadros e telas de artistas consagrados, peças egípcias, fotografias e objetos que pertenceram a Família Real, joias antigas, uma coleção de 104 telas de miniatura e vários tantos objetos.

Entre estes objetos que estão no Museu Mariano Procópio, encontra-se um leque autografado por várias personalidades do século XIX, incluindo autógrafos da Família Real, este leque possui mensagens escritas e desenhos de 68 personalidades, da música, das artes, das letras, da política e da ciência. O museu ainda possui mais 11 leques antigos, de marfim, gazes, renda com pinturas do século XIX. A biblioteca do museu é composta por vários livros da Viscondessa De Cavalcanti, com centenas de volumes, impressos e manuscritos de valor incalculável, alguns são raridades e outros são edições esgotadas.

Dentre todos esses objetos doados pela Viscondessa ao Museu há uma vasta coleção de álbuns de postais, e é um destes álbuns que se encontram nosso objeto de estudo, uma série de 12 cartões-postais referentes à Primeira Guerra Mundial, assinados pelo artista francês Emile Dupuis. De acordo com Angelita Ferrari em sua dissertação de Mestrado:

A Viscondessa de Cavalcanti ainda colecionava envelopes de correspondências já postadas, muitos com o timbre da Cruz Vermelha, em sua maioria da época da Primeira Guerra Mundial. Charges tendo o conflito como tema: e postais trabalhados à mão com cenas urbanas, paisagens, parques e flores. O pesquisador Rogério Rezende esclarece que a Viscondessa, talvez tenha feito trabalhos voluntários nesta Instituição, pois era costume da época os mais abastados dedicarem parte do seu tempo aos mais necessitados. (Ferrari, 2010: 47)

Não existe estudos sobre essa coleção de cartões-postais da Viscondessa e também não há quase informações do artista francês que pintou os cartões que será analisado neste artigo, com isso a seguir tentaremos juntar ao máximo as informações obtidas, a fim de fazer uma discussão sobre a representação destes postais.

3 O Cartão Postal como fonte:

Há pouco mais de um século começava a Primeira Guerra Mundial e seria possível tratar da guerra sem associá-la a imagem de morte, sofrimento e dor? Algumas décadas antes do início do conflito surgiam os cartões postais. Estudos apontam que a ideia do cartão-postal surgiu para proporcionar uma comunicação postal simplificada e direta. Surgido por volta de 1870, teve rápida aceitação no mundo inteiro, e assim como ainda hoje, são empregados como registros de belas paisagens. O costume de trocar e colecionar postais era corriqueiro e muito apreciado durante o século XIX. A prática colecionista existe há muito tempo e os colecionadores da elite brasileira do final do século XIX e início do século XX acompanhavam as tendências internacionais, possivelmente por causa das longas viagens, além da experiência de aquisição de obras de arte no mercado europeu. Foi nessa sociedade repleta de mudanças e do avanço das relações internacionais que a Viscondessa De Cavalcanti viveu. Mas como se constituiu essa significativa coleção de postais referentes à Primeira Grande Guerra? Em casa de leilões? Endereçados a própria Viscondessa? Não se sabe exatamente, mas podemos notar em estudos sobre postais produzidos durante a guerra e nos postais da coleção do Museu Mariano Procópio, que sua finalidade explícita era celebrar a guerra.

Após identificarmos que parte significativa dos cartões presentes na coleção é de origem francesa e após ler artigos referentes ao tema, percebemos que esses postais franceses registram caricaturas satíricas e patrióticas, além de construírem um imaginário coletivo antigermano. Muitos postais fazem referência a perda dos territórios da Alsácia & Lorena e a derrota na Guerra Franco-Prussiana em 1871. A bibliografia sobre postais que circulavam durante a Primeira Guerra Mundial apontam que com a derrota sofrida em 1871 os franceses passaram alimentar intenso desejo de vingança, assim tentavam convencer à população civil e militar a necessidade de um novo confronto bélico. Mensagens idealizadas e patrióticas eram utilizadas, dando a percepção de que somente através da Guerra, a França obteria a sonhada revanche almejada desde 1871.

Marco Antonio Stancik destaca o surgimento do “poilu”. Expressão popular e afetuosa pela

qual se tornaram conhecidos e passaram a serem chamados combatentes da infantaria francesa que lutaram na Grande Guerra. O termo “poilu” já era utilizado no período napoleônico, em alusão ao aspecto rústico dos combatentes, cujas barbas e bigodes eram tidos como atributos de bravura e resistência. E assim os postais da Primeira Guerra Mundial retratavam os soldados franceses, como símbolo de bravura, resistência e de esperança nacional.

4 A História da Primeira Guerra Mundial na coleção Viscondessa De Cavalcanti:

Entre diversos postais que retratam cenas urbanas, paisagens e charges tendo o conflito como tema, escolhemos uma série de doze postais, assinados por Emile Dupuis e armazenados no álbum número 81 da coleção. Todos contendo 9,0 cm de largura e 14,0 cm de altura. Os cartões-postais que vamos analisar foram assinados por Emile Dupuis, um desenhista e litógrafo francês. Não encontramos muitas informações ou uma biografia ampla sobre este autor, assim não sabemos exatamente as datas de seu nascimento e falecimento, pois as datas não coincidem com as fontes consultadas. Podemos afirmar apenas que Dupuis nasceu em Orleans, cidade localizada no norte - centro da França. Região de grandes conflitos durante a Primeira Grande Guerra. Em 1897, ele está isento do serviço militar devido a uma deformidade do pé esquerdo. Dupuis é mais conhecido entre os colecionadores de cartões-postais por séries de desenhos semi-realistas que ele fez dos soldados franceses, publicando durante a guerra cinco séries de cartões postais intituladas: Femmes héroïques, Leurs Caboches, Nos Alliés, Nos Alliés (2ª série) e Nos Poilus.

Todos postais da série “Nos Poilus” ilustram oficiais de aparência rústica e faz alusão a alguma batalha da guerra. Até agora identificamos três dessas séries completas nos álbuns da Viscondessa e escolhemos a série “Nos Poilus”, assim abordaremos e apresentaremos alguns postais presentes nessa pequena série dentro da vasta coleção da Viscondessa.



Figura 1: La Bassée Decembre 1914

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus nº1.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.

O cartão postal acima intitula “La Bassée”. Bassée é uma comuna francesa situada no departamento de norte, no distrito de Hauts-deFrance. Datado Dezembro de 1914, o artista buscou representar através do poilu, a batalha de La Bassée, travada por forças alemãs e franco-britânicas no norte da França em outubro de 1914, durante tentativas dos exércitos contendores de envolver o flanco norte de seu oponente, o que tem sido chamado de corrida para o mar.



Figura 2: en Argonne 1915

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus nº3.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.

Este postal datado de 1915 representa os soldados que lutaram na batalha denominada “Guerra da Madeira”. Na floresta de Argonne, localizada no nordeste da França. Durante a Primeira Guerra Mundial a floresta foi local de intensa ação militar.



Figura 3: Dans les Flandres 1914

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus nº5.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.

A figura 3 leva o nome da batalha de Flandres, que é o nome dado as batalhas travadas na região de Flandres, no norte da França e na Bélgica durante a Primeira Guerra Mundial.

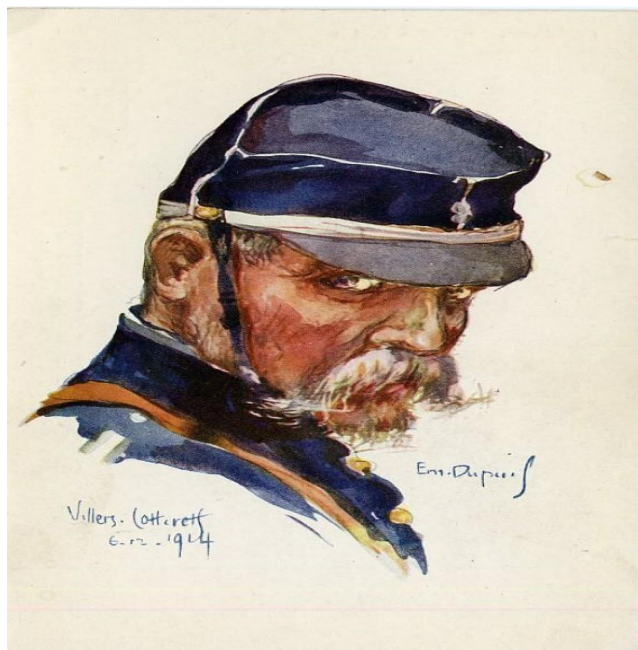


Figura 4: Villers Cotterets 1914

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus nº7.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.

O postal acima faz parte dessa série e intitula “Villers Cotterets”. Faz alusão a batalha de Villers Cotterets, travada em setembro de 1914 entre tropas Franco-Britânicas e alemãs, com vitória dos aliados. A cidade é uma comuna francesa situada na região administrativa do Aisne e abriga um cemitério militar francês da Primeira Guerra Mundial, criado em 1914 para servir como local de descanso final para os soldados mortos no hospital militar da cidade. Em 1918 o cemitério foi expandido para acomodar corpos de outros locais de sepultamento temporário. Hoje o cemitério é mantido pela (CWGC), Commonwealth War Graves Commission que é uma organização intergovernamental cuja principal função é marcar, registrar e manter os túmulos e lugares de comemoração dos membros do serviço militar que morreram nas duas Guerras Mundiais. Incluindo 300 corpos de soldados que lutaram na batalha de 1914.

Esses postais representam a figura do valente soldado francês e fazem alusão a determinadas batalhas da guerra, mas há uma dificuldade muito grande em mapear e fazer um levantamento de todos os postais por dois motivos. A escassez de fontes e sua veracidade, pois muitas dessas fontes encontram-se escritas em francês. O segundo motivo, por se tratar de representação de certas batalhas que ocorreram durante o conflito, ao fazer a pesquisa às vezes não localizamos aquela batalha datada no postal, mas sim uma outra que ocorreu anteriormente ou posteriormente.

Esses postais possuem uma riqueza de informações, além de resgatar informações e momentos da guerra, eles representam e nos trazem a composição do exercito francês. Negros também são representados como mostram as figuras abaixo. Pode ser uma referência aos negros das colônias francesas que participaram do conflito, mas além da representação de brancos e negros nos postais, percebemos que o artista Dupuis faz um trabalho minucioso sobre suas aparências e feições, mas em todos prevalece os estereótipos criados sob a figura do “poilu”, que é sempre o combatente de aparência rústica, de bigodes e barbas longas, símbolo do patriotismo nacional durante todo conflito.



Figura 5: Lombaerteyde 1914

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus nº2.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.



Figura 6: Ranis 1914

Cartão postal colorido e com ilustração colorida, dimensões: 9,0 cm x 14,0 cm, série: Nos Poilus n°11.

Localização: Arquivo fotográfico do Museu Mariano Procópio.

5 A importância histórica:

No caso específico da França pós-1870, que passou a viver sob o peso da derrota na Guerra Franco-Prussiana e da perda dos territórios da Alsácia e da Lorena, o desejo de vingança contra os alemães, então transformados na maior potência continental européia, tendeu a impregnar a política, a cultura, o imaginário coletivo, o cotidiano do povo francês. Seu sistema de interpretação do mundo assumiu, assim, um espírito belicoso e revanchista, inspirado na lógica da nação em armas. A série de Dupuis não nos coloca diante da representação de grandes conflitos, de cenas do cotidiano nas cidades ou no campo de batalha, mas foca na representação do “poilu” como um combatente com a barba por fazer e de aspecto bastante rude que buscava restituir à França algo que acreditava lhe pertencer e que lhe foi tirada. O postal exemplificado nessas figuras com essas cores suaves emprestaram ao “poilu” representado uma aparência condizente com o ideal oficial combatente. Não representa a imagem do soldado forte e corajoso em ação, mas resgata a imagem de um homem que

sempre esteve disposto à luta e que experimentou as agruras das trincheiras da Grande Guerra, em busca de resgatar as desejadas terras da Alsácia e da Lorena.

Considerações Finais:

De tal maneira, com suas imagens e textos impressos, ou com uma simples ilustração colorida de um oficial, o objetivo é transmitir mensagens, os cartões-postais são tomados como documentos por meio dos quais podemos ter acesso e resgatar aspectos do imaginário social daquele período. Assim, os colecionadores de artes, como a Viscondessa De Cavalcanti, começam a adquirir uma importância fundamental para a Museologia e para a história, principalmente em relação à guarda da memória e ao fornecimento de material para a reconstrução da história.

Bibliografia:

Costa, Angelita Maria Rocha Ferrari. **A coleção de Pinturas em miniatura da Viscondessa de Cavalcanti no Museu Mariano Procópio**. Juiz de Fora, 2010. 233p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

STANCIK, Marco Antonio. Agrados do front: Nos cartões-postais trocados na época da guerra, caricaturas satíricas e fotografias patrióticas camuflavam a trágica realidade. **Revista de História**, 2014. (Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/agrados-do-front>)

STANCIK, Marco Antonio. **O manuscrito e o iconográfico em cartões-postais belicosos: da apologia cavaleiresca à contestação da Grande Guerra (1914-1918) na França**. Museu Paulista, Universidade de São Paulo, 2014.

STANCIK, Marco Antonio. **O imaginário sobre o militar em cartões-postais franceses (1900-1918)**. História, São Paulo, v. 31, n. 1, 2012.

Fontes:

Ferraz, Rosane Carmanini. A formação da coleção de fotografias oitocentistas no acervo do Museu Mariano Procópio. **In: Simpósio Internacional de História Pública**. São Paulo, 2012. Anais do Simpósio de História Pública.

Ferraz, Rosane Carmanini. Entre usos e funções: a prática do colecionismo de fotografias no século XIX e sua difusão no Brasil Imperial. **Patrimônio e Memória**. São Paulo, Unesp, v. 10, n. 1, p. 183-198, janeiro-junho, 2014.

FRANCO, Patrícia dos Santos. Cartões-postais: fragmentos de lugares, pessoas e percepções. **Metis: história & cultura**. Vol 5, Nº 9, 2006. Universidade de Caxias do Sul.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Sítios eletrônicos:

<http://cartes-postales-en-series.e-monsite.com/pages/emile-dupuis-en-14-18.html> <**acesso em: 20 de Nov. 2016.**><http://archives.orleans-metropole.fr/r/126/nos-poilus/> <**acesso em: 20 de Nov. 2016.**>

MULHERES NOS TERREIROS E NA FOTOGRAFIA: REPRESENTAÇÕES DO ESPAÇO FEMININO POR MEIO DAS IMAGENS PRODUZIDAS NA DÉCADA DE 1960 NO CANDOMBLÉ DE PAI TERESINO EM MONTES CLAROS/MG

José Vinícius Peres Silva¹

Resumo:

Os álbuns de família, enquanto memória nos revelam características de uma comunidade. Para além do processo de lembrar e recordar, a fotografia também pode ser uma forma de elaborar uma representação de algo para a posteridade. A partir disso, propomos com o estudo de álbuns fotográficos de famílias, revelar as representações do feminino, dentro das imagens do candomblé de angola em Montes Claros - Minas Gerais. Nossa pesquisa baseia-se no período compreendido na década de 1960, em que conforme Borges (2014), o Candomblé como religião se diferenciou da antiga cultura do Nago-Vodun, bastante praticada na região, transformando-se em um culto diferenciado e baseado em outras práticas presentes no Brasil daquela época.

Palavras-chave: Candomblé, Fotografia, Mulheres e História.

WOMEN ON THE TERRACES AND IN THE PHOTOGRAPH: REPRESENTATIONS OF THE FEMALE SPACE THROUGH IMAGES PRODUCED IN THE DECADE OF 1960 IN CANDOMBLE OF TERESINO FATHER IN MONTES CLAROS/MG

Abstract:

Family albums while memory reveal us characteristics of a community. In addition to the process of remembering and remembering, photography can also be a way of elaborating a representation of something for posterity. Based on this, we propose, with the study of family photographic albums, to reveal the representations of the feminine, within the images of the candomblé of angola in Montes Claros - Minas Gerais. Our research is based on the period comprised in the 1960s, in which, according to Borges (2014), Candomblé as a religion differed from the old Nago-Vodun culture, practiced in the region, becoming a cult based on other practices present in Brazil at the time.

Keywords: Candomblé, Photography, Women and History.

¹ Mestrando do PPGH UNIMONTES.

Introdução:

O terreiro de Pai Teresino existiu na cidade de Montes Claros- MG desde o início da década de 1950, onde as suas formas de praticar Candomblé tiveram grande contribuição dentro do processo das transformações desta religião na região. O norte de Minas era marcado pelo Nagô- Vodun, uma espécie de prática religiosa que misturava inúmeros ritos africanos e indígenas que se mostravam diferentes de outras formas mais solidadas das religiões de Matriz- Africana no período.

Conforme Ângela Marques Borges (2012), Pai Teresino viajou para a cidade de Belo Horizonte, com a intenção de encontrar-se com o "verdadeiro candomblé" a partir disso, ele voltou à sua região com novos olhares sobre esse processo religioso, e desta forma modificou as práticas culturais e sócias da religião no ambiente em que ele vivia.

Desta forma, pretendemos olhar para os registros fotográficos do terreiro de pai Teresino buscando a situação em que aparecem as mulheres. Isso acontece devido a necessidade de trazer as mulheres para o universo da narrativa histórica, percebendo assim como foi fundamental o papel delas para a manutenção do cotidiano do universo religioso destas práticas.

Mulheres no Candomblé, e elementos do feminino:

As relações próximas que se estabeleceram entre os homens e mulheres dentro do contexto religioso foram necessárias para as configurações atuais das religiões. Com as religiões de matriz africana essa conduta também se aplicou, pois entendemos que apesar de um processo de poder que envolve as relações de gênero, patriarcado e principalmente por uma sociedade machista as mulheres tiveram e ainda têm um grande destaque para a manutenção desses cultos.

Essa relação de proximidade esteve ligado principalmente ao processo de formação do Candomblé e posteriormente da Umbanda. Conforme Sandro dos Santos Correia, em um artigo para a revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB em 2017, como a estrutura social da colônia brasileira que excluía o homem africano escravizado de exercer uma função pública de importância e poder em uma sociedade machista como a brasileira. A atuação da mulher negra na sustentação de alguns templos da religiosidade de matriz africana foi fundamental na manutenção do culto aos inquices, voduns e orixás até a atualidade como também no processo de

inserção do mesmo tendo na figura da mãe de santo mais do que uma líder religiosa e sim uma liderança política e social.

Ainda segundo Sandro Correia, existe "grandes indícios que houve uma participação maior da mulher na construção do Candomblé". O objetivo destas mulheres para Correia não se concentrava em transmitir a cultura do colonizador e sim em manter viva uma cultura que estava sendo destruída em razão de uma conjuntura política, econômica e cultural que inferiorizava o legado civilizatório de povos africanos escravizados.

A cultura do Candomblé como religião historicamente, tem nas mulheres suas responsabilidades da manutenção. Isso acontece, pois originalmente conforme Reginaldo Parandi (2007), as práticas da religião eram feitas exclusivamente por mulheres. As danças, o rito e a roda eram apenas exclusividade delas e paralelamente a isso, os homens atuavam de forma estrutural e durante os cultos tocando os Atabaques mantendo a função de Ogan². Os trabalhos de cozinhar, limpar que eram feitos nas casas eram vinculados às Muzenzas³ e principalmente a o papel da Mãe de Santo eram obrigatoriamente exercidos por mulheres.

Ao refletir sobre o papel das mulheres objetiva perceber a importância, não somente do seu papel enquanto liderança, mas enquanto agente de resistência e desconstrução de uma ordem machista calcada em valores militares e operacionalizado pela estrutura da violência, seja ela institucionalizada pelo aspecto psicológico, de gênero, racial, cultural e outros. Estas ações foram produzindo um impacto positivo da participação das mulheres da vida em família e em sociedade, dando-lhes uma significativa importância e uma capacitação na sua qualificação política de tomar decisões e dirigir projetos e vencer desafios postos.

Desta forma, problematizaremos assim a participação das mulheres dentro do cotidiano do terreiro de Pai Teresino, em Montes Claros no Norte de Minas Gerais. Respeitando essas relações descritas acima, a inclusão da mulher nos cultos e nas atividades da roça moldadas de acordo com o ambiente no qual eles viviam. Isso acontece devido a própria história da religião que foi aqui colocada.

O papel das mulheres como objetivo da pesquisa é encontrado nas fontes visuais que propormos trabalhar. A fotografia e os álbuns de família nós dizem muito a respeito dessas relações

² **Ogan** é o nome genérico para diversas funções masculinas dentro de uma casa de Candomblé. É o sacerdote escolhido pelo orixá para estar lúcido durante todos os trabalhos. Ele não entra em transe, mas mesmo assim não deixa de ter a intuição espiritual.

³ **Muzenza** é no candomblé banto, tanto o noviço iniciado quanto o toque dos tambores ng'oma utilizado na saída dos iniciados. Corresponde ao *iyawô* do candomblé queto.

de proximidade das mulheres com o terreiro. Utilizaremos assim, a imagem como fonte de Representações sociais, ou seja, pensar que as fotos registradas pelos frequentadores do terreiro se constituem uma apresentação/representação do povo para o ambiente que vivido e compartilhado por meio das memórias e registros.

As fotografias como fontes:

Fotografia não pode estar somente atrelada ao meio tecnológico, pois antes de tudo ela é um produto social. Identificamos isso, pois as imagens constituem um modo discursivo através do qual se colocam em cena questões e fragmentos históricos, talvez de forma evolutiva ou descontínua. Isso é devido, conforme ressaltou Frizot em *Nouvelle histoire de la photographie* (2001), “à diversidade de informações que a imagem fotográfica apresenta, por registrarem distintas situações de vivência dos atores sociais, possibilitando o entendimento das diferenças sociais dos grupos.” (p.67).

Assim, por ser produto social, a construção fotográfica revela as demandas de diferentes grupos sociais. Segundo Michel Frizot (2001), estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para “divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento, forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo essas matrizes práticas sociais que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamento a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade.”(p.76) Essa maneira impositiva de legitimação das representações por intermédio das fotografias serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto a individual quanto a coletiva.

Em *Retratos de Família*, Míria Moreira Leite (1981) apresenta um resultado de uma reflexão de estudos sobre as potencialidades e talvez limitações da leitura da imagem e fotografia. Demonstrando um caráter sociológico, antropológico e histórico que a imagem pode assumir dentro da perspectiva das ciências humanas. Para tanto, a autora se baseia, fundamentalmente, em uma coleção de retratos de família de álbuns cedidos por descendentes de imigrantes de várias origens. São famílias italianas, alemãs, portuguesas, judias, russas, espanholas e japonesas que acabaram por se reunir na cidade de São Paulo no início do século XX. A essas retratos foram acrescentados fotografias de famílias de acervos públicos e o publicados de revistas e almanaques.

Desta mesma forma as fotografias produzidas por álbuns de família revelam uma questão acerca das relações de proximidade e memória dos grupos sociais. Trazem também mudanças nas

perspectivas das orientações que vão definir a vida dos sujeitos e ainda os processos de transformação da sociedade. Utilizamos ainda os álbuns de Família para pensar a representação como apresentação.

Propomos então uma interdisciplinaridade com a psicologia social, onde as ideias de representação coletivas foram importantes para definir algumas ponderações no contexto de estudos com a religião dentro do universo da história. A contribuição da Psicologia Social é analisada aqui a partir dos estudos as representações sociais coletivas.

O conceito de representação coletiva nasceu na sociologia, nos estudos de Durkheim. Foi empregado na elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico (ALEXANDRE, 2004). O sociólogo argumentou que esses fenômenos coletivos não podem ser explicados em termos de indivíduo, pois ele não pode inventar uma língua ou uma religião. Esses fenômenos são produto de uma comunidade, ou de um povo.

A teoria das representações sociais pode ser considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social. A expressão usada por Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise. O autor apresenta um estudo onde tenta compreender de que forma a psicanálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, adquire uma nova significação pelos grupos populares (ALEXANDRE, 2004). O que motivou Moscovici a desenvolver o estudo das representações sociais dentro de uma metodologia científica foi sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórico-crítica.

Essa contribuição é percebida na obra de Roger Chartier, que utilizou o conceito das representações sociais sob uma ótica da história. O conceito proposto por Chartier tem em seu âmbito a proposta da prática social que tornou esse conceito da psicologia mais próximo das interpretações históricas. Conforme José D'Assunção Barros;

Uma das contribuições decisivas de Roger Chartier para a História Cultural, tal como assinala, está relacionada à elaboração das noções complementares de “práticas” e “representações”. De acordo com este horizonte teórico, a Cultura (ou as diversas formações culturais) poderia ser examinada no âmbito produzido pela relação interativa entre estes dois pólos. Assim, “tanto os objetos culturais seriam produzidos ‘entre práticas e representações’, como os sujeitos produtores e receptores de cultura circulariam entre estes dois pólos, que de certo modo corresponderiam respectivamente aos ‘modos de fazer’ e aos ‘modos de ver’”. Por fim, uma terceira noção importante desenvolvida por Roger Chartier de modo a trazer consistência a uma Nova História Cultural, foi o conceito de “apropriação”. (BARROS, 2005)

O conceito é importante para perceber que, sobretudo em aspectos religiosos referentes a culturas que fogem das grandes religiões cristãs bem como as práticas religiosas referentes às comunidades e povos marginalizados também tiveram uma forma de manifestar suas crenças e utilizá-las como modo de vida de certa época. Desta forma representação é usado para compreender como em determinada época.

Compreender o mundo a partir de uma lógica da cultura nos leva a reflexões que suscitam várias interpretações e conhecimentos. Desta forma ideias e conceitos sobre esses assuntos não foram criações imediatas, mas um processo onde foram moldados, gestados e pensados. Ainda que esses conceitos, relativos ao universo da história e da cultura, são parâmetros para o cotidiano dos historiadores, eles não podem ser usados como uma definição concreta. O homem, as pessoas e por consequência a sociedade são subjetivas e dinâmicas ocasionando por parte do historiador uma necessidade de recriar e dinamizar o uso dos conceitos no seu ofício.

Sendo assim, podemos perceber que o processo das produções de conceitos e conhecimentos da história e da cultura passou por uma mudança a partir de novas ideias e questões relativas ao tempo no qual os próprios historiadores viveram. Grandes questionamentos sobre a conceituação da ciência histórica e sua utilidade foram discutidos e reelaborados por vários estudiosos que modificaram algumas das definições antigas sobre o conhecimento que se tinha.

A cultura se é tão abrangente e mística que para uns pode ser representada como uma teia sem fim. Num significado mais global, a cultura amplia os horizontes e une os povos, à medida que os identifica num processo contínuo e crescente em meio a globalização. “Nos termos do antropólogo Clifford Geertz, a cultura é uma teia de significados tecida pelo homem”. Essa teia orienta a existência humana. Trata-se de um sistema de símbolos que interage com os sistemas de símbolos de cada indivíduo numa interação recíproca. Geertz define símbolo como qualquer ato, objeto, acontecimento ou relação que representa um significado. Compreender o homem e a cultura é interpretar essa teia de significados.

Trazer os álbuns de fotografia como um exemplo de produto cultural é utilizar elementos simbólicos enraizados de significados para os grupos que os criaram. No caso do Candomblé de Pai Teresino é perceber por meio do cotidiano que as produções imagéticas desse local o cotidiano de um grupo social que retrata os momentos fundamentais das práticas da religião no seu seio sociocultural.

Os Álbuns de Família:

O responsável pelo fornecimento do material utilizado na pesquisa é Neto de Santo do então Pai Teresino. Seu contato com esse sacerdote é revelado por ele por conta das memórias dos seus parentes e familiares que conheceram Pai Teresino no seu longo período de atuação que percorreu os anos de 1950 até 2000 que foi o ano de sua morte. Diego, ou como é chamado no terreiro frequentado por ele, Kiluaçu; mantém guardado em seus muitos álbuns de fotografias do tempo do Pai Teré, imagens que retrataram o cotidiano das festas, práticas e dos próprios frequentadores do local.

Sua relação é marcada por uma intimidade com as fotografias, e sua importância é vinculada ao seu grande respeito ao seu Avô de Santo. Seu Pai de Santo, Ricardo (Kiozô) lhe deu todo o seu acervo por conta dessa proximidade que eles tiveram e provavelmente para melhor possibilidade de permanência desse material.

O conteúdo das imagens retrata como as mulheres estiveram sempre presentes dentro do processo social do universo dessa religião. Diego "Kiluassu" vem de uma tradição onde sua mãe e sua avó de sangue, foram feitas e participavam dentro das festividades do terreiro de pai teresino, desta forma, várias mulheres aparecem nas fotografias. Essas representações das mulheres nos álbuns, são importantes para um papel fundamental para a manutenção das atividades no terreiro.



Imagens 1: Roda do Candomblé



Imagem 2: Muzenza com adornos.

As duas fotografias utilizadas nos revelam como era esse cotidiano e o papel que as mulheres desempenhavam dentro do contexto da religião, não é possível falar de desigualdade, mas sim de um processo onde a multidão converge com mulheres e homens dentro de um processo onde a ajuda mútua é dominante. Portanto ao trazer essas fotografias, percebemos que as mulheres são relativamente tratadas e demonstradas em um processo de apresentação. Justificando assim a Representação como apresentação.

Considerações finais:

Os álbuns de família são muito mais que memória, eles nos revelam características de uma comunidade. Para além do processo de lembrar e recordar, a fotografia também pode ser uma forma de elaborar uma representação de algo para a posteridade. A partir disso, propomos com o estudo de álbuns fotográficos de famílias, revelar as representações do feminino, dentro das imagens do candomblé de angola em Montes Claros - Minas Gerais.

Baseando-se no período compreendido na década de 1960, em que conforme Borges (2014), o Candomblé como religião se diferenciou da antiga cultura do Nago-Vodun, bastante praticada na região, transformando-se em um culto diferenciado e baseado em outras práticas presentes no Brasil daquela época. Seria então, no terreiro de Pai Teresino, que essas atitudes tornar-se-iam pioneiras.

As fotografias produzidas pelos frequentadores do local tiveram um papel relevante para apresentar e representar este local. Por meio disso, foi verificado no enquadramento da mulher neste

território que, eram tomadas conforme os conhecimentos e definições da cosmo-visão desta própria religião. É a partir destas questões que analisaremos nas fotografias os papéis e representações das mulheres em contraste com os homens no terreiro.

Concluimos o trabalho, justificando que o papel das mulheres dentro do contexto da religião esteve ligado justamente ao processo de Histórico do qual eles estavam inseridas. Um processo que foi muito relevante para uma dita igualdade com relação a postura do homem. Não é que existe uma total igualdade, mas isso acontece de uma forma diferenciada com as outras situações das mulheres no percurso histórico.

Referências:

ALEXANDRE, Marcos. *Comum* - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho /2004

BARROS, José D'Assunção. "A História Cultural e a Contribuição de Roger Chartier", in *Revista Diálogos*, UEM, v. 9. N.º 1, 2005

BASTIDE, Roger. *O candomblé da Bahia*. Rito nagô. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BELLOTTI, Karina Kosicki. Mídia, Religião e História Cultural. *Revista de Estudos da Religião* Nº 4 / 2004 / pp. 96-115

BORGES, Ângela Cristina Marques. *Tambores do Sertão: Diferença Colonial e Interculturalidade: entrelaçamento entre Umbanda/Quimbanda e Candomblé Angola no Norte de Minas Gerais*. Tese de Doutorado, 2012. PUC-SP

BURKE, Peter. *História e teoria social*. Editora UNESP. 2012

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre Práticas e Representações*, Lisboa, Difel, 1990.

DEL CAIRO, Carlos e JARAMILLO MARIN, Jefferson. Clifford Geertz e a montagem de um projeto antropológico Crítico. *Tabula Rasa*, jan./jun. 2008, no.8, p.15-44.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. 2003. Editora da Unicamp.

MARACATRUPE: DE RECIFE PARA O INTERIOR MINEIRO

João Pedro Marcelino Camilo de Souza¹

Resumo:

Através de uma forte influência da cultura dos Maracatus Nação pernambucanos, começa-se a organizar um grupo dedicado a reproduzir e estudar as diretrizes dessa manifestação artística no interior de Minas Gerais. Nesse trabalho, analisa-se um pouco da realidade e da formação desse grupo, denominado “Maracatrupe”, que se envolve diretamente com a cultura maracatuzeira de maneira respeitosa na busca de um alinhamento com as tradições pernambucanas sob a orientação do Maracatu Nação Estrela Brilhante do Recife. Ademais, explicita-se a intensa expansão regional que o Maracatu vive nas últimas décadas com o seu renascimento no século XX e com o advento de novas mídias que contribuíram para essa disseminação.

Palavras-chave: maracatu, Minas Gerais, Maracatrupe, música, cultura.

MARACATRUPE: FROM RECIFE TO THE INTERIOR OF MINAS GERAIS

Abstract:

Through a strong influence of the Maracatus Nação of Pernambuco, it was created a group dedicated to reproduce and study the guidelines of this artistic manifestation in the interior of Minas Gerais. In this work, I analyze the principles and the formation of this group, denominated "Maracatrupe", that is directly involved with the Maracatu's culture in the search of an alignment with the traditions of Pernambuco under the orientation of Maracatu Nação Estrela Brilhante do Recife. In addition, I will present the intense regional expansion that Maracatu has lived in the last decades with its revival in the twentieth century and with the advent of new media that contributed to this dissemination.

Keywords: maracatu, Minas Gerais, Maracatrupe, music, culture.

¹ Graduando em História na Universidade Federal de Ouro Preto / Email: joaopedromcs@hotmail.com.

*Toque o gonguê, balance o ganzá
É no baque virado que o Estrela vai passar
Cante sinhá, toque sinhô
Sou afro-africano e também Nação Nagô
(Toque o Gonguê – Nação Estrela Brilhante do Recife)*

1. Introdução e método:

Através de uma forte influência da cultura dos Maracatus Nação pernambucanos, começa-se a organizar um grupo dedicado a reproduzir e estudar as diretrizes dessa manifestação artística no interior de Minas Gerais. Nesse trabalho, analiso um pouco da realidade atual e da formação desse grupo, denominado “Maracatrupe”, que se envolve diretamente com a cultura maracatuzeira de maneira respeitosa na busca de um alinhamento com as tradições pernambucanas.

Para isso, procurei conhecer pessoalmente o grupo através de suas oficinas ministradas atualmente no distrito de Santo Antônio do Leite – MG, além de entrevistar alguns personagens primordiais do movimento, tendo como figura principal do estudo o idealizador e regente do grupo: Itamar de Araújo conhecido como “Bambaia”. Também me baseei em uma bibliografia rica e contextualizada pra dar suporte ao entendimento do Maracatu de maneira geral como uma ampla cultura que se concentra em Pernambuco, mas que se expande constantemente para todo o Brasil e mundo.

O objetivo parte principalmente da necessidade de apresentar e dar visibilidade a um movimento de valorização da cultura negra pernambucana no cenário mineiro com enfoque na região histórica da mineração. Região esta que estabelece várias relações de semelhança com a formação de Pernambuco por ter participado diretamente de um intenso processo de escravidão no período colonial sendo também, portanto, palco de inúmeras heranças africanas. Ademais, desejo com isso explicitar essa intensa expansão regional que o Maracatu vive nas últimas décadas com o seu renascimento no século XX e com o advento de novas mídias que contribuíram para essa disseminação (LIMA, 2013, passim).

2. Maracatu: identidade, tradição e religiosidade:

Assim como os diversos movimentos culturais espalhados pelo Brasil, o Maracatu se constitui hoje como uma forma de expressão cultural que se tornou essencial na afirmação das identidades

negras por todo Brasil, principalmente em Pernambuco. Foi nesse estado em que se originou essa manifestação e onde também é o palco dos principais grupos desse ritmo.

Esse movimento que envolve práticas artísticas, como a dança e a música, também possui forte envolvimento com as religiões de matrizes africanas justamente por ter nascido nos terreiros de Candomblé e Xangô pernambucanos (OLIVEIRA, 2010, p.63). Além do cenário religioso, o Maracatu também possui uma atuação no espaço profano através de vários eventos tanto rurais como urbanos como, por exemplo, os desfiles nos carnavais de rua, em Recife e Olinda. Existe, portanto, uma intensa dinâmica cultural e social em Pernambuco que gira em torno desse movimento que carrega a herança da resistência negra no contexto escravocrata brasileiro.

Assim como foi dito, o a execução do Maracatu não é feita somente no espaço urbano (lugar onde tomou proporções nacionais e mundiais), mas também no espaço rural. A maneira como ocorre essas expressões nesses espaços é diferenciada por muitas maneiras, a começar pelo nome. O “Maracatu Nação” ou “Maracatu baque virado” nasceu das festas de coroação dos Reis do Congo nos séculos XVII e XVIII na região de Recife e Olinda. Nessa conjuntura, o movimento surge com uma expressão da cultura negra, mas também representava uma forma de controle dos senhores sob seus escravos através de um supervisionamento estratégico. O “Maracatu rural” ou “Maracatu baque solto” se constituiu em um cenário diferente. Com concentração na Zona da Mata norte de Pernambuco, essa vertente nasceu dos sincretismos entre as diversas culturas do interior nordestino que foram se mesclando em um contexto de exploração da cana-de-açúcar através dos engenhos e das usinas. Este se revelou como uma das primeiras formas de resistências negras nesse interior agrário que se dava de maneira opressora através do coronelismo e autoritarismo(OLIVEIRA, 2010, passim).

Iremos tratar aqui do Maracatu Nação por este ter servido de inspiração para o surgimento do Maracatrupe. Essa vertente passou por diversas transformações durante os séculos XIX e XX, se adaptando e se adequando de um modo que possibilitou a sua continuidade. Caracteriza-se como uma manifestação performática que possui um cortejo real seguido de uma indissociável percussão com um ritmo próprio. Através dele, o Maracatu tomou grandes proporções no cenário brasileiro e global, possibilitando visibilidade para a questão da desigualdade racial e valorizando a cultura negra em Pernambuco e nacionalmente.

Deste modo, constrói-se um lastro identitário ligado à resistência histórica africana que é parte primordial da Região Metropolitana de Recife, principalmente nas periferias onde há um baixo índice de desenvolvimento social e uma concentração da população negra (FILHO, 2010, passim). O

Maracatu Nação possui, então, a capacidade de agregar essas comunidades no interior dessa articulação identitária.

Entre as mais famosas e tradicionais Nações de Recife, está a “Nação Estrela Brilhante do Recife”. Esta é a Nação na qual se inspira os estudos, o repertório e a tradição do Maracatupe. Com um forte legado que influencia maracatuzeiros e maracatuzeiras por todo o Brasil, a Estrela Brilhante possui um enorme número de integrantes e se apresenta todo ano no carnaval de Recife. Foi fundada em 1906 por Cosme Damião Tavares em Campo Grande, Pernambuco. Em 1995 mudou-se para o Alto José do Pinho, em Recife. Nessa época era presidida pela Rainha Marivalda Maria dos Santos que permanece até hoje nesse posto, sendo ela um monumento vivo que carrega toda a tradição dessa Nação. O batuque poderoso da Estrela é regido pelo também histórico Mestre Walter Luiz de França e já foi campeão do carnaval de Recife várias vezes.

O Maracatu de Baque Virado aparece, portanto, como vertente protagonista das aparições do Maracatu como cultura pernambucana. No contexto metropolitano de Recife, ele também possibilita a integração de várias comunidades através do movimento de valorização da cultura negra em um emaranhado de culturas artísticas e religiosas. Fazendo parte, então, de uma dinâmica primordial na constituição da capital pernambucana.

3. Maracatupe e os tambores mineiros²:

3.1. História e formação:

Como dito anteriormente, esse trabalho teve como uma das fontes principais uma entrevista com o idealizador e regente do Maracatupe: Bambaia. Este, estuda o Maracatu desde 2000 iniciando em Belo Horizonte. Em 2009 fez uma viagem até Recife para ter contato com a Nação Estrela Brilhante do Recife onde passou alguns meses acumulando experiências e após várias participações no interior da nação se tornou um batuqueiro dessa Nação. Mais tarde retornou para Minas Gerais no distrito de Santo Antônio do Leite onde já vivia antes, trazendo, então, as experiências acumuladas nessa trajetória.

² Essa parte da pesquisa foi baseada em entrevistas realizadas com Itamar de Araújo (Bambaia) e Tamyres Maciel (integrante do Maracatupe) durante o mês de Julho de 2016.

Como Bambaia possui um forte envolvimento com o teatro, as oficinas de maracatu nasceram como um dos projetos do grupo de teatro “Finca Pé” no qual ele faz parte. As oficinas iniciaram como um grupo de estudo independente que durou de 2007 até 2010. Inicialmente, essas atividades aconteciam em Santo Antônio do Leite em um espaço comunitário, porém por ser um pequeno povoado havia uma demanda muito pequena. Em decorrência disso, as oficinas mudaram para cidade de Ouro Preto e ocorriam em uma garagem que também era o espaço de uma companhia de teatro chamada “estandarte”.

Nesse contexto ouro-pretano, existia outro grupo que também lidava com práticas de Maracatu conhecido como Moçambo Rico que era composto, em sua maioria, por estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e não possuía envolvimento com nenhuma nação, somente com o ritmo. Em um momento de crise do Moçambo Rico coincidiu com a demanda das oficinas relacionadas com a Trupe Finca Pé e, após essa convergência, começaram a exercer uma atividade conjunta. Essas atividades sempre estiveram em ritmo inconstante sendo marcadas por transformações tanto positivas quanto negativas na construção do grupo e das oficinas.

Após um envolvimento com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da UFOP, houve um encontro em 2010 com a professora Kassandra Muniz – coordenadora do núcleo na época - nas vésperas da semana da consciência negra. Nesse encontro foi proposto a realização de alguma atividade na universidade organizada pela Trupe finca pé relacionado àquelas datas. Com isso, houve um evento dentro da semana da consciência negra com várias oficinas, entre elas, o Maracatu. Contribuindo assim para o fortalecimento do grupo nessa época.

Com a entrada de Bambaia para a UFOP no segundo semestre de 2012, inicia-se uma tentativa de criação de um projeto de extensão que foi realizada com sucesso. Esse projeto denominado “Maracatu Demus” possibilitou o crescimento consistente das oficinas que agora possuíam o respaldo da universidade. Além de se reunirem no Campus, eram feitas diversas apresentações em eventos acadêmicos. Com esse fortalecimento, começa-se a surgir, então, a oportunidade da criação do grupo Maracatrupe que era formado por pessoas bem instruídas da oficina com o objetivo de reprodução artística de todo aquele movimento. Esse nascimento ocorreu no dia 20 de novembro de 2012 justamente para relacionar com o Dia Nacional da Consciência Negra. Após certo período harmonia e continuação das oficinas da universidade surgiram algumas divergências pois algumas pessoas fugiam da proposta inicial do grupo que era orientado pela tradição de Maracatu da Nação Estrela Brilhante. Houve, nesse contexto, a apropriação de elementos não desejados para o interesse das

oficinas retirando a autonomia na qual ela se fundou como projeto de extensão. Com isso, ocorreu uma separação do maracatupe com as oficinas e posteriormente Bambaia, que era figura chave do processo e que defendia a questão da orientação pela Nação pernambucana, retirou seus instrumentos da oficina. Assim, após alguns meses de crise do projeto entre altos e baixos, ele se encerra e as oficinas e os ensaios do Maracatupe passam a ser realizados na casa de Bambaia em Santo Antônio do Leite desde o dia 9 de janeiro de 2016 até os dias atuais (Julho de 2016).

3.2. Relação com a tradicional Nação Estrela Brilhante do Recife:

A orientação através da Nação Estrela Brilhante do Recife não é exclusividade do Maracatupe. Muitos grupos espalhados pelo Brasil estudam a nação, principalmente após a década de 90. Nesse sentido, a Nação orienta o trabalho das oficinas e do Maracatupe de maneira dinâmica exprimindo o elemento do corpo do batuqueiro. A proposta é se basear em vários moldes da Nação Estrela como a questão cênica e estética de resistência da realeza negra por ser uma tradição nascida da coroação dos Reis do Congo como dito anteriormente. Deste modo, o repertório e a forma como se constitui o som do Maracatupe se baseia no sotaque dessa Nação. A ideia é ser um polo de estudo da nação, por esta estar distante de minas. O próprio Mestre Walter (regente da Nação Estrela) e Mauricio Santos [Baiana Rica (figura da dança nas apresentações de Maracatu) da Nação Estrela] já visitou três vezes a região mineira tratada para ministrar oficinas e contribuir para a formação maracatuzeira do grupo.

3.3. Aspecto religioso:

A oficina busca a compreensão do aspecto religioso social, cultural e histórico no interesse de conhecer e respeitar um elemento constituidor dessa tradição. Porém o envolvimento religioso não é obrigatório nem na região mineira nem na Nação Estrela Brilhante, mesmo havendo muitos elementos das religiões de matrizes africanas. O Maracatupe, portanto, é formado pessoas passaram por um processo de aprender a importância das religiões africanas na formação do Maracatu. Esse aspecto religioso se vincula com a cultura em uma integração de pertencimento histórico. Assim sendo, o movimento das oficinas é centrado no artístico e a questão religiosa apenas é parte indissociável para

entender a constituição dessa arte. Seguindo uma realidade maracatuzeira atual que delimita o espaço sagrado e o profano em uma coexistência harmônica.

3.4. Atuação no contexto da região:

Dessa forma, o Maracatrupe, além de desenvolver os trabalhos com o Maracatu em todos os campos constituidores dessa tradição, também é voltado para atividades que em certa medida precisem de uma voz de resistência, como a semana da consciência negra e movimentos das mulheres. Ademais, apresentações artísticas em espaços públicos e em espaços particulares que representem um envolvimento social. Geralmente não recebem cachê pelas apresentações, somente uma ajuda de custo, fato que, infelizmente dificulta a atuação na região. Por isso, atualmente o grupo visa algum tipo de retorno mesmo que não seja financeiro. As atividades do grupo também abrangem o envolvimento com o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e o Núcleo de Estudo de Linguagens, Culturas e Identidades (GELCI) justamente por presar a discussão de questões étnico-raciais e, assim, buscam maneiras de atuação no interior das atividades desses núcleos.

4. Considerações finais:

Em uma relação de integração comunitária o Maracatu estabelece um resgate poderoso das tradições africanas. Estudá-lo representa em primeiro lugar a valorização de uma das maiores culturas negras que resistiram diante todo o processo de opressão racial. Além disso, explicita um fator essencial da cultura pernambucana que enaltece a presença nordestina na constituição de uma identidade brasileira. Identidade que se fortalece após o processo de difusão do Maracatu nacionalmente e internacionalmente nos últimos anos.

Nesse cenário, o Maracatrupe nasceu da oficina construída na região com muitas dificuldades e que produziu inúmeras realizações positivas em uma parte significativa da região mineradora de Minas Gerais colaborando para o engajamento artístico nesse espaço através da cultura pernambucana e do empoderamento negro. Fazendo parte, assim, de um movimento de diáspora do Maracatu citado acima. Para isso, o grupo se orienta por pela Nação Estrela Brilhante do Recife seguindo um impulso artístico e social da Trupe Finca Pé e dessa maneira tenta também formular sua própria autonomia.

Enfim, nas palavras de Bambaia “é difícil explicar tudo isso de maneira retórica e linear. [...] é na prática e no batuque que nossa ação se fortalece”.

Fontes:

Entrevista realizada 07/2016 com Itamar Salviano Borges de Araújo, vulgo “Bambaia”. 39 anos. Itamar é professor de artes, ator, marionetista, músico e compositor. É também idealizador e regente do grupo Maracatrupe.

Entrevista realizada em 07/2016 com Tamyres Maciel. Música, professora de português, mestranda em Letras. Integrante do grupo Maracatrupe.

Referências bibliográficas:

FILHO, W. F. de F. *Religião, Identidade e Tradição*: uma discussão sobre as identidades tradicionais nos maracatus nação de Pernambuco. Editora Unicap, 2010.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: *Cadernos de Pesquisa*, n. 115, 2002.

GUERRA PEIXE, C. *Maracatus do Recife*. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/Irmãos Vitale, 1980, 2. ed. 1955.

LIMA, I. M. de F. *As Nações de Maracatu e os grupos percussivos*: as fronteiras identitárias. Recife: Edições Bagaço, 2013.

OLIVEIRA, S. A. de. Cultura popular e o Maracatu Rural: trilhando o caminho do espetáculo. In: *Revista de cultura e turismo*. 2010.

RETRATOS DA SOCIEDADE MINEIRA DO SÉCULO XIX POR HIPÓLITO CARON (1862-1892)

Aline Medeiros de Vasconcellos¹

Resumo:

Este trabalho consiste em uma primeira investida de pesquisa, em conjunto, dos retratos executados pelo artista brasileiro, Hipólito Boaventura Caron, entre 1889 e 1891. Aqui, analisaremos o retrato do Juiz Joaquim Barbosa Lima e o desenho do escritor Francisco Lins, ambos pertencentes ao acervo do Museu Mariano Procópio; o retrato da Sra. Rita de Cássia Tostes, que se encontra no acervo da Associação Beneficente de Juiz de Fora e o retrato do Marechal Deodoro, localizado na sede da Fundação Chico Boticário, Rio Novo-MG.

Palavras-chave: Caron, retrato, encomendas.

PORTRAITS OF MINAS GERAIS SOCIETY OF THE 19TH CENTURY BY HIPÓLITO CARON (1862-1892)

Abstract:

This work consists of a first joint investigation of the portraits executed by the Brazilian artist, Hipólito Boaventura Caron, between 1889 and 1891. Here we will analyze the portrait of Judge Joaquim Barbosa Lima and the drawing of the writer Francisco Lins, both belonging to the collection of the Mariano Procópio Museum; the portrait of Mrs. Rita de Cássia Tostes, found in the collection of the Beneficent Association of Juiz de Fora and the portrait of Marechal Deodoro, located at the headquarters of the Chico Boticário Foundation, Rio Novo-MG.

Keywords: Caron, portrait, orders.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: aline.bmed@gmail.com

Introdução:

Através do retrato do Juiz Joaquim Barbosa Lima, o desenho de Francisco Lins, o retrato da Sra. Rita de Cássia Tostes, e do Marechal Deodoro, poderemos vislumbrar, além de uma descrição da fatura e composição empregada para a realização dos retratos, a questão sobre o mercado de trabalho de Caron. Sabemos que, é a partir do século XIX que o retrato passa a ocupar um lugar de destaque no campo das artes no Brasil, quando observamos uma presença maior da pintura acadêmica no país. O prestígio social do retrato nas esferas privada e pública tornou-se uma importante fonte de sobrevivência para os artistas (BILAC, 2014: 336). Desta forma, aumentaram as encomendas para a realização de retratos das camadas altas das elites da sociedade e, os pintores, nem sempre retratistas por excelência, dedicavam-se cada vez mais a esse ofício (BILAC, 2014: 336).

Cipiniuk afirma no livro “A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira”, que o retrato pode ser percebido como “meio de representação que acata o princípio de fidelidade naturalística, através do qual, certos indivíduos de determinados grupos sociais se fazem figurar”. É preciso entender o retrato não apenas individualmente, como um gênero pictórico, “mas derivando e pertencendo a todo um sistema de relações, tal como quando examinamos outras práticas sociais” (CIPINIUK, 2003: 14). Hannah Levy, no texto “Retratos Coloniais” nos apresenta três categorias de retratos do período colonial, “retratos de burguês”, “retratos de erudito” e os “retratos da família real portuguesa” (LEVY, 1945: 251).

Quanto ao “retrato de burguês”, Levy afirma que se trata de retratos daqueles indivíduos que ocupavam “lugar de destaque nas irmandades ou ordens terceiras, como provedores, fundadores, membros de mesa administrativa, etc.” Apesar de não ser frequente, também podemos encontrar alguns retratos femininos que se encaixam nesta classe (LEVY, 1945: 254).

Já os “retratos de erudito”, compreendem, essencialmente, indivíduos da “administração civil ou religiosa, representadas não tanto em função de suas atividades administrativas, mas antes como pessoas dadas ao estudo, particularmente, instruídas e cultas”. Finalmente, a terceira categoria que Levy propõe, como o próprio nome diz, são os retratos dos membros da família real portuguesa (LEVY, 1945: 254).

1. Mercado de trabalho do artista do século XIX:

Maraliz Christo, no texto “Algumas observações sobre a pintura em áreas cafeeiras: Juiz de Fora (MG), 1850-1930”, ressalta que em Juiz de Fora, assim como em outras localidades de economia cafeeira, os artistas, inclusive estrangeiros, eram seduzidos pela “constituição de um mercado de trabalho alternativo ao Rio de Janeiro, já restrito pela presença da Academia Imperial de Belas Artes”. Os retratos para a decoração das “sedes de fazendas, dos salões de visita dos palacetes e dos salões de honra das instituições, além das pinturas parietais ou mesmo das esculturas tumulares, constituíam-se em encomendas constantes” (CHRISTO, 1995: 64).

Sobre a formação de artistas juiz-foranos, Christo afirma que: “Praticamente às vésperas da República, a cidade não só se constituiu em mercado de trabalho para artistas de outros centros, como possibilitou aos jovens locais o início de uma atividade profissional” (CHRISTO, 1995: 70).

Hipólito Caron, filho de um padeiro de origem francesa, que vive em Juiz de Fora desde 1974, se forma neste meio. A vida cultural da cidade e a proximidade da corte estimulam o jovem artista a matricular-se na Academia Imperial de Belas Artes (AIBA), em 1880, onde em seus salões, Caron foi premiado. Em 1884 ele abandona a AIBA para integrar ao Grupo Grimm (LEVY, 1980: 41-45)². Em 1885, foi estudar na França, com a ajuda financeira de seus amigos França Júnior, Angelo Agostini e Dr. Ferreira de Araújo³.

Caron retorna para o Brasil em 1888, e realiza algumas exposições importantes no Rio de Janeiro. Em 1890 ele fixa residência em Juiz de Fora, onde trabalha como correspondente do jornal *O Pharol* até falecer. Embora ser um exímio artista, não é só de suas encomendas e de seu trabalho jornalístico que o artista sobrevive, ainda na cidade mineira, em 1889, ele foi nomeado capitão da 2ª companhia da Guarda Cívica Municipal⁴, onde, durante a primeira reunião que se realizou com os membros da comissão encarregada de organizar o regulamento da guarda, Caron apresentou um croqui do uniforme de serviço, o qual foi aprovado⁵.

Artistas como Hipólito Caron, muitas vezes dependem de locais para expor seus trabalhos a fim de atrair a clientela. Sendo assim, naquela época, as vitrines das lojas comerciais e confeitarias eram ambientes utilizados para a exposição de pequenos quadros. Já os salões de hotéis e o escritório do periódico *O Pharol*, além de difundirem trabalhos isolados, destinavam-se também às exposições

² O Grupo Grimm, no qual Caron fez parte entre 1884 e 1885, foi um grupo de sete artistas comandados pelo professor alemão Johann Georg Grimm (1846-1887). Uma característica deste grupo foi a pintura de paisagem ao ar livre na cidade de Niterói, RJ.

³ Almamack de Juiz de Fora, 1898, p. 7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁴ O Pharol, Juiz de Fora, 21 de novembro de 1889, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁵ O Pharol, Juiz de Fora, 03 de dezembro de 1889, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

de maior porte. Além disto, havia algumas lojas especializadas, que atuavam com o “comércio de fotgravuras, oleografias, quadros a óleo, reproduções de quadros celebres, imagens e quadros de porcelana” (CHRISTO, 2013: 231).

Como retratista, observamos que Caron apresentou trabalhos ditados pelas encomendas, utilizando uma técnica clássica, divergente da fatura livre das suas paisagens. Com exceção do retrato de Francisco Lins, que pouco temos notícias, todos os retratos indicados acima, são frutos de encomendas feitas à Caron, entre 1889 e 1891, período este, pós-estadia do artista em solo europeu. Além destas obras, temos notícias de outras encomendas, como o retrato à óleo de Manoel J. Esteves⁶ e o retrato do Dr. Romualdo Cezar Monteiro de Miranda Ribeiro⁷. Este, foi uma encomenda do Dr. Simões Corrêa em homenagem ao amigo da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, já falecido. O quadro foi encomendado para ser disposto na sala das sessões da sociedade⁸.

2. Retrato do Juiz Joaquim Barbosa Lima:

Este retrato se refere ao primeiro juiz da Comarca de Juiz de Fora, Dr. Joaquim Barbosa Lima (1834-1895). O juiz era natural de Aracati, Ceará. Foi advogado, Magistrado no Estado do Ceará e, em Juiz de Fora, foi juiz de direito.

⁶ O Pharol, Juiz de Fora, 23 de março de 1888, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

⁷ Dr. Romualdo Cezar Monteiro de Miranda Ribeiro, médico, nasceu em São João Del Rei, Minas Gerais, em 1826. Filho de José Cesário de Miranda Ribeiro (Visconde de Uberaba) e Ana Cândida de Lima Miranda Ribeiro. Casado em primeiras núpcias com Carlota Lima Duarte e, em segundas núpcias, com Constança Duarte. Ele foi um dos fundadores da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, além de médico da Colônia Dom Pedro II, onde residiam imigrantes alemães. Foi vereador de 1873 a 1880, e, neste período foi presidente da Câmara e Agente Executivo (Prefeito). Faleceu em 01 de maio de 1890. Ver em: Ruas da cidade - Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA: FUNALFA Edições, 2004.p. 101.

⁸ Boletins da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora. Tomo primeiro. De 20 de outubro de 1889 a 20 de outubro de 1890, p. 3.



Imagem 1: Hipólito Caron, *Juiz Joaquim Barbosa Lima*, 1889. Óleo sobre tela, 242 x 165 cm. Acervo do Museu Mariano Procópio.

Em 1876, Joaquim Barbosa Lima liderou uma campanha popular, arrecadando 60 contos de réis para a construção do edifício que abrigou o legislativo e o fórum de Juiz de Fora, onde, atualmente funciona a Câmara Municipal da cidade⁹. Tal edificação foi inaugurada com a presença do Imperador D. Pedro II, em 20 de março de 1878.

O Juiz foi retratado no ano de 1889, em corpo inteiro de pé. Ele é calvo, com o cabelo e barba castanhos e alguns fios grisalhos.

Quanto ao seu traje, típico de sua ocupação, é uma túnica longa, preta, com faixa e gola brancas e três insígnias adornam o lado esquerdo do peito, onde vemos da esquerda para a direita: a insígnia da Ordem da Rosa, a insígnia da Grã-cruz e Comendador da Ordem de Cristo e a insígnia de Cavaleiro da Ordem de Cristo.

O juiz ocupa o centro da tela, seu corpo é rígido, em uma atitude calma, quase imóvel. Apesar dele estar voltado para frente de quem observa o retrato, sua cabeça está levemente voltada para a esquerda, o que faz com que ele não olhe diretamente para o espectador. Normalmente, neste tipo de retrato, “os indivíduos nunca são representados em atitude de descaso ou de abandono confortável, por assim dizer não oficial, como se estivessem na intimidade do lar, fora do alcance dos observadores” (LEVY, 1945: 255).

Em geral, o cenário composto pelo artista é simples, característica do “retrato de burguês”, comum aos retratos coloniais. De acordo com Levy, comumente, “os fundadores, benfeitores, provedores, etc., são representados de corpo inteiro, e de pé. O tamanho, via de regra, é de $\frac{3}{4}$ do natural. O retratado é em geral visto de frente, numa atitude calma, quase rígida, em todo caso sem

⁹Câmara Municipal de Juiz de Fora. História da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://camarajf.mg.gov.br/geral.php?tipo=HISTHINO&c=4>> Acesso em: 17/08/2016.

‘pose’”. Algumas vezes possuem na mão uma carta ou um documento que remete à doação feita por ele ou à instituição por ele dirigida (LEVY, 1945: 254). Segundo Bilac, o “retrato de burguês” tem uma “natureza pública e documental”, e enaltece o caráter cívico do cristão na organização da cidade, que vem a ser sinônimo de civilização (BILAC, 2014: 336).

Observando retratos característicos do período colonial, percebemos certos atributos típicos da figura masculina, como por exemplo: os bastões de comando, espadas, cruzes, livros e penas (BITTENCOURT, 2003: 18). Isto é o que vemos no retrato do juiz: ao lado esquerdo temos uma mesa onde encontramos alguns objetos, um tinteiro com uma pena, um papel e um livro com a palavra *Código* na lombada. O juiz está com sua mão direita sobre este livro. Do lado esquerdo, vemos uma janela, com uma cortina pesada e escura, que aberta, nos apresenta uma paisagem. Lá observamos uma composição com o prédio do fórum e a Catedral da cidade, revelando a importância da igreja e do poder judiciário caminharem juntas. Aqui, o prédio do fórum possui uma relação direta com o retratado, tendo em vista que ele ajudou a arrecadar recursos para a construção da edificação.

Este retrato foi uma encomenda do Fórum de Juiz de Fora e posteriormente foi doado para o Museu Mariano Procópio para compor a Sala Juiz de Fora, em 1950¹⁰.

Em comparação com o retrato do juiz, apresentamos o retrato do terceiro Barão do Rio Bonito.



Imagem 2: Victor Meirelles, *Terceiro Barão do Rio Bonito*, séc. XIX. Óleo sobre tela. Acervo da Catedral de Sant’Ana, Barra do Piraí, RJ¹¹.



Imagem 3: Detalhe em preto e branco do retrato do Terceiro Barão do Rio Bonito.¹²

¹⁰ MAPRO – fichas de inventário – PINTURAS, H a I, p. 64-65.

¹¹ Portal da Prefeitura de Barra do Piraí. O retrato a óleo sobre tela do Terceiro Barão do Rio Bonito. Disponível em: <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=664%3Ao-retrato-a-oleo-sobre-tela-do-terceiro-barao-do-rio-bonito&catid=10&Itemid=160> Acesso em: 08/08/2017.

¹² Foto disponível em: <http://www.geocities.ws/leoniiorio/barra_livromarchaprogresso.html> Acesso em: 29/08/2017

Esta obra foi realizada por Victor Meirelles e pertence ao acervo da Catedral de Sant'Anna, em Barra do Piraí, RJ. José Pereira de Faro (1832-1899), terceiro Barão do Rio Bonito, nasceu em Ipiabas, atual Barra do Piraí, era casado com sua prima Francisca Romana Darrigue de Faro. O terceiro Barão do Rio Bonito ajudou na construção da Catedral de Sant'Anna, em 1881, e foi precursor dos movimentos que objetivavam a emancipação de Barra do Piraí. Dentre as realizações do barão na cidade, destacamos que, foi ele que levou o traçado da Estrada de Ferro Pedro II para o município fluminense¹³.

O retrato a óleo sobre tela nos apresenta, assim como no retrato do juiz Joaquim Barbosa Lima, o barão de corpo inteiro, em pé, porém com o corpo levemente virado para a esquerda. Ele olha para a frente e possui uma posse rígida. Sua indumentária é elegante, trata-se de um fraque preto muito bem composto, ele usa uma luva branca apenas na mão esquerda. O barão também carrega três insígnias que através destas fotos não podemos reconhecer. Quanto ao cenário, em geral, remete ao retrato do juiz, porém, possui mais elementos. No chão existe um tapete muito bem elaborado, na mesa, do lado esquerdo da tela, vemos uma rica toalha nas cores vermelha e azul com um vaso de flores ornamentando o móvel. Lá também encontramos um papel com a mão direita do barão em cima. Ainda compondo o cenário, atrás do personagem temos uma coluna com estátua em cima e, do lado direito do quadro, um móvel com uma jarra.

Notamos também uma janela do lado esquerdo que revela uma torre de igreja, onde presumimos ser a Catedral de Sant'Anna. O retrato do terceiro Barão do Rio Bonito, encontra-se na sacristia da Catedral de Sant'Ana, foi tombado como patrimônio histórico pela lei municipal nº 02/1983¹⁴.

2. Retrato do Marechal Deodoro:

Sobre o retrato do Marechal Deodoro foi noticiado no dia 19 de dezembro de 1889, que Caron estava concluindo o quadro que fora encomendado por vários cidadãos da cidade de Rio Novo, MG.

¹³ Portal da Prefeitura de Barra do Piraí. O retrato a óleo sobre tela do Terceiro Barão do Rio Bonito. Disponível em: <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=664%3Ao-retrato-a-oleo-sobre-tela-do-terceiro-barao-do-rio-bonito&catid=10&Itemid=160> Acesso em: 08/08/2017.

¹⁴ Portal da Prefeitura de Barra do Piraí. O retrato a óleo sobre tela do Terceiro Barão do Rio Bonito. Disponível em: <http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=664%3Ao-retrato-a-oleo-sobre-tela-do-terceiro-barao-do-rio-bonito&catid=10&Itemid=160> Acesso em: 08/08/2017.

Antes de seguir para seu destino, o periódico *O Pharol* avisou que o retrato seria exposto em seu escritório ¹⁵.

Este retrato, em três quartos, apresenta o marechal com o tronco para frente e a cabeça levemente voltada para a esquerda, sua expressão facial é rígida e séria. A indumentária, típica de um marechal do século XIX, é escura com as insígnias que lhe foram conferidas. Quanto ao cenário do quadro, Caron fez uma paisagem, com montanhas e um céu azul com nuvens que ocupam dois terços desta vista.



Imagem 4: Hipólito Caron, *Marechal Deodoro*, 1889. Óleo s/ tela, 248 x 300 cm.
Acervo: Fundação Chico Boticário,
Rio Novo-MG¹⁶.

Em Rio Novo, houve grande expectativa para a chegada do retrato no dia 25 de dezembro. Lá houve uma grande festa, onde à tarde, o retrato foi colocado com toda solenidade na sala da câmara ¹⁷.

Sobre o retratado, o marechal Manuel Deodoro da Fonseca (Cidade de Alagoas, 5 de agosto de 1827 – Rio de Janeiro, 23 de agosto de 1892), foi um militar e político brasileiro, proclamador da República e primeiro Presidente do Brasil. Coursou Artilharia na Escola Militar do Rio de Janeiro (1843-1847) e durante o período imperial participou da brigada expedicionária ao rio da Prata, do cerco a Montevidéu e da Guerra do

Paraguai, onde comandou o 2º Batalhão de Voluntários da Pátria, além de ter combatido a Revolta Praieira em Pernambuco¹⁸.

¹⁵ O Pharol, 19 de dezembro de 1889, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁶ Imagem disponível em: <<http://www.chicoboticario.org.br/scripts/museu.asp>> Acesso em: 01/02/2017

¹⁷ Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1889, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

¹⁸ Biblioteca Presidência da República. Biografia. Disponível em:

<<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/deodoro-fonseca/biografia>> Acesso em: 07/09/2017.



Imagem 5: Autor desconhecido, *Marechal Deodoro*, s/d, Acervo do Arquivo Nacional do Brasil¹⁹.



Imagem 6: Felix da Costa, *Retrato do Marechal Deodoro*, 1890. Óleo sobre tela, 58,5 X 55,5 cm. Acervo Palácio do Iamaraty, Brasília.²⁰

As imagens acima nos levam a refletir como o retrato do Marechal Deodoro circulou pelo país após a proclamação da República em 1889. Quanto a fotografia (imagem 5), podemos deduzir que, por tal semelhança com o quadro de Caron, o artista pode ter se orientado por algo parecido. Assim como fez Felix da Costa (imagem 6), onde também vemos grande equivalência entre o quadro de Caron e o retrato que pertence ao acervo do Arquivo Nacional do Brasil.

3. Retrato da Sra. Rita de Cássia Tostes:

Neste trabalho queremos evidenciar também o retrato feminino, apresentando alguns exemplares, dignos de estudos e muito bem elaborados. Ao longo do tempo, muitas casas burguesas ostentavam obras de arte em suas paredes. A função social do retrato mudou, e o mercado de arte se ampliou para os artistas brasileiros e estrangeiros, sobretudo italianos, que visitam ou se radicam no Brasil. Esses artistas, frequentemente, realizavam exposições, atendiam encomendas das elites locais, circulavam em seus salões, e conseguiram incluir seus trabalhos nos acervos locais, privados e públicos (BILAC, 2014: 337-338).

¹⁹ Imagem disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Deodoro_da_Fonseca.jpg> Acesso em: 11/04/2017.

²⁰ Imagem disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Antonio_Felix_da_Costa_-_Retrato_do_Marechal_Deodoro,_1890.jpg> Acesso em: 11/04/2017.



Imagem 7: H. Caron, *Sra. Rita de Cassia Tostes*, 1892. Acervo Associação Beneficente de Juiz de Fora. Foto: Aline Medeiros.

Em janeiro de 1892, Caron finalizou o que acreditamos ser a sua última encomenda de retrato, visto que, não temos mais notícias sobre outro entre o final de 1891, quando foi feito esta encomenda, e maio de 1892, quando o artista falece. O retrato a óleo da Sra. Rita de Cassia Tostes foi uma encomenda da diretoria da Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, para ser colocado no salão de honra daquela sociedade²¹. De acordo com Christo, a tela é uma homenagem à sua benfeitora, “que doou grande terreno para a construção de casas de aluguel, destinadas a renda” (CHRISTO, 2013:228).

Segundo o recibo do quadro, que ainda pertence à associação, no dia 3 de fevereiro de 1892, a associação pagou duzentos mil reis ao artista.²²

Este excelente retrato apresenta a Sra. Rita de Cássia Tostes de frente. O quadro tem um fundo escuro que permite destacar o contorno do rosto, ela olha direto para o observador, têm os lábios cerrados e cabelos grisalhos, seu corpo mostra uma atitude quase imóvel, estática. Na cabeça ela usa um tipo de chapéu preto com fitas e rendas na mesma cor, e este está preso ao pescoço com um grande laço.

Por ser viúva, na época em que o quadro foi feito, suas vestes são pretas, com detalhes em rendas que cobre todo o corpo, e suas mãos não estão à mostra. Assim como o retrato do Juiz Joaquim Barbosa Lima, neste, o emprego das tintas faz-se com pinceladas lisas e uniforme, se tornando difícil distinguir uma pincelada da outra.

²¹ O Pharol, 17 de janeiro de 1892, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²² Recibo de pagamento assinado por Hipólito Caron. O documento pertence ao acervo da Associação Beneficente de Juiz de Fora.

De acordo com as categorias indicadas por Levy, podemos dizer que o retrato da Sra. Rita Tostes, é compatível com classe dos “retratos de burguês”, afinal, uma das características desta categoria é observada neste retrato:

A postura simples do corpo corresponde a expressão não menos simples e natural do rosto onde não se vislumbra nenhum sinal de emoção forte, e que nos aparece antes sério, fechado, como que indiferente. O olhar pousa no observador, sem revelar aquela forte agitação íntima, que vamos encontrar em tantos outros retratos barrocos, e que tanto pode significar uma efusão sentimental transbordante, como um esforço por impressionar o observador com ares altivos e dominantes (LEVY, 1945: 254).

Como vemos a seguir, foi noticiado no jornal *O Pharol* a exposição deste trabalho: “Acha-se exposto em nosso escritório um magnífico retrato a óleo, da Excelentíssima Senhora Dona Rita de Cássia Tostes, executado pelo talentoso artista Hypólito Caron. Para esse trabalho chamamos a atenção dos apreciadores do distinto artista.”²³

Rita de Cássia Florinda de Assis Tostes foi casada com Antônio Dias Tostes Filho (1808-1884). O capitão Antônio Dias Tostes, importante capitalista, nasceu no distrito do Quilombo, MG, atual município de Bias Fortes, e faleceu em 4 de fevereiro de 1884, em Juiz de Fora. Com seu irmão, Manoel Dias Tostes, Antônio doou alguns terrenos para a Catedral Metropolitana, também cedeu muitas áreas da cidade para abertura de ruas. Um dos maiores beneméritos da cidade, sempre participou das doações em dinheiro para o aprimoramento de Juiz de Fora²⁴.

Já no Rio de Janeiro, no século XIX, a produção de retratos voltou-se de uma forma moderada para a esfera social, através de encomendas feitas por indivíduos de destaque na hierarquia da corte e grandes fazendeiros do Rio de Janeiro e do vale do Paraíba, para exibir nos salões de suas residências, onde poderiam dar visibilidade à posição social que haviam conquistado. A partir da segunda metade do século XIX, as mulheres passaram a ser retratadas em trajes elegantes que também exibidos nas residências particulares (BILAC, 2014: 337).

Seguindo caminho dos retratos femininos, encontramos dois belos exemplares, o retrato da Baronesa do Piraí e o retrato de D. Mariana Baptista de Carvalho e Sousa. Em seu estudo, Levy informa sobre o predomínio absoluto dos retratos masculinos sobre os femininos. De um modo geral,

²³ O Pharol, 27 de janeiro de 1892, p.1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

²⁴ Histórico da Câmara Municipal de Juiz de Fora. Antônio Dias Tostes. Disponível em: <<http://isal.camarajf.mg.gov.br/geral.php?tipo=HISTHINO&c=4>> Acesso em: 09/08/2017.

os retratos femininos só aparecem com frequência a partir de meados dos oitocentos, período em que surgiram os “salões” na alta sociedade baiana, pernambucana, carioca, etc” (LEVY, 1945: 252).



Imagem 8: Lopes Ruiz, *Baronesa do Pirai*. Óleo sobre tela. Acervo do Museu de História e Artes do RJ, Niterói, RJ²⁵.



Imagem 9: Edouard Vienot, *D. Mariana Baptista de Carvalho e Sousa*. Óleo sobre tela, segunda metade do século XIX. Acervo do Museu Histórico Nacional, RJ²⁶.

Cecília Pimenta de Almeida Frazão de Souza Breves (1782-1866), a baronesa do Pirai (Imagem 8), casada com José Gonçalves de Moraes (1776-1859), o barão do Pirai, um rico proprietário de terras em Pirai, RJ. O barão foi membro da “comissão de cidadãos” da cidade, que em 1837 foi responsável pela assinatura de um termo para construção do Paço Municipal, atual prefeitura de Pirai.²⁷ O retrato da baronesa foi pintado por Lopes Ruiz, sem data, porém, por suas vestes pretas, que remete ao luto, suponhamos que foi feito entre 1859 e 1866, período em que esteve viúva. Este retrato mostra a baronesa em três quartos, com um fundo liso, escuro, sem indicação de cenário. Seu corpo está virado para a esquerda e o rosto para frente, no entanto, ela não olha diretamente para o espectador. Uma distinção em comparação ao retrato da Sra. Rita Tostes é o contorno do rosto da baronesa, que é destacado pela gola branca.

Quanto a outra retratada, D. Mariana Baptista de Carvalho e Sousa (1795-1887), era natural do Rio Grande do Sul e foi casada com João Evangelista de Souza (1788-circa de 1818)²⁸. O quadro

²⁵ Imagem disponível em: <http://brevescafe.net/baroes_retratos.htm> Acesso em: 29/08/2017.

²⁶ Imagem disponível em: <<http://www.brmaua.com.br/imagens-ventos-do-sul/>> Acesso em: 29/08/2017.

²⁷ A prefeitura. História. Disponível em: <<https://www.pirai.rj.gov.br/a-prefeitura-historia>> Acesso em: 06/09/2017.

²⁸ Mariana Baptista de Carvalho e Sousa. Disponível em: <<https://www.geni.com/people/Mariana-de-Jesus/6000000027507736537>> Acesso em: 06/09/2017.

(Imagem 9) foi pintado por Edouard Vienot, um óleo sobre tela, datado da segunda metade do século XIX. O artista francês Vienot (1808-?), se anunciava em Paris como “peintre de l’empereur du Brésil” (“pintor do imperador do Brasil”)²⁹. No acervo do Museu Imperial de Petrópolis encontramos amostras de obras deste artista, trata-se de um retrato de D. Pedro II, um de d. Teresa Cristina e outro da Princesa Isabel, todos datados de 1868.³⁰

O retrato de D. Mariana dialoga, consideravelmente, com os retratos da Sra. Rita Tostes e da Baronesa do Piraí. Ele também mostra a retratada em três quartos sobre um fundo escuro e vazio. D. Mariana está com o tronco ligeiramente virado para a direita e o rosto para frente com os olhos voltados para o observador. Seus cabelos são brancos, olhos escuros e os lábios estão fechados. Sua vestimenta remete a uma senhora viúva do século XIX, são pretas, assim como as roupas das outras duas senhoras. Igualmente a baronesa, D. Mariana também tem uma gola de renda branca na veste, porém um pouco menor. As joias (brincos e colar) adornam a retratada.

Podemos observar que nos retratos femininos, diferentes dos que já apresentamos, as mulheres incorporam os símbolos atribuídos ao seu sexo: feições delicadas, gestos harmoniosos, roupas sempre elegantes e joias (BITTENCOURT, 2003: 18).

²⁹ Museu Imperial. <<http://www.museuimperial.gov.br/dami/>> Acesso em: 06/09/2017.

³⁰ Enciclopédia Itaú Cultural. Museu Imperial. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/instituicao16268/museu-imperial-petropolis-rj>> Acesso em: 06/09/2017.

4. Retrato de Francisco Lins:



Imagem 10: Hipólito Caron, *Retrato masculino*, 1889, crayon e nanquim sobre papel, 33,5 x 28 cm. Acervo do MMP. Foto: Acervo Aline Medeiros.

Este desenho, que ainda não sabemos quando passou a pertencer ao acervo do MMP, é um retrato do amigo de Caron, o professor e poeta Francisco Lins (1866-1933). Ele foi professor e jornalista em Juiz de Fora, e também, um dos fundadores da Academia Mineira de Letras³¹. Trata-se do busto do professor, um homem jovem, de frente, cabeça pendente para a direita. Chapéu preto, de aba larga com pena na parte frontal voltada para cima. Ele usa óculos escuros e tem bigode e cavanhaque.

Ele veste uma camisa preta de colarinho branco, colete e paletó. Próximo ao retrato, temos uma garrafa com rótulo branco e a inscrição: “Poço Rico”; uma harpa; dois livros com as inscrições: “Canções da Aurora” e “Harpas das Selvas”; sobre os livros uma partitura, ramos de palma e uma coroa de louros.

O desenho possui, na parte inferior a esquerda uma dedicatória que diz: “ao sympathico e intelligente amigo Lins. Lembrança de H. Caron. 9 de maio de 1889 (sic)”. Nota-se que o desenho do poeta é feito a crayon, enquanto os objetos, dedicatória e assinatura são feitos à nanquim. Este desenho está com estado de conservação regular, pois o papel está com fungos e manchas.

Quanto aos objetos que Caron usou no desenho para homenagear o amigo, a garrafa representa a cerveja Poço Rico, fabricada na Cervejaria Poço Rico, fundada em 1881 por Martin Kascher, Francisco Freez e Antonio Freez.

³¹ **Fundada na cidade de Juiz de Fora, em 25/12/1909**, por um grupo de pioneiros ligados à literatura e a cultura, onde pontificavam jornalistas, escritores, profissionais liberais, homens públicos e conceituados militantes da cátedra e dos tribunais. Ver em: Academia Mineira de Letras. A História. Disponível em: <<http://academiamineiradeletras.org.br/a-academia/a-historia/>> Acesso em: 11/09/2017.

Já os livros representados, um se trata do folheto de versos com aproximadamente 50 páginas “Canções da Aurora”, escrito em 1886³², e o outro, “Harpas das Selvas”, ambos são obras escritas por Francisco Lins.

Conclusão:

O retrato está sempre condicionado a discutir com sua época as suas significações”. Com isso, do ponto de vista de sua “razão de ser”, o retrato é feito com um fim definido, seja para os ambientes domésticos, aquele de pouca circulação, ou para lugares públicos, onde há grande visibilidade destes objetos (FERRAZ, 2012: 13).

É necessário verificar que, no período imperial brasileiro, o retrato teve ainda “outras funções sociais”, suas encomendas se tornaram hábito entre a nobreza cafeeira. Assim, esta classe constituiu sua “autoimagem à semelhança da imagem do Império”. Era normal ver os retratos de membros das famílias em áreas sociais das residências, funcionando como uma “espécie de continuidade simbólica, capaz de produzir um mito sobre a família, além de dar significado ao poder aquisitivo, posição social e fonte de prazer estético (FERRAZ, 2012: 13).

Vimos neste breve trabalho que, enquanto gênero, o retrato é muito rico em elementos acerca de seu contexto de produção. Ele apresenta informações, não apenas do retratado, mas também do artista, do momento social e político que ele foi feito. Observamos também que tanto a feminilidade quanto a masculinidade, podemos interpretar através de símbolos, que tanto podem ser objetos materiais, como podem se expressar em gestos ou posturas. Nesse caso, o próprio corpo assume um mister social, que é a de transmitir informações aos que o observam.

Ademais, até a década de 1920, Juiz de Fora é apontada como centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais (CHRISTO, 1994: 1). Portanto, acreditamos que Hipólito Caron, certamente contribuiu para tal apontamento, afinal, ele foi o único artista da região que obteve formação sólida, e uma carreira respeitada não só em Minas Gerais, mas também na capital do Império e, mais tarde da República.

O conjunto de retratos estudados neste artigo apresentam a versatilidade de Caron, que, como um pintor moderno, seguiu vários aspectos da arte, como a paisagem, a arte decorativa e o retrato. Sabemos que a maioria de suas obras pertencem a coleções particulares, assim, elas são de difícil

³² Revista Illustrada, Rio de Janeiro, anno 11, nº 426, 1886, p. 7. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

acesso, portanto um trabalho como este, nos ajuda a entender um pouco sobre suas encomendas, suas composições e o mercado de trabalho deste artista que obteve ótimos resultados em suas exposições em Juiz de Fora, no Rio de Janeiro e na Europa.

Referências Bibliográficas:

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *Elites e Retratos: um estudo sobre as galerias de honra das misericórdias de São Paulo e Santos*. Acervo Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 27, nº 1, p. 333-348, jan./jun. 2014. PDF. Disponível em: <<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/478>> Acesso em: 13/06/2017.

BITTENCOURT, José Neves. *Uma exposição e suas teses*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, número especial: Memórias compartilhadas – retratos na coleção do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: O Museu, 2003.

CIPINIUK, Alberto. *A face pintada em pano de linho: moldura simbólica da identidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *A “Europa dos pobres”: Juiz de Fora na Belle Époque mineira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *O mundo das artes nos jornais: Juiz de Fora no século XIX*. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA Luiz Carlos. (Org.). *O mundo das artes nos jornais: Juiz de Fora no século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, v. 2, p. 223-250.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Algumas observações sobre a pintura em áreas cafeeiras: Juiz de Fora (MG), 1850-1930*. Locus, Revista de História, v. 1, n. 1, 1995. PDF. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/issue/view/192>> Acesso em: 02/08/2017.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *Retratos do Marquês: a construção da memória de Honório Hermeto Carneiro Leão pela iconografia*. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n. 2, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/retratos_marques.htm> Acesso em: 12/10/2016.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. *O Grupo Grimm: paisagismo brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Pinakothke, 1980.

LEVY, Hannah. *Retratos Coloniais*. In: *Revista SPHAN*, nº9, 1945, p. 251-290. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf> Acesso em: 11/08/2017.

O MUSEU MARIANO PROCÓPIO. São Paulo: Banco Safra, 2006.

Ruas da cidade - Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage - FUNALFA: FUNALFA Edições, 2004.

O NU NO MUSEU MARIANO PROCÓPIO

Driely Cunha¹

RESUMO:

Por meio dos estudos acadêmicos ou perante a análise direta da obra, podemos perceber a construção artística sobre a visão do corpo humano em diversas temporalidades e localidades - nacionais ou internacionais. Neste sentido, este trabalho se concentra no eixo do estudo de nu masculino e pinturas diversas envolvendo o corpo feminino. Para além de tais colocações é possível observar a diversidade e qualidade do acervo do Museu Mariano Procópio para a cidade de Juiz de Fora e, por consequência, para a Universidade Federal de Juiz de Fora. De tal forma, o trabalho apresenta também em sua produção a busca de valorização da memória de um patrimônio do museu estudado com reflexos para além das fronteiras da cidade, mas também nacionais, podendo influenciar possíveis futuras pesquisas e análises.

Palavras-chave: Nu, Academia, Museu, Masculino.

THE NUDE IN THE MARIANO PROCÓPIO MUSEUM

SUMMARY:

Through academic studies or direct analysis of the work, we can see the artistic construction on the human body's vision in various temporalities and localities - national or international. In this sense, this work focuses on the axis of the study of male nude and various paintings involving the female body. In addition to these settings, it is possible to observe the diversity and quality of the Mariano Procópio Museum collection for the city of Juiz de Fora and, consequently, for the Federal University of Juiz de Fora. Thus, the work also presents in its production the search for valorization of the memory of a patrimony of the studied museum with reflections beyond the borders of the city, but also national, being able to influence possible future researches and analyzes.

Keyword: Nude, Academy, Museum, Male.

¹¹ Graduanda do Curso de História pela Universidade Federal de Juiz de Fora
Bolsista de Iniciação Científica com temática apresentada no artigo
drielyc7@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O desenvolvimento e valorização do corpo humano podem ser observados desde a Antiguidade Clássica e seu grande enfoque em sua idealização ao se observar. O estudo da anatomia em busca do belo foi elaborado principalmente pela Grécia que contradizia a então arte ligada à materialidade. O sentimento de amor e a heroicidade ficavam visíveis em tal período.

Diversos filósofos colocaram o corpo e a alma distantes, mas tal conceito não retirou o pensamento apropriado já na Europa renascentista.



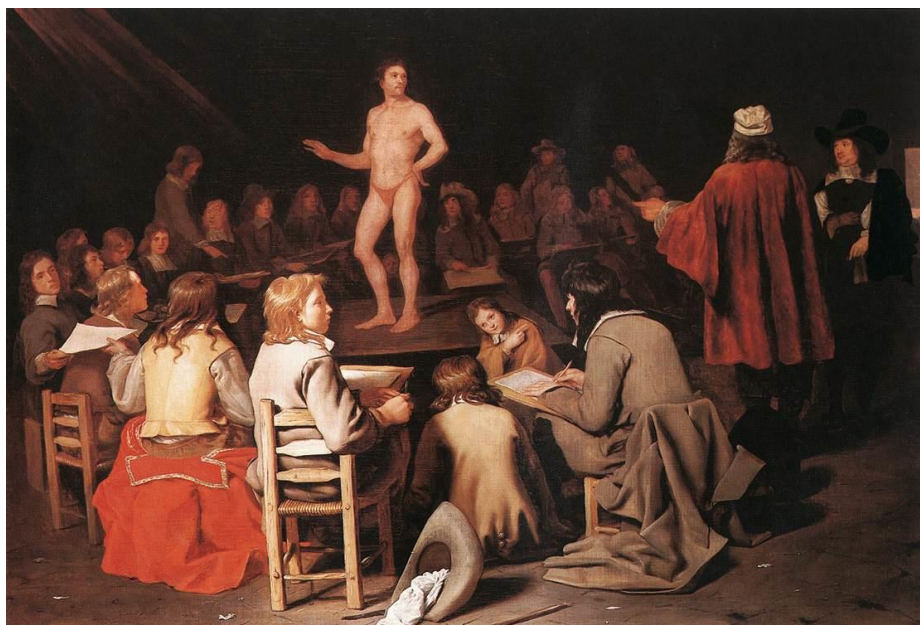
Fonte: The Vatican Laocoön Group. Photo Felipe Calchi¹

O estudo relativo ao então corpo humano ganha força principalmente durante o Renascimento, carregando pensamentos principalmente científicos. Entre tantos conceitos, a ciência produzida por

¹ Disponível em: <https://matthewjamescollins.com/2013/07/27/article-about-the-laocoon-group-in-the-epoch-times/>. Acesso em 2 de maio de 2017

Leonardo da Vinci influenciou a formação de diversos artistas.

Até o final do século XIX a maior parte das imagens de nu encontradas nos livros de ensinamentos artísticos eram representadas por homens. Uma sociedade patriarcal guiava tais pensamentos. Podemos observar que a moral influenciava no estudo de nu.



Fonte: *A aula de desenho*, Michiel Sweerts, c. 1657²

Johann Winkelman (1717-1768), teórico do neoclassicismo, apresentou um desenvolvimento clássico no meio acadêmico. Tal ato proporcionou o grande estudo de modelo vivo nos princípios deste.

Com decorrer do tempo a arte com princípios rígidos, neoclássicos no estudo de modelo vivo foi sendo questionado produzindo novas perspectivas nas Academias de Belas Artes.

No Brasil, o estudo de modelo vivo ganha força com a chamada "Missão Francesa". Exemplos de academias³ de modelo vivo a óleo das décadas de 1820 e 1830 praticamente não existem. As mais antigas encontradas remontam à década de 1840 e referem-se a academias historiadas. Desta época não encontramos academias voltadas exclusivamente para o estudo do nu. A maior parte das academias desta tipologia que foram preservadas datam das décadas de 1870, 1880, 1890 e do início do século XX.

² Disponível em : <http://www.wga.hu/frames-e.html?/html/s/sweerts/drawingc.html>; . Acesso em: 2 de maio de 2017

³ O termo academia citado neste trecho, segue por exemplificar as pequenas oficinas independentes ministradas por pintores (mestres). Apresentavam o objetivo geral de ensino, porém sem o apoio do Estado.

1- ACADEMIA BRASILEIRA E OS ESTUDOS DE NU:

A academia de Belas artes Imperial desenvolve suas aulas no ano de 1827. Mesmo sobre esse aspecto, antes das consciências acadêmicas, se desenvolvia o ensino por meio de visões bem “européias medievais”, proporcionando um ensino por meio de mestres e com influência da religião – “No Brasil, o ensino artístico iniciou-se nas oficinas dos Colégios Reais e Mosteiros, onde lecionavam mestres religiosos.” (FERNANDES, Cybele Vidal Neto). Este meio de ensino se movimentou para o meio popular por mestres leigos e oficiais mecânicos através de corporações.

Os estudos eram focados principalmente na cópia - considerada importante para o desenvolvimento do olhar e de técnicas comuns no meio artístico. Tal ato de estudo tinha o enfoque sobre obras europeias, principalmente de livros religiosos.

Neste momento, o estudo do nu se demonstrava impossível diante de uma consciência moral social colonial, de tal forma os estudos anatômicos eram banalizados. Podemos observar que tal ensino sofria influência decorrente de Portugal, que não se diferenciava.

As Aulas Régias – principalmente desenvolvidas após pensamentos iluministas- se colocam já no século XVIII sob influência do Estado. É importante observar que tal ensino ainda não se aproximava do ensino acadêmico Francês citado no tópico anterior, mesmo a Europa sofrendo forte influência no Setecentos.

O ensino de nu abre portas já no século XIX sob uma vertente bem focada ao crescimento e experiências francesas de tais características anatômicas. Podemos observar que tais conceitos se desenvolveram por meio de pintores que sofreram ensino em viagens a Europa - tal viagem considerada de extrema dificuldade.

Destacamos então a Escola Fluminense de Pintura onde podemos observar Manuel Dias e seu ensino revolucionário de modelo nu. “As poses dos modelos eram feitas na própria casa do Brasiense, na Rua do Rosário [...]” (COELHO DE SÁ, Ivan)

Ivan Coelho ainda demonstra em uma citação presente em sua tese de doutorado que:

“O modelo era um homem branco, não muito jovem, descarnado e mesmo malfeito modelo. Os alunos e o triste indivíduo, mas não o reproduziam sobre o papel, onde pareciam belas figuras, que nada tinham com a imagem viva, mas sim com a imaginação” (MORALES DE LOS RIOS FILHO, Adolfo)

A influência neoclássica remontava um belo ideal e o desenho se fortificava sob um aspecto crescente que perde suas forças sob as novas vertentes francesas principalmente no ano de 1816 com a chegada da Missão Francesa. Tais características retiram de exercício em 1822 através de um decreto colocado pelo Imperador inviabilizando a então Aula Publica de Desenho e Figura proposta por Manuel Dias, que é demonstrada por diversos historiadores como um marco entre a tradição artística barroca e o então rococó.

O ensino de desenho e da figura anatômica é mantido sob viés diferente após na temporalidade. Enquanto nos princípios franceses se destaca a formação de influência, a escola brasileira diverge sobre a influência de Félix-Émile Taunay, diretor da Academia Imperial de Belas Artes entre 1834 e 1851, que iniciará o difícil processo de aperfeiçoamento do curso de modelo vivo. Em 1833 empregará os primeiros modelos vivos sob uma base de ensino – ainda sob aspectos clássicos, porém adaptado as dificuldades encontradas no Brasil, que não apresentava modelos vivos disponíveis.

Tentativas foram feitas até mesmo no sentido de empregar escravos negros ou libertos, em razão de suas “*formas artísticas*”, porém o pensamento moralista mostrou dificuldades para adesão a tal tipo de personagem de estudo. Porém Taunay se coloca determinado na procura de modelos de aspectos comuns. Sai assim dos aspectos do modelo “magro”, “idoso” ou de “formas moles”, para um professor de ginástica, um arqueiro do Paço, o jovem de “belo desenvolvimento de músculos.

“A fotografia do modelo nu constituir-se-á ainda um recurso fortemente utilizado pelos médicos anatomistas que trabalhavam como professores nas escolas de arte ao final do século XIX, como Mathias Duval e Paul Richer. Do cânone idealizado e antigo, passava-se à simples observação do natural, ajudada pelo recurso fotográfico. Paul Richer, por exemplo, torna-se, ele próprio, fotógrafo. Cria uma espécie de catálogo anatômico com modelos nus e fichas descritivas, apresentando informações sobre o sexo, idade, medidas do corpo e suas proporções, criando tipologias. Publica em 1921 a obra Nouvelle Anatomie Artistique e prepara ainda a obra Atlas Physiologique, trabalho composto por três volumes (movimento, locomoção e exercícios variados), que resta inédito.” (DIAS, Elaine. 2007)

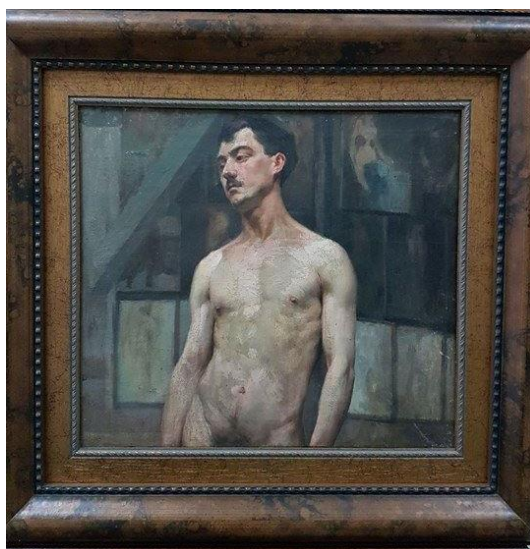
Dentre tantas mudanças do ensino anatômico no meio artístico, com uso de diversos materiais para a realização desse conhecimento o nu ainda se manteve – dentre o clássico a modernidade – como um estudo de grande importância acadêmica até os dias atuais.



Fonte: Fotografia de uma aula de modelo vivo no então Núcleo Bernardelli. s/d.⁴

2- ANÁLISE DA OBRA:

Após o desenvolvimento histórico apresentado nos tópicos anteriores é de interesse neste momento debruçar o olhar para o quadro de enfoque da pesquisa. Um nu masculino que se exalta pela sua estrutura e dedicação do artista para seu desenvolvimento. Com pinceladas firmes o corpo é estruturado de forma belíssima, desde a posição até o encontro das tintas formando a pele que brilha.

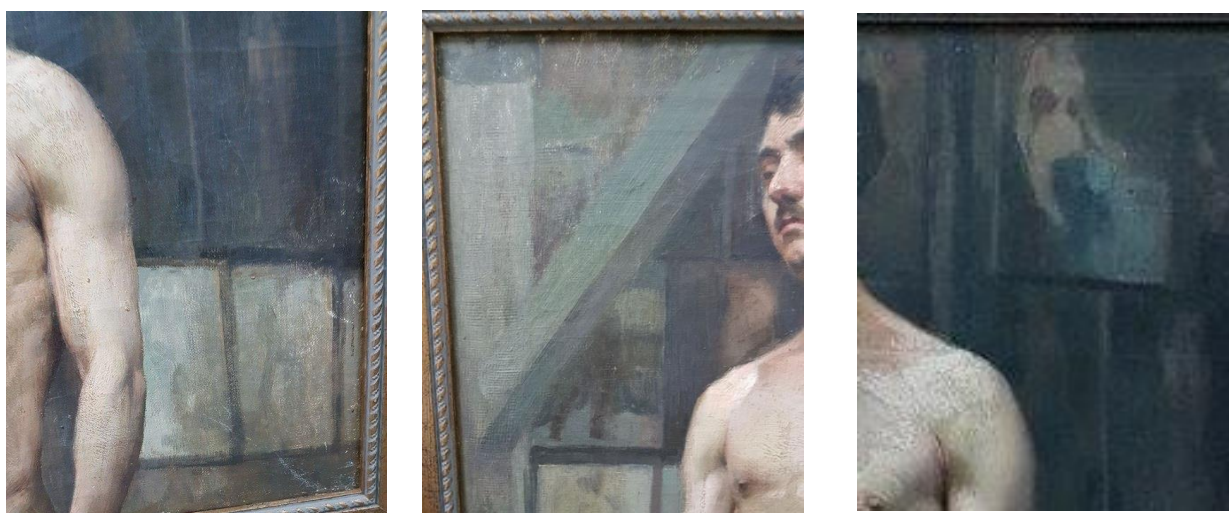


Fonte: *Estudo de Nu Masculino*, s/d. Museu Mariano Procópio

⁴ Disponível em:

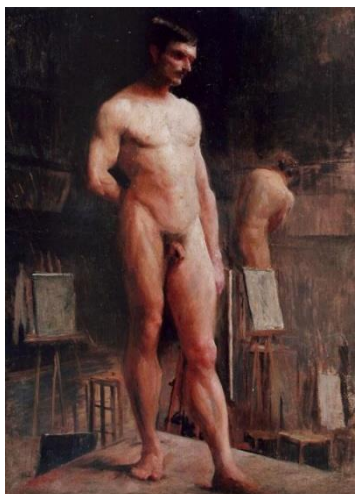
<http://www.mac.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernidade/eixo/bernadelli/index.html>. Acesso em 10 de Julho de 2017

Como podemos observar na imagem acima, o quadro se diferencia entre as comuns obras de modelo vivo. A estrutura que se desenvolve o transforma em algo único na coleção do Museu Mariano Procópio. A viga que corta a lateral superior do quadro demonstra a preocupação do pintor não identificado para com o ambiente em que se encontra esse modelo vivo, chegando a ser possível identificar alguns quadros que se encontram em segundo plano.



Fonte: Detalhes da obra *Estudo de Nu Masculino*, s/d.

A estrutura de tal quadro pode ser comparada à obra com a temática de um nu masculino de Eliseu Visconti de 1894. Além dos traços do modelo que se destaca diante da semelhança com a obra estudada em primeiro momento no artigo, o quadro apresenta uma valorização de um presente segundo plano evocando uma pintura para além do estudo anatômico. Os detalhes crescentes demonstram o trabalho e o enfoque do pintor na obra, retirando o conceito apenas de aprendizagem e rabisco encontrado em tantos estudos de nu masculino.



Fonte: *Nu masculino*, Eliseu Visconti, c. 1894

A iluminação usada por Eliseu Visconti cai sobre o corpo excluindo alguns detalhes, mas ressaltando a posição muscular da perna esquerda do personagem central. O quadro por análise segue com uma iluminação natural direta sobre seu corpo, que se encontra ao centro do quadro repartindo-o simetricamente.

Outro quadro que ressalta os olhos em comparação a obra de análise é a obra de Henrique Campos Cavalleiro na primeira metade do século XX onde o modelo apresentado também se aproxima bastante do nu masculino em análise. Para além de tal semelhança, a estrutura do quadro se aproxima com o modelo ao centro da obra e a iluminação, porém a posição que se encontra o homem diverge, pois este mantém o olhar baixo em direção as mãos que se entrelaçam.

Podemos observar também que o homem se encontra com um pano que esconde seu sexo dos olhares. O cavalete e possíveis quadros em segundo plano demonstram uma estrutura e enredo que recebe o modelo vivo. Ainda é possível encontrar uma obra que se encontra no Museu dom João VI também de um nu masculino, porém carvão sobre papel. Este apresenta semelhanças com as obras anteriores selecionadas tanto do próprio modelo vivo – em questão ao físico – porém o fundo não se encontra detalhado como ambos citados antes.



Fonte: *Nu masculino (academia)*,
Henrique Campos Cavalleiro. 191-.



Fonte: *Nu masculino (academia)*,
Angelina Agostini. 1911.

Destacamos também algumas obras que se destacaram durante a pesquisa, como os de nus masculinos que tem por tema o homem negro, com destaque no corpo e pele sobre o ressaltado da luz. Uma obra que destaca tal observação é a que segue por nome de “Nu Masculino de Costa” do pintor Jurandir Paes Lemes na data de 1920, ou os desenhos de Mario Vilares Barbosa que segue a temática do homem nu, negro.



Fonte: *Sem título*, Mario Vilarés Barbosa. 1903.



Fonte: *Nu Masculino de Costa*, Jurandir Paes Lemes. 1920.

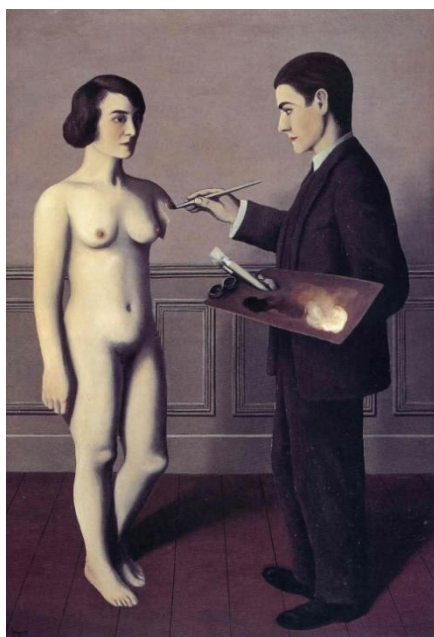
CONCLUSÕES:

As colocações antes aplicadas demonstram a grande diversidade do nu nas produções principalmente acadêmicas na historiografia artística. O nu vai para além de um estudo visual, mas uma ciência que demanda uma análise biológica, se encontra além de apenas “rabiscos” e se torna um aprendizado de grande produção para se tornar um artista.

Na obra analisada não foi possível observar passados e relações com a então coleção do museu – retirando sua característica com certo grupo comum: a presença de um nu -, e também não foi possível observar modificações feitas durante a temporalidade.

Na escultura, pintura e outros meios de produções artísticas se entrelaçam na observação do corpo humano construindo um valor sentimental pelo olhar. A análise do Nu Masculino presente no Museu Mariano Procópio demonstra a singularidade de tal recorte para a produção de outras também grandes obras onde a figura humana ganha destaque.

Para concluir, trazemos o quadro “Tentando o Impossível” de René Magritte, de 1928 no qual o pintor demonstra a dificuldade do observar técnico das então academias, mostrando que o nu é uma criação e não a realidade. O desenvolvimento artístico do nu se torna o fazer para além do observar, mostrando sua intensa qualificação para tantas obras.



Fonte: *Tentando o Impossível*, René Magritte. 1928.

Para além do entendimento que tal obra apresenta traços surrealistas, é possível observar que o nu é a identidade do artista que observa a realidade e a transforma em uma obra de plenos conceitos e exaltação. É o olhar do artista sobre tela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

LEITE, Reginaldo da Rocha. **O estudo dos estados da alma durante a formação do pintor na Academia Imperial das Belas Artes**. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. V, n. 4, out./dez. 2010.

SÁ, Ivan Coelho de. **Academias de modelo vivo e bastidores da pintura acadêmica brasileira: a metodologia do ensino do desenho e da figura humana**. Tese (Doutorado em História e Teoria de Arte—Estudos da História e Crítica da Arte) - Escola de Belas Artes - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

SÁ, Ivan Coelho de. **O Processo de “Desacademização” através dos Estudos de Modelo Vivo na Academia/Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro**. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. IV, n. 3, jul. 2009.

BATISTA, Stephanie Dahn. **O corpo falante: Narrativas e inscrições num corpo imaginário na pintura acadêmica do século XIX**. [19&20](#), Rio de Janeiro, v. VI, n. 1, jan./mar. 2011.

DIAS, Elaine. **Um breve percurso pela história do modelo-vivo no século XIX: princípios do método, a importância de Viollet Le Duc e o uso da fotografia**. Revista eletrônica DezenoveVinte, Rio de Janeiro, v. II, n. 4, out. 2007.

LAURENT, Jeanne. **A propos de l'École des Beaux-Arts**. Paris, ENSBA, 1987.

WINCKELMANN, Johann J. **Réflexion sur l'imitation des oeuvres grecques en peinture et en sculpture**. Paris : Éditions Jacqueline Chambon, 1991.

MARQUES JÚNIOR, A. J. **Do desenho de “modelo-vivo” e seus problemas**. Tese de concurso. Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, 1950.

LICHTENSTEIN, Jacqueline. **A Pintura – Textos Essenciais**. Vol. 6: A figura humana. São Paulo: Editora 34, 2006.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. trad." Álvaro Cabral. Rio de Janeiro:LTC, 2008.

TORRES, Niedja Ferreira dos Santos. **O ensino do desenho na Escola de Belas Artes de Pernambuco (1932 a 1946)**. 2015.

HOLLY, Michael Ann. **Panofsky and the foundations of art history**. Cornell University Press, 1985.

DA SILVA FERNANDES, Cássio. Jacob Burckhardt e Aby Warburg: da arte à civilização italiana do Renascimento. **Locus-Revista de História**, v. 12, n. 1, 2006.

WÖLFFLIN, Heinrich; VILLA, José Moreno. **Conceptos fundamentales de la historia del arte**. Espasa-Calpe, 1952.

Cartas Políticas. Brasileira USP. Disponível em:

<<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01896400#page/5/mode/1up>>. Acesso em:11 de Fevereiro de 2017.

NOS TRAÇOS DE PARREIRAS: JUIZ DE FORA E OS INCONFIDENTES

Thiago de Paula Carvalho¹

Resumo:

O presente trabalho pretende partir da análise do quadro “Jornada dos Mártires”, de autoria de Antônio Parreiras e que hoje é parte do acervo do Museu Mariano Procópio, para traçar a relação entre a formação do artista, como pintor de paisagens, até sua inserção no gênero de pinturas históricas, procurando entender seu papel na construção de uma imagem republicana, em consonância com os interesses das elites do período.

Palavras Chave: Jornada dos Mártires, Antônio Parreiras, Pintura Histórica, Pintura de Paisagem, Juiz de Fora.

ON THE TRACES OF PARREIRAS: JUIZ DE FORA AND THE INCONFIDENTES

Abstract:

This paper aims to analyze the frame from the "Jornada dos Mártires", authored by Antônio Parreiras and today is part of the collection of Mariano Procopio Museum, to trace the relationship between the formation of the artist, as a painter of landscapes, to its inclusion in the genre of historical paintings, seeking to understand their role in building a Republican image in line with the interests of the elites of the period.

Key words: Jornada dos Mártires, Antônio Parreiras, Historical Painting, Landscape Painting, Juiz de Fora.

¹ Bacharel em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em História da África pela mesma instituição. E-mail: thiagohist.ufjf@gmail.com

Jorge Coli nos instrui que ao estudar obras de arte pode-se tirar mais proveito de um olhar que se proponha a interrogá-las, antes de lançar sobre elas características definidoras e especificantes (COLI, 2005: 11). Essa interrogação pode revelar “projetos complexos, com exigências específicas muitas vezes inesperadas.” (COLI, 2005: 12)

Ao visitar o Museu Mariano Procópio (MAPRO)², em Juiz de Fora, como atividade de uma das disciplinas do curso de graduação em história, entre tantos objetos históricos e obras de arte que compõem seu acervo nos chamou a atenção um quadro de grandes dimensões (2,80m x 4m), que retratava um grupo de homens cabisbaixos, caminhando por uma estrada de terra.

No primeiro plano um homem mais idoso caminha amparado por outro jovem. No plano seguinte os outros seguem quase em fila. Dois dos prisioneiros estão a cavalo, sendo que um destes, pelo peso da idade precisa ser auxiliado por um escravo. Todos estão algemados e são escoltados por soldados. Um destes caminha à frente, abrindo o caminho, enquanto atrás do grupo, outros seguem a cavalo. Ao fundo a paisagem se destaca; do lado esquerdo vemos uma pequena capela, e à direita, imediatamente atrás da pequena multidão que escolta a comitiva de prisioneiros, uma casa. O céu parece nublado e cinzento.

Diferentemente do que podemos observar em diversas outras obras que retratam cenas históricas, que tipicamente representam heróis triunfantes ou mártires valentes, vemos nesse caso um grupo de homens derrotados e subjugados. Os Inconfidentes têm sua conspiração descoberta antes mesmo de poder por qualquer plano em prática, e traídos por um de seus companheiros, são rapidamente presos.

O quadro retrata o momento em que os prisioneiros, após pernoitarem na fazenda Soledade, localizada na cidade de Matias Barbosa, reiniciavam sua viagem para o Rio de Janeiro, onde viriam a ser julgados.

Muitas questões que podem ser levantadas a partir dessa imagem. Entre as diversas obras que possuem como tema o trabalho de Antônio de Parreiras, embora muitos destes dediquem algumas linhas à *Jornada dos Mártires*³, encontramos três trabalhos que se destacam.

Primeiro, no livro *Futuro do pretérito; história dos museus na escrita da história* (CHRISTO, 2009: 143-164), Maraliz Christo dedica um capítulo a analisar a constituição do acervo iconográfico

2 O Museu foi fechado para obras em 2008.

3 Antônio parreiras, *Jornada dos Mártires*, 1928. Óleo sobre tela, 280 x 400 cm. Museu Mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.

referente à conjuração mineira no Museu Mariano Procópio, debruçando-se sobre a discussão acerca do quadro de Parreiras (CHRISTO, 2009: 152).

Ela inicia apresentado com um breve histórico sobre a carreira de Parreiras, como pintor de paisagens e de temas históricos; sendo esse segundo caso uma alternativa de sobrevivência adotada pelo artista, e em atendimento de demandas surgidas dos governos regionais após a proclamação da República, contextualizando assim a sua presença em Juiz de Fora e a posterior encomenda de um quadro histórico pelos poderes públicos da cidade.

Procurando entender as motivações que levaram à encomenda de um quadro de Parreiras ela levanta três questões principais para a discussão: “(...) as possíveis motivações para a encomenda e seu significado político; a posição do quadro no conjunto da obra do artista e a construção de iconografia proposta” (CHRISTO, 2009: 153).

Ele oferece como explicação, respectivamente, reflexões sobre o encomendante do quadro, o presidente da Câmara de Vereadores, Luiz Barbosa Gonçalves Penna, analisando sua trajetória política e as relações que possuía com outros representantes do poder público estadual.

Segunda a autora, a encomenda do quadro poderia ser uma “metáfora da aproximação entre o município e o governo estadual” (CHRISTO, 2009: 153). Sobre essa questão levanta ainda a possibilidade de a encomenda do quadro ter partido de Alfredo Ferreira Lage, interessado em tornar o Museu Mariano Procópio um museu histórico.

Em seguida ela busca situar o quadro dentro da obra de Antônio Parreiras, destacando sua atuação como pintor de paisagem e especificando a sua opção de realizar pinturas de história como uma “alternativa de sobrevivência”, logrando grande êxito nesse tipo trabalho.

Para Maraliz Christo o quadro *Jornada dos Mártires* representaria uma síntese em relação à carreira artística de Parreiras, sendo “um quadro histórico que recebe tratamento de pintura de paisagem” (CHRISTO, 2009: 153), destacando ainda que “o mais importante não era o tema em si, ou seja, os conjurados, mas a região. Visava-se tornar Juiz de Fora também cenário do martírio.” (CHRISTO, 2009 155)

Por último, visando uma resposta à questão da construção iconográfica feita pelo artista, ela demonstra que apesar de Parreiras considerar sua pintura um documento histórico fiel aos fatos como estes teriam ocorrido, não seria possível que os inconfidentes tivessem passado juntos por Matias Barbosa, mas que apesar disso, por uma opção política de inserir Juiz de Fora na história mineira, “os

Inconfidentes”⁴ foram retratados todos juntos em seu caminho para o Rio de Janeiro.

Há ainda mais dois trabalhos que destacamos, que tem como tema central o quadro *Jornada dos Mártires*.

O primeiro é um artigo publicado em 2007 por Paloma Silva (SILVA, 2007).

Em seu trabalho Paloma Silva apresenta um resumo das principais características e histórico da Pintura de História no Brasil no século XIX e início do XX, destacando as mudanças pelo qual o gênero passou para ser adaptado ao cenário político do início da República.

Após apontar, referindo-se ainda ao período imperial, que a pintura histórica tinha no Brasil, naquele momento, o objetivo de “construir uma certidão visual da nação brasileira, elegendo fatos e heróis que pudessem representar o espírito nacionalista” (SILVA, 2007: 05), a autora procura demonstrar que após a proclamação da república, em 1889, essa prática teria encontrado continuidade, buscando “construir uma identidade nacional através da revisão do passado colonial, da invenção de heróis, mitos de origem e de fundação, bem como a glorificação da luta como forma de reformular o processo histórico da nação.” (SILVA, 2007: 06).

Ela explica que a construção dessa identidade e do controle social passava pelo domínio da historiografia nacional, que para ser popularizada e capaz, de fato, de exercer uma força pedagógica sobre a população, deveria se aliar a artistas, indivíduos capazes de transportar às telas, e, portanto, tornar acessíveis à população, em sua maioria iletrada, as mensagens que eles necessitavam transmitir.

Ela aponta a eleição do episódio da Inconfidência Mineira, e de Tiradentes, como maiores representantes dos ideais republicanos. Perseguidos e martirizados pelos poderes coloniais, os Inconfidentes são agora redimidos, e Tiradentes torna-se um herói multifacetado, recebendo diversas interpretações de sua imagem pelas mãos dos artistas que se dedicaram a contribuir para essa construção iconográfica.

Finalmente, ao tratar da *Jornada dos Mártires*, Paloma Silva chama a atenção para o fato de Parreiras ter optado por apresentar os Inconfidentes não como heróis, mas ao invés disso, representa “o fim de um movimento que não deu certo.”.

Além disso, ela chama a atenção para a ausência de Tiradentes, defendendo a hipótese de que

4 Além do título “Jornada dos Mártires” o quadro também é chamado de “Os Inconfidentes”. (PINTO, 2008: 169)

essa ausência representa a preocupação do pintor com as fontes históricas⁵.

Por fim, em 2009, Antônio Gasparetto Jr. publicou o artigo *A jornada de Parreiras: da pintura de paisagem aos Mártires* (GASPARETTO JR, 2009).

Gasparetto inicia seu artigo apresentando o quadro; quem o pintou; quem o encomendou, onde ele se encontra atualmente e qual seu tema e cenário.

Partindo disso ele propõem algumas questões:

Por que um quadro representando os inconfidentes em Matias Barbosa seria importante para a prefeitura de Juiz de Fora? O que estaria fazendo tal quadro em um museu majoritariamente ligado ao Império? Por que os personagens seriam representados como derrotados? Por que Antônio Parreiras seria o pintor contratado para produzir tal obra? (GASPARETTO JR, 2009: 01)

Para Gasparetto as escolhas de Parreiras ao retratar os inconfidentes “derrotados”, e dando destaque ao fato de o centro do quadro se constituir de um espaço vazio⁶ representaria “uma analogia ao resultado daquele movimento. O ‘nada’, ou até mesmo a falta de solidez que havia entre os próprios inconfidentes (...)” (GASPARETTO, 2009: 03)

Ele apresenta o panorama da pintura histórica no Brasil, como elemento formador da identidade nacional, destacando a importância que Parreiras conquistou nessa arte e fazendo um breve histórico de sua vida e carreira.

Por fim, em sua conclusão, ele encontra na busca de Gonçalves Penna por dar destaque a Juiz de Fora e região uma dupla justificativa para ajudar a entender a lógica por trás da encomenda desse quadro: primeiro, estaria a intenção de angariar prestígio político ao criar um “documento visual atestando a passagem dos inconfidentes por Matias Barbosa” (GASPARETTO JR, 2009: 03), ressaltando assim a importância da região; segundo, ancorar-se no trabalho de Parreiras, a época considerado o maior pintor brasileiro vivo, para alcançar maior notoriedade.

O Artista:

5 Como Maraliz Christo explica, no entanto, apesar de o próprio Parreiras atribuir a sua pintura a qualidade de ser um retrato fiel dos acontecimentos, além de Tiradentes, sequer os outros inconfidentes seguram juntos para o Rio de Janeiro. (CHRISTO, 2009: 156)

6 Talvez a ausência que se queira fazer sentir seja justamente a de Tiradentes, que nas vezes em que foi retratado por Parreiras [*Prisão de Tiradentes*, e *Sonho de Liberdade* ou *Visão de Tiradentes*] estava sempre altivo, em uma atitude de não de enfrentamento pelo menos de coragem.

Antônio Parreiras nasceu em Niterói, no dia 20 de Janeiro de 1860. Sétimo filho do major Jacinto Antônio Diogo Parreiras e de D. Maria Rosa da Silva Parreiras. Seu pai exercia a profissão de ourives, o que permitiu a sua família uma relativa prosperidade durante sua juventude (LEVY, 1981: 19).

Antes de ter a oportunidade de iniciar formalmente estudos na área da pintura dedica-se a algumas outras profissões, sem, contudo, encontrar realização ou sucesso nesses empreendimentos. No ano de 1881 casa-se com Quirina da Silva Ramalho, e graças a ajuda do sogro torna-se sócio de uma loja de sapatos, mas que em pouco tempo vem a falência (LEVY, 1981: 20)

Segundo ele próprio conta em autobiografia, desde criança possuía interesse pela pintura, tendo diversas vezes observado o trabalho de um pintor que morava próximo de sua casa, o que teria lhe causado profunda impressão (PARREIRAS, 2008: 13).

Para conseguir o dinheiro necessário para poder finalmente se matricular no curso de pintura, ele conta em suas memórias: “Vendi uma casa que meu pai me havia legado e entrei para a Academia de Belas Artes, para a 'Aula de G. Grimm” (PARREIRAS, 2008: 16). Assim, iniciando, ainda que tardiamente em relação ao comum na época, seus estudos no ramo da pintura (STUMPF, 2014: 30). Como estudante do curso de paisagem torna-se aluno de Georg Grimm, pintor alemão à época radicado no Brasil (LEVY, 1981: 21).

Pelas características próprias dos métodos de ensino de Grimm, como apontado por diversos autores, esta foi uma etapa fundamental para entender o consequente desenvolvimento de Parreiras como pintor de paisagens e, posteriormente, de cenas históricas (STUMPF, 2014: 31). Permanecendo apenas cerca de um ano como aluno da Academia Imperial de Belas Artes, em companhia de outros colegas, acompanha Grimm, quando este é demitido da Academia. Juntos passam a frequentar as praias de Niterói, praticando a pintura de paisagem e tentando vender seus quadros (LEVY, 1981: 21).

O método de ensino de Grimm se destacava, chocando-se com a tradição da Academia (PORTELA, 2008), por priorizar o trabalho ao ar livre, buscando diretamente na natureza a inspiração e o modelo ideais para a pintura de paisagem, com Grimm levando seus alunos a passeios pelas praias de Niterói e à Serra de Teresópolis, método que o próprio Parreiras empregou quando ele próprio se tornou professor de pintura de paisagens (STUMPF, 2014: 44). Essa característica de procurar sempre na natureza sua inspiração seria parte presente e perceptível na obra de Parreiras, tanto nas de paisagem quanto nas históricas, até seus últimos trabalhos.

Contudo, após pouco tempo, o Grupo se separa, com Georg Grimm viajando para o interior do país e, posteriormente, de volta à Europa, onde faleceria poucos meses depois. (PARREIRAS, 2008: 21)

Parreiras permanece trabalhando, realizando pequenas exposições na cidade do Rio de Janeiro e em sua própria casa em Niterói. Recebendo críticas favoráveis da imprensa, é cada vez mais incentivado a aprimorar seus estudos na Europa (LEVY, 1981: 27), o que finalmente conseguirá em 1888. Após pleitear uma bolsa de estudos à Academia Imperial de Belas Artes, e em seguida diretamente ao próprio Imperador, consegue, através da venda de dois de seus quadros a AIBA financiar por conta própria uma viagem à Itália (STUMPF, 2014: 36).

Conforme Fábio Cerdera aponta, nos primórdios da prática da pintura de paisagem no Brasil, embora este fosse ainda um “gênero subordinado à pintura de história”, é possível observar a sua importância crescente como parte de um projeto para construir uma identidade nacional (CERDERA, 2012: 35).

Parreiras parte com destino à Itália, onde permanece até 1889. Após passar por Roma, fixa-se em Veneza e torna-se aluno livre da Academia de Belas Artes, frequentando as aulas do Lombardo Filippo Cárcano (LEVY, 1981: 35).

Retornando ao Brasil em janeiro de 1890, encontra um cenário político convulsionado pela proclamação da República e, como ele próprio perceberia e saberia como nenhum outro tirar proveito, buscando reconstruir e ressignificar seus símbolos e o sentido dado à Nação. Este processo de reconstrução e ressignificação passava também pela necessidade de se renovar os repositórios simbólicos disponíveis, atualizando o panteão dos heróis nacionais às novas demandas impostas pela implantação do regime republicano e o consequente processo de afirmação das elites locais.

Durante o período imperial, tanto o ensino quanto o mercado consumidor de arte passavam pela Academia Imperial de Belas Artes. Com o advento da República a Academia passou por uma reformulação, recendo o nome de Escola Nacional de Belas Artes. Além disso, com a descentralização política fruto do fim do Império e a consequente busca por maior autonomia pelos estados, surge também a demanda de se construir uma nova visualidade, que simbolizasse as virtudes do regime republicano. Como consequência, se abre a possibilidade de expansão de um novo mercado artístico, desvinculado da Escola Nacional de Belas Artes e da Capital Federal.

Pouco após seu retorno da Europa, Parreiras é contratado como professor de paisagem na

Escola Nacional de Belas Artes, mas, apesar de sua contratação ter sido elogiada pela imprensa, é demitido poucos meses depois (STUMPF, 2014: 46), com a extinção da cadeira de paisagem, substituída pela de mitologia (LEVY, 1981: 36).

No ano de 1893, Parreiras organiza uma viagem à São Paulo, onde realizaria exposições muito bem-sucedidas.

Esta primeira viagem à São Paulo é destacada por Lúcia Stumpf como “definidora para os rumos que o artista tomaria no momento seguinte” (STUMPF, 2014: 59). É a partir desse momento que Antônio Parreiras tem contato com um mercado desvinculado dos canais institucionais e tradicionais da arte, representado pela Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1905, Parreiras parte para Belém. Se na capital paulista ele havia encontrado uma burguesia enriquecida pelo café, ao viajar para o norte do país irá se deparar com mercado novo, praticamente livre de concorrentes, enriquecido pelo ciclo da borracha. Combinado a esse enriquecimento, surge uma burguesia interessada em adquirir cada vez mais bens, tanto materiais quanto culturais (ARRAES, 2006: 21).

É em Belém que Parreiras receberá a encomenda de seu primeiro quadro histórico, após os painéis produzidos para o Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro.

*A Conquista do Amazonas*⁷, encomenda pelo governador do estado do Pará, torna-se uma espécie de divisor da carreira artística de Parreiras (STUMPF, 2014: 62). A partir daí, embora ainda se dedique à pintura de paisagens, e realize também pinturas de nus, com os quais passa a concorrer nos *Salons* de Paris, Parreiras passará a se debruçar de maneira sistemática sobre o mercado de pintura histórica.

Após suas viagens à São Paulo, Parreiras toma contato com uma nova possibilidade de mercado, impulsionado por uma economia em crescimento e distante do tradicional mercado de artes vinculado à Escola Nacional de Belas Artes. Apesar de, em 1901, já ter realizado pinturas de cunho histórico (Decoração do Supremo Tribunal Federal, no Rio de Janeiro), é possivelmente apenas a partir de 1905, com sua viagem a Belém, onde lhe é encomendado o quadro *A Conquista do Amazonas* pelo governo estadual, que se abre para ele de fato a perspectiva de ingressar no mercado de produção de telas históricas de modo efetivo (STUMPF, 2014: 85).

Em sua tese, Lúcia Stumpf demonstra os mecanismos e as estratégias mobilizados por

7 Antônio Parreiras, *A Conquista do Amazonas*, 1907. Óleo sobre Tela, 400 x 800 cm. Museu Histórico do Estado do Pará, Belém.

Parreiras visando oferecer aos governos estaduais seus serviços, em que buscava legitimar suas ofertas a partir do prévio estudo dos fatos históricos mais marcantes e que facilitariam o aceite de suas obras. O pintor realizava pesquisas e, em vários casos, já apresentava no momento da oferta croquis com estudos ao natural dos sítios onde os eventos, que ele pretendia retratar, teriam ocorrido (STUMPF, 2014: 85).

Embora as fontes a que tivemos acesso não permitam inferir de forma definitiva de quem teria partido a iniciativa para a feitura do quadro, ao consultar o que foi publicado pela imprensa do período encontramos algumas pistas que nos permitem tentar reconstruir a cronologia da estadia de Antônio Parreiras em Juiz de Fora e levantar algumas hipóteses sobre essa questão.

Sabemos que ele chega à Juiz de Fora no dia 21 de março de 1928, quarta-feira, com o intuito de realizar uma exposição de seus quadros⁸, que seria inaugurada dia 26 do mesmo mês, no salão do Elite Club, na época localizado na Rua Halfeld⁹.

Como previsto, a exposição é inaugurada dia 26 de março¹⁰, uma segunda-feira, com previsão de ser encerrada sábado, dia 31 de março. Contudo, devido ao grande movimento do último dia é estendida até dia 03 de abril¹¹.

Em matéria do *Diário Mercantil*, do dia 30 de março, assinada por Léo Pardo, podemos descobrir que, apesar de a exposição ter contato com um público considerável em seus primeiros dias, durante a semana o mal tempo fez diminuir o movimento:

Nenhuma exposição de pintura houve, nestes ultimos annos em a nossa cidade, mais notavel pelo alto valor artistico dos trabalhos exhibidos do que a do grande mestre brasileiro Antonio Parreiras.

O máo tempo reinante, que é máo principalmente porque é doentio, não tem permitido que a concorrência seja, como pelo merito das telas expostas, deveria se dar, numerosa e variada.”¹²

Esta mesma edição traz ainda uma informação interessante para nossa reflexão sobre a iniciativa da encomenda da pintura de Parreiras. Após o texto de Léo Pardo o jornal informa:

Antonio Parreiras, Cesar Turatti e Didimo foram hontem a Mathias Barbosa, á velha fazenda onde existe a capella, na qual passaram os inconfidentes, em caminho para as masmorras da Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

8 DIÁRIO MERCANTIL. 21/03/1928. p. 01.

9 JORNAL DO COMÉRCIO. 25/03/1828. P. 03.

10 DIÁRIO MERCANTIL, 27/03/1928. p. 01.

11 DIÁRIO MERCANTIL. 31/03/1928. p. 01

12 DIÁRIO MERCANTIL. 30/03/1928. p. 01.

Naquele lugar puderam os artistas ver ainda, embora já bastante arruinadas, a capella e a casa da fazenda, triste cenário onde algumas horas de ligeiro repouso passaram os martyres da independencia, exaustos de longa caminhada através do sertão, com os pulsos presos pelas algemas. Ali os artistas, invocando o passado, reconstituíram a triste scena da noite passada pelos inconfidentes e a partida deles, ao romper do dia. Das scenas da inconfidencia, ali naquela fazenda abandonada, naquella capella em ruinas, está quase como era o scenario de uma das scenas da triste tregedia.

Facil, pois, seria reconstituir o facto historico ali passado, o que talvez com alguns annos mais não seja possivel, pois a capella e a velha habitação dos tempos coloniais desaparecerão. Da viagem artistica os professores só voltaram á noite fazendo toda a caminhada em automovel.¹³

O mesmo jornal, em notícia do dia 31 de março, informa que: “Hontem, o sr. senador Luiz Penna, presidente da Camara, visitou a exposição, demorando-se cerca de duas horas ali, examinando os trabalhos expostos, tendo adquirido para si o quadro n. 13, "Nordeste"”¹⁴.

Até onde as fontes nos permitiram descobrir, não foi possível determinar se a visita de Antônio Parreiras à Juiz de Fora foi pensada já com o intuito de propor a realização de um quadro, ou ainda, se por convite ou sugestão de algum político local essa proposta lhe foi apresentada. Chamou-nos a atenção, contudo, como os jornais locais noticiaram, ao menos em três momentos diferentes Parreiras esteve em companhia de César Turatti¹⁵.

Parece quase certo que os dois artistas já se conhecessem. Além do fato de que Turatti morou no Rio de Janeiro e foi aluno da Escola Nacional de Belas Artes, ao menos, temos a notícia de que no Salão de Belas Artes do ano anterior a vinda de Parreiras à Juiz de Fora, isto é, 1927, César e sua esposa, Wanda Turatti, haviam estado presentes no dia das premiações, ao qual Parreiras também havia comparecido¹⁶.

Parece-nos uma suposição factível que Parreiras, após retornar de Matias Barbosa, tenha, nessa ocasião, se encontrado com Gonçalves Penna, embora não seja possível afirmar, com certeza, se já teria ocorrido algum outro encontro entre o pintor e o político. Em sua tese, Lúcia Stumpf reproduz alguns dos contratos assinados por Parreiras referentes a quadros históricos, entre os quais o que oficializa a encomenda de *Jornada dos Mártires*, assinado em 10 de abril de 1928 (STUMPF, 2014: 222).

13 DIÁRIO MERCANTIL. 30/03/1928. p. 01.

14 DIÁRIO MERCANTIL. 31/03/1928. p. 01.

15 César Turatti (1898-1936), Nascido em Juiz de Fora, cursou, no Rio de Janeiro a Escola Nacional de Belas Artes. Fundou em 1922 o Núcleo Hypollito Caron, que funcionou até 1924, mas serviu de inspiração para a criação do Núcleo Antônio Parreiras, em 1934, por antigos alunos seus. (AMARAL, 2004: 113)

16 JORNAL DO BRASIL. 21/08/1927. p. 06.

Embora saibamos que o contrato foi assinado apenas em 10 de abril, antes disso, no dia 02, os jornais locais já davam notícia do fato:

Um novo quadro de Parreiras.

Como já noticiaram os jornais locais, o insigne artista [Antonio Parreiras] pretende perpetuar na tela o notável episodio historico da noite passada pelos inconfidentes na fazenda da Soledade, em Mathias Barbosa, quando seguiram presos e escoltados de Villa Rica para a côrte.¹⁷

A mesma notícia traz ainda um trecho do livro *Minhas Memórias*, escrito pelo Visconde Nogueira da Gama, neto do Coronel do Vale Amado, proprietário da fazenda Soledade, que seria o cenário retratado por Parreiras:

O episodio é assim narrado pelo visconde Nogueira da Gama, em seu livro *Minhas Memorias*, pag. 194 a 195:

"Quando os comprometidos vieram acorrentados de Villa-Rica para os carcereiros da côrte, precedia-os um official com ordem de mandar apromptar-lhes o pouso nos pontos determinados, de maneira que á proposição que iam chegando, escoltados, e distantes uns dos outros, para se não verem durante a viagem, eram recolhidos, cada um delles, em quarto guardado por sentinellas, onde passavam a noite até a madrugada do dia seguinte, e sempre com as mesmas cautelas até atravessarem os limites da capitania de Minas com a do Rio de Janeiro.

Quando chegaram a Mathias Barbosa fazenda de meus avós maternos, coronel Manoel do Valle Amado e sua mulher d. Maria Cordoba de Abreu e Mello, que ainda conheci (tinha eu cerca de 9 annos de idade), prima-irmã do dr. José Alves Maciel e de sua irmã d. Isabel, mulher do tenente-coronel Gomes Freire, passaram toda a noite rezando por entre as grades da tribuna da capella, que ainda existe, e para a qual deitavam essas grades.

Ao romper do dia seguinte começada o movimento de partida, quando Gomes Freire disse com sua voz forte de commando: "Sr. Coronel Manoel do Valle Amado, do meu carcere, como que presenciei os actos de devoção de sua virtuosa familia; Nossa Senhora da Conceição (padroeira da capella) ha de permitir que eu volte á nossa patria, limpo de toda a culpa e mancha, e então, de joelhos, lhes beijarei as mãos".

meu avô, idoso, e soffrendo do coração, falleceu pouco tempo depois; minha avó, de muito menos idade, mas nervosa, enlouqueceu, e, nesse estado, viveu alguns annos, e jazem naquela capella.

Nesse tempo, eram ainda meninos os seus filhos e filhas, sendo minha mãe a mais moça; mas, contava já 17 para 18 annos a irmã mais velha, a sra d. loureça Maria de Abreu e Mello, dotada de uma memoria admiravel, e com quem o Imperador muitas vezes conversou na côrte. Foi esta minha tia quem referiu-me tudo quanto deixo escripto".¹⁸

Quem teve a iniciativa de propor o quadro? Foi a força da sugestão da imprensa, foi iniciativa de Gonçalves Penna, ou foi desde o início uma iniciativa de Parreiras, como ele já havia feito em outras ocasiões?

17 DIÁRIO MERCANTIL. 02/04/1928. p. 01

18 DIÁRIO MERCANTIL. 02/04/1928. p.01

Sabemos por Lúcia Stumpf que Parreiras sempre se valeu de uma rede de amigos e contatos que lhe permitia sondar as possibilidades de conseguir novas encomendas para seus quadros históricos, junto aos governos regionais (STUMPF, 2014: 64). Desse modo, é provável que César Turatti tenha tido algum tipo de participação nas negociações entre Gonçalves Penna e Antônio Parreiras.

Embora não possamos saber efetivamente de quem partiu a iniciativa para a encomenda do quadro, se de Parreiras, Gonçalves Penna ou mesmo de Alfredo Ferreira Lage, como sugerido por Maraliz Christo, ou ainda se a motivação para a encomenda do quadro não se realizou explicitamente com a motivação política de “inserir Juiz de Fora nas tradições mineiras” (CHRISTO, 2009: 153) ao menos encontrou aí subsídios que lhe permitiram se concretizar.

Se sob um aspecto prático, o encomendante direto do quadro foi Gonçalves Penna, embora não possamos ter a certeza de quando exatamente se deu o encontro entre este e Parreiras, nos parece seguro afirmar que, ao realizar sua excursão à Matias Barbosa, o artista já possuía o conhecimento de que aquele sítio havia sido o cenário de um evento histórico merecedor de ser retratado e, muito provavelmente, possuía planos de realizar mais um quadro histórico.

Considerando a hipótese de que a aquisição da *Jornada dos Mártires* pode ser compreendida como parte de um projeto, que visa ressaltar Juiz de Fora, como uma importante cidade do estado de Minas Gerais, inserindo o município no quadro das tradições mineiras e em seus eventos históricos mais marcantes, podemos considerar que esta tese é, pelo menos em parte, corroborada quase imediatamente.

A pintura foi concluída por Parreiras em novembro de 1928, que a remeteu para Juiz de Fora, partindo em seguida para o estado da Bahia, onde pintaria *Primeiros passos para a independência da Bahia*¹⁹.

É importante salientar que não podemos saber exatamente se o quadro esteve exposto desde o momento de sua entrega, em novembro de 1928.

Porém, sabemos que em 21 de Abril de 1929, muito provavelmente em virtude da comemoração ao feriado que homenageia Tiradentes, *Jornada dos Mártires* foi efetivamente exposto na Câmara, que já possuía também como parte de seu acervo desde 1893 a obra de Pedro Américo,

19 Antônio Parreiras. *Primeiros passos para a independência da Bahia*.

*Tiradentes Esquartejado*²⁰. Essa exposição contou inclusive com a presença de Parreiras, que visitou a cidade com o intuito de prestigiar o evento²¹. O quadro de Parreiras foi posteriormente adquirido pelo Museu Mariano Procópio.

Ainda em abril 1929, poucos meses após Parreiras ter concluído seu quadro e entregue à prefeitura de Juiz de Fora, a revista *Ilustração Brasileira*²² dedicou suas páginas a diversas matérias que tinham como tema Tiradentes, A Inconfidência Mineira e a história de Minas Gerais. Uma das imagens escolhidas para ilustrar a revista é justamente uma reprodução de *Jornada dos Mártires*.

A escolha da Revista em usar justamente a imagem do quadro de Parreiras, à época praticamente inédito, pode ser entendida se levarmos em conta a fama que o artista já possuía²³, que certamente ajudou a dar-lhe visibilidade. Essa é uma opção que corrobora a tese apresentada por Gasparetto (GASPARETTO, 2009: 08), que indica, na escolha de Parreiras para ser o executor da obra, a intenção dos poderes locais de Juiz de Fora se valerem do grande prestígio do artista para ajudar a trazer visibilidade para o município.

Referências:

AMARAL, Lucas Marques do. *A Parreiras e seus artistas: crônica da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras e Dicionário Bibliográfico*. Juiz de Fora – MG: FUNALFA Edições, 2004.

ARRAES, R. M. L. *Paisagens de Belém: história, natureza e pintura na obra de Antônio parreiras 1895-1909*. Dissertação(mestrado) Universidade Federal do Pará. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

CERDERA, Fábio Pereira. *O horizonte da nação: uma análise semiótica da pintura histórica de Antônio Parreiras*. Tese (doutorado). Universidade Federal Fluminense. 2012.

CHRISTO, Maraliz de C. V. “O mito da mineiridade num espaço monárquico: a iconografia da Conjuração Mineira no acervo do Museu Mariano Procópio.” In: SALGADO, Manuel Luiz e LOPES, Regis (org.). *Futuro do pretérito; história dos museus na escrita da história*. Editora ARGOS, 2009. Coleção História e Patrimônio. p. 143-167.

COLI, Jorge. *Como estudar a arte brasileira do século XIX?* São Paulo: Editora SENAC, 2005.

20 Pedro Américo. *Tiradentes Esquartejado*, 1893. Óleo sobre tela, 270 x 165 cm, Museu mariano Procópio, Juiz de Fora, MG.

21 DIÁRIO MERCANTIL. 20/04/1929. p.03.

22 A *Ilustração Brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Off. Typ. da Empresa d'O Malho, 1901-1958. il., retr. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=107468>>. Acesso em: 26 jul. 2016.

23 Além de *Jornada dos Martires* a revista também traz uma reprodução de *Julgamento de Felipe dos Santos*, igualmente de autoria de Parreiras.

GASPARETTO JR, Antônio. A Jornada de parreiras: da pintura de paisagem aos mártires. *Recanto das Letras*. Juiz de Fora, abril – julho/2009. Ano III, Nº10. Disponível em <<http://static.recantodasletras.com.br/arquivos/1596191.pdf>>. Acesso 01 jun. 2016.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. Antônio *Parreiras (1860-1937)*: pintor de paisagem, gênero e historia. Rio de janeiro: Pinakothke, 1981.

PARREIRAS, Antônio. *Historia de um pintor contada por elle mesmo*: Brasil - Franca, 1881-1926. Rio de Janeiro: Caixa Cultural, 2008.

PINTO, Rogério Rezende. *Alfredo Ferreira Lage, suas coleções e a constituição do Museu Mariano Procópio*. - Juiz de Fora, MG. Juiz de Fora: 2008. (Dissertação de Mestrado, História, UFJF) – Capítulo 2 “A Coleção”.

PORTELA, Isabel Sanson. Paisagem: um conceito romântico na pintura brasileira – George Grimm. *19&20*. 19&20, Rio de Janeiro, v. III, nº3, jul. 2008. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/artistas/jg_isabel.html>. Acesso em 20 abr. 2016.

SILVA, Paloma Ferreira Coelho. A inconfidência revisitada: Antônio Parreiras e a jornada dos mártires. *Revista Tempo de Conquista*. Disponível em: <<http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC3/PALOMASILVA.pdf>>. Acesso em 30 maio. 2016.

STUMPF, L. *A Terceira margem do rio: mercado e sujeitos na pintura de história de Antônio Parreiras*. 2014. Dissertação (Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

MODESTO BROCOS E A CRIAÇÃO DOS “TIPOS NACIONAIS”: A REPRESENTAÇÃO DE A MANDINGA E SEU CONTEXTO HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Laíza de Oliveira Rodrigues

Thiago Ernando Leite de Jesus¹

Resumo:

Este artigo, onde analisamos a obra de 1895: "A Mandinga", de Modesto Brocos, foi feito para o curso "Tópicos da História da Arte e da Cultura I", ministrado pela professora Dra. Maraliz de Castro Vieira Christo. O estudo destaca a técnica aplicada na obra e o contexto social que a envolvia no final do século XIX, além de observar as influências do pintor e refletir acerca de como ele estrutura o quadro.

Palavras-chave: Modesto Brocos, A Mandinga, orientalismo, religião.

MODESTO BROCOS AND THE CREATION OF THE "NATIONAL TYPES": THE REPRESENTATION OF A MANDINGA AND ITS HISTORICAL CONTEXT IN THE LATE 19TH CENTURY

Abstract:

This article, where we analyze the work of 1895: "The Mandinga", by Modesto Brocos, was made for the course "Topics of the History of Art and Culture I", taught by the teacher Dr. Maraliz de Castro Vieira Christo. The study highlights the technique applied in the work and the social context that involved it in the late nineteenth century, in addition to observing the painter's influences and reflecting on how he structures the painting.

Keywords: Modesto Brocos, A Mandinga, orientalism, religion.

¹Ambos graduandos em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

A Obra:



Imagem 1: Modesto Brocos, *A Mandinga*. Óleo sobre tela, 45 x 34 cm. Quadro pertence a coleção particular. Reprodução fotográfica de Vicente de Mello. Fonte Itaú Cultural.

Neste artigo, procuramos analisar a obra de Modesto Brocos, intitulada *A Mandinga*, produzida no final do século XIX – que também pode ser identificada com os nomes *Cena de Macumba* e *Feiticeira*. O quadro em questão foi apresentado na Exposição Geral de Belas Artes de 1895 e se constitui como um trabalho que possui nítidas influências do realismo e naturalismo, estilos reconhecidos no âmbito acadêmico da época. É um trabalho em óleo sobre tela, tendo as proporções 45 x 34 cm, que se encontra atualmente em coleção particular.

Sua composição possui como personagem principal uma negra já em idade avançada, que interage com uma serpente ao ser observada por outra mulher – possivelmente uma mulata. A abordagem utilizada pelo autor deixa explícito o caráter da obra, que remete à religiosidade africana através da presença de patuás, amuletos e folhas de arruda, junto de objetos como tecidos grosseiros, cestas de palha e outros elementos, situados em um ambiente rústico, parecendo um lugar fechado ou possivelmente um beco. Entre a pouca luminosidade do ambiente, a senhora negra, sentada ao chão

com os pés expostos, interage com uma serpente segurando uma folha de arruda, demonstrando um semblante pensativo e intrigado, como alguém que espera resposta ou algum entendimento sobre determinado assunto. No mesmo recinto, a outra mulher recostada sobre uma mesa observa a Mandingueira, numa inclinação que parece corresponder a alguém aguardando um resultado ou que apenas se situa como assistente, levando o espectador a refletir sobre o que se passa nessa determinada situação.

Em um jornal da época encontramos referências sobre a Exposição Geral de Belas Artes do ano de 1895, na qual Modesto Brocos conquista a medalha de ouro por sua obra *A Redenção de Cã*, e expõe em conjunto o quadro *A Mandinga*, identificado como *Feiticeira*.

O Sr. Modesto Brocos, professor da Escola Nacional de Belas Artes, expõe dez quadros. O Sr. Brocos é incontestavelmente um artista de verdadeiro talento, bom desenhista e que tem largueza na sua maneira de pintar. Ultimamente tem feito especialidade no estudo feliz de tipos da raça negra, como bem o demonstra a quase totalidade dos seus trabalhos expostos. [...] Dos outros quadros do Sr. Brocos, os que mais gostamos são: a “Feiticeira”, harmonioso e de tonalidade baixa, mas em que se nota moleza em certos contornos; “NOTAS SOBRE ARTE”. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 7 set. 1895, p.2.

Modesto Brocos e os “tipos nacionais”:

Para compreender e analisar mais precisamente o quadro *A Mandinga* é importante contextualizá-lo em seu período de produção, observando a trajetória artística construída pelo pintor Modesto Brocos e como ela dialoga com a obra aqui estudada. Além disso, explorar informações a respeito da vida do pintor, em conjunto com uma análise da cultura e pensamentos do período contribui para uma melhor compreensão de sua formação ideológica, auxiliando no entendimento de suas intenções no momento da elaboração do quadro.

Modesto Brocos nasceu em 1852, em uma família de artistas com carreira já estabelecida na Espanha, embora tenha vivido grande parte da sua vida em outros países da Europa e no Brasil, aonde chegou pela primeira vez em 1872. Aos 20 anos já trabalhava como gravurista experiente e correspondente de revistas, sendo que em 1875 se tornou aluno livre de Victor Meirelles e Zeferino da Costa, na Academia Imperial de Belas Artes. Neste momento, a geração de artistas associados à Academia, muito influenciados também pela composição de Meirelles, propiciava a produção de temas como narrativas bíblicas e a estruturação de tipos locais, privilegiando a exploração de nuances

e tonalidades de peles típicas do cenário brasileiro, que posteriormente se constituíam como características singulares no trabalho de Brocos.

Em 1877, o artista retorna à Europa e passa a freqüentar algumas das principais Academias e ateliês de Paris, Roma e principalmente de Madri, se aproximando de importantes artistas do período. É importante salientar que nesse momento acontecia uma grande mudança nas instâncias artísticas, influenciadas pelas transformações sociais da época, que em muitos momentos incorporaram a concepção de progresso científico vivenciada, trazendo também reflexões sobre as diferenças sociais – questões postas no realismo, naturalismo e orientalismo, por exemplo, estilos muito em voga no final do século. Neste âmbito, a pintura realista se consolidava como uma linguagem de veracidade frente à realidade do povo, assumindo um caráter profundamente ideológico, que marcou a produção artística na Espanha do período, constituindo-se de um estilo voltado à valorização do local em contraposição ao estilo de vida nas capitais (LOTIERZO, 2013: 6) – motivação que podemos perceber na formação de Modesto Brocos, manifestando-se em suas pinturas após seu retorno ao Brasil, em 1891.

Já em 1892 Brocos assume o cargo de professor de modelo vivo na Escola Nacional de Belas Artes, onde atuou até 1896. Nesse período, o âmbito artístico brasileiro vivenciava uma mudança estrutural frente ao novo anseio proposto após a instauração da República, que buscava a delimitação de um estilo nacional, privilegiando a construção de personagens e tipos característicos do cenário brasileiro, em detrimento do modelo vigente no período Imperial. Desta forma, Modesto Brocos se destacou na conjuntura artística brasileira com a temática dos chamados “tipos nacionais”, ficando conhecido no período como “arauto da arte nacional”². Observando o conjunto de sua produção acadêmica, notamos a preferência pela abordagem de temas voltados a relações de trabalho, tendo como principais personagens negros, dos quais destaca-se a representação feminina, como podemos observar em *Engenho de Mandioca*, *Descascando goiabas* e *Paisagem com Lavadeiras*, estruturando um perfil de sujeitos nacionais muito diferente do modelo pictórico da arte convencional do século XIX, marcada por reproduções da elite brasileira e pinturas históricas. (CARDOSO, 2008: 105).

² Termo utilizado por Tatiana Lotierzo em “Racismo e pintura no Brasil: notas para uma discussão sobre cor, a partir da tela *A redenção de Cam*”.



Imagem 2: Modesto Brocos, *Engenho de Mandioca*, 1892. Óleo sobre tela, 58 x 76 cm. Museu Nacional de Belas Artes-RJ Fonte: Itaú Cultural.

Cabe destacar que nesse ambiente vivenciado no Brasil Republicano, a representação de personagens negras na pintura não se constituía como projeto de muitos artistas que também se voltam à temática dos tipos locais, fato evidenciado também pelas dificuldades atribuídas na adequação de tons à pele escura. No trabalho construído por Almeida Júnior, por exemplo – um importante pintor brasileiro que também se voltou à representação desses tipos –, podemos notar temas de caipiras e caboclos em maior evidência, diferentemente do motivo que Brocos constrói em sua produção. Além disso, podemos destacar que muitas das obras nas quais o personagem negro se evidencia possuem o tema do trabalho como estrutura principal, como podemos perceber em *Monjolo*, de Antonio Ferrigno (1895) e até nas próprias produções de Modesto Brocos, o que nos leva a sublinhar o aspecto diferencial que encontramos no quadro *A Mandinga* em relação a própria produção do pintor.

Contexto histórico e artístico do Oitocentos:

O contexto europeu do século XIX, como vimos, foi marcado por diversas linhas de pensamento, como o positivismo e o darwinismo social, que sinalizavam uma posta superioridade européia e de seus métodos científicos racionais em relação a outras culturas, um “racismo

pseudocientífico”³, que fundamenta a ideologia eurocêntrica. Essa mentalidade influenciou significativamente o espaço da arte ocidental, que fundamentada pelo imaginário construído pelas relações coloniais – entendendo estruturas evolutivas entre diferentes etnias, marcadas pela contraposição entre “branco” e “preto” – aplicavam à construção pictórica estudos e novos códigos de cor para a representação da pele de diferentes povos, num movimento evidente de opor hierarquicamente o protagonista europeu e branco a personagens colonizados, considerados bárbaros (LOTIERZO, 2013: 187).

Ademais, faz-se importante destacar que no Oitocentos, a relação explorada artisticamente entre raça, cor e gênero ganha fôlego com a pintura orientalista que se desenvolve com a colonização francesa no norte da África, privilegiando a representação de povos do oriente, considerados à margem da civilização e dotados de excentricidade. Nessa perspectiva, destacamos nessas construções o exercício simbólico das relações de gênero e a articulação das fantasias do homem europeu em relação ao colonizado, coma presença de haréns e de personagens majoritariamente femininas, como pontua a antropóloga social Tatiana Lotierzo⁴.

Para agregar ao nosso estudo, consideramos relevante destacar que a presença de figuras femininas negras são apresentadas nessa vertente artística como contraposições ao modelo ideal, sinalizado pelas mulheres de pele clara. Assim, as mulheres negras no orientalismo são descritas com aparência grosseiras, formas pejorativas e de sexualidade patológica – estruturadas por grandes nádegas e aproximadas do perfil de Sara Baartman –, sendo muitas vezes exibidas desempenhando papéis de serviçais. Essas figuras foram exploradas por pintores como Delacroix, Edouard Debat-Ponsan, Jean-Léon Gérôme, entre outros importantes nomes artísticos do final do século XIX (LOTIERZO, 2013: p.198-208), alguns dos quais influenciaram nitidamente nos trabalhos de Modesto Brocos, como veremos adiante.

³ Rafael Cardoso utiliza esse termo para tratar da questão do ideário de branqueamento da população brasileira presente no quadro “A Redenção de Cã”, de Modesto Brocos, que evidencia a ideologia do darwinismo social, estabelecendo etapas de evolução entre as diferentes etnias.

⁴Tatiana Lotierzo desenvolve em seu estudo “Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos”, o contexto de relações entre o europeu e o colonizado.

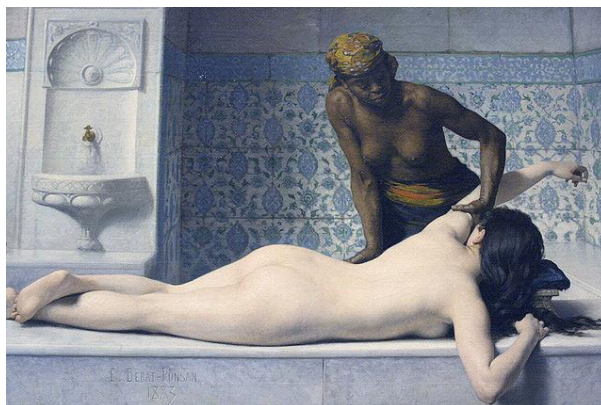


Imagem 4: Edouard Debat-Ponsan. Le massage au Hamman (1883). Óleo sobre tela, 127cm x 150 cm. Toulouse: Musée des Augustins.



Imagem 3: Théodore Chassériau. Interior Oriental (1850-52). Óleo sobre tela, 46cm x 38. Coleção privada.

Tomando como base essas informações, acreditamos ser de relevância ao estudo compreender a situação da mulher negra no Brasil para que essa análise nos auxilie a conjugar o imaginário ideológico nacional e seus reflexos nas produções acadêmicas do período. Desta forma, é válido destacar que a mulher negra durante a escravidão sofreu de diferentes formas a dominação, pois, além da violência física que caracterizava o regime escravista, somava-se no contexto a dominação masculina, marcada pelas relações de gênero. O patriarcalismo instaurado no Brasil atribuía papéis sociais: aos homens era concedida autoridade máxima como pai e marido e à suas esposas cabia a

atuação no espaço doméstico, zelar por uma conduta moral e sexual e o dever de prover herdeiros para o patriarca. Nesse espaço, à escrava negra eram atribuídas funções de trabalho manual e doméstico, além da satisfação sexual dos senhores. Nesse sentido, a sexualidade da mulher negra não era negada e sim exaltada. Ser negra, mulher e escrava em um corpo social marcado pelo preconceito, sexismo e opressão significava reunir todos os componentes favoráveis à exploração, tanto econômica quanto sexual (SILVA, 2010: 3).

Como destacamos anteriormente, no Brasil do Oitocentos é escassa a aparição pictórica de mulheres negras nos trabalhos de destaque do ambiente acadêmico, servindo como exemplo à exceção obras como *Negra*, de Almeida Júnior (1850-1899), *Mulata Quitandeira*, de Antonio Ferrigno (1863-1940) e *Feiticeira*, de Antônio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896). No entanto, nota-se um distanciamento entre a proposta européia de representação da figura feminina negra, em relação ao modelo brasileiro.⁵Em conjunto, salientamos a significativa influência dos preceitos europeus na formação conceitual do meio social nacional pelo neocolonialismo e a nítida presença desses valores no desenvolvimento de pintores brasileiros já mencionados, que tinham a Europa como pilar de aprendizado artístico. A exemplo dessa interferência, destacamos o próprio pintor Modesto Brocos, que em seu quadro “A Redenção de Cã”, propõe um ideário de embranquecimento da população brasileira, e que em seu livro “Viaje a Marte” (LOTIERZO, 2014), destaca diversas passagens de caráter eugênico, mostrando que em longa proporção temporal, dentro da narrativa fictícia, a população mestiça brasileira poderia vir a se tornar branca.

⁵Em seu estudo “Raça, gênero e projeto branqueador : "a redenção de Cam", de Modesto Brocos”, Tatiana H. P. Lotierzo evoca proposta do historiador Albert Boime, e nos instiga a refletir sobre como essas abordagens pictóricas nacionais poderiam, de alguma forma, responder ao problema da integração do negro à ordem livre, sendo, em sua maioria, composições que abordam o tema do trabalho como forma de incorporação social. Assim, essas propostas tratavam-se de demarcações das divisões sociais pautadas em estruturas hierárquicas.



Imagem 5: Antonio Ferrigno, *Mulata Quitandeira*, 1900. Óleo sobre tela, 181 x 126 cm . Pinacoteca do Estado de São



Imagem 6: Modesto Brocos, *Creoula de Diamantina*. 37.00 cm x 27.50 cm. Coleção

O papel referencial de algumas obras européias nas inclinações de Brocos fica nítido em alguns quadros como *Crioula de Diamantina* e *Engenho de Mandioca*, produções estruturadas em períodos próximos. Ao estudar a obra *A Mandinga*, foco de nosso estudo, podemos notar que em alguns aspectos sua estética dialoga diretamente com o modelo da pintura orientalista, pela presença e combinação de tons vibrantes, como o das penas coloridas sobre a mesa, o contraste dos tons de pele, o vermelho forte do xale que cobre grande parte do corpo da protagonista e o turbante amarelo utilizado por ela, também presente no quadro de 1834, *Mulheres de Argel*, de Delacroix⁶. Junto a isso, o fato da mulher recostada sobre a mesa ser estruturada por cores mais discretas pode significar a intenção de Modesto Brocos de desassociá-las e assim, destacar a presença da mandingueira com os pés descalços, sentada ao chão e utilizando de peças associadas à cultura africana, evidenciando uma alusão à terra e as cores quentes, outra forte característica presente no orientalismo.

Ademais, a representação da mulher sentada no chão é recorrente na produção de Brocos, havendo semelhanças deste aspecto em muitas outras obras além da aqui estudada, como em *Engenho de Mandioca*, *Descascando Goiabas* e *Paisagem com Lavadeiras*, vistas anteriormente. A formulação do tipo físico, associado à postura curvada e ao modo de sentar sobre os pés, conversa

⁶ Particularidade do turbante amarelo destacada por Tatiana Lotierzo em seu estudo “Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos”.

com o modelo neoclássico de equilíbrio podendo ter como intenção a transmissão da ideia de uma mulher sábia e reflexiva ou aproximá-la do primitivismo, além de exibir as condições de vida desse grupo.

A escolha pela representação de uma sacerdotisa de religiões de vínculo africano também merece destaque, visto que essa figura foi pouco explorada nas construções artísticas no período. Com maior frequência podemos encontrar pinturas voltadas à codificação de baianas, formuladas como negras de tabuleiro ou de ganho, vendedoras de frutas, ervas e acarajés, desenhadas comumente com corpos robustos e seios fartos. No caso da obra de Modesto Brocos percebemos o foco central na característica religiosa da protagonista, conhecida como macumbeira e mãe de santo que, entretanto, não utiliza de forma excessiva objetos ligados à religiosidade, visto que estes se encontram sobre a mesa ao seu lado, dando à obra uma representação mais realista.

Analizando o quadro *A Mandinga*, podemos indagar a respeito da maneira como se davam as representações das religiões afro-brasileiras, buscando compreender o olhar de Brocos frente a esse tema. Sendo assim, nos questionamos se a imagem estruturada no quadro da personagem mandingueira – também conhecida na época como “curandeira” ou “feiticeira” –, poderia ser uma reprodução próxima ao que Modesto Brocos encontraria nas ruas do Rio de Janeiro no final do século XIX. Buscamos então compreender as relações entre as religiões de matriz africana e a sociedade brasileira no período.

A escravidão, como relação social de produção, determinava o lugar dos indivíduos que compunham a sociedade daquele período, dando aos escravos referenciais para sua socialização e localização no sistema: a condição de escravo e a ascendência africana, ou seja, o não pertencimento. A preservação da cultura negra pode ser considerada, assim, uma das mais importantes formas de resistência contra um sistema que violentava com castigos físicos e psicológicos e que no âmbito social estava carregado de conceitos dicotômicos de diferenciação⁷. De certa maneira, as religiões africanas no Brasil, como o candomblé, eram uma forma de resistência e luta, sendo importante salientar o aspecto diferencial da obra *A Mandinga* nesse contexto, por representar uma perspectiva marginal frente à ideologia cultural dominante.

⁷ A noção da utilização de contra conceitos e dicotomias nas sociedades pós-coloniais é melhor trabalhada no estudo intitulado “Os fantasmas da América Latina”, do sociólogo Aníbal Quijano.

As religiões e crenças africanas foram trazidas ao Brasil devido à diáspora forçada pelo processo de escravização e fincaram raízes profundas, constituindo elementos da identidade cultural brasileira. O sincretismo fez-se presente desde o momento em que o africano é arrancado de sua terra natal, já que a mistura de etnias era uma prática adotada para evitar rebeliões. Com a chegada dos africanos ao Brasil essa estratégia também é utilizada e evitava-se a formação de um mesmo grupo étnico numa fazenda ou nos arredores. Devido a presença de indivíduos vindos dos mais diferentes locais da África, essas crenças e práticas religiosas misturavam-se, dando origem a diversos rituais, lendas e divindades em diferentes lugares do país, como por exemplo o batuque no Sul, a umbanda no Sudeste e o candomblé em outras regiões. Além das diferentes religiões africanas se mesclarem no território brasileiro, traços culturais ameríndios e cristãos também foram assimilados, sintetizando práticas que atingiam diferentes camadas sociais. Alguns exemplos dessas práticas amplamente difundidas na sociedade brasileira no final do século XIX são o uso de amuletos e a busca por “curas mágicas”. Esses elementos estão presentes na obra de Brocos, exemplificados pelos patuás, colares, amuletos e outros objetos presentes em seu quadro.

As “curas mágicas” praticadas pelos “mandingueiros” e as bolsas de mandinga, produzidas pelos escravos, concorriam diretamente com outros métodos e saberes, como os remédios das farmácias coloniais, a aplicação de sangue sugas e outras terapias. Neste período, os amuletos de origem europeia se misturavam com as práticas africanas e ameríndias, e devido ao sincretismo com a religião católica, as bolsas foram usadas em larga escala na colônia, por pessoas das diversas camadas sociais, inclusive as elites. Elas representavam o vasto repertório de soluções alternativas (no caso das mandingas, práticas clandestinas) que pretendiam curar as doenças cotidianas dos habitantes da colônia. Apesar de combatidas pela Igreja e serem consideradas como elementos profanos, o uso de amuletos presos ao corpo ou à roupa era prática comum na Europa desde a Alta Idade Média, tendo sido adotado por Portugal e largamente difundido no Brasil, com auge na primeira metade do século XVIII.

Dito isso é importante ressaltar o papel da mulher negra enquanto líder religiosa. Na maioria das religiões é o homem que detém o poder religioso e no continente africano essa lógica permanece. Porém, com a vinda forçada de pessoas da África devido ao processo de escravização, essa lógica se inverte e a mulher passa a ter papel de destaque na hierarquia das religiões afro-brasileiras, em especial o candomblé. Cabe destacar o fato de que a mulher escrava e urbana detinha mais independência e possibilidade de ascensão social do que o homem, uma vez que essas formavam a

grande massa de escravos de ganho. Assim, o numero de mulheres que conseguiam a alforria e tornavam-se independentes, principalmente com o comercio de comidas, era significativo. A emancipação da mulher negra, africana ou nativa, contribuiu para o surgimento de grupos femininos que se tornaram tradição entre as casas de cultos baianas. Os terreiros se tornavam espaços da mulher por excelência, fazendo com que cargos exclusivamente masculinos, como de sacerdote adivinho de Ifá ou Fa, entrassem em declínio até praticamente sua extinção. Dessa forma, as mulheres reorganizaram práticas e hierarquias e passaram a dominar a adivinhação e outros rituais.

No final do século XIX, portanto, período pós-abolição, diversas casas de santos surgem no Rio de Janeiro, dirigidas por nomes ilustres, fato que pode ter influenciado Brocos na realização de seu quadro *A Mandinga* (CONDURU, 2010: 181). Nesse momento, as práticas religiosas são duramente perseguidas pela policia civil, que seguia o artigo 157 do Código Penal de 1890, que previa a punição para o “espiritismo, a magia e seus sortilégios”. Desta forma, constatamos o perfil de repressão e censura instaurado no Brasil referente a essas práticas religiosas que possuem relação com as matrizes africanas, assim, podemos reafirmar o pioneirismo de Modesto Brocos ao formular seu quadro, privilegiando um tema pouco explorado, dotado de polêmica, marginalização e preconceito.

Considerações finais:

Tivemos como objetivo nesse artigo reunir dados a respeito do quadro *A Mandinga*, estudando suas particularidades e símbolos, ao mesmo tempo em que buscamos compreender as influências, ideologias e relações sociais nas quais o pintor Modesto Brocos estava inserido. Diante disso, constatamos através desse estudo a situação vivenciada pelos grupos marginalizados representados no quadro, a mulher negra e as religiões afro-brasileiras, sendo que ao dialogar com essas duas temáticas Brocos fugia aos modelos de representação convencionais.

A situação vivenciada no quadro nos fez indagar a respeito de seu impacto social no contexto em que fora produzido, tornando necessária a reflexão acerca de alguns aspectos. Os valores simbólicos ligados à religiosidade apresentados pelo pintor aparecem de forma mais objetiva e realista do que os modelos desse tema antes produzidos, nos fazendo questionar a respeito do impacto que a obra pode ou não ter causado, considerando a situação de repressão e proibição jurídica das manifestações religiosas afrodescendentes. É possível que tenha havido o contato direto do pintor

com esse ritual? Ou essa representação é reflexo de algo costumeiro, embora reprimido na sociedade brasileira?

As dimensões de pequena escala da tela (45 x 34 cm) deixam claro que Brocos não tinha como objetivo final uma premiação, que geralmente se destinava a produções de maiores dimensões. No entanto, apesar dessas pequenas medidas o quadro parece incluir o espectador devido ao posicionamento das personagens, que indicam uma interação com quem as observa. Sendo assim, nos questionamos se essa sensação provocada pela obra fazia parte do objetivo de Brocos ao incluir quem vê a cena, mostrando com sutileza que não só a população pobre, mas também as elites participavam desse tipo de ritual. Por outro lado, os olhos baixos e a expressão pensativa da feiticeira de Modesto Brocos também podem indicar sua consciência em relação a condição de sua religião numa sociedade marcada pelo preconceito ou a visão de um futuro incerto para seu povo e sua crença.

Referências Bibliográficas:

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. *Algo além do moderno: a mulher negra na pintura brasileira no início do século XX*. 19&20, Rio de Janeiro, v.IV, n. 2, abr. 2009. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_maraliz.htm> Acessado em 23 Jul. 2016.

BERTOLOSSI, Leonardo Carvalho. *Corpo Fechado*, 2011. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/corpo-fechado>> Acessado em 23 Jul. 2016.

CONDURU, Roberto. *Mandinga, ciência e arte* – religiões afro-brasileiras em Modesto Brocos, Nina Rodrigues e João do Rio. In: *Oitocentos - Arte Brasileira do Império à República - Tomo 2.* / Organização Arthur Valle, Camila Dazzi. - Rio de Janeiro: EDUR-UFRRJ/DezenoveVinte, 2010. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/800/tomo2/files/800_t2_a44.pdf> Acessado em 24 Jul. 2016.

SILVEIRA, Renato. *Do Calundu ao Candomblé*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/do-calundu-ao-candomble>> Acessado em 26 Jul. 2016.

BERNARDO, Teresinha. O Candomblé e o Poder Feminino. *Revista de Estudos da Religião* Nº 2, 2005, pp. 1-21 Disponível em: <http://www.pucsp.br/rever/rv2_2005/p_bernardo.pdf> Acessado em 26 Jul. 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Arte, ciência e literatura no século XIX*. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/arte-ciencia-literatura-no-seculo-xix.htm>> Acessado em 26 Jul. 2016.

OLEQUES, Liane Carvalho. *Realismo na Pintura*. Disponível em:
<<http://www.infoescola.com/movimentos-artisticos/realismo-na-pintura>> Acessado em 24 Jul. 2016.

RAHME, Claudia. *Pintura Orientalista*. Disponível em:
<<http://www.gazetadebeirute.com/2013/04/pintura-orientalista.html>> Acessado em 26 Jul. 2016.

SANTOS, Nágila Oliveira. Do calundu colonial aos primeiros terreiros de candomblé no Brasil. *Revista África e Africanidades* - 2008 Disponível em:
<http://www.africaeffricanidades.com.br/documentos/Do_calundu_colonial_aos_primeiros_terreiros_de_candomble_no_Brasil.pdf> Acessado em 26 Jul. 2016.

SILVA, Maria da Penha. Mulheres Negras: Sua participação na sociedade escravista, *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

CONDURU, Roberto. Das casas às roças: comunidades de candomblé no Rio de Janeiro desde o fim do século XIX. *Topoi*, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 178-203. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00178.pdf>> Acessado em 26 Jul. 2016.

LOTIERZO, Tatiana Helena Pinto. *Contornos do (in)visível: A redenção de Cam, racismo e estética na pintura brasileira do último Oitocentos*. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Acessado em 24 Jul. 2016.

ARAUJO, Ariella. *A Mulher Negra no Pós-Abolição*, Revista da ABPN • v. 5, n. 9 • nov.–fev. 2013 • p. 22-36.

LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. *Raça, gênero e projeto branqueador: “A Redenção de Cã”, de Modesto Brocos*.

QUIJANO, Aníbal. Os fantasmas da América Latina. In: NOVAES, Adauto (org). *Oito visões da América Latina*. São Paulo: Senac, 2006. ‘p.49-85.

CAPEL, Heloisa Selma Fernandes. “*Artífice da tradição: Modesto Brocos Y Gomez (1852-1936) no debate sobre identidade nacional*”. Fenix dez. 2014. Disponível em:
<http://www.revistafenix.pro.br/PDF34/Artigo_Heloisa%20Selma%20Fernandes%20Capel.pdf> Acessado em 24 Jul. 2016.

CARDOSO, Rafael. “Modesto Brocos, Redenção de Cã”, In: *A arte brasileira em 25 quadros (1790-1930)*. Rio de Janeiro: Record, 2008, pp. 102-107.

LOTIERZO, Tatiana H. P. “Racismo e pintura no Brasil: notas para uma discussão sobre cor, a partir da tela *A redenção de Cam*”. 19&20, Rio de Janeiro, v.IX, n. 2, jul./dez.2014. Disponível em:
<http://www.dezenovevinte.net/obras/tl_redencao_cam.htm> Acessado em 24 Jul. 2016.

Fonte:

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 7 set. 1895, p.2.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRAJETÓRIA DO MURALISTA SACRO

ANTONIO NARDI NO BRASIL (1949-1965)

Dirceu Ferreira Barbuto¹

Resumo:

Durante os quinze anos de permanência no Brasil, o pintor e decorador italiano Antonio Maria Nardi (1897-1973) realiza uma série de trabalhos artísticos de toda espécie em templos católicos, incluindo pinturas murais, retábulos, quadros e vitrais. Apesar de extensa, sua obra mural religiosa continua em grande parte desconhecida. O presente artigo pretende analisar e delinear, de modo introdutório, a trajetória do artista Antonio Nardi em nosso país, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil. Utilizaremos como fontes imagens produzidas por Nardi em igrejas brasileiras, recortes de jornais da época, a *website* de Antonio Maria Nardi e textos acadêmicos que abordam o muralismo sacro no Brasil.

Palavras-chave: pintura mural religiosa; modernismo; arte sacra.

CONSIDÉRATIONS SUR LA TRAJECTOIRE DU SACRO MURALISTE

ANTONIO NARDI AU BRÉSIL (1949-1965)

Résumé:

Durant les quinze années de son séjour au Brésil, le peintre et décorateur italien Antonio Maria Nardi (1897-1973) réalise une série d'œuvres artistiques de toutes sortes dans les temples catholiques, dont des peintures murales, des retables, des peintures et des vitraux. Bien que vaste, son travail religieux mural reste largement inconnu. Cet article a pour but d'analyser et d'esquisser, d'une manière introductive, la trajectoire de l'artiste Antonio Nardi dans notre pays, en contribuant à l'Histoire du Sacré Muralisme au Brésil. Nous utiliserons comme sources des images produites par Nardi dans églises brésiliennes, des coupures de journaux de l'époque, le site web d'Antonio Maria Nardi et des textes académiques traitant du muralismo sacré au Brésil.

Mots-clés: peinture murale religieuse; le modernisme; art sacré.

¹ Bacharel em Direito (Instituto "Vianna Júnior"), Bacharel e Licenciado em História (UFJF), Especialização em História Econômica (UFJF). E-mail de contato: dirceubarbuto@bol.com.br

1. Introdução:

Antonio Maria Nardi (1897-1973) foi um pintor que se dedicou, principalmente, ao muralismo religioso, em templos católicos de cidades do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal e Rio Grande do Sul, entre os anos de 1949-1965. Período no qual a obra mural estava em evidência, refletida pelo Muralismo Mexicano. Época em que emerge uma renovada arte sacra, com a integração entre as várias técnicas e tendências da arte moderna em um espaço religioso.²

No Brasil, muitas comunidades se organizavam para dar às suas igrejas um aspecto mais acolhedor e receptivo, adequado com os objetivos da Ação Católica, movimento de cunho popular iniciado na década de 1930 e conduzido pelo clero, que buscava conferir mais poderes à Igreja.³

Em 1947, com a Carta encíclica *Liturgia Sacra* de Pio XII, sobre a inclusão de pinturas sacras nas igrejas, nos permite afirmar que, estas, objetivavam servir de estímulo para afluência e a permanência de fiéis em seu âmbito. Nosso país carecia de profissionais cujas técnicas fossem condizentes com os ideais e os modelos de fé professados pelo catolicismo. Durante o século XX é comum notarmos a presença de um contingente expressivo de imigrantes, trabalhando nas construções e decorações de igrejas brasileiras.

Procedente da Itália, Antonio Nardi estudou na Academia de Belas Artes da Universidade de Bolonha, da qual foi professor. Artista figurinista e com a adoção das formas geométricas essenciais do modernismo brasileiro, seus desenhos valorizam volumes e destacam o colorido.⁴

Em 1964, após 15 anos de intensa atividade artística no âmbito religioso no Brasil, é agraciado pelo Papa Paulo VI com a mais alta condecoração do Vaticano no campo das Artes, com o título de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Silvestro Papa. A condecoração lhe foi entregue pelo Cardeal Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara no Rio de Janeiro.⁵

Retorna à Itália em 1965 onde é eleito membro da Academia Clementina de Bolonha e além de realizar vitrais, dedica-se principalmente à pintura de naturezas-mortas e paisagens.⁶

² Citamos como exemplo os painéis realizados por Candido Portinari em 1943 na Igreja de São Francisco em Pampulha (MG) e os murais realizados por Henry Matisse na Capela do Rosário de Vence, na França.

³ Sobre os objetivos da Ação Católica no Brasil, ver: DALE, Frei Romeu. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

⁴ Dicionário Biográfico. Disponível em: [http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/). Consultado em: 11/08/2016.

⁵ Biografia. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>. Consultado em: 05/04/2015.

⁶ Idem

Embora Nardi tenha contribuído de forma significativa para a arte e cultura brasileiras, especificamente no campo da arte mural religiosa, encontramos poucas referências escritas publicadas a seu respeito e críticas escassas de suas obras. Apesar de extensa, sua obra continua em grande parte desconhecida. O presente artigo pretende analisar e delinear, de modo introdutório, a trajetória do artista italiano em nosso país, contribuindo para a História do Muralismo Sacro no Brasil.

Tabela 01 – Relação das obras de arte sacras de Antonio Nardi (Período Brasil)

RELAÇÃO DAS OBRAS DE ARTE SACRAS DE ANTONIO NARDI (BRASIL)		
ANO	OBRA	LOCAL
1950	Escultura sobre a entrada, 14 quadros Via Crucis, 3 vitrais	Capela da Casa de Saúde S. José, RJ
1950	2 pinturas murais	Igreja N.S. das Dores, RJ
1950	Quadro de S. J. Bosco	Capela do Colégio Pio XII, BH, MG
1950	2 Quadros	Igreja do Convento de S. Antônio, RJ
1952	7 pinturas murais, quadro Última Ceia	Igreja do Santíssimo Sacramento, RJ
1952	Vitral S. Antônio	Igreja N. S. Auxiliadora, Niterói - RJ
1953	Pinturas murais, 8 telas, estações Via Crucis	Igreja N.S. Perpétuo Socorro, RJ
1954	Monumento Padre J. de Anchieta	Praça da Sé, SP
1954	79 vitrais	Igreja N.S. de Fátima, RJ
1954	Desenhos abside, altares e portas de bronze	Igreja N.S. do Líbano, RJ
1956	Desenho da estátua de Henry Belletable	Igreja S. Afonso, RJ
1956	Pintura mural	Igreja N. S. da Glória, RJ
1956	8 pinturas murais, 33 vitrais	Santuário Nacional das Almas, Niterói-RJ
1957	2 pinturas murais	Capela do Seminário N. S. de Lourdes, MG
1957	Quadro de N.S. Medianeira	Faculdade P. Anchieta, SP
1957	Mosaico N.S. da Assunção	Capela da Nunciatura Apostólica, RJ
1958	21 pinturas murais, quadros Via Crucis	Igreja N.S. Aparecida, Pirajuí-SP
1958	Vitral de N.S. do Carmo e Santos	Igreja N.S. do Carmo, RJ
1961	Pintura mural	Seminário Salesiano, Brasília-DF
1961	22 vitrais	Igreja S. Maria Madalena, Nova Friburgo-RJ
1961	19 pinturas murais, 14 vitrais, mosaicos da fachada	Igreja N.S. do Rosário, Serra Negra-SP
1962	Pintura mural	Igreja S. Sebastião, Porto Ferreira-SP
1962	14 telas Via Crucis	Igreja N.S. da Luz, RJ

1962	1 pintura mural e 1 tela	Igreja S. Francisco Xavier, RJ
1964	8 vitrais	Capela do Colégio Espírito Santo, Bagé-RS
1964	14 Quadros Via Crucis e 1 tela	Igreja Sagrada Família, RJ
1965	16 vitrais	Igreja S. Judas Tadeu, RJ

Fonte: Cronologia da arte sacra. Disponível em: <http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>. Consultado em: 05/10/2017.

2. Notas de algumas obras de arte sacras realizadas por Nardi no Brasil:

Conforme a Tabela 01, a relação das obras de arte sacras produzidas por Nardi no Brasil impressiona pela dimensão e difusão pelas muitas igrejas de cidades da região Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Vale ressaltar que além de pinturas murais, Nardi produziu também quadros, retábulos e vitrais. Em entrevista concedida ao *Globo*, assim ele se expressa:

(...) são tantas as igrejas e batistérios que decorou que não lhe é fácil recordar quais e quantas, assegurando, porém, ter pintado mais de 50 no Rio, São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio. No Rio, disse que seu nome ficou ligado às igrejas de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e de São Francisco Xavier, suas obras mais conhecidas pelo público carioca, assim como o batistério da Matriz da Glória e os vitrais de São Judas Tadeu.⁷

A Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ) foi fundada em 13/05/1942. Apresenta arquitetura eclética, mesclando características de inspiração românica e bizantina e o seu interior é caracterizado pelas suas numerosas cúpulas e pela pintura e decoração de inspiração também bizantina realizada pelo artista Antonio Nardi. Segundo Eliane Antunes⁸, Nardi foi contratado em 1952 para executar a decoração interna da igreja, realizada em 4 etapas:

- 1) Cúpula – composta por uma representação da glorificação de Nossa Senhora e a Santíssima Trindade. No tambor foram representados os profetas Isaías e Jeremias, os reis Davi e Salomão e os quatro evangelistas (Mateus, Marcos, Lucas e João), além de arcanjos e anjos;

⁷ O *Globo*, 22 de dezembro de 1964. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019641222>>. Consultado em: 19/09/2016.

⁸ ANTUNES, Eliane. *Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Rio de Janeiro, RJ*. Disponível em: <<https://patrimonioespirtual.org/2017/09/06/igreja-de-nossa-senhora-do-perpetuo-socorro-rio-de-janeiro-rj/>>. Consultado em: 10/10/2017.



Figura 01: Cúpula da Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ)

Foto: Eliane Antunes

2) Nave e laterais superiores – apresentam oito telas que narram a origem histórica do milagroso quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro⁹ e dois painéis representando os símbolos da Ladainha Lauretana (os anjos apresentando o quadro de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro aos pobres, aflitos e aleijados que imploram a ajuda da Virgem Maria e os anjos com instrumentos musicais tocando e cantando “Salve, Rainha”);



Figura 02: Nave e laterais superiores da Matriz do Grajaú (RJ) Foto: Eliane Antunes

⁹ Escrevemos um texto sobre a origem histórica do milagroso quadro de N. Sra. do Perpétuo Socorro intitulado “Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – imagens de Antonio Nardi em uma igreja do Rio de Janeiro”, apresentado como Comunicação na XXXII Semana de História da UFJF em outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-UFJF1.pdf>>. Consultado em: 11/11/2017.

3) Via Sacra – cartoze quadros distribuídos nas laterais inferiores (concluída em 1958). Aqui evidenciadas as grandes inusuais dimensões desta Via Crucis, enriquecidas com inovações de forma (primeiros planos). Cada um dos murais, medindo dois metros e meio de lado e com 10 metros quadrados, ocupa as capelas laterais da igreja, num total de sete de cada lado;



Figura 03: Via Sacra (Estação I) Foto: Eliane Antunes

- 4) Pintura sobre o altar mor – apresenta Cristo rei ladeado por anjos estilizados e os quatros evangelistas, cada um representado pelo atributo que o distingue: São Lucas – touro, São João – águia, São Mateus – anjo e São Marcos – leão.



Figura 04: Altar mor da Matriz do Grajaú (RJ) Foto: Eliane Antunes

Em 1957, Nardi realiza a obra *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi* na capela do Seminário Nossa Senhora de Lourdes, na cidade mineira de Eugenópolis (Zona da Mata). Registro peculiar do

artista pelos seus traços marcantes de cores vibrantes marcando o ocre, o vermelho, o azul e semitons. Nota-se na obra citada, aspectos cubistas e abstratos em suas formas em meio a recursos da pintura tradicional, criando um painel eclético com figuras geométricas e forma tridimensional (SILVA, 2013).



Figura 05 - 1957, Antonio Nardi, *Dipinti Murali Madonna, Gesù e Santi*, óleo s/alvenaria.
Capela do Seminário de Eugenópolis (MG). Foto: Liliana Medina

A obra é composta por dois painéis: o painel da frente é denominado de *Gesù e Santi* e mede 7 metros de altura por 9 metros de largura. A figura de Jesus está situada no centro do painel. Do lado esquerdo estão São Miguel Arcanjo, São Paulo, Santo Agostinho e Santa Mônica; do lado direito estão São José, São Pedro, São João e Santa Teresinha. O painel de fundo é denominado de *Madonna* e mede 3 metros de altura por 5 metros de largura. A figura de Nossa Senhora de Lourdes está no centro ao lado de dois seminaristas da Congregação dos Agostinianos da Assunção, conhecidos também como assuncionistas (SILVA, 2013).

Observamos aqui que Nardi utilizou-se da mesma figura de Jesus na capela do Seminário N. Sra. de Lourdes em Eugenópolis (MG) e no altar mor da Igreja de N. Sra. do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ). Até o presente momento de nossa pesquisa, caso raro na obra pictórica do artista.



Figura 06 - Detalhe do painel Madonna mostrando o volume da técnica do artista. Foto: Liliana Medina

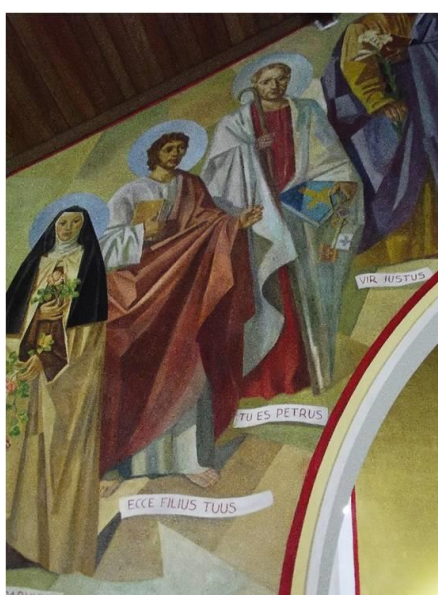


Figura 07 - Parte parcial do painel do lado direito, mostrando o efeito tridimensional utilizado pelo artista Foto: Liliana Medina

Em 1956, Nardi executa na Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Serra Negra (SP), pinturas murais no teto da igreja, mosaicos da fachada (obra única no gênero do artista) e vitrais.¹⁰

¹⁰ Disponível em: <<http://mosaicodobrasil.tripod.com/id35.html>>. Consultado em: 12/10/2017.



Figura 08- Timpano da Igreja Matriz de Serra Negra (SP) Foto: Gougou



Figura 09- Mosaicos na fachada da Matriz de Serra Negra (SP) Foto: Gougou

E por fim, destacamos as obras de Nardi na Igreja de Nossa Senhora Aparecida em Pirajuí (SP), em 1958, que incluem 21 murais e 14 painéis. As cenas bíblicas representadas pelo artista impressionam pela perfeição dos traços das formas humanas e a cores vibrantes, características marcantes na obra do artista. Além das imponentes figuras de Cristo e seu Pai localizadas frente ao altar mor, Nardi retrata em sua arte figuras bíblicas no alto da construção, assim como virtudes como Fé, Fortaleza e Pureza.¹¹

¹¹ Disponível em: < <http://homembenigno.com.br/2015/04/22/as-magnificas-pinturas-da-igreja-aparecida-em-pirajui/> > Consultado em: 11/10/2017.



Figura 10 – Pinturas no altar mor da Igreja de N. Sra. Aparecida (SP) Foto: Marcelo



Figura 11- Imagens de Nardi na Igreja de N. Sra. Aparecida (SP) Foto: Marcelo

3. Considerações finais:

Pelo desdobramento de nosso estudo e pelas imagens apresentadas no texto, entendemos que Antonio Nardi não fez uma ruptura formal¹², seguiu com o academismo religioso tradicional em sua arte. Ele destaca a adoção do modernismo brasileiro por meio das formas geométricas retangulares e triangulares, no aspecto de profundidade e no colorido expressivo, características presentes na sua obra mural religiosa realizada em nosso país. Artista com sólida formação acadêmica e profissional, tinha amplo domínio da sua técnica e alcançou os objetivos de comunicação visual propostos pela Igreja no Brasil, através do desenvolvimento de seus harmoniosos trabalhos artísticos.

¹² Destacamos a obra do muraalista sacro moderno Emeric Marcier (1916-1990), artista de origem romena naturalizado brasileiro, que passou maior parte da sua vida no Rio de Janeiro e na cidade mineira de Barbacena (Zona da Mata).

Fonte:

O Globo, 22 de dezembro de 1964. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=196019641222>>. Acesso: 19/09/2016.

Referências:

ANTUNES, Eliane. *Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro – Rio de Janeiro, RJ*. Disponível em: <<https://patrimonioespirtual.org/2017/09/06/igreja-de-nossa-senhora-do-perpetuo-socorro-rio-de-janeiro-rj/>>. Acesso: 10/10/2017.

DALE, Frei Romeu. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

NARDI, Andrea Fausto. *Relatório da decoração total da Igreja N. Sra. do Perpétuo Socorro do Grajaú (RJ)*. Roma, 2004.

SILVA, Liliana Medina da. *Relatório de Conservação e Restauro da Capela do Seminário de Eugenópolis (MG)*. Empresa Castor Conservação e Restauro, Itaperuna (RJ), 2013.

Sites pesquisados:

<http://www.antoniomarianardi.it/cronologia.htm>

[http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_\(Dizionario-Biografico\)/](http://www.treccani.it/enciclopedia/antonio-maria-nardi_(Dizionario-Biografico)/)

<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22439/antonio-maria-nardi>

<http://mosaicodobrasil.tripod.com/id35.html>

A CAPELA DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS E OS SEUS EVANGELISTAS: ANÁLISE ICONOGRÁFICA DO TETRAMORFO REPRESENTADO EM SEU INTERIOR

Aline Medeiros de Vasconcellos¹

Maciel Antonio Silveira Fonseca²

Resumo:

Este trabalho tem por objeto uma breve apresentação da Capela de Santa Terezinha do Menino Jesus, situada em Juiz de Fora. A singela edificação desempenhou importante papel não somente dentre o grupo militar que se instalou na região e pediu a ereção do templo, como também para crescente comunidade local. A capela foi ornada com pinturas parietais que se estenderam por todo o seu interior. Tamanho o requinte, foram contratados dois dentre os principais pintores da cidade e região para a execução do trabalho: César Turatti e Carlos Gonçalves, ambos dotados com premiações de medalhas em exposições e membros da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras. Este trabalho se debruça na análise da composição artística empregada no interior da capela, analisando as obras em comparação com outras congêneres no espaço-tempo.

Palavras-chave: Iconografia. Iconologia. Pintura Parietal. Capela. Santa Terezinha.

SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS CHAPEL AND HIS EVANGELISTS: ICONOGRAPHIC ANALYSIS OF THE TETRAMORFO REPRESENTED INSIDE

Abstract:

This work has as its object a brief presentation of the Chapel of Santa Terezinha do Menino Jesus, located in Juiz de Fora. The simple building played an important role not only among the military group that settled in the region and asked for the erection of the temple, but also for a growing local community. The chapel was decorated with parietal paintings that extended throughout its interior. Two of the main painters of the city and region were hired to perform the work: César Turatti and Carlos Gonçalves, both endowed with medals at exhibitions and members of the Fine Arts Society Antônio Parreiras. This work focuses on the analysis of the artistic composition used inside the chapel, analyzing the works in comparison with other similar ones in space-time.

Keywords: Iconography. Iconology. Parietal painting. Chapel. Santa Terezinha.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: aline.bmed@gmail.com

² Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: maciel.s.fonseca@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O presente trabalho tem por escopo a análise da capela de Santa Terezinha do Menino Jesus³, de Juiz de Fora. Outrora importante símbolo da fé cristã dos moradores locais, a capela atualmente enfrenta uma série de dificuldades em sua estrutura: fendas são abertas em suas arestas devido à rachaduras provenientes da má conservação; janelas com vidros estilhaçados exprimem a ignorância e a intolerância humana ante a crença do outro; infiltrações, sujidades dejetos de animais exprimem um ar de abandono no local; por fim, pinturas parietais executadas por grandes expoentes das artes plásticas do primeiro quartel do século XX em Juiz de Fora têm suas composições turvas e descascadas, que aos poucos ruma em direção ao seu fim iminente. A capela, bem como as suas pinturas parietais, foi executada e finalizada no ano de 1927.

A título de registro de existência do bem, que foi tombado como patrimônio histórico-cultural a nível municipal em 06 de agosto de 1999, através do Decreto nº 6.501, tendo como objetos de proteção legal inscritos no Livro do Tombo apenas a sua volumetria construtiva e suas fachadas, pretendemos registrar por meio desta produção alguma das composições artísticas de seu interior. Embora não tenhamos interesse de esgotar aqui as possibilidades de se trabalhar com este objeto específico, acreditamos contribuir para trabalhos posteriores que objetivem o tratamento da referida capela, das tipologias empregadas na arte executada ou sobre a trajetória dos artistas que contribuíram com suas obras para que o imóvel destinado à devoção dos militares e da população adjacente pudesse projetar a fé de seus fiéis através da arte.

Mais do que meramente uma edificação, a capela de Santa Terezinha representou e representa a memória da comunidade que se desenvolveu em seu entorno. Ainda hoje, conversando com alguns moradores locais atrelados à fé e à tradição mantida na pequena capela, percebemos que há um interesse em manter as atividades do estabelecimento religioso, mas que, contudo, lhes são furtados por se tratar de um bem pertencente ao Estado. Em vista desta situação, gradativamente, os anos passam e esta memória vem se tornando dispersa devido ao falecimento das pessoas que construíram ou tiveram contato com o processo de consolidação da relação estabelecida entre o edifício e a cultura local. Medidas devem ser propostas para reavivar as tradições destes grupos, que são legadas ao ocaso das novas gerações de moradores.

³ Optamos por manter a grafia com "z" pois toda a documentação que faz menção à santa, à Capela e ao Bairro que recebeu o seu nome, é grafada com a referida letra.

Focaremos este presente estudo na análise da obra executada por César Turatti, no teto da capela, representando a figura de Santa Terezinha sendo levada aos céus. Paralelamente, trabalharemos outras obras pictóricas que possam estar presentes no interior da capela.

A CAPELA DE SANTA TEREZINHA DO MENINO JESUS, DE JUIZ DE FORA:

Com base nas trocas de correspondências feitas pelo Estado, na figura do coronel João Franco do Couto à Igreja, na figura do padre Vicente Zeÿ, percebemos que a ideia de se construir uma capela sob a invocação de Santa Terezinha do Menino Jesus se deu a partir de janeiro de 1927. Segundo uma dessas cartas, a Polícia Militar havia instaurado uma Comissão organizadora para a ereção da capela (FONTES, 1927-A). Após prévia aprovação da Comissão, encaminhou-se ao clero da recém-criada diocese de Juiz de Fora para que fosse feita uma apreciação da proposta.

A Capela de Santa Terezinha, então, começou a ser construída nos meses subsequentes ao mês de Janeiro de 1927, tendo sido solicitada a celebração de uma missa antes mesmo da conclusão do templo. Percebemos isso quando outra documentação remetida pelo padre Vicente Zeÿ ao Bispo de Juiz de Fora, Dom Justino José de Sant'Ana, pedia para que houvesse uma celebração na capela e também pedindo para que a imagem da santa orago fosse benta, conforme atesta a carta do militar (FONTES, 1927-B):

O Exmo. Sr. Cel. João Franco do Couto, Comandante do 2º Batalhão da Força Pública deste Estado e Presidente da Comissão, incumbida de erigir uma capela na Praça do Cruzeiro dos Militares, na Tapera, sob a invocação de Santa Terezinha do Menino Jesus, desejando que a imagem de Santa Terezinha seja benta no dia 23 do corrente na Igreja da Glória em seguida levada em procissão para a referida Capela que pertence ao Curato da Glória, em cujo perímetro está situada, pede a V. Excia. Rma. a aprovação e devida licença de realizar os referidos atos religiosos. Outrossim pede V. Excia. Rma., licença que seja celebrada no dia 24 do corrente uma missa na dita Capela, apesar de ainda não estarem concluídas as obras, nem estar benta a Capela, nem satisfeito às condições e formalidades do Direito Canônico e as prescrições da Pastoral Coletiva.

As respostas às solicitações foram prontamente respondidas de forma positiva, iniciando os ritos de pompa para que se oficializasse a atribuição da santa protetora à Capela. Percebemos, ainda, que na carta há um fator interessante que se destaca nas informações foi a menção que o coronel fez às diretrizes do Código Canônico e a Pastoral Coletiva. Estes dois estatutos que estruturava diretrizes

para as normas da Igreja Católica eram documentos recentes, respectivamente promulgados em 1917 e 1915 (MARCHI, 2016: 08-11). Isso mostra, embora se tratasse de uma edificação do Estado, erguida por um funcionário do Estado e voltada aos interesses do Estado, ainda respeitava os cânones impostos pela Igreja, uma vez que a finalidade daquele templo seria voltada à prática religiosa. Portanto, há de se perceber que o poder eclesiástico, embora oficialmente destituído do poder temporal, ainda se mantinha forte em instituições estatais.

Para situarmos a capela, a mesma encontra-se nas dependências da sede do Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais, e sua construção foi requisitada pelo então Tenente Coronel João Franco de Couto. Sua posição de construção se deu no alto do morro, localizado na Praça do Cruzeiro dos Militares, nos fundos do complexo militar. O território, então chamado "Tapera", pertencia à Paróquia da de Nossa Senhora da Glória, cujo regimento paroquial ficou a cargo dos padres Redentoristas, que em sua grande maioria, eram holandeses (AZZI, 140-154).

A inauguração oficial da Capela foi no dia 02 de outubro de 1927, no dia seguinte à comemoração oficial de Santa Terezinha. Importante salientar o interesse em específico dos militares por esta santa, uma vez que aos militares temos outras figuras de também mártires militares, como Santo Expedito e São Jorge (MEGALE, 2004: 102-103, 140-142). Há também as figuras de Nossa Senhora do Loreto - Aeronáutica (MEGALE, 1986: 204-205), Nossa Senhora da Conceição - Exército (IDEM: 116-118) e Nossa Senhora da Boa Viagem - Marinha (IDEM, 63-65). Todas essas invocações de Nossa Senhora ou os demais Santos são atribuídas em obras de hagiografia como comuns aos militares. Levando em consideração que a jovem santa havia sido canonizada em maio de 1925, percebemos que houve um período com menos de dois anos para que tivesse construído um templo de culto à santa francesa.

A arquiteta Marina Cezar, que apresentou como trabalho de conclusão do curso pela Universidade Federal de Juiz de Fora (CEZAR, 2013), contextualiza esse momento da incorporação da devoção à Santa Terezinha em Juiz de Fora como uma possível tentativa de instituir o primeiro templo de culto à santa. Fato é que no mesmo ano de 1927, no mês de Julho, foi inaugurada a Basílica de Santa Teresinha, no Rio de Janeiro. Ficou, então, instituído o primeiro templo de devoção à essa religiosa nas Américas (FONTES, s/d). A Capela de Juiz de Fora foi inaugurada em 2 de outubro de 1927, sendo a segunda.



Imagem 1 - Fachada diagonal esquerda da Capela de Santa Terezinha. **Fotografia:** Aline Vasconcellos. Agosto de 2015.

A implantação da capela se deu em um local de elevação geográfica, seguindo os padrões das edificações católicas nos países com influências lusófonas. Sua posição, no contexto de sua edificação, privilegiava a vista dos transeuntes, que ao longe avistavam a sua torre. Atualmente, sua visibilidade foi suprimida pela expansão populacional do bairro e as inúmeras edificações adjacentes.

A fachada do templo mantém um aspecto simplório, sem muito detalhamento. Possui paredes vazadas, com as janelas. Possui uma torre, um alpendre e um sino. Sua entrada é ladeada por gradil, impedindo o livre acesso ao edifício religioso. Sua principal riqueza visual se encontra nos detalhes de seu interior. Ornamentado com obras de Carlos Gonçalves e César Turatti, a Capela de Santa Terezinha não só representa um espaço devocional, como também é um registro vivo da obra e da trajetória desses artistas.

Juiz de Fora, no início do século XX possuía uma tradição pictória legada por Hipólito Caron, e César Turatti, fundador da escola de pintura nos anos 20. Os alunos de Turatti formavam o grupo constituído por Carlos Gonçalves, Sylvio Aragão, Américo Rodrigues, Armando Rodrigues, Heitor Alencar, Angelo Bigi, Marcos de Paula e Rodolfo Barbosa, que fundaram em setembro de 1934, o

“Núcleo Antônio Parreiras”, em homenagem ao renomado pintor fluminense que estivera em Juiz de Fora anos antes, e que tinha o objetivo de defender os interesses dos artistas locais e oferecer cursos de pintura (AMARAL, 2004:8-14). Em 22 de setembro de 1941, o “Núcleo” transformou-se na então “Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras” que formou destacados artistas em Juiz de Fora e divulgou a arte local (IDEM).

A Capela foi tombada como patrimônio histórico-cultural a nível municipal em 06 de agosto de 1999, através do Decreto nº 6.501, tendo como objetos de proteção legal inscritos no Livro do Tombo apenas a sua volumetria construtiva e suas fachadas, apesar de, em seu parecer, a relatora ter indicado também os bens móveis e integrados. Mesmo não entrando no decreto de tombamento e não estarem protegidas, as pinturas parietais da Capela, segundo CEZAR (2013:15-16), feitas por:

Carlos Gonçalves e César Turatti (fundador da primeira escola de pintura de Juiz de Fora, nos anos 20 do século XX, a Escola de Belas Artes Antônio Parreiras) são de grande representatividade para o seu reconhecimento como bem cultural. A partir de relatos de moradores da região e de padres que chegaram a celebrar no local, as pinturas sacras têm grande importância, pois chamam a atenção de quem adentra o pequeno espaço. Cada pintura tem uma referência, um significado dentro da doutrina católica, e dá uma característica especial à Capela.

No decorrer dos anos, as missas celebradas na Capela de Santa Terezinha foram gradativamente diminuindo em decorrência do processo de expansão da comunidade local. Alguns fatores, como a inserção de outras denominações religiosas no mesmo bairro e a construção da igreja de Santa Terezinha na avenida principal, fizeram com que aos poucos a necessidade do atendimento espiritual aos moradores da região fossem abarcados por estes novos templos. A igreja de Santa Terezinha, erguida no decorrer da década de 1960, passou a atender maior número de contingente de fiéis em decorrência do seu tamanho superior ao da Capela, mantendo a mesma invocação da santa protetora para atender a tradição ao culto dessa figura religiosa.

ANÁLISE ICONOGRÁFICA E ICONOLÓGICA DO INTERIOR DA CAPELA:

Para analisarmos os componentes pictóricos do interior da Capela de Santa Terezinha, trabalharemos principalmente sobre a perspectiva de Iconografia e Iconologia de Panofsky (1979). Segundo o historiador da arte, a Iconografia pode ser entendida como a contraposição entre uma

mensagem e a sua forma. Sob essa perspectiva, um gesto ou um objeto é interpretado de acordo com o contexto em que a pessoa que executa a obra se encontra.

Em uma interação puramente reativa, tem-se uma relação factual conhecida como tema primário ou natural. Por outro lado, quando a subjetividade é cabível e se estende um leque de aspectos a serem analisados em diversas esferas, ocorre uma relação expressional com o fato, que depende da relação da pessoa com o que ela de fato evidencia denotado tema convencional (PANOFSKY, 1986: 1-2). Toda essa relação pode repercutir em um observador, de acordo com suas experiências e sua personalidade, o que é conhecido como tema intrínseco ou conteúdo.

Na arte, o tema primário remete à identificação de formas puras, materiais envolvidos e ferramentas utilizadas em sua construção. Tem-se, portanto, uma análise pré-iconográfica de uma obra de arte. O tema secundário busca entender o contexto em que a obra em questão se encontra e a interpreta a partir de fatores subjetivos que auxiliam na obtenção de sentido e interpretação. Todas essas imagens são conhecidas como histórias e alegorias (IDEM: 2). A compreensão das imagens, histórias e alegorias é entendida como Iconografia; O tema intrínseco incorpora princípios subjacentes que determinam as características da personalidade encontradas em uma arte. Dá-se valor à análise simbólica presente nas obras, através de um olhar diferenciado que não busca apenas interpretá-la de maneira a reduzir os fatores a elementos evidentes, mas sim procurar um sentido mais amplo, expansivo.

Um estudo com maior detalhamento é a iconografia, que busca contextualizar os fatores que se relacionam com a obra de arte, seja eles religiosos, culturais, dentre outros. Busca-se através do estudo histórico entender e levantar dados acerca da arte, dissertando a maior parte dos dados possível. O estudo iconográfico exige conhecimento e vivência do indivíduo a respeito da época e do autor da obra (IDEM: 4-7). Quanto maior, melhor a exatidão obtida. Uma obra católica, por exemplo, necessita de um domínio acerca dos textos bíblicos e históricos referentes à obra para que a mesma tenha um entendimento correto.

O interior da Capela de Santa Terezinha é composto por uma série de pinturas decorativas. Sua ornamentação é apresentada em formato de painéis, com motivos religiosos, contornados por rendilhados coloridos que emolduram figuras descritivas de personagens bíblicos ou do imaginário religioso, tanto nas paredes, quanto no teto, onde se destaca o painel principal dedicado à Santa Terezinha. Além da Santa Terezinha e Santa Cecília, a Capela possui outras imagens sacras pintadas em suas paredes, sendo as mesmas, uma representação de Deus-Pai; Anjos; Moisés; São Pedro; o

Sagrado Coração de Jesus, entre os evangelistas; São Mateus, representado por um homem alado; São João, representado por uma águia; o Sagrado Coração de Maria, com os evangelistas; São Marcos, representado pelo leão e São Lucas, representado pelo touro.



Imagem 2 - Púlpito e altar da capela, vistos do mesanino da Capela. Detalhe na rachadura proeminente no arco da semicúpula. **Fotografia:** Aline Vasconcellos. Agosto de 2015.



Imagem 3 - Foto do mesanino, onde se localiza o coro. Detalhe nas obras do teto, com os quatro evangelistas, o Sagrado Coração de Jesus e de Maria e Santa Terezinha. **Fotografia:** Aline Vasconcellos. Agosto de 2015.

O bem artístico aqui especificado trata-se de uma pintura parietal que se encontra presente no teto da Capela Santa Terezinha. Está representada em formato retangular, emoldurada por uma faixa verde, da qual partem pequenos ornamentos de suas arestas, e ornamentos maiores de seus vértices. A pintura retrata Santa Terezinha, envolta por anjos. Sua figura feminina em destaque tem uma aparência jovial e serena, posicionada em perfil, com postura ligeiramente curvada, dando a impressão que a mesma está sendo conduzida pelos anjos. Apresenta cabeça reta, rosto oval, olhos grandes, nariz aquilino, lábios carnudos, boca fechada e queixo afilado. Braços flexionados à frente do corpo, junto ao peito, estando o esquerdo um pouco mais acima. Ambas as mãos estão espalmadas e seguram um crucifixo envolto por um arranjo de flores. Suas pernas estão ligeiramente flexionadas, com pés encobertos pelo hábito religioso. Ao seu lado, estão oito anjos: três encontram-se na parte

superior da imagem; dois ao lado; um ao fundo; outro, abaixo da figura feminina em destaque; e o último um pouco mais à frente, estando este segurando um arranjo de flores que está apoiado em seu braço esquerdo, tendo pétalas caindo de sua mão direita. Ao fundo, um céu em tons de azul, apresentando na parte inferior direita, a inscrição Turatti 27, referente ao nome do artista César Turatti, responsável pela pintura, que foi realizada em 1927.



Imagem 4 - Pintura parietal de Santa Terezinha. Obra de autoria de César Turatti, cuja assinatura se encontra datada no canto inferior esquerdo "Turatti, 27". **Fotografia:** Aline Vasconcellos. Agosto de 2015.

Santa Terezinha tornou-se conhecida pelos católicos do mundo inteiro, imediatamente após sua morte, em 1897, aos 24 anos vítima de tuberculose (JESUS, 2017:8-9). É conhecida, venerada e

representada como a “Santa das Rosas”, pela tradição descrita sobre uma possível promessa feita por ela em seu leito de morte, a que teria dito: “do céu farei cair sobre a Terra uma chuva de rosas” (FONTES, s/d). Santa Terezinha é considerada padroeira das Carmelitas, pois em vida serviu à Deus por meio desta Ordem religiosa, e seu dia é comemorado em 1º de outubro (MEGALE, 2004: 200-201).

A imagem de Santa Terezinha retratada na Capela aqui trabalhada apresenta três símbolos importantes da fé católica: a rosa, o crucifixo e o terço. E além dessas figuras simbólicas, ao seu redor, encontram-se oito anjos. De acordo com o histórico contido no processo de tombamento da Capela Santa Terezinha (FONTES, 1999: 58), esses símbolos teriam os seguintes significados:

A **rosa** é a flor simbólica mais empregada no Ocidente, pela sua beleza, forma e perfume. Na iconografia cristã, a rosa representa a taça que recolhe o sangue de Cristo, ou o símbolo das chagas de Cristo. A rosa tornou-se símbolo de amor puro e substituiu a lótus do Egito e o narciso grego.

O **crucifixo** remonta à Paixão de Cristo, à salvação, à vitória, à Ressurreição e à Santíssima Trindade. O culto da cruz teve início com a descoberta do Santo madeiro (cruz onde Cristo foi morto), por Santa Helena, mãe do Imperador Constantino, no século IV.

O **terço** significa uma das três partes do Rosário (porém, hoje, foi acrescentada a quarta parte, devido ao acréscimo dos Mistérios luminosos).

O **Rosário** é um ramalhete ou um canteiro de rosas.

Conforme consta no sítio eletrônico destinado ao culto e à fé católica, denominado “Canção Nova” (FONTES, 2017), o missionário e sacerdote já canonizado **São Luís Maria Grignon de Montfort**, escreveu um livro para prestar homenagem à Virgem Maria. Tal obra, denominada “Tratado da Verdade Devoção à Santíssima Virgem” apresenta algumas situações à fim de demonstrar a importância do culto à Maria, através das orações do Terço e do Rosário. Nesse sentido, Montfort descreve que “os santos dizem que a oração da Ave-Maria é um orvalho do Céu, que torna a alma fecunda, é um beijo puro e amoroso que damos a Nossa Senhora, é uma rosa vermelha que apresentamos a ela, uma pérola preciosa que lhe oferecemos” (IDEM). Logo, podemos entender que as representações das rosas na obra de Santa Terezinha podem fazer alusão à Virgem Maria, possivelmente estabelecendo uma analogia entre a pureza das santas.

Atribui-se a origem da oração do terço em meados do século IX, que teria surgido como alternativa à Liturgia das Horas que foi criada pelos monges irlandeses. Tal Liturgia compreendia a recitação dos 150 salmos bíblicos, em diversos períodos do dia (FONTES, 2015). Dada a dificuldade

em decorar todos os 150 salmos, certa vez descreve que um monge sugeriu aos fiéis que substituíssem os salmos por 150 orações do "Pai Nosso". Em 1365, colocaram um "Pai Nosso", a cada dez "Ave Marias" e em 1470, introduziram pensamentos que, deveriam ser recitados a cada "Ave Maria" (IDEM).

As figuras angelicais fazem menção aos mensageiros do Divino. Podem ser consideradas existências dotadas de pureza, geralmente representadas como figuras antropomórficas, andrógenas ou infantis (PSEUDO-DIONÍSIO, 2015: 43-50). Na iconografia comum, os anjos, normalmente, são caracterizados com asas, aureola, com uma beleza singular e um porte físico imponente; ou são representados como criança, para mostrar a inocência e a virtude do ser angelical. Possuem uma hierarquia no meio celeste, o que confere a cada um deles determinada posição de confiança em relação às vontades do Criador. Sua principal distinção hierárquica se encontra em suas asas, cada qual atribuída a uma quantidade diferente na referida criatura divina (IDEM: 37-40).

CONCLUSÃO:

A partir dos apontamentos apresentados neste trabalho, podemos concluir que sua composição artística segue as tipologias estabelecidas pelos cânones religiosos e também os preceitos litúrgicos da Igreja Católica. O bem em questão precisa ganhar visibilidade do poder público, que são os seus proprietários no sentido material, para que seja a ele destinado os recursos necessários para que seja mantida a sua integridade física. Outra proposta necessária seria permitir que a remanescente comunidade local, que mantém viva a fé a tradição herdada de sua comunidade, pudesse ter mais acesso às medidas de conservação da Capela. A limpeza periódica e o asseio com o seu entorno poderiam retardar o seu processo de degradação e assim conservar por mais tempo sua estrutura.

Ao pensarmos a edificação como elemento chave para o desenvolvimento de uma cultura local e uma memória coletiva, poderemos entender que a sua atuação na comunidade na qual está inserida foi de fundamental importância na construção de valores subjetivos incorporados pelo grupo social com o qual teve contato. Se analisarmos a capela como um objeto, percebemos que serviu de instrumento norteador para as famílias que se instalaram em suas adjacências; se a entendermos como um objeto espiritual, nós observaremos que toda uma cultura foi influenciada pelos ritos executados naquele espaço, agregando valores e comportamentos que, de certo modo, estavam atrelados à figura da singela edificação.

BIBLIOGRAFIA:

AMARAL, Lucas Marques do. **A Parreiras e seus artistas:** crônicas da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras e dicionário biográfico de alguns de seus artistas. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

AZZI, Riolando. **Sob o báculo episcopal:** a Igreja Católica em Juiz de Fora, 1850-1950. Juiz de Fora: Centro da Memória da Igreja de Juiz de Fora, 2000.

CEZAR, Marina Alves. **Revitalização da Capela de Santa Terezinha.** 2013. 85 f. Monografia (Graduação em Arquitetura)- Faculdade de Engenharia, da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FONTES. FRADES CARMELITAS DESCALÇOS. **Basílica santa Teresinha do Menino Jesus. Folder elaborado pela Ordem dos Carmelitas Descalços.** Rio de Janeiro, s/d.

FONTES. Biblioteca Redentorista. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Glória. Juiz de Fora. **Correspondência do Coronel João Franco do Couto ao Padre Vicente Zeÿ.** 17 de Janeiro de 1927-A.

FONTES. Biblioteca Redentorista. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora da Glória. Juiz de Fora. **Correspondência do Padre Vicente Zeÿ ao Exmo. Revmo. Sr. Dom Justino José de Sant'Ana Bispo de Juiz de Fora.** 23 de Junho de 1927-B.

FONTES. **Processo de tombamento da capela de Santa Terezinha.** Nº 4556-97 – Volume 01. Juiz de Fora. 1999.

FONTES. A Origem do Terço Cristão (Católico). **Sítio Virtual.** Disponível em: <<http://fraternidadedeumbandadivinaluz.blogspot.com.br/2012/04/origem-do-terco-cristaocatico-muito.html>> Acesso em: 10 set. 2015.

FONTES. **Sítio Virtual "Canção Nova".** Disponível em: <<https://blog.cancaonova.com/tododemaria/o-valor-da-ave-maria-e-do-terco/>>. Acesso dia 30 out. 2017-C.

JESUS, Santa Teresinha do Menino. **História de uma Alma.** Tradução: Yvone Mª de Campos Teixeira da Silva. 1ª reimpressão. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

MARCHI, Euclides. **Pastoral coletiva do episcopado brasileiro - 1915:** Há cem anos a construção de uma Igreja. Relegens Thréskeia. Estudos e pesquisa em religião. V.05, n.01. Universidade Federal do Paraná, 2016.

MEGALE, Nilza Botelho. **112 invocações da Virgem Maria no Brasil:** história, folclore e iconografia. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

MEGALE, Nilza Botelho. **O livro de ouro dos Santos:** Vidas e milagres dos santos mais venerados no Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

PANOFSKY, Erwin. Iconografia e Iconologia: Uma introdução ao estudo da arte na Renascença. In: **Significado nas Artes Visuais**. Tradução: Maria Clara F. Kneese e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2ª ed., 1986. p.47-65.

PSEUDO-DIONÍSIO, O Aeropagita. **A hierarquia celeste**. Tradução, comentários e notas explicativas Carin Zwilling. São Paulo: Polar, 2015.

OS AFRESCOS DE REALENGO

Claudius Gomes de Aragão Viana¹

Resumo:

O texto reflete sobre a presença de dois afrescos, reproduções das obras *A Primeira Missa no Brasil* e *Independência ou Morte!*, existentes no *foyer* do antigo Cine Teatro Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro. Tais réplicas são interpretadas como reflexo de um discurso político dirigido aos frequentadores do cinema, uma manifestação local da política varguista de construção do sentimento de nacionalidade brasileira.

Palavras-chave: Estado Novo. Escola Militar. Cine Realengo.

THE REALENGO FRESCOES

Abstract:

The text reflects on the presence of two frescoes, reproductions of the works *A primeira missa no Brasil* and *Independência ou Morte!*, both existing in the foyer of ancient Cine Teatro Realengo, in the suburb of Rio de Janeiro. Such replicas are interpreted as reflecting a political discourse directed to spectators, as a local manifestation of the Vargas politics of building a sense of brazilian nationality.

Keywords: Estado Novo. Military school. Cine Realengo.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. E-mail: <claudiusviana@hotmail.com>

I

O prédio do Cine Teatro Realengo, inaugurado em 8 de junho de 1938, é atualmente um dos últimos exemplares das grandes salas de exibição cinematográfica erguidas no subúrbio carioca durante a primeira metade do século XX. Mas, embora a bela construção em estilo *art déco* tenha se mantido em pé, seu destino foi melancolicamente parecido com o de diversos outros *palácios cinematográficos* que surgiram naqueles tempos: alguns anos de *glamour*, seguidos de um período de decadência e, por fim, a conversão em templo religioso.

Ainda que essa trajetória não seja única entre os estabelecimentos congêneres de sua época, insinuo que há algo peculiar no cine Realengo. Trata-se dos dois grandes afrescos que, apesar de malconservados, ainda existem no seu *foyer*, reproduzindo as obras *A Primeira Missa no Brasil*, do pintor Victor Meirelles de Lima (1832-1903), e *Independência ou Morte!*², de Pedro Américo Figueiredo de Melo (1843-1905). Destarte, neste artigo tenho por objetivo oferecer uma interpretação da existência *dessas obras naquele* local, propondo que sua presença reflete uma intenção e um discurso político conscientemente dirigido aos antigos frequentadores do cinema.

Figura 1 – Fachada do Cine Teatro Realengo



Figura 1 – Fachada do Cine Teatro Realengo. Inaugurado em 8 de junho de 1938, o prédio constitui um dos últimos exemplares dos *palácios cinematográficos* erguidos no subúrbio carioca durante a primeira metade do século XX. Fotografia de Claudius Viana, 2017.

² A obra também é conhecida como *O Grito do Ipiranga*.

É claro que se poderia dizer: ora, essas obras foram replicadas ali apenas pelo efeito estético, escolhidas ao acaso como peças ornamentais. Afinal, esses são os quadros mais reproduzidos da história da arte brasileira, popularizados já naquela época como ilustração de livros e cadernos escolares, de selos postais e até mesmo das primeiras cédulas do cruzeiro, em 1942 (Couto, 2008: 160). Nessa ótica, os afrescos poderiam ser apenas produto de um vago capricho decorativo, cujo tema foi selecionado ao bel-prazer dos proprietários ou dos construtores do prédio.

Levanto certas objeções a esse argumento. Em outra oportunidade, já pensei nos cinemas como espaços de sociabilidade visados pelo mecanismo de propaganda do Estado Novo (Viana, 2010). Agora, proponho que a presença, em Realengo, das obras de Meireles e Américo – que, afinal, constituem as duas representações artísticas mais canônicas dos mitos fundadores da nação – são uma manifestação local da política varguista de construção de uma imagem e de um sentimento de nacionalidade brasileira, por meio do enaltecimento das belezas naturais, dos símbolos nacionais e do patriotismo.

Essa nova assertiva também deve encontrar resistência. Contam-se às dezenas a quantidade de salas de exibição inauguradas durante a era Vargas e, até onde alcança meu conhecimento, Getúlio ou seus órgãos de propaganda nunca determinaram que os cinemas, ou quaisquer outros estabelecimentos comerciais, fossem ornamentados com reproduções das obras de Américo e Meireles. O que então me autoriza a pensar na existência de um projeto político especial para o cineteatro?

Devo redarguir que apoio essa concessão em uma certa combinação de circunstâncias, algumas conjunturais e outras mais particulares. Não abandono a hipótese de que a presença das pinturas se relaciona ao fato de o cine ter sido erguido exatamente no momento em que o regime autoritário do Estado Novo articulava suas estratégias de atuação na área cultural, estabelecendo uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular, por meio do controle dos mais variados meios de comunicação³. Porém, adiciono a presença de certas condições peculiares, principalmente a localização da sala, encravada na região que abrigava a principal guarnição militar do país e vizinha de um importante estabelecimento de ensino militar da época: a Escola Militar do Realengo. Naquele momento, estava em marcha um conjunto de reformas na ordem social e cultural

³ Conforme verbete *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Educação, cultura e propaganda*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda>>. Acesso em 20 out. 2017.

da escola, buscando conferir um novo *status* aos seus jovens cadetes (Castro, 1994), e para isso o Exército, que há quase cem anos era a representação concreta da presença estatal na região, atuava também no plano da ordenação urbana e na organização da vida social da vizinhança (Viana, 2010). E, exatamente naquela década, o entorno da Escola Militar atingiria seu nível máximo de prestígio como área residencial e espaço de convivência das elites locais, arrastando Realengo – e seu cinema – no movimento de renovação da identidade coletiva dos oficiais.

II

É preciso explicar porque considero peculiares as condições de desenvolvimento da região. Para isso, convido o leitor a regressar até o ano de 1805, mais de um século antes da construção do cine, quando a localidade era conhecida como o *Realengo da Freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande*. Naquele ano, grande parte dos terrenos da região foi cedida em sesmaria a Ildefonso Caldeira, o Visconde de Gericinó⁴, sendo retomada pelo poder público em 1814 e reservada para criação de gado⁵. Passadas quatro décadas, a Câmara Municipal entrou em negociações com o Ministério da Guerra, que desejava estabelecer ali uma escola militar, considerando favoráveis para isso a então recente chegada da estrada de ferro e os grandes espaços vazios, apropriados para a realização de exercícios de tiro. Assim, em 1857, foram iniciadas obras para a abertura de um campo de tiro e adaptações de um prédio local, que serviria como aquartelamento da *Escola-Geral de Tiro do Campo Grande*, inaugurada dois anos depois.

A transferência para Realengo dos efetivos militares, até então sediados no litoral e no centro da cidade, impôs a criação de toda uma infraestrutura – residências, alojamentos e outras acomodações –, atraindo para o local uma população crescente. Em 1871 foi criada a primeira escola pública da região, destinada à instrução primária de meninos⁶. Em 1874, a Câmara Municipal rasgou os terrenos em ruas, praças e lotes, canalizando a água e melhorando as condições de urbanização da região. A estação de trens foi aberta ao público em 1878.

⁴ Manuscrito. *Representação de Isidoro Pereira dos Santos com outros moradores do Campo Realengo, da freguesia de Nossa Senhora do Desterro do Campo Grande, a S.A.R. denunciando Ildefonso de Oliveira Caldeira e Manoel Joaquim de Souza que, com falsas informações, conseguiram por sesmaria as terras onde residem e trabalham há mais de setenta anos.* Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1808. Disponível em http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1428411/mss1428411.pdf. Acesso em 21 out. 2017.

⁵ *Resolução de 27 de junho de 1814.* Anais do Rio de Janeiro, de Balthazar da Silva Lisboa, Tomo V, 1835.

⁶ Decreto nº 4.782, de 30 de agosto de 1871. *Cria mais uma cadeira pública de instrução primária para o sexo masculino nas Freguesias de Campo Grande e de Jacarepaguá.*

Desde 1863 já era cogitada a construção de uma fábrica de pólvora na região, o que foi concretizado em 1898, já na República, com a criação da Fábrica do Realengo, também sob administração militar. Em 1905, a Escola Militar, até então sediada na Praia Vermelha, também foi parcialmente transferida para Realengo, funcionando plenamente na localidade entre 1913 e 1944. Nesse período o Exército construiu novas edificações e reformou as já existentes: o antigo prédio foi acrescido de mais dois grandes pátios; ao redor da escola foram construídos novos quartéis, residências para os oficiais, depósitos para o material bélico, um picadeiro, cavalariças e um estádio esportivo. Para as áreas próximas também foram deslocados grandes efetivos: em 1908, o Ministério da Guerra adquiriu a fazenda Gericinó, uma área de 35.000 quilômetros quadrados ao norte da antiga fazenda Sapopemba, onde seria erguida a Vila Militar de Deodoro. O desenvolvimento da aviação militar durante a década de 1910 também levou o ministério a expandir as aquisições de terrenos na direção sul da região, adquirindo, em 1913, grande parte da fazenda dos Afonsos, onde foi instalada a Escola de Aviação Militar.

Com o impulso econômico das atividades da escola e da fábrica, uma quantidade considerável de estabelecimentos comerciais surgiria na região central do bairro. Grande parte deles se relacionava com as necessidades dos militares, tais como restaurantes, pensões, alfaiatarias, lavanderias e locações de domicílios. Mas não foram erguidos apenas quartéis. No final da década de 1930, foram iniciadas as obras do Conjunto Habitacional de Realengo, primeira grande intervenção no campo da habitação popular entre os 52 conjuntos erguidos no país até a década de 1950 (Mangabeira, 1986). Movido pela política de Vargas, que previa a implantação de obras públicas administradas pelos Institutos da Previdência, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários também adquiriu em Realengo uma grande área e iniciou, em 1939, a construção de habitações operárias. A população local cresceu aceleradamente.

III

Trato agora de entender em que contexto se enquadrava a ideia da construção de um cinema em Realengo. Para isso, recorro à admirável tese de doutoramento de Márcia Bessa (2011), que traz, entre seus incontáveis méritos, um dos mais completos inventários que se pode encontrar em relação aos antigos “palácios cinematográficos” da cidade do Rio de Janeiro. Esses “palácios”, como ela define, seriam a categoria de cinemas de atuação mais marcante e duradoura na tipologia dos cinemas

de rua, e figuravam dentre as mais espetaculares salas de exibição, primando por apresentar construções arquiteturais com planejamento de luxo e requinte (Sousa, 2013: 6). Erguidas na cidade a partir da segunda metade da década de 1920, as salas estavam coadunadas com os planos de expansão das exibidoras norte-americanas, um processo que teve como marco preliminar a inauguração dos cinemas da Cinelândia – espaço na região central da cidade que abrigava até então as mais luxuosas salas cinematográficas – e se expandiu para endereços variados da capital fluminense (idem). O *Anuário Estatístico do Distrito Federal* já apontava a existência, em 1940, de exatamente 100 cinemas na cidade⁷.

Uma pequena parte dessas salas pertencia a Antônio Vaz Teixeira, próspero produtor e comerciante de laranjas em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. Vaz entrou para o rol de exibidores cinematográficos em 1937, quando sua empresa construiu o Cine Teatro Braz de Pinna, a primeira sala de uma rede que se ampliaria nos anos seguintes com a inauguração do Cine Teatro Realengo (1938), do Cine Teatro Campo Grande (1939) e do Cine Imperial de Nilópolis (1939).

Quase todos os bairros onde essas salas se localizavam (e de onde tomavam emprestados seus nomes) possuem certos aspectos em comum em sua trajetória de urbanização ao longo da primeira metade do século XX: eram antigas áreas rurais que foram loteadas por especuladores, com a conivência ou omissão das prefeituras. Nesse processo, transformaram-se, em um curto período de tempo, em bairros populosos, cujo processo acelerado e desorganizado de crescimento acarretaria a carência até mesmo de serviços públicos básicos, como escolas e hospitais – e o que dizer então sobre espaços culturais e de entretenimento, como cinemas e teatros, que dependiam inteiramente da iniciativa de investidores particulares? E, realmente, não faltariam empresários que vislumbrariam tal nicho e passariam a construir e explorar salas de exibição no subúrbio.

Nesse sentido, o mais bem-sucedido empreendedor foi Luiz Severiano Ribeiro, que ergueu suas salas de luxo fora da Cinelândia. Em 1937, Ribeiro já era proprietário de 31 cinemas, a maioria deles com capacidade acima de 1.000 espectadores⁸. O subúrbio, porém, possuía espaço e público para receber investimentos de outros interessados, e essa condição não passaria despercebida por Vaz Teixeira. Sua empresa havia assinado, em maio de 1938, um contrato com a *Warner Brothers*⁹, garantindo a exibição em seus cinemas dos filmes da produtora norte-americana¹⁰, e buscava

⁷ *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, 1938, p. 266-267.

⁸ *Anuário Estatístico do Distrito Federal*, 1937, p. 357-358.

⁹ A produtora era então denominada *Warner Brothers-First National*.

¹⁰ *O Jornal*, 12 de maio de 1938, p. 3.

expansão. Vaz procuraria então inaugurar suas novas salas exatamente em localidades relativamente populosas e ainda carentes de casas de espetáculos. Realengo, que atendia essas condições, foi incluído em seus projetos¹¹.

De fato, o Cine Teatro Realengo foi a segunda sala inaugurada pela empresa, atrás apenas, como visto, do Cine Theatro Braz de Pinna. Destacando-se pela beleza, pelo conforto e pela tecnologia de projeção, a casa possuía um projeto arquitetônico que

soube reverter os obstáculos estabelecidos pela localização pouco privilegiada e pelas limitações impostas pelo térreo. Posicionado numa rua estreita, que oferecia pouca visibilidade frontal de sua fachada, o Realengo precisou utilizar uma série de recursos formais para sobressair na paisagem urbana. A altura da fachada foi alongada e uma torre foi construída na lateral que dava para a rua principal. Assim, o cinema podia ser visualizado da praça central do bairro. Essa torre lateral exibia o nome do cinema na vertical e funcionou como um grande letreiro em alvenaria – fórmula encontrada para se destacar do meio circundante composto por casas térreas, mas afastado das vias principais do bairro (Costa, 2011, p. 131 *apud* Sousa, 2013: 167).

Realizo apenas uma ressalva. O cine não se encontrava, como afirma o trecho, afastado das vias principais. De fato, a rua em que está localizado faz a ligação entre as duas principais avenidas do bairro, sendo tão próxima quanto possível da área central, efetivamente tomada pelas grandes instalações militares. E os efeitos dessa peculiar vizinhança não tardariam a se fazer sentir.

Em meados de maio de 1938, tudo corria em aparente acordo com o esperado por Vaz para a exploração do seu novo negócio de entretenimento. Ao longo do mês seriam publicados nos jornais da capital os anúncios da inauguração da nova casa, e a assinatura do contrato com os norte-americanos também renderia certa publicidade. Conforme praxe, imprensa e autoridades foram convidados para a cerimônia da abertura. Havia sido vendidos todos os ingressos para o programa de estreia, que previa a exibição de *O Vagalume*, da *Metro Goldwyn Mayer*, estrelado por Jeannette Mac Donald, Allan Jones e Warren Willians, o que significava que os mais de mil assentos disponíveis estariam ocupados. Mas algo de inusitado aconteceria no grande dia, se tomarmos como medida de comparação os relatos das inaugurações de outras salas de Vaz.

Entre as presenças óbvias, estavam os representantes da *Metro Goldwyn Mayer*, da *Paramount Pictures* e da *Warner Brothers*. Repórteres a trabalho e populares movidos pela curiosidade sobre a

¹¹ Uma vez que o foco desta pesquisa está concentrado no Cine Teatro Realengo, permito-me ser detalhista e apresentar uma emenda às pesquisas anteriores de Costa (2011) e de Sousa (2013). Embora ambos apontem Antônio Vaz Teixeira como responsável pela construção da casa, posso ser mais preciso: o projeto do Realengo foi do engenheiro Sylvio Aldighieri, por encomenda de Francisco Antônio Costa, um rico português radicado no bairro desde o início do século. As empresas de Vaz tão somente arrendaram a casa para explorá-la, mantendo-se a frente do negócio até o ano de 1960, quando a administração foi assumida pela Exibidora de Filmes São Jorge Ltda.

nova e grandiosa obra também faziam parte do cenário natural. Mas um número inesperado de autoridades civis e, principalmente, militares também estava presente. Caso a expedição de convites tenha sido uma simples formalidade, não foi interpretada desse modo pelos convidados. Encontravam-se lá o general-de-brigada Mário José Pinto Guedes, comandante da Escola Militar; Gurgel do Amaral, enviado especialmente como representante do comandante Ernani Amaral Peixoto, interventor federal do Estado do Rio de Janeiro; o delegado regional, Lourival Alcântara¹² e – tomo agora a liberdade de induzir – o grande séquito que normalmente acompanha essas autoridades.

A propósito, tão incomum quanto a presença dos notáveis visitantes foi a ausência dos verdadeiros donos da festa. Uma pequena coluna na *Gazeta de Notícias*¹³ informa que Francisco Antônio Costa havia embarcado para a Europa, “para rever sua terra natal que é o querido Portugal, em viagem de recreio e repouso, evitando assim que a população realenguense agradeça”; sobre Antônio Vaz, as notas são simplesmente omissas. Escalado para representá-lo, o orador Ary Guimarães iniciaria a festa transmitindo aos convidados “o júbilo da Empresa Antônio Vaz Teixeira em poder, naquele momento, fazer a entrega daquela moderna casa de diversões ao povo de Realengo”. Mas logo em seguida as comitivas “oficiais” assumiriam a condução da cerimônia, que contaria com a solene inauguração de um retrato de Getúlio Vargas, descerrado pelo general Pinto Guedes a convite de Lourival Alcântara¹⁴.

Simbolicamente, o gesto deveria marcar apenas o início do funcionamento da casa. Mas sua “ocupação” pelos militares não se encerraria ali. Durante os anos seguintes, seria frequente a apropriação do espaço para finalidades diferentes das projeções nas *matinéés* das quintas-feiras, domingos e feriados. Em abril de 1939, por exemplo, o cineteatro foi tomado pelos oficiais. Uma banda de música foi posicionada no interior da sala, que foi transformada em palco da recepção ao ministro da Guerra e aos generais que o acompanhavam. No lugar das produções da *Warner*, foram projetadas cenas colhidas durante manobras realizadas em Belo Horizonte, e a sessão foi encerrada com canções militares entoadas pelos cadetes¹⁵. A sala também seria “gentilmente cedida” em outras oportunidades, como em uma festa de natal organizada pelo comandante da escola¹⁶, ou na

¹² *O Jornal*, 16 de junho de 1938, p. 3.

¹³ *Gazeta de Notícias*, 2 de junho de 1938, p. 3.

¹⁴ *Idem*.

¹⁵ *Correio da Manhã*, 4 de abril de 1939, p. 6.

¹⁶ *Diário de Notícias*, 22 de dezembro de 1943, p. 3.

distribuição de brindes promovida pela esposa do general Ângelo Mendes de Moraes, prefeito do Distrito Federal. Assim, não é de todo inusitado propor que o cinema, única estrutura de seu porte na região, fosse utilizado em outros momentos, além desses registrados, para os frequentes eventos e solenidades militares.

Apesar de intenso, o convívio entre o cine e a Escola Militar não seria duradouro. O intuito de transferir dali a sede da escola já era manifestado desde o início da década de 1930, uma vez que as lideranças militares consideravam que Realengo era um local

(...) impróprio à formação do corpo de oficiais. O clima é exaustivo; os campos empantanados facultam a proliferação dos mosquitos e, pois, os surtos de impaludismo; a paisagem, por toda parte, é cansativa e monótona; as condições da localidade, qualquer que seja o ponto de vista por que sejam encaradas, estão abaixo das exigências necessárias. E pela localização dentro da capital federal, ainda está sujeita a ser presa de agitações políticas que, periodicamente, inflamam a capital do país, como frequentemente tem acontecido. (JP/ag 36.04.12, doc. 14. *apud* Castro, 1994: 237).

Contudo, a transferência para a nova sede – o município de Resende, no sul do estado – seria efetivada apenas em 1944, e a escola ainda permaneceria na localidade por quase uma década. O período seria de transformações nas formas de acesso e na ideologia de formação dos oficiais, com vistas à construção de uma elite na instituição (Rodrigues, 2008). Isso incluía a ideia da "purificação" do ambiente de formação militar – daí a necessidade da mudança geográfica, que, enquanto não fosse concretizada, atingiria seu entorno social.

IV

Toda essa longa conceitualização não teve outra finalidade senão transportar até o leitor certas peculiaridades da região de Realengo, além de indicar como o cinema instalado no bairro poderia sofrer a influência dos projetos em voga na Escola Militar na década de 1930. Início agora a principal parte da tarefa: demonstrar como as imagens – ou, antes, os vestígios das imagens – que adornam o Cine Realengo podem nos propiciar algum sentido sobre o sistema de ideias sustentado pelos militares, refletindo interesses e compromissos próprios da instituição.

Os espaços físicos abrigam diferentes discursos e interesses, indicando a necessidade de considerar os atores que os produzem. Esse apontamento se aplica plenamente ao Realengo constituído sob a influência militar. Observo, por exemplo, que o próprio endereço do cineteatro,

originalmente *rua Conselheiro Junqueira*¹⁷, teve seu nome transmutado para *rua General Sezefredo*¹⁸; não se trata de um caso isolado, já que os logradouros do bairro foram abundantemente batizados com nomes de personagens ligados ao estabelecimento da República e, especialmente, à Escola Militar. Entre praças, ruas e vilas, encontram-se os nomes do *marechal Joaquim Inácio*, do *general Raposo*, do *capitão Teixeira*, do *marechal Soares Andrea*, do *marechal Agrícola* e de diversos outros. A antiga Fazenda dos Afonsos se transformou no bairro *Marechal Mallet*; as terras da Fazenda Sapopemba, no bairro de *Marechal Deodoro*; a Fazenda das Mangueiras, em *Coronel Magalhães Bastos*; nos limites da área urbana, o novo bairro proletário foi batizado com o nome de *Marechal Hermes da Fonseca*. São casos em que se identifica o processo de perpetuação da memória desses personagens por meio da coerção política, exercida para o incremento de práticas de natureza patriótica, típicas – mas não exclusivas – do período de consolidação da República e, mais tarde, do Estado Novo.

É tempo, porém, de adentrar ao Cine Teatro Realengo, não sem antes admirar sua arquitetura *art déco* – característica compartilhada com a fachada da sua vizinha, a Escola Militar, e mais um dos fios da trama que os une. Como nos mais belos representantes daquele estilo, lá estão presentes as linhas geometrizadas que pretendiam transmitir a noção de modernidade; as faixas verticais paralelas em alto relevo; o frontão com ornatos escalonados; os frisos paralelos em alto e baixo relevo; as formas circulares; as grandes superfícies recortadas geometricamente dos gradis e basculantes de metal e vidro; e a marquise de concreto cobrindo toda a frente do edifício, tudo isso distribuído em uma fachada cuja simetria é quebrada apenas pela torre lateral, que exhibe o nome do cinema na vertical, vazado no concreto.

Vencendo três degraus a partir da calçada, ultrapassa-se a entrada principal e se alcança o pequeno *foyer*. A luz exterior invade o ambiente através da porta e das grandes janelas, posicionadas em nível elevado. De cada lado da entrada, duas pequenas cabines onde funcionavam as bilheterias ainda podem ser identificadas, mas foram lacradas por dentro, e a abertura de comunicação com o público, voltada para a calçada, também foi emparedada há anos. No centro do saguão, uma escadaria em duplo “L” simétrico leva ao balcão superior. Os primeiros lances de degraus (a base dos “Ls”) são paralelos à rua e espaçados cerca de dois metros entre si, subindo em sentidos opostos até atingirem os patamares à meia altura, onde realizam uma curva reta para iniciar o segundo lance, a

¹⁷ João José de Oliveira Junqueira (1832-1887) foi deputado provincial, deputado geral, ministro da guerra, presidente de província e senador do Império.

¹⁸ Nestor Sezefredo dos Passos (1872-1941), ministro da guerra entre 1926 e 1930.

partir do qual as escadas prosseguem paralelas. A escadaria é ladeada por muretas de cimento que lhe conferem solidez e imponência. No final, um pequeno balcão, ornado por colunas circulares, domina o saguão e concede acesso aos assentos do segundo piso, já no interior da sala de projeção.

Figura 2 – “A Primeira Missa no Brasil”

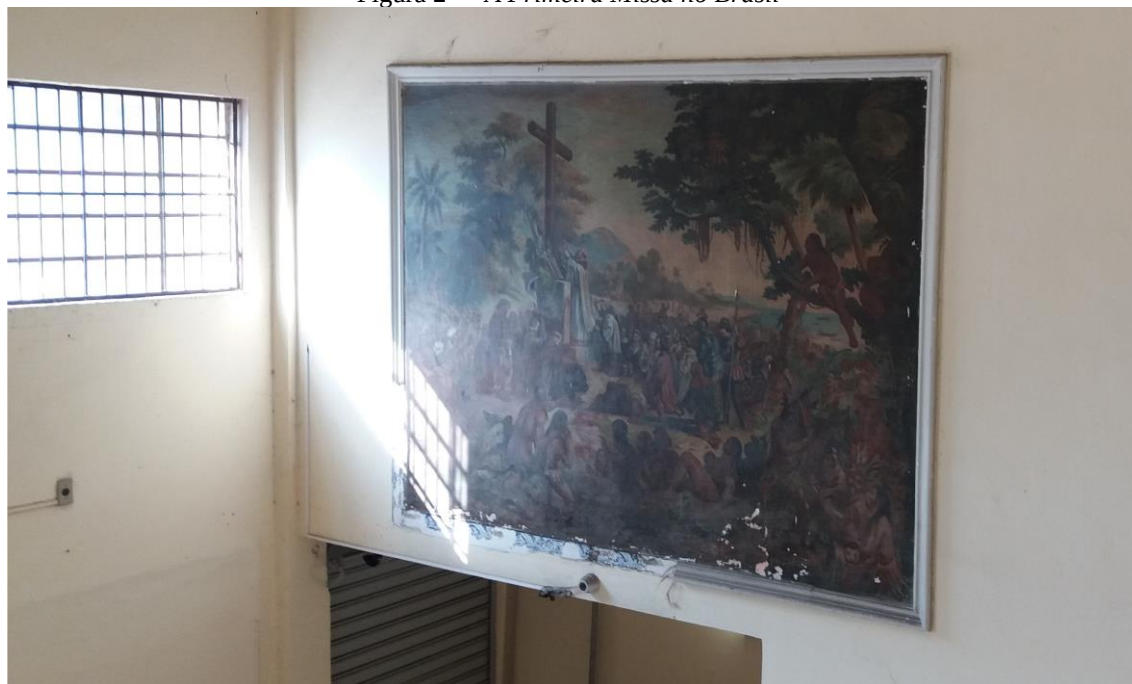


Figura 2 – Reprodução do quadro “A Primeira Missa no Brasil”. Pintura de autoria desconhecida, situada na ala sul do foyer do antigo Cine Teatro Realengo. Devo agradecimentos à assessoria jurídica da Igreja Internacional da Graça de Deus, atual locatária do espaço, que gentilmente me concedeu acesso para obtenção das imagens. Fotografia de Claudius Viana, 2017.

Para acessar a sala de espetáculos a partir do térreo, é preciso passar ao largo das escadas e avançar em direção às portas situadas na parede do fundo, que separa a sala do primeiro ambiente e a protege dos olhares e ruídos da rua. O ambiente é espaçoso e acolhedor. O imenso pé-direito de doze metros acentua-se com o declive em direção à boca de cena, que além da tela de projeção possui um palco – elemento estranho nas salas modernas, mas justificado pela dupla função de cinema e teatro para a qual o Realengo foi construído. Nas paredes laterais abrem-se, próximas ao teto, grandes janelas que arejam e iluminam a sala com luz natural, e há portas de saída para os corredores externos.

Nas extremidades laterais da sala de espera existem duas largas passagens para as escadas de acesso aos pisos superiores, onde se encontravam as dependências da administração do cinema, os depósitos, a sala do projetor e o sótão. Acima dessas passagens, as paredes seguem em direção ao teto, criando espaços que originalmente seriam vazios. São neles que estão os afrescos.

Figura 3 – “O Grito do Ipiranga”



Figura 3 – Reprodução do quadro “Independência ou Morte” ou “O Grito do Ipiranga”, localizada na ala norte do foyer do antigo Cine Teatro Realengo. A falta de manutenção e de cuidados com a preservação permitiu que o quadro ficasse coberto de poeira e fuligem, mas um exame mais próximo revela traços muito precisos, e permite que se imagine que em seus melhores dias a pintura tenha causado uma bela impressão nos visitantes do cinema. Fotografia de Claudius Viana, 2017.

Na ala sul, ou seja, à esquerda do visitante, encontra-se a *Primeira missa no Brasil*, e à direita, seu par, *Independência ou Morte!*. As pinturas são tudo o que restou de qualquer outra decoração: sua posição alta, de difícil acesso, provavelmente contribuiu para a preservação. Lembro que os cinemas, via de regra, expõem nas salas de espera os cartazes dos filmes em exibição, arte temporária renovada a cada estreia. Mas os rostos sorridentes de Stan Laurel e Oliver Hardy não parecem adequados para recepcionar as comitivas do presidente da República ou do ministro da Guerra, e da forma como estava organizado, o dispositivo permitiria uma rápida transformação do ambiente em casos como esse. Cartazes sazonais poderiam conviver com as pinturas, cuja visão nunca prejudicariam, e estas não precisariam ser removidas em situações mais solenes - aliás, caberiam muito bem nessas ocasiões.

Mesmo se me restringisse à ideia de que a decoração se deveria apenas à necessidade estética de ocupar as paredes nuas, restaria interrogar a opção pelo tema e pelo padrão, destoante e absolutamente atípico no ambiente *art déco* à sua volta. Não posso apresentar uma solução a essa dúvida analisando as obras pelo ponto de vista técnico ou artístico, mesmo porque esse tipo de análise

já foi feito com muito mais propriedade por especialistas como Franz (2007), Couto (2008) e Christo (2009), entre outros. Mas recolhi um pequeno conjunto de informações e impressões desses autores para tentar elaborar uma explicação sobre a questão.

A Primeira missa no Brasil e *o Grito do Ipiranga*, concluídas respectivamente em 1861 e 1888, são duas telas de forte apelo popular e que se tornaram ícones da história nacional, a primeira documentando o “batismo da nação brasileira” a partir da associação de duas culturas (índios e portugueses), e a segunda celebrando a independência do país (Couto 2008: 160-161). Desde sua criação, essas imagens não deixaram de ser propagadas e reproduzidas; portanto, não se pode afirmar que foram “redescobertas” durante o Estado Novo. Mas o discurso histórico nacionalista do regime procurava se fazer presente em toda parte, e o tema das telas atende diversas premissas desse discurso: são míticas, nacionalistas, situam-se em um passado glorioso, exaltam a liberdade, a unidade das raças e a fé cristã, elementos simbólicos amplamente compartilhados pelos militares de então.

Militares que, inclusive, estão heroicamente retratados nas cenas das pinturas, seja na Companhia de Dragões que aclama Pedro na independência, seja nos portugueses de elmo, lança e armadura que guarnecem o culto de frei Coimbra. Não existia ainda um órgão de comunicação social castrense produzindo cartazes com imagens de combatentes em campanha ou de aeronaves e veículos de guerra em ação; na falta desse material, o cine foi embelezado com temas que também cumpriram uma certa função de “propaganda institucional”, expressando assim uma comunhão de interesses que confere à sala identificação tanto com o governo central, quanto com o entorno militar, 1) combinando o conservadorismo dos quadros de estilo romântico com o arrojo arquitetônico da sala, estratégia que reproduz notavelmente uma das marcas do Estado Novo na área cultural¹⁹; 2) exercendo uma função didática de transmitir aos frequentadores “vulgares” do cinema – o povo, essa espécie de matéria bruta a ser elaborada pelo saber das elites²⁰ – a fruição de um valorizado bem cultural, raciocínio também aplicado pelo regime para justificar o controle sobre as mais diversas expressões culturais; e 3) atendendo ao interesse da direção da Escola Militar de valorizar seus arredores, área de convivência inevitável entre os cadetes e o populacho.

Obviamente, essas propostas não são generalizáveis e, provavelmente, não justificam outras reproduções das telas existentes alhures. Minha interpretação, como já disse, aplica-se à essa sala

¹⁹ Conforme verbete *Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945) > Educação, cultura e propaganda*, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda>>. Acesso em 27 out. 2017.

²⁰ Idem.

específica, o Cine Teatro Realengo, localizada no coração de uma área militar, cujas alegorias – acredito – seriam o resultado de um projeto consciente, desenvolvido por um grupo específico.

Gostaria de concluir oferecendo mais uma amostra da comunhão entre os elementos simbólicos das telas e o imaginário circulante no meio militar da época. Trata-se da descrição da cerimônia de “bênção das espadas” dos ex-alunos da Escola Militar, excluídos por terem participado do movimento revolucionário de 1922 e reintegrados como oficiais às fileiras militares²¹. Realizado no final de 1930, o ato tinha entre os presentes o ministro da Guerra e o ministro da Marinha, além de representantes do governo provisório, da imprensa e familiares dos oficiais. A “bênção” era uma cerimônia de cunho religioso, dessa feita realizada ao ar livre nos fundos do colégio Santo Inácio, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro. O local foi ornamentado e no centro do jardim foi erguido um altar, onde o núncio apostólico celebraria a missa diante dos oficiais posicionados em formatura e de seus numerosos convidados.

O caráter arquetípico da cena não passa despercebido ao cronista do *Jornal do Brasil*, que narra: “A cerimônia se desenrola a sombra das árvores, em pleno ar. À semelhança da primeira missa no Brasil, então descoberto, celebra-se o santo sacrifício agora, pelo ressurgimento de um Brasil novo e melhor”²².

Tal episódio, ocorrido em um período de profundas transformações no país e na instituição militar, materializa a busca pela unidade – uma ferida aberta no Exército durante os anos 1920 e que só começaria a cicatrizar no final dos 1930. Seu sentido mais profundo é o estímulo à identificação e a coesão entre os oficiais, cindidos por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas que se arrastavam há mais de uma década. Assim como na arte de Meirelles e Américo, forças armadas, povo, políticos e religiosos reúnem-se em uma cerimônia repleta de significados e símbolos que, em notável correspondência ao projeto político daquele momento, evocava um passado mitológico ideal para apresentar a promessa de um futuro brilhante.

Referências:

CASTRO, Celso. Inventando tradições no Exército Brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 231-240, jul./dez. 1994.

²¹ Após a revolução de 1930, 508 ex-alunos excluídos das fileiras do exército durante a década anterior foram readmitidos, ocupando o posto de primeiro-tenente, depois de quase dez anos de vida civil.

²² *Jornal do Brasil*, 9 de dezembro de 1930, p. 6.

COUTO, Maria de Fátima Morethy. *Imagens eloquentes: a primeira Missa no Brasil*. Uberlândia: *ArtCultura*, jul.-dez. 2008.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. Victor Meirelles, Pedro Americo e Henrique Bernardelli: outras leituras. In: _____ (org) Dossiê: pintura de história. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: MHN, 2007, v. 39, p.167-188.

_____. A pintura de história no Brasil no século XIX: panorama introdutório. In: Dossiê *Los relatos icônicos de la nación*, revista *Arbor do Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, Espanha, 2009.

FRANZ, Teresinha Sueli. Victor Meirelles e a Construção da Identidade Brasileira. 19&20, Rio de Janeiro, v. II, n. 3, jul. 2007. Disponível em: <http://www.dezenovevinte.net/obras/vm_missa.htm>. Acesso em 24 out. 2017.

MANGABEIRA, Wilma. *Lembranças de Moscouzinho (1943-1964): Estudo de um conjunto residencial construído pelo estado para trabalhadores industriais*. 1986. 345 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1986.

RODRIGUES, Fernando da Silva. *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SOUSA, Márcia Cristina da Silva (Márcia Bessa). *Entre achados e perdidos: colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro*. 2013. 439f. Tese (Doutorado em Memória Social). Universidade Federal do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIANA, Claudius Gomes de Aragão. *História, memória e patrimônio da Escola Militar do Realengo*. 2010. 176 f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

BAPTISTA DA COSTA: ESTUDO DA REPRESENTAÇÃO DO CORPO FEMININO

Brenda Martins de Oliveira¹

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo analisar a representação do corpo feminino nos quadros de Baptista da Costa, a partir de um estudo de nu do pintor localizado no Museu Mariano Procópio. Sendo assim, consideraremos importantes as formas e as técnicas utilizadas para composição do corpo feminino no período que se estende entre o final do século XIX e início do século XX. O que mostra uma permanência da tradição iconográfica de representações de Vênus.

Palavras-chave: Nu, Baptista da Costa, Arte brasileira, Vênus.

BAPTISTA DA COSTA: FEMALE BODY REPRESENTATION STUDY

Abstract:

The purpose of this article is to analyze the portrayal of the female body in the work of Baptista da Costa, based on a nude study painted by the author, situated at the Museu Mariano Procópio. Our focus are the shapes and techniques used to compose the female body during the period between the late 19th century and the early 20th century, which reveals a continuity in the iconographic tradition of the Venus portraits.

Key words: Nude, Baptista da Costa, Brazilian Art, Venus.

¹ Mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora – Graduada em História pela Universidade Federal de Viçosa. Contato: brendamartinshis@gmail.com

O artista João Baptista da Costa nasceu em 1865 em Itaguaí, Rio de Janeiro. Ficou órfão aos oito anos de idade, sua custódia foi destinada a parentes, o que resultou em sua fuga. Este acontecimento o leva ao Rio de Janeiro onde o próprio menino procurou abrigo no Asilo de Meninos Desvalidos. Já no abrigo ele entrou em contato com a música, fez parte de uma banda e da orquestra. Além disso, era conhecido pelos desenhos a carvão que realizava nas paredes. E em contato com o professor Antônio Araujo de Souza Lobo, que lhe deu aula de desenho, foi incentivado a se matricular na Academia Imperial de Belas Artes, mediante ordem do Barão de Mamoré, onde ele estuda de 1885 a 1889. Na Academia ele se destaca principalmente pelo gênero paisagem.

Em 1894 consegue o tão quisto Prêmio de Viagem, com o quadro “O repouso” na Primeira Exposição Geral que se faz na República. Sendo assim, em 1896 acontece sua viagem a Paris, junto de sua primeira esposa Margarida. Essa ida a Paris lhe possibilita estudar na Academie Julian e frequentar o ateliê de Jules Lefébvre. Ainda na Europa, residiu por algum tempo na Ilha de Capri, o que pode ter permitido certo contato com a arte italiana. Contudo, devido à morte de esposa e de seu filho ele regressa ao Brasil em 1898.

Em 1906 leciona pintura na Escola Nacional de Belas Artes. E em 1915 até o ano de sua morte, em 1926, assume o cargo de Diretor da Escola Nacional de Belas Artes. Com essa trajetória no campo das artes o pintor se destaca, principalmente, pelas suas pinturas de paisagem, como dito. Entretanto, é importante ressaltar que esteve presente na representação de vários gêneros da pintura que segundo renomados críticos da época deixam transparecer a qualidade do seu trabalho.

Neste trabalho o foco será dado aos quadros em que Baptista da Costa representa o nu feminino. Tendo como ponto de partida o estudo de nu que está localizado no Museu Mariano Procópio.



Figura 8: João Baptista da Costa, sem título, s/ data, óleo sobre tela, 79x 57,5 cm. Museu Mariano Procópio.

Em um percurso pelas linhas e formas dessa mulher temos um corpo cuja pincelada aparece leve e delicada ao colorir suas curvas. Contudo, tais marcas no plano de fundo são rápidas e livres, o que as tornam mais evidentes na composição do quadro. Ainda no plano de fundo os tons escuros em marrom, verde e ocre remetem a um ambiente cavernoso o que realça o corpo de pele clara descrito no primeiro plano. Seus cabelos estão presos, restando alguns fios fora do lugar deixados ao redor de seu rosto, o que oferece certa informalidade à figura. Esses cabelos presos de forma natural acompanham um rosto de traços delicados.

O corpo feminino está nu sem qualquer elemento que denote pudor ou desconforto com a sua nudez.

A língua inglesa, na sua riqueza lexical, permite estabelecer a distinção entre *naked* e *nude*. *To be naked* (estar despido) emprega-se no sentido de <<estar desprovido de roupa>>, e a palavra implica a ideia de um certo embaraço, o impudor que a maior parte das pessoas sente nessa situação. Pelo contrário, a palavra *nude* (nu) não contém em si, na aplicação culta, qualquer ideia de desconforto ou impudor. A vaga imagem que ela projecta não é a dum corpo em situação pouco normal, e indefinidamente desprotegido, mas sim a do corpo equilibrado, pujante e como consciente da sua própria razão de ser: o corpo recriado. (CLARK,1998 :25)

Portanto, não há um álibi ou motivo utilizado para dar um sentido ao quadro de forma que justifique tal nudez, como indica o autor acima.

Seus seios arredondados se harmonizam às proporções do desenho do corpo. Abaixo, notamos uma pequena inclinação de seu quadril e de seu corpo o que se deve ao posicionamento das pernas que é um elemento iconográfico muito encontrado nas representações de Vênus. A perna direita dela sustenta o peso de seu corpo, o que a mantém ereta com o pé apoiado no chão. A outra perna se inclina para frente, efeito proporcionado pela elevação de seu pé. Essa posição assenta uma inclinação interessante ao quadril o que confere movimento a esse corpo. Este elemento atribui graça à figura, dando-lhe uma sensualidade de forma sutil. O que dialoga com a ideia de um corpo que está prestes a se mover desenvolvida por Kenneth Clark.

A posição foi inventada para o corpo masculino, mas por um desses felizes acasos que muitas vezes acompanham as descobertas do gênio, o corpo feminino obteve um benefício mais duradouro, porque esta posição de equilíbrio criou automaticamente um contraste entre o arco de uma das ancas, que sobe impetuosamente até se aproximar da esfera do seio, e a longa, suave ondulação da outra que se encontra em atitude de abandono repouso (...). A este maravilhoso equilíbrio da forma deve o nu feminino a força plástica que prevalece ainda nos nossos dias. A curva da anca, a que os franceses chamam *déhanchement*, é um motivo de particular importância para o espírito humano porque, por meio duma simples linha, num instante de percepção lhe unifica e revela as duas fontes da nossa compreensão. É quase uma curva geométrica; e no entanto, como demonstra a história, é o símbolo vivo do desejo. (CLARK, 1998:82)

Ao trabalhar com esse movimento, o pintor utiliza um jogo entre as pernas como um modo de assegurar equilíbrio, ao passo que essa leve inclinação de uma das pernas, o que a sobrepõe à outra, funciona como uma forma de cobrir levemente o sexo, aludindo a certo mistério. Esse toque entre as pernas ajuda a reforçar a sensualidade obtida através do movimento da figura, aproximando-a do que Clark chama de um símbolo vivo do desejo.

O posicionamento das pernas também pode ser observado em Vênus de Cnido. Na escultura o peso do corpo se sustenta em seu pé direito, ao passo que o pé esquerdo se afasta um pouco da superfície para trás, formando um ângulo na altura do joelho. Essa posição proporciona uma torção ao corpo, inclinando a anca para o lado direito, o que permite uma curvatura no tronco, acentuando as formas de maneira semelhante à curvatura do quadril da figura feminina realizada por Baptista em seu quadro.



Figura 2: Praxíteles, Venus Cnido, cópia romana de um original de Praxíteles, 375-330.



Figura 3: GREGO. c 100 a. C. Vênus de Milo

Esse elemento iconográfico também é observado na Vênus de Milo. Mesmo o artista optando por cobrir abaixo da cintura dessa escultura, é possível notar que sua perna direita sustenta seu corpo ao passo que sua perna esquerda se ergue formando uma angulação atrás do joelho. Esse movimento proporciona uma torção ao quadril, realçando as curvas de seu tronco, assim como na obra de Baptista da Costa.

Em outra obra denominada *Nascimento de Vênus*, do artista William-Adolphe Bouguereau, temos a representação de uma Vênus emergindo do mar sobre uma concha cercada de anjos e figuras que celebram seu nascimento. As pinceladas empregadas são delicadas e sutis, o que auxilia a nossa percepção da presença da linha que contorna o desenho. Essa linha é levemente traçada o que combina com a suavidade das formas do corpo.



Figura 4: William-Adolphe Bouguereau. Nascimento de Vênus. 1879. Óleo sobre tela. 300 x 218 cm. Museu de Orsay, Paris.

A Vênus está em pé com os dois braços levantados e as mãos tocando os cabelos. Seu rosto se inclina para o lado de seu braço esquerdo, ao passo que o braço direito levantado forma uma angulação que proporciona a figura um posicionamento que exhibe melhor suas curvas. O corpo se inclina para um lado, revelando uma pequena torção no quadril possibilitada pela posição de seus pés, em que o peso de seu corpo é sustentado por um pé, ao passo que o outro se eleva produzindo uma inclinação em sua perna. Tanto a curvatura de seu quadril quanto o braço que se eleva são elementos iconográficos presentes nas representações de Vênus e que também está presente no quadro de Baptista da Costa que se localiza no Museu Mariano Procópio.

Essa é uma das poses que se instaura como um hábito para os pintores na Academia. É interessante como esse elemento iconográfico presente em nus que representavam o corpo a partir de uma alegoria, símbolo, ou justificativa também pode ser observado nas representações em que o nu apresenta um novo sentido. Pensando em duas vertentes da arte a do nu antigo e a do nu intimista José Américo Motta Pessanha *O desejo na Academia* considera:

O primeiro assume frequentemente caráter alegórico e serve, inclusive, para exaltar personalidades do presente, mostrando-as despidas, porém na pele de heróis e deuses da mitologia greco-romana (...). O segundo explora cenas de intimidade – particularmente cenas de banho – só que envoltas em atmosfera de exotismo: mostrando uma lascívia distante, oriental (...). Em ambos os tipos de nu, a contradição entre a ousadia da arte e o pudor público oficial é atenuada por recursos de distanciamento temporal ou espacial: alegorismo, orientalismo. O nu é sempre um outro: nu de outras eras de outros povos. (PESSANHA, 1992: 44)

Observamos então que para o nu antigo a representação dessa nudez utilizava-se de um recurso para atenuar o pudor público que era o distanciamento temporal, por isso, a Vênus, que faz alusão à mitologia foi bastante empregada. Para o nu intimista também é utilizado um recurso que atenua o pudor público que é o distanciamento espacial. “De fato, o que permanece proibido é a nudez real. Para evita-la e evitar o olhar concupiscente que suscita, é necessário moralizá-la, vesti-la de intenções morais e estetizantes, sublimá-la e platonizá-la pela submissão ao Belo.” (PESSANHA, 1992:45)

Nesse caso, a temática de banho não faz alusão ao orientalismo imediatamente, contudo, a forma que o pintor direciona o olhar do observador se assemelha. Podemos observar na obra a seguir esse olhar que invade uma cena de intimidade. Sendo o olhar direcionado para esses corpos mais antropológico do que erótico. O observador se encaixa na cena como um *voyeur*.

O estudo de nu de Baptista da Costa que se localiza no Museu Mariano Procópio descreve um corpo feminino que também está presente em duas obras do artista. O primeiro deles, denominado *Nu*, foi pintado em 1915, em óleo sobre madeira e está localizado no Acervo da Fundação Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco.

Notamos que a figura feminina está em primeiro plano, é inserida em uma paisagem, apoiando-se em uma árvore cujos troncos se espalham ocupando o lado direito do quadro, ultrapassando o enquadramento disposto pelo pintor. Alguns tons de verde se misturam com os tons terrosos do solo e da vegetação inserida em segundo plano. No plano de fundo, o pintor insere uma segunda figura feminina, localizada do lado esquerdo do quadro, sentada com as pernas de lado, de costas para o observador, com os cabelos presos, e a mão apoiada no chão como um ponto de apoio para seu corpo.



Figura 5: João Batista da Costa, Nu, 1915, óleo sobre madeira, 45 x 56 cm, Acervo da Fundação Museu de Arte Contemporânea de Pernambuco, Recife.

O segundo quadro é denominado *Banhistas: paisagens com árvores, lago e nus femininos*, em óleo sobre tela. Esse quadro se assemelha ao anterior, porém, a composição é espelhada em relação ao outro. A mulher em pé apoia as duas mãos em um tronco de árvore no primeiro plano. Seus cabelos continuam presos e o corpo foi executado com pinceladas mais livres e rápidas. A segunda figura feminina, no plano de fundo, está sentada de frente para um lago, com as pernas apoiadas de lado, seus cabelos estão presos e sua mão se apoia no chão.

No plano de fundo há um tronco de proporção mais modesta que divide o quadro em duas partes, o lado esquerdo cujas cores são mais fortes e o lado direito onde há uma suavização das cores, o que cria profundidade para o horizonte que se abre em meio às árvores e mostra uma paisagem com lago e montanhas atrás.



Figura 6: Banhistas: paisagem com árvores, lago e nus femininos, c. 1925. Óleo s/tela, 126x155cm. Coleção particular RJ (reproduzido em LINS, Roberto Hugo da Costa. Álbum João Batista da Costa, cento e vinte pinturas selecionadas. Rio de Janeiro: Edição do autor, 2012, p. 139.

Notamos que se trata de cenas de banho que se referem ao nu intimista o qual utiliza o distanciamento espacial como recurso para atenuar o pudor público. Não se trata de um nu antigo, o qual se utiliza do alegorismo como forma de atenuação do pudor. Entretanto, a pose na qual o corpo feminino foi colocada é uma posicionamento comum às representações de Vênus. Notamos, então, que o pintor trás elementos dos nus antigos para o nu intimista o que mostra a sobrevivência dessa pose que está presente nas representações de nus tradicionais em uma outra temática: as cenas de banho. “Corpos que (...) podem ser apresentados enquanto belos objetos de contemplação mais antropológica que erótica”. (PESSANHA, 1992: 45)

Em seus traços o artista mostra a recorrência dos estudos trabalhados pela Academia. Ivan Coelho de Sá, em sua tese *Academias de modelo vivo e bastidores da pintura Acadêmica brasileira: a metodologia na matriz francesa e a sua adaptação no Brasil do século XIX ao início do século XX*, trabalha com uma análise dos estudos de nu durante as reformas acadêmicas no Brasil, postulando que “o modelo que norteava a metodologia acadêmica de ensino da figura ainda era o modelo ideal,

clássico.” (SÁ, 2004:337) Em outro momento, o autor destaca que “os alunos acabavam usando mais a imaginação, idealizando formas e proporções, do que copiando exatamente os modelos que permanecem apenas como uma referência estrutural.” (SÁ, 2004: 426) Percebemos que dentro da Academia existiu uma tendência à idealização das formas. Sendo que Baptista da Costa se formou na Academia Imperial de Belas Artes, é evidente que exista uma presença desses estudos na sua forma de desenhar.

Ao passo que o artista demonstra uma continuidade dos estudos Acadêmicos clássicos, podemos perceber a descrição da anatomia do corpo acentuando uma sexualidade. Levando em consideração a colocação de Ivan de Sá Coelho que caracteriza alguns trabalhos como idealismo-científico, percebemos a presença da representação carnal nessa obra de Baptista da Costa. Para o autor “tratava-se de conjugar duas vertentes opostas mas que, para a Academia, acabava tendo um sentido prático: o idealismo clássico do belo e o cientificismo, este, em sintonia com os estudos ‘avançados’ de anatomia no século XIX.” (SÁ, 2004: 435)

Baptista da Costa concilia essa pose tradicional da academia, que é um elemento iconográfico presente nas representações da Vênus, com uma plasticidade moderna² em que suas pinceladas são mais livres fazendo-nos perceber a presença da tinta, e da textura desse corpo. O pintor descreve a anatomia do corpo sendo esta uma forma de representa-lo de uma maneira mais natural. Essa plasticidade também pode ser observada no plano de fundo em que o pintor ataca o quadro com suas pinceladas rápidas e livres. Assim como na tela a seguir.

² Moderna no mesmo sentido que Camila Dazzi utiliza em sua tese de doutorado para falar da Reforma da Academia Imperial de Belas Artes de 1890 em que esta passa a se chamar Escola Nacional de Belas Artes. DAZZI, Camila. “*Pôr em prática a reforma da antiga Academia*”: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890. Tese de Doutorado em História e Crítica da Arte- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Belas Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, PPGAV, 2011.

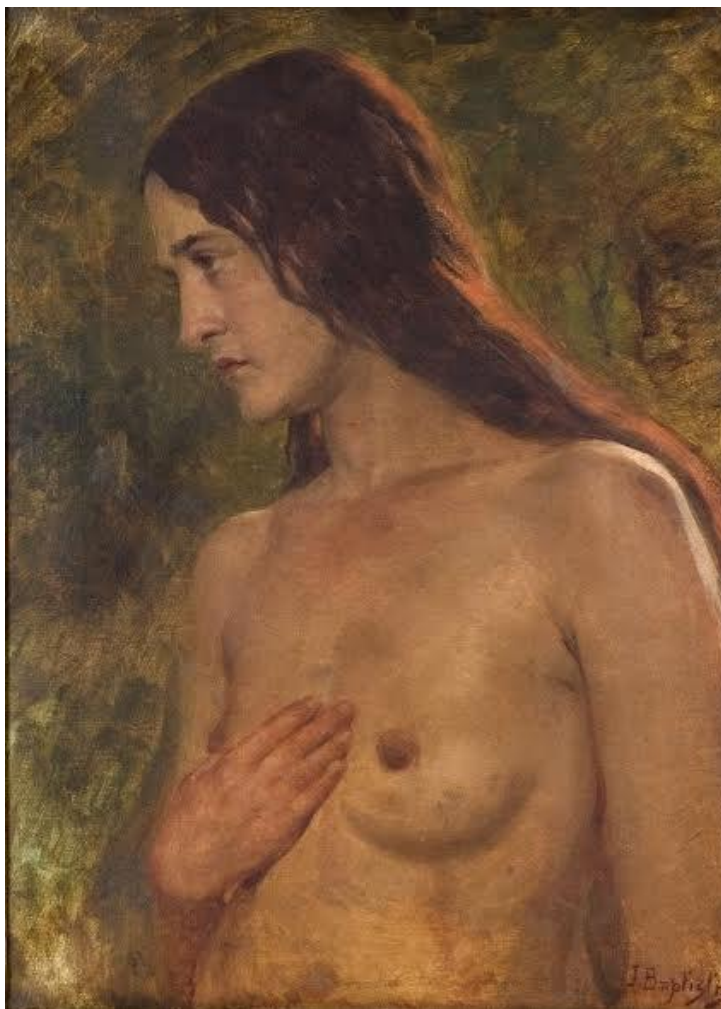


Figura 7: Baptista da Costa. Nú. s/data. óleo sobre tela. 58,2x43,2cm. Pinacoteca Aldo Locatelli. Fotógrafo: Flavio Krawczyk.

Com pinceladas livres numa mistura dos tons ocre, amarelo e verde o pintor nos apresenta esse plano de fundo que se assemelha ao do estudo de nu localizado no Museu Mariano Procópio. Percebemos que o pintor trabalha na descrição da anatomia desse corpo em que o pintor insere um elemento nesse busto, a mão da mulher que se toca entre os seios, deixando os dedos a mostra para que ele possa trabalhar na descrição dessa mão.

Os quadros observados acima nos mostram que Baptista da Costa representa o corpo feminino de uma forma semelhante em seus quadros. A forma com que o artista trabalha a descrição do corpo, a paleta de cores utilizada, até mesmo o tipo de corpo representado são similares. Percebemos uma influência dos estudos acadêmicos principalmente no que diz respeito às especificidades do desenho, no trabalho geométrico, da tridimensionalidade do corpo, ao mesmo tempo, ele confere suavidade às

linhas desse desenho, de forma que esta dá lugar à pincelada e a tinta, nos apresentando um corpo em que percebemos sua massa e descrição anatômica.

BIBLIOGRAFIA:

CLARK, Kenneth. *O nu: um estudo sobre o ideal em arte*. Lisboa: Editora Ulisseia. Tradução Ernesto de Sousa, 1998.

DAZZI, Camila. *“Pôr em prática a reforma da antiga Academia”: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890*. Tese de Doutorado em História e Crítica da Arte- Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Escola de Belas Artes, Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, PPGAV, 2011.

PESSANHA, José Américo. Despir os nus. In: MESQUITA, Ivo (curadoria). *O desejo na academia*. São Paulo. Pinacoteca do Estado, 1992. p. 43-51. Catálogo de exposição.

SÀ. Ivan Coelho de. *Academias de modelo vivo e bastidores da pintura Acadêmica Brasileira: a metodologia de ensino do desenho e da figura humana na matriz francesa e sua adaptação no Brasil do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Letras e Artes – Escola Nacional de Belas Artes. 2004.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

Dimensões do mundo rural brasileiro: territórios, gentes e suas disputas (séculos XIX e XX)

Coordenadores:

Henrique Dias Sobral Silva – Mestre em História pelo PPHR-UFRRJ.

Max Fabiano Rodrigues de Oliveira – Doutorando em História pelo PPHR-UFRRJ.

O simpósio propõe-se a incorporar pesquisas sobre questões teóricas e estudos de caso que comportem problemáticas voltadas ao entendimento do mundo rural a partir da estrutura agrária brasileira. Congregando pesquisadores das Ciências Humanas, o objetivo é debater pesquisas que se dediquem a processos sociais vistos sob a ótica da História agrária renovada, redimensionando a influência de fatores ditos externos, legais, macroeconômicos ou macro políticos, tradicionalmente vistos como os motores das transformações no mundo rural.

Em vista disso, serão acolhidas comunicações que se dediquem ao mundo rural em diferentes abordagens, com foco em reflexões sobre territórios, o papel da Lei de Terras (1850), usos de terras coletivas, usos e costumes no campo, a relação entre direitos de propriedade e proprietários, formas de dominação, ação e resistência camponesa. Tendo prerrogativas os trabalhos com temporalidades referentes aos séculos XIX e XXI, independente da curta ou longa duração, na História do Brasil. Ademais, estimulam-se apresentações de conceitos e técnicas de pesquisa, tecnologia de pesquisa para a área e abordagens pedagógicas que integrem o ensino às problemáticas em tela.

Assim, confiamos na importância do debate sobre o mundo rural, visto que comporta aspectos acadêmicos e sociais de grande destaque. Primeiro, pela renovação das pesquisas na área, somado a um esforço de integração com o Direito e as Ciências Sociais.

Essa tarefa tem sido encampada especialmente pelos pesquisadores da Rede Proprietas e do Núcleo de História Rural, que reúnem historiadores coordenados pela professora Márcia Motta (UFF) entre outros pesquisadores da área lotados na UFF, FGV, UFRN, UFRRJ, além de outras universidades. Compartilhando da mesma agenda, cooperamos com mais essa oferta de espaço de discussão de pesquisas, promovendo um ambiente de debate na área de história com ênfase nas discussões sobre o mundo rural e seus gradientes temáticos. Nosso propósito é também compartilhar experiências de pesquisa, na tentativa de superar dificuldades da pesquisa historiográfica, construindo coletivamente espaços de interação entre pesquisadores de diferentes níveis, visando o exercício de colaboração acadêmica.

Segundo fator de destaque, a questão agrária na atualidade, ainda gera sobreposições de direitos e carrega rastros de luta e violência. Características que podem ser acentuadas, especialmente na atual conjuntura de retração político-econômica pautada por exonerações de servidores, revogações de projetos para o meio rural e a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Amparando-se esse simpósio também em uma temática de relevo na construção de uma história engajada. Distante da utopia da revolução que não ocorreu, mas no sentido atribuído pelo historiador Eric Hobsbawm (1998), de uma história comprometida com as problemáticas de seu tempo, na qual o papel do historiador se apresenta como determinante na reflexão e ação acerca do mundo contemporâneo.

A partir desse referencial teórico-político, essa proposta congregou diferentes coordenadores e recebeu estudantes universitários de distintos níveis e instituições na V e VI edição do Encontro de Pesquisa em História (EPHIS) na UFMG, e na XXXII Semana de História da UFJF em 2016. Em suas distintas composições, o referencial de colaboração e debate amplo sobre a questão agrária no Brasil manteve-se como horizonte de debates entre os participantes e foi possível estabelecer contato e o compartilhamento de métodos, leituras e técnicas de pesquisa com uma rica diversidade de pesquisadores/as e seus objetos de pesquisa.

Em síntese, ao reunirmos pesquisadores dedicados aos estudos sobre o mundo rural, acreditamos que será possível revalorizar especificidades e contribuições a problemáticas clássicas e atuais dessa área. Assim, a proposta representa uma oportunidade para compartilhar experiências dando lugar ao caráter experimental da pesquisa em história, possibilitando aos pesquisadores e pesquisadoras debater, aprender e sugerir metodologias consolidadas ou em construção, colaborando com o crescimento da reflexão sobre a História Agrária e Rural no Brasil.

O VERDE NOS ANOS DOURADOS: ABORDAGENS DA POLÍTICA FLORESTAL JUSCELINISTA (1956-1961)

Filipe Oliveira da Silva*

RESUMO:

A gestão presidencial de Juscelino Kubitschek (1956-1961) é marcada na historiografia pela sua política nacional-desenvolvimentista. A esteira disso, os estudos que o remetem, por vezes, sublimaram a agência da natureza durante esta conjuntura ou trataram-na de maneira secundária e pouco significativa para a compreensão deste período. No escasso leque de trabalhos que a mencionam, o enfoque é concedido às práticas destrutivas do mundo biofísico, destacando-se o avanço das fronteiras para o Oeste do território nacional, através da construção da nova capital federal, Brasília. Não ocultando esta face já conhecida da política JK, este trabalho busca realçá-la à proposta concomitante de proteção das matas brasileiras. Pretende-se investigar que, em meio a aceleração do processo urbano-industrial, a elite técnica juscelinista articulou iniciativas de minimização da degradação das florestas.

Palavras-chave: Juscelino Kubitschek – Política Florestal - Nacional-desenvolvimentismo.

THE GREEN IN THE GOLDEN YEARS: JUSCELINISTA FOREST POLICY APPROACHES (1956-1961)

ABSTRACT:

The presidential administration of Juscelino Kubitschek (1956-1961) is marked in historiography by its national-development policy. In the wake of this, the studies that refer to it sometimes sublimated the agency of nature during this conjuncture or treated it in a secondary and insignificant way for the understanding of this period. In the scarce range of works that mention it, the approach is granted to the destructive practices of the biophysical world, highlighting the advance of the borders to the West of the national territory, through the construction of the new federal capital, Brasília. Not hiding this face already known JK's Policy, this work seeks it to the concomitant proposals of protection of Brazilian forests. It is intended to investigate that, amidst the acceleration of the urban-industrial process, the juscelinist technical elite articulated initiatives to minimize the degradation of forests.

Keywords: Juscelino Kubitschek – Forest Policy – National-Developmentalism.

* Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Contato: filipe_oliveira_da_silva@hotmail.com

Sr. Ministro,

A devastação de nossas matas está assumindo proporções de verdadeira calamidade nacional. Por toda parte, em minhas viagens pelo interior do país, tenho observado as graves consequências deste desgaste imprevidente de nossas florestas, dilapidadas e empobrecidas em suas riquezas por processos primitivos de exploração.

(...) Urge promover um entrosamento dos órgãos responsáveis pela conservação do nosso patrimônio vegetal, de modo a evitar a dispersão de esforços e a permitir que se coíba, por todos os meios, a ação dos devastadores.

A conservação do solo, a proteção dos mananciais, a preservação dos microclimas e a regularidade do regime pluviométrico – elementos indispensáveis ao equilíbrio ecológico – exigem a desvelada e persistente defesa do nosso painel florístico, como imperativo superior da economia e do bem-estar da nossa coletividade.

(...) este ministério deverá instituir, imediatamente, um Grupo de Trabalho que formule um plano de ação pronto e eficaz. Tal plano deverá estar pronto antes do dia 21 do corrente, dia consagrado à árvore, a fim de que possamos iniciar, nesse ensejo, a execução do amplo programa de reflorestamento e defesa do patrimônio florestal.

Juscelino Kubitschek
(AZAMBUJA, 1993, p.71)

Redigida em 4 de setembro de 1958 em uma conjuntura de “grande seca” que assolava o Nordeste e sob o avanço do processo urbano-industrial, a correspondência acima ilumina representações acerca da natureza em período áureo do nacional-desenvolvimentismo. Apesar de longa e repleta de argumentos científicos em favor da manutenção das florestas, a missiva assinada pelo presidente da República Juscelino Kubitschek (1902-1976) e destinada ao ministro da agricultura Mário Meneghetti (1905-1969) lança feixes de luz sobre horizontes nebulosos da política juscelinista.

Reconhecido pelo ímpeto industrial de seu governo do qual foi baluarte do *slogan* de realizar em um quinquênio o crescimento econômico equivalente a cinco décadas, Kubitschek ocupa as páginas da historiografia como o modelo mais bem-acabado do projeto desenvolvimentista. Por consequência, enumeram-se a ele um repertório de ações e práticas que valorizam o enfrentamento do mundo natural e a deterioração do mundo biofísico. No entanto, como a epígrafe expõe, o presidente da República não descartou a realização de uma política que coibisse a devastação das matas.

Pautando-se neste perfil conservacionista expresso pela datilografia desta carta, pode-se sugerir que o governo JK se tenha interessado por estabelecer um modo próprio de interação com a natureza a partir de um plano de ação sobre as florestas. Logo, emergem as seguintes indagações: quais seriam as medidas ou iniciativas que estabeleceu? Quem eram os agentes e sujeitos históricos

que participaram deste processo? Ou, em outros termos, busca-se investigar como o seu governo pretendia compatibilizar proteção à natureza e desenvolvimentismo.

O presente ensaio ecohistoriográfico tem a finalidade exatamente de fornecer uma possibilidade de resposta concisa que busque expor as matrizes destas indagações. Ou seja, examinamos o processo de formulação de políticas de proteção à natureza entre 1956 e 1961, período em que esteve a frente do poder executivo nacional. Por intermédio do cotejamento de fontes que contemplam discursos, mensagens presidenciais, correspondências, documentos oficiais, periódicos e registros memorialísticos, destaca-se como estes dois elos – quais sejam, a conservação das florestas e o desenvolvimento econômico – foram intimamente imbricados pela elite técnica juscelinista.

Para tanto, segmentamos esta narrativa em dois momentos: o primeiro deles refere-se a uma crítica historiográfica aos trabalhos dedicados à investigação deste mandato presidencial. Refletimos, posteriormente, acerca das políticas de proteção à natureza que foram realizadas pelo juscelinismo. Esta proposta não tem por interesse enaltece-lo por uma posição favorável às matas, tampouco abdicar dos impactos ambientais que a sua política econômica acarretou. Ao contrário, o que pretendemos é evidenciar as múltiplas representações de natureza que estavam em jogo neste campo social. Isso significa que, para além do conhecido “enfrentamento da floresta” que percebia o mundo biofísico como obstáculo ao progresso, coadunavam-se propostas de proteção.

ENTRE O SILÊNCIO DAS MATAS E O RONCO DO TRATOR:

A literatura acerca do governo JK é ampla, difusa e diversificada. Isso significa que a textualidade que remete à sua gestão presidencial é composta de múltiplos autores, desde simpatizantes a detratores, de abordagens que perpassam a economia, cultura e política, bem como de temas que mobilizam diversos enfoques. No que concerne ao lugar da natureza neste governo duas posições devem ser sublinhadas, qual seja, a do *silêncio* em relação a ela e a percepção de *destruição* do mundo natural. Ambos grupos apresentam características divergentes, principalmente, em relação ao seu período de produção destes saberes.

O silêncio das matas:

O primeiro grupo historiográfico refere-se aqueles que negligenciam ou marginalizam a natureza como agente histórico do período. Correspondem, principalmente, a trabalhos datados das décadas de 1960 até 1990. Em se tratando dos primeiros estudos que coligiram informações sobre o governo Kubitschek seria demasiada pretensão buscarmos neles fontes que explanassem políticas de proteção do ambiente físico em suas narrativas. Boa parcela de autores desse grupo experienciaram o governo JK, tais como intelectuais da estirpe de Thomas Skidmore e Francisco de Assis Barbosa.

Para ambos autores o ano de 1967 foi decisivo na elaboração de representações sobre o período JK. Neste momento, o norte-americano Skidmore que havia recebido uma bolsa de financiamento de pesquisas para o estudo da América Latina publicou sua obra *“Politics in Brazil, 1930-1964. An experiment in Democracy”*. Esta começou a ser esboçada desde 1964, momento de implantação da ditadura civil-militar no país e da segunda viagem de Skidmore ao Brasil, que somente conseguiu ser publicada após resistências entre as casas editoriais norte-americanas. Adquirindo tradução ao português em 1969, a obra não pode ser analisada destituída de seu contexto de emergência dos estudos de áreas na academia norte-americana e sob interesse estatal para estreitar as relações com os países latino-americanos após a Revolução Cubana (CARRIJO, 2007, p.96).

Em que pese às críticas ao seu possível “colonialismo epistemológico” e intervenção direta sobre os acontecimentos políticos nacionais, Skidmore e outros brasilianistas buscavam suprir uma lacuna do pensamento social brasileiro. Enquanto os historiadores nacionais recuavam sua argumentação para o período colonial e atingindo no máximo o ano de 1930, Skidmore produziu um discurso historiográfico sobre o tempo recente, no qual as testemunhas estavam vivas e atuantes no cenário nacional.

O capítulo que expõe o período JK sintetiza-o como os “anos de confiança”. (SKDIMORE, 1982, p.203-230). Tratam-no como um dos poucos mandatos na experiência democrática brasileira que foram cumpridos em sua plenitude, embora tivesse emergido sob contexto de tentativas golpistas de 1955. A pretensão de industrialização, as dificuldades de financiamento das medidas por parte de organismos internacionais e as relações do Estado com os grupos sociais (empresariado nacional, intelectuais, proprietários rurais, classes médias e trabalhadores) foram problematizadas. No entanto, esta estrutura sociopolítica não se enraíza em um mundo biofísico. Não há qualquer intencionalidade de questionar os recursos naturais empregados pela aceleração da industrialização ou, quíça, apontar as iniciativas florestais de Kubitschek.

O prefácio desta obra de Skidmore foi redigido por Francisco de Assis Barbosa. Este também teve em 1967 uma publicação notória para o estudo do regime JK (BARBOSA, 1967). O historiador brasileiro não poupou elogios a esse governo, do qual ele tinha sido assessor de documentação da presidência, apontando como um presidente dotado de “prudência e habilidade” e que conseguiu impor sua personalidade “otimista, entusiástica e eufórica” (*Ibidem*, p.185). A única anotação que realiza sobre o ambiente físico é meramente pontual, embora incisiva. Assinalou que a construção da Estrada Belém-Brasília dobrava um tabu que resultou na seguinte assertiva: “a selva fora dominada” (*Ibidem*, p.204).

Barbosa não se contentou com o breve capítulo e compôs uma biografia do presidente bossa nova (BARBOSA, 1988). Tal gênero literário gerou um prestígio deste historiador no campo intelectual, tendo redigido biografias do escritor boêmio Lima Barreto e do cientista Santos Dumont. Na biografia de JK o estilo ascendente do presidente é enaltecido. Desponta-o como de origem humilde, cujo avô era marceneiro e pelo lado materno era oriundo de pequenos comerciantes de diamantes. Apesar desse passado, tornou-se presidente empenhado na interiorização do território nacional. Não há na textualidade enfoque sobre suas políticas de proteção à natureza, embora sejam descritas as paisagens que estavam na memória afetiva do protagonista.

No prefácio desta biografia, Barbosa assevera que os estudos sobre JK se aprofundaram nos anos de 1970 com a tese de doutoramento de Celso Lafer (defendida no campo da ciência política em 1970 na Universidade de Cornell e somente traduzida tardiamente no Brasil em 2002), além do estudo de Miriam Cardoso e de Maria Victória Benevides. Ambos trabalhos enfatizam uma perspectiva político-econômica dessa gestão promovendo, cada qual à sua maneira, uma análise sobre o Plano de Metas. Lafer insere esse conjunto de medidas enquanto, definitivamente, um programa bem-sucedido e planejamento econômico bem estruturado que inclui variáveis de participação (graus e formas de participação de setores da população nesse sistema político democrático), operacionais (que busca entender a racionalidade e a eficiência deste plano econômico) e, finalmente, direcionais (que observa a finalidade desse plano voltado ao desenvolvimento econômico). (LAFER, 2002)

Miriam Cardoso, por sua vez, esteve interessada na comparação de JK ao governo de Jânio Quadros a partir de categorias sociais como desenvolvimento e subdesenvolvimento, nação e estrangeiro, Estado e iniciativa privada; atitude política geral; a relação entre governo e povo; a formação da consciência e a composição social. Em sua ótica, o programa de metas esteve no interior

de um projeto de desenvolvimento econômico que pretendia exaurir as bases do pobreza e instaurar a prosperidade material da nação. (CARDOSO, 1978)

Benevides, ainda em seus agradecimentos, expõe correspondência trocada com JK que ilustra a proximidade entre a intelectual e o antigo presidente. A questão que a intrigava era sobre a maneira pela qual o governo JK conseguiu assegurar desenvolvimento econômico e estabilidade política. A hipótese central que desenvolveu para responder a esta questão não foi muito distante daquela que tinha sido esboçada por Barbosa. Tratou de enfatizar a “habilidade” do presidente e seu estilo conciliatório. A autora apontava, portanto, que ocorreu entre 1956 e 1961 uma conjuntura favorável no qual Forças Armadas (em especial o Exército) e o Congresso (cuja base estava voltada na junção entre o PSD e o PTB) atuaram para a implementação do Programa de Metas. (BENEVIDES, 1976)

Dos três últimos autores apresentados, esta última é aquela que mais se aproxima da intenção de inserir o mundo biofísico como ator que esteve em meio às intrincadas relações de forças existentes neste governo. Ao apresentar sua proposta teórica, a autora chega a afirmar que “as condições do meio ambiente modificam e afetam o funcionamento do sistema político”. (*Ibidem*, p.34). A despeito disso, a variável da natureza é abandonada em sua análise, mantendo o negligenciamento que os demais intelectuais realizam.

Em linhas gerais, esta perspectiva da literatura observava, na verdade, o planejamento econômico do Brasil nos anos JK em que a natureza é mera externalidade e não se colocava como fator limitante para o desenvolvimento econômico. Dae Won Choi, por exemplo, orientado pela sociologia do desenvolvimento de Octávio Ianni, reiterava o plano de metas como uma transformação significativa do modelo de substituição das importações. Conforme Choi, através deste programa implementado por Kubitschek, ocorreu uma penetração do capital estrangeiro sobre o aparelho estatal. Sendo assim, diferentemente de Vargas que pretendia configurar um sistema capitalista nacional, JK seguiu diretrizes do capitalismo dependente por intermédio do tripé Estado, iniciativa privada e capital estrangeiro. (CHOI, 1987). A economia e a modernização, sobrevalorizada na narrativa do sociólogo, obscurece a o mundo biofísico como agente e os impactos ecológicos – nas diversas escalas geográficas – que esse processo resultou. Ou seja, novamente o silêncio pairou sobre a degradação ambiental e as possíveis mitigações propostas pelo Estado.

O ronco do trator:

Uma segunda tendência historiográfica que é possível sublinhar diz respeito àqueles que assinalam o processo destrutivo frente à natureza do regime JK. Essa interpretação tem-se enfatizado nas últimas duas décadas com o crescimento dos estudos da historiografia que preconiza as culturas políticas, o meio ambiente e as ciências enquanto construções sócio-históricas. São trabalhos que emergiram, predominantemente, a partir de meados dos anos de 1980, quando a questão ambiental ganhou, definitivamente, proeminência no debate público. Se o primeiro grupo silenciava a natureza em suas narrativas, esse produz um ruído ensurdecido e estridente do ritmo da devastação florestal, a tal ponto de levantar as catástrofes naturais e os conflitos geohistóricos, sem perceber, contudo, as medidas compensatórias que o regime JK buscou operacionalizar.

A dissertação de mestrado defendida por Ana Maria Ribas Cardoso (1990) que inscrevia sua análise sob o olhar da “história das mentalidades” à revelia dos clássicos trabalhos anteriores formulou, por exemplo, uma narrativa que concebia a construção de Kubitschek como um mito político que não acantonou a natureza do horizonte historiográfico. Uma de suas principais contribuições para as intenções deste texto, contudo, foi a menção da seca de 1958 enquanto um fato de impacto para a economia nordestina, bem como a análise do processo de interiorização territorial a partir da construção imaginária de Brasília enquanto dotado da paisagem de Canaã ou da “terra prometida” (*Ibidem*, p.98).

Seguindo a mesma orientação de constatar a construção na memória social do presidente Kubitschek, Rosilene Montenegro evidencia que esse discurso presidencial associava-se à imagem do bandeirante. Tomando como estudo os discursos, biografias e memórias sobre JK, Montenegro acentua que a ele imbuíam-se metáforas de um o espírito aventureiro, desbravador e conquistador do território nacional. (MONTENEGRO, 2001, p.357) Nesse sentido, Montenegro, tal como Ana Maria Ribas Cardoso, concede atenção especial às catástrofes naturais das estiagens nordestinas e a construção de Brasília.

Acerca deste último evento, o estudo do geógrafo José William Vesentini se ocupou de traçar motivações geopolíticas da transferência da capital. (VESENTINI, 1986). De acordo com o geógrafo, a construção de Brasília transformava a natureza primitiva em mercadoria, esteve vinculada a um processo de reinvenção da democracia brasileira, a um interesse de ocupação do *heartland* (terra do coração, demonstrando afeto sobre o espaço geográfico nacional), de articulação de um rede de transportes no país, bem como envolta por preocupações com as fronteiras do Brasil. Sua abordagem reporta-se ao intrincado debate entre espaço, natureza e território. Vesentini, porém, com suas

matrizes afincadas sobre o marxismo refletiu sobre a exploração do trabalho e da natureza convertida em recurso, sem, contudo, evidenciar a contribuição de JK para a conservação da natureza.

Para além dos tijolos de Brasília e das secas de 1958, um evento significativo para esta historiografia que concede destaque à destruição da natureza foi a construção de estrada de Belém-Brasília. Se no primeiro grupo Francisco de Assis Barbosa chegou a mencionar, de modo breve e secundário, sobre o domínio da “selva”, os trabalhos desta vertente aprofundam a discussão. O enfoque que é colocado diz respeito à expansão das áreas agrícolas e disputas territoriais entre proprietários fundiários e populações ribeirinhas e indígenas. Esses autores parecem retomar as contribuições da historiografia norte-americana de Frederick Turner, bem como dos historiadores Capistrano de Abreu, Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Holanda para trabalhar com o conceito de “fronteira” ou “sertões” como mecanismo de formação da nacionalidade.

Vânia Maria Lousada Moreira, situada nesse *corpus* textual, considera que JK foi tributário do projeto de colonização da Marcha para Oeste que adquiriu expressão no governo Vargas. No entanto, a organização fundiária e ampliação do mercado interno de terras foi radicalmente modificada. Para Moreira, JK apoiou a apropriação espontânea do solo e prejudicou, principalmente, as comunidades de posseiros, indígenas e ribeirinhas. (MOREIRA, 2016, p.186). A destruição, para além de atingir as comunidades humanas afetou diretamente as dinâmicas espaciais e paisagísticas, além de promover o desenvolvimento da indústria automobilística (WOLFE, 2010).

Tal argumento é corroborado, cada qual a seu modo, por Rômulo de Paula Andrade, Sandro Dutra e Silva, além de Jorge Luiz Romanello. O primeiro, enraizado sobre a história ambiental de Warren Dean (1996), sobrevaloriza a destruição das matas durante o governo JK. Andrade assinala que nas falas oficiais o que se percebe é um “pensamento (anti)ambiental” (ANDRADE, 2012). Certamente, esta linguagem desenvolvimentista é repleta de vocábulos que representam a natureza como obstáculo a ser ultrapassado ou vencido. No entanto, o discurso é ambíguo, pois contempla dimensões de proteção, tais como a correspondência pública citada no início de nosso texto. Este possível horizonte ecológico do presidente JK ainda é algo a ser investigado.

Sandro Dutra e Silva, por sua vez, examinou o abate do último jatobá da floresta Amazônica por onde atravessaria a estrada Belém-Brasília (SILVA, 2012). Segundo o historiador, este ato protagonizado por Kubitschek simbolizou a conquista territorial e a materialização da construção da rodovia. Tal como Rosilene Montenegro, Silva recorre à imagem de que JK buscava um arquétipo do herói do progresso e desenvolvimento e dotado do espírito bandeirante, dimensão esta que perdura

no imaginário. Portanto, debruça-se no enfrentamento da natureza sem, contudo, apresentar uma face de proteção a ela que o governo JK buscou implementar.

Romanello (2006), investigando o conceito de natureza na revista *O Cruzeiro*, impresso de propriedade do empresário Assis Chateaubriand – sujeito histórico beneficiado pelo Plano de Metas –, elucidou que as fotografias do periódico expressavam os desastres naturais (sobretudo enchentes no Centro-Sul e secas nordestinas), bem como apresentava a natureza como possibilidades econômicas para o crescimento e progresso nacional. Embora seja abordada na narrativa como conceito-chave, não é percebida as políticas de minimização da degradação ecológica das políticas desenvolvimentistas.

Enquanto Romanello tomou por base o magazine *O Cruzeiro*, outro impresso que valorizava a imagem de JK era a revista *Manchete*. Examinando este periódico Pedro Augusto Santos também concedeu destaque ao processo de conquista territorial, em especial, quando investiga a cobertura da revista às políticas de valorização econômica da Amazônia. O autor reitera a construção da imagem de bandeirante e desbravador de JK e, ademais, caracteriza o governo como aquele que buscava transformar e dominar a natureza para incorporar o Brasil a si mesmo, bem como livrá-lo, definitivamente, do “complexo colonial” (SANTOS, 2002, p.63).¹

O fotojornalismo de *O Cruzeiro* e *Manchete* foi investigado por Maria Leandra Bizello. Em sua análise considera que as fotografias jornalísticas, sobretudo da construção de Belém-Brasília eram, em sua maioria, aéreas, pois transmitiam a ideia de que a floresta era grandiosa, demandando um esforço humano para subjugar-la e dominá-la. (BIZELLO, 2008, p.199). A interpretação de Bizello, tal como dos estudiosos deste grupo parecem manter a lógica da natureza sob o verniz da dominação e conquista territorial. Em vez de afirmar, como Francisco de Assis Barbosa sugeriu em 1967 que a “selva” havia sido, de fato, dominada, os autores buscam evidenciar como o imaginário da dominação à natureza foi uma imagem repercutiu neste governo JK.

Esta representação de bandeirante de JK também é expressa no trabalho de Ivany Neiva que investiga as correspondências de pessoas do comum enviadas ao presidente. Em uma das cartas analisadas em seu trabalho, a autora menciona que uma habitante de Juiz de Fora escreveu ao

1 A mérito de esclarecimento os periódicos, de maneira geral, têm sido comumente revisitados como *fonte e objeto* pelos historiadores a fim de compreender este momento da história contemporânea brasileira. Em geral, incluem-se no primeiro grupo de trabalhos que silenciam a natureza como problema histórico. Entre os materiais privilegiados constam o *Correio da Manhã*, a *Tribuna da Imprensa*, o *Diário de Notícias*, entre outros. (ARAGÃO, 2006; AMORIM, 2008; LUFT, 2011; PANTOJA, 2012; AREAS, 2013)

presidente contando-lhe sobre a comercialização de mudas de árvores - em especial, de coqueiro-anão – que estabelecia com Bernardo Sayão, antes deste falecer pela queda de um jatobá na construção de Belém-Brasília. (NEIVA, 2008, p.79) A autora esteve interessada na linguagem coloquial e não culta da fonte histórica, porém, para nosso trabalho pode indicar a colaboração ativa de pessoas na proposta de reflorestamento nacional. Não há, porém, menção a este projeto florestal por parte da autora.

Ricardo Maranhão, dentre os autores dessa tendência historiográfica, foi aquele que mais se aproximou dos interesses desse trabalho. Apesar de sua obra associar, tal como os demais, a construção de estradas de rodagem cortavam “a Amazônia e os cerradões do Brasil Central” à lógica de expropriação capitalista, com uma abertura ao grande capital por meio da agricultura e mineração, Maranhão vai além. No início da obra, acentua uma passagem do discurso oficial juscelinista que demonstrava o que considerava ser uma “antevisão das preocupações atuais dos defensores ecológicos da natureza”. (*Ibidem*, p.8-9) Na verdade, antever nos parece um vocábulo pouco adequado a esse contexto. O que se tem, entretanto, é um efetivo imaginário de proteção à natureza com suas especificidades temporais, do qual buscamos sublinhar nas linhas que se seguem.

O OURO VERDE NO RELICÁRIO DA NAÇÃO:

A despeito do silêncio da historiografia ou, simplesmente, do ressoar de sua agonia destrutiva, a natureza foi representada durante o período JK como um tesouro da nação. Mas, quais fatores motivaram essa gestão presidencial a reservar ao mundo biofísico um espaço no relicário da nacionalidade? Várias razões podem ser apontadas para justificar as preocupações ecológicas do Governo JK. Para fins analíticos deste texto pode-se mencionar os fatores exógenos e endógenos situados naquele contexto histórico.

Quanto as motivações externas, ocorre *a priori* uma sensibilidade de autodestruição humana provocada pela Segunda Guerra Mundial aprofundados pela corrente existencialista na filosofia dos anos 50, a suposta cobiça estrangeira aos recursos naturais brasileiros e o alcance do debate científico internacional. Em acréscimo, revela-se, internamente, uma nostalgia em relação às paisagens pretéritas ao processo urbano-industrial, a intensificação de desastres ambientais, bem como a pressão de entidades civis e da imprensa dedicadas à proteção da natureza.

Diante disso, é preciso apontar aqui, minimamente, as linhas de atuação da política florestal juscelinista. Tal política era implícita no Plano de Metas de Kubitschek, principalmente nos artigos que se referiam a necessidade de diversificação e aumento da demanda por fontes energéticas. É por esse motivo que “as metas florestais” - tal como periódicos oposicionistas como a *Tribuna da Imprensa* trataram em suas colunas – consistiram no plantio inicial de 60 milhões de árvores por ano. Ao final do quinquênio, o Brasil deveria passar a escala de 100 milhões de árvores cultivadas.

Nas próprias palavras que configurariam o plano de metas era preciso construir “uma política objetiva tendente a incentivar a criação de florestas artificiais e a exploração racional das florestas naturais, [que] devia-se associar ao esforço de introduzir novos métodos tecnológicos de utilização da madeira, da lenha e do carvão vegetal” (KUBITSCHKEK, 1955, p.66). Nesse sentido, o presidente e sua elite “técnica” se pautava em “abalizados agrônomos” para buscar estabelecer nas terras um terço de pastagens, um terço de cultivos e um terço de matas.

Sob o espectro pedagógico, a gestão florestal de JK buscou enfatizar o ensino de proteção às florestas primordialmente sobre os segmentos populares empregando os diversos meios de comunicação para além da educação escolar. Diante desse repertório social já experimentado historicamente no Brasil, o governo JK implementou em 1956 a *Campanha Nacional de Educação Florestal*. A campanha possibilitou a promoção de exposições com cartazes, distribuição de mudas de plantas, palestras, debates e exibições cinematográficas propondo o reflorestamento de áreas degradadas. Além disso, foram criados clubes agrícolas que estimulavam a jardinagem e arborização. (AZAMBUJA, 1993, p.36)

Ao nível do ensino superior foi criada durante a política JK a Escola Nacional de Florestas. (BRASIL,1960) Essa era uma reivindicação antiga de intelectuais - como o agrônomo Paulo Ferreira de Souza - que estava presente em artigos das primeiras edições da *Revista Florestal*, impresso que circulou no Brasil entre 1929 e 1949. Com o estabelecimento do decreto 48.247 em 30 de junho de 1960, o presidente Juscelino aderiu às antigas solicitações do campo das ciências florestais e instituiu aquela unidade que pretendia formar profissionais de ensino superior e técnicos especializados ao assunto.

Preocupado em assegurar as bases democráticas e constitucionais, esta gestão não poderia deixar de atender o que previa 175º artigo da Constituição em vigor – a de 1946. Pelas letras da carta magna, “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”

(BRASIL, 1946). Além deste compromisso, ainda zelava por manter os acordos e tratados estabelecidos ao longo do tempo, bem como ampliar outros. No tocante a proteção à natureza de mais ampla assinou-se o protocolo internacional de caça da baleia em 1956.

Neste plano jurídico-administrativo pode-se apontar que corriam entre os intelectuais ideias sobre a criação de um Ministério das Florestas, tais como sugeriam a carta do agrônomo e então presidente da FGV Luiz Simões Lopes endereçada ao presidente Juscelino Kubitschek, o agrônomo Luiz Simões Lopes. (LOPES, 1958). Além disso, apontava na carta que a construção de Brasília não era entendida como destruição do mundo natural, mas um modo do Estado incrementar a vigilância no interior sobre as matas (sobretudo da Companhia norte-americana Rio Impex que extraía indiscriminadamente cedro das florestas do Norte de Goiás) e aproximar-se da natureza dos sertões que representava a verdadeira brasilidade.

Juscelino optou, ademais, por garantir a estabilidade das principais instituições criadas no governo Getúlio Vargas para manter a racionalidade no uso dos recursos florestais. Entre os espaços institucionais que perduraram constam o Conselho Florestal Federal que foi reestruturado no período, bem como o Serviço Florestal e o Instituto Nacional do Pinho. Em funcionamento, estas instâncias foram responsáveis por implantar postos florestais volantes que se utilizavam de veículos automotivos para fiscalizar e monitorar os usos sobre as florestas.

No imaginário juscelinista o automóvel seria capaz de percorrer espaços distantes e inibir as práticas criminosas sobre as matas. Há de se registrar que as contravenções florestais adquiriram espaço em periódicos especializados nas questões florestais. Um caso ocorrido em 1957, porém, é notório, pois sugere a existência de punições àqueles que dilaceravam o código florestal em vigor. Tratava-se da condenação pelas derrubadas das florestas a Anésio Arcabs de Cantuária que era presidente da Câmara de Perdizes em Minas Gerais. Ele foi apontado pelo periódico Brasil Madeireiro como o primeiro a ser integralmente punido no Brasil por crimes florestais. (BRASIL MADEIREIRO, 1957).

As instituições que puniam também foram as mesmas que participavam a construção de Parques Nacionais. Entre as áreas protegidas criadas nesse governo estão, conforme indica a tabela:

TABELA: CRIAÇÃO DE PARQUES NACIONAIS NO GOVERNO JK		
Legislação	Parque Nacional	Área geográfica
Decreto 45.954 de 30/04/1959	Ubjara (CE)	563 hectares
Decreto 47.446 de 17/04/1959	Aparados da Serra (RS)	10.250 hectares

Decreto 47.570 de 31/12/1959	Araguaia (GO)	562.312 hectares
Decreto 49.874 de 11/01/1961	Emas (GO)	131.868 hectares
Decreto 49.875 de 11/01/1961	Tocantis (GO)	65.515 hectares

Além de parques nacionais criados, foram concluídas obras que ainda estavam em andamento, tais como a do Parque Nacional do Iguaçu que, apesar de criado em 1939, somente adquiriu neste governo um impulso para sua conclusão. Também criaram-se florestas nacionais, sob os mesmos parâmetros que indicavam os Estados Unidos. Entre elas estavam: o Jaíba, Curitibanos, Anhanguera, Apodi, Bocaina e Caxiuná. Estes levantamentos florestais passaram a ser feitos com aerofotogrametria e o governo brasileiro recrutou alguns técnicos estrangeiros, tais como André Aubreville, silvicultor das áreas coloniais francesas na África.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Ao final deste trabalho é possível apontarmos sinteticamente que o governo JK buscou estabelecer algum grau de negociações com o mundo biofísico a fim de conter o esgotamento dos recursos naturais. Apesar de reconhecido por caracterizar a natureza como obstáculo ao progresso e contribuir para obras de grandes danos ambientais, tais como alocação de barragens e usinas hidrelétricas, pavimentação de rodovias em áreas antes florestadas, bem como a construção de Brasília, a elite técnica juscelinista articulou como projetos de proteção à natureza.

Entre essas iniciativas estavam a reativação da política de parques nacionais (não somente de criação, mas de conclusão de obras anteriores); incentivos a práticas educativas de valorização da árvore como elemento simbólico nacional, sendo a Campanha de Educação Florestal iniciada em 1956 um exemplo; o emprego de veículos automotores como postos florestais volantes, destinados a fiscalização e monitoramento das matas; debates sobre a reescrita do código florestal; manutenção das instituições dedicadas às florestas na arquitetura estatal, bem como a contratação de cientistas de renome internacional no campo da silvicultura. Tais medidas se atentamente analisadas evidenciam que ao nível da política florestal, JK deu prosseguimento as atividades herdadas de Getúlio Vargas. Tal política permanecia, portanto, sob os vernizes principais do rigor da legislação e da disseminação da educação e da ciência como meios de solucionar o dito “problema florestal”.

FONTES DOCUMENTAIS:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

AZAMBUJA, David de. *Retrospecto da minha vida funcional, uma contribuição à memória florestal brasileira*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

BRASIL. Decreto 48.247 de 30 de junho de 1960. *Cria a Escola Nacional de Florestas e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-48247-30-junho-1960-387833-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 02.03.2017.

BRASIL MADEIREIRO. Rio de Janeiro, ano XII, n.121, p.46, Set-out. 1957.

CORRESPONDÊNCIA de Luiz Simões Lopes a Juscelino Kubitschek datada de 4 de Setembro de 1958. 2p. *Fundo arquivístico Luiz Simões Lopes*. Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo. Codificação: LSL 1909.08.01

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Diretrizes gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Secretaria de Documentação, 1955.

KUBITSCHKEK, Juscelino. *Meu caminho para Brasília: cinquenta anos em cinco*. v.3. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1978.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Rose Mary Guerra. *O governo JK e a revista Manchete: a criação do mito dos anos dourados*. 131f. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e projetos sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2008.

ANDRADE, R. P. *Conceitos de progresso e natureza na construção da Belém-Brasília*. In: 13º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2012. Universidade de São Paulo: São Paulo: *Anais eletrônicos...* Disponível em: <http://www.sbh.org.br/resources/anais/10/1344996001_ARQUIVO_SBHC2012.pdf> Acesso em: 05.04.2017.

ARAGÃO, Georgy Pontes Vieira de. *Meios de comunicação como construtores de uma imagem pública: Juscelino Kubitschek através das revistas Manchete e O Cruzeiro*. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e projetos sociais). Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006.

AREAS, Daiana Maciel. *O governo JK nas páginas do Correio da Manhã (1956-1961)*. 123f. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

BARBOSA, Francisco de Assis. O Quinquênio Kubitschek e as suas dificuldades iniciais. In: QUADROS, Jânio; FRANCO, Afonso Arinos de Mello (Orgs.). *História do povo brasileiro*. 1ªed, v.6. São Paulo: Jânio Quadros editores culturais, 1967, p.179-212.

_____. *Juscelino Kubitschek: uma revisão na política brasileira*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BIZELLO, Maria Leandra. *Entre fotografias e fotogramas: a construção da imagem pública de Juscelino Kubitschek (1956-1961)*. 332f. Tese (Doutorado em Multimeios). Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CARDOSO, Ana Maria Ribas. *O homem e o mito: revisitando os tempos JK (1956-1961)*. 283f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARRIJO, Maicon Vinícius da Silva. *O Brasil e os brasilianistas nos circuitos acadêmicos norte-americanos: Thomas Skidmore e a história contemporânea do Brasil*. 185f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CHOI, Dae Won. *Estado e industrialização tardia no Brasil: “Programa de Metas” (1956-1961)*. 222f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

CRONON, William. Un lugar para relatos: naturaleza, historia y narrativa. In: MÁRQUEZ, Germán Palácio; ULLOA, Astrid. (Orgs.). *Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropología y Historia, 2002

DUARTE, Renato (Org.). *A seca de 1958: Uma avaliação pelo ETENE*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Recife – Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HARRISON, Robert Pogue. *Forests: the shadow of civilization*. Chicago, Londres: Univesity of Chicago Press, 1992.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX – 1994-1991*. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Tradução Maria Victória Benevides. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

LUFT, Marcos Vinícios. A defesa da posse de Juscelino Kubitschek nas páginas do Diário de Notícias. *Thema*, v.8, n.1, p.1-15, 2011.

MARANHÃO, Ricardo. *O governo Kubitschek*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. *Juscelino Kubitschek: mitos e mitologias políticas*. 448f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.155-194.

NEIVA, Ivany Câmara. *Imaginando a capital: cartas a JK (1956-1961)*. 345f. Tese (Doutorado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. Tempos de JK: A construção do futuro e a preservação do passado. In: MIRANDA, Wander Melo. (Org.). *Anos JK: margens da modernidade*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Rio de Janeiro: Casa de Lúcio Costa, 2002, p.31-44.

PANTOJA, João Leonel da Rosa. *A batalha por Brasília: Tribuna da Imprensa x Diário Carioca (1956-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ROMANELLO, Jorge Luiz. *A natureza no discurso fotográfico da revista O Cruzeiro: paisagens e imaginários no Brasil desenvolvimentista, 1954-1961*. 269f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, 2006.

SANTOS, Pedro Augusto Gomes. *A classe média vai ao paraíso: JK em Manchete*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2002.

SILVA, Sandro Dutra e. No caminho, um jatobá: enfrentamento e devastação da natureza na conquista do “último oeste”. In: FRANCO, José Luiz de Andrade; SILVA, Sandro Dutra e; DRUMMOND, José Augusto; TAVARES, Giovana Galvão (Orgs.). *História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p.147-170.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. Tradução de Ismênia Dantas. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática, 1986.

WOLFE, Joel. The Multination solution: Juscelino Kubitschek and the National Auto industry. In: _____. *Autos and progress: the Brazilian search for modernity*. Oxford, Nova Iorque: Oxford University Press, 2010, p.113-143.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

História e Cidade: métodos, narrativas e disputas

Coordenadores:

Ana Carolina Oliveira Alves – Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História/UNICAMP.

Carolina Mól de Castro (Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia/UFF.

O presente simpósio temático tem como objetivo reunir trabalhos resultantes de pesquisas dedicadas à relação entre as ciências humanas e a cidade, pensando essa última a partir de suas múltiplas dimensões. A materialidade da cidade reflete as negociações entre distintos interesses e seu aspecto simbólico também as incorpora e revela muito da relação conflituosa estabelecida com este espaço. Essa pode se configurar a partir de ações de intervenção técnica de projetos dominantes, de denúncias realizadas por seus usuários e pelos usos e desusos do tecido urbano. A cidade, portanto, é pensada aqui não apenas como palco dessas ações de indivíduos ou grupos, mas entendida no seu processo de construção histórica. Entendemos, portanto, que a cidade é objeto de questionamento, reflexão e análise que envolve ações, atores sociais, eventos e acontecimentos. A partir dessas premissas, contemplaremos nesse simpósio estudos que busquem uma compreensão da morfologia social das cidades e investigações que se dão sobre conflitos urbanos, confrontos e disputas em torno de processos e projetos de renovação urbana, apropriações e desapropriações dos espaços de uso coletivo, bem como dinâmicas dos processos que envolvem urbanização nas regiões periféricas e assentamentos de baixa renda. Assim, nossa proposta busca a promoção de uma discussão ampliada entre campos de investigação e epistemológicos convergentes, como a História Urbana, a Antropologia Urbana, a Sociologia Urbana e Arquitetura. Interessa-nos pôr em evidência os diversos modos de abordagem, de ver a cidade e, sobretudo, de narrar os processos reais que envolvem a cidade. Buscamos assim ampliar o debate e a interlocução das pesquisas que se dediquem a investigar as cidades e compreendê-las como fenômeno histórico e objeto que deve se reestudado a partir de suas variadas dimensões.

LOCALIZAÇÃO, QUALIDADE AMBIENTAL E HABITAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DO “MINHA CASA MINHA VIDA”: ESTUDO DE CASO DE JUIZ DE FORA - MG¹

Clarice Cassab²

Talison Paulo Ferreira³

Thais Mendes de Almeida Melo⁴

Lilian Aparecida de Souza⁵

RESUMO:

O trabalho tem o objetivo de compreender como os moradores do Parque das Águas, maior empreendimento do Minha Casa Minha Vida na cidade mineira de Juiz de Fora, vivenciam e significam a habitação. Para tanto foram considerados dois aspectos fundamentais na definição do ato de habitar: a localização e a qualidade ambiental.

Palavras-Chave: Minha Casa Minha Vida, Parque das Águas, Qualidade Ambiental.

LOCATION, ENVIRONMENTAL QUALITY AND HOUSING “MINHA CASA MINHA VIDA” EXPERIENCE: CASE STUDY OF JUIZ DE FORA - MG

ABSTRACT:

The objective of this work is to understand how the residents of Parque das Águas, the largest project of Minha Casa Minha Vida in the city of Juiz de Fora, experience and mean housing. For that, two fundamental aspects were defined in the circumscription of the act of inhabiting: location and environmental quality

Key Words: Minha Casa Minha Vida, Parque das Águas, Environmental Quality.

¹ O trabalho resulta da pesquisa “O ato de Habitar: Localização, Qualidade Ambiental e Habitação na Experiência do MCMV - Juiz de Fora/MG”, desenvolvida no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação e financiada pela FAPEMIG.

² Clarice Cassab - clarice.torres@ufjf.edu.br

Docente do curso de Geografia e PPGEIO da Universidade Federal de Juiz de Fora

³ Talison Paulo Ferreira - talisoncrf@gmail.com

Discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

⁴ Thais Mendes - thaisalmeidamelo@gmail.com

Discente do curso de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

⁵ Lilian Souza - souzaa.lilian@yahoo.com.br

Mestre em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora

INTRODUÇÃO:

Pela lógica da mercadoria, a habitação é um valor de troca lucrativo inserido nos circuitos do capital. Nesta perspectiva, o morar é reduzido a ocupação de um ponto fixo no espaço. No entanto, a casa é um valor de uso fundamental para a existência humana, pois é em seu interior que necessidades como abrigo, proteção e privacidade são satisfeitas. Além disso, é o lugar onde a vida cotidiana se realiza, sendo a partir dela que os indivíduos estabelecem as relações socioespaciais. Neste ângulo, o ato de habitar, pressupõe o uso. Assimila dimensões como a rua, o bairro e a cidade, ultrapassando a fixidez e os espaços privados, implicando em habitar a cidade como totalidade e em sua plenitude, pela interação de diferentes elementos constitutivos da vida social dos sujeitos (CARLOS, 2001).

Segundo Lefebvre (2004), o ato de habitar se dá pelas mediações e na convergência de relações entre pessoas, instituições, culturas, etc. Carlos (2001) complementa a fala do autor, ressaltando que o habitar também alude um lugar no espaço, logo uma localização e uma distância, se relacionando com outros locais da cidade que vão ganhando qualidades específicas de acordo com os usos dados pelos sujeitos. Daí que o acesso às infraestruturas, aos equipamentos sociais, culturais, de lazer, áreas verdes e a existência de um ambiente de qualidade, dentre outros fatores, configuram-se como elementos importantes para a reprodução dos sujeitos e também para a compreensão dos códigos que organizam e produzem a cidade.

Nesse sentido, considera-se que o ato de habitar incorpora dois elementos fundamentais: a localização e a qualidade ambiental. Tais pontos, em conjunto com outros, constituem a habitação como essencial para a construção das relações sociais que compõe o espaço e a cidade. Diante disso, o trabalho centra-se na compreensão de como esses dois aspectos se expressam e são percebidos pelos moradores do conjunto habitacional Parque das Águas (PDA), em Juiz de Fora. Maior empreendimento do programa Minha Casa Minha Vida no município, o PDA implicou em uma série de mudanças no ordenamento territorial da cidade, nos bairros vizinhos ao loteamento e, principalmente na vida dos moradores que para lá foram levados.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa centrou-se em questionários semi-estruturados aplicados aos moradores do Parque das Águas, pelos quais se levantou dados referentes a localização dos equipamentos sociais, culturais, de lazer e comerciais mais frequentados, a forma de deslocamento até eles e os motivos para o seu uso. Com relação a qualidade ambiental, o primeiro passo foi a coleta de informações sobre o meio físico em que se encontra o PDA. Posteriormente,

ouviu-se as opiniões relativas à percepção que os moradores tinham da qualidade ambiental do loteamento e seu consequente conforto térmico.

LOCALIZAÇÃO E QUALIDADE AMBIENTAL NA VIDA DOS MORADORES DO PARQUE DAS ÁGUAS:

A cidade é um conjunto de fixos e fluxos que se constituem de forma fragmentada e articulada. Essa relação expressa espacialmente a divisão social do trabalho, que organiza a sociedade de acordo com os papéis que diferentes sujeitos ocupam na produção. Nesse jogo de interesses, o espaço capitalista é constantemente reproduzido, elevando-se o seu valor de troca. Assim, também a cidade se produz, acompanhando os anseios da reprodução do capital, onde cada fragmento responde a uma função no sistema espacial e, interligados pelos fluxos, vão sendo interconectados a partir da lógica da produção social. Nesse processo, aprofundam-se as desigualdades socioespaciais, que se materializam principalmente na habitação.

Historicamente, a estrutura, distribuição e localização das casas sinalizam condições desiguais da produção do espaço e refletem nas cidades a luta de classes. Visto isso, no capitalismo o ato de habitar vai manifestar as relações sociais de produção e consumo que colocam em movimento um conjunto de processos socioespaciais que exacerbam o valor de troca em detrimento do uso da mercadoria moradia. Dentre os diversos aspectos que configuram essa relação, tem-se a acessibilidade aos lugares dotados de equipamentos e serviços, as infraestruturas existentes, os fatores naturais e a privacidade.

A localização é uma combinação de elementos sociais e naturais resultantes das ações de diferentes sujeitos. Ela é fruto das dinâmicas socioespaciais e econômicas e remete ao acesso ao conjunto de fixos que compõem o sistema espacial da cidade, sendo definida tanto pela proximidade quanto pela qualidade da infraestrutura, equipamentos e serviços. Tal premissa condicionará os usos que os sujeitos terão da cidade. Isso porque a localização é um produto social que imprime no espaço a marca das desigualdades através da diferenciação de lugares dotados ou não de atributos.

Nesse trabalho a localização é vista como um aspecto do habitar, tendo a casa como ponto de partida do qual serão acionados os circuitos que colocarão em movimento os trajetos e percursos que os sujeitos fazem na busca pelos bens simbólicos e materiais que constituem a cidade. Nessa medida,

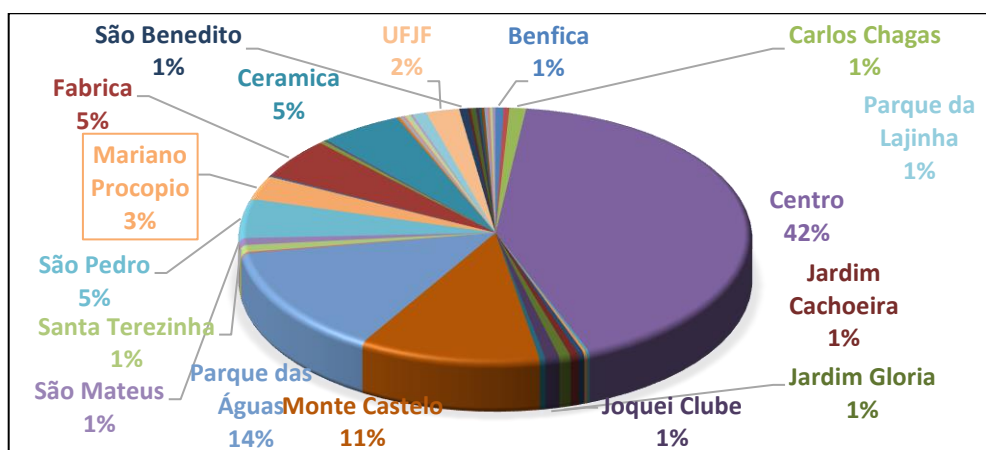
a melhor localização implicará em usos mais qualificados da cidade e de seus recursos possibilitando, dessa forma, um habitar que se configure no sentido pleno (LEFEBVRE, 2004).

Todavia, esse não parece ser o sentido que orienta a construção dos conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida (MCMV). As pesquisas apresentadas no livro “Minha casa... e a cidade?” organizado por Amore, Shimbo e Rufino (2015), mostram que a maioria dos loteamentos do programa foi construída em terrenos que possuíam baixo custo devido à falta de infraestrutura e pela distância dos equipamentos e serviços. No caso do Parque das Águas, os dados recolhidos na pesquisa mostram que faltam postos de saúde, escolas, equipamentos culturais, etc. para as famílias alocadas nas 565 casas.

A fim de avaliar a localização do PDA em Juiz de Fora, foram considerados os trajetos e as distâncias percorridas pelos seus moradores na busca por equipamentos e infraestruturas ligados a saúde, educação, comércio e lazer. Do levantamento foi possível traçar mapas que representavam os fluxos em suas direções e intensidades visando identificar a inserção espacial do loteamento na cidade.

Os resultados em relação à localização foram distintos em função do tipo e distribuição de equipamentos na cidade. No entanto, os resultados apurados mostraram um intenso deslocamento dos moradores para o Centro, onde se concentra a maioria dos serviços disponíveis em Juiz de Fora. O bairro adjacente ao PDA também recebe fluxo intenso, conforme indicado no gráfico seguinte.

Gráfico 1: Fluxo Total dos Entrevistados

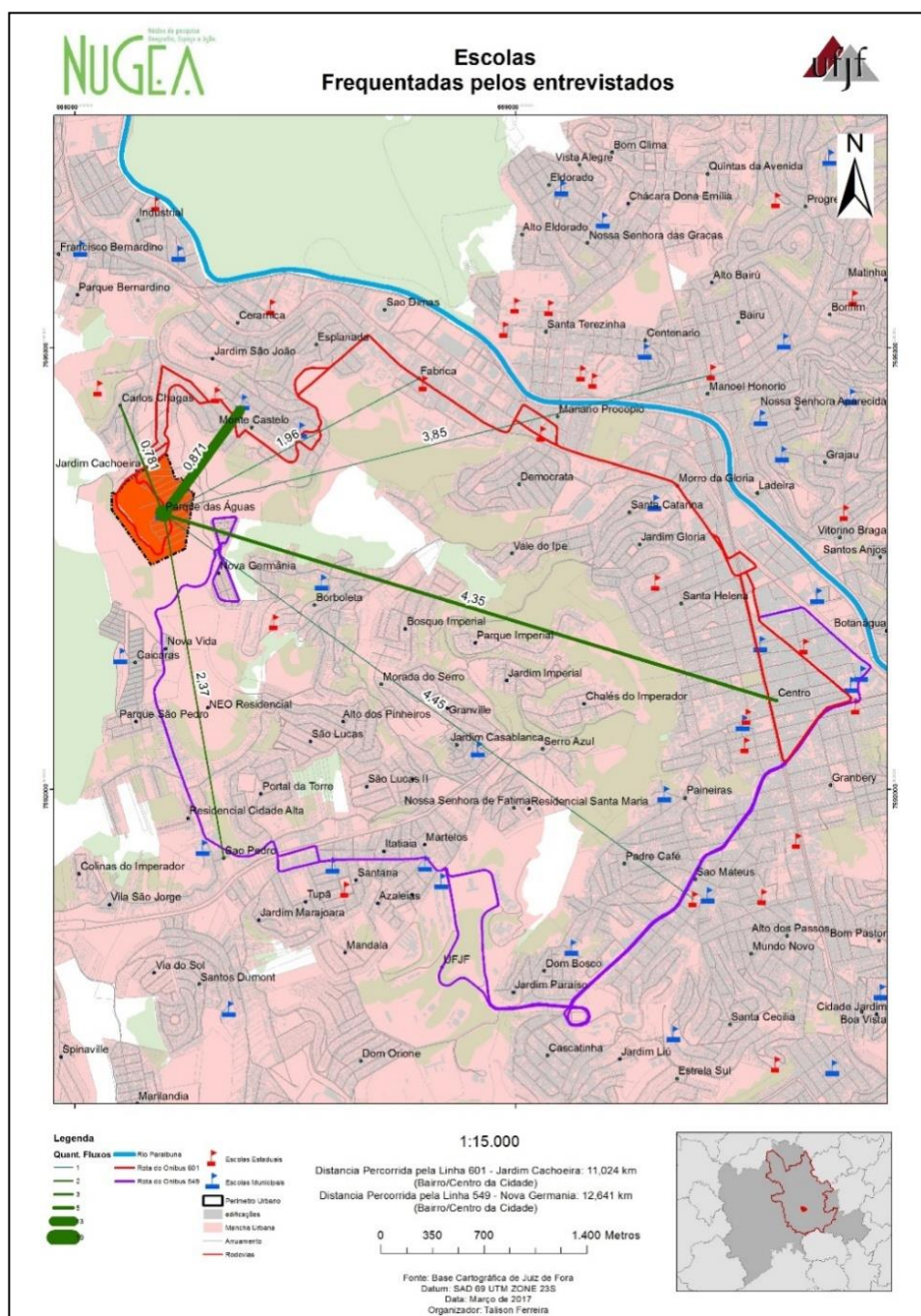


Fonte: Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação - NUGEA

Ao tipificar esses fluxos tem-se o seguinte cenário. Quanto a educação, no PDA existe uma escola municipal que atende apenas os anos iniciais do Ensino Fundamental. Não há instituição que ofereça os anos finais e Ensino Médio, o que não supre a demanda, colocando a necessidade do deslocamento para unidades escolares em outros bairros e no Centro.

O mapa abaixo mostra o contingente das escolas frequentadas pelos residentes do Parque e as distâncias percorridas até elas (Mapa 01). Sua leitura permite visualizar que os maiores fluxos se direcionam aos bairros adjacentes ao PDA (Monte Castelo e Carlos Chagas), tendo também o Centro como local de destino. Isso se dá em decorrência da ausência de escolas que atendam todos os anos da Educação Básica. Como um dos resultados, houve a pressão sobre esses equipamentos que tiveram seu perfil de atendimento significativamente alterado passando a atender, em sua maioria, os moradores do Parque das Águas em detrimento dos residentes dos próprios bairros (CASSAB e PINTO, 2013).

No tocante aos equipamentos de saúde, os entrevistados responderam que frequentam 5 UBS diferentes, sendo que o posto de saúde com maior fluxo de moradores do PDA é o do bairro Monte Castelo. Realizando o trajeto a pé, o principal motivo para utilizarem esse local é a proximidade e a disponibilidade de um médico exclusivo para os residentes do conjunto habitacional. A distância do Parque das Águas para a UBS do Monte Castelo em linha reta é de menos de 1 km, dos equipamentos de saúde esse é o mais perto do bairro, onde poucos necessitam do transporte público para se deslocarem.

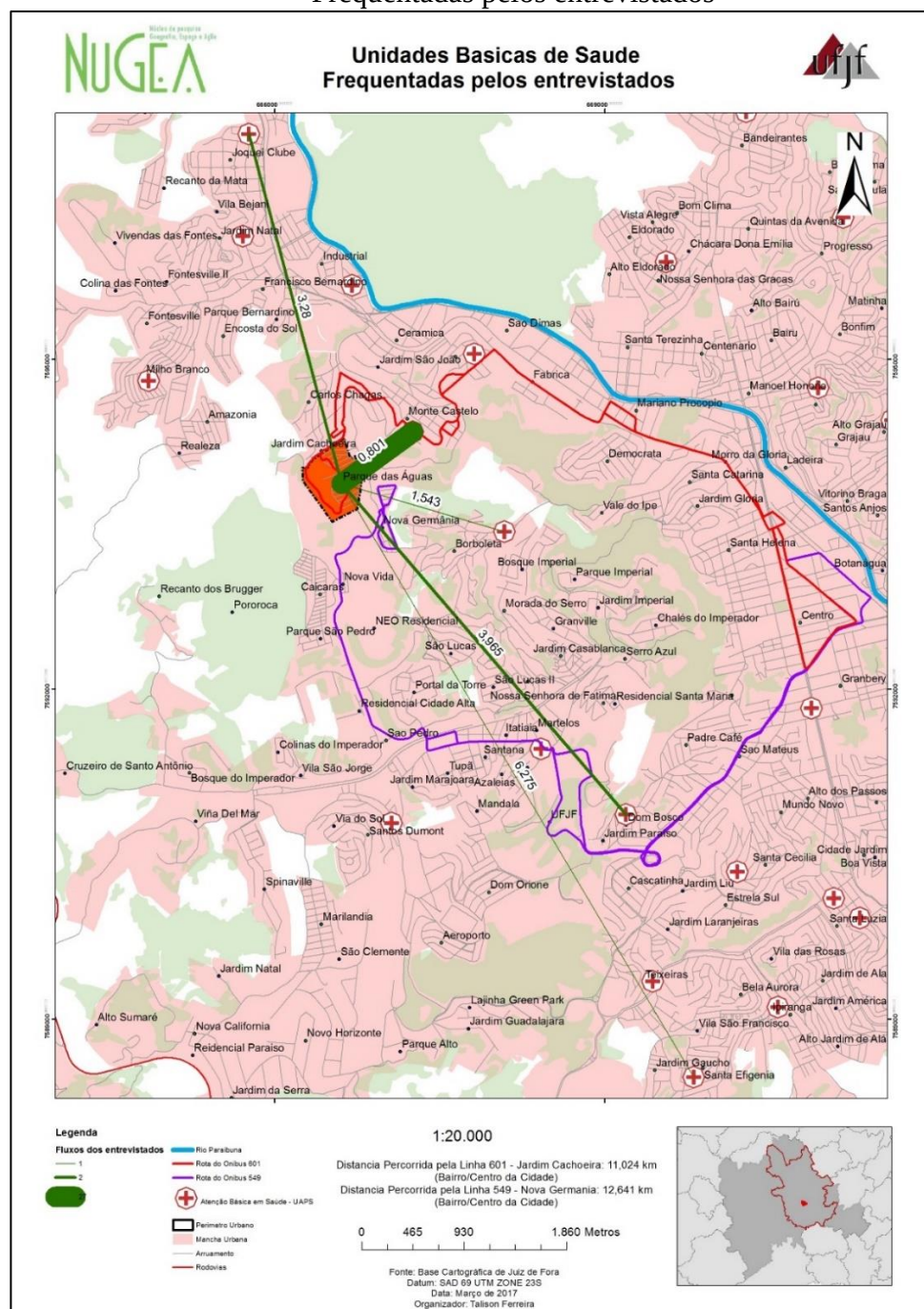
Mapa 1 – Escolas Frequentadas pelos entrevistados

Fonte: Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação - NUGEA

O mapa abaixo mostra os equipamentos de saúde frequentados e as distâncias percorridas até eles (Mapa 02). O que se notou foi um padrão semelhante ao das escolas, com deslocamento aos bairros mais adjacentes e ao Centro da cidade. Esses dois equipamentos possuem, evidentemente, frequências distintas de utilização, sendo o primeiro de uso mais frequente e o segundo mais

esporádico e de acordo com as necessidades. Quanto a forma de deslocamento, o transporte público se sobressaiu.

Mapa 2: Unidades Básicas de Saúde Frequentadas pelos entrevistados



Fonte: Núcleo de Pesquisa Geografia Espaço e Ação – NUGEA

Os equipamentos culturais e de lazer são pouco frequentados. O de maior demanda foi o cinema, localizado no centro. É importante salientar que em Juiz de Fora há uma forte concentração desse tipo de equipamentos na região central e uma quase inexistência deles nas áreas periféricas da cidade. Dos equipamentos ligados ao lazer e esporte, o mais usado foi o *shopping center*. Sua popularidade e a proximidade com o ponto de ônibus que dá acesso ao loteamento facilita a frequência dos moradores. Cabe ainda ressaltar que a cidade possui 4 *shoppings* com cinemas no seu interior e o mais frequentado pelos moradores do PDA não é o mais próximo geograficamente, e sim aquele no qual, de alguma forma, os moradores se sentem simbolicamente pertencentes.

De uso cotidiano são os equipamentos de comércio. Eles apresentaram maiores resultados em relação aos deslocamentos dos entrevistados, com destaque para o supermercado localizado no bairro Cerâmica. O principal motivo para sua utilização é o preço e a proximidade. Com pouquíssima oferta de comércios no interior do loteamento, as padarias são as mais frequentadas no PDA, que também possui bares, lanchonetes e pequenas lojas.

O principal motivo do deslocamento dos moradores se dá em função da busca de bens básicos para consumo, principalmente alimentos. Entretanto, o principal trajeto realizado é o do trabalho-casa, já que o lazer e a utilização de equipamentos culturais são restritos ou quase nulos.

Presos nos fluxos cotidianos para o trabalho e para o atendimento das necessidades primárias, os residentes do PDA vivenciam a cidade apenas como base para sua reprodução como força de trabalho. Restritos aos lugares próximos e comuns, bem como naqueles que se identificam entre iguais, não se confrontam com a diversidade e a desigualdade que constituem a cidade. Também não usufruem da qualidade ambiental,⁶ segundo aspecto considerado pelo trabalho. Para Luengo (1998, p.1) qualidade ambiental é:

[...] las condiciones óptimas que rigen el comportamiento del espacio habitable en términos de confort asociados a lo ecológico, biológico, económico-productivo, socio-cultural, tipológico, tecnológico y estético en sus dimensiones espaciales. (LUENGO, 1998, p.1).

Conforme o autor, a qualidade ambiental urbana englobaria um campo múltiplo de dimensões da vida social manifestando-se espacialmente na cidade na forma de um “hábitat saludable,

⁶ Ressalva-se que no tocante a esse aspecto, a pesquisa ainda encontra-se em andamento e, portanto, será apresentado ainda de forma incompleta nesse trabalho.

confortable y capaz de satisfacer los requerimientos básicos de sustentabilidad de la vida humana individual y en interacción social dentro del medio urbano” (LUENGO, 1998, p.1).

Para fins desse trabalho, serão consideradas a presença ou ausência de áreas verdes e o conforto térmico. Nesse sentido, o primeiro esforço foi realizar o levantamento do ambiente físico no qual se insere o loteamento. Em campo observou-se os aspectos do interior do bairro e no seu entorno, onde foi possível identificar a pouca arborização, com topos de morro marcados pela presença de gramíneas e taludes desnudados, consequência da abertura da estrada que dá acesso à região Oeste da cidade. Dentro do residencial a escassa presença de indivíduos arbóreos é evidente, com apenas quatro árvores que estão distribuídas em locais onde as obras no bairro estão inacabadas, remanescentes da antiga fazenda que deu lugar ao conjunto habitacional e, portanto, não inserida no conjunto paisagístico.

A maior presença de mata ocorre ao redor do córrego Carlos Chagas que atravessa o PDA, sendo esta vegetação uma Área de Proteção Permanente (APP) de curso d'água, respeitando assim os limites de proximidade com os leitos do córrego. Esta APP, no entanto, não apresenta um conjunto de grandes árvores. É composta principalmente por arbustos e capim, que são utilizados para a criação de bois e vacas que ficam ao redor do córrego.

A paisagem do residencial, com a quase ausência de árvores em seu interior e ao redor, trouxe uma percepção inicial sobre o conforto térmico. Ao caminhar pelo PDA percebe-se que faltam sombras, o que impacta nas condições corporais aumentando a sensação térmica de calor e causando desconforto. Para Ferreira et al. (2012, p.498) a escassez de áreas verdes e as mudanças na paisagem natural implicam uma alteração no clima local prejudicando o conforto térmico. Ainda de acordo com o autor:

O conforto térmico consiste no conjunto de elementos que permitem que mecanismos de autorregulação sejam mínimos, ou ainda que a zona delimitada por características térmicas em que o maior número de pessoas manifeste-se sentir bem. (FERREIRA et. al., 2012, p.498)

As especificações construtivas para a tipologia do PDA (casa térrea) são definidas pela Caixa Econômica Federal e expressam uma preocupação com o meio ambiente, relacionado a um melhor aproveitamento da utilização e conservação dos materiais de construção para a produção das casas. Dentre os critérios adotados pelo Selo, está a qualidade de materiais e componentes, evitando o uso de produtos de baixa qualidade, a fim de prevenir reparos no futuro, diminuindo, dessa forma, impactos no meio ambiente e custos financeiros desnecessários. Também consta a utilização de

componentes industrializados pré-fabricados, com o objetivo de reduzir as perdas materiais e a geração de resíduos no local da construção. A gestão de resíduos de construção e demolição (RCD) e a reutilização deste RCD para a pavimentação das ruas e calçadas, reduzindo assim a utilização de cimento, que também é um dos critérios adotados para a construção das casas ou edifícios financiados pela Caixa.

As unidades construídas no empreendimento possuem dois quartos, sala, banheiro, cozinha e uma área externa. Contam com sistema de aquecimento solar de água e, seguem o padrão estabelecido pela Caixa, que orienta o uso de telhas de cerâmica e forro de PVC, tendo a armação do telhado sido construída em aço patinado.

As condições ambientais nas quais se localizam o PDA tem relação direta com o maior ou menor conforto térmico experimentado pelos moradores. Tais condições ganham maior centralidade quando são consideradas as fortes variações climáticas existentes na cidade ao longo do ano. Inclusive com períodos intenso de chuvas e seca e calor.

Desde a abertura do loteamento, as vistorias promovidas pela Prefeitura do município já sinalizavam graves problemas nas obras. De acordo com documentos que compõem o processo do conjunto habitacional, de julho a novembro de 2010, o poder público municipal fez uma série de notificações à construtora solicitando a observância do projeto de drenagem das águas pluviais aprovado e que não estaria sendo respeitado. Ainda segundo tais registros, as obras não consideravam as declividades do terreno o que poderia acarretar, no período chuvoso, “grandes transtornos na parte baixa do loteamento e também nas áreas vizinhas”. Também em 2014, após fortes chuvas, o laudo da Defesa Civil de Juiz de Fora sinalizou para a necessidade de revisão das obras de infraestrutura no entorno do empreendimento que se apresentava com “solapamento de solo nos taludes de corte, seja pela falta adequada de uma boa drenagem ou contenção destes mesmos cortes”.

Não considerar as características físicas e ambientais do terreno e mais o baixo padrão construtivo das unidades resultaram num conjunto de problemas enfrentados pelos moradores. Rachaduras, infiltrações, inundações e altas temperaturas no interior das casas foram alguns dos aspectos relatados. A falta de qualidade do projeto de construção do loteamento e do revestimento fez com que alguns residentes modificassem a moradia. Do total de entrevistados, a metade deles realizaram alguma intervenção nas casas, dentre as quais se destaca o investimento na melhoria da cobertura, muito por conta dos destelhamentos provocados por vendavais e pelas frequentes goteiras.

A principal obra realizada, entretanto, foi a construção de muros e nas intenções de melhoria destaca-se a produção de novos cômodos para ampliação da casa.

As modificações ou intenção delas estão centradas, fundamentalmente, no interior da casa, sendo que o ambiente externo, como as ruas e o bairro não são alvo de interesse ou preocupação. Apenas quando instigados a refletirem sobre esse aspecto é que apontaram para a insuficiência de árvores ou áreas verdes. Nota-se, com isso, que embora sinalizem a necessidade de se plantar mais árvores no local os moradores não associam tal medida a melhoria do conforto térmico no interior das residências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A pesquisa permitiu identificar a relativa lacuna existente entre o ato de habitar e a vida dos moradores do loteamento popular. Nota-se a dificuldade de identificarem a casa como mais do que abrigo, percebendo-a como componente de um conjunto de relações com a cidade.

Nesse sentido, nem a localização e nem a qualidade ambiental urbana configuram-se como aspecto do habitar na vida desses moradores. A vivência e a experiência de se deslocarem para bairros mais distantes em busca de equipamentos sociais, culturais, de lazer e comerciais, implicam num custo e num desgaste a esses residentes. Aspecto que coloca em questionamento a localização do empreendimento no tocante a sua articulação com a cidade.

Já no que se refere a qualidade ambiental destaca-se a quase ausência de áreas verdes ou indivíduos arbóreos no interior do loteamento. Localizado em uma região da cidade especialmente incorporada para sua construção, parece não ter havido a preocupação quanto à oferta de condições que viabilizassem o conforto térmico, paisagístico e ambiental dos moradores.

É assim que a opção pela construção do conjunto habitacional, na perspectiva do habitar, deve estar embasada não apenas na disponibilidade de terrenos como também nas formas qualificadas de sua inserção no espaço urbano, tendo em consideração tanto a sua localização no conjunto de sistemas espaciais que constituem a cidade como na oferta de boas condições ambientais de moradia. Nesse aspecto, é preciso priorizar tanto a ocupação de áreas já urbanizadas com acessibilidade as infraestruturas e serviços disponíveis quanto o conforto ambiental de forma a privilegiar o uso e a inclusão efetiva de seus moradores na cidade assim como a redução dos custos de sua reprodução.

Ao término, o que se pode dizer é que essas duas dimensões configuram o habitar sendo mais do que apenas um objeto físico e fixo na cidade. Mas se a localização aparece como uma questão de forma mais intensa, a qualidade ambiental ganha um papel secundário tanto na preocupação daqueles sujeitos diretamente envolvidos com a execução da política de habitação popular quanto entre os próprios moradores. O que leva a refletir como tal política habitacional ainda se encontra longe da vida cotidiana dos sujeitos que habitam e produzem a cidade e de suas vivências espaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Boas práticas para habitação mais sustentável / coordenadores Vanderley Moacyr John, Racine Tadeu Araújo Prado. -- São Paulo: Páginas & Letras - Editora e Gráfica, 2010.

CARLOS, A F, A. **Espaço-tempo na metrópole São Paulo**. Editora Contexto, 2001.

CASSAB, Clarice e PINTO, Marina Barbosa. O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: o Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. **Revista de Geografia**, v. 3, nº 1, 2013.

GUIMARAES, Eduardo Nunes. Solo e localização: elementos espaciais do estudo habitacional. In. **Anais do Encontro nacional da ANPUR**, 7., 1997, Recife.

PELUSO, Marília Luiza. **O morar na constituição subjetiva do espaço urbano**. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 1998.

_____. O papel das representações sociais do “comprar a casa “na identificação dos problemas habitacionais. Semana Universitária da UNB. Brasília. 2011.

LEFEBVRE, H. **A Vida Cotidiana no Mundo Moderno**. São Paulo. Ática. 1991.

LÉFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LUENGO, G. **Elementos para la definición y evaluación de la calidad ambiental urbana: una propuesta teórico –metodológica**. In: Seminário Latinoamericano de Calidad de Vida Urbana, Tandil (Argentina), Anais...Tandil, 1998. p.9.

A QUESTÃO HABITACIONAL NA CIDADE DE JUIZ DE FORA E A EXPERIÊNCIA DE LUTA POR MORADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS

Lilian Aparecida de Souza¹

Resumo:

O crescimento do déficit habitacional e do número de moradias precárias aflige as cidades médias, tal como Juiz de Fora. No espaço urbano da cidade não são poucos os lugares com concentração de pobreza. Diante este cenário, este trabalho reflete sobre a realidade das cidades, com seus processos de expansão, que a cada dia acentuam contradições da urbanização capitalista e aprofundam a luta de classes, apresentando a cidade como possibilidade para a participação política. Nesse sentido, a luta por moradia travada pelo Movimento dos Trabalhadores Desempregados aparece como uma das formas de resistência e denúncia dos processos de segregação socioespacial presentes em Juiz de Fora.

Palavras-chave: Cidades Médias; Segregação Socioespacial; Movimentos Sociais; Luta por Moradia.

THE ISSUE OF HOUSING IN JUIZ DE FORA CITY AND THE EXPERIENCE OF STRUGGLE FOR HOUSING OF THE UNEMPLOYED WORKERS MOVEMENT

Abstract:

Juiz de Fora is a medium sized city that presents high numbers of housing deficit and shanty towns. In Juiz de Fora's urban space there are many places of poverty. Based on this, the work reflects on the cities expansion processes that increases the capitalist urbanization contradictions. In this sense, Juiz de Fora's urban space has been constantly reorganized and remarked by social classes separation. For the homeless people, this process was a possibility to fight for housing. The Movimento dos Trabalhadores Desempregados was a way to resist a Juiz de Foras's uneven production of space.

Keywords: Medium sized city; spatial segregation; social movement; fight for housing.

¹ Mestra em Geografia pela UFJF e integrante do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea).
Email: souzaa.lilian@yahoo.com.br

Introdução:

Este trabalho é parte da pesquisa que foi realizada em 2014, para a conclusão do Curso de Especialização em Estudos Latino Americanos, ministrado pela Faculdade de Serviço Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, em parceria com a Escola Nacional Florestan Fernandes. Discute sobre a luta por moradia travada a partir de uma dura realidade de segregação socioespacial.

Atualmente, as transformações do sistema capitalista se expressam através dos conflitos que se concentram sobre o ambiente construído, e os resultados de uma sociedade dividida em classes estão gravados nas formas espaciais das cidades, que cada vez mais se tornam fragmentos onde cada classe tem o seu lugar. Nesse contexto, os grandes centros configuram-se como espaços de excelência para a acumulação de capital. Entretanto, essa urbanização não se realiza de forma homogênea e vivencia-se situações de grande diversidade, tais como o crescimento das cidades médias, categoria na qual se insere Juiz de Fora.

As cidades médias não apresentam níveis de desigualdade tão acentuados como as metrópoles, mas nota-se um recente aprofundamento de diversos problemas urbanos, dentre eles o aumento do déficit habitacional e do número de moradias precárias. Na cidade mineira há mais casas que não cumprem sua função social do que famílias que necessitam delas. E esse fato traz a necessidade de se pensar sobre a questão habitacional e colocar no horizonte a mobilização para a construção de alternativas políticas para a transformação desse cenário.

Em uma sociedade na qual o único direito inalienável é o da propriedade privada, a luta por moradia digna toca a estrutura do sistema capitalista, principalmente quando vem acompanhada com discussões profundas sobre as condições de trabalho e o desemprego. É isso que o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) busca fazer em suas áreas nos diferentes estados do Brasil, já que devido à dispersão espacial na qual se encontram os trabalhadores desempregados, o movimento busca organizá-los a partir dos seus locais de residência. Em Juiz de Fora, o MTD atuou de 2008 a 2012, denunciando ao conjunto da sociedade juizforana a situação das famílias que vivem nas diversas áreas de ocupação urbana da cidade.

Diante do que foi exposto, este artigo tem como objetivo discutir sobre a segregação socioespacial em Juiz de Fora, resgatando a experiência de luta por moradia na cidade entre os anos de 2008 a 2012. Para tal, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: aprofundar teoricamente o conhecimento sobre a problemática da segregação, apresentar as dinâmicas atuais e

passadas que marcaram a realidade de Juiz de Fora; e trazer o histórico e as principais experiências empreendidas que resultaram na organização do Movimento dos Trabalhadores Desempregados no município.

Como metodologia, foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental, além de memórias da autora, que participou ativamente das ações do MTD. Acredita-se que a relevância deste trabalho está em resgatar a história desse movimento, que em determinado período construiu importantes mobilizações sociais na cidade e colocou na agenda do município a necessidade de se discutir habitação.

As cidades médias e os processos de segregação socioespacial:

São inúmeras as estratégias encontradas pelo capitalismo para se tornar cada vez mais hegemônico, e em quase todas elas a tática utilizada é a urbanização em sua forma visível, as cidades. Nelas, a reprodução do capital encontra sua configuração excelente de acumulação. No mundo globalizado, passaram a ser consideradas como grandes empresas que incorporam processos de divisão de trabalho, diversificações de funções, estilos de vida e valores.

De acordo com Santos e Silveira (2001), a partir do processo de globalização, o mercado tem novas exigências, necessitando ampliar a presença da tecnologia e da ciência. Foi preciso um novo meio geográfico para a sua realização, no qual as instâncias produtivas estivessem cada vez mais segregadas na aparência, apesar de serem interligadas em sua essência. Nesse contexto, os grandes centros assumiram papel de destaque, já que se configuram como espaços de excelência para a acumulação de capital pela elite local e a burguesia internacional.

Entretanto, essa urbanização não se realiza de forma homogênea e equilibrada no espaço. Ao contrário, o que se vivencia são situações de grande diversidade, tais como a interiorização do fenômeno urbano; a acelerada urbanização das áreas de fronteira econômica; a periferização dos centros urbanos; a formação e consolidação de aglomerações de caráter metropolitano e não metropolitano e o crescimento das cidades médias (CASSAB; MENDES, 2012).

São muitas as definições de cidades médias. De forma reducionista, se utiliza o critério populacional, variando de 50.000 até 500.000 habitantes. Os dados demográficos podem até ser um indicador, porém deve-se levar em conta a realidade de cada lugar. Sposito (2006) afirma que para se conceituar o que é uma cidade média é necessário analisar suas funções, sendo “aquelas que

desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano” (SPOSITO, 2006: 175).

A partir das palavras da autora (SPOSITO, 2006), percebe-se que a principal função das cidades médias é a de elo estratégico entre o espaço regional e o nacional, todavia o processo estabelecido dentro da rede urbana mantém a centralidade do poder nos grandes centros. A tomada das decisões permanece nas metrópoles e as cidades intermediárias têm o papel de atuar como espaço de transmissão e comunicação com as regiões, ligando os diversos espaços e contribuindo para a formação de uma massa urbana.

Cidades intermediárias são polos de suas regiões, e tem sua realidade movimentada a partir das recentes atividades desenvolvidas. São construídos novos bairros, ampliando o perímetro urbano e abrangendo áreas tipicamente rurais. Dessa forma, há a valorização das terras, e “se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização torna-se fator de expulsão dos proprietários dessas áreas” (BAGLI, 2006: 100). Esse é o movimento de expansão do urbano, que avança segregando os pobres.

Apesar de não apresentarem níveis de desigualdade tão acentuados como nos grandes centros, nota-se nas cidades médias uma crescente situação da periferização, com o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, que são determinadas fundamentalmente pelo preço do solo. A ocupação e consumo do espaço e, principalmente, o local de moradia, são definidos a partir das condições socioeconômicas. Dessa forma, constroem-se espaços diferenciados entre si em função das faixas de renda, o que de forma clara, marca o espaço de cada classe social.

Segundo Correa (1997: 132), existe uma clara divisão econômica e social do espaço urbano, que “parece constituir-se em uma projeção espacial do processo de estruturação de classes, sua reprodução, e a reprodução de residências na sociedade capitalista”. A moradia, apesar de ser uma necessidade básica para a sobrevivência humana, não terá o seu acesso disponível a todos porque é um problema estrutural, e a sua solução está na contramão dos interesses da classe dominante, que prefere se apropriar do espaço para concretizar os seus interesses.

A unidade habitacional constitui uma mercadoria especial, devido ao seu preço elevado por ser uma unidade de uso complexo, articulado a diversos valores, tais como infraestrutura urbana, transportes, além de depender de outra mercadoria, o solo urbano, também sujeito aos mecanismos de preços do mercado. Temos neste contexto a exclusão da maioria da população do acesso ao mercado imobiliário

formal privado, sendo encontradas soluções alternativas para suprir as necessidades de moradia. Nota-se ser este um processo exclusivo das camadas de menor poder aquisitivo e representa uma variável importante para a criação de espaços segregados de população de baixa renda (GERALDO, 2011: 30).

A segregação é atrelada ao fato de que, no capitalismo, o espaço é consumido produtivamente, o que propicia um valor de troca superior ao de uso. Este processo provoca a expulsão dos pobres para as áreas menos valorizadas, o que por vezes representa também a privação destes do direito à cidade.

Cabe destacar, que por meio da segregação as diferentes classes sociais sofrem de forma distinta os problemas urbanos. A efetivação da conquista de direitos distancia-se da realidade, sendo desconhecida para o conjunto da sociedade. A realidade poderia ser alterada se os direitos fizessem parte da prática social: direito ao trabalho, educação, saúde, habitação, lazeres, enfim, à vida. “Entre esses direitos em formação figura o direito à cidade (não à cidade arcaica, mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais)” (LEFEBVRE, 2001: 139).

Em uma sociedade na qual o único direito inalienável é o da propriedade privada, faz-se necessária a luta por novas cidades como uma alternativa política. As mobilizações populares são traduzidas na defesa do acesso de todos os trabalhadores aos direitos humanos fundamentais e assentam-se nos princípios da função social da propriedade e da cidade. Como garantir esses direitos não é interessante para os capitalistas, os trabalhadores encontram várias dificuldades para o exercício cotidiano da participação. Nesse sentido, busca-se compreender melhor um processo de resistência vivenciado na cidade de Juiz de Fora: a experiência do Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

A realidade de Juiz de Fora:

Juiz de Fora é uma cidade mineira de 516.247 habitantes, localizada entre três grandes centros: Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015). Desde sua origem, sempre foi referência de formação, ocupação e mobilidade de força de trabalho, exercendo influência em todo o entorno da Zona da Mata do estado de Minas Gerais.

De acordo com suas características, Juiz de Fora se enquadra na classificação de cidade média, por isso foi incluída no projeto Centro de Porte Médio (CPM), financiado pelo Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e gerenciado pelo governo brasileiro. O projeto pressupunha incrementar o desenvolvimento de centros urbanos intermediários através de três metas: investimento em infraestrutura e serviços, geração de emprego e renda e melhoria da administração pública (MENEZES, 2011).

O CPM iniciou na década de 1970 e foi finalizado em 1984. Nesse período, Juiz de Fora promoveu a reurbanização do centro, redirecionou novas vias de acesso e reestruturou o sistema de transportes. Dessas ações, um aspecto determinante para a reorganização socioespacial da cidade foi o novo traçado da estrada que liga o Rio de Janeiro a Belo Horizonte, que inseriu novos territórios para expansão do mercado imobiliário, a criação do distrito industrial e do surgimento de novos bairros (MENEZES, 2011).

Segundo Cassab e Pinto (2013: 02), “a expansão urbana de Juiz de Fora acompanhou a lógica clássica da expansão em salto, na qual vazios urbanos são mantidos como reservas especulativas tendo seu valor ampliado a partir da implantação da infraestrutura básica”. Atualmente, conformam-se investimentos em fixos territoriais, como centros comerciais, loteamentos residenciais, centros empresariais que contemplam escritórios e hotéis, bem como investimentos industriais, resultando em valorização do espaço, ampliação do consumo e ofertas alternativas de emprego.

É através dessa nova configuração territorial que Juiz de Fora busca se inserir na dinâmica nacional, preparando-se para atrair o capital, inclusive imobiliário, através da redefinição do conjunto da cidade. De acordo com Menezes (2011: 03), o município “se expande em direção aos eixos rodoviários”, marcando “uma clara divisão territorial do trabalho entre o que comumente é designado como acesso sul e o que se reconhece pelos habitantes como acesso norte”. No eixo sul, está à elite da cidade com os seus equipamentos públicos e privados. Já no eixo norte, está a grande maioria da classe trabalhadora, carente de infraestruturas e morando nas ocupações, programas de habitação e bairros populares.

O crescimento das moradias precárias, principalmente na Zona Norte, afligi a cidade. O município possui um grande déficit habitacional que, em linhas gerais, totaliza 10.169 moradias. Dividindo-as por renda, visualiza-se melhor qual parcela da população é mais atingida: de 3 a 4 salários mínimos são 587 famílias e estes números triplicam quando se refere às que ganham até 2 salários mínimos, o déficit chega a 2.321 (CAPUCHINHO, 2012: 93).

Na cidade, existem cerca de 40.586 lotes vagos, o que indica que Juiz de Fora possui áreas urbanizadas que poderiam ser utilizadas para fins de moradia. Contudo, esses espaços estão situados em áreas de interesse do capital imobiliário, e não são tratados como passíveis de desapropriação (CASSAB; PINTO, 2013: 3).

Desde 2009, a política habitacional adotada pela prefeitura de Juiz de Fora (PJF) é o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). Segundo dados apresentados pela Secretaria de Assistência Social, para a faixa de 0 a 3 salários mínimos já foram construídas 2.632 moradias, e tem mais 3.860 em fase de conclusão. Existe ainda a possibilidade de um acréscimo de 50% na meta, chegando a 5.790 unidades em potencial a serem disponibilizadas. De acordo com a reportagem do Jornal Tribuna de Minas, o Governo Federal dispõe de mais de R\$ 370 milhões a serem aplicados no município até o próximo ano (2015).

O MCMV na forma que foi pensado e é executado, transfere para as empresas as responsabilidades de decidir onde, o que e como construir, reproduzindo problemas sociais clássicos na adoção de grandes programas habitacionais. Em Juiz de Fora, e no restante do país, a exclusão e a violência é a realidade desses conjuntos de moradias.

No geral, a atual situação das cidades traz o incremento de problemas como a falta de habitações, saneamento básico, degradação ambiental, desemprego, violência, entre outros; o que torna latente a necessidade de organização popular para o enfrentamento da estrutura capitalista baseada no monopólio da propriedade privada e na expropriação da dignidade daqueles que produzem, pela sua força de trabalho, a riqueza. Nesse sentido, a luta política deve ser norteadada pela autonomia dos trabalhadores que, por sua vez, só será possível com o avanço da consciência de classe. Tal processo tem como princípio básico o despertar das pessoas para que se tornem sujeitos de sua história, apreendendo a realidade e agindo contra a situação social excludente.

Esse cenário coloca novos problemas para o pensamento crítico sobre o urbano, que deve focar os estudos nos processos econômicos, políticos e financeiros, que dominam a produção do espaço e da vida. Também coloca novos desafios à luta dos movimentos sociais com suas pautas históricas, mas ainda atuais, como o direito à cidade.

O MTD e a luta por moradia em Juiz de Fora:

A necessidade de mudanças nas condições de vida nas cidades não é recente. Resgatando a história, foi em 1963 que o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) conheceram a experiência de Cuba, que havia implementado um programa radical de reforma urbana nos primeiros anos da sua revolução, e trouxeram a discussão para o país. No documento cubano estão indicadas as bases para um programa de democracia participativa na produção da cidade, no qual se afirma a importância da formação de uma consciência popular do problema e a participação dos cidadãos em programas de desenvolvimento de comunidades.

O golpe militar, contudo, encerrou a incipiente mobilização por reforma urbana no Brasil, mas ao bloquear os canais já existentes de organização os trabalhadores resistem e novas formas de luta surgem durante a ditadura, o que se convencionou chamar de movimentos sociais urbanos. Essas renovadas maneiras de união popular fora do espaço de trabalho se deram nos bairros, onde a população começa a cobrar saneamento, educação, saúde, habitação, enfim a resolução de problemas que afetam seu dia a dia. O espaço do cotidiano tornava-se um novo lugar para a política e, não por acaso, as mulheres tinham participação fundamental (COLETIVO USINA, 2012).

Neste processo de luta e ocupações, as entidades trouxeram a público os problemas sociais e novamente o tema da reforma urbana voltou à pauta. O resultado de toda essa mobilização e resistência foi à criação do Estatuto da Cidade – Lei nº 257, de 10 de Julho de 2001. Aprovado após doze anos de tramitação, o Estatuto oferece aos governos municipais e aos movimentos sociais um conjunto expressivo de instrumentos que, na prática, buscam materializar o “direito à cidade”, definido na própria lei como “o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”. O interessante é pensar que passados mais de uma década da promulgação desta lei, as reivindicações continuam atuais e precisam ser debatidas (BRASIL, 2001: s/p).

Em Juiz de Fora, a reivindicação de direitos é histórica. Mais recentemente, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados se soma a essas fileiras. O núcleo do MTD da cidade tem suas raízes na articulação de movimentos, entidades, associações, sindicatos, pastorais e partidos, intitulado Comitê Central Popular (CCP), que inicialmente se organizavam na construção do Grito dos Excluídos. Esse grupo travou lutas importantes, como o Plebiscito contra a ALCA e a base de Alcântara, em 2002; o Plebiscito Nacional pela anulação da privatização da Vale do Rio Doce, em

2007 e o I Encontro dos Movimentos Sociais de Juiz de Fora, em 2008, que depois de uma profunda análise da realidade da cidade, encaminhou como central a questão da moradia.

Para avançar nos estudos e mobilizações em torno da pauta definida, o CCP precisou buscar um arcabouço de informações institucionais sobre a realidade dessas comunidades, sendo que uma das maneiras de se concretizar tal objetivo foi através da participação nas discussões realizadas no âmbito do Conselho Municipal de Habitação. A principal forma de atuação do Comitê se deu pela mobilização realizada nas áreas de ocupação, fomentando não só sua organização, mas também a politização. Os trabalhos com as comunidades se baseavam na metodologia de Educação Popular de Paulo Freire, problematizando, junto aos moradores, a situação habitacional do município.

Atuando em mais de sete ocupações urbanas, o CCP adotou como prioridade a construção de uma Assembleia Popular da Moradia², que foi realizada no dia 29 de novembro de 2009, como uma forma de intercâmbio entre as comunidades, na qual cada uma das lideranças presentes pôde apresentar seus problemas e demandas. Esse espaço permitiu ao conjunto das organizações populares de Juiz de Fora conhecer melhor a situação das famílias que vivem nos mais de “144 aglomerados subnormais da cidade” (JUIZ DE FORA, 2007), que ficam situadas às margens, em áreas periféricas onde a população empobrecida fica isolada das áreas centrais, fato que contribui para esconder a verdadeira realidade.

Estiveram presentes nesse encontro mais de 100 moradores de diversas ocupações. A metodologia utilizada foi os grupos de discussão, nos quais as lideranças definiram as principais atividades para os anos seguintes, bem como as pautas principais: regularização fundiária, saneamento básico, água, luz, transporte, creches e escolas e frentes de trabalho e renda. Isso resultou na criação da comissão permanente da Assembleia Popular de Moradia, que assumiu as lutas e organizou a ocupação da Câmara Municipal e da Prefeitura da cidade, e também realizou encontros para a juventude.

Nesse contexto, alguns militantes que atuavam direto nas ocupações sentiram a necessidade de melhorar a organicidade do CCP. A avaliação dos envolvidos nesse processo era que a luta por moradia havia se desenvolvido de tal forma que era possível organizar um novo movimento, que

² As assembleias temáticas eram uma das principais formas de atuação da articulação de organizações sociais denominada Assembleia Popular (AP), que surge em 1999, com o objetivo de construção de uma maior autonomia popular, arquitetando a capacidade das próprias comunidades descobrirem quais são seus principais problemas e buscarem soluções por conta própria (CAPUCHINHO, 2012).

fosse capaz de responder a realidade das comunidades: famílias de baixa renda compostas principalmente por desempregados com pouca escolaridade, qualificação e experiência profissional. A partir desse perfil, a luta por moradia ganhou novo direcionamento em Juiz de Fora, tratando a questão do trabalho como elemento central.

A organização de um movimento de pessoas sem trabalho inicia-se em Porto Alegre, no ano 2000, sendo diretamente influenciado pelas ações dos piqueteiros da Argentina. No país vizinho, o *Movimiento de Trabajadores Desocupados (MTD)* tem origem nos levantes populares nas cidades petroleiras devastadas pelas privatizações que acompanham a implementação do modelo neoliberal. Em geral, organizaram-se assentamentos a partir da intervenção das Comunidades Eclesiais de Base e de movimentos de direitos humanos, se constituindo na luta pela propriedade destas terras e na reivindicação de serviços básicos. Os piqueteiros tomavam as ruas, organizavam os bairros, ocupavam as fábricas em processo de falência e as colocavam para funcionar de forma autogestionária, mas devido à falta de um projeto estratégico, acabaram por se fragmentar em muitos MTDs (CARVALHO, 2010).

No Brasil, desde o seu início, o movimento carrega a palavra de ordem: “o fruto do trabalho de quem trabalha será”; e quatro pautas principais: Trabalho, Terra, Teto e Educação, que são desdobrados em propostas concretas como assentamentos urbanos e frentes emergenciais de trabalho formados por desempregados. Como uma das primeiras ações concretas, o movimento organizou uma marcha e a ocupação do terreno comprado pelo Governo do estado do Rio Grande do Sul para a instalação da FORD. Após várias mobilizações, o MTD obteve como vitória concreta uma área para o assentamento das famílias e a criação da Lei Estadual de Frentes Emergenciais de Trabalho.

Em 2005, após a Assembleia Popular Nacional, realizou-se um seminário no qual foi feita uma forte reflexão do papel do MTD na luta de classes. Avançou-se na discussão da sua construção enquanto movimento nacional urbano, que deveria estar nos principais centros do Brasil. Nesse sentido, em 2006, inicia sua expansão para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Distrito Federal, Paraíba e Minas Gerais. Nesse último, a luta foi se consolidando em torno da regularização fundiária das favelas de Belo Horizonte e mais recentemente com a luta por moradia em Juiz de Fora.

Devido à dispersão espacial em que se encontram os desempregados, o movimento busca organizá-los a partir dos seus locais de moradia, que são os bairros de periferia urbana onde se concentram as populações mais empobrecidas, sem trabalho ou submetidos a contratos flexíveis, instáveis e precários.

Em Juiz de Fora, a primeira ação do MTD, depois de todo o processo de discussão realizado na comissão de moradia do Comitê Central Popular, foi à ocupação da prefeitura para uma reunião forçada com o representante do Poder Executivo, no dia 8 de março de 2010, conforme mostra a figura 1. Esse ato mobilizou cerca de 300 pessoas oriundas de sete áreas de ocupação. Pressionado, o prefeito da cidade apresentou propostas e prometeu atender algumas reivindicações, que basicamente eram obras emergenciais de urbanização, mas apenas em duas comunidades algo foi feito.

Figura 1: Encontro dos moradores das ocupações com o prefeito.



Fonte: CCP, 2010.

Segundo Capuchinho (2012), um dos passos mais importantes para a constituição e reconhecimento do MTD em Juiz de Fora foi a estruturação e acompanhamento de uma área de ocupação composta por 120 famílias, chamada Recanto das Estrelas. Esses moradores ocuparam um terreno de propriedade da prefeitura localizado na zona norte da cidade, que era utilizado como depósito de restos de entulhos e lixo. Em pouco tempo, o trabalho do MTD nessa comunidade avançou muito na formação política e nos mecanismos de participação das famílias envolvidas. A partir do momento que se viram como sujeitos do processo, os ocupantes conseguiram apresentar suas reivindicações para a sociedade juizforana, se articular com diversos movimentos sociais e começar a experimentar novas formas de sociabilidade e de experimentação do poder construído coletivamente.

Mas, devido à especulação imobiliária e a correlação de força entre as classes sociais, em menos de dois meses veio a reintegração de posse, demonstrando a não efetivação do direito à função

social da propriedade. Esse despejo foi um momento difícil para a organização do movimento que travou uma luta permanente para a garantia de abrigo temporário, aluguel social e a inscrição nos programas de habitação. Essa conjuntura aumentou as dificuldades para a articulação e inserção dos militantes enquanto referências para as famílias, mesmo assim houve avanços, já que muitas conseguiram as casas no programa “Minha Casa, Minha Vida”, o que a militância do MTD considerou uma vitória.

Nesse momento, a mobilização por moradia na cidade se enfraqueceu porque muitas das famílias, já em posse de suas casas, deixaram a luta. O MTD, mesmo com pouco tempo de atuação, se desarticulou e, em 2012 deixou de ser organizado em Juiz de Fora. Entretanto, é importante destacar que o município permanece como um terreno fértil para o desenvolvimento e organização de movimentos sociais urbanos, sendo que o desafio concreto é avançar no processo organizativo.

Algumas considerações:

O presente trabalho buscou refletir sobre a realidade de Juiz de Fora, com seus processos de expansão urbana que, a cada dia mais, aprofundam as contradições da urbanização capitalista e traçam um cenário para o conflito social, apresentando a cidade como possibilidade para a luta política.

Apesar de toda a dificuldade encontrada para atuar nas periferias, pela complexidade das relações do espaço urbano, o MTD se desafiou a contribuir na construção do poder popular no Brasil, atuando com sujeitos até então esquecidos pelas organizações políticas. O movimento composto por desempregados e moradores das áreas de ocupação conseguiu apresentar ao conjunto da sociedade juizforana o déficit habitacional, a situação precária de algumas áreas e a falta de políticas públicas. Problemas estes que estavam velados até então e que demonstram, na prática, que a cidade é terreno fértil para o desenvolvimento e organização de movimentos sociais urbanos.

Nesse sentido, o desafio concreto é avançar no processo organizativo dessas comunidades no sentido da criação de organicidade para a manutenção dos espaços de resistência e de poder popular, onde esta parcela excluída da população se veja e passe a ser vista enquanto sujeito e lute por seus direitos, principalmente, o direito à cidade.

O direito à cidade é um grito, um desejo ético e político insistente, face ao crescente afastamento e alienação dos habitantes para com a sua cidade. É um projeto coletivo, que se baseia nas relações afetivas. Sua radicalidade está no fato de que ele redefine a arena de tomada de decisão

nas cidades. A busca pelo direito à cidade desenvolve a necessidade de reestruturar o poder das relações que servem de base à produção do espaço urbano, fundamentalmente o deslocamento do controle pelo capital e estado para os habitantes da cidade (LEFEBVRE, 2001).

Assim, o direito à cidade é condição para a realização dos demais direitos. Por isso, afirmá-lo significa a possibilidade que cada indivíduo tem de habitar a cidade, portanto, a reivindicação do “direito” ao direito: acesso ao trabalho, à saúde, à habitação, aos transportes, ao lazer, à cultura, à educação, à informação, aos serviços e a tudo mais que ela pode proporcionar.

Referências Bibliográficas:

BAGLI, P. Rural e Urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre rural e urbano**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Seção 1, p. 1.

CAPUCHINHO, M. N. **A centralidade da Luta por moradia para a classe trabalhadora e a ocupação Vila Barroso em Juiz de Fora**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

CARVALHO, S. Do fim da ditadura Argentina ao movimento piqueteiro: origens e desafios da organização dos desempregados. In: **Serviço social em Revista**, v.12, n.2, 18-32, jan-jun, 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/7540>>. Acesso: 01/09/2014.

CASSAB, C.; MENDES, J. T. N. Pensando Juiz de Fora e Campo dos Goytacazes à luz do debate sobre cidade média. In: **Anais I Seted**. Salvador, 2012. Disponível em: <<http://www.seted.ufba.br/modulos/submissao/Upload/44178.pdf>>. Acesso: 05/08/2014.

CASSAB, C.; PINTO, M. B. O lugar dos pobres na cidade de Juiz de Fora: o Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. In: **Revista de geografia**, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, p.1-7, 2013. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistageografia/files/2014/02/Artigo-1-Revista-Geografia-Jan2014.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014.

COLETIVO USINA. Reforma urbana e autogestão na produção da cidade: história de um ciclo de lutas e desafios para a renovação da sua teoria e prática. In: BENINI, Édi A., FARIA Maurício Sardá de, NOVAES, Henrique T. e DAGNINO, Renato (Org.). **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo: Outras Expressões, 2012, p. 81-120. Disponível em: <<http://www.usinactah.org.br/files/Gestores.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2013.

COMITÊ CENTRAL POPULAR. Relatos da reunião com o Prefeito: 08 de março. 12 mar. 2010b. Disponível em: <<http://comitecentralpopular.blogspot.com.br/2010/03/relatos-da-reuniao-com-o-prefeito-08-de.html>>. Acesso em: 17 mai. 2015.

CORRÊA, R. L. Processos Espaciais e a Cidade. In: CORRÊA, R. L. (Org.). **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GERALDO, W. M. J. **Novas dinâmicas socioespaciais na “cidade alta” de Juiz de Fora – MG**. 2011. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sistemas IBGE de Recuperação Automática. **Tabela 1290 - número de municípios e população nos censos demográficos por tamanho da população**. 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&e=l&c=1290>>. Acesso em: 5 ago. 2014.

JUIZ DE FORA. **Proposta de política municipal de habitação**: Juiz de Fora. Juiz de Fora: CPS/UFJF, 2007.

LEFEVBRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MENEZES, M. L. P. A geografia urbana de Juiz de Fora na atual economia mundializada. Apontamentos para uma pesquisa. In: **Anais XII Simpurb**. 2011, Belo Horizonte. Disponível em: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/38d90146355b4220d726d44dbf37445f.pdf>. Acesso: 23/07/2014.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. R. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-197.

A CAPITAL DO TRABALHO: ORDEM, DISCIPLINA E JUÍZOS SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO E NO COTIDIANO DE BELO HORIZONTE (1894-1930)

Fábio Luiz Rigueira Simão¹

Resumo:

Belo Horizonte foi construída na retórica de uma cidade-dádiva da arquitetura moderna e progressista da virada do século XIX para o XX. A planta original de Belo Horizonte, excludente e segregacionista, deveria se confrontar com uma realidade marcada por descontinuidades históricas. Entre imigrantes e migrantes pobres, médicos sanitaristas, engenheiros e policiais, a cidade tornou-se palco de uma trama relacional múltipla. A defesa de um projeto de *disciplina* pelo trabalho e de uma *moral urbana* parecem ter se sido a motriz da história da nova capital na alvorada do século XX. Neste trabalho nosso intuito é observar na formação do espaço o complexo desenvolvimento de juízos e rótulos normalizadores compartilhados e interpretados à sua maneira por grupos diversos e conflitantes na urbe.

Palavras-chave: Cidade, espaço, conflito, normalização.

THE WORK CAPITAL: ORDER, DISCIPLINE AND SOCIAL JUDGMENTS IN THE CONSTRUCTION AND THE BELO HORIZONTE DAILY (1894-1930)

Abstract:

Belo Horizonte was constructed under the rhetoric of the modern and progressive architecture from the turn of the 19th century to the 20th. The original Belo Horizonte plan, excluding and segregationist, should confront a reality marked by historical discontinuities. Among immigrants and poor migrants, sanitarians, engineers and police officers, the city has become a space of multiple conflictual social relations. The defense of a *project of discipline* for work and an *urban morality* seem to have been the driving force behind the history of the new capital at the dawn of the 20th century. In this paper we aim to observe the formation of the urban space from the complex development of standardized judgments and labels shared by diverse and conflicting groups in the city.

Keywords: City, space, conflict, normalization.

¹ Doutor em História. fabiolrsimao@gmail.com.

Definida como um *tabuleiro de xadrez*, onde uma avenida de contorno delimitaria a área privilegiada destinada a uma população de 100 mil habitantes, Belo Horizonte foi projetada para ser uma capital limpa, higienizada, bela e útil, marca enfim, da civilização, espetáculo de uma modernidade menos real do que pretendida. Primeira cidade planejada do Brasil, ela deveria representar a *dádiva* da inteligência positivista de Aarão Reis, seu mentor e projetista.

A decisão por construir uma nova cidade para ser a sede do governo do estado relaciona-se diretamente com a República. Quando o novo regime se instaurou, o governo federal encorajava e determinava por lei que os estados preparassem suas capitais para se adequarem aos novos tempos. Nos primeiros meses republicanos, a Assembleia Legislativa do estado de Minas Gerais, reunida em Ouro Preto, antiga capital, abria amplas discussões sobre a matéria. Um dos pontos mais notáveis da fala dos deputados *mudancistas* era a substituição do aspecto colonial e tortuoso da antiga capital pela linha reta e racional de uma cidade moderna e digna da própria República.

Em março de 1891, chegou-se a um consenso. A mudança seria feita. Cinco locais foram selecionados para uma avaliação mais minuciosa: Paraúna, Barbacena, Juiz de Fora, Várzea do Marçal e Curral d'El Rei. Em 1893, o relatório de uma comissão de avaliadores chegava ao governador Afonso Pena em Ouro Preto. O documento apontava Curral d'EL Rei como o local mais adequado devido a elementos de relevo, clima e condições hidrográficas. A Lei nº 3, de 1893, tornara então oficial a escolha pelo modesto arraial, que já havia passado a se chamar *Belo Horizonte*. Em menos de dois meses, iniciariam os trabalhos.

A planta original faz três divisões fundamentais: *zona urbana*, reservada às famílias proprietárias, aos funcionários do Estado, aos governantes e aos comerciantes que vinham de diversos lugares do país e do estado dar esmero ao mercado da nova capital; *zona suburbana*, destinada aos trabalhadores pobres e antigos moradores da área que passaria a compor o centro da nova cidade; e, por fim, a *zona rural*, onde se realizaria uma pequena agropecuária de abastecimento. Não tardaria até que a essa imagem ideal se somassem fronteiras ideológicas. Tão logo iam chegando imigrantes pobres – nomeadamente italianos – atraídos para compor a força de trabalho que ergueria a nova capital, o corpo policial ia se aparelhando e começava a agir sobre o cotidiano da *urbe* em formação.

Uma Avenida de Contorno delimitava a zona urbana tendo-a no interior de sua circunferência. Rapidamente os bairros fora de seus domínios, bem como os seus habitantes, passariam a ser identificados com a desordem e a turbulência. Nas pastas de ocorrências policiais da capital, reunidas em documentos concernentes à prática do cotidiano policial, vemos deliberadamente consolidar-se o

que, nos termos da época, se chamava *giro de inspeção*. As ocorrências eram mais comuns em lugares condenados como o Calafate e o Barro Preto, bairros pobres em que o subdelegado distrital reprimia “abusos”, como “assuadas” e “desordens”, reprimindo e prendendo os assim enunciados pela própria documentação policial “perturbadores da ordem pública”.²

Afinados com a imagética moderna trazida pela nova capital, os profissionais da cidade empenhavam-se por eliminar do espaço de sua convivência e visada os elementos que repeliam. Tratava-se de unir esforços burocráticos e administrativos a juízos sociais a fim de servir à concepção de *beleza*, *civilidade* e *modernidade* que povoava as mentes e os corações daqueles a quem interessava fazer triunfar o projeto. Helena Bomeny, lembra que Belo Horizonte tornou-se abrigo para aqueles que quisessem mergulhar no “sonho da razão”.

Os “desordeiros” e “vadios”, mendigos, ébrios, prostitutas, capoeiras e “jogadores”; as casas e casinholas populares (ditas *cafusas*), os prédios de arquitetura rural e colonial, traços de um tempo que se queira ver superado, seriam todos alvos do poder público, do olhar alheio e da polícia, que, ao lado de médicos e engenheiros, começaria a sistematizar sua ação junto à cidade em formação.

As pessoas, porém, não são passivas e o ímpeto de sua segregação ou disciplinalização não se daria sem resistência. A produção do espaço é fruto das suas forças em luta. Marcel Roncayolo refere-se aos diferentes grupos em conflito na cidade pelos conceitos de produtores e consumidores do espaço. Pensando a cidade do século XIX, o autor francês define arquitetos, engenheiros, médicos sanitaristas (e, talvez possamos aqui incluir, policiais) como *produtores*. Ele se refere a esses agentes como “profissionais da cidade”, conforme apontamos antes. De outro lado se colocam os *consumidores* do espaço: setores populares e trabalhadores que a princípio não teriam ligação direta com os projetos dos produtores.

A própria cidade se torna um mecanismo de civilização. Prédios públicos, bibliotecas, monumentos, mas também clubes, cafés e solares onde habitam as elites urbanas encarnariam esse aspecto educativo. A metrópole ganha o poder de civilizar na exata medida em que se monumentaliza. Torna-se *sujeito-civilizador* e se combina à escola, *sujeito-educador*, sendo a resultante de uma política deliberada das elites junto ao Estado na construção de uma *cultura urbana* já perpetrada pelos projetistas (VEIGA, 2002). Um diagrama desejado embora complexo e um tanto suspeito.

² Fundo Polícia – Arquivo Público Mineiro. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol 8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

Belo Horizonte, vista enquanto *obra-dádiva* do governo de Minas, tinha o seu lugar no seio das mais fiéis manifestações elogiosas por parte da imprensa política, comercial e informativa. Tudo ali reclamava perfeição. A cidade estava no centro das atenções do poder público do estado desde as discussões sobre a transferência da capital. Era sem dúvida o maior empreendimento do governo, o seu mais célebre e ousado gesto político-administrativo.

Eram sempre recorrentes nos jornais, principalmente no primeiro decênio subsequente à inauguração oficial da cidade, matérias louvando o esplendor de sua construção. Alfredo Riancho, famoso pseudônimo de Alfredo Camarate, técnico da CCNCM, citado no capítulo anterior, apelava ao povo mineiro que fizesse jus à dádiva de seu governo:

(...) pelas duas estações de Estrada de Ferro, pelos planos da Igreja Matriz, do Palácio do Presidente, do Palácio da Administração e de muitos outros edifícios planejados, se vê que o Dr. Aarão Reis, ilustrado engenheiro como é, entendeu a ‘simplicidade’ na acepção em que esta palavra devia ser tomada e que vamos ter uma capital, se não ostentosa, pelo menos digna do Estado de Minas, do Brasil e do século XIX. Em tais condições, nenhum dos fatores que constituem uma grande cidade moderna pode ser esquecido, e teremos, além de praças grandes e elegantes, ruas extensas e largas, canalizações de todo o gênero, jardins, teatros, etc..³

Muitos testemunhos da época apontam para essa mesma direção: brindar a nova capital e a modernidade que a acompanhava. E se o fazia muito amiúde na perspectiva da *cidade espetáculo*, *vitrine*.

Essa disciplina que deveria ser compartilhada e praticada por todos e todas passa por justificativas específicas dependendo das circunstâncias históricas de cada sociedade. Na Belo Horizonte do final do século XIX e início do XX, a própria *cidade* era o apelo maior. Procurava-se difundir uma espécie de “crença” na ciência ilustrada e na soma de esforços para a promoção do sucesso da cidade que saudavam.

Do outro lado da noite, porém, nos lugares de enclave, nos guetos, longe da luz da ribalta retórica desses projetos unilaterais de “civilização”, outras pessoas habitam e outra moral se veiculava. Fruto do caráter sempre inacabado e processual de construção do espaço, esse ambiente é protagonizado pelos “desviantes” da ordem. Nesses lugares, mas também ao circularem pelos bairros nobres e pelo centro da capital, os “indivíduos indesejados” sofrerão a ação do poder disciplinar e de seu antagonista principal: a polícia.

³ MINAS GERAIS, Ouro Preto, 21 out. 1894, p. 2.

O alvo inicialmente da força policial comandada pelo capitão Antonio Lopes de Oliveira foi o imigrante. Eles vieram compor a mão de obra necessária à construção da cidade. As horas de lazer deles também passam a ser fonte potencial de desordem e contravenção. Sua disciplina era, pois, um compromisso; seu avesso, a desordem, repudiável; sua transgressão, a vadiagem, definia a sua medida e o tratamento que receberia.

Por serem estrangeiros, inicialmente os imigrantes receberam o rótulo de aventureiros. Como salienta novamente Andrade, “a presença dos imigrantes era sentida como uma verdadeira invasão, e a ‘gente boa, ordeira e cortês’, como eram chamados os belo-horizontinos, teria agora que conviver com os imigrantes, comumente rotulados de turbulentos e desordeiros”.⁴

A partir de 1901, quando as estatísticas começam a mostrar um decréscimo da imigração, os elementos até aqui identificados – o trabalho e a pobreza – continuariam orientando a prática policial na constituição de um espaço urbano segregacionista. Homens e mulheres pobres, porém, marcariam espaços e meios de negociar sua presença forçosa junto ao poder público.

A defesa de um projeto de *disciplina* pelo trabalho e de uma *moral urbana* na construção do espaço parece ter se tornado a motriz da história de Belo Horizonte na alvorada do século XX. Abria-se um ambiente provável de diferentes demandas e atores sociais onde forças desequilibradas digladiavam. Dividiriam a cena vetores distintos, juízos contrários e alguma medida de acomodação. A cidade procurava caminhos possíveis.

Em dois de maio de 1902, o decreto municipal n. 1516 resolvia pela criação da primeira vila operária de Belo Horizonte. Isso causava espanto já que desde a origem das obras nunca havia sido mencionada pela CCNCM semelhante possibilidade. Em relatório apresentado ao governo do estado de Minas Gerais no ano de 1896, o seu então engenheiro-chefe, Francisco Bicalho, arrolava as obras que urgiam fazer-se para que ali naquele lugar vazio – referia-se a Curral d’El Rei – se edificasse uma verdadeira capital:

(...) palácios dignos para a administração superior, edifícios públicos de toda natureza, casas para moradias dos funcionários públicos, terraplenagem para arruamentos, calçamentos, abastecimento d’água, rede de esgotos e águas pluviais, iluminação pública, parque, jardins e tudo mais que compreende as exigências da vida social moderna.⁵

⁴ Andrade, 1987, p. 8.

⁵ *Apud* Barreto, 1936, p. 336.

Cumpramos observar que todos os benefícios citados acima são destinados à área central da cidade, ele se refere ao perímetro da Avenida do Contorno, onde se erigiriam os prédios do governo e as residências destinadas à moradia dos funcionários públicos e aos membros das elites proprietárias do estado. Não há referência à infraestrutura nem à construção de bairros operários. As seções suburbanas era o seu destino. Curiosamente, todavia, o local escolhido para a construção da primeira vila operária de Belo Horizonte foi uma seção urbana, a 8ª, o Barro Preto. Isso mostra que a decisão está ligada ao próprio movimento da cidade, às suas demandas mesmas e, de certa forma, essa realidade sinaliza para um *descaminho* do projeto inicial.

Poderá perguntar-se sobre a razão de se criar uma área operária no interior da zona urbana, destinada originalmente às elites proprietárias e aos funcionários do Estado. A resposta é categórica e tem dois significados fundamentais: em primeiro lugar, havia intenção de se criar uma vila operária mais próxima da área central para diminuir o ônus de uma possível demanda por infraestrutura fora dos limites da Avenida do Contorno; depois, não haveria problema que um espaço central fosse destinado aos operários visto que, para efeito de assistência pública municipal, o bairro se tornaria, automaticamente, por deliberação do mesmo decreto nº. 1516, uma área suburbana.⁶

Na ação exaustiva em “defesa” da área central ante o interesse de fixação dos trabalhadores, o que já vinha acontecendo, o poder público acabou impedindo que houvesse um processo de povoamento minimamente uniforme em Belo Horizonte. O centro era então um lugar vazio de pessoas. O elevado preço dos terrenos localizados à área urbana forçava as famílias pobres a se dirigirem para as periferias. Mas seu ímpeto era ficar o mais próximo possível do seu local de trabalho e de onde a cidade propriamente acontecia. Desta maneira um duplo problema atormentava os prefeitos: o vazio da área central e a necessidade cada vez mais premente de se criar bairros operários organizados para impedir que um espaço desordenado imiscuísse a *urbe* planejada e espetaculosa que se pretendia originalmente.

A vila do Barro Preto era uma solução razoável neste sentido porque, além de resolver o problema da habitação operária, realizava uma operação administrativa: situar uma área suburbana em um ponto médio em relação aos bairros centrais. A 8ª seção não era tão distante a ponto de demandar gastos excepcionais com infraestrutura e serviços básicos, nem tão perto para causar mal estar à cidade limpa e organizada dos grupos proprietários. Conjecturamos, ainda, que a demarcação

⁶ Faria e Grossi, 1982.

de uma área suburbana no seio do espaço destinado inicialmente a ser área urbana pode também ter relação com o exercício de vigilância e controle policial.

O poder público ia esquadrinhando a cidade. Elencavam-se os “lugares perigosos” onde a presença de “vagabundos” e “desordeiros” justificava esforços de vigilância e prisão. Os “turbulentos” se *enquadravam* na diligência preventiva cada vez mais cotidiana na ação policial. Uma espécie de *condenação prévia* dos espaços e das pessoas cujo destino passava a ser a coação disciplinar que a “cidade de bem” desejava.

Em 1914, a lei n. 79 de dispunha o seguinte:

Art. 1º. A cidade de Belo Horizonte, em sua zona urbana, será dividida em tantas pequenas seções quantas sejam necessárias para o serviço de rigorosa limpeza das vias e praças públicas; (...)

Art. 3º. O serviço (...) consiste na varredura e na irrigação da área calçada e na capina e irrigação da área não calçada; (...)

Art. 5º. Quando as condições financeiras o permitam, tais serviços deverão se estender à zona suburbana, em suas partes mais povoadas.⁷

Parece, todavia, que tais serviços ficavam cada vez mais distantes dos bairros pobres. O caso do Calafate é similar ao do Barro Preto. Uma área inscrita à zona urbana, porém tornada suburbana pela sua qualidade de lugar que se desenvolvia desordenadamente. Em matéria intitulada “O Calafate e a Prefeitura”, o jornal *A Gazeta* sinaliza-nos nessa direção:

De há muito o populoso bairro do Calafate foi considerado suburbano e, como tal, a prefeitura começou a fiscalizá-lo, cobrando os impostos (...) Os moradores dali ufanaram-se (...) porque supunham (...) iriam gozar de todas as vantagens concedidas à Floresta, por exemplo, ou à Lagoinha. Entretanto nada disso se verificou; ficou estabelecido o ônus, mas os melhoramentos dele decorrentes não apareceram até hoje. Não possui ainda o Calafate uma planta cadastral, nem água, nem esgotos, nem alinhamento, nem iluminação.⁸

Assim enquanto, de um lado, assistiam-se a esforços por melhoramentos providos pela receita pública, sendo aí o lócus por excelência do espetáculo arquitetônico das ruas retilíneas, das praças arborizadas, da moda *chic* e do trânsito *smart* de homens distintos e mulheres elegantes, de outro, descaso e inoperância, quando não uma postura de eliminação de cafuas e barracões pobres dispostos

⁷ Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Capital em setembro de 1914. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.

⁸ A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 out. 1913, p. 1. Hemeroteca do Estado de Minas Gerais Assis Chateaubriand.

pelas adjacências da área urbana e pelos arrabaldes da suburbana. Para esta área, como evidencia o artigo 5º, melhoramentos só seriam direcionados quando o permitissem as condições financeiras.

Um cronista certa vez, utilizando a ideia de que a cidade se dividia em dois campos opostos e antitéticos, expressou a existência de um quadro de contrários categóricos na disposição socioespacial de Belo Horizonte encarnado na existência de dois tipos de bairro: “um cheirando a lenços d’alcobaça e a mofo de secretarias e outro tresandando a água de colônia, a perfumes almiscarados, a lisol, a toucinho e álcool”.⁹

Através de um sentido singular, o olfato, o cronista articula duas realidades opostas conquanto coexistentes e correlatas. De um lado, os lenços de alcobaça e o mofo das secretarias revelam a um só tempo um hábito e uma espacialidade: o uso de um artigo nobre por certa parcela da população identificada com o lugar em que habita, e o bairro dos funcionários, região nobre da cidade até os dias de hoje. De outro lado, a água de colônia e outros perfumes baratos, bem como a presença de toucinho e álcool, o que nos sugere a presença de botequins, e casa de secos e molhados populares dando a medida de um espaço-sociedade em que os artigos pessoais e hábitos se encontram.

A elite construtora e o poder público, bem como as famílias proprietárias moradoras das áreas centrais, projetaram a capital de seus desejos, e nós a podemos notar nos jornais e nos relatórios oficiais da polícia e do governo, mas a cidade e as relações sociais ali observadas revelaram processos complexos e intrincados. Vieram as leis e os agentes, a “sociedade de bem” fez valer seu verbo por meio da imprensa; mas os pobres também reclamaram e marcaram seu raio de ação e presença à *urbe*. A cidade foi-se fazendo desse embate.

Talvez exatamente por esse conjunto de novos elementos e novas demandas sociais presentes ao meio urbano, o poder público fosse tão enfático na formação de um corpo burocrático de controle e vigilância. Tudo reclamava disciplina mas a *cidade da ordem* teve de lidar com a realidade caótica e contraditória com relação ao projeto hiperbólico que perseguia.

As posturas municipais, associadas à ação dos guardas e policiais, incumbidos da vigilância de práticas, hábitos e comportamentos indesejáveis, construía um espaço de conflito em que enunciados morais procuram retalhar. Uma nova moral pública ia se delineando ancorada na estratégia de exaltação da cidade como lugar de equilíbrio e temperança, onde o trabalho e a justiça dariam o tom. Esforços eram dispendidos pela cidade ideal para disciplinar a cidade real.

⁹ VITA. Belo Horizonte: Imprensa Oficial. 06 jun. 1914, s/p, *apud* Julião, 1996, p 82.

Nos registros policiais e nas matérias jornalísticas os *vadios* são tratados por “indivíduo fulano de tal”, o que parece desclassificá-los, na medida em que se lhe retira o sobrenome e o referencial de família. O “fulano de tal” passa automaticamente de vadio a indivíduo de má índole, e daí a desordeiro, afinal não tem família nem residência fixa e ocupação.

Em Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, bem como em outras cidades do país no mesmo período,¹⁰ a ação policial inscreveu-se no quadro geral do ordenamento urbano e da conformação do mundo do trabalho. O sanitarismo também caminhou nessa direção. Referindo-se às agências de saúde e de segurança pública, criadas pela legislação municipal de Belo Horizonte no contexto de fundação da nova cidade, Letícia Julião observa que

ambas aturaram de maneira decisiva na formação do trabalhador urbano. Tomaram para si a tarefa de conhecer a multidão da cidade, de identificar e separar os trabalhadores dos vadios, de coibir antigas condutas e disseminar novos hábitos e valores, compatíveis com as exigências morais e materiais de uma sociedade moderna. Isso significou submeter os espaços de moradia, lazer e trabalho das classes populares a um rosário de expedientes normativos, somados a uma vigilância e repressão sistemáticas.¹¹

Vigilância e repressão para a definição de uma ordem do trabalho. Trata-se de uma atividade que se insere exemplarmente na construção do espaço urbano moderno, não sem violência e arbitrariedade, muitas vezes legitimada por um discurso amparado pela lei e reiteradamente informado pelo pensamento sanitarista e por uma moral pública refletida na legislação e difundida pela sociedade através de cronistas e periódicos.

Mas como o espaço não se faz de discurso e projeto e sim de conflito e embate de concepções e interesses sua dinâmica histórica nos impele a enxergá-lo como resultado de um jogo complexo de disputas políticas, econômicas e simbólicas. A cidade é uma arena, um construto social resultante das práticas e das representações que ventilam no pensamento e informam as ações das pessoas. Na ação das pessoas e na eloquência das letras, o espaço urbano ganha sentido e aqueles e aquelas que o ocupam agem com estratégias específicas em situações diversas a fim de tornar menos densa e possível a convivência com os poderes institucionalizados. Assim numa diligência policial a mesma semântica da disciplinalização para o trabalho e o comportamento justo e moralizado poderia servir

¹⁰ Sobre as mudanças experimentadas pelas cidades brasileiras na virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, veja-se; Chalhoub, 1996 e 2001; Follis, 2004; Menezes, 1996; Pesavento, 1995; Sevcenko, 2003.

¹¹ Julião, 1996, p. 85.

na acusação e na defesa dos “meliantes”. Da mesma maneira a condenação moral do jogo e da prostituição poderia ser relativa dependendo dos lugares e das pessoas. Fronteiras simbólicas ficavam às vezes frágeis e maleáveis.

Textos aparentemente soltos e neutros publicados na imprensa, bem como o esforço de definição e classificação dos tipos indesejados presentes nos relatórios policiais, revelam representações intimamente relacionadas a mecanismos de exclusão social. Ao mesmo tempo o espaço em ocupação e metamorfose se torna lugar de segregação e de luta, cuja realidade se deixa ver pelos fios concisos conquanto aparentemente indiferentes da dimensão simbólica. Como vimos, num anúncio sobre a estada na cidade de uma tourada, o periódico *Folha Pequena*, veiculava: “A empresa Roderó dará amanhã o seu segundo espetáculo (...) Ficaram prontos os camarotes especiais destinados às excelentíssimas famílias e independentes das arquibancadas”.¹² Um processo sorrateiro de naturalização da diferença.

As pessoas e os grupos que iam ocupando o espaço naquele contexto se constituíram em correlação com a construção da própria cidade, e, nessa perspectiva, o espaço urbano se transmuta num verdadeiro mosaico de descontinuidades. Os atores sociais, como aponta Lepetit (2001), encarnam subjetividades diversas e por isso a *urbe* é necessariamente o lugar “(...) onde se projetam ambições, esperanças e utopias, marcadas pelas relações de lutas e conflito social”.¹³

A construção de Belo Horizonte é enfim exemplar porque permite ver o *projeto* de uma cidade que se queria *moderna* e *civilizada*, conforme chavões da própria época, se debater com uma realidade descontínua e conflitante. Apesar de planejada, a cidade não podia ser o lócus da paz e da harmonia que se evocava porque outras forças agiam ali. A *urbe* era lugar de relações de poder e trabalho, preconceitos e embates de ideias e práticas. O Estado não dava conta de representar os interesses das pessoas e dos diferentes grupos. A pobreza material, a segregação e a exclusão exigiam formas estratégicas e uma moral por vezes avessa à ordem desejada. A farda do policial não era o bastante para fazer reclamar o poder que representava. Era preciso legitimidade para a sua ação e, muitas vezes, a sociedade civil a censuraria. Os discursos de progresso e modernidade não eram os mesmos para todos, e seus efeitos suscitavam comportamentos de embate e acomodação. A realidade era uma arena cambiante como as próprias relações sociais ali em movimento. A cidade, em particular, suscitava novos sentidos envoltos, porém, em velhas tradições. Mundos relativos procuravam espaços

¹² FOLHA PEQUENA, 27 ago. 1904, grifos nossos.

¹³ Roncayolo *apud* Velloso, 2004, p. 13.

no interior de um modelo de vida em sociedade.

Bibliografia:

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1987. Dissertação de Mestrado.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte, memória histórica e descritiva, história média*. Planejamento, estudo, construção e inauguração da nova capital (1893-1897). Belo Horizonte: Rex, 1936.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FOLLIS, Fransérgio. *Modernização urbana na Belle Époque paulista*. São Paulo: Unesp, 2004.

JULIÃO, Letícia. *Belo Horizonte: Itinerários da cidade moderna (1891-1920)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1992. (Dissertação de Mestrado).

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: EDUSP, 2001.

MENEZES, Lená Medeiros de (1996). *Os indesejáveis*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

PESAVENTO. *Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.8, n.16, 1995, p. 279-290.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão*. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2003.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

As classes populares e a luta pelos direitos no Brasil (1870 - 1920)

Coordenadores:

Kaio César Goulart Alves – Doutorando em História pela UFJF.

Gabriela Fazolato Guedes – Mestranda em História pela UFJF.

A história social, mais especificamente aquela influenciada pela história social inglesa, ganhou ressonância no Brasil a partir dos anos 1980. Atualmente, as suas temáticas clássicas vêm sendo revisitadas e repensadas a partir de novos questionamentos, como, por exemplo, os papéis desempenhados pelo gênero, pela raça ou pelos mecanismos de poder nas relações sociais. Nesse sentido, este simpósio surge como espaço para a promoção do encontro entre pesquisadores que trabalham com fontes, temas e problemáticas relacionados as chamadas classes populares, bem como as formas de repressão e/ou controle empregadas pelo Estado em reação às suas lutas por direitos, estimulando tanto debates teóricos quanto metodológicos, assim como a exposição de resultados de pesquisas.

Inserido no campo de influências da “história vista de baixo” - inaugurada em meados de 1960 pelos historiadores E. P. Thompson, Eric Hobsbawm e George Rudé -, o presente simpósio tem por objetivo receber propostas de reflexão, em perspectiva histórica, que tratem dos múltiplos processos de conquista da cidadania conduzidos pelas classes populares no Brasil entre 1870 e 1920, considerando as formas associativas construídas (associações mutualistas, sindicatos, partidos e etc), as práticas de resistência ao exercício da hegemonia adotadas (greves, revoltas, *meetings*), os mecanismos de repressão e controle adotados pelo Estado contra os populares e as manifestações culturais vivenciadas.

O CORONELISMO NO BRASIL E SEUS REFLEXOS NA ATUALIDADE EM MONSENHOR PAULO

Luciano Vital da Silva¹

Resumo:

Primeiramente cabe a seguinte questão: O que faz do coronelismo um fenômeno específico à Primeira República? Autores como Vitor Leal Nunes e M.^a Isaura Pereira de Queiroz, buscaram as respostas no processo eleitoral e nos mecanismos de controle dos resultados. O controle do voto pode ser observado, no Brasil, sob diversas formas, desde o Império podendo ser identificado, ainda em municípios menores, como Monsenhor Paulo, localizado no do sul de Minas Gerais. Sabe-se que os coronéis costumavam alterar votos, sumir com urnas e até mesmo patrocinavam a prática do voto fantasma. A corrupção eleitoral existe até hoje, porém com uma nova roupagem. Uso de propinas, favorecimento de cargos políticos ou públicos, articulações antidemocráticas visando o interesse próprio são práticas ainda comuns. Esse trabalho discute a sobrevivência das relações de poder que remetem às práticas do coronelismo tanto nas grandes cidades quanto nas pequenas, visto que os interesses das grandes lideranças prevalecem em detrimento de outros.

Palavras-chave: Coronelismo; mandonismo; voto; interesses.

THE CORONELISM IN BRAZIL AND HIS REFLECTIONS ON CURRENT EVENTS IN MONSENHOR PAULO

Abstract:

First, the question arises: What makes Coronelism a phenomenon specific to the First Republic? Authors such as Vitor Leal Nunes and Maria Isaura Pereira de Queiroz sought answers in the electoral process and in the mechanisms to control the results. These mechanisms exist to this day, especially in smaller municipalities, and control of the vote can be observed in Brazil in various forms since the Empire. So, "Coronelism" would exist forever. Through several surveys, it is noticed that the colonels used to change votes, disappear with ballot boxes and even sponsored the practice of the ghost vote. Note that this type of mechanism still exists until today, but with a new outfit. Use of bribes, favoring political or public positions, antidemocratic articulations aimed at self-interest. Through this work it can be seen that in both large and small cities the influence of Coronelism is still present, since the interests of the great leaders prevail over others.

Keywords: Coronelism; influence; vote; interests.

¹ Graduando em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG Campanha.

Introdução:

O vocábulo coronelismo tem sua origem no século XIX durante o período Regencial.

O vocábulo Coronelismo é oriundo do termo Coronel, posto que ocupava um chefe político pertencente ao regimento da Guarda Nacional Brasileira posteriormente. Bem como o tratamento de coronel começou a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, bem como a qualquer potentado (QUEIROZ, 1976, p. 165).

Esse termo passou a designar também os Senhores de Engenho, pois gozavam de intensa autoridade, prestígio e poder muitas vezes conseguidos às custas da violência e da opressão. Até a hora presente, Coronelismo foi o termo criado para designar certos hábitos políticos e sociais próprios do meio rural brasileiro, onde os grandes proprietários rurais chamados de coronéis exerciam absoluto domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras ou delas dependiam para sobreviver. O fenômeno tem raízes profundas na tradição patriarcal brasileira e no arcaísmo da estrutura do país. Também é utilizado, na atualidade, para designar a política nepotista e demagógica de alguns líderes políticos.

Não é necessário ser um estudioso para usar o termo Coronel acertadamente. O mandonismo desempenhado pelo Coronel incorporou de tal maneira nos costumes brasileiros que ainda hoje é comum ouvir frases como: "Você pensa que é o Coronel para mandar?" Observa-se que esse termo é quase sempre usado para caracterizar ou enfatizar o mandonismo. Normalmente nunca como elogio e sim de forma depreciativa. As diferentes definições de coronelismo atribuídas por alguns pesquisadores abordaram e deixaram transparecer seus pensamentos a respeito. Não se pretende com isso expressar novos conceitos e tampouco interpretá-los, mas apenas citá-los para enriquecimento e compreensão do artigo.

Vitor Nunes Leal diz que:

(...) não se pode pois, reduzir o coronelismo a simples afirmação anormal do poder privado. É também isso, mas não é somente isso. Nem sempre corresponde ele à fase áurea do privatismo: o sistema peculiar a esse estágio, já superado no Brasil, é o patriarcalismo, com a concentração do poder econômico, social e político no grupo parental. O coronelismo pressupõe, ao contrário, a decadência do poder privado e funciona como processo de observação do seu conteúdo residual (LEAL, 1993, p. 11).

O termo coronel tem sido definido "(...) principalmente pelas suas características políticas", razão pela qual Nunes Leal define o coronelismo como sendo "uma forma de adaptação entre o poder

privado e um regime político de extensa base representativa" (QUEIROZ, 1979, p. 163). Considerá-lo apenas sob esse aspecto é mutilar um conjunto complexo, empobrecendo-o e não permitindo uma compreensão mais ampla, tanto em si mesma quanto em sua evolução histórico-social e política.

Para Queiroz (1976),

O Coronelismo é então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da Proclamação da República: o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação ao tipo de poder político-econômico que historicamente marcou o Brasil (QUEIROZ, 1993, p. 165).

Queiroz (1976), procura não apenas analisar as bases políticas da organização coronelista, como também os fundamentos socioeconômicos da mesma e finalmente procura esclarecer o processo de sua decadência. Menciona ainda, trabalhos de Jean Blondel (*Ibidem*, 1993, p. 169), para o qual coronel se define pelo poder político quando o domínio sobre o qual o protetor atua é muito extenso e reúne grande número de eleitores e dá-se a este o nome de coronel, porque ele era com frequência Coronel da Guarda Nacional. O coronelismo, então, é a forma tomada por esta proteção. Assim, o poder político é medido através da quantidade de votos de que dispõe um chefe local ou regional, no momento das eleições. Procurando manter ou expandir a força dos coronéis, os cabos eleitorais são elementos de ligação indispensável entre o coronel e a massa dos votantes. A estrutura, grosso modo, se apresenta hierarquizada em três níveis. Os coronéis, abaixo deles os cabos eleitorais, e, na base da estratificação política, os eleitores. Além do papel de proselitismo, o cabo eleitoral tem a função de organizar a massa, mantendo-a "em forma" para os pleitos.

Os pleitos eleitorais e o Coronelismo:

A imensa variedade de termos e perspectivas que compõem o Coronelismo no cenário político brasileiro ressalta a amplitude de tal assunto e revela o interesse de muitos sem observar e registrar suas marcas no decorrer da história.

Leal (1993, p. 19), adverte: Convocai o povo para as urnas, como sucedeu em 1945, e o coronelismo ressurgirá das próprias cinzas, porque a seiva que o alimenta é a estrutura agrária do país."

Na História do Brasil houve longos períodos em que o povo foi privado de ir às urnas. Na primeira República, só podiam votar os maiores de 21 anos e do sexo masculino. Mulheres e analfabetos não podiam votar. As eleições eram comumente fraudadas para manter o mesmo grupo

no poder. Em muitos casos, as atas eleitorais eram falsificadas, bem como a mesma pessoa votava diversas vezes. Eleitores fantasmas e defuntos compareciam às urnas eleitorais. Após o Golpe de 1930, os maiores de 18 anos e de ambos os sexos, já podiam votar.

No período do Estado novo (1937 - 1945), o povo novamente é impedido de votar e todos os prefeitos eram de livre nomeação dos governos estaduais. Com o fim do Estado Novo e o processo de democratização, 1945 - 1964, o povo voltou às urnas. As eleições eram diretas para todos os níveis - de vereador à Presidente da República. “A generalidade, nesse caso, era a tônica das diversas propostas políticas; que variavam desde a defesa do voto secreto _ como instrumento de expressão da” vontade do povo” - até em prol das leis sociais” (DECCA 1981: p. 184).

No período da Ditadura Militar (1964 - 1985) a população mais uma vez é impedida de escolher o Presidente da República, os governadores do estado, os prefeitos das capitais e de mais de uma centena de municípios considerados áreas de Segurança Nacional.

A partir de 1989, o país inicia uma nova fase de democratização. Apesar de críticas que são feitas à Constituição de 1988, ela é extremamente aberta. A ampliação do direito de voto e de participação política foi garantida nessa constituição e conseqüentemente a democracia. A partir daí o direito de voto foi estendido a todos, incluindo os analfabetos. Entretanto, percebe-se que diante dos pleitos marcados para preenchimento de cargos em todos os níveis, municipal, estadual e federal, o Coronelismo ora desaparece, ora ressurgue ou se acomoda para sobreviver.

Um povo expressa seus anseios e suas expectativas quando pode participar, discutir e escolher seus representantes. É na hora do voto que a massa se reúne em prol de um mesmo objetivo. Os pensamentos podem ser divergentes, mas o propósito é único. Será essa uma das razões pelas quais o Coronelismo torna-se mais evidente e mais forte nos pleitos eleitorais?

Vale ressaltar que atualmente todos os brasileiros que estão aptos a votar têm seu título de eleitor fornecido gratuitamente pela Justiça Eleitoral. Hoje, constitucionalmente, o alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios aos brasileiros a partir dos 18 anos e facultativos aos jovens de 16 e 17 anos, aos maiores de 70 anos e aos analfabetos. Na hora de votar, apresentar o título eleitoral não é mais necessário, basta o eleitor levar um documento oficial com foto à sua seção de votação.

O elevadíssimo número de municípios brasileiros, tanto os pequenos, nos quais vivem poucas centenas de eleitores, quanto nas grandes cidades nas quais habitam milhões deles, as formas de campanha política são distintas. Elas mesclam recursos de mobilização tradicional — visitas aos eleitores, o corpo a corpo, o uso de carro de som —, às mais novas tecnologias de informação, como

o uso das redes sociais para compartilhar desde o programa do candidato, passando pelos boatos e o “disse me disse”, tão comuns para a avaliação, construção e desconstrução dos candidatos a vereadores e prefeitos, sobretudo nas milhares de pequenas cidades do país. As atividades de campanha são muito diversificadas, e as mídias locais, apesar de agendarem os temas nacionais, inserem outras pautas que fogem às preocupações debatidas em Brasília.

Um desses municípios é de Monsenhor Paulo. Nessa cidade, é de praxe, por ocasião das eleições, durante as campanhas eleitorais os candidatos visitar os eleitores. Às vezes, a ausência da visita do candidato a uma família pode representar a perda de muitos votos. Nessa ocasião, todas as “armas” são usadas para a obtenção do voto. Como a cidade é pequena, os laços de amizade são fortes e as relações de parentesco do candidato, na maioria das vezes é grande, o que define a vitória de muitos candidatos. Não é difícil imaginar o que pode ocorrer durante as campanhas eleitorais em um lugar pequeno. “Os partidos políticos eram vistos como “famílias políticas”, onde vínculos afetivos e pessoais uniam chefes e demais membros”. (REIS, p 128)

O relato de um dos dois depoimentos que hora cito, poderão revelar a simplicidade do eleitor e a ousadia do candidato e/ou cabo eleitoral para assegurar o voto. O primeiro, cedido por Vera Lúcia da Silveira Piaia, se passa numa fazenda do município citado, por volta de 1937, o Coronel fazendeiro, por ocasião das eleições resolveu registrar todos os seus colonos assumindo despesas de cartório dentre outras. Naquela época, os filhos só eram registrados quando iam se casar. Além da falta de dinheiro, os pais temiam que os filhos do sexo masculino servissem ao exército e viessem um dia a lutar e morrer pela “Pátria”, (sic). Mesmo sem saber a idade dos colonos e dos filhos dos mesmos, o fazendeiro colocou os menores de 18 anos ou mais, para estarem aptos a votar. A maioria dessas pessoas teve sua idade aumentada em até 3 anos.

Conforme depoimentos, e outros depoimentos são frequentes os pedidos de favores pessoais, tais como: pagamento de consultas médicas em especialistas, pedidos de óculos, materiais de construção, cestas básicas, pagamentos das contas de água e energia, pagamentos de contas em farmácias, pedidos de bolsa de estudos etc.

Nesse momento, o eleitor e candidato se colocam em posição de barganha. Cada um tentando obter vantagens em relação ao outro estabelecendo assim uma relação clientelista. Os cabos eleitorais funcionam durante as eleições e também durante toda a campanha eleitoral como porta-voz do candidato, para ajudar a convencer o eleitor das qualidades do candidato, assegurando o paternalismo que por ele será exercido. No dia da eleição fiscaliza e renova os pedidos de voto. O cabo eleitoral

normalmente trabalha para o candidato em troca de pagamentos ou na esperança de receber favores pessoais.

É comum também que o candidato, depois de vencer as eleições, ganhe vários afilhados e seja convidado inúmeras vezes para padrinho de casamento. Assim, as eleições tornam-se mais fortes, facilitando a barganha.

Outro exemplo característico do município são as famílias numerosas. Muitas vezes, o candidato é eleito pela própria família e ainda tem os votos da família da esposa. Contando com essa "arma", os partidos políticos influenciados pelo mandonismo procuram indicar seus candidatos observando as relações de parentesco entre eles. O sucesso do pleito também é assegurado pela popularidade e amizades de cada candidato. Razão pela qual as lideranças políticas se reúnem, fazem coligações dos partidos, para depois lançarem seus candidatos.

Nos diversos pleitos eleitorais pesquisados houve uma incidência expressiva de candidatos que mal sabiam ler ou assinar o próprio nome e outros estudaram apenas até a 4ª série. Não havia plano de governo definido, as realizações eram lentas e esporádicas e os candidatos eram quase sempre pessoas mais velhas.

Esse quadro começou a mudar por volta de 1963, quando no município, passou a funcionar o Ginásio Estadual, criado pelo Pároco da época, Padre Rogério Abdala e posteriormente pela Escola Normal Municipal. Somente depois desse período é que começam a surgir pequenos grupos de pessoas jovens interessadas em se candidatar.

Observando os documentos na Câmara Municipal do município de Monsenhor Paulo, as atas especialmente nota-se que a partir do ano de 1983, a presença da juventude local, filiada a partidos políticos; UDN, PSD, PSP, PTB, existente na época na cidade.

Percebe-se que mesmo com a participação da juventude, agora com maior nível de escolaridade, as barganhas, os favores pessoais, a submissão, o empreguismo e outros tipos de condutas inadequadas ainda continuam sendo "armas" usadas para conquistar o voto do eleitor.

Nota-se que o baixo poder aquisitivo da maioria da população da cidade tem sempre influência na existência e permanência do Coronelismo. A pequena cidade com seus 69 anos de municipalização, tem sempre candidatos paternalistas e com isso, o candidato se beneficia com a situação para obter votos.

A pobreza do povo e o poder econômico do candidato representa também influência na presença do Coronelismo, pois quanto maior for o poder econômico do candidato, mais fácil se torna

o uso das manobras para obtenção dos votos.

Considerando que Monsenhor Paulo é um município pequeno e que, por isso, pode-se observar que as eleições foram disputadas como por exemplo: no ano de 1996 acirradamente pelo fato de ambos os candidatos serem muito populares na cidade. Foram notórias as mortes e sequelas do Coronelismo. As rivalidades, as provocações, os boatos e as acusações ainda pairam na lembrança dos cidadãos paulenses ocasionando dissabor, receio e insegurança.

Percebe-se que o Coronelismo sobrevive principalmente no período de eleições com uma nova roupagem. Por exemplo, a grande preocupação dos candidatos a prefeito é em eleger maior número de vereadores pertencentes ao seu partido para assim terem mais liberdade e agirem conforme seus interesses. Dessa forma, ele terá o domínio da Câmara e mais facilidade para aprovar projetos de seu interesse. Quando a prefeitura é administrada com competência poderá ter pontos positivos em favor da população, caso contrário, poderá o prefeito servir-se do poder público para os interesses próprios.

Normalmente, os representantes da população, os vereadores, no geral são compostos por pessoas com baixo nível de escolaridade e, às vezes, com dificuldades para o desempenho das funções que lhes foram atribuídas. Percebe-se também que nem sempre o Legislativo e/ou executivo trabalham harmoniosa e articuladamente. O que se vê é a falta de diálogo, de entendimento e de consenso na aprovação dos projetos, pois ambos os poderes utilizam da política de persuasão em que se evidencia os aspectos do Coronelismo.

Com o processo de urbanização vivenciado pelo município, o fazendeiro já não é mais Coronel e nem domina mais o eleitor que passou a viver na cidade e apenas trabalha na zona rural. O par de botinas, a cachaça e o brinquedo para o filho caíram em desuso. O ex-colono tem agora o rádio e a televisão e já pode discutir de igual pra igual com o patrão. Além disso, toma consciência de que o candidato é que precisa da sua ajuda para ser eleito. A barganha tem outro sentido.

Sobrevivência da relação do poder - Dominação e dominados:

Talvez a “arte” de dominar é a de levar todos os indivíduos a aceitar, como universal, o seu conjunto de valores. Naturalmente, depois da vitória, a produção de ideias dominantes será a da classe dominante.

Através dos vários meios de comunicação, a ideologia dominante penetra na classe dominada

de tal forma que impede o desenvolvimento das ideias da classe dominada. A classe dominante ensina, assim, a classe dominada a aceitar o seu lugar na sociedade. A não aceitação conduzirá ao nascimento de ideias contrárias e assim, as divergências aparecerão, bem como as oposições políticas. E quando se trata de um município pequeno a "batalha" pode ser dura.

(...) o poder simbólico [...] se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a submeter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras”. In: Bourdieu Pierre. Sobre o poder simbólico. In:--- O poder simbólico. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p 15.

A dominação política significa a hierarquização de preferências, gostos, ideologias e formas de vida de um grupo em relação ao outro, o qual, na condição de denominado, tem as opções de se resignar frente ao dominador, com ele se aliar e obter benefícios (pela bajulação), ou até mesmo através do uso da violência.

As pessoas estarão sempre sujeitas à dominação política. Umas a sentirão mais que as outras, mas raramente alguém escapará das forças da política. Logo, como é praticamente impossível retirar-se da vida social, calham as perguntas: Já que seremos dominados, de alguma maneira, como tornar este fardo menos arbitrário? Quais diferenças estamos dispostos a tolerar e quais pretendemos eliminar (inclusive com o uso da força)?

Há pelos menos três formas de responder a essa pergunta: a) um ou algumas pessoas da confiança do grupo tomarão as decisões; b) todas as pessoas decidirão, por meio de escolhas coletivas que façam prevalecer a vontade da maioria; c) apenas as pessoas envolvidas no problema é que dela tratarão.

Sendo assim, como já foi dito, a nova relação entre eleitor e candidato baseia-se em um sistema de trocas e de objetos negociados. Há um grande desnível de poder entre a elite política e a massa dos eleitores e o recurso do poder político é negociado por vantagens materiais imediatas aos eleitores.

As variedades socioculturais do voto negociado são muitas, mas a negociação individual com eleitores é complementada pelas transações com grupos e organizações, como moradores de uma mesma rua, igrejas ou clubes. Como já se sabe, além de benefícios materiais, como bens e dinheiro,

o apoio eleitoral a um candidato poderá ser negociado em função de compensações não materiais como empregos, favores administrativos e influência política através de cargos.

Ser dominado é aceitar um certo modo de conduzir a vida. A dominação envolve força e consenso, requer aceitação e legitimação. É a crença na eficácia de certo modo de vida, a decisão dos dominados pela continuidade da dominação, que garante o poder.

A origem de grande parte destes benefícios não se encontra mais nos recursos privados do candidato, mas sim no abuso de recursos do poder público. Há um contínuo, abrangendo vantagens imediatas até trocas envolvendo compromissos futuros. Quanto mais individual a negociação, mais evidente será a compra de votos. E isso é uma realidade que o país necessita mudar.

Considerações Finais:

O Coronelismo como política do exercício abusivo do poder, através do uso de meios ilícitos e imorais para conquista do voto está mudando, graças ao aparecimento do voto secreto e do fortalecimento da Justiça Eleitoral. Contudo, esse Coronelismo não parece estar prestes a desaparecer. As estratégias ou manobras injustas, ilegais e imorais empregadas anteriormente na obtenção do voto ainda existem nas eleições. Frequentemente se tem notícias de que estão sendo usadas sem o menor escrúpulo, pois não estão preocupados com o bem comum e com a felicidade da população atingida.

Observa-se que tais atitudes parecem estar implícitas em interesses particulares como obtenção do poder, status e riqueza.

Um dado digno de ser observado é que o eleitor já não pode ser tão ingênuo como antes, por isso não se submete passivamente a ser usado como na época do mandonismo. Quando alguém vende seu voto, recebe promessa de emprego ou de bolsa de estudos para o filho, casa própria e assim por diante, pode-se perceber que a detestada corrupção dos meios políticos alcança também as camadas mais simples da população.

O fenômeno do Coronelismo pode apresentar características diferentes nas diversas regiões, carecendo pois, de estudos mais profundos para melhor compreensão e exposição com a relação de poder, força e dominação, pela qual as pessoas, voluntaria ou involuntariamente, conscientemente ou não exercem na nossa sociedade atual. E em se tratando de pequenos municípios, a verdade é que, sem querer generalizar, o poder público usa de meios ilícitos e imorais nas eleições e nem sempre assume compromisso preocupado com a construção de uma sociedade mais justa e organizada.

A dominação do mais forte, munindo-se da força, sobre o mais fraco se configurou desde os primórdios, quando os primeiros homens passaram a viver em sociedade. Hoje, mais evoluídos e com mecanismos mais refinados, o homem continua a exercer essa dominação, porém, de maneiras mais sutis, envolta por um manto que recebe o nome hora de política, hora de globalização, ou tantos outros nomes. Mas é preciso entender, também, que o poder e a força (quando usados de forma positiva) não são malignos e nem que a aceitação da dominação é qualidade dos fracos. Muito pelo contrário. Os governos mais eficazes do mundo só funcionam pois tem esses elementos coexistindo harmoniosamente: alguém que lidera (detém o poder) e rege, utilizando a força no seu sentido mais positivo e, por fim, um povo que obedece, sendo ele mesmo que, democraticamente, escolheu seu líder.

Referência Bibliográfica:

BOURDIEU, Pierre. Sobre o poder simbólico: In: *O poder do simbólico*. 11. Ed. Rio de Janeiro: Bertrnd Brasil, 2007.

DECCA, Edgar Salvadori. *1930: O silêncio dos vencidos*: Prefácio de Marilena Claui: Ed Brasiliense, 1981.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*, o município e o regime representativo no Brasil. 6 ed. Campinas, SP: Editora, Alfa-Omega, 1993.

PIAIA, Vera Lúcia da Silveira. Entrevista concedida no dia 13/05/2017.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros elementos*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*_ José Carlos Reis_9. Ed. Ampl. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

A ESTRADA DE FERRO NOS RELATOS ORAIS DE MORADORES DA CIDADE MINEIRA DE CATAGUASES-MG

Walter Alves de Paula Neto¹

Resumo:

Este trabalho busca perceber e apresentar como as estradas de ferro fizeram parte da vida de moradores de Cataguases-MG, através de relatos disponíveis em uma coletânea produzida por uma parceria entre a prefeitura, empresa e uma faculdade da cidade, colhidos em diversos anos da década de 1980, com vários habitantes, das mais variadas origens e profissões. O foco neste relato se intensifica com a necessidade em apresentar as visões daqueles que, muitas vezes, são relegados do discurso histórico, dando voz para outros cidadãos, para além das elites políticas e econômicas da cidade.

Palavras-chave: estradas de ferro, história oral, Zona da Mata Mineira.

THE RAILROAD IN THE ORAL REPORTS OF CATAGUASES'S CITY OF MINAS GERAIS RESIDENTS

Abstract:

This paper seeks to perceive and present how the railways were part of the life of residents of Cataguases-MG, through reports available in a collection produced by a partnership between city hall, company and a city college, collected in several years of the decade of 1980, with several inhabitants, of the most varied origins and professions. The focus in this report is intensified with the need to present the visions of those who are often relegated from the historical discourse, giving voice to other citizens, beyond the political and economic elites of the city.

Key-words: railroads, oral history, Zona da Mata Mineira.

¹ Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

Introdução:

O presente trabalho surgiu como um desdobramento da pesquisa realizada, a partir deste ano, no programa de pós-graduação em História da UFJF, cujo principal objetivo é analisar as diversas relações estabelecidas entre as personagens políticas da Zona da Mata no processo de expansão da malha ferroviária da Estrada de Ferro Leopoldina, a partir da década de 1870 até o final do século XIX. As fontes utilizadas para análise neste trabalho já eram conhecidas desde antes a entrada no programa, mas o estímulo para a pesquisa surgiu a partir de diversas reflexões sobre as camadas populares durante o primeiro ano do mestrado.

O projeto em andamento no mestrado, por seu perfil, invariavelmente apresentará as visões das elites políticas e econômicas da região, relegando aos habitantes de classes menos abastadas ao silêncio historiográfico. O contato com o tipo de relato presente na coletânea “Memória e patrimônio cultural de Cataguases”, produzida por uma parceria entre a prefeitura de Cataguases, diversas empresas da cidade e o curso de História da faculdade local, trouxe a inquietação sobre como as pessoas “comuns” relacionavam-se com os trens que passavam diariamente pela cidade nas primeiras décadas do século XX.

Buscando relatos mais próximos da virada do século, foi dada preferência para os relatos presentes nos três primeiros, de seis, volumes da coletânea, que possuem entrevistas realizadas nos anos finais da década de 1980. Como metodologia, para a seleção dos relatos, foram procuradas nos textos as seguintes palavras e seus respectivos plurais, quando necessários: Leopoldina, ferrovia, ferro, estrada, locomotiva, estação, trilho, trem, ferroviário, linha, vagão, composição, bitola, Central, Pedro². Quando estes termos eram encontrando em algum relato, uma análise do trecho em que este estava inserido era realizada, encaixando a fala do entrevistado(a) em alguma categoria, criada de acordo com a percepção que a transcrição da fala passava sobre a temática.

Há uma ressalva importante de ser feita. Infelizmente os livros não possuíam uma descrição do como e quais eram os procedimentos realizados para a obtenção dos relatos. Há apenas uma menção de que as entrevistas foram coletadas através de entrevistas gravadas e depois transcritas, a

² As palavras com iniciais maiúsculas correspondem, respectivamente à Estrada de Ferro Leopoldina, Estrada de Ferro Pedro II e Estrada de Ferro Central do Brasil, nome dado a Pedro II no governo republicano, as outras palavras correspondem a diversos termos comuns ao ambiente do transporte ferroviário.

fim de organizar a coleção. Sendo assim, não é possível saber quais métodos foram utilizadas para a coleta dos relatos.

A história dos de baixo:

Segundo Jim Sharpe, durante muito tempo a história foi vista como um relato dos feitos dos grandes homens, principalmente no momento de seu estabelecimento como uma ciência, aos moldes das ciências de laboratório, como física, química, biologia e etc. (SHARPE, 1996: 40). Dessa forma, a multidão, os populares foram colocados à margem do processo histórico, sendo muitas vezes deslocados do processo, tornando-os apenas espectadores marginalizados dos acontecimentos apresentados pelos historiadores. De acordo com Hobsbawm, é possível estabelecer o início deste tipo de análise desde os trabalhos de Jules Michelet³ e Georges Lefebvre⁴ sobre a Revolução Francesa, obras que buscam estabelecer o papel da multidão no processo histórico, em grande parte devido à vasta documentação produzida neste período sobre a parcela da população, que antes, era deslocada da História (HOBSBAWM, 1998: 225). Sendo assim, o autor conclui que devido ao interesse da historiografia francesa por essa temática, que tal área do conhecimento histórico construiu suas bases, sendo fortalecidas pelos historiadores franceses do século XX e também pelo grupo, no qual Hobsbawm está inserido, dos historiadores marxistas britânicos, ao lado de E. P. Thompson, Perry Anderson e Christopher Hill.

Seguindo sua explanação, Hobsbawm afirma que parte da retomada destes trabalhos durante o século XX, foi o interesse dos historiadores marxistas pelo estudo das histórias dos diversos movimentos operários, atribuindo um papel político àqueles indivíduos que tiveram a sua importância renegada, principalmente após 1950, em que há uma ampliação do campo, que começa a atribuir papel político também as camadas populares dos Estados Nacionais (HOBSBAWM, 1998: 226,).

O autor apresenta que parte da dificuldade dos trabalhos sobre as classes populares está na falta de acesso a documentação, já que grande parte da documentação é marcadamente voltada para os atos oficiais e dos grandes nomes políticos e econômicos, tendo pouca ou quase nenhuma sobre outros patamares da população (HOBSBAWM, 1998: 227). Aprofundando ainda mais na questão da

³ Ver MICHELET, J. **História da Revolução Francesa**: Da queda da Bastilha à festa da federação. Trad. Maria Lucia Machado, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

⁴ Ver LEFEBVRE, G. **O Grande medo de 1789**. Trad. Carlos Eduardo Castro Leal, Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

documentação, é preciso ter sempre em mente que as poucas fontes existentes sobre as camadas populares são, frequentemente, produzidas por grupos políticos, aparatos do Estado ou camadas sociais, que muitas vezes, se opõem ao movimento ou às demandas e disputas apresentadas pelos indivíduos analisados pelo historiador, ou seja, a produção documental é constituída de diversos itens que serviram mais como um aparato de repressão, do que necessariamente um ponto de vista favorável ao objeto de estudo (RUDÉ, 1991: 10).

Uma forma de contornar tal escassez é a busca por fontes alternativas, ou mesmo métodos alternativos, tais como a História Oral, visto que tal metodologia é uma grande auxiliadora na constituição de acervos de tradições individuais, com membro das mais diversas camadas da sociedade (FERREIRA; AMADO, 2006: 8).

Tendo todas estas questões em mente, o próximo tópico apresentará os relatos coletados nas fontes citadas anteriormente, de forma a estabelecer ligações entre as memórias apresentadas pelos moradores de Cataguases com os trilhos das estradas de ferro que foram uma das principais conexões da cidade por muitos anos, e também tudo aquilo que envolvia o ambiente ferroviário no qual a cidade estava inserida.

A ferrovia nos relatos orais:

A cidade de Cataguases está inserida na lógica do transporte ferroviário desde meados do século XIX. Em 1871 a Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais aprovou a lei nº 1826, de 10 de Outubro⁵, dando condições para o estabelecimento de uma linha férrea partindo de Porto Novo do Cunha, atual Além Paraíba, até a cidade de Leopoldina, visando conectar a região da Zona da Mata ao ramal da Estrada de Ferro Pedro II que chegara a província no final dos anos 1860. Pouco mais de cinco meses após a aprovação da subvenção, é publicado o Decreto nº 4914, de 27 de Março de 1872⁶, neste é dada autorização, pelo governo imperial, a Antônio Paulo de Mello Barreto, engenheiro, para a construção de uma estrada de ferro entre o Porto Novo do Cunha e Santa Rita do Meia Pataca, atual Cataguases.

⁵ Carta de lei que autoriza o governo a subvencionar com quantia não excedente a 9:000\$000rs. por quilômetro, ou a garantir juros até 7% sobre capital não superior a 2,400:000\$rs. a qualquer companhia, ou empresa que se proponha a construir uma estrada de ferro, ligando Porto Novo do Cunha à cidade de Leopoldina.

⁶ Concede ao Engenheiro Antônio Paulo de Mello Barreto autorização para organizar uma companhia que se incumba de construir uma estrada de ferro econômica entre a estação do Porto Novo do Cunha e Santa Rita do Meia Pataca na província de Minas Gerais.

Segundo Blasenheim, a mudança do ponto final de Leopoldina para Cataguases, 12 quilômetros mais ao norte da autorização inicial, foi solicitado por Mello Barreto devido às dificuldades que seriam encontradas para a expansão dos trilhos da ferrovia nas proximidades do município de Leopoldina (BLASENHEIM, 1996: 94). Em meados de 1872, a Companhia Estrada de Ferro Leopoldina é autorizada a entrar em funcionamento e tem o seu estatuto aprovado, pelo Decreto Imperial nº 4976, de 05 de Junho de 1872⁷. Em 1874 o tráfego é aberto no primeiro trecho da ferrovia, com a inauguração das três primeiras estações da companhia: São José, Pântano e Volta Grande, no ano seguinte forma inauguradas as estações de São Luiz, Providência e Santa Izabel, inaugurando as estações de Leopoldina e Cataguases em 1877 (SIQUEIRA, 1938: 127).

A companhia tem períodos de altos e baixos até a década de 1890. Diversas crises de produção na região da Mata, prejuízos de material rodante e fixo causado pelas chuvas em diversos anos e a falta de gestão dos novos ramais, construídos ou comprados de outras companhias, resultou em diversas falências (BLASENHEIM, 1996: 107). Durante os anos de 1896 e 1897 foram realizadas diversas negociações envolvendo o governo brasileiro, mineiro e fluminense, sendo a companhia vendida ao capital inglês em 1898, sendo autorizada a continuar os trabalhos como *Leopoldina Railway Company Limited* (BLASENHEIM, 1996: 108).

Após diversas variações entre lucros e prejuízos, a companhia manteve-se como capital britânico até a Lei nº 1288, de 20 de dezembro de 1950, na qual era oficializado o processo no qual o governo encampava a companhia, pagando uma quantia de 10 milhões de libras esterlinas aos donos da companhia, sendo em 1957 incorporada à Rede Ferroviária Federal-RFFSA, marcando o período de remoção dos ramais “antieconômicos”, principalmente os localizados em regiões interioranas do país (PAULA, 2000: 119).

É neste processo, que inclui a empresa como propriedade de investidores britânicos e a sua inclusão à malha ferroviária federal que a maioria dos relatos selecionados se estabelece. Em muitos deles, há a lembrança dos tempos em que a estrada de ferro era a principal forma de conectar a cidade ao Rio de Janeiro, como pode ser visto neste trecho da entrevista de Teodorico Teixeira Cardoso, ferroviário, 83 anos no momento da entrevista:

Antigamente tinha trem de passageiros, tinha trem noturno, hoje não tem trem. O que passa é trem de carga pra Recreio e pro lado de Ponte Nova. Num tem movimento quase nenhum. Acabou. Deixaram a ferrovia acabar, né. Quem fosse a

⁷ Concede à Companhia da Estrada de Ferro da Leopoldina autorização para funcionar e aprova seus estatutos.

Miraí e perdesse o trem, tinha que dormir lá pra vir no outro dia. Se fosse a Santana, se não viesse no trem que vinha de manhã cedo, tinha que vir a pé, ou ficar pra vir no outro dia. Não tinha ônibus, não tinha nada. Num tinha outro transporte. Não tinha outro meio de transporte fácil não. Transporte forte era trem, né. O pessoal andava de trem (ALONSO, 2012: 237).

Como pode ser percebido no relato, os caminhos de ferro conectavam os cidadãos da cidade a longas distâncias, principalmente em um período que o transporte rodoviário ainda estava em um período de expansão e estabilização, no interior do país. Além de conectar a população da cidade, os trilhos serviam para outro tipo de ligação, as notícias da capital. O trecho abaixo, do relato de Alberico Dutra de Siqueira, delegado fiscal, 75 anos no momento da entrevista, reforça tal afirmação:

[...] Com isso o povo ali na farmácia. Não havia, assim, televisão nem rádio, (a farmácia) era um ponto de encontro. Então ali toda tarde, chegava (trem) expresso do Rio trazendo correspondência. Chegava às cinco e cinco, então antes das cinco horas já estava descendo gente para ir esperar o trem, pra pegar os jornais. Todo mundo acompanhava né, aquele entusiasmo político... 1928/29. Então, me lembro, doutor Abílio às vezes passava na farmácia. Tinha dois senhores - o Carlos Louro e o Agenor Ladeira - eles faziam esse trabalho de comissário, ia no Rio e trazia. Todo mundo ficava em volta pra saber notícia do Rio de Janeiro. Eles iam lá e trazia ela quentinha né. Quando foi em 30, aí começou a revolução mesmo, foi feita a revolução... Houve a eleição em 29... foi quando Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba, eles fizeram a revolução (ALONSO, 2012: 23-24).

Além de atuar como um propagador de notícias, o trem também era utilizado, principalmente pelos ferroviários, como um instrumento de disputa para legitimar as demandas da categoria em face da elite política e econômica da região, na luta contra as faltas de pagamento e condições de trabalho, o relato de José Antônio Teodoro, porteiro de escola, que concedeu entrevista aos 94 anos:

Houve um movimento grevista aqui, mas não foi instaurado aqui. Foi instaurado em Porto Novo (Além Paraíba). Chegou a Cataguases porque tinham que ir a Ubá e os trens tinham que passar por aqui. Quando o trem saiu de Ubá e entrou em Cataguases entrou pela avenida. E os operários (ferroviários) estavam todos pra lá do Grupo, para não deixar o trem passar. O Dr. Astolfo Dutra que era o chefe político, o mandatário, estava em Cataguases. Saiu de casa, foi lá, mandou os grevistas pararem e deixar o trem passar. E os grevistas pararam. E o trem passou e foram para o seu destino... (ALONSO, 2012: 35).

Os ingleses é que exploravam: cortês eles eram muito, né. Mas pagava pouco. Pagava muito pouco! O pagamento atrasava muito naquele tempo. Enquanto o pessoal não fazia greve não saía pagamento! Nós nem recebia um, já tava vencendo outro. Atraso do pagamento num passava de dois meses, porque tinha que comer, né (ALONSO, 2012: 235).

Retornando à entrevista de Teodorico Teixeira, ferroviário da Leopoldina, é possível traçar uma ligação entre os dois excertos a cima e também com os diversos relatos presentes na tese apresentados na tese de Dilma Andrade de Paula, já citada e referenciada neste trabalho, as greves permeavam os sindicatos dos ferroviários da Leopoldina, que atrasava seus salários constantemente.

Como foi perfeitamente composto por Milton Nascimento "Todos os dias é um vai-e-vem\ A vida se repete na estação [...] O trem que chega\ É o mesmo trem da partida\ A hora do encontro é também despedida."⁸. Diversos relatos coletados apresentam a estação ferroviária da cidade como um local de dinamização da vida urbana, de uma forma de contato com outras localidades, lugares de chegadas e partidas de diversos moradores da cidade e arredores, essa dinâmica está marcada nos relatos abaixo, de José Luiz Sales Vale, juiz de paz de 76 anos, Amélia Gomes Fernandes, tecelã, de 80 anos e João Kneip, eletricitário, de 80 anos, respectivamente:

Então havia um movimento muito grande na estação da Estrada de Ferro Leopoldina. Até hoje aquele piso da Estação está sulcado ali, dos carrinhos que vinham para carregar mercadoria. A Cidade era uma movimentação formidável! A Indústria Irmãos Peixoto, por exemplo, ele tomava conta das duas balanças do despacho de mercadorias aos sábados. Aos sábados, os funcionários iam pra lá... Tinha tanto despacho para fazer que a gente não conseguia fazer despacho (ALONSO, 2012: 123-124).

Tinha muito movimento... tinha bastante... tinha dia de semana - acho que terça e sexta-feira que ia e voltava duas vezes. Saía de Caratinga, acho que às nove horas, chegava ao meio dia e ia pra Mirai. Voltava de tarde, cinco e meia, seis horas ele voltava, sempre cheio com passageiros. Aqui era muito movimento de trem. Tinha trem de carga, de lenha, tinha essas coisas todas daqui pra Mirai, daqui pra Recreio... só sei que era muita máquina! E tinha Expresso daqui também. O Expresso ia e voltava cheio pro Rio... o Expresso é que acabou mais depressa... agora tem estrada de ônibus... é mais perto... com uma, duas horas tamos lá... era bem movimentada (ALONSO, 2012: 29).

Antigamente eu ia para o Rio... Eu me lembro que quando eu ia para o Rio de trem - tinha que ir de trem - pegava o trem, chegava lá no Rio às vezes dez horas... onze horas. Era uma viagem boa. O Rio de Janeiro era outra coisa, naquele tempo. Eu me lembro da ocasião em que fui batizar a Nilza, nós fomos de trem. Levamos uma matutagem para comer no caminho... Eu me lembro que quando eu vim do Rio, com o papai, pra todo lado via... enchia a Estação. Todo mundo ia esperar o "expresso" ali, de tarde, na Praça da Estação. Quando era dez horas, ia todo mundo para a estação para ver o pessoal sair na Leopoldina - o trem que vai para o Rio, que ia até o Rio. Quando vinha do Rio... vai tudo para a Estação... Ali na Praça da Estação era um movimento naquele tempo! Tudo era despachado, vinha tudo ali... Gente, era um movimento danado, naquele tempo (ALONSO, 2012: 63-64).

⁸ NASCIMENTO, Milton. Encontros e Despedidas. In: **Encontro e Despedidas**, Barclay, 1985, 1 LP.

Em todos os relatos é marcante a presença de uma movimentação em torno da praça e da Estação da Estrada de Ferro Leopoldina/Leopoldina Railway na cidade, seja de passageiros, seja de cargas, como demonstra alguns relatos acima e o seguinte, novamente, do ferroviário Teodorico Teixeira:

Aqui era zona de café. Aqui, Mirai, Santana. Cana era só quase que pro gasto, né. Transporte pesado mesmo era o café. O trem pegava e levava pro Rio, mas tinha leite, tinha galinha... tinha passageiro que levava pro Rio. Vinha de Santana, Mirai, chegava em Cataguases. A galinha e o leite era transportado no expresso. Todo expresso que chegava levava aquilo pro Rio (ALONSO, 2012: 238).

Considerações Finais:

Como é possível perceber, nos diversos relatos acima, a ferrovia era algo que dinamizava a cidade de Cataguases, seja pela movimentação de cargas, transportes de passageiros ou como uma forma de ferramenta política. Os relatos, de pessoas dos mais variados ambientes sociais, estão marcados por uma memória ferroviária, colocando a locomotiva e sua composição como uma constante presença na vida daqueles que construíram suas vidas na cidade. O dinamismo do café, as constantes ligações com o Rio de Janeiro, a luta dos sindicatos, tudo isso ocorria no teatro urbano, em torno dos trilhos, que hoje, são apenas marcas de um período passado.

Para além dos discursos oficiais, sejam eles políticos ou econômicos, a estrada de ferro era, para muitos habitantes, uma atração, uma forma de conectar-se ao mundo, principalmente em um período marcado pela baixa presença de outros meios de comunicação além do rádio, principalmente em uma cidade do interior de Minas Gerais. Não se pretende aqui um discurso de defesa apaixonada deste meio de transporte, mas sim, uma tentativa de apresentar que, mesmo abandonado, por mais diversos motivos, o modal ferroviário teve uma relevância para todas as sociedades no qual esteve e está inserido, carecendo de estudos que tragam de esta temática de volta à tona, de forma a preencher os vazios historiográficos em diversas regiões de Minas Gerais e de outros estados brasileiros.

Referências Bibliográficas:

BLASENHEIM, P. As ferrovias em Minas Gerais no século dezenove. **Lócus – Revista de História**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, pp. 81-110, jul. – dez., 1996.

FERREIRA, M. M; AMADO, J. Apresentação. In: FERREIRA, M. M; AMADO, J. (Coord.). **Usos e abusos da história oral**, 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

HOBBSAWM, E. A História de baixo para cima. In: **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.216-231.

PAULA, D. A. **Fim da Linha**: A extinção de ramais da Estrada de Ferro Leopoldina, 1955-1974. Tese (Doutoramento em História) Niterói: UFF, 2000, 346p.

RUDÉ, G. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, P. (Org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1996, p. 40-62.

SIQUEIRA, E. **Resumo Histórico de The Leopoldina Railway Company Limited**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Carioca, 1938.

Fontes

ALONSO, P. H. (Coord.). **Memória e patrimônio cultural de Cataguases**. 2ª ed. – Cataguases – MG: ICC, 2012.

BRASIL, Império. Decreto nº 4914, de 27 de Março de 1872. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1872.

_____. Decreto nº 4976, de 05 de Junho de 1872. **Coleção de Leis do Império do Brasil**, 1872.

MINAS GERAIS, Província. Lei nº 1826, de 10 de Outubro de 1871. **Livro da Lei Mineira**, 1871.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

Teoria da História e Historiografia: perspectivas críticas e novas abordagens

Coordenadores:

Ana Carolina Monay – Mestranda História UFOP.

Bruna Stutz Klem – Mestranda História UFOP.

Guilherme Bianchi – Doutorando UFOP.

O desenvolvimento estimulante da produção historiográfica, muito embora em sentido amplo em contexto de crise na e da história, pode ser creditado às reflexões que envolvem os campos da Teoria da História e da História da Historiografia, uma vez que concentram seus esforços para a discussão sobre os fundamentos, possibilidades, potências, limites e a própria identidade do conhecimento histórico. Se é possível observar certo crescimento de tais campos disciplinares nas últimas décadas, talvez esse crescimento decorra da intensa atividade reflexiva, capaz de gerar proposições de superação dos diversos incômodos e impasses liberados pela questão sobre a produção de conhecimento histórico, em especial atenção à sua interface com a sociedade e as demandas do tempo presente. Essas áreas de pesquisa abrangem terrenos, fronteiras e interseções amplas o bastante para suscitar pesquisas as mais variadas, inclusive tendo em vista as interseções possíveis com outras áreas das chamadas Ciências Humanas.

Compreendendo a teoria da história e a historiografia como fatores constitutivos da produção do conhecimento em história, o referente Simpósio Temático visa estimular os debates concentrados nas áreas supracitadas bem como em suas áreas afins, ampliando as possibilidades de investigação e trocas intelectuais pensando a produção de conhecimento histórico enquanto modelos e escolhas de um tempo e espaço, que permeiam aproximações ou o seu contrário, entre a historiografia brasileira e a historiografia mundial.

Assim, o ST visa reunir comunicadores que busquem refletir sobre o que é história, o papel de historiadores e historiadoras, como se produz história, o direito à história, as condições de produzir história, a produção científica de conhecimento histórico e as demandas sociais cognitivas, éticas, estéticas, políticas, a potência da história, etc., comportando discussões que abordem elementos constituidores deste debate tais como: usos políticos e apropriações da história e da memória, multiplicidades e demandas étnico-raciais, as teorias pós e decoloniais, as relações de gênero, a discussão sobre o eurocentrismo, mudanças climática, relação da história científica e história de violências estatais e suas vítimas, bem como os limites e aproximações epistemológicas no processo

de constituição da disciplina das ciências humanas no Brasil bem como os múltiplos sentidos atribuídos a pesquisa e a escrita da história e o panorama de crise que estamos inseridos.

Demarcar o simpósio de Teoria da História na XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora tem por um lado a relevância do estabelecimento da área de teoria na programação do evento em prol das discussões suscitadas pelo fazer história atualmente, e por outro lado, criar aproximações entre os cursos de história da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade Federal de Ouro Preto e das demais universidades que venham a compor o debate.

OS ERUDITOS E A ARTE DE “DAR SENTIDO” AO PASSADO: O PROBLEMA DO TEMPO EM GEORG SIMMEL E ABY WARBURG

Edmo Videira Neto¹

Resumo:

O presente trabalho buscar investigar o conceito de tempo a partir da obra de dois autores, Aby Warburg e Georg Simmel. Para Simmel, a tarefa central do historiador é a de dar sentido ao tempo e ao passado através da “utilização” do tempo histórico, ou seja, ordenar os eventos pretéritos e historiciza-lôs, para que estes possam trazer sentido para o presente através da compreensão histórica. Além disso, Warburg nos aparece aqui como um autor fundamental, pois em seus trabalhos, faz uma diferenciação ainda mais complexa, entre tempo histórico e tempo das imagens, sendo este último de extrema importância para a sua ideia central de uma ciência da cultura. Desta maneira, o campo de análise em torno do macro conceito “Tempo” se abre, nos permitindo dialogar entre as diferentes concepções em torno de Tempo histórico e Tempo das Imagens.

Palavras-chave: Aby Warburg, Georg Simmel, Tempo Histórico, Tempo das Imagens.

THE SCHOLARS AND THE "MAKE SENSE" ART TO THE PAST: THE PROBLEM OF TIME IN GEORG SIMMEL AND ABY WARBURG

Abstract:

The present work seeks to investigate the concept of time from the work of two authors, Aby Warburg and Georg Simmel. For Simmel, the central task of the historian is to give meaning to time and to the past through the "use" of historical time, that is, to order past and historicizing events so that they can bring meaning to the present through historical understanding. In addition, Warburg appears to us here as a fundamental author, because in his works he makes an even more complex distinction between historical time and time of images, the latter being of extreme importance to his central idea of a science of culture. In this way, the field of analysis around the macro concept "Time" opens, allowing us to dialogue between the different conceptions around historical time and time of the images.

Keywords: Aby Warburg, Georg Simmel, Historical Time, Time of Images.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: edmo.videira@gmail.com

Introdução:

Como definir o tempo? Esta talvez seja uma das perguntas mais difíceis a ser respondida por parte da história. Objeto base do trabalho do historiador, e conceito com grande importância para as reflexões historiográficas, a ideia de tempo necessita de análises mais amplas ao seu redor. O questionamento em torno do macro conceito de tempo se torna algo mais específico a partir do momento em que delimitamos a sua área de atuação e incluímos um segundo conceito a este primeiro, a noção de Tempo Histórico. Este trabalho busca, portanto, estabelecer algumas relações de aproximação e distanciamento, entre a concepção de tempo e de tempo histórico em dois autores alemães de fundamental importância na virada do século XIX para o século XX: Aby Warburg e Georg Simmel. Acreditamos que estes eruditos nos fornecem informações importantes para tratarmos deste conceito quase “ontológico” de tempo, uma vez que ambos dedicaram parte de suas obras para tentar estabelecer relações sobre esta ideia.

Além disso, como veremos mais a frente, o conceito de continuidade histórica nos surge como algo fundamental, visto que, tanto Simmel quanto Warburg, pensam a ideia de um prolongamento temporal na sociedade humana. Vale ressaltar, entretanto, que estes autores pensam a questão da continuidade de maneiras diversas. Em Warburg percebemos a ideia de uma sobrevivência temporal de elementos artísticos da antiguidade no Renascimento, e também, uma concepção temporal que transgreda a cronologia clássica adotada pelos historiadores. Já em Simmel, a continuidade aparece como a soma dos elementos históricos em busca de uma constituição da totalidade histórica, sem necessariamente romper com o tempo linear e cronológico.

Se por um lado a reflexão sobre o tempo é de fundamental importância para o historiador na constituição do seu trabalho, por outro, ela também ajuda na maneira com que este historiador irá representar o seu objeto e dar sentido ao seu passado histórico. Desta maneira, a forma com que o escritor adota sua concepção de tempo, reflete diretamente em sua narrativa final a respeito de seu objeto de pesquisa. Portanto, tentaremos estabelecer as relações entre as continuidades temporais e as formas de dar sentido ao passado, tanto nas ideias de Warburg, quando nas de Simmel.

Entre Warburg e Simmel: a arte da permanência temporal nas imagens e na história:

“Deus está nos detalhes”. Talvez esta tenha sido uma das frases, atribuídas ao Historiador da Arte Aby Warburg, mais citadas em trabalhos acadêmicos, seja em epígrafes, seja em textos sobre sua obra. De fato, tal citação diz muito do projeto de “criação” de uma ciência da cultura que nos foi proposto por Warburg. A atenção aos detalhes das imagens, esculturas, e retratos, traz para nós a apreensão de fatos e aspectos que traduzem uma sobrevivência da antiguidade clássica, ou como diria Warburg, uma *Nechleben de Atike* das *Pathosformel* (Fórmulas de Pathos). Tal conceito nos parece fundamental para entendermos a proposta de história da arte e de tempo das imagens de Warburg, uma vez que as *Pathosformel*, seriam energias temporais contidas no interior das imagens, ou seja, a permanência de elementos estético-culturais de outras épocas no presente. Tal concepção nos permite acionar uma memória social a respeito das imagens, visto que as mesmas carregam consigo traços culturais de sociedades pretéritas. Percebemos em Warburg, a continuidade de fantasmas temporais que pesam nas produções imagéticas do presente. A respeito dessas continuidades, Alain-Phillipe Michaud, destaca:

Warburg, em estudos como *Dürer e a Antiguidade italiana*, *Arte italiana e astrologia internacional no Palazzo Schifanoia de Ferrara*, *Ritual da serpente* e muitos outros, procura enfatizar precisamente o polo dionisíaco da cultura do Renascimento, com ênfase nos modos com que as energias psíquicas conservadas da Antiguidade constituíam forças estéticas motivadoras das representações pictóricas e esculturais, numa efetiva pós-vida das *Pathosformeln* antigas, que se materializavam, por exemplo, no tratamento do corpo em movimento, “pego em um jogo de forças esmagadoras”, com “membros se contorcendo na luta ou em apertos de dor, cabelo soltos, roupas torcidas pelo vento (CHARBEL, 2005: 140)

Desta maneira, ao lançar um olhar para as permanências que as obras de artes Renascentistas traziam para sua época, Warburg identificou justamente esses “fantasmas” que advinham da antiguidade grega, e que sobreviviam através da *Pathosformel*.

Se, em Warburg, vemos a ideia da observação do todo a partir dos detalhes e a necessidade de se analisar os “fantasmas do passado”, em Georg Simmel temos um movimento parecido com a lógica warburguiana: “Ver no individual o universal”. Está é – assim como a frase de Warburg “Deus está nos detalhes” – uma das passagens mais citadas de Simmel, e nos diz muito de seu trabalho e de suas ideias centrais. Para o autor, devemos buscar a partir dos detalhes, a força motriz maior, que, no caso da história, move as correntes do tempo e do pensamento cultural humano. Desta maneira, partiremos de duas ideias fundamentais, que consideramos existir tanto no pensamento de Warburg quando no de Simmel: a compreensão polar do mundo e dos conflitos culturais, e o conceito de

Continuidade Histórica, ou se utilizarmos aqui um termo cunhado por Warburg, *Nachleben* (sobrevivência).

No que se refere à primeira ideia citada, vemos tanto em Simmel, quanto em Warburg, a utilização de dois polos na elaboração de seus escritos e conceitos. Temos como hipótese central, a noção de que ambos foram leitores de Nietzsche, autor este que postula a dualidade conceitual antiga de Apolo e Dionísio em um de seus primeiros escritos, *O Nascimento da Tragédia* (1892). Contudo, cabe-nos aqui ressaltar, que as concepções polares dos autores estudados, na maioria das vezes traçam caminhos distintos no que concerne o conteúdo da dualidade cultural. Em Simmel, principalmente em seu ensaio sobre a *Tragédia da Cultura Moderna*, notamos um aspecto trágico irreconciliável da cultura, onde a separação entre sujeito e objeto não teria uma solução ou desfecho, levando apenas ao constante distanciamento. Simmel nos apresenta esta questão quando elabora sua Filosofia do Dinheiro, trazendo à tona a problemática da transformação dos meios em fins, e da separação moderna ao mesmo tempo trágica e permanente, da Cultura Objetiva com a Cultura Subjetiva. Ao lançarmos o olhar sobre a concepção polar de Warburg, também notamos uma dualidade, principalmente no que se refere ao conflito que o Renascimento traz para a sua época com relação à permanência da cultura pagã antiga, em uma sociedade ainda eminentemente cristã. Além disso, para Warburg, o Renascimento é o momento auge do choque entre a mentalidade mágica antiga e a racionalidade moderna. Ao contrário de Simmel, a teoria warburguina não nos traz uma separação constante entre estes dois polos, mas sim, nos aponta para a convivência dos mesmos. É, pois, neste momento de equilíbrio das forças dionisíaca e apolínea dentro do indivíduo, que grandes conquistas são alcançadas. Foi este o contexto histórico do Renascimento, onde grandes obras emergem em uma sociedade tomada pelo conflito espiritual imanente ao homem de seu tempo. Apesar desta mesma concepção da polaridade e da diferença do conteúdo e das relações entre os polos, em Simmel e Warburg, temos a seguinte citação de Thomaz Simões:

Enquanto Simmel enxerga uma tragédia historicamente consumada por um inexorável processo histórico de “alargamento da distância”, Warburg vê na ameaça tecnológica o agravamento de um perigo intrínseco à condição do indivíduo humano: o fim da distância, isto é, de sua resistência aos extremos. (SIMÕES, 2010: 156)

Se neste primeiro aspecto sobre a compreensão polar do mundo e dos conflitos culturais, percebemos uma mesma concepção no que se refere à tensão polar, mas um distanciamento, em Simmel e Warburg, em relação ao conteúdo dessa tensão, ao olharmos para nossa segunda ideia

central, notamos claramente uma aproximação entre os dois autores. O ponto chave a ser analisado por nós neste momento, é a questão da permanência. Para Warburg, o tempo cronológico, que foi historicamente construído e assimilado como “tempo histórico”, não daria conta de representar os processos de sobrevivência das imagens. Segundo o autor alemão, as imagens teriam seu próprio tempo, ou seja, não estariam condicionadas ao desencadeamento cronológico clássico assumido pelos historiadores. A essência da imagem seria, portanto, sua capacidade de deslocamento, seu caráter dinâmico capaz de quebrar qualquer limite temporal ou espacial (COCOMA, 2012: 167). Para analisarmos as imagens, segundo Warburg, devemos olhar para o seu próprio tempo, ou seja, acionar dispositivos da memória social que contém a *Pathosformel*, ou os cristais de tempo que estão condensados em uma determinada figura. Desta maneira, a teoria warbuguiana do tempo das imagens trabalha diretamente com a ideia de anacronismo, que, neste sentido, representa não um espaço temporal, mas sim o tempo da alma, do vínculo afetivo que existe com o universo simbólico (COCOMA, 2012: 170). Além disso, Warburg nos apresenta sua concepção de tempo ao analisar o problema do Renascimento e das permanências simbólicas da Antiguidade contidas nas obras renascentistas. Como nos mostra Naiara Damas, a teoria do autor alemão a respeito do tempo, nos traz uma nova concepção deste conceito:

A visão warbuguiana do Renascimento como um processo de “rememoração cultural” implica a opção por um tempo multifacetado capaz de revelar a posteridade do passado, assim como sua presença fantasmagórica em outro tempo. Isso significava operar em um deslocamento fundamental da visão linear da história, estabelecendo como tarefa para a História da Arte refundar, como sugeria no ensaio sobre Lutero, “sua própria teoria da evolução”, uma teoria que deve superar a linearidade sucessiva da cronologia para reconhecer que o *tempo da imagem* “rompe, transgride e burla os limites” do *tempo da história*. (DAMAS, 2017: 207)

Desta maneira, percebemos que ao propor a ideia de um tempo multifacetado, Warburg não opera mais com o tempo da história, ou seja, a cronologia não atende aos anseios e às proposições de pesquisas do historiador da arte. Sendo assim, a teoria do tempo warbugiana, foca suas análises em um outro tempo, que não é o da história, nem o cronológico, mas sim, o tempo das imagens. A imagem a partir desta ideia, não consiste apenas de características temporais referentes ao seu momento de produção, mas também, se torna uma “composição de substratos temporais”, (COCOMA, 2012: 170) a partir do qual, o ato de se aproximar desta imagem, envolve “jogar com a

sincronização de diferentes temporalidades e procurar outra maneira de se pensar a história”. (COCOMA, 2012: 170)

Quando olhamos para as ideias que Georg Simmel estabelece a respeito do tempo histórico, percebemos que duas questões são de fundamental importância para entendermos este conceito: a compreensão histórica e a continuidade. Crítico dos processos mecanicistas da história e das tentativas de acessar a realidade dos acontecimentos pretéritos, em grande parte vigentes em sua época e determinantes do historicismo alemão, Simmel nos apresenta uma ampla reflexão em torno do problema do tempo histórico. A respeito da ideia de compreensão histórica, o autor levanta a seguinte indagação: onde eu iria buscar, a não ser em minha alma, a matéria que me possibilita conhecer e compreender outra pessoa, já que esta não se apresenta de forma legível para mim ? (SIMMEL, 2011: 30). Tal questionamento está no cerne da crítica simmleiana ao que se denomina de problema da compreensão histórica, pois ao transpor seus anseios e desejos, amores e ódios contemporâneos para o passado, o historiador tende a compreender os seres pretéritos através da sua mesma ótica do tempo presente. De que maneira, portanto, o historiador deveria realizar a sua compreensão do passado? Neste ponto, Simmel acredita na ideia de uma psicologia histórica ou em processos anímicos. A história teria um relacionamento extremamente próximo com a psicologia, onde o objetivo final da compreensão seria a vida cotidiana das pessoas através de meios psíquicos. Simmel definiu assim a compreensão histórica: “para definir de maneira mais profunda a exata noção de compreensão histórica de uma realidade psíquica particular, pode-se dizer que ela significa compreender essa realidade particular a partir da totalidade vital de seu portador”(SIMMEL, 2011: 41). Como objeto máximo de sua teoria da história, o autor nos afirma que a necessidade última do historiador era a de compreender os seres mortos há muito tempo e perdidos no emaranhado temporal e espacial. Contudo, antes de conseguirmos construir esta compreensão histórica sobre o passado, é necessário que o historiador foque suas análises na questão do tempo, e principalmente, atribua sentido ao grande caos dos eventos passados e os reorganize em uma condição temporal capaz de dar inteligibilidade aos mesmos. Para que esta atividade aconteça, dois elementos são fundamentais na concepção de Simmel: a unidade e a continuidade:

Ao subordinar cada átomo a um conceito distinto, nós o isolamos dos que o precedem e dos que o seguem, chegando então, a partículas cada vez mais reduzidas. Entre cada uma delas e a seguinte, abre-se um espaço vazio que não tem valor para o nosso conhecimento histórico e a formação do quadro histórico. Somente na medida em que os conteúdos históricos, subordinados a um conceito, são

considerados cada um deles uma unidade é que têm a forma da vida, da realidade vivida: a continuidade. (SIMMEL, 2011: 22)

Desta maneira, a continuidade aparece aqui como um conceito central na teoria da história simmleiana, uma vez que nenhum acontecimento consegue ser explicado por si mesmo, pois requer uma carga histórica predecessora ao ato, carga esta que pesa e age sobre o mesmo. Assim, Georg Simmel nos mostra que o elemento decisivo para o conhecimento histórico é a continuidade (DE JESUS, 2015: 14). Pois, “como de modo inexprimível, vivemos diretamente a continuidade dos acontecimentos como nossa própria forma de existência, também somos capazes de projetá-las nos acontecimentos históricos.” (SIMMEL, 2011: 23)

Conclusão:

Na esteira das reflexões apresentadas até aqui, sobre o que concerne a percepção de Georg Simmel e Aby Warburg a respeito do tempo, acredito que algumas questões merecem ser pontuadas. A primeira delas se refere ao processo dúbio de aproximação e distanciamento referente à Warburg e à Simmel. Ao mesmo tempo em que os dois autores possuem aproximações também nos mostram algumas divergências. A principal delas talvez esteja na diferença entre o conteúdo polar da dualidade humana, como mostramos acima. Além disso, Simmel possuía algumas concepções de arte que iam numa direção oposta a toda a teoria warburguina, como por exemplo, a afinidade que o mesmo possuía com a teoria da contraposição abstração-empatia de Wilhelm Worringer (SIMÕES, 2010: 156). Contudo, o nosso trabalho tentou estabelecer justamente as aproximações entre estes dois autores tão importantes para a chamada “Ciências do Espírito”, linha de pensamento que estabeleceu novos objetos de discussão para as ciências humanas na Alemanha durante a virada do século XIX para o século XX. Em um primeiro momento, buscamos traçar paralelos entre a concepção de sobrevivência das imagens de Warburg, e sua noção de *Pathosformel*, com a necessidade da continuação dos processos históricos que Simmel nos apresenta. A questão central, portanto, é entender que ambos os autores pensam uma noção de tempo a partir do conceito de permanência, seja com relação a *Nechleben* (sobrevivência) das imagens de Warburg, seja a partir da noção de continuidade para uma unidade histórica dos acontecimentos pretéritos, de Simmel. Por fim, é fato que, tanto Aby Warburg quanto Georg Simmel, lançaram mão de experiências que visavam englobar o pensamento humano através de suas mais variadas facetas, ou seja, buscaram estabelecer relações interdisciplinares com

os mais diferentes campos dos estudos culturais de sua época visando uma compreensão mais apurada das diversas formas de cultura e de Tempo Histórico.

Referências Bibliográficas:

CHARBEL, Felipe. **Aby Warburg e a pós-vida das *Pathosformeln* antigas.** História da Historiografia, número 5, Ouro Preto, Setembro de 2005, p. 134-147

COCOMA, Carlos Rojas. **Entre cristales y auras: el tiempo, la imagen y la historia.** Hist. Crit, nº 48, Bogotá, setembro-dezembro de 2012, p. 163-183.

DE JESUS, Anni Marcelli Santos. **A sociologia filosófica de Georg Simmel e o problema do tempo Histórico.** Revista Elaborar, Vol. 2, ano 3, n. 1, 2015

DIDI-HUBERMAN, G. **A Imagem sobrevivente: história da arte e tempo dos fantasmas segundo Aby Warburg.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2013

MICHAUD, P-A. **Aby Warburg e a imagem em movimento.** Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2013

SIMMEL, Georg. **Ensaio sobre teoria da história.** Editora Contraponto, Rio de Janeiro, 2011.

SIMÕES, Thomaz. **Entre o Homem Aventureiro e o Homem Histórico: Aby Warburg, 1896 – 1923.** Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de PósGraduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Rio de Janeiro, 12 de julho de 2010

WARBURG, Aby. **Histórias de fantasma para gente grande: escritos, esboços e conferências.** Organização: Leopoldo Waizbort. Companhia das Letras, São Paulo, 2015.

WARBURG, Aby. **A arte do retrato e a burguesia florentina. Domenico Ghirlandaio em Santa Trinità. Os retratos de Lorenzo de' Medici e seus parentes (1902).**

WIND, Edgar. **La elocuencia de los símbolos.** Alianza Editorial, S. A., Madrid, 1993.

HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E HISTORIADORES PÚBLICOS NO BRASIL HOJE, OU POR QUE DEVEMOS TODOS NOS TORNAR HISTORIADORES PÚBLICOS

Frederico Zgur¹

Resumo:

Nossa pretensão neste trabalho é refletir sobre a atuação dos historiadores em espaços públicos, assim como sobre a influência dos grandes veículos de mídia na seleção dessas pessoas e dos conteúdos a serem veiculados, bem como sobre as problemáticas, limites e possibilidades dessa atuação, seja na mídia monopólica, nos meios alternativos digitais, ou no sistema educacional brasileiro – nos utilizando de Louis Althusser e sua concepção sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado para pensar nossas possibilidades de intervenção por entre esses meios –, tendo como horizonte a responsabilidade ético-política da atuação dos historiadores inseridos no debate público do tempo presente para com suas produções.

Palavra-chave: História Pública, Historiografia Pública, Historiadores Públicos, giro ético-político.

HISTORY, HISTORIOGRAPHY AND PUBLIC HISTORIANS IN BRAZIL TODAY, OR WHY WE SHOULD ALL BECOME PUBLIC HISTORIANS

Abstract:

Our intention with this article is to reflect upon the work of historians in public spaces, as well as the influence of the big media vehicles on the selection of those people and on the content they might broadcast, including the problematics, limits and possibilities of this operation, being on the monopolic media, the alternative digital platforms, or in the Brazilian educational system – using Louis Althusser and his conception about the Ideological State Apparatuses to think about our intervention possibilities on those medias –, having as a horizon the ethical-political responsibilities of the work of historians inserted in the present time public debate with their productions.

Keywords: Public History, Public Historiography, Public Historians, ethical-political turn.

¹ Graduando em História (bacharelado e licenciatura plena) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Estudos de História, Memória e Ensino da Ditadura Militar (NEHMED-UERJ) e da Comunidade de Estudos de Teoria da História da UERJ (COMUM-UERJ). (fredericozgur@hotmail.com)

Este breve ensaio surge inspirado nas discussões realizadas no Núcleo de Estudos de História, Memória e Ensino da Ditadura Militar, o NEHMED-UERJ. Em nossas incursões acerca do período ditatorial brasileiro, bem como sobre seus reflexos, cicatrizes e permanências na memória e na consciência histórica de nossa sociedade ainda nos dias de hoje, nos defrontamos com a necessidade de refletir acerca dos usos e abusos políticos do passado no debate público do tempo presente, bem como na atuação e no papel que historiadores profissionais exercem nesses certames. Para tal, nos embasamos nos debates realizados dentro dos campos conhecidos como da História Pública e Digital, bem como nos orientamos pela perspectiva historiográfica do giro ético-político da historiografia.

A História Pública é um campo razoavelmente recente em todo o mundo – especialmente no Brasil –, além de ter suas linhas limítrofes um tanto quanto difusas ou polissêmicas, variando de acordo com o local onde é praticada. Se a área surgiu nos Estados Unidos em meados dos anos 70, com o objetivo de resolver a problemática de falta de vagas para historiadores recém egressos da academia, assentando-os em postos de trabalho para além das universidades, ela se desenvolverá posteriormente, sobretudo em países de tradição anglófona (como Inglaterra e Austrália), muito alinhada à perspectiva patrimonial ou à museologia (LIDDINGTON, 2002). Contudo, já no século XXI, com o advento de novas mídias, a massificação da internet e a intensificação e agilidade da comunicação global, a História Pública começa a se voltar para as questões das audiências, da memória e da circulação de conteúdos históricos em espaços que excedem o circuito dos pares acadêmicos, sejam reais ou virtuais. Cada vez mais a História Pública dialoga com a História Digital para refletir acerca das circulações e produções de conhecimento histórico nesses ainda novíssimos espaços de sociabilidade virtual que são, por exemplo, as redes sociais.

Em todo o mundo, observamos uma demanda crescente por “história” ou conteúdo de caráter histórico. Isso é facilmente constatado pela quantidade colossal de conteúdos que se adequam a esse perfil que são produzidos e consumidos diariamente: seriados, filmes, jogos, novelas, livros e todo e qualquer produto imaginável que tenha um fundo histórico invadem livrarias, cinemas e computadores a todo instante. Entretanto, percebe-se uma dicotomia inquietante para nós historiadores: ao passo que o consumo de conteúdos históricos é vertiginosamente ascendente, o conhecimento da população acerca de fatos e períodos históricos parece ser cada vez mais problemático. O caso do Brasil não é diferente: enquanto no último ano o principal canal de TV aberta do país produziu e veiculou um bom número de novelas e mini-séries com pano de fundo histórico; assim como livros que tratam de temas históricos figuram entre os mais vendidos nas livrarias,

alcançando tiragens de milhares e por vezes milhões de cópias, o conhecimento ou a consciência histórica do brasileiro acerca de sua própria realidade não parece aumentar ou melhorar significativamente. Em entrevista recente a *O Estado de S. Paulo*², o diretor de dramaturgia da Rede Globo, Silvio de Abreu, revelou que antes da produção da série “Os dias eram assim” (que aborda o período da Ditadura Militar e da redemocratização), a emissora realizou uma pesquisa de opinião com o público para averiguar o quanto a população conhecia acerca do período retratado (de forma que pudessem adaptar seus roteiros para que explicassem mais ou menos do contexto em que a trama se passa). O dramaturgo revelou que o nível de desconhecimento das pessoas sobre a história de seu próprio país chegou a surpreender até mesmo a empresa, que precisou incluir uma série de cenas que contextualizassem melhor seu roteiro.

No contexto em que vivemos, de instabilidade da nossa democracia e recrudescimento do conservadorismo, a história é constantemente mobilizada para fins políticos. Seja nos editoriais dos maiores veículos de mídia impressa, nas milhares de páginas que juntas somam milhões de seguidores no Facebook, e por vezes até mesmo em discursos proferidos por deputados eleitos no Congresso Nacional, reiteradamente nos deparamos com alguma evocação histórica com o intuito de provar ou denegrir um argumento ou um campo ideológico. Faz-se útil notar que nem todos os fatos ou períodos históricos são debatidos e disputados com a mesma efervescência. Temas que chamamos de “temas quentes” ou “sensíveis”, normalmente atrelados a períodos traumáticos da história, sobre os quais a sociedade ainda não passou por um processo de elaboração da memória e da história de maneira que a permita consciente e hegemonicamente fechar suas feridas, tendem a ser mobilizados muito mais frequentemente e com maior intensidade pelos debates políticos situados no tempo presente. No Brasil, esses temas são, por excelência, a Ditadura Militar e nosso passado escravocrata (e suas consequências para o nosso ainda muito presente e enraizado racismo estrutural). De qualquer maneira, o ofício do historiador profissional se faz mister nesses debates, tanto no seio da academia, enquanto produtor e distribuidor de conhecimento cientificamente embasado e reconhecido, mas, ao nosso ver, tal atuação deve ser também cada vez mais direcionada aos amplos setores da sociedade que não têm a escrita da história ou mesmo a leitura como suas profissões, seja nos espaços “reais” ou “virtuais”.

² PINHEIRO, Amilton. Marco Ricca discute a ditadura militar ao viver um delegado em 'Os Dias Eram Assim'. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<http://cultura.estadao.com.br/noticias/televisao,marco-ricca-discute-a-ditadura-militar-ao-viver-um-delegado-em-os-dias-eram-assis,70001824438>>. Acesso em: 3 de set. de 2017.

Como já foi cirúrgica e brilhantemente destrinchado por Jurandir Malerba, a qualidade de nossa história pública, ou ainda, de nossos “historiadores públicos” deixa a desejar. Em seu artigo publicado em *História da Historiografia*, Malerba discorre acerca de alguns dos mais bem sucedidos nomes do mercado editorial brasileiro, que com publicações de temática histórica, reinvidicam a pecha de “historiador”, ainda que não tenham formação nessa área, como é o caso dos jornalistas Eduardo Bueno e Laurentino Gomes. Para o professor titular da UFRGS, a produção desses autores poderia ser descrita como “paroquial, episódica, factual, pitoresca, anedótica, biográfica, das grandes batalhas, em rápidas narrativas dramáticas inflamadas” (MALERBA, 2014). Outros, como Leandro Narloch e Marco Antonio Villa, seja pela qualidade disforme de sua pretensa historiografia – responsáveis “por promover visões de mundo tacanhas, conservadoras, permeadas de preconceitos e com um alcance interpretativo extremamente empobrecido” (FONSECA; ZGUR, 2017) –, seja por seus posicionamentos políticos públicos panfletários e pouco democráticos, são pouquíssimo ou nada reconhecidos pela academia. Contudo, há ainda célebres historiadores, intensamente legitimados e reinvidicados academicamente, e que são hegemonicamente os detentores de espaços e convites para compartilharem suas opiniões nos veículos da grande mídia, ainda que suas posições não sejam ponto pacífico na comunidade de historiadores críticos e especialistas de seus temas de expertise, como vem sendo pesquisado em estudo desenvolvido pelos historiadores Daniel Pinha Silva e Yan Bezerra Fonseca, do NEHMED-UERJ. Nossa pretensão neste trabalho é refletir sobre a atuação dos historiadores em espaços públicos, sobre a influência dos grandes veículos de mídia na seleção dessas pessoas e dos conteúdos a serem veiculados, bem como sobre as problemáticas, limites e possibilidades dessa atuação, seja na mídia monopólica ou nos meios alternativos digitais, tendo como horizonte a responsabilidade ético-política da atuação dos historiadores inseridos no debate público do tempo presente para com suas produções.

Primeiramente, é preciso dizer que todo espaço, seja ele real ou virtual, é um espaço de disputa. Por conseguinte, espaços não disputados por determinados grupos ou setores (como por exemplo, historiadores comprometidos com uma agenda minimamente democrática aos moldes do modelo liberal representativo da nossa Constituição Federal de 1988) serão inevitavelmente ocupados por outrém. Não existe espaço vazio. Sendo assim, um dos motivos pelos quais advogamos a atuação pública de historiadores profissionais no Brasil (ponto que destrincharei melhor mais à frente) é a importância da ocupação desses espaços estratégicos por pessoas bem equipadas para o debate público.

Como citado superficialmente acima, um desses espaços – quiçá o maior, por sua ampla capacidade de comunicação de massa – são os veículos de mídia privados, com seus conglomerados que incluem jornais, rádios e canais de televisão, e que no Brasil são amplamente monopolizados por poucas famílias empresariais que detêm percentuais leviatânicos dos direitos de transmissão para todo o país. Sabemos que, editorialmente, tais conglomerados tendem a reproduzir suas ideologias, preconceitos e visões de mundo de forma a perpetuarem seus privilégios e mesmos expandirem seu poder, assegurando seus interesses políticos e econômicos. A partir daí, é possível inferir que dificilmente tais meios veiculariam opiniões radicalmente opostas às suas linhas editoriais, e ao dar espaço para especialistas emitirem reflexões sobre determinados temas (especialmente “temas quentes” ou de fundo político) através de entrevistas ou colunas, essa lógica não seria diferente.

Tal fenômeno se faz perceber se observarmos a frequência com que alguém como Marco Antonio Villa escreve para alguns dos principais jornais do país ou é convidado para programas televisivos e radiofônicos de grande audiência sob a alcunha de “especialista em história”. Todavia, tendo em vista que pouco deve-se esperar de uma figura com sua biografia, talvez mais problemático seja quando os assíduos frequentadores de tais veículos são quadros egressos e legitimados por nossas fileiras. Ainda que seja indiscutível que tais personalidades atendem a todos os pressupostos de rigor e metodologia científica em suas produções acadêmicas – alguns inclusive com louvor –, será que não é de se questionar o porquê de os mesmos poucos nomes monopolizarem os convites e participações em canais da grande mídia para tratarem de assuntos relacionados à História?

Nossa hipótese é a de que, ao relegarem a dimensão ético-política dos historiadores e da historiografia e ao primarem por uma suposta objetividade e imparcialidade ancoradas nos arquivos e fontes que beira o neopositivismo, as opiniões e análises evocadas por nomes como Daniel Aarão Reis (2004) e Carlos Fico (2004; 2017) pouco ou quase nada divergem das narrativas adotadas por essas emissoras e conglomerados de mídia acerca dos temas para os quais são convidados a comentar. Ainda pior é quando esses profissionais, ao abandonarem uma perspectiva de responsabilidade pública para com (a circulação de) seus textos; e ao não compreenderem as novas formas de relação entre “Autor/Mensagem/Receptor” ou “Historiador/Historiografia/Público Leitor”, surgidas com o advento da internet, suas linguagens, códigos e dinâmicas (no nosso caso, a publicação de nossos artigos e livros em revistas digitais de fácil e amplo acesso aos mais distintos públicos leitores) (MALERBA, 2017), acabam por ter suas obras cooptadas e instrumentalizadas por discursos diametralmente opostos ao que eles defendem publicamente. Darei um exemplo: já é quase célebre a

polêmica acerca da equiparação da violência cometida por grupos guerrilheiros armados com a cometida pelo Estado brasileiro ao longo da Ditadura Militar – o que entendemos como “a questão da falsa simetria” –, que equivocadamente coloca em pé de igualdade os atos cometidos por diminutos e mal equipados grupos da sociedade civil com todo o aparato e estrutura de tortura, inteligência e repressão engendrado pelos governos militares e suas Forças Armadas à época. Alguns desses historiadores, ao advogarem essa tese ou darem margem para interpretações ambíguas acerca dessa tema, acabam por contribuir (por vezes sem a intenção) com discursos que visam relativizar ou deslegitimar a dor e a luta de muitas das vítimas e de seus parentes que ainda hoje pleiteam por “verdade, memória e justiça” no que se refere aos crimes cometidos pelo Estado para com seus cidadãos; ou ainda, narrativas que buscam legitimar ou justificar a experiência autoritária, quando não a violação de Direitos Humanos básicos ou a prática da tortura. Nos dizeres de Gêssica Guimarães, Francisco de Sousa e Thiago Nicodemo, a respeito da importância de se considerar o papel dos novos “leitores-autores” e acerca das reminiscências do passado no presente, considerando também a aula como um tipo de texto:

A cicatriz, a memória que está no corpo, jamais será acessível por uma história que se pretende metodologicamente distanciada e, simultaneamente, aberta a seu próprio tempo. As relações que se estabelecem com as histórias são tão plurais quanto os auditórios, ouvi-los é um caminho, no mínimo, para aula ocorrer. Contingente por natureza, as aulas nem sempre acontecem da forma como se planeja. (GUIMARÃES; NICODEMO; SOUSA, 2017).

Outros tópicos são também polêmicos tanto nos ciclos de especialistas como nos debates públicos, como por exemplo, da denominação do regime (se Ditadura Militar, Civil-Militar, Empresarial-Militar, o que, novamente, em um lance de generalização, abre margem para a culpabilização ou a equiparação de responsabilidades de setores da sociedade civil que pouco ou nada apoiaram o golpe. Optamos pela primeira opção); ou das teses da “Ditabranda” (sic); ou de que só teria havido tortura a partir do AI-5 (1968); ou ainda a de ou incutir a culpa das torturas em “desvios de conduta” dos torturadores ou, em sentido inverso, de associá-la ao mandos de instâncias superiores das corporações, desresponsabilizando os agentes que a praticavam diretamente. Todas facilmente desmontáveis (GASPARI, 2002a) e (GASPARI, 2002b). Por conta das dimensões e proposições modestas deste trabalho, não me aprofundarei nestes casos agora.

Entretanto, como diz Perseu Abramo em seu clássico manual de análise jornalística, “Padrões de manipulação na grande imprensa” (ABRAMO, 2016), a imprensa manipula e desvirtua o tempo

todo, mas justamente por conta disso, não manipula e desvirtua tudo. Para usufruir de legitimidade, seus órgãos precisam veicular notícias e informações verdadeiras ou ao menos parcialmente verdadeiras, de forma que o que é factível e o que é manipulado se confunda na miríade de informações disponibilizadas todos os dias pelos mais distintos veículos de mídia. Esta é uma das estratégias para a conquista de hegemonia ideológica adotada pelos Aparelhos Ideológicos do Estado, nos dizeres de Louis Althusser (ALTHUSSER, 1980). Seguindo a linha de Abramo, nem tudo que é divulgado é necessariamente manipulado. Sendo assim, há brechas para disputa na indústria cultural, ainda que tenhamos nossas dúvidas se essas ranhuras permitem a disputa por sua hegemonia apartadas ou dessincronizadas de um projeto de conquista do poder do Estado (acreditamos que seria ingenuidade pensar que sim). Ainda assim, essas brechas constituiriam espaço interessante para a divulgação científica e esforços de melhoria na qualidade da consciência ou cultura história da população. No Brasil, um caso recente interessante é o do historiador Pedro Campos, autor do brilhante “Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988”, ganhador do prêmio Jabuti no ano de 2015. O caso de Campos é paradigmático porque ao se debruçar sobre o tema das empreiteiras durante a Ditadura, exercendo uma pesquisa de extremo fôlego e rigor teórico-metodológico, justamente no momento em que o Brasil atravessava possivelmente um dos maiores escândalos de corrupção de sua história, envolvendo justamente as mesmas empresas que construíram seus impérios graças e ao largo do período ditatorial (!), demonstrou que é plenamente possível desenvolver pesquisa histórica de excelência, socialmente responsável, que dialogue com os anseios e demandas do tempo presente. Para além disso, e voltando à questão dos grandes meios de imprensa, o autor (e sua obra), que à priori tinham como escopo principal o tema das empreiteiras, acabaram se tornando conhecidos por abordar outro assunto, implícito e indissociável de seu trabalho: a corrupção! Não foram poucos os convites e participações de Campos para entrevistas em alguns dos maiores e mais assistidos programas de entrevista brasileiros, sempre tendo como pauta destrinchar e historicizar o tema da corrupção associado às grandes empresas de engenharia no Brasil. Isso mostra como um cientista especialista, referendado pela academia e comprometido com concepções de viés democrático, ao pesquisar e se colocar no debate público do tempo presente, pode arranhar, ainda que singelamente, a hegemonia dos meios de comunicação para fazer circular conhecimento histórico de alta qualidade.

Embora saibamos que a hegemonia desse tipo de Aparelho Ideológico do Estado só pode ser atacada através de uma reforma do sistema de mídia, por meio de sua regulação pelo Estado em uma

conjuntura em que o poder de Estado esteja sob a batuta de frações ou coalizões de classe com um projeto minimamente progressista, acreditamos que a disputa por uma maior circulação do conhecimento científico academicamente embasado e responsável, e por uma melhora na qualidade da cultura histórica de nossa sociedade deva ser travada aqui e agora, por todos os meios que estiverem disponíveis; afinal, e este ponto é central para nosso argumento:

[...] os Aparelhos Ideológicos de Estado podem ser não só o alvo mas também o local da luta de classes e por vezes de formas renhidas da luta de classes. A classe (ou a aliança de classes) no poder não domina tão facilmente os AIE como o Aparelho (Repressivo) de Estado, e isto não só porque as antigas classes dominantes podem durante muito tempo conservar neles posições fortes, *mas também porque a resistência das classes exploradas pode encontrar meios e ocasiões de se exprimir neles, quer utilizando as contradições existentes (nos AIE), quer conquistando pela luta (nos AIE) posições de combate.*[Grifo meu] (ALTHUSSER, 1980. p. 49; 50)

Ou seja, ainda em um Estado capitalista, composto por instituições com posturas mais ou menos conservadoras, é possível se utilizar de seus Aparelhos Ideológicos para tencionar contradições que contribuam com a construção de valores contra-hegemônicos de ampliação de suas bases democráticas e “alteração de prioridades” do Estado capitalista, ainda que este não passe por uma revolução que altere estruturalmente suas concepções.

Para além das mídias *mainstream*, já mencionamos o potencial dos meios digitais, sobretudo de canais gratuitos de divulgação, como é o caso das redes sociais. Em outro artigo, apresentado na V Semana de História da UFF, discorreremos sobre como canais de vídeo no YouTube são e podem cada vez mais se tornarem meios excelentes de divulgação científica e construção de cultura histórica de densidade. Neste artigo, citamos o canal Leitura ObrigaHistória, organizado por historiadores da UFSC, e que faz um ótimo trabalho de divulgação científica em meios digitais, abordando desde assuntos destinados à especialistas até temas recorrentes na verve social, o que consideramos um dos melhores exemplos para a possibilidade de atuação de historiadores para além das universidades. O canal conta hoje com aproximadamente 18 mil inscritos e 422 mil visualizações em seus pouco mais de 140 vídeos (FONSECA; ZGUR. 2017). Para além do YouTube; *podcasts*, *blogs* páginas no Twitter e Facebook e uma infinidade de outras ferramentas gratuitas podem e devem ser utilizadas por historiadores como meios de se comunicar com o público leigo, nos colocando na cena da discussão pública ao passo que (re)valorizamos nosso ofício. Em outros países, há uma maior tradição de historiadores e demais acadêmicos que estão ativamente nas redes sociais falando de suas áreas e temas de pesquisa, prática que ainda estamos iniciando (ou ao menos deveríamos). Essa é uma outra

tática para disputar espaços que hoje são hegemônicos por leigos que mobilizam a história, muitas vezes de má fé, de forma não científica; e, frequentemente, irresponsável. Se nós, profissionais em história, não nos disponibilizarmos e nos qualificarmos para criar conteúdo de qualidade (técnica e historiográfica) para essas mídias – quem sabe incluindo noções de audiovisual em nossas graduações e incentivando produções realizadas nessas novas mídias como trabalhos de conclusão de curso –, quem o fará?

Finalmente, é fundamental reivindicar um terceiro e vital espaço de atuação dos historiadores na sociedade: as escolas. Entendendo o sistema de ensino como outro Aparelho Ideológico do Estado – voltando novamente a Althusser –, ou seja, uma estrutura profundamente enraizada na sociedade, amparada, mantida e legitimada/regulada (no caso das instituições privadas) pelo Estado e formadora de visões de mundo e de consciência histórica (possivelmente a única capaz de se equiparar à força dos meios privados de comunicação)³, é essencial reivindicar esses espaços como cenários possíveis de debate para os temas emanados pelo contexto público e político do tempo presente, entendendo o caráter ético-político da escrita da história e de seus historiadores (e da aula como uma forma de escrita da história). Em tempos em que a profissão docente é profusamente desvalorizada (indo desde o desestímulo salarial até casos de agressão e assédio à professoras e professores) e projetos como o Escola Sem Partido, que tangenciando o obscurantismo, visam interditar o debate de ideias nos marcos liberais assegurados na Constituição de 88 (PINHA, 2016), valorizar a sala de aula como pólo de discussões e defesa de valores minimamente democráticos é levar o historiador-docente para a vanguarda da luta por uma construção de consciência histórica qualitativamente mais rica, ao mesmo tempo que engradece a importância da ciência histórica em meio à crise epistêmica e de respaldo social das humanidades, cada vez mais relegadas em benefício das ciências aplicadas. Novamente me utilizando dos três docentes da UERJ:

A crise estrutural da universidade se articula assim com um contexto de crise nas ciências humanas e, em particular, no campo da história. O engajamento com o tempo presente aparece, neste contexto, como um movimento que tanto abre para repensar o lugar da história como disciplina, quanto cobra que uma compreensão deste tempo esteja disponível. Não menos importante, refletir no campo da epistemologia sobre as novas possíveis configurações da história, privilegiando fontes, objetos e caminhos que se abrem a partir dos novos

³ Para Althusser, o Aparelho Ideológico de tipo escolar é o *dominante* para a formação da ideologia de Estado burguesa; todavia, nos parece que – e para a força de nosso argumento –, no caso do Brasil, com seu histórico estrutural de precarização/desvalorização da educação (especialmente da área de História), o Aparelho de tipo informacional (mídia) exerce também papel fundamental ao menos no que tange a construção da consciência histórica de nossa população. Lembremos que ao escrever sua obra (publicada em 1971), Althusser não vivia em uma sociedade completamente imersa em meios de comunicação portáteis/digitais como o é o cidadão brasileiro médio hoje.

imperativos do mundo, também pode ser encarado como um trabalho de reativação dos vínculos entre universidade e sociedade. (GUIMARÃES; NICODEMO; SOUSA, 2017. p. 72).

Entendemos por giro ético-político da historiografia o atual momento em que a Teoria da História e a História da Historiografia se veem confrontadas com as demandas, dilemas e problemas emanados e exigidos pelo mundo contemporâneo no tempo presente, avaliando que “a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu” (ARAÚJO; RANGEL. 2015. p. 328). Se por política compreende-se uma “intervenção mais imediata e pró-ativa” na realidade (Ibidem), definimos ética como o imperativo de reflexão sobre essa realidade, fazendo a defesa de parâmetros mínimos de garantia dos valores democráticos e de salvaguarda dos Direitos Humanos (no caso do Brasil, assegurados na Carta Constitucional de 88 e cada vez mais ameaçados, sobretudo após o Golpe de 2016), almejando sempre um alargamento dessa democracia para bases mais populares. Se “a disciplinaridade da história se afirma no século XX em um movimento contraditório de revisão de parâmetros civilizacionais de profunda crise” [motivada, entre outros motivos, pelo trauma, pela perplexidade e pela dificuldade de se conferir sentido às experiências das duas grandes guerras, do imperialismo, do holocausto, etc.], “A historicidade do presente é assim apropriada como traço distintivo de um fazer histórico que une comprometimento teórico com comprometimento ético.” (GUIMARÃES; NICODEMO; SOUSA, 2017. p. 76).

Para concluir, seguindo a linha do historiador francês Thomas Cauvin, da University of Louisiana, em texto publicado na Public History Weekly, com o título “Why We Should all Become Public Historians”, fazemos a defesa de que, especialmente na realidade histórica e na atual conjuntura brasileira, se faz preponderante que todos os historiadores se tornem Historiadores Públicos, seja para construir e reforçar o link entre a academia e suas comunidades locais; como estratégia para reverberar nossas vozes nos debates públicos; para asseverar o papel da História em tempos de desvalorização e crise epistêmica; ou, e talvez principalmente, para a construção de uma cultura histórica social que permita uma melhor elaboração de sua memória social coletiva, contribuindo para a edificação de uma sociedade com mais alto teor democrático.

Bibliografia:

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. 2. ed. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.

ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

AARÃO REIS FILHO, D.. *Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória*. In: Marcelo Ridenti; Rodrigo Patto Sá Motta. (Org.). *O golpe e a ditadura militar - 40 anos depois (1964-2004)*. 1aed. Bauru: EDUSC, 2004, v. , p. 29-52.

CAMPOS, P. H. P.. *'Estranhas Catedrais': as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. 1. ed. Niterói: Eduff, 2014. v. 1. 444p .

CAUVIN, T. *Why We Should all Become Public Historians*. Public History Weekly, v. 4, n. 42, 2016. Disponível em: <<https://public-history-weekly.degruyter.com/4-2016-42/why-we-should-all-become-public-historians/>>. Acesso em: 3 de set. de 2017.

FICO, C. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Revista Brasileira de História (Impresso), São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.

_____. *Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas*. TEMPO E ARGUMENTO, v. 09, p. 05-74, 2017.

GASPARI, E. *A Ditadura envergonhada*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

_____. *A Ditadura escancarada*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.

GUIMARÃES, G.; NICODEMO, T. L.; SOUSA, F.. *Uma lágrima sobre a cicatriz: O desmonte da Universidade pública como desafio à reflexão histórica (#UERJResiste)*. REVISTA MARACANAN, v. 17, p. 71-87, 2017.

LIDDINGTON, J. *What Is Public History? Publics and Their Pasts, Meanings and Practices*. Oral History, Vol. 30, No. 1, Women's Narratives of Resistance (2002), p. 83-93.

MALERBA, J. (Org.). *Acadêmicos na berlinda ou como cada um escreve a história: uma reflexão sobre o embate entre historiadores acadêmicos e não acadêmicos no Brasil à luz dos debates sobre Public History*. História da Historiografia, Ouro Preto, n.15, p.27-50, ago. 2014.

_____. *Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital*. Revista Brasileira de História (Impresso), v. 37, p. 135-154, 2017.

PINHA, D. *Ampliação e veto ao debate público na escola: história pública, ensino de história e o projeto 'Escola sem Partido'*. Revista Transversos, v. 7, p. 11-34, 2016.

_____. *O lugar do tempo presente na aula de história: limites e possibilidades*. Tempo e Argumento, v. 09, p. 99-129, 2017.

RANGEL, M.; ARAUJO, V. L.. *Apresentação - Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político*. História da Historiografia, v. 17, p. 318-332, 2015.

ZGUR, F.; FONSECA, Y.. *História Pública com compromisso democrático: divulgação e popularização científica em canais de História no Youtube*. No prelo.

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO: O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA POTENCIALIDADE PARA A REPARAÇÃO SIMBÓLICA

Luiza de Oliveira Botelho¹

Resumo:

A configuração do campo disciplinar da história e a noção de tempo histórico que a acompanhou contribuíram para o silenciamento de determinadas experiências de alguns grupos sociais. Esse encobrimento epistemológico é importante para a compreensão das feridas históricas que problemáticamente invadem o nosso tempo presente. Este modelo serviu de inspiração para a formatação do Ensino de História, transformando-o num espaço de divulgação de informações acríticas sobre o passado e perdendo sua qualidade formativa. Este trabalho tem como objetivo refletir sobre duas potencialidades a serem exploradas pelo ensino de história para que ele seja um instrumento de reparação simbólica em relação às histórias obscurecidas, a saber, sua associação ao espaço público e fazer do improviso uma estratégia didática produtiva.

Palavras-chave: Ensino de História, Espaço Público, Reparação Simbólica.

REFLECTIONS ON EDUCATION: THE HISTORY TEACHING AND ITS POTENTIAL FOR SYMBOLIC REPAIR

Abstract:

The configuration of the historical disciplinary field and the notion of historical time that followed it contributed to hide certain experiences of some social groups. This epistemological cover-up is important for understanding the historical wounds that are problematically invading our present time. This model served as an inspiration for the construction of History Teaching, transforming it into a space for disseminating uncritical information about the past and losing its formative quality. This work aims to reflect on two potentialities to be explored by the teaching of history so that it is an instrument of symbolic repair in relation to obscured stories, namely, their association with public space and make improvisation a productive didactic strategy.

Keywords: History Teaching, Public Space, Symbolic Repair.

¹Mestranda – Programa de Pós-Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, campus de Mariana. Mariana - MG - Brasil. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: luiza_historia@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO:

O clima sócio-político do mundo contemporâneo demanda cada vez mais que repensemos o papel da disciplina histórica, as condições de produção do conhecimento histórico, seus usos políticos e as questões ético-político que permeiam o “fazer” historiográfico. Defendemos que estamos vivendo um momento muito importante de reflexão do campo da História como um todo, principalmente em decorrência das experiências com as grandes tragédias humanas do século XX – como, por exemplo, o Holocausto, as bombas atômicas, as guerras civis, as ditaduras militares – e do século XXI, que, para longe de ter encontrado uma solução para as feridas do século passado, aprofundaram-nas, o que acarretou a retomada agressiva de alguns problemas, tal como as ondas migratórias, a ameaça terrorista, a xenofobia e o retorno de ideologias políticas que ameaçam gravemente os valores ideais de uma sociedade democrática.

O que estamos experimentando na contemporaneidade é consequência dos maus frutos colhidos referentes aos silenciamentos, ocultações, repressão de vozes e de experiências de determinados grupos sociais que foram relegados à margem do conhecimento histórico desde a estruturação do campo disciplinar no século XIX. Os princípios de neutralidade, objetividade e distanciamento em relação ao objeto observado camuflou interesses de grupos dominantes específicos que visavam a legitimação de seus discursos, tornando-os hegemônicos e pretensamente universal. Pode-se concordar com Arthur Lima de Ávila que o ocultamento epistemológico possui, neste sentido, finalidades sintomaticamente política. (ÁVILA, 2016)

Além dos prejuízos causados pelos princípios fundamentais da disciplina citado anteriormente (neutralidade, objetividade e distanciamento), é válido recordar as implicações políticas profundas acarretadas pela noção de tempo histórico que postulou a constituição da disciplina. O tempo histórico linear e progressivo da historiografia tradicional serviu de parâmetro para o entendimento sobre o grau de “civilização” e “atraso” alcançado por alguns lugares do mundo, o que estabeleceu uma relação de verticalidade entre os povos e legitimou um poder soberano hegemônico, determinando-o como um dado natural devido a inevitabilidade do progresso e, por esta razão, serviu de justificação para a dominação imperial. Com esta modalidade de tempo histórico linear e progressivo as memórias traumáticas, injúrias, violências, dores e sofrimentos foram bruscamente dados como encerrados, sem resolução ou qualquer tipo de reparação. Mais uma vez, concordo com Arthur Ávila (2016) que a disposição do tempo histórico a partir do uso da cronologia correspondeu “às necessidades últimas

do estado-nação e do capitalismo – ambos dependentes da cronologia unilateral e linear para sua consolidação global”. (ÁVILA, 2016: 196)

Neste sentido, o que observamos no tempo presente é a sua constante e incessante ocupação problemática por experiências históricas traumáticas dos séculos anteriores. As vozes e experiências silenciadas de determinados grupos sociais invadem o presente demandando reconhecimento e reparação simbólica de seus sofrimentos passados, o que torna determinados passados presentes (HYUSSEN, 2003 *apud* ÁVILA, 2016). Essa evidência nos permite verificar a existência de formas mais complexas de passado que não se apagam, necessariamente, em nome do tempo presente e que, portanto, este não é fechado em si mesmo, como definiu imprecisamente François Hartog (2013)

É importante destacar que esse modelo fundador do campo disciplinar da pesquisa histórica, bem como a noção de tempo histórico que o envolveu, foram transpostos para a formulação da disciplina histórica escolar, desde o início, relegada a categoria de mera reprodutora das ideias desenvolvidas no campo da pesquisa acadêmica. Isso fica muito claro na disposição dos conteúdos programáticos na grade curricular e na divisão dos capítulos dos livros didáticos, no qual é privilegiado uma história eurocêntrica, desencadeada pela noção de tempo linear e que apaga o protagonismo de certos grupos sociais. Diante disso, esse trabalho busca refletir sobre algumas possíveis potencialidades a serem exploradas pelo ensino de história com vistas à transformação da sala de aula em um espaço de experiência coletiva onde ocorra a reparação simbólica de passados traumáticos.

A escola é um dos principais canais para a disseminação de ideias críticas e reflexivas com vistas à transformação social. Mesmo reconhecendo as limitações e dificuldades do exercício da profissão docente nas escolas públicas brasileiras, a escola ainda é um lugar onde está a potência para a transformação na medida em que nos permite dialogar com um público mais amplo em processo de formação cidadã, em fase de modelação de uma consciência crítica acerca da realidade e também por ser um dos espaços de excelência onde as visões do mundo se constroem. Contudo, para essa eficácia, é indispensável que haja um constante diálogo da instituição com as demandas sociais e identitárias que se apresentam a contemporaneidade (MEINERZ; PEREIRA; PACIEVITCH, 2015)

Aliás, cabe ressaltar que as leis 10.639/03 e 11.645/08 - no qual determinam a obrigatoriedade do ensino sobre História da África, da cultura Afro-brasileira e Indígena - já caminham no sentido de atender determinadas demandas sociais pela reparação histórica simbólica em relação aos séculos de opressão e ocultamento de suas experiências na história (processo) e no campo disciplinar. Dessa

forma, as possibilidades de uso político das renovações temáticas histórico-escolar, inauguradas com ambas as leis, abrem margens para a busca de soluções, no tempo presente, para as “reatualizações” que os passados traumáticos fantasmagóricos sofrem na contemporaneidade. A partir disso, a projeção de um futuro democrático, inclusivo, regido por relações sociais mais horizontais ganha força.

No entanto, destaco também que para o sucesso dessa finalidade, o ensino de história deve explorar outras potencialidades durante o processo de ensino- aprendizagem, a saber, explorar ao máximo o ambiente escolar como um espaço público e fazer do imprevisto uma estratégia didática inteligente e essencial.

A AULA COMO ESPAÇO PÚBLICO E O IMPREVISTO COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA:

A sala de aula é um espaço é diverso, composto por várias e distintas histórias particulares. A aula é o lugar onde a heterogeneidade se encontra. Cada aluno é portador de memórias distintas, referências sociais diferentes e visões de mundo variadas. Carregam consigo marcas de suas histórias, isto é, se experimentaram direta ou indiretamente a violência do Estado, se são filhos de desempregados, se são moradores de comunidades violentas, se são negros, indígenas ou se são membros de comunidades quilombolas, etc. Conforme Ana Maria Monteiro,

Nossos alunos, ao chegarem à escola são portadores de saberes, referências construídas nos grupos familiares que cultivam suas memórias: sejam memórias de trabalhadores, migrante nordestinos, desempregados, de lutas e combates diários pela sobrevivência, de referências étnicas, religiosas que oferecem explicações do mundo e de seu devir. Constituem, na área da educação, os chamados saberes prévios que muitos de nós descartamos a priori. (MONTEIRO, 2007: 12)

Muitas das memórias e histórias de vidas dos alunos se enquadram no perfil dos “excluídos” da história; excluídos porque suas experiências são marginalizadas em decorrência da própria estruturação do campo disciplinar “neutro” e “objetivo” e porque suas trajetórias não se enquadram cronologicamente na noção de tempo linear e progressivo. Na sala de aula, essas experiências também são eliminadas, pois, por constituírem saberes “marginais” - porque não foram construídos academicamente ou no âmbito escolar - acredita-se que o “verdadeiro” conhecimento histórico deve superá-los.

Diante dessa diversidade, característica fundamental de uma sala de aula, cremos que um caminho viável para que as histórias traumáticas e sufocadas possam ser liberadas é o entendimento da aula de história como espaço público. A sugestão de pensar a aula de história como um espaço público é resultado da leitura de Fernando Seffner (2012); no entanto, acredito que, pela riqueza desta associação, tal categorização é merecedor de um aprofundamento reflexivo mais consistente.

Segundo o educador, a escola é, de fato, um espaço público; logo, a aula de história também deve ser entendida como tal. (SEFFNER, 2012) O espaço público é o lugar do debate e da constante tensão de posições e de visões de mundo; é, em suma, o lugar do diálogo. Nesse espaço público da aula de história a disciplina tem uma orientação específica. Nas palavras de Seffner,

Ela cumpre um papel importante acolhendo as opiniões e experiências e saberes dos diversos grupos de jovens, das culturas juvenis diversas, e colocando isso em discussão. E o conhecimento histórico do professor serve para guiar essa discussão toda, não exatamente insistindo nos conteúdos canônicos, mas sabendo aportar narrativas do passado que possam trazer indagações sobre o presente. A história certamente não é a mestra da vida, como muitos querem, mas pode ser excelente conselheira, perturbando certezas ao mostrar experiências sociais de outros tempos. (SEFFNER, 2016: 126)

Diante esse espaço público, onde a aula de história acontece, cabe ao professor o papel de mediador dos conflitos, dos confrontos de ideias bem como a emergência de passados que ali ocorrem. Ao papel de mediador compete também o constante dever do cuidado ético com o rumo das negociações desse espaço público. Afinal, o conhecimento desenvolvido na escola também tem uma função prática de ser mobilizado para intervenção no dia a dia, isto é, há uma possibilidade real de ação dos alunos na esfera pública social. Nas palavras de Monteiro “o ensino de história contribui de forma importante para a construção e reconstrução do conhecimento cotidiano, utilizado por todos nós para a vida comum” (MONTEIRO, 2007: 11).

É válido ressaltar que por comprometimento ético defendo qualquer atitude que se comprometa com a noção de justiça social, de respeito aos direitos humanos e que compactue com a construção de uma sociedade democrática, justa, inclusiva e que lute contra o aprofundamento das desigualdades sejam elas étnica, racial, econômica, cultural e de gênero.

A ideia de explorar a potencialidade do espaço público escolar para o “acontecer” da aula de história advém da possibilidade de envolver os alunos, prezando por sua participação ativa dentro de um debate político, a saber, fazer com que suas histórias possam ser narradas. Afinal, preza-se por

um ensino de história onde os alunos possam narrar a si mesmos a partir do uso de conceitos e categorias históricas e, desse modo, possam perceber a si mesmos como inseridos dentro de uma tradição histórica (SEFFNER, 2012). Acreditamos que esse é um impulso para que suas histórias possam ser liberadas e, sobretudo, como uma espécie de encorajamento para que possam ocupar um lugar de fala dentro de um debate político mais amplo no futuro.

Contudo, surge a dúvida: como fazer uso dessas considerações mais teóricas na prática cotidiana escolar? Mais uma vez recorro as sugestões de Fernando Seffner em outro artigo intitulado *Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História* (2011). Neste artigo, o educador pontua três grandes elementos que constituem o âmbito performático do professor durante o desenvolvimento da aula: os saberes programáticos conteudistas da disciplina; os saberes da docência, apreendidos ao longo da prática docente; e o imprevisto. No entanto, defendo que o imprevisto é a categoria que, ao ter sua potencialidade explorada, pode ser muito produtivo para transformarmos a sala de aula de história num espaço público.

Segundo Seffner, o imprevisto é “o que não foi planejado, e muitas vezes não é desejado nem desejável. O que é contingente, o que simplesmente “acontece”, e temos que lidar com aquilo” (SEFFNER, 2011: 4). Por imprevisto entende ser a maneira do professor de lidar com algumas situações não planejadas previamente, como, por exemplo, as perguntas que julgamos serem “burras”, “incoerentes” e “inconvenientes” feita pelos alunos durante o desenvolvimento da aula. O seu desprestígio é derivado do fato de apontar para caminhos que supostamente “fogem” do conteúdo programático e atrasam o andamento da aula e do seguimento do plano de curso do professor. Contudo, há muita potencialidade naquelas perguntas, pois foram instigadas pelas curiosidades dos alunos em relação a outros temas, e também, foram as maneiras pelas quais estes conseguiram associar o conteúdo histórico com a sua realidade presente, com o seu “mundo”.

Defendo que as situações inauguradas pelos imprevistos constituem terrenos férteis para estimular discussões que permitam os alunos fazerem uso de suas experiências de vida para dar sentido e coerência aos eventos do passado. A partir disso, pode-se introduzir questões que abram espaço para que seus interesses e suas vozes estejam no centro da discussão acerca do passado histórico. Também é um momento chave para que possamos fazer da disciplina histórica um instrumento comprometido com as necessidades do tempo presente, um tempo asfixiado pelos

traumas, dores e horrores passados, violentamente dado como encerrados e superados por uma concepção de história e de tempo histórico equivocada e problemática.

A pesquisa histórica tem caminhado em discussões sobre como fazer da disciplina um espaço onde se faça justiça com as histórias silenciadas do passado, principalmente a partir de uma maior valorização dos testemunhos como fonte documental e das batalhas de memórias como objeto de estudo. O ensino de história é um espaço onde a reparação histórica simbólica também pode se concretizar e, como foi dito anteriormente, as leis que discutem a obrigatoriedade do ensino de cultura afro-brasileira, História da África e História das culturas dos povos indígenas são resultados das pressões sociais e identitárias por esta retratação. Neste sentido, ao ter a compreensão da sala de aula de história como um espaço público - onde se dá o encontro de múltiplas memórias e experiências de vidas, lugar onde ocorre o debate, o diálogo, a troca e o conflito com vistas à solução de um problema - e fazer das situações imprevistas um uso estratégico, também são alternativas viáveis para tornar o ensino um meio de reparação simbólica, sobretudo por ser um canal no qual a comunicação se dá para um público não-especializado em processo de formação cidadã e pelo fato de muitos dos alunos pertencerem diretamente a grupos desprestigiados pela disciplina histórica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O ensino de história ocupou/ocupa um espaço marginal diante a configuração mais ampla do campo disciplinar histórico. Contudo, a aproximação entre a aula e o espaço público, onde se concretiza, abre margens para pensarmos o ensino como espaço de excelência que tem capacidade de ser produtor de conhecimento próprio que não se restringe ao conhecimento produzido pela academia. Ao explorar a potencialidade do improviso diante as perguntas aparentemente “desconexas” dos alunos, é possível a abertura de um caminho viável para trazer para o primeiro plano temas e experiências históricas silenciadas pela concepção de História “neutra” e “objetiva” e pela noção de tempo histórico linear e progressivo que, como mencionado anteriormente, serviam como justificativas para legitimar um determinado discurso dominante em detrimento de outros. Afinal, retomo Ávila (2016) novamente, o ocultamento epistemológico faz parte de um projeto político.

Ao permitir que a sala de aula seja o lugar de excelência onde as múltiplas narrativas provenientes das experiências de vida dos alunos dialogam, justamente por sua associação ao espaço público, é possível permitir que a aula de história seja um espaço de experiência coletiva no sentido

de que os professores e alunos compartilham vivências que possibilita a criação e recriação significados. Essa possibilidade de produção de significado põe em destaque o comprometimento ético do professor na condução da discussão, pois, conforme Ana Maria Monteiro (2007), o ensino de história pode ser instrumento de libertação e resistência ou pode ser uma arma que vise a legitimação de poderes já estabelecidos na sociedade. Assim sendo, cabe problematizarmos o uso que fizermos dele: será um mecanismo para a legitimação de poderes já constituídos, em perspectiva conservadora, ou será uma ferramenta de emancipação ao utilizar seu potencial para a liberação de futuros ao questionar os passados obscuros e momentos traumáticos?

REFERÊNCIAS:

AVILA, A. L. Povoando o Presente de Fantasmas: feridas históricas, passados presentes e as políticas do tempo de uma disciplina. *Expedições: Teoria da História e Historiografia*, v. 7, p. 189-209, 2016.

HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HUYSEN, A. *Present Pasts: urban palimpsests and the politics of memory*. Stanford: Stanford University Press, 2003

MEINERZ, C. B.; PEREIRA, N.; PACIEVITCH, C M. (2015). Viver e pensar a docência em história diante das demandas sociais e identitárias do século XXI. *História & Ensino*, 21(2), 31–53. <https://doi.org/10.5433/2238-3018.2015v21n2p31>

MONTEIRO, A. M. F. da C. Ensino de História: entre História e Memória. In: Gilvan Ventura da Silva; Regina Helena Silva e Simões; Sebastião Pimentel Franco. (Org.). *História e Educação: territórios em convergência*. 1ed. Vitória(ES): GM/ PPGHIS/UFES, 2007, v. 1. Retirado do site: www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/pesquisa-pratica.../artigo1.pdf

SEFFNER, F. *Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do Ensino de História*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011.

_____. Comparar a aula de história com ela mesma: valorizar o que acontece e resistir à tentação do juízo exterior (ou uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa). *Historiae: revista de história da Universidade Federal do Rio Grande*, v. 3, p. 121-134, 2012.

AS EPISTEMOLOGIAS DA HISTÓRIA E AS CONTRIBUIÇÕES DA OBRA DE E. P. THOMPSON PARA O TRABALHO DO HISTORIADOR

Kaio César Goulart Alves¹

RESUMO:

O propósito desta comunicação reside em apresentar as três principais modalidades epistemológicas da história construídas na tradição ocidental, para, em seguida, identificar as contribuições da obra de Edward Thompson para o trabalho do historiador, considerando o debate conceitual por ele mobilizado, os seus combates pela história vivida e a sua maneira de dimensionar a herança de Marx e do marxismo para a escrita da história.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia; Edward Thompson; Marxismo.

THE EPISTEMOLOGIES OF HISTORY AND THE CONTRIBUTIONS OF THE E. P. THOMPSON'S WORK TO THE HISTORIAN LABOR

ABSTRACT:

In this article we intent to present the three more importants epistemological modalities of history constructed in the western tradition, and then to identify the contributions of Edward Thompson for the work of historian, condirering the the conceptual debate he has mobilized, his struggles for history lived and its way of dimensioning the inheritance of Marx and of Marxism for the writing of history.

KEY-WORDS: Historiography; Edward Thompson; Marxim.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e responsável pela pesquisa “‘Sindicalismo revolucionário’ e culturas militantes de esquerda no Rio de Janeiro no início do século XX”, em andamento sob orientação do Prof. Dr. Ronaldo P. de Jesus. E-mail: kaio.goulart@yahoo.com.br

Frequentemente vemos as casas mas ignoramos a paisagem.
As peculiaridades dos ingleses e outros artigos, p. 124.

Um clássico da historiografia:

Em sua definição sobre o que constituiria um clássico, Ítalo Calvino acabou por perceber que trabalhar com o singular não seria uma boa opção. O clássico é o mundo, e como tal, não caberia em uma pura e simples definição. Aquela obra ou autor que estamos “sempre relendo” (CALVINO, 2007, p. 9), ou que, ao mesmo tempo, fornece “esquemas de classificação, escalas de valores, paradigmas de beleza (CALVINO, 2007, p. 10) constitui um clássico também por que encerra em si uma dimensão educativa em relação a vida. O clássico nos ensina.

Ao desembarcarmos no nosso campo de atuação, a história, constatamos que, embora exista uma constelação de grandes historiadores (as) que se constituem como referências teóricas e metodológicas, não é tarefa impossível apontar um clássico, no singular mesmo. Trata-se de Edward Palmer Thompson, que, segundo o seu colega Christopher Hill, é o historiador britânico mais conhecido fora da Inglaterra, o mais citado no século XX, e cuja obra mais conhecida, *A formação da classe operária inglesa*, foi escrita para um público de jovens e adultos, provenientes da classe trabalhadora, que com ele cursavam a educação básica em projetos de extensão.

Diz-se que a leitura do clássico é instigante na exata proporção em que te preenche de dúvidas. O clássico te coloca diante de si mesmo, e te possibilita conhecer-se, mas também ser outros. E quando adentramos no terreno da história e da historiografia não há por que acreditar que tais elementos escapem. Uma obra clássica, como a de Thompson, permite que o sujeito do conhecimento desenvolva empatia com o objeto estudado, ao mesmo tempo em que exercita-se a dúvida e o abandono das certezas, ferramentas que constituem-se como fundamentais no ofício do historiador.

Refletir teoricamente sobre da produção do conhecimento histórico passou a ser uma necessidade, especialmente após a crise que se abateu sobre os métodos tradicionais de produção do conhecimento histórico durante a segunda metade do século XX, responsável por questionar os limites e possibilidades do trabalho do historiador. Nesse sentido, a proposta do presente ensaio, cuja perspectiva é teórica, diz respeito a apresentar - de modo geral em virtude das limitações espaciais que um ensaio encerra - as três principais modalidades epistemológicas da história inseridas na tradição ocidental, para, em seguida, identificar as contribuições da obra de Thompson no que e refere

ao trabalho do historiador. A compreensão da dimensão clássica da sua obra se fará mais inteligível após reconstituirmos alguns aspectos de tais epistemologias.

A história depois do “fim da história”:

Em meados dos anos 1960, com o advento do pós-modernismo, os ventos que sopravam de encontro aos velhos muros do totalitarismo de esquerda e direita encontraram com Clio. A História não passaria, desde então, despercebida dos ataques proferidos por intelectuais praticantes do método desconstrucionista, que, ademais as críticas progressistas que fizeram no campo político, em última instância buscaram refutar a natureza científica da disciplina histórica, que fôra um dos pilares da tradição historiográfica criada pelo movimento dos *Annales* a partir de 1929.

O termo “pós-moderno”, cunhado por Jean-François Lyotard no livro *A condição pós-moderna* definiu-se como uma “incredulidade em relação às metanarrativas”, entendidas como um modelo de explicação ampla e coesa de grandes fenômenos, à exemplo do cristianismo, do positivismo, do liberalismo ou do marxismo. Jacques Derrida, também francês, foi o responsável por introduzir ao debate intelectual o método de “desconstrução”. Inspirados na obra de Michel Foucault, tais intelectuais aplicariam o “espírito de 1968” à crítica dos tradicionais métodos de construção do conhecimento, ao mesmo tempo em que se estabelecia uma visão de mundo identificada posteriormente por críticos do pós-modernismo como “relativista”.

Na historiografia, talvez seja Hayden White o intelectual mais exemplar da crítica pós-moderna. Num tom marcadamente questionador, já nos anos 1970 White buscava refutar as bases do conhecimento histórico e afirmava que não haveria unidade no discurso de demonstração do campo, considerando, até mesmo, que haveria limites para o que se diz sobre o passado, uma vez que a história, para White “estória”, assume a forma de um enredo cuja representação não consegue tratar de todo e qualquer tema (WHITE, 2006, p. 198).

Ciro Flamarion Cardoso, em texto introdutório da obra *Os domínios da história* sintetizou de forma satisfatória os aspectos acima mencionados, a partir da apresentação da dicotomia que se estabeleceu no âmbito da produção do conhecimento num processo que se deu entre 1968 e 1989, por ele caracterizado como o momento de disputas entre dois grandes paradigmas rivais, o “iluminista” e o “pós-moderno”. Para Ciro Cardoso, o marxismo e os *Annales* se fizeram como as duas grandes correntes do paradigma “iluminista” que entrará em crise, tendo em vista as críticas que os intelectuais

pós-modernos fizeram à dita natureza científica das humanidades e das ciências sociais. No âmbito da historiografia, o que se passou a criticar era substancialmente a crença na ciência e na razão.

Retomando os debates sobre as modalidades epistemológicas da história anos mais tarde, Ciro Cardoso leva a sua reflexão a diante ao apresentar os três grandes modelos de construção do conhecimento histórico. Em meados do século XIX, “historismo” e “historicismo” alemão formularam os parâmetros do que os historiadores posteriormente nomeariam de “escola metódica”, cuja perspectiva de trabalho era pautada em farta pesquisa empírica, aliada a imparcialidade e a objetividade do sujeito do conhecimento que alcançaria a verdade dos fatos por meio da aplicação dos métodos da disciplina histórica. Essa visão reconstrucionista cederia espaço, gradativamente, para uma outra perspectiva, cujo método seria então marcado pela hipótese dedutiva e pela crença de que o sujeito do conhecimento não é imparcial, considerando que o presente é uma dimensão fundamental na construção dos problemas de pesquisa adotados pelo historiador. Marxismo, *Annales* e weberianismo se enquadram nessa modalidade. Acusados de praticar uma “ilusão cientificista”, os construcionistas foram confrontados a partir da década de 1960 exatamente pelos pós-modernos, focados na questão do estilo e na descoberta de “comunicações indiretas”.

Vejamos agora algumas das ideias de Hayden White, que exemplifica a questão do conhecimento histórico na perspectiva desconstrucionista. Para tal autor, o discurso histórico não é um discurso científico, pois não supõe um método específico para estudo daquilo que pretende ser o seu objeto – segundo White, o passado. Dever-se-ia distinguir: (1) a realidade passada, objeto de estudo dos historiadores; (2) a historiografia, discurso escrito dos historiadores acerca do objeto mencionado; (3) a filosofia da história, um estudo das relações possíveis entre (1) e (2) (CARDOSO, 2012, p. 13).

Tal perspectiva acerca do conhecimento histórico centra-se na categoria discurso, uma vez que concebe a história como uma forma de interpretação dos eventos passados tratados em um “modo narrativo de representação”, como observa Ciro Cardoso. Essa perspectiva também sofreu questionamentos, citamos: “as críticas ao desconstrucionismo têm seguido caminhos variados. Talvez a mais séria, do ponto de vista epistemológico, tenha a ver com o *status* insatisfatório do conceito central de *discurso* (CARDOSO, 2012, p.14).

Embora não vinculada diretamente ao pós-modernismo, a chamada história cultural, ou “nova história cultural” surgiu em finais dos anos 1980 como um desdobramento da “virada linguística”. Partindo de uma tendência até certo ponto revisionista dos métodos da velha história social dos

Annales, a história cultural alimentou-se do interesse cada vez maior pelas questões culturais, num contexto em que as explicações a partir da economia e dos interesses de classe estavam cada mais enfraquecidas. Sendo assim,

Na noção de cultura enfatizaram-se os mecanismos interpretativos e os valores, e muitos agora passaram a crer que a cultura não é mera função do material, do social, uma vez que as crenças e as atividades rituais das pessoas, por exemplo, interagem com as expectativas socioeconômicas, e os efeitos dessas interações proveem a explicação das condutas e da origem das relações sociais (CARDOSO, 2012, p. 16).

Principal figura da história cultural, Roger Chartier, ao assumir a direção dos *Annales* em finais dos anos 1980 deparou-se com dificuldades de natureza epistemológica que afetavam diretamente a disciplina histórica e as ciências sociais em geral. As “incertezas acerca da história”, ou, dito de outra forma, a sua “crise de inteligibilidade” candente naquele momento foi alimentada pelo crescimento do número de historiadores profissionais, pela dispersão e fragmentação das tradições historiográficas e pelo intenso debate em torno da subjetividade do sujeito do conhecimento (CHARTIER, 2002, p. 8).

Diante de tais questões, Chartier buscou problematizar a perspectiva global vigente na historiografia, especialmente no campo da história das mentalidades, cuja influência se irradiou a partir dos *Annales*. Sua contribuição mais evidente para o trabalho do historiador reside na formulação sobre as relações intermitentes entre as práticas e as representações, cujo desdobramento foi a proposição de uma história cultural do social, partindo da noção de que o mundo seria como um “teatro”, e caberia aos historiadores saber ler e interpretar as representações e as classificações que os sujeitos criam sobre o real.

Tendo em vista que a representação de um grupo social busca ser sempre universal, daí resultariam conflitos, lutas mesmo entre representações, de natureza geracional, profissional, religiosa e etc e, embora sua perspectiva seja cultural e escrita em tempos de ventos pós-modernos, Chartier não se identificava com o que ele chamou de “posição relativista à Hayden White”. Vejamos:

Essa consciência aguda da dimensão narrativa da história lançou um sério desafio a todos aqueles que recusam uma posição relativista à Hayden White, que não vê no discurso de história senão um livre jogo de figuras retóricas, se não uma expressão dentre outras da invenção ficcional. Contra essa dissolução do estatuto de conhecimento da história, frequentemente considerada nos Estados Unidos como figura do pós-modernismo, deve-se sustentar com força que a história é comandada por uma intenção e por um princípio de verdade, que o passado que ela estabelece

como objeto é uma realidade exterior ao discurso, e que seu conhecimento pode ser controlado (CHARTIER, 2002, p. 15).

Aqui cabe um comentário. Em trabalhos como os de Raymond Williams (1979) e de E. P. Thompson (1998) uma maneira social de pensar a cultura é apresentada, partindo da constatação de que as experiências dos sujeitos construídas em suas relações econômico-sociais exercem pressões sobre as formas assumidas pela consciência social, considerando que um determinado modo de vida, ou um costume, embora relativamente autônomo, não se forma sem o repertório de fenômenos societários que o influenciam. Pensando de outra forma, como já mencionou acima Ciro Cardoso, para Chartier a cultura não é “mera função do material”, ou seja, o sentido das representações dos seres humanos deve ser buscado na cultura, e não fora dela.

É possível incluir à essa discussão sobre as epistemologias da história o avanço que se observa nos últimos anos na discussão teórica acerca da escrita da história a partir de uma área específica de investigação, a história da historiografia. Impulsionados pela “crise de representação” fartamente debatida por filósofos, críticos literários e linguistas durante o século passado, seja numa perspectiva fenomenológica ou numa perspectiva pós-moderna, os historiadores desse campo observam que:

O sujeito do conhecimento não pode produzir enunciados privilegiados em relação à realidade, a despeito de teorias e métodos em questão, [...] e a historiografia possui uma determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é seu (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 328).

Uma indicação que se pode deduzir da reflexão acima é a de que, após a “virada linguística”, constatou-se que os documentos, sempre linguísticos, guardariam dimensões performáticas, não representativas e até mesmo intencionais. Pensando dessa forma, conclui-se que a compreensão das dimensões econômicas, culturais e sociais de uma determinada sociedade não podem ser alcançadas sem uma análise dos modos sempre complexos de escrita da história. Ao mesmo tempo, passadas três décadas do estabelecimento do giro linguístico, o momento atual seria o do necessário giro ético-político, considerando o estatuto de intervenção no presente que a história encerra em si mesma, e num contexto atual em que problemas como a crise dos imigrantes, o desemprego estrutural, o avanço das ideologias raciais e os imperialismos colocam em questão qual o tipo de sociedade que estamos construindo. Roger Waters se propôs a pensar sobre essas questões em seu mais recente álbum de inéditas, cujo título é uma pergunta: “Is this the life we really want”?

O percurso que se fez nesse item voltado para a descrição geral das epistemologias da história teve por objetivo abrir caminho para a exposição da contribuição da obra de E. P. Thompson para o trabalho do historiador, cuja inserção se dá na modalidade epistemológica construcionista acima descrita. Embora estejamos diante de um pesquisador de longa influência na historiografia brasileira, é relevante o fato de que atualmente está em curso uma segunda etapa da vigência de sua obra nos estudos históricos no Brasil. Seguindo a trilha aberta por Ítalo Calvino, consideramos, como acreditamos tantos outros historiadores já o fizeram, que Thompson é um clássico. Nesse momento, pode-se tentar apresentar os modos como a sua obra encarou as questões epistemológicas da história.

E. P. Thompson e a historiografia:

Um artigo recente escrito por Antonio Luigi Negro, historiador formado num espaço tradicionalmente receptivo à obra de Thompson no Brasil - o departamento de História da Unicamp -, observa que os usos e recepções da obra de Thompson se deram em duas etapas, a primeira entre 1970 e 1990, cujo ponto de partida se deu com o interesse pelos estudos dos trabalhadores num contexto de regime ditatorial; a segunda etapa está em curso, e sua influência na historiografia brasileira se dá, sobretudo, nas áreas da história social da cultura e da história social do trabalho (NEGRO, 2014).

O que alimenta o interesse dos jovens historiadores pela obra de Thompson talvez seja, de início, precisamente a postura crítica evidente em sua prática de historiador. Queremos dizer com isso que para Thompson noções como “modernização” ou “industrialização” não se faziam necessárias quando o conceito com melhor capacidade explicativa do processo estudado era o de “revolução industrial”. Optava-se pelos primeiros em função da neutralidade política que ambos tinham em relação ao conceito de “capitalismo”. Hoje, facilmente nota-se a censura a certos conceitos no âmbito da historiografia (como ideologia, hegemonia, classes sociais, luta de classes, Estado e etc.), especialmente se eles advêm do marxismo, haja vista que este constitui o alvo primordial quando se opta pelo exercício da crítica. Thompson não tinha paciência para essas pequenas coisas. O que lhe importava era a capacidade lógica que tal conceito tinha para explicar determinado fato histórico, a despeito da tradição epistemológica em que ele se enquadrava.

No livro *A formação da classe operária inglesa* inaugurou-se um campo de estudos posteriormente nomeado de *history from below* (história vista de baixo), cujo interesse era

compreender as histórias das classes subalternas a partir delas mesmas, a partir de suas próprias experiências, considerando que sim, os trabalhadores têm cultura, e isso implicava o reconhecimento de suas variadas estratégias de sobrevivência, cujos desdobramentos eram visíveis em múltiplas táticas de negociação e de resistência. Os subalternos também têm história. Para a construção dessa perspectiva, Thompson polemizou com muitos, sobretudo ao introduzir a literatura como fonte de pesquisa para a história social (seu primeiro livro foi sobre William Morris), ou, até mesmo, quando ele se debruçou no debate teórico com o interesse de demonstrar os equívocos do idealismo e do estruturalismo de vertente marxista transplantados para a prática historiográfica. Falaremos sobre isso mais a diante.

Certa vez, Dorothy Thompson, sua esposa e também historiadora, observou que Thompson escreveu pouco sobre teoria, a exemplo da tradição dos *Annales*, que a demonstrava no processo de escrita da história. Quando se dispôs a falar a respeito, Thompson apresentou o seu modo de conceber o trabalho do historiador. Tal modo constitui a segunda razão de inspiração para os jovens historiadores.

A história não é uma fábrica para a manufatura da Grande Teoria, como um Concorde do ar global; também não é uma linha de montagem para a produção em série de pequenas teorias. Tampouco é uma gigantesca estação experimental na qual as teorias de manufatura estrangeira possam ser ‘aplicadas’, ‘testadas’ e ‘confirmadas’. Essa não é absolutamente sua função. Seu objetivo é reconstruir, ‘explicar’, e ‘compreender’ seu objeto: a história real. As teorias que os historiadores apresentam são dirigidas a esse objetivo, dentro dos termos da lógica histórica, e não há cirurgia que possa transplantar teorias estrangeiras, como órgãos inalterados, para outras lógicas estáticas, conceituais, ou vice-versa. Nosso objetivo é o conhecimento histórico: nossas hipóteses são apresentadas para explicar tal formação social particular no passado, tal sequência particular de causação (THOMPSON, E. P, 1981, p. 57).

Dito de outra forma o que está exposto acima, Thompson entende que “a história não concebe verbos regulares”. Os processos históricos são, por natureza, radicalmente mutáveis, e disso deve-se compreender que não existem teorias possíveis que enquadrem a história em modelos abstratos, bem como não cabe no ofício do historiador estudar o passado na tentativa de comprovar uma teoria. A história não concebe o que não se modifica.

Tal perspectiva pode ser observada no que provavelmente seja a contribuição mais marcante de sua obra: o conceito de experiência. Debatendo com o filósofo estruturalista Louis Althusser, Thompson observa que o que faltava em suas análises teoricamente densas era exatamente a presença

da vida, dos seres humanos agindo, negociando, resistindo, fazendo escolhas, ou seja, não sendo simples reféns das estruturas, ou do modo de produção. Faltava ação humana no estruturalismo.

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentre desse termo – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, ‘relativamente autônomas’) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Se fizermos o exercício de tentar observar os usos do conceito de experiência na historiografia brasileira é possível perceber como trabalhos sobre a escravidão (CHALHOUB, 2011), ou sobre a formação da classe trabalhadora (FERREIRA, 2001) buscaram ressaltar as agências dos sujeitos analisados, suas visões típicas do que era a liberdade, ou as suas formas de “sentar à mesa” para negociar com o Estado e o patronato os seus direitos, mesmo que de modo assimétrico. As formas de dominação e o Estado passaram a ser compreendidos não como agentes demiurgos, todo-poderosos, uma vez que as classes subalternas foram reconhecidas pelos historiadores a partir de suas capacidades de leitura e atuação na história. Esse olhar privilegiado em direção “aos de baixo” constitui o terceiro elemento inspirador da obra de Thompson.

Falando dentro o marxismo, mas não se declarando um marxista, Thompson reconheceu como interlocutores legítimos Marx, Engels e Gramsci, exatamente em função de que tais autores conceberam o debate sobre a luta de classes em perspectiva histórica. Segundo Thompson, em texto de 1965 (As peculiaridades dos ingleses) a noção de “classe trabalhadora” adotada pelos autores que haviam assumido a direção da *New Left Review* era estática e não-histórica, uma vez que não capturava as agências dos seres humanos (THOMPSON, 2001, p. 170). Tais autores eram Perry Anderson e Tom Nairn. A boa polêmica era um traço evidente em sua escrita. Na edição em inglês do livro *Miséria da teoria* o texto “As peculiaridades dos ingleses” constava como um complemento. Por razões que não se conhecem, a edição brasileira não o inseriu. Nele já era possível notar, na forma de ensaio, as críticas que Thompson mantinha em relação à prática historiográfica que se baseia em perspectivas excessivamente teóricas e acaba por deixar escapar as experiências humanas.

As contribuições de Thompson no campo da história do trabalho constituem a sua quarta inspiração para os jovens historiadores. No breve texto “Algumas notas sobre classe e ‘fala

consciência”” o autor inicia a sua reflexão declarando estar em desacordo com pensadores marxistas que se debruçaram, como ele, sobre o tema da classe trabalhadora. Ao refutar a forma de identificar a classe como uma simples dedução do modo de produção, à exemplo de uma fábrica em que se encontram trabalhadores com sua respectiva consciência de classe, Thompson é categórico ao afirmar que a classe só existe em processos históricos reais em que as pessoas se reconhecem como tal, e, por conseguinte, se comportam de modo classista.

Sendo a classe um acontecimento, e não algo que se deduz de uma estrutura, o comportamento classista passa a ser a condição fundamental para a existência da mesma, considerando que ela não é a simples soma dos indivíduos, mas, ao contrário, a sua história envolve a vivência compartilhada de experiências em comum, que podem produzir, em determinado momento, uma consciência de classe, ou seja, o tratamento cultural de suas experiências em termos coletivos, como sistemas de valores, ideais, costumes e etc. O que a classe pensa, nesse sentido, é algo totalmente diferente da soma dos pensamentos individuais, essa é a sua exata novidade, e nesses termos o sujeito da história deixa de ser o indivíduo e passa a ser o coletivo.

Thompson afirma dispor de dois caminhos diferentes para o conceito de classe como categoria histórica: a) como referência ao conteúdo histórico; b) como categoria analítica capaz de auxiliar na interpretação das evidências, na ausência de um conceito melhor. Seja como for o seu uso, a classe somente existe enquanto processo histórico real. Tal concepção influenciou gerações de estudiosos do movimento operário e da vida fora das fábricas no Brasil a partir dos anos 1970.

Os clássicos possuem as suas limitações. Nesse sentido, é oportuno mencionar que a área de atuação de Thompson, a história do trabalho, sofreu modificações consideráveis a partir dos anos 1990, considerando aspectos como as intensas críticas à teoria do valor-trabalho formulada por Marx, ou o recuo do movimento sindical no contexto de expansão do neoliberalismo. Estes aspectos (a forte presença do movimento sindical na sociedade e o acirramento da luta de classes em função da extração de mais valia) sempre guardaram relações de validação para com a centralidade do conceito de classe social nos estudos dos trabalhadores. As obras de Thompson e Hobsbawm foram construídas em torno desses fatos. Embora acreditemos que a perspectiva de classe não tenha deixado de ser importante, faz-se necessário destacar as sugestões que sociólogos e historiadores britânicos têm feito para o avanço da história do trabalho, considerando que haveria um aspecto “reducionista” no conceito de classe social.

As formas de avançar a discussão na área da história do trabalho são inúmeras, e, segundo o britânico Mike Savage (2004, p. 33), professor de sociologia na Universidade de Manchester, a atenção às táticas adotadas pelos trabalhadores para lidar com a *insegurança estrutural* imposta pelo capitalismo constituiu uma alternativa para a análise pautada exclusivamente na perspectiva de classe. “É relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como o único ou o principal eixo da classe social” (SAVAGE, 2004, p. 33). Savage sugere, mais a diante, que questões como a mobilidade demográfica, a constituição de redes e a ampliação dos recortes espaciais (para além do Estado nacional) constituem outras sugestões promissoras que podem ampliar o escopo de análise das pesquisas sobre o trabalho e os trabalhadores.

Embora tais considerações sejam instigantes, Savage conclui:

Poder-se-ia apontar que, até agora, inexistiu uma alternativa ao conceito de classe enquanto ferramenta exploratória das relações econômicas estruturais e desiguais. Os críticos não têm conseguido encontrar um modo substitutivo para o entendimento ou a explicação da desigualdade social (SAVAGE, 2004, p. 32).

Cabe nesse momento uma pausa para o lanche. Um breve desvio de percurso. Este ensaio não busca radiografar debates “intramuros”, ou seja, no interior do marxismo, em função disso, as linhas que se seguem serão breves e buscarão identificar como Thompson enxergava a relação entre a história, a história do trabalho e o marxismo.

Há um velho debate conduzido desde Marx, Engels até os futuros marxistas acerca da determinação da consciência social pelo ser social. Tal questão tornou-se elementar quando os autores alemães formularam sua crítica aos neohegelianos de esquerda (Bruno Bauer e Max Stirner) a partir de uma crítica materialista ao idealismo (MARX; ENGELS, 2007). Basicamente sendo o pensamento a criação da realidade para os idealistas, Marx e Engels viram-se diante de um problema incontornável, uma vez que a perspectiva de ambos era dialética, mas não idealista. Marx e Engels formularam o que viria a se chamar, posteriormente, de concepção materialista da história, em síntese, a constatação de que os homens fazem a sua própria história, mas não sobre condições por eles escolhidas, havendo sempre algo como um amontoado de escombros herdados do passado (lembrando a metáfora de Walter Benjamin) que os homens recebem, interpretam e atuam sobre, costurando as suas manobras.

Dito de outra forma, o ser social, concebido como o modo de produção que por natureza é dinâmico e contraditório – na acepção marxiana sua lógica é o movimento contraditório entre as relações sociais e as forças produtivas – exerce pressões sobre a consciência social, local em que são tratadas em termos culturais as experiências de classe, que, por sua vez, atuam, dialeticamente, sobre o ser social. Dialogando com Marx, mas não se voltando para ele como um semideus da mitologia grega, Thompson observa que

Admirar essa obra é colocar-se como aprendiz dela, empregar seus termos, aprender a trabalhar num diálogo do mesmo tipo. Mas a emulação não deve se basear numa reverência servil, e nem mesmo numa pretensa reverência pelo que Marx pretendia dizer mas, inexplicavelmente, esqueceu-se de dizer (THOMPSON, 1981, p. 186).

O autor continua: “a questão é agora mais grave do que isso. O marxismo vem sofrendo há décadas de uma devastadora doença de economicismo vulgar” (THOMPSON, 1981, p. 186). É possível interpretar todo o esforço levantado pelo historiador em refutar o estruturalismo althusseriano exatamente por ele se julgar marxista, quando, na verdade, Marx e Engels ao formularem a concepção materialista da história não criaram uma tradição empedernida e certa de si mesma. Nesses termos, Thompson conclui, e aí terminamos o lanche para voltar ao percurso até aqui conduzido, que não se pode falar de uma tradição marxista, no singular, mas sim de duas, que, após 1956, mostraram-se irreconciliáveis, embora ambas reivindicuem Marx: a tradição stalinista, ou marxista-leninista, e a tradição de crítica ativa e razão aberta, ou tradição do materialismo histórico, a qual o próprio Thompson certamente não se sentiria incomodado em se ver como parte integrante. Também chamada de “tradição marxista aberta, exploratória e autocrítica”, esta última fez-se presente “em todas as disciplinas, em muitas práticas políticas, e em todas as partes do mundo” (THOMPSON, 1981, p. 187).

Devo portanto, declarar inequivocamente que já não posso falar de uma tradição marxista única, comum. Há *duas* tradições, cuja bifurcação e afastamento foram lentos e cuja declaração final de antagonismo irreconciliável foi retardada – como fato histórico – até 1956. A partir de então, foi necessário, na política e na teoria, declarar-se fiel a uma, ou a outra. Entre a teologia e a razão não pode haver margem para a negociação. O comunista libertário, e o movimento socialista e trabalhista em geral, não podem ter relações com a prática teórica, exceto para denunciá-la e expulsá-la (THOMPSON, 1981, p. 208).

Conclusão:

Certa vez Antonio Gramsci observou que a história é sempre história contemporânea, isto é, política. Com isso queremos lembrar que Thompson nos inspira por uma quinta razão: os combates pela história vivida. Ex membro do Partido Comunista da Inglaterra, Thompson lutou como soldado na II Guerra Mundial, na ocasião em que perdeu seu irmão no *front*. Após os incidentes de 1956 ele deixou o partido e junto com outros dissidentes formou o grupo que posteriormente ficou conhecido como “Nova Esquerda”, cuja ideologia era definida, em claro tom antistalinista, como o socialismo humanista. Thompson ainda encontrou tempo para militar no movimento pacifista e o no movimento antinuclear durante os anos 1980.

Como se pode observar, toda uma vida foi construída em torno dos combates pela história, por isso, adotar Thompson como um clássico não pode ser algo diferente de entusiasmante, instigante. Thompson é, assim, um historiador original, um dissidente.

Concluimos este ensaio com uma passagem. Ao final do seu livro *Senhores e Caçadores* Thompson expõe com a sua brilhante escrita algo que também acreditamos: é preciso ter empatia pelo que se faz, é preciso crer naquilo que se dedica toda uma vida, do contrário as coisas deixam de ter sentido.

Assim, o terreno intermediário da historiografia desmorona de ambos os lados. Fico em um veio muito estreito, olhando a maré a subir. Ou, para ser mais explícito, aqui me sento com meu estudo, aos cinquenta anos de idade, a escrevinhinha e o chão empilhados com cinco anos de anotações, xeroxes, rascunhos deixados de lado, o relógio mais uma vez marcando a madrugada, e vejo-me, num instante de lucidez, como um anacronismo. Por que gastei esses anos tentando descobrir algo que, em sua estrutura essencial, poderia ser conhecido sem nenhuma investigação? [...] Estou disposto a achar que importa; tenho um capital investido (em cinco anos de trabalho) para achar que pode importar. Mas, para demonstrá-lo, é preciso abandonar pressupostos aceitos – aquele estreito veio do terreno intermediário tradicional – e me deslocar para um veio teórico ainda mais estreito [...] (THOMPSON, 1987, p. 350).

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da historiografia**. Ouro Preto, n. 17, abril. 2015, p. 318-332.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Domínio da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

_____. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Gramatologia**. Trad. Miriam Chnaiderman e Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FERREIRA, Jorge (org.). **O populismo e sua história**: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. José Olympio, Rio de Janeiro, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

NEGRO, Antonio Luigi Negro. E. P. Thompson no Brasil: recepção e usos. **Crítica Marxista**. Campinas, n. 39, p. 151-161, 2014.

SAVAGE, Mike. “Classe e história do trabalho”. In: BATALHA, Claudio H. M; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2004.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (3 vols.).

_____. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas - SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WHITE, Hayden. “Enredo e verdade na escrita da história”. In: MALERBA, Jurandir. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

Caminhos de memória: biografia e trajetórias individuais na escrita da história

Coordenadores:

Priscila Musquim Alcântara – Doutoranda/PPGHIS UFJF.

Esther Itaborahy Costa – Doutoranda/PPGHIS UFJF.

Gilvani Alves de Araujo – Doutorando/PPGHIS UFPR.

Rhuan Targino Zaleski Trindade – Doutorando/PPGHIS UFPR.

Para Giovanni Levi, grande parte das questões metodológicas da historiografia contemporânea está relacionada à biografia, especialmente no que tange aos problemas de escala em análise, relações entre regras e práticas e sua afinidade com as ciências sociais. Segundo o historiador, este debate ganha dimensões ainda maiores quando são consideradas a complexidade humana, a formação progressiva e não-linear das personagens e suas contradições. Notadamente, a partir do século XIX, e posteriormente no século XX, o sucesso editorial das biografias, com os avanços na historiografia e a ampliação das fontes e temáticas nesse campo, permitiu às trajetórias ganhar espaço na escrita acadêmica, contribuindo para a observação de diferentes aspectos históricos.

A biografia permite, através da análise de uma vida, compreender redes, grupos, partidos, movimentos religiosos, e uma gama de organizações nas quais o indivíduo analisado se inseriu, levando em conta a sua relação com os demais membros. Ou seja, para Michel de Certeau, cada homem deve ser entendido como “um locus no qual uma incoerente e frequentemente contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem”.

Assim, para Phillipe Levillan, é possível, por meio da biografia, “analisar as relações entre desígnio pessoal e forças convergentes ou concorrentes, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios”. Além disso, a biografia é uma opção que traz consigo uma série de desafios, sendo o mais expressivo deles o de, por meio da análise de uma vida, oferecer contribuições para ampliar o conhecimento sobre determinado assunto no campo da história. Portanto, promover o debate frequente entre historiadores que abraçam esta temática é sempre uma oportunidade de fomentar o intercâmbio de experiências a respeito da biografia na história. Neste sentido, é importante destacar o olhar do historiador sobre os intelectuais, os notáveis e personagens destacados, mas também para as figuras que deixaram poucos rastros: os esquecidos, os pobres, os invisíveis para a História.

Ademais, os caminhos de memória permitem articular diferentes escalas históricas como o macro e o micro e focalizar as ações dos sujeitos e dos atores dentro do campo de possibilidades do real. Analisando laços pessoais, relacionais, ideias, sentimentos e a normatividade, tem-se contribuições para delinear o contexto histórico de determinado período e as composições identitárias individuais ou coletivas ao longo do tempo.

A proposta deste simpósio temático consiste em promover uma discussão acerca das práticas de fazer e uso de auto/biografias na escrita da história. Incluindo – além do trabalho empírico realizado por historiadores que se dedicam ao estudo de trajetórias individuais em um amplo espectro – desde registros documentais como cartas, cartões-postais, diários, cadernos, fotos e álbuns de família, bem como impressos em que a escrita de si é central. Porque nos revelam, segundo Leonor Arfuch, um espaço biográfico múltiplo e plural, que reúne trabalhos e pesquisas que versam sobre as escritas (auto)biográficas de indivíduos inseridos em diferentes contextos históricos, sociais e políticos.

REPENSANDO A ATUAÇÃO POLÍTICA DE ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS ENTRE 1869-1877

Olga Mattos de Lima e Silva¹

RESUMO:

A presente comunicação tem por objetivo discutir uma parte já concluída de nossa pesquisa de mestrado, trazendo a problemática metodológica que envolve o trabalho com trajetórias individuais ou biografias. Zacarias de Góes e Vasconcellos foi um político que desempenhou papel central em determinados momentos da política Imperial, como a queda de seu Gabinete em 1868, que é considerada pela historiografia não somente como um marco que transformou o rumo dos anos seguintes. Entretanto, existem poucos trabalhos consistentes que realizam uma trajetória de Zacarias. O que encontramos, na verdade, são fragmentos. Um personagem que desempenha um papel tão fundamental, como destacado por Sérgio Buarque de Holanda e José Murilo de Carvalho não poderia “desaparecer”. Nossa busca é justamente esta, mapear onde Zacarias estaria nos anos seguintes a 1868 através dos Anais do Senado.

Palavras-chave: trajetória; senado; biografia; reconstrução.

RETHINKING THE POLITICAL ACTION OF ZACARIAS DE GÓES E VASCONCELLOS BETWEEN 1869-1877

ABSTRACT:

This paper aims to discuss an already completed part of our master's research, bringing a methodological problem that involves working with individual trajectories or biographies. Zacarias de Góes and Vasconcellos was a politician who played a central role in certain moments of Imperial politics, such as the fall of his Cabinet in 1868, which is considered by historiography not only as a landmark that transformed the course of the years. However, some consistent works that carry out a trajectory of Zechariah. What we find, in fact, are fragments. A character who plays such a fundamental role, as highlighted by Sérgio Buarque de Holanda and José Murilo de Carvalho, could not be "disappear". Our quest is precisely this, to map where Zechariah would be in the years following 1868 through the Annals of the Senate.

Key words: trajectory; senate; biography; reconstruction.

¹ Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: olgamattos1@yahoo.com.br

Em 30 de dezembro de 1877, o Diário de Rio de Janeiro traz como primeiro notícia uma nota sobre o falecimento de Zacarias de Góes e Vasconcellos:

*“Zacarias de Góes e Vasconcellos ocupará sem duvida na historia da pátria, um dos mais proeminentes lugares, pela solitudine e dedicação com que vantajosamente poz ao seu serviço a elevada intelligencia, tão enriquecida por aturado estudo, de que o dotara a natureza. Era um character austero e inquebrantavel, de que exhibio repetidos e irrecusaveis testemunhos. Era um talento brilhantissimo e um espirito penetrante, que se traduzia sempre do modo o mais admiravel – quer falasse, quer escrevesse. (...) Mas, o que poderemos dizer a tal respeito, que não seja sabido de todos? (...) Não repercutem ainda em nossos ouvidos os discursos monumentais que proferia? (...) E cumpre não esquecer que as lides politicas, como os trabalhos de sua profissão de advogado – ainda lhe deixavam margem para dedicar-se fervorosamente ao serviço de caridade. (...) Em uma palavra: a morte de Zacarias de Góes e Vasconcellos é um acontecimento que enluta a nação brasileira.”*²

Como retrata o jornal, Zacarias de Góes deixa um longo legado não só político, mas também social. De forma geral, podemos afirmar que a trajetória do Conselheiro tem sido pouco estudada, e muitas vezes os estudos se materializam em biografias tradicionais e factualistas, corroborando para uma imagem que logo abordaremos. Além disso, Zacarias de Góes aparece na historiografia também em discussões acerca do Poder Moderador, tendo em vista que o mesmo publica em 1860 anonimamente uma das primeiras e mais importantes críticas ao Poder Moderador; do momento da queda de seu gabinete em 1868. Tomamos como principal referência a biografia escrita por Tulio Vargas³ para mostrarmos como a historiografia tradicional acima mencionada retrata o político.

Baiano, Zacarias nasceu em Valença no ano de 1815, recebendo desde cedo forte influência religiosa, que marcará sua vida, recebendo inúmeros títulos e honras da Igreja. Seus pais Antonio Bernardo Vasconcellos e Maria Benedita de Assunção Menezes e Vasconcellos preocuparam-se desde cedo não só com a educação e instrução de Zacarias, bem como de seus irmãos, de modo que “todos viviam absorvidos nos livros” (VARGAS, 2007: 19)

² Diário do rio de janeiro. 30 de dezembro de 1877.

³ Advogado, Tulio Vargas publica em 2007 uma obra de caráter biográfico acerca de Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Antonio Bernardo, entrara no ramo da extração de madeira em fins do século XVIII, chegando a fornecê-las para o arsenal da Marinha, prosperando rapidamente. Gozava de boa reputação, estabelecendo vínculos de amizades que mais tarde seriam importantes na vida de seus filhos. Além disso, Antonio Bernardo fez parte da Junta de Defesa, lutando contra as forças de Lisboa que tinham ocupado a capital da Bahia.

No ano de 1830, Zacarias é enviado para a capital, sob a tutela de Antonio da Silva Telles, que era um desembargador amigo de seu falecido pai, para aprimorar seus estudos e entrar para a faculdade. O jovem logo inicia na Academia de Olinda, cursando Direito, bem como seu irmão mais velho. Segundo Túlio Vargas, o que inspirara e levava Zacarias ao sucesso político fora a atmosfera do início do século XIX: “fora o da xenofobia violenta, da hostilidade aos portugueses, das explosões democráticas, dos grandes episódios históricos.” Entretanto, isto não nos parece suficiente para justificar.

Ao longo do curso, o futuro Conselheiro mostrava-se sério, comprometido, o que o levou a se destacar, obtendo logo vínculos de amizade que mais tarde seriam importantes, além da intimidade conquistada com cânones do Direito, levando-o a abrir novas perspectivas. Em 1837, conquistou o título de bacharel, retornando à Valença com enorme prestígio. Logo em seguida interessou pelo concurso para lecionar em Olinda, sendo aprovado e nomeado no ano seguinte, com apenas 25 anos de idade.

Zacarias foi aos poucos conquistando seu espaço, começando a ficar conhecido na política a partir de sua candidatura à Assembleia da Bahia em 1843. Eleito, assumiu o cargo logo no ano seguinte, logo se tornando o porta-voz do governo provincial. Sempre sério e competente, foi tecendo novas amizades importantes, aumentando sua rede de amizades, mas também conquistou a inimizade de muitos.

Logo em 1845, é convidado pelo 2º Visconde de Macaé para assumir o governo do Piauí. Ali, Zacarias enfrentou enormes dificuldades, mas conseguiu realizar obras importantes, sobretudo no que tange à educação, segurança pública, saúde, melhoria de estradas, enfim. Destacou-se ainda pela capacidade de conciliar interesses partidários diversos.

Em 1849 Zacarias se candidatou à Assembleia Geral, sendo eleito. Ali, mostrou-se competente, firme, recebendo logo em seguida o convite para o Ministério da Marinha, onde não permaneceu por muito tempo.

Zacarias perde uma das eleições, e abre um escritório de advocacia na Corte, mostrando-se já engajado com a causa abolicionista, mas mantém seus vínculos no Paraná, o que possibilitou sua candidatura à Câmara dos Deputados pela província do Paraná, sendo eleito em 1861.

Recuando um ano no tempo, em 1860, é publicada a obra *Da Natureza e Limites do Poder Moderador*, que como nos mostra Silvana Mota Barbosa⁴ em sua tese de doutorado a partir da leitura de periódicos do período, a princípio a obra não possuía autoria, mas logo Zacarias foi indicado como autor. É extremamente importante destacá-la, primeiro, por sua extrema importância e repercussão, segundo, por conceder a Zacarias a simpatia de alguns Liberais (lembrando que o mesmo ainda fazia parte do Partido Conservador). Como já mencionado acima, o político aparece na historiografia em poucos momentos, e a discussão sobre a questão do Poder Moderador é um destes momentos. Além disso, as críticas realizadas em tal obra já prenunciam o posicionamento que o Conselheiro passará a ter nos anos seguintes, sobretudo após a queda de seu Gabinete em 1868, como veremos.

De acordo com Túlio Vargas, em 1868, “a queda do gabinete de Zacarias seria mais um lance do arbítrio imperial”. Portanto, com a queda de seu gabinete, Zacarias se integra ao Partido Liberal, compondo em 1869 junto de Teófilo Ottoni, Nabuco de Araújo, enfim, o Manifesto do Centro Liberal. Cabe ainda destacar que já em 1854, o Conselheiro já tinha se desligado do Partido Conservador e integrado à Liga Progressista. O momento da queda do gabinete para nós é fundamental, pois como demonstra José Murilo de Carvalho⁵ marca o retorno conservador ao poder na década de 1870 e o fim da política de conciliação de Paraná. É interessante que o autor discorre: “Zacarias pediu demissão em julho de 1868, recusando apelos do chefe de Estado no sentido de permanecer frente ao governo. E, em atitude típica de seu espírito pirracento, negou-se a indicar o sucessor.” (CARVALHO, 2007: 6), Zacarias sofria muitas críticas na imprensa e de seus colegas por esse “espírito pirracento”, além de ser muito religioso e ter trocado de partido mais de uma vez.

Em 1870, Zacarias é convidado a integrar o Conselho de Estado, mas recusa, e isto custou-lhe diversas explicações. Maria Fernanda Vieira Martins em seu artigo “A velha arte de governar: O Conselho de Estado no Brasil Imperial”⁶, ao discutir a questão do Conselho de Estado, menciona que

4 Doutora em História pela Unicamp.

5 O autor aborda esta questão em artigo publicado através do Centre for Brazilian Studies da Universidade de Oxford, intitulado “Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessente do século dezenove. Disponível através do link: <<http://www.lac.ox.ac.uk/sites/sias/files/documents/WP87-murilo.pdf>>.

6 Maria Fernanda Vieira Martins em tese de doutorado discute questões relacionadas ao Conselho de Estado. Dessa forma, sobre o assunto, conferir: MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo.

na década de 1870, vários políticos recusaram suas nomeações para o Conselho: como já mencionado Zacarias, José Antônio Saraiva, João Maurício Wanderley, entre outros mencionados pela autora. Por fim, no ano de 1877, o político se despede da vida, deixando sua longa e rica trajetória.

Os estudos sobre Zacarias existentes na historiografia, ora se concentram na obra de 1860 (Da natureza e limites do poder moderador), ora na queda do gabinete em 1868. Ou ainda, como na referendada obra de Túlio Vargas, um esboço de sua trajetória, mas marcada por uma visão tradicional, factual e com pouca análise, baseada numa lógica de grandes acontecimentos e homens.

Conhecendo agora o Conselheiro Zacarias de Góes, através da pequena biografia acima realizada, podemos partir para o período de sua vida que nos interessa, sendo este o menos estudado pela historiografia, que se estende entre 1869-1877. Após a queda de seu Gabinete em 1868, Zacarias de Góes continuou atuando fortemente no Senado, exercendo sua influência enquanto uma das lideranças do Novo Partido Liberal e uma oposição forte contra o Partido Conservador e seus representantes. É essa atuação que nossa pesquisa busca reconstruir; ou seja, demonstrar que após 1868, o Conselheiro continua fazendo parte do cenário político de forma importante. No presente artigo, analisaremos a atuação de Zacarias de Góes entre os anos de 1869-1871.

Nos primeiros anos que sucedem a queda de seu último Gabinete, Zacarias de Góes recorre constantemente aos acontecimentos anteriores, seja para justificar seu posicionamento ou para prestar esclarecimento quanto as inúmeras críticas a ele que emergem. O senador apresenta uma postura bastante dura com os representantes do partido Conservador presentes no senado, sobretudo na figura do presidente do conselho em vigor bem como dos ministros que se apresentam.

No ano de 1869, o Senado inicia os trabalhos no dia 27 de abril e como já mencionado, o Conselheiro está presente em praticamente todas as sessões, sempre disposto a discutir o que fosse necessário, muitas vezes com ironia e provocações aos adversários, que ocasionavam a intervenção do presidente para que fosse mantido o foco no assunto em pauta.

No dia 22 de maio Zacarias de Góes afirma que o governo se constitui como uma ditadura, onde não havia sido discutida a dissolução do Gabinete e que, portanto, deveria ser adiada a votação para a questão da fixação de forças de terras⁷. Era preciso dialogar primeiro com o novo ministério e o consenso fica entorno do adiantamento. O Conselheiro pergunta ao ministro da guerra, o Barão de Muritiba, quanto a indefinição a situação desta. Este, por sua vez, se defende no que tange à lei,

7 Sobre maiores explicações acerca da lei de fixação de forças de terras, ver: BUENO, José Antônio Pimenta. São Paulo: Edição 34, 2002.

alegando que ela não era uma lei de confiança, e, portanto, poderia ser votada normalmente. Como sempre irônico, Zacarias de Góes rebate que viu no Diário do Rio de Janeiro notícias acerca da compra de cavalos e de uma locomotiva por parte do ministro e exige explicações; era preciso discutir as finanças, mas também o fim da guerra. Aqui, o senador destaca o caráter fundamental que a imprensa desempenha como propagadora das diversas vozes atuantes no cenário imperial e finaliza: “Enquanto a guerra não tiver uma solução, nossa dignidade de nação está em perigo.”⁸

Na sessão seguinte o Conselheiro pede para que seja concedido a Tipografia Nacional o direito de publicar os anais do Senado, e levanta críticas quanto as ações do duque de Caxias enquanto estava no comando da guerra, considerando sua postura muito equivocada. O Barão de São Lourenço, porém, defendendo o duque, afirma que foi Zacarias quem não havia cumprido o acordo em manter a confiança em Caxias e fornecer o apoio financeiro necessário para que fosse possível um bom desempenho. Para o Barão, o Conselheiro havia sido bajulador e desleal nas circunstâncias. Este, por vez, alega que foi concedido ao duque tudo o que precisava e que seria bom chamá-lo ao Senado para que confirmasse. Finaliza sustentando a má conduta de Caxias e que este deixou o exército em condições piores do que encontrara.

É interessante perceber como ao longo dos discursos surgem novas explicações dos personagens envolvidos tanto nas questões de 1868 como nas demais, de modo que torna possível ao fim enxergar com maior precisão o que melhor se aproxima da realidade social, transformando nossas imagens/memórias.

No dia primeiro de julho surge uma nova questão fundamental. Silveira da Mota pede que seja apresentado o Tratado (secreto) da Tríplice Aliança⁹. O ministro da marinha (Barão de Cotegipe), alega que não vê motivos para que este não se seja apresentado, mas que todos tiveram acesso ao conteúdo do Tratado. Porém, os senadores afirmam que isto não ocorreu. Zacarias de Góes rebate que só foi possível o acesso ao mesmo após a publicação deste em Londres, além disso acusa o ministro de estar fugindo da discussão e pede que seja realizado um requerimento solicitando o documento.

Esta discussão se arrasta ainda por mais alguns dias, e acaba chegando em outro ponto, na questão da responsabilidade ministerial, que esbarra no fato de Zacarias de Góes não ter indicado um sucessor ao cargo em 1868. O ministro sucinta a discussão ao dizer que o Conselheiro havia dito que

8 *Anais do Senado*, ano de 1869. Livro 01. pp. 171

9 Sobre questões relacionadas à Guerra do Paraguai, conferir: DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

a nomeação de ministros é um ato da Coroa. Segundo ele, o rei tem influência direta; ele reina e governa. Zacarias se defende afirmando que não indicou ninguém pois não havia quem pudesse cumprir o papel, deixando para que a Coroa resolvesse o problema da sucessão. Aqui, o senador atribui a situação de crise ao presidente do conselho, Visconde de Itaboraí. Ora, a culpa não poderia recair sobre a Coroa, visto que esta é inviolável. Além disso, lança sutilmente a opinião de que nem mérito o ministério tinha, visto que fora fruto da amizade e não do voto. Critica arduamente a dissolução da câmara pois de acordo com a constituição, a Coroa não poderia criar e transformar composições por conta própria. Isto seria absolutismo.

É interessante destacar que quando o Imperador decide se posicionar no conflito entre o Conselheiro e duque de Caxias, talvez não soubesse os transtornos que causaria. Ora, o problema em si não fora a queda do Gabinete. Isto por si só não se converteria num retorno conservador ao poder, e conseqüentemente as inúmeras críticas ao Poder Moderador, que por sinal já existiam¹⁰. O que de fato transforma tudo é a decisão ousada de Zacarias de Góes de não indicar um sucessor. É a escolha de um representante do partido derrotado nas urnas, sem maioria, por parte de Pedro II, que é o catalisador da crise.

Além dos questionamentos políticos, Zacarias de Góes também se mostrava atento aos demais assuntos. Na sessão do dia treze de julho, por exemplo, solicita um requerimento pedindo que o governo envie cópias das informações oficiais que tinham recebido de Pedro II, ao Rio Grande do Sul sobre as ocorrências de substituições de notas do tesouro. Para ele, explicações eram necessárias pois a situação se mostrava irregular. Dias depois, se posiciona contra a tentativa de implementação de que determinasse um mesmo exame fosse aceito nas academias de medicina, tendo em vista que a fiscalização poderia deixar a desejar, já que as das próprias instituições são mais seguras e garantem mais segurança.

Inúmeras vezes são realizadas críticas pelo fato de Zacarias de Góes ser religioso, sobretudo porque o mesmo estava sempre atento ao que todos os senadores proferiam, pronto para interromper. De fato, como relatam os autores mencionados no capítulo anterior, o Conselheiro se mostrara lúcido, extremamente culto, irônico, provocativo e até mesmo com um certo senso de humor que por certo incomodava a muitos, sobretudo a oposição. Diversas vezes, por exemplo, após diversas interrupções

10 Sobre as discussões que emergiram ao longo da década de 1860, sobretudo o posicionamento de Zacarias de Góes e Vasconcelos, conferir: BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

nas falas do Barão de Cotegipe, então ministro da marinha, Zacarias lançava que este estava “zangadinho”.

Outro ponto interessante é o de que o Conselheiro acreditava que determinados assuntos deveriam ser resolvidos em detrimento de outros que considerava menos importantes. Ou melhor dizendo, se empenhava para que fossem votados projetos em que o partido Conservador estaria tentando atrasar para que fosse prevalecido aquilo que queriam. Um exemplo é o de que nos meses de setembro em diante ele insiste que era preciso votar a questão de forças de terras do que as despesas da fazenda. Como veremos, este tipo de posicionamento de Zacarias de Góes se repete outras vezes.

O ano de 1870 se inicia, e com ele novos desafios, sobretudo no aspecto financeiro e social. Findada a guerra do Paraguai era preciso resolver a crise financeira e retomar as discussões acerca de uma solução para a questão do elemento servil. Como já mencionamos, este assunto foi postergado para ser resolvido após o fim da guerra.

No início do mês de junho, Zacarias de Góes retoma a discussão sobre quem deveria ser o responsável pela publicação dos anais. Para ele, a Tipografia Nacional deveria ser encarregada do serviço, votando contra a proposta realizada pelo Diário do Rio de Janeiro, pois representaria um aumento significativo de preço. Para o Conselheiro, até que fosse possível a Tipografia assumir, o Jornal do Comércio ou o Diário Oficial deveria exercer a função. Nesse sentido, entretanto, Zacarias é acusado de escolher jornais partidários favoráveis aos seus interesses.

Uma fala especial do Conselheiro também em junho de 1870 nos chama atenção pois afirma que é preciso acabar com a propriedade humana, é necessário o fim da escravidão. De certa forma, podemos considerar que foi um caso isolado pois Zacarias não estava discutindo essa questão e tampouco os demais senadores. Entretanto, vale ressaltar, em 1870 ele já expunha claramente sua opinião acerca da escravidão e de que esta era o principal fator para o atraso econômico do país; deixando claro que esta era seu posicionamento e de todo o Partido Liberal.

No mesmo mês, novamente o conflito do duque de Caxias ressurge. Desta vez, Zacarias de Góes fora acusado de realizar apologia ao militar. Esclarece que de fato havia proferido alguns comentários positivos referentes ao período em que o duque desempenhou um bom andamento no comando das tropas. Entretanto, condenava sua lentidão e sua súbita retirada da guerra. Afirma que mesmo antes do acordo entre ambos, eles nunca haviam sido amigos; ao contrário, praticamente não se falavam. Mas naquele momento o Gabinete acreditava que Caxias poderia colocar fim na guerra e que todas as exigências realizadas pelo militar foram cumpridas. Porém, Zacarias de Góes acreditava

que o duque tinha agido de má-fé ao se ausentar da guerra, como se a mesma tivesse acabado. A defesa de Caxias se dá, entretanto, na prerrogativa de que o acordo tinha sido descumprido e ele não possuía mais a confiança do Gabinete, o que foi demonstrado pelas diversas críticas ao seu comando.

No dia 27 de julho de 1870, após ser indicado para o Conselho de Estado, Zacarias recusa o cargo alegando que nenhum conservador o colocaria no poder. Destacamos aqui que como ele, outros também recusaram como demonstra Maria Fernanda em sua tese de doutorado, não sendo uma atitude isolada. Acreditamos essa indicação demonstra que o Imperador não havia rompido com o Conselheiro, ou pelo menos não até sua recusa, que representa dali em diante um claro afastamento em relação a Coroa, partindo do próprio Zacarias, e não o contrário.

No mês de agosto, Zacarias de Góes retoma às críticas que havia proferido em relação ao fato de que o governo não estaria votando determinados projetos de má-fé. Isto porque é votada a alteração nos horários das sessões, para que se iniciassem mais cedo, sendo possível um melhor aproveitamento do tempo. O Conselheiro, entretanto, afirma que o problema não era o horário e sim a forma como estava sendo conduzidas as sessões. Apesar desta crítica, o horário é alterado.

O ano de 1871 se inicia e junto dele a necessidade do governo se posicionar em relação ao fim, ou no mínimo uma alternativa para a questão da escravidão. Na verdade, a discussão do projeto formulado pelo Conselho de Estado se estende por praticamente o ano todo, chegando no Senado apenas em setembro. Nesse meio tempo, surgiram alguns questionamentos. O presidente do Conselho já era o Visconde do Rio Branco, que deveria ser capaz de conseguir a aprovação do projeto.

Assim como Zacarias de Góes, outros senadores acreditavam que a comissão na Câmara demorou muito para aprovar o projeto, de modo que comprometeu a discussão e possíveis alterações no mesmo. Isto porque caso algum senador propusesse alguma emenda, o projeto deveria retornar para a Câmara, e não haveria nenhuma resposta, portanto, ainda no ano de 1871. O problema é que o assunto era urgente e ninguém conseguiria barrar o projeto àquela altura.

No dia quatro de setembro é aberta a discussão no Senado. Zacarias de Góes reivindica o direito de ser o primeiro a manifestar opiniões pois a iniciativa teria partido de seu Gabinete. Nesse discurso, muito eloquente, o Conselheiro historiciza todo o processo que culminaria no projeto de lei. Vejamos.

De acordo com ele, a proposta tinha sido levantada em 1866 com a carta da Junta Francesa, que pedia ao Imperador a abolição da escravidão. Este se manifesta favorável a causa alegando que era apenas uma questão de forma e de oportunidade para que pudesse cessar a escravidão no país. No

ano de 1867, o elemento servil aparece na fala do trono como algo que precisa ser discutido e resolvido. Isto nada mais era do que uma consequência do fim do tráfico em 1850, pois estaria esgotando uma das fontes da escravidão. Acrescenta-se a isto a pressão internacional, sobretudo com o a abolição nos Estados Unidos, que havia acabado cerca de uma década antes. Era, pois, necessário estancar a outra fonte da escravidão: o ventre da mulher escrava, o câncer do Brasil.

Em 1867, segundo Zacarias de Góes, o Gabinete chefiado pelo mesmo envia uma carta para o Conselho de Estado, pedindo uma resolução para o problema da escravidão e o seguinte questionamento: se era conveniente abolir de imediato a escravidão e quando e como isso deveria ocorrer? Logo é formada uma comissão responsável pelo assunto no Conselho. Zacarias denuncia que quando a redação final ficou pronta, o seu Gabinete havia caído e o seguinte fechou os olhos para a questão.

Para o Conselheiro, Visconde do Rio Branco estava demonstrando que desejava aprovar a lei rapidamente, não concedendo oportunidade ao Senado de se manifestar como deveria. Zacarias defende que o Ventre Livre era uma proposta Liberal e não do partido Conservador. Ou seja, ele reivindica na história o mérito da lei para o seu Gabinete e para o partido Liberal. De fato, como observamos nos autores acima mencionados, essa memória prevalece presente. Visconde do Rio Branco aparece com o mérito de ter conseguido a aprovação apenas.

No que tange às críticas realizadas ao projeto, o Conselheiro não destaca nada que pudéssemos considerar como relevante, como verificamos em outros senadores. Ele apenas encontra elementos que podem ser estruturados em críticas para justificar seu voto contrário ao projeto. Voto este político, que representa uma negação para o partido Conservador e para a forma como estava sendo conduzida a discussão. De forma alguma Zacarias se manifesta contra o ventre livre, ao contrário, como já mencionado, defende a abolição. É interessante destacar aqui que Sidney Chalhoub (CHALHOUB, 1990: 191), ao analisar processos de escravos, encontra um onde Zacarias de Góes estava advogando a favor de escravos. Isto é interessante porque já demonstra porque o autor considera que a lei pode ser considerada como “conquista” de alguns direitos para os escravos. A lei passa a garantir ao escravo o direito da abolição por indenização. Antes, porém, muitas vezes o escravo possuía até mesmo o valor equivalente a sua alforria mas era preciso entrar na justiça para consegui-la e o resultado poderia não ser favorável. É num destes casos que Sidney Chalhoub encontra o Conselheiro defendendo escravos, demonstrando claramente seu posicionamento.

De modo geral, podemos afirmar que as críticas de Zacarias para justificar seu voto contrário dizem respeito de que o nascido só ficaria com a mãe até os oito anos de idade, sendo isto moral pois ainda seria uma criança. A idade deveria ser de doze anos, a família deve ser preservada. Além disto, que a lei não previa que era obrigação do senhor cuidar da criança de forma clara, podendo ocorrer abandonos e que a Coroa não tinha condições de arcar economicamente com a proposta, visto que nem recursos para a proposta foram lançados pelo ministério. É preciso que o governo tenha um aparato necessário para que a criança seja acolhida.

Rio Branco se defende alegando que o Conselheiro não havia apresentado nenhuma ideia prática e tenta fazer com que o mesmo assumisse se era ou não contra o projeto apresentado pelo Conselho de Estado sem alterações, pois a Câmara havia alterado. Caso conseguisse uma resposta positiva, o visconde deixaria claro para todos que Zacarias estava colocando questões partidárias a frente de uma reforma tão importante, como a do Ventre Livre. Porém, o Conselheiro não lhe concede esta afirmação, apesar de ficar subentendido.

Além disso, Rio Branco provoca que Zacarias de Góes poderia apresentar uma emenda, caso estivesse descontente. Porém sabia que mesmo proposta a emenda ao Senado, não haveria votos suficientes, pois, todos sabiam que era um momento importante da história do País; onde ninguém almejava ter o nome atrelado a negação da proposta de libertar os ventres. A questão era transcendente divergências partidárias, era de interesse da nação.

De modo generalizado, é possível afirmar que todos os senadores que se pronunciaram demonstraram hostilidade em relação a postura empreendida por Zacarias de Góes em relação ao voto contrário. No que tange à falsa urgência da aprovação do projeto, entretanto, muitos concordaram. Rio Branco não conseguiria aprovar novamente a lei caso retornasse para a Câmara¹¹.

Entretanto prevalece a noção de que apesar das imperfeições e da forma como estava ocorrendo, era preciso tomar uma atitude imediata em relação ao problema do elemento servil. Nenhuma criança poderia mais nascer escrava. Após isto, seria possível realizar mudanças para que a lei fosse mais adequada.

Os discursos dos senadores são muito poéticos e eloquentes do ponto de vista do que poderíamos considerar hoje como direitos humanos. O mais bonito talvez seja o de Salles Torres Homem, pois alega que a revolução moral que colocou fim ao tráfico é a mesma que findaria a

11 Sobre esta questão conferir: FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo: FFLCH/USP, 2012.

escravidão e que sobretudo existia um sentimento comum a todos contra a mesma. Criticando o Conselheiro, afirma que eram inúmeras vidas reduzidas à máquinas que estavam em questão, e não somente o que o governo desejava ou não.

Dessa forma, Zacarias de Góes se inscreve na história como alguém que colocou interesses pessoais à frente dos interesses da nação, embora seja possível compreender sua atitude. Até aqui, o Conselheiro se mostrou, de fato, a historiografia acima mencionada o retrata; exceto por um fator: o de que ele estava atuando diretamente nas decisões que se apresentavam ao Senado, exercendo sua influência através de suas falas. E sobretudo, sendo um tormento constante para a oposição na figura do partido Conservador.

FONTES:

Anais do Senado, 1869-1877.

PEREIRA, Albino dos Santos. Dr. Albino dos Santos Pereira: **Typos Politicos: II o Conselheiro Zacarias**. Rio de Janeiro: E. Dupont, Edietor, 1871. Brazilian and Portuguese History and Culture

Jornal do Commercio (1869-1877)

Diário do Rio de Janeiro (1869-1877)

A Reforma (1877)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BARBOSA, Silvana Mota. *A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial*. Tese de Doutorado, Campinas: IFCH-Unicamp, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem e Teatro de sombras* (4a ed.), Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Liberalismo, radicalismo e republicanismo nos anos sessenta do século dezenove*. Working Paper, Centre for Brazilian Studies, Oxford, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *VISÕES DA LIBERDADE, UMA HISTÓRIA DAS ÚLTIMAS DÉCADAS DA ESCRAVIDÃO NA CORTE*. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

FERRAZ, Paula Ribeiro. *O gabinete da conciliação: atores, ideias e discursos (1848-1857)*. Dissertação de mestrado. Juiz de Fora, UFJF, 2013.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. *O Império revisitado. Instabilidade ministerial, Câmara dos Deputados e Poder Moderador (1840-1889)*. Tese de Doutorado em Ciência Política, São Paulo: FFLCH/USP, 2012

DORATIOTO, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República* (2a ed.), São Paulo: Difel, 1977 (Col. História Geral da Civilização Brasileira, t. II, v. 5).

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *Tradições coloniais, aspirações imperiais: redes de poder, estratégias e ascensão política de elites no Rio de Janeiro (1750-1820)*. In: BARATA, Alexandre Mansur; MARTINS, Maria Fernanda Vieira; BARBOSA, Silvana Mota (organizadores). *Dos poderes do Império: culturas políticas, redes sociais e relações de poder no Brasil do século XIX*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro, 2005. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mimeo.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 1987.

NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. *O Poder Moderador no Segundo Reinado – mediações entre fontes e historiografia*. Artigo originalmente apresentado na mesa redonda do GT de Política da ANPUH realizada em setembro de 2002, no campus da UNESP/ Franca, durante o XVI Encontro Regional do núcleo São Paulo.

_____. *Herdeiros e vítimas da ‘conciliação’: política e história em Joaquim Nabuco*. In: Estudos Avançados, 23 (26), 2009. pp.236

PIMENTA BUENO, José Antônio. *Marquês de São Vicente*. Organização e introdução de Eduardo Kugelmas, São Paulo: Ed. 34, 2002

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

AS MEMÓRIAS EM TORNO DE MAGALHÃES PINTO A PARTIR DA BIOGRAFIA “MAGALHÃES: NAVEGANDO CONTRA O VENTO” – UMA BREVE ANÁLISE

Esther Itaborahy Costa¹

Resumo:

O objetivo aqui é discutir as memórias em torno do personagem a partir de entrevistas e depoimentos feitos pelos autores da biografia ‘Magalhães Pinto: Navegando contra o vento’. Bancário, banqueiro e político, Magalhães surgiu no cenário mineiro em 1943 com a assinatura do Manifesto dos Mineiros contra o governo de Getúlio Vargas. A partir daí, segundo os depoentes, foi exonerado do cargo de diretor do Banco da Lavoura pelo presidente e teve a ideia de criar seu próprio banco – o Banco Nacional de Minas Gerais em 1944. Para seus biógrafos, nasceu para ser político e por isso não mediu esforços para conquistar o que mais almejava, ser Presidente da República.

Palavras-chave: Magalhães Pinto; memória; biografia.

THE MEMORIES AROUND MAGALHÃES PINTO FROM THE BIOGRAPHY “MAGALHÃES: NAVEGANDO CONTRA O VENTO” - A BRIEF ANALYSIS

Abstract:

The purpose here is to discuss the memories around the character from interviews and testimonies made by the authors of the biography 'Magalhães Pinto: Sailing against the wind'. Banking, banker and politician, Magalhães appeared in the mining scene in 1943 with the signing of the Manifesto dos Mineiros against the government of Getúlio Vargas. From then on, according to the deponents, he was exonerated from the position of director of the Bank of Lavoura by the president and had the idea to create his own bank - the National Bank of Minas Gerais in 1944. For his biographers, he was born to be political and therefore he didn't stop until he conquers his principal aim, to be President.

Keywords: Magalhães Pinto; memory; biography.

¹ Mestre e Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES/DS. esther.icosta@yahoo.com.br

Magalhães Pinto: uma síntese de sua trajetória política:

Nascido em Santo Antônio do Monte em 1909, nosso personagem é filho do Coronel José Caetano Magalhães Pinto e D. Maria José Magalhães Pinto, ambos de família importante de Dolores do Indaiá. Aos 13 anos muda-se para Juiz de Fora e ingressa na Academia de Comércio matriculando-se no curso de Comercial livre, onde se forma em 1923. Ingressa no curso superior de ciências comerciais no Instituto Comercial Mineiro, hoje Colégio Machado Sobrinho, ainda em Juiz de Fora e se forma em novembro de 1925. Em 1926 é aprovado no concurso do Banco Hipotecário e Agrícola como bancário. Assim descreve Otto Lara Resende

O Dr. Magalhães começou a balançar a rede do destino no dia 28 de junho de 1909, na cidade de Santo Antônio do Monte, interiorzão de Minas Gerais. Seu pai, José Caetano Magalhães Pinto era um pequeno negociante de cereais na zona do Alto São Francisco e com ele, naquele lugar afastado dos confortos, o menino José aprendeu desde cedo as dificuldades da vida. Aos oito anos Juquinha Pinto já ajudava o pai, Juca Pinto, separando sacos de cereais, servindo de menino de recados, descobrindo como se pesava a mercadoria que iria ser negociada fora das fronteiras de Minas, que ele, o menino Juquinha, sonhava vencer também (RESENDE, Otto. Revista Homem Vogue Brasil: 1977, 44).

Segundo Roberto Drummond, após ser demitido do Banco da Lavoura, Magalhães não recua e passa a desenvolver a ideia de ter seu próprio banco e em 1944 funda o Banco Nacional de Minas Gerais (DRUMMOND, 1994: 145). Segundo seu filho Eduardo Magalhães Pinto, o *Manifesto dos Mineiros* possibilita a Magalhães a fundação do Nacional:

O Banco Nacional foi resultado do ‘Manifesto dos Mineiros’. Papai foi obrigado a sair do Lavoura e vários companheiros de trabalho resolveram acompanhá-lo nessa saída em solidariedade. Diante disso, ele resolveu fundar um banco [...] e a empreitada teve muito sucesso, tanto que em poucos dias papai conseguiu subscrever o total de capital, que era de 60 contos. Ele teve assim muita facilidade para fundar o banco e essa facilidade decorre do fato de que no contato diário com os clientes ele havia feito sólidas amizades (RESENDE, Otto, *Op. Cit.*: 45).

Contudo, é no mundo político que Magalhães ganha destaque nacional. Em 1946 é eleito constituinte federal pela UDN – partido que sempre esteve ligado e que sairá somente em 1965 com a outorga do AI-2. Magalhães não era um homem de fortuna, mas após o *Manifesto dos Mineiros*, não mais abandonou a política, nem suas funções empresariais (DULCI, 1999: 163).

Participante ativo da campanha pela redemocratização e da organização da UDN, elegeu-se deputado federal constituinte em 1946. Na câmara fez parte da Comissão de Finanças e apresentou dois grandes projetos de lei para a economia mineira: o da valorização da Companhia Vale do Rio Doce e o da construção do oleoduto Rio-Belo Horizonte. Com a vitória de Milton Campos para o governo do estado em 1947 é convidado para ser secretário de Finanças, licenciando-se do primeiro mandato parlamentar (MONTEIRO, 1994: 546).

Como secretário de Finanças Magalhães revisou todo o sistema tributário mineiro, buscando atender às principais demandas das classes produtoras, quais sejam a fixação e cobrança rígidas e equânimes de impostos. De um lado, era necessário o investimento no setor de infraestrutura – produção de energia e melhoria da rede viária – e aumento da capacidade de crédito agrícola e pessoal dos bancos estaduais. Do outro era mister assegurar que o sistema tributário não afetasse os produtores rurais e nem a burguesia emergente. Assim imperava o liberalismo clássico: os impostos deviam ser mínimos, mas o serviço de cobrança e fiscalização devia ser eficaz.

Como governador buscou aumentar a eficiência dos órgãos governamentais a partir de um rigoroso planejamento para aplicar os recursos. Com a criação do Conselho de Desenvolvimento de Minas Gerais, Codemig, cujo principal objetivo era promover estudos sobre a economia mineira para estimular e racionalizar investimentos públicos e privados, Magalhães apoia a criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, BDMG, para garantir financiamento a médio e longo prazos para empreendimentos modernizantes. Monteiro define que a política econômica de Magalhães Pinto pressupunha o fortalecimento tanto da mentalidade de planejamento público como de sistema financeiro estadual.

Ainda como governador passa a conspirar com grupos nacionais e apoio americano. Segundo Carlos Fico existe farta documentação sobre a campanha de desestabilização do governo de João Goulart já em 1961, mas não existem evidências que comprovem que todos os envolvidos, desde o início, planejavam sua derrubada. É certo que queriam enfraquecê-lo visando as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965 (FICO, 2014: 32). Já o papel americano na tentativa de desestabilização veio por meio de apoio financeiro: US\$5 milhões teriam sido liberados pelos Estados Unidos para os governadores que fizessem oposição a Goulart. E nesta ‘negociação’ estava Magalhães Pinto, governador da ‘ilha de sanidade administrativa’ mais ativa na conspiração contra Jango, que viria em 1964 a ser um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março.

Magalhães Pinto, apesar de fazer oposição a Goulart, era a favor do presidencialismo por considerar que somente com um executivo forte seria capaz de viabilizar as reformas de base propostas por João Goulart. Segundo Dulci, o Banco Nacional, chefiado por Magalhães foi o maior financiador da campanha do plebiscito (DULCI: 1986, 186). Vale ressaltar que, todos os aspirantes à presidência nas eleições de 1965 – Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros – eram favoráveis à restauração dos poderes de Jango o mais rápido possível.

Segundo Fico há fortes indícios de que Magalhães se comprometeu a agir de acordo com os interesses americanos. O primeiro diz respeito ao fato de que o governo dos EUA supunha, desde 1963, que se caso ocorresse a derrubada de João Goulart, um grande estado brasileiro deveria assumir um 'governo alternativo provisório', que lhe permitiria apoiar a queda de Jango com alguma constitucionalidade, caso que não era desconhecido do direito internacional, sobretudo quando um governo dito tirânico está sendo combatido internamente. Apesar de este não ser o caso, era exatamente o que os americanos necessitavam para derrubar Goulart (FICO: *Op cit*, 70). Outro indício nos remete à movimentação das tropas saídas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Apesar da deflagração do golpe não ter dependido do apoio americano e ter sido tomado por iniciativa própria, é notável que os EUA tinha interesses em apoiar os golpistas. Magalhães, neste sentido, foi central para confirmar a influência comunista em torno de Goulart e consolidar o apoio americano a um eventual governo alternativo. Em seu manifesto dizia

Contra isso brada a formação do povo mineiro, que tem como seu ponto mais alto o amor à liberdade. Nossa atitude, neste momento histórico, não representa senão o dever de nos inclinar aos imperativos dessa vocação. E Minas se empenhará com todas as suas forças e todas as energias de seu povo para a restauração da ordem constitucional comprometida nesta hora (*Idem*, 72).

Magalhães é defensor da 'revolução' e da prorrogação do mandato de Castelo Branco, pois temia que, se as eleições fossem realizadas em 1965, Lacerda seria o candidato da UDN para a presidência. Com a edição do AI-2 e o fim do pluripartidarismo, transfere-se para a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e apoia a eleição de Costa e Silva para a presidência. Vence as eleições de 1966 para deputado federal e em 1967 é convidado para ser ministro das Relações Exteriores. Segundo Drummond, Magalhães defendia a 'diplomacia para a prosperidade', ou seja, intensificou a abertura de novos mercados para atrair recursos ao desenvolvimento interno visando ampliar seu espaço no mercado internacional (DRUMMOND, 1994: 171)

Em 1968 é um dos signatários do AI-5 e afirma que este ‘é produto de um equívoco’, ao mesmo tempo em que justifica sua posição favorável ao ato

[Costa e Silva] não conseguiu superar as contradições que viriam a explodir, num espasmo de violência na decretação do AI-5, produto de um equívoco. A minha formação política me levaria, naquela hora, à ruptura com a situação que se renunciava. Porém, mais uma cisão no esquema revolucionário seria fatal. Prefери aceitar o compromisso do Costa e Silva de que o ato autoritário teria vigência por seis ou oito meses (*Idem*, 173).

Ainda como ministro, tem papel de destaque nas negociações em torno da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick e com a eleição de Médici retorna às funções de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, bem como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Em 1970 é eleito senador e em 1975 é eleito por unanimidade para a presidência do Senado, conferindo-lhe a presidência do Congresso Nacional. Para o líder do MDB, Franco Montoro, a passagem de Magalhães Pinto pelo Senado coincidiu com a afirmação da Câmara Alta na política brasileira ao mesmo tempo em que surgia como o ponto de união entre diferentes tendências. Em 1978 lança-se como candidato civil à presidência da república. É apoiado por setores da Arena e do MDB que veem nele o candidato da ‘conciliação nacional’, contudo, durante dois anos fez campanhas em torno da candidatura chegando a afirmar que a revolução de 64 foi feita para assegurar que as instituições absorvessem as mudanças sociais sem provocar a ruptura da ordem, ou seja, estava buscando recolocar os princípios da democracia representativa que almejou em 64 e em outubro 1978 vê Figueiredo ser eleito pelo Congresso Nacional.

Com a derrota, concorre novamente como deputado federal e é eleito como o mais votado em Minas. Em fins de agosto de 1981 propõe extinguir os partidos políticos e recriar a UDN. Em 1982, agora pelo PDS, é eleito para seu último mandato eletivo como deputado federal, sendo o 12º mais votado no estado. Em 1984 lança campanha em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente e vota em Tancredo Neves que é eleito presidente da República. Sofre um derrame e deixa a Câmara. Falece em seis de março de 1996.

Biografia e Memória:

Vários são os estudos sobre o surgimento do uso da biografia na História. Peter Burke, ao se deparar com tal questão afirma que, o uso do termo remete-se à Grécia Antiga e à ideia de ‘escrever vidas’ – tanto no âmbito privado quanto no público - utilizada pelos europeus a partir do século XVII (BURKE, 1997:7). Contudo, Arnaldo Momigliano afirma que o surgimento do termo biografia remete-se à Pérsia a partir das inscrições que o rei Dario teria feito de si a fim de se glorificar perante os deuses. Para o autor, a historiografia grega foi influenciada pela historiografia persa no tocante aos usos dos documentos e das autobiografias (MOMIGLIANO, 2004: 34).

No século XIX a escrita de biografias sobre os grandes homens eram aceitas já que, segundo Leopold Von Ranke, para ser interessante a biografia deveria narrar a existência individual de alguém que tivesse atingido uma existência universal e que, segundo Thomas Carlyle, encarnassem o pensamento universal (LORIGA: 1998: 233-237). Assim, lançamos o questionamento: o que vem a ser o gênero biográfico?

Pierre Bourdieu, em *A ilusão biográfica*, afirma que a noção do senso comum sobre o que seria uma biografia adentrou o mundo científico e pode ser entendida como “[...] o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (FERREIRA: 205:183). Neste sentido, entende-se que uma história de vida acontece de forma linear onde o indivíduo nasce, cresce, se desenvolve e morre, e toda sua existência se resume a acontecimentos organizados de forma cronológica, ou seja, sua história seria uma reunião de eventos estáveis onde seu fim seria predestinado. Para Bourdieu, essa seria a *ilusão biográfica*.

Embora essa fórmula coerente de relato da biografia tenha possibilitado que a estrutura narrativa de se escrever história voltasse à baila no campo da historiografia, de maneira semelhante à estrutura oriunda da tradição literária, mantém, no entanto, para com esta, algumas diferenças básicas, tais como: a proibição da utilização do recurso à ficção por questões metodológicas e a busca de trazer à tona toda a complexidade tanto do sujeito quanto de seu contexto, assim como suas contradições (PIMENTA: 2016).

No campo historiográfico a crítica documental é a grande arma de trabalho. É através dela que, especificamente quando se trabalha com o gênero biográfico, somos capazes de criar uma razoável verdade histórica onde a realidade é fragmentada e permeada de contradições. Para Giovanni Levi, a realidade não tem estabilidade. A liberdade individual se dá devido a uma correlação desigual de forças que, por serem instáveis e contraditórias, geram desequilíbrios e permitem a ação do sujeito (BOUDIEU, 2005).

Caminhando neste sentido, Bourdieu enfatiza a necessidade de contextualizar o sujeito para que se compreenda essa realidade trabalhada por Levi. Segundo o autor, ao se fazer uma história de vida é necessário levar em consideração todos os elementos sociais que agem sobre o indivíduo nos diversos campos sociais que está inserido. Assim, afirma que o sujeito não é passível de ser analisado de forma coerente, pois apresenta diversas formas de atuação nos diferentes campos, que também são mutáveis (BOURDIEU, *Op. Cit.*).

Contudo, Bourdieu afirma que a única constância da vida é o nome, pois é através dele que se cria uma “identidade social constante e durável” (BOURDIEU, *Op. Cit.*: 186), ou seja, para o autor, a vida não pode ser vista como uma sucessão de acontecimentos lineares vinculados somente ao indivíduo. As ações individuais devem ser analisadas para que se represente as múltiplas possibilidades de ação nos diferentes campos sociais. Para Maria Lúcia Paschoal Guimarães, o gênero biográfico devolve o lado humano da história ao se atentar para o indivíduo.

[...] A biografia assume assim uma função a meio caminho entre o particular e o coletivo, configurando-se como um exercício adequado para identificar uma figura num determinado meio, analisar as relações entre a intenção pessoal e forças convergentes ou concorrentes, ou ainda dar um balanço entre o herdado e o adquirido (LEVILLAN, 2003:165).

Já François Dosse em seu livro “O Biográfico: perspectiva interdisciplinares” define o gênero biográfico como sendo

Gênero híbrido, a biografia se situa em tensão constante entre a vontade de reproduzir um vivido real passado, segundo as regras de *mimesis*, e o polo imaginativo do biógrafo, que deve refazer um universo perdido segundo sua intuição e talento de criador. Essa tensão não é, decerto, exclusiva da biografia, pois a encontramos no historiador empenhado em fazer história, mas é guindada ao paroxismo no gênero biográfico, que depende ao mesmo tempo da dimensão histórica e da dimensão ficcional (DOSSE, 2009: 55).

Para corroborar essa definição, Dosse cita as análises de Paul Ricouer sobre ficção e o trabalho biográfico. Para Ricouer é inevitável lançar mão da ficção ao escrever uma biografia, já que “não se pode restituir a riqueza e a complexidade da vida real” já que esta está sempre entre a memória e o esquecimento (DOSSE, *Ibidem*), ou seja, esquecimento é uma condição para a constituição da memória.

a memória [...], como todo exercício de lembrança, procede a escolhas a partir de um jogo complexo em que o lembrar supõe necessariamente o esquecer. O esquecer entendido não como ato de 'falta de lembrança' mas como procedimento que se inscreve em toda cultura histórica (GUIMARÃES, 2003: 10).

Neste sentido, pensamos a memória como a ação de registrar uma vida e que pressupõe uma escolha entre o que será fixado e o que será esquecido. Desde a Antiguidade as biografias são usadas como forma de “salvar” a memória dos indivíduos, em especial dos *grandes homens* (chefes políticos e militares). As biografias antigas serviam de modelo de conduta, daí serem usadas como exemplos e recurso pedagógico.

Para Wilton Silva a relação entre biografia e memória está em

[...] enquanto relato [a biografia] é o resultado de memórias (ou mesmo esquecimentos) coletivos, individuais e sociais, constantemente negociadas e processadas, com vínculos com mitos, saberes, fazeres e tradições que se corporificam a partir de relações particulares com o tempo e o espaço, que não são simplesmente atos de resgate, mas de reconstrução do passado a partir de referenciais atuais (SILVA, 2011: 3-4)

Assim, concordamos com Andréa Faria quando esta afirma que “problematizar a biografia é pensar, ao mesmo tempo, a cultura histórica e também a cultura política, num duplo processo de entender as escolhas tanto de biógrafos quanto dos que são biografados e dos contextos nos quais estes se inserem” (FARIA, 2011: 1).

E é neste sentido que apresentaremos as memórias construídas em torno do nosso personagem José de Magalhães Pinto por aqueles que fizeram parte de suas redes de relações – aliados e opositores - ao longo dos 39 anos de carreira política buscando compreender um personagem que esteve ligado diretamente aos eventos mais importantes da República a partir de 1930, em especial o Golpe Civil Militar de 1964.

Uma breve análise das memórias da biografia “Magalhães: Navegando contra o vento”:

Para seus biógrafos, nasceu para ser político e por isso não mediu esforços para conquistar o que mais almejava, ser presidente da república.

Quis ser político, empresário, mudar e discordar. Queria ir longe. Muito longe. Queria ser político, deputado, governador. Sonhava ser presidente da república,

governar, ousar, teve gosto pela política, gosto pela decisão, gosto pelo poder. Foi quase tudo, sempre ia mais longe quando chegava ao ponto marcado. Não achou nada pronto, teve de abrir espaços, teve de aprender que o atalho não é o melhor caminho. Se fosse, não haveria estradas. Sem desprezar o atalho sempre escolheu a estrada (DRUMMOND: *Op cit*, 116).

Assim, a biografia editada pela CEMIG (fundada pelo então governador de MG, Magalhães Pinto) busca apresentar a trajetória

[...] do menino pobre conhecido como Juquinha, que fez de sua vida um Conto de Fadas verdadeiro: tornou-se banqueiro e político, chegou a governador de Minas e ganhou o título de general civil de uma revolução que mudou o destino do Brasil. Seu nome: José de Magalhães Pinto, várias vezes deputado, senador e ministro.

Para tanto, lança mão da ficção, assim como de fatos históricos e memórias em torno do personagem título. Ao longo da leitura, fica clara a forma como o texto é construído e qual a sua intenção: enaltecer o ‘menino pobre’ que queria ser presidente e ‘heroicizar’ o derrotado duas vezes candidato à Presidência da República.

As memórias narradas por homens que estiveram ao lado de Magalhães ao longo de sua trajetória nos confirmam a supracitada afirmação. Assim, apresentaremos excertos das falas dos mesmos enfocando dois pontos: quem foi Magalhães e como ele agiu durante a “Revolução de 1964”.

Para José Monteiro de Castro (1909-1994) - articulador civil do Golpe de 1964 e Secretário de Finanças de MG em 1963 – o governador Magalhães

[...] desde cedo, se revelou como um homem de muito boa projeção e de boa dimensão no que fazia. Ainda jovem, foi presidente da Associação Comercial. Foi muito jovem em tudo que fez. Por exemplo, diretor do Banco da Lavoura com uma idade que, naquela época, parecia inadmissível [...] obteve tudo e muito pelo que realmente foi; pelas suas qualidades e pelas suas virtudes, pois não teve uma origem que significasse uma base de vida com a qual pudesse jogar, que servisse de trampolim. Foi uma conquista bastante pessoal pelas suas qualidades (*Idem*, 193).

Assim como Castro, Miguel Augusto Gonçalves de Souza (1926-2010) – advogado particular e Secretário da Fazenda de MG em 1964 - enaltece as qualidades do nosso personagem

São as coisas esclarecedoras que falam de um político honesto e sério como poucos e que sabia ser simples sem ser considerado esperto ou fingido. Sabia usar a simplicidade [...] esses homem simples e lúcido, porém, era forte e persistente. O ex-deputado Paulo Pinheiro Chagas conta em livro de memórias que foi visitar

Magalhães depois que ele, tendo assinado o Manifesto dos Mineiros, perdeu o cargo de diretor do Banco da Lavoura, o maior banco daquele tempo [...] e ouviu dele ‘Não nasci para ser banqueiro, eu nasci para ser Presidente da República. Não me incomodo com isso’ (*Op cit*, 230).

Já o ex governador Aureliano Chaves (1929-2003) apresenta o Magalhães político. Para ele

Magalhães era honrado e austero, embora também fosse pragmático, tanto que reverteu em 1960, totalmente, uma tendência política, quase uma certeza, derrotando um candidato dado por vitorioso e se elegendendo governador de Minas. Outra coisa, Magalhães sabia decidir diante das incertezas [...] (*Op cit*, 252)

E mais

[...] ele nunca foi politicamente exacerbado, não convivia com a paixão ideológica. Posso também garantir, antes de ser um banqueiro, era de fato um político no sentido do gosto pela convivência humana, um profundo sentimento público [...] a vontade de fazer muito está ligada ao sentimento da inconformidade. O Magalhães era um inconformado, possuía idéias bastante definidas do social [...] (*Op cit*, 253)

Magalhães Pinto, líder civil do Golpe Militar de 1964 é apresentado pelos depoentes como o ‘herói’ da Revolução que salvou o Brasil. Para Castro

A revolução de 64 é exclusivamente mineira. *Se pudesse aumentar um pouco essa interpretação, eu diria que ela foi do Magalhães.* Eu acho que o Magalhães foi o único homem que, no ante-preparo da revolução, em nenhum momento teve queda de ânimo em relação à necessidade de deflagrá-la. Ele manteve uma energia, uma confiança e uma esperança na revolução extraordinária. As advertências dos moderados, dos clássicos, dos lógicos, dos prudentes, eram desprezadas pelo *Magalhães, que tinha a crença e era nutrido pela convicção de que era seu dever fazer a revolução* (*Op cit*, 195-196).

E continua

O Magalhães achava que o Jango estava levando o País para o caos, tinha essa convicção. A quebra da hierarquia, uma porção de coisas feria o Magalhães no que aceitava por conceituação da vida e de sentimento de responsabilidade [...] [tinha receio] de que Jango não detivesse uma esquerda violenta que estava prestes a explodir, pois Jango estimulava a formação de comandos paralelos na Marinha; no Exército e tudo aquilo assustava o Magalhães, que de qualquer maneira era um homem clássico. Portanto, isto deveria levá-lo a ser, em tese, anti-revolucionário, mas o levou a ser o mais firme revolucionário (*Op cit*, 198).

Assim como Castro, Pacheco corrobora a afirmativa de que Jango não tinha mais condições de governar

Com a restauração do presidencialismo, cresceram os ímpetos de Jango no sentido da *república sindicalista*, *bem como os movimentos esquerdistas*, inclusive entre os sargentos, com quebra na disciplina e da hierarquia, fatos estes que precipitaram o movimento revolucionário de 31 de março de 1964, iniciado em Minas Gerais, com o apoio ostensivo do governador Magalhães Pinto, que lançou manifesto à Nação e comandou a Polícia Militar de Minas Gerais em ações decisivas (*Op cit*, 246).

Assim como Aureliano Chaves

Ainda acho bom lembrar um costume muito nosso de cantar a ladainha sem saber qual o santo. Naqueles tempos havia, por exemplo, a titulação modista, a ladainha da chamada reforma de base. Era porém difícil ouvir um discurso e o sujeito dizer também quais seriam e como seriam as reformas, o que se pretendia com isto, e aí a coisa pegava e sempre pegará quando a idéia não é uniforme ou então não se consegue saber como viabilizar as situações [...] Carlos Lacerda, fantástico na sua capacidade de criar fatos e de viver de fatos, talento incomum. Havia verdades e meias verdades, como a Carta Brandi, envolvendo o presidente Goulart, que agitou o País e a imprensa para depois ser provado que ela era falsa, não havia essa propalação de um plano bem organizado para peronizar o Brasil (*Op cit*, 254).

A partir de tais excertos é possível confirmar a afirmativa de Carlos Fico - já citada - de que, Magalhães Pinto - governador da 'ilha de sanidade administrativa' mais ativa na conspiração contra Jango - é um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março.

Referências Bibliográficas:

Fontes:

DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, 1994.

Revista Homem Vogue Brasil. 1977.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

BURKE, Peter. *A invenção da biografia e o Individualismo Renascentista*. In: Revista Estudos Históricos 1997/1 n° 19: Indivíduo, Biografia, História.

DOSSE, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Editora da USP, 2009.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

_____. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

FARIA, Andréa. *Letras em favor da pátria: a biografia de Gonçalves Dias nos esforços de construção de uma identidade nacional*. Caderno de resumos & Anais do 5º. Seminário Nacional de História da Historiografia: biografia & história intelectual. Ouro Preto: EdUFOP, 2011.

FICO, Carlos. *O Golpe de 1964: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Biografia: a reabilitação de um gênero histórico*. LPH: Revista de História, Mariana: UFOP, n. 16, 2006.

LEVI, Giovani. *Usos da biografia*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaína (org). *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.

LORIGA, Sabina. *A biografia como problema*. In: REVEL, Jacques(org.). *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 233-237, 1998.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: Edusc. p. 34, 2004.

MONTEIRO, Norma de Góis. *Dicionário biográfico de Minas Gerais- período republicano (1889-1991)*. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1994.

PIMENTA, Everton. *Ines Piacesi, 1895-1981: um ensaio biográfico*. Monografia de conclusão do curso em História pela Universidade Federal de Ouro Preto, 2007.

SILVA, Wilton. *Biografia, narrativa e política: um debate lusitano*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

SIMPÓSIO TEMÁTICO 20
Juiz de Fora: História e pesquisa

Coordenadores:

Felipe Marinho Duarte – Doutorando História UFJF.

Fábio Augusto Machado Soares de Oliveira – Doutorando História UFJF.

O simpósio temático "Juiz de Fora: História e Pesquisa" destina-se a discutir e divulgar pesquisas de âmbito local que tenham Juiz de Fora como foco de análise, desde a consolidação de seu arraial no século XVIII até meados do século XX. Pretende-se promover debates sobre as dimensões dos distintos e complementares espaços do que o veio a ser o município e seu entorno, a saber, o campo e a cidade, suas especificidades e suas inter-relações com outras partes de Minas Gerais e do Brasil, bem como suas conexões internacionais. O objetivo principal é estimular uma produção historiográfica própria, cujo crescimento nos últimos anos é visível, colocando em contato pesquisadores que se dedicam aos estudos deste *Locus* sobre os mais variados temas: cafeicultura, escravidão, movimento operário, crédito, industrialização, urbanização, arquitetura, cultura política, associativismo urbano, religião, entre outras propostas investigativas que elucidem a História de Juiz de Fora.

IMPERATRIZ VERSUS TIRADENTES: O PRÓTO-MARTYR DA LIBERDADE DESAFIA A CONTINUIDADE MONÁRQUICA (1888 – 1889)

Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira¹

Resumo:

A presente comunicação de pesquisa teve sua inspiração inicial no debate ocorrido entre os vereadores, no dia 24 de julho de 1888, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, no qual se discutiu renomear uma das ruas centrais do *distrito da Cidade* do município de Juiz de Fora. Por proposta do vereador João Severiano da Fonseca Hermes, a rua que até então se chamava *Rua Imperatriz* teve seu nome alterado para *Rua Tiradentes*. Passados seis meses, por proposta apresentada no dia 9 de janeiro de 1889, pelo vereador identificado com o Partido Conservador e morador do *distrito de São José do Rio Preto*, Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros, o nome de *Rua Imperatriz* voltou a denominar aquele logradouro público.

Palavras-Chave: Juiz de Fora, Republicanismo, Abolicionismo.

"EMPRESS VERSUS TIRADENTES": THE "PRÓTO-MARTYR" OF FREEDOM CHALLENGE THE MONARCHICAL CONTINUITY (1888 –1889)

Abstract:

This research communication had its initial inspiration in the debate that took place between the city councilmen, on July 24, 1888, in the City Hall of Juiz de Fora, in which it was discussed to rename one of the central streets of the district of the City of the municipality of Juiz de Out. By proposal of the councilman João Severiano da Fonseca Hermes, the street that until then was called *Rua Imperatriz* had its name changed to *Rua Tiradentes*. After six months, by proposal presented on January 9, 1889, by the councilman identified with the Conservative Party and resident of the district of São José do Rio Preto, Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros, the name of *Rua Imperatriz* again called that public street.

Keywords: Juiz de Fora; Republicanism; Abolitionism.

¹ Mestre em Historia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora e atualmente discente do curso de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Historia da UFJF. Endereço de e-mail – Fabioamso@hotmail.com.

Introdução:

Essa pesquisa parte da adoção do conceito de “batalha simbólica”, utilizado por José Murilo de Carvalho, em seu livro “A Formação das Almas”², aonde o autor avalia a mobilização simbólica feita pelo regime implantado com o golpe de 1889, a fim de se legitimar e se justificar. Tentarei demonstrar, a partir do estudo da dinâmica política da cidade de Juiz de Fora, localizada na zona da Mata mineira, que essa disputa já ocorria no período anterior ao golpe, na forma de uma militância republicana contra os símbolos tradicionais da monarquia, dentro de um contexto de ascensão do próprio movimento republicano, que lutava contra a cultura monárquica dominante (instituída) no imaginário popular local.³

A cidade de Juiz de Fora alcança sua autonomia política em relação à Barbacena na década de 1850, ainda sob o teto do regime monárquico e, portanto tem seus hábitos, costumes e simbologia influenciados por essa cultura. Tomando a região central como referência, podemos encontrar uma toponímia das ruas, caracterizada tanto pelo uso de nomes populares, fruto das vivências da população com as localidades, quanto pelo uso de nomes atribuídos pela elite política, representada pela Câmara Municipal, que podem ser um retrato da mentalidade dessas elites e do que elas queriam imprimir ao imaginário local. Os organizadores da “Revista Juiz de Fora em dois tempos” argumentam que “o espaço urbano da cidade foi cenário onde a elite política construiu e traçou os símbolos de sua ascensão no contexto social e econômico de Minas Gerais e do próprio país”⁴.

O poder político local se instala em 1853, quando a Câmara Municipal começa a se reunir. Na década de 1880, Juiz de Fora passa por um processo de desenvolvimento, impulsionado pelos recursos gerados pela cafeicultura, e as elites detentoras do capital econômico na região começam a diversificar os seus investimentos. A cidade, contando com uma população de 13.000 indivíduos, era cortada pela Estrada de Ferro D. Pedro II desde 1871, mas só chegando a ter uma estação no centro da cidade quatro anos depois. No ano de 1883, se estabeleceram as linhas telefônicas, com a instalação dos telégrafos em 1885, completando a definição de uma rede sistemática de comunicação. Na década de 1880, também temos o surgimento dos serviços de bondes, com a instalação da Companhia de

² CARVALHO, José Murilo. *A formação das Almas*. Cia das Letras, 1990.

³ Uma primeira versão desse artigo foi apresentada na ANPUH regional de Mariana, em 2012. Depois da conclusão da pesquisa de mestrado, em 2013, chegamos a outras conclusões sobre os significados da “batalha simbólica”, estudada dentro do seu contexto social e político. Essas interpretações que não se encontram no texto de 2012 foram incorporadas na versão do texto atual.

⁴ “Revista Juiz de Fora em dois tempos”, TRIBUNA DE MINAS, p. 102.

bondes Ferro-Carril, e ainda se forma na localidade a Companhia Mineira de Eletricidade no ano de 1889. Para a historiadora Sonia Miranda “se os carris urbanos e o sistema de transporte foram um marco no processo de criação de uma base para a expansão de uma malha urbana, a eletricidade significou o mais importante marco para a definição da Manchester Mineira” (MIRANDA, 1990, pág. 107). Também nesse contexto, temos a organização do sistema financeiro local, com a fundação do Banco Mercantil Territorial do Brasil e do Banco do Crédito Real.

Estando a cidade a passar por crescimento de sua área urbana, em 1881, a Câmara Municipal de Juiz de Fora contratou o engenheiro José Barbalho Uchoa Cavalcanti para fazer uma planta cadastral e topográfica detalhada da cidade. A partir da planta elaborada por Uchoa Cavalcante, é possível identificar as seguintes ruas no perímetro central da cidade na década de 1880: Rua Direita, Rua do Imperador, Rua de São Sebastião, Rua da Liberdade, Rua da Imperatriz, Rua de Santa Rita, Rua do Espírito Santo, Rua Conde d'Eu, Rua de Santo Antonio.⁵

Observando os nomes citados na relação de 1883, vemos que das doze ruas que compõem a região central, cinco fazem referências aos santos católicos, quatro ao regime monárquico (mesmo que de maneira indireta, como é o caso da Rua da Liberdade, fazendo referência a Independência, processo liderado pelos Bragança). Restando ainda a *Rua Halfeld*, símbolo que, segundo a historiografia tradicional da cidade, faz referência ao fundador da localidade; além da Rua Direita e a Rua do Comércio, que são nomes dados devido à funcionalidade ou atividade econômica exercida nesses lugares.

A batalha simbólica a qual identifiquei no livro de atas da Câmara Municipal, ocorre entre os meses de julho de 1888 e janeiro de 1889, e acaba por separar em lados opostos monarquistas e republicanos. Em julho de 1888, o nome da *Rua Imperatriz* seria alterado para *Rua Tiradentes*, proposta de Fonseca Hermes⁶, mas em janeiro do ano seguinte, Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros⁷ restabeleceria o nome de *Imperatriz* para a rua central da cidade. No sentido de compreender os interesses e disputas que ali se representavam, opondo não só “monarquistas” e “republicanos”,

⁵ Oliveira Paulino. História de Juiz de Fora. (1966), pág 118.

⁶ Natural de São Rafael (RS), filho de Hermes Hermeto da Fonseca e Rita Rodrigues da Fonseca, casado com Elvira de Assis da Fonseca Hermes, advogado, promotor de justiça, jornalista da “Gazeta de Juiz de Fora” em 1881 e “Diário de Minas” em 1888 (salvo erro ou omissão – Jose Procópio Filho), redator do “Echo do Povo” – primeiro órgão verdadeiramente republicano segundo o “Álbum de Juiz de Fora organizado em 1915 por Albino Esteves.

⁷ Filho do comendador Ildefonso Monteiro de Barros proprietário da fazenda floresta sendo também fazendeiro e morador do districto de São José do Rio Preto no município de Juiz de Fora, comarca do Parahybuna. (Inventário: 1155, processo 46, caixa 304)

mas também membros de famílias influentes locais, é preciso contextualizar o debate dentro da conjuntura política do período, da história local e dos indivíduos eleitos para a vereança de 1887-89.

No *Pharol* de 14 de maio de 1886, aparece um artigo intitulado “Chapas Republicanas”, onde se mostra a organização na localidade de um grupo para disputar as eleições para a Câmara Municipal em 1886. Em 8 de junho do mesmo ano, o jornal “A Democracia” notícia que “em um dos salões do hotel Rio de Janeiro⁸, reuniram-se anteontem em congresso alguns membros do partido republicano deste distrito (...)” e nessa reunião fica decidido que o partido devia comparecer às urnas com suas próprias forças, e foram aceitos por escrutino para candidatos a vereadores Constantino Paletta⁹ e Ernesto Braga.

Reunidos no prédio da Câmara Municipal, em sala de sessões no dia 7 de janeiro de 1887¹⁰, o presidente interino padre Roussin anunciou que se encontravam reunidos na ante-sala da Câmara os vereadores eleitos nas últimas eleições para a vereança de 1887-1890. Sendo eles Geraldo Augusto Rezende¹¹, Bernardo Mariano Halfeld¹², Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros, Antonio Teixeira de

⁸ O hotel se localiza na rua D. Pedro II esquina com a Rua Imperatriz, no centro da cidade de Juiz de Fora, seu edifício existe até hoje, apesar do hotel já ter deixado de funcionar, sendo os nomes das ruas da referida esquina atualmente Avenida Getúlio Vargas e Marechal Deodoro Hermes da Fonseca.

⁹ Nasceu em 1863 estando com seus 23 anos em 1886. Natural de Simão Pereira, filho do Farmacêutico Felipe Luiz Paletta e Tereza Petrassi Paletta; casado com Maria Berta Halfeld Paletta. (“Salvo Erro ou Omissão – Gente Juizforana: José Procópio Filho”). Membro fundador do Clube Republicano Mineiro fundado em 20 de Junho de 1883 em sessão na cidade de São Paulo; eleito Presidente do mesmo clube acadêmico em sessão extraordinária de 27 de setembro de 1883 (Arquivo Público Mineiro – Clube Republicano Mineiro (1883 – 11885). Jornalista atuante no cenário local, foi candidato nas eleições para deputado provincial de 30 de novembro de 1885 pelo clube republicano de Juiz de Fora (O’Pharol – 24 de novembro de 1885 em artigo intitulado “Aos cidadãos republicanos”)

¹⁰ Vereadores que exerceram mandato na vereança 1884 – 1886: padre João Batista de Souza Roussin, doutor João Batista de Castro, doutor Agostinho Correa, doutor Francisco Bernardino Rodrigues Silva, alferes Manoel José Pereira da Silva, coronel José Caspritano Barbosa (presidente da câmara no ano de 1886), doutor Quintiliano Nery, Antero José Lage Barbosa e Necesio José Tavares.

¹¹ Agraciado com o título de Barão do Retiro em 1888, após a morte de seu pai Barão de Juiz de Fora¹¹, no dia 28 de janeiro de 1888, Geraldo Augusto Rezende (com 48 anos completados em 1888¹¹) era fazendeiro, cafeicultor da fazenda de “São Fidelis”, no distrito de Chácara, sendo casado com Maria Carlota Tostes, filha do capitão Dias Tostes. Geraldo Augusto de Rezende e Mariano Halfeld tinham ligações familiares que poderiam influenciar seus posicionamentos nos debates do interior na câmara, mesmo sendo estas ligações não sanguíneas.

¹² Morador do terceiro quarteirão do distrito da cidade do Paraibuna, *Pharmaceutico*, (Lista de Qualificação de Votantes 1876) função a qual teria exercido como coronel na guerra do Paraguai. Natural de Ouro Preto – MG e filho de Henrique Guilherme Fernando Halfeld, o tenente coronel Bernardo Mariano Halfeld teria chegado à localidade após a morte de sua mãe Dorotéia, em Ouro Preto, no ano de 1839, mudando para o povoado de Santo Antonio junto com seus sete irmãos; sendo seu irmão mais velho Pedro Amalio Hafeld, vereador da câmara em 1853, e medico que atuou na luta contra a epidemia de cólera que atingiu a cidade no ano de 1855. Mariano Halfeld era membro da loja maçônica “Fidelidade Mineira” fundada em 1871 pelo comendador Henrique Halfeld e comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, desde 1873; político atuante fato que também podemos mensurar pelo seu grande numero de presenças nas sessões ocorridas no período, foi o quinto vereador mais votado nas eleições de 1886 e o sétimo na eleição de 1880, tendo também exercido o mandato de vereador no período de 1881 a 1884.

Carvalho, Matheus Herculano Monteiro da Silva, Pedro José Henriques¹³, Eloy dos Santos Andrade¹⁴, Ernesto de Andrade Braga¹⁵ e João Nogueira Jaguaribe¹⁶.

Na vereança eleita em 1886, temos representantes de famílias presentes no cenário político local desde 1853; de fazendeiros moradores em distritos como Ildefonso Monteiro e Geraldo Augusto Rezende; como também de fazendeiros moradores do distrito da cidade, com propriedades na região urbana e fazenda em outro distrito, como é o caso do capitão Pedro Henriques. Além de profissionais formados pelas universidades do período, como os médicos Eloy dos Santos Andrade e Ernesto Braga (morador do distrito da cidade). O espaço e a finalidade desta comunicação não me permitem aprofundar nestes aspectos, detalhando as relações familiares e de sociabilidades; mas as trajetórias dos envolvidos, onde moravam, do que viviam, nos mostram que no período coexistiam o rural e o urbano, formando zonas de interesses que não necessariamente abarcavam indivíduos diferentes.

Após esta breve descrição da conjuntura política a qual, a gestão da Câmara Municipal de Juiz de Fora de 1887 – 1889 está inserida, e do contexto histórico da cidade no período, passarei para a narrativa dos debates ocorridos entre os meses de julho de 1888 e janeiro de 1889, em torno das figuras da *Imperatriz* e de *Tiradentes*.

A Batalha Simbólica:

Aos vinte e quatro dias do mez de julho do Nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e oitenta e oito, às 11 horas da manhã, em sala das sessões da Câmara Municipal da cidade de Juiz de Fora, Câmara do Rio Parahybuna, presentes os senhores vereadores: Ernesto de Andrade

¹³ Morador da Rua do Comercio no districto da cidade e fazendeiro da Fazenda Aracaju no districto de Chácara.(inventario: 1894, processo 58, caixa 282) Primo de Antonio Teixeira de Carvalho e membro do Partido Conservador (Patrícia Falco)

¹⁴ Natural de Mathias Barbosa escritor e jornalista.(Salvo erro ou Omissão José Procópio Filho), achando-se com seus 49 anos em 1888 era medico, (lista de qualificação de votantes) Propagandista, membro do clube republicano mineiro, fundado em 1883 na faculdade de Direito de São Paulo.(Arquivo Publico Mineiro)

¹⁵ Membro do partido Liberal, segundo Patrícia Falco(As malhas do Poder), Ernesto de Andrade Braga, com seus 40 anos em 1888, era medico, filho de Antonio da Costa Braga..(Lista de Qualificação de Votantes 1876) Ernesto atua na propaganda republicana, tendo seu nome sempre presente nos jornais locais do período, envolvido com a organização das idéias esparsas. Fato esse que não exclui a hipótese de ele ter pertencido ou compactuado com ideário político liberal ou o partido liberal, pois as fronteiras entre essas idéias são muito fluidas durante esse período.

¹⁶ fazendeiro, cafeicultor da “Bom Jesus”, em Belmiro Braga, era engenheiro, natural do Ceará, com 39 anos completados em 1888 (lista de Qualificação de votantes 1876). Dona Maria Luisa da Cunha Pinto Coelho, após enviuar-se de Henrique Halfeld (seu primeiro marido), casa com Joaquim Nogueira Jaguaribe, filho do senador Domingos José Nogueira Jaguaribe e Visconde de Uberaba. Joaquim Jaguaribe foi escolhido presidente da câmara em sessão do dia 7 de janeiro de 1887, com cinco votos dos nove possíveis.(livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora)

Braga, Eloy de Andrade, Antonio Teixeira de Carvalho, Tenente Coronel Bernardo Mariano Halfeld, sob a presidência interina do snr. Dr. Ernesto de Andrade Braga¹⁷ foi aberto à sessão.¹⁸

Nessa sessão acontece a posse do vereador eleito para a vaga aberta, com a saída de Joaquim Nogueira Jaguaribe¹⁹. João Severiano da Fonseca Hermes havia sido o eleito e Eloy de Andrade Braga...

(...) pedindo a palavra felicita a Câmara pela brilhante aquisição na pessoa do senhor doutor Fonseca Hermes. Talento superior, vontade de ferro, dedicação à causa publica, amor ao trabalho, taes são os elementos que formam a individualidade que acaba de tomar assento na câmara, d'ella tudo pode esperar o município, que deve ter orgulho em semelhante representante.²⁰

Fonseca Hermes, primo do Marechal Deodoro da Fonseca, era Bacharel em Direito, membro da Guarda Nacional e da propaganda republicana; foi redator do Jornal *Echo do Povo*²¹ e *A Propaganda*²², ambos jornais de publicidade favoráveis ao movimento republicano e que circularam na cidade na década de 80 do século XIX. Sua ligação com Eloy de Andrade e também com Ernesto de Andrade se daria por suas convicções políticas, uma vez que esses também faziam parte do movimento de propaganda das ideias republicanas no município.

Prosseguindo a sessão, Fonseca Hermes:

(...) agradece a benevolência com que foi recebido e declara que, como representante do município, manter-se-há em terreno neutro, pugnando pelo que for justo e honesto e

¹⁷ de conformidade com a lei de 1828 na falta do presidente e do vice-presidente assumiria a cadeira o vereador mais votado. As eleições para a presidência e vice-presidência aconteciam anualmente sempre na primeira sessão do ano em 7 de janeiro e todos o vereadores presentes votavam em regime de voto secreto. No ano de 1888 havia sido eleito para a presidência: Barão do Retiro e para a vice: Matheus Herculano.

¹⁸ A lei de 1828 em seu artigo 29. No dia marcado para principio de cada uma das sessões ordinárias, se reunirão os vereadores às 9 horas da manha na casa da câmara, e ahi, a portas abertas, havendo assentos para os espectadores, que concorrerem diariamente, o presidente assentado no topo da mesa, tendo aos lados os vereadores, assentados sem distincção, nem precedência, dará principio á sessão pelas palavras – Abre-se a sessão - . A maneira como todas as sessões são descritas no livro de atas é a citada no texto, as reuniões começavam as 11 horas da manha e não fica registrado a presença de espectador, a não ser algum peticionário; a maneira da lei ou foi sendo alterado com o tempo de uso ou nunca “existiu”.

¹⁹ Livro de atas sessão ordinária de 16 de abril de 1888, é exonerado do cargo o vereador João Nogueira Jaguaribe por ter aceitado ou cargo.

²⁰ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

²¹ Começou a circular na cidade sendo o primeiro jornal de publicidade favorável ao movimento republicano com a redação de Fonseca Hermes - 1882 (Walter Fonseca, no livro *História de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes*).

²² Foi o segundo jornal francamente republicano redigido por Fonseca Hermes e Constantino Paleta. (Walter Fonseca no livro *História de uma vida: João Severiano da Fonseca Hermes*).

combatendo o que for ilegítimo e ilegal; que acima de sua personalidade política, estão o bem e o interesse público que representa.²³

Nessa mesma sessão, Fonseca Hermes nos dá indício do “fervor ideológico” a causa republicana ao primeiro combater a aceitação de uns livros para o ensino das primeiras letras pela câmara, ofertado pelo Barão de Macahubas, por solicitação da própria câmara. Ele chega a argumentar que este continha erros que seriam nocivos ao ensino no município. Após discussão na qual participaram Mariano Halfeld, dizendo que não ficava bem a câmara, tendo solicitado não aceitar ou não procurar os livros; e Eloy de Andrade dizendo ser ele o autor da indicação, que se solicitasse ao Barão uma remessa dos livros devido ao requerimento do Juiz de Paz do distrito do Rosário²⁴ e por indicação de Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros. Sendo “assim prefere fazer confissão publica de sua ignorância sobre a conveniência ou inconveniência de tais livros para a instrução primaria...”.²⁵ Após discussão, foi decidido que se aceitasse a oferta do Barão de Macahubas, e que se solicitasse a Dr. Hilário Ribeiro uma remessa dos livros de sua composição, por indicação de Fonseca Hermes. Parece-me que o principal motivo para Fonseca Hermes propor a recusa dos livros por parte da câmara municipal era o fato de eles terem sido doados por um Barão. Assim, argumenta que os de Dr. Hilário Ribeiro eram melhores “não só pela correção da linguagem, mas também pelos princípios neles contidos.”²⁶

Na segunda ordem do dia, após o fim do expediente passou-se a leitura de pareceres, propostas e indicações quando o vereador Fonseca Hermes faz a seguinte indicação: “Proponho que em homenagem a memória do proto-martyr da Liberdade se de a *Rua Imperatriz* o nome de *Rua Tiradentes*”.²⁷ Sua proposta posta em discussão vai encontrar a oposição do vereador Tenente Coronel Bernardo Mariano Halfeld, por entender que:

(...) da sua adaptação nenhuma vantagem haverá para a cidade ou município, tanto mais quanto é ele vereador inimigo de inovações sem justos motivos, que, com quanto reconheça que essa proposta seja em homenagem d’aquelle Martyr da Liberdade, todavia não pode dar-lhe seu voto pelo motivo acima: quizeram que seu colega, autor da indicação, com a sua palavra autorizada demonstrasse qual ou quais as vantagens d’aquella inovação.²⁸

²³ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

²⁴ Na sessão de 16 de abril de 1888

²⁵ Livro de atas sessão de 24 de julho de 1888

²⁶ Livro de atas sessão de 24 de julho de 1888

²⁷ Livro e Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sessão ordinária de 24 de julho de 1888.

²⁸ Livro de Atas, sessão ord. De 24 de Julho de 1888.

Halfeld continua dizendo “que não duvidaria dar o seu voto para que, a outra rua das que estão construindo, fosse dado o nome d’aquelle heróy”. Conclui declarando que, para a câmara resolver com mais calma, requeria o adiamento.

Fonseca Hermes mantém sua proposta “declarando que o motivo que o levou a fazê-la foi unicamente o desejo de prestar esta municipalidade homenagem a memória d’aquelle patriota”²⁹. Argumenta que se não resultasse em benefício do município também não o prejudicaria. Encerrada a discussão, posto os votos a requerimento de adiamento, foi a então proposta rejeitada contra os votos dos vereadores Ten. Cel. Bernardo Mariano Halfeld e Antonio Teixeira de Carvalho; e aprovada a mudança de nome da *Rua Imperatriz* contra os votos dos mesmos vereadores.

Com a troca do nome de *Rua Imperatriz* para *Rua Tiradentes*, o ideário republicano atinge, com um símbolo, o espaço físico do município de Juiz de Fora; reinventando o significado daquela rua, que até então era um símbolo do poder Imperial, se tornando um símbolo revolucionário republicano representado pelo Inconfidente e, conseqüentemente, passando a fazer parte do imaginário local.

No decorrer do ano, de 24 de julho até o início de 1889, a câmara se reuniu mais doze vezes. O vereador conservador Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros não comparece às sessões desde 18 de abril de 1888. Com a abolição (13 de maio), a câmara se reúne no dia quatorze de maio, com a presença somente do vereador capitão Pedro Henriques e do vereador doutor Ernesto de Andrade Braga; manha em que não houve sessão por falta de *corum*³⁰. A câmara se reúne um mês depois, no dia quatorze de junho, e deste dia em diante ela volta com sua frequência normal de suas reuniões. O vereador Fonseca Hermes, no dia vinte de agosto do mesmo ano (terceira sessão em que participava), propõe multar os faltosos, como consta na lei de 1º de Outubro de 1828 no título II, artigo 28.³¹ Os principais faltosos eram Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros e Matheus Herculano Monteiro da Silva, dois primos, estavam comparecendo pouco às reuniões desde o “13 de maio”; principalmente Ildefonso, que era um vereador com referências conservadoras declaradas em ata. Como na sessão de

²⁹ Livro de Atas 24 de julho de 1888

³⁰ Lei de 1828, artigo 27. Achando-se reunidos nas cidades, ou villas cinco vereadores, poderão deliberar: a maioria de votos decide, e no caso de empate, terá o presidente voto de qualidade para o desempate.

³¹ Lei de 1º de Outubro de 1828. Artigo 28. O vereador que tiver impedimento justo o fará constar ao presidente; e se faltar sem justificado motivo, pagará nas cidades por cada falta 4\$000 e nas villas 2\$000 para as obras do Conselho, que o Secretario carregar [a logo em receita. Faltando os vereadores actuaes, chama-se-hao os immediatos em votos, quando o impedimento passar de 15 dias, ou a urgência, e importância dos negócios exigir o número completo de vereadores.

12 de outubro de 1887, registra felicitação ao Barão de Cotegipe por ter, em última sessão parlamentar, “defendido e assegurado os interesses fundamentais da ordem pública e da conservação social”³².

Proposta feita por Fonseca Hermes, os vereadores presentes³³ por iniciativa de Mariano Halfeld e Ernesto de Andrade acabaram chegando ao consenso de mandar avisar aos faltosos primeiramente, caso não voltassem a comparecer, que se procedesse com a aplicação da lei. Fonseca Hermes era advogado, fato que pode nos ajudar a entender o porquê de seu conhecimento sobre as leis que regiam o funcionamento das câmaras no império; considerando que nenhum vereador havia se utilizado deste artigo de lei para punir outro colega faltoso sem justificativa até este momento, e que a média de presentes por reuniões era de seis por reunião aproximadamente, de um total de nove vereadores. Portanto, sendo as faltas um fato presente no cotidiano da gestão até o momento.

A atitude tomada por vereador Fonseca Hermes pode ser entendida, levando-se em consideração o contexto no qual ela foi feita, como uma represália de um republicano contra monarquistas tendo em vista que os vereadores faltosos se identificavam com as ideias conservadoras e normalmente concordavam e votavam juntos nas discussões na Câmara.

No início dos trabalhos no ano de 1888, na sessão ordinária do dia sete de janeiro os nove vereadores se encontravam reunidos quando o presidente Barão do Retiro anunciou que “ia proceder-se a eleição de presidente e vice-presidente da câmara para servirem no corrente ano, devendo cada um dos senhores vereadores votar em escrutínio secreto”³⁴.

Para a presidência foram votados os seguintes vereadores: 4 votos, Geraldo Augusto Rezende; 3 votos, Ernesto de Andrade Braga; 1 voto, Mariano Halfeld; 1 voto, Pedro Henriques. Para vice-presidente: 4 votos, Mariano Halfeld; 4 votos, Pedro Henriques; 1 voto, Eloy de Andrade. Eleito para a vice-presidência o capitão Pedro Henriques, pelo motivo de ser mais velho que Mariano Halfeld. O capitão Pedro Henriques não estava presente no dia 24 e julho de 1888, debate e votação da mudança do nome da rua. Seria um conservador³⁵, com seu nome assinado na lista de adesão dos fazendeiros de Juiz de Fora e regiões vizinhas, que exigiam o pedido de indenização. Foi esta lista redigida pelo conservador Francisco Bernardino, a pedido do Barão de Monte Mario, e publicada no jornal *Diário*

³² Livro de atas sessão de 12 de outubro de 1887

³³ Estavam presentes: Eloy de Andrade, Pedro José Henriques, Ernesto de Andrade, Bernardo Mariano Halfeld e Fonseca Hermes. Estavam faltando: Matheus Herculano, Antonio Teixeira de Carvalho, Joaquim Idelfonso Monteiro de Barros e Geraldo Augusto de Rezende.

³⁴ Livro de atas sessão ord. de 07 de janeiro de 1889

³⁵ Patrícia Falco Genovez. Câmara dos Compadres, pág. 214

de Minas, no dia 12 de julho de 1888. Além de Pedro, ainda aparecem os nomes de Antonio Teixeira de Carvalho, Matheus Herculano Monteiro da Silva e Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros.

Com a abolição, as ideias republicanas vinham crescendo, aumentando a influência no município; e também é feita uma lista de adesão ao partido republicano em Juiz de Fora, publicada no jornal Diário de Minas de 27 de agosto de 1888. Nesta lista consta o nome de Antonio Teixeira de Carvalho, João Severiano da Fonseca Hermes, Ernesto de Andrade Braga, do capitão Pedro Henriques e Eloy de Andrade. Chamo a atenção para os grupos polarizados pela proposta de troca de nome da rua. Naquela ocasião³⁶ o capitão Pedro Henriques não estava presente, mas Antonio Teixeira de Carvalho estava e se colocou a favor da permanência do nome de *Rua Imperatriz*.

Na sessão ordinária do dia nove de janeiro de 1889, sob a presidência do Barão do Retiro³⁷, estando presentes os vereadores Ten. Cel. Bernardo Mariano Halfeld, Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros, Matheus Herculano Monteiro de Silva, Fonseca Hermes, Ernesto de Andrade Braga e Capitão Pedro José Henriques³⁸; é apresentada a proposta, pelo vereador Joaquim Ildefonso, como consta no livro de Atas, “que a *Rua Tiradentes* continue a ser denominada *Rua da Imperatriz*, como era antigamente, e que seja denominada *Rua Tiradentes* a *Rua da Serra*”.³⁹

Posta em discussão o senhor Fonseca Hermes combateu com veemência a proposta apresentada, dizendo que a apresentação desta proposta não era mais do que um desrespeito a ele vereador; admirando-se até que o autor da proposta apresentada descesse e obrigasse de seu corpo para vir hoje resolver um assunto já passado e vencido e que estavam reunidos para tratar de benefício do município e não para represálias como se deixa ver de sua proposta⁴⁰.

Em resposta, ironizando:

O senhor Joaquim Ildefonso sustentou sua proposta, declarando que não vê motivo para que o senhor Fonseca Hermes se mostre tão assomado, por dar-se a *rua da Serra* o nome de *Tiradentes*, quando é certo que no Rio de Janeiro, Capital do Império, o antigo Largo do Capim, foi denominado Praça General Hozório. Homem notável e uma das glórias das almas brasileiras.⁴¹

³⁶ reunião de 24 de Julho de 1888

³⁷ Geraldo Augusto de Rezende.

³⁸ Faltando: Antonio Teixeira de Carvalho e Eloy de Andrade.

³⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal de Juiz de Fora, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889.

⁴⁰ Livro de Atas, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889

⁴¹ Livro de Atas, sessão ordinária de 9 de janeiro de 1889

Como consta em ata, “encerrado o debate e posto a votar a proposta, foi ela aprovada contra os votos do senhor Fonseca Hermes, senhor Ernesto de Andrade Braga e Capitão Pedro Henriques”⁴². Assim, se dá a reação conservadora afastando o símbolo republicano para a periferia da cidade, área de cortiços; e o restabelecendo no imaginário central, o que a figura da *Imperatriz* representava.

Considerações finais:

Apesar de restabelecido o símbolo monárquico na centralidade da cidade, o símbolo republicano não deixa de existir no imaginário, somente passa a habitar um lugar inferior na hierarquia de valores existente na sociedade do período, não estando localizado em uma região nobre. Isso nos mostra também certa queda de estima do poder Imperial perante a elite política local, fato que vinha ocorrendo principalmente após a abolição da escravidão em 1888. A proposta de Ildefonso poderia muito bem extinguir a figura de *Tiradentes* do imaginário local, por ela representar o ideal da propaganda republicana, e também não parecia representar muito mais do que a figura de um coronel da Guerra do Paraguai para ele; mas ao invés disso, apenas hierarquiza as duas figuras, sendo coerente com a contraproposta apresentada no dia 24 de julho, por Mariano Halfeld.

Na oposição feita à proposta de Fonseca Hermes por Mariano Halfeld⁴³, este não é totalmente contrário à existência de tal homenagem na cidade, só se opõem a resignificação de um antigo símbolo, ainda dizendo que não era contra inovações, somente se opunha às inovações que não resultassem de benefício para a localidade. Mariano, quando se opõe à proposta de Fonseca Hermes, não refuta a maneira como é apresentado Tiradentes por Hermes, chegando a dizer “que não era contra a homenagem ao porto-martyr da liberdade” (Livro de Atas da Câmara Municipal); como faz Ildefonso, quando compara a figura de Tiradentes com a de um general da Guerra do Paraguai. Mariano, em certo sentido, reconhece o valor da figura atribuído pelo colega Hermes, pois usa o mesmo termo para se referir a José Joaquim da Silva Xavier. Tanto Mariano quanto Ildefonso agem de forma conservadora, defendendo a Imperatriz ou o símbolo monárquico, mas sem refutar por completo o novo símbolo. Talvez sabendo da posição de Halfeld na sessão de 24 de julho, o vereador Ildefonso tenha elaborado sua proposta de maneira a angariar o apoio de Mariano Halfeld. Levando

⁴² Livro de Atas Sessão Ordinária de 9 de janeiro de 1889

⁴³ Em sessão do dia 24 de julho de 1888.

em consideração os presentes e a correlação de forças entre os vereadores, percebo que sem o voto de Mariano Halfeld, a *Imperatriz* não voltaria ao imaginário local.

Tomando por base os grupos polarizados pelos nomes da rua, verificamos que do lado da *Imperatriz* ficaram Joaquim Ildefonso Monteiro de Barros, Matheus Herculano Monteiro da Silva, Bernardo Mariano Halfeld, Geraldo Augusto de Rezende e Antonio Teixeira de Carvalho; tendo se alinhando ao lado da figura de *Tiradentes*: Ernesto de Andrade, Eloy de Andrade, Fonseca Hermes e Pedro José Henriques. Ao nos atentarmos para as trajetórias nas vereanças dos indivíduos envolvidos, podemos perceber que a abolição foi uma mudança conjuntural que levou os vereadores a se posicionarem ou se reagruparem. Como Antonio Teixeira de Carvalho, sempre se alinhava com o grupo da *Imperatriz*, mesmo em outras demandas⁴⁴; porém, assina o abaixo assinado de adesão ao partido republicano em agosto de 1888, o que caracteriza uma ruptura em sua trajetória.

A figura de José Joaquim da Silva Xavier é fruto das mais variadas apropriações e interpretações, de suas histórias de vida e do seu envolvimento no movimento da Inconfidência Mineira em 1789 (CARVALHO, 1990). As publicações Republicanas no *Pharol* nos apresentam uma tentativa de construção em torno dessa figura, por parte dos autores que se envolveram na propaganda Republicana na cidade⁴⁵. A maneira mais comum de se referirem a Tiradentes, nas publicações ao longo do período, era nomeando-o como o *Martyr da Liberdade*⁴⁶. O Imperador Pedro II parece ser querido e respeitado pela maior parte da opinião na localidade, tanto é que não encontramos muitas “galhofas” envolvendo a sua figura nas páginas do *Pharol*, nem a sua esposa, a Imperatriz Tereza Cristina.

Mesmo as figuras citadas nesta pesquisa em algum momento direcionaram um brinde ou uma frase elogiosa a D. Pedro II em publicações no *Pharol*, talvez única exceção nessa afirmativa feita anteriormente seja Constantino Luís Paleta. Mas, mesmo Paleta quando direciona críticas ao regime, as faz atacando mais a forma de governo do que a própria pessoa de Pedro II. Desse raciocínio vem a hipótese interpretativa da *batalha simbólica* a ser estudada nesta última parte do trabalho.

A escolha de trocar o nome da Rua Imperatriz, em detrimento das demais possibilidades de ruas existentes na cidade, não se explica somente pela centralidade de tal lugar, e não só por representar a Monarquia, podendo também ser encarada como um ataque a possibilidade de

⁴⁴ Disputas por indicação de funcionários e fiscais distritais.

⁴⁵ Ver: *Pharol*, Juiz de Fora, entre os anos de 1885 e 1886.

⁴⁶ Ver: *Pharol*, Juiz de Fora, 25/05/1886.

continuidade do regime Monárquico nas mãos da princesa Izabel, que se obtivesse a coroa algum dia naturalmente seria a Imperatriz Izabel.

A plausibilidade do argumento dessa intencionalidade do ato de Fonseca Hermes aumenta se levarmos em consideração que a figura da princesa Izabel, além de não gozar de muita popularidade entre as elites, era a reinante no dia 13 de maio de 1888, o que possivelmente deixou-a mais ainda impopular entre as elites na localidade de Juiz de Fora.

Ao longo da pesquisa, evidenciamos uma dinâmica política na localidade altamente sensível, ou facilmente impactada pelos debates que envolvia as possíveis soluções para a completa extinção da mão de obra escrava na lavoura nacional.

Fatos que corroboram esse argumento são as duas declarações redigidas na localidade e publicadas ao longo das duas últimas décadas do Império. A primeira declaração é uma carta redigida na localidade e publicada no periódico *A Republica*, da cidade do Rio de Janeiro, no dia 05 de abril de 1871, documento no qual seus assinantes declaram adesão ao Manifesto Republicano de 1870. Esta publicação surgiu no cenário político brasileiro em meio a uma conjuntura na qual a principal pauta a ser discutida no parlamento era a liberdade do ventre escravo. A segunda declaração pública de adesão às ideias republicanas por pessoas atuantes no cenário político local é a *Declaração Política dos Republicanos do Décimo Distrito Eleitoral Mineiro* (1886), publicada no dia 25 de maio de 1886 no jornal *Pharol*, em meio ao repercutir na localidade dos debates sobre a liberdade dos escravos sexagenários e as discordâncias sobre a indenização dos proprietários (senhores).

Pensar os dilemas políticos vividos pelos juiz-foranos nos momentos finais do reinado de Pedro II no Brasil, também nos levou a ressignificar as palavras do romancista Lima Barreto, o autor do romance: “Triste fim de Policarpo Quaresma”, publicado em 1912, em que uma das passagens de sua obra relata o desânimo de Policarpo Quaresma (personagem do romance) com o fato do povo não guardar as tradições de trinta anos passados, “com que rapidez morriam assim na sua lembrança [memória] os seus folgares e as suas canções?” Fato que para o personagem criado por Lima Barreto “era bem um sinal de fraqueza, uma demonstração de inferioridade diante daqueles povos tenazes que os guardavam durante séculos!” (BARRETO, 1990, p. 37).

Mais interessante ainda se torna a passagem para o nosso trabalho, se prestarmos a atenção ao ano de publicação da primeira edição da obra (1912), e se a partir dele subtrairmos os trinta anos mencionados por Policarpo, cá estamos nós novamente na década de 1880, sob o regime monárquico, num tempo político em que a dimensão da continuidade expressa pelos nomes dos logradouros

públicos, a título de exemplo, foram completamente apagados ou renomeados com novos símbolos, referendando outros valores, em um dos esforços realizados na busca de se legitimar o novo regime implantado com o golpe de 1889 (CARVALHO, 1990). Com essas e outras manipulações do simbólico o quanto também não se perdeu de nossa memória e conseqüentemente, o quanto não se desfigurou de nossa identidade coletiva e individual no presente, pois se identidade e memória estão relacionadas, o mexer numa delas, com certeza implicará em alterações mútuas (CANDAU, 2011).

Assim, pensamos poder contribuir, em certo sentido, com o resgate de nossa história, ampliando nossa memória, fato que nos permite reinventar nossa relação com os logradouros que compõem o município de Juiz de Fora e realizar uma reaproximação com o nosso passado coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDAU, Joël (2011). *Memória e identidade*. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

CARVALHO, José Murilo. *A Formação das almas: O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. In: *Três Romances*. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

FONSECA, Walter. *História de uma vida: Joao Severiano da Fonseca Hermes/ Walter Fonseca*. – São Paulo: Obelisco, 1985.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *As malhas do poder: uma análise da elite de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX*. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 2002.

MIRANDA, Sonia Regina. *Cidade, Capital e Poder: Políticas públicas e questão urbana na velha Manchester mineira*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da UFF, 1990. (Dissertação de Mestrado).

NAVA, Pedro. *Baú de Ossos: memórias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. *Hermes Ernesto da Fonseca: irmão do proclamador da República, governador da Bahia e sua política educacional*. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.28, p.287-301, dez. 2007 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/28/art19_28.pdf - Acessado em: 07/08/2014.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: Comércio e Indústria, 1966.

PROCÓPIO FILHO, José. *Salvo Erro ou Omissão – Gente Juiz-forana*. Juiz de Fora: Esdeva, 1979.

ORDENAMENTO TERRITORIAL E SUBSTITUIÇÃO DE PAISAGENS HÍDRICAS EM JUIZ DE FORA/MG

Pedro José de Oliveira Machado⁽¹⁾

Resumo:

O processo de urbanização experimentado pelas grandes e médias cidades brasileiras, tem se notabilizado por um conjunto de intervenções que, dentre outras características, tende a substituir as paisagens originalmente constituídas pelas águas. Juiz de Fora se torna bom exemplo, pois tem privilegiado intervenções urbanas que quase nunca incorporam suas águas ao novo ambiente construído. Nesse artigo são apresentadas as transformações ocorridas em duas importantes áreas da malha urbana, a Praça Antônio Carlos e a Variante Howyan. Após os trabalhos de geoprocessamento, realizados a partir da “Planta da Cidade de Juiz de Fora”, de 1883, e do Projeto de Regularização do Rio Paraibuna, de 1943, as imagens resultantes foram superpostas às do Google Earth, sendo possível apresentar as modificações processadas nas paisagens dessas áreas e as implicações no ordenamento da cidade.

Palavras-chave: Urbanização; Ordenamento territorial; Águas urbanas.

SPATIAL PLANNING AND REPLACEMENT OF WATER LANDSCAPES IN JUIZ DE FORA/MG

Abstract:

The process of urbanization experienced by large and medium-sized Brazilian cities has been notable for a set of interventions that, among other characteristics, tends to replace the landscapes originally constituted by the waters. Juiz de Fora is a good example, as it has privileged urban interventions that almost never incorporate their waters into the new built environment. This article presents the transformations that occurred in two important areas of the urban network, Antônio Carlos Square and the Howyan Variant. After the geoprocessing works, carried out from the "Plant of the City of Juiz de Fora", 1883, and the Paraibuna River Regularization Project, of 1943, the resulting images were superimposed on those of Google Earth, being possible to present the modifications processed in the landscapes of these areas and the implications for city planning.

Keywords: Urbanization; Spatial planning; Urban waters.

⁽¹⁾ Departamento de Geociências/UFJF, Doutor em Geografia, email: pjomachado@gmail.com

1. Introdução:

O processo de urbanização experimentado pelos países periféricos, como é o caso do Brasil, tem se caracterizado, dentre outros aspectos, pela intensa antropização das áreas naturais, com a sucessiva criação de novas paisagens, geralmente divorciadas dos elementos físicos.

Embora seja esse um fato característico a todos os lugares urbanos, os efeitos desse processo têm sido mais intensos nas médias e grandes cidades. Dentre os elementos naturais impactados pela crescente urbanização, os cursos d'água têm sido os mais severamente alterados, passando, de maneira geral, da condição de principais vetores de ocupação a meros locais de destinação final dos efluentes produzidos pela cidade, ou sendo simplesmente retirados do seu campo visual, substituídos por ruas e avenidas.

As relações entre urbanização e recursos hídricos vêm sendo marcadas, sobretudo, pelo insucesso, com prejuízos significativos para as águas urbanas e, pois para toda coletividade (MACHADO; SILVA, 2007, p.4). Grande parte desses problemas relacionados aos recursos hídricos tem como causas principais a sua má utilização, a falta de gestão e planejamento eficientes e a perda de ligação entre sociedade e natureza. Drew (1986, p.87) avalia esta relação, destacando o exemplo dado pelas chamadas 'civilizações hidráulicas', do antigo Egito, da China, da Índia e da Mesopotâmia, enfatizando que "sua ascensão e subsequente queda estão intimamente relacionadas ao uso e abuso da água".

A cidade de São Paulo, do século XIX, por exemplo, é retratada por Sant'Anna (2007, p.24) como a "cidade das águas", uma situação impensada para descrever atualmente essa metrópole, cujos maiores problemas estão relacionados justamente à escassez desse essencial recurso. Juiz de Fora, localizada no sudeste do Estado de Minas Gerais, também toma posição nessa imensa lista de cidades brasileiras que negligenciaram a importância de suas águas ao promover seu crescimento e adensamento urbanos.

O elevado custo para acomodar seus 563.769 habitantes (estimativa para 2017) tem sido pago, em grande medida, pela degradação da qualidade de suas águas (PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, 1996; LATUF, 2004; MACHADO et. al., 2005; 2011; 2016) e pela substancial alteração de sua rede de drenagem (BRASIL, 2013; BARBOSA, 2016; MACHADO et. al., 2016) e, por consequência, da dinâmica dos canais fluviais urbanos, que, em última análise, têm sido historicamente tratados como

“um problema ao desenvolvimento local”, como bem definiu Carneiro (2003, p.20) ao estudar a similar situação dos recursos hídricos na Baixada dos Goytacazes.

Se Richard Burton, o famoso explorador britânico, passasse hoje por Juiz de Fora, como o fez no século XIX, não teria a impressão de tratar-se de uma cidade reduzida a “uma simples rua, empoeirada ou lamacenta”, como escrevera em 1868 (BURTON, 2001, p.78), mas ficaria, ao contrário, muito surpreso com uma cidade dominada por uma paisagem árida, que escondeu seus cursos d’água sob densas camadas de concreto e asfalto. Aliás, a qualquer um que passe por suas principais vias estruturadoras – Avenida Barão do Rio Branco e Avenida Independência – resta a imagem de uma cidade cortada por um único rio. Um verdadeiro paradoxo, em meio ao domínio do Mar de Morros, cuja rica malha hídrica, de típico padrão dendrítico, se notabiliza exatamente pelos altos índices de densidade de drenagem (MACHADO, 2011, p. 1).

Nesse artigo são apresentados alguns resultados advindos dos projetos de pesquisa intitulados “A enchente de 1940 e o ordenamento territorial de Juiz de Fora” e “Cartografia histórica das águas urbanas de Juiz de Fora”, desenvolvidos sob os auspícios da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e que objetivaram estudar as implicações do processo de urbanização local na estrutura e conformação de alguns cursos d’água urbanos e, por outro lado, entender como as intervenções realizadas nesses cursos d’água impactaram o processo de urbanização local, na perspectiva de “captar no passado elementos de explicação da territorialidade contemporânea” (MORAES, 2011, p.9).

São destacadas as modificações ocorridas em duas importantes áreas da atual malha urbana, a Praça Antônio Carlos e a Variante Howyan, que passaram, em momentos históricos distintos, por intervenções urbanísticas radicais, responsáveis pela atual organização territorial da cidade, porém à custa da substituição de uma paisagem originalmente construída e constituída pela água, ou seja, da ‘paisagem hídrica’, definida por Drummond (2008, p.6) como “o conjunto de objetos híbridos do ciclo hidrológico terrestre, fruto da acumulação histórica de produção do espaço e que configura a estrutura hídrica (...)”. Del Grande et. al. (2016, p.166) observam ainda que a paisagem hídrica representa uma “configuração socioespacial constituída de processos sociais e ecológicos, que permitem analisar as relações ‘água-sociedade’ em um dado contexto, transpondo a limitação das escalas espaciais e das estruturas administrativas”. Assim, a paisagem hídrica se caracteriza por ter a água como principal elemento formador e identificador.

Em ambos os casos – deve-se observar – o objetivo foi o mesmo, livrar a cidade das recorrentes e destrutivas inundações causadas pelo Rio Paraibuna, principal curso d'água local e pelo Córrego Independência, um importante afluente urbano. Obviamente que o controle das inundações se constituiu numa ação indispensável à expansão local, dele resultando tanto a incorporação de novas áreas ao processo urbano, quanto, sobretudo, a implantação de vias estruturadoras, que hoje se mostram fundamentais ao sistema viário. Contudo, a maneira pela qual essas intervenções foram realizadas é que constitui motivo de debate. Com a intenção de livrar-se das enchentes, se lançou mão de intervenções que trataram os rios como ‘adversários a serem vencidos’ e não como elementos a serem incorporados ao ambiente urbano, ou seja, se consolidaram como intervenções contra a água, quase nunca com a água.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa utilizou-se, como base cartográfica, a “Planta da Cidade de Juiz de Fora”, de 1883, e o Projeto de Regularização do Rio Paraibuna, de 1943. Após os trabalhos de georreferenciamento e geoprocessamento, as imagens geradas foram superpostas às do Google Earth, o que possibilitou apresentar as modificações processadas nas suas paisagens originais e as implicações que tiveram no ordenamento da cidade.

2. O Rio Paraibuna, a enchente de 1940 e a Variante Howyan:

O Rio Paraibuna, principal curso d'água do município, foi, historicamente, o grande vetor de ocupação regional, uma vez que seu curso guiou e condicionou a implantação do Caminho Novo, de 1709, que ligava o Rio de Janeiro à região produtora de ouro de Minas Gerais, rota responsável pelo surgimento de muitos aglomerados modestos, que mais tarde se transformariam em cidades consolidadas, como é o caso de Juiz de Fora.

Seu curso atual, dentro do perímetro urbano – cerca de 43km – é, em maior ou menor escala, totalmente artificial, desde a Barragem de Chapéu D’Uvas, ao norte, até à Ponte Getúlio Vargas, no Bairro Vila Ideal, ao sul. Essa profunda alteração decorreu do necessário controle de suas freqüentes inundações, que se transformaram em grave problema, especialmente a partir do momento em que a cidade dirigiu sua expansão para a grande planície aluvial, onde hoje se assenta a maior parte do centro urbano. O fato determinante da ‘construção’ de um novo rio foi a enchente de 1940, mais expressivo evento ambiental ocorrido na cidade. A partir de então tiveram lugar os trabalhos de retificação, aprofundamento do leito e alargamento de suas margens.

Antes de 1940 – é oportuno esclarecer – o Paraibuna era totalmente distinto do rio retilíneo e degradado que corta toda a extensão urbana de Juiz de Fora. Meândrico, serpenteava a planície, como descrito por Burton (2001, p.77), transportando suas águas em baixa velocidade, o que resultava em frequentes trasbordamentos. Era mais estreito, mais profundo e mais volumoso, o suficiente para ter abrigado um serviço de transporte de passageiros, inaugurado em 20/01/1914, por Abel Araújo de Montreuil, que fazia, por lanchas, a ligação entre o centro da cidade e o Bairro Benfica (OLIVEIRA, 1975, p.65; PROCÓPIO FILHO, 1979, p.15).

Nava (1974, p.189) o descreve como um rio “tortuoso, barrento, águas propícias ao afogamento de meninos, aos suicídios das moças seduzidas e das escravas judiadas do Visconde de Monte Mário”.

Mas a calha do rio se tornou insuficiente diante da expansão da cidade. Os inúmeros aterros realizados para construção de edifícios, praças e ruas ampliaram sua falta de capacidade para escoar as descargas máximas do período chuvoso. A natureza resolvia esse problema espalhando o excesso de águas pelas várzeas localizadas ao longo do seu médio vale, em Chapéu D’Uvas, nas “Planícies de Benfica” (ESTEVES; LAGE, 1915, p.149) e na planície central. Mas foi exatamente sobre essa última área que a cidade havia se expandido, substituindo pântanos por aterros e nestes, locando suas construções. As cheias passaram a ocorrer numa várzea ocupada, gerando enormes prejuízos humanos e econômicos (MACHADO; CUNHA, 2011, p.7).

Em fins de 1940 teve lugar o acontecimento que mudaria definitivamente a relação entre a cidade e seu rio. Ocorria a maior, mais violenta e mais demorada enchente do Paraibuna. Na madrugada da véspera de Natal suas águas avançaram pelas avenidas Getúlio Vargas, Rio Branco e Francisco Bernardino, cobriram o Largo do Riachuelo, atingiram as praças Dr. João Penido e Antônio Carlos e envolveram as áreas adjacentes, chegando, em algumas delas, a mais de dois metros, atingindo a Galeria Pio X e as escadarias do Teatro Central (COUTO; ROCHA, 1996, p.27).

A enchente teve duração de 91 horas e 30 minutos e a descarga máxima teria alcançado 245m³/s, muito superior à capacidade de sua calha, na época estimada em 120m³/s (GÓES, 1943, p.15/16). Os prejuízos econômicos foram muitos: casas destruídas (mais de 6.800 desabrigados), fábricas danificadas e paralisadas, lojas invadidas pelas águas. Durante quatro dias o trabalho e os meios de comunicação ficaram interrompidos.

Se de um lado a enchente foi traumática, de outro se transformou no *start* decisivo para a solução do grave problema que há quase um século assolava a cidade e sua população (MACHADO,

2012, p.46). Nesse mesmo ano, 1940, era criado o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), órgão do Governo Federal que teve como uma de suas primeiras atribuições solucionar o problema das cheias do Rio Paraibuna. A partir de então se seguiu o projeto do engenheiro Hildebrando de Araújo Góes, que considerava como ações decisivas a retificação do rio e a construção da Variante Howyan, intervenção destacada nesse artigo.

As obras de retificação (que envolveram dragagem, aterros, desmonte de rochas, escavação, proteção das margens, reconstrução e alargamento de pontes, desvio da estrada União & Indústria e desapropriações), inicialmente, limitavam-se ao trecho que vai da primeira corredeira, situada 480m a jusante da Ponte da Barreira (atual Ponte Getúlio Vargas) até 1.020m a montante da Ponte do Krambeck (Figura 1), correspondendo a um percurso de 10.200m contra 12.200m pelo curso natural, havendo uma redução de 16,4%.

Para a nova calha foi adotada seção trapezoidal, com 33m de largura no fundo, 52m de base maior e uma altura de 4,10m. Dimensões, que aliadas a uma declividade de 0,57m/km, propiciariam uma capacidade de descarga de 341,3m³/s (GÓES, 1943, p.40/41).

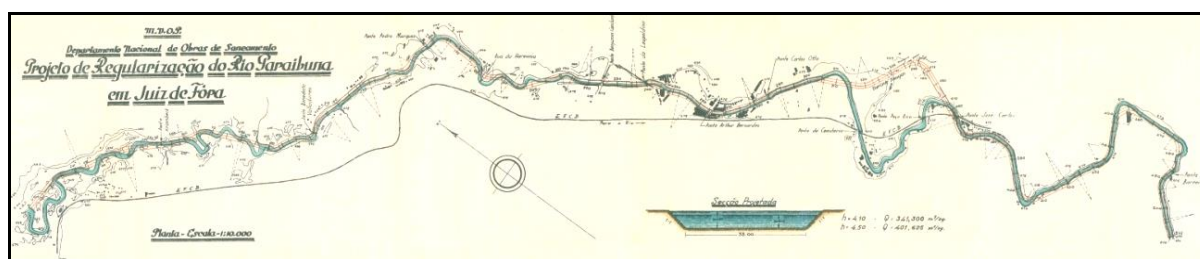


Figura 1 – Projeto de Regularização do Rio Paraibuna em Juiz de Fora

Fonte: Góes (1943, p.40/41)

Pode-se concluir que a maior consequência urbana da enchente de 1940 foi a completa retificação do Paraibuna e essa retificação redesenhou a cidade.

A maior intervenção do projeto de retificação foi a construção do canal extravasor, entre os bairros Poço Rico e Costa Carvalho (antiga região das Três Pontes), proposto pelo engenheiro francês Gregório Howyan, em 1892, e em sua homenagem chamada Variante Howyan. Acreditava-se residir nessa região a causa maior das frequentes inundações do Paraibuna, em razão de um conjunto de características, já apontadas por Howyan, quando da elaboração do primeiro Plano de Saneamento de Juiz de Fora (HOWYAN, 2004). A sucessão de meandros e a baixa declividade do rio nesse trecho, aliados à presença das três pontes da Estrada de Ferro Central do Brasil, que causavam

estrangulamento das vazões máximas do rio, eram considerados fatores determinantes das inundações na área central, imediatamente localizada a montante (GÓES, 1943, p.21).

A construção de um novo leito para o rio foi a medida adotada como solução do problema. Concebida no final do século XIX, as obras iniciaram-se somente depois da grande enchente de 1940, em 23/02/1942, sendo terminadas e inauguradas em 17/10/1950, no Governo do Prefeito Dilermano Cruz Filho (OLIVEIRA, 1975, p.212). Nesse trecho, o sinuoso curso do Paraibuna foi reduzido de 1.440m para 840m, o que permitiu maior fluidez de suas águas.

As figuras 2 e 3 ilustram essa intervenção no traçado do rio. Na figura 2, construída a partir do Projeto de Regularização do Rio Paraibuna, na escala 1/10.000 (GÓES, 1943, p.40/41), pode-se observar o antigo curso do rio na região das Três Pontes e o traçado alternativo proposto. A figura 3 mostra a situação atual do rio, com seu curso alterado após a construção da Variante Howyan, bem como seu antigo traçado, superposto à malha urbana atual, com a utilização de imagens do Google Earth.

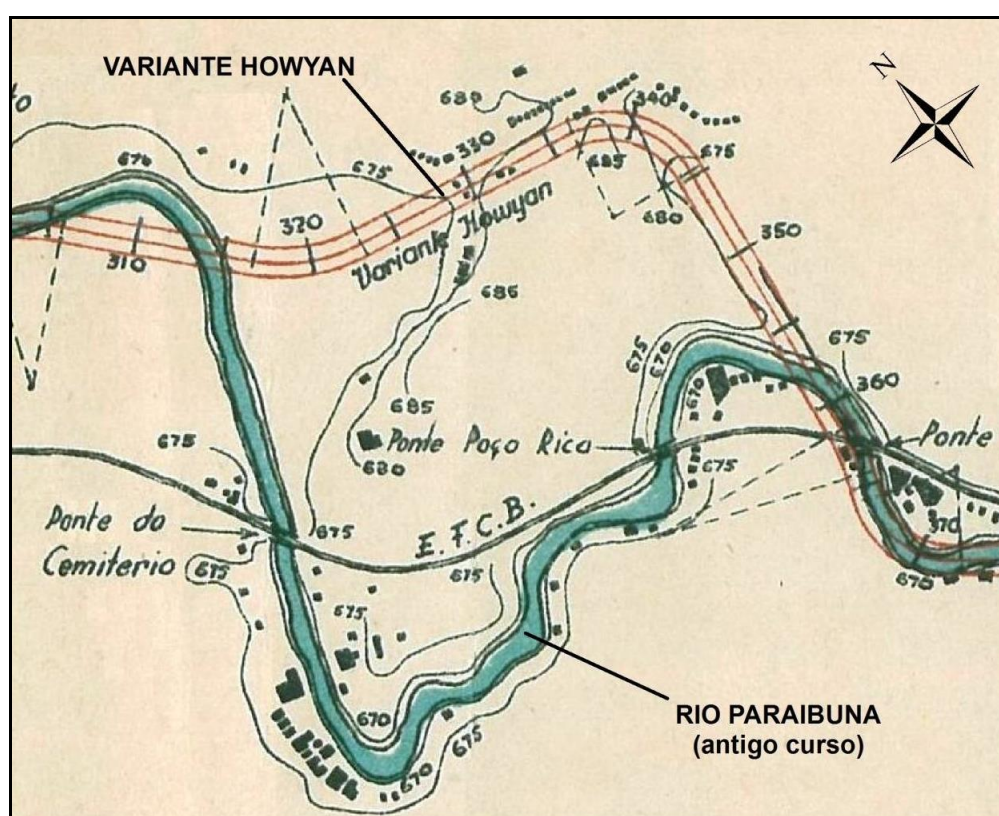


Figura 2 – Retificação do Rio Paraibuna em Juiz de Fora: detalhe do novo canal a ser construído (Variante Howyan)

Fonte: adaptado de Góes (1943, p.40/41)

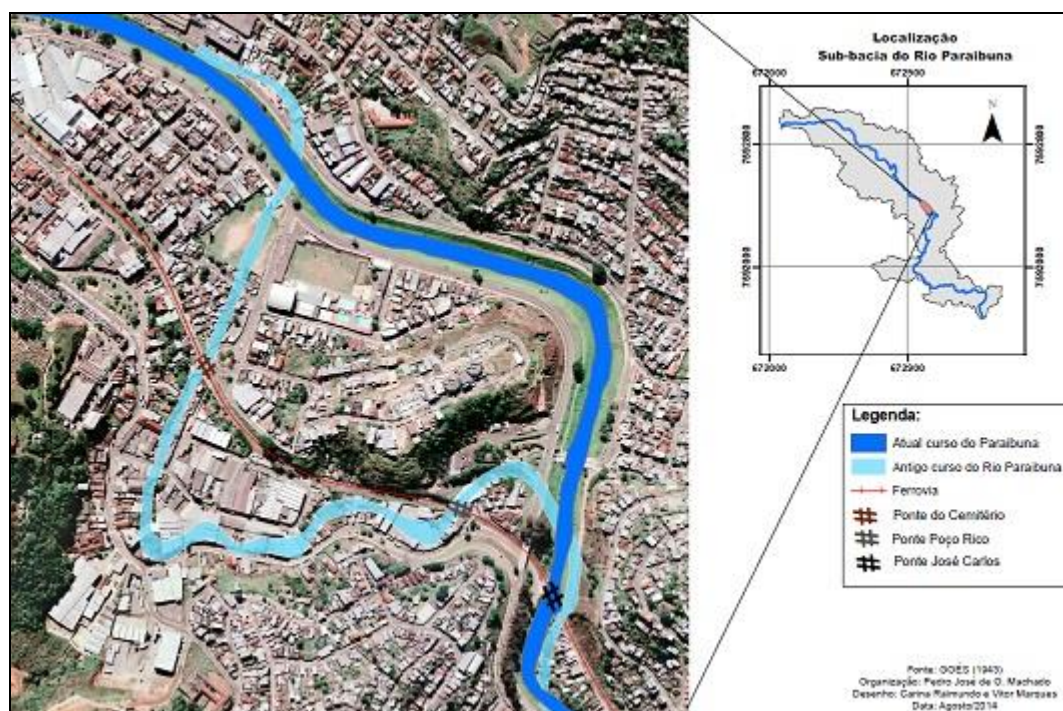


Figura 3 – Traçado atual do Rio Paraibuna na altura da Variante Howyan e superposição de seu antigo curso à malha urbana atual

Fonte: Machado et. al. (2014, p.68)

A retificação do rio, o aterro das várzeas e, sobretudo, a implantação da Variante Howyan promoveram um novo arranjo territorial urbano, com a implantação de vias estruturadoras, ocupação e incorporação de novas áreas. A retificação liberou mais terras às margens do rio “aumentando o espaço que foi sendo ocupado por fábricas e grandes armazéns, constituindo o setor atacadista da cidade, em virtude da proximidade com a estação ferroviária” (MENEZES, 2011, p.9).

Outra consequência foi a expansão da cidade para a Zona Sudeste, pois parte dos 6.800 desabrigados pela grande enchente foi alojada em casas populares, construídas em terrenos doados pela Prefeitura. Inicialmente chamado de ‘Flagelo’, o local deu origem ao atual Bairro Vila Furtado de Menezes (MACHADO; CUNHA, 2011, p.11).

Contudo, a principal consequência da retificação do rio e, sobretudo, da construção da Variante Howyan, foi a implantação da Avenida Brasil, uma das mais importantes vias estruturadoras da cidade. Ladeando o retificado Paraibuna por 8,5km, se une ao Acesso Norte (com 9,2km), constituindo-se na principal via a fazer a ligação entre as Zonas Sudeste, Centro e Norte.

3. A Praça Antônio Carlos e o Córrego Independência:

Assim como ocorreu com o Rio Paraibuna, o Córrego Independência, seu principal afluente urbano, passou por profundas transformações, fruto de sucessivas intervenções, que também se arrastaram por muitos anos, e que culminaram, no final da década de 1970, com sua retificação e com a canalização de 86,5% de seu curso (MACHADO, 2016, p.24).

A razão motivadora dessa série de intervenções no córrego foi a necessidade de controlar suas constantes inundações, sobretudo no seu médio e baixo curso, em áreas que hoje correspondem ao Bairro São Mateus e parte do centro da cidade.

Destaca-se aqui, em especial, as alterações processadas nesse córrego na altura da Praça Antônio Carlos, antigo Largo da Alfândega, onde existia sua foz primitiva no Rio Paraibuna, o que constitui uma configuração hidrológica impensável e incompreensível nos dias de hoje.

Essa área, em especial, torna-se excelente exemplo do modelo de intervenções urbanísticas realizadas na cidade e cujo resultado foi a transformação de uma paisagem anteriormente dominada pela água em outra, onde prevalece a aridez urbana. Até à década de 1890, a região atualmente ocupada pela Praça Antônio Carlos, onde se localizava a foz original do Córrego Independência era “um só pântano intransponível” (LESSA: 1985, p.63), formada por lagoas e brejos, nutridos pelos constantes transbordamentos desses dois cursos d’água. Os trabalhos de drenagem e aterro desses terrenos começaram em 1892 (OLIVEIRA, 1966, p.146/147). Antes disso, contudo, na década de 1870, a situação havia se agravado, em razão de uma importante intervenção realizada no local, para alocação dos trilhos da estrada de ferro.

Com a implantação da Ferrovia D. Pedro II, o Rio Paraibuna foi seccionado, resultando um grande meandro abandonado, exatamente onde existia a foz do Córrego Independência, em local hoje ocupado pela Praça Antônio Carlos (o que é mostrado com detalhes na planta de Uchoa Cavalcanti, de 1883). A situação da drenagem piorara nessa área de grande interesse para expansão urbana, vista como a “Porta da cidade” (PASSAGLIA, 1982, p.39), pois por aí se chegava pela antiga Estrada União & Indústria.

A Figura 4 apresenta esta área, tendo como referência a “Planta da Cidade de Juiz de Fora”, elaborada pelo engenheiro José Barbalho Uchoa Cavalcanti, em 1883, na escala 1:2.000. A planta, que fora encomendada pela Câmara Municipal, em 1881 (OLIVEIRA, 1966, p.118), e que mede 1,97m x 2,95m, constitui-se num dos trabalhos cartográficos de referência para a memória urbana de

Juiz de Fora, embora seu mau estado de conservação não seja compatível com sua relevância. A partir de fotografias de partes dessa planta, foram feitos os trabalhos de georreferenciamento e reedição, resultando no trecho mostrado a seguir.

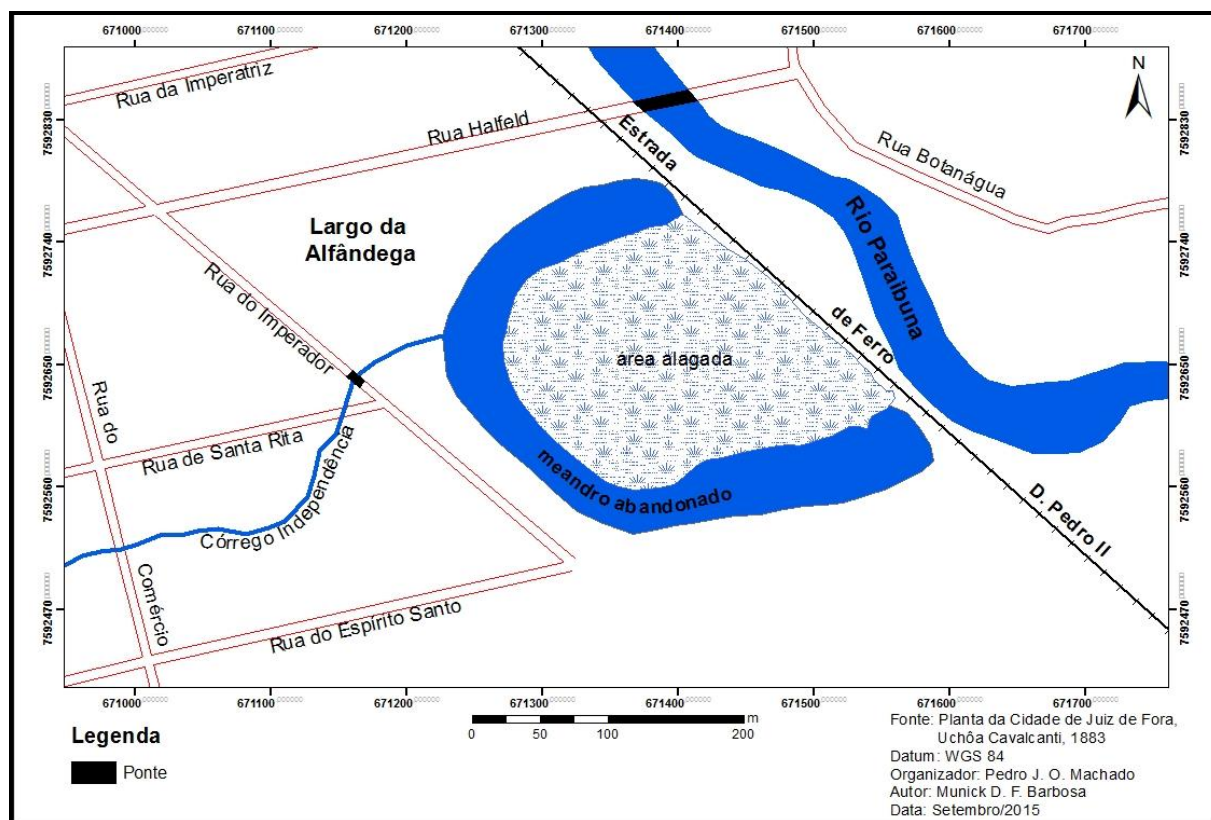


Figura 4 – Largo da Alfândega (atual Praça Antônio Carlos), em 1883

Observa-se que nesse momento as águas constituíam-se no mais importante elemento formador da paisagem local. Além do meandro abandonado do Rio Paraibuna e da grande área alagada em seu interior, somava-se o baixo curso do Córrego Independência, que passava no fundo dos terrenos que davam testadas para a Rua Santa Rita, no local onde se acha hoje implantada a Rua Barbosa Lima.

Mas era exatamente essa conformação morfológica que se apresentava como obstáculo à ávida expansão. A partir da drenagem da área, que pode ser entendida como a primeira grande intervenção realizada, o local se transformou com o processo de urbanização.

A expansão foi favorecida pelo baixo valor agregado dos terrenos ali existentes – sujeitos a inundações – e, por sua localização, próxima à estação ferroviária, o que fez com que fossem

instaladas construções emblemáticas, que ajudam a compor um conjunto histórico-arquitetônico dos mais importantes da cidade (PASSAGLIA, 1982, p.40).

No local foi implantada a Alfândega Ferroviária, por volta de 1893, “destinada à fiscalização dos produtos que entravam e saíam do Estado” (PASSAGLIA, 1982, p.57) e cujo prédio é hoje ocupado pelo Exército (4º Depósito de Suprimentos e 12ª Circunscrição do Serviço Militar). Por essa razão, à época, o local passa a ser conhecido como Largo da Alfândega. Também aí se implantam a Fábrica de Tecidos Bernardo Mascarenhas, que inaugura suas primeiras instalações em 14 de maio de 1888 (PASSAGLIA, 1982, p.44; FAZOLATTO, 2007, p.56); o conjunto formado pela antiga Companhia Mineira de Eletricidade (CME), hoje pertencente à Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), que conta com dois edifícios remanescentes, sendo o primeiro deles construído durante a década de 1890; o prédio da antiga Companhia Construtora Pantaleone Arcuri, em sua primeira fase, de 1895; e a Escola Normal, cujo prédio fora construído em 1930, mas no local onde antes se encontrava o prédio da Cadeia Municipal, “um dos primeiros edifícios públicos” (PASSAGLIA, 1982, p.47), e que teve suas obras iniciadas no começo da década de 1880 (OLIVEIRA, 1966, p.123).

Tem-se aqui uma situação que corrobora a afirmação de Moraes (2011, p.9) de que o território atual é o “resultado histórico de ações culturais, políticas e econômicas, que só pode ser devidamente explicado enquanto formação e em sua particularidade”.

As ações se sucedem no ritmo imposto pela expansão urbana e a urbanização exige cada vez mais obras contra as águas. Outra intervenção importante nessa área ocorre na década de 1930. Em 26/02/1933 era inaugurada uma ponte artística (que não mais existe) sobre o Córrego Independência (OLIVEIRA, 1975, p.85), quase na esquina da Avenida Quinze de Novembro (atual Avenida Getúlio Vargas) com a Rua Santa Rita (Figura 4).

As intervenções urbanísticas prosseguem até ao final da década de 1960, quando a paisagem urbana substitui definitivamente a paisagem hídrica, pois nesse momento o Córrego Independência se encontra, nesse trecho, relocado, retificado, canalizado e tem, por sobre ele, implantada a Avenida Independência. Staico, engenheiro responsável pelo “Projeto de Canalização do Córrego Independência e de Urbanização da Avenida Marginal” descreve que nesse local, no dia 31 de maio de 1968 era “solenemente inaugurado e entregue ao uso público, o primeiro trevo de Juiz de Fora, marcando fisicamente a nova era que se instalava” (STAICO, 1974, p.01/02), referindo-se à reurbanização da Praça.

A Figura 5 apresenta a sobreposição do conteúdo da Figura 4 à imagem do Google Earth (2015), o que possibilita melhor compreensão (e comparação) do atual espaço em momentos tão distintos.

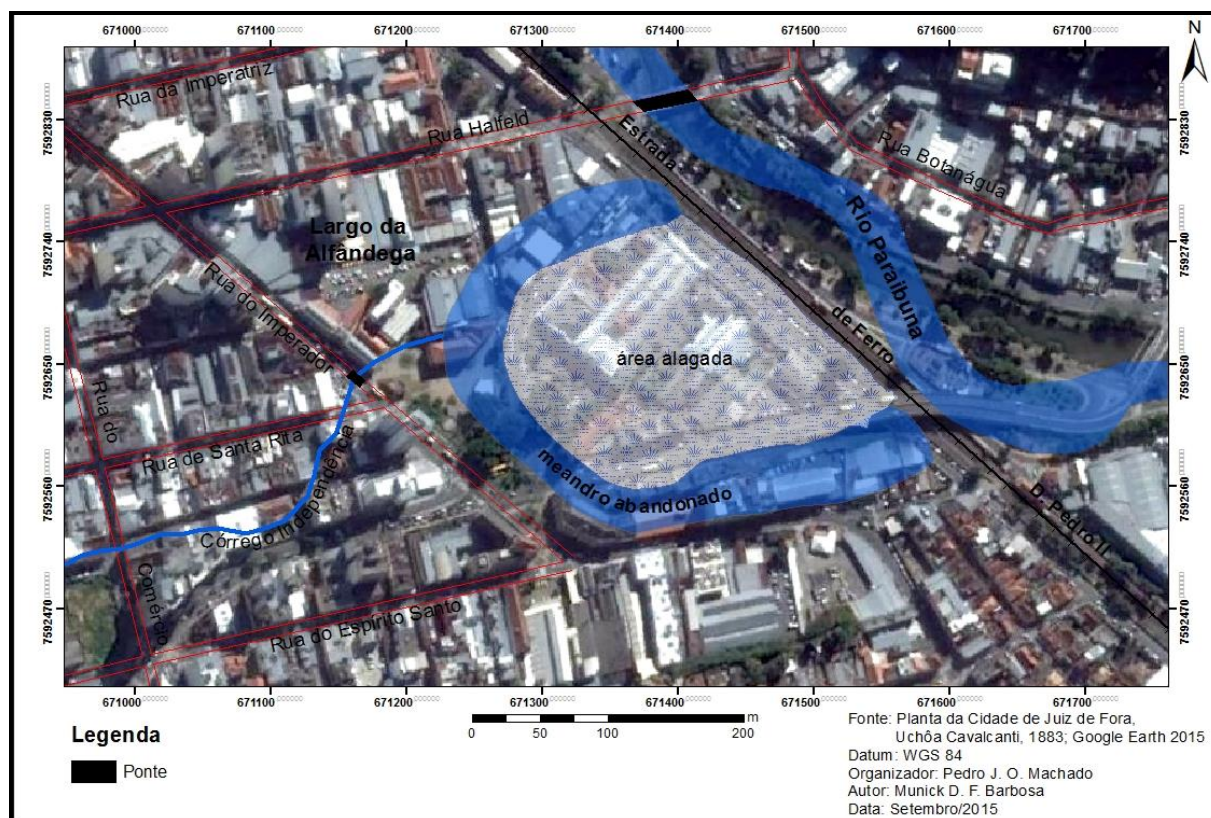


Figura 5 – Localização do antigo Largo da Alfândega (Praça Antônio Carlos) na atual malha urbana de Juiz de Fora

Como consequência dessa sucessão histórica de intervenções tem-se a completa substituição da paisagem formada pelas águas, como era nos fins do século XIX, por outra, dominada pela aridez urbana, impermeabilizada por concreto e asfalto. O antigo Largo da Alfândega, que se compunha de um expressivo meandro, da foz do Córrego Independência e de uma extensa área de pântano deu lugar à Praça Antônio Carlos, que como pode ser visto na Figura 5, perdeu todas essas características, achando-se hoje limitada por construções e vias estruturadoras sempre congestionadas.

O Córrego Independência que originalmente descrevia um curso sinuoso nesse trecho, foi retificado, ganhou novo canal, sob a Avenida Independência (atual Avenida Itamar Franco), o que o retirou do campo de visão da cidade. A Praça Antônio Carlos se transformou numa ilha em meio à atual estrutura viária de Juiz de Fora, tornando-se ponto de confluência das avenidas Getúlio Vargas

e Independência, passando, por isso, a se constituir no ponto nodal de ligação entre as Zonas Oeste e Leste com o centro da cidade.

4. Considerações Finais:

As áreas contempladas nesse artigo não se configuram como exceções, mas como exemplos da regra que tem caracterizado a produção do espaço urbano em Juiz de Fora, e que continua se notabilizando por uma relação de supressão das águas. O processo de urbanização local tem implicado numa série de alterações hidrológicas, que acabam se traduzindo em graves problemas de gestão. A dinâmica dos canais urbanos tem sido modificada por intervenções diversas, com impactos importantes na sua estrutura e comportamento, podendo ser listadas, como principais: 1) a retificação de canais (quase sempre adotada como medida corretiva para os problemas de inundações e alagamentos, mas que na maioria das vezes, não soluciona o problema, apenas o transfere para jusante); 2) a ocupação das margens dos cursos d'água e de suas planícies de inundação (que por serem áreas planas são geralmente utilizadas para alocação de residências ou vias); 3) a grande impermeabilização de superfícies na bacia de contribuição (o que implica no aumento do escoamento superficial, na redução das taxas de infiltração, e no consequente aumento dos episódios de alagamentos); 4) a completa canalização do curso d'água (o que afeta todo o ambiente hídrico e o retira do nosso campo de visão).

Tudo isso faz com que a cidade esteja cada vez mais vulnerável às precipitações, especialmente aquelas do período de verão. Pontos de alagamentos têm sido cada vez mais frequentes, com a intensificação de suas consequências, especialmente porque agora atingem maior número de pessoas, que habitam áreas que deveriam ser preservadas ou protegidas dessa ocupação.

Tudo isso reflete, em grande medida, a relação que a sociedade, de maneira geral, mantém com os recursos hídricos. Acostumamos a ter a cidade voltada de costas para os rios. Parece normal que os córregos, que sempre passam nos fundos das casas, sejam o destino de nossos esgotos. São tratados como problemas quando transbordam, no período chuvoso, e também no período seco, quando as vazões mínimas fazem o mau cheiro (daquilo que produzimos e nele introduzimos) se destacar.

O resultado desse modelo de urbanização tem sido, desse modo, a construção de paisagens áridas, com a sistemática retirada das águas da ambiência da cidade e do cidadão.

5. Referências:

- BARBOSA, Yuri Amaral. **Espaço, História e Cidade – Uma abordagem geográfica do processo urbano de Juiz de Fora na última década do século XIX**. Juiz de Fora: UFJF, 2016 (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- BRASIL, Camila Campos Grossi. **Paisagem e ambiente construído: intervenções antrópicas no traçado do rio Paraibuna, em Juiz de Fora – MG**. Juiz de Fora: UFJF, 2013 (Dissertação de Mestrado em Ambiente Construído).
- Burton, Richard Francis. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial, 2001.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. **Dos pântanos à escassez – Uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes**. São Paulo: Annablume/Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2003.
- COUTO, Ângela Oliveira; ROCHA, Isaura Regina Azevedo. **Juiz de Fora em Dois Tempos**. Juiz de Fora: ESDEVA/Tribuna de Minas, 1996.
- DEL GRANDE, Maria Helena et. al. A percepção de usuários sobre os impactos do racionamento de água em suas rotinas domiciliares. **Revista Ambiente & Sociedade**. São Paulo, 2016, Volume XIX, Nº 1, p. 165-184.
- DREW, David. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1986.
- DRUMMOND, Helena Ribeiro. O Comitê de Bacia Lagos-São João – RJ: uma Análise Através da Abordagem Institucionalista. *Anais do IV Encontro Nacional da Anppas*. Brasília, 2008, p. 1-13.
- ESTEVES, Albino; LAGE, Oscar Vidal Barbosa. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.
- FAZOLATTO, Douglas. **Juiz de Fora: Imagens do Passado**. Juiz de Fora: Panorama Editora, 2007.
- GÓES, Hildebrando de Araújo. **Inundações do Paraibuna em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.
- HOWYAN, Gregory. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004.
- LATUF, Marcelo de Oliveira. Diagnóstico das águas superficiais do Córrego São Pedro, Juiz de Fora-MG. **Revista de Geografia**. Londrina, 2004, Volume 13, Nº 1, p.21-55.
- LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à Proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

MACHADO, Pedro José de Oliveira et. al. Qualidade das águas do Rio Paraibuna no trecho urbano de Juiz de Fora/MG. **Revista Virtú**. Juiz de Fora, outubro/2005, Edição Nº 01, p. 01-15.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; SILVA, Roberta Guedes da. A utilização da Represa de Chapéu D'Uvas como manancial de abastecimento de Juiz de Fora/MG. **Fórum Ambiental da Alta Paulista**. Tupã/SP, 2007, vol. III, p. 2039-2054.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. Qualidade das águas urbanas em Juiz de Fora. **Revista de Geografia**. Juiz de Fora, 2011, Volume1, Nº 1, p.1-7.

MACHADO, Pedro José de Oliveira; CUNHA, Sandra Baptista da. Juiz de Fora: Inundações, Saneamento e Ordenamento Territorial. **Revista Geográfica de América Central**. Costa Rica, 2011, Número Especial EGAL, p. 01-15.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. **Diagnóstico ambiental e ordenamento territorial – instrumentos para a gestão da Bacia de Contribuição da Represa de Chapéu D'Uvas/MG**. 2012. Niterói: Universidade Federal Fluminense (Tese de Doutorado em Geografia).

MACHADO, Pedro José de Oliveira et. al. A enchente de 1940 e o ordenamento territorial de Juiz de Fora. **Anais do III Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF**. Juiz de Fora, 2014, p. 57-71.

MACHADO, Pedro José de Oliveira et. al. Intervenções em canais fluviais urbanos – estudo de caso do Córrego São Pedro, Juiz de Fora/MG. **Anais do II Simpósio Mineiro de Geografia e IV Seminário de Pós-Graduação em Geografia**. Juiz de Fora, 2016, p. 1271-1285.

MACHADO, Pedro José de Oliveira. Urbanização e qualidade das águas do Córrego Independência, Juiz de Fora/MG. **Revista Equador**. Teresina/PI, 2016, Vol. 5, Nº 5, p.20-35.

MENEZES, Maria Lúcia Pires. A Geografia urbana de Juiz de Fora na atual economia mundializada. Apontamentos para uma pesquisa. **Anais do XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Belo Horizonte, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia**. São Paulo: Annablume, 2011.

NAVA, Pedro. **Baú de Ossos: Memórias**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: UFJF, 1966.

OLIVEIRA, Paulino de. **Efemérides Juizforanas (1698-1965)**. Juiz de Fora: UFJF, 1975.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, 1982.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA (PJF). **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**. Juiz de Fora: Concorde, 1996.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

PROCÓPIO FILHO, J. **Salvo erro ou omissão**. Juiz de Fora: ESDEVA, 1979.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **A cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822/1901)**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.

STAICO, Jorge. **Interligação da Avenida Brasil, Independência e vias adjacentes – Memória Descritiva do Projeto urbanístico, viário, arquitetônico, geométrico e estrutural**. Juiz de Fora, 1974, 11p. (trabalho não publicado).

ALÉM DA PLACA: A HISTÓRIA DA RUA BERNARDO MASCARENHAS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS ESTUDOS SOBRE A COLONIZAÇÃO ALEMÃ NO BAIRRO FÁBRICA

Caroline de Paula Egídio¹

Resumo:

A motivação para este trabalho é a grande importância e contribuição cultural e histórica que a Rua Bernardo Mascarenhas, pertencente ao bairro Fábrica, tem para o cenário de Juiz de Fora e região. Considerada uma importante via de ligação entre o centro e outros bairros e regiões da cidade, a rua suscita perguntas e curiosidades, e abre diversas possibilidades de estudos sobre cultura e memória. Por mais que ainda sejam identificados pela ligação com os alemães, o bairro acolheu muitos outros grupos étnicos, mantendo também alguns resquícios dessa memória, como a presença de muitas famílias descendentes dos antigos imigrantes, as redes de sociabilidade, as memórias dos descendentes e alguns outros registros que serão apresentados ao longo do texto.

Palavras –chave: Rua; colonização alemã; memória; Juiz de Fora.

BEYOND THE PLATE: THE HISTORY OF BERNARDO MASCARENHAS STREET AND ITS CONTRIBUTION TO THE STUDIES ON GERMAN COLONIZATION IN FÁBRICA NEIGHBORHOOD

Abstract:

The motivation for this inventory is the great importance and cultural and historical contribution that Rua Bernardo Mascarenhas, belonging to the Fábrica district, has for the scenario of Juiz de Fora and region. Considered an important link between the center and other neighborhoods and regions of the city, the street raises questions and curiosities, and opens up many possibilities for studies on culture and memory. Although they are still identified by the connection with the Germans, the neighborhood has welcomed many other ethnic groups, as well as some remnants of this memory, such as the presence of many families descended from the old immigrants, the networks of sociability, the memories of the descendants and some others records that will be presented throughout the text.

Key-words: Street; German colonization; memory; Juiz de Fora.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e estagiária da Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC/FUNALFA). E-mail: carollegidio@gmail.com.

Em alguns documentos, textos, livros e até mesmo teses, observa-se que a história da Rua Bernardo Mascarenhas é marcada por ter sido o centro de uma das colônias alemãs, a antiga Villagem, em meados do século XIX. Região conhecida atualmente por Fábrica, a mesma surpreende não só por seu desenvolvimento, diversidade, e também pela sua extensão - abrange quase todo o bairro, quase uma Avenida, por sua agitação e trânsito constantes.

Sua origem, está associada a alguns motivos importantes: à sua posição estratégica, para o transporte de diversos produtos, ligando Juiz de Fora a outras cidades (Estrada do Paraibuna)² e permitindo o acesso à futura estrada União e Indústria; sua proximidade com as oficinas da Companhia União e Indústria e com a residência de Mariano Procópio; a sua proximidade com a fábrica Companhia Industrial Mineira – criada após o fim da Companhia União e Indústria; a proximidade em relação à Estação Ferroviária de Mariano Procópio; e a proximidade em relação ao centro urbano.

Dentre as três colônias alemãs, a atual Rua Bernardo Mascarenhas – bairro Fábrica - se diferenciou por sua característica predominantemente urbana, devido à posição geográfica e à presença de imigrantes alemães que desenvolviam trabalhos mais especializados. Esta região concentrou parte desses, mesmo após a inauguração da estrada no ano de 1861 e a falência da colônia D. Pedro II e da Companhia União e Indústria. Nesse período posterior, os mesmos permaneceram na região, “desenvolvendo suas funções em seus próprios estabelecimentos ou de outros, atuando nas fábricas como operários, ou no setor prestador de serviços”(FERREIRA, 2011,p.150) Assim, a proximidade com a área central possibilitava aos colonos uma maior integração com as diversas possibilidades de empregos. E também, por tudo isso, a região permitiu a instalação de pequenas indústrias, fábricas e comércios, pertencentes, em sua maioria, aos colonos alemães.

A imigração alemã ocorre durante o segundo período de desenvolvimento de Juiz de Fora, dado pela urbanização, que compreendia o período de 1840 à 1861, ligada a três fatores básicos: a cafeicultura, como fonte geradora de riquezas, de desbravamento da região; a localização, que resultará na necessidade de escoamento da produção; e a Estrada União Indústria, que propiciará os meios para isto. Coincidentemente, foi um alemão, chamado Heinrich Wilhelm Ferdinand Halfeld (Henrique Guilherme Fernando Halfeld) o incumbido para a construção da estrada do Paraibuna, sendo esta a responsável pelo surgimento do núcleo urbano da futura cidade de Juiz de Fora; logo

² Inaugurada em 1838, a Estrada do Paraibuna agregou e ampliou o trajeto já existente do Caminho Novo. Passava pelas áreas do antigo Morro da Gratidão, hoje conhecido como Morro da Glória.

após, a construção da então “União e Indústria” veio para selar uma nova etapa do desenvolvimento da cidade, elevando-a à mais importante da província, cercada por dinamismo e novos ares de modernidade. A vinda dos primeiros imigrantes alemães serviria como mão de obra especializada para as obras da estrada e da construção de seges, carruagens e carroças utilizadas para o transporte. E outro grupo de colonos, atenderia à demanda da constituição de uma nova colônia agrícola, denominada D. Pedro II.

De acordo com o mapa dos prazos, nota-se que a colônia era dividida em 4 partes: *Villagem*, atual região da rua Bernardo Mascarenhas, seria delimitada a partir da Estação de Rio Novo pela estrada do Paraibuna, especificada como um local de residência de artífices e trabalhadores braçais. Observa-se no bairro Fábrica um movimento diferente, que acompanha, como fora citado anteriormente, em outras partes do texto, a industrialização cada vez mais crescente na cidade. O bairro teve a peculiaridade de concentrar as manufaturas, comércios e as residências das famílias colonas, tendo mais tarde como principal via de acesso, a atual rua Bernardo Mascarenhas.

O bairro Fábrica teve seu desenvolvimento devido ao surgimento da Colônia Dom Pedro II, constituída para concentrar aqueles que vieram para atuar em várias atividades relacionadas à construção da então estrada União Indústria. “Esta estrada facilitaria o trajeto entre a corte e a Província de Minas, além de possibilitar um maior fluxo de distribuição do café.” (GENOVEZ, 1998, p.4). Localizada do outro lado do Morro da Gratidão³, a colônia Dom Pedro II possuía três subdivisões, denominadas de Colônia de Baixo, Colônia do Meio e Colônia de Cima. Anexa à mesma, fora criado ainda um bairro denominado *Villagem*, responsável por promover um contato maior dos colonos com a zona urbana. Incluído no abrangente projeto de Mariano Procópio⁴, o bairro ganharia destaque por suas características mais urbanas, diferentemente das outras colônias, que mantinham características essencialmente agrícolas, e nas quais residiriam os trabalhadores braçais e operários da companhia. Após a extinção da Colônia Dom Pedro II, *Villagem* apresenta um processo contínuo de desenvolvimento, dado principalmente em torno da antiga Rua da Colônia, conhecida atualmente por Rua Bernardo Mascarenhas. Descrita como área da antiga chácara do Barão de Pitangui, a mesma

³ Atualmente a região é compreendida pelos bairros Santa Catarina, Jardim Glória e Morro da Glória.

⁴ Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872). Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Deputado Federal. Construtor e incorporador da Companhia União Indústria que construiu a rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis, inaugurada em 1861 pelo Imperador Dom Pedro II. Fundador da Escola Agrícola União Indústria e da Colônia Dom Pedro II, de imigrantes alemães.

era “delimitada por seu início no Morro da Boa Vista, além da Estação de Mariano Procópio, terminando na fábrica de cervejas de José Weiss.” (ESTEVEZ, 2008, p. 161)

Tida como uma importante referência para os colonos alemães, a rua servia como um eixo estruturador e contava com uma multiplicidade de atividades manufatureiras e comerciais; diversos grupos de imigrantes e seus estabelecimentos, bem como operários e suas moradias. Pode-se citar como exemplo um estabelecimento de grande importância, a Cervejaria José Weiss, que foi pioneira e teve grande importância para o desenvolvimento da região, sendo também a área de lazer e o ponto de encontro das famílias da região e da sociedade juizforana em geral nos finais de semana. O terreno onde foi instalada a Cervejaria foi adquirido através de uma negociação de compra com a Companhia União Indústria, e correspondia à antiga chácara do Barão de Pitangui. Segundo STEHLING (1979, p. 32) “nessa área, onde foi construída a Cervejaria José Weiss, havia um bonito parque, onde foi instalada a primeira roda gigante da cidade, além de uma pista de boliche e um amplo salão usado para festas, bailes e jogos. A Cervejaria José Weiss compreendia um complexo de atividades de lazer e produtos de qualidade, que marcaram o período e o imaginário da população.

A diversidade dos estabelecimentos comerciais demonstrava a necessidade de preservação de aspectos da cultura alemã, ou, de manter laços com suas raízes e tradições. Podemos citar como exemplo, não só a produção e o consumo da cerveja, mas também a existência de açougues e salsicharias, que eram responsáveis por atender os colonos em seus prazos⁵. A região contava ainda com curtumes, como o Krambeck⁶, e malharias (ou grandes fábricas de meias) como a Sedan⁷.

Outras informações nos ajudam a recuperar um pouco mais sobre a história do bairro, principalmente em relação à nova denominação e desenvolvimento. Segundo a reportagem veiculada em um jornal de 1958⁸:

A artéria principal do Bairro Fábrica, que é a Rua Bernardo Mascarenhas, encontra-se agora com um novo e melhorado aspecto, em consequência da obra de asfaltamento, efetuado recentemente dentro de um prazo praticamente curto [...] quando da retirada do bonde, os moradores do Bairro Fábrica pareciam revoltados contra tal iniciativa, verificando porém em seguida que esta supressão teria trazido

⁵ O primeiro açougue da antiga Vilagem teria como proprietário o Sr. Theodoro Tesch, e a primeira salsicharia o Sr. Eduardo Bansemer.

⁶ Também conhecido como “Krambeck e irmãos”, era um curtume de couro localizado na rua Bernardo Mascarenhas, propriedade da família de Detleff Krambeck.

⁷ Também conhecida como “Gerheim & Irmãos” ou “Sociedade Anônima da MALHARIA SEDAN”, era uma fábrica de finas meias para senhoras, propriedade da família Gerheim.

⁸ GELLI, Antônio. A vida e o problema dos bairros: Fábrica e Mariano Procópio. *O Lince*, p. 16, abril. 1958.

maiores vantagens conforme pode-se constatar hoje através das obras de asfaltamento, esgoto, passeios e etc [...] ⁹

Observa-se um processo de urbanização da antiga colônia, a partir da década de 1950, através da pavimentação de sua rua principal, responsável pela ligação do centro com a Zona Norte. O bonde, citado acima, em muito contribuiu para a nomenclatura atual do bairro, já que em sua tabuleta, o nome Fábrica, referente a então fábrica de cervejas de José Weiss, serviria como identificação da região. ¹⁰

Entretanto, é necessário também contar a história do bairro através de outros aspectos que o caracterizam, mas não estão diretamente ligados à colônia alemã, como por exemplo, a instalação do 10º Batalhão de Infantaria de Juiz de Fora, em 1919, que foi transferido para Belo Horizonte em 1932, retornando para a cidade em 1955. ¹¹ Também responsável pelo estímulo ao crescimento da região, o quartel teve um papel importante e polêmico durante o Movimento de 1930 e em 1964, quando as suas tropas marcharam em direção ao Rio de Janeiro para deflagrar o golpe militar. Anteriormente, a área de sua localização era conhecida como Rua das Escolas, já que as escolas construídas por Mariano Procópio para atender os filhos dos colonos, funcionaram ali, no lugar que atualmente é conhecido por Rua General Gomes Carneiro. ¹² Destacam-se também como exemplos a Associação Atlética do Vasco da Gama (ou Vasquinho), o Hospital Geral do Exército, o Colégio Técnico Universitário (CTU) atual IFET e a Escola Estadual Professor Quesnel.

Através dos jornais, pode-se obter uma variedade de informações que colaboram para o entendimento acerca do desenvolvimento do bairro. Questões e pautas sobre urbanização, modernização, lazer e reivindicações, como por exemplo, os pedidos por limpeza de córrego e área de lazer, veiculados em um jornal de 1990 ¹³. Através das entrevistas com a população, sobre as vantagens e desvantagens do bairro, por exemplo, as reportagens registram de forma geral, as características de tranquilidade e de bem-estar que o local proporciona ¹⁴.

Moradora do bairro desde o seu nascimento, Maria Helena Villar é uma das pessoas que contribui para recuperar a história do bairro. Em uma reportagem cedida para um jornal da cidade ¹⁵,

⁹ Idem.

¹⁰ Jornal Panorama- Comunidade. Juiz de Fora, Página 12. Setembro de 2004.

¹¹ Jornal Panorama- Comunidade. Juiz de Fora, Página 13. Setembro de 2004.

¹² Idem.

¹³ Tribuna da Tarde- Viver JF (Bairro). Juiz de Fora, Agosto de 1990.

¹⁴ Jornal Panorama- Comunidade. Juiz de Fora, Página 13. Setembro de 2004.

¹⁵ Entrevista veiculada pelo Jornal Panorama/Comunidade em 19 de setembro de 2004.

no ano de 2004, Maria Helena, filha dos comerciantes Alexandre e Carmem Villar, afirma ter crescido e acompanhado o desenvolvimento do local, onde fixou moradia desde o seu nascimento. Mudanças como o asfaltamento da rua principal e a construção de um terminal rodoviário na Várzea do Euclides (atual Bairro São Dimas),¹⁶ são destacadas em seu depoimento.

O ex-professor de História da UFJF, Prof. Newton Barbosa de Castro¹⁷, já falecido, informou em uma reportagem de 2001 que, nasceu e foi criado no bairro, onde também criou seus filhos. Até seu falecimento, o Prof. Newton era o proprietário da maior biblioteca particular de Juiz de Fora, e uma das grandes referências sobre a história da imigração alemã e do bairro, que segundo ele, se caracterizava como um lugar pacato e especificamente formado por operários¹⁸. Ele relembrou que até 1914, só se falava alemão no bairro, e que logo após, os processos de transformações se desenrolariam de forma contínua, sofrendo influências diversas. O historiador também falou rapidamente sobre o Curtume Krambeck, cujas chaminés¹⁹, construídas por operários alemães, serviam como apito para os moradores, se tornando um símbolo para o local²⁰.

Mesmo não sendo muitas, as instituições de ensino do bairro são consideradas referências locais e regionais, atraindo estudantes de diversos pontos do município e de cidades vizinhas. A Escola Estadual Professor Quesnel, por exemplo, educou várias gerações e acompanhou as diversas transformações locais, como o asfaltamento da Rua Bernardo Mascarenhas, citado anteriormente no texto. Instalada em um casarão antigo, desde 1951, a mesma sofreria com a dificuldade no processo de repasse de verbas e com as instalações consideradas precárias por um jornal da época²¹. Atualmente, a escola ainda funciona no mesmo lugar, contando com alguns reparos em sua estrutura e pintura, atendendo ainda boa parte dos estudantes da região.

Outra instituição que merece destaque é o antigo Colégio Técnico Universitário, popularmente conhecido como CTU, e agora, após algumas reformulações, denominado IFET (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais). Sua história começa após a criação dos “Cursos Técnicos da Escola de Engenharia”, em 1957, no governo de

¹⁶ Atual Bairro São Dimas, em Juiz de Fora.

¹⁷ Historiador e ex-professor de História Medieval do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

¹⁸ MOREIRA, Fabiano. Colonização alemã marca o Fábrica. *Tribuna de Minas*, p.3, 30 jun. 2001.

¹⁹ Este parágrafo tem como base o bem tombado de acordo com o Processo 5.550/92- Decretos 4.961/27.1.1994 e 6.331/19.11.1998. Arquivo DIPAC.

²⁰ Jornal Panorama- Comunidade. Juiz de Fora, Página 12. Setembro de 2004.

²¹ GELLI, Antônio. A vida e o problema dos bairros: Fábrica e Mariano Procópio. *O Lince*, p. 16, abril. 1958.

Juscelino Kubitschek, sendo incorporado à Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com transferência para o campus em 1971, até a construção de um Campus Sede para o mesmo. A instituição também funcionou, na década de 1990, em algumas dependências de um prédio da Rua Espírito Santo, na antiga Faculdade de Odontologia. Contando atualmente, com um número de 3000 alunos, o antigo Colégio Técnico Universitário é tido como referência na área de educação, com uma ligação muito forte com o bairro, proporcionando um envolvimento da população com o ambiente universitário.

Ao longo da segunda metade do século XX, o Bairro Fábrica passou por inúmeras transformações: a população cresceu e se diversificou; os negócios, estabelecimentos e serviços foram atualizados; os imóveis foram demolidos ou descaracterizados; e restaram pouquíssimas edificações da colônia alemã – com tijolos aparentes ou outras. Atualmente, o bairro encontra-se totalmente transformado e a Rua Bernardo Mascarenhas, quase uma avenida, faz a ligação entre diversos bairros e o centro da cidade, resultando em um trânsito intenso.

Ainda que o bairro tenha surgido de uma colônia de imigrantes alemães, com uma presença quase hegemônica durante aproximadamente cem anos, devido às repressões, durante a Segunda Guerra Mundial e devido a vários outros fatores, as fortes características culturais desse grupo começaram a esmaecer. No entanto, em meio a inúmeras transformações, a memória dessa imigração ainda persiste através da presença das famílias: seus sobrenomes; fotos e documentos; suas lembranças e relatos.

A memória dessa imigração também persiste através de alguns registros materiais, como: Curtume Krambeck – Chaminés e parede da fachada principal (Rua Bernardo Mascarenhas nº 1334, bem tombado – construção com tijolos aparentes); o prédio da Cia de Eletricidade – CEMIG (Rua Bernardo Mascarenhas nº 1334, bem tombado – construção com tijolos aparentes); a residência da família Kneipp (Rua Bernardo Mascarenhas nº 527 bem não tombado – construção com detalhes que remetem ao enxaimel); além de algumas vilas ou becos; ou casas geminadas. Também vale citar algumas placas de rua e letreiros de estabelecimentos.

E no entorno do bairro, complementando as Chaminés do Curtume Krambeck encontra-se a Mata do Krambeck, que percorre boa parte da Avenida Brasil e os bairros São Dimas e Santa Terezinha, onde ficava a residência da família Krambeck, construída depois que a casa da Rua Bernardo Mascarenhas foi transformada no escritório do curtume pertencente aos mesmos.

Além dos colonos alemães, ao longo do tempo, o bairro também recebeu outros grupos de imigrantes, como portugueses, italianos, etc, como demonstra o pequeno armazém de libaneses, localizado na Rua Bernardo Mascarenhas, e muito conhecido pelos moradores. Esse estabelecimento chama a atenção por manter-se quase inalterado, sem inovações ou modernizações ao longo do tempo, semelhante às antigas “vendas” do início do século XX, e decerto, pelas características da família proprietária, que mantém certo recolhimento em relação ao convívio social, vivendo quase restrita ao ambiente do estabelecimento e da casa.

Entre mudanças e permanências, o bairro Fábrica continua reconhecido por sua origem, como uma importante colônia alemã, que concentrou um grande contingente de imigrantes, que atuaram na cidade e em empreendimentos de Mariano Procópio, como mão de obra especializada. Atualmente, a rede de relações sociais da rua Bernardo Mascarenhas é representada pela variedade de grupos de diversas origens, mesmo com o predomínio de descendentes de colonos alemães no local. A miscigenação ocorreu naturalmente, como em todo o Brasil, como demonstram os relatos de Oscar Kappel e Maria Aparecida Gollner, que afirmam terem se casado com parceiros que possuíam misturas de negros, índios e europeus.

A rua permitiu o contato e trocas culturais, principalmente após a instalação da fábrica de cervejas da família Weiss. Nos depoimentos dos moradores mais antigos, ela é sempre citada como o estabelecimento mais importante e responsável pelo crescimento do bairro, e o principal centro de relações entre os que moravam na rua, no bairro e em outras regiões da cidade. Considerada como um ponto de encontro, segundo o senhor Oscar Kappel, ela era a responsável por promover diversos bailes de carnaval, dentre outras diversões.

A relação entre os moradores ainda permanece como nos tempos da antiga colônia: a proximidade entre as casas, e a existência de vilas e becos permite uma aproximação maior entre os mesmos, que sempre se reúnem nos finais de tarde para conversar nas portas das residências. Os descendentes de alemães que ali permaneceram, continuam mantendo o contato com os vizinhos, e também mantendo uma rede familiar, já que muitos possuem grau de parentesco entre si (irmãos, primos que moram próximos).

Após o fim da Fábrica de Cervejas José Weiss, a grande referência em termos de lazer e manutenção dos vínculos sociais, passou a Ser o Clube Vasquinho, que sediava festas e grandes bailes de finais de semana. Ademais, cabe ressaltar a existência de uma associação de moradores, que parece funcionar em conjunto com o bairro São Dimas, estando localizada nas proximidades da rua, perto

da Rodoviária de Juiz de Fora. Além disso, há ainda uma associação da igreja católica do bairro, que funciona ao lado da citada anteriormente.

Como qualquer outro lugar, devido à ação do tempo, da especulação imobiliária, das imposições do progresso e das transformações tecnológicas, muita coisa mudou. No entanto, é preciso observar as transformações e permanências dos centros urbanos, em seus aspectos físicos, sociais e culturais, que são de grande importância para os estudos em torno do patrimônio e ações preservacionistas, colaborando para a manutenção de uma história e memória específicas, como é o caso da colonização alemã na rua Bernardo Mascarenhas.

Vê-se como necessário, primeiramente, destacar dois pontos principais em torno das transformações do lugar: a urbanização, ou o asfaltamento da via principal (Bernardo Mascarenhas), que impôs uma série de transformações, principalmente em termos de transporte. E o impacto das guerras mundiais (Primeira e Segunda Guerras mundiais), com destaque para o segundo conflito, em que se observa uma política severa de repressão aos costumes e à cultura alemã na região e na cidade. Nas entrevistas realizadas com os descendentes de colonos alemães, nota-se nas gerações nascidas no período próximo ao conflito (que durou de 1939 até o ano de 1945), uma ruptura com algumas características tradicionais para os filhos dos colonos. Por exemplo, como a questão do idioma, muitos não aprenderam o mesmo, e observavam apenas as conversas entre pais e membros mais velhos da família. Essa história é confirmada através dos relatos de Ivone Zimmerman²² e Maria Aparecida Gollner²³, que contam que apenas alguns dos seus irmãos mais velhos teriam aprendido o alemão, e que as conversas usando o idioma, se restringiriam aos seus pais e avós.

As práticas de repressão, assim como as reações que se sucedem após as mesmas também estão presentes nos relatos do senhor Oscar²⁴ e Roberto Dilly²⁵, neto e tataraneto de colonos alemães. Oscar Kappel, filho de Jorge Kappel e Carolina Lowenstein, assim como boa parte dos imigrantes alemães, é adepto da religião luterana, e conta que durante o período da Segunda Guerra, a Igreja Luterana sofreu perseguições intensas, chegando a ter os seus tetos e pisos arrancados – devido a

²² Entrevista concedida à Valéria Leão Ferenzini e Caroline de Paula Egídio, em 16/11/2016, pela senhora Ivone Zimmermann. Rua Oswaldo Cruz, nº 163. Centro, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

²³ Entrevista concedida à Dalila Varela e Caroline Egídio, em 03/11/2016, pela senhora Maria Aparecida Gollner. Rua Bernardo Mascarenhas, s/n. Fábrica, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

²⁴ Entrevista concedida à Caroline Egídio e Valéria Leão Ferenzini, durante o período de 08/11/2016 a 09/11/2016, pelo senhor Oscar Kappel. Rua Eduardo Weiss, nº 167. Fábrica, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

²⁵ Entrevista concedida à Dalila Varela e Caroline Egídio, em 01/12/2016, pelo senhor Roberto Dilly. Av. Getúlio Vargas, nº 455. Centro, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

buscas policiais -, assim como a prisão e o exílio do pastor. As práticas de repressão eram tão severas, que geraram uma resistência dos colonos alemães em dar informações ou falar sobre as suas famílias, como fora dito no depoimento de Roberto Dilly. A mudança de sobrenomes, seria uma entre as várias medidas contra a perseguição aos mesmos.

É necessário destacar também a modificação das fábricas e edificações das ruas. Infelizmente, poucas resistiram em sua constituição original, já que muitas foram modificadas devido às novas demandas da rua, ou passaram por reformas pelas famílias proprietárias, como é o caso da Vila João Gollner²⁶, que foi completamente descaracterizada, perdendo os tijolinhos característicos das construções alemãs. As casas de colonos alemães na cidade seguiram algumas tendências, dentre elas, os tijolos aparentes.

Outro ponto de mudança, envolve a questão de evasão das famílias: com a morte dos familiares mais velhos, houve uma dispersão de seus descendentes, assim como a mudança para outros bairros das cidades. Fim da associação alemã, dos comércios e indústrias alemãs também caracterizam as transformações. Um fato interessante, segundo o senhor Oscar²⁷, é que antes de ser conhecido como o Grupo Escolar Professor Quesnel, o antigo casarão abrigaria a Escola Estadual Antônio Carlos, que funciona atualmente no bairro Mariano Procópio e que na época da infância da entrevistada, dona Maria, já teria se instalado na rua.

As permanências giram em torno presença de muitos descendentes no bairro. Os sobrenomes são formas de permanências, que transitam pelo cotidiano do bairro e também podem ser vistos nas placas de estabelecimentos, como é o caso da farmácia Eberle e da PPIENK, cujos donos são os descendentes da família Kneipp. Há também um empenho por meio dos descendentes, em manter essas permanências, ou, a memória da colonização na região, como os trabalhos de Oscar Kappel e Ivone Zimmermann, relatos pessoais e de experiência que contribuem para a historiografia local e da colônia alemã.

BIBLIOGRAFIA:

BORGES Célia Maia (Org.). **Solidariedades e Conflitos**: História de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Editora UFJF. Juiz de Fora, 2000.

²⁶ A vila, pertencente a família de Maria Aparecida Gollner, carrega esse nome como uma homenagem ao seu pai, responsável pela construção da mesma.

²⁷ Entrevista concedida à Caroline Egídio e Valéria Leão Ferenzini, durante o período de 08/11/2016 a 09/11/2016, pelo senhor Oscar Kappel. Rua Eduardo Weiss, nº 167. Fábrica, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

ESTEVEZ, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora**. (Org.) LAGE, Oscar Vidal Barbosa & ESTEVES, Albino. 3d. FUNALFA. Juiz de Fora, 2008.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Núcleo Histórico da Avenida dos Andradas e do Bairro Mariano Procópio – Nota prévia de pesquisa. Clio Edições Eletrônicas, Juiz de Fora, 1998.

KAPPEL, Oscar. **Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Juiz de Fora**. Editora Associada, 2002.

STEHLLING, Luiz José. **Juiz de Fora: A Companhia União e Indústria e os alemães**. I.H.G.J.F. Juiz de Fora, 1979.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. (Orgs.) **À margem do caminho novo: Experiências populares em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

ZIMMERMANN, Ivone. **Alemães e Austríacos em Juiz de Fora - Retratos de uma Época: Genealogia das famílias alemãs e austríacas que fixaram residência em Juiz de Fora**. Rio de Janeiro: PUBLIT, Soluções Editoriais, 2015. Volume 2.

FONTES:

Impressas:

Jornal Panorama- Comunidade. Juiz de Fora, Setembro de 2004.

Tribuna da Tarde- Viver JF (Bairro). Juiz de Fora, Agosto de 1990.

Jornal *O Lince* – Juiz de Fora, Abril de 1958.

Processo 5.550/92- Decretos 4.961/27.1.1994 e 6.331/19.11.1998. Arquivo DIPAC.

Transcrições:

Entrevista concedida à Dalila Varela e Caroline Egídio, em 03/11/2016, pela senhora Maria Aparecida Gollner. Rua Bernardo Mascarenhas, s/n. Fábrica, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

Entrevista concedida à Caroline Egídio e Valéria Leão Ferenzini, durante o período de 08/11/2016 a 09/11/2016, pelo senhor Oscar Kappel. Rua Eduardo Weiss, nº 167. Fábrica, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

Entrevista concedida à Valéria Leão Ferenzini e Caroline de Paula Egídio, em 16/11/2016, pela senhora Ivone Zimmermann. Rua Oswaldo Cruz, nº 163. Centro, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

Entrevista concedida à Dalila Varela e Caroline Egídio, em 01/12/2016, pelo senhor Roberto Dilly. Av. Getúlio Vargas, nº 455. Centro, Juiz de Fora. Arquivo DIPAC.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

A HISTÓRIA DO BAIRRO SÃO BENEDITO

Marília Villanova Rodrigues¹

Resumo:

O projeto que se segue, busca através da história oral, da memória e da análise comparativa de documentos, resgatar a história de formação do bairro São Benedito, na cidade de Juiz de Fora. Busco contestar as hipóteses em relação à expansão dos bairros periféricos de Juiz de Fora advindos do grande crescimento industrial que a cidade viveu no século XX. Apresento que, em um longo processo de expansão e opulência das plantações, a cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, tornou-se uma das maiores produtoras de café do Sudeste de Minas Gerais. O projeto procura pensar sobre a população que fora escravizada e quais foram seus rumos após a abolição da escravatura, podendo ter dado origem a bairros periféricos Como no caso do São Benedito.

Palavras Chave: história oral, memória, bairro São Benedito, Juiz de Fora.

THE STORY OF THE SÃO BENEDITO NEIGHBORHOOD

Abstract:

The project that follows, searches through oral history, memory and comparative analysis of documents, rescue the formation history of the São Benedito neighborhood, in the city of Juiz de Fora. I try to challenge the hypotheses regarding the expansion of the outlying districts of Juiz de Fora arising from the great industrial growth that the city lived in the twentieth century. I show that, in a long process of expansion and opulence of plantations, the city of Juiz de Fora in the second half of the 19th century became one of the largest coffee producers in the Southeast of Minas Gerais. The project seeks to think about the population that had been enslaved and what were its course after the abolition of slavery, and may have given rise to peripheral neighborhoods. As in the case of São Benedito.

Keywords: oral history, memory, São Benedito neighborhood, Juiz de Fora.

¹ Graduada em História pela UFJF.
marilia.villanova.r@gmail.com

O presente texto é fruto do projeto de conclusão de curso da graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, pretende ser a proposta de uma pesquisa a ser realizada posteriormente, sendo o texto, a indicação de suas bases e primeiros passos. As justificativas e demais explicações estarão presentes a seguir.

História do bairro São Benedito:

Delimitação do tema:

Utilizando principalmente fontes primárias, como documentos acerca das ocupações ocorridas no bairro, legais ou ilegais, da intervenção do Estado na região, e principalmente, dos relatos orais, a pesquisa tem o intuito de resgatar a história do bairro São Benedito, da sua formação aos dias de hoje. Segundo relatos orais, o bairro tem sua formação no início da década de 1930, apesar da data ser aproximada e não haver comprovação documental, a análise de alguns fatos que serão esclarecidos posteriormente, podem comprová-la. Assim sendo, é a partir daí que partirei a pesquisa. Uma das perguntas mais pertinentes para um historiador quando se observa um bairro é “como este bairro chegou ao que é?”. Tal pergunta pode ser respondida através da observação e pesquisa do processo histórico de construção e de ocupação territorial da região observada. A partir dessa análise, pode-se descobrir quando a região começou a ser ocupada, como e em qual contexto foi feita essa ocupação e como tal trajetória reflete no que o bairro se tornou. Obviamente tal processo está conectado com a história de crescimento da cidade. Juiz de Fora é uma cidade de médio porte, que conta com uma população de mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2010). É notável que o crescimento da cidade não ocorreu de forma equivalente em todas as regiões, sendo muito comum o caso de bairros periféricos que crescem cada vez mais e de forma precária, sem contar com uma boa infraestrutura, ocupações e loteamentos irregulares, falta de saneamento básico e limpeza urbana, más condições dos serviços de saúde e educação pública. Essas características esbarram tanto no mercado de trabalho que não oferece condições suficientes para um cidadão pagar um aluguel ou construir uma casa e ainda manter a família e a si mesmo, quanto no descaso do Estado em não tratar a região de forma adequada, e, quando trata, provoca um aumento no custo de vida da população, pois incluem taxas de luz, água, IPTU, sendo insustentável para os moradores mais pobres se manterem, causando como num processo dominó, a desvalorização da região pelo mercado imobiliário, sustentando assim, as

ocupações irregulares, aumentando à pobreza e consequentemente a violência. No caso do bairro São Benedito, esses fatores são facilmente reconhecíveis por um simples passeio no bairro, e sentidos de forma mais profunda se conhecermos um pouco mais sobre os moradores e seus dia a dia. O bairro é hoje, o oitavo mais populoso da cidade, com cerca de 14.693 habitantes (Censo IBGE, 2010), mesmo contando com uma péssima infraestrutura para os moradores. Pretendo mostrar com essa pesquisa, a importância do bairro para a formação da cidade, as revelações que essa história traz sobre as diversas trajetórias de grupos sociais que não foram enaltecidos nos textos mais divulgados sobre a história de Juiz de Fora, como os do período pré imigração europeia. A pesquisa se baseia em um regresso estudo de fatos, com a análise de documentação legal, notícia de jornais, levantamento de dados e relatos orais dos moradores, pretende ainda, problematizar a atual condição social do bairro, mostrar de onde ela partiu e levantar perguntas sobre a sua manutenção.

Problematização:

A região que hoje consta como Juiz de Fora, e que antes era dividida em freguesias e pelo distrito do Santo Antônio do Paraibuna, surgiu a partir da estrada chamada Caminho Novo (1709), rota construída para facilitar o trânsito entre a corte e as regiões mineradoras (Ciclo do Ouro). No entorno da estrada haviam diversas pequenas propriedades chamadas de roças, que forneciam hospedagem e alimentos aos viajantes. Ao final do século XVIII, no declínio da mineração, e com o crescimento das plantações de gêneros exportadores, houve uma emigração de trabalhadores do interior de Minas Gerais, para outras regiões do estado, principalmente o Sul e Sudeste Mineiro. As propriedades à margem do Caminho Novo obviamente acompanharam esse processo, as roças que outrora apenas forneciam o básico para os viajantes da Coroa, cresceram e, junto com o aumento do desmatamento da Mata Atlântica em todo o estado de Minas Gerais, se expandiram em grandes propriedades de monocultura, principalmente de café. Em um longo processo de expansão e opulência das plantações, a cidade de Juiz de Fora na segunda metade do século XIX, tornou-se uma das maiores produtoras de café do Sudeste de Minas Gerais, chegando a 21.808 habitantes escravizados em 1886 (LACERDA, 2006, p.51). É necessário, portanto, pensar sobre a população que fora escravizada e quais foram seus rumos após a abolição da escravatura.

Em geral, a formação de bairros periféricos tem como hipóteses explicativas,

o grande crescimento industrial que Juiz de Fora viveu no século XX, juntamente com a inserção de imigrantes e a expansão natural da população, dessa forma, foram encontradas novas formas de viver e morar na cidade. Porém, foi apagado da nossa memória coletiva de forma intencional pelos diversos meios de informação que contam a história da cidade, o nosso intenso passado escravista.

É notável que, em bairros periféricos mais antigos, a população negra é majoritariamente presente, e o nome dos bairros muitas vezes remetem a santos católicos negros ou protetores dos negros, como Santa Efigênia e o próprio São Benedito. Seguindo tal raciocínio e levando em conta as configurações atuais do bairro a ser estudado, as explicações de nascimento e expansão pelo crescimento urbano de Juiz de Fora a partir do século XX através da expansão industrial e da vinda de imigrantes para a cidade, não parece adequada. Para destrinchar os outros motivos do bairro São Benedito ser em sua totalidade, o que ele é hoje, é necessário analisar o que existia na região antes de se tornar um espaço residencial. É sabido que, outrora, a região pertencia à fazenda Poço D'antas. A Fazenda Poço D'antas segundo documentação presente no arquivo municipal de Juiz de Fora, ficou em atividade extrativista da terra até meados do século XIX, e sustentava sua atividade com trabalho escravo, de acordo com o contexto da época. Por ser um território extenso, a hipótese de que tenham surgido quilombos em torno da região é plausível, considerando-se Quilombo um aglomerado de 5 ou mais negros escravizados fugidos. A origem quilombola do bairro é um mito que corre pela região, apesar de muitos moradores, principalmente os mais antigos, afirmarem que tal história existe, mas negam a sua veracidade, porém, alguns fatos nos levam a concretizar tal hipótese. O nome do bairro, São Benedito, se trata de um santo católico negro e protetor dos negros, e é notável que, uma expressiva parte da população do bairro é declaradamente negra. Podemos perceber também que, a partir de relatos dos moradores, desde a década de 1930 já existiam habitantes na região, mesmo que poucos. Se tais relatos fossem comparados com os documentos oficiais da região presentes no Arquivo Municipal de Juiz de Fora, percebemos que os primeiros documentos oficiais de construção residencial datam de 1950, consequentemente, as ocupações iniciadas na década de 1930 eram irregulares, além dessa análise, também podemos perceber que, no mapa oficial da cidade, também de 1950, a área urbanizada decodificada na região, vai apenas até o bairro São Bernardo, localizado abaixo do bairro São Benedito, acima desta região, não consta como área urbana, nem ícones de pequenas ocupações, está apenas como área desocupada. Dessa forma, o corte cronológico será a partir do ano 1930 até os tempos atuais, a escolha da data foi baseada nos relatos orais dos moradores mais antigos da região. Esse conjunto de informações me leva a perceber a origem irregular das

primeiras ocupações do bairro, e que possivelmente, essas ocupações tenham início em um quilombo ou de seus descendentes. A natureza irregular de formação urbana da região manteve o Estado afastado da mesma, e acabou causando também um certo afastamento do meio urbano central. Relatos de moradores, dizem memórias interessantes sobre esses tempos, onde na década de 1940 ela conta não haver passagem de transporte público no bairro, tão pouco os moradores possuíam automóveis, caso alguém viesse a falecer ou ficasse doente, a ida até o centro da cidade onde poderiam ser tomadas as devidas providências era feita a pé até uma determinada parte do caminho. A partir desse conjunto de informações, podemos traçar algumas perguntas que nos servirão como guia ao longo da pesquisa: (1) Quando o bairro começou a ser construído? (2) Como e quando se deu a sua expansão? (3) Em que medida a irregularidade das ocupações iniciais influenciaram na sua formação e no que ele é hoje? (4) Como foi o decorrer desse processo para desencadear no que o bairro se transformou? (5) Quais as tradições do bairro que permaneceram desde a sua formação? (6) Elas existem? (7) Há um sentimento de coletividade e pertencimento entre os moradores daquela região? (8) Levando em conta que, é provável que ela tenha se originado de um quilombo, e o mesmo ser uma forma de relação social com alto sentimento de coletividade, tal característica ainda permanece? (9) Se sim, em que medida?

Objetivo:

É certo que o passado escravista de Juiz de Fora é pouco informado quando se trata da história da cidade, apesar de ser o início de sua formação e deixar raízes profundas cujas suas copas são percebidas nitidamente até hoje. Através das pistas deixadas pelos negros da sua trajetória na cidade, é possível remontar essa história, observar e entender a cidade pela perspectiva dos escravos (as) que também a construíram. Através da observação do espaço urbano podemos ter dicas de como essa trajetória se deu, e quais os frutos que ela deixou. Começo a minha pesquisa através da história que corre de boca em boca na comunidade do bairro São Benedito, a possibilidade dele ter surgido de um quilombo ou de seus remanescentes. A principal fonte utilizada será a história oral, o relato dos moradores e a pesquisa através da memória coletiva, buscando dar centralidade a memória dos atores que construíram a localidade.

Justificativa:

Percebe-se em Juiz de Fora, uma cultura popular da história da cidade que dá extrema importância ao seu passado industrial. No início do século XX, Juiz de Fora foi a primeira cidade de Minas Gerais a receber imigrantes europeus para trabalharem em fábricas da cidade. Muitos pontos turísticos e festas tradicionais remetem a esse tempo, como o Centro Cultural Bernardo Mascarenhas e a Festa Alemã do bairro Borboleta. Nomear Juiz de Fora como a “Manchester Mineira” também é algo muito usual pela população e pela mídia da cidade. É inegável a importância desse tempo para a história da cidade, porém, não só a era industrial juizforana faz parte da sua história. Juiz de Fora foi uma cidade de extrema importância a época do Império, sua produção cafeeira era altíssima, enormes fazendas faziam parte da cidade, e, conseqüentemente, o número de negros escravizados habitantes da cidade, era significativo. A população negra foi e é uma grande formadora da história da cidade, tanto sustentando sua economia em épocas do trabalho escravo, quanto constituindo sua cultura. Tal história não pode ser esquecida nem colocada aquém da época de crescimento industrial. O que hoje temos como o bairro São Benedito, é a continuação da história dos negros e negras que formam essa cidade, é a história dos seus trajetos de vida e da forma como ocuparam esse espaço.

A importância da pesquisa se dá tanto pelo fato de não haver trabalhos exclusivamente sobre a história do bairro, quanto pela importância do território em si, sendo um dos maiores bairros de Juiz de Fora, e de hoje, contar com uma realidade socioeconômica muito precária, e sendo conhecido pelo senso comum, apenas pela sua violência e casos de tráfico de drogas, o que afeta também, o próprio sentido de reconhecimento dos moradores em relação ao bairro.

Metodologia e fontes:

Tomando como base a análise de fontes primárias da região, relatos orais dos moradores, e a análise crítica desse conjunto de informações e a observação com a realidade do bairro hoje, proponho o resgate em torno da história e da memória do bairro. A principal meta da pesquisa será o resgate da memória através da oralidade, considerando a memória social e coletiva como um dos pontos base na formação de um grupo social, além disso, a região não é uma área reconhecida socialmente pela elite da cidade e, conseqüentemente na cultura popular juizforana, poucos são os documentos oficiais encontrados sobre o bairro, principalmente do início da sua formação. Para uma base temporal mais sólida e para documentos que mostrem as outras ocupações ocorridas no bairro, feitas por imobiliárias

ou de forma regularizada pelo cidadão, procurarei trabalhar com os documentos referentes ao bairro encontrados nos acervos históricos da cidade, como notícias de jornal, licenças para construção imobiliária e pedidos de usucapião. Tais documentos me permitem traçar a trilha do processo de formação do bairro. Um ponto de ligação a isso é a quantidade de pedidos de usucapião que pude encontrar, a meta é encontrar os sujeitos de tais pedidos para entrevistá-los, no intuito de resgatar as suas histórias e, conseqüentemente, de formação da região. Outra gama de documentos que nos dá pistas sobre a formação do bairro, é as licenças para construção de escolas, quadras de uso comum, hospitais e outros serviços públicos. Documentos dessa natureza começam a aparecer apenas na década de 1970, o que nos mostra como e quando começou a ser feita a intervenção do Estado na região, isso nos revela de imediato o descaso do Estado e até mesmo o não reconhecimento do bairro antes desse período. A falta de ação do Governo para com o bairro também está presente nos relatos orais coletados até então. Tal situação se reflete na relação entre o bairro e a cidade, os pré-julgamentos confinados a ele, como sendo uma região violenta e com pouca estrutura e recursos, e claro, na vida dos moradores do São Benedito. Os mapas da construção de Juiz de Fora também nos revelam informações interessantes, já que, analisando um mapa da década de 1950, o bairro São Benedito não consta como perímetro urbano, na região encontra-se apenas a referência à Fazenda Poço D'Antas, porém, o mapa pode nos dar um vestígio da origem do nome do bairro, já que perto da região, encontra-se uma pedreira chamada Benedito.

Como a principal meta da pesquisa é o resgate da história de formação do bairro São Benedito, e esta através da história oral, a base teórica e metodológica que utilizarei, serão o uso da história oral e os conceitos de memória coletiva. Para tal, utilizo a leitura da obra *Memória e Identidade*, e o livro *Memória Esquecimento e Silêncio*, ambos de Michael Pollack. Sua teoria e obra me elucidam em relação a formação da memória coletiva e seus diversos aspectos. Pollack disserta sobre como os lugares fazem parte da memória coletiva, e a importância da família para a formação da mesma, onde lembranças de cada indivíduo a fomentam. O mesmo autor explicita a característica seletiva da memória, de acordo com os acontecimentos que julgamos importantes lembrar e serem repassados, e os que devem ser escondido. O diálogo com Michael Pollack tem me auxiliado muito ao longo da pesquisa, pois consigo discernir diversos aspectos dos relatos orais, que me ajudam a analisá-los de forma mais crítica. Outro autor que tem me dado a base para o andamento da pesquisa, é Maurice Halbwachs, em sua obra *A Memória Coletiva*, Halbwachs traz a problemática do papel do indivíduo na formação da memória coletiva, tratando a memória mesmo que em plano individual, sendo parte

e sendo produto da memória coletiva. Outra obra que utilizo, é de Myriam Moraes, *Memória e Família*, num estudo sobre a memória familiar das famílias de classe média cariocas no início da década de 1980, Myriam trás a tona, a forma como a memória é constituída no meio familiar, e como isso revela os fatores sociais daquela época, como meu objeto de estudo é um bairro, há diálogo entre famílias tradicionais da região, saber como se forma essa memória familiar, a importância dos álbuns de família, dos relatos dos avôs e avós para a formação da comunidade, está sendo de grande importância. Por fim, de forma mais prática, o livro *Tecnologia social da Memória*, fornecido virtualmente pelo Museu da Pessoa, traz conceitos e práticas que me ajudam principalmente no fazer das entrevistas, o livro tem o intuito de orientar quem quer que seja, a construir um pequeno acervo da memória coletiva de uma determinada região, e, por ter um conteúdo prático sobre como fazer as entrevistas, como lidar com as pessoas entrevistadas, como estabelecer esta relação com seu objeto de estudo, também tem sido de grande auxílio.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, R. D. Do 100 Ao 735 – A História de Formação dos Bairros de Juiz de Fora - MG. **ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, Londrina, 2005.

BARROS, M. M. L. D. Memória e Família. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 29-42, 1989. ISSN 3.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. 2ª. ed. São Paulo: Vértice, 1990.

LACERDA, A. H. D. **Os Padrões das Alforrias em um Município Cafeeiro em Expansão (Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, 1884-88)**. 1ª. ed. São Paulo: FAPEB, 2006.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 3-15, 1989. ISSN 3.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 200 - 212, 1992. ISSN 10.

OS LIBANESES EM JUIZ DE FORA E SUA RELAÇÃO COM GETÚLIO VARGAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Dalila Varela Singulane*

Resumo:

Este trabalho é fruto da pesquisa para elaboração do histórico de um edifício da Rua Marechal Deodoro, Juiz de Fora, para um processo da Divisão de Patrimônio Cultural (DIPAC/FUNALFA). Este se mostrou muito importante para entender as relações e composição da cidade na primeira metade do século XX, que recebeu uma grande imigração vinda do Oriente Próximo, porém há poucos estudos referentes ao povo oriundo do Monte Líbano, principalmente na década de 1920. Geralmente confundidos com os sírios, os libaneses tiveram grande prestígio na cidade e uma relação muito próxima com Getúlio Vargas. A perspectiva aqui adotada é a da micro história e história oral, sendo assim, o estudo conta com entrevistas e tem seu desenrolar a partir da história da Família Coury Jabour, proprietária do imóvel por cerca de quarenta anos.

PALAVRAS-CHAVE: Libaneses, história oral, Juiz de Fora.

THE LEBANESES IN JUIZ DE FORA AND ITS RELATIONSHIP WITH GETÚLIO VARGAS IN THE FIRST HALF OF THE TWENTIETH CENTURY

Summary:

This work is the fruit of research for preparation of the history of a building of Marechal Deodoro Street, Juiz de Fora, for a process of Cultural Heritage Division (DIPAC/FUNALFA). This proved to be very important to understand the relationships and composition of the city in the first half of the 20th century, which received a large immigration from the Near East, but there are few studies concerning people from Mount Lebanon, mainly in the 1920. Often confused with the Syrians, the Lebanese had great prestige in the city and a very close relationship with Getúlio Vargas. The perspective here adopted is that of micro history and oral history, therefore, the study relies on interviews and have your roll out from the history of the Family owning the property Jabour, Coury for about 40 years.

KEYWORDS: Lebanese, oral history, Juiz de Fora.

* Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com ênfase em Patrimônio Histórico e Cultural; e estagiária da Divisão de Patrimônio Cultural da Prefeitura de Juiz de Fora (DIPAC/FUNALFA). Email: dalilavarela.s@gmail.com

“Mas, senhores, a qualidade especial que mais me impressionou entres os libaneses e sírios é o seu imenso amor pelo Brasil. Este amor se manifesta em todos os seus atos: eles trabalham pelo Brasil, defendem o Brasil, estão prontos para obedecer às ordens do chefe da Nação com toda a presteza e à custa de qualquer sacrifício”. (Padre Elias Gorayeb. Diário da Tarde, 1943)¹

Conflitos de ordem econômica e social no Líbano, ainda denominado Monte Líbano no período, como a Primeira Guerra Mundial e a crise da seda nas montanhas do território, desencadearam a grande imigração libanesa registrada no Brasil na primeira metade do século XX. O território libanês sempre foi um ponto de conflito, visto que nessa região eram onde se concentravam os cristãos católicos maronitas dentro do Império Otomano. Segundo Gattaz, por muito tempo, judeus e cristãos tiveram proteção do governo por serem minorias, eram chamados de *dhimmi* (“povos do livro”), pois acreditava-se que a religião desses povos era predecessora do Islã. Com isso tiveram um enriquecimento considerável em relação a população muçulmana, gerando grandes conflitos entre as famílias que controlavam a região e que aumentaram depois da intervenção europeia. Esse período de conflitos entre drusos e maronitas ficou conhecido como “guerra civil de 1860”.

Nesse combate, os drusos, sob a liderança de Said Jumblat, provocaram grandes perdas entre seus oponentes e assumiram o controle sobre os camponeses maronitas – estima-se que em quatro semanas 11.000 cristãos tenham sido mortos pelos drusos; outros 4.000 morreram de desnutrição e 100.000 tornaram-se refugiados. Os reflexos deste conflito chegaram até Damasco, onde um massacre deixou cerca de 3.000 cristãos mortos e provocou o êxodo de milhares para a costa. (GATTAZ, 2012, p. 19)

“Em 1861, representantes do Império Otomano, Inglaterra, França, Áustria, Prússia e Rússia assinaram em Istambul o regulamento sobre a administração do Monte Líbano – o primeiro texto oficial reconhecendo a autonomia do Líbano em relação ao Império e o direito das potências de intervir em seus negócios” (GATTAZ, 2012, p. 20). Assim, até as primeiras décadas do século XX os conflitos foram minimizados, porém a imigração dos maronitas registrada demonstra a continuação dos conflitos comunais e que mesmo após os acordos firmados, a vida continuava difícil para os cristãos do Monte Líbano:

Dados estatísticos dispersos recolhidos por Charles Issawi indicam que em 1858, 5.000 camponeses deixaram as aldeias maronitas em decorrência dos conflitos

¹ Diário da Tarde. *Os Libaneses e o Brasil*. Entrevista com o revmo. Padre Elias Maria Gorayeb. 9 de abril de 1943. [Grafia atualizada]

comunais – o que deve ter continuado a ocorrer nos anos seguintes devido à intensidade dos combates entre drusos e maronitas. Em 1900, 120.000 pessoas deixaram a grande Síria – principalmente o Líbano – em direção aos Estados Unidos, Brasil e outros países latino-americanos; em 1914, registrava-se no Monte Líbano a emigração de 15.000 a 20.000 pessoas por ano, e estima-se que 1/4 de toda a população libanesa tenha deixado o país entre os anos de 1900 e 1914. (GATTAZ, 2012, p. 25)

Os libaneses viram no Brasil a oportunidade de melhorar sua situação econômica e ter estabilidade política e religiosa. Nas primeiras décadas do século XX o Brasil passava por uma expansão econômica, se tornando convidativo a esses imigrantes de tradição comercial. Gattaz seguindo os dados apresentados por Oswaldo Truzzi, aponta que a imigração para o Brasil começou por volta de 1880 e cresceu continuamente até 1913. “Neste ano, houve a entrada de 11.101 imigrantes sírio-libaneses pelo Porto de Santos. Nos anos 1920, a taxa manteve-se na média de 5.000 entradas por ano”. (GATTAZ, 2012, p. 25). Segundo o jornal “A União” de 1940, haviam no Brasil cerca de 90 mil libaneses, 50 mil sírios e 10 mil povos oriundos do Oriente próximo de outras nacionalidades². O Sr. Filippe Coury Jabour, pai do entrevistado para essa pesquisa, fez uma listagem das famílias libanesas em Juiz de Fora, nesse registro podem ser encontradas cerca de cento e cinquenta nomes de famílias imigradas, segundo seu filho Wilson Jabour. Tal documento, porém, não foi localizado no momento do depoimento e com isso não pode ser analisado por nossa equipe.

Segundo Ludmilla Savry Almeida, a imigração libanesa foi diferenciada das outras correntes imigratórias, pois estes vinham sozinhos e sem incentivo do governo brasileiro, como foi o caso dos italianos e alemães, os libaneses tinham orgulho desta prerrogativa que simbolizava a luta e determinação do povo. Francisco Bittencourt quantificou a concentração libanesa por cidades, onde é possível verificar que Minas Gerais foi a segunda maior concentração desses imigrantes no Brasil, perdendo apenas para São Paulo. Até 1926, a nacionalidade tanto de sírios como de libaneses foi registrada como sendo “turcos”, este problema é apontado logo no início do livro de André Gattaz “Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes”. O autor conta sobre sua experiência pessoal e familiar de ser categorizado como “turco” ou “sírio” e como estes nomes causam incômodos e são consideradas graves ofensas ao povo libanês. “Ambos os termos – turcos e árabes – são generalizantes, em muitas vezes encobrem especificidades significativas, que não podem deixar de ser consideradas” (ALMEIDA, 2000, p. 185). Sobre isso, Wilson Jabour também nos falou em

² A Missão Libanesa Maronita no Brasil. Jornal “A União”. 28 de janeiro de 1940.

entrevista que seu pai tinha como pior ofensa ser chamado de “sírio”, pois a “Síria devastou o Líbano e escravizou seu povo”.

Devida proximidade de Juiz de Fora com a capital, o processo de estabelecimento dos imigrantes é semelhante e, por isso, os estudos históricos sobre esse processo no Rio de Janeiro nos oferece subsídios para compor o panorama juizforano. Paulo Gabriel Hilu da Rocha Pinto, autor do livro “Árabes no Rio de Janeiro – uma identidade plural”, falou de sua pesquisa em entrevista para o site ICArabe, evidenciando a condição de vida dos primeiros imigrantes do Oriente Próximo:

Eram basicamente cristãos. Havia, em menor quantidade, uma classe média educada, com pessoas formadas na Universidade Americana de Beirute, que incluía profissionais liberais de diversas áreas. E vieram, em maior número, comerciantes já acostumados com uma realidade econômica altamente monetarizada. Ou seja, a primeira geração era basicamente de comerciantes que, ao chegarem ao Brasil, permaneceram nessa mesma atividade, principalmente nos ramos têxtil e nos chamados armarinhos, pois já tinham experiência. Já a segunda geração passou a investir na educação superior e hoje temos descendentes de árabes de grande êxito nas mais diversas atividades, entre elas a medicina, advocacia, política, artes, etc. (Jornal ICArabe, 2010)³

A família Jabour, primeira proprietária do imóvel da Rua Marechal Deodoro – que foi nosso objeto de pesquisa em primeiro plano – se encaixa nesse contexto migratório. O patriarca da família, Sr. Filipe Coury Jabour veio para o Brasil em 1924 aos 17 anos, em busca de uma vida melhor, conhecendo apenas uma família de libaneses que eram parentes distantes, “na época haviam somente duas ou três famílias de libaneses aqui”, como conta Wilson Jabour. De acordo com seu filho, Filipe não sabia português, mas aprendeu rápido devido a colonização francesa⁴ no Líbano e as aulas de casticismo que eram ministradas em latim após as missas, sendo assim, seu pai aprendeu português rapidamente, já que era católico desde sua terra natal e também por causa da necessidade de trabalhar no Brasil.

Diferentemente dos sírios que tem histórico de comerciantes, o povo libanês é tradicionalmente ligado ao ramo da indústria, porém, Sr. Filipe destoava dessa regra ao preferir o comércio também. Seu primeiro contato com o ramo foi em Valadares, distrito de Juiz de Fora,

³ “Comunidade de descendentes de árabes no Rio de Janeiro tem identidade múltipla”, diz autor. Entrevista para o site da organização ICARABE, em 13 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.icarabe.org/entrevistas/comunidade-de-descendentes-de-arabes-no-rio-de-janeiro-tem>. Acesso em: 14/06/2017.

⁴ Com a Segunda Guerra Mundial, o Império Otomano que apoiou a Alemanha e a Áustria, saiu derrotado e os territórios da Síria e Líbano ficaram sob domínio francês.

permanecendo lá por cerca de dois anos. Em Juiz de Fora, alugou uma loja na Associação do Comércio e deu o nome de “Casa Coury”. Estando há apenas quatro anos no país, casou-se em 1928 com Angelina e, nesse primeiro momento, residiu na loja da Praça da Estação, que era o centro comercial da época. Em 1938, com o auxílio do amigo General Dias Cardoso, da indústria Dias Cardoso, que tinha imóveis no centro da cidade, Filipe comprou o terreno localizado à Rua Marechal Deodoro e encomendou o projeto do prédio ao engenheiro civil Ermelindo Spigolon.⁵ A sobreloja do imóvel torna-se nova residência da família, onde comercializava no primeiro pavimento todo tipo de atacado, “de alça para caixão até remédios, tecidos e aviamentos, material de escritório, etc”.⁶ A proximidade com as estações ferroviárias propulsionou esse tipo de comércio na primeira metade do século XX, devida diversificação de produtos numa mesma loja, além do público de poder econômico também diverso.

Em documento arquivado na Divisão de Patrimônio Cultural, consta entrevista concedida por Wilson Coury Jabour em 1997, realizada pela então Comissão Permanente Técnico Cultural (CPTC), no documento há a descrição de fatos relativos à trajetória familiar e à imigração libanesa em Juiz de Fora, além do grande amor que seu pai e familiares cultivavam pela cidade.⁷ A religião é fundamental para entender o imigrante saído do Monte Líbano, visto que ela é base e vivência para os *dhimmi*, sobre ela, Wilson Jabour contou que “nesta época foi fundada no Rio de Janeiro, a Missão Libanesa Maronita do Brasil, inspirada na fidelidade dos Católicos Maronitas e São Maron. Seu objetivo era prestar assistência religiosa a todos os libaneses e seus descendentes em todas as partes do nosso país.”⁸

As associações de ajuda mútua, comuns entre os imigrantes das diversas nacionalidades, era a maneira mais recorrente de preservação da cultura. Os centros religiosos realizavam reuniões frequentes, o que possibilitava maior interação entre seus participantes.

O padre Elias Maria Gorayeb, expoente da comunidade católica libanesa, unia a congregação carioca e juizforana. Segundo Wilson Jabour, “a colônia libanesa aqui era expressiva e forte. E mais: a sua maioria se compunha de católicos maronitas” (JABOUR, 1997, p.1). A família Jabour mantinha íntima relação com o padre Elias e faz questão de homenageá-lo sempre que possível. Enquanto

⁵ Ermelindo Spigolon foi um grande engenheiro da vertente Art Decó, trabalhou para a empresa de construção José Abramo. Seu exemplar mais imponente é a Capela de Santa Catarina, erguida na primeira metade do século XX. Seu estilo se caracteriza pelo uso do pó-de-pedra nas construções, dando um ar sóbrio e elegante.

⁶ Entrevista com Wilson Coury Jabour, 26 de junho de 2017.

⁷ Em 31 de maio de 1997, Juiz e Fora. Recortes sobre libaneses, Wilson Jabour. Acervo DIPAC.

⁸ Recortes Sobre os libaneses, Wilson Coury Jabour. Acervo DIPAC.

vereador, Wilson Jabour homenageou o cardeal dando seu nome a um busto fixado à praça que também leva o nome do cardeal localizada em frente ao Esporte Club, com o apoio da comunidade libanesa⁹. Filipe Jabour sendo um homem de destaque na cidade, representante da coletividade libanesa na Academia de Comércio de Juiz de Fora, instituiu o prêmio “Padre Elias Maria Gorayeb”. Na matéria do “Diário Mercantil” de 5 de agosto de 1941, há menção sobre o caráter prestigioso que alcançara menos de duas décadas de moradia na cidade:

O sr. Filipe Coury Jabour é um dos mais destacados elementos da laboriosa coletividade libanesa aqui radicada. Figura de irradiante simpatia e que se tem colocado sempre à frente das iniciativas generosas e altruísticas dos libaneses que a imprensa constantemente registra, o sr. Filipe Coury desfruta em todos os nossos círculos de estima e amizade. Comerciante antigo e conceituado nesta praça, soube reunir em torno de sua pessoa numerosas simpatias. (Diário Mercantil, 08 de maio de 1940)¹⁰

A Missão Libanesa Maronita no Brasil é uma das vertentes da Igreja Católica Apostólica Romana, fundada em 1865, por Monsenhor João Habib. De forma geral, o nome e a congregação significam cristãos do oriente, sendo esta tradicional e com várias comunidades ao redor do mundo. Padre Elias foi um expoente em seu tempo em questões missionárias, movimentando a comunidade por muitos anos, chegou ao Brasil em 1931 por solicitação do Cardeal D. Sebastião Leme. Vários são os jornais e periódicos que anunciavam suas visitas em Juiz de Fora, sempre acompanhado do amigo Filipe Jabour, como na edição do “Diário Mercantil” de 08 de maio de 1940, onde é relatada a visita:

Hontem à noite, acompanhado dos srs. Michel Ahouagi e Felipe Couri Jabour, estive em visita ao DIÁRIO MERCANTIL, em cuja redação permaneceu vários minutos em animada palestra, o rvmo. Sr. Padre Elias Maria Gorayeb, superior da Missão Libanesa Maronita no Brasil, que se encontra em nossa cidade, a convite da Congregação de Nossa Senhora do Líbano, de Juiz de Fora, da qual é fundador.¹¹

Nesse ponto é que começa a aparecer a figura de Vargas junto a Igreja Maronita, surpreendentemente, pois o presidente dificultou ainda mais a entrada de imigrantes no Brasil por meio do Decreto nº 24.215, de 9 de maio de 1934, porém os libaneses cultivavam grande simpatia por Getúlio. Padre Elias e a Congregação Libanesa mantiveram estreita relação com Vargas,

⁹ Lei nº 1445 de 16 de junho de 1961.

¹⁰ Diário Mercantil, 05 de agosto de 1941. *Prêmios aos melhores alunos dos cursos secundaristas.*

¹¹ Diário Mercantil, 08 de maio de 1940. Em Nossa Redação o superior da *Missão Libanesa Maronita no Brasil*.

conforme podemos observar nos arquivos fotográficos em que o padre está com o presidente na ocasião de sua visita à cidade em 1936. Não foi possível durante esta pesquisa estabelecer parâmetros que colocassem explicitamente o porquê desta relação, porém analisando jornais do período é possível refletir sobre alguns fatores. Primeiramente, a imagem que a colônia libanesa fazia frente a sociedade brasileira:

Os libaneses são em geral de bom comportamento. Dedicam-se a seus trabalhos, não se envolvem em disputas, não se sublevam nem tomam parte em protestos e greves. Estão sempre entre os primeiros que se submetem às leis do país e são de natural, ordeiros e trabalhadores. (Jornal A União, 1940)¹²

Logo, apesar de imigrantes do Oriente, o libanês era o cidadão idealizado pela política getulista, que trabalhava arduamente, não sendo conivente com greves ou protestos, condição esta, prevista no Art. 2, condição XII, que proíbe a entrada de estrangeiro: “De conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional”. Além disso, são em sua maioria parte da Igreja Católica e prezavam a família como instituição. A partir de algumas matérias de jornais é possível ver a relação dos libaneses também com militares, sempre que há uma missa celebrada por Pe. Gorayeb à o convite para os estes. Para o governo ditatorial e conservador de Vargas, estes são os valores que todos os brasileiros deviriam ter.

A sede da Igreja Maronita do Brasil estava no Rio de Janeiro, então capital do país, o que fazia com que o presidente e seus políticos pudessem acompanhar de perto a movimentação da igreja, atuando na educação de jovens e na ação missionária.

No Rio de Janeiro, a Missão Maronita Libanesa tem realizado numerosas obras de intensa repercussão social e filontrópica. Na Tijuca, está construindo um majestoso prédio para nele ser instalado o colégio Nossa Senhora do Líbano, destinado à educação dos nossos jovens. (Jornal “Diário Mercantil”, 1941)¹³

Todos os jornais aqui analisados sempre trazem junto às matérias sobre a Congregação, ideias nacionalistas, missas em prol da prosperidade do país e falas que dizem o futuro de sucesso que o Brasil terá. O elo da relação entre Getúlio Vargas e os maronitas pode ser melhor ilustrado com as matérias dos periódicos “Diário Mercantil” e “O lampadário”, uma de 14 de junho de 1942 e a outra

¹² Jornal “A União”. *A Missão Libanesa Maronita no Brasil*. 28 de janeiro de 1940. [Grafia corrigida].

¹³ Diário Mercantil, edição da tarde. “Uma encantadora palestra com o revmo. Padre Elias Maria Gorayeb – Grande amigo do Brasil – As finalidades da missão e os objetivos de sua vinda á nossa cidade – Missa solene celebrada segundo o rito maronita”. 14 de junho de 1941.

de 20 de junho de 1942, respectivamente, que relatam a missa realizada por Gorayeb pelo restabelecimento do presidente¹⁴. Outro exemplo dessa relação do Padre Elias Gorayeb com os libaneses em Minas Gerais e com o presidente pode ser visto na matéria de 9 de abril de 1943 do “Diário da Tarde”:

RIO, 9 (A. M.) – O revmo. Padre Elias Gorayeb, superior da Missão Libanesa no Brasil realizou, há pouco, uma viagem apostólica a Minas Gerais, visitando cidades e pronunciando numerosos sermões. Regressando a esta capital, aquele piedoso sacerdote proferiu, pela rádio as seguintes palavras:

“(...) Como a missão libanesa maronita não se limita em suas atividades a parte religiosa, senão/ que também se preocupa com a parte social e científica, foram realizados, também, diversos atos sociais e conferências históricas, seguidos sempre de atos em homenagem ao Brasil e seu governo.

Não posso deixar de transmitir minhas impressões de grande admiração pela piedade brasileira bem como pela grande veneração que tem o povo para com o sacerdote missionário, mostrando assim a religião católica que professa e a cuja sombra nasceu o Brasil, segundo a expressão de Sua Excia. o Presidente Getúlio Vargas.

Assim, desde cedo Wilson Coury Jabour teve contato com a política, ainda pequeno conheceu e tem uma fotografia com Artur da Silva Bernardes, presidente do Brasil entre 1922 e 1926, quando esteve em visita em Juiz de Fora e ficou hospedado no Hotel Renascença, também na Praça da Estação. Filipe, seu pai, sendo o homem influente e ilustre na sociedade juiz forana teve convivência e influenciou seus filhos à política. O Sr. Wilson tem um imenso acervo de fotografias com políticos e pessoas ilustres da história do Brasil, o que demonstra o grande círculo social da família e a manutenção do prestígio do sobrenome Coury Jabour.

Em seu depoimento, contou sobre ter cursado o ensino técnico de contabilidade no Colégio Granbery e participado no clube de futebol da instituição em 1948, ainda no antigo ginásio. E foi nesse momento que começou sua vida pública, onde segundo ele, sem muita seriedade se candidatou a vereador da cidade. Com muita simpatia relatou sobre as dificuldades econômicas enfrentadas durante sua vida política e que contava com a ajuda dos amigos para fazer a propaganda, principalmente nessa primeira legislatura em que foi eleito com 308 votos à Câmara Municipal de Juiz de Fora, sendo o vereador eleito com o menor número de votos em 1954. Em sua primeira legislatura, foi o vereador pelo Partido Social Progressista (PSP), cujo presidente era o governador de São Paulo, Ademar de Barros, com quem mantivera uma relação muito próxima. Durante o regime militar (1964-1988), o Ato Institucional nº 2 em 1965, extinguiu os partidos políticos existentes desde

¹⁴ Diário Mercantil, 16 de junho de 1942. *Missa pelo reestabelecimento do presidente Getúlio Vargas.*

1945, determinou a livre intervenção nos estados, possibilitou ao presidente decretar recessos e demitir funcionários por incompatibilidades, inclusive cassar mandatos legislativos municipais, bem como instituir o sistema bi partidista (MDB e ARENA).¹⁵ Neste período, Sr. Wilson foi forçado, segundo ele, a se candidatar a prefeito de Juiz de Fora pelo ARENA, que era seu partido. Mesmo não sendo de seu gosto e anunciando o desastre, o partido manteve a designação com o argumento de que não haveriam eleições e como previsto não obteve sucesso na candidatura.

“Eu fui candidato a prefeito, fui forçado... fui por que?! Porque eu era do ARENA naquela época. O Coronel cismou que eu deveria ser prefeito, porque eu era presidente da câmara e que não ia haver eleição, ele falou comigo. Mas eu falei – eu não quero, vai ter eleição e eu vou perder, não tenho a menor chance, eu não tenho um tostão pra gastar – e ele falou você vai ser prefeito, você vai ser nomeador por ser presidente da câmara. E eu não tive onde sair, tinha Fábio Nério, que foi secretário da educação da prefeitura, Dr. Arlindo Leite, que era vice-prefeito do Dr. Olavo Costa anteriormente e teve um Borelli, que tinha um comércio aí... E eu falei que sabia que ia ser um desastre, fiz tudo pra não ser. E acabou havendo a eleição, que foi quando o Itamar foi candidato e o Melo Reis foi candidato. O nosso partido foi um massacre. Itamar fez 85% dos votos. Nós tivemos 15; (risos); eu sabia disso.” Wilson Jabour.

Wilson Jabour completou seis mandatos como vereador, ocupando cargos de diretoria e presidência da câmara. A coleção de histórias e medalhas de homenagem é vasta e demonstra, mais uma vez, sua a notoriedade.

A tradição familiar Coury Jabour se perpetua em seus cinco filhos, já que são expoentes na cidade com destaque para o terceiro filho, de mesmo nome, Wilson Coury Jabour Júnior, escritor e ex-procurador na cidade, que deixou uma lacuna intelectual na comunidade juizforana com seu falecimento precoce. Formado em Direito, Ciências Sociais e especialista em administração pública, foi membro do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural – COMPPAC/JF, membro do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio e do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. A atual gestão de Juiz de Fora o homenageou diversas vezes, com medalhas, prêmios e uma ponte com seu nome.

BIBLIOGRAFIA¹⁶:

¹⁵ Consulta em 05 de julho de 2017 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm

¹⁶ Todas os jornais utilizados e imagens utilizadas para a pesquisa são do arquivo pessoal do Sr. Wilson Coury Jabour, com cópia na biblioteca da DIPAC/FUNALFA.

ALMEIDA, Ludmilla Savry. **Sírios e libaneses: redes familiares e negócios**. In *Solidariedades e Conflitos: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora*. Organizado por Célia Maria Borges. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2000. 224p.

DUARTE, Antônio Carlos. **Arquitetura Art Decó – Juiz de Fora (MG)**. Funalfa, 2013, 128 p.

FRANCISCO, Júlio César Bittencourt. **Sírios e Libaneses no Rio de Janeiro: Memória Coletiva & Escolhas Individuais**. Dissertação de Mestrado. 2005, UFRJ. 136p.

GATTAZ, André. **Do Líbano ao Brasil: história oral de imigrantes**. 2ª edição. Salvador: Editora Pontocom, 2012. 171p.

GENOVEZ, Patrícia Falco, SOUZA, Maria Julieta Nunes de, LEITE, Mônica C. Henriques, GAWRYSZEWSKI, Paulo, FRAGA, Raquel de Oliveira. **Núcleo Histórico e Arquitetônico das ruas Halfeld e Marechal Deodoro – Parte Baixa**. Nota prévia de pesquisa. Juiz de Fora: Clio Edições Eletrônicas, 1998. P. 23.

REIS, Marcio Vinícius. **O art decó na obra Getuliana: moderno antes do modernismo**. Tese de Doutorado FAUUSP. São Paulo, 2014, 278p.

À LUZ DA "SCIENCIA": A ATUAÇÃO DO JORNAL "O PHAROL" COMO VEÍCULO DE PROPAGAÇÃO DOS SABERES MÉDICOS DA LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE (JUIZ DE FORA, 1900 - 1924)

Maciel Antonio Silveira Fonseca¹

Resumo:

O trabalho busca analisar o modo como as diversas informações que permeavam o cotidiano da Liga Mineira Contra a Tuberculose era transmitido à população por meio do mais importante veículo de comunicação da época: o jornal. Este, representado pelo periódico "O Pharol" teve papel fundamental na difusão de posturas e medidas profiláticas no combate à tuberculose em Juiz de Fora no início do século XX, período marcado por concomitantes epidemias e também pela incorporação de novas concepções no campo médico hospitalar. Este artigo então se objetivará a entender a relação estabelecida entre o referido jornal e a instituição, buscando identificar por meio de seus agentes, os interesses por trás das informações divulgadas. Usaremos os jornais e a bibliografia local como fontes desta pesquisa.

Palavras-chave: Tuberculose. Modernidade. Saneamento. Periódico. Filantropia.

IN THE LIGHT OF "SCIENCIA": THE ACTION OF THE NEWSPAPER "O PHAROL" AS A VEHICLE TO SPREAD MEDICAL KNOWLEDGE MINAS GERAIS'S LEAGUE AGAINST TUBERCULOSIS

Abstract:

The paper seeks to analyze how the diverse information that permeated the daily life of the Liga Mineira contra a Tuberculose was transmitted to the population through the most important vehicle of communication of the time: the newspaper. This one, represented by the journal "O Pharol", played a fundamental role in the diffusion of prophylactic postures and measures in the fight against tuberculosis in Juiz de Fora at the beginning of the 20th century, a period marked by concomitant epidemics and also by the incorporation of new conceptions in the hospital medical field. This article then aims to understand the relationship established between the newspaper and the institution, seeking to identify through its agents, the interests behind the information disclosed. We will use the newspapers and the local bibliography as sources of this research.

Keywords: Tuberculosis. Modernity. Sanitation. Newspaper. Philanthropy.

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O final do século XIX foi marcado pelos grandes empreendimentos de urbanização voltados à melhoria do espaço de convivência entre a população das cidades. O êxodo rural proveniente do declínio da produção cafeeira e a ascensão das atividades fabris, contribuíram para o acelerado fluxo de uma população multicultural e cosmopolita em diversas cidades brasileiras que comungavam deste processo de industrialização. Imigrantes e migrantes passaram a preencher os cenários urbanos das localidades em cujas atividades econômicas operavam através da mão de obra fácil, barata e de grande rotatividade.

Juiz de Fora não foguei à essa regra. Com duas colônias de imigrantes alemães e uma hospedaria de imigrantes italianos em seu perímetro, a cidade se mostrou em um palco de mortalidade e contaminação de doenças que se somavam às precárias condições de vida às quais eram submetidas esses imigrantes e migrantes. A chegada desses indivíduos nesse município fez com que o contingente populacional se somasse aos demais que já viviam aqui nas mesmas condições de alta precariedade, instalados em submoradias, com alimentação insuficiente e precária, muitas vezes sendo vistos à margem da sociedade por serem oriundos do forte escravismo desempenhado nessa sociedade cuja economia se consolidou na exploração da mão de obra escrava, que atendia às grandes fazendas produtoras de café. Ou seja, a transição do século XIX para o século XX legou à Juiz de Fora uma massa de indesejados que serviam de vetores para doenças e contribuíam para a propagação dessas moléstias que incidia nas alarmantes taxas de mortalidade na cidade.

Juntamente com essas doenças, surgiam também um grupo de médicos e filantropos preocupados com o bem-estar social coletivo, interessados na forma como a cidade era vista por investidores e grandes autoridades. Tais agentes mobilizaram os seus pares e o poder público a fim de propor medidas de contenção, combate e prevenção às múltiplas doenças que assolavam a população. Pautados na premissa de sanear, embelezar e urbanizar a cidade, esses agentes vislumbravam atingir o patamar de cidade modelo, buscando figurar entre as grandes capitais européias e brasileiras.

Nesse rol de doenças que afligiam Juiz de Fora, a tuberculose foi uma dentre muitas que vitimou muitas pessoas. O medo em torno dessa doença se deu, também, pelo fato de sua facilidade de contágio e pelas proporções tomadas por seu agente patogênico, que contaminava do mais miserável morador de rua ao mais abastado barão do café. Fica claro, porém, que elementos como a

boa alimentação, higiene pessoal, atividades físicas e repouso significava um organismo mais resistente à doença e menos propenso ao seu contágio, embora não significasse a isenção total de sua contaminação. Também fica claro que parte irrisória da sociedade juizforana tinha acesso à essas posturas, tornando a maioria da população vulnerável à essa doença.

Como ferramenta de divulgação das posturas médicas que visavam conscientizar a população sobre a doença, os grupos associados de médicos e agentes benfeitores utilizavam os jornais devido à sua facilidade de difusão e ao alcance de suas informações, haja vista que os boletins e revistas médicas naquele momento atingiam um público específico e possivelmente não geraria o resultado esperado. Embora grande parte da população fosse iletrada, as informações presentes nos jornais se espalhavam oralmente entre patrões e funcionários, garantindo a eficácia pretendida com o uso do jornal. Ora por ignorância, ora por falta de condições, os que mais careciam dos cuidados médicos não colocam em prática as postulações médicas contra a doença, gerando insegurança nos médicos e as propostas de medidas extremas, como as medidas coercitivas.

Por meio desta pesquisa vamos entender de que maneira os médicos e filantropos se mobilizaram no combate à tuberculose em Juiz de Fora no período correspondente à última década do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Em específico, analisaremos como o jornal "O Pharol" projetou os interesses desses grupos de intelectuais que buscavam consolidar o seu poder através da informação sob o discurso cientificista de que uma cidade civilizada seria uma cidade saneada. Recorreremos às publicações desse jornal e também de publicações locais que de alguma forma possa contribuir para o entendimento do cenário da saúde em Juiz de Fora no período supracitado.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A SAÚDE PÚBLICA EM JUIZ DE FORA NO INTER SÉCULOS XIX E XX:

Discutia-se em Juiz de Fora nas duas últimas décadas do século XIX sobre empreendimentos e obras que pudessem contribuir ao crescimento urbano da cidade. Influenciada pelo modelo da então capital brasileira, que por sua vez buscava influência em Paris, a Câmara Municipal dessa cidade passou a estabelecer nas pautas de suas discussões a real necessidade de efetivar o desenvolvimento político e social desse município, o que gradativamente incidiria na economia local, marcada especialmente pela aristocracia rural cujos recursos financeiros eram captados pela produção cafeeira

em grande escala, que tinha grande destaque na região da Zona da Mata por representar um modelo econômico promissor que se distanciava da decadente produção aurífera cujo apogeu se estendeu do século XVIII até meados do XIX (PIRES, 2004: 42-48). Segundo Goodwin Jr (1997: 121-124) essas intervenções da modernização que chegavam ao Brasil foram provenientes do intercâmbio produzido entre as elites locais e a capital do então Império brasileiro. Os recursos desses grandes produtores de café, então, foram responsáveis por efetivar e subsidiar parte destes projetos que foram gradativamente incorporados à Juiz de Fora.

No ano de 1891, a recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora estabeleceu uma comissão especializada para propor novas medidas a serem aplicadas e incorporadas nos projetos de saneamento da cidade. Denominou-se, então, Comissão Sanitária, para a qual foram nomeados alguns engenheiros e médicos da cidade que comporiam esse grupo a fim de contribuir com projetos estruturais e medidas de salubridade (HOWYAN, 2004: 24).

Após a análise das condições geográficas da cidade, que envolvia o estudo do clima, relevo, meteorologia e hidrografia, decidiram por contratar um engenheiro francês com habilitação em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyan, que implantou o chamado "Plano Howyan" (IDEM: 13). Em seu projeto, analisou principalmente as condições da cidade referentes ao tratamento das águas pluviais, que muitas vezes empoçadas serviam como vetores de doenças. Em sua pesquisa, constatou que entre os anos de 1891 e 1892 havia no perímetro da cidade, que contava com 12 mil habitantes, grandes extensões de pântanos que se multiplicavam em decorrência das chuvas, gerando focos de água estagnadas que difundiam uma série de moléstias, como a tifo (IDEM: 33, 47, 53, 59).

Sua proposta foi melhorar os calçamentos que se encontravam precariamente macadamizadas, dividir os esgotos a partir do tipo de imóvel que o produzia², canalizando-os, implantar a profusão de águas para escoar os esgotos, construir chafarizes que não somente manteriam o fluxo de água como também embelezariam a cidade e trabalhar no curso do Rio Paraibuna, alargando-o e aprofundando-o para que se evitasse as constantes cheias ocasionadas em período de chuvas. As propostas incluíam, também, a drenagem das regiões pantanosas, melhorias na coleta e na disposição do lixo e o processo

² Segundo Howyan, era necessária a canalização dos esgotos nos imóveis, que deveriam ser diferidas conforme a natureza deste imóvel. Segundo o engenheiro, dividiu-se em: 1º Hospitais, abrigos de mendigo, etc.; 2º Câmaras Municipais, Casernas, Usinas, Tribunais, Fábricas, etc.; 3º Escolas, Conventos, Instituições, etc.; 4º Prisões; 5º Grandes Hotéis, etc.; 6º Casas particulares; 7º Pequenas moradias, casas de campo, etc.

de colmatagem, que basicamente reuniria os nutrientes oriundos dos lodos produzidos no rio que cortava a cidade.

Todo esse projeto representava a busca de sua inserção em um contexto modernizado. Ao longo do relatório final do projeto elaborado por Howyan, em 1893, percebemos que inúmeras vezes o engenheiro evoca o discurso de que a cidade somente seria civilizada e moderna, caso adotasse as postulações sanitárias por ele instituída. A alcunha "Éden do Brasil" foi atribuída à cidade, se esta adotasse tais medidas. Segundo Howyan (2004: 61):

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.

Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o Éden do Brasil e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República.

Com a crescente necessidade da reorganização dos serviços sanitários para se adequar à Medicina Sanitária no Brasil e os recorrentes surtos epidêmicos entre as décadas de 1890 e 1900, conforme assinala Elaine Barroso (2008:33), o poder público passou a investir em medidas e ações voltadas ao higienismo das cidades, que viveram um período de grandes efervescências sociais decorrentes das medidas empregadas pelo Estado. Dentre ela, destaca-se o isolamento de pessoas que representassem e apresentassem alguma característica que contrastasse ao modelo de salubridade almejado. Foi o caso dos portadores de doentes mentais e portadores de doenças infecto-contagiosas, naquilo que Laier denominou "limpeza social"(IDEM:33).

Neste momento é possível entender a importância que a institucionalização da saúde representou para sociedade juizforana e os ideais do cientificismo empregados pelos médicos e filantropos na em Juiz de Fora, durante o período em questão. Ao estudar a assistência à saúde em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, Virna Braga (2015:86) assinala que

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o império até a República, contudo são mais recorrentes do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra "hospitais" foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros.

Nesse sentido, vários questionamentos são levantados no que diz respeito à via de adoção e ao modelo de assistência que os médicos e filantropos ansiavam, conforme nos mostrou Laier e Howyan. Este movimento de grande efervescência e mobilização em torno da institucionalização da saúde se deu pelos avanços constantes na produção de agentes químicos e biológicos no combate à estas doenças infecciosas, o que alterou significativamente o discurso médico que fundamentava na teoria do contágio, teoria esta que se mostrou ineficaz no combate às epidemias que assolavam a população, o que deu início à funcional teoria microbiológica, divisor de águas na ciência moderna e que proporcionou o exponencial avanço no combate aos microorganismos patológicos (BENCHIMOL, 1992: 75-119).

AÇÃO FILANTRÓPICA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SAÚDE: A LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE:

No geral, os médicos avaliavam a Zona da Mata mineira como local de grandes propriedades terapêuticas no combate à tuberculose, conforme consta o relatório enviado à comunidade de Lima Duarte pela Liga Mineira contra a Tuberculose, após os representantes desta Liga voltarem do Congresso Contra a Tuberculose, realizado em Paris no ano de 1905. Juiz de Fora e suas adjacências mostrava ser de fundamental importância no combate dessa doença, em vista de sua posição geográfica privilegiada e que privilegiava também os acometidos da tísica. Conforme publicado no jornal "O Pharol" em 27 de setembro de 1906 (FONTES, 2017-A):

O Sanatorio é instrumento indispensavel da Obra anti-tuberculosa, e a escolha de local, factor importantissimo para que elle assegure toda a sua efficacia, embora não desconheça-mos que em quasquer condições de clima o Sanatorio seja util. Em Minas Geraes e em quasi todo o Brasil abundam os locais em condições ideaes; é preciso porém que estes locais sejam explorados e levados ao conhecimento dos medicos e do publico para que possam ser aproveitados opportunamente, visto que neste particular como para todas as fontes de bem e riqueza publicas a nossa natureza tão rica e prodiga ainda tem muitos recursos desconhecidos. Ultimamente tivemos occasião de conhecer e explorar uma região que reúne o conjuncto de todas as condições ideaes para Santatorio, é a serra de Ibitipoca.

Vale salientar que, além das ações voltadas ao combate da tuberculose, o projeto modernizante e institucional objetivava também abordar o processo da elaboração do discurso médico-sanitarista que foi empregado pelos médicos e filantropos a fim de legitimar as ações das instituições, que muitas

vezes se valeram de tais discursos para se firmarem como entidades que detinham exclusivamente os conhecimentos científicos para combater este mal que assolava o país em geral, e município em específico. Os principais veículos de comunicação e de difusão destes debates foram os jornais e a estratégia de publicidade através da afixação de cartazes nos principais pontos de acessos da grande massa da cidade: as estações de transporte ferroviário, os bondes que circulavam no centro da cidade e dava acesso às periferias e também nos comércios que se concentravam na região central da cidade, ainda que estes materiais fossem motivo de desinteresse por parte da população, conforme nos mostra a publicação do jornal "O Pharol" com mensagem da Liga, ainda em setembro de 1906 (IDEM):

Além destas, innumeras são as instituições que servem á questão da tuberculose, protegendo os recém-nascidos e meninos, pelo aleitamento e a educação hygienica, proporcionando boas condições hygienicas á classe mais miseravel da sociedade, a qual definha na domesticidade sem luz, sem ar e sem alimento reparador. O que podemos nós fazer ora com uns 20 contos de que dispomos? Esphacelal-os em cartazes para servirem ás moscas e serem ludibriados pelo proprio publico; em revistas sem effeito pratico; montar dispensarios, fazer sanatorios, custeal-os? Temos nós o bafejo official que ao menos nos communique uma migalha de autoridade moral?

A Liga Mineira contra a Tuberculose foi uma instituição filantrópica que incorporou em seu discurso a proposta de erradicar a tuberculose ou, não conseguindo erradicar, minimizar os impactos negativos que esta doença proporcionava na população. A Liga iniciou, então, um empreendimento de proposta a um modelo que se assemelhava ao empregado no Rio de Janeiro, caracterizado pela imposição de medidas coercitivas colocadas em práticas pelos órgãos públicos tendo em vista a eficácia das medidas de saúde, conforme assinala o médico e presidente da Liga Mineira, Eduardo de Menezes, no relatório anual de 1905 (FONTES, 2017-B):

Eu não vejo sinão dois meios de fazer obra util. Um, consiste em medidas coercitivas, como as que são postas em pratica no Rio de Janeiro pela directoria da saude publica: é a intervenção administrativa official, que depende de despezas, de autoridades com poderes sufficientes, medidas que emanam dos governos locaes e geraes. Outro, consiste em instituições particulares, os sanatorios e os dispensarios; aquelles para restringir a mortalidade porporcionar a curabilidade e affastar da sociedade os individuos tuberculosos que são os fócios de propagação e disseminação; estes para proporcionar tratamento médico aos tuberculosos.

Esse modelo de institucionalização empregado no início do século XX foi a promessa de livramento do mal que vitimava grandes números de desgraçados na cidade. Embora o

empreendimento proposto pela Liga Mineira em erradicar a tuberculose na cidade visasse o bem-estar coletivo, não bastava somente que os seus agentes se interessassem pelas medidas postuladas pela associação. Temos de considerar também a necessidade da aprovação do povo a qual tais medidas de saúde eram destinadas, uma vez que constatamos em algumas fontes que parte da população desacreditava nas ações e no discurso médico, chegando a depredar cartazes afixados e outros materiais educativos propostos para que orientasse a comunidade. Ressaltando que estes materiais foram primordiais na difusão conhecimento médico naquele momento, conforme vemos a seguir a publicação da Liga Mineira Contra a Tuberculose no jornal "O Pharol" datando em 06 de setembro de 1905 (IDEM), dizendo que:

[...] Esta Associação fundou-se com a consciencia de que não poderia desempenhar o seu papel dentro de algum tempo, attento ás condições da crise geral e a somma de capitaes necessarias para obter os seus fins. O assumpto sobre tuberculose repetido na imprensa diaria tornou-se platonico para que a sua continua repetição produza effeitos.

Os cartazes sobre os perigos e os inconvenientes relativos aos escarros, são tão inefficazes, que nos trens, nas estações ferreas e onde que se encontrem affixados, os escarros abundam sotopostos no chão, e o publico não esgarra em cima mesmo dos cartazes porque não lhes traz geito.

Os jornaes e as publicações periodicas espalhadas avulsamente, contendo materia relativa á tuberculose, não attingem a população que mais carece das respectivas instrucções, aproveitam apenas a algumas das classes letradas. Não são, mais praticos, mas especulativos, para que justifiquem o esgotamento dos parcos recursos de nossa caixa.

Vemos que sobre a atuação da Liga Mineira contra a Tuberculose, o jornal "O Pharol" demonstra que essa elite médica e intelectual de Juiz de Fora se mobiliza constantemente em torno da prestação da assistência à saúde com a proposta de instruir e instituir práticas rotineiras que por si só reduziria a incidência da tuberculose. O referido periódico mostra também que aos poucos, em vista da resistência à adesão das postulações da Liga, a associação passou a evocar diretamente o poder público para intervir nas casas e nas famílias que se recusassem a adotar as medidas por ela propostas.

Este período teve sua chegada na cidade no ano de 1870 e aqui permaneceu até o ano de 1939 (OLIVEIRA, 1981:15-17). Figurou entre os mais importantes veículos de comunicação deste município, servindo de catalisador de opiniões e ideologias políticas.

QUADRO 01 - Proprietários do jornal "O Pharol". Informações como nome, profissão e ocupação política foram levados em consideração, para entender os espaços de sociabilidades frequentadas por estes indivíduos.

Proprietários do Jornal	Profissão	Cargo Político
Tomaz Cameron	Jornalista	
Leopoldo Augusto de Miranda	Jornalista	
George Charles Dupin	Jornalista	
Lindolfo de Assis	Jornalista	
José Braga	Jornalista	
Alfredo Ferreira Lage	Advogado	Vereador
Diogo Luiz Almeida Pereira	Advogado, Jornalista e Historiador	
Bernardo José de Paula Aroeira	Jornalista	
Francisco Bernardino Rodrigues Silva	Advogado	Deputado Federal, Presidente da Câmara e Prefeito
Antônio Bernardino Monteiro de Barros	Fazendeiro	Vereador
José Cesário de Faria Alvim	Advogado/Jornalista	Senador, Governador, Deputado Provincial
Cristóvão de Freitas Malta	Médico/Jornalista	
Canuto de Figueiredo	Jornalista	
João Evangelista da S. Gomes	Jornalista/Capitalista	

Fonte: TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão:** gente juiz-forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

Dentre os seus 14 proprietários, encontramos 4 políticos com forte atuação na cidade e na província; ainda entre estes proprietários, percebemos que 11 deles são jornalistas, 2 advogados, um médico e um fazendeiro. Em meio a este grupo, percebemos que todos aqueles contemporâneos à criação da Liga, em 1900, foram nomeados protetores da instituição. Isto nos mostra que essas nomeações poderiam não ser aleatórias ou despropositais.

Ao analisarmos este conteúdo na tabela, devemos levar em consideração, também, que parte dos agentes apontados na tabela acima e os protetores e protetoras que serão apresentados abaixo compunham a elite rural, intelectual, política e econômica da cidade. Isto significa que seus nomes circulam nos mais diversos espaços de sociabilidades, cujos membros se destacavam pela forte participação em iniciativas privadas da institucionalização de associações caritativas e filantrópicas que surgiram em Juiz de Fora a fim de atender à vários grupos de pessoas acometidos por distintos infortúnios atrelados à pobreza material³.

Conforme mencionado, o quadro abaixo apresenta a lista dos protetores e protetoras da Liga Mineira contra a Tuberculose, publicada no jornal "O Pharol" no dia 16 de outubro de 1900 (FONTES, 2017-C). Dentre os seus membros, foi possível localizar alguns nomes de grande visibilidade na sociedade juizforana, decorrentes das altas doações legadas à instituições de socorro, como Carolina de Assis e o seu marido, João Penido Filho, que legaram quase toda a sua fortuna para a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora, Barão de São Marcelino, que atuou em duas gestões como provedor da Santa Casa, Braz Bernardino Loureiro Tavares, que assumiu a provedoria da Santa Casa por 21 anos, e Pantaleone Arcuri, importante empresário de Juiz de Fora no setor de construção, responsável pela edificação de prédios públicos, residenciais e culturais na cidade (TEIXEIRA FILHO, 1979: 169, 233, 69, 269). Não me aterei à todos para que não se prolongue, mas no geral "Protetores" e "Protetoras" foram títulos destinados à casais influentes na cidade, que agregaria o seu nome ao nome da Liga a fim de garantir credibilidade às ações da instituição.

³ Podemos citar, como exemplo dessas associações a Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora (1854), o Lactário São José e o Asilo João Emílio (1891).

QUADRO 02 - "Protetoras" e "Protetores" nomeados pela Liga Mineira contra a Tuberculose.

Liga contra a tuberculose	Protetores:
Relação das damas e cavalheiros que serão convidados para protetores da Liga Mineira contra a Tuberculose pela sua directoria:	Exmos. srs. Eduardo de Andra-
Protetoras: exmas. sras dd. Eulalia de Araujo, Maria José Monteiro, Clementina Bello Rezende, Magdalena Mascarenhas Werneck, Maria de Lourdes da Gama Horta, Rosalina Lage, Maria do Carmo de Menezes, Rita de Souza Lima, Salomé Penna, Flora Parreiras Horta, Julia de Azeredo Coutinho, Etelvina Vieira Pereira, Carolina de Assis, Julia Ferreira de A. Fonseca, Ercilia Penido, Euridice Tostes de Alvarenga, Maria Flora Penna, Elvina Cathoud, Constancinha Vidal, Virginia Vieira Braga, Maria Amelia Mascarenhas Barbosa, Auna Monteiro de Andrade, Conceição Rezende, Ricardina Diniz, Geraldina Rezende Jaguaribe, Isabel Gama de Andrade, L. A. Schaffer, Diva Jaguaribe, Carolina Bello Tolendal, Emilia Kremer, baronesa de S. Carlos, Guilhermina Krambeck, Alcina Campos, Guilhermina Collucci Salles, Olympia Hungria, Onofrina Silva, Julieta Andrada, Amanda Goulart, Zininha Figueiredo, Marieta Chagas, Maria Lydia Bicalho, Marianninha Pimentel Barbosa, Virginia Bastos Pinheiro Machado, Evangelina Penna, Lyvia Pereira da Cruz, Isaura Rodrigues Pereira, Bertha Paletta, Maria Luiza Tostes, Ambrosina Teixeira Leite, Laurita Duarte, Isabel Hogg, Regina Massena, Manoelita Arceira, Alice Ferreira Lage, Francisca Grande, Alice Fassheber, Carmelita Horta Barbosa, Darcilia Gomes Teixeira, Carlota Collucci Cardoso, Iracema Xavier Ferreira.	de, Eugenio Fontainha, Alfredo Corrêa e Castro, dr. Isidoro Lage, dr. Gustavo Penna, Barão de São Marcellino, dr. João José Vieira, dr. João Penido Filho, Albino Machado, Luiz Barbosa de Medeiros Gomes, dr. Braz Bernardino Loureiro Tavares, dr. Julio Penna, major Francisco Mariano Halfeld, dr. Ambrosio Vieira Braga, dr. Sebastião Mascarenhas, dr. Azarias de Andrade, dr. João Nunes Lima, pharmaceutico Altivo Halfeld, Eugenio Montreuil Filho, coronel dr. Ferreira e Costa, dr. Christovam Pereira Nunes, J. M. Lander, dr. José Eloy de Araujo, A. J. da Costa Cardoso, dr. José Mariano Pinto Monteiro, dr. Belisario Fonseca, Pantaleone Arcuri, padre dr. Julio Maria, dr. Accacio Teixeira, José Rangel, Charles Beil, J. Grippi, Severiano de Moraes Sarmiento, dr. João d'Avila, dr. Francisco Valla-dares, Gustavo Reich, Bruno von Sydow, Joaquim Rodrigues de Araujo, Franklin Rodrigues de Moraes Jardim, coronel Antonio Bernardino Monteiro de Barros, vigário dr. Frederico Hollenbrock, Luiz Creuzol, dr. José Cesário Monteiro da Silva, dr. Antonio Goulart, dr. Joaquim Monteiro, dr. Leocadio Chaves, pharmaceutico Manoel Bernardino de Barros, dr. Octaviano Costa, dr. Hermenegildo Villaça, capitão Cornelio de A. Gama, capitão Francisco Jenz, pharmaceutico Henrique Ricci de Sant'Agostino, dr. Christovam Malta, dr. João Marinho, commendador M. J. Pereira da Silva, dr. Corrêa de Azevedo, dr. Francisco Bernardino Rodrigues Silva, Carlos Hungria e Francisco Dias Ministerio.

Fonte: Jornal "O Pharol". 16 de outubro de 1900. Disponível em: <

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=15018&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. "Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas" / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

O estudo apresentado demonstrou que Juiz de Fora possuía uma elite intelectual preocupada no desenvolvimento urbano e na imagem passada pelo município às localidades com as quais mantinha contato. Tal preocupação refletiu em ações pautadas no discurso higienista de que cidade salubre e cidade saneada representa cidade civilizada e cidade modelo.

O periódico "O Pharol" pode ser percebido desempenhando importante papel na difusão dessa imagem incorporada por agentes filantrópicos que empreendiam ações de fomento à pesquisa e controle das doenças na transição do século XIX para o século XX. Parte deste papel desempenhado pelo referido jornal se deve ao fato de seus proprietários e colaboradores transitarem em espaços de sociabilidades cujos elementos motivacionais foram o controle social empreendido contra a doença, a pobreza e qualquer outro elemento que pudesse degradar a imagem que este grupo de beneméritos e benfeitores tentava criar e passar às demais cidades.

REFERÊNCIAS:

Relatórios anuais da Liga Mineira contra a Tuberculose, todos disponíveis na Hemeroteca Digital entre os anos de 1902 - 1924. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **Modernização e Higienismo: Controle Sanitário e Gestão Político-Científica na Manchester Mineira (1891-1906)**. 2008, 224 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923)**. 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

FONTES. Hemeroteca digital. Jornal "O Pharol". **Relatorio annual apresentado á Assembléa geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose, em 27 de setembro de 1906**. Quinta-feira, 30 de setembro de 1906. Edição 00211 (1).Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017-A.

FONTES. Hemeroteca digital. Jornal "O Pharol". **Relatorio annual apresentado á Assembléa geral da Liga Mineira Contra a Tuberculose, em 04 de setembro de 1905**. Quinta-feira, 07 de

setembro de 1905. Edição 00211 (1). Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017-B.

FONTES. Hemeroteca digital. Jornal "O Pharol". **Liga contra a tuberculose**. Terça-feira, 18 de outubro de 1900. Edição 00031 (1). Disponível em: <
<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=15018&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 10 out. 2017-C.

GOODWIN Jr, James William. **A modernidade como projeto conservador**: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888. LOCUS: revista de história, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HOWYAN, Gregório. Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem. trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Valle. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

OLIVEIRA, Almir. A imprensa em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Imprensa Universitária, 1981.

PIRES, Anderson José. "**Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). 2004. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Acesso em: 10 out. 2017.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**: gente juiz-forana. Juiz de Fora: Edição do autor, 1979.

OS ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: MEMÓRIAS DAS PERSEGUIÇÕES AOS SÚDITOS DO EIXO

Luiz Antonio Belletti Rodrigues*

RESUMO:

Durante a Segunda Guerra Mundial e sob o regime do Estado Novo, o Brasil passou a perseguir os estrangeiros oriundos dos países com o qual estava em guerra, Itália, Japão e Alemanha. Este projeto pretende analisar estas perseguições. A análise das fontes abrange quatro questões historiográficas: o Estado Novo e como o entendemos hoje; a política de nacionalização de estrangeiros e a questão racial; a construção da identidade nacional e, por fim, a perseguição aos estrangeiros de países com que o Brasil estava em guerra e seus descendentes, um dos muitos aspectos da repressão e do autoritarismo do Estado Novo. Esta comunicação apresenta especificamente as questões relativas à memória das perseguições aos estrangeiros e seus descendentes, os “súditos do Eixo”, residentes em Juiz de Fora no período da Segunda Guerra Mundial.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, Segunda Guerra, Juiz de Fora, Estado Novo.

THE FOREIGNERS IN JUIZ DE FORA DURING THE SECOND WORLD WAR: MEMORIES OF THE PERSECUTIONS TO THE AXIS SUDDIES

ABSTRACT:

During World War II and under the Estado Novo regime, Brazil began to persecute the foreigners, resident in the country, from the countries with which it was at war, Italy, Japan and Germany. This research analyzes how the mechanisms of repression and persecution of these foreigners occurred, both explicitly and tacitly. The analysis of the sources covers four historiographical questions: the Estado Novo and how we understand it today; the nationalization policy of foreigners; the participation of Brazil in World War II and, finally, the persecution of foreigners and their descendants, of countries with which Brazil was at war, one of many aspects of the Estado Novo repression. This communication specifically presents the questions regarding the memory of the persecution of foreigners and their descendants, the "citizens of the Axis," residing in Juiz de Fora during the Second World War.

KEY WORDS: Authoritarianism, Second War, Juiz de Fora, Estado Novo.

* Doutorando em História, Universidade Federal de Juiz de Fora; Bolsista Capes. luizbelletti@hotmail.com

INTRODUÇÃO:

Este estudo conta a história da perseguição aos estrangeiros ocorrida na cidade de Juiz de Fora, Zona da Mata de Minas Gerais, durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A questão central é entender como uma cidade fundada por colonos alemães, e com grande número de imigrantes italianos, teve estes cidadãos, muitos deles nascidos aqui como descendentes, perseguidos de diversas formas, inclusive violentas. Pretende-se também identificar, através do estudo destas perseguições a estrangeiros, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. A pesquisa de campo mobilizou diversas fontes documentais, mas especificamente duas foram as mais utilizadas para os objetivos propostos: processos criminais em que os estrangeiros aparecem como réus, e notícias de jornais do período analisado, relacionadas aos temas propostos.

O período pesquisado está compreendido entre 1939 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra. Neste artigo analiso especificamente os documentos encontrados na pesquisa de campo que tratam da perseguição aos japoneses, que apesar de minoria na cidade, foram duramente perseguidos e presos. Neste artigo também foram utilizados os documentos encontrados no Arquivo da Polícia Política, existente no Arquivo Público Mineiro (APM) que puderam ser relacionados à perseguição de japoneses.

A intenção neste trabalho é mostrar que o campo de ação do Estado Novo era muito mais amplo que a ação contra trabalhadores estrangeiros nos seus locais de trabalho. Analisando o arquivo de crimes e os jornais da época, pretende-se mostrar que a perseguição e os braços da repressão do Estado Novo se configuravam como uma trama complexa, que se aproveitou dos efeitos da guerra, antes e depois da declaração do estado de guerra. Apesar de atingir vários setores da população, foram os estrangeiros vindos dos países com os quais o Brasil estava em guerra os mais atingidos pela repressão. As perseguições aos estrangeiros foram diretas e oficializadas. Se antes anarquistas e comunistas eram os inimigos ideológicos, agora bastava ser estrangeiro e originário dos países do Eixo para que o perigo existisse. Durante os anos de guerra, os imigrantes e seus descendentes sofreram restrições e perseguições, inclusive prisões em campos de concentração, confisco de bens, fechamento de associações e intervenções em escolas.

1. A perseguição a estrangeiros no Estado Novo:

Ao relatar a história de sua família, de origem judaica, Boris Fausto (1997) nos mostra como a relação da população brasileira com os imigrantes dos países do Eixo mudou a partir do rompimento de relações diplomáticas em janeiro de 1942 e mais tarde com a declaração de guerra. Não importava que sua família fosse judia, mas, sobretudo, eram “súditos” de países em guerra com o Brasil. A propaganda do governo provocou uma onda de patriotismo. A mobilização popular que precedeu a entrada do Brasil na Guerra criou um clima hostil em relação aos estrangeiros destes países. A vida destas pessoas ficou muito difícil, com centenas de milhares de pessoas pedindo vingança pelo afundamento de navios brasileiros (NETO, 2013).

A cidade de Juiz de Fora possuía um grande contingente de alemães e italianos em sua população. Os trabalhadores e técnicos contratados para a construção da estrada União Indústria, ligando a região a Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, no século XIX eram alemães, o que gerou a criação de um importante núcleo de imigração na cidade, ainda presente em alguns bairros nos dias atuais. Obviamente o impacto dos protestos contra estrangeiros foi grande na cidade, que além do mais tinha um importante núcleo fabril têxtil, cujos trabalhadores eram muitos deles estrangeiros ou descendentes de alemães e italianos. Durante os protestos pelo afundamento dos navios brasileiros durante a guerra a Casa de Itália foi fechada e ocupada, a Rua Itália se tornou Oswaldo Aranha, e a Rua Berlim passou a ser chamada de Avenida Governador Valadares.

Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas fechava o Congresso Nacional e outorgava uma nova Constituição, instituindo o Estado Novo, para ele uma necessidade inexorável, e declarava:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes claros do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis, sob este e outros aspectos. A Constituição estava, evidentemente, antedatada em relação ao espírito do tempo. Destinara-se a uma realidade que deixara de existir¹.

Era o início da última fase de seu primeiro governo. Foi um período marcado pelo autoritarismo, que atingiu várias instituições e instâncias, ultrapassando o próprio Estado: “forças fascizantes assumem a ‘retórica do medo’, a mentira o cinismo e a violência invadem o cotidiano do cidadão comum e, lembrando Arendt, rondam os sindicatos, as associações e os partidos”

1 Discurso de Vargas em 10/11/1937 (GUASTINI apud. CAMARGO, 1989).

(DUTRA, 1992, p.30). Vargas passou a concentrar maiores poderes, redirecionando a economia e reestruturando o Estado. O federalismo pré-30 foi definitivamente destruído, e diversos processos se intensificam no país, tais como a urbanização, a industrialização, a diversificação da agricultura, entre outros. Se a Era Vargas é considerada pela historiografia como uma ruptura em relação à República Velha, caracterizada pelo predomínio político das oligarquias cafeicultoras e forte regionalismo, o Estado Novo foi a centralização e o fortalecimento do executivo, o “clímax de todo um processo político marcado por uma crise de poder” que se iniciou em 1930, onde os grupos em confronto não tinham a capacidade de impor-se sobre os demais (DINIZ, 1981, p.84).

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros (LESSA, 2011). Para Estevão Martins, entrevistado por Lessa:

O Brasil fez alguns gestos simbólicos que eram típicos do que os americanos também vieram a fazer depois, sobretudo com as colônias de descendentes japoneses no Havaí e na costa oeste dos Estados Unidos, que foi confinar os descendentes, ou os imigrantes recentes e seus descendentes como se fossem agentes do inimigo. É uma reação um pouco normal em época de guerra, embora seja bruta, deseducada e grosseira, porque muita gente não tem culpa de nada disso, não estava nem pensando nisso, estava só saindo da miséria seja como agricultor italiano, alemão ou japonês. Mas aconteceu (LESSA, 2011).

Rosângela Kumura (apud LESSA, 2011) conta que, no Paraná, os súditos do Eixo foram retirados da orla marítima, os bens foram confiscados, e as casas nunca mais foram devolvidas: até hoje pertencem aos bancos, não aos japoneses, que foram levados para a fazenda do interventor do estado. Marlene Fávere (apud LESSA, 2011) relata o cotidiano e o medo dos estrangeiros, mas o que ela mais chama a atenção é que estas histórias não eram, na verdade, contadas. O silêncio foi a forma de lidar com as lembranças. O rearranjo de forças políticas forçou também o esquecimento das dores e rancores. A destruição de lápides nos cemitérios, a proibição de ouvir rádio, de cantar e festejar causou muita mágoa.

2. A perseguição em Juiz de Fora:

Neste artigo faço uma compilação dos principais documentos encontrados durante o estudo, relacionados à perseguição ocorrida em Juiz de Fora. Na análise dos jornais da época, principalmente na coleção do *Diário Mercantil* que está no Arquivo Histórico de Juiz de Fora é que os fatos aparecem. Em 6 de março de 1939, em um editorial assinado por Christovan Dantas, com o título “Racismo e Imigração”, o jornalista escrevia que no século XIX a imigração para a América se devia à superpopulação existente na Europa, e que diferentemente do “ditatorialismo” existente em 1939, os estrangeiros que aqui chegavam não tinham o instinto de perpetuar suas pátrias de nascimento, eles faziam aqui o “*melting pot*”, criando o “*tipo-síntese*”, 100% americano e fixado ao solo. O nacionalismo exacerbado e o racismo dos novos imigrantes teriam invertido a questão migratória, o “*jus sanguinis*” prevalecendo sobre o “*jus soli*”. Os brasileiros, portanto, não poderiam concordar com os núcleos étnicos, que tenderiam a virar colônias de povoamentos. O Brasil não podia aceitar este “suicídio biológico”, não podia aceitar que os imigrantes japoneses “importassem” 30.000 noivas do Japão para se casarem com os japoneses que aqui vivem. O interesse do Brasil era justamente o contrário à exaltação do racismo: os estrangeiros deveriam ser “fatores de plasmagem de uma grande nação”, acreditando na virtude dos cruzamentos, na fusão de etnias, inclusive a japonesa (AHJF, 2016).

O conjunto principal de notícias aparece principalmente a partir de 1942. Já no dia 16 de janeiro era noticiado que o povo exigiu que o Banco Alemão Transatlântico no Rio de Janeiro içasse a bandeira brasileira em sua sede. Houve início de tumulto e apedrejamento com a negativa do gerente. No dia seguinte aparecia a notícia da sugestão feita por diversos países para a criação de campos de concentração para os agentes da “Quinta-Coluna” na América do Sul. No dia 24, a notícia que os países da América aprovam por unanimidade o rompimento de relações como o Eixo. No dia 28, o Brasil romperia com o Eixo. A jurisdição dos cônsules destes países é cassada em Minas, inclusive em Juiz de Fora.

No dia 29 é noticiado que existiriam no país cerca de sete milhões de estrangeiros do Eixo aqui residentes, cerca de 650 mil alemães, seis milhões de italianos e 250 mil japoneses. Número muito diferente dos dados de imigrantes que entraram no país, e diferente também da declaração de Oswaldo Aranha em 1939. Um novo quadro começa a ser montado, uma nova “onda” de notícias onde os estrangeiros agora passaram a ser inimigos, e o número deles parecia ser muito maior do que realmente era.

Neste mesmo dia o jornal fazia um balanço da situação dos estrangeiros dos países do Eixo em Juiz de Fora, na fala do delegado especializado João Luiz Alves Valadão, que se tornaria a figura principal em todas as notícias sobre estrangeiros, processos e protestos durante a guerra. Ele dizia que aqueles que se manifestassem publicamente pelos adversários seriam presos. Os estrangeiros precisariam de salvo conduto para viajar, teriam que declarar em 15 dias a residência e não poderiam se manifestar ou falar a língua de origem. O cônsul italiano Emilio Camodeca voltaria para a Itália, pois era funcionário de carreira, e o vice-cônsul, não sendo funcionário permaneceria, pois era industrial na cidade. Diversos livros foram apreendidos nas livrarias, a Casa D'Itália e a sociedade Humberto I passam para o controle do governo e as demais sociedades estrangeiras ficaram sobre severa vigilância.

Na mesma edição o jornal noticia que a polícia local fechou uma escola e várias sociedades estrangeiras na cidade e outras ficaram sob fiscalização direta e rigorosa, de acordo com os Decreto-Lei 383 e 1545. Foram fechadas as sociedades "Dante Allehieri" e a Associação Nacional dos Ex-Combatentes e Donolavero, referidas nos estatutos da Casa D'Itália, mas sem registro no Ministério da Justiça. Elas já estavam com as atividades encerradas. Também foi fechado o Jardim de Infância da Escola Alemã, por estar em desacordo com as leis nacionalizadoras. Também foram fiscalizadas as sociedades alemãs e notificadas as de culto evangélico alemã para só falar português. No dia 6 a Casa D'Itália era fechada em Juiz de Fora e o prédio possivelmente seria alugado ao governo. No dia 7 uma rádio clandestina era fechada, pois possivelmente recebia e transmitia mensagens em código na Hora do Brasil.

No dia 18 o Buarque foi afundado na costa norte-americana do Atlântico pelos alemães e no dia 20 o Olinda foi afundado. Era o início da revolta generalizada no país contra os estrangeiros. O processo se agravaria mais ao final do ano com o afundamento de outros navios na costa brasileira. No dia 26, o Dr. José Maria Lopes Cançado falava sobre a situação dos estrangeiros naturalizados, em face da situação. Ele considerava que os naturalizados seriam brasileiros, mas que era urgente uma mudança no Código Civil, em relação à questão da "lei pessoal" para os estrangeiros, que estavam sujeitos a lei de seus países, mesmo morando no Brasil.

O mês de março é um dos mais tumultuados. No dia 9 foi afundado o cargueiro Arabutan e no dia 11 foi torpedeado o Cayru. As notícias tinham grande destaque nos jornais, com as manchetes ocupando metade da página. No mesmo dia aparece a notícia da reforma na Constituição Federal, artigo 166, permitindo que o presidente decrete estado de guerra sem a autorização do legislativo. No

dia seguinte foi decretado que os bens dos estrangeiros no Brasil responderão pelos prejuízos causados pelas agressões dos países do Eixo. O jornal informa que havia no Rio de Janeiro uma grande animosidade contra tudo que era do Eixo.

Em 9 de março de 1942 o jornal “O Globo” do Rio de Janeiro noticiava:

Os japoneses ocupam pontos estratégicos no interior de Minas. Em dos agricultores amarelos foi localizar-se precisamente entre uma fábrica de munições e um paiol do Exército, nas proximidades do reservatório de água. Sensacionais revelações do delegado de Juiz de Fora ao “Globo” (APM, 2016).

Tujama Asajiro era plantador de tomates no atual bairro de Benfica, e o próprio jornal não sabe se ele se instalou no local por acaso. O delegado o removeu do local. O delegado informa ainda que achava estranho que existam japoneses residindo próximo a estrada de ferro, pois eles poderiam cortar fios de telégrafo, eletricidade e danificar trens. Ainda em março de 1942 o Chefe do Serviço de Estrangeiros manda carta ao delegado recomendando que sejam tomadas medidas no sentido de restringir totalmente a circulação de japoneses, pois brasileiros estariam sendo maltratados no Japão (APM, 2016).

No dia 13 era informado que todos os estrangeiros possivelmente “perniciosos” à segurança nacional da cidade estavam fichados e “hão de dar conta de todo o mal que porventura cometerem”. Na capital um grupo percorreu as ruas mais centrais da cidade e depredou propriedades de súditos do eixo. Em nenhum dos jornais pesquisados é relatado algo semelhante em Juiz de Fora, em nenhum momento, apesar de que em dois processos crime analisados o fato do cerco de imóveis de estrangeiros é mencionado, bem como em documentos do Arquivo Público Mineiro.

Sob o título “Confiscação” o jornal avisava que os súditos alemães, japoneses e italianos tinham quinze dias de prazo para declararem o valor dos bens que possuíam no Brasil, de acordo com o Decreto Lei 4.166. O jornal considerou a medida legítima. As notícias de conflitos com estrangeiros se espalhavam pelo país. Os estudantes baianos fizeram uma proclamação contra a quinta-coluna, enquanto no mesmo dia 14 o gerente da firma sueca SKF em Salvador foi quase linchado ao reagir ao ser chamado de quinta-coluna. No dia seguinte apareceu a notícia de que Ilhéus estaria dominada por nazistas que recebiam armas de Berlim. Não há sequência ou novo informe posterior sobre esta “dominação”. Como muitas outras, o caráter sensacionalista e desprovido de provas era a marca principal do noticiário.

No dia 18 aparece a notícia da prisão do pastor evangélico alemão Vitor Schwzner em Juiz de Fora, preso por fazer propaganda nazista e cujo processo é um dos analisados nesta pesquisa. Ele foi acusado de fazer a prédica em alemão, tendo confessado que distribuía folhetos. Foram apreendidos livros proibidos e folhetos. A perseguição aos japoneses na cidade parece ter sido implacável. Apesar do número de indivíduos ser bem menor que alemães e italianos, cerca de vinte e duas pessoas, contra quinhentos e cinquenta e cinco italianos e cento e setenta e quatro alemães, segundo o levantamento feito pela prefeitura na época, a pedido da Polícia Política (AHJF, Fundo Câmara), a maior parte deles foi presa. Eram pessoas mais humildes e quase não possuíam bens. E eram tratados pela imprensa como os “amarelos”.

Em 18 de março mais três japoneses eram detidos. Residiam em Guarará, cidade próxima a Juiz de Fora e foram detidos por fazerem frequentes viagens ao Rio de Janeiro, visitando o consulado japonês. O delegado Valadão empreendeu uma busca e encontrou material de propaganda, trinta livros e boletins. Foram presos Isamu Araki, Tomenosuke Araki e Klimosuki Araki. O motivo das viagens não foi revelado. No dia seguinte o jornal informou que eles continuavam em silêncio sobre o motivo das viagens.

No dia 18 ainda aparece a notícia de que diligências policiais foram feitas na Colônia São Pedro em Juiz de Fora. Mais de uma dezena de casas de alemães e maus brasileiros foram varejadas. Segundo o jornal, o “Eixo” nestas casas estava em primeiro lugar. Abundante material de propaganda, em alemão, foi apreendido, bem como armas e munições. O jornal não detalha se havia mandato, pois a ordem partiu do delegado Valadão, nem que tipo de material ou arma foi recolhido. As casas seriam das pessoas que frequentavam a casa do pastor Victor. Eduardo Peterman, filho de alemães, se recusou a abrir a porta. A polícia entrou e encontrou livros e propagandas. Ele foi preso pela polícia.

O dia seguinte também é repleto de notícias sobre estrangeiros. Dois “amarelos” foram detidos e levados para a delegacia central onde confessaram que receberam a visita do cônsul japonês. Tayama Asagi, morador de Benfica e Ruyusuke Kasai, morador de Chapeu D'uvas não informaram o motivo da visita. Neste dia também foi varejada uma casa de um japonês em Cedofeita, próximo à linha férrea. A polícia encontrou na casa de Resuke e Misuke Maisuré material de propaganda do Eixo e cinco contos de reis que foram depositados no Banco do Brasil.

No dia 21, o jornal *Diário Mercantil* informava que um abaixo-assinado foi entregue à prefeitura sugerindo a mudança dos nomes das Rua Itália e Avenida Berlim. Os nomes do Chancelar Oswaldo Aranha e do Governador Benedito Valadares foram os indicados. Nesta mesma notícia dizia

que as placas destas ruas haviam sido pintadas por alguém em ato de protesto. Em outra parte do mesmo jornal, uma coluna alertava que “somente os alemães residentes no Brasil bastariam para conquistá-lo”, bastando uma ordem de Hitler. A denúncia era um alerta ao Tribunal de Segurança Nacional. A informação teria partido de um súdito alemão preso no Rio de Janeiro. Em outra parte a manchete dizia “Exército japonês dentro do Brasil – sensacionais revelações obtidas pela polícia paulista.” A carta teria sido enviada por um filho de japonês com tal informação. Seriam cerca de 25 mil homens, inclusive generais, com armas pesadas e planos estudados nos mínimos detalhes. O jornal não informa se a denúncia foi investigada ou onde estariam estes soldados e suas armas.

Em correspondência enviada ao Chefe de Polícia, o delegado especializado de Juiz de Fora, João Luís Alves Valadão, que aparece em praticamente todas as investigações, processos e documentos encontrados para o período, lista os estrangeiros presos quando o Brasil declarou guerra, contudo o nome deste japonês não fazia parte da lista. Mas o “perigo amarelo” era uma preocupação declarada, principalmente da imprensa. Já em 1941 um documento anônimo dizia que os japoneses pretendiam conquistar o Brasil, mais que os alemães. Seriam eles mais reservados que os fascistas e nazistas da quinta-coluna, mas esconderiam uma alma fria, com um patriotismo antinatural e anti-humano. Seriam eles muito perigosos (APM, 2016).

Em correspondência enviada ao delegado no dia 26 de março do mesmo ano, uma pessoa informa que encontrou um japonês na rua e o encaminhou até a delegacia. Este declarou ser um viajante e que estava indo para a capital. Foi escoltado até lá (APM, 2016). Neste dia o jornal *Diário Mercantil* informa que um japonês, Seisaku Kawamura, desapareceu pouco depois de desembarcar em Belo Horizonte, onde foi enviado pela polícia de Juiz de Fora. Ele teria sumido no hotel, e o jornal não informa por que ele foi enviado para lá e o que teria feito. Como quase todas as notícias sobre estrangeiros, não há uma sequência da história, não há desdobramentos.

Uma grande massa popular compareceu ao embarque da primeira leva de prisioneiros enviados para a Ilha das Flores. Eram trinta quinta-colunas, alemães, japoneses e italianos. O campo de concentração seria cercado com arame farpado eletrificado. A notícia do envio destes estrangeiros foi dada pelo jornal com “as devidas reservas”, segundo eles mesmos informaram no final da reportagem. No início de maio, no dia 6, classes produtoras da cidade lançaram uma campanha contra a quinta-coluna, com o apoio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). No dia 8, o jornal pedia a população que colabore e denunciasse os quinta-colunas. No dia 20, segundo o jornal *Diário da Tarde*, um “espião nipônico” foi preso quando rondava o paiol de pólvora do 12º Regimento de

Infantaria. Ele teria croquis do terreno. Era Ichio Imakuma, agricultor em Igrejinha. Doze dias depois o mesmo jornal desmentiu que ele teria a posse de croquis. Para o jornal ele tinha as mãos lisas para um agricultor. O japonês quando perguntado por que foi preso, teria dito: *“Eu não sabe. Eu não fiz nada. Tava olhando teleno, quando puliça cegô e galô eu, tazendo plaqui. Num sô quinta-coluna. Mola muto tempo Brasil. Gosta muto Brasil, tela boa, tela rica.”*

Em abril de 1942 o mesmo delegado especializado envia para Belo Horizonte o processo de outro japonês, Kiujiro Tajenawa, por infringir o decreto-lei 4.166. Este processo seguiria como outros para o Tribunal de Segurança Nacional. Em Uberlândia, em maio de 1942 o delgado fez um extenso relatório para o chefe de polícia, sobre a prisão de Iokio Tanaka e informa que, apesar de nada ter concluído, o manteria sob custódia, porque:

Ninguém poderá mais ignorar que os japoneses constituem elementos de grande perigo para o Brasil. Disfarçados em lavradores, os nipões têm conseguido, por intermédio de seus chefes, organizarem poderosas células de caráter subversivo, com irradiação em todos os recantos de nosso país, desde os pequenos núcleos agrícolas até as grandes cidades.

O relatório informava ainda que Iokio era como um chefe local dos japoneses, e que teria contato direto com a embaixada do Japão. O jornal Correio de Uberlândia, anexado a carta, diz que o “povo infame, verdadeira raça de víboras” nunca fez nada pelo Brasil, e os acusa de “sob a capa de um pseudopacifismo a horda nipônica, com organizações militares em todos os recantos do país, planejava uma ação bélica contra as nossas instituições”. Não há, contudo, na reportagem uma indicação de como isto iria acontecer (APM, 2016).

Ao romper relações com os países do Eixo, o Ministro da Justiça Vasco Leitão da Cunha enviou telegrama para o Governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, informando a situação. Pedia calma e que a população não tomasse atitudes agressivas contra os estrangeiros, caso fosse declarado o estado de guerra, o que pelo que se percebe já estava decidido. Pedia, contudo, atenção máxima e recomendava a prisão de estrangeiros que pudesse ser uma ameaça. Solicitava também que as instituições de estrangeiros passassem para o controle do Estado. Faz diversas recomendações, proibindo livros, saudações, uso de idiomas, manifestações, retratos, festas, viagens, discussões públicas, posse de armas, rádios e a ocupação de cargos policiais ou políticos, aos estrangeiros e naturalizados brasileiros (APM, 2016).

O delegado Valadão de Juiz de Fora fez um relatório minucioso sobre a situação do município, aparentemente respondendo ao Chefe de Polícia o telegrama do Ministro da Justiça recebido por ele. Relatava a posição política dos integralistas e comunistas frente ao rompimento com os países do Eixo, considerando que os primeiros não gostaram e que os comunistas vislumbraram a possibilidade da aliança com a União Soviética. A imprensa local teria aplaudido o rompimento, bem como os brasileiros em sua maioria. Os súditos do Eixo não teriam se manifestado, mas ponderava que eles não teriam gostado. Relata que estava tomando as providências recomendadas, inclusive a censura postal dos estrangeiros. Neste mesmo relatório informava a prisão de “elementos suspeitos”, interrogados e soltos sob vigilância. Eram dezesseis japoneses presos na cidade, a maioria lavradores. Nesse grupo, quatro foram processados no artigo 5º do Decreto Lei 4.166 e os processos enviados ao Tribunal de Segurança Nacional. O crime previsto neste artigo é informar a menor ou omitir o valor do patrimônio que possui, com pena de até cinco anos de reclusão. O crime era considerado contra a segurança nacional e julgado pelo tribunal de exceção. Também foram presos doze alemães, sendo um processado e um enviado para a capital, cinco sírios, um processado, um austríaco, dois suíços, quatro italianos, sendo dois processados, um tcheco, um português e um libanês (APM, 2016).

Valadão propunha no final do relatório uma vigilância aos estrangeiros e repressão violenta aos simpatizantes do Eixo, sejam eles estrangeiros ou não. Informava que seguia a relação com todos os estrangeiros residentes na cidade, mas a lista não se encontrava no microfilme pesquisado. Esta lista está no Fundo da Câmara no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Apontava depois três empresas pertencentes a estrangeiros. Diz que o número de estrangeiros é de aproximadamente duas mil pessoas, sendo a população total da cidade de 80 mil habitantes. Diz que os antigos moradores estrangeiros não ofereciam “perigo grande”, mas que os novos residentes estrangeiros mereciam constante vigilância.

A mesma delegacia apresentava um quadro, sem data e sem referência da fonte consultada, enviada para a delegacia em Belo Horizonte, provavelmente em 1942, pela sequência de documentos existentes no mesmo microfilme do Arquivo da Polícia Política, com os dados sobre as empresas e operários da cidade. Observa-se que a preocupação era identificar os estrangeiros e sua procedência, sendo que eles representavam apenas pouco mais de dois por cento dos trabalhadores:

Estando o país em guerra, tudo mudou de uma hora para outra. Já no dia seguinte, 24 de agosto, o jornal *Diário da Tarde* informava que comícios e manifestações só poderiam ocorrer se autorizadas pela delegacia especializada. No dia 27 a mesma delegacia informava que em virtude à

normalidade, suspendia a proibição do trânsito de populares pelas ruas da cidade após as vinte e duas horas. A notícia da proibição e os motivos não foram encontrados nos jornais analisados.

Não mais aparecem notícias de protestos e manifestações. As notícias sobre estrangeiros também diminuem muito. No dia 9 de setembro foi noticiado o fechamento dos bancos alemães e italianos e a incorporação dos navios recentemente comprados. Neste mesmo dia o jornal falava sobre o operariado de Juiz de Fora em face do momento nacional, pedindo unidade da nação. Ainda no dia 9 o Grupo Escolar Umberto I tem o nome trocado para Duque de Caxias. No dia 29 de setembro, mais dois navios brasileiros eram afundados por submarinos do Eixo, o Lajes e o Osório. No dia 14 de outubro o governo assumia a coordenação dos meios e órgãos de divulgação e publicidade. Para “evitar notícias tendenciosas e contrárias aos interesses nacionais”, o decreto-lei assinado pelo presidente da República permitia excluir da divulgação e publicidade assuntos julgados inconvenientes aos interesses, aos compromissos, à ordem, à segurança e à defesa do Estado. No restante deste ano somente aparecem notícias sobre o andamento da guerra. Não mais sobre estrangeiros, quinta-colunas ou navios afundados.

Os anos seguintes foram ainda mais escassos de notícias sobre estrangeiros. A “onda” da guerra passou e só ficaram as consequências. Em 22 de janeiro de 1942 o Diário Mercantil noticiava que o prefeito Raphael Crirgliano, tão perseguido e tantas vezes acusado de ser quinta-coluna, é “trocado” com o prefeito de São Lourenço, Dr. José Celso Valladares Pinto. A notícia falava sobre o mandato do prefeito de Juiz de Fora que ficou cinco anos no cargo e relatava rapidamente o que ele fez. Não há destaque da notícia nem foi informado o motivo da troca. O jornal nunca fez críticas ao prefeito, em todo o período pesquisado, que corresponde praticamente aos anos em que ele esteve frente à prefeitura.

Um dia depois quem deixava a cidade era o delegado João Luiz Alves Valadão, uma das figuras centrais nos acontecimentos aqui relatados. Durante dez anos no cargo ele sempre esteve à frente de tudo, dando ordens em todas as questões. Ele foi promovido, transferido para atuar na Delegacia de Ordem Pública em Belo Horizonte. O jornal dizia que ele era estimado pela população, tendo criado a Chácara dos Meninos, importante ação social, também participando e incentivando diversos eventos esportivos na cidade.

Em 27 de fevereiro o jornal noticiava que os súditos do Eixo não poderiam sair durante o Carnaval no Rio de Janeiro. No dia 14 de maio a reclamação é contra as calúnias nazistas que diziam que os prisioneiros alemães sofriam em porões infectados. O jornal argumentava que havia fotos dos

espiões nazistas presos nas Ilhas das Flores, que o presídio era encantador, que eles tinham um tratamento de primeira ordem, como se estivessem de férias, e que a família podia visitá-los. No mesmo dia era pedida a construção de um campo de concentração em São Paulo para que sejam levados os prisioneiros, ex-tripulantes de navios do Eixo apreendidos em portos brasileiros. Estas pessoas foram mandadas para cidades do interior do estado e “não compreenderam a liberdade com que eram tratados”, por isso tinham que ser recolhidos em um campo de concentração, segundo o jornal.

No dia 2 de junho aparece a notícia informando que o Tribunal de Segurança Nacional castigara os espiões nazistas e maus brasileiros. Foram dezoito réus condenados em um único processo, sendo cinco absolvidos por deficiência de provas. Kurt Pruffer seria o principal orientador dos quinta-colunistas e entre as acusações estavam a de planejar explodir navios e de usarem aviões para avisar os submarinos sobre a rota de navios.

O discurso e o tom das notícias contra os estrangeiros começam a mudar com o início da derrota alemã. No último ano da guerra, 1945, não mais aparecem notícias sobre os estrangeiros. Pelo contrário, os jornais começam a exaltar estrangeiros e imigrantes. O fim da guerra estava próximo e o do governo também. As “ondas” de notícias desaparecem por completo e o jornal passa a falar mais abertamente sobre questões que não tocava antes.

No dia 17 é noticiada a extinção do Tribunal de Segurança Nacional. No dia 30 a renúncia de Getúlio Vargas. Em 23 de novembro, era noticiado que em Presidente Prudente, o Brigadeiro Eduardo Gomes disse que o país tem que estimular a imigração. No dia 14 de dezembro o jornal informa que os filhos de estrangeiros residentes no Brasil e que aqui nasceram poderão estudar no exterior.

CONCLUSÃO:

Os estrangeiros que viviam no Brasil foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos simples, como um simples comentário de rua. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade. Este artigo pretendeu mostrar, através da análise de um processo criminal, e com o cruzamento de outras fontes, a teia de informações e mecanismos repressivos que o Estado Novo criou.

A perseguição aos estrangeiros e seus descendentes é percebida nas notícias e nos processos analisados. Um simples comentário já era considerado crime contra a segurança nacional, e os que atacavam os estrangeiros e eram processados por isso, nunca foram condenados. As falas dos envolvidos mostram como a imagem de italianos, japoneses e alemães estava carregada de preconceitos. As notícias, do mesmo modo, muitas vezes estão carregadas de preconceito e xenofobia. Os diversos documentos existentes no Arquivo Público Mineiro mostram que, além dos processos, uma intensa troca de informações entre os delegados construía um quadro completo da situação. A impressão que fica é de que cada estrangeiro, cada pessoa envolvida nestes casos era conhecida e vigiada. Os estrangeiros ou seus descendentes considerados não nacionalizados eram automaticamente considerados quinta-coluna. Não importava que tivessem nascido e vivido sempre aqui. Eram inimigos da pátria imaginada pelo Estado Novo.

É importante destacar também a perseguição específica aos japoneses. Seja o vendedor de balas, seja o de pastéis, ou mesmo os agricultores da zona rural da cidade. Eles não podiam olhar um trem ou um terreno. Foram praticamente todos presos, senão todos. E o tom das notícias era sempre racista e preconceituoso, referindo-se aos “amarelos”. Por sinal, pelas notícias encontradas, não só as de Juiz de Fora, esta perseguição foi geral, em todo o país. Um país que queria “branquear” a raça não poderia importar amarelos, somente brancos.

A vasta documentação encontrada nos Arquivos da Polícia Política, os relatórios detalhados das situações, e as ligações com as delegacias de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo mostram que o sistema de informação e repressão do Estado Novo funcionava muito bem, tendo conhecimento de todos os acontecimentos relacionados aos ativistas ideológicos e aos estrangeiros que aqui viviam. Havia um controle eficiente das políticas implantadas para nacionalização, vigilância, controle e perseguição aos estrangeiros.

E por fim, é preciso entender como uma cidade como Juiz de Fora, fundada por alemães e cujo maior número de imigrantes que recebeu foi de italianos, perseguiu justamente estes estrangeiros durante a guerra. A explicação para esta questão não se restringe a um fator somente. A face autoritária do Estado Novo impôs diversas políticas, como a nacionalização de estrangeiros, e sobretudo procurou implantar uma nova “nacionalidade”, uma ideia de nação imaginada pelos governantes. Estas ideias foram sendo impostas ao povo brasileiro, tendo a imprensa papel fundamental nesta questão. As notícias eram organizadas em “ondas”, sem muita explicação ou continuidade do conteúdo, mas os assuntos eram repetidos sempre. Assim foi com a política de

nacionalização, depois substituída pela luta contra os quinta-colunas, e em seguida, após o afundamento dos navios brasileiros, com o processo de justificativa para o estado de guerra. Após este período, as notícias passaram a fortalecer as ações arbitrárias do governo, justificadas pela guerra. A cidade foi levada, como todo o país, nas ondas das notícias.

Fontes primárias:

Jornais do período (1937-1947). Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Arquivo da Polícia Política – APM - Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> . Acessado em 07/04/2016.

Arquivo do Crime – Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Bibliografia:

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CAMARGO, Aspásia(et al). *O Golpe Silencioso*. As origens da república corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1989.

CHALOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____, *Visões da Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAUSTO, Boris. *Negócios e ócios*. Histórias da Imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____, *Crime e Cotidiano*: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra*: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In: FAUSTO, Bóris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* - Brasil Republicano III. São Paulo:DIFEL, 1981, p. 84

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. O Fantasma do outro - espectros totalitários na cena política brasileira nos anos 30. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 12 (23/24):125-40, set 1991 - ago 1992.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política**. Campinas (SP): Papyrus, 1986.

NETO, Geraldo Magella de Menezes. **A “ressurreição da alma cabana”: as passeatas de protesto contra o Eixo na Belém da Segunda**. Em Tempo de Histórias. Publicação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS/UnB) Nº. 23, Brasília, ago. – dez. 2013 ISSN 2316-1191

PACHECO, Jairo Queiroz. **Cotidiano fabril na Indústria Têxtil de Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela USP, n/ed. 1996.

PACHECO, Jairo Queiroz. **A Prisão do Japonês das Balas “Puxa-Puxa” e outras batalhas nacionais**. Anais da ANPUH, Belo Horizonte, 1997 (mim).

THOMPSON, Edward P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. A árvore da liberdade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

A “DOCILIZAÇÃO” DOS CORPOS SOB A ÓTICA DO PENSAMENTO
FOCAULTIANO, NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: UMA ABORDAGEM
HISTÓRICA – ESTUDO DE CASO DA SIDERÚRGICA MENDES JUNIOR/JF
(1984-1995)

Myrtes Raposo¹

RESUMO:

Pretende-se investigar sob a ótica do pensamento foucaultiano (controle disciplinar) se o modelo japonês de qualidade, implantado na empresa S.M.J. (1984-1990) tornou-se regulador nas relações de trabalho. Observa-se que o contexto histórico da empresa no período analisado não era o mesmo que propiciou o sucesso do programa nas empresas japonesas. Uma abordagem que utiliza aspectos históricos como subsídios para a compreensão das relações de trabalho é relevante, sendo tais aspectos forças motrizes das condutas humanas dentro e fora do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Contexto histórico, controle disciplinar, relações de trabalho.

THE "DOCILIZAÇÃO" OF THE BODIES FROM THE PERSPECTIVE OF
FOCAULTIAN THOUGHT, IN LABOR RELATIONS: A HISTORICAL
APPROACH – CASE STUDY OF MENDES JUNIOR STEELWORKS

ABSTRACT:

It is intended to investigate, based on Foucault's thought (disciplinary control), whether the Japanese quality model implemented in the company SMJ (1984-1990) became a labour relations regulator. The historical context of the company during this period was not the same that led to the success of the program in Japanese companies. A historical approach in order to understand such labour relations is relevant. Historical aspects are also considered to be driving forces of human behaviour inside and outside work environment.

KEYWORDS: Historical aspects, disciplinary control, labor relations.

¹ Titulação: Doutoranda em História pelo PPGHIS/UFJF
Orientadora: Dra. Valéria Marques Lobo
e-mail: myrtes.raposo@ufjf.edu.br

DELIMITAÇÃO DO TEMA E PROBLEMATIZAÇÃO:

O presente projeto tem por objeto de pesquisa um estudo de caso da industrialização de Juiz de Fora, onde será feito um recorte no processo histórico da empresa Siderúrgica Mendes Junior entre 1984 a 1995, período em que a empresa foi administrada pelo Grupo Mendes Júnior que norteou sua produção (desde 1984) por Programas de Qualidade Total, característicos do modelo de produção japonesa.

Levando em consideração que o contexto histórico do Brasil, mais precisamente da cidade de Juiz de Fora na época, não era o mesmo que propiciou o sucesso da experiência desse modelo no Japão, apresentamos o seguinte questionamento: em que medida a “adequação” de programas de qualidade (desenvolvidos em empresas japonesas, no período pós-guerra) à realidade econômica e política brasileira da década de 1990 contribuiu para controlar de forma velada as relações de trabalho, induzindo os “observados” a comportamentos nem sempre regidos por retidão, mas pela certeza de estarem sendo monitorados?

Para que possamos caracterizar melhor o objeto dessa pesquisa, é necessário entender o processo histórico da industrialização ocorrido no Japão, no Brasil e particularmente em Juiz de Fora no período da implantação do programa na referida siderúrgica.

Desde o final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora apresentou um grande dinamismo econômico com perspectivas de crescimento centrado na indústria têxtil. Entretanto, no final da década de 1930 a cidade vai aos poucos entrando num processo de desaceleração industrial e declínio econômico tal que, nem políticas de intervenção do Estado conseguiram modificar a tendência da perda de dinamismo do setor industrial local. Porém, com chegada da década de 1970, a cidade consegue atrair através de negociações políticas, reforçadas por incentivos fiscais, dois investimentos de vulto do setor metalúrgico: a Companhia Paraibuna de Metais (CPM) do subsetor metalurgia dos metais não ferrosos, e a Siderúrgica Mendes Júnior (SMJ) do subsetor siderurgia, que entraram em operação em 1980 e 1984 respectivamente. Nesse momento, Juiz de Fora começa a dar sinais de sua nova composição setorial de produção e o setor metalúrgico assume lugar de destaque levando para suas fábricas um elevado contingente de mão de obra local.

Ainda que o momento histórico mundial da década de 1970, em termos de estratégias capitalistas, tenha sido marcado pelo modelo fordista de produção que apresentava como características grandes unidades produtivas integradas verticalmente, grande número de

trabalhadores e produção em massa, Bastos (2004)², aponta que a política de atração para as empresas (SMJ e COM), adotada em Juiz de Fora, foi uma ideia fora de seu tempo, denominada pela autora como “*disritmia temporal*” em nível de regulação da economia. Segundo a autora, embora, no Brasil, os projetos metalúrgicos da época fossem tipicamente fordistas inseridos na política nacional de implantação do “*fordismo periférico*”², as empresas SMJ e CPM foram implantadas num período de crise mundial desse regime e consequentemente, todos os olhares se voltavam para as formas de produção inseridas no “*milagre econômico japonês*” que Segundo RATTNER (2003)¹⁰, foi o nome dado ao fenômeno político ocorrido no Japão, cujo crescimento econômico foi recorde após a Segunda Guerra Mundial.

Embora, o “milagre” tenha sido impulsionado primeiramente pela assistência dos Estados Unidos e consolidado pelo intervencionismo do governo japonês, alguns defensores do modelo de produção “à japonesa”, justificaram seu sucesso na gestão da produção que priorizava técnicas de redução de estoque (sistema Just in time), Programas de Qualidade Total, Zero-defeito, etc, cujos princípios enfatizam não somente a importância do oferecimento de respostas adequadas às reais necessidades do consumidor, como o oferecimento da boa qualidade de produtos e serviços, além de enfatizarem a importância da realização de um trabalho que fosse “fonte de orgulho”.

Entretanto, ainda que se proclamassem aspectos positivos no modelo de programa de qualidade para utilização em outros países e principalmente em países ocidentais, alguns autores atentam para o fato de que somente através de uma análise no contexto histórico do Japão, pode-se compreender como esta nova forma de gerenciamento se desenvolveu. E concluíram que somente uma visão global envolvendo fatores econômicos, religiosos, sociais e políticos permitiria uma real compreensão do “milagre japonês”. CORIAT (1991, apud LIMA, 1994)⁸ complementa:

As circunstâncias que deram origem às formas de gerenciamentos da produção e do pessoal nas grandes empresas japonesas foram de tal forma tão específicas que seria impossível sua reprodução em qualquer outro contexto (portanto, qualquer tentativa de importação seria artificial e, necessariamente, incompleta).

É possível observar, portanto, que fatores étnicos e culturais permitiram a compreensão do sucesso do regime econômico japonês, visto que a partir da revolução Meiji ocorrida no século XIX,

² Tal como o fordismo, está baseado na reunião da acumulação intensiva com o crescimento dos mercados de bens finais. Mas permanece sendo “periférico”, no sentido em que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os empregos qualificados (sobretudo no domínio da engenharia) são majoritariamente exteriores a estes países.

que teve como tema central a procura de bases para edificação de um Estado moderno inspirado no modelo ocidental, os governos japoneses se empenharam em uma “marcha forçada com o objetivo de superar a distância que separava o Japão dos países ocidentais sob os planos militar, científico e tecnológico” MORISHIMA (1987, apud LIMA, 1994).

A mobilização do Estado para o desenvolvimento de empresas que eram consideradas setores-chaves para concorrência com empresas ocidentais foi fundamental, ainda que, ao mesmo tempo, o Estado se mantivesse “impiedoso e inflexível” com outras empresas que não apresentavam possibilidades de concorrência. Outra intervenção importante do Estado foi a criação de um sistema educativo mais moderno e escolarização obrigatória, com vistas a equalizar a demanda de profissional qualificado e a escassez de mão de obra nas empresas consideradas estratégicas. Segundo LIMA (1994), foram criados sistemas de formação profissional no interior das empresas escolhidas, que serviam de pontuação nos itens competência e rentabilidade que eram somados à contagem de tempo de serviço. Outro incentivo, vindo do Estado para o avanço dessas empresas, foi a criação do sistema vitalício que desenvolvia no empregado o sentimento de pertencer a uma empresa.

Aliado a esse pacote de benefícios criados pelo Estado Japonês, em meados de 1945, as forças de ocupação fortaleceram a recuperação japonesa no final da Segunda Guerra. A ideia inicial era tornar o Japão um país democrático. No entanto, com a proclamação da República Popular Democrática chinesa, em 1949, e com a guerra na Coreia em 1950, as forças de recuperação alteraram o “destino” do Japão, dotando o país de meios militares e econômicos próprios de uma base avançada do mundo livre anticomunista, Morishima (1997, apud Lima, 1994). Após o período de ocupação que durou até 1952, o Japão conta com o apoio do Ministério do Comércio Internacional que além de selecionar empresas e encorajá-las, protegeu-as através do plano de limitações para importações e de taxas preferenciais para suas mercadorias. Fica evidente, portanto, diante de tais fatos, que o tão proclamado “milagre japonês” teria outras explicações e não contou somente com as formas de gerenciamento desenvolvidas pelas grandes empresas.

A situação torna-se mais complexa com a implantação de programas de qualidade em empresas brasileiras, tendo em vista que o contexto histórico do Brasil, principalmente da década de 1990, (período em que o país começa a importar programas de qualidade total), não apresentava as mesmas características do contexto histórico que propiciou o sucesso do modelo de produção em empresas japonesas. Embora o Brasil estivesse vivendo um período de crise econômica, resultante da ditadura militar (1964 – 1985), e posteriormente no governo Sarney (1985- 1990), diversos planos de

estabilização inflacionária tenham sido criados (sem sucesso), somente a partir de 1990, durante o governo Collor, que a Qualidade Total ressurgiu na ordem do dia como “panaceia” universal e único caminho suscetível de abrir as portas do primeiro mundo. O empenho para importação desse programa foi tão significativo que foram realizados estudos com intuito de pressionar as empresas brasileiras a buscarem novas formas de gestão e métodos mais eficazes de produção. Porém, em contrapartida ao incentivo para adoção desses programas, o mesmo governo implantava reformas econômicas (Plano Brasil Novo ou Plano Collor), que além de não obterem êxito, causaram profunda recessão, desemprego e insatisfação popular. E, em meio a essa crise econômica, devido ao alto custo de investimento das políticas em direção aos padrões mundiais de qualidade, o que ocorreu de fato nas empresas brasileiras foi a implantação de uma espécie de caricatura do modelo original japonês.

Segundo ANTUNES (2003)¹, embora no discurso ensaiavam-se modalidades de desconcentração industrial, através de novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), “gestão participativa”, busca da “qualidade total”, expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países industrializados de capitalismo avançado e do terceiro mundo, o que se observou foi exatamente o contrário do que foi proposto, houve perda de alguns dos ganhos conquistados anteriormente pelos trabalhadores. Nesse viés, LIMA (1994) complementa:

Presenciamos a superintensificação do trabalho (muitas vezes chamadas de polivalência), a exigência redobrada de produtividade e de qualidade, acompanhadas da sensível deterioração nas condições de trabalho e da desvalorização (ou mesmo ignorância) das contrapartidas oferecidas pelas grandes empresas japonesas.

Ainda segundo a autora, o que se fez, na verdade, foi uma leitura extremamente pobre do modelo, na qual grandes exigências de produção e de qualidade foram conjugadas com baixos salários, estagnação na função, atraso tecnológico, instabilidade no emprego, gerência despótica, intensificação do ritmo do trabalho, situações essas que geraram intenso sofrimento revelado pelos trabalhadores submetidos a esse processo, expresso não somente através de agudas manifestações psicossomáticas, como também expresso pelo elevado índice de acidentes de trabalho. E é nesse contexto brasileiro da produção, que a empresa SMJ começa a operar a partir de 1984. Um cenário que, segundo ANTUNES (2003, p.23) tratava-se de formas transitórias de produção, cujos desdobramentos eram também agudos, no que diz respeito aos direitos dos trabalhadores. Tais direitos foram desregulamentados, flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental

necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores foram substituídos e eliminados do mundo da produção. Diminuiu-se ou mesclou-se, dependendo da intensidade, o despotismo taylorista, pela participação dentro da ordem e do universo da empresa, pelo envolvimento manipulatório, próprio da sociabilidade moldada contemporaneamente pelo sistema produtor de mercadorias.

Ao compararmos as posturas adotadas pelas empresas nacionais que implantaram programas de qualidade total como gestão da produção, torna-se possível perceber como tais posturas se assemelham à teoria da “docilização dos corpos” pelo controle disciplinar, que Foucault incorporou à esfera acadêmica, a partir de estudos de investigação histórica que discorriam sobre os temas vigilância, disciplina e controle. A abordagem feita por Foucault de vigilância através de controle disciplinar baseava-se no projeto arquitetônico do edifício Panóptico, idealizado no final do século XVIII, pelo inglês Jeremy Bentham (1748- 1832) que, por sua vez, intentava a aplicação e estruturação prática de uma ideia filosoficamente constituída nos moldes da doutrina moral utilitarista clássica, que priorizava nas ações humanas, o que pudesse resultar em maior felicidade para maior número de pessoas, pois se admitia a possibilidade de um equilíbrio racional entre os interesses individuais. (FERREIRA, 1986)⁷. Segundo TRINDADE E NUNES (2008, snp)¹¹:

O Panóptico não pode ser percebido como estando desvinculado da proposta utilitarista, ou como um aspecto de menor relevância da mesma. A estrutura panóptica deve ser entendida como a materialização das principais aspirações dos autores utilitaristas clássicos: a maximização dos benefícios gerais e a minimização de qualquer mal, tanto no âmbito individual quanto no coletivo.

O edifício panóptico tratava-se de um projeto arquitetônico de cunho coercitivo e disciplinatório, cuja forma seria um edifício construído no formato de uma arena circular composta por andares de cela que comporiam a espessura da construção; no centro, uma torre; esta seria vazada de largas janelas que se abririam para a face interna da arena. Cada cela teria duas janelas: uma para o interior, correspondendo às janelas da torre e outra para o exterior, permitindo que a luz do sol atravessasse a cela de lado a lado. Para que se obtivesse o controle, bastaria colocar um vigia na torre central e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar onde o efeito da contraluz permitiria perceber da torre as siluetas cativas no interior das celas periféricas:

É uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder. Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação

fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observância das receitas. FOUCAULT (1999, p.167)⁶.

Assim, o indivíduo aprisionado no panóptico era visto, mas não poderia ver o seu observador. E, a partir da consciência de vigilância constante, em não ver e ser visto, eram garantidos a manutenção do poder, a interiorização da culpa e o arrependimento do indivíduo por seus atos praticados. Nesse viés, HUMPHREY (1995, apud Paranhos, p.11)⁹ pontua que, o modelo de produção que utiliza programa de qualidade, utiliza a vigilância de forma “velada” isto que essa vigilância é adquirida através de avaliação pessoal, da pressão exercida pelos clientes - internos e externos - e pelos sistemas eletrônicos de produção. E acrescenta:

Nesse modelo de gestão, a organização dos trabalhadores em equipes ou grupos de trabalho autônomos, bem como a inexistência ou a redução de estoques, proporcionam certa transparência nos processos o que facilita verificar e expor rapidamente a fonte dos erros e problemas. Assim, a disciplina é “individualizada”, mantida pelos próprios trabalhadores frente ao medo do desemprego e por um sistema de punições coletivo. O não cumprimento das metas estabelecidas pelos Planos de Qualidade Total por um dos participantes da equipe prejudica o trabalho de outros participantes ou de outras equipes. Dessa forma, os trabalhadores transformam-se em clientes “internos”, controlando e monitorando o desempenho dos demais. (Ibid.,1995, p.11).

As reflexões acerca de controle disciplinar presentes no pensamento focaultiano dialogam com a análise feita por DEJOURS(1992)³ quando este salienta que a vigilância sofrida pelo trabalhador funciona como elemento inibidor de iniciativa, e segundo o autor, o indivíduo sofre na medida em que não existe mais possibilidade de organizar o trabalho. Uma vez conseguida a desapropriação do know-how, uma vez desmantelada a coletividade operaria, uma vez quebrada a livre adaptação da organização do trabalho às necessidades do organismo, uma vez realizada a toda poderosa vigilância, não restam senão corpos isolados e dóceis, desprovidos de toda iniciativa. (Ibid.,1992, p.42).

Outro aspecto relevante apontado por HUMPHREY (1995, p. 25), sobre aspectos metodológicos da gestão da produção baseada em programas de qualidade nos remete, mais uma vez, à teoria focaultiana da “docilização dos corpos” pela disciplina, quando o autor pontua que há a necessidade de engajamento e um consentimento por parte dos trabalhadores, no momento em que, o sistema requer conformismo e um direcionamento de todos no sentido do cumprimento das metas

empresariais. A promessa de promoção e de recompensas e um sistema de sanções, inclusive a possibilidade de demissão, regem o comportamento dos trabalhadores, assegurando a obediência às regras.

DEJOURS (2000 p.73)⁴ novamente acrescenta que “os próprios subordinados para alimentar a perspectiva de ascensão de nível hierárquico ou pelo menos pela necessidade de manterem-se empregados, forçosamente se tornam desleais, fazendo surgir o medo não só da perda do emprego, mas da perda da dignidade pela traição de seus próprios valores”.

Em relação a algumas pessoas, sua participação consciente em atos injustos é resultado de uma atitude calculista. Para manter seu lugar, conservar seu cargo, sua posição, seu salário, suas vantagens e não comprometer seu futuro e até sua carreira, ele precisa aceitar e ‘colaborar’. (Ibid.,2000 p.73).

Embora exista um grande número de estudos com ênfase nas relações de trabalho, observa-se que cada área do conhecimento trata individualmente uma ou mais dimensões das relações de trabalho, mas nenhuma delas contempla sua abrangência de modo amplo. ESTHER (1996)⁵ nos aponta alguns dos campos do conhecimento que buscaram entendimento nas relações de trabalho de maneira pontual. Por exemplo, do ponto de vista econômico, temos a contribuição de Braverman, Fleury & Vargas, que tomaram como ponto de partida a divisão do trabalho e a separação entre propriedade e direção das empresas. No campo das ciências sociais, importantes contribuições surgiram em Chanlat que dentro de uma visão antropológica incorporou dimensões (até então esquecidas na literatura organizacional) tais como inveja, afetividade e linguagem como elementos expressivos nas relações de trabalho.

As questões de direitos trabalhistas são trazidas a tona pelo sistema de normas legais principalmente no que concerne a organização sindical e a justiça do trabalho. Podemos destacar os trabalhos de Neder, Leite & Silva E Antunes. Assim sendo, pontos de vistas particulares das questões do trabalho podem significar, segundo FISCHER (apud Esther, 1996), uma intenção ideológica de mascaramento do conflito subjacente - como exemplo - tomar as relações interpessoais como relações de trabalho, reduzindo-o a aspectos comportamentais e a diferenças individuais de caráter semipatológico. Assim como igualmente, considerar as relações de trabalho como mera luta estrutural de classes – trabalhadores e donos dos meios de produção - também pouco contribui para a compreensão das condições em que se verifica e se transforma a exploração do homem pelo homem, atitude que se limita apenas à denúncia da mesma.

As relações de trabalho se apresentam como uma das formas de relacionamento social e que, em função disso, expressam características da sociedade mais ampla. Assim, ‘os padrões que assumem em quadros históricos, conjunturais e setoriais dados são resultantes dessas características redefinidas para os contextos em que elas emergem’. (Ibid, 1996).

Em suma, debruçados nas considerações ao longo de toda a proposta da pesquisa, pretendemos investigar, sob a ótica do pensamento foucaultiano (controle disciplinar através “docilização dos corpos”) se o modelo japonês de qualidade, implantado na Siderúrgica Mendes Júnior - de forma caricata - pode ser apontado como regulador de condutas nas relações de trabalho desta empresa, tendo em vista que o contexto histórico da empresa na época da implantação do programa não era o mesmo contexto histórico que propiciou o sucesso do programa nas empresas japonesas. E a partir dessa compreensão torna-se possível o desenvolvimento de debates que promovam uma articulação proveitosa entre o bem-estar de quem trabalha e os imperativos de eficiência e eficácia nos contextos de produção de mercadorias e de serviços.

NOTAS:

¹ ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

² BASTOS, S. A. Q. – *A implantação da Siderúrgica Mendes Júnior em Juiz de Fora- história econômica & história das empresas XII* (2009), (37- 62).

³ DEJOURS C, ABDOUCHELI E, JAYET C, organizadores. *Psicodinâmica do trabalho*. São Paulo: Atlas; 1992.

⁴ _____ *A banalização da injustiça social*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

⁵ ESTHER, Ângelo Brigato: *Relações de trabalho: conceitos, instâncias e condicionantes*, 1996 (versão modificada do capítulo 2 da dissertação de mestrado do autor, intitulada “Políticas e práticas de gestão da força de trabalho: estudo nas empresas de transporte coletivo urbano por ônibus de Juiz de Fora”).

⁶ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Trad. Raquel Ramalhe. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁷ FERREIRA, Aurélio B. de Hollanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

⁸ LIMA, M. E. *A Psicopatologia do Trabalho – Revista : Psicologia Ciência e Profissão*. 1998 - 10-15 – disponível em : <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v18n2/03.pdf>

⁹ PARANHOS, M. *A Desumanização Do Trabalho E Do Trabalhador Na Virada Século*. Periódico: Trabalho Necessário - ano 6 – nº 6 – 2008 – ISSN: 1808-799X.

¹⁰ RATTNER, H. *Revisitando o “milagre” japonês*. Revista Espaço Acadêmico, nº28 Setembro. de 2003. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/028/28rattner.htm>

¹¹ TRINDADE, G. e NUNES, L. In: TADEU, T. (Org.). *O Panóptico/Jeremy Bentham*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, 202 páginas. (pgs 243à 349).

COMUNICAÇÕES LIVRES:

"VOCÊ ACHA QUE UMA DITADURA NÃO SERIA POSSÍVEL HOJE?":
O DISCURSO DO FILME "A ONDA" E SUAS POSSIBILIDADES REFLEXIVAS
ACERCA DO ENSINO DE MOVIMENTOS DE MASSA

Renata Rezende Marcon¹

Resumo:

O trabalho a ser apresentado parte de um projeto desenvolvido com o intuito de sugerir, aos atuais e futuros professores, uma possibilidade de leitura e, posteriormente, de ensino acerca do tema movimentos de massa e regimes autoritários, utilizando como suporte principal o filme alemão de 2008, "A Onda". Entendemos que professores precisam habituar-se a utilizar diferentes fontes em sala de aula e propomos o uso de uma obra audiovisual para provocar discussões. Com isso, objetivamos ensinar, de forma mais didática e acessível, os conceitos de autoritarismo e fascismo, de modo a atravessar também o espaço da sala de aula.

Palavras-chave: filme, autoritarismo, fascismo, escola.

"DO YOU THINK A DICTATORSHIP IT WOULD NOT BE POSSIBLE
TODAY?": THE SPEECH OF THE FILM "A ONDA" AND YOUR REFLECTIVE
ABOUT POSSIBILITIES TEACHING OF MASS MOVEMENTS

Abstract:

The intention of this article is to propose, to current and future teachers, a new perspective to study and teach mass movements and authoritarian regimes, using as our object of study the 2008 german movie "Die Welle" directed by Dennis Gansel. Having in mind that teachers should be able to use a diverse range of sources in classes, we offer the use of an audiovisual work to initiate further discussion. Following that, we aim to teach in a more instructive and accessible way the concepts of authoritarianism and fascism, that would be able escape barriers of a classroom.

Keywords: film, authoritarianism, fascism, school.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista de Iniciação Científica (UFJF). Email: marconrenata@outlook.com

1) Introdução:

Como futuros professores, entendemos que é essencial em uma sala de aula a renovação de didáticas e a inserção de novos formatos de ensino, que consigam envolver o aluno através das suas próprias mídias e seus interesses. Compreendemos que é papel fundamental do professor usar os meios inseridos nas vidas dos alunos para cativá-lo, assim ensinando-o de forma melhor e mais completa. A partir dessa noção, acreditamos que o cinema é um instrumento de inegável valor para atingir o interesse do estudante em sala de aula e uma importante maneira de estimular a produção de conhecimento, enfrentando também a já mais que criticada estrutura escolar atual.

Já se foi muito teorizado e discutido que o formato de aulas tradicional não pode mais suportar, com eficiência, um aprendizado de valor e acessível a todas as diferentes personalidades de alunos com a qual o professor se depara todos os dias. Acreditamos que um projeto que envolva a exibição de filmes em sala de aula pode, ainda que suavemente, questionar a tradicional estrutura hierárquica da aula e ser mais um passo, ou um exemplo, na demonstração de que uma mudança de didática é necessária.

É importante ressaltar, porém, que nosso projeto parte de um lugar mais de alunos do que de professores, por não termos experiências concretas no lugar de professor. No entanto, acreditamos que essa visão do lugar do aluno é também fundamental para compreender as melhores formas de alcançá-lo durante uma aula de história, uma vez que assim podemos compreender melhor suas demandas e necessidades.

Atualmente, percebemos que um certo período histórico ainda se faz muito presente em nosso país, levantando discussões – muitas vezes acaloradas – em todos os âmbitos sociais. Essas discussões não se limitam a contexto nacional, mas encontram-se em debate a nível global, incitando disputas ideológicas e impulsionando discussões e preconceitos. Em um momento em que qualquer notícia, qualquer atitude, pode levar a acusações de “fascista” e “comunista”, quando tudo se torna uma questão de “esquerda” ou “direita”, entendemos que é necessário criarmos, como professores e historiadores, mecanismos que sejam capazes de ensinar o que são esses conceitos, como identificá-los, de forma que não sejam usados de forma leviana e com o único objetivo de representar uma ofensa.

Desta forma, chegamos à conclusão de que um tema “movimentos de massa” era algo que deveríamos abordar. Movimentos como esse se fazem constantemente presentes na sociedade,

mesmo décadas após um dos mais trágicos exemplos deste movimento ter acontecido –fascismos na Europa na primeira metade do século XX –, ainda que de maneira mais velada, mas nem por isso menos violenta ou perigosa.

Sabemos, como estudantes de história e consumidores de cinema, que o filme não é um ilustrador de nenhum momento histórico, e não deve pretender ser, até mesmo porque ele é mais demonstrativo do tempo em que foi produzido do que do momento que retrata.

Vemos o cinema como uma fonte de aprendizado capaz de atingir o mais pessoal e profundo de cada pessoa, ao apresentar uma união do saber e da arte. Sabemos que um filme não é uma fonte histórica, ou uma ilustração da história, mas por não depender de uma fidelidade histórica completa é que consegue passar sua mensagem, certas vezes até melhor do que um professor em sala de aula, como comenta Francisco das Chagas Fernandes Junior, em artigo para a Revista Brasileira de História, em 2010,

Rosenstone aponta que é preciso reconhecer que o filme, diferente da historiografia, não possui a fidelidade entre suas regras de produção, mas isso não prejudica a capacidade fílmica de condensar, nas suas formas plásticas, a história. O autor defende o entendimento das "regras de interação do longa-metragem dramático com os vestígios do passado – e começar a vislumbrar o que isso acrescenta ao nosso entendimento histórico".

Com isso em mente, nos remetemos ao filme “A Onda” (*Die Welle*), um filme alemão lançado em 2008. Por não ter o caráter estético de filme histórico, da forma como os alunos entendem isso, pensamos que ele provocaria menos falsos entendimentos por parte dos alunos, que não teriam como ver o que o filme retrata como uma ilustração exata do fascismo de Hitler. O interessante é que ele faz reflexões acerca do regime fascista do século XX e seus fortes efeitos ainda no século XXI, sem confundir as duas coisas.

Entretanto, o filme ainda é uma representação histórica, na medida em que representa fatos que realmente aconteceram, mas décadas antes da produção do filme. Essa questão será abordada mais à frente.

O filme narra uma semana de aula de um professor que abordará, em sua disciplina, regimes autocráticos. De acordo com a fala de seus alunos, o professor percebe que estes se dizem “cansados” de estudar o período do Terceiro Reich e acreditam que é impossível tudo aquilo acontecer novamente, após tantas incansáveis discussões sobre o assunto. O professor, então, resolve fazer um

experimento com a turma, para mostrá-los como é muito simples estabelecer um regime fascista, e com apoio popular.

Qualquer pessoa que já tenha estudado ou ensinado a história da Segunda Guerra Mundial e da ascensão dos fascismos no século XX, sabe que é extremamente comum surgir, entre os alunos, um questionamento sobre como aquilo foi permitido acontecer, ou como as pessoas da época aceitavam o que o fascismo ditava e ainda participavam e acreditavam naquelas autoridades. O mesmo acontece quando estudam o governo autoritário que nosso país viveu durante a Ditadura Civil-Militar.

“A Onda” é um filme baseado em fatos reais, que responde à essas perguntas, e também alerta para algo que nem sempre conseguimos ver. O mundo está sempre em crise, as sociedades estão sempre em crise, e as crises são o palco da criação de ideologias radicais.

No entanto, o que torna a escolha deste filme tão particular é por ele conseguir mostrar não só o lado conhecido do apelo do discurso fascista – ordem, disciplina, superioridade etc – mas também o lado pessoal a que ele se prende e onde ele se apoia.

A nossa análise do filme foca, principalmente, na dimensão real e atual que tem. O ambiente em que a história ocorre é facilmente reconhecido por qualquer grupo de estudantes: toda a trama acontece com uma turma de ensino médio, durante uma aula que estes escolhem por gostarem do professor; a história se estende para suas vidas pessoais, os círculos sociais da escola, as amizades e inimizades, discussões sobre o futuro após a escola, entre outros. Dessa forma, o aluno que está assistindo ao filme se identifica com os personagens.

2) O filme como duplo documento:

Filmes históricos possuem a característica de serem um documento duplo, por permitirem análises de dois momentos históricos a partir de cada obra cinematográfica. Ele pode ser analisado através do momento em que foi produzido, se constituindo assim como um documento primário. Além disso, também pode se apresentar como um documento secundário, quando o foco da análise se dá sobre o período retratado.

Em seu primeiro quadro, o filme exibe a mensagem “baseado em fatos reais”, indicando que a trama que se seguirá irá retratar uma história que já aconteceu na realidade. No entanto, ele não

explica que, no caso verdadeiro, o contexto histórico-espacial e a sucessão do movimento criado na escola se dão de forma um pouco diferente.

O caso real aconteceu com uma turma da *Cubberley High School*, em Palo Alto, na Califórnia, durante a primeira semana de abril de 1967. O professor de história Ron Jones, incapaz de explicar a seus alunos como o povo alemão aceitou o regime nazista e alegou desconhecimento das situações que ocorreram durante o Holocausto, decidiu realizar um experimento. Sua ideia era que o experimento tivesse a duração de apenas um dia, mas as coisas saem de controle e acabam durando cinco dias, momento em que o professor se vê obrigado a desmontar o projeto.

No terceiro dia, os alunos já estavam iniciando novos membros no grupo, seguindo instruções de Jones sobre como fazê-lo. Nesse momento, alguns alunos chegavam a proibir a entrada de certos estudantes nos prédios da escola, caso não fossem parte do movimento, que já chegava a 200 membros – a turma de Jones possuía apenas 30.

Apesar de a situação não ter tido um fim tão trágico e violento como o filme, ele ainda é bastante relevante para compreendermos a dimensão que uma ordem fascista pode alcançar, e como é fácil e rápido se propagar um movimento com essas ideias.

Acreditamos que discutir a diferença entre a história real do fato e sua representação no cinema são de suma importância, para que os alunos possam perceber, diretamente, como são diferentes o fato e a representação. Ainda que “A Onda” não seja um filme histórico no sentido de tratar sobre o fascismo no momento em que ele ocorreu, ele é um filme histórico ao retratar um caso que ocorreu algumas décadas antes de sua produção.

Pretendemos que o aluno compreenda que é preciso sempre desconfiar de toda e qualquer representação histórica, pois elas serão sempre influenciadas pelo olhar daquele que a produz. Não só isso, é necessário também que o aluno aprenda a desconfiar de qualquer produção, cinematográfica ou não, pelo mesmo motivo: elas são produtos originados de uma lente especial, a visão e perspectiva daquele que a produziu.

Filmes históricos, em especial aqueles que se encaixam em moldes hollywoodianos, dão primazia à emoção, em detrimento da fidelidade histórica. Por esse motivo também, é fundamental que os alunos sejam capazes de compreender que, por mais fiel que uma produção cinematográfica possa ser, ela nunca pode ser tida como representação da verdade.

3) Em prática: a discussão na sala de aula:

Nesse projeto, acreditamos que os melhores resultados seriam obtidos nos alunos do 3º ano do Ensino Médio, ou seja, entre 17 e 18 anos. Planejamos, inicialmente, um projeto focado em escolas públicas, de modo a incluir o maior número e um mais diverso espectro de alunos possível, tendo em vista ainda que um professor de escola pública costuma dispor de certa liberdade para trabalhar em sala de aula, se comparado com aulas de escolas particulares. Entretanto, percebemos que, com pequenas alterações, este projeto também pode, facilmente, ser adaptado para escolas privadas.

Antes que o trabalho com o filme se inicie, o professor deve finalizar todo o conteúdo corresponde ao assunto da Segunda Guerra Mundial e os regimes autoritários do século XX, incluso também, se possível, a Ditadura Militar. Dessa maneira, os alunos já teriam uma base teórica para melhor compreensão do filme e seguinte desenvolvimento de uma atividade avaliativa.

Toda a atividade deve ser desenvolvida em cinco aulas, sendo três delas para a exibição do filme e duas para a discussão dele e apresentação da atividade. Apesar de o filme ter 1h47min de duração, e as aulas costumarem durar 50 minutos cada, não podemos esquecer que o professor não conseguiria organizar a turma, em todas as aulas, com agilidade suficiente para terminar a exibição do filme em apenas duas aulas.

Toda a realização da atividade deve ser realizada em sala de aula, para que o professor possa ter mais controle do ambiente, e também para facilitar a observação da reação dos alunos ao assistirem ao filme. Se possível, recomendamos ao professor que permita o consumo de lanches durante a exibição, para que o aluno se sinta mais confortável, e não preso dentro de uma aula “para dormir”, como muitos alunos parecem pensar sobre aulas com filmes.

No quarto dia do projeto, o professor deve ordenar os alunos no formato de círculo, para que possa haver uma discussão mais aberta entre todos. É necessário que o professor estimule, através de perguntas, o início do debate, para que os alunos possam começar a ficar confortáveis entre si e com o debate, até que a conversa possa correr mais naturalmente.

É importante que o professor tenha perguntas diretas para os alunos, em oposição à clássica introdução “o que vocês acharam?”, que não estimula os alunos a responder, e quando o faz, não encontra boas respostas. Recomendamos algumas perguntas:

- Quais personagens são mais afetados, contra ou a favor do movimento?
- O que acharam do posicionamento da diretora, como autoridade da escola?
- O que vocês sentiram assistindo ao filme?

- Como vocês percebem a atitude do colega de proibir a entrada no ginásio de alunos que não possuem o uniforme do movimento?
- Houve alguma cena ou fala em particular que te marcou ou incomodou?
- A posição inicial de certos alunos que viram, já no início, que aquele projeto estava errado, foi de abandonar a aula, e não tentar impedir o projeto. O que vocês acham disso?

Nesse dia, após a discussão, o professor irá explicar no que consistirá a atividade avaliativa. É necessário que exista uma avaliação, para que os alunos possam tirar o máximo proveito do projeto, e também para que possam desenvolver, por si mesmos, os conhecimentos e experiências que tiraram do filme.

A avaliação proposta consiste em dividir a turma em grupos de dois (se a turma for muito grande, em grupos de quatro) e propor uma atividade no modelo de um seminário. Para a explicação da atividade, vamos supor que a turma possa ser dividida apenas em duas partes.

O primeiro grupo ficará responsável por apresentar os fatores sociais, econômicos e políticos que levam um grupo social ou uma sociedade inteira a participar de um regime fascista. Já o segundo grupo deverá apresentar as questões pessoais, internas, que levam um sujeito a aderir ao movimento fascista. Visto que o filme aborda os dois lados da questão, acreditamos que uma atividade como essa permite que os alunos percebam como essas duas coisas estão interligadas, compreendendo melhor a facilidade em que uma pessoa, ou um grupo, “caem” em um movimento assim – e, esperamos, criem mecanismos para evita-los.

Do ponto de vista prático, um seminário guiado por essas perguntas consegue fazer um apanhado das ideias principais do filme e do que ele pretende mostrar, além de permitir aos alunos associar essas particularidade sociais com acontecimentos que veem diariamente nas notícias, e até nas suas redes sociais.

Pretendemos que, ao final da atividade, os alunos tenham obtido uma faísca de compreensão acerca da crítica sobre os materiais que lhe são apresentados. Independentemente de serem textos ou filmes, queremos fornecer aos alunos a noção básica de que não devem acreditar e confiar em suas fontes de informações, sejam elas quais forem e quem forem. Toda informação conta com uma interpretação e uma representação, decisões feitas por pessoas com objetivos narrativos específicos. Não queremos que se tornem adeptos de uma visão de mundo maniqueísta, mas que sejam capazes de julgar suas informações, e não apenas absorvê-las.

Porém, mais que tudo, esperamos que entendam, por meio de conversas e debates, o que define um governo autoritário, e que sejam capazes de identifica-las, quando colocadas em prática e, se possível, evita-las.

REFERÊNCIAS:

ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Narrativas e (re)invenções de uma professora em movimento. *História Hoje*. v. 3, n. 6, p. 335-369, 2014.

DUCEY, Patricia. "Experiment in Fascism at an American High School: The Lesson Plan @ The Newport Beach Film Festival". *Libertas Film Magazine*. Disponível em: <<http://www.libertasfilmmagazine.com/experiment-in-fascism-at-an-american-high-school-the-lesson-plan-the-newport-beach-film-festival/>>. Acesso em 28 de maio de 2017.

CAPELATO, Maria Helena; MORETTIN, Eduardo; NAPOLITANO, Marcos; SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo: Alameda, 2011.

SANTIAGO JUNIOR, Francisco das Chagas Fernandes. A história nos filmes, os filmes na história. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 271-275, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882010000200017&lng=en&nr=m=iso>. Acesso em 21 de junho de 2017.

ALÔ, AMIGOS! E VOCÊ JÁ FOI À BAHIA? O CINEMA ESTADUNIDENSE NO BRASIL DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E A DIFUSÃO POLÍTICA DA “BOA VIZINHANÇA”

Tatiana de Carvalho Castro¹

Resumo:

Este texto procura entender a necessidade de criar um personagem que pudesse representar o Brasil no contexto de Segunda Guerra Mundial, como as produções fílmicas de Walt Disney *Alô Amigos* e *Você já foi à Bahia?* conseguiram fazer isto enquanto eram usadas para criar um relacionamento próximo entre os governos Americano e Brasileiro naquele período, servindo como dois dos principais mecanismos de difusão da chamada "Política da Boa Vizinhança".

Palavra-Chave: História e cinema, Disney, Estado Novo.

HELLO, FRIENDS! AND YOU HAVE EVER BEEN TO BAHIA? THE AMERICAN CINEMA IN BRAZIL DURING II WORLD WAR AND THE DISSEMINATION POLICY OF "GOOD-NEIGHBOURLINESS"

Abstract:

This text intends to understand the needs to create a character who could portray Brazilian people in the context of the World War 2, how Walt Disney's filmic productions *Saludos Amigos* and *The Three Caballeros* were able to do it while they were used to create a close relationship between Brazilian's and USA's governments, operating as two of the main Good Neighbor Policy's diffusion mechanisms.

Key word: History and cinema, Disney, New State.

¹ Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade de Campanha. E-mail: tccastro6@gmail.com

Introdução:

Uma das mais expressivas características do regime governamental de Getúlio Vargas, de 1930 a 1945 foi a imagem do Brasil como produção cultural, promovida pela política externa da boa vizinhança, que ultrapassou as fronteiras chegando aos EUA e no mundo como uma civilização pitoresca e exótica. Para isso, contava-se com o apoio da comunicação das revistas, jornais, músicas e do cinema. Neste contexto, de Segunda Guerra Mundial, os EUA ampliavam suas relações através da união interamericana para conquistar, não apenas uma imagem central no contexto global, como também, de domínio hegemônico na América.

Será explorado dois significativos filmes das produções Disney do século XX, *Alô, Amigos!* e *Você já foi à Bahia?*. Ambos apresentam as principais marcas do Brasil, como as paisagens naturais; cidades como Rio de Janeiro e Bahia; a fauna e a flora e o comportamento estereótipo do sujeito brasileiro expresso em uma personagem com o nome de Zé Carioca, amigo de Pato Donald e Panchito.

A política externa da boa vizinhança:

A política da boa vizinhança foi o termo utilizado para explicar a relação política, econômica e social estabelecida entre os Estados Unidos com os países na América Latina no governo do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933 – 1945). Dentre os principais objetivos seriam: recuperar a economia estadunidense e dos demais países latinos após a desastrosa crise de 1929 e combater o crescente antiamericanismo na região (MORAES, 2008: 36).

A mesma surgiu como uma estratégia do governo estadunidense para aproximar-se, por meios mais plácidos, na governança dos países latinos, acreditando que por meios de uma dominação dita pacífica obteriam maiores sucessos. A política da boa vizinhança originou-se no governo posterior a crise de 1929 e teve fortes razões imperialistas para existir, o combate a ameaça externa (nazi-fascismo e o comunismo). Apesar de adotar o caráter pacífico para penetrar nos países latino-americanos sua função política era apenas mais um dos vieses para o fortalecimento da já conhecida “Doutrina Monroe”. Essa doutrina constitui-se na política criada pelo presidente James Monroe no final do século XIX com o seguinte pensamento: “América para os americanos”.

Coexistente com o governo Roosevelt, o Brasil passava pelas mãos de Getúlio Vargas, de sua ascensão em 1930 até o fim do Estado Novo (1937 – 1945). O presidente brasileiro nutria relações comerciais tanto com os liberais norte-americanos quanto com os nazistas alemães através do sistema compensado, que consiste na troca de produtos sem o envolvimento financeiro.

Getúlio estimulava as aproximações tanto com os EUA quanto com a Alemanha. Entretanto, ele evitava comprometer-se, enquanto, aparentemente, avaliava as vantagens que poderia obter. Agindo dessa forma, ele buscava atender simultaneamente aos setores e aos grupos que gostariam de uma relação próxima aos estadunidenses e aos que buscavam uma parceria mais estreita com a Alemanha (MORAES, 2008: 23).

A necessidade de destruir as relações que o Brasil mantinha com o nazi-fascismo aumentou com o início da Segunda Guerra Mundial. A definitiva parceria com os estadunidenses se deu através das políticas externas entre o chanceler brasileiro Oswaldo Aranha e o destaque dos EUA nos acordos comerciais sob as ofertas alemãs.

Autoridades norte-americanas entenderam que o preço a pagar pelo apoio definitivo do Brasil não era tão alto assim: alguns milhões de dólares em financiamento para a construção de uma usina siderúrgica e envio de armas direcionadas para a defesa de um ponto estratégico que lhes interessava diretamente (FERRAZ, 2005: 9).

As negociações, nortearam-se entre duas prioridades, a construção da siderúrgica e o apoio bélico para as Forças Armadas. O Brasil declara guerra contra o Eixo em 1943 e fortalece as relações com os Estados Unidos. O apoio estadunidense conseguiu se sobressair em relação as ofertas germânicas. Vargas aproveitou do momento para ampliação nas negociações exteriores. O Brasil era um ponto estratégico desejado tanto pelos Aliados quanto pelo Eixo.

Posterior a entrada do Brasil na segunda grande guerra, a política externa da boa vizinhança já existia no país. Um exemplo foi a criação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* pelo então Nelson Rockefeller. Com sede no Rio de Janeiro desde 1940, sua função era restabelecer a economia na América Latina, promover “educação, cultura e propaganda que disseminassem os valores norte-americanos de maneira a garantir não apenas a proeminência política, econômica e militar dos Estados Unidos, mas também a cultural” (FERRAZ, 2005).

Entre os principais mecanismos de difusão cultural utilizados pelo OCIAA encontrava-se revistas, rádio e cinema. “Como produto acabado do capitalismo, como um bem de consumo de

massa, o cinema hollywoodiano tinha compromissos políticos e ideológicos e se articulava diretamente com a política externa dos EUA” (ZAGNI, 2008: 5).

No cinema a regra era nunca colocar o sujeito latino-americano como vilão, mas sim os nazistas, mostrar a sensualidade da mulher, as verdadeiras belezas e a alegria do povo. O cinema, através da reprodução imagética, produz grande impacto na forma de pensar e agir de uma determinada sociedade.

Para exemplificar, com precisão, o objetivo da relação pan-americanista, promovida por Rockefeller, o cinema ocupou lugar de destaque, e com ele, filmes como o *The Three Caballeros*, que no Brasil recebe o título de “Você Já foi à Bahia?”.

O filme como estratégia para uma união interamericana:

Um dos relevantes nomes da OCIAA sem dúvidas foi o produtor cinematográfico Walt Disney. Em 1942 as produções Disney traz ao Brasil o filme *Fantasia*, lançada em uma sessão de gala com a presença do presidente Vargas (CINEARTE, 1942, p. 4) e no outro ano *Alô, amigos!*, distribuído pela Buena Vista Film. Este último com uma nova abordagem, apresentando a América Latina ao mundo.

O filme começa com Walt Disney e sua equipe embarcado para a América Latina. No primeiro momento é realizada uma visita ao Peru e Pato Donald pode conhecer de perto o rio Titicaca e a cultura andina. Logo depois o Chile, Argentina e por fim, chega ao Brasil, onde conhecerá a personagem Zé Carioca, na voz de José Oliveira. No que diz respeito a parte brasileira, é mostrado cenas do carnaval, um dos principais marcos da cultura brasileira, a fauna, a flora e uma das paisagens da cidade do Rio de Janeiro. A ideia central de Walt Disney foi associar a canção *Aquarela do Brasil*, dentre as inúmeras figuras símbolo do país, a um papagaio. O filme marca o nascimento da personagem Zé Carioca, uma ave tipicamente brasileira com características antropomórficas que traz consigo os estereótipos do sujeito malandro.

A escolha do estilo de vida para a ave remete aos estereótipos exóticos em que o Brasil é enxergado no exterior. Segundo Lilia Schwarcz (1994), “o malandro parece personificar com perfeição a velha fábula das três raças, numa versão mais recente e exaltadora”. A canção *Aquarela do Brasil* de Ari Barroso também realça a necessidade de criar-se um “samba exaltação” mostrando um Brasil rico nas suas belezas naturais.

Arí era mineiro de Ubá, desde muito jovem estava ligado ao mundo da música. Quando chega ao Rio de Janeiro, sente que, a estrutura urbana, o modo de vida carioca nos seus costumes, como escolas de samba teatros, trazem novos sentidos para sua vida. O samba recebe pela primeira vez Arí Barroso com as composições *Vou à Penha*, *Vamos deixar de intimidade* e seu primeiro ensaio para o carnaval: *Dá nela*.

Arí almejava conquistar um público específico com seus trabalhos. Da elite carioca ao cenário internacional. Acreditava que poderia difundir uma nova maneira de elaboração poética do samba, com menos vícios negativos e com mais símbolos aprazíveis. O samba, acreditava ele, precisava levar marcas patrióticas para o mundo, a cultura brasileira, arte e beleza. Aquarela nasce desta necessidade pessoal. Em entrevista exclusiva para a revista *Cena Muda*, referente ao mês de setembro, um mês após o lançamento do filme em 1942, Arí orgulha-se da sua contribuição para o universo do samba

“Aquarela do Brasil” colocou-se no ponto culminante da minha obra. Pelo êxodo alcançado eu estava, como estou, perfeitamente convencido de que trabalhei para imprimir ao samba os rumos que ele hoje, afinal, vem trilhando. Da música das janelas a música de salões. Da praça Tiradentes, veio para o municipal. E hoje, o samba é olhado de maneira a despertar até o interesse pela nossa terra como propagandista de nossas belezas naturais e dos encantos da raça e dos seus mistérios e lendas acariciantes (A CENA MUDA, 1942: 20)

No que diz respeito à colaboração na produção cinematográfica, Arí declara ter conhecido Walt Disney por acaso, enquanto o mesmo visitava o Brasil no estado do Pará. Walt conhecera a canção “Aquarela do Brasil” antes de conhecer seu compositor. Arí encontrava-se nas mediações do estúdio da *Rádio Clube*, onde Walt Disney, acompanhado por Celestino Silveira, apreciava a famosa canção. Sobre o episódio Arí relata

No exercício da minha profissão de repórter esportivo, fui, uma tarde, à Liga, ali no oitavo andar do Edifício Cineac. Encostei-me a uma janela dos fundos. De repente, do estúdio da Rádio Clube, subiram-me os acordes, depois, o ritmo e finalmente a execução do meu “Aquarela do Brasil” (...) Fui ver o que era. Era Walt Disney ouvindo música brasileira. Fui-lhe apresentado pelo dr. Assis Figueiredo, os senhores sabem. Disney, que já ouvira “Aquarela” logo ao pisar Belém do Pará dias antes, na companhia de Celestino Silveira, pediu-me autorização para aproveitá-la para um filme. Dei consentimento de coração radiante (A CENA MUDA, 1942: 20)

A opinião de Ari sobre a cultura do samba, como uma cultura brasileira, sendo assim, uma cultura com visibilidade externa baseava-se na formação da consciência elitizada da primeira

República com o seu projeto de remodelação dos espaços públicos. No final do século XIX e início do XX a cidade do Rio de Janeiro passou uma transformação urbana com a necessidade de construir uma cultura carioca brasileira através dos moldes europeus, “e não envolveu verdadeiramente as classes populares nesse processo de republicanização do país” (FERREIRA, 2003: 25).

O samba, antes da modernização, constituía como cultura da população majoritariamente pobre do Rio de Janeiro enquanto a elite bebia dos movimentos e do pensamento europeu e estadunidense. A necessidade da construção de uma cultura nacional, pensada pela própria elite brasileira, se deu a partir da década de vinte, dentro do movimento modernista. Este movimento surgiu como resposta para os ícones do atraso da jovem república e com os objetivos de trazer a *Belle Époque*, mas no feitio à brasileira, para o país. “Assim, tem-se um resgate cultural de papagaios, araras azuis, índios, ladinhas mineiras, mulatas e quitandas da cozinha brasileira, heróis sem caráter, da música regional e um certo namoro com o cinema nacional” (FERREIRA, 2003: 35).

A figura do Zé Carioca não foi só uma estratégia para vender a figura exótica brasileira para os Estados Unidos, como também uma representação nacional de todo sincretismo brasileiro para a construção de uma nova identidade, mais moderna, com uma cultura própria e de um país que entrava na guerra. “Era, assim, na "cultura popular e mestiça" que se buscava a "cultura nacional” (SCHWARCZ, 1994: 11). Além do mais, o encontro entre Zé Carioca e Pato Donald simbolicamente representa a reconciliação entre os dois países. A sétima arte americana e o talento musical e coreográfico brasileiro se juntaram para produzir um hino à indestrutível amizade entre Donald e Zé Carioca, ou melhor dizendo, entre Estados Unidos e Brasil (MOURA, 1984: 19). Esse ideal fictício, das três raças formadoras da cultura nacional, durou até a década 1980.

Com o sucesso de bilheteria que *Alô, amigos!* conquistava² Walt Disney decide prosseguir com a nova obra o filme *The Three Caballeros*. Diferente do filme *Fantasia* e do seu progenitor *Alô, amigos*, *The Three Caballeros*, que no Brasil recebe o título de *Você já foi à Bahia?*, possui uma novidade interessante que de fato demonstraria uma maior afinidade entre o público da época, a *live-action*, que consiste na interação entre personagens reais e animados. Outro fator vantajoso na qualidade do filme é a sua realização em technicolor.

Apesar do filme durar 70 min de exibição a chegada no público foi demorada devido ao novo processo tecnológico.

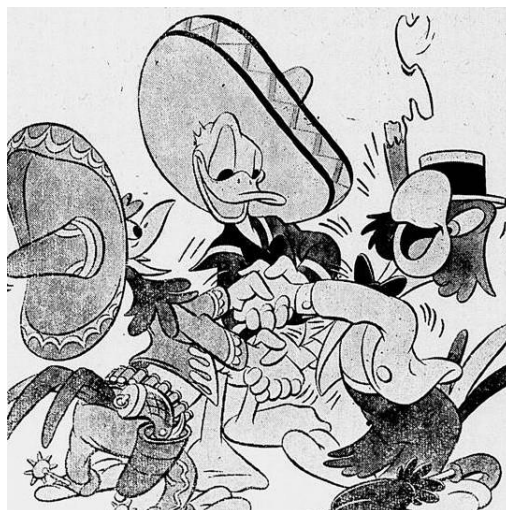
² Revista A Cena Muda. As cotações da semana: O filme *Alô, amigos!* Está na frente com uma classificação de três pontos, o que significa ser um filme muito bom. Rio de Janeiro, v. 22, n. 19, edição 01119, p. 24, set. 1942.

A demora no lançamento desse filme deve-se apenas ao fato de que a sua confecção dependia do processo lento que a nova técnica adotada por Disney requer. Como se sabe, esse filme combina de modo extraordinário artistas de carne e osso com os bonecos do desenho animado (A CENA MUDA, 1945: 34).

Além do famoso Pato Donald e do Zé Carioca um novo ícone ascende com o filme, a brasileira Aurora Miranda, irmã de outro ícone famoso no processo de divulgação da cultura brasileira no exterior, Carmem Miranda. Aurora dá vida a uma baiana brejeira. No *cast* também estão as famosas mexicanas Carmen Molina e Dora Luz.

Você já foi à Bahia? começa com o Pato Donald recebendo a América Latina como “presente”. Zé Carioca aparece para levar Donald para conhecer a Bahia. A cena em que Aurora Miranda aparece é questionadora a respeito da imagem em que o Brasil quer mostrar ao exterior, um povo envolvido na cultura popular, todavia branca. É notável a necessidade do OCIAA de levar ao povo estadunidense um povo brasileiro caracteristicamente semelhante. A política da boa vizinhança, também responsável por levar a imagem brasileira ao exterior, teve grande impacto na cultura popular estadunidense, e o interesse pelo o “exótico” Brasil aumentou nos últimos anos. O Interesse dos estadunidenses sobre o Brasil era tão grande, que todos os livros editados nos Estados Unidos que faziam referência às belezas e à cultura brasileira haviam se esgotado rapidamente (SALUN, 2004: 27).

Além do Brasil e do Zé Carioca, o filme traz também um novo personagem; o mexicano Panchito, ave dócil e também tipicamente americana que acompanha e apresenta o México aos novos amigos. É formado então os “três cavaleiros” os Estados Unidos, Brasil e México simbolicamente representando a união interamericana alegada pela boa vizinhança e assim consolidando o poder imperialista estadunidense sob a cultura dos outros dois países.



Panchito, Pato Donald e Zé Carioca. Revista da Semana ed.4 n: fantasia de carnaval, jan. 1945.

Neste novo encontro, os amigos demonstram uma amizade forte e divertida, repleta de alegria, cores vibrantes e beleza. Há uma considerável divulgação do filme pelas revistas e jornais da época. Na sua publicidade é mencionado sobre as relações políticas entre Brasil, EUA e México:

A política de boa vizinhança está habilidosamente cultivada nesta nova fase de trabalhos que Walt Disney vem produzindo. Zé Carioca é um personagem de homenagem ao Brasil, e seu novo parceiro em aventuras, vamos conhecer agora, Panchito, herói mexicano destemido e brigão... Ambos, com Pato Donald, foram à Bahia – e saiu fogo! (REVISTA DA SEMANA, 1945: 39).

A missão de Rockefeller seguia as trilhas do sucesso. Não se falava de outra coisa, quando se referenciava à Walt Disney, se não sobre a beleza brasileira que era entregue aos Estados Unidos e ao inovador sistema de mistura de figuras vivas com animações. De fato, é de extrema importância a contribuição de Walt Disney para a construção de uma entrelaçada cultura pan-americana. As necessidades, como já mencionado anteriormente, voltava-se para as relações dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial.

Em 15 de Março de 1943 o então presidente Getúlio Vargas aprova a formação da Força Expedicionária Brasileira, projeto elaborado pelo general Eurico Gaspar Dutra. Um dos principais objetivos do envio para os campos de batalha na Europa teve como objetivo garantir ao Brasil um papel mais presente na formação da ONU, algo que já se debatia desde a Conferência de Teerã, em 1943.

Em 9 de agosto de 1943, pela Portaria Ministerial nº 47-44, publicada no Boletim Reservado do dia 13 do mesmo mês, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), constituída de uma Divisão de Infantaria Expedicionária (que passou a ser chamada de 1ª DIE) e órgãos não-divisionários (SALUN, 2004: 33).

O retrato do povo brasileiro que vai lutar na guerra corresponde ao mais fiel do Brasil. Pensava-se que seguiria uma elite de pelo menos 60 mil homens dentro de um contingente de 200 mil convocados. Porém a realidade é outra, o povo brasileiro que compõe majoritariamente o corpo de combate da FEB são de indivíduos das classes populares. A maioria era analfabeta, distantes das discussões políticas e não enxergavam o nazi-fascismo como inimigo. O alistamento obrigatório e o presente “apadrinhamento”, nome dado a quem adquiria a liberação da FEB, não estimulava o desenvolvimento de nenhum espírito patriótico (SALUN, 2004: 42).

A FEB seguiu para a Europa na companhia das tropas estadunidenses. O convívio entre os pracinhas brasileiros era saudável, levando em consideração que contava com a maioria de indivíduos negros e pardos. Em relação ao convívio com os soldados norte-americanos, era notável a discriminação racial. O contato entre brasileiros e estadunidenses foi sentido como um choque entre culturas, de um lado estava em exercício um complexo esquema militar, “e do outro, estava a FEB, com seus 25 mil homens, representantes de um país pobre e atrasado, com uma população carente” (SALUN, 2004: 88).

Apesar das inúmeras falhas apresentadas pela FEB durante sua atuação em comparação aos outros países, algo que foi notado por todos, inclusive pelos soldados inimigos, foi a cordialidade e a humildade dos pracinhas. Desde a chegada na Itália a mídia transmitia as informações de maneira deturpada na tentativa de enaltecer o patriotismo perante os feitos de guerra. Os soldados enviavam cartas, que eram cuidadosamente censuradas, aos seus familiares; as mesmas eram organizadas e publicadas nas rádios, jornais e revistas. Um exemplo dessa organização publicitária se deu com os noticiários recebidos através do jornal independente dos soldados na Itália, *A Cobra Fumou*, os jornais oficiais como o *Cruzeiro do Sul* e o *Zé Carioca*.

Em janeiro de 1945 a Revista da Semana (no Rio de Janeiro) leva ao público um exemplar do jornalzinho das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial. Este jornalzinho recebeu o nome de *Zé Carioca* por corresponder a figura mais expressiva da época como já vimos, e traz consigo relatos e fotografias dos febianos.

Zé Carioca foi o tabloide humorístico do Serviço Especial da 1ª D.I.E., e a edição recebida pela Revista da Semana corresponde a dezembro de 1944. Traz na sua capa uma figura da personagem e um noticiário com informações oficiais.



Notícias da FEB – Revista da Semana. Janeiro de 1945.

O papagaio chega à segunda grande guerra como principal referência de estereótipo brasileiro. Além de acompanhar o Pato Donald na sua viagem ao Brasil a personagem Zé Carioca tem outro dever, levar um “povo brasileiro” para o palco da guerra.

Ao contrário do clichê que é moldado pela política imperialista norte-americana, atribuindo um caráter específico no comportamento cultural do país, do sujeito malandro que engloba as três características humana da formação do povo brasileiro, branco, negro e indígena, a representação da nação na guerra, que enaltecia o patriotismo da elite brasileira, correspondia a verdadeira alegoria do país, composta na sua maioria por pessoas pobres, analfabeta, modestas e cortês revelando uma pluralidade social que não é representada nos filmes *Alô, Amigos* e *Você já foi à Bahia?*.

Zé Carioca, na sua imensa contribuição na difusão das belezas brasileira no exterior, levava para fora a imagem do Brasil que Vargas queria mostrar e tentar aproximar o retrato civilizatório da

nação aos padrões dominantes dos EUA e da Europa esquecendo de nobilitar os principais fundadores das características que são atribuídas ao Papagaio.

Além do mais, a necessidade de participação na guerra se deu na esperança de conquistar um espaço de destaque na política internacional, algo que não seria aceito pelos vizinhos estadunidenses que projetavam continuar com a imagem de potência hegemônica e de poder político perante o Brasil e qualquer país americano. No espaço cultural pode-se atribuir o mesmo destino. Em suma, na política externa da boa vizinhança, para movimentar as relações interamericanas entre países submissos e dominador, o papel do Brasil era limitado apenas em “oferecer suas culturas nacionais “exóticas” para o entretenimento fugaz das massas consumidoras norte-americanas” (FERRAZ, 2005).

As produções Disney voltaram a lançar obras incríveis no Brasil do pós-guerra, como Cinderela, Peter Pan, A Bela Adormecida entre outros que seduziram e seduzem gerações por todo o mundo. Com o fim da guerra, no cenário cultural, a política externa da boa vizinhança deixou marcas permanente no costume nacional.

Talvez a maior vitória de Tio Sam tenha sido a de convencer boa parcela da sociedade brasileira da "modernidade" de seus valores, de suas atitudes, de seu saber científico e técnico, em contraste com nossos valores, atitudes e saber "atrasados", quando não "primitivos". A penetração difusa da matriz de "modernidade" nas relações culturais entre os dois países se fez por muitos meios depois da guerra (MOURA, 1984: 40).

No que diz respeito aos filmes enaltecidos, ou fruto direto da política da boa vizinhança, *Alô, Amigos!* e *Você já foi à Bahia?* Ainda hoje são contemplados como uma das principais expressões nacionais do cinema internacional.

Considerações finais:

Na época dos filmes *Alô, Amigos!* e *Você já foi à Bahia?* O cinema nacional digladiava com as produções norte-americanas por espaço no campo das artes. Durante o regime de Vargas, a produção cinematográfica nacional cresce como símbolo de modernidade e enfrenta todos os problemas infraestruturais do país. Com a chegada do Cinema Novo na década de cinquenta, o Brasil passa a se expressar com maior propriedade no mercado cinematográfico brasileiro ainda muito dominado pelos importados. A democracia estadunidense e o *American Way of Life* torna-se um exemplo para os países latino-americanos que também continuam ainda sobre forte influência

cultural. É importante salientar que toda produção fílmica é um semblante do seu tempo e como produto de caráter histórico é uma fonte indispensável para se pensar o período referente à sua elaboração. Além do mais, o filme é um produto do formar-se humano, enquanto arte e expressão, transformando os fatos em algo imaginado, que conseqüentemente, produz significativa aprendizagem e compreensão de determinado assunto. “Para quem aprender a ler esses meios audiovisuais significa aprender a ler a cultura contemporânea, o que implica, a longo prazo, aprender a ler as relações sociais” (LOUREIRO, 2008: 137).

Referências bibliográficas:

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Zahar, 2005.

FERREIRA, Suzana Cristina de Souza. **Cinema carioca nos anos 30 e 40: os filmes nas telas da cidade**. São Paulo: Annabluma: Belo Horizonte: PPGH-UFMG, 2003.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SALUN, Alfredo. **“Zé Carioca” vai á guerra: histórias e memórias sobre a FEB**. São Paulo: Edições Pulsar, 2004.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **A entrada do Brasil na segunda guerra mundial**. Edipucrs, 2000.

TOTA, Antonio Pedro. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Fontes:

ALÔ, amigos. Direção: Norman Feguson. Produção: Lee Blair, Mary Blair, James Bodrero, John P. Miller, Herbert Ryman. Distribuição: Buena Vista film distribution co., inc. Walt Disney. Estados Unidos, 1942. (42 min) son., color., dub. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h_6fDDy8BeE> Acesso em: 15 Mai. 2017.

VOCÊ já foi à Bahia?. Direção: Norman Feguson. Produção: Ken Anderson, Mary Blair, Robert Cormack, Richard Irvine. Rko Radio Pictures, Walt Disney. Estados Unidos, 1944. (71 min), son., color., dub. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OLDgiRGJB4>> Acesso em: 14 Mai. 2017.

Artigos publicados em periódicos (científico e magazine):

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

A CENA MUDA. **Arí Barroso e o papagaio**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 19, p. 24, set. 1945. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. **Disney, descobridor de estrelas**. Rio de Janeiro, n. 7, p. 14 – 34, fev. 1945. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 08 jun. 2017.

_____. **Você já foi à Bahia?** Rio de Janeiro, n. 9, p. 8 – 9, 27 fev. 1945. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 08 jun. 2017.

BACCEGA, Maria Aparecida. O estereótipo e as diversidades. **Comunicação & Educação**, n. 13, p. 7-14, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/comueduc/article/view/36820/39542>> . Acesso em: 30 Jun. 2017.

CINEARTE. **Pergunta-me outra**. Rio de Janeiro, n. 556, a. 16, p. 11, fev. 1942. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 18 jun. 2017.

LOUREIRO, Robson. Educação, cinema e estética: elementos para uma reeducação do olhar. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6691>> . Acesso em: 15 Mai. 2017.

MORAES, Isaias Albertin de. **A Política Externa de Boa Vizinhança dos Estados Unidos para América Latina no contexto da Segunda Guerra Mundial**. 2010. Disponível em: <<http://bdm.unb.br/handle/10483/1110>> . Acesso em: 15 Mai. 2017.

REVISTA DA SEMANA. **Em contato com o expedicionário**. Rio de Janeiro, n. fantasia de carnaval, ed. 00004, jan. 1945. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>> . Acesso em: 18 jun. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, n. 10, p. 49-63, 1995. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_29/rbcs29_03> Acesso em: 14 Mai. 2017.

COLEÇÃO JOSÉ PAULO MARTINS: O OLHAR DO FOTÓGRAFO E SUA NARRATIVA

Laryssa Sampaio Ferreira¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar em linhas gerais como tem sido delimitado um tema de pesquisa a partir da participação no projeto de extensão “Preservação e acesso à Coleção Fotográfica da UFV produzida e acumulada pelo Jornalista e Fotógrafo José Paulo Martins”, realizado no Arquivo Central e Histórico da UFV. Para tal, serão apresentados alguns dos procedimentos arquivísticos realizados até o momento para, em seguida, adentrar em algumas discussões teóricas sobre fotografia. Apresentar algumas problematizações e delimitações sobre o projeto de pesquisa que se desenvolve também são alguns dos objetivos deste artigo.

Palavras chave: Coleção José Paulo Martins, fotografia, filtro cultural.

JOSE PAULO MARTINS COLLECTION: THE EYE OF THE PHOTOGRAPHER AND HIS NARRATIVE

Summary:

This article pretend talk about in a general way about how a research has been delimited from the participation in the extension's project "Preservation and access to the Photographic Collection of the UFV produced and accumulated by the Journalist and Photographer José Paulo Martins", accomplished in the Central Archive and Historic of the UFV. We will present some of the archival procedures performed so far and then to introduce some theoretical discussions about photography. Presenting some problematizations and delimitations on the research project that develops are also some of the objectives of this article.

Keys words: José Paulo Martins's Collection, photographic, cultural filter.

¹ Graduanda do curso de História na Universidade Federal de Viçosa.
E-mail: laryssaferreira32@gmail.com

1. O projeto “Preservação e acesso à Coleção Fotográfica da UFV produzida e acumulada pelo Jornalista e Fotógrafo José Paulo Martins” e sua trajetória²:

O projeto “Preservação e acesso à Coleção Fotográfica da UFV produzida e acumulada pelo Jornalista e Fotógrafo José Paulo Martins” teve início em 2014, e a princípio tinha como foco a higienização e o acondicionamento adequado das fotografias, pois as mesmas se encontravam no subsolo do Edifício Arthur Bernardes, dentro de um armário. O local não era adequado ao armazenamento, pois na época o prédio passava por reformas e as fotografias estavam expostas à poeira e não recebia os devidos cuidados. Por isso, a Divisão de Jornalismo/CCS, então responsável pela Coleção, transferiu ao Arquivo Central e Histórico (ACH-UFV) sua custódia. Essas fotografias registram vários acontecimentos na UFV e são fontes riquíssimas para a memória institucional.

A coleção fotográfica conta com, aproximadamente, 7000 imagens produzidas e organizadas ao longo das três décadas de atuação do fotógrafo e jornalista José Paulo Martins. Zé Paulo, como era conhecido, retratou diversas transformações, personalidades, eventos e atividades realizadas na UFV, desde defesas de teses, cursos, minicursos, semanas acadêmicas, simpósios e palestras à greves estudantis, matrícula de calouros e festas.

José Paulo Martins foi jornalista e fotógrafo da UFV por três décadas, período compreendido entre sua formação em Comunicação Social na UFMG e sua aposentadoria em 2012. Foi responsável pela publicação do *Jornal da UFV*, editor e produtor dos conteúdos difundidos no *site* da UFV, colaborador de inúmeros jornais e revistas de Viçosa e Região, sendo também escritor e poeta. José Paulo Martins nasceu em Tiros – MG em 1952 e veio a falecer em 2013, um ano após sua aposentadoria.

Na ocasião de seu falecimento o *Jornal da UFV* publica uma nota a seu respeito:

A equipe da Coodenadoria de Comunicação Social da UFV reservou este espaço para prestar uma homenagem especial a quem, durante muitos anos, foi o responsável pela publicação do *Jornal da UFV*; o jornalista José Paulo Martins. O nosso amigo e companheiro de trabalho por mais de três décadas faleceu em 30 de setembro, após alguns dias de internação em Viçosa. Ele se foi no dia em que a cidade que o acolheu fazia aniversário.³

² As informações sobre José Paulo Martins são provenientes de sua pasta de funcionário localizada no Edifício Principal da UFV, as quais foram utilizadas, inicialmente, para a escrita do projeto de extensão. No entanto, faz-se necessário a procura por novas fontes de acordo com o prosseguimento da pesquisa.

³ “Despedida”. *Jornal da UFV*. nº 1.454, agosto/setembro de 2013. Viçosa-MG. p. 2.

Como prova de sua sensibilidade e de seu talento no manejo do papel e da caneta, segue um texto que o próprio José Paulo ditou a sua filha para que fosse lido após sua morte:

Busquei um reflexo na vida que sei existir na poeira de cada dia. Embarquei em cada um deles e descobri que a vida é o passo que ainda não dei. Pois, só o terei conseguido empolgando a força com a qual tentei a travessia prodigalizada na alegria e no amparo dos que me ajudaram.⁴

Com o decorrer do projeto toda a coleção fotográfica já foi higienizada, já foram produzidas listas descritivas e esta já foi transferida para o computador, facilitando buscas e pesquisas à coleção. A base de dados produzida até o momento não é meio mais adequado, porém, outras ações já estão sendo desenvolvidas, como a criação de um Quadro de Arranjo, um dos objetivos do projeto de extensão.

A elaboração do Quadro de Arranjo⁵ é parte de um processo de envolvimento com toda a coleção, no qual busca-se atribuir sentido às fotografias, destinando cada qual, ou cada grupo a uma série e/ou subsérie. Com isso, cada envelope receberá uma notação para título de identificação e organização, por exemplo: 04.03.01.00, na qual 04 indica fotografia; 03 porque pertencem ao período da UFV; 01 é a série e 00 a subsérie. Depois de numeradas após a subsérie constará o número da foto separado da identificação completa por um hífen.

As fotografias foram previamente organizadas pelo próprio José Paulo, que nomeou e separou por envelopes cada evento registrado. Esta organização tem suprido as necessidades até o momento, mas, para a criação do Quadro de Arranjo e de instrumentos de pesquisas avançados é preciso realocar essas fotografias segundo uma lógica própria. Não é objetivo do projeto reorganizar a coleção física, pois segundo a metodologia arquivística seguida deve-se manter a organização inicial criada pelo produtor e/ou doador.

O modelo de Quadro de Arranjo proposto para a “Coleção José Paulo Martins” é o mesmo utilizado para as fotografias da UFV, pois são todas do mesmo período. Apesar disso, podem ser criadas novas séries e/ou subséries ao longo do processo na medida em que surgirem especificidades e que a organização existente não corresponder à lógica da coleção. Durante esse processo será possível identificar os padrões seguidos pelo fotógrafo e o que ele pretende destacar ou não de acordo

⁴ *Ibid.*

⁵ As informações apresentadas a respeito do Quadro de Arranjo provem de conhecimentos adquiridos no decorrer da prática arquivística. Não foram consultadas referências específicas a respeito do tema, por isso o referencial é o trabalho que tem sido desenvolvido sob orientação do arquivista responsável pelo ACH/UFV e que envolve a participação de bolsistas e voluntários.

com o enquadramento e as escolhas técnicas envolvidas. Ao ser analisada como um todo a coleção diz sobre seu próprio objetivo e o do fotógrafo, além de construir determinada narrativa que colabora para a história e a memória da instituição e dos elementos fotografados.

Tabela 1 – Algumas das Séries presentes no Quadro de Arranjo desenvolvido pelo Arquivo Central e Histórico da UFV – ACH/UFV, utilizado e adaptado para a organização das três grandes coleções fotográficas existentes: ESAV, UREM e UFV.

FOTOS DA UFV	Série Diretores (04.03.01.00)	Subsérie 01 Reuniões Subsérie 02 Solenidades Subsérie 03 Inaugurações Subsérie 04 Líderes e autoridades Subsérie 05 Eventos Subsérie 06 Diversos
	Série Obras e Edificações (04.03.02.00)	Subsérie 01 Construção Subsérie 02 Inauguração Subsérie 03 Vista Parcial Subsérie 04 Áreas Internas Subsérie 05 Oficinas, Abrigos e Barracões
	Série Campus Universitário (04.03.03.00)	Subsérie 01 Vistas Parciais e Panorâmicas Subsérie 02 Visitantes

A cada dia mais a fotografia tem se tornado uma fonte essencial para as pesquisas, não apenas no campo historiográfico, mas em todas as ciências. Por tomar conhecimento das potencialidades dessa fonte e, principalmente, da coleção citada, é que a fotografia e o fotógrafo tem se tornado o objeto de uma pesquisa que se inicia às avessas, pois é mais comum que a extensão se desenvolva a partir da pesquisa que o contrário, mas tal fato só enfatiza a ligação dos três pilares da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão.

2. Fotografia e História:

Segundo Mauad, a fotografia foi marcada por um viés naturalista ao longo de sua história, pois a ela era confiada a capacidade de reproduzir o real, é neste ponto que suas fronteiras e as da arte são delimitadas. “Baudelaire enfatiza a separação arte/fotografia, concedendo à primeira um lugar na imaginação e na sensibilidade humana, própria à essência da alma, enquanto à segunda é reservado o papel de instrumento de uma memória documental da realidade [...]”. (MAUAD, 1996: 2)

O lugar destinado à fotografia, tanto no senso comum quanto no meio científico já estava delimitado. Não havia porque questionar a veracidade das informações, a fotografia se transformava em duplo da realidade, em prova inquestionável do que aconteceu. Esta foi a visão adotada pelos positivistas em oitocentos. No entanto, a fotografia está muito além da realidade que captou, não é seu *analogon*, mas é produzida a partir dela, não deixa de ser uma produção de sentido e uma determinada leitura que varia de acordo com o olhar de cada fotógrafo. (MAUAD, 1996: 2-3)

Para os positivistas do século XIX o documento histórico era o próprio fato histórico, uma prova utilizada pelo historiador na sua produção, a objetividade do documento impunha-se à intencionalidade do monumento, além disso, documentos eram, essencialmente, os testemunhos escritos. O papel do historiador era manter-se o mais próximo possível deles. (LE GOFF, 2008: 526-527)

Novas teorias são desenvolvidas em novas escolas historiográficas e entre elas está a expansão do conceito de fonte histórica, pois tudo pode ser fonte, os documentos oficiais e não oficiais, os escritos e os não escritos, relatórios, atas, diários pessoais, fotografias, telas, esculturas, etc. A crítica ao documento se torna o principal dever do historiador, porque este deve tomar o documento como monumento.

O documento não é qualquer coisa do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2008: 536)

Para explorar o conteúdo do documento e criticá-lo cada historiador fará uso de determinada metodologia de acordo com as fontes que utiliza e os objetivos almejados. Como afirma Kossoy, para a realização de cada fotografia são necessários pelo menos três elementos: o *assunto*, tema escolhido para o registro; o *fotógrafo*, aquele que registra; e a *tecnologia*, os materiais, os equipamentos e as técnicas utilizadas.

Além disso, é preciso atentar para a questão espacial e temporal que configuram as coordenadas da situação para que, somadas aos elementos constitutivos, possam ajudar na compreensão da fotografia enquanto produto final de um conjunto de ações pensadas e realizadas em determinado tempo e espaço. Estes são processos comuns a todas as fotografias. (KOSSOY, 2001: 37-39)

Ao analisar esse processo no qual se dá a criação da fotografia será possível identificar o contexto histórico de produção e suas características sociais, econômicas, culturais, religiosas e estéticas. O fotógrafo é a própria lente, e é através dele que se forma a segunda realidade que identificamos na fotografia, a primeira realidade, irrecuperável, só o fotógrafo presenciou, organizou e escolheu. Por isso a fotografia também é um registro da tecnologia disponível ao fotógrafo, do seu grau de conhecimento e formação, de suas ideologias e estado de espírito. (KOSSOY, 2001: 42-44)

3. Primeiras reflexões:

A partir de tudo que já foi apresentado, o primeiro objetivo desta pesquisa tem sido buscar conhecer um pouco mais da trajetória pessoal e profissional do fotógrafo José Paulo para, dessa forma, identificar quais filtros culturais podemos notar em suas fotografias e que narrativas foram construídas através de seus registros. Este resgate, portanto, contribui também para refletir sobre a memória da UFV. Além disso, é preciso pensar no lugar social ocupado por ele e na sua relação com a instituição na qual trabalhava. Seguindo a proposta de expansão da noção de fonte proposta pela nova historiografia, o uso de fotografias não só se faz necessário como é um meio riquíssimo para pesquisa.

Na “Coleção José Paulo Martins” alguns dos temas mais recorrentes são: eventos acadêmicos e culturais, departamentos, discentes, ensino, graduação, visitantes, obras, construções, prédio, reitoria/chefia, esporte, comemorações, etc. Com isso, a metodologia para realização deste trabalho consiste na análise minuciosa da trajetória do fotógrafo e sua produção. É fundamental para o processo a análise iconográfica com o intuito de detalhar sistematicamente e inventariar o conteúdo da imagem em seus elementos icônicos formativos e a análise iconológica, campo que se destina à interpretação exclusivamente. (KOSSOY, 2001: 95)

Enfim, as fotografias têm sido as principais fontes utilizadas até o momento, mas a pesquisa ainda se encontra em fase de construção para melhor delimitação do objeto, dos objetivos e da metodologia a ser utilizada. Serão buscadas mais fontes a respeito do fotógrafo, assim como referências sobre fotografias e sobre a metodologia histórico-semiótica, muito utilizada nos estudos atuais.

4. Fontes:

“Coleção José Paulo Martins”. Arquivo Central e Histórico da UFV. Viçosa-MG, 2017.

“Despedida”. *Jornal da UFV*. nº 1.454, agosto/setembro de 2013. Viçosa-MG.

5. Bibliografia:

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: fotografia e História interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 73-98. Disponível em: http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf. Acesso em 27 de setembro de 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento Monumento. In: *História e memória*. 5 ed., 3. reimpr. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: UNICAMP, 2008.

SALVE JORGE! O SANTO GUERREIRO SOBRE A ÓTICA DO SINCRETISMO RELIGIOSO BRASILEIRO

José Reinaldo Bernardino¹

Ricardo Lemes²

Resumo:

Este artigo usa como embasamento, o samba enredo do GRES Estácio de Sá do ano de 2016 “Salve Jorge, Guerreiro na Fé” e através desse, falar sobre São Jorge, um santo guerreiro admirado por sua fidelidade cristã e imortalizado na lenda do dragão, sobre a interpretação do enredo da escola e do que foi apresentado no Sambódromo Marquês de Sapucaí sob a ordem cronológica do desfile, focando no ultimo setor da Escola que representa a figura de Jorge dentro do contexto religioso brasileiro, explicitando o sincretismo religioso que se fez surgir como uma alternativa dos negros para evitarem a opressão e é de certa forma manter suas tradições de raiz e cultuar seus orixás.

Palavras Chave: São Jorge, Estácio, Sincretismo Religioso, Culto e Devoção.

SAVE JORGE! THE HOLY WARRIOR ON THE OPTICS OF THE BRAZILIAN RELIGIOUS SYNCRETISM

Abstract:

This article uses the samba enredo of GRES Estácio de Sá from the year 2016 "Salve Jorge, Guerreiro na Fé" and through it, talk about Saint George, a holy warrior admired for his Christian fidelity and immortalized in the legend of the dragon, about the interpretation of the plot of the school and what was presented in the Marquês de Sapucaí Sambódromo under the chronological order of the parade. focusing on the last sector of the Samba School that represents the figure of Jorge within the Brazilian religious context, explaining the religious syncretism that arose as an alternative of the blacks to avoid the oppression and is in a certain way to maintain their traditions of root and to worship their orixás.

Keywords: Saint George, Estacio, Religious Syncretism, Worship and Devotion.

¹ Graduando, Licenciatura em História, UEMG – Unidade Campanha.

² Graduando, Bacharelado em Direito, FADIVA.

Introdução:

O Grêmio Recreativo Escola de Samba Estácio de Sá, no ano de 2016, levou ao Sambódromo da Marques de Sapucaí, o enredo “Salve Jorge! O Guerreiro na Fé” trazendo uma homenagem São Jorge, um dos santos mais conhecidos dentro da igreja cristã e também nas denominações religiosas de matriz africana como a Umbanda.

Conhecido pela sua característica belicosa e destemido cristão; viveu em um período de fortes perseguições aos Cristãos que habitavam Lida, mesmo assim não negou sua fé estando frente ao imperador Diocleciano, no seu martírio passou por várias torturas, sendo morto e posteriormente adquirindo fama ao redor do mundo através dos tempos. Sua fama se espalha através dos tempos, estar presente na em bandeiras e vestimentas dos cruzados ingleses, além de ser padroeiro de diversos países e cidades como Londres, Barcelona e fazer parte do brasão das armas da Lituânia.

Jorge também é figura do imaginário, um guerreiro que enfrentou um imenso dragão pra salvar um reino desse imenso monstro que os aterrorizavam, o santo também nos defende desde a lua, lenda essa que tem raízes africanas aqui no Brasil.

Chegando a terras brasileiras pela influência dos portugueses, padroeiro de Portugal desde o reinado de Dom João I, o santo passa a ser um dos mais procurados através dos pedidos de intercessão divina de seus fieis. Africanos são trazidos ao Brasil na condição de escravos e aqui encontram a opressão de esquecer suas origens culturais. Eles então encontram uma alternativa para cultuar os Orixás e não causar desconfiança de seus senhores; o Sincretismo, onde através das características semelhantes entre santos e orixás eles conseguem fazer essa projeção nos momentos divinos.

O foco do artigo é falar de Jorge nas suas diversas abordagens pela ótica do samba da Estácio de Sá e de como a Escola levou o santo em seu desfile na Sapucaí, em seus setores do enredo: Capadócia, Martírio e Fé, Jorge pelo Mundo, Jorge e a Lenda e Jorge em terras brasileiras; dando ênfase à abordagem religiosa em si e Jorge como ícone bem aclamado na igreja e no terreiro; e a importância figura representativa na fé objetiva assim como na fé subjetiva.

Estácio de Sá - O Berço do Samba:

Conhecido como o “Berço do Samba”, O Estácio de Sá foi o lugar onde a gênese do batuque, do Samba de Morro nasceu e criado conservando muita da raiz africana, posteriormente desceu o

São Carlos e ganhar o asfalto; se modificando na Vila de Noel Rosa, perdeu um pouco da essência negra e ganhou características eruditas se tornando na Era Vargas um produto de exportação e adquirindo um caráter nacionalista, visto a crescente influência estadunidense no estilo de vida do brasileiro.

A escola de samba de mesmo nome foi fundada em 1955; anteriormente com o nome de Unidos de São Carlos, é uma herança do Bloco Deixa Falar, criado pelos sambista Ismael Silva e Bide em 1927. O Vermelho e Branco possui um título no Grupo Especial, conquistado em 1992 com o enredo “Pauliceia Desvairada, 70 anos de Modernismo no Brasil” eternizado na voz de Dominginhos do Estácio e atualmente ela se encontra na Serie A.

Além do ano de 2016, relação São Jorge/Estácio de Sá também foi firmada em 1993 com enredo “A Dança da Lua” que faz uma relação dela nos cultos e rituais, citando à lenda de Jorge nos protege desde Lua.

Salve Jorge! O Guerreiro na Fé:

O Samba-Enredo de 2016, intitulado “Salve Jorge! Guerreiro na Fé” foi apresentado na primeira noite dos desfiles das Escolas de Samba do Grupo Especial no sambódromo carioca no dia 07 de Fevereiro, trazendo São Jorge como protagonista e contando a historia do santo que também é cercada mistérios e de características mitológicas. Ao inicio do desfile a Comissão de frente da escola trouxe um tripé articulado que mostrava a luta entre Jorge e o Dragão, numa alusão da luta entre o bem é o mal. Conforme vai evoluindo o desfile é mostrado vida de Jorge, seu lado mítico e a importância da sua figura iconológica que se construiu a sua imagem corriqueira nos cultos e festejos católicos e também na parte sincrética com elementos de religiões africanas (se destacando a Umbanda) principalmente no Rio de Janeiro onde nas comemorações do dia 23 de Abril, se tem a Alvorada de São Jorge.

Capadócia:

O primeiro setor conta na avenida a vida de Jorge na Capadócia, Ásia Menor, onde hoje corresponde ao território turco. Chico Spinoza, carnavalesco da Estácio, cita na sinopse do enredo que essa rota essa era utilizada pelos mercadores para comercio de especiarias e produtos vindo do

Oriente para a Europa, através do Mar Egeu e Mediterrâneo. Outra rota era a travessia pelo Bósforo, adentrando por onde hoje é a Bulgária para chegar à Romênia, Áustria e Alemanha.

Jorge nasceu em 273 D.C e desde cedo recebeu uma educação cristã proporcionada pelos seus pais, em especial sua mãe, que era uma cristã de Lida, que atualmente fica no território palestino; local onde foram morar após a morte de seu pai que era um militar.

Jorge assim como diversos jovens de sua época ingressou na carreira militar e por ter grandes habilidades combativas e incrível manuseio de armas, ele logo se ascendeu na hierarquia militar, se tornando aos 23 anos Conde da Capadócia, título dado pelo Imperador Diocleciano I; ascende cada vez mais na hierarquia militar e aos 30 anos Jorge se torna Tribuno e se muda para corte imperial, contemporâneo a isso Diocleciano por influência do co-imperador Galério inicia uma grande perseguição a todos cristãos em especial aos soldados, aqueles que não cultuassem os Deuses Romanos e oferecendo a esses sacrifícios eram prontamente executados.

Martírio e Fé:

No setor “Martírio e Fé”, Jorge, Cristão por influência de seus pais, incomodado com essa situação tirana e opressora, então vai ao encontro de Imperador declarando sua fé cristã, Diocleciano tenta então o convencer a abandonar Cristo e aceitar aos deuses romanos, oferecendo-lhe terras, escravos e diversos outros bens; mesmo assim Jorge se mantém fiel e isso causa a fúria do imperador; que o sujeita a passar por varias torturas; começando então, um longo martírio que testaria a Fé de Jorge, fé essa, que se transformou em uma resistência sobre-humana. Começa então o ciclo de tortura; desde pontas de lança que se desdobravam, esmagamentos com grandes pedras, rodas gigantes cheias de navalhas, enterrado vivo em uma fornalha de cal virgem, chinelas de pedra ardente; mesmo assim Jorge resistia fiel a sua fé cristã.

Em algumas versões da historia do santo se fala em que sua resistência em meio a essa tortura fazia as pessoas acreditarem que ele era um bruxo, um mago local o desafiou a beber uma de suas poções mortais e Jorge munido somente a sua fé foi imune ao veneno.

Todos esses castigos não resultaram na conversão do jovem tribuno, Jorge então foi morto em 303 D.C. e foram levados seus restos mortais de volta a Lida. Seus feitos impressionaram a muitos romanos que presenciaram todo aquele martírio, inclusive a mulher de Diocleciano e sua fama se espalhou por todo Império.

Jorge pelo Mundo:

Anos depois o Imperador Constantino mandou construir o santuário para Jorge e foi o responsável por torna-lo santo em 494 D.C. pela divulgação do santo que alcançou muitos lugares no Império Romano Oriental e ocidental se disseminando através dos séculos, chegando à região europeia.

Segundo Chico Spinoza, na Armênia, em Bizâncio, no estreito de Bósforo, na Grécia, São Jorge era inscrito entre os maiores santos da Igreja Católica.

Podemos citar a Inglaterra como o maior exemplo; a cruz de Jorge está presente na bandeira inglesa, com gênese na Terceira Cruzada onde à cruz esteve presente nas vestimentas dos Cruzados comandados pelo Rei Richard I, conhecido como Ricardo Coração de Leão e é patrono da Ordem Jarreteira, criada pelo Rei Edward III, ordem da cavalaria mais antiga na Inglaterra. São Jorge deixa de ser o padroeiro inglês em 1893, Papa Leão XII o substitui por São Pedro, mas o santo é o padroeiro de Londres (assim como em Lisboa, Moscou e Genova).

A devoção em Jorge em Portugal vem através dos cruzados ingleses que ajudaram o Rei Dom Afonso Henrique a conquistar Lisboa em 1147. O Rei D. João I de Portugal era também muito devoto do santo e no seu reinado que São Jorge passou a ser padroeiro de Portugal. Em 1387, D. João I ordenou que a imagem do santo montado em seu cavalo fosse transportada na procissão de Corpus Christi, também o brado de “Salve Jorge!” tornou-se um grito de batalha da cavalaria lusitana no século XIV.

No Século XX, porém, Jorge teve sua santidade ameaçada, a principal motivação foi que não havia uma comprovação científica da existência do santo, muito menos dos milagres atribuídos a ele. Papa João XXIII redefiniu em 1960 o dia 23 de Abril apenas como comemoração no calendário litúrgico e seu sucessor Papa Paulo VI afirma o dia de São Jorge como uma memória facultativa o rebaixando ao terceiro escalão na hierarquia dos santos; somente com Papa João Paulo II nos anos 2000 que Jorge recupera sua importância de santo dentro da igreja católica.

Jorge e a Lenda:

Jorge é conhecido com santo de características belicosas e também lendárias, seu nome é vinculado a contos de cavalaria que surgiram em meados do século XII, está presente numa coletânea

de contos hagiográficos conhecido com Legenda Aurea ou Lenda Dourada e conta a história de Jorge que em suas andanças parou em um reino na atual região da Líbia, o lugar era aterrorizado por um dragão (que em algumas versões é também citado como uma serpente alado) de hálito venenoso; era oferecendo ovelhas ao monstro como o único modo de manter o pacifismo em relação aos constantes ataques, ao não ter mais essa opção, o Rei ordena um sorteio entre os habitantes do rei para ser o sacrifício e eis que a sua filha é escolhida, mesmo tentando evitar, a princesa é levada a beira da caverna onde o dragão vivia.



São Jorge matando o Dragão, s/d, Hans von Aachen. 60,9 x 45,7 cm (24" x 18") – óleo sobre Tela

Jorge chega ao reino e fica sabendo de tudo que acontecia, promete então que se matasse o Dragão todos eles iriam se converter ao cristianismo. O cavaleiro então se desloca onde a princesa estava se deparando assim que chega com a criatura quase a atacando; montado em seu cavalo e empunhando sua lança, Jorge investe em direção ao Dragão, ferindo sua asa e o deixando vulnerável o matando em seguida com sua espada chama Ascalom. Chegando ao reino, todos se espantam ao ver do outro lado da muralha a princesa e o cavaleiro com o dragão morto, membros do Reino cumprem o prometido, todos se tornam cristãos e Jorge corta a cabeça do monstro.

Essa lenda nada mais é do que uma forma de ilustrar a luta do bem e o mal, onde cada personagem (Jorge, Cavalo e Dragão) possui um significado, uma definição dentro simbolismo da moral religiosa. Outra lenda famosa é a de que as sombras das crateras na lua sejam da figura de Jorge

montado em seu cavalo em vigilância, sempre nos protegendo do mal. Se trata de um conto que percorre, principalmente, o imaginário do brasileiro e é passada de geração em geração.

Jorge em terras brasileiras:

Jorge chega ao Brasil por intermédio de Portugal desde a chegada dos colonizadores, com status de Santo Estatal; patrono de Portugal desde o reinado de Dom João I, sua devoção por aqui se desenvolve dentro das igrejas brasileiras por meio das ordens religiosas, se destaca a ordem de São Jorge que cruzou o além-mar e se instalou na Igreja de Nossa Senhora do Bom Parto, a primeira que admitiu negros escravos e forros, assim como trabalhadores do ofício do ferro.

A economia colonial voltada para a monocultura para exportação faz com que se necessite uma mão de obra escrava, escravos esses que vem de costa africana, capturados ou oriundos de guerras tribais. Vindos amontoados no navio negreiro com suas crenças e uma cultura própria. Aqui eram leiloados como produtos e forçados a trabalhar nos engenhos de cana e posteriormente nas minas.

Ao Negro é imposto o catolicismo como religião porem esse não podia frequentar o mesmo espaço que seu senhor dentro das igrejas, surge ordens compostas somente por negros. Em Minas Gerais tem os exemplos das Ordens de Nossa Senhora do Rosário, São Elesbão, São Benedito e etc. Da África vem a cultura de culto aos orixás, entidades estritamente ligadas a forças da natureza e o tambor que entoa os rituais, as danças como a Capoeira que não deixa também de ser um jogo atlético, elementos já integrados na identidade cultural brasileira

*“Sou teu fiel seguidor, meu cavaleiro,
Por dia mato um dragão, sou brasileiro,
Estácio veste seu manto carregado de axé
Salve Jorge, Guerreiro na Fé”.*
(Salve Jorge, Guerreiro na fé, GRES Estácio de Sá, 2016).

Quanto ao sincretismo, ele surge como uma forma dos negros poderem cultuar os orixás de forma discreta aos seus senhores e se consiste em fazer uma conexão entre o cristianismo e a religião africana através da semelhança nas características de santos e orixás; São Jorge é sincretizado em Ogum assim como Xangô com São João Batista, Iansã com Santa Barbara, Iemanjá com Nossa Senhora dos Navegantes e Jesus Cristo com Oxalá.

Umbanda, hoje a vertente sincrética mais conhecida surge no século xx; a grande diferença entre o Candomblé, que preserva mais fielmente as raízes africanas, e a Umbanda, resultado do sincretismo com cultos cristãos e ameríndios, é que, nesta última, eles não são mais vistos como seres com atributos humanos, mas como campos de força impessoais que manifestam diferentes facetas da energia divina e dentro do qual atuam entidades dos mais diversos níveis.

“Amanheceu, a alvorada anuncia; Divina alteza, senhor da Cavalaria”.
(Salve Jorge, Guerreiro na fé, GRES Estácio de Sá, 2016).

São Jorge na Umbanda é sincretizado no Rio de Janeiro com Ogum, o Deus da guerra, na Bahia com Santo Antônio de Pádua e nos outros Estados. Em função do sincretismo e da forte presença negra entre as tropas brasileiras, esses santos passaram a receber honras militares, o que incluía até mesmo patentes de oficial no Exército e na Marinha.

Atualmente as comemorações em devoção a São Jorge no Rio de Janeiro se estendem por todo dia, tornando 23 de Abril, um feriado na cidade, começando com uma alvorada de fogos de artifício e a participação da banda da Polícia Militar do estado; barraquinhas com comida e bebida cercam as igrejas em Campo de Santana no centro da cidade e em Quintino Bocaiuva no subúrbio carioca, que recebem milhares de fiéis para assistir as missas, ouvir as orações e pedir a proteção.

Iconologia e iconologia do Santo Guerreiro:

Segundo a concepção de Erwin Panofsky, iconografia é puramente a análise da representação dos significados intrínsecos nas imagens e ícones que formam um conjunto de costumes, crenças e culturas de uma determinada sociedade. Iconologia é uma ampliação das análises iconológicas, porém voltada diretamente ao estudo da interpretação visual acerca do objeto de estudo.



São Jorge a cavalo, aprox. 1504, Albrecht Dürer. Block: 21.0 x 14.2 cm (8 1/4 x 5 9/16 pol) - Xilogravura.

Quanto à representação de São Jorge na iconografia católica, podemos observar que o santo é sempre mostrado portando uma espada ou lança, na qual a usa para perfurar um dragão, que é o personagem antagonista nas narrativas do Santo Guerreiro. Sua armadura reluzente é simbolicamente a proteção divina contra os males do inimigo (Efésios 6, 10-18). Já sua espada ou lança é a representação da palavra de Deus, na qual São Jorge a usa para distinguir entre fé e razão e através dessas armas ele combate às ideias ímpias e descrença que obscurecem os corações dos homens (Hebreus 4,12).

A figura do dragão é uma das imagens centrais em toda representação de São Jorge, uma vez que este é a representação direta dos males que antagonizam a fé cristã. Portanto, a imagem do Santo Guerreiro enfrentando o dragão é sempre evocada em momentos de conflito envolvendo a religião cristã, mostrando sempre uma posição dualística em relação ao Santo Guerreiro e o Dragão, na qual

Jorge representa a fé cristã e o Dragão representa os opositores do catolicismo. Já o cavalo simboliza a pureza e a santidade que estão sempre presentes na luta contra as trevas.

Através dos séculos, a cristandade passou a se utilizar do ícone do santo guerreiro para propagar sua fé, utilizando-o como símbolo de força e perseverança. Como ícone cristão esteve presente nas cruzadas, na retomada de Granada, nas grandes navegações marítimas Portuguesas e também na representação de ordens militares e religiosas, como a Ordem Teutônica, Ordem de Cristo e a Ordem Jarreteira.

Para entendermos a profundidade das representações do Santo, devemos primeiramente estabelecer normas e critérios de observação e abstração sobre os conteúdos imagéticos que devem ser analisados. Todavia, há várias maneiras de se revelar os mistérios acerca da aura mística e guerreira de São Jorge, sendo a mais fácil delas a interpretação literal dos contos mitológicos na qual se referem o santo.

Portanto através da iconologia podem-se abstrair completamente os valores éticos, morais e sociais presentes na figura de São Jorge, uma vez que o principal motivo de usá-lo em cultos religiosos é pelo motivo de ser um símbolo que expressa uma fé, que pode ser objetiva (pedido direto, proveniente de uma possível interseção do santo em uma determinada causa) ou uma expressão de fé subjetiva (pedido indireto, proveniente de apelações sem causa específica).

O simbolismo na arte é tampouco uma mera imagem, portanto na arte é um simbolismo tanto das aparências como uma reação emocional às mesmas aparências. A função estética serve também para valorizar os aspectos não aproveitados da realidade, mantendo o homem em situação de não reconhecimento. A função estética abrange a totalidade da atividade humana, é inspiração única.

Armando Trevisan defende a tese de que para poder se compreender a emoção estética é conveniente refletir sobre as atitudes humanas em relação à realidade: a prática (simplifica o mundo, nossos sentidos captam aquilo que nos interessa), a teórica (procura as relações entre as coisas), a religiosa (onde o peso recai sobre poder invisível que a realidade representa) e a estética (aonde nossa atenção vai para o signo, a forma de linguagem pela qual o homem interpreta o mundo e se situa nele)

Portanto a emoção estética assim como a iconologia cristã acerca de São Jorge são as principais responsáveis por conservar com culto ao santo guerreiro até os dias atuais, como também gera um sincretismo religioso devido à simbiose cultural de religiões distintas que de certa forma se convergem na devoção ao mesmo ícone religioso, como no caso de São Jorge nas culturas cristã e africana.

Salve Jorge! Guerreiro na Fé (GRES Estácio de Sá)

Sou teu fiel seguidor, meu cavaleiro,
Por dia mato um dragão, sou brasileiro,
Estácio veste seu manto carregado de axé
Salve Jorge guerreiro na fé

A pé eu vou
Empunhando a lança
Do santo guerreiro
Sou eu mais um filho de Jorge
Nesta legião herdeiro fiel
Vou seguir na missão
Na Capadócia nasceu o menino lutou
Enfrentou desatino do imperador
O ser amado admirado
Invencível defensor

Estou vestido com as armas de Jorge
Meus inimigos não vão me alcançar
Tu és bondade pelo mundo inteiro
Santo padroeiro igual não há

Rogar seus milagres em devoção
Fazer a criança vira um leão
Em proteção orai ao glorioso pai
Mesmo da lua por nós olhai
Amanheceu a alvorada anuncia
Divina alteza senhor da cavalaria
Prepare o feijão é baiana põe tempero
Dá no couro batuqueiro
Pra minha Estácio de Sá
Fazer da avenida seu altar

Conclusão:

Através do que se viu na Marques de Sapucaí, podemos concluir Jorge é uma figura muito presente no imaginário e devoção da igreja, do terreiro, mas principalmente para o brasileiro que é batalhador, que mata um dragão por dia e sente ligada a essa áurea guerreira que o santo tem, isso

explica o fato de ser amado e admirado, considerado um invencível defensor daqueles que dele necessitam. Sua história é repleta de misticismo vindo das histórias hagiográficas, mas o que é comprovado é que Jorge vivenciou um período duro para o cristão, eram tempos de perseguições imperiais, mesmo assim Jorge não negou sua fé e mesmo após a morte, sua fama e devoção só se fez disseminar, alcançar territórios e resistir ao tempo e as intervenções da igreja.

Portanto demos então notar que o santo é teve uma importância grande na construção do sincretismo em si; São Jorge é Oxóssi, São Jorge é Ogum, As características belicosas de santo e orixás se fundem desde o período colonial e hoje está nas diversas vertentes de religião afro-brasileira, como a umbanda. O dia 23 de Abril dia Jorge, atualmente é feriado na cidade do Rio de Janeiro, comemorado com uma alvorada de fogos e missas em Campo de Santana no centro da cidade e em Quintino Bocaiuva no subúrbio carioca.

Referência Bibliográfica:

GRES Estácio de Sá, “Salve Jorge, Guerreiro na Fé” (Composição: Adilson Alves, André Felix, Edson Marinho, JB, Jorge Xavier, Silviano; Interpretação: Wander Pires, Leandro Santos, Dominginhos do Estácio), 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**, História musical da Cultura popular. Autentica, Belo Horizonte, 2002 2. Ed

PANOFISKY, Erwin. **Iconografia e Iconologia**: uma introdução ao Estudo da Arte na Renascença nas artes visuais. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1979. P. 47- 87
anatividade.blogspot.in/2011/06/são-jorge-padroeiro-da-inglaterra.html?m=1 (acesso em 10/07/2107 as 13:45)

ARRUDA, Bianca. **As Sagas de Jorge**: Festa, Devoção e Simbolismo. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGAS/ MN/ UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

SAHR, Wolf Dietrich. O mundo de São Jorge e Ogum: contribuição para uma geografia da religiosidade sincrética. **Geografia cultural: uma antologia**, v 2, p.163, 2013

TREVISAN, Armindo. **Como apreciar a arte**: do saber ao sabor: uma síntese possível. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2002.

DO ROMPIMENTO COM A TRANSCENDÊNCIA DIVINA À DESSACRALIZAÇÃO DE SÍMBOLOS SAGRADOS: UMA ANÁLISE AUDIO- VISUAL NA MÚSICA “GOD IS DEAD” DO BLACK SABBATH

Angélica da Cruz Bernardo¹

RESUMO:

Este artigo concentra-se na análise audiovisual do clipe da música God Is Dead lançado no ano de 2013, da banda Black Sabbath. A música apresenta uma crítica às atuais ocorrências que culminam em um mundo mais individualista e concorrente; e também aborda o rompimento do homem com a transcendência divina presente na letra da canção, com a dessacralização de símbolos sagrados presente no vídeo. A capa do single² apresenta um desenho do filósofo Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), o alemão que cunhou o termo “Gott is tot”. Ao ver uma revista com essa expressão, Ozzy logo pensou no atentado de 11 de setembro e quantas pessoas morreram em nome da religião. Desse modo pretende-se fazer uma análise audiovisual do clipe, e mostrar que a música retrata fatos atuais usando uma expressão que foi criada há mais de um século.

PALAVRAS - CHAVE: Black Sabbath, God is Dead, Nietzsche, Dessacralização, Transcendência Divina.

FROM THE RUPTURE WITH THE DIVINE TRANSCENDENCE TO THE DESACRALIZATION OF SACRED SYMBOLS: AN ANALYSIS AUDIO VISUAL IN THE SONG “GOD IS DEAD” BY BLACK SABBATH

ABSTRACT:

In this current article there is an analysis audio visual of “God is Dead” song, releases on 2013, by Black Sabbath. The song shows a critique about the climax where the current event become in a world more individualist and concurrent; and approach the men’s rupture with the divine transcendence, in the lyrics, to the desacralization of sacred symbols, in the video. In the cover of the song album there is a draw of the philosopher Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900), the German that said “Gott is tot”. When he had seen in a magazine this expression, Ozzy has remembered the September 11th and how many people died on behalf of religion. On this way intends to do an analysis audio visual of the clip and make the point where the song depicts current events in nowadays terms dressed more than a century.

KEY WORDS: Black Sabbath, God is Dead, Nietzsche, desacralization, divine transcendence.

¹ Graduanda pela Universidade Estadual de Minas Gerais. Email: angel.angelicacruz@hotmail.com

² Designação usada para músicas de algum álbum.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo irá traçar uma análise audiovisual sobre a música “*God is dead?*”, da banda Black Sabbath. Também será objeto deste estudo a análise e o tratamento da expressão “*God is dead?*”, e a dessacralização de objetos sagrados. Lançada em 2013, a música é uma crítica ao contexto da época em que foi lançada, apresentando vários elementos linguísticos que remetem a isso.

A indagação que o título propõe, levou influência da clássica expressão cunhada pelo filósofo alemão, Nietzsche, “*God is Dead*”³. Friedrich Wilhelm Nietzsche foi um importante filósofo do século XIX, seu pensamento influenciou e continua a influenciar uma leva de pessoas de diferentes gerações. Essa expressão deu origem a um movimento que ocorreu um século depois, de 1960 a 1965, intitulado “A morte de Deus”, tal movimento foi representado principalmente pelos teólogos: Thomas Altizer, William Hamilton e Gabriel Vahanian.

A banda Black Sabbath surgiu de um contexto conturbado e de uma cidade industrial inglesa, Birmingham, onde a fumaça das indústrias predominavam na atmosfera da cidade. Havia várias crises que assolavam o mundo, guerras, conflitos, movimentos de contracultura, ditaduras militares, enfim uma atmosfera turbulenta. Nessa conjuntura surgiu a banda Black Sabbath com músicas que faziam críticas sociais, por exemplo, a música “*War pigs*” faz referência indireta a guerra do Vietnã. Enfim suas letras eram sinistras, a guitarra estrepitosa, a influência do ocultismo e seu nome de terror Black Sabbath.

A música transmissora de cultura:

A música é um traço cultural deixado pelo homem em sua passagem pela Terra, ela é um produto de sua época. O compositor que tece a letra recebe estímulos do meio onde vive, do contexto político e social. Estes estímulos se apresentam como influência do tempo histórico no qual está inserido e também como produto de sua consciência (experiência) histórica. Sua letra, cheia de significação, influencia determinado público e pode mudar seu modo de enxergar e de se posicionar no mundo. Assim, Napolitano argumenta:

³ *Gott is tot.*

O artista, ao criar uma obra, procura passar uma mensagem diante não só de um contexto específico, mas tendo em mente um grupo social ou um campo sociocultural determinado, incluindo-se aí as implicações político-ideológicas da sua obra. (NAPOLITANO, 2005: 100).

De acordo com Napolitano fazem parte dos “*planos multidimensionais da recepção (o compositor e o intérprete como receptores-criadores e o público ouvinte como receptor-fruidor)*.” (NAPOLITANO, 2005: 81). Assim, deve-se levar em consideração os processos de mediação dos binômios presentes: mundo-compositor, compositor-música, música-ouvinte, ouvinte-mundo.

Eivada de historicidade e atrelada ao contexto histórico, a letra de uma canção produzida em determinado período pode ecoar através das gerações, sendo também utilizada para se referenciar a acontecimentos de períodos anteriores e posteriores. Ao entrar em contato com o consumidor/receptor a música “atinge os sentidos do receptor, estando, portanto, fundamentalmente no universo da sensibilidade” (MORAES, 2000: 211), despertando vários tipos de sentimentos. Apesar de estar eivada de historicidade e de seu cunho basicamente cultural, ela ainda é um produto do mercado, destinado a determinado público, sendo também um forte meio de propagação de uma ideologia.

A música age sobre o indivíduo e a massa; encontra-se não somente na história das revoluções senão também nas psicoses de guerra. A música é, nas mãos dos homens, um feitiço; o seu efeito se estende desde o despertar dos mais nobres sentimentos até o desencadeamento dos mais baixos instintos, desde a concentração devotada até a perda da consciência que parece embriaguez, desde a veneração religiosa até a mais brutal sensualidade. (PAHLEN, 1965:15)

De acordo com Napolitano (2005: 13) “houve uma mudança na música popular com o advento do rock no período pós-segunda guerra”, em meio a um período conturbado de conflitos e crises, e ao longo do tempo foi se desenvolvendo várias vertentes para este movimento musical: *heavy metal*, *hard rock*, *pop rock* etc. Faremos a seguir algumas delineações da história do *heavy metal* que é o gênero representado pela banda inglesa Black Sabbath.

Uma breve abordagem sobre a gênese do *Heavy Metal*:

O *Heavy Metal* surgiu como contestação de um período onde a maioria das músicas e pessoas aspiravam paz e amor, mas este fato não condizia com a realidade de alguns. Podemos recorrer ao exemplo de Birmingham, cidade industrial inglesa e marcada por conflitos de guerra, onde nasceu

uma das bandas precursoras deste gênero: Black Sabbath. Tudo começou quando Tony Iommi em seu último dia no emprego sofreu um acidente, que lhe custou as pontas de dois dedos, e segundo os médicos o acidente impediria Iommi de tocar guitarra pelo o resto de sua vida. Inconformado com a situação Iommi confeccionou suas próprias próteses, adaptando-se fisicamente à situação, e com uma manutenção nas cordas de sua guitarra criou um novo *riff* que não se tinha ouvido antes, um novo estilo surgido de um acidente industrial. (PERES, 2012).

A experiência musical é o espaço de um exercício de ‘liberdade’ criativa e de comportamento, ao mesmo tempo em que se busca a ‘autenticidade’ das formas culturais e musicais, categorias importantes para entender a rebelião de setores jovens, sobretudo oriundos das classes trabalhadoras inglesas ou da baixa classe média americana (NAPOLITANO, 2005: 13).

Com Terence “Geezer” Butler as letras se tornavam assustadoras, pois era devoto do ocultismo, e ele tocava o baixo com o mesmo som de uma guitarra. Com Bill Ward na bateria e Ozzy Osbourne nos vocais, o Black Sabbath se formou: a criação de letras sinistras, guitarras distorcidas e um nome “sombrio”, foi uma combinação eficaz, cuja união fez o Heavy Metal florescer.

Assim alguns eventos permeavam os conflitos no mundo: a Guerra do Vietnã (1955-1975), ditaduras militares, movimentos de contracultura e a própria música foi uma presença de peso neste movimento (1960); a criação de uma atmosfera ocultista, a fundação da primeira Igreja Satânica (1966) e Bíblia Satânica (1969); filmes de terror no auge, movimento teológico “A morte de Deus” (1960); a própria Grã Bretanha estava em greve em 1970. Todos esses movimentos contribuíram para a quebra do “paz e amor” que supostamente efervescia na época.

Aspectos do surgimento do Black Sabbath:

Como supramencionado, a banda Black Sabbath surgiu com um som pesado, jamais ouvido naquela época, era um som original que destruía a máscara paz e amor que era característica da época. Formada por Ozzy Osbourne, o guitarrista Tomi Iommi, o baixista Geezer Butler e o baterista Bill Ward a banda bebia de uma atmosfera ocultista.

O primeiro nome da banda era “*Earth*”, porém esse nome já era usado por outra banda, então mudar o nome era preciso; a banda se inspirou em um nome de um filme de terror intitulado Black

Sabbath⁴ (1963). Ozzy rememora no documentário de biografia da banda: “O que eu lembro de ter acontecido foi que costumávamos a ensaiar em frente a um cinema, aí o Tommy falou ‘não é estranho as pessoas irem ao cinema e pagarem para serem assustadas, porque a gente não escreve músicas assustadoras?’” (PERES, 2012).

A própria música “*Black Sabbath*”⁵, do seu primeiro álbum⁶, nasceu de um pesadelo de Geezer que era apaixonado pelo ocultismo. Para Ian Christie os *riffs*⁷ produzidos por Iommi durante sua adaptação se tornaram o som base do Black Sabbath; de acordo com Dee Snider o próprio riff *Devil’s Third* usado por Iommi na música *Black Sabbath* fora proibido na era medieval, pois era um som que conjurava o demônio. (ROCK&METALBR, 2016).

Para muitos Black Sabbath é sinônimo de heavy metal, pois criou certos riffs, rotinas e outras simbologias (como o famoso sinal do demo) até hoje usados. (LEÃO, 1997: 49)

Sem nenhum auxílio comercial da gravadora e apenas com o boca-a-boca dos fãs, esta obra prima do heavy metal conseguiu ficar entre os dez discos mais vendidos da Inglaterra.” (LEÃO, 1997: 50)

Como o baixista e letrista Geezer lamentaria mais tarde: ‘Durante anos, nós simplesmente nos achávamos uma merda – a imprensa nos odiava, dizia que não sabíamos compor, que não sabíamos tocar... Outras bandas nos odiavam, todo mundo. (WALL, 2014: 14)

Apesar de um sucesso eminente, a banda foi penalizada com críticas da imprensa, que num primeiro momento não enxergavam a originalidade da banda, já que eram diferentes de outros artistas da época. Por outro lado, muitos jovens se identificavam com as músicas e o estilo, era como eles se sentiam, e o *heavy metal* era a forma de extravasar e representar tudo o que tinham passado. Nessa relação antagônica a imprensa só reconheceu a qualidade da banda mais tarde, talvez seja resultado do aumento da popularidade quanto pelo sucesso alcançado nas paradas de sucesso.

⁴ Filme de terror italiano de nome original “*I Tre volti della paura*”, na Inglaterra foi traduzido como *Black Sabbath* e no Brasil: “*Black Sabbath: As Três Máscaras do Terror*”.

⁵ Música do álbum *Black Sabbath* do ano de 1970.

⁶ O primeiro álbum da banda foi lançado em uma sexta feira 13 de fevereiro de 1970, e na contracapa do álbum há uma Cruz invertida.

⁷ *Riffs* são intervalos de sons executados por alguns instrumentos musicais, caracterizados por trechos rítmicos repetitivos, no exemplo supramencionado eram *riffs* de guitarra.

Breve panorama dos principais acontecimentos de 2013:

2013: ano marcado por acontecimentos que giravam em torno de conflitos, manifestações, crises econômicas e políticas, ataques terroristas que atingiram todo o mundo. O site Euro News nos ajuda a percorrer um pouco sobre esse contexto:

O reverso de um mundo globalizado, de uma economia sem fronteiras.... novos movimentos sociais nascem nos países emergentes e, na rua, pedem contas ao poder: desde a classe média brasileira até ao exército de trabalhadores pobres do Bangladesh: Mas também os que não têm nada a perder e tudo a ganhar, os imigrantes que procuram paz e prosperidade na Europa: Não precisamos do Mundial de Futebol, queremos escolas e hospitais. A Taça das Confederações serviu de palco a milhares de brasileiros para protestar contra a despesa efetuada para organizar o Mundial de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016. (EURONEWS, 2013)

Em agosto, a Síria, país do Oriente Médio, vivia sobre regime de Bachar Al Assad, neste país houve pessoas que se recusaram as propostas do atual governo e ao seu regime. Rebeldes então se chocaram contra a força da milícia de Bachar. Em 21 de agosto ocorreu um ataque em Damasco com armas químicas assolando a vida de várias pessoas, aproximadamente 1420 mortos; há indícios que o ataque era resposta do governo contra os rebeldes. (GAUCHAZH, 2013)

Com o desabamento de uma fábrica de roupas em Dakha, Bangladesh, aproximadamente 377 pessoas morreram, e os sobreviventes ficaram gravemente feridos. (BBC, 2013)

O dia 27 de janeiro foi marco como um dia de luto no Brasil: um incêndio na boate *Kiss*, em Santa Maria no Rio Grande do Sul, tirou a vida de vários universitários, levando 242 mortes. (UOL, 2014)

No Egito, militares derrubaram do poder, Mohammed Mursi, o primeiro islamita presidente eleito democraticamente no país. A maioria da população apoiou o golpe, entretanto houve conflito entre rebeldes e militares que resultaram em vários mortos. (TERRA, 2013)

Outros acontecimentos também justificam a ruptura de várias estruturas e deram início à vários conflitos que culminaram em mortes, atentados e tragédias. Foi nesse contexto que *Black Sabbath* conseguiu inspiração para uma música que denuncia e critica as atrocidades da sociedade.

Alguns aspectos da Música “*God Is Dead?*”:

A faixa *God is Dead* foi lançada no álbum intitulado “13” no ano de 2013 pela banda Black Sabbath, a capa do *single* apresenta a imagem do filósofo alemão Nietzsche ao lado de fumaças. Friedrich Wilhelm Nietzsche, nascido na Alemanha, foi um importante filósofo do século XIX. Ele cunhou a expressão “Deus Está Morto”⁸ que aparece pela primeira vez em seu livro “*Gaia a Ciência*” (NIETZSCHE 1882/1883). Quando Nietzsche fala da “Morte de Deus” ele se refere a um rompimento do homem com a imagem e a presença de Deus, ou seja, a imanência do homem não dependerá mais da transcendência divina; assim Nietzsche também coloca em questão os valores morais defendidos pela igreja.

A frase resultou no movimento “A morte de Deus”, que teve seu estopim em 1960 perdurando até meados de 1965. Este movimento de cunho ideológico foi representado por teólogos e filósofos que usaram a expressão para poder explicar o surgimento de uma nova mentalidade do homem, onde Deus já não se fazia presente. (LUZ, BERNARDO; 2016: 430).

Inspiração de Ozzy e alguns detalhes sobre a produção do vídeo:

Em entrevista, publicada e traduzida pelo site Metal da Ilha, Ozzy Osbourne revela a inspiração para a música a Zane Lowe⁹:

Cheguei a este título enquanto estava num escritório de alguém e havia uma revista na mesa que dizia ‘Deus está morto’ e de repente eu pensei a respeito de 11 de setembro e todas estas coisas sobre e terroristas e religião e quantas pessoas morrem em nome da religião.

O próprio título da música nos induz a uma reflexão da vida que estamos levando, como as coisas estão acontecendo no mundo e da forma como acontecem, e esse questionamento se torna muito válido para nos atentarmos que o mundo está em estado de calamidade.

Peter Joseph foi contratado para fazer a direção de vídeo da música, ele é músico, cineasta, autor e ativista social, e começou a produzir vários filmes com temáticas sociais, respostas para problemas sociais, religiosidades etc. Ele também é o criador da trilogia “*Zeitgeist Film Series*”, o último filme desta trilogia foi lançado em 2011 intitulado “*Zeitgeist: Moving Forward*”, onde retrata

⁸ *Gott is Tot*

⁹ Entrevistador da BBC.

o comportamento humano, economia monetária e ciências aplicadas. Em 2013, ao produzir a direção de vídeo da música *God is Dead*, Peter pediu para encaixar várias cenas do filme no vídeo-clipe da música, resultando em várias imagens e cenas isomórficas do filme “*The Zeitgeist Filmes Series*”.

Análise audiovisual da música:

Se tratando de análises audiovisuais há “a necessidade de articular a linguagem técnico-estética das fontes audiovisuais e musicais (ou seja, seus códigos internos de funcionamento) e as representações da realidade histórica ou social nela contidas (ou seja, seu “conteúdo” narrativo propriamente dito).” (NAPOLITANO, 2014: 237) Dessa forma o clipe da música “*God is Dead*” nos transfere uma ideologia presente na letra da canção que dialoga com a imagética apresentada no vídeo.

No começo aparece o número 13 em chamadas, isso pode nos remeter que talvez seja um número especial para a banda, cujo primeiro álbum foi lançado em uma sexta feira 13; álbum que os levara ao estrelato. A música “*God is Dead*” foi lançada em 2013, no álbum “13” que os deixou em primeiro lugar nas paradas de sucesso nos EUA pela primeira vez, e voltando como banda mais comentada em 2013. (CRUZ, 2013)

Nos 15 segundos de música há a cena que mostra um centro, com várias ruas e nos prédios há presença de vários telões, em um telão situado no canto esquerdo aparece um rosto tenebroso, e aos 32 segundos a música abre espaço para um *riff* mais pesado da guitarra, e aos 01m 14s a música retoma seu *riff* melancólico. O vídeo nos apresenta o centro de *Wall Street*, que é o lugar onde fica situado a Bolsa de Valores de Nova York, em seguida aparece um empresário com uma mala cheia de dinheiro, pode-se supor que ele iria comprar alguma ação. Com o transcorrer da narrativa ele testemunha uma cena de polarismo social. Perpassando essa narrativa o personagem adquire uma nova conduta que se bate com os ideais de uma multidão no meio da rua e ao se deparar de frente com um batalhão da polícia, ele joga a mala fora. Podemos nos referenciar a manifestações que geralmente são repreendidas pela polícia.

Esse empresário é o primeiro personagem do clipe, e que aparece um semblante pensativo, em seguida o eu lírico afirma: “*Perdido na escuridão, me afasto da luz; Tenho fé que meu pai, meu irmão, meu criador e salvador irão me ajudar a sobreviver à noite*”¹⁰.

Em 01m e 46s o eu lírico anuncia “*Sangue na minha consciência e assassinato na mente escapando da melancolia, me ergo da tumba rumo a um destino nefasto iminente*”¹¹. Esse trecho faz menção a uma ideia de culpa, pois o sangue é resultado de crimes, muito dos quais a sociedade fecha os olhos. Neste momento aparece uma mesa cheia de empresários, e o vídeo dá destaques à várias manchetes dos jornais que aparecem sob a mesa: **Guerra energética continua a devastar o Oriente médio**¹²; **Crimes no Ocidente aumentam**¹³; **ONU declara estado global de emergência**¹⁴; **Falta de água na África é compartilhada na Eurásia**¹⁵; **Morte dobra e alcança 10.000 por dia na África do Sul devido a doenças na água**.¹⁶ Estas notícias fazem referências diretas aos acontecimentos do ano de 2013, frisando a crítica que a música faz à sociedade atual e o estado em que o mundo se encontra. A passagem “*Sangue na minha consciência e assassinato na mente*” dialoga com as notícias dos jornais, pois induz a reflexão que o caos apresentado nas notícias de jornais desperta um sentimento de culpa.

Aos 02min e 10 é anunciado na música: “*Agora meu corpo é meu santuário*”¹⁷, a perda de vínculo com o divino se acentua, agora não é mais necessário adorar a nenhum Deus, mas é fulcral adorar sua própria vida.

Aos 2min e 25 aparece uma mão operacionalizando uma conta matemática “ $1+1=2$ ” que representa o pensamento racional, ao mesmo tempo o eu lírico pede “*Me dê o vinho e fique com o pão*”¹⁸, também complementa com “*As vozes ecoam na minha cabeça: Deus está vivo ou Deus está morto?*”¹⁹. Algumas relações com o filósofo Nietzsche podem ser apresentadas, em seu livro “Gaia a ciência” no aforismo número 39 ele ressalta:

¹⁰ “*Lost in the darkness. I fade from the light. Faith of my father, my brother, my maker and savior. Help me make it through the night.*”

¹¹ “*Blood on my conscience. And murder in mind. Out of the gloom I rise up from my tomb into impending doom.*”

¹² Jornal e título original presentes no vídeo: “*Energy Wars: continue to ravage to Middle east*”

¹³ Jornal e título original presentes no vídeo: “*Los Angeles Tribune: Western crime rates soar*”

¹⁴ Jornal e título original presentes no vídeo: “*Wall Street Journal: UN Declares State of Global emergency*”

¹⁵ Jornal e Título original presentes no vídeo: “*The Times African Water Shortages Spread to Eurasia; Death toll reaches 10,000 a day in South Africa due to diseased water.*”

¹⁶ Tradução e adaptação do professor Edson Martinez Bello.

¹⁷ “*Now my body is my shrine.*”

¹⁸ “*Give me the wine. You keep the bread.*”

¹⁹ “*The voices echo in my head. Is God alive or is God dead?*”

Havemos de comer o nosso pão
 Com o suor do nosso rosto?
 Com suor é melhor não comer nada,
 [...]
 Com o suor do nosso rosto
 Havemos de beber o nosso vinho!
 (NIETZSCHE, 2012: 28)

O vinho conduz ao estado de embriaguês e alucinação, porém há vozes em sua cabeça que o encaminham para o estado crítico e reflexivo e o eu lírico pergunta pela primeira vez: “*Deus esta vivo ou Deus esta morto?*”²⁰, cenas de guerra, destruição e mísseis neste momento dominam o vídeo. A disposição das imagens ao mesmo tempo em que trazem intencionalidades de memória, nos fazem refletir sobre seu caráter técnico “A montagem é inseparável da ideia que analisa, critica, une e generaliza” (MARTIN, 2005: 183), dessa forma “é necessário não somente olhar, mas examinar, ver, conceber, aprender, compreender” (MARTINI, 2005: 183).

Em 03min e 41s é anunciado “*Eles matam, roubam e pegam emprestado. Não existe amanhã [...] Em quem confiar quando a corrupção e luxúria, o credo dos injustos te deixam vazio e incompleto?*”²¹ Há uma crítica direta ao imediatismo, sem pensar nas consequências de seus atos, e na sua interferência no amanhã. Sua fala é reforçada pela cena que nos remete um paradoxo social onde aparece um menino pobre deitado na rua, e em seguida o casal de ricos na mesa, se banquetando com a mesa farta de alimentos e bebidas. Ao se alimentar demasiadamente e ao beber a bebida alcoólica, o empresário deixa a bebida escorrer no canto da boca demonstrando a soberba, desperdício, ganância, poder, enquanto outros não têm nada. Eivados pelo hedonismo priorizando a realização pessoal e o individualismo ignoram os problemas do mundo e dos seus próximos. Essas atitudes resultam na dissipação do sagrado, e nos faz refletir como Deus se encaixa nessa conjuntura contemporânea.

Aos 4min e 05s ocorre a dessacralização de símbolos sagrados, aparece um personagem que está com uma corrente e uma cruz de pingente, ele retira a corrente do pescoço a segura na mão e logo a deixa cair no chão; após um negro usando seu *eketé* tira da cabeça e também o deixa cair ao chão e também outro personagem tira seu *kipá* que também vai ao chão. Essas imagens foram acompanhadas da seguinte pergunta: quando este pesadelo irá acabar e se Deus está realmente morto.

²⁰ “*Is God alive or is God dead?*”

²¹ “*They kill, steal, and borrow. There is no tomorrow. [...] Who do you trust when corruption and lust, creed of all the unjust. Leaves you empty and unwhole?*”

É importante frisar que estes símbolos sagrados não foram alvos de escárnio, mas passaram por um processo de ressignificação que culminou na perda do seu valor sacro. Adriano Facioli²² defende em seu canal do *You Tube* “Quando se sacraliza alguma coisa não há espaço para reflexão, para o questionamento e atitude crítica. A sacralização, portanto, é estranha a racionalidade.” (FACIOLI, 2015).

Essas imagens assumem caráter importante na música, pois dão espaço para uma construção narrativa “A imagem é, para o historiador, ao mesmo tempo, transmissora de mensagens enunciadas claramente, que visam seduzir e convencer, e tradutora, a despeito de si mesma, de convenções partilhadas que permitem que ela seja compreendida, recebida, decifrável.” (CHARTIER apud NAPOLITANO, 2014: 239).

Aos 05min e 16s a letra da canção discorre sobre o seguinte acontecimento: “*Vejo a chuva se tornar vermelha. Me dê mais vinho. Não preciso de pão*”²³. Já no vídeo aparece uma gota de água, sua cor irá mudar para vermelho, quando vai ao chão o inunda.

Deus morreu! Deus continua morto! E nós o matamos! Como havemos de nos consolar, nós, assassinos entre os assassinos! O que o mundo possuía de mais sagrado e de mais poderoso até hoje sangrou sob o nosso punhal; quem nos limpará este sangue? Que água nos poderá lavar? Que expiações, que jogo sagrado seremos forçados a inventar? NIETZSCHE, 2012: 116

Esse sangue pode ser comparado com o sangue derramado em consequência da morte de Deus, como apresentado no aforismo 125, como também pode ser resultado dos estigmas dos acontecimentos atroz da sociedade.

Pode-se supor que o questionamento da fé e a morte de Deus como é apresentado na letra da música, dá início a um processo de cisão com a transcendência divina, e com os símbolos que representam seu poder sacro sobre a terra.

O conhecimento religioso, isto é, teológico, apóia-se em doutrinas que contêm proposições sagradas (*valorativas*), por terem sido reveladas pelo sobrenatural (*inspiracional*) e, por esse motivo, tais verdades são consideradas *infalíveis* e indiscutíveis (*exatas*); é um conhecimento *sistemático* do mundo (origem, significado, finalidade e destino) como obra de um criador divino; suas evidências *não* são *verificadas*: está sempre implícita uma atitude de fé perante um conhecimento revelado. [...] A adesão das pessoas passa a ser um ato de fé, pois a

²² Psicólogo pela USP, mestre e doutor em Psicologia pela UnB.

²³ “*I watch the rain as it turns red. Give me more wine. I don't need bread.*”

visão sistemática do mundo é interpretada como decorrente do ato de um criado divino, cujas evidências não são postas em dúvida nem sequer verificáveis (MARCONI, LAKATOS; 2007: 79)

Aos 5min e 44 é afirmado que Deus está morto, a partir de 6min e 20s a banda atribui um novo ritmo a música, um novo estilo de *riffs* pesados e imagens de guerras, pessoas sofrendo, crianças apavoradas invadem a tela do clipe.

No livro supracitado, Nietzsche lança outro aforismo, de número 125, onde um louco sai correndo às ruas procurando Deus, sendo motivo de chacota para um grupo que estava ali presente. Logo depois o louco anuncia a morte Deus: “... vou lhes dizer! Nós o matamos, vocês e eu! Somos nós os seus assassinos!” (NIETZSCHE, 2012: 116).

Em 6min e 48 a letra da música começa a induzir o receptor a refletir sobre sua crença na bíblia ou se a considera um conto de fadas sagrado. Podemos fazer a relação com o filme *Zeitgeist* onde há seguinte fala “*A Bíblia não é nada mais do que um híbrido literário astro-teológico, tal como todos os mitos religiosos que a antecederam*” (ZEITGEIST, 2007).

Aos 07m e 41s uma multidão invade a rua e um batalhão da polícia aguarda para reprimi-la, podemos relacionar com os protestos que ocorreram em 2013 e repressões para esses protestos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O título da música propõe uma indagação ao seu ouvinte: “Deus está morto”? Essa pergunta aliada com o vídeo, atrelada ao contexto histórico em que foi lançada reforça o objetivo da letra em querer criticar o mundo que vivemos. O homem se torna mais individualista, e seu egocentrismo é uma das práticas que destroem o mundo pouco a pouco. Alguns levam uma vida soberba, sem alteridade, esbanjam e desperdiçam, não pensam no amanhã, pois o imediatismo é fortemente aflorado. Por outro lado, a pobreza e a miséria assolam uma grande parte da população. Esses fatos resultam na decadência de nosso mundo, que se torna cada vez mais caótico.

Governos cada vez mais corruptos e que não representam os direitos das pessoas que os colocaram no poder, ou que muitas vezes se mantêm no poder devido à golpes, acabam se tornando ditaduras, onde pessoas morrem por lutar por uma vida mais digna, ou para aquilo que deveria ser no mínimo seu direito.

Quando o eu-lírico anuncia que “Deus está morto”, não é a morte propriamente dita, mas o rompimento do homem com Deus. A imanência do homem não dependerá mais da transcendência divina, ou seja, o homem fica como ser soberano e Deus será aquele que não irá interferir mais em seu cotidiano. Podemos até levantar outro problema: por que crer num Deus que estaria supostamente ausente?

A dessacralização dos símbolos sagrados também é um importante evento retratado no vídeo da música, pois quando algo é sagrado você não indaga. Com o evento da Morte de Deus na música, resultado da consciência crítica e do racionalismo, ocorre o processo da dessacralização, pois aquele símbolo sagrado/religioso não terá mais nenhum valor.

Portanto a letra desta música denuncia a ganância e a corrupção do homem, se referenciando no contexto de 2013, fazendo uma crítica ao mundo, e servindo como base também para se referenciar o nosso contexto de 2017, já que sua letra é totalmente atual e portadora de um grande significado simbólico. É notável que o vídeo reforça a ideologia transmitida pela letra da canção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS:

LEÃO, Tom. **Heavy Metal**: guitarras em fúria. São Paulo: Editora 34, 1997. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ngT693Kjn7cC&pg=PA50&lpg=PA50&dq=qual+era+o+publico+da+banda+black+sabbath+quando+eles+surgiram&source=bl&ots=emXvWxsc1p&sig=O0CDpqFdwR-mum4uUxYQzqMEZ1A&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwi0nsKY2_rUAhXBHZAKHSsNAP4Q6AEITDAG#v=onepage&q=qual%20era%20o%20publico%20da%20banda%20black%20sabbath%20quando%20eles%20surgiram&f=false> Acesso em: 08 jul. 2017.

LUZ, SAMANTHA CARVALHO; BERNARDO, A. C. . A Configuração do Mal do Pensamento Pós Moderno. In: **Anais da XXXII Semana de História da Universidade de Juiz de Fora**, 2016, Juiz de Fora. O Papel Social do Historiador: desafios contemporâneos para a escrita da História, 2016. p. 428-442. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/files/2010/02/Anais-UFJF1.pdf>> Acesso em: 16 out. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica**. Tradução de: Lauro António; Maria Eduarda Colares. Lisboa, Portugal: Dinalivros, 2005.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.20, nº 39, p. 203-221, 2000. Acesso em: 13 jul 2017.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882000000100009>

NAPOLITANO, Marcos. **História & Música**. 2.ed Belo Horizonte Autêntica, 2005.

NAPOLITANO, Marcos. A história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Fontes Históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Gaia ciência**. 2. Ed. Tradução de Jean Melville. São Paulo: Martin Claret, 2012.

PAHLEN, Kurt. **História Universal da Música**. 5ª Edição. Tradução de A. Della Nina. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1965.

WALL, Mick. **Black Sabbath: A biografia**. Tradução de Marcelo Barbão. São Paulo: Globo Livros, 2014.

SITES CONSULTADOS:

BBC BRASIL, Desabamento em Bangladesh revela dado obscuro da indústria de roupas. Disponível em:

<http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/04/130428_bangladesh_tragedia_lado_obscuro>
Postado em: 28 abr. 2013, Acesso em: 10 jul. 2017

COUTINHO, Samuel. Ozzy fala sobre a inspiração para "God Is Dead?" Entrevista disponível no site: <http://googleweblight.com/?lite_url=http://metaldailha.blogspot.com/2013/04/ozzy-fala-sobre-inspiracao-para-god-is.html&lc=pt-BR&s=1&m=396&host=www.google.com.br&ts=1499948909&sig=ALNZjWmXWVAbW8sDqMKNwYGF8kfgkGbbQg> Acesso em: 24 jun. 2017

CRUZ, Diego. A volta do velho Black Sabbath. Disponível em: Dados disponíveis no site: <<https://www.pstu.org.br/a-volta-do-velho-black-sabbath/>> Postado em: 28 jul. 2013. Acesso em: 13 jul. 2017

EURONEWS, Acontecimentos mais importantes de 2013, Disponível em: <<http://pt.euronews.com/2013/12/20/acontecimentos-mais-importantes-de-2013>> Postado em: 20 dez. 2013. Acesso em: 08 jul. 2017.

GOBBI, Henrique. Black Sabbath: clipe de "God is Dead" é inspirado em Zeitgeist?. Disponível em: <<https://whiplash.net/materias/curiosidades/181733-blacksabbath.html>> Acesso em: 30 jul. 2017

GAUCHAZH, Entenda mais sobre o conflito da Síria, Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/09/entenda-mais-sobre-o-conflito-na-siria-4257844.html#showNoticia=YiFzfWM4WlI0NTI2NDQ3OTc1NjAxMjgzMDcyYmIzNjgwNTE5N>>

jU0NDQ0NTc0NzExNFtFbzEyNDExNjIyMjQ1Njc4NDQ4NjQ9dCh5XSldRVA0TCZdbFQ0VUI
= > Postado em: 04 set. 2013, Acesso em: 10 jul. 2017.

TERRA, Entenda o golpe militar que derrubou o primeiro presidente eleito no Egito. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/entenda-o-golpe-militar-que-derrubou-o-1-presidente-eleito-do-egito,979534e7e80af310VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>> Postado em: 04 jul. 2013, Acesso em: 10 jul. 2017.

UOL NOTÍCIAS, Apesar da lentidão de leis, tragédia de Santa Maria já estimula mudanças de comportamentos. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2014/01/27/um-ano-apos-santa-maria-congresso-nao-vota-lei-e-mudancas-sao-lentas.htm>> Postado em: 27 jan. 2014, Acesso em: 10 jul. 2017.

FONTES AUDIOVISUAIS:

“A modernidade e a dessacralização do mundo”. “Vídeo You Tube”, 2:13. Postado por “Adriano Facioli”, Novembro 1, 2015. <<https://www.youtube.com/watch?v=CE1CTddXuyQ>> Acesso em: 12 jul. 2017

“Black Sabbath, Biografia,” Vídeo do You Tube, 44:59. Postado por Manoel Carlos Peres, Junho 26, 2012. <<https://www.youtube.com/watch?v=7ydMdhmSEWU>>. Acesso em: 06 jun. 2017

God Is Dead. Direção: Peter Joseph. Produção: Rick Rubin. Duração: 8min. 53s. 2013. <<https://www.youtube.com/watch?v=OhhOU5FUPBE>> Acesso em: 15 out. 2016

“Heavy, A história do metal,” Vídeo do You Tube, 43:27. Postado por Rock&MetalBr, Nov. 17, 2016. <<https://www.youtube.com/watch?v=vOf2zzYCQTE>> Acesso em: 06 jun. 2017

ZEITGEIST, the movie. Direção Peter Joseph. Produção: Peter Joseph. Estados Unidos da América, 2007. 120 min., son., color., leg.

SAMBA DE EXALTAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO SAMBA NO GOVERNO VARGAS

João Victor de Oliveira Calegari¹

Resumo:

O Samba, antes visto como poço da malandragem - e muitas vezes da marginalidade - passa a ser usado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do governo ditatorial de Getúlio Vargas, durante o período de 1930 – 1945 como forma de exaltação e divulgação das belezas do Brasil, do povo e fez com que compositores e sambistas se dedicassem a esse estilo de glorificação do país, nascendo assim o termo Samba de Exaltação. A principal fonte de problematização será o vasto repertório de letras e versos de Sambistas como Ary Barroso e outros grandes nomes, demonstrando assim como era a música que atingia a população nesse momento icônico da política brasileira e que influenciou gerações posteriores de sambistas e músicos da “bossa” nacional.

Palavras Chave: Samba; exaltação; música; Era Vargas.

SAMBA OF EXALTATION: THE IMPORTANCE OF SAMBA IN THE VARGAS GOVERNMENT

Abstract:

The Samba, previously seen as a synonym of "malandragem", a term used in Brazil to define a cheater, a bum. And often a synonym of marginality- was used by the publicity and press department from Getúlio Vargas government by the period from the 30's to 50's decade. As a way of exalting and spread to the world the beauties from Brazil, which caused a commotion from composers and sambists to dedicate with the music, the Brazil extolnation, that originated the term "Samba de Exaltação". The main source of the subject is the huge repertoire from Sambists as Ary Barroso and other stars, showing to the whole country and the world the music that was listened by the population, on this iconic moment of the Brazilian politics that is been influencing later generations from samba and bossa nova artists from the national scenarium.

Key words: Samba, exalt, music, era vargas.

¹ Graduando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora

Introdução:

O presente trabalho tem como objetivo compreender se o samba de exaltação influenciou a sociedade brasileira durante os anos do Governo de Getúlio Vargas, pela forte divulgação que ocorreu na principal mídia desse período, o Rádio.

Pretende-se responder essa questão com a pesquisa e análise interpretativa de músicas, sambas e materiais audiovisual desse período, pesquisadas em sites eletrônicos e como o referencial teórico de André Diniz (2012,2014), Diogo Cunha (2014) e Marcos Napolitano(2002), historiadores que pesquisam música, assim como outras obras e artigos científicos na área de História.

A partir da análise interpretativa das letras e dos arranjos desses sambas será trabalhada a hipótese de que um dos fatores que possibilitou a permanência do governo ditatorial no poder durante o período de 1930 a 1945 foi a grande inserção dessa música e cultura, que vangloriava o país, as belezas, os brasileiros e os seus hábitos, nos lares e na vida dos trabalhadores.

1. Contextualização histórica:

Em meados do século XIX, o Brasil recebeu uma grande carga de conceitos e aspectos culturais que envolviam logicamente a música. Tendo influência da colonização portuguesa, de outros povos europeus, mas principalmente dos povos negros vindos por conta do tráfico causado pela escravidão, novas formas musicais foram surgindo, mas pouco se tem registrado de forma escrita, mesmo que as primeiras impressoras de partituras tenham sido abertas no Brasil por volta de 1834, grande parte do que se sabe desse período advém dos relatos orais. (NAPOLITANO, 2002).

”[...] música urbana brasileira nunca foi “pura”. Como tentamos demonstrar, ela nasceu de um entrecruzamento de culturas”. (NAPOLITANO, 2002, p. 48)

Um exemplo dessa influência e que permanece até os dias atuais em nossos costumes foi a quadrilha. Vinda junto com a família real no Brasil, a quadrilha, originária da França, onde fazia parte dos grandes bailes da corte monarca, foi transformada no território nacional e levada ao ar livre, sendo usada até os dias atuais nas festas do mês de junho (NAPOLITANO, 2002).

Um outro grande exemplo também é a valsa tradicional. Uma das danças mais conceituadas no mundo todo, também chegou no Brasil nesse período e se manteve durante todo o século XX

sendo a principal dança dos grandes bailes de gala e nos dias atuais pertence ainda aos bailes de debutantes. (NAPOLITANO, 2002).

Desse período, os ritmos musicais que se consolidaram no século XX foram a modinha, o lundu, a polca-lundu, o tango brasileiro, o maxixe e principalmente o choro.

O choro foi o principal gênero musical que podemos dizer, ter ligado a música popular à música erudita dos grandes compositores europeus dessa época, sem desconsiderar a proximidade com a polca, outro gênero musical presente nesse momento. A composição do choro em forma de quarteto de instrumentos possibilitava uma grande variedade de improvisos e construções de temas, junto ao grande virtuosismo dos músicos que tocavam principalmente em estalagens, pequenas festas e nos cortiços. Muitas vezes os mesmos músicos atuavam em diferentes estilos musicais, incluindo o samba, o que também causava uma espécie de interdisciplinaridade musical. (NAPOLITANO, 2002).

Nascido na Bahia, como um ritmo de dança negro, o samba começou a se popularizar pelo Brasil por conta do tráfico interno de escravos e posteriormente, mesmo com a abolição, foi difundido com a migração desses ex escravos para a região sudeste do país em busca de novas opções de trabalho. (NAPOLITANO, 2002).

Vale ressaltar que em 2008 essa representação de samba foi inscrita na lista de Patrimônio Imaterial da Humanidade, tendo como características importantes seu uso em festas e ocasiões específicas, como cultos afro-brasileiros ou católicos e sua formação de roda, onde os músicos fazem um círculo e as mulheres dançam no meio de forma improvisada convidando outros dançarinos a também participarem da roda. (UNESCO, 2017).

Com a chegada do aparato fonográfico radiofônico o samba seria o primeiro ritmo musical de massa e dominaria nos próximos anos esse posto.

Os anos 20/30 – a consolidação do “samba” como gênero nacional, como *mainstream* (corrente musical principal) a orientar a organização das possibilidades de criação e escuta da música popular brasileira. (NAPOLITANO, 2002, p. 47)

O primeiro samba que se tem registros de gravação foi “Pelo telefone” (1917), de Donga, que junto com Pixinguinha e João da Baiana formavam a primeira geração do samba no Brasil, mas essa gravação pouco se assemelha com o que vamos chamar de samba nos dias atuais, ou mesmo décadas depois, o que comprova que jamais podemos estudar música baseados em gêneros e estilos fechados. (DINIZ, CUNHA, 2014)

A concepção que temos de samba nos dias atuais também caminha junto com o surgimento de novas técnicas de gravação. Até 1927 era muito complicado, se registrar com qualidade instrumentos de percussão nos meios mecânicos que ocorriam as gravações, por conta dos sons mais graves e sutis, por isso, o primeiro samba com os instrumentos percussivos, que hoje são marca desse estilo, é a música “Na Pavuna” gravada pelo Bando dos Tangarás em 1929, já com a gravação elétrica. (NAPOLITANO, 2002).

É nesse mesmo período que surgem também as Escolas de Samba, espaços que ganhariam grande força e tradição na música e na sociedade carioca, além de ser como uma espécie de delimitador da cultural comercial do samba a partir do momento em que esse gênero se torna uma música de massa. “[...] na medida em que a música popular e, particularmente, o samba tornava-se o carro chefe da música urbana-comercial no Brasil, fazia-se necessário contrapor uma expressão que delimitasse sua diluição cultural: assim, a Escola de Samba. “ (NAPOLITANO, 2002, p. 53).

2. Contexto Governamental:

O período que vamos tratar nesse artigo se encontra no que é conhecido historicamente como “Era Vargas”, ou seja, o primeiro governo de Getúlio Vargas no Brasil, que se iniciou em 1930 como um governo provisório até 1934 e permanecendo no governo até 1945 de forma ditatorial.

O Governo de Vargas se inicia de forma conturbada com uma derrota nas eleições para a presidência em 1930 para o candidato Júlio Prestes, mas em meio a uma contestação, alegação de fraude e ameaças de uma revolta armada, principalmente vinda do Rio Grande do Sul, sem contar a morte do candidato a vice-presidente pela chapa de Getúlio, João Pessoa, Júlio Prestes é deposto e Getúlio Vargas assume o Governo do País. (BORIS, 1995).

Além do contexto nacional, é necessário situar que nesse momento a chamada Crise de 1929 ainda afetava os aspectos econômicos de importação e exportação no Brasil, o que regularia fortemente parte do governo de Vargas.

O café tinha caído no preço para a exportação, ao mesmo tempo em que a dívida externa crescia e o preço dos importados subia. O problema geral era de que o trabalhador tinha como seus bens de consumo os importados em geral e agora a situação era crítica. Houve inflação, desemprego e fome. (BORIS, 1995).

Cultivando uma política centralizadora, Getúlio consegue cancelar as próximas eleições, que deveriam ocorrer em 1937, alegando que existiam forças de esquerda espalhadas pelo Brasil que tinham interesse em dar um golpe e instalar um regime comunista no País, articulado pelo PCB e com participação de operários e estudantes ligados ao Comunismo soviético. Já demonstrando o papel importante que o rádio tinha para o contato com as massas, foi anunciado a descoberta do chamado Plano Cohen, um documento que planejava o tal golpe comunista. (BORIS, 1995).

“Em todos estes acontecimentos o rádio desempenhará um papel da maior importância. Leva, a todos os brasileiros, a palavra de Getúlio Vargas, cujo famoso “Trabalhadores do Brasil!...” despertava indescritível emoção”. Segundo Moacir Scliar (1991) citado por JAMBEIRO (2004, p. 90).

Com os fatos citados, em 10 de novembro de 1937 o Congresso Nacional foi fechado, uma nova constituição entrou em vigor no país, é decretado o mandato de prisão para todos os considerados subversivos ou comunistas. Assim nascia o período chamado de Estado Novo.

Dentre as primeiras ações do governo estavam o fim das ações democráticas, ou seja, fim de partidos, de eleições, greves e manifestações, fim do federalismo e Estado de Emergência. Ações essas que se assemelhavam em grande escala ao partido Nazista, que em 1933 foi o partido mais votado na Alemanha e ao regime empregado por Mussolini na Itália. (BORIS, 1995).

Apesar de grande apoio popular, o governo tinha ciência de que não conseguiria se manter no poder por muito tempo só com o uso da força e a ameaça de um ataque Comunista, por isso, assim como em tantas outras ditaduras o DNP (Departamento Nacional de Propaganda) e o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) tiveram grande papel na organização social e educacional durante o governo ditatorial.

O Departamento de Imprensa e Propaganda detinha o controle de toda a imprensa, os jornais, o rádio, as impressoras, as revistas e etc. Dessa forma o governo conseguia se manter ativo e popular em meio ao povo. (BORIS, 1995).

O Estado com Vargas, com artifício de exprimir uma brasilidade autêntica, intervia no mundo da música popular a forma de criar as ideias políticas que interessavam o governo. Além de ter um dos sistemas de rádio mais potentes do mundo, conseguia espalhar sua imagem nas escolas públicas criadas no período através das matérias de moral e cívica, além de propagandas em cartazes, elevando mais ainda o grau de transmissão ideológico. (NAPOLITANO, 2002).

É nesse período também que nasce o conhecido programa Hora do Brasil, hoje, *Voz do Brasil*, onde as notícias e propagandas do governo eram passadas e além disso, existia a Rádio Mauá, que se denominava como uma emissora para os trabalhadores e passava a imagem paternal de Vargas como um benfeitor para essa classe. (NAPOLITANO, 2002).

3. O Samba de Exaltação:

Por definição estilística, um samba de exaltação era aquele que continha nos versos simbolismos que enaltecessem o povo brasileiro e o próprio território nacional, uma verdadeira exaltação as riquezas naturais do país e muitas vezes com final apoteótico na sua harmonia. Esse estilo de samba se alinha diretamente com o período do Estado Novo de Getúlio Vargas. (DINIZ, 2012).

É incerto quem fez a primeira música que podemos chamar de samba de exaltação, mas sem dúvida, a composição de Ari Barroso, “Aquarela do Brasil” (1939), é um marco para esse estilo que se tornaria sinônimo de brasilidade.

Brasil, meu Brasil Brasileiro,
Meu mulato inzoneiro,
Vou cantar-te nos meus versos:

O Brasil, samba que dá
Bamboleio, que faz gingar;
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil!... Prá mim!... Prá mim!...

Ô, abre a cortina do passado;
Tira a mãe preta do cerrado;
Bota o rei congo no congado.
Brasil!... Brasil!...

Deixa cantar de novo o trovador
À merencória à luz da lua
Toda canção do meu amor.
Quero ver essa Dona caminhando
Pelos salões, arrastando
O seu vestido rendado.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!...

Brasil, terra boa e gostosa
Da moreninha sestrosa
De olhar indiferente.

O Brasil, verde que dá
Para o mundo admirar.
O Brasil do meu amor,
Terra de Nosso Senhor.
Brasil!... Brasil! Prá mim ... Prá mim!...

Esse coqueiro que dá coco,
Onde eu amarro a minha rede
Nas noites claras de luar.
Ô! Estas fontes murmurantes
Onde eu mato a minha sede
E onde a lua vem brincar.

Ô! Esse Brasil lindo e trigueiro
É o meu Brasil Brasileiro,
Terra de samba e pandeiro.
Brasil!... Brasil!

Esse era o tipo de música que Getúlio queria sobre o Brasil. Ela tinha como plano de fundo a beleza natural do território brasileiro. Mesmo que este samba já tenha sido analisado várias vezes, vale a pena repassa-lo, justamente por ser essa espécie de modelo quando falamos desse estilo.

É muito simbólico, bem ao final da letra, quando o autor diz sobre os coqueiros, que afinal, não representa só a beleza, “O coqueiro que dá coco” ou seja, além de beleza ela gera alimento para o homem.

Exaltando ainda o brasileiro, o autor se refere a grande diversidade na sociedade brasileira. É citado o mulato, a negra, o samba, a felicidade e a brincadeira, várias camadas sociais em uma mesma música, sendo exaltados ao mesmo tempo. A música explodiu no rádio e caiu na boca dos ouvintes.

Aquarela do Brasil foi posteriormente gravado por outros diversos interpretes, como Gal Costa, Tom Jobim e Frank Sinatra, deu sucesso internacional ao compositor e virou inclusive trilha sonora de filmes da Disney. Sua grandiosidade é vista por alguns historiadores como um segundo hino nacional.

Outra grande música que seguia essa ideia era “Onde o céu é mais azul” (1940), eternizada na voz de Francisco Alves.

Eu já encontrei
 Um dia alguém
 Que me perguntou
 Assim, Iaiá:
 O seu Brasil
 O que é que tem,
 O seu Brasil
 Onde é que está ?
 Onde o céu azul é mais azul
 E uma cruz de estrelas
 Mostra o sul
 Aí se encontra o meu país,
 O meu Brasil
 Grande e tão feliz
 Que tem junto ao mar palmeirais
 No sertão seringais
 E no sul verdes pinheirais
 Um jangadeiro que namora o mar,
 Verde mar, a beijar brancas praias
 Sem fim, quando paira o ar
 Um garimpeiro que lá no sertão
 Procura estrelas
 Raras pelo chão
 E um boiadeiro
 Que, tangendo os bois,
 Trabalha muito pra sonhar depois
 E de é grande o céu,
 A terra
 E o mar
 O teu povo bom
 Não é menor
 Mas o que faz admirar
 Eu vou dizer
 Guarde bem de cor
 Quem vê o Brasil que não tem fim
 Não chega a saber por que razão
 Este país
 Tão grande assim
 Cabe inteirinho
 No meu coração

No Samba “Onde o céu é mais azul” podemos notar os elementos citados como os característicos para um samba de exaltação. O autor inicia a música, como em um diálogo onde alguém pergunta o que há no Brasil. Como resposta é citado a beleza natural, como o próprio céu azul, a terra e o mar do Brasil e também que o povo “trabalha muito para depois sonhar”. O Término

da música ocorre dizendo ainda que mesmo com o grande território nacional, ele cabe totalmente no seu coração, o que representaria a paixão que o brasileiro tem por seu país, não importava o tamanho do Brasil, o coração do brasileiro era maior.

Esse ideal do homem trabalhador representava bem o que Getúlio desejava que fosse o brasileiro, assim como se referia em seus discursos a população como “Trabalhadores do Brasil”, ele exprimia o ideal do homem que trabalha orgulhoso, batalha dia-a-dia e tem orgulho disso, sabe que o trabalho é que o dará condições de vida, por isso o trabalho antes do sonho na música citada.

Durante as décadas de 1920/30 os trabalhadores passaram por toda a formação de sindicatos e organizações cooperativas que lutaram por direitos trabalhistas, mas em 1943 Vargas consagrou a Consolidação de Leis de Trabalho (CLT) e criou um marco na história do direito e bem estar trabalhista no Brasil.

Dentre essa conciliação havia estipulado as férias remuneradas, jornada de trabalho de 8h de duração e regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores de idade. Muito do que temos nos dias atuais.

É verdade também que não podemos esquecer que essas melhorias para o trabalhador se deram por conta dos acordos feitos entre o governo e a classe de empregadores como forma de controlar os sindicatos, que possuíam grande força com a mobilização dos trabalhadores. As medidas seriam então uma espécie de conciliação entre o Empregado e o Empregador.

Como último exemplo, mais um samba de Ary Barroso, que ficou conhecida na voz de Cândido Botelho “Brasil Moreno” (1941)

Samba o o... Samba o o...
Samba meu Brasil moreno
Ouve
Quanta harmonia
Vai no batuque no sereno
Meu Deus
Samba o o... Samba o o...
Bate o teu pandeiro
Nesta canção toda de sol e luar
Brasil, grande como o céu e o mar!

Vai, vai ouvir o teu sertão
Pontear o violão
Vai ver
Como te bate o coração
Vai ver
O coqueiral todo a gingar

Vai ouvir teus pássaros cantar
 À luz das madrugadas!
 Oh! Brasil, quebrando nas quebradas,
 Teu samba todo o mundo há de escutar!

A importante característica desse samba é seu arranjo musical orquestrado, onde o início é marcado por uma entrada da orquestra, digna de um verdadeiro espetáculo, e posteriormente o *rallentando* (uma expressão musical que prece diminuir a velocidade da música) começa com o marcante “pam pampam”, que é o tema principal da música, no ritmo cadenciado pelo pandeiro. Unia a grandiosidade da Orquestra com o molejo do pandeiro do samba.

Ao final, de forma verdadeiramente apoteótica, ocorre um grande *glissando* e uma acentuação triunfante da orquestra e do cantor. Essas também eram marcas importantes da exaltação, simbolicamente esses artifícios passavam uma imponência para o ouvinte, e ficavam gravadas de forma marcante na mente do brasileiro.

Conclusão:

O presente artigo tentou responder a questão central de como o samba, especialmente o Samba de Exaltação, influenciou a população durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Apesar das limitações da pesquisa, foi possível ligar diretamente as letras e arranjos dessas músicas com o comportamento da população brasileira nesse momento, confirmando então a hipótese inicial da pesquisa.

É válido ressaltar também que a produção cultural de uma sociedade é um meio muito complexo de análise. Apesar de não ser algo literalmente palpável, os bens culturais imateriais dizem respeito às práticas e a vida social daquela sociedade, suas manifestações, celebrações e formas de fazer, e, dessa forma, tornam-se uma forte representação do modo como aquelas pessoas se comportavam no período analisado.

Com as músicas e exemplos citados e o conhecimento do período estudado neste artigo, é possível notar que, assim como em outros governos ditatoriais, o uso dos meios de comunicação - como o cinema, os jornais, revistas e no Brasil e principalmente o rádio - se deu como forma de controle da sociedade.

A produção e a grande massa sonora que chegava pelos rádios na casa dos trabalhadores do período muitas vezes tinham passado pelos concursos musicais da época, e, por isso, tinham o crivo

das votações, isso fazia com que já fossem vistas diretamente como boas músicas, ganhadoras dos concursos e sucesso nas rádios, além das parcerias entre músicos brasileiros e estrangeiros e todo o cenário em torno da música que era exportada para outros países, como foi o caso de “Aquarela do Brasil” (1939), que se tornou símbolo nacional. Essa forma de comunicação também passava para a população sensação de liberdade e de contato com o que era externo ao país, o que não é comum em uma ditadura.

As músicas, constantemente tocadas, exaltavam o povo e o país de forma intencional e, muitas vezes, de um jeito simbólico, assim o nacionalismo exacerbado, que pode ser considerado também um crescimento do fascismo, a visão de superioridade do país, exaltação das belezas e da multiplicidade do povo poderiam ser vistas de forma natural.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Francisco. **Onde o céu é mais azul**. 1940. Disponível em: <<https://youtu.be/c5Gg3Q0OZqw?list=PLvUfa5PSrZTrnXk5TWIwl4wXuoW9ad7Xx>> Acesso em: 13 de novembro de 2017

BARROSO, Ary. **Aquarela do Brasil**. 1939. Disponível em: <<https://youtu.be/H-y8TS7jbpY?list=PLvUfa5PSrZTrnXk5TWIwl4wXuoW9ad7Xx>> Acesso em: 13 de novembro de 2017

_____. **Brasil moreno**. 1941. Disponível em: <https://youtu.be/htl_bW9NMm4>. Acesso em: 13 de novembro de 2017

DINIZ, André, CUNHA, Diogo. **A República Cantada - do Choro ao Funk, A História do Brasil Através da Música**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Almanaque do Samba – a História do Samba, O que ouvir, O que ler, Onde curtir**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

JAMBEIRO, Othon. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação** [online]. Salvador: EDUFBA, 2004. 191 p. ISBN 978-85-232-1241-4. Available from SciELO Books. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/3yd/pdf/jambeiro-8523203109.pdf>> Acesso em: 06 novembro, 2017

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

UNESCO. Definição de Patrimônio Imaterial da Humanidade Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/intangible-cultural-heritage-list-brazil/samba-de-roda-do-reconcavo-baiano/>> Acesso em: 06 novembro, 2017.

A PARTICIPAÇÃO ATIVA DE ESCRAVOS NA SOCIEDADE MINEIRA SETECENTISTA ATRAVÉS DA OBTENÇÃO DE ALFORRIAS

Beatriz Sales Dias¹

Maria Tereza Moreira Guedes²

RESUMO:

O presente trabalho busca demonstrar através do uso de fontes relacionadas à capitania de Minas Gerais no século XVIII, como a obtenção de alforrias por parte dos escravos pode confirmar uma forte participação desse grupo nessa sociedade. Essas fontes nos ajudam a reforçar debates mais recentes ligados à historiografia da escravidão brasileira, que buscam destacar o escravo como um agente de sua própria história, realizando negociações em diversos âmbitos, para garantir uma melhor condição de vida.

Palavras-chave: Brasil colonial; escravidão; alforrias; coações.

THE ACTIVE PARTICIPATION OF SLAVES IN 18TH CENTURY MINAS GERAIS SOCIETY BY OBTAINING OF MANUMISSION

ABSTRACT

The present work seeks to demonstrate through the use of sources related to the "capitania" of Minas Gerais in the eighteenth century, like how the obtaining of manumission by the slaves can confirm a strong participation of this group in this society. These sources help us to reinforce more recent debates related to the historiography of Brazilian slavery, which try to highlight the slave as an agent of his own history, conducting negotiations in various spheres, to guarantee a better living condition.

Keywords: Brazil colonial; slavery; manumission; coarctation.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de iniciação científica do Laboratório de História Econômica e Social. E-mail: tiz.sales@gmail.com

² Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista de iniciação científica do Laboratório de História Econômica e Social. E-mail: mariateguedes@gmail.com

A historiografia da escravidão brasileira no século XX:

Ao longo do século XX a historiografia a respeito da escravidão passou por diversas transformações e rupturas. Inicialmente, podemos destacar o sociólogo Gilberto Freyre, na década de 1930, com sua maior obra “Casa grande e Senzala”, na qual de certa forma defende o sistema colonial português, apresentando uma visão positiva da instituição escravista. Já o historiador Caio Prado Júnior, na década de 1940, ao contrário de Freyre, condena o sistema colonial, afirmando que deveríamos superá-lo. De acordo com Hebe Mattos, Prado Jr., partindo de uma visão estruturalista, considera a escravidão fruto da expansão do capitalismo comercial, não a entendendo como uma forma específica de exploração, mas sim como somente mais uma forma de trabalho existente na época.

Na década de 1960, passamos por outra reformulação, desta vez através da Escola Sociológica Paulista. Com autores como Fernando Henrique Cardoso, e sofrendo influências de pensamentos marxistas — tal como Prado Jr. — a Escola, diferentemente do que acredita Freyre, entende o sistema escravista como tendo um caráter quase genocida (MATTOS, 2014). Deste modo, estes autores apresentam uma visão do escravo como instrumento ou coisa, acreditando que haveria um limite na resistência escrava.

A partir da década de 1970 e 1980, ocorre uma mudança na perspectiva dos historiadores marxistas, dando agora mais destaque aos grupos subalternos das sociedades analisadas. A historiografia ligada à escravidão sofre um impacto direto dessa mudança, colocando como centro da pesquisa, a experiência da gente comum, nesse caso, os escravos, sendo vistos agora como importantes agentes históricos. Desta maneira, podemos citar João Fragoso e Manolo Florentino como alguns dos integrantes dessa nova corrente historiográfica, que faz críticas à historiografia tradicional, revisando pontos como o pleno controle do tráfico pela metrópole, a suposta alienação dos cativos e iniciando estudos sobre as possibilidades de mobilidade social dos livres de cor. (MATTOS, 2014)

Percepções do escravo como sujeito ativo:

Através desses novos estudos surgidos a partir da década de 1970, podemos perceber as diferentes formas de atuação dos escravos na sociedade. Neste contexto, são realizadas diversas

pesquisas que procuram demonstrar que, para além da violência, a escravidão também foi marcada por relações de negociação entre escravos e senhores. João José Reis e Eduardo Silva (1989) na obra “Negociação e conflito”, fazem uma reflexão sobre como se davam essas negociações e os conflitos por trás dessas. A respeito da existência dessas transações entre esses grupos, os autores afirmam:

O simples exame da participação dos cativos na população total do país, altíssima até os inícios do século passado, nos permite duvidar que uma sociedade com tal desproporção entre homens livres e escravos pudesse gozar de alguma estabilidade sem que, ao lado da violência, ou melhor, do “temor da violência”, não passassem poderosas correntes de negociação e sabedoria política. (REIS; SILVA, 1989, p.14)

Desta maneira, os autores buscam demonstrar a ideia de que, na maioria das vezes, os escravos não foram totalmente submissos ou rebeldes completos, isso iria depender das circunstâncias em que estavam inseridos. Em certas situações, quando não existiam mais espaços para negociações, a fuga se tornava uma alternativa, levando diversos cativos a se unirem em quilombos. Contudo, muitos escravos não chegavam a esse extremo, vendo as irmandades negras como uma fuga desse sistema opressor. Russell-Wood (2005) afirma que esses negros muitas vezes se agrupavam em irmandades na busca de socorro espiritual, assistência médica e reforço de suas identidades étnicas. Entretanto, essas irmandades também eram bem vistas pelos senhores, já que poderiam servir como forma de catequização e controle de seus escravos.

Os senhores eram, de certo modo, dependentes desses homens, assim como os cativos também necessitavam desses senhores, sendo essa uma relação de dependência mútua, em que uns buscavam a colaboração dos outros. Percebemos assim como os escravos eram parte ativa da sociedade, sendo agentes que, de certa maneira, procuravam melhorar suas condições de vida dentro do sistema escravista.

Sendo assim, a carta de Tomás de Aquino Pereira e de sua irmã Maria Joaquina, enviada para a Coroa Portuguesa em 1771, pode ser citada como um exemplo de como estes forros buscam a confirmação de sua liberdade em âmbitos institucionais, lugar em que muitas vezes imaginamos que os negros não tinham participação. Na correspondência, os irmãos de Paraopeba das Minas, pedem que lhes confirmem a carta de alforria passada pelo seu senhor e pai, e também a herança deixada

para repartirem entre si. Deste modo, os irmãos estariam preocupados com a revogação de sua herança e alforria, já que muitas vezes os escravos filhos de senhores, não eram reconhecidos como tais.³

Além dessa forma de busca de melhorias em sua situação de vida através de pedidos feitos às instâncias burocráticas, também podemos citar negociações realizadas pelos escravos no âmbito doméstico, sendo a chamada “brecha camponesa” uma delas. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1987), essa estaria relacionada ao ato de senhores, através da negociação com seus escravos, e buscando diminuir a possibilidade de fugas e revoltas, oferecerem a esses uma certa parcela de terra, na qual os cativos poderiam produzir certos gêneros alimentícios, para uso próprio e até mesmo para a venda. Eduardo Silva (1989) comentando sobre o motivo pelo qual essa “brecha” ocorria, afirma:

O fato de que esse “pequeno direito de propriedade” se destine, primordialmente, a prender o escravo à fazenda, não anula sua importância – tanto econômica quanto psicológica – para um produtor direto “embrutecido” por severas relações de produção. Com efeito, os escravos lutam tanto para manter quanto para ampliar esse direito. (SILVA, 1989, p.31)

Sendo assim, a “brecha camponesa”, conferiu certa autonomia aos escravos, já que através dessa esses poderiam acumular pecúlio, utilizando esse da forma com que preferissem, inclusive para a obtenção de alforrias, tanto para si quanto para seus familiares. (CARDOSO, 1987)

As alforrias nas Minas do século XVIII:

De acordo com o historiador Eduardo França Paiva (2005), no final do período colonial, os escravos alforriados e seus descendentes livres constituíam mais de um terço da população de Minas Gerais, eram em torno de 100 e 120 mil pessoas. O autor busca explicar essa situação afirmando que o grande número de forros nessa capitania se deu por alguns motivos, como a região apresentar uma economia diversificada, e pequenos planteis de escravos, fazendo com que aumentasse o contato direto entre escravos e senhores, permitindo que a negociação entre ambos fosse mais possível.

No ano de 1755, os oficiais da Câmara de Mariana enviam um requerimento ao Rei de Portugal, Dom José I, insatisfeitos com o grande número de forros que se encontravam na região. Na correspondência, os camaristas afirmam que esses forros vêm causando inúmeros distúrbios,

³ AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 100, documento nº 23, 1771

principalmente por ajudarem com armas e esconderijo, os escravos que desejam fugir. Deste modo, pedem que a alforria seja dada somente pela caridade, e não pela venda, como costumava ocorrer⁴.

A partir da análise deste documento é possível percebermos que:

Os discursos oficiais e os proferidos pela camada mais rica da sociedade colonial, no seu inverso, acabavam por demonstrar a enorme dimensão alcançada pelas práticas de alforria dentro daquele sistema escravista. Além disso, constatavam as reduzidas possibilidades de reverter o quadro ou mesmo de estancá-lo. (PAIVA, 2005, p.69)

Mas como eram obtidas essas alforrias? Muitas vezes os senhores concediam essas de forma gratuita, porém, esses casos não podem ser considerados a maioria, como mostra o documento apresentado. Russell-Wood (2005), ao tratar da economia mineira deste período, afirma que por trabalharem na mineração, os escravos possuíam certa liberdade, trabalhando como faiscadores, prostitutas, ou ainda como escravos de ganho. Desta maneira, esses conseguiam acumular pecúlio para comprarem suas alforrias e se manterem como libertos. Além disso, o autor também dá destaque para as alforrias obtidas através do apoio das irmandades negras, já que essas poderiam ajudar seus irmãos com empréstimos para a obtenção de suas liberdades.

Rita de Sousa Lobo, forra, moradora de Vila Rica do Ouro Preto, no ano de 1779, envia uma correspondência pedindo ao Rei que ordene a liberdade de suas filhas, visto que eram filhas de uma liberta. Neste documento, fica claro que Rita conseguiu sua alforria através da compra da mesma por uma libra de ouro, paga a seus antigos senhores, João de Sousa Lobo e Francisca Nunes, no ano de 1743⁵.

Além da compra direta de alforrias como exemplificado na carta acima, outra forma de obtenção de liberdade era através das coações. Essas foram muito comuns nas Minas Gerais e Eduardo França Paiva (1995) busca explicá-las:

Tratava-se, pois, de uma autocompra regida por um acordo verbal estabelecido entre senhor e escravo ou, como em muitos casos, por um documento denominado Carta de Corte, assinada pelo proprietário, mas não registrada em cartório, pelo menos costumeiramente. Na carta, as bases do acordo eram explicitadas, como o valor acertado, a periodicidade dos pagamentos, a delimitação da região por onde o coartado poderia andar à procura de trabalho e as penas a serem aplicadas caso o

⁴ AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 67, documento nº 65, 1755

⁵ AHU, Projeto RESGATE/MINC-AHTT, caixa 115, documento nº 60, 1779

acordo não fosse rigorosamente cumprido pelo futuro liberto. (...) Ele, então, poderia formar o pecúlio longe do domínio senhorial, mas deveria custear suas despesas com alimentação, habitação, vestimenta e saúde. Durante o período acertado, seu senhor não poderia vendê-lo. (PAIVA, 1995, p.51)

Desta maneira, podemos perceber que a partir do momento que um escravo era coartado ele, de certo modo, possuía uma autonomia restrita para buscar meios de arrecadar rendas para que pudesse futuramente comprar sua alforria. A coartação não era prevista pela legislação portuguesa, mas acabou sendo muito usada em algumas regiões.

Deve-se observar, ainda, sobre a possibilidade de as coartações e a libertação no geral terem sido vistas diferentemente por senhores e escravos. Para os primeiros, é provável que elas tenham significado uma espécie de "válvula de escape" social, isto é, eram vistas como concessões feitas a uma razoável parcela daquela massa de escravos, o que acabava por intimidar virtuais reações violentas, individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, representavam para esses senhores um eficaz mecanismo de controle que obrigava a população negra a incorporar, reproduzir e legitimar valores básicos daquela sociedade escravista. Já para os mancípios, tratava-se da conquista do mais valioso dos bens: a libertação. Para consegui-la, tudo valia a pena, até mesmo teatralizar submissão e passividade. (PAIVA, 1995, p.56)

Deste modo, devido a diversidade da economia mineira, uma das principais atividades desenvolvidas pelos coartados e alforriados era o comércio ambulante, estando esses extremamente presentes na constituição e organização da sociedade mineira estudada, não somente em áreas rurais, mas principalmente em áreas urbanas.

Considerações finais:

Através das fontes aqui apresentadas, pertencentes ao acervo do Arquivo Histórico Ultramarino, e disponibilizadas online pelo Projeto Resgate⁶, buscamos ilustrar e reforçar os recentes debates historiográficos acerca da escravidão no período colonial. Procuramos dar um maior enfoque às fontes e estudos ligados à capitania de Minas Gerais, pois essa, segundo Eduardo França Paiva (2005), foi a que apresentou o maior número de forros da colônia da América Portuguesa.

Desta maneira, essas fontes nos ajudam a demonstrar a participação de forros e escravos nessa sociedade, fortalecendo a ideia de que esses grupos se constituíam como sujeitos históricos ativos.

⁶ <http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate&pagfis=>

Um dos maiores exemplos dessa agência escrava é o grande número de alforriados que podemos encontrar em diversas localidades da colônia, principalmente na capitania de Minas Gerais. A obtenção dessa liberdade poderia ser oferecida pelos senhores ou adquirida pelos próprios escravos, pela compra ou coartação de suas alforrias. Sendo assim, é possível perceber que era necessário que escravos e senhores chegassem a um acordo em relação às manumissões, e esse só era possível através de uma negociação entre ambas as partes.

Referências:

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A "brecha camponesa" no sistema escravista. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Escravo ou camponês?: O protocampesinato negro nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 32-125.

MATTOS, Hebe. Colonização e escravidão no Brasil: Memória e historiografia. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Org.). **O Brasil Colonial 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Cap. 1. p. 41-106.

PAIVA, Eduardo França. A plebe negra. Forros nas Minas Gerais no século XVIII. In: Caravelle, n°84, 2005. Plèbes urbaines d'Amérique latine. Toulouse: 65-92, 2005.

PAIVA, Eduardo França. Coartações e alforrias nas Minas Gerais do século XVIII: As possibilidades de libertação escrava no principal centro colonial. Revista de História, São Paulo, n. 133, p.40-57, 1995. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18768>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: A resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 152 p.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. A outra escravidão: a mineração do ouro e a "instituição peculiar". In: RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 7. p. 155-188.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. Comportamento coletivo: as irmandades. In: RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 8. p. 189-232.

CIRCUITOS DE COMUNICAÇÃO POLÍTICA NO IMPÉRIO LUSO DO SÉCULO XVIII: DOCUMENTOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DE MINAS GERAIS

Nilciana Alves Martins¹

Resumo:

O presente trabalho busca aludir sobre a existência de circuitos de comunicação política no Império Luso do século XVIII, dito isso, compartilho da perspectiva historiográfica elaborada na obra "*O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI- XVIII)*". O principal objetivo do artigo é evidenciar a potencialidade dos documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, já que estes exemplificam as relações e vias de comunicabilidades existentes entre Portugal e a capitania de Minas Gerais (Brasil). Para cumprir tal tarefa, no decorrer dessa atividade serão apresentados alguns documentos presentes no referido arquivo.

Palavras-chaves: Comunicação Política, Minas Gerias, Século XVIII.

POLITICAL COMMUNICATION CIRCUITS IN THE 18TH-CENTURY PORTUGUESE EMPIRE: DOUBTFUL DOCUMENTS RELATING TO THE CAPTAINCY OF MINAS GERAIS

Abstract:

The present work seeks to allude to the existence of political communication in the 18th-century Portuguese Empire, that said, I share the historiographic perspective elaborated in "the old Regime in the tropics: the Portuguese Imperial Dynamics (16th- XVIII) ". The main purpose of the article is to highlight the potential of the single manuscripts concerning documents captaincy of Minas Gerais, located in the Overseas historical archive, as they exemplify and relations existing between Portugal and comunicabilidades captaincy of Minas Gerais (Brazil). To fulfill such a task, in the course of this activity will be presented some documents present in that file.

Keywords: Political Communication, Minas Gerias, 18th Century.

¹ Graduanda em História pela UFJF. E-mail: nilcianaalves@gmail.com

Breve Discussão Historiográfica²:

Ao analisar a relação existente entre Portugal e suas possessões no ultramar, parte significativa da historiografia tradicional fundamentou-se e reforçou a ideia de poder absoluto, essa posição foi assumida pelo historiador Perry Anderson³, como se pode observar na obra *“Linhagens do Estado Absolutista”* (1984). Estudos historiográficos baseados nessa perspectiva não abrem margem para que se pense sobre a trama de relações que envolviam as elites locais e o poder metropolitano, logo não possibilitam o estudo das redes de comunicação política. Além de não contribuir para a compreensão do caráter autônomo que essas elites poderiam adquirir em relação ao poder centralizador do Estado português, e consequentemente, da responsabilidade das elites locais para as condições existentes no Brasil dos séculos XVI- XVIII.

O historiador jurídico António Manuel Hespanha e a pesquisadora Ângela Barreto Xavier, no artigo *“História de Portugal - Antigo Regime”* desenvolvem o conceito de *“economia moral do dom”*, para assim compreender como se estruturavam as relações econômicas e políticas na época moderna. Os historiadores demonstram como a economia moderna ainda contava com as intervenções familiares, e como é possível perceber a coexistência de relações paralelas de poder. A economia no Antigo Regime não se caracteriza como uma esfera pública, mas sim como um campo político.

O conceito de *“economia moral do dom”* explica, em certa medida, as relações informais da sociedade, e como essas se transformavam em uma *“rede de clientelas”*, que por sua vez estava diretamente ligada ao tipo de ação política da época. Dentro dessa lógica, que propõe a existência de uma economia de favores e de redes clientelares de caráter político, é quase impossível de se falar em poder absoluto, mesmo quando se analisa a capacidade centralizadora do aparelho administrativo no interior do próprio Império Ultramarino.

Ao analisar a relação do Império com suas possessões, Hespanha questiona se o objetivo de Portugal era elaborar um Império centralizador, dessa maneira, o autor formula o conceito de monarquia corporativista, que diferente da ideia de poder absoluto, possibilita o estudo acerca da comunicação política entre metrópole e reinos do ultramar.

² Devido os limites de espaço e do objetivo principal do presente artigo, não será abordado todos os intelectuais que contribuíram para o desenvolvimento historiográfico do tema tratado.

³ Não tem-se a intenção de culpabilizar e responsabilizar o historiador Perry Anderson pelo desenvolvimento do conceito de monarquia de poder absoluto, ele é citado apenas para fazer referência a uma frente historiográfica que baseou-se no referido conceito.

O que resultou foi um conceito novo de monarquia portuguesa (pelo menos até meados do séc. XVIII), agora caracterizada como uma monarquia corporativa em que: o poder real partilhava o espaço político com poderes de maior ou menor hierarquia; o direito legislativo da Coroa era limitado e enquadrado pela doutrina jurídica (*iuscommune*) e pelos usos e práticas jurídicos locais; os deveres políticos cediam perante os deveres morais (graça, piedade, misericórdia, gratidão) ou afetivos, decorrentes de laços de amizade, institucionalizados em redes de amigos e de clientes; os oficiais régios gozavam de uma porção muito alargada dos seus direitos e atribuições, podendo fazê-los valer mesmo em confronto com o rei e tendendo, por isso, a minar e expropriar o poder real. (HESPANHA; ANTÓNIO MANUEL, 2001, p.166, grifo do autor).

Percebe-se que a relação entre Portugal e Brasil, nesse contexto, envolve uma rede de relações e de comunicação política entre elites locais e Império Português. Essas relações envolviam tensões, mas também concessões. Dito isso, a Câmara Municipal adquiria um espectro e função específica dentro dessa sociedade, pois seus cargos eram ocupados por representantes da elite local que buscavam, em última instância, adentrarem o mundo da economia moral do dom e receber títulos e mercês devido “os bons serviços prestados.”

Entre as funções das Câmaras podemos destacar: “o desempenho de taxações, administração de fundos, denúncia de crimes, atividades ligadas a polícia e higiene públicas, eleição de funcionários da administração, dentre outras funções para garantir a boa governabilidade local.” (CLAUDIO; DIAS; MARTINS, 2016, p. 5).

Ficava a seu cargo governar e fazer chegar as diferentes localidades aquilo que era definido pela Coroa. Desse modo, a ela cabia o papel de ser o canal de comunicação entre partes do Reino. (TEXEIRA, 2015, p.34).

O Conselho Ultramarino era outra instituição capaz de exemplificar como se dava as relações entre poder Imperial e local, pois os requerimentos de mercês, devido a trabalhos prestados no Ultramar, chegavam até o referido Conselho. Um estudo atento desses requerimentos é capaz de elaborar diagnósticos importantes daquela sociedade, sendo possível compreender a circularidade de ideia presente naquele contexto. Ou em que se baseavam os discursos presentes nos requerimentos, e que justificavam a concessões de mercês. Essa documentação, quando utilizada seguindo parâmetros metodológicos, permite que o pesquisador rastreie a forma como se estruturava a sociedade e o

discurso oficial da época. E até mesmo o uso que as camadas subalternas faziam dessa rede de comunicação⁴.

O Conselho Ultramarino foi criado e regulamentado por Regimento de 14 de Julho de 1642, para se ocupar de todas as matérias e negócios, de qualquer qualidade que fossem, relativos à Índia, Brasil, Guiné, ilhas de São Tomé e Cabo Verde e todas as mais partes ultramarinas. No conjunto das suas competências destacam-se a administração da Fazenda, a decisão sobre o movimento marítimo para a Índia, definindo as embarcações, a equipagem e as armas, o provimento de todos os ofícios de Justiça e Fazenda e a orientação dos negócios tocantes à guerra. Passavam, ainda, pelo Conselho Ultramarino os requerimentos de mercês por serviços prestados no Ultramar. (ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO).⁵

Documentos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais:

É devido ao empenho da equipe e dos colaboradores do “*Projeto Resgate*”⁶ que atualmente está disponível publicamente e gratuitamente os documentos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais.

Aproximadamente 150.000 documentos dos sécs. XVI-XIX (cerca de 1,5 milhão de páginas manuscritas) relativos a 18 capitanias da América portuguesa e depositados no renomado Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) - o maior acervo de documentação colonial brasileira no exterior - foram descritos, classificados, microfilmados e digitalizados. (HISTÓRICO DO PROJETO RESGATE).⁷

O presente artigo surge da minha experiência como bolsista de iniciação científica⁸ pelo Laboratório de História Econômica e Social (LAHES), sendo esse vinculado a Universidade Federal de Juiz de Fora. Pois, foi no projeto “*Circuitos de Comunicação Política na Monarquia Pluricontinental Portuguesa do século XVIII: Reino, Ilhas, África e América*” orientada pela

⁴ Ver artigo “Escravidão na Sociedade Colonial das Minas do século XVIII: Negociação e Resistência”, de André Luiz Fagundes Claudio, Letícia Maia Dias e Nilciana Alves Martins, presente nos Anais do Primeiro Encontro Interno de História da UFJF: Práticas e Pesquisas. <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/encontro-interno-de-historia-da-ufjf/i-encontro-interno-de-historia-da-ufjf-praticas-e-pesquisas/>. Acesso 15/09/2017.

⁵ Disponível em: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=210>. Acesso 19/09/2017.

⁶ Ver texto disponível: http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php. Acesso 26/09/2017.

⁷ http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php. Acesso 26/09/2017.

⁸ Bolsista de Iniciação Científica Universidade Federal de Juiz de Fora (BIC/UFJF) no período de 01/09/2015 até 29/02/2016. Posteriormente bolsista no referido projeto, mas com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) entre 01/03/2016 e 28/02/2017. Atualmente monitora da disciplina de Moderna I, ministrada pela Professora Doutora Carla Maria Carvalho de Almeida.

professora Carla Maria Carvalho de Almeida⁹, que teve contato com a documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, além da documentação camarária de Mariana. No decorrer do projeto, contribuir na elaboração de um banco de dados que organiza, seguindo tipologias específicas, a documentação avulsa referente à capitania de Minas Gerais.

O catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU), conta com 13.969 documentos oriundos do fundo do Conselho Ultramarino (Caixa 1 -189) que abarcam o período de 1680-1832. Como o objetivo principal desse artigo é evidenciar as potencialidades dessa documentação¹⁰, optou-se por selecionar uma pequena amostra dentro desse vasto acervo que é capaz de ilustrar o diversificado campo de possibilidades para pesquisas históricas, oriundas desse banco documental.

Quando se procura pela palavra “mulher” na referida documentação avulsa, encontramos mais de 100 cédulas que trazem em seu resumo essa sentença. Isso não significa que todas essas documentações tratam exatamente e diretamente de questões que envolvam a mulher, a maioria diz de requerimentos enviados por homens membros da elite local, que pedem licença e autorização ao rei de Portugal para entrarem na metrópole junto com pessoas do sexo feminino, sejam elas familiares ou escravas¹¹.

Requerimento do coronel Luís José Ferreira de Gouveia, dirigido ao Conde André de Melo e Castro, governador da Capitania de Minas, solicitando autorização para levar para o Reino a sua mulher, Isabel Joana Moreira. (Documento de 30/04/1732).¹²

Requerimento de Manuel Moreira Pacheco Leal, assistente nas minas do Sabará, solicitando licença para voltar para a sua pátria (Portugal) com sua mulher e filhos. (Documento de 05/05/ <1791).¹³

De qualquer maneira, alguns requerimentos são significativos para compreendermos como o Estado e a sociedade da época intervêm na vida e no desenvolvimento da mulher.

⁹Currículo Lattes, disponível: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4784527Z6>. Acesso 26/09/2017.

¹⁰ Documentação avulsa referente à capitania de Minas Gerais. Disponível: <http://actd.iict.pt/eserv/actd:CUc011/CU-MinasGerais.pdf>

¹¹Ver Alvará de 10 de Março de 1732. Disponível:

http://www.governadosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=114&acao=ver&pagina=495 Acesso 01/10/2017.

¹² AHU_ACL_CU_011, Cx. 23, D. 23.

¹³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 136.

Carta de D. Lourenço de Almeida, governador de Minas Gerais, informando a D. João V acerca da necessidade que há em se limitar o ingresso de mulheres em conventos, em virtude da carência de pessoas na referida Capitania. (Documento de 05/06/1731¹⁴).¹⁵

Requerimento de Ana Joaquina de Santo André, mulher de Belchior José de Campos, moradora no distrito de São Romão, fundos dos sertões de Minas Gerais, *pedindo um administrador para os seus bens, retirando-os da alçada do seu marido, que contribua com o seu sustento, e que avoque os autos de seu litígio*. (Documento de 20/07/1802).¹⁶

Alguns requerimentos são capazes de exemplificar, até mesmo, a esfera “moralista” daquela sociedade, apontando para o que era reprovado socialmente, de acordo com a lógica das classes dominantes.

Requerimento de Agostinho Marques, morador na Vila de São João Del Rei de Minas Gerais, solicitando castigo para o pe. José Domingos de Carvalho, que vive *escandalosamente em concubinato com mulher casada, e comete várias atrocidades*. (Documento posterior a 1801).¹⁷

Abaixo-Assinado comprovando que Antônio Carlos Pereira¹⁸, morador em Chelas, deixara em Lisboa a sua mulher, Leonor Tomásia de Miranda Palha, com dez filhos, aquando da sua partida para o Brasil. (Documento de 10/06/1759).¹⁹

E claro, como se dava a comunicação política entre elite local e reino. Afinal, o Alvará real é de 10/03/1732, e em 06/10/1732 já se encontra documentações alegando a consciência a nível local em relação ao mesmo.²⁰

¹⁴ É interessante pontuar que a referida carta é de 1731 e o Alvará Real de 1732, o indica uma comunicação política entre a elite local das Minas Gerais e o Reino, além da consciência deste em relação aos “problemas” de teor demográfico enfrentados pela população local. O que sugere que o Alvará de 1732 pode ter sido formulado como uma solução - encontrada pelo reino - para atender as necessidades da elite local.

¹⁵ AHU_ACL_CU_011, Cx. 18.

¹⁶ AHU-Minas Gerais, cx. 164, doc. 15.

¹⁷ AHU-Minas Gerais, cx. 160, doc. 97.

¹⁸ Tabelião do Público da cidade de Mariana (11/04/1761). Ver: AHU_ACL_CU_011, Cx. 77. Aparentemente o Antônio Carlos Pereira, citado no abaixo-assinado, ocupa o cargo de Tabelião, como descrito anteriormente. Entretanto, é necessário pesquisa mais detida para ver se o tabelião tem mesmo nacionalidade portuguesa, sendo Chelas sua cidade natal.

¹⁹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 112, doc. 70

²⁰ Na parte final do Alvará: “Pelo que mando ao presidente, conselheiros do dito meu conselho ultramarino executem esse alvará, e façam cumprir, e guardar inteiramente, como nele contem, sem dúvida alguma, e ao vice-rei, e capitão general de mar, e terra, do estado Brasil, e capitães generais, governadores, capitão mor das minhas conquistas ultramarinas ordena também, que cada um nos lugares de sua jurisdição mande publicar esse alvará.”

Carta do Conde das Galveias, governador e capitão-geral das Minas, dando conta a D. João V ter mandado publicar e registrar nos livros da Secretaria do governo das Minas o alvará segundo o qual se proibia a ida de mulheres do Estado do Brasil para o Reino. (Documento de 06/10/1732).²¹

Carta de André de Melo e Castro, governador e capitão-geral da Capitania de Minas, informando a D. João V ter tomado conhecimento da lei que interdita o regresso de mulheres para o Reino, assim como das implicações da referida lei. (Documento de 18/08/1733).²²

O Alvará de 10 de março de 1732, “em que se determinou que de todo o Estado do Brasil não viessem mulheres para este Reino, sem ordem expressa de sua majestade (...) por que o Brasil não há mais crescimento de gente, em grave prejuízo do aumento e povoação” (D. João V) ²³, aponta uma série de restrições para a entrada de mulheres no reino, afinal elas são vistas, simplesmente, como meios de reproduzam, e por isso, deveriam continuar no Brasil para favorecer o crescimento deste. ²⁴ Os navios que transportassem ilegalmente essas mulheres até o Reino estariam sujeitos a multas e prisões dos envolvidos. ²⁵ De acordo com o documento oficial, a maioria da entrada dessas mulheres no Reino se dava através da justificativa de serem religiosas, sendo assim, D. João V ordena que os representantes do clero local fiquem atentos e percebam se esse é o real interesse das moças ao tentarem ir para Portugal. ²⁶

Ora, seguindo a narrativa proposta no alvará o problema demográfico do Brasil estava diretamente ligado ao excesso de mulheres migrando desse Estado para o Reino. Sendo, que a maioria

²¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 22.

²² AHU_ACL_CU_011, Cx. 24.

²³ Alvará de 1732,

Disponível: <http://www.governodosoutros.ics.ul.pt/?menu=consulta&id_partes=114&acao=ver&pagina=495>
Acesso: 02/10/2017.

²⁴ Idem.

²⁵ No Alvará de 1732: “e o capitão ou mestre do navio, que as trouxer sem licença, alcançada por esta forma, incorrerá na pena de pagar por cada mulher, que trouxer dois mil cruzados, pagos da cadeia, onde ficara preso por tempo por tempo de dois meses”.

²⁶ No Alvará de 1732: “ei por bem ordenar, que de todo o estado Brasil não venha mulheres para este reino sem licença minha; e quando tenham causas para virem, se me façam presentes para eu lhes deferir como tiver por conveniente; e para evitar desigualdade, que pode haver em deferir a estes requerimentos, sou servido que, nos que se me fizerem para virem às ditas mulheres do Brasil a serem religiosas no reino (...) informe com seu parecer o vice-rei, e governadores do distrito, mandando logo com os requerimentos as informações, sem esperarem ordem do conselho ultramarino, declarando a qualidade das pessoas, e as razões, que há para se conceder, ou negar esta graça; e ao arcebispo, e bispos do tal distrito recomendo que no mesmo tempo me informem com seu parecer, sem que seja necessário esperar por provisão do dito conselho, mandando fazer perguntas as que dizem querem ser religiosas, e tomem todas as informações necessárias para averiguar se elas têm vocação para serem religiosas, ou se são violentadas, ou induzidas de outros, e vinda estas informações, e dando-se vistas delas ao procurador da coroa, com a sua resposta se me fará consulta para resolver o que for servido”.

delas usavam justificativas ligadas a religiosidade, evidenciando sua vontade de seguir uma trajetória clerical no reino.

Dito isso, creio ser importante apresentar²⁷ o requerimento de Antônia Coelho “mulher preta, moradora nas Minas do Caeté, pedindo licença para passar ao Reino com uma filha menor.” (Documento de 15/11/<1734)²⁸.

Em um universo extremamente desigual, no qual ser “mulher preta” é visto como algo depreciativo, e em uma conjuntura posterior ao Alvará de 1732, qual seria o intuito de Antônia ao usar das redes de comunicação política daquela sociedade? Qual narrativa preenche o requerimento, e que em última instância, justificaria a concessão da graça solicitada junto ao Conselho? . Mais uma, dentre as várias possibilidades de pesquisas oriundas do estudo a cerca dos documentos avulsos referentes à capitania de Minas gerais.

Mesmo não contando com uma legislação específica que a regulasse, a escravidão era legitimada e naturalizada pela sociedade colonial. Dito isso, para que uma pessoa escravizada conseguisse sua alforria era importante o reconhecimento social, pois só assim ela ia poder “conviver” naquele espaço pensando e estruturado pela elite dominante. Lembrando que mesmo sendo liberta, essas pessoas carregam consigo as marcas oriundas do sistema escravista e sua hierarquização social. Nas Minas Gerais do século XVIII, a cor da pele era um empecilho, era motivo de hostilizações e tensões.

Fundada em relações de poder construídas costumeiramente na expansão portuguesa na África, a escravidão se naturalizava integrando-se à concepção corporativa da sociedade. Nenhuma legislação portuguesa instituía a escravidão, mas sua existência como condição naturalizada esteve presente nos mais diversos corpos legislativos do Império português (MATTOS, 2001, p.146).

Parte significativa da historiografia tradicional já vem rediscutindo a ideia do “escravo coisa”, aquele que passivamente aceita a opressão. Atualmente já é sabido que são diversas as formas de resistência escrava. A percepção do “escravo coisa” perde sua legitimidade, dando espaço para a ideia de “escravo como agente histórico”, aquele que resiste de maneiras diversas ao sistema escravista. No artigo intitulado “Escravidão na Sociedade Colonial das Minas Gerais no Século XVIII” trabalhamos especificamente com essa questão, com base no requerimento de Francisco Cipriano,

²⁷ Posteriormente, em outro trabalho, irei me deter especificamente ao caso de Antônia Coelho.

²⁸ AHU_ACL_CU_011, Cx. 27.

presente o AHU, no qual ele aponta as atrocidades e abusos cometidos pelo seu dono Antônio Caetano de Almeida.²⁹

Dito isso, fica claro que existiam tensões sociais e raciais na sociedade do século XVIII, e parte da documentação avulsa do AHU são potentes para evidenciar essas tensões e conflitos, além de demonstrarem o caráter ativo e de resistência dessas pessoas perante essa sociedade.

Representação dos oficiais da Câmara da cidade de Mariana, pedindo providências a D. José I no sentido de evitar os contínuos insultos e vexames de que são vítimas os moradores da referida cidade por parte dos negros, negras e mulatos forros. (Documento de 05/05/1755).³⁰

Requerimento dos crioulos pretos das minas de Vila Real do Sabará, Vila Rica, Serro do Frio, São José e São João do Rio das Mortes, pedindo que se lhes nomeie um procurador para defendê-los das violências de que são vítimas. (Documento de 14/10/1755).³¹

Requerimento dos crioulos pretos e mestiços forros, moradores em Minas, pedindo ao rei D. José I a concessão de privilégios vários, dentre eles o de poderem ser arregimentados e gozarem do tratamento e honra de que gozam os homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé. (Documento de 07/01/1756).³²

O requerimento acima aponta uma diferença na situação enfrentada pelos “crioulos pretos e mestiços forros moradores de Minas, quando comparados aos homens pretos de Pernambuco, Bahia e São Tomé”, o que estimula uma comparação histórica entre essas regiões, para que se pensa sobre as convergências e especificidades de cada região. Logo, mais uma potencialidade da documentação tratada nesse artigo.

Outro exemplo dessas tensões sociais, e da postura do Conselho Ultramarino em relação aos que estariam aptos a formarem a elite local, e conseqüentemente, possuírem cargos administrativos e direito a participar das redes clientelares, pode ser observado seguinte documentação:

Parecer do Conselho Ultramarino para que não possa ser eleito vereador ou juiz ordinário homem que seja mulato até quarto grau ou que não for casado com mulher branca. (Documento de 1725).³³

²⁹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 162.

³⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 67.

³¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 68.

³² AHU_ACL_CU_011, Cx. 69.

³³ AHU_ACL_CU_011, Cx. 07.

Quando se procura pelo termo “*calambolas*” encontramos cinco documentos nos quais aparece o termo, todos eles da região de Vila Rica, e no período entre 1731 e 1740. Essa documentação exemplifica as reações de agentes subalternos daquela sociedade, frente às condições em que se encontravam. Ilustram a violência presentes nas Minas Gerais³⁴. Além do envolvimento financeiro de representantes da elite local na repressão, sendo possível perceber a persistência desses “escravos fugitivos” em reagir contra a opressão.

Carta de Antônio Ferreira do Vale de Melo, ouvidor da Comarca do Serro do Frio, informando D. João V acerca dos excessos cometidos na referida Comarca pelos negros “calambolas”. (Documento de 01/07/1731).³⁵

Reapresentação dos oficiais da Câmara de Vila Rica, apontando providências para obstar aos distúrbios e insolências que os escravos fugidos, chamados vulgarmente “Calambolas”, provocam nos povos. (Documento de 14/05/1735).³⁶

Requerimento de Francisco Vieira de Matos, morador em Vila Rica, solicitando que lhe sejam pagas as despesas por ele feitas, no ano de 1735, na extinção da revolta dos negros calambolas. (Documento de 07/10/ <1739).³⁷

Consulta do Conselho Ultramarino sobre a representação dos oficiais da Câmara de Vila Rica relativa à atuação dos negros calambolas, solicitando providências para por termo a essa situação e propondo algumas soluções nesse sentido. (Documento de 02/12/1740).³⁸

A questão da desordem é recorrente na documentação avulsa, sendo muito significativo o uso delas quando se estuda a relação das Câmaras Municipais- Revoltas- Estado Português, nesse contexto.

Representação da Câmara de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, a respeito da desordem naquela cidade. (Documento de 1757).³⁹

Carta do Visconde de Barbacena, governador das Minas, dando conta do mau estado e da desordem no Rio de Janeiro e nas Minas Gerais. (Documento de 1790).⁴⁰

³⁴ Ver: ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

³⁵ AHU_ACL_CU_011, Cx. 19.

³⁶ AHU_ACL_CU_011, Cx. 29.

³⁷ AHU_ACL_CU_011, Cx. 38.

³⁸ AHU_ACL_CU_011, Cx. 40.

³⁹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 72.

⁴⁰ AHU_ACL_CU_011, Cx. 134.

Representação dos oficiais da Câmara de Vila Real, sobre as desordens causadas pelos negros fugitivos e outros vândalos, e solicitando um donativo de seis mil cruzados anuais para o pagamento da despesa e sustento da esquadra para controlar esta situação. (Documento de 1727).⁴¹

Considerações Finais:

O presente artigo buscou fazer apontamentos sobre as potencialidades dos documentos avulsos referentes à capitania de Minas Gerais para os trabalhos históricos. Para cumprir tal tarefa, selecionei alguns documentos do acervo que acredito serem significativos, pois demonstram a trama de relações e de comunicabilidade que envolve as elites locais e o poder metropolitano.

Não me propus nesse trabalho analisar detidamente cada documentação, como pontuei meu objetivo principal era outro. Por fim, acredito que a documentação presente no acervo, se bem manejadas, e colocadas em cruzamento com outras fontes e com a historiografia mais recente sobre o contexto são capazes de fazer apontamentos interessantíssimos sobre a sociedade colonial, em suas mais diferentes esferas.

Obviamente, por ser um trabalho histórico, reforço que as fontes apresentam não devem ser entendidas como verdades absolutas sobre a época, afinal são documentos oficiais, que carregam consigo um lugar enunciativo oficial, o que não fere a potencialidade da referida documentação.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. *A Casa e a Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentistas*. Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial. Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII / Rafael Chamboleyron & Karl-Heinz Arenz (orgs.). Belém: Editora Açaí, volume 6, 2014.

ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. Projeto “Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilha, África e América”.

ANASTASIA, Carla. *A geografia do crime: Violência nas Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2005.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império*. IN: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo*

⁴¹ AHU_ACL_CU_011, Cx. 11.

Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (ORG). *O Antigo Regime dos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

FRAGOSO, João & MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Apud. ALMEIDA, Carla Maria de Carvalho. Projeto “Circuitos de comunicação política na monarquia pluricontinental portuguesa do século XVIII: Reino, Ilha, África e América”.

HESPANHA, António Manuel. *A constituição do Império português*. Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel e XAVIER, Ângela Barreto. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manuel (coord.). *História de Portugal - Antigo Regime*, vol.4. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

MATTOS, Hebe de. *A escravidão moderna nos quadros do Antigo Regime*. In: FRAGOSO, João Luiz R, BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa- séculos XVI- XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

PUJOL, Xavier Gil. *Centralismo e Localismo? Sobre as relações políticas e culturais entre Capital e territórios nas monarquias europeias dos séculos XVI e XVIII*. *Penélope*, nº 6, 1991, pp. 119-144.

TEIXEIRA, Livia Ferreira. *Comunicação Política nas Minas setecentistas: Um estudo de caso da Câmara de São João Del Rei (1722 a 1750)*. Juiz de Fora: UFJF, 2015. 127 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

**“SEGUIR OS ESTUDOS PARA MELHOR SERVIR”: FORMAÇÃO E
ASCENSÃO SOCIAL ENTRE MILITARES DE BAIXA PATENTE EM
MINAS GERAIS (1780 – 1810)**

Lucas dos Santos Silva¹

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo central analisar a trajetória de Antonio José da Silva Vale César, militar de baixa patente e mulato que intentara, através do letramento e do ingresso em espaços de educação formal, ascender socialmente. Nesta sociedade de Antigo Regime, naturalmente hierarquizada, a carreira militar era também um *lócus* no qual a mobilidade social fundada no mérito era limitada, de modo que as perspectivas de ascensão engendravam-se em observância à manutenção da harmonia entre os estatutos do corpo social. Nesta perspectiva, entende-se a formação nas letras e o ingresso na Universidade ou outras instituições dedicadas ao ensino como estratégias na busca por reconhecimento e ascensão, as quais constantemente alinhavam-se a outras, como o estabelecimento de redes de sociabilidade e a prestação de serviços à monarquia.

Palavras-Chave: Mobilidade social. *cor/qualidade social*. Antigo Regime.

**"FOLLOWING THE STUDIES TO BETTER SERVE": FORMATION AND
SOCIAL ASCENSION AMONG LOW PATENT MILITARY IN MINAS GERAIS
(1780-1810)**

Abstract:

This work aims to investigate the life course of Antonio José da Silva Vale César, low patent and *mulato* military man who, through entering in formal education spaces, attempted ascend socially. In this hierarchical society of the Ancient Régime, the military career was also a locus in which social mobility based on merit was limited, what means that the prospects for ascension respected the maintenance of harmony between the statutes of this society corporate. In this perspective, formation in letters and joining the University or other educational institution are strategies in the search for recognition and ascension, which were constantly aligned with others, such as the establishment of networks of sociability and the provision of services to the monarchy.

Key words: Social mobility. *Cor/qualidade social*. Ancient Regime.

¹ Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do Laboratório de História Econômica e Social (LAHES). E-mail: lucas009911@gmail.com

A manipulação do conceito de mobilidade social não prescinde de uma reflexão acerca do tipo de realidade social analisada. Em uma sociedade de Antigo Regime, na qual a desigualdade jurídica e social são elementos estruturantes, naturais e ordenadores, a mobilidade social não está necessariamente vinculada ao enriquecimento, mas antes aos movimentos em meio às hierarquias. Assim, conforme aponta Roberto Guedes (2007), embora o ato de enriquecer frequentemente colaborasse para a ascensão social, era a consecução de privilégios, cargos diversos, honrarias e, fundamentalmente, o reconhecimento social o que definia as posições nos estamentos diversos. Tal como preconiza Antonio Manuel Hespanha (2006), o ideal de justiça identificava-se com a virtude que “dá a cada um o que é seu” (*ius suum cuique tribut*). Entretanto, o “seu” de cada um poderia ser modificado e redefinido, o que, para além da intervenção dos monarcas - senhores da graça capazes de alterar a ordem estabelecida, bem como a própria natureza das coisas – pressupunha o reconhecimento por parte do grupo ao qual o agraciado pertencia.

No caso da América Portuguesa, sociedade com elementos de Antigo Regime, mas também escravista, a mobilidade social adquire contornos particulares. Tal como aponta Hebe Mattos (2001), longe de representar uma contradição em relação aos ordenamentos da Monarquia corporativa e católica portuguesa, a escravidão, na medida em que gestava novas categorias sociais, era a face mais visível da expansão do Antigo Regime em perspectiva atlântica e referendava o caráter estamental basilar nessas sociedades. Nesse sentido, no intento de melhor compreender a mobilidade social em uma sociedade católica e escravista como a colonial, é fundamental que apreendamos os referenciais de hierarquia estabelecidos pela escravidão, os quais distinguem social e juridicamente escravos, forros, livres e descendentes de escravos. Para aqueles cuja ascendência remete à escravidão, o movimento de afastamento de um passado escravo sinaliza passos na hierarquia social e possui uma dimensão essencialmente geracional, isto é, dá-se de modo gradativo, ao longo do tempo (GUEDES, 2007. p. 341). Na perspectiva de Roberto Guedes (2007), é preciso complexificar a relação entre escravidão e hierarquias sociais, nuançando que, para além de estabelecerem as distinções entre livres, libertos e escravos, o distanciamento em relação a escravidão criava ainda as *qualidades* de preto/negro, mulato e branco. Estas últimas, assim como o termo *cor*, identificavam-se com um lugar social, o qual, entre fins do século XVIII e inícios do século XIX, tornara-se particularmente fluido e dinâmico, em função do crescimento da população de homens livres de cor (MATTOS, 2001. p.148). Nesse sentido, o termo pardo, entendido como cor/ qualidade social, referencia tanto um passado escravista como também um processo de distanciamento da escravidão.

Ainda no que concerne à mobilidade social no Antigo Regime, é preciso nuançar seu caráter relacional, familiar e intragrupal. Dito de outro modo, é fundamental compreendermos que a mobilidade social no Antigo Regime, mais do que nos indivíduos, concentra-se na esfera familiar. Ademais, é importante ainda a apreensão de dimensão intragrupal da mobilidade em sociedades estamentais, posto que, em grande parte das trajetórias, o que está no campo de possíveis dos indivíduos e é por eles almejado é a ascensão dentro do grupo ao qual pertencem, e não propriamente a ascensão para outros estamentos. Há de se atentar ainda para o caráter relacional da mobilidade, isto é, para o fato de que não só a ascensão social não prescinde do reconhecimento no meio social, como também depende das redes interpessoais, muitas vezes de natureza clientelar, para se consubstanciarem. A um indivíduo forro, por exemplo, não bastaria ter a carta de alforria em mãos. Para além dela, era-lhe fundamental ter sua nova condição reconhecida no meio social em que se inseria. Além disso, para este grupo, a ascensão poderia significar manter para si e para sua família a condição de liberto, o que demonstra que o campo de possíveis no que diz respeito à mobilidade social variava profundamente de acordo o grupo e seu lugar ocupado naquela hierarquia social naturalmente ordenada.

A carreira militar era também um *locus* no qual a mobilidade social fundada no mérito era limitada, de modo que as perspectivas de ascensão engendravam-se em observância à manutenção da harmonia entre os estamentos do corpo social. Na perspectiva de Magnus Pereira (2006), que analisa a trajetória de Elias Alexandre da Silva Corrêa, os militares no contexto colonial constituíam um grupo complexo e heterogêneo, na medida em que tal corporação compreendia desde a nobreza titulada até aqueles cuja trajetória era marcada pela escravidão ou por um passado escravista. Portanto, também entre aqueles que almejavam a ascensão através da carreira das armas, o campo de possibilidades em grande medida estava dado em função de sua *qualidade* social. Dito de outro modo, as estratégias e possibilidades de negociação passíveis de serem mobilizadas também estavam condicionadas pelo seu nascimento. Nesse sentido, a mobilidade social uma vez mais tem de ser analisada em perspectiva relacional, na medida em que estava balizada pela economia do dom, pelas redes clientelares e cadeias de mercês.

Na segunda metade do século XVIII, processam-se uma série de transformações no Estado português, sob a égide de uma “Nova Razão de Estado”. A partir de então, intenta-se empreender uma maior racionalidade administrativa, um maior controle econômico e fiscal, bem como o desenvolvimento literário, intelectual e científico. Portugal também seria afetado pelo espírito das

Luzes e a educação tornar-se-ia atribuição do Estado português. A criação das Aulas Régias e do imposto do subsídio literário refletem tal movimento, o qual insere-se também no contexto de racionalização do Estado português e em uma conjuntura de maior preocupação com a formação daqueles que nele atuavam. É precisamente neste contexto que consubstancia-se uma camada de militares letrados de baixa patente nas colônias portuguesas, muitos dos quais teriam sua formação atrelada às aulas públicas, que se difundiam não só em Portugal como também nas maiores cidades da América Portuguesa. Tal grupo, assim como a elite imperial que ocupava os postos mais elevados da administração do império, também circulava por diversas partes da Monarquia pluricontinental portuguesa, o que lhes conferia também uma concepção mais alargada do Império português. A trajetória do sargento Antônio José da Silva Vale César (1775-?), objeto de análise deste trabalho, permite-nos apreender de que modo este grupo mobiliza a educação formal e o letramento na consecução de mercês e no acesso a postos nos quadros do Estado Imperial. Ademais, por tratar-se de um indivíduo mulato, compreender as estratégias mobilizadas por Vale César viabiliza a complexificação do entendimento das relações entre educação formal, mobilidade social e cor/qualidade social na segunda metade do século XVIII e início do XIX.

Antônio José da Silva Vale César nasceu em Vila Rica, em 1775. Embora não saibamos sua filiação, é presumível que sua origem não remonta à elite local, posto que Vale César alista-se apenas na condição de soldado, sem o recebimento de soldo. Ademais, é possível ainda inferir que a ascendência de Antônio remontava à escravidão, na medida em que nas descrições de seus superiores Vale César é considerado mulato².

Apenas três anos após seu alistamento, Antônio Vale César já intentava acessar mercês em recompensa por servir na condição de soldado sem receber soldos e arcando com os custos de seu fardamento. A primeira solicitação de Vale César refere-se a um pedido “duas Sesmarias, cada uma com meia légua em quadra”³, na sua cidade de origem, em 1800. Antônio envia a solicitação diretamente à Coroa, isto é, não se reporta ao Governador da Capitania. O pedido não é deferido e define-se que o solicitante deveria requerer diretamente ao Governador. Ainda neste período, novamente Vale César tentaria ter seus serviços reconhecidos pelo monarca, solicitando a nomeação para segundo caixa do contrato das extrações de diamante, alegando estar vaga tal ocupação⁴. Neste pedido, também malogrado, Antônio afirma ser Comandante de um presídio na Capitania, o que,

² (AHU_MG; Cx. 169, D.22)

³ (AHU_MG; Cx. 155, D.1)

⁴ (AHU_MG; Cx. 156, D.65)

juntamente com o fato de ter ingressado na carreira das armas arcando com seus custos, desvela-nos que o suplicante, mesmo marcado por sua *cor*, detinha certa proeminência no local em que residia. Há de se analisar ainda um terceiro pedido de mercê realizado por Vale César enquanto ainda residia em Vila Rica, a nomeação para o cargo de tesoureiro da Real Fazenda de Vila Rica. Nesta solicitação, bastante pretensiosa se considerarmos a *qualidade* social e a origem do suplicante, pela primeira vez Antônio afirma ter frequentado as primeiras Letras e os Estudos literários:

Diz Antonio José da Silva Valle Cezar, que aplicando-se nos primeiros anos às Letras frequentando com efeito os Estudos literários, e aproveitando chegou a idade de completo discernimento, e assentando que o uso das Armas é mais proveitoso ao Estado reconhecendo-se com o gênio Marcial, assentou voluntariamente praça e agregou-se ao Regimento de Cavalaria regular de Minas Gerais para Servir gratuitamente e sem soldo, e fardado a sua própria conta. A prontidão, a atividade; e o zelo com que o Suplicante tem servido, o anseio com que se apresenta, e prazer que mostra, publicam os Documentos Nº 1º e 2º; e que o Suplicante frequentando os Estudos Literários os trocasse pelo seguimento das Armas, é inegável a face do Documento Nº 3º.
(...) Lembrando-se pois de que V. A. R. sabe distinguir os beneméritos premiando-os para que sirvam de exemplo; conto em que entra no número de beneméritos, e confiando na Real Grandeza pondera com maior respeito que o Ofício de Tesoureiro da Fazenda Real de Vila Rica Minas Gerais, está vago. Que tem seguros e abundantes fiadores, que bem assim hábil e capaz de desempenhar os seus deveres; e para tanto roga com o maior respeito a Vossa Alteza Real que pela Piedade, e em abono da exatidão com que decide, e premeia o merecimento se sirva ter em conta os serviços voluntários e gratuitos que o suplicante tem feito no exercício militar para lhe conferir o dito Ofício vago. (AHU_MG; Cx. 158; D. 51)

Na referida solicitação, também negada por sua Majestade, para além de nomear o letramento dentre os serviços prestados, Antônio José da Silva Vale César explicita que tanto os “Estudos literários” quanto o “seguimento das Armas” foram elementos constituintes de sua trajetória. Ademais, Vale César alega possuir “seguros e abundantes fiadores” dispostos a reconhecer sua capacidade de desempenhar seus deveres. Ainda que nesta solicitação os tais “fiadores” não sejam explicitados, nas solicitações vindouras o acionamento de suas redes interpessoais e, por vezes, clientelares, será recorrente entre as estratégias mobilizadas por Antônio. Também não nos são evidentes os meios através dos quais Vale César tem acesso aos “Estudos Literários”, mas é razoável supor que o suplicante tenha frequentado alguma das aulas de Primeiras Letras existentes na Capitania. O fato de Antônio ter almejado frequentar as Pública de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil, em Lisboa, aventa tal hipótese, na medida em que demonstra seu conhecimento acerca do funcionamento das ditas aulas.

Em 1801, a trajetória de Antônio José da Silva Vale César toma novos rumos, quando o soldado solicita a mercê de ingressar na Pública de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil. Após obter a graça e o transporte para o Reino, em 15 de Outubro de 1801 o soldado passa a frequentar as aulas⁵. Não é possível inferir as razões que impeliram Vale César solicitar o ingresso nas Aulas Régias precisamente em Lisboa, já que também existiam Aulas Régias na América Portuguesa. Contudo, tal ação permite-nos considerar que o militar tinha uma compreensão alargada do Império português e de modo algum ignorava a difusão das aulas régias, bem como as ideias que as perfaziam.

Segundo Maria José Goulão (1989), a Aula Régia de Desenho de Figura e de Arquitetura, criada na capital do Império em 1781, fora inspirada no projeto da cidade do Porto, onde ministrava-se um ensino elementar, baseado na cópia de desenhos e relevos. Para o ingresso, exigia-se que o candidato soubesse ler, escrever e executar as quatro operações aritméticas. O curso teria duração de cinco anos e, anualmente, seriam ofertados três prêmios para os alunos vencedores de um concurso em cada uma das áreas, isto é, Desenho e Arquitetura. A referida Aula era controlada pela Real Mesa Censória e tinha suas normas estabelecidas por um alvará régio. Ainda que não sinalizem uma ruptura com as hierarquias sociais do Antigo Regime, na medida em que consubstanciavam alguns espaços que seriam frequentados estritamente pela nobreza⁶, as Aulas Régias exprimem uma conjuntura de transformações no Estado português, a começar pelo entendimento de que a educação não mais estaria sob controle de instituições religiosas, e sim do Estado. Ademais, rompendo com a dinâmica das corporações de ofício, as aulas régias preconizavam um ensino organizado em classes e alicerçado na relação professor/ aluno, distinta da relação mestre/ aprendiz das corporações de ofício. Para além disso, perfazia também a estruturação das Aulas régias a noção de que seria necessário ao Estado português formar indivíduos capazes de atuar de modo mais racional na administração do Império, viabilizando a resolução de uma série de demandas de ordem prática. A coincidência entre a emergência das primeiras Aulas e a necessidade de reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 desvela que não eram apenas os princípios das Luzes do Século que forneciam diretrizes para tais reformas na educação.

Em 1803, Antônio Vale César é premiado com “o segundo prêmio de Arquitetura Civil que se distribuem todos os anos em concurso na dita Aula Régia aos discípulos que se distinguem na sua

⁵ (AHU_MG; Cx. 165; D. 19)

⁶ O Real Colégio de Nobres, fundado em 1761, é exemplar nesse sentido.

aplicação”⁷. O militar mobilizaria esta premiação nos diversos contextos em que recorreria à Sua Majestade a fim de receber suas graças, a começar pelo requerimento de soldos que faria em Lisboa⁸, alegando ter sido acometido por uma enfermidade e não ter condições de manter-se naquela cidade. Para além de reportar seus méritos, Antônio recorreria ainda às redes interpessoais que conseguira estabelecer no Reino para legitimar sua reivindicação. Na documentação apresentada pelo militar encontram-se atestações de Germano Antonio Xavier de Magalhães, professor substituto, e de José da Costa e Silva, professor de Arquitetura Civil e um dos fundadores das ditas Aulas. Além de reportarem-se às premiações de Vale César, seus professores também nuançam sua “frequência, atenção” e “bom procedimento e costumes”. Uma vez mais, portanto, é notável a dimensão relacional que se coloca entre as estratégias mobilizadas por aqueles desejosos de ascender socialmente. É pertinente observarmos ainda que em nenhuma das atestações há qualquer menção à *cor* de Antônio José da Silva Vale César.

A *cor* de nossa personagem só seria mencionada uma vez que o monarca indagasse ao Capitão-general de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, a razão pelas quais Antonio, estando em um Regimento de tropas pagas, não recebera soldos até então⁹. Ao investigar a questão, Lorena afirma:

O aviso que se expediu a favor do suplicante o da cópia incluso, e não percebendo eu em que consistia a dúvida alegada, nem como um soldado servisse sem soldo em um corpo de tropa paga, me informei exatamente do negócio, e achei que este homem é mulato, e como tal não podia servir no Regimento, que é todo de brancos. Ele foi admitido com Praça para entrar na Música do Regimento, onde podem servir os da sua cor, mas nunca se habilitou para este serviço de Músico, e assim ficou sempre sem soldo. (...) Como este homem se aplicou e pode vir a ser útil pelos seus conhecimentos o faça a declaração que pedes (...). (AHU_MG; Cx. 165, D. 77).

Segundo o Capitão-general, Antonio não recebera soldos por ter se alistado em um Regimento de brancos sendo mulato. A condição para sua admissão fora servir na música do Regimento, local em que indivíduos de sua cor eram admitidos. Entretanto, por não ter se habilitado no “serviço de músico”, Antonio permanecera sem soldos. Ainda que não seja possível afirmar categoricamente em que medida, no contexto de seu alistamento, Vale César enxergara o ingresso no “serviço de músico” como uma brecha para a superação de sua condição social e inserção no Regimento Regular, o

⁷ (AHU_MG; Cx. 165; D. 19)

⁸ *Idem*.

⁹ (AHU_MG; Cx. 165, D. 77).

soldado omitira tal expediente em toda a documentação a qual tivemos acesso. Mais do que isso, Vale César nuançara como um de seus serviços o fato de ter servido “gratuitamente”, “voluntariamente” e “fardado à sua própria conta”. Presumivelmente, a relação entre *cor* e ascensão social no caso de Vale César exprime-se de modo tácito pela sua ausência nas fontes analisadas, tanto entre as atestações daqueles que em seu favor intercediam quanto nas resoluções das autoridades às quais se dirigira. Não ter sua condição de mulato explicitamente mencionada exceto na circunstância acima, preconiza que, mesmo de modo limitado, o campo de possíveis de nossa personagem fora alargado após o seu ingresso em uma instituição de ensino.

Ao considerarmos a resolução de 1804 do monarca - que, em que pesem as afirmações do capitão-general, defere o requerimento de Vale César e, para além disso, delibera que o suplicante deveria receber seus soldos desde o dia de seu ingresso na carreira das armas, em 1797 - positiva-se o reconhecimento conferido à Antônio¹⁰ e à sua empreitada nas aulas régias de Lisboa. A continuidade e o “aproveitamento nos estudos” são apontados como condicionantes para que Vale César continuasse a receber seus soldos em Lisboa. Cabe observar ainda que, embora não seja de todo legível, a declaração final de seu comandante parece ter anuído a solicitação de seu subordinado, na medida em que afirmava que o suplicante, “pelos seus conhecimentos”, era merecedor da declaração que solicitara.

Ao analisarmos a trajetória de Antônio José da Silva Vale César, não fora apenas na consecução dos soldos que o letramento e a formação nas aulas régias parecem ter influenciado de modo decisivo. Em três de Fevereiro de 1804 - portanto, em um contexto em que Vale César ainda frequentava as aulas régias de Lisboa - o soldado conseguira ascender à patente de sargento. Ainda que não se tratasse de um posto do oficialato, a condição de sargento sinalizava uma ascensão notável para um indivíduo que ingressara na carreira das armas em um Regimento regular de brancos de modo quase clandestino, ou, no mínimo, questionável. Nesse sentido, é interessante observarmos como o Coronel de seu regimento justifica a sua nomeação, já que a “educação” e sua utilidade aparecem como elementos decisivos:

Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, nona Companhia de Pedestres Nomeio para Sargento da mencionada Companhia Antonio José da Silva Vale Cesar, Soldado da Oitava Companhia de Cavalaria do meu Regimento, que se acha nesta Corte nos Estudos da

¹⁰ (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4068. p. 169).

sua profissão, para ser útil a mesma Companhia, visto os seus Estudos, havendo o assim por bem, o Muito Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Visconde de Anadia. Lisboa três de Fevereiro de mil oitocentos e quatro. José de Souza Lobo e Mello, Tenente Coronel Efetivo. (AHU_MG; Cx. 169, D. 22).

Há nos escritos do Coronel José de Souza Lobo e Mello que, ao que parece, naquele contexto estava também em Lisboa, uma associação direta entre os “estudos da sua profissão” e a utilidade de Vale César na Companhia em que se inseriria. Portanto, a “educação” e o ingresso nas aulas de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil são reconhecidos como serviços prestados passíveis de restituição pela economia do dom, elemento basilar no Antigo Regime. Contudo, tal argumentação, manifesta nos diversos contextos em que Vale César intenta receber as graças da coroa, parece refletir também o impacto das luzes entre aqueles que ocupavam os altos postos do Império. O discurso das luzes de valorização de uma educação que instrumentaliza e que viabiliza uma intervenção calcada na razão e na “ciência” parece ter pesado na trajetória de ascensão de Vale César, afinal, um indivíduo marcado por um passado escravo. Tal afirmativa, entretanto, não exclui o peso das carências de ordem prática no Estado português que perfaziam a necessidade de formar um contingente de mão de obra melhor qualificado.

Para além do ingresso nas aulas de Desenho de História, ou Figura e Arquitetura Civil, Antonio José da Silva Vale César intentara também frequentar as aulas na cordoaria e nos arsenais de fundição nas horas vagas ou em feriados. O suplicante, para tanto, alegava serem úteis o “Estudo das Máquinas e Engenhos”, assim como os “Estudos matemáticos” e a “Engenharia Civil, ou Militar” “aos que verdadeiramente se aplicam”¹¹. O sargento pretendia ingressar nas referidas aulas entre 1804 e 1805, portanto, de modo concomitante às aulas que então já frequentava. Mais do que evidenciar a relação entre o “estudo” e a utilidade, ou a possibilidade de “melhor servir”, a solicitação de Vale Cesar evidencia também as redes interpessoais e de clientela que o militar fora capaz de construir. O sargento é capaz de mobilizar novamente as atestações de seus professores e, ainda, de seus superiores do regimento, o coronel José de Souza Lobo e o sargento-mor Manoel Thenorio de Valadares. Este último, para além de sublinhar a obediência de Antônio, destaca os seus “bons costumes”, “tanto naquela capitania, onde vivia com abundância, como nesta corte, donde vive sem meios de subsistir”¹².

¹¹ (AHU_MG; Cx. 169, D. 22)

¹² (AHU_MG; Cx. 169, D. 22)

Para além de seus professores e superiores do Regimento, dois outros personagens enviam atestações em favor de Vale César, o padre Antonio Nogueira Duarte e o capitão de milícias Manuel José Leite da Rocha:

Nós abaixo assinados o Padre Antonio Nogueira Duarte, e Manuel José Leite da Rocha, Capitão de Milícias no primeiro Regimento da Comarca do Serro do Frio em Minas Gerais: atestamos, que Antonio José Cesar, natural de Vila Rica, se acha nesta Corte aplicando-se as Artes de Desenho de História e Arquitetura Civil com muito louvor, o que nos consta por conhecimento que temos dele; e que achando-se o mesmo em minia necessidade por lhe faltar a assistência da sua Casa, o alimentamos certos dias da Semana por ato de Caridade; e que nos mais dias lhe falte o mesmo, em Casa de alguns Sujeitos que igualmente se compadecem de sua miséria, conhecendo, como nós, seus bons costumes, louvável comportamento e desgraçada situação em que se acha por falta do necessário, e admirável aumento à Arte de sua aplicação. Lisboa cinco de Outubro de 1802. (AHU_MG; Cx. 165; D. 77).

A referida atestação, que data de Outubro de 1802, evidencia que Antonio José da Silva Vale César, então soldado e recém chegado à Lisboa, conseguira acionar redes de natureza clientelar muito provavelmente estabelecidas ainda em Minas Gerais a fim de conseguir reconhecimento na capital do Reino. Naquele contexto, tanto pelos depoimentos de seu sargento-mor quanto de Nogueira Duarte e Manuel José Leite da Rocha, a situação de penúria de Antonio é reiterada e posta em contraposição à abundância em que vivera em Minas Gerais. Não parecem tratar-se de mero artifício retórico as alegações de penúria de Vale César em Lisboa, o qual, segundo o padre e o capitão, sequer tinha condições de alimentar-se em alguns dias. Tal afirmativa é corroborada pelo fato de Antonio ter servido em seu regimento arcando com os custos durante quase cinco anos e, somente em Lisboa, requerer o recebimento de soldos. Chama atenção, portanto, a decisão tomada por Antonio de - afastando-se de seus meios de subsistência e sujeitando-se a riscos e a possibilidade de viver em penúria, - partir para o Reino a fim de prosseguir seus estudos. Nesse sentido, parece não ser possível ignorar que, na trajetória analisada, a empreitada de cruzar o atlântico a fim de melhor instruir-se é apreendida como uma estratégia que, se exitosa, poderia alargar o campo de possibilidades e oferecer perspectivas de ascensão. Não parece também ser possível desconsiderar que as transformações no Império português em fins do século XVIII gestaram um contexto menos hostil aos empreendimentos daquele militar. À medida em que, sob o fundamento da “Nova Razão de Estado”, o Estado português ampliava seus espaços de atuação, nomeadamente na educação com a criação das Aulas Régias, consubstanciava-se um grupo de indivíduos como Antonio José da Silva Vale César. Longe de constituírem a elite, estes indivíduos também adquiriam uma compreensão mais alargada do Império ao deslocarem-se para o Reino a fim de prosseguir nos estudos. Portanto, além daqueles que

ocupavam os grandes cargos na administração do Império, havia também indivíduos de menor *qualidade social*, até mesmo mulatos, que frequentavam espaços de educação no Reino a fim de ocupar cargos de menor projeção no Estado português¹³.

Pela documentação, não nos é claro se Vale César recebera autorização para frequentar as aulas da cordoaria e do arsenal, mas não seria essa a última vez que nossa personagem requeria mercês por seus serviços.

Entre 1804 e 1806, Antonio José da Silva Vale César enviou à coroa uma série de pedidos de mercês. O primeiro deles foi a solicitação para ocupar o posto de porta-estandarte da 8ª companhia do Regimento de cavalaria das Minas, o qual não lhe é deferido. Observa-se, nesse sentido, que a mobilidade no Antigo Regime é sempre limitada. Uma vez formado em arquitetura civil, Antonio solicita o posto de ajudante de Número do Regimento dos homens pardos de Vila Rica. Tal requerimento desvela-nos novamente a marca da cor em Vale César, explicitando a dimensão intragrupal da mobilidade social no Antigo Regime. A ascensão entre aqueles que constituíam o seu grupo era algo que estava no horizonte e que era almejado por Vale César. Neste mesmo requerimento, Antonio pede para ocupar o cargo de Arquiteto das obras reais e públicas em Minas Gerais, o que sinaliza que o suplicante também lançava mão de sua formação educacional¹⁴. A resposta recebida sugere que o suplicante deveria retornar ao seu regimento e lá solicitar novamente os cargos que pleiteava.

Surpreendente o número de requerimentos que Vale César fizera à Sua Majestade em apenas oito anos. Há, entretanto, uma última solicitação, realizada antes do pedido de autorização para retornar a Minas, que merece destaque. O mulato que saíra de Minas Gerais para frequentar às aulas públicas no Reino e que durante os primeiros anos vivendo em Lisboa parece ter enfrentado uma conjuntura de miséria e enfermidade, entre 1806 e 1807, solicitou a permissão régia para se formar em Filosofia e Matemática na Universidade de Coimbra e para continuar a receber seus soldos. No requerimento, o suplicante anexa a carta de aprovação nas aulas de Arquitetura Civil que frequentara e aponta os êxitos de seus estudos¹⁵. É possível que sua formação pregressa tenha influenciado a decisão da coroa, que defere o requerimento¹⁶. Não foi apenas na carreira militar que Antonio lograra

¹³ Como dito anteriormente, Magnus Pereira fizera observações semelhantes ao analisar a trajetória de Elias Alexandre da Silva Corrêa

¹⁴ (AHU_MG; Cx. 180, D. 63).

¹⁵ (AHU_MG; Cx. 160, D. 106).

¹⁶ (AHU_MG; Cx. 184, D. 39).

a ascensão. O ingresso na Universidade de Coimbra representaria uma ascensão significativa na trajetória do sargento no que concernia à sua educação. Formar-se em Coimbra certamente produziria na trajetória de Vale César um novo campo de possíveis, permitindo que o mulato requeresse novas mercês à Coroa e, até mesmo, distanciasse-se de sua ascendência escrava.

Embora agraciado pelo monarca, Antonio José da Silva Vale César não chegaria a ingressar em Coimbra. Não apenas para o Império português e para a dinastia dos Bragança o ano de 1807 seria marcado por turbulências e incertezas. A trajetória de Vale César é também incerta naquele ano, e a documentação a ele pertinente é particularmente lacunar. Como apontado anteriormente, o decreto régio que determinava que Antonio deveria receber seus soldos enquanto residia na Corte tinha como condição estar matriculado nas Aulas Régias e nelas apresentar bons resultados. Portanto, uma vez formado, o pagamento que o militar recebia da Real Fazenda de Minas Gerais em observância as determinações do monarca e do Erário Régio foi suspenso, o que significava que, desde o início de 1806, quando concluía seus estudos¹⁷, Antonio ficara sem receber soldos. A partir deste período, são diversos os requerimentos de Vale César junto ao Erário Régio solicitando, conforme determinado pelo Monarca, a continuidade do pagamento de seus soldos enquanto se aplicasse na Universidade de Coimbra¹⁸. Nos requerimentos Vale César alega que já se reportara à Real Fazenda de Minas Gerais enviando os avisos do monarca que lhe autorizavam a receber seus soldos, mas não obtivera respostas da Capitania.

O último dos requerimentos encontrados data de 3 de Outubro de 1807, poucos dias antes da saída da corte portuguesa rumo ao Brasil. Nele, além de declarar novamente sua situação de penúria por não receber os soldos, o sargento alega ainda ter sido acometido por uma moléstia, um dos fatores que o fizera optar por permanecer na Corte. Ao que parece, a capitania de Minas Gerais finalmente remetera ao Rio de Janeiro a quantia que cabia à Antonio por ter recebido a graça régia, já que o suplicante requeria ao monarca a graça de ordenar que o valor lhe fosse repassado¹⁹. Não é possível precisar o que inviabilizava que Antonio recebesse seus soldos, mas é razoável supor que a transferência da Corte e, portanto, do aparato administrativo de todo o Império, impactaram as dificuldades de Vale César em acessar as instâncias do governo e de efetivamente obter as graças que

¹⁷ (AHU_MG; CX. 187, D. 5)

¹⁸ (AHU_MG; CX. 181, D. 29). (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4069. p. 024

¹⁹ (ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL. Livro (2º) de registro das representações da Capitania de Minas Gerais [expedidas pela Contadoria Geral do Rio de Janeiro]. Livro 4069. p. 035-037

recebera. O que se sabe é que pouco tempo depois, no início de 1808, nossa personagem solicitou autorização e o transporte necessários para retornar à sua Capitania, alegando que, apesar dos “bons serviços obrados”, não tinha condições de subsistir em Lisboa.²⁰

Antonio José da Silva Vale César não mais foi encontrado na documentação. Portanto, não sabemos se o sargento de fato retornara a seu Regimento e se lograra alguma outra graça por seus estudos. Ainda assim, a trajetória de Vale César permite-nos analisar qual era o campo de possíveis e, naturalmente, os limites que se colocavam no horizonte daqueles militares que, no Reino e no Ultramar, acessaram o letramento e, através das Aulas Régias ou de outros meios, prosseguiram nos estudos. Também nos permite analisar em que medida “seguir nos estudos” viabilizava o afastamento de um passado ou ascendência escrava.

Referências:

FARIA, Miguel F. Joaquim Carneiro da Silva e o Plano da Aula Pública de Desenho de Lisboa: contributo para a história do ensino das Belas - Artes em Portugal. In: Anais - série História. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa: 2008, pp. 165-184.

FRAGOSO, João Luís; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVEA, Maria de Fátima. *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2001.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto & KRAUSE, Thiago (Orgs.). O “sentido da historiografia” sobre a chamada economia colonial no início do século XXI. In: *A América portuguesa e os sistemas atlânticos na Época Moderna*. RJ: Ed. FGV, 2013. GOULÃO, Maria José – O Ensino artístico em Portugal: subsídios para a história da Escola Superior de Belas Artes do Porto. *Mundo da Arte*. Nº 3, 1989, p. 21- 37.

GUEDES, Roberto. De ex-escravo a elite escravista: a trajetória de ascensão social do pardo alferes Joaquim Barbosa Neves (Porto Feliz, São Paulo, século XIX). In: FRAGOSO et al. (Orgs.). *Conquistadores e negociantes: história de elites no antigo regime nos trópicos*. América lusa, Séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 337-373.

HESPANHA, António Manuel. A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes. FRAGOSO, João Luís Ribeiro, GOUVEA, Maria de Fátima, BICALHO,

²⁰ Diz Antonio José da Silva Vale César, Sargento da Cavalaria de Minas Gerais como se mostra pelo Documento junto que ele veio a esta corte requerer os prêmios dos seus bons serviços obrados nesta Corte e naquela Capitania, e como não foi despachado até a ausência de S. A. R. se deve recolher a sua praça pois se acha sem subsistência alguma de que sirva. Nestes termos roga a N. A. R. que em consideração a triste situação em que o suplicante se acha se digne a mandar se lhe faça o seu competente passaporte como igualmente se dê o seu transporte, Portanto. (AHU_MG; Cx. 187, D. 05)

Maria Fernanda (orgs.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

HESPANHA, António Manuel. Direito comum e direito colonial. *Panóptica*, Vitória, ano 1, n. 3, nov. 2006, p. 95-116. Disponível em: <<http://www.panoptica.org>>. Acesso em: 6 de Setembro de 2017.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MATTOS, Hebe. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva Atlântica. In FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima & BICALHO, Maria Fernanda. *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2001.

PEREIRA, Avanete Sousa. Poder local e autonomia camarária no Antigo Regime: o senado da câmara da Bahia (século XVIII). In BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Modos de governar*. São Paulo: Alameda, 2005.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Rede de mercês e carreira: o “desterro d’Angola” de um militar Luso-Brasileiro (1782-1789). *Revista História: questões e debates*. Curitiba: PR, Ed. da UFPR, ano 24, n. 45, jul./dez. 2006.

RAMINELLI, Ronald. *Ciência e Colonização - Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. UFF, RJ, s/d.

RIBEIRO, Mônica da Silva. O Rio de Janeiro como cabeça do centro-sul da América portuguesa, século XVIII: estratégias políticas e transformações socioeconômicas. *Locus, revista de história*, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 203-221, 2014.

“EM LEGÍTIMA DEFESA: OS ECOS DA VOZ DE UM JUDEU BRASILEIRO QUE NÃO SE CALOU PERANTE O ANTISSEMITISMO DA ERA VARGAS”

Júlia Amaral Amato Moreira¹

RESUMO:

O período conhecido como Era Vargas (1930-1945) foi marcado pela formação de um projeto nacional que excluía e discriminava várias minorias no Brasil. Uma destas minorias foi a comunidade judaica, atingida principalmente por medidas restritivas do governo em relação à imigração e pela publicação de diversas obras de teor antissemita. Entretanto, o que precisa ser mais estudado acerca do período foram as reações apresentadas por esta comunidade às investidas antissemitas. O presente artigo pretende analisar a brochura “Em Legítima Defesa: a voz de um judeu brasileiro”, publicada em 1937. Ao escrever a defesa dos judeus residentes no Brasil frente ao preconceito crescente, o autor, Bernardo Schulman, demonstra que os judeus não estavam alheios ao que estava acontecendo e nem se calariam.

PALAVRAS CHAVE: antissemitismo, história judaica, Era Vargas.

"IN LEGITIMATE DEFENSE: THE VOICE ECHOES OF A BRAZILIAN JEW WHO DOESN'T SHUT UP BEFORE THE ANTISEMITISM OF ERA VARGAS"

ABSTRACT:

The period known as Era Vargas (1930-1945) was marked by the formation of a national project that excluded several minorities in Brazil. One of these minorities was the Jewish community, targeted with restrictive measures by the government regarding immigration, and by the publication of several anti-Semitic writings. However, what stayed forgotten about the period were the reactions presented by this community to the anti-Semitic attacks. The present article intends to analyze the pamphlet “Em Legítima Defesa: a voz de um judeu brasileiro” [In Legitimate Defense: the Voice of a Brazilian Jew], published in 1937. By writing a defense of the Jewish people in Brazil in face of the growing prejudice, the author, Bernardo Schulman, demonstrated that the Jews were aware of what was happening and that they would not stay quiet about it.

KEYWORDS: antisemitism, Jewish history, Era Vargas.

¹ Graduanda pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: juliaamaral789@gmail.com

INTRODUÇÃO:

O antissemitismo está presente no mundo há muitos séculos, e ao longo destes anos variou em relação à chave de análise que usou para caracterizar os judeus, aos seus modos de legitimação e aos seus modos de manifestação. No Brasil, esse pensamento teve grande difusão durante o período do governo Vargas, ou seja, de 1930 a 1945, momento pautado pelo racismo e pela xenofobia. Esse ideal de exclusão se articulou, principalmente, no meio intelectual e político brasileiro, transparecendo toda a imagem negativa sobre os judeus, no contexto de criação do tipo ideal brasileiro e da ascensão dos movimentos fascistas na Europa.

Entender este antissemitismo e suas manifestações é extremamente importante para se compreender o período, mas algo essencial permaneceu obscurecido: as reações da comunidade judaica, tecidas frente a este antissemitismo que crescia. Dar foco e importância a estas reações não só demonstram como os discursos e processos históricos não são homogêneos e unilaterais, como permitem que a minoria em questão ocupe o papel de agente. Agente na construção de sua própria identidade, agente na História do Brasil e agente na história do antissemitismo, no período em que elas se tangenciaram.

Essas reações se deram em diferentes âmbitos: culturais, institucionais, educacionais, etc. demonstrando que os judeus não se intimidaram frente ao preconceito e não estavam alheios ao que estava acontecendo. O caso que nos chama a atenção aqui é a obra “Em Legítima Defesa: a voz de um judeu brasileiro”, publicada em 1937, por Bernardo Schulman. Analisar o discurso de Schulman e inseri-lo no contexto de sua publicação é um modo de dar a voz pretendida pelo autor, quando ele, de forma consciente, clara e direta, quebra o suposto silêncio dos judeus perante o preconceito. Isso se torna ainda mais importante nos dias atuais, em que o Brasil e o mundo se veem, novamente, frente a uma intolerância crescente.

O ANTISSEMITISMO E OS PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO:

O antissemitismo, ou seja, o ódio aos semitas, aqui especificamente aos judeus, é uma ideia que perpassa o imaginário dos homens há muito tempo. Ao longo dos anos, a construção deste preconceito se valeu de mitos e mitologias os mais variados acerca do judeu: de cunho religioso, científico, ligados a forças ocultas, e de caráter político-econômico.

O chamado antissemitismo tradicional, guiado pelo preconceito religioso, mobilizou as metáforas do judeu como anticristo e figura relacionada às forças ocultas. Mais tarde, novas metáforas foram ganhando espaço dando forma a um outro tipo de antissemitismo conhecido como moderno. O antissemitismo moderno, por sua vez, mobiliza metáforas do judeu como doença e outras formas de legitimação “científica”, e metáforas político-econômicas como por exemplo do judeu como capitalista, comunista, rico, pobre, materialista, subversivo, inassimilável, etc. Naturalmente as duas linhas de antissemitismo, tradicional e moderno, apresentam várias continuidades.

Um grande marco do pensamento antissemita moderno foi a publicação dos Protocolos dos Sábios de Sião. Trata-se de um documento falso, cuja autoria é atribuída à polícia secreta do Czar, publicado pela primeira vez em 1903 na Rússia. O documento supostamente consistiria nas atas do Congresso da Basiléia, encontro que reuniu, em 1897, lideranças judaicas de diversas partes. De acordo com esse documento, o encontro teria sido, na verdade, uma reunião para debater acerca do plano de dominação do mundo pelos judeus. Assim, haveria um complô judaico responsável por uma série de eventos e processos que teriam por finalidade destruir a civilização cristã e instaurar o domínio judaico. Nessa História dos bastidores diversos eventos são atribuídos aos judeus, como a Reforma Protestante, a Revolução Francesa, as Revoluções Liberais do século XIX, o advento do comunismo, do capitalismo, das democracias liberais, etc., todos estes caracterizados como sendo eventos materialistas, anticristãos, supranacionais e fomentadores da desagregação nacional por meio de tensões internas. Esta é a novidade dos Protocolos: associar ao judeu as ideias e práticas políticas e econômicas, tirando o foco dos preconceitos religiosos.

Depois de 1917, com a Revolução Russa, Os Protocolos dos Sábios de Sião foram traduzidos para diversas línguas e inspiraram a produção de diversas obras de cunho antissemita pelo mundo, que continuaram atribuindo ao complô judaico eventos posteriores à primeira publicação. Apesar de já provada sua falsidade – trata-se, na verdade, de uma apropriação da obra do francês Maurice Joly, “Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu”, de 1864 – os documentos foram usados, (e ainda o são) para legitimar o discurso de ódio aos judeus.

No Brasil coube a Gustavo Barroso (1888-1959), um dos líderes da Ação Integralista Brasileira, traduzi-los em 1936. O autor possui, além desta tradução, outros livros de teor antissemita e que denunciam essa história secreta controlada pelos judeus. Além dele, outros autores produziram, principalmente nos anos 1930, obras de caráter antissemita com inspiração nos Protocolos, em outros autores estrangeiros (Leon de Poncins, Henry Ford, Hitler, etc.) e no próprio Barroso.

O ANTISSEMITISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO DA ERA VARGAS (1930-1945):

Não é de se espantar que a Era Vargas tenha sido o palco de várias publicações de caráter antissemita. O período se caracterizou por um governo que, aliado a diversos intelectuais, tentou pensar a identidade nacional brasileira. Nesse projeto nacional foram mobilizadas diversas ideias científicas e raciais, em voga no mundo do início do século. Na prática, essas ideias manifestaram-se em políticas racistas e de exclusão de vários grupos:

[3º momento: delimitado pela] Era Vargas (1930-1945), que ofereceu condições necessárias para que o anti-semitismo aflorasse, encontrando seiva e calor nas idéias nazi-fascistas importadas da Europa e que trouxeram à tona velhos valores racistas enraizados na mentalidade da intelectualidade brasileira. [...] Deste clima de exaltação à raça “branca” em detrimento do judeu, do negro e do japonês, cresceu a euforia da tão cobiçada identidade nacional. (CARNEIRO, 1988: 500)

As ideias antissemitas se manifestaram no Brasil principalmente entre os intelectuais e membros do governo. Muitos dos escritos de ódio ao judeu produzidos à época são de autoria de membros da Ação Integralista Brasileira, movimento político que teve sua existência legal de 1932 a 1937, de caráter nacionalista e fascista. Em relação ao governo, ganha destaque a política de restrição à entrada dos judeus no país, em uma época em que cada vez mais judeus tentavam entrar fugindo das perseguições que cresciam na Europa. Essa restrição se dava através de circulares secretas do Itamaraty que, junto às correspondências entre os diplomatas, revelam as ideias que compunham a mentalidade acerca do judeu: o imigrante indesejável, que não é naturalmente agricultor e produtor, mas sim uma raça parasita e, portanto, não servia para a formação e o melhoramento do homem ideal brasileiro. As ideias anti-judaicas muitas vezes se confundiam com a xenofobia, no sentido de serem motivadas pelo nacionalismo extremado e pelo crescente medo das ideias internacionalistas do comunismo, das quais o Governo Vargas era inimigo declarado, e da influência do capital estrangeiro.

O que se percebe a partir das obras antissemitas produzidas no Brasil desta época, é que este preconceito foi uma ideia importada da Europa. Muitos dos antissemitas brasileiros foram pessoas que visitaram a Europa, leram ou foram influenciados por escritores europeus, mesmo porque, conhecer e citar autores europeus era um modo de legitimar os argumentos e demonstrar erudição. Traços disso são as metáforas usadas nas suas produções: aquele judeu que eles descreviam não existia de fato no Brasil, pois eram inspirados em imagens de judeus europeus. Trata-se de combater

um judeu “imaginário”, e nesse sentido as políticas de restrição de imigração eram a atitude mais efetiva que se podia ter. Nas palavras de Jeffrey Lesser:

O discurso anti-semita no Brasil era extremamente pouco original. Mesmo as caricaturas e piadas anti-semitas continham poucos elementos que as tornassem “brasileiras”. Todas as acusações comuns eram repetidas, enfocando o suposto bolchevismo judaico, um alegado relacionamento dos judeus com o capitalismo e uma presumida incapacidade para a assimilação, geralmente citando o falso *Protocols of the Elders of Zion* e também os escritos pouco originais de Henry Ford. (LESSER, 1995: 168)

Deste modo, o antissemitismo da época se deu muito mais nessas esferas da população – intelectuais e diplomatas – do que no imaginário popular ou por meio de ações na vida cotidiana dos judeus, até porque as comunidades que aqui se estabeleceram não correspondiam a tais estereótipos do judeu como “inassimilável” e pessoa tão diferente do brasileiro. Apesar disso, são numerosos os livros, panfletos e propagandas de apelo antissemita produzidos durante esses anos.

EM FACE AO PRECONCEITO: REAÇÕES E A RESPOSTA DE SCHULMAN:

A historiografia que se desenvolveu sobre o antissemitismo durante a Era Vargas teve um papel muito importante ao incluir os judeus no grupo das minorias excluídas pelo projeto nacional que vinha sendo elaborado. Além de denunciar as circulares secretas, também foram denunciadas as obras de autores antissemitas. No entanto, o papel e o lugar deste antissemitismo nas relações identitárias da comunidade judaica não é um consenso, assim como o lugar das ações que existiram em reação a este antissemitismo, que muitas vezes são pouco discutidas ou desvalorizadas.

Apesar de a comunidade judaica brasileira, assim como outras minorias outrora perseguidas, ser “discreta” em suas ações, é sabido que houve resposta ao antissemitismo crescente. Essas respostas se manifestaram na continuidade da vida cultural e institucional judaica, nas manobras que permitiram essa continuidade, e também nas atitudes públicas e pelo discurso. As principais expressões abordavam os acontecimentos externos de perseguição aos judeus e, por consequência, a Questão Judaica no Brasil e a adesão à Segunda Guerra Mundial. Deve-se levar em conta a censura exercida pelo Governo Vargas, mas ao mesmo tempo, notar que através da imprensa eram feitos muitos elogios à Alemanha nazista, “mesmo assim, os imigrantes judeus se utilizaram desta mesma

imprensa para expressar seu temor ao regime nazista, bem como em algumas situações oportunas denunciar práticas internas de anti-semitismo” (LIA, 2004: 208).

Além das respostas e denúncias veiculadas pela imprensa, houve também atitudes práticas que, apesar de não serem o foco do presente artigo, servem de exemplo para indicar como este é um aspecto com o qual devemos ser mais zelosos:

A comunidade judaica também começou a promover manifestações contra o nazismo, como a ocorrida em Passo Fundo, promovida através da imprensa local, em 4 de fevereiro de 1943, o “dia de luto dos judeus”, no qual todas as instituições judaicas do estado deveriam permanecer fechadas. (LIA, 2004: 208)

Os fatores externos, a Guerra e o nazismo estavam, direta ou indiretamente, relacionados com questões internas de intolerância, e as denúncias sobre as perseguições que vinham acontecendo no continente europeu não deixam de representar, também, uma crítica relacionada a questões e discussões que vinham acontecendo internamente. Contudo, um livro, caro a nossa discussão, destaca-se por criticar especificamente o antissemitismo no contexto Brasileiro. Trata-se da brochura “Em Legítima Defesa: a voz de um judeu Brasileiro” de Bernardo Schulman, de 1937.

Bernardo Schulman (ou Baruch Schulman, 1887-1971), foi um ativista importante da comunidade judaica do sul, nascido em Volinia, Rússia. Ele chegou ao Brasil em 1909, e teve grande importância na formação de instituições comunitárias no Paraná, inclusive sendo um dos pioneiros da imprensa ídiche no Brasil. Escritor, era “um dos poucos homens de letras da população judaica na época”². A brochura de Schulman teve quatro edições, em Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul. É um pequeno texto, 76 páginas, com apresentação do Prof. Dario Velloso e prefácio do Dr. Pamphilo d’Assumpção, conhecido jurista da capital paranaense. Dividido em nove partes, a saber: A razão desta brochura, O antissemitismo, O antissemitismo no Brasil, O Pretenso Comunismo dos judeus, Os judeus na Revolução Russa, A balela dos Sábios de Sion, Os Protocolos e Gustavo Barroso, Conclusão e um Apêndice.

Já no início, em *A Razão desta Brochura*, ele fala sobre o silêncio que manteve até então e porque resolveu falar. O autor não havia se pronunciado antes, segundo ele, por medo de não ser ouvido em um ambiente cada vez menos tolerante ao mesmo tempo em que considerava quase que desnecessário refutar “calúnias tão infames”. Porém, episódios de antissemitismo ocorridos com sua

² Esta, assim como outras considerações e informações sobre Schulman e sobre sua publicação, foi encontrada no livro “Estudo sobre a comunidade judaica no Brasil”, Nachman Falbel, 1984.

sobrinha na escola, e com ele em uma roda de amigos, o fizeram perceber que as propagandas antissemitas estavam logrando alcance nas pessoas “ingênuas”, levadas pelo discurso.

Deixem o moço externar-se francamente. Tenho plena convicção de que não é por maldade que assim fala. Repete apenas aquilo que leu nas obras de Ford, Lêon de Poncins, Gustavo Barroso e tantos outros autores anti-judaicos, atualmente em vóga. Está apaixonado por estas idéas, porque lhe parecem novas e com o brilho de originalidade, ao passo que, pra mim, são coisas anti-diluvianas. Já as ouvira, trinta anos atrás, pronunciadas pela “Tchornaia Sotnia” (Centena negra) da Russia Tzarista. (SCHULMAN, 1937: 14)

Assim, ele alega estar falando para o público jovem brasileiro. Não para convencer os antissemitas, já que estes não mudarão de ideia independentemente do argumento, e nem para o brasileiro “de boa vontade” que não se deixa iludir pelo discurso e, portanto não precisa de contra argumentos. Na verdade, segundo ele, os brasileiros “de boa vontade” constituem a maioria da população, porém, diante do risco, é necessário esclarecimentos para que a juventude não se iluda pelo discurso antissemita.

Ao longo do texto, o autor refuta os principais argumentos que compõem o discurso antissemita. A começar pelo argumento nacional, de evocar o nacionalismo brasileiro ao mesmo tempo em que qualifica o judeu como nação à parte, infiel à pátria que os acolhe. Este aspecto já começa no título, quando, mesmo tendo nascido em outro país, o autor reivindica para si o título de “judeu brasileiro”. Ele demonstra gratidão pelo Brasil, sendo este o berço de seus descendentes, “um país hospitaleiro”, onde ele vive em paz. Como exemplo, usa também o caso dos voluntários judeus da Primeira Guerra que morreram pela Alemanha, e se em algum país os judeus não demonstraram fidelidade, é porque não foram dados a eles os direitos. “Ser judeu, de maneira alguma significa inferioridade, nem em dignidade, nem em altruísmo e nem em brasilidade” (SCHULMAN, 1937: 72). O fato de não existir ainda um Estado Judeu, para o autor, deixava os judeus do mundo mais vulneráveis, por não haver um poder soberano que intercedesse por eles.

Continua, lançando mão do apelo nacionalista, dizendo que este pensamento não combina com o espírito do Brasil, país onde não existe preconceito de raça ou religião. Nesse sentido, um modo de deslegitimar o pensamento antissemita é qualifica-lo como algo externo:

Quem observar atentamente a maneira, por que é feita essa propaganda; quem reparar em que os folhetos que se espalham por toda parte, são, no mais das vezes, imprimidos no estrangeiro [...] há de convencer-se de que a questão judaica no Brasil

não é questão genuína e, sim, UMA QUESTÃO ALHEIA, introduzida neste país à força da propaganda. (SCHULMAN, 1937: 26)

Já que aqui a comunidade judaica não representa perigo, para ele a expansão do antissemitismo no Brasil só poderia ser “expressão de interesses externos” ou fruto do “espírito de imitação” dos brasileiros. E neste sentido, já responde a dois dos argumentos do discurso antissemita: de apontar os judeus como naturalmente subversivos e denunciar um perigo iminente de dominação judaica. Segundo Schulman, os judeus são aqui “coletividade pacífica e ordeira”, prova disso são os três jornais ídiche do Brasil que ao longo de anos não apresentam artigos de caráter subversivo. Em relação a serem os judeus um perigo iminente, o autor alega que dos 45 mil judeus que habitavam o Brasil, vários eram nascidos aqui e não tinham nenhuma influência política. Em relação à economia, a despeito de estarem os imigrantes judeus se restabelecendo, sua influência econômica era a menor entre os estrangeiros.

Ele também busca tirar o determinismo intrínseco ao discurso antissemita, tanto no que diz respeito à caracterização dos judeus como na crítica ao maniqueísmo presente neste discurso. Busca esclarecer que os judeus não são todos iguais e nem possuem características morais vindas hereditariamente. Ao mesmo tempo em que seu caráter de vítima também não está determinado,

o povo judaico, em virtude das excepcionais condições históricas, nacionais e econômico-sociais de sua posição entre os povos, fenômeno único na história da humanidade, tornou-se o eterno para-raios de todas as calamidades sociais. Qualquer outro povo em condições idênticas, teria a mesma sorte. (SCHULMAN, 1937: 20).

Um forte argumento do discurso antissemita da época, ao qual Schulman responde com bastante cuidado, dedicando 2 capítulos – *O pretenso comunismo dos Judeus*, e *Os Judeus na Revolução Russa* – é a relação entre judeus e o comunismo. Essa relação muitas vezes se dá com o embasamento – raso e insuficiente, como ressalta Schulman – em listar nomes de judeus comunistas. O autor diz que haviam sim judeus comunistas, assim como haviam comunistas de todas as nações, mas nada mais que prove essa associação tão generalista. Na mesma linha argumentativa, o autor cita vários comunistas conhecidos que não são judeus. O fato de citar judeus envolvidos na Revolução Russa – muitos dos quais nem eram de fato judeus – não prova nada além de que lá havia judeus envolvidos e, segundo o autor, pode-se dizer até que eram poucos, levando em conta a opressão do regime Czarista ao povo judeu.

Como prova de que não existe relação entre os judeus e o comunismo, o autor aponta: a orientação da imprensa judaica no mundo – o maior jornal ídiche dos EUA é de direita, enquanto o de esquerda é o menor deles – e no Brasil; a não correspondência entre o número de judeus de um país e o tanto de votos aos partidos de inclinação comunista; e o fato de que, a despeito de vários comunistas já terem sido presos no mundo, nunca se achou prova alguma que ligasse os planos do comunismo aos judeus. Aliás, era justamente a ausência de provas um dos mais fortes argumentos que sustentavam a tese do complô, já que este se caracteriza pelo segredo, por não deixar rastros.

Algo que é desafiado no texto, mesmo que não diretamente, é a denuncia por parte dos antissemitas de que a mídia é controlada pelos judeus. Em diversos momentos o escritor indica a imprensa como agente ativo na formação da imagem negativa que se construiu sobre os judeus, por exemplo, atribuindo a característica de judeu para pessoas consideradas rebeldes por algum motivo.

Por fim, desmonta o argumento antissemita com dois capítulos dedicados a deslegitimar os Protocolos dos Sábios de Sião e os escritos de Gustavo Barroso: *A Balela dos Sábios de Sion*, e *Os Protocolos e Gustavo Barroso*. Primeiramente Schulman faz uma grande ironia, dizendo que havia passado a vida toda achando que não tinha nada, quando de repente descobriu que fazia parte de um complô que iria dominar o mundo. E conclui:

Representam uma mistificação ultra-ridícula que o *Antisemita Internacional* faz correr o mundo, com comentários pseudo-eruditos e pseudo-científicos. Digo Antisemita Internacional em paráfrase ao Judeu Internacional, porque o Judeu Internacional é uma ficção uma fantasia, delírio de cérebros doentes de fanáticos apaixonados. Ninguém provou e nunca provará sua existência. O Antisemita Internacional, este, sim, existe em carne e osso. Suas manifestações são palpáveis e saltam aos olhos de todo mundo. Os resultados de sua satânica obra, sentem-nos cinco milhões de israelitas na Europa Central e oriental, cinco milhões de seres humanos, ultrajados, torturados, perseguidos e atirados à miséria e à fome! (SCHULMAN, 1937: 54)

Depois desta brincadeira, o autor tece uma argumentação no sentido de mostrar a falsidade da publicação. Como indica o Schulman, em 1937 vários processos em relação à veracidade dos documentos já vinham ocorrendo, assim como processos contra os tradutores do livro que tinham como objetivo tira-lo de circulação. Ele cita processos na Alemanha, África do Sul e, o mais famoso, processo de Berna, onde já havia sido provada a falsidade dos Protocolos, e que repercutiu na imprensa mundial. Além disso, critica as fontes usadas por Barroso para legitimar a obra: fontes antissemitas declaradas e falas de judeus fora de contexto. Uma prova material usada, é a semelhança

com um outro livro anterior, “Dialogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu”, provando ser uma adaptação.

Se essas provas não bastassem, as outras provas de que Os Protocolos dos Sábios de Sião não são autênticos são a “lógica e o bom senso”. Isso porque, aponta, os judeus são uma minoria, sem nenhuma possibilidade de dominar o mundo, muito menos sem que antes um traidor denunciasse o plano; e de todo jeito, os judeus também sofrem com os processos atribuídos as ações do complô judaico.

Ao próprio Gustavo Barroso, e ao discurso antissemita no geral, ele tenta demonstrar a fragilidade de sua argumentação, criticando as fontes usadas, destacando a constante contradição entre as caracterizações dadas aos judeus, e a facilidade com que leva as pessoas a acreditar no mito da vida secreta do judeu, uma vez que não precisa de provas. “A facilidade dos antisemitas para demonstrar as cousas é única. Que importam os fatos históricos? Que importam fenômenos politico-sociais?” (SCHULMAN, 1937: 39)

Schulman também cita outros intelectuais para legitimar seus argumentos e se reconhece no debate de ideias: não se declara imparcial, porém diz que os leitores, “jovens brasileiros naturalmente tolerantes e justos” não se podem deixar levar pela propaganda antissemita. Para concluir, adiciona ao argumento o *Apêndice: A Grande Encyclopedia Franceza Larousse Sobre as Obras Antisemiticas*, trecho que critica veementemente os discursos antissemitas que

trazem primeiramente todo o arsenal das velhas legendas e das velhas calúnias, emprestadas sem critica aos panfletários alemães do século passado; reproduzem alguns textos escolhidos do Talmud e o Zohar, voluntariamente deturpados; [...] invocam as estatísticas mentirosas que exageram, em proporções as vezes ridículas, a fortuna, a influencia dos judeu, seu papel no movimento financeiro e politico do século; na necessidade, s transformam em judeus, pessoas que jamais o teem sido; enfim, acumulam anedotas suspeitas, [...] Tal é o espirito, o resumo de todas as obras antijudaicas, publicadas até nossos dias; QUEM LEU UMA, LEU TODAS. Volume XXI, pag. 278 (SCHULMAN, 1937:75)

CONCLUSÃO:

O antissemitismo encontrou, no Brasil da Era Vargas, terreno fértil para se expressar. Essa expressão se deu, principalmente, por meio de publicações de viés antissemita e através do discurso oficial e das ações restritivas do governo, mas mesmo autores antinazistas ou não claramente antissemitas acabavam por difundir também os estereótipos criados acerca do judeu. Essa investida

antisemita foi significativa e deve ser reconhecida, mas para além dela é preciso reconhecer as reações que também foram significativas, a seu modo.

Essas expressões do pensamento antisemita não foram suficientes para intimidar as expressões da comunidade judaica, que estava se estabelecendo em várias partes do Brasil. Nesse sentido, as comunidades mantiveram suas atividades culturais e institucionais e buscaram se manifestar de diversas formas.

Assim, a brochura de Schulman ganha importância na medida em que entra no debate das ideias de forma consciente e clara. Em um momento em que o antissemitismo se dava no campo das publicações e do discurso, também nesse campo Schulman procurou combatê-lo. Nas palavras de Pamphilo D'assumpção:

É preciso que contra ataques injustos como esses com que se agride os israelitas, todos quanto teem o sentimento de justiça, sem receio e com desassombro manifestem as suas convicções, para que a ousadia dos atacantes não fique só e livre em campo, ante a indiferença de uns e pusilenimidade de outros. O Sr. Schulman é digno de ser lido e ser imitado. (D'ASSUMPÇÃO, 1937: 9)

Conclui-se que, assim como os processos históricos são vetores que não possuem um só sentido, ou um só personagem ativo, o fenômeno das manifestações antisemitas no Brasil da Era Vargas não foi diferente. Essa ação de Schulman, juntamente com outras formas de reações que possam ser consideradas, mostram que o discurso foi empregado pelos dois lados e não configurou uma via de mão-única. Os judeus que moravam no Brasil não assistiram as investidas do preconceito de forma indiferente, mas, pelo contrário, se fizeram agentes históricos, e não vítimas da ideologia oficial e circulante.

FONTE:

SCHULMAN, B. *Em legitima defesa*. Curitiba: s/e, 1937 (2ª edição)

BIBLIOGRAFIA:

D'ASSUMPÇÃO, P. *Prefácio*. In: SCHULMAN, B. *Em legitima defesa*. Curitiba: s/e, 1937 (2ª edição).

TUCCI CARNEIRO, M. L. *O antti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988

LESSER, J. *O Brasil e a Questão Judaica: imigração, diplomacia e preconceito*. Rio de Janeiro: Imago, 1995

FALBEL, N. *A comunidade judaica no Brasil*. São Paulo: Federação Israelita do Estado de São Paulo, 1984

LIA, C.F. *Vencendo o medo do nazismo*. In: 100 Anos de Amor: A imigração judaica no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Federação Israelita do Rio Grande do Sul, 2004.

CULTURA HISTÓRICA E HISTÓRIA PÚBLICA: UM OLHAR SOBRE O
LIVRO “1808: COMO UMA RAINHA LOUCA, UM PRÍNCIPE NERVOSO E
UMA CORTE CORRUPTA ENGANARAM NAPOLEÃO E MUDARAM A
HISTÓRIA DE PORTUGAL E DO BRASIL”

Ana Paula Stenner¹

Ricardo Júnior²

RESUMO:

O presente artigo busca debater os temas de cultura histórica e história pública a partir do livro *1808: Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, de Laurentino Gomes. O objetivo é levantar uma discussão acerca do tema para refletir os desafios e lacunas que existem na tarefa do historiador e a relação que se estabelece entre os temas citados e a escrita da história na contemporaneidade.

PALAVRAS-CHAVE: Escrita da história; cultura histórica; história pública.

HISTORICAL CULTURE AND PUBLIC HISTORY: A LOOK AT THE BOOK
“1808: COMO UMA RAINHA LOUCA, UM PRÍNCIPE NERVOSO E UMA CORTE
CORRUPTA ENGANARAM NAPOLEÃO E MUDARAM A HISTÓRIA DE
PORTUGAL E DO BRASIL”

ABSTRACT:

This article seeks to discuss the themes of historical culture and public history from the book *1808: As a mad queen, a nervous prince and a corrupt court deceived Napoleon and changed the history of Portugal and Brazil*, scored by Laurentino Gomes. The objective is to raise a discussion about the theme to reflect the challenges and gaps that exist in the task of the historian and the relationship that is established between the themes mentioned and the writing of history in the contemporary world.

KEYWORDS: Writing history; historical culture; public history.

¹ Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: anapaula.stenner@gmail.com

² Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: junior.ricardojf@gmail.com

INTRODUÇÃO:

Qual o lugar da escrita da história num processo de democratização da escrita histórica? Qual o lugar do historiador e de uma escrita que contenha um “status” de escrita histórica? E a academia e tribo dos historiadores, escrevem e produzem para o grande público? Quais leituras a respeito do passado estão sendo produzidas?

A partir dessas questões que o presente artigo busca discutir como a "cultura histórica" vem sendo tratada ao longo do tempo e, conseqüentemente, os caminhos tomados pela "cultura historiográfica" e pelo "ensino de história”.

A "cultura histórica" diz muito do modo como uma sociedade lida com a temporalidade ou como promovem usos do passado. As principais referências dos estudos embasados na “cultura histórica” foram os trabalhos dos historiadores Bernard Guenée, para quem a "cultura histórica" seria a bagagem profissional e os instrumentos utilizados pelos historiadores em suas interpretações e pesquisas. Jacques Le Goff complementa tal abordagem indicando que esta também se refere à relação que uma sociedade, na sua psicologia coletiva, mantém com o passado.

Já o termo "história pública" procura dar conta das relações e do diálogo entre a produção acadêmica e não acadêmica do conhecimento histórico. Os lugares de produção de saber histórico se multiplicam, indo muito além dos departamentos e centros universitários. Percebemos isso na vasta produção editorial, audiovisual, museológica, entre outras, mostrando que existe demanda por esse tipo de conhecimento, vinda de diversos setores da sociedade.

O diálogo entre a universidade e outros espaços de elaboração de conhecimento histórico que a história pública propõe, implica necessariamente uma reflexão sobre o lugar da história e dos diversos profissionais que atuam com esses saberes. Sob esse prisma nos deteremos na análise da obra *1808 - Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, do jornalista Laurentino Gomes. O olhar sobre o livro de Laurentino buscará analisar de que forma este tipo de profissional domina as técnicas de apresentação desse tipo de texto para o leitor comum, pensando na disciplina de uma maneira aberta e criativa para acessar o grande público. Sabemos que o jornalista não tem a obrigação de dominar os métodos do ofício do historiador e o passado não é uma exclusividade nossa, mas pensamos que seja imprescindível que estes profissionais conheçam questões elementares da disciplina.

Reconhecemos que obras desse tipo servem para popularizar o saber histórico, mas também

temos consciência que estes livros nem sempre trazem os fatos de forma plausível, pois muitas vezes contém anacronismos. Apesar de o autor deixar claro que se trata de um trabalho jornalístico e não de uma obra Histórica, tal texto acaba por ser tomado pela sociedade como um referencial do passado, sendo legitimada por aportes mercadológicos, inserida na indústria cultural do “passado como mercadoria”.

Vale ressaltar que a discussão acerca dos termos citados é recente, sobretudo no Brasil. Uma das obras de relevância sobre o tema foi lançada no ano passado (2016), intitulada *História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários*, organizado por Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. O livro traz vários artigos que versam sobre o tema da História Pública e apontam para a necessidade do tema e de uma ampliação da pesquisa sobre o mesmo. O tema ainda é pouco explorado no Brasil, tornando o livro supracitado uma das poucas bibliografias nacionais sobre o tema, fato que nos coloca uma missão de não responder e sanar todas as questões sobre o tema, mas elucidar, minimamente, o assunto e contextualizá-lo em nossa análise, servindo para uma reflexão acerca da recente temática no cenário historiográfico brasileiro.

CULTURA HISTÓRICA:

Para iniciar nosso movimento reflexivo e nossa problemática sobre o livro de Laurentino, começaremos por debater um termo que vem ganhando espaço, porém ainda é campo em aberto para reflexões no campo histórico. Estamos falando em Cultura Histórica. Explicitamos, ainda na introdução, o termo, entretanto o que não ponderamos é o amplo espaço de diálogos e debates que podemos travar sobre o tema.

Uma das referências sobre o termo é o historiador Bernard Guenée a quem Jacques Le Goff busca quando resolve tratar do tema de Cultura Histórica. Le Goff trata a ideia de cultura histórica associada à mentalidade de uma época, entretanto seria necessário fazer um percurso de discordar em certa medida do pensamento do autor, como proposto pelo historiador Elio Flores em seu artigo intitulado *Dos feitos e dos ditos: história e cultura histórica* (2007). Seguindo o pensamento de Flores, a proposta de Le Goff em tratar cultura histórica em termos de mentalidade, corremos o risco de cair em um terreno obscuro e de confusão conceitual. A mentalidade histórica, argumenta Flores, “prescinde de qualquer sinal de letramento, sendo atributo incontestável também das sociedades ágrafas e pré-capitalistas” (FLORES, 2007, p. 12). Já por cultura histórica podemos entender o uso da história

feito por não historiadores, atribuindo a uma narrativa do passado sentido histórico. Ora, nos deparamos exatamente com a problemática de nosso texto, entretanto, antes de adentrar e apontar a relação entre a cultura histórica e o livro de Laurentino, cabe discorrer mais um pouco sobre o termo. Para entender cultura histórica faz-se necessário tratar de dois conceitos: história e cultura. Tentar determinar conceitualmente História é tarefa difícil, se não impossível. Partiremos para uma primeira ideia que gira em torno do conceito: passado. Refletir sobre o passado, sobretudo quando consideramos a definição de Bloch, da história enquanto a ciência que tem por função o estudo do homem no tempo (BLOCH, 2001), compreendemos logo que tratar de história significa não simplesmente tratar do passado, mas estabelecer conexões e diálogos constantes com o presente. Nessa relação de sentido é inegável o reconhecimento de que a história é terreno de disputa e como tal, está em constante uso nas mais diversas classes, seja em uma narrativa familiar, seja na construção de um estado-nação.

O segundo conceito que abarca o termo é cultura. Segundo George Nascimento (2009) cultura é um conceito que dimensiona possibilidades de interpretações e está em constante mutação. A principal questão que se coloca é que essa interpretação está prescindindo do caráter epistemológico do ofício do Historiador. Logo quando dimensionamos a História em diálogo com esse conceito, percebemos que existe um espaço para refletir sobre a possibilidade de multiplicar o campo de análise do passado, de forma que não o restringindo ao historiador, mas a possibilidade de constituição de um sentido. Ora, qualquer um poderá, portanto escrever história? Acreditamos que narrar o passado seja possível para qualquer sujeito, sobretudo, quando temos a clareza de que esse passado não é dado e sim representado. O que se coloca é que a construção dessa história, que poderia muito bem ser uma estória, está longe de qualquer prerrogativa de reflexão e trabalho metodológico, restringindo-se a uma mera descrição do passado a partir de sua ótica de observação e meios de constituição de tal narrativa.

Quando pensamos no trabalho historiográfico, temos clareza da necessidade de um trabalho profissional a nível metodológico. Pensar na ideia de uma cultura histórica a busca por uma estética (MARTINS, 2012, p. 7), sobretudo no campo midiático hoje em dia, cuja necessidade seja representar o passado e, principalmente vendê-lo. Nessa venda podemos refletir um pouco sobre o que consideramos aqui como história pública.

O que concluímos com essas ideias expostas é que nos dias atuais o instrumento de avaliação da cultura histórica que propôs Le Goff, os “compêndios escolares”, faliu na sociedade de consumo

e invadida pela lógica da globalização. Ainda fazendo uso do trabalho de Flores (2007, p. 13), a cultura histórica seria uma relação entre o trabalho historiográfico profissional e a história sem historiografia. Essa é para nós uma definição muito cara. Pensamos que essa história sem historiografia não significaria uma verborragia infundada. A cultura história seria pressupõe um sentido a narrativa, sendo “formalmente, a estrutura de uma história; materialmente, a experiência do passado; funcionalmente, a orientação da vida humana prática mediante representações do passar do tempo” (RÜSEN, 2001, 160-161, apud. FLORES, 2007, p. 14).

Colocamo-nos uma questão relevante a partir da ideia de Rüsen: qual praticidade e orientação é proposta nessa cultura histórica? Dificilmente teremos uma resposta simples, mas cabe ressaltar que entendendo cultura histórica nessa relação com história “profissional” e a sem historiografia, os veículos midiáticos da atualidade fazem grande uso do sentido de curiosidade do grande público. Nesse sentido, uma narrativa simples, repleta de sensacionalismo, chama atenção. Temos aqui o ponto de encontro entre o conceito de cultura história e o livro *1808*. Uma obra claramente inserida no campo de uma história sem historiografia, mas que, seguindo o pensamento de Rüsen, não abre mão de uma funcionalidade. Em primeiro momento podemos entender essa funcionalidade como sendo a curiosidade do público pela história, em outro sentido podemos levantar até questões como uma exaltação da soberania nacional ao colocar a corte real portuguesa em um lugar simplista e, principalmente, depreciativo.

Podemos então caminhar na discussão da história pública. Se a cultura histórica possibilita certa democratização da narrativa histórica, devemos refletir sobre qual a ideia de História que temos hoje e para isso é necessário pensar em qual sentido a História estabelece em sua relação com a sociedade. Mais que isso, qual relação do historiador a sociedade.

HISTÓRIA PÚBLICA:

Para alguns historiadores o termo "história pública" teria surgido em 1970 na Inglaterra, emergindo “como prática do uso público da história com fins político- ideológicos, influenciados pela busca de justiça social” (ALMEIDA; ROVAI, 2011).

Já para Bruno Leal Pastor de Carvalho, professor Substituto de Teoria da História no Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professor do Instituto de História pelo programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD), o termo Public History começou a ser utilizado nos

Estados Unidos, também nos anos 70, na Universidade de Santa Bárbara, na Califórnia. Robert Kelley, então professor naquela instituição, passou a usar o termo para se referir à atuação de historiadores e do método histórico fora da academia. Foi Kelley também quem criou, em 1978, a revista *The Public Historian* (O Historiador Público), que existe ainda hoje e onde podemos encontrar, muito provavelmente, aquela que é a primeira definição de História Pública. Em seu primeiro número, Kelley explica:

Em seu sentido mais simples, História Pública se refere à atuação dos historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em corporações privadas, nos meios de comunicação, em sociedades históricas e museus, até mesmo em espaços privados. Os historiadores públicos estão atuando em todos os lugares, empregando suas habilidades profissionais, eles são parte do processo público. Uma questão precisa ser resolvida; uma política pública precisa ser elaborada; o uso de um recurso ou uma atividade precisa ser melhor planejada – eis que os historiadores serão convocados para trazer à baila a questão do tempo: isso é História Pública. (KELLEY, 1978)

Tal proposta estava relacionada com a crise de empregabilidade que atingia os recém-formados na época, especialmente no setor público e pretendia responder a seguinte questão: onde mais, para além da sala de aula, poderia atuar o formado em história? A História Pública, neste sentido, poderia ajudar a ampliar o leque de possibilidades.

Portanto, a história pública nasceu com o intuito de problematizar o fato de que a história não necessariamente passaria a ser aprendida apenas em sala de aula, mas de diversas formas, locais e momentos. Através de vários recursos, o profissional da área poderia levar história e memória ao público atuando em arquivos, centros de memória, museus, televisões, rádios, editoras, jornais, revistas, organizações governamentais e não governamentais, consultoria, entre outros espaços. Segundo o historiador Gerald Zahavi a história pública é um veículo para ampliar nossa visão sobre o passado. Segundo o autor:

Trata-se de um campo ambicioso, que geralmente tenta construir uma ponte entre as análises detalhadas, nuançadas e profundamente investigadas dos historiadores acadêmicos e uma curiosidade histórica aparentemente insaciável, embora às vezes restrita e impaciente, do público em geral. (ZAHAVI, 2011, p. 53)

Para compreendermos melhor este conceito, torna-se imprescindível salientarmos o contexto em que surgem as discussões sobre história pública. O mundo passava pelo período pós Segunda

Guerra Mundial, marcado por grandes mudanças políticas, culturais e sociais, a indústria cultural e de massas se desenvolvia, o fenômeno da globalização se acelerava, antigas colônias africanas ganhavam a sua independência, os direitos civis se expandiam, além de vários grupos sociais, como estudantes, trabalhadores e mulheres que passaram a contestar seus direitos, bem como seu lugar dentro da história.

Assim, para dar visibilidade e voz a estes novos sujeitos, houve por parte de jornalistas, literatos, cineastas, museólogos, dentre uma série de outros profissionais não especializados em história, um esforço enorme para tornar este conhecimento histórico cada vez mais acessível e palatável. Desse modo, é possível distinguir em algumas dessas produções, propósitos e características que a ciência histórica procura evitar, ou seja, a de tratar o passado como negócio, colocando a narrativa histórica como produto de uma indústria cultural, inserida em uma lógica de mercado que leva em conta tiragens, versões, audiências, disputas editoriais e a própria lógicas do consumo.

Acreditamos que o sucesso do interesse público pela história de grande circulação, advém de uma narrativa simples, tanto do ponto de vista linguístico, quanto com relação ao fato de oferecer explicações embasadas em um número reduzido de hipóteses, algo que acaba por produzir uma “clareza argumentativa e narrativa que falta à história acadêmica”; “portanto, impõe unidade sobre as discontinuidades, oferecendo uma linha do tempo” consolidada em seus nós e desenlaces” (SARLO, 2007, p. 14).

Especificamente sobre o livro 1808 de Laurentino Gomes, podemos ver recursos humorísticos e poéticos sendo usados com o propósito de provocar o interesse do leitor. Neste caso, o que se pretende neste tipo de narrativa é mostrar como os livros sobre História podem ser fascinantes, divertidos e interessantes. Embora nós historiadores acreditemos que trabalhar para e com o público, requer várias habilidades, métodos e especializações capazes de garantir a preservação, a interpretação e a difusão do conhecimento histórico sejam feitos de maneira séria e integrada, vemos que a estes diversos profissionais não especializados, sobram recursos estéticos atraentes que por vezes nos faltam.

Temos consciência que essas produções colaboram com a formação histórica dos indivíduos na medida em que tornam acessíveis as reflexões acerca do passado e assim influenciam o processo de ressignificação temporal desses sujeitos, ajudando-os a interpretar e reinterpretar o mundo que os cercam.

Sabemos que o historiador precisa escrever para historiadores, mas não podemos deixar de nos preocuparmos com os desdobramentos que a história pública suscita. Como por exemplo: qual o impacto social e público da produção acadêmica? Quais devem ser os usos do passado? Qual é a função da história pública na divulgação e no gerenciamento do patrimônio material e imaterial? Como se dará o cruzamento com outras áreas de conhecimento, como o jornalismo, o turismo e a produção editorial? Qual a relação entre história e literatura, considerando as biografias, os testemunhos e a ficção histórica? Como os historiadores se encaixarão na história digital e nas novas mídias?

Não se trata de acabar com a história pública feita por outros agentes que não são historiadores formados nas academias, mas de buscar que ocupemos cada vez mais esses novos espaços de produção de conhecimento, através de uma reflexão bem embasada sobre o propósito dessas produções, fazendo uma autocrítica com relação ao tipo de narrativa que construímos, para que se tornem acessíveis a outros públicos.

1808: COMO UMA RAINHA LOUCA, UM PRÍNCIPE NERVOSO E UMA CORTE CORRUPTA ENGANARAM NAPOLEÃO E MUDARAM A HISTÓRIA DE PORTUGAL E DO BRASIL:

Como suporte de análise e eixo desencadeador de nossas discussões sobre as temáticas de história pública e cultura histórica, tomamos o romance de Laurentino Gomes. Laurentino Gomes é jornalista pela Universidade Federal do Paraná, com pós-graduação em Administração pela Universidade de São Paulo, tendo atuado como repórter e editor do jornal O Estado de São Paulo e da Revista Veja. Laurentino se destaca pela escrita de obras com teor histórico repleto de sensacionalismo. No ano de 2008 seu livro *1808: Como uma rainha louca, um príncipe nervoso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*, venceu o prêmio de melhor ensaio pela Academia Brasileira de Letras, prêmio Jabuti de Literatura na categoria de livro reportagem e o prêmio de livro do ano na categoria de não ficção. No contexto social o autor foi considerado uma das 100 pessoas mais influentes do ano pela Revista Época.

O livro adotado como suporte é a edição do premiado livro citado, entretanto, uma versão mais lúdica destinada ao público juvenil. A narrativa é a mesma. A vinda, que para o autor é a fuga, da família real e sua “corte corrupta” e as consequentes mudanças na história do Brasil e de

Portugal. O livro inicia-se com uma linha do tempo que Laurentino denomina “Da Revolução Francesa à Independência do Brasil – alguns dos acontecimentos que marcaram a época da fuga da família real portuguesa ao Brasil”. O livro é organizado em cinco capítulos com os principais eventos escolhidos pelo autor. Cada capítulo é permeado por um título sensacionalista e que dá a tônica do que o autor pretende tratar. Como exemplo o último capítulo “*A corte de D. João se diverte nos trópicos. Portugal, abandonado, se revolta. É hora de retornar. A corte vai embora, mas deixa para trás um novo Brasil*” que busca tratar dos gastos e da pompa da família real, a despeito de seu empobrecimento, de acordo com o autor. O capítulo traz a Revolução Liberal do Porto de 1820 e o retorno da corte joanina a Portugal e a Independência do Brasil. Além das questões macro históricas, o autor traz os subcapítulos que tratam de temas sensacionalistas e curiosos como o subtítulo, dentro do capítulo cinco, “*O penico do rei*” que trata de um penico que D. João levava em sua viagem para fazer suas necessidades em locais abertos. O autor cita, segundo ele historiador, Tobias Monteiro, que é de quem ele retira esse detalhe, em suas palavras, “pitoresco”.

Infelizmente ou felizmente, o jornalismo surge hoje como um meio de construção de uma história pública, se integrando com a mídia, que oferece a possibilidade de uso de meios impressos, digitais, audiovisuais e de mídias interativas, todas muito atrativas para a população em geral.

Já com relação aos historiadores profissionais, sabemos que a maioria não pretende falar a um público de não especialistas do seu tema de pesquisa e recusam a ideia de ampliar a audiência por temer a vulgarização e a deturpação dos dados do seu trabalho.

Voltando a atenção para o livro objeto de estudo deste artigo, *1808 A Fuga da Família Real para o Brasil*, podemos notar que o autor jornalista, apenas se ocupou de um espaço muitas vezes relegado pelos historiadores, e assim passou a divulgar a nossa história para um público que, certamente não leria obras eruditas, mesmo tendo uma formação cultural que permita esse passo, talvez pela ainda enorme barreira da escrita acadêmica.

Lançando Laurentino Gomes a categoria de autor de best-sellers, o livro lançado em 2007, *Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*, acabou por transformar o jornalista em escritor profissional, um narrador comentado por historiadores profissionais, memorialistas e jornalistas. Perguntado pelos entrevistadores, no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 26 de dezembro de 2011, Laurentino relatou como se tornou em escritor de livros em tempo integral, com nicho em

história do Brasil, tendo aprendido com Paulo Coelho as técnicas de divulgação de seu trabalho e a forma de manter os leitores em sintonia com as suas produções.

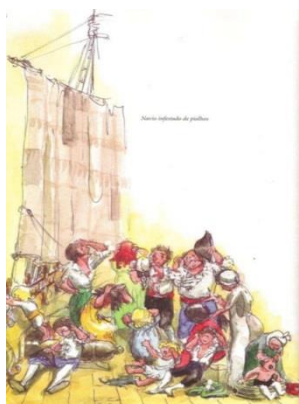
Gomes afirma que não tem a intenção de ser um historiador, apesar de classificar sua obra como "não ficção". Ele absorveu as críticas que recebeu sobre o fato de não ser um pesquisador que traz uma contribuição inédita teórica ou metodológica para a pesquisa histórica em história do Brasil no século XIX. Mas lembrou os elogios de historiadores ao seu trabalho, por ser um divulgador dos fatos e personagens da história. Legitima-se como um contador de histórias e reconhece a importância dos anos de formação para escrever regularmente e com método, no exercício do jornalismo, e reafirma: "Não deixei de ser jornalista, e a essência do trabalho que faço é jornalístico, eu faço reportagem."

Mas quais métodos narrativos o autor usa para alcançar seus objetivos? Laurentino emprega uma abordagem episódica, uma linguagem coloquial, romanesca, quase informal e assim garante sucesso de vendas. A fórmula é a mesma: história no formato de saga, com ênfase na psicologia dos personagens, que são condenados ou absolvidos como heróis ou vilões. Assim, o autor transforma sua escrita de uma maneira poética, adotando elementos ficcionais à sua não ficção, tocando sensivelmente, despertando o imaginário do leitor que é transportado para o passado, sendo capaz de sentir os cheiros, as emoções, ouvir os ruídos, tocar as pessoas. Como pode ser notado no trecho abaixo:

O dia 29 de novembro de 1807 amanheceu ensolarado em Lisboa. Uma brisa leve soprava do leste. Apesar do céu azul, as ruas ainda estavam tomadas pelo lamaçal, devido à chuva do dia anterior. Nas imediações do porto, havia confusão por todo lado. Um espetáculo inédito na história de Portugal se desenrolava sobre as águas calmas do Rio Tejo: a rainha, seus príncipes, princesas e toda a nobreza abandonavam o país para ir viver do outro lado do mundo. Incrédulo, o povo se aglomerava na beira do cais para assistir à partida. Às 7h da manhã, a nau Príncipe Real inflou as velas e começou a deslizar em direção ao Atlântico. Levava a bordo o príncipe regente, D. João, sua mãe, a rainha louca D. Maria I, e os dois herdeiros do trono, os príncipes D. Pedro e D. Miguel (GOMES, 2007: 64).

O autor ainda complementa o processo de sedução do leitor com o uso de ilustrações. No livro 1808 versão juvenil, podemos ver a embarcação que trouxe a família real infestada de piolhos. A predominância de cores quentes na cena transmite a sensação do calor tropical, as camisas semiabertas dos homens. A aflição e o desespero nas expressões dos personagens que coçam suas cabeças. Em meio aos personagens tão próximos uns dos outros, transmitindo a sensação de

superlotação do navio.



Todos esses elementos que ajudam a descrever minuciosamente a cena reportam o leitor, que quase participa do evento, disponibilizando uma proximidade muito grande com o passado, proporcionando um efeito de realidade. Essa estratégia jornalística de “atrair e reter a atenção do leitor”, como colocada por Gomes, no entanto, se não utilizada com precaução pode cometer, perante aos olhos metodológicos dos historiadores, alguns deslizes como anacronismos e juízo de valor.

Sabemos que alguns autores vindos da academia, talvez interessados em entrarem ou manterem-se nesse nicho de mercado, tenham recebido bem a obra de Gomes (FRANÇA 2007; DEL PRIORE 2007, p. 126-128), mas também temos consciência que o livro apresenta muitas fragilidades. A obra de Laurentino Gomes deve ser compreendida como uma produção de cultura histórica, ao se considerar que revisitar o passado não é uma exclusividade do historiador.

Dedicado a “professores de História no seu trabalho anônimo de explicar as raízes de um país sem memória”, (GOMES, 2010) o livro *1808*, dedica-se a divulgar uma visão muito simplista e conservadora sobre o complexo processo que trouxe a família real ao Brasil, e isso se torna ainda mais preocupante na medida em que já foi lido por mais de novecentas mil pessoas até 2012 (dados fornecidos pelo autor. As editoras não disponibilizaram os índices de venda, mas os números citados por Gomes são os mesmos divulgados pela imprensa).

Quando Laurentino resolveu se debruçar sobre o passado e lançar livros de temáticas históricas, entrando no campo da história pública, ele acabou por se mostrar mais preocupado em levar informação a um público amplo do que ter seu livro reconhecido pela historiografia. Por exemplo, na introdução do livro *1808*, o autor escreve que sua pretensão não foi de fazer História,

mas levar, através de uma escrita simples, assuntos que despertam interesses em um público que não está acostumado com a linguagem acadêmica. Talvez esse seja um dos motivos que levam o público a aceitar escritos históricos produzidos por não historiadores, muitas vezes sem compromisso com as discussões teórico-metodológicas, das quais não podemos escapar, nós historiadores ainda em formação.

CONCLUSÃO:

Quando pensamos que a ideia de cultura histórica é o diálogo com a história acadêmica e a história sem esse compromisso epistemológico, nos deparamos com uma multiplicidade de trabalhos e produtos oriundos do campo histórico. Vide o que tratamos no campo da história pública. Precisamos então levantar mais uma questão, que resolvemos deixa-la na conclusão desse texto, exatamente para provocar uma reflexão. O mercado capitalista transforma tudo em mercadoria e bem de consumo e sempre atendendo o que a população quer comprar. Ora, no vemos agora em um campo minado. Nenhuma pessoa comum, que trabalha uma semana toda e resolve ler um livro pegará um texto oriundo de uma dissertação. Não simplesmente porque ela não quer, mas porque não constitui sentido algum a ela. Em termos de história é muito mais prazeroso ler uma escrita menos densa e que provoque, envolva o leitor na narrativa. Infelizmente, salvo Carlo Ginzburg, os historiadores não foram capazes de fazer. Não é simplesmente uma escrita fácil, mas também uma escrita que desperte algo. Seríamos extremamente hipócritas se não admitirmos que nos interessamos por uma “fofoca histórica”, ou movidos por uma curiosidade sobre o passado. Laurentino ganha de nós. Ele escreve sobre o penico de D. João. Ele faz rir. Ela potencializa a imaginação sobre o passado, uma imaginação em seu sentido mais simples: a criação de uma imagem do passado. Ler seu livro é quase ver em sua frente à partida da família real. Ou seja, Laurentino e sua obra são produtos. Atraem. Fazem parte de uma cultura e de um gosto público por história.

Nesse sentido novamente discordamos de Le Goff e chamamos ao debate Michel de Certeau que compreende que o

poder cultural não está mais localizado em uma escola. Ele infiltra-se em qualquer teto e qualquer espaço, com as telas de televisão. Ele personaliza-se. Introduce por toda parte os seus produtos. Faz-se íntimo. Isso muda a posição da escola. (...) Os docentes não estão mais no centro da cultura, mas nas suas bordas. (CERTEAU, apud. FLORES, 2007)

Podemos pensar que nossa função não é vender e sim produzir conhecimento, por isso o campo publica não é nosso espaço de atuação. Exatamente por isso acreditamos ser relevante a fala de Jörn Rüsen que compreende “que os processos de aprendizado histórico não ocorrem apenas no ensino de história, mas nos mais diversos e complexos contextos da vida concreta dos aprendizes” (RÜSEN, 2007). Entendemos então que a partir dessa perspectiva a história pública e cultura histórica colocam mais uma questão as produções acadêmicas e aos historiadores profissionais: quando iremos ocupar os espaços públicos?

Ocupar o espaço publica requer que a “história científica não encarna a posição de juiz do passado, (...), e não toma para si a tarefa de desenvolver a consciência histórica levando conhecimento ao público leigo”. (SCHITTINO, 2016, p. 29), mas que seja capaz de dar retorno a sociedade do investimento na educação pública superior. Não estamos dizendo que temos o melhor investimento em educação, mas é necessário assumir uma posição ética e compreender que há investimento publica para produção de conhecimento e que, portanto, faz-se necessário um retorno de tal investimento.

Quando a história pública e a cultura histórica forem campos de interesse e de provocação para acessar o espaço publica e dialogar com a sociedade será possível a formação de consciência histórica, será possível, nem que seja educando pela via da curiosidade, dar uma utilidade do passado para a sociedade, conferir status de significado para a disciplina histórica.

Sabemos que estamos percorrendo um campo minado quando tratamos de história pública, mas não há como evitar entrar nele. Nosso intuito aqui neste texto foi o de focar um aspecto muito importante, o da difusão massiva da história popular. Nesse sentido, este artigo é um convite à discussão, onde podemos levantar alguns pontos: a escrita da história não é propriedade de quem quer que seja, mas temos que estar atentos de que estamos tratando da formação da consciência histórica da população; é preciso considerar que essa história escrita para as massas e veiculada pelas mais variadas mídias necessita de permanente reflexão, e finalizando, é importantíssimo que os historiadores tenham a consciência da dimensão pública de seu trabalho e do retorno que devem dar à sociedade.

Concluindo, qualquer um pode escrever história, o que não significa que toda história tenha o mesmo valor e qualidade. Há bons historiadores e historiadores ruins dentro e fora da academia. O mesmo padrão ético e metodológico exigido pela historiografia feita na academia com relação ao uso

das fontes, coleta e sistematização dessas fontes, problematização temática e produção textual, devem também ser cobrados e aplicados a historiografia não acadêmica. Se usarmos apenas o sucesso de vendas como critério para avaliar uma obra historiográfica, teremos uma disseminação de narrativas históricas pobres, cheias de anacronismos, erros e preconceitos.

Para finalizar, consideraremos o que um dos principais historiadores brasileiros sobre o tema da história pública, Ricardo Santhiago, considera. Para ela não devemos colocar a mídia enquanto um mal, mas sim enfrentá-las, o historiador necessita desse enfrentamento.

Referência Bibliográfica:

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta G. de Oliveira. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.7-15.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Editora Zahar, Rio de Janeiro 2004.

Brasília: UNB, 2007. SANTHIAGO, R. Duas Palavras, Muitos Significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. MAUAD, A.M.; ALMEIDA, J.R.; SANTIAGO, R. (Org.). *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 23-36.

CERRI, L. F. . Os conceitos de consciência histórica e os desafios da Didática da História. *Revista de História Regional* , Ponta Grossa, PR, v. 6, n.2, p. 93-112, 2001.

DEL PRIORE, Mary. O ano que definiu o Brasil. *1808*, do jornalista Laurentino Gomes, lança luz sobre a fuga da família real portuguesa para o Rio – fato que mudou o destino nacional. *Veja*, n. 2025, setembro de 2007. Disponível em: http://veja.abril.com.br/120907/p_126.shtml. Acesso em: 23 mar. 2013.

FLORES, Elio Chaves. Dos feitos e dos ditos: História e Cultura Histórica. In: Saeculum – *Revista de História*, ano 13, n°. 16. João Pessoa: Departamento de História/ Programa de Pós-graduação em História/ UFPB, jan./ jun. 2007, p. 83-102

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. *1808* reconta era joanina com leveza. Folha de São Paulo. São Paulo, 06 out. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0610200721.htm>. Acesso em: 7 abr. 2013. Folha Ilustrada.

GINZBURG, Carlo. Prefácio à edição italiana. In: _____. *O Queijo e os Vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Tradução de Maria Betania Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 15-31.

GOMES, L. Entrevista dada em Roda Viva, Tv Cultura, em 26 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=mh8R4m02SWE>

LE GOFF, Jacques. A mentalidade histórica: os homens e o passado. In: _____. *História e Memória*. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 47-75.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006, p. 97-114.

MARTINS, Estevão C. De Rezende . Cultura, história, cultura histórica. *ArtCultura* (UFU) , v. 14, n. 25, p. 63-82, 2012

NASCIMENTO, George da Silva. Cultura historiográfica e Cultura histórica: conceitos antagônicos ou complementares?. Anais do 3º. *Seminário Nacional de História da Historiografia*: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*: teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Brasília: UnB, 2001.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado*: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução de Rosa Freire d'Aguar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

ZAHAVI, Gerald. Ensinando história pública no século XXI. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta G. de Oliveira (org.). *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011. p.53-63.

“PRA QUE ESTUDAR O PASSADO?” APOIO AO APRENDIZADO ESCOLAR DE HISTÓRIA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Brenda Nataly de Paula Castellari¹

Edna Mara Ferreira da Silva²

Resumo:

O projeto visa aproximar a universidade da escola, atenuando as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem em História no ensino fundamental. A orientadora irá atuar junto com discentes do curso de História da UEMG Campanha na Escola Estadual Benedita Roquim, realizando atividades de extensão que visam aulas de apoio ao aprendizado na disciplina História. Os objetivos principais são de contribuir para um conhecimento amplo e crítico da história, dar noção de pertencimento e comparar acontecimentos no tempo. Foram traçadas metas e planejadas as atividades, os alunos puderam expor oralmente suas expectativas e estão sendo implantadas atividades, com variados recursos metodológicos. A participação e empenho da comunidade escolar tem sido de grande ajuda para desenvolvimento do projeto.

Palavras chave: história, educação e ensino fundamental.

"WHY STUDY THE PAST?" SCHOOL LEARNING SUPPORT OF HISTORY IN ELEMENTARY SCHOOL

Abstract:

The project aims to approach a university of the school, mitigating as barriers found in the learning process in History in elementary school. The counselor is updated with the speeches of the course of History of UEMG Campanha in the Escola Estadual Benedita Roquim, performing extension activities that aim at classes to support learning in the discipline History. The main objectives are to contribute to a broad and critical knowledge of history, to give notion of belonging and timeless price events. Goals have been set and planned as activities, students can expose or are their expectations and activities are being implemented, with varied methodological resources. The participation and commitment of the school community has been a great help for the development of the project.

Key words: history, education and elementary school.

¹Graduanda em História pela UEMG Unidade Campanha, brendacastellari@gmail.com

² Doutoranda em História e Professora do curso de História da UEMG Unidade Campanha, edna.silva@uemg.br

- Justificativa e Relevância Social:

Entre as diversas atividades de uma instituição universitária encontra-se a apresentação de projetos, que tem como característica serem um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico. É em função dessa dimensão em particular, e da indissociabilidade entre extensão, pesquisa e ensino, que apresentamos o projeto “Pra que estudar o passado?” apoio ao aprendizado escolar de História no ensino fundamental.

Este projeto tem por finalidade aproximar a universidade da escola, visando atenuar as barreiras encontradas no processo de ensino-aprendizagem em História no ensino fundamental. Para alcançar tal objetivo o coordenador do projeto irá atuar junto com os discentes do curso de História da UEMG Campanha nas escolas públicas do município, realizando atividades de extensão que visam aulas de apoio ao aprendizado na disciplina História. Na oportunidade, os alunos do curso de História contemplarão a reflexão sobre a prática pedagógica, constituindo-se num momento privilegiado para a formação destes. Neste sentido, a reflexão, não é somente um simples processo de formação, mas, sobretudo de mudança de postura para com o ensino-aprendizagem em História.

Sendo assim, discutir e apresentar alternativas didáticas para o estudo da disciplina história no ensino fundamental e a realização de metodologias diversificadas e dinâmicas, que possibilitem aos alunos a apreensão, a reflexão e análise de conteúdos históricos de forma crítica e contextualizada, também é um dos objetivos deste projeto.

Compreendemos que o ensino da história não deve ser algo distante da realidade dos alunos, mas deve antes permitir-lhes a compreensão de que a experiência histórica é algo vivo, dinâmico, inerente à vida de cada indivíduo.

Compreendemos, assim, que todo ato pedagógico deve se inserir em uma ação determinada sobre a sociedade, permitindo também uma ação das pessoas sobre si mesmas e destas sobre o mundo. A tradição educacional tem nos mostrado que as atividades e conteúdos escolares têm se organizado de forma a desenvolver um ensino fragmentado e sem integração entre as disciplinas e, mais grave ainda, desconectado dos problemas mais imediatos do contexto sócio-cultural. Torna-se, portanto, fundamental, o empenho seja da escola, seja do professor, oferecer condições e possibilidades para que cada aluno possa construir e reconstruir sua identidade sócio-cultural, sendo sujeito interativo com direito a expressar suas experiências e conhecimentos de mundo.

A ação pedagógica deixa então de ser encarada como a justaposição de falas isoladas, e passa a ser concebida como um conjunto de falas em torno de eixos comuns. O trabalho coletivo e interdisciplinar promove uma maior participação, mas em contrapartida requer responsabilidade e envolvimento em todo processo: no planejamento, na execução, no registro e na avaliação das atividades didáticas. O trabalho coletivo permite as pessoas se encontrarem mais, aprenderem a se defrontar com diferentes perspectivas, a conviver e trabalhar com o diferente, com o conflito. Este trabalho mostra o conhecimento individual como essencial ao fortalecimento do grupo.

Nesse sentido, a História enquanto disciplina ministrada no Ensino Fundamental deve ter como principal desafio possibilitar ao aluno o acesso a temas, informações e questões que envolvam a reflexão acerca de si mesmo enquanto indivíduo/cidadão, bem como sobre sua comunidade, época, cultura e sociedade em que vive.

Compreendemos que o conhecimento é uma interação entre o indivíduo, o saber e o mundo que o rodeia. É desta interdependência que se abre uma multiplicidade de significações. Desta forma, o conhecimento não é algo fora das pessoas e que elas adquirem, como também não é algo construindo de forma autônoma e independente das circunstâncias que as rodeiam e das outras pessoas com quem mantêm algum contato. O conhecimento é algo que ocorre na “costura” entre a reflexão formulada pelo indivíduo e a integração/interação sobre/no o mundo. Neste sentido, o conhecimento é uma constituição histórica e social, resultado de um movimento complexo, no qual interagem elementos sociais, culturais, políticos, econômicos e psicológicos.

- Objetivos gerais:

Contribuir para um conhecimento mais amplo e crítico da história, desenvolvendo o autoconhecimento e auto-estima dos alunos envolvidos;

Capacitar os estudantes do curso de licenciatura plena em História da UEMG Campanha para atividades de extensão.

- Objetivos específicos:

1. Comparar acontecimentos no tempo;
2. Estabelecer relações entre presente e passado;

3. Produzir textos de conteúdo histórico, aprendendo a ler diferentes registros escritos e iconográficos;
4. Capacitar os discentes do curso para atuarem no Projeto de Apoio ao Aprendizado Escolar aos alunos do Ensino Fundamental das escolas públicas da cidade de Campanha;
5. Explorar conteúdos históricos e melhorar a qualidade da aprendizagem em História nas escolas públicas;
6. Propor melhorias no ensino-aprendizagem em sala de aula mediante ações de extensão.

- Fundamentação teórica:

História é um componente curricular obrigatório no ensino fundamental, porém, nem sempre desenvolvido de modo adequado, considerando sua importância para a formação dos indivíduos e de modo que possibilitem a construção de conhecimentos significativos.

Em sua trajetória histórica, esta disciplina foi negligenciada em alguns momentos como no período militar, quando as disciplinas História e Geografia foram substituídas por Estudos Sociais, esvaziando seus conteúdos e objetivos, e ainda hoje são desconsideradas ou desenvolvidas de maneira inadequada por muitos professores, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental.

Essa área do conhecimento tem muito a contribuir para a formação dos indivíduos, pois ela nos permite compreender as transformações socioeconômicas, políticas e culturais que estamos vivenciando, desenvolver valores e construir identidades. Vivemos em uma época de individualismo, consumismo, intolerância e conflitos diversos e os conhecimentos da História nos instigam ao questionamento e à reflexão sobre a realidade, reavaliando ações e projetando o futuro, e principalmente, nos propiciam o conhecimento de si e do outro, o que contribui para a construção de identidades, o respeito e a convivência mais solidária entre as pessoas.

Desse modo, percebemos como o conhecimento histórico é essencial para a formação integral do indivíduo, pois como afirma Moreira

(...) aprender a ser sujeito da história, adquirir a consciência do mundo como o ser-estando-homem-no-mundo e saber praticar esta consciência em prol da construção de um mundo cada vez mais humano, de modo que por meio de seus atos o homem o construa como um mundo cada vez mais para si mesmo, isso dá certo sobretudo quando se começa desde pequeno. (In: GUIMARÃES; FALLEIROS, 2005, p. 4)

Aprender a ser sujeito da história e adquirir consciência de si e do mundo são princípios que devem nortear a educação como um todo, mas que têm no estudo da História seus principais mecanismos. E é preciso que esses princípios orientem a educação em todos os níveis de ensino, ou seja, da educação infantil ao ensino superior, e em especial nos cursos de formação de professores, pois os conhecimentos históricos e geográficos fundamentam sua identidade pessoal e profissional, que para muitos teóricos são indissociáveis, possibilitam a compreensão da realidade e contribuem para o desenvolvimento de valores e atitudes como o respeito às diferenças, que é um requisito indispensável ao fazer docente.

O futuro professor precisa dominar os principais conceitos de História, compreender os fundamentos teórico-metodológicos de seu ensino e desenvolver habilidades relacionadas a essas áreas do conhecimento, buscando fundamentar uma ação pedagógica reflexiva e transformadora.

- Metodologia:

Este projeto de extensão tem por objetivo possibilitar a aproximação dos estudantes do ensino básico à UEMG Unidade Campanha, como meio de quebrar as barreiras Universidade/Escola, na garantia de acesso ao ensino público de qualidade, para isso, 02 tipos de atividades serão trabalhados: 1º) O Apoio ao Aprendizado Escolar: Apoio ao aprendizado (antigo reforço escolar) pelos discentes do curso de História, por meio de ambientes de aprendizagem construídos pelos discentes do projeto. 2º) Grupo de discussões. Reuniões em que os discentes do projeto juntamente com a coordenadora estarão trocando experiências das atividades construídas. Este projeto visa aproximar os alunos do curso de História dos problemas existentes no processo ensino-aprendizagem nas escolas públicas, proporcionando aos seus envolvidos uma reflexão crítica, e ação transformadora.

Nestas perspectivas, ressaltamos a importância dos projetos que contemplem a formação de futuros professores de História em que sobressai a necessidade de transpor a fase de diagnósticos e prescrições sobre cursos específicos para abordar ações concretas, projetos efetivamente implantados, avaliando cursos em funcionamento a partir de suas propostas político-pedagógicas de gestão.

1ª. ETAPA – Encontro da equipe executora com professores que ministram aulas de História nas escolas municipais, para traçar perfil do grupo a ser trabalhado, compreensão do projeto de extensão, traçar metas e planejar atividades.

Vale ressaltar, que reuniões da equipe executora com professores serão contínuas de modo a avaliar trajetória do projeto, redefinir objetivos e atividades realizadas.

2ª. ETAPA – O que é a História?

Apresentação da equipe executora aos alunos das turmas selecionadas, atividades estimuladoras com vistas à adesão ao projeto por parte dos alunos, atividades iniciais (diagnóstico do conhecimento dos alunos acerca da história, seus questionamentos sobre os conteúdos e dificuldades).

Nesta etapa será privilegiado a exposição oral por parte dos alunos, de modo a estimular o raciocínio, a argumentação e articulação das idéias. A finalidade é identificar pontos de cisão entre os conteúdos ministrados e a apreensão desses conteúdos pelos alunos. A partir desta perspectiva será realizada outras atividades, por exemplo, como textos coletivos, vídeos amadores etc

3ª. ETAPA – Pra que serve a História?

Depois de diagnosticados temas ou conteúdos com maior dificuldade de aprendizado dos alunos do ensino fundamental, os discentes do curso de História envolvidos com a ação extensionista, proporão atividades diferenciadas com recursos metodológicos novos para promover o apoio necessário a promoção dos educandos do ensino fundamental e para consolidação do conhecimento histórico.

Os discentes serão a todo o momento auxiliados pelos professores titulares das escolas e terão suas propostas de atuação e ações extensionistas aprovados por estes professores. A ideia é trabalhar conjuntamente para promoção do conhecimento histórico.





- Resultados Parciais:

1. Ampliação da auto-estima dos alunos, quanto a compreensão de que são detentores e transmissores de conhecimento;
2. Ampliação do domínio sobre temas históricos;
3. Ampliação do conhecimento sobre a história da cidade de Campanha;
4. Compreensão da ideia de “documento” e sua importância como fonte de informações para entendimento da história e do passado.

- Referências Bibliográficas:

FONSECA, Selva Guimarães. (Org.). *Ensinar e aprender História - formação, saberes e práticas educativas*. Campinas: Átomo & Alínea, 2009.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

GUIMARÃES, Selva. O trabalho do professor na sala de aula: relações entre sujeitos, saberes e práticas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 91, n.228, p. 390-407, 2010.

HOBBSAWN, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998

LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 2001.

PINSKY, Carla Bassanzi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

GUIMARÃES, M. N.; FALLEIROS, I. *Os diferentes tempos e espaços do homem: atividades de Geografia e de História para o ensino fundamental*. SP: Cortez, 2005.

MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette. M.; MAGALHÃES, Marcelo (orgs.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MINICURSO

INTRODUÇÃO À PRÁTICA DE PESQUISA E ORGANIZAÇÃO EM ARQUIVOS E DE CONSERVAÇÃO DE DOCUMENTOS

Andreia de Freitas Rodrigues¹

Luiz Henrique Souza de Giacomo²

Resumo:

O presente texto procura fazer uma análise, num estilo breve de relato experiência, do minicurso ministrado no decorrer da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora, lançando luz a algumas questões que motivaram a sua elaboração e o modo como transcorreram as atividades.

Palavras-chave: Arquivo. Conservação. Organização. Pesquisa. Minicurso.

A INTRODUCE TO ARCHIVE RESEARCH PRATICE AND ORGANIZATION AND DOCUMENTS CONSERVATION

Abstract:

The present text attempts to make a brief analysis of the mini-course given during the XXXIII Week of History of the Federal University of Juiz de Fora, shedding light on some issues that motivated its elaboration and the way in which the activities took place .

Keywords: Archive; Conservation; Organization; Search; Mini-course.

¹ Restauradora do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora. Doutoranda do PPGArtes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Email: andreia.rodrigues@ufjf.edu.br.

² Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo. Graduando em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense. Email: luizgiacomo@yahoo.com.br.

O porquê do Arquivo e da Conservação num curso de História:

O ofício do historiador se dá, muitas vezes, no interior de Arquivos. No entanto, poucos são os contatos travados entre estudantes do curso de História com esses ambientes no decorrer da formação acadêmica. O que se traduz em dificuldades de entendimento da própria lógica existente no campo da Arquivologia para a organização e promoção do acesso aos documentos de arquivo de fase permanente. Seja isso no momento em que o pesquisador realiza seus estudos junto a documentos nos Arquivos, seja quando estes historiadores se tornam profissionais responsáveis pelo trabalho técnico com conjuntos documentais, desempenhando as funções de um arquivista. O mesmo pode ser dito com relação ao campo da Conservação, que precisa ser abordado para que esta seja uma ação constante no trabalho técnico com documentos de arquivo, pois somente por meio de um olhar cuidadoso e aplicação de medidas de preservação que os documentos de arquivo poderão servir como objeto de estudos por mais muitos anos.

Desse modo, o objeto do minicurso foi tratar de temas que dotem os alunos de conhecimento básico sobre como organizar, conservar e acessar conjuntos documentais arquivísticos. Para tanto, foram tratados, como será exposto em seguida, conceitos e técnicas tanto da Arquivologia, quanto da Conservação, no intuito de permitir que esses profissionais tenham uma conduta mais positiva com o patrimônio documental e possam desenvolver mais habilmente suas pesquisas nesses ambientes. Ações essas que são potencializadas quando se conhece o arcabouço teórico dessas duas áreas e se compreende a forma como está organizada e disponibilizada um conjunto documental.

A ideia deste minicurso surgiu de uma demanda dos próprios alunos do Curso de História, quando um grupo deles fazia um estágio curricular no Arquivo Central da UFJF. Em uma de nossas conversas informais, na hora do café, falávamos da lacuna de alguns períodos, deixada após a aposentadoria do Professor Galba di Mambro, responsável pela disciplina de Patrimônio III, voltada para o ensino de noções básicas de Arquivologia e práticas de pesquisa em Arquivos. Portanto, muitos estudantes estão se formando sem terem contato com o mundo dos Arquivos, algo que sempre foi um diferencial na formação da UFJF.

Objetivos do Minicurso:

Nossa abordagem e objetivo iniciais, considerando o limite temporal, foi tratar o assunto de forma simples, transmitindo aos alunos um conhecimento básico, mas não raso, sobre organização, conservação e acesso em conjuntos documentais arquivísticos, apresentando uma base capaz de ser replicada por qualquer um dos participantes em sua rotina profissional, tanto técnica quanto de pesquisa. Além disso, procuramos discutir sobre a conscientização da importância da preservação do patrimônio arquivístico, tantas vezes relegado ao segundo plano.

Em um tratamento transdisciplinar, unimos a Arquivologia e a Conservação e procuramos enfatizar conceitos, legislações, técnicas e procedimentos utilizados por essas duas áreas de conhecimento. Assim, esperávamos atingir os objetivos iniciais que havíamos pensado anteriormente, dividindo com os alunos, ainda que brevemente, alguns relatos de experiências do nosso dia a dia dentro de um Arquivo.

Portanto, de forma sistemática, o que pretendíamos era:

- Apresentar conceitos e técnicas das áreas da Arquivologia e da Conservação;
- Permitir uma melhor conduta dos profissionais diante de conjuntos documentais em fase permanente – tanto no trabalho técnico, quanto na pesquisa aos documentos;
- Conscientizar sobre a necessidade de tratamento técnico adequado e permanente em Arquivos – reforçando as razões para sua preservação enquanto instituição;
- Introdução de noções básicas e técnicas para conservação em suporte papel.

Plano de curso:

A partir disso, estipulamos um cronograma que desse conta de um campo vasto, com conteúdos diversos. Procuramos introduzir algumas noções aos alunos, fazendo-os refletir sobre a importância do patrimônio arquivístico e sobre quão criteriosas e reversíveis devem ser as ações junto a documentos de arquivo. Focamos na conscientização da importância social do trabalho arquivístico, mais do que apenas passar técnicas ou conceitos.

Desse modo, o primeiro dia foi dedicado a uma introdução conceitual e histórica ao campo dos Arquivos. Como os documentos de arquivo não são simples registros, mas possuem um conjunto de especificidades características a eles, foi preciso esse panorama para que os participantes comessem a se familiarizar com esses objetos e se conscientizassem de todo o rigor teórico e técnico que há quando se trata de conjuntos documentais arquivísticos.

Assim, foram abordados os conceitos de arquivo, documento e documento de arquivo. As características dos documentos de arquivo (imparcialidade, autenticidade, naturalidade, unicidade e interrelacionamento). Uma apresentação da história dos Arquivos e da Arquivologia. Cenário a partir do qual foram tratados importantes princípios da área, como o da proveniência, do respeito aos fundos e da ordem original. Em seguida foi abordada a Gestão de Documentos e a noção de valor primário e valor secundário dos documentos de arquivo, a definição de ciclo vital dos documentos de arquivo e a teoria das três idades. Concepções importantes para se entender a própria legislação, a produção acadêmica e a prática arquivística brasileira. Por fim, dedicou-se espaço para a definição e a apresentação do que vêm a ser o Arquivo Permanente (espaço essencial do trabalho técnico e de pesquisa de profissionais na área de História), os arquivos pessoais (destacando o estatuto arquivístico destes), os arquivos especiais e os arquivos especializados.

Foram trazidos, no decorrer da fala, exemplos de documentos de arquivo, das mais diferentes naturezas – muitos levantados pelos próprios participantes –, com o intuito de abrir os olhos deles quanto à pluralidade de possibilidade existente a respeito destes. O que os faz fugir da visão do documento textual como o único a ser preservado e tratado, reforçando a necessidade de compreensão da teoria arquivística para o reconhecimento de um verdadeiro documento de arquivo num conjunto documental.

O segundo dia se iniciou com a apresentação de algumas imagens de massas documentais acumuladas. A partir destas, os alunos foram incentivados a refletir sobre como seria proposto um tratamento daquele conjunto desorganizado e degradado. Essa reflexão serviu como impulso para a discussão sobre o diagnóstico de acervos arquivísticos, medidas de conservação, cuidados com a saúde profissional e, obviamente, técnicas e teorias arquivísticas, como é o caso do arranjo e da descrição.

Uma das principais preocupações ao se elaborar o minicurso foi apresentar aos alunos uma vivência inicial, caso algum dia venham a ser responsáveis pelo trabalho técnico com conjuntos arquivísticos, para que eles saibam por onde começar e, principalmente, ter consciência de todos os cuidados que devem ter nesse processo, visto que todas as características dos documentos de arquivo devem ser mantidas para que eles sejam, efetivamente, provas das ações que lhes geraram. Desse modo, eles tiveram contato com as definições de arranjo e de quadro de arranjo, com os diferentes métodos de classificação (estrutural, funcional e temático), com o conceito de ‘lixo histórico’ e com a metodologia da Tipologia Documental, muito útil no processo de identificação dos documentos de

arquivo. Sendo, em todos os momentos, destacada a importância de sempre guiar suas ações pela teoria arquivística e tendo como objetivo final a disponibilização do acervo ao acesso amplo e irrestrito a qualquer cidadão, não apenas a historiadores.

Após isso, foi trazida a temática da eliminação de documentos de arquivo, reforçando quão criteriosa ela deve ser efetuada e como existem vários dispositivos legais a serem seguidos quando se decide eliminar um documento.

Em seguida, passou-se para a discussão sobre o acesso aos documentos. Foram colocadas em discussão situações hipotéticas no intuito de fomentar o debate e a reflexão dos participantes tanto enquanto pesquisadores em arquivos, quanto como profissionais que possam, algum dia, trabalhar como arquivistas de referência, ou seja, que atendam usuários. Essa proposta foi feita para que se explicasse que a consulta em arquivos sempre é uma consulta direcionada, em que há uma demanda por informação, por meio de um questionamento, e que os documentos são escolhidos através dela. Também foi destacada a impossibilidade de se dar acesso a todos os documentos, seja por questões de ordem prática, como falta de mão-de-obra ou espaço reduzido nas salas de consulta, seja por razões de segurança. Este último ponto, aliás, foi tocado em diversos momentos, para que os alunos sempre se atentem a agir de forma a garantir a segurança do conjunto documental em diferentes situações.

No que diz respeito à descrição arquivística, essa função foi abordada, ressaltando que ela é crucial no interior dos Arquivos Permanentes e que deve ser alvo de uma política institucional, para que haja a produção adequada dos instrumentos de pesquisa e de bancos de dados, segundo as demandas por acesso, em razão do estado de conservação dos documentos ou em decorrência dos recursos existentes. Alguns exemplos de instrumentos de pesquisa foram destacados, como objeto de análise sobre as formas de se pesquisar os acervos e sobre a qualidade do acesso oferecido a usuários remotos. Os sites da Fundação Fernando Henrique Cardoso e do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) foram consultados, por meio de uma busca por documentos, para que houvesse uma ação prática enquanto um usuário atrás de uma informação e, também, como um arquivista responsável por pensar os meios de tornar o mais frutífero possível o acesso de seus usuários aos documentos sob sua custódia.

Por fim, se iniciou uma discussão sobre as boas condutas no momento da consulta a documentos de arquivo. Aqui foi reforçado que o ato de entrar em contato com o documento é também um momento de busca pela não degradação destes, o que justifica as regras existentes para

as pesquisas em Arquivos, como não comer perto de documentos, não apoiar os cotovelos sobre os mesmos, usar luvas, dentre outras medidas.

Já no terceiro e último dia procuramos apresentar um breve histórico sobre a conservação documental, retomando correntes de pensamento como de Viollet-le-Duc ou John Ruskin, importantes para termos uma ideia do caminho percorrido pela disciplina do Restauro até os dias atuais.

A partir deste arcabouço, passamos para a apresentação das diretrizes internacionais e legislação que norteiam as práticas da Conservação – Restauração. Foram dadas as definições dos conceitos básicos e níveis de atuação da Preservação, Conservação e Restauração, de acordo com os autores atuais. Também foram discutidos os princípios da reversibilidade, inocuidade, pureza, adequação e estabilidade, além dos fatores de degradação do papel. Paralelamente, tentamos ilustrar todos estes fundamentos com a exposição de exemplos práticos e relatos de casos.

Finalizando, trabalhamos com a sugestão de um plano de trabalho básico e técnicas simples, para atividade de higienização e pequenos reparos, fundamentais para a preservação dos documentos. Em toda nossa conversa tentamos marcar sempre a importância de ter bem claro em nosso dia a dia, as necessidades e especificidades de cada material e adequação de cada procedimento às situações e realidades, prezando sempre pelo respeito ao documento.

Em todo esse processo, foram apresentados aos alunos os dispositivos legais existentes que tocam em questões da Arquivologia, como a Lei nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos; o Decreto nº 4.073, de 2002, que regulamente a lei de Arquivos; a Lei nº 12.527, de 2011, que dispõe sobre o acesso à informação, a LAI. Bem como normativas do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), como é o caso da Resolução nº 40, sobre a eliminação de documentos de arquivo. O mesmo movimento foi feito quanto à área da Conservação como o Código de Ética do Conservador-Restaurador, Cartas Patrimoniais e materiais diversos disponibilizados pelo Conarq, como por exemplo, Recomendação para a Produção e o Armazenamento de Documentos de Arquivo (2005) ou Recomendações para a Digitalização de Documentos Arquivísticos Permanentes (2010).

O resultado não poderia ter sido mais gratificante! Fomos surpreendidos pelo número de inscritos, bem superior à nossas expectativas, o que reforçou, de fato, a constatação da carência dos alunos para este campo profissional. Também nos abriu a perspectiva de novos cursos ou minicursos, atualizando e revendo o conteúdo relacionado à Arquivologia, ao patrimônio documental e a sua preservação, ao acesso e circulação de informação.

Agradecimentos:

Por fim, agradecemos à organização da Semana de História pelo espaço e oportunidade. É sempre muito interessante quando vemos ações dos próprios alunos no intuito de tornar suas formações acadêmicas mais plurais e que lacunas possam, dentro do possível, ser minimizadas. Foi uma importante iniciativa.

Gostaríamos também de agradecer imensamente aos participantes. A todos e a cada um deles, pela troca, pela participação, pela confiança em nosso trabalho. Os resultados só puderam ser alcançados por meio dessa credibilidade e do compartilhamento de experiências e questões. Esperamos que o mundo dos Arquivos seja sempre presente na vida de cada um.

Bibliografia básica:

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

_____. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Manual de Conservação do Acervo da Biblioteca Nacional. **Anais da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1993.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

_____. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 10 out 2017.

Anais da XXXIII Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. “Representações artísticas brasileiras: Do Segundo Reinado à Era Vargas” / organização Paulo Henrique Silveira Damião. Juiz de Fora, 2017, 1333 p. ISSN: 2317-0468. 16 a 20 de outubro de 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 40, de 9 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre os procedimentos para a eliminação de documentos no âmbito dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/resolucoes-do-conarq/282-resolucao-n-40,-de-9-de-dezembro-de-2014.html>>. Acesso em: 10 out 2017.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; GOULART, Silvana. **Tempo e circunstância:** a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007.

_____. Arquivos Pessoais são Arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, n.2, pp. 26-39, jul-dez. 2009.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.** São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.10-14, n.1, p. 14-33, abr. 1982/ago.1996.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos como Provas de Ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.7, n.13, p. 49-64, 1994

HEYMANN, Luciana. Indivíduo, memória e resíduos históricos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.10, n.19, p.41-60, 1997.

MULLER, Samuel; FEITH, Johan; FRUIN, Robert/ **Manual de arranjo e descrição de arquivos:** Associação dos arquivistas holandeses. Tradução de Manoel Adolpho Wanderley. 2.ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973 (1898).

PAES, Marilena Leite. **Arquivo:** teoria e prática. 3.ed. rev. ampl.. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

POSNER, Ernst. Alguns aspectos do desenvolvimento arquivístico a partir da Revolução Francesa. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 26, nº 2, p. 273-284, jul./dez. 2013.

SCHELLENBERG, Theodore. R. **Arquivos Modernos.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SPINELLI JUNIOR, Jayme. **Conservação de Acervos Bibliográficos e Documentais.** Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Biblioteca Nacional, Departamento de Processos Técnicos, 1997.